

# O Passado de Uma Ilusão

ENSAIOS SOBRE  
A IDÉIA COMUNISTA  
NO SÉCULO XX

FRANÇOIS  
FURÉ<sup>3</sup>  
T



O destino do pensamento comunista a partir de 1917 foi ficar preso entre sua universalidade abstrata e sua encarnação na História. O curso da Revolução Bolchevique não deixou de ser infeliz ou trágico. Contudo, a promessa do Outubro russo atravessou o século de bandeira alta. De Lênin a Gorbatchov, a História não apagou a chama da utopia. Ao contrário, alimentou-a.

Esta relação imaginária dos homens do século XX com o pensamento comunista forma o assunto deste livro. Ela se estende muito além dos regimes do tipo soviético e, aliás, sobreviveu mais tempo a oeste do que a leste da Europa. O segredo de seu esplendor deve-se ao fato de ela prolongar a tradição revolucionária do Ocidente: apenas vencedor, o bolchevismo se instalou na herança jacobina e retomou por conta própria o projeto de regenerar a humanidade pelos efeitos somados da ação e da ciência.

Mas o mito soviético não teria durado todo o século sem o apoio que as circunstâncias ofereceram à sua mentira. Nascido da Primeira Guerra Mundial, dá uma de suas faces ao niilismo da época. Capitaliza as injustiças do Tratado de Versalhes. Enriquece-se com o espetáculo da Grande Depressão. Prospera no antifascismo. Alcança seu zênite no fim da Segunda Guerra Mundial. Mesmo a desestalinização esten-

de sua influência no momento em que ela assinala, contudo, seu declínio. O comunismo desaparecerá antes de haver enfraquecido as esperanças de seus partidários. O Ocidente fará cortejo a seu féretro.

**François Furet** foi diretor da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais de Paris, professor na Universidade de Chicago e presidente da Fundação Saint-Simon. É considerado pelo grande público o historiador da Revolução de 1789. Entre suas obras destacam-se: *Marx e a Revolução Francesa*, *Pensando a Revolução Francesa* e *Dicionário crítico da Revolução Francesa*.



“O fascismo e o comunismo muito deveram de seus êxitos aos acasos da conjuntura, ou seja, à sorte: não é difícil imaginar roteiros em que Lênin é retido na Suíça em 1917 e Hitler não é chamado para a Chancelaria em 1933. Mas o prestígio de suas ideologias teria existido mesmo sem o sucesso deles (...): e é esse caráter inédito da política ideológica (...) que a torna misteriosa.”

FRANÇOIS FURET

ISBN 85-267-0783-3



9 788526 707832



# O Passado de Uma Ilusão

**François Furet**

# O Passado de Uma Ilusão

Tradução  
Roberto Leal Ferreira

 EDITORA SICILIANO

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

Furet, François, 1927 —

O passado de uma ilusão: ensaios sobre a idéia comunista no século XX / François Furet ; tradução Roberto Leal Ferreira — São Paulo : Siciliano, 1995.

ISBN 85-267-0783-3

1. Comunismo 2. Comunismo — História I. Título.

95-3748

CDD-320.53209

---

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Comunismo: História: Ciência política  
320.53209

Título original : *Le passé d'une illusion*  
©1995 by Éditions Robert Laffont, S.A., Paris  
Direitos exclusivos para o Brasil cedidos à  
Agência Siciliano de Livros, Jornais e Revistas Ltda.  
Av. Raimundo Pereira de Magalhães, 3305  
CEP 05145-200 — São Paulo — Brasil  
Coord. editorial: Ana Emília de Oliveira  
Revisão: Creusa de Sousa, Glaucia Amaral  
e Sheila Fabre  
Capa: Lya de Paula  
Edit. eletrônica: Trianon  
Editora Siciliano, 1995



## Sumário

Agradecimentos	7
Prefácio	9
I. A paixão revolucionária	15
II. A Primeira Guerra Mundial	47
III. O encanto universal de Outubro	79
IV. Os crentes e os desencantados	123
V. O socialismo num só país	157
VI. Comunismo e fascismo	193
VII. Comunismo e antifascismo	255
VIII. A cultura antifascista	319
IX. A Segunda Guerra Mundial	375
X. O stalinismo, estádio supremo do comunismo	425
XI. O comunismo de Guerra Fria	465
XII. O começo do fim	515
Epílogo	561
Índice dos nomes citados	589

## Agradecimentos

Novato na história do século XX, vali-me para escrever este livro dos conselhos bibliográficos de amigos que me antecederam neste caminho, sobre este ou aquele ponto de meu assunto. Eles são numerosos demais para que os cite a todos. Stéphane Courtois, Christian Jelen, Georges Liébert e Jean-François Revel puseram generosamente à minha disposição seu tempo e seu saber. E devo um reconhecimento particular a Jean-Louis Panné, autor de um excelente *Souvarine*, por ter-me feito tão constantemente compartilhar sua erudição sobre a história do comunismo.

Olivier Nora e Mona Ozouf gentilmente leram minha cópia e me sugeriram úteis correções. Sabem eles o valor que dou aos seus conselhos. Por fim, não me esqueço do que devo aos meus dois editores, que são também meus amigos: Charles Ronsac, que cercou de cuidados este livro, depois de ter tido a primeira idéia sobre ele, e Jean-Étienne Cohen-Séat, com quem tanto conversei sobre ele.

*P.S.:* Este trabalho é uma tentativa de interpretação. Nele menciono, em nota, apenas os livros ou artigos que me foram mais diretamente úteis.

## Prefácio

O regime soviético saiu sorrateiramente do teatro da História, onde havia feito uma entrada triunfal. Ele constituiu de tal maneira a matéria e o horizonte do século, que seu fim sem glória, depois de uma duração tão breve, forma um surpreendente contraste com o brilho de seu percurso. Não que a languidez doentia de que sofria a URSS não pudesse ser diagnosticada; mas a desagregação interna estava oculta ao mesmo tempo pela potência internacional do país e pela idéia que lhe servia de bandeira. A presença soviética nos negócios do mundo atestava a presença soviética na história do mundo. De resto, nada era mais estranho à opinião pública do que a perspectiva de uma crise radical do sistema social instaurado por Lênin e Stálin. A idéia de uma reforma desse sistema achava-se, sim, mais ou menos em toda parte já há um quarto de século e alimentava, sob formas muito diversas, um revisionismo ativo, mas sempre respeitoso da superioridade de princípio do socialismo sobre o capitalismo. Mesmo os inimigos do socialismo não imaginavam que o regime soviético pudesse desaparecer e que a Revolução de Outubro pudesse ser ‘apagada’; menos ainda que essa ruptura pudesse ter como origem iniciativas do partido único no poder.

Contudo, o universo comunista desfez-se a si mesmo. Isso pode ser visto através de um outro sinal, desta vez mais abaixo na série dos fatos: dele não restam mais do que os homens que, não tendo sido vencidos, passaram de um mundo para o outro, reconvertidos a um outro sistema, partidários do mercado e das eleições, ou ainda reciclados no nacionalismo. De sua experiência anterior, porém, não subsiste nem uma idéia. Os povos que saem do comunismo parecem obcecados pela negação do regime sob o qual viveram, ainda que dele herdem hábitos e costumes. A luta de classes, a ditadura do proletariado, o marxismo-lenin-



nismo desapareceram para darem lugar ao que supostamente teriam substituído: a propriedade burguesa, o Estado democrático-liberal, os Direitos Humanos, a liberdade de iniciativa. Nada subsiste dos regimes de Outubro, a não ser aquilo de que eram a negação.

O fim da Revolução Russa, ou o desaparecimento do Império Soviético, descobre uma tábula rasa sem relação com o que haviam deixado o fim da Revolução Francesa ou a queda do Império Napoleônico. Os homens de Termidor festejaram a igualdade e o mundo burguês. Napoleão fora realmente, durante todo o tempo, aquele conquistador insaciável, aquele ilusionista da vitória, até a derrota que finalmente aniquilou todos os seus ganhos de jogador de sorte. Porém, no dia em que tudo perdeu, ele deixava, na Europa, um longo rastro de lembranças, de idéias e de instituições, de que até mesmo os inimigos se inspiravam para vencê-lo. Na França, ele fundamentara o Estado para os séculos vindouros. Lênin, pelo contrário, não deixa herança. A Revolução de Outubro fecha sua trajetória sem ser vencida no campo de batalha, mas liquidando ela mesma tudo o que se fez em seu próprio nome. No momento em que se desagrega, o Império Soviético oferece o caráter excepcional de ter sido uma superpotência sem ter encarnado uma civilização. O fato é que ele agrupou ao seu redor comparsas, clientes e colônias, construiu um arsenal militar e obteve uma política externa de dimensões mundiais. Teve todos os atributos da potência internacional, que o fizeram ser respeitado pelo adversário, para não falar dos atributos do messianismo ideológico, que o fizeram ser adorado pelos seus partidários. E, no entanto, sua dissolução rápida não deixa nada de pé: nem princípios, nem códigos, nem instituições, nem sequer uma história. Como os alemães antes deles, os russos são esse segundo grande povo europeu incapaz de conferir um sentido ao seu século XX e, com isso, permanece incerto sobre todo o seu passado.

Assim, nada me parece mais inexato do que batizar com o termo 'revolução' a série de acontecimentos que levou, na URSS e no império, ao fim dos regimes comunistas. Se mais ou menos todo o mundo o usou, é porque nenhuma outra palavra de nosso vocabulário político parecia convir melhor ao esboroamento de um sistema social; 'revolução' tinha a vantagem de comportar a idéia, familiar à tradição política ocidental, de uma ruptura brutal com o regime passado. Contudo, esse Antigo Regime nascera ele próprio da Revolução de 1917 e continuava a reivindicá-la, de sorte que a sua liquidação podia igualmente aparentar-se a uma 'contra-revolução': não trazia ela de volta aquele mundo burguês detestado por Lênin e por Stálin? Principalmente, suas modalidades não tiveram grande coisa em comum com uma reviravolta ou com uma fundação. Revolução e contra-revolução evocam aventuras da vontade, ao passo que o encadeamento das circuns-

tâncias preside ao fim do comunismo<sup>1</sup>. E o que se segue já quase não dá espaço à ação deliberada. Nas ruínas da União Soviética, não aparecem nem líderes prontos para assumirem a função dos que partem, nem verdadeiros partidos, nem uma nova sociedade, nem uma nova economia. Só se vê uma humanidade atomizada e uniformizada, e isto a tal ponto é bem verdade que as classes sociais ali desapareceram: até o campesinato, pelo menos na URSS, foi destruído pelo Estado. Os povos da União Soviética tampouco conservaram força suficiente para expulsar a Nomenklatura dividida, ou mesmo para ter um peso grande no curso dos acontecimentos.

Assim, o comunismo termina numa espécie de nada. Não abre caminho, como tantas mentes ao mesmo tempo desejaram e previram desde Khrushov, a um melhor comunismo, que apagasse os vícios do antigo conservando as suas virtudes. Um comunismo que Dubcek pudera encarnar por alguns meses na primavera de 1968, mas não Havel depois do outono de 1989. Gorbatchov fez ressurgir a ambigüidade desse comunismo em Moscou, depois da libertação de Sakharov, mas Iéltsin dissipou-o logo em seguida ao *putsch* de agosto de 1991: nada mais é visível nos destroços dos regimes comunistas além do repertório familiar da democracia liberal. A partir daí, muda até o sentido do comunismo, aos olhos daqueles mesmos que foram seus partidários. Em vez de ser uma exploração do futuro, a experiência soviética constitui uma das grandes reações anti-liberais e antidemocráticas da história européia no século XX, sendo a outra, evidentemente, a do fascismo, sob suas diferentes formas.

Assim, ela revela um de seus traços distintivos: ter sido inseparável de uma ilusão fundamental, cujo teor seu percurso pareceu por muito tempo validar, antes de dissolvê-lo. Não quero simplesmente dizer com isso que seus atores ou seus partidários não sabiam a história que estavam fazendo e alcançaram objetivos diferentes dos que se tinham fixado — o que é o caso geral. Quero, antes, dizer que o comunismo teve a ambição de ser conforme ao desenvolvimento necessário da Razão histórica e que a instauração da 'ditadura do proletariado', com isso, se revestiu de um caráter científico: ilusão de natureza diferente daquela que pode nascer de um cálculo de fins e de meios e até de uma mera crença no caráter justo de uma causa, uma vez que oferece ao homem perdido na História, além do sentido de sua vida, os benefícios da certeza. Ela não foi algo como um erro de julgamento, que podemos, com o auxílio da experiência, balizar, medir, corrigir; mas

---

1. A afirmação precisaria ser matizada conforme os países e ela é, por exemplo, menos verdadeira no caso da Polónia do que no da Hungria. Tenho em mente aqui o caso da URSS, de que afinal tudo dependeu, pois foi de Moscou que se propagou a onda de desagregação do Império Soviético.

sim, de preferência, um investimento psicológico que pode ser comparado ao de uma fé religiosa, embora seu objeto fosse histórico.

~ A ilusão não 'acompanha' a história comunista: é constitutiva dela; ao mesmo tempo independente de seu curso, enquanto prévia à experiência, e, no entanto, submetida às suas vicissitudes, uma vez que a verdade da profecia se mantém dentro dos limites do seu desenrolar-se. Ela tem sua base na imaginação política do homem moderno e, contudo, está sujeita ao remanejamento constante que as circunstâncias lhe impõem, como condição de sua sobrevivência. Ela faz da História seu alimento cotidiano, integrando continuamente à crença tudo o que ocorre. Assim se explica que ela só tenha podido desaparecer pelo desaparecimento daquilo de que se nutria a sua substância: crença na salvação pela História, ela só podia ceder a um desmentido radical da História, que tirasse sua razão de ser ao trabalho de remendagem inscrito em sua natureza.

É esse trabalho que forma o assunto deste livro: não a história do comunismo, e menos ainda da URSS, propriamente ditas, e sim a história da ilusão do comunismo, por todo o tempo em que a URSS lhe deu consistência e vida. Se quisermos pintar suas figuras sucessivas ao longo do século, não seremos forçosamente levados a considerá-las apenas como os produtos de um gênero ultrapassado pelo movimento da democracia liberal: confesso não ver as razões de substituir uma filosofia da História por outra. A utopia de um homem novo é anterior ao comunismo soviético e sobreviverá a ele sob outras formas — livre, por exemplo, do messianismo 'operário'. Ao menos o historiador da idéia comunista neste século tem hoje certeza de estar diante de um ciclo inteiramente encerrado da imaginação política moderna, inaugurado pela Revolução de Outubro, fechado pela dissolução da União Soviética. Além de glorificar-se do que era, o mundo comunista sempre se glorificou do que queria e, por conseguinte, do que iria tornar-se. A questão só foi resolvida pelo seu desaparecimento: ele hoje se encerra inteiro em seu passado.

Mas a história de sua 'idéia' permanece mais ampla do que a de seu poder, mesmo na época de sua maior expansão geográfica. Uma vez que ela é realmente universal, atingindo populações, territórios e civilizações em que mesmo o cristianismo não penetrara, eu precisaria, para seguir por toda a parte a sua sedução, um saber que não possuo. Limitar-me-ei a estudá-la na Europa, ali onde ela nasceu, ali onde tomou o poder, onde foi tão popular no final da Segunda Guerra Mundial; ali onde, enfim, ela demorou 30 anos para morrer, entre Khrushchov e Gorbatchov. Marx e Engels, seus 'inventores', não imaginaram que ela pudesse ter um futuro próximo além da Europa: a tal ponto que alguns grandes marxistas, como Kautsky, recusaram a Rússia de Outubro de 1917 como excêntrica demais para um papel de vanguarda. Uma vez no poder, Lênin só viu salvação na



solidariedade revolucionária dos velhos proletariados formados mais a oeste da Europa, a começar pelo alemão. Depois dele, Stálin dirigiu, para seu próprio proveito, toda a dimensão do fato russo para a idéia comunista, mas sem renunciar à idéia, que, pelo contrário, ganha vida nova com a vitória antifascista. Em suma, a Europa, mãe do comunismo, é também seu principal teatro. O berço e o coração de sua história.

Além disso, ela oferece ao observador a vantagem de um exame comparativo. Pois a idéia comunista pode ser ali estudada em dois estados políticos, conforme ocupe o poder por intermédio de partidos únicos ou esteja difusa na opinião pública das democracias liberais, canalizada principalmente pelos partidos comunistas locais, mas também propagada para além deles, sob formas menos militantes. Os dois universos estão em relação constante, embora desigual; o primeiro, secreto e fechado e o segundo, público e aberto. O interessante é que a idéia comunista vive melhor no segundo, apesar do espetáculo oferecido pelo primeiro. Na URSS, e mais tarde no que será chamado, depois de 1945, o 'campo socialista', ela forma a ideologia e a linguagem da dominação absoluta. Instrumento de um poder ao mesmo tempo espiritual e temporal, o que ela tem de emancipador não sobrevive por muito tempo à sua função de subjugação. No Oeste, ela também está submetida, por intermédio dos partidos irmãos, às coerções estreitas da solidariedade internacional; mas como ali ela não é nunca um meio de governo, conserva algo de seu encanto original, misturado a uma denegação do caráter assumido, no outro extremo da Europa, pelo Império Soviético. A essa dosagem instável entre o que ela conserva de utópico e o que já tem de histórico, as circunstâncias iriam dar, ao custo de sucessivos remanejamentos, a força de durar até nós. A idéia comunista viveu por mais tempo nas mentes do que nos fatos; por mais tempo no Oeste do que no Leste da Europa. Seu percurso imaginário é, assim, mais misterioso do que sua história real: eis por que este ensaio procura narrar suas voltas e desvios. Este inventário talvez seja a melhor maneira de trabalhar na elaboração de uma consciência histórica que seja comum ao ocidente e ao oriente da Europa, depois de eles estarem por tanto tempo separados ao mesmo tempo pela realidade e pela ilusão do comunismo.

Uma última palavra, por fim, sobre o autor, uma vez que todo livro de história tem também a sua história. Tenho com o tema de que trato uma relação biográfica. 'O passado de uma ilusão': para reencontrá-lo, preciso só me voltar para aqueles anos de minha juventude em que fui comunista, entre 1949 e 1956. A questão que tento hoje compreender é, portanto, inseparável de minha existência. Eu vivi de dentro a ilusão cujo caminho tento remontar, numa das épocas em que ela estava mais difundida. Devo lamentá-lo no momento em que escrevo a sua história? Não acredito. A 40 anos de distância, considero minha cegueira de

então sem indulgência, mas sem acrimônia. Sem indulgência, porque, a meu ver, a desculpa que muitas vezes se tira das intenções não serve de remissão para a ignorância e para a presunção. Sem acrimônia, porque aquele compromisso infeliz me instruiu. Dele saí com um começo de questionário sobre a paixão revolucionária e vacinado contra o investimento pseudo-religioso na ação política. Estes são problemas que ainda formam a matéria deste livro; eles me ajudaram a concebê-lo. Espero que este contribua para esclarecê-los.

# I

## A Paixão Revolucionária

Para compreender a força das mitologias políticas que preencheram o século XX, é preciso voltar ao momento do nascimento ou pelo menos da juventude delas; este é o único meio que nos resta de percebermos o brilho que tiveram. Antes de ser desonrado por seus crimes, o fascismo foi uma esperança. Ele seduziu não apenas milhões de homens, mas muitos intelectuais. Quanto ao comunismo, estamos ainda muito perto de seus bons tempos, uma vez que ele sobreviveu por muito tempo a seus fracassos e a seus crimes como mito político e como idéia social, sobretudo nos países europeus que não sofreram diretamente a sua opressão: morto entre os povos da Europa do Leste desde a metade dos anos 50, ele ainda está florescente 20 anos depois na Itália ou na França, na vida política e intelectual. Sobrevivência esta que permite avaliar o seu enraizamento e a sua capacidade de resistência à experiência, formando como um eco de seus bons tempos, na época de seu prestígio conquistador.

Para compreendermos a sua magia, devemos consentir no esforço indispensável de nos situarmos antes das catástrofes a que presidiram as duas grandes ideologias; no momento em que elas foram esperanças. A dificuldade desse olhar retrospectivo está ligada ao fato de que ele mistura, através de um tempo muito breve, a idéia de esperança e a idéia de catástrofe: tornou-se quase impossível, depois de 1945, imaginar o nacional-socialismo de 1920 ou de 1930 como uma promessa. O caso do comunismo é um pouco diferente, não só porque durou mais tempo, graças à vitória de 1945, mas também porque a crença tem como suporte essencial o imbricamento de épocas históricas sucessivas, uma vez que o capitalismo devia abrir caminho para o socialismo e depois para o comunismo. É tal a força dessa representação, que ela permite realmente compreender ou fazer

reviver as esperanças de que era portadora a idéia comunista no começo do século, mas ao custo de uma subestimação ou mesmo de uma denegação da catástrofe final. O fascismo cabe inteiro em seu fim, o comunismo conserva um pouco do encanto de seus primórdios: explica-se o paradoxo pela sobrevivência desse famoso sentido da História, outro nome de sua necessidade, que serve de religião para aqueles que não têm religião e, portanto, é tão difícil e até tão doloroso de abandonar. Ora, é preciso fazer esse trabalho do luto para entender o século XX.

A idéia de necessidade histórica conheceu ali seus melhores dias, porque o duelo entre fascismo e comunismo, preenchido com seu tumulto trágico, lhe oferecia um traje sob medida: a Segunda Guerra Mundial representou a arbitragem entre as duas forças que pretendiam à sucessão da democracia burguesa, a da reação e a do progresso, a do passado e a do futuro. Mas essa visão desfez-se sob nossos próprios olhos, com o fim do segundo pretendente depois do primeiro. Nem o fascismo nem o comunismo foram os sinais invertidos de uma destinação providencial da humanidade. Foram episódios curtos, enquadrados pelo que quiseram destruir. Produtos da democracia, foram enterrados pela democracia. Neles, nada foi necessário, e a história de nosso século, assim como a dos anteriores, poderia ter se passado de outra maneira: basta imaginar, por exemplo, um ano de 1917 na Rússia sem Lênin, ou uma Alemanha de Weimar sem Hitler. O entendimento de nossa época só é possível se nos libertarmos da ilusão da necessidade: o século só é explicável, na medida em que o é, se lhe devolvermos seu caráter imprevisível, negado pelos primeiros responsáveis por suas tragédias.

O que dele procuro compreender, neste ensaio, é ao mesmo tempo limitado e central: é o papel nele desempenhado pelas paixões ideológicas e mais especialmente pela paixão comunista. Pois essa característica põe o século XX à parte. Não que os séculos anteriores tenham ignorado as ideologias: a Revolução Francesa manifestou a sua força de atração sobre os povos, e os homens do século XIX não se cansavam de inventar ou de amar sistemas históricos do mundo, onde encontravam explicações globais para seu destino, pelos quais substituíam a ação divina. Contudo, não existe antes do século XX governo ou regime ideológico. Talvez possamos dizer que Robespierre esboçou as suas características na primavera de 1794, com a festa do Ser Supremo e o Grande Terror. Mas aquilo só durou algumas semanas e a referência ao Ser Supremo é de tipo religioso, ao passo que entendo aqui por ideologias os sistemas de explicação do mundo através dos quais a ação política dos homens tem um caráter providencial, com exclusão de toda divindade. Neste sentido, Hitler, por um lado, e Lênin, por outro lado, fundaram regimes desconhecidos antes deles.

Regimes cujas ideologias suscitaram não só o interesse, como também o entusiasmo de uma parte da Europa do pós-guerra; e não apenas nas massas po-

pulares, mas também nas classes cultas, apesar do caráter grosseiro das idéias ou dos raciocínios. Sob este aspecto, o nacional-socialismo é imbatível, um amálgama confuso de autodidata, enquanto o leninismo possui um pedigree filosófico. Contudo, mesmo o nacional-socialismo, para não falarmos do fascismo muscoliniano, conta entre os intelectuais debruçados sobre seu berço de monstro alguns dos grandes espíritos do século, começando por Heidegger. Que dizer, então, do marxismo-leninismo, de posse de seu privilégio de herdeiro e, do nascimento até a morte, posto sob o olhar vigilante de tantos filósofos, de tantos cientistas e de tantos escritores! É verdade que estes lhe fazem um cortejo intermitente, conforme a conjuntura internacional e a política do Komintern. Mas, se pusermos lado a lado todos os autores europeus célebres que foram, no século XX, em um ou outro momento, comunistas ou pró-comunistas, fascistas ou pró-fascistas, obteremos um Gotha do pensamento, da ciência ou da literatura. Para ter uma idéia do poder do fascismo e do comunismo sobre os intelectuais, aliás, um francês só precisa olhar para o seu próprio país, velha pátria européia da literatura, onde a NRF do entre-guerras ainda dá o tom: Drieu, Céline e Jouhandeau, por um lado, Gide, Aragon e Malraux, por outro.

O espantoso não é o intelectual compartilhar o espírito do tempo. É ele ser presa deste, em vez de tentar dar a ele o seu toque. A maior parte dos grandes escritores franceses do século XIX, sobretudo na geração romântica, fez política, freqüentemente como deputados, às vezes como ministros; mas foram autônomos e, aliás, inclassificáveis, por isso mesmo. Os do século XX se submetem às estratégias dos partidos e, de preferência, à política dos partidos extremos, hostis à democracia. Neles desempenham apenas um papel, acessório e provisório, de figurantes, manipulados como todos e sacrificados quando preciso à vontade do partido. Assim, não podemos escapar à questão do caráter ao mesmo tempo geral e misterioso dessa sedução ideológica. É mais fácil adivinhar por que um discurso de Hitler comoveu um alemão sobrevivente de Verdun, ou um burguês berlinense anticomunista, do que compreender a ressonância que ele teve em Heidegger ou em Céline. A mesma coisa quanto ao comunismo: a sociologia eleitoral, quando ela é possível, indica-nos os ambientes receptivos à idéia leninista, mas nada nos diz do encanto universal que ela exerce. O fascismo e o comunismo muito deveram de seus êxitos aos acasos da conjuntura, ou seja, à sorte: não é difícil imaginar roteiros em que Lênin é retido na Suíça em 1917 e Hitler não é chamado para a Chancelaria em 1933. Mas o prestígio de suas ideologias teria existido mesmo sem o sucesso deles, independentemente das circunstâncias particulares que os levaram ao poder: e é esse caráter inédito da política ideológica, seu enraizamento nos espíritos, que a torna misteriosa. Na partitura teológico-política do século,

o mais enigmático é esse bazar intelectual ter cruzado sentimentos tão fortes e nutrido tantos fanatismos individuais.

Para compreendê-lo, o melhor é menos inventariar esse bricabraque de idéias mortas do que repartir as paixões que lhe emprestaram sua força. Dessas paixões, filhas da democracia moderna empenhadas em devastar a sua terra nutriz, a mais antiga, a mais constante, a mais poderosa é o ódio à burguesia. Ele percorre todo o século XIX, antes de encontrar seu ponto culminante em nossa época, uma vez que a burguesia, sob seus diferentes nomes, constitui para Lênin e para Hitler o bode expiatório das desgraças do mundo. Ela encarna o capitalismo: para um, é ela quem traz o imperialismo e o fascismo; para o outro, ela traz o comunismo; para ambos, é a origem do que detestam. Abstrata o bastante para abrigar símbolos múltiplos e concreta o bastante para oferecer um objeto de ódio que esteja próximo, a burguesia oferece ao bolchevismo e ao fascismo seu pólo negativo, ao mesmo tempo que um conjunto de tradições e de sentimentos mais antigos sobre os quais se apoiar.

Pois essa é uma velha história, tão velha quanto a própria sociedade moderna.

A burguesia é o outro nome da sociedade moderna. Ela designa essa classe de homens que foi progressivamente destruindo, com sua atividade livre, a antiga sociedade aristocrática, baseada nas hierarquias de nascença. Ela já não é definível em termos políticos, como o cidadão antigo ou o senhor feudal. O primeiro era o único a ter o direito de participar dos debates da Cidade, o segundo tinha muito exatamente o *quantum* de dominação e de subordinação que lhe conferia seu lugar numa hierarquia de dependências recíprocas. Ora, a burguesia não tem mais um lugar definido na ordem do político, ou seja, da comunidade. Ela cabe inteira no econômico, categoria esta que, aliás, ela inventa ao vir ao mundo: na relação com a natureza, no trabalho, no enriquecimento. Classe sem estatuto, sem tradição fixa, sem contornos estabelecidos, ela só tem um título frágil à dominação: a riqueza. Frágil, porque pode pertencer a todos: aquele que é rico poderia não sê-lo. Aquele que não é poderia sê-lo.

De fato, a burguesia, categoria social definida pelo econômico, ostenta em suas bandeiras valores universais. O trabalho define não mais os escravos, como na Antiguidade, ou os não-nobres, como nas aristocracias, e sim a humanidade inteira. Constitui o que é possuído pelo homem mais elementar, o indivíduo em sua nudez primeira frente à natureza; supõe a liberdade fundamental de cada um desses indivíduos, e igual em todos, de conseguir uma existência melhor, aumentando suas propriedades e suas riquezas. Assim, o burguês se julga liberto da tradição, religiosa ou política, e indeterminado como pode sê-lo um homem livre e igual em direito a todos os outros. Ele regula sua conduta relativamente ao

futuro, pois deve inventar-se a si mesmo e ao mesmo tempo à comunidade de que é membro.

Ora, é problemática a existência social deste personagem histórico inédito. Ei-lo aqui brandindo no teatro do mundo a liberdade, a igualdade, os Direitos Humanos, em suma, a autonomia do indivíduo, contra todas as sociedades da dependência que apareceram antes dele. E qual é a associação nova proposta por ele? Uma sociedade que só ponha em comum o mínimo vital, uma vez que seu principal dever é garantir a seus membros o livre exercício de suas atividades privadas e o gozo garantido do que adquiriram. Quanto ao resto, é problema deles: os associados podem ter a religião que escolherem, suas próprias idéias do bem e do mal, estão livres para irem atrás de seus prazeres e dos fins particulares dados às suas existências, contanto que respeitem os termos do contrato mínimo que os liga a seus concidadãos. A sociedade burguesa é, assim, destacada por definição da idéia de bem comum. O burguês é um indivíduo separado de seus semelhantes, fechado em seus interesses e em seus bens.

Ele é ainda mais separado e fechado porque sua obsessão constante é aumentar essa distância que o afasta dos outros homens: o que é tornar-se rico, a não ser tornar-se mais rico do que o vizinho? Num mundo onde nenhum lugar está antecipadamente reservado nem adquirido para sempre, a paixão inquieta do futuro agita todos os corações e não encontra em nenhum lugar um apaziguamento duradouro. O único sossego da imaginação está na comparação de si mesmo com o outro, na avaliação de si mesmo através da admiração, da inveja ou do ciúme dos outros: Rousseau<sup>1</sup> e Tocqueville são os mais profundos analistas dessa paixão democrática; ela que constitui o grande tema da literatura moderna. Mas esse sossego mesmo é por natureza precário, se é verdade que, dependente de situações provisórias e constantemente ameaçado em seu fundamento, ele deve continuamente buscar reassegurar-se num aumento de riquezas e de prestígio.

Assim, a sociedade é animada por uma agitação corpuscular que a joga continuamente para a frente. Mas essa agitação aprofunda as contradições inscritas em sua própria existência. Não basta ela ser formada de associados pouco inclinados a se interessar pelo interesse público. É preciso, também, que a idéia de igualdade-universalidade dos homens, ostentada por ela como seu fundamento e que é a sua novidade, seja constantemente negada pela desigualdade das propriedades e das riquezas, produzida pela competição entre seus membros. Seu movimento contradiz seu princípio; seu dinamismo, sua legitimidade. Ela não se cansa de produzir desigualdade — mais desigualdade material do que qualquer

---

1. Refiro-me aqui antes de tudo ao autor do *Discours sur l'origine et les fondements de l'inégalité parmi les hommes* (*Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*).

sociedade conhecida — ao passo que proclama a igualdade como um direito imprescritível do homem. Nas sociedades anteriores, a desigualdade tinha um estatuto legítimo, inscrito na natureza, na tradição ou na providência. Na sociedade burguesa, a desigualdade é uma idéia que circula de contrabando, contraditória à maneira como os indivíduos se imaginam a si mesmos; e, no entanto, ela está em toda parte na situação que eles vivem e nas paixões que ela alimenta. A burguesia não inventa a divisão da sociedade em classes. Mas faz dessa divisão um sofrimento, envolvendo-a numa ideologia que a torna ilegítima.

Daí vem o fato de que, nesse quadro, seja tão difícil constituir a Cidade e, uma vez constituída, seja ela tão frágil e tão instável. O burguês moderno não é, como o cidadão antigo, um homem inseparável de sua pequena pátria. Não encontra um estatuto duradouro, como o senhor da aristocracia, no cruzamento do social e do político. Ele é rico, mas seu dinheiro não lhe assinala nenhum lugar na comunidade: pode-se ainda, aliás, chamar de comunidade esse lugar degradado do estar-juntos que não é mais do que um produto aleatório do movimento da sociedade? Carente de um fundamento exterior aos homens, amputada de sua dimensão ontológica, afectada com um segundo carácter relativo ao social e portanto provida de atribuições limitadas, a Cidade do burguês é uma figura problemática. Já que todos os homens são iguais, como não participariam igualmente da soberania sobre si mesmos? Mas como organizar essa soberania? Como admitir nela milhões de homens, a não ser por procuração? Por que admitir os analfabetos e os pobres, os que não sabem e os que não podem querer livremente? Como ‘representar’ a sociedade? Que poder deve ser dado a esses representantes, segundo os diferentes corpos onde a vontade dos associados os colocou? Etc. Não acabaríamos nunca de inventariar as questões ou os impasses inseparáveis da constituição política da sociedade burguesa, já que seria preciso percorrer toda a história da Europa desde o século XVIII: é suficiente para o meu propósito ter indicado a sua origem, uma vez que os efeitos se fazem sentir mais do que nunca durante todo o século XX.

Pois, uma vez constituída com muitas dificuldades como vontade política, a sociedade burguesa não terminou a sua odisséia. Sem uma classe dirigente legítima, organizada por delegação, formada de poderes diversos, centrada nos interesses, sujeita a paixões violentas e pequenas, ela reúne realmente condições para promover chefes medíocres e múltiplos, objetivos demagógicos e uma agitação estéril. Sua dinâmica cabe na contradição entre a divisão do trabalho, segredo de sua riqueza, e a igualdade dos homens, inscrita no frontão de seus edifícios públicos. Juntas, as duas coisas formam a sua verdade, como vimos: a universalidade dos homens é definida pela relação com a natureza através do trabalho. Mas o trabalho, realidade histórica e social, é, na mesma época, a maldição do prole-



tariado, explorado pela burguesia, que se enriquece às suas custas. Portanto, é preciso quebrar essa maldição para cumprir a promessa da universalidade. Assim, a idéia de igualdade funciona como o horizonte imaginário da sociedade burguesa, jamais alcançado por definição, mas constantemente invocado como uma denúncia da dita sociedade; aliás, cada vez mais longínquo, à medida que a igualdade vai progredindo, o que lhe garante um uso interminável. A desgraça do burguês não é só estar dividido por dentro. É oferecer uma metade de si mesmo à crítica da outra metade.

De resto, será que ele existe realmente como o homem de uma classe consciente de si mesma, como demiurgo da sociedade moderna, esse burguês cujo conceito é tão caro a todos os que o detestam? Definido através do econômico, sua dimensão essencial, ele é apenas uma roda no movimento que o arrasta e que recruta seus heróis mais ou menos em toda parte, para renová-los com frequência. O capitalismo foi menos a criação de uma classe do que a de uma sociedade, no sentido mais global do termo. Sua pátria por excelência, os Estados Unidos, não teve burguesia, mas sim um povo burguês, o que é completamente diferente. O que, inversamente, a França moderna teve de muito conscientemente burguês se explica antes de tudo por reações políticas e culturais. A arrogância aristocrática não basta para explicar isso, disseminada como estava por toda a nação. Também foi necessária a Revolução Francesa, não filha, mas mãe da burguesia: durante todo o século XIX, os possuidores se angustiam com um recomeço de 1793, espectro que alimenta seu pavor das classes populares e das idéias republicanas ou socialistas. Essa burguesia — que se distingue com tanta paixão do alto e do baixo da sociedade, justificando como em nenhum outro lugar seu outro nome de ‘classe média’ — não nutre, porém, nenhum projeto econômico particular: não gosta da aristocracia, mas a imita. Teme o povo, mas compartilha a sua prudência camponesa. O povo americano foi possuído pelo espírito capitalista sem ter burguesia. A sociedade política francesa criou uma burguesia que não tinha o espírito capitalista.

Assim, as palavras ‘burguês’ e ‘burguesia’ precisam, para serem claras e úteis, de especificações que reduzam seu campo. Pois, se estão fadadas a significar mais ou menos tudo o que faz a novidade e as contradições da sociedade moderna, mais vale substituí-las por termos mais gerais, que não resolvam antecipadamente a questão do porquê e formem, de preferência, constatações e não explicações da nova condição do homem social na época moderna. Desse surgimento de um período inédito da História, todos os grandes espíritos da Europa tiveram consciência no final do século XVIII e no início do XIX; eles o batizaram, segundo a inclinação de seus gênios respectivos, “sociedade comercial” entre os escoceses, “fim da história” em Hegel, “democracia” em Tocqueville. Mas se, ao

colocar a burguesia no centro da definição do moderno, Guizot forneceu a sua interpretação destinada a tornar-se a mais corrente, não é só porque, nesse ponto, tenha sido seguido por Marx. É porque tanto ele quanto Marx, tanto o burguês quanto o 'proletário', ofereceram às gerações seguintes a eles o herói e o bandido da peça.

Com efeito, a força que possui a reconstrução feita por eles do milagre europeu através do papel da burguesia está ligada ao fato de que a História tem ali não apenas um sentido, mas também um ator. Ator que Guizot celebra e de que Marx faz a 'crítica', mas que, em ambos os casos, ocupa o palco com sua presença inúmera e o preenche com sua vontade coletiva. Guizot termina a luta de classes em nome da burguesia e Marx a prossegue em nome do proletariado; assim se vêem personalizadas as condições e a necessidade de sua ação. A luta de classes baliza um vasto campo cujas leis da História encontram providencialmente em que se encarnarem como vontades e como paixões. Imediatamente, o burguês, *deus ex machina* da sociedade moderna, se vê encarnando a mentira da sociedade moderna. Ele oferece à política democrática aquilo de que ela precisa acima de tudo, um responsável ou um bode expiatório. Ele vem na medida certa para ali representar uma vontade maléfica. Se Guizot o celebrou como tal, Marx pode incriminá-lo como tal. Aliás, os homens do século XIX não esperaram Marx para fazê-lo: o ódio ao burguês é tão velho quanto a própria burguesia.

Em seus primórdios, é verdade, esse ódio ao burguês se nutre de fora, por referência à antiga sociedade ainda próxima. Ele vem quer dos partidários do que os revolucionários franceses chamaram de "Antigo Regime", quer dos que sabem da irreversibilidade da História, mas conservam um sentimento carinhoso pelo universo perdido de suas infâncias. Bonald, Chateaubriand: um detesta os autores da destruição revolucionária, o outro não gosta muito deles, embora saiba que são vencedores, porque os crê incapazes de um dia alcançarem a verdadeira grandeza, a dos tempos aristocráticos. Mas ambos criticam a burguesia por comparação com o que a precedeu, como é o caso de tantos escritores românticos.

Contudo, já a Revolução Francesa mostrou a força de uma crítica ou de uma paixão ao mesmo tempo comparável e diferente; dirigida contra o mesmo adversário, mas provinda de uma outra fonte: a denúncia do burguês vinda do interior do mundo burguês. Os homens de 1789 amaram e proclamaram a igualdade de todos os franceses, mas privaram muitos deles do direito de voto e outros do direito de serem eleitos. Amaram e proclamaram a liberdade, mas mantiveram a escravidão 'nas ilhas', em nome da prosperidade do comércio nacional. Os que sucederam a eles apoiaram-se na timidez ou nas inconseqüências deles para levarem adiante a revolução, em nome da verdadeira igualdade; mas foi para

descobrirem que essa bandeira esconde um aumento sem limites na oferta, inscrita no princípio da democracia. Se os homens devem pensar-se como iguais, o que vai dizer o pobre do rico, o trabalhador do burguês e o menos pobre do mais pobre? Os jacobinos de 1793 são burgueses partidários da liberdade de produzir, ou seja, da economia de mercado; são também revolucionários hostis à desigualdade das riquezas produzidas pelo mercado. Eles atacam o que chamam de a “aristocracia dos ricos”, utilizando o vocabulário do velho mundo para denunciarem o novo: se a desigualdade democrática recomeça sem cessar a desigualdade aristocrática, de que serve derrotar o Antigo Regime?

É essa suspeita que dá à Revolução Francesa esse caráter incontrolável e interminável, que tanto a diferencia da Revolução Americana, que temos o direito de hesitar em empregar a mesma palavra para designarmos os dois acontecimentos. Ambos, porém, são animados pelas mesmas idéias e por paixões comparáveis; ambos fundam, quase juntos, a civilização democrática moderna. Mas um se encerra pela elaboração e pelo voto de uma Constituição que ainda persiste e se tornou a arca sagrada da cidadania americana. O outro multiplica as constituições e os regimes e oferece ao mundo o primeiro espetáculo de um despotismo igualitário. Ela faz existir duradouramente a idéia de revolução, não como a passagem de um regime para outro, um parêntese entre dois mundos, e sim como uma cultura política inseparável da democracia, e tanto quanto ela inesgotável, sem ponto de parada legal ou constitucional: alimentada pela paixão da igualdade, por definição insatisfeita.

Tocqueville acreditou que a violência dessa paixão, na Revolução Francesa, estava ainda ligada ao que ela derrubava e que o burguês só recebia esse acréscimo de abominação como herdeiro involuntário da arrogância dos nobres. Sem Antigo Regime a vencer, os americanos amaram a igualdade como um bem de que sempre gozaram. Os franceses, do momento em que a conquistaram, temem perdê-la e a adoram exclusivamente, tamanho é o espectro da aristocracia que continua delineando-se por trás do espetáculo da riqueza. Análise profunda e verdadeira no que diz respeito aos dois povos e às duas revoluções, no final do século XVIII, mas que não deve levar a subestimar, com base no modelo americano daquela época, a semelhança profunda entre as paixões da igualdade em ambos os países: pois, neste final de século XX, a crítica à democracia em nome da democracia não é menos obsessiva nos Estados Unidos do que na França ou na Europa. Longe de a igualdade consensual dos americanos ter feito escola nos países europeus, foi antes a igualdade obsessiva dos revolucionários franceses que conquistou a sociedade americana.

Mas a essa paixão-mãe da democracia moderna, os americanos, mesmo os de hoje, nunca deram como alimento o ódio ao burguês: essa figura não existe ou

existe tão pouco, em seus confrontos políticos, que eles tomam outros caminhos e são animados por outros símbolos. Onipresente, pelo contrário, na política europeia de dois séculos para cá, ela é que permite dar um alvo comum a todos os infelizes da modernidade: os que incriminam a mediocridade do mundo burguês, assim como os que censuram sua mentira. A literatura francesa, particularmente no meio século posterior à revolução, está repleta de um ódio ao burguês comum à direita e à esquerda, ao conservador e ao democrata-socialista, ao religioso e ao filósofo da História. Aos olhos do primeiro, o burguês é aquele homem falso que se pretende liberto de Deus e da tradição, emancipado de tudo, mas escravo de seus interesses; cidadão do mundo, mas egoísta feroz em sua pátria; voltado para o futuro da humanidade, mas obcecado pelos prazeres do presente; a sinceridade a tiracolo, mas a mentira no fundo do coração. Ora, o socialista assina embaixo esse julgamento. Mas acrescenta à exposição dos motivos, ele que acredita no verdadeiro universalismo, livre dos interesses de classe, um considerando suplementar: o burguês é infiel a seus próprios princípios, uma vez que, ao recusar o sufrágio universal, trai a Declaração dos Direitos do Homem.

Não concluamos daí muito rapidamente que o socialista é um democrata mais avançado do que o liberal. Esse tipo de argumento, tantas vezes brandido hoje em dia para tapar os furos da barca socialista que soçobra, baseia-se numa confusão ou num contra-senso. Pois o mundo do liberal e o do democrata são filosoficamente idênticos; a crítica socialista sabe disso ao visá-los conjuntamente. O burguês do século XIX pode muito bem rejeitar o sufrágio universal, mas com isso ele se põe do lado de fora de seus próprios princípios, aos quais deve, aliás, logo ceder. Pelo contrário, o que o socialista critica, de Buchez ao jovem Marx, no mundo burguês, é a própria idéia de Direitos Humanos como fundamento subjetivo da sociedade, mera cobertura do individualismo que rege a economia capitalista. O drama é que a mesma regra preside ao mesmo tempo ao capitalismo e à liberdade moderna: a regra da liberdade, portanto da pluralidade, das idéias, das opiniões, dos prazeres e dos interesses. Compartilham-na os liberais e os democratas, uma vez que ela está no fundamento de suas concepções. Os reacionários e os socialistas recusam-na, em nome da unidade perdida do homem e da humanidade. Aliás, não é raro, nessa época, ver escritores que começaram na extrema direita, como La Mennais, acabarem na extrema esquerda; ou filósofos socialistas, como Buchez, misturarem o catolicismo a uma filosofia messiânica da História. Todos os materiais culturais são bons para quem quer combater a maldição do dilaceramento burguês. A questão de Rousseau, reatualizada pela experiência revolucionária tão próxima, está no coração das filosofias tanto de direita quanto de esquerda, e a vemos onipresente tanto em Bonald quanto em Louis Blanc: se somos tão somente indivíduos, que espécie de sociedade formamos?

Procuro menos analisar conceitos do que fazer reviver uma sensibilidade e certas opiniões. Os homens do século XIX acreditaram fortemente que a democracia liberal moderna expunha a sociedade a um perigo constante de dissolução, em consequência da atomização dos indivíduos, de sua indiferença pelo interesse público, do enfraquecimento da autoridade e do ódio entre as classes. Filhos do individualismo absoluto instaurado a 4 de agosto de 1789 e sobreviventes de uma revolução popular a que só puderam pôr fim provisoriamente, aliás, através de um despotismo mais absoluto que a antiga monarquia, os franceses acreditaram particularmente nisso, mais do que os ingleses, por exemplo. Nunca celebraram o utilitarismo como garantia filosófica do liame social. Por essa razão, o burguês, na França e na Europa, se é realmente burguês proprietário, teme a revolução. Compartilha os temores de seus inimigos, alinha-se com suas obsessões. Tem medo do recomeço da desordem, tanto mais que a Europa da época está mais fascinada pela experiência política francesa do que pela exceção constitucional inglesa, como provam a extensão da idéia revolucionária e as insurreições de 1830 e de 1848. Assim, o burguês tende a concentrar sobre si o desprezo da época; é o novo rico de Balzac, o 'escroque' de Stendhal, o 'filisteu' de Marx: filho de um acontecimento imenso, que ainda intimida os que foram suas vítimas e fascina os que se pretendiam seus continuadores, mas medrosos demais para assumir a sua herança. O que seu passado tem de grande torna tanto mais visível o que seu presente tem de miserável.

Eis aí, portanto, o burguês tornado tradicionalista por medo: negação de si mesmo que nem por isso lhe dá uma tradição. Detesta a revolução, mas está forçosamente apoiado nela. Fora dela, só há a tradição dos outros, a da aristocracia ou a da monarquia, lhe emprestando a roupagem. Abdica de seus títulos históricos e não tem outros. Da mesma forma, cessou de encarnar a liberdade, para se tornar o pai de família autoritário e tirânico, maníaco por conforto, obcecado por suas propriedades: o Chérubin Beyle de *Henry Brulard*, contra o qual seu filho brande as imagens conjugadas de seu ego aristocrático e da fraternidade jacobina. Em suma, tudo o que o burguês inventou se voltou contra ele. Ele se elevou pelo dinheiro, que lhe permitiu dissolver de dentro a 'hierarquia' aristocrática; mas esse instrumento da igualdade transformou-o num aristocrata de um novo tipo, ainda mais cativo da riqueza do que o nobre o era de seu berço. Ele levou à pia batismal os Direitos Humanos, mas a liberdade o apavora e a igualdade, ainda mais. Foi o pai da democracia, pela qual todo homem é o igual de todos os homens, associado a todos na construção do social, e pela qual cada um, ao obedecer à lei, só obedece a si mesmo. Mas a democracia desvelou a fragili-

dade de seus governos e ao mesmo tempo a ameaça do maior número, ou seja, dos pobres: ei-la mais reticente do que nunca acerca dos princípios de 1789, graças aos quais, porém, fez essa entrada retumbante na História.

Se o burguês é o homem da renegação, é porque era o homem de uma mentira. Longe de encarnar o universal, ele só tem uma obsessão, os seus interesses, e um símbolo, o dinheiro. Através do dinheiro ele é o mais odiado; o dinheiro reúne contra ele os preconceitos dos aristocratas, o ciúme dos pobres e o desprezo dos intelectuais, o passado e o presente, que o expulsam do futuro. O que constitui a sua potência sobre a sociedade explica também a sua fraqueza sobre as imaginações. Um rei é infinitamente maior do que a sua pessoa, um aristocrata recebe seu prestígio de um passado mais antigo do que ele, um socialista prega a luta por um mundo onde ele não mais existirá. Mas o homem rico, por sua vez, é apenas o que é: rico, somente. O dinheiro não prova suas virtudes nem sequer o seu trabalho, como na versão puritana; veio-lhe, na melhor das hipóteses, por sorte, e nesse caso pode perdê-lo amanhã por azar; na pior das hipóteses, foi adquirido às custas do trabalho dos outros, por ladroagem ou por cupidez, ou pelas duas coisas ao mesmo tempo. O dinheiro afasta o burguês de seus semelhantes, sem lhe trazer esse mínimo de consideração que lhe permite governá-los tranqüilamente. É no momento em que o consentimento dos governados se tornou explicitamente necessário para o governo dos homens que é mais difícil reuni-lo.

Desse déficit político e moral que aflige o burguês de todas as partes, não há ilustração melhor do que seu rebaixamento estético: o burguês começa no século XIX sua grande carreira simbólica como antítese do artista. Mesquinho, feio, ladrão, limitado, caseiro, ao passo que o artista é grande, belo, generoso, genial, boêmio. O dinheiro resseca a alma e a avilta, o desprezo pelo dinheiro a eleva às grandes coisas da vida: convicção esta que não é compartilhada apenas pelo escritor ou pelo artista 'revolucionário', mas também pelo conservador ou pelo reacionário; não só Stendhal, mas também Flaubert. Não só Heine, mas também Hölderlin. Lamartine viveu com ela, tanto quando era legitimista como quando se tornou republicano. O burguês coleciona, assim, mais ou menos em toda parte na cultura européia, essa eleição de desprezo misturado com ódio, isto é, o preço pago à natureza de seu próprio ser e à maneira como fez sua entrada no palco político. Ele é, por um lado, aquele homem nu diante da natureza, que só tem o seu trabalho produtivo como arte aplicando toda a sua inteligência em seu projeto utilitário, sem levar em consideração a beleza do que destrói ou do que constrói. Por outro lado, ele derrubou a aristocracia através da revolução e anunciou com brilho o início de seu reinado, o que poderia constituir uma circunstância atenuante. Mas ele logo se revelou tão incapaz de assumir a anúnciação democrática de 1789 que a própria idéia revolucionária passou para seus adversários.

Ele revelou sua verdadeira ambição — instituir um mercado, não uma cidadania. Daí que ele encarne, do moderno, só a parte ruim: é o símbolo do capitalismo e não da democracia.

Essa dissociação, porém, não é inevitável nem evidente. A liberdade de produzir, de comprar e de vender faz parte da liberdade pura e simples; ela se afirmou como tal contra os entraves e os privilégios da época feudal. A igualdade contratual dos indivíduos não é menos indispensável à existência de um mercado do que à autonomia física e moral das pessoas. Aliás, essas duas faces da sociedade moderna não estão dissociadas na cultura mais democrática que a Europa produziu, a de seu ramo americano: livre empresa, liberdade e igualdade dos homens são ali pensadas como inseparáveis e complementares. Enfim, essa dissociação nada tem a ver com os progressos ou os males objetivos da economia capitalista: ela recebe a sua forma clássica e extrema, muito cedo no século XIX, em dois países onde a produção dos bens se manteve tradicional, se a compararmos ao crescimento do capitalismo industrial inglês na mesma época: na França e na Alemanha. Dois países cuja vida intelectual é mais efervescente do que a economia, e onde a Revolução de 1789 deixou um rastro indelével, não existente na Inglaterra numa profundidade comparável. É no florescimento francês da idéia socialista, e no hegelianismo de esquerda de que sairá Marx, que se fabrica a crítica radical do burguês; ali se realiza o desvelamento de sua essência nefasta, que o torna o opróbrio dos dois séculos seguintes.

Na história da Europa, as circunstâncias fizeram (e nessa fórmula anódina jaz o principal mistério da Revolução Francesa) o desmoronamento súbito da maior monarquia e o surgimento extraordinário de um regime novo sucederem à lenta emergência de uma classe média, situada em algum lugar entre a nobreza e o povo. *Post hoc, propter hoc*: com o crédito desse ativo quase divino, dado por uma época que doravante tem a necessidade de explicar todo acontecimento por uma vontade, o burguês não se cansa de desapontar as promessas inseparáveis de seu advento suposto. Já o curso da revolução o forçou a passar a iniciativa, primeiro a Robespierre, depois a Bonaparte. O século XIX devolve-o às suas atividades de formiga, em meio a recordações demasiado grandes para ele. A época oferecera-lhe o papel de que era mais incapaz: o de uma classe política.

Nascendo da democracia, prosperando dentro dela, o ódio ao burguês só aparentemente é o ódio ao outro. Em seu centro, ele é o ódio a si mesmo.

Aparentemente, com efeito, essa sociedade de indivíduos dados à busca de seus interesses e de seus prazeres recebe sua ordem política de fora, como uma conseqüência fatal da desigualdade das riquezas nela desenvolvidas. A luta de classes põe frente à frente os ricos e os pobres, os possuidores e os não-pos-

suidores, os que lucram com a sociedade burguesa e os que acampam em suas margens, os burgueses e os proletários. Uns e outros têm uma consciência variável de seu antagonismo, forte o bastante, porém, para estruturar toda a vida política da sociedade. Através da pobreza ou da cólera dos trabalhadores, como ontem através dos passa-foras da nobreza, o ódio à burguesia recebe de fora seu fundamento racional.

Contudo, o sentimento se nutre também, especialmente em suas manifestações mais violentas, em fontes internas. Nós o encontramos mais ou menos em toda parte, como vimos, entre os escritores e os artistas, mesmo entre aqueles, como Stendhal, que não são nem aristocratas nem socialistas. Ele com frequência alimenta os conflitos no interior das famílias, a revolta dos filhos contra os pais em nome da liberdade contra a natureza. Seu motor principal está no interior do universo burguês, naquilo que constitui esse universo como contraditório. No coração da paixão antiburguesa se encontra também o remorso constante do burguês, ou sua má consciência.

Como poderia ele viver com a alma tranqüila? Ele não venceu o aristocrata apenas por sua riqueza, mas também pelo vasto abalo das consciências em que se apoiou. Se tantos jovens nobres, aliás, se juntaram a ele no século anterior para pôr fim ao Antigo Regime, é porque a idéia de um homem universal, emancipado pela razão das predestinações seculares, lhes parecia melhor, no sentido intelectual e moral, do que a fidelidade à tradição. Ei-lo, porém, agora, o autoproclamado vencedor da História às voltas com os efeitos da crença na universalidade dos homens. A liberdade, a igualdade: promessas ilimitadas cujo caráter problemático a revolução mostrou, uma vez que a queremos limitar ao Estado social, sem, contudo, diminuir no mínimo que seja sua chama nos espíritos. Pois essas promessas arbitrárias criam um espaço inultrapassável entre as expectativas dos povos e o que a sociedade pode lhes oferecer. Elas tornam *ipso facto* caduco todo debate ou todo acordo sobre os limites da democracia. Elas até infirmam o seu conceito, que implicaria um futuro fechado e associados satisfeitos.

O burguês é condenado a viver nesse sistema aberto, que põe em movimento paixões contraditórias e poderosas. Fica preso entre o egoísmo calculista, pelo qual se enriquece, e a compaixão, que o identifica ao gênero humano, ou pelo menos aos seus concidadãos. Entre o desejo de ser igual, logo semelhante a todos, e a obsessão da diferença, que o lança na busca da mais insignificante distinção. Entre a fraternidade, horizonte de uma história da humanidade, e a inveja, que constitui seu motor psicológico vital. Rousseau explorara as duas extremidades dessa condição: a solidão dos *Devaneios do caminhante solitário* e a lógica democrática de *O contrato social*. Mas ele, o burguês, deve contentar-se em existir nesse intervalo, em que uma metade de si mesmo detesta a outra metade



e em que, para ser um bom cidadão, deve ser um mau burguês, ou então ser um mau cidadão, se quiser continuar sendo um burguês de verdade.

O pior é que ele conhece a sua desgraça, a examina e a expõe, na busca ardente de seu 'eu', centro do universo, mas centro incerto de seu lugar no mundo e de sua relação com as mônadas que o rodeiam. Autônomo, esse eu deve fazer-se a si mesmo, mas para tornar-se o quê? Ele só conhece seu desdobramento sem fim, que lhe dá a matéria de uma grande literatura, mas não lhe abre nem o segredo de um bom governo nem o caminho de uma reconciliação consigo mesmo. O burguês não sabe nem organizar sua vida pública, nem encontrar a paz interior: tanto a luta de classes quanto o mal-estar de seu eu estão inscritos no seu destino. Ostentando o universal em sua bandeira, ele é também portador de uma dúvida sobre a verdade do que proclama: uma parte de si mesmo dá razão a seus adversários, pois estes falam em nome dos princípios que são os dele próprio.

Daí vem esta característica da democracia moderna, sem dúvida única na história universal: essa capacidade infinita de produzir filhos e homens que detestam o regime social e político em que nasceram, que odeiam o ar que respiram, ao mesmo tempo que dele vivem e jamais conheceram outro. Já não estou falando aqui daqueles que, logo depois de uma revolução democrática, sentem saudade do antigo mundo em que cresceram e de que conservam lembranças e hábitos. Tive, pelo contrário, em mente essa paixão política constitutiva da própria democracia, essa disputa moral para ver quem vai mais longe na fidelidade aos princípios que faz com que mais ou menos todo o mundo, na sociedade moderna, inclusive o próprio burguês, seja o inimigo do burguês. A cena fundamental dessa sociedade não é, como acreditou Marx, a luta do trabalhador contra o burguês; com efeito, se o único sonho do trabalhador é tornar-se burguês, essa luta é simplesmente parte do movimento geral da democracia. Muito mais essencial é o ódio do burguês a si mesmo e esse dilaceramento interior que o volta contra o que é: todo-poderoso na economia, senhor das coisas, mas sem poder legítimo sobre os homens e carente de unidade moral em seu foro íntimo. Criador de uma riqueza inédita, mas bode expiatório da política democrática. Multiplicando em toda parte os monumentos de seu gênio técnico e os sinais de sua enfermidade política. O século XX iria proclamá-lo.

Em matéria de ódio ao burguês, os séculos XIX e XX apresentam o contraste que já indiquei acerca de outros sentimentos ou de outras representações democráticas. Em certo sentido, tudo é dito muito cedo. E no entanto, tudo permanece governável no século XIX e já não o é no XX. Com efeito, os elementos,

os ingredientes da paixão antiburguesa são visíveis na cultura e na política européia desde o início do século XIX e até antes, se pensarmos no gênio tão premonitório que é Rousseau. Os jacobinos franceses de 1793, supostos abridores do reinado da burguesia, oferecem o primeiro exemplo maciço de burgueses que detestam os burgueses em nome de princípios burgueses. Se foram tão admirados, tão imitados pela esquerda européia do século seguinte, é porque deram muito cedo uma forma inesquecível ao dilaceramento do espírito burguês.

Todavia, ao longo do século XIX, o adversário de ontem, o aristocrata, ainda mostra todo o seu vigor: quem fez a unidade alemã foi Bismarck, e Cavour, a unidade italiana. Em grande medida, os reis e os nobres da Europa conservam todos os poderes sobre uma evolução cujo sentido temem. Mesmo na França, onde a antiga sociedade foi juridicamente destruída de ponta a ponta, e a igualdade civil instaurada de maneira irreversível já a 4 de agosto de 1789, a nobreza conhece excelentes dias depois da queda de Napoleão. Reina sobre a boa sociedade e tem uma parte importante no governo do país, mesmo depois de 1830. Assim se arraigou de fato, de forma mais ou menos profunda, através da Europa do século XIX, uma versão espúria do que o pensamento político clássico chamara de “governo misto”, que concedia sua parte à monarquia, à aristocracia e à democracia. Nesse estado político bastardo, a paixão antiburguesa encontrou seus limites.

De fato, o aristocrata não gosta do burguês, anunciador do mundo do dinheiro e da confusão das hierarquias. Mas ele viu desmoronar-se um mundo e sabe estar imerso sem retorno no mundo burguês: a idéia contra-revolucionária oferece um asilo às suas lembranças, uma literatura às suas nostalgias, mas ele evita transformá-la num programa para seu hábito de agir. Se odiasse demais o burguês, ele se proibiria de ter algum peso nos negócios públicos; ou, pior ainda, poderia cruzar sentimentos jacobinos, fazer o jogo dos republicanos, como é a propensão de Chateaubriand depois de 1830. Assim, os sobreviventes do antigo no novo mundo têm interesse em conter seu desprezo pelo burguês na vida social. Fiéis a seus costumes, conservam sem dificuldade esse magistério das maneiras, obrigando o burguês a se inclinar diante do passado deles. Mas, submetido como todos os seus contemporâneos ao Deus novo da necessidade histórica, eles ajustam sua ação política ao espírito do tempo. Em suma, é porque teme a revolução que o aristocrata do século XIX não é contra-revolucionário.

Ora, é pela mesma razão que o burguês é moderado em política. Pelo exemplo de 1789, ele avaliou as dificuldades de seu governo. Conhece os perigos de sua situação histórica, inscritos ao mesmo tempo no caráter problemático de sua preponderância e nas promessas da igualdade democrática. Ele é ‘meio-termo’, resignado a suportar as arrogâncias da nobreza e os acasos da realeza para governar o po-

vo sob a asa delas. Sua pusilanimidade política, que tantou indignou Marx, é feita da consciência de sua incapacidade de dominar as forças que desencadeou. Por um lado, ela alimenta, sim, a paixão antiburguesa, pelo que oferece de renegação da tradição revolucionária: refugiado numa prudência medíocre e de sentimentos mesquinhos, o burguês francês, por exemplo, é ainda mais odioso porque seus pais fizeram 1789 ou 1793. Mas, por outro lado, essa pusilanimidade o mantém constantemente alerta para os riscos da tradição revolucionária. Ela o alerta continuamente para a 'governabilidade' incerta das sociedades democráticas. Ela o leva a reinar por procuração, para evitar os riscos inseparáveis da política democrática.

Assim, a política no século XIX foi dominada por uma espécie de compromisso constante entre dois mundos, destinado a conjurar a trovoada que assinalara a queda do Antigo Regime francês. O burguês deve aceitar as arrogâncias do aristocrata, mas governa com ou através dele. Deve consentir em tornar-se o alvo da literatura e da arte, mas ainda tem de suportar a agressividade de seus filhos. Vive com medo da multidão, mas tem mais a temer dos seus do que do povo. Embora as idéias da democracia atravessassem o século de ponta a ponta e nele abram um sulco cada vez mais profundo, ele ainda não é democrático: as massas populares desempenham um papel menor, restrito ao repertório escrito pelas elites. A partitura antiburguesa, quando aristocrática, pertence mais à literatura do que à política; quando socialista, mais à história das idéias do que à subversão social. O fracasso das revoluções de 1848 na Europa ilustra bem esse teatro de época.

Sem dúvida, a situação modifica-se rapidamente no final do século. Nem o desenvolvimento do nacionalismo, nem a explosão de um anti-semitismo 'democrático', nem o crescimento de partidos de massa, como a social-democracia alemã, são inteligíveis se não enxergarmos neles os sinais de uma integração inédita das massas populares na política dos Estados modernos. Mas é a partir do fim da guerra de 1914 que se pode avaliar melhor a extensão do fenômeno.

O tempo pouco a pouco reduziu a distância que separa o burguês do aristocrata. Aproximou as idéias, os gostos e até os gêneros de vida. O culto da nação, cuja incrível força é mostrada pela guerra, fundiu-os numa vontade política comum. Ora, exatamente no mesmo momento, por seu curso e seu fim, essa guerra oferece também uma renovação formidável à idéia revolucionária. Não apenas ela dá o poder, na Rússia, aos bolcheviques, que encontram finalmente a oportunidade de suceder aos jacobinos e à Comuna. Mas, também à direita, ela oferece um novo e vasto campo à paixão antiburguesa, emancipando-a da tutela aristocrática. Na Itália frustrada, na Alemanha vencida, essa paixão já não é o monopólio das classes nostálgicas ou residuais. Envolta na bandeira da nação infeliz, ela passou para o povo, ódio à democracia tornado democrático, interpretado por atores inéditos até então na cena pública, Mussolini e Hitler.

Aí está a novidade da situação política europeia criada pela guerra: nessa brusca retomada do fogo revolucionário, que os homens do século XIX tinham acreditado controlar. Mesmo à esquerda, mesmo em meio aos partidários do socialismo, mesmo entre os marxistas, a idéia de revolução acabara por assumir, antes da guerra de 1914, certo ar bem-comportado. O blanquismo estava praticamente morto na França, e a social-democracia alemã, farol do movimento operário, bastião do marxismo, só agia para amadurecer mais rápido as condições da derrubada da economia capitalista. Nem Jaurès nem Kautsky esperavam mais a 'grande noite'. Contudo, é exatamente essa idéia da revolução que os bolcheviques fazem reviver, ao tomarem o poder na Rússia. Improvável, seu sucesso ressalta ainda mais a audácia e a vontade deles. O que há de extraordinário ressalta o que há de universalmente possível.

Mas o mais surpreendente, na situação oriunda da guerra, é a retomada da idéia de revolução pela direita. Pois essa idéia, *a priori*, ali só encontra inimigos. A direita europeia do século XIX detesta a revolução, primeiro como uma maquiinação, depois como uma fatalidade, por fim como uma ameaça. Não gosta nem dos homens que a quiseram, nem do ar de necessidade que assumiu, nem da fragilidade que ela transmite, depois do fato consumado, para a ordem social restabelecida. Como vimos, é por isso que, se ela é realmente anti-revolucionária em espírito, geralmente não é contra-revolucionária em política: porque uma contra-revolução também seria uma revolução. Essa dupla disposição moral permite que as antigas nobrezas se associem aos partidos conservadores, e até liberais, ao mesmo tempo que reduz na direita o alcance da hostilidade à burguesia.

O que, em compensação, vemos exatamente no final da guerra é a extensão à direita desse sentimento, tornado mais violento por não ser mais manipulado com a prudência aristocrática do século anterior, mas por homens vindos de baixo, em nome da igualdade e da nação. Como a paixão antiburguesa de esquerda, a paixão antiburguesa de direita se democratizou. Ela passou para o povo. Ela se nutre da primeira, reage contra ela, rivaliza com ela, sendo inseparável dela. A idéia contra-revolucionária livrou-se de seu casamento com a aristocracia e com as belas damas. Confessa as suas conseqüências. Também ela carrega uma revolução.

A ordem cronológica fornece um bom ponto de partida para a análise: bolchevismo e fascismo são os filhos da Primeira Guerra Mundial. É bem verdade que Lênin preparou suas concepções políticas já no início do século e que

muitos elementos que formarão, uma vez articulados, a ideologia fascista preexistem à guerra. De qualquer forma, o Partido Bolchevique toma o poder em 1917, graças à guerra, e Mussolini e Hitler constituem seus partidos nos anos que se seguem imediatamente a 1918, como respostas à crise nacional produzida pelo resultado do conflito. A guerra de 1914 mudou completamente a vida da Europa, fronteiras, regimes, disposições de espírito, costumes até. Ela agiu tão profundamente na mais brilhante das civilizações modernas que não deixa intacto nenhum de seus elementos. Ela marca o início de seu declínio como centro da potência do mundo, ao mesmo tempo que inaugura este século feroz de que estamos saindo, repleto da violência suicida de suas nações e de seus regimes.

Como todo grande evento, ela revela o que se passou antes dela, assim como inventa as figuras — no caso, os monstros — do futuro. O que ela revela, na época, tornou-se para nós o mais difícil de imaginar: um adolescente de hoje, no Ocidente, nem sequer pode conceber as paixões nacionais que levaram os povos europeus a se matarem uns aos outros durante quatro anos. Ele ainda tem contato com aquela época, através de seus avós, e no entanto perdeu seus segredos; nem os sofrimentos padecidos nem os sentimentos que os tornaram aceitáveis lhe são compreensíveis; nem o que tiveram de nobre nem o que comportaram de passivo falam ainda ao seu coração ou à sua inteligência como uma lembrança, ainda que transmitida. Ora, quando procura reconstituir esse mundo desaparecido, o historiador não tem uma sorte muito melhor. A Europa de antes de 1914 é realmente a Europa de onde saiu a guerra? Ela aparece como um mundo tão civilizado e tão homogêneo, comparado ao resto do universo, que o conflito desencadeado pelo assassinio de Sarajevo assume quase um ar absurdo: uma guerra civil travada, porém, por Estados soberanos em nome de paixões nacionais. Assim, a Primeira Guerra do século XX, na medida em que efetua uma formidável ruptura com o que a precede, continua sendo um dos acontecimentos mais enigmáticos da história moderna. Seu caráter não pode ser lido na época em que começa e seus prolongamentos, menos ainda; esta é a diferença com a Segunda, quase que inscrita antecipadamente nas circunstâncias e nos regimes da Europa da década de 30, e por isso tristemente dotada desse eco tão duradouro, que a prolonga até a queda do muro de Berlim, ou seja, até nós. Dessa Segunda Guerra Mundial que foi o tecido de nossas existências, possuímos o quadro completo das causas e das conseqüências. Mas a Primeira só existe para nós por suas conseqüências. Desencadeada por um acidente, num mundo de sentimentos e de idéias para sempre desaparecido de nossas memórias, ela possui este traço excepcional de certos eventos, de não serem mais do que uma origem. A origem do mundo com que ainda temos contato, uma vez que acaba justamente de se encerrar à nossa frente.

Dos dois grandes movimentos que 'saem' da guerra de 1914-1918, o primeiro é o da revolução proletária. Ele ressurge, então, como uma torrente recoberta em 1914, mas aumentada quatro anos mais tarde com sofrimentos e desilusões, individuais e coletivas, de que a guerra foi tão incrivelmente pródiga. Sofrimentos, desilusões, visíveis nos povos vencedores, como a França. Que dizer, dos vencidos! Ora, o bolchevismo, senhor acidental e frágil do Império dos Czares no outono de 1917, se vê fortalecido na Europa por sua oposição radical à guerra, desde 1914. Tem a vantagem de conferir um sentido a esses anos terríveis, graças ao prognóstico precoce que fez sobre eles e que parece tê-lo levado à vitória revolucionária de Outubro. Ao caráter feroz da guerra, ele oferece uma explicação e remédios não menos ferozes. O que a hecatombe teve de inaudito encontra através de Lênin responsáveis e bodes expiatórios à escala do massacre: o imperialismo, os monopólios capitalistas, a burguesia internacional. Pouco importa que essa burguesia internacional seja dificilmente concebível como maestro de uma guerra que, pelo contrário, põe em conflito seus diferentes ramos nacionais. Com isso, os bolcheviques recuperam em proveito próprio o universal, sob seus dois aspectos: objetivamente, já que a guerra, produto do imperialismo, será também o seu túmulo; subjetivamente, já que o inimigo é uma classe transnacional, que deve ser derrotada pelo proletariado mundial. Agosto de 1914 consagrara a vitória da nação sobre a classe. Os anos de 1917 e 1918 trazem a desforra da classe sobre a nação. Assim, a guerra inteira foi atravessada pelas duas figuras da idéia democrática, o nacional e o universal, cujo trabalho ela inscreveu no sangue derramado, no mais profundo da experiência coletiva dos europeus.

Junto com o universalismo democrático, retorna a idéia revolucionária, fortalecida em toda a Europa continental pelo precedente francês. É verdade que o exemplo de 1789 e dos jacobinos alimentou principalmente, no século XIX, o movimento das nacionalidades e que, da tensão entre o universal e o particular marcando toda a Revolução Francesa, os revolucionários europeus privilegiaram o segundo aspecto, como mostraram os acontecimentos de 1848. Mas, justamente, a guerra de 1914 acaba de mostrar a que massacres pode conduzir o espírito nacional levado à incandescência. Ela termina com um retorno dos povos à idéia universalista. Não que os vencedores, Clemenceau por exemplo, não tenham um olhar cínico (aliás superficial) sobre as forças e sobre as fronteiras. Mas eles próprios envolvem o princípio das nacionalidades nas garantias de uma nova ordem jurídica internacional: o á-bê-cê do wilsonismo. De qualquer forma, a outra face do universal democrático é a da revolução social, que Outubro de 1917 vem encarnar. Aí está o segredo de seu prestígio.

Os acontecimentos do ano de 1917 na Rússia, já no ano seguinte, no momento em que os povos da Europa saem da guerra, quase não são mais acontecimentos russos. O que conta é a proclamação bolchevique da revolução universal.

De um *putsch* bem-sucedido no país mais atrasado da Europa, realizado por uma seita comunista, dirigida por um chefe audacioso, a conjuntura faz um acontecimento modelo, destinado a orientar a história universal exatamente como o 1789 francês no seu tempo. Através do cansaço geral da guerra e da cólera dos povos vencidos, a ilusão que Lênin forjou sobre a sua própria ação é compartilhada por milhões de indivíduos. O chefe bolchevique acredita que não pode vencer de forma duradoura sem a sustentação de outras revoluções, e em primeiro lugar na Alemanha. Em toda a Europa, os militantes revolucionários, de volta da União Sagrada ou simplesmente remobilizados pela situação política, acham que ele lhes oferece um modelo. Assim se efetua mais ou menos em toda parte a primeira bolchevização de uma parte da esquerda européia, bolchevização esta que fracassa em levar seus partidários ao poder, mas que deixa partidos e idéias feitas sob um modelo único através de toda a Europa e logo no mundo inteiro. A Revolução Russa vai recuar, cercar-se de muralhas, resignar-se a viver como uma ilha no oceano capitalista; mas sem nada abandonar, porém, de sua ambição universalista, de que, pelo contrário, se servirá como de sua principal sedução. O que ela tem de russo se faz esquecer pelo que tem de universal. Sobre o imenso palácio oriental dos czares, a estrela vermelha do Kremlin encarna desde Outubro de 1917 a idéia de revolução mundial: as peripécias da História irão reduzindo ou dilatando a cada geração o prestígio desse mito original, sem nunca extingui-lo, antes que os próprios sucessores de Lênin se encarreguem de fazê-lo.

Ora, o fascismo nasce como uma reação do particular contra o universal; do povo contra a classe; do nacional contra o internacional. Nas suas origens, ele é inseparável do comunismo, cujos objetivos combate ao mesmo tempo que imita os seus métodos. O exemplo clássico é o da Itália, apenas semivitoriosa ao sair da guerra, frustrada em suas ambições nacionais; primeiro terreno de desenvolvimento do fascismo, e caso demonstrativo entre todos, já que comunismo e fascismo crescem sobre o mesmo terreno, o do socialismo italiano. Fundador dos *fasci* em março de 1919, Mussolini pertenceu, com efeito, à ala revolucionária do movimento socialista, antes de dar seu apoio à entrada na guerra da Itália, depois de se ver envolvido num conflito violento, logo em seguida, com os líderes bolchevizantes de seu antigo partido. Ele apóia a escalada nacionalista de D'Annunzio em Fiume, mas seus grupos de combate paramilitares só ganham uma extensão nacional em 1920-1921, na batalha contra as organizações revolucionárias de trabalhadores agrícolas na Itália do Norte: verdadeira guerra civil que o governo de Giolitti é incapaz de controlar e que mostra, pela primeira vez neste século, a fraqueza do Estado liberal frente às duas forças que disputam ferozmente a oportunidade de suceder a ele.

No caso de Hitler, o Partido Trabalhador Alemão existia antes dele. Mas esse pequeno grupo político bávaro só ganha um pouco de consistência a partir do final de 1919, quando Hitler se afilia a ele e o anima com sua eloquência. Ele não tem passado socialista. Mas, admirador de Mussolini, atribui-se um no adjetivo que vai fazer sua fortuna: nacional-socialista. Nesse acoplamento reside, no fundo, a mesma aliança paradoxal, relativa à tradição política europeia, entre nacionalismo e anticapitalismo. A associação dos dois temas tem como função valorizar a comunidade do povo alemão, a nação, que é preciso proteger contra os interesses particulares dos capitalistas e contra os objetivos nihilistas do bolchevismo. Na Alemanha posterior a 1920, assim como na Baviera dominada pela Reichswehr, o discurso nacionalista não tem um rival de verdade, pois a República dos Conselhos já é apenas, em Munique, uma lembrança ruim, suficiente apenas para manter vivo o antibolchevismo. Mas a inovação de Hitler, relativa a Mussolini, é a abominação dos judeus, símbolos ao mesmo tempo do capitalismo e do bolchevismo; potência cosmopolita e demoníaca encarniçada em perder a Alemanha, o judaísmo alimenta em Hitler um ódio ecumênico, que reúne duas abominações geralmente distintas, já que se excluem na maior parte das pessoas, o ódio ao dinheiro e o ódio ao comunismo. Oferecer à abominação conjuntamente o burguês e o bolchevique através do judeu, esta é a invenção de Hitler, que a encontrou em si mesmo antes de torná-la uma paixão de época.

Assim, o fascismo reconstituiu, com temas renovados, a paixão nacionalista que fora o gênio mau por excelência dos grandes países da Europa às vésperas de 1914. O curioso é, naturalmente, que a própria guerra não tenha mostrado o seu caráter nefasto nem ao menos aos povos que a terminaram como vencidos, como os alemães. O Tratado de Versalhes, sem dúvida, tem uma parte da responsabilidade sobre isso, ao não inaugurar para a Europa nenhuma história comum. Mas também é preciso notar que a porta de saída internacionalista da guerra está ocupada desde 1917 pelos militantes bolcheviques. Isto pode ser visto em 1918. Tão logo foi dado o último tiro de canhão, defender a nação contra a revolução comunista tornou-se mais urgente do que reensiná-la a viver numa ordem internacional em que ela está enfraquecida. A prioridade do bolchevismo cria a prioridade do antibolchevismo. O fascismo é apenas uma de suas formas, particularmente virulenta ali onde os Estados e as classes dirigentes de ontem saem desacreditadas da guerra. Sem complexos de tomar emprestado o que é preciso da idéia de revolução, ele exalta desmedidamente a nação traída contra a ameaça bolchevique. Coquetel inédito de elementos conhecidos reutilizados num contexto inédito, essa ideologia só é nova por justaposição.



Bolchevismo e fascismo entram, portanto, quase juntos no teatro da História, como os caçulas do repertório político europeu. É um pouco difícil imaginar hoje em dia que sejam ideologias tão recentes, quando nos parecem, conforme o caso, ultrapassadas, absurdas, deploráveis ou criminosas. No entanto, elas preencheram este século; uma contra a outra, uma trazendo a outra, elas fizeram a matéria deste século. Ao mesmo tempo muito poderosas, muito efêmeras e nefastas, como puderam mobilizar tantas esperanças ou paixões em tantos indivíduos? Esses astros mortos levaram embora consigo os seus segredos. Para interrogá-los, é preciso retornar à época de seu prestígio.

O que torna inevitável uma análise comparada não é apenas suas datas de nascimento e seu caráter ao mesmo tempo simultâneo e meteórico à escala da História. É também sua dependência mútua. O fascismo nasceu como uma reação anticomunista. O comunismo prolongou seu tempo de vida graças ao antifascismo. A guerra jogou-os um contra o outro, mas depois de tê-los associado. Um e outro querem ver apenas um não-ser no espaço que os separa; se, porém, esse espaço lhes for útil, estão prontos a anexá-lo em sua marcha rumo ao poder absoluto, que é sua regra e sua ambição comuns. Em suma, são inimigos declarados, uma vez que procuram sua liquidação recíproca; mas também inimigos cúmplices, que precisam, para se enfrentarem, liquidar primeiro o que os separa. Assim, mesmo a sede de se combaterem os une, quando a existência de um adversário comum não basta para tanto: o que poderia ser uma definição da atitude de Hitler entre agosto de 1939 e junho de 1941.

O maior segredo de cumplicidade entre bolchevismo e fascismo permanece sendo, porém, a existência desse adversário comum, que as duas doutrinas inimigas reduzem ou exorcizam através da idéia de que ele esteja agonizante mas constitui o terreno ideal para elas: nada menos do que a democracia. Entendo aqui o termo em suas duas significações clássicas; a primeira designa um tipo de governo, fundamentado no livre sufrágio dos cidadãos, na competição periódica dos partidos pelo exercício do poder e dos direitos iguais garantidos a todos; a segunda remete de preferência à definição filosófica das sociedades modernas, constituídas por indivíduos iguais e autônomos, livres para escolher suas atividades, suas crenças ou seus tipos de vida. Ora, por esses dois itens fundamentais da modernidade, fascistas e comunistas manifestam não a mesma repulsa, pois os considerandos filosóficos são diferentes, mas uma repulsa igualmente radical.

Seria interminável citar, em um e outro campo, textos que denunciem o regime parlamentar ou a utilização do pluralismo político como enganações bur-

guesas. O tema, de resto, é tão velho quanto o governo representativo e assumiu mil formas mais sutis nos séculos XVIII e XIX, da denúncia das eleições inglesas até a crítica da deriva oligárquica dos regimes democráticos, passando pelo imenso debate sobre os antigos e os modernos. No início do século XX, com Lênin e Mussolini, para não falar de Hitler, o assunto perdeu profundidade e interesse filosófico, em proveito de seu valor de propaganda. Ele passa a ser tratado apenas como um derivado da fatalidade capitalista, segundo a qual o dinheiro, o todo-poderoso dinheiro, domina também a política. Do paradoxo moderno — revirado em todos os sentidos por Marx, especialmente em seus livros sobre a França, de que a burguesia é uma classe econômica cuja dominação política é por natureza instável e ameaçada —, Lênin não quer mais saber. Só vê aparências e enganações nos confrontos políticos dos partidos burgueses, que devem ser destruídos pela revolução proletária cujo instrumento ele forjou.

Anticapitalismo, revolução, partido, ditadura do partido em nome do povo são todos eles temas que tornamos a encontrar no discurso fascista. A diferença deve-se, naturalmente, ao fato de que os dois discursos não têm a mesma ascendência intelectual. Lênin, herdeiro ou discípulo de Marx, considera a revolução que está preparando como a realização de uma promessa democrática, pela emancipação dos trabalhadores explorados. Prisioneiro de seu marxismo simplista, está convencido de que a ditadura revolucionária do proletariado e dos camponeses pobres — a receita russa da tomada do poder — será “mil vezes mais democrática”, como escreve ele, do que a mais democrática das repúblicas parlamentares. Como poderia ser de outra forma, já que o capitalismo não existirá mais nela? Uma vez desaparecidas a exploração do trabalho e a alienação do trabalhador, terá sido dado um passo decisivo na direção da verdadeira liberdade dos homens.

A vantagem intelectual do discurso leninista sobre o discurso fascista é, assim, reencontrar, para além da crítica da democracia burguesa, a base da filosofia liberal: se foi preciso derrubar os regimes que a reivindicavam para realizar suas promessas, de qualquer forma a autonomia do indivíduo está no horizonte do comunismo, como estava no centro do liberalismo. Grande vantagem, com efeito, porque permite que o militante comunista situe sua ação na seqüência da História e pense a si mesmo como um herdeiro e um continuador do progresso, ao passo que o militante fascista deve, pelo contrário, imaginar seu papel como destinado a quebrar o encadeamento fatal do curso da história moderna na direção da democracia.

Não que não se possa, do fato de ser reativo, deduzir que o pensamento fascista é contra-revolucionário, como, por exemplo, o é o de Bonald. Pois ele também, assim como o pensamento democrático, perdeu a ancoragem religiosa do político e não pode aspirar à restauração de uma comunidade humana conforme

à ordem natural ou providencial. Também ele, como o leninismo, está mergulhado na imanência; ele não nega o individualismo moderno como contrário à ordem divina, uma vez que nele vê, ao contrário, o fruto do cristianismo; se deseja ardentemente desarraigá-lo, também é através das figuras da história, como a nação ou a raça. Neste sentido, o ódio fascista aos princípios de 1789 não impede que o fascismo seja revolucionário, se o adjetivo remeter à vontade de dar uma reviravolta na sociedade, no governo e no mundo burguês, em nome do futuro.

Entre essas duas teorias seculares da política, a superioridade do marxismo-leninismo se deve a duas coisas. Em primeiro lugar, ao fato de ostentar em sua bandeira o nome do mais poderoso e mais sintético filósofo da história do século XIX. Em matéria de demonstração das leis da história, Marx é inigualável. Ele oferece o que agrada tanto aos espíritos cultos quanto aos espíritos simples, conforme se leia *O capital* ou o *Manifesto*. A todos, ele parece dar o segredo da divindade do homem, que sucede à de Deus: agir na História sem as incertezas da História, se é verdade que a ação revolucionária desvela e realiza as leis do desenvolvimento. A liberdade e a ciência dessa liberdade ao mesmo tempo: não há bebida mais embriagante para o homem moderno carente de Deus. Diante disso, que peso têm essa espécie de pós-darwinismo hitleriano ou mesmo a exaltação da idéia nacional?

Pois a outra sedução capital do marxismo-leninismo está, evidentemente, em seu universalismo, que o aparenta à família das idéias democráticas, com o sentimento de igualdade entre os homens como motor psicológico principal. O fascista não recorre, para destruir o individualismo burguês, senão a frações de humanidade, a nação ou a raça. Estas, por definição, excluem os homens que delas não fazem parte, e até se definem contra eles, como o quer a lógica desse tipo de pensamento. A unidade da comunidade só se refaz ao preço de sua suposta superioridade sobre os outros grupos e de um constante antagonismo frente a eles. Àqueles que não têm a sorte de fazer parte da raça superior ou da nação eleita, o fascismo só propõe a opção entre a resistência, sem esperança, e a submissão, sem honra. O militante bolchevique, pelo contrário, tem como objetivo a emancipação do gênero humano. No cortejo de lembranças históricas que falam à sua imaginação, a Revolução Francesa nunca está longe. Ela representa uma primeira tentativa, audaciosa, heróica mesmo, de erguer contra a Europa dos reis a bandeira dessa libertação universal, mas não podendo ultrapassar os limites 'burgueses' que a História lhe assinalava. Jacobinos do proletariado, Lênin e seus amigos estarão, por sua vez, em condições de realizar o seu programa. Eles chegam na hora certa.

Na hora? Não realmente. O universalismo bolchevique tropeça muito cedo nas condições concretas que rodearam seu sucesso. Eis os seus homens no poder do país mais atrasado, logo o mais improvável, da Europa. Dadas as particulari-

dades de sua situação, eles não têm nenhuma chance de colocar a velha Rússia à frente do progresso humano, de poder erguer seu peso de pobreza e de incultura. Os mencheviques lhes disseram isso. E Kautsky, o maior áugure do marxismo. Léon Blum também, em seu discurso do Congresso de Tours: querendo violentar o movimento da História, eles substituem o que o velho Marx chamara de ditadura do proletariado por um *putsch* blanquista. Nenhuma advertência provinda do marxismo europeu terá faltado a Lênin. Ele, em compensação, tem duas respostas, uma doutrinal e outra circunstancial. A primeira, que encontramos especialmente em sua resposta a Kautsky, invoca o caráter essencialmente democrático da ditadura do Partido Bolchevique, destinada a suprimir o capitalismo, ou seja, a ditadura do dinheiro. A outra liquida as circunstâncias particulares que fizeram triunfar a primeira revolução proletária na Rússia, o elo mais fraco do imperialismo na Europa: a Revolução Bolchevique em Moscou, diz Lênin, é apenas a primeira das revoluções proletárias. Outras vão se seguir, em cadeia, e atestarão a universalidade do movimento. Na primavera de 1919, Zinoviev, presidente do Komintern, comenta assim a situação internacional no primeiro número de *L'Internationale Communiste*: “No momento em que escrevemos estas linhas, a Terceira Internacional tem como bases principais três Repúblicas de Sovietes: na Rússia, na Hungria e na Baviera. Mas ninguém há de se espantar se, quando estas linhas forem publicadas, tivermos já não três, mas seis Repúblicas de Sovietes ou mais. A velha Europa corre numa velocidade louca para a revolução proletária”.

Mas essas ilusões não duram muito. Lênin terá de enfrentar, antes de desaparecer da cena pública, o caráter decididamente russo da primeira revolução proletária. Stálin substituirá as esperanças revolucionárias dos anos de pós-guerra pela idéia do socialismo num só país, mas a partir daí o universalismo de Outubro de 1917, cuja herança ele se preocupa muito em manter, é fragilizado por sua encarnação territorial única. A Revolução Francesa não cessara de ser dilacerada entre sua ambição universal e sua particularidade nacional. A Revolução Russa, em seus primórdios, acreditou escapar a esse impasse em virtude de seu caráter proletário e graças à difusão através da Europa. Mas uma vez retornada ao interior das fronteiras do antigo Império dos Czares, ela é assaltada por uma contradição ainda muito mais manifesta do que a que dilacerou a aventura francesa a do final do século XVIII.

Ela se pretendeu mais universal do que 1789, realmente universal, porque proletária e não burguesa, libertando uma classe que só tinha suas correntes a perder, e liberada, então, do que constituiu a abstração dos princípios de 1789 em relação à situação social real da época. Mas o proletariado reivindicado é tão problemático que só exerce o que é supostamente seu papel através de uma série de equivalências abstratas: a classe operária é representada pelo Partido Bolchevique, ele próprio

dirigido por um pequeno grupo de militantes, cuja opinião do primeiro dentre eles é quase sempre preponderante. Essa visão e esse dispositivo são desenvolvidos por Lênin já antes da Primeira Guerra Mundial, em seus múltiplos combates no interior do partido, e se afirmam como cada vez mais intangíveis depois de Outubro: a dissolução da Assembléia Constituinte, a interdição dos outros partidos, seguida da interdição das frações dentro do Partido Bolchevique, substituem o poder das leis pelo poder absoluto do Politburo e do secretário-geral.

Pouco importa, no fundo, que Lênin tenha percebido os perigos de um tal regime pouco antes de morrer: foi ele que desenvolveu as suas regras e a sua lógica. O que cimenta, em última instância, o sistema da revolução é a autoridade da ciência, o conhecimento das leis da História. Autoridade e conhecimento, detentores por definição do universal, e que faltavam à Revolução Francesa. Mas que maior abstração do que a ciência? E o que existe de mais abstrato, relativo aos interesses reais da sociedade, do que essa autoridade? Os jacobinos franceses quiseram que os princípios de 1789 tornassem a França a pátria da humanidade. Os bolcheviques russos aguardavam esse favor excepcional de sua pretensão de possuírem as leis da História. Mas o país onde haviam vencido, a herança que tinham a gerir, a sociedade que precisavam transformar, as concepções políticas que propunham tornavam a idéia que se faziam de si mesmos e a imagem que queriam oferecer dessa idéia ainda mais claramente contraditórias do que a ambição filosófica dos revolucionários franceses. Esses filósofos da História tropeçavam na história real antes mesmo de terem começado verdadeiramente a agir. A encarnação russa da práxis marxista feita por Lênin diminuía muito a verossimilhança da pregação marxista da sociedade sem classes.

Nessas condições, o espantoso não é que o universalismo bolchevique tenha suscitado desde a origem tantos adversários e tão ferozes. É, isto sim, que tenha encontrado tantos e tão incondicionais partidários. Antes mesmo de haver desenvolvido suas conseqüências em campo, foi denunciado como ilusório e perigoso não só pela 'reação', como também pela maioria do socialismo europeu, pelas autoridades em matéria de marxismo e até de marxismo revolucionário. Contudo, só por seu sucesso e pelo mito que construiu sobre ele, já conseguiu com folgas inscrever Outubro de 1917 na esquerda européia como uma data chave da emancipação do trabalho no mundo; e o recuo da Revolução Russa na Europa a partir de 1920 só abalaria muito pouco o alcance desse triunfo inicial.

Sob este aspecto, existe uma espécie de mistério do bom êxito inicial do bolchevismo na Europa — mistério que não deixa de ter sua analogia com o que cerca o desenvolvimento das idéias fascistas, na mesma época. Pois os dois movimentos estão ligados como ação e reação, conforme indicam a cronologia, as in-

tenções dos protagonistas e os empréstimos recíprocos a que se entregam. Talvez essa relação de dependência permita formar uma hipótese: os efeitos de simplificação e de exagero a que procedem ambas as ideologias são o segredo de sua sedução. Com efeito, ambas levam até a caricatura as grandes representações coletivas do estar-juntos de que são portadoras: uma é patologia do universal, a outra, do nacional. E, no entanto, uma e outra vão dominar a história do século. Ganhando corpo ao longo dos acontecimentos que contribuirão para formar, elas não cessarão de agravar seus efeitos, fanatizando seus partidários: a experiência do poder, em vez de aparar suas arestas, multiplicará seus males e seus crimes. Stálin exterminará milhões de homens em nome da luta contra a burguesia e Hitler, milhões de judeus em nome da pureza da raça ariana. Existe um mistério do mal na dinâmica das idéias políticas no século XX.

Se quisermos explorar esse enigma do caráter extremamente grosseiro das ideologias políticas do século XX, somado a seu trágico domínio sobre as mentes, poderemos começar avaliando-o através de uma comparação com o século anterior. A Revolução Francesa — e, de um modo mais geral, o nascimento da democracia — presenteara-o, em toda a Europa, com tesouros de idéias. Poucas épocas foram tão ricas em debates intelectuais de tipo político, em doutrinas e em ideologias destinadas a organizar a Cidade liberal, democrática ou socialista. Na verdade, o antigo mundo político, que vê o fundamento dessa Cidade na ordem transcendente e sente saudade das lutas e até dos sistemas de idéias, sobrevive. Mas, à medida que o século vai avançando, os europeus passam a só pensar a cena pública através da morte de Deus, como uma criação pura da vontade dos homens, destinada a, enfim, garantir a liberdade de todos e a igualdade de cada um com cada um. Elaboram com refinamento o extraordinário leque de regimes que tornam possíveis tais premissas. Obcecados pelo domínio de um futuro que já não lhes é dado, percebem a grandeza e os perigos inéditos da condição do homem moderno. Conscientes do caráter problemático da democracia moderna, contam com muitos homens políticos de grande classe: os debates parlamentares ou as polêmicas de imprensa do século XIX fazem o leitor de hoje ter acesso a um tipo de discurso incomparavelmente mais inteligente do que os de nossa época. Ali, mesmo as revoluções, embora tão repletas do precedente francês, não são nunca prisioneiras do recitativo jacobino, ou calcadas na linguagem pobre de um partido ou de um chefe.

Quanto à celebração da idéia nacional, Deus sabe com que paixão os homens do século XIX se entregam a ela, uma vez que a transformam no centro da historiografia moderna e ao mesmo tempo no mais potente motor da atividade política. O orgulho de pertencer a uma nação invade toda a vida intelectual e social da Europa. A Revolução Francesa abriu seu caminho europeu sobretudo

através dela, o que explica que ela tenha sido admirada, mas também temida em nome dos princípios novos que fizera aparecer: o que ela tivera de particular autorizava cada nação, conforme o caso, a imitá-la ou a combatê-la em nome do que tivera de universal. Todavia, nenhuma das guerras do século XIX — aliás, pouco numerosas — apresenta o caráter monstruoso das guerras do século XX. Mesmo na Alemanha, onde mostra com maior intensidade o que comporta de cego ou de perigoso, a idéia nacional permanece enquadrada na idéia de cultura. Não afirma como auto-suficiente a sua pura substância, a eleição particular dos alemães, sua superioridade como seres humanos. Ela exalta a contribuição da Alemanha na moralidade, nas artes, no pensamento e na cultura.

Nos dois séculos de história democrática percorridos pelas nações européias, o espírito é, assim, levado a imaginar uma linha divisória que os separa, grosso modo, pela metade. Embora todos os elementos constitutivos da filosofia e da condição democrática sejam pensados no século XIX, e com uma extraordinária profundidade, já que nada lhes acrescentamos depois, eles ainda não revelaram todos os seus efeitos políticos potenciais. Tocqueville, autor inquieto, em alerta quanto ao futuro, analisa bem o laço secreto que une o individualismo moderno e o crescimento ilimitado do Estado administrativo, mas não prevê o fascismo, menos ainda sob sua forma nazista. Nietzsche, anunciador da morte de Deus, profeta da miséria moral e intelectual do homem democrático, não imagina os regimes totalitários do século que o segue de tão perto — e menos ainda que ele próprio lhes servirá, às vezes, de sustentação. É no século XIX que a História substitui Deus na onipotência sobre o destino dos homens, mas é no século XX que se mostram as loucuras políticas nascidas dessa substituição.

É cômodo fazer da guerra de 1914 a linha de divisão das águas: ela inaugura a era das catástrofes européias. Mas a guerra também descobre forças que a fizeram nascer: o caldeirão das más paixões da Europa — com o anti-semitismo em primeiro lugar — começa a ferver já no final do século, em São Petersburgo, em Berlim, em Viena e em Paris. No entanto, a guerra é maior do que as suas causas. Uma vez iniciada, leva tantos homens à morte, perturba tantas existências, rasga tão profundamente o tecido das nações, depois de tê-lo encolhido, que ela é a cena primitiva de uma nova época. O que dela resulta é prova bastante disso.

O título de uma coletânea de artigos de Ortega y Gasset<sup>1</sup> descreve muito bem o estado dos espíritos e dos corações logo depois dos combates: *A rebelião*

---

1. José Ortega y Gasset, *La révolte des masses (A rebelião das massas)*, Paris, 1961 (começou a ser publicado na Espanha em 1926, sob forma de artigos numa revista de Madri, reunidos em livro em 1930).

*das massas*. Mas é preciso entender a fórmula num sentido analítico também. O escritor espanhol quer dizer que a guerra tornou os homens mais suscetíveis de sentir e de agir de modo idêntico, ao mesmo tempo que enfraqueceu as hierarquias sociais; produziu em grande série um sujeito político ao mesmo tempo reativo e gregário, mais propenso às grandes emoções coletivas do que ao exame dos programas ou das idéias. Em suma, ela democratizou, à sua maneira, a velha Europa, submetida já há décadas à onipotência oculta da opinião pública. A novidade, neste tipo de análise familiar ao pensamento liberal depois da Revolução Francesa e renovado no final do século XIX, é a descoberta de que esse 'homem das massas' não é, ou não é necessariamente, um ser iletrado e sem educação. A Itália do Norte, a primeira a ficar vulnerável à propaganda mussoliniana, é a parte esclarecida do país. A Alemanha onde Hitler colhe os seus primeiros sucessos de eloqüência é a nação mais culta da Europa. Assim, o fascismo encontra seu berço não em sociedades arcaicas, mas modernas, cujo enquadramento político e social tradicional subitamente perdeu muito de sua legitimidade. O pós-guerra deixou-as nessa situação de atomização igualitária em que Hannah Arendt<sup>1</sup> viu uma das explicações da vitória de Hitler.

A educação ou o enriquecimento não levam, portanto, necessariamente, a comportamentos políticos mais racionais. Inscrita na agenda da democracia, a entrada das massas na política moderna não se realiza na Europa do pós-guerra como a integração nos partidos democráticos, e sim sob o signo da novidade revolucionária. Sob este aspecto, o Outubro russo desempenhou um papel importante, embora tenha ocorrido numa sociedade completamente diferente, rejuvenescendo a idéia de revolução, devolvendo-lhe uma espécie de atualidade que ela tinha mais ou menos perdido quase em toda parte na segunda metade do século XIX. O que essa idéia tem de poderoso sobre o espírito das massas pode muito bem ser dissociado do conteúdo de seu programa, se se conserva o que nela fala mais forte à imaginação dos modernos, que é um modo de realização do tempo histórico.

A revolução é uma ruptura na ordem ordinária dos dias e, ao mesmo tempo, uma promessa de felicidade coletiva na e pela História. Invenção recente dos franceses do final do século XVIII, que mais tarde se tornou a figura central da cena política européia e depois universal, ela marca em primeiro lugar o papel da vontade na política: ela é a ilustração e até a garantia de que os homens podem livrar-se de seu passado para inventarem e construir uma nova sociedade. Ela é o contrário da necessidade. Apesar do que a idéia tem de fictício em sua radicalidade, ela sobrevive a todos os desmentidos dos fatos, porque confere sua

---

1. Hannah Arendt, "Le système totalitaire" (3<sup>a</sup> parte das *Origines du totalitarisme*), ed. americana, 1951; trad. francesa: Le Seuil, 1972.



forma pura à convicção liberal e democrática da autonomia dos indivíduos. Afirma ela, ao mesmo tempo, que a História passa, de agora em diante, a ser o único fórum onde se joga a sorte da humanidade, uma vez que é o lugar desses surgimentos ou desses despertares coletivos que revelam sua liberdade. O que é uma negação a mais da divindade, durante tanto tempo senhora única do teatro humano, mas também uma maneira de reinvestir as ambições da religião na política, já que também a revolução é uma busca da salvação. Ela oferece a oportunidade única de contrabalançar a propensão dos indivíduos ao isolamento nos prazeres privados e de refazer cidadãos antigos na liberdade moderna. Da política democrática, ela exprime, enfim, a tensão intrínseca, se é verdade que a liberdade e a igualdade dos homens constituem promessas absolutas portadoras de expectativas ilimitadas, portanto impossíveis de satisfazer.

A paixão revolucionária pretende que tudo seja político: com isso, ela entende ao mesmo tempo que tudo está na História, a começar pelo homem, e que tudo pode ser conquistado com uma sociedade boa, com a condição de fundá-la. Ora, a sociedade moderna caracteriza-se por um déficit do político relativo à existência individual privada. Ela ignora a idéia de bem comum, já que todos os homens que a compõem, mergulhados no relativo, têm cada um a sua própria idéia a este respeito; ela só pode julgá-la através do gosto pelo bem-estar, que mais divide os associados do que os une, e destrói com isso a comunidade que se pretendia construir em seu nome. A idéia revolucionária é a impossível conjuração dessa desgraça.

Constitui a grandeza única da Revolução Francesa ter ilustrado, ao mesmo tempo que o nascimento da democracia na Europa, as tensões e as paixões contraditórias ligadas a essa condição inédita do homem social. O evento foi tão poderoso e tão rico que a política européia viveu dele durante quase um século. Mas a imaginação dos povos viveu dele por um tempo muito maior: pois o que a Revolução Francesa inventou foi menos uma nova sociedade, fundada na igualdade civil e no governo representativo, do que um modo privilegiado da mudança, uma idéia da vontade humana, uma concepção messiânica da política. Por causa disso, o que constitui a sedução da idéia revolucionária depois da guerra de 1914 deve ser separado do que puderam realizar, em matéria de mudança histórica, os franceses do fim do século XVIII. Os bolcheviques quiseram destruir a sociedade burguesa, os fascistas quiseram acabar com os princípios de 1789. Mas ambos continuam sendo zelotes da cultura revolucionária: homens que divinizaram a política para não ter de desprezá-la.

Não há, portanto, nenhuma razão para excluir o fascismo do privilégio ou da maldição da idéia revolucionária, sob o pretexto de que combate sob a ban-

deira da nação ou da raça. Pelo contrário, a originalidade das doutrinas fascistas consiste numa reapropriação do espírito revolucionário, a serviço de um projeto antiuniversalista. Esse foi, provavelmente, um dos segredos de seu sucesso. Com efeito, a enfermidade das filosofias ou das prescrições políticas hostis aos princípios de 1789 não cessara de ser, ao longo de todo o século passado, sua incapacidade de se inscrever na história que pretendiam refutar. Fazendo tudo depender da Providência, negavam o surgimento de liberdade vivido na experiência do povo. Nostálgicos da ordem antiga, eram incapazes de se darem conta de que a revolução se formara em seu seio. Que Antigo Regime restabelecer, se aquele cujas virtudes louvavam produzira os homens e as idéias de 1789? E como passar uma borracha na revolução sem refazer uma revolução? A esses impasses do pensamento e da política contra-revolucionária, o fascismo traz uma solução, armando sua barraca no campo da revolução: também ele não tem Deus e é até hostil à religião cristã; também ele substitui a autoridade divina pela força da evolução histórica; também ele despreza as leis em nome da vontade política das massas; também ele não se cansa de combater o presente sob a bandeira de um futuro redentor.

Tudo isso parece distante de nós e, no entanto, foi ontem. Os povos europeus, sobreviventes dos horrores da guerra, entraram no século XX com a tentação de fazerem uma nova aurora para si mesmos; quiseram reinventar seu mundo político sobre as duas grandes figuras da cultura democrática, o universal e o nacional. Com essas religiões complementares e antagonistas, fabricarão uma catástrofe.

## II

# A Primeira Guerra Mundial

Quanto mais um acontecimento é rico em conseqüências, menos é possível pensá-lo a partir de suas causas. A guerra de 1914 não foge à regra. Ninguém conseguiu mostrar realmente que ela estivesse inscrita como uma fatalidade nas rivalidades econômicas das grandes potências. Ninguém mais acredita que os povos europeus a tenham acolhido com tais arroubos de entusiasmo que ela possa ser vista como provocada por seus respectivos sentimentos nacionalistas. Nenhuma das séries causais que tornaram possível a guerra explica o seu desencadeamento, exceto a intriga diplomática e política que envolve as cortes européas entre o assassinio do arquiduque Ferdinando, a 28 de junho de 1914, e os primeiros dias de agosto, quando todos os governos aceitam a guerra, tornando-a assim, inevitável. A discussão dos historiadores sobre as responsabilidades de uns e de outros naquelas semanas cruciais nada subtrai à leviandade de cada um deles, se confrontarmos suas decisões com o que elas iriam provocar: não apenas esse massacre sem precedentes em dimensão e em duração, como também um gigantesco desmoronamento na história da Europa.

Nada de comparável, sob este aspecto, com o desencadeamento da Segunda Guerra Mundial. Esta está inscrita na chegada de Hitler ao poder, já em 1933. Talvez se possa objetar a essa idéia que o Hitler de janeiro de 1933 permanece em parte imprevisível, porque, segundo a velha sabedoria das nações, o poder deve 'moderar' os homens, o contrário do que acontece. Mas, pelo menos, é evidente, já nos dois primeiros anos, entre o voto de plenos poderes dado por um Parlamento aterrorizado e a Noite dos Longos Punhais, que Hitler no poder continuou sendo o Hitler de *Minha luta*. E como isso poderia ainda ser ignorado em 1938, depois do Anschluss? A Segunda Guerra Mundial não é, como a

Primeira, o produto afinal improvável, em todo caso imprevisto, de rivalidades internacionais que poderiam ter sido administradas com maior sabedoria. Ela é preparada e desejada por Hitler como uma necessária consumação da História e, a partir de 1936-1938, toda a Europa a vê chegar — impossível de ser domada através de procedimentos de arbitragem, já que estes constituem apenas concessões sucessivas ao agressor. Por essa razão, ela é também mais ideológica do que a Primeira, se é verdade que Hitler jurou de morte a democracia e inscreveu em seu programa a dominação de uma raça. Não que a guerra de 1914 tenha ignorado os objetivos ideológicos e a de 1939, as paixões nacionais; mas as doses são diferentes em ambos os casos. Só a Segunda Guerra Mundial teve esse caráter de um inevitável confronto entre duas idéias do homem em sociedade, a do nazismo e a da democracia. O seu sentido é dado tão logo o autor de *Minha luta* chega ao poder e mostra, nos primeiros meses, que continua sendo o homem de seu livro.

Não só o desencadeamento como também a condução da guerra de 1939 obedecem a uma lógica da ideologia. Hitler faz primeiro um acordo, quase uma aliança, com a URSS: afinal de contas, os comunistas, dos quais o Ocidente desconfia, são como aqueles adversários da democracia burguesa. Stálin acredita tanto nisso que fica surpreso diante da invasão alemã de 22 de junho de 1941. Cometeu o mesmo erro que Chamberlain três anos antes sobre a fidelidade de Hitler a seus projetos: a operação Barbarossa nada mais é do que o prosseguimento de *Minha luta* pelas armas. Essa fidelidade, aliás, é o que vai salvar Stálin. Pois, menos prisioneiro de suas 'idéias', Hitler poderia ter tido, na Bielo-Rússia e na Ucrânia rapidamente conquistadas, uma política que não a do extermínio; em vez de unir contra a Alemanha nazista os povos da União Soviética, poderia tê-los seduzidos ao mesmo tempo que os dividia. E não vejo outra explicação para essa cegueira além da ideologia. Com isso, aliás, Hitler restitui também a Stálin a bandeira que fora sua entre 1934 e 1939: a bandeira do antifascismo, que logo vai envolver em suas dobras a coalizão heterogênea das democracias anglo-saxônicas e da União Soviética. Mais do que nunca, a Segunda Guerra Mundial se inscreve na História em termos ideológicos. Seja qual for o papel desempenhado pelas circunstâncias, o assassinio maciço dos judeus europeus pelos Exércitos nazistas entre 1942 e 1944 resulta antes de tudo de uma 'teoria' sobre a desigualdade das raças, e não de uma mera paixão nacional, ou nacionalista.

*A contrario*, a guerra de 1914 tem sua origem e sua substância nas rivalidades entre nações européias e no simples patriotismo de seus cidadãos'. Ela até tem

---

1. James Joll, *The origins of the First World War*, Longman, 1984.

início, em Paris, em Berlim, em Londres e em São Petersburgo, com uma desistência dos homens da Segunda Internacional de colocarem o universalismo socialista acima da devoção à pátria. Em toda parte, os adversários políticos de ontem se reúnem para, juntos, fazerem frente ao inimigo, cada um sob a sua bandeira. Põem entre parênteses as idéias políticas para servirem juntos a seus países respectivos, num conflito que ninguém realmente previu nem realmente quis, mas aceito de antemão por todo o mundo. É verdade que todos partem para uma guerra curta, com base no modelo das de ontem. Não sabem que estão entrando numa guerra inédita, horrenda, interminável. Mas mesmo quando ela se revelar tal, ao longo dos meses e dos anos, eles vão aceitar seus sofrimentos. O espantoso não é que tenham acontecido motins no Exército francês em 1917, e sim que eles não tenham sido mais precoces e mais maciços.

Era uma outra época. Os povos que entraram na guerra de 1914 ainda não são esses povos democráticos descritos antecipadamente por Benjamin Constant ou por Auguste Comte e que vemos viver à nossa volta na Europa rica deste fim de século, pondo a vida humana acima de tudo, preferindo os prazeres do bem-estar às servidões militares e a busca da riqueza à grandeza inútil do sacrifício. Os soldados que partem para lutarem uns contra os outros em agosto de 1914 não gostam muito da guerra. Mas respeitam-na, ao mesmo tempo como fatalidade inseparável da vida das nações e como o terreno da coragem e do patriotismo, o teste último da virtude cívica. Além disso, eles não levam uma vida civil tão confortável que os faça recusar de antemão, como insuportáveis, os azares e os sofrimentos do soldado. Esses camponeses, esses artesãos, esses operários, esses burgueses foram educados, na família e na escola, como patriotas. Pertencem a uma velha civilização moral que conserva muito dos traços aristocráticos no interior da democracia. O heroísmo militar encontrou uma justificação nova no serviço da nação.

Esse mundo de ontem não está tão longe de nós. Os homens da minha idade ainda têm contato com ele através dos pais e das lembranças da infância. No entanto, ele desapareceu tão completamente que se tornou quase ininteligível para um jovem de hoje. Se ele tiver curiosidade sobre o futuro, interroga uma Europa que está nascendo, apaixonada pelo bem-estar e não mais pela grandeza nacional, cultivando os Direitos Humanos e não mais o ofício das armas. Dessa trajetória moral que marca a história da Europa no século XX, os homens que desencadeiam a guerra de 1914 não sabem que estão assinando o seu começo e ignoram ainda mais o preço terrível com que ela vai ser paga. Vêem essa guerra como uma desgraça, mas uma desgraça conhecida, repertoriada, controlável, compatível com um cálculo ou com uma aposta sobre os lucros e as perdas. Con-

tam, com razão, com o patriotismo dos cidadãos, essa virtude tão natural aos habitantes dos velhos Estados-Nações da Europa. Ao fazerem isso, entram em nome do que sabem numa história que eles não sabem, o que é o caso habitual. Mas, no caso deles, um abismo separa o universo político a que se ligam as suas decisões e aquele que vai nascer tão rapidamente dessa guerra cuja natureza revolucionária não imaginaram. Acreditaram permanecer cada um no fio de sua história nacional. Assinam, na realidade, o fim de uma época; abrem o primeiro episódio da tragédia européia.

Quando ela estoura, porém, a guerra parece consagrar a derrota da idéia revolucionária, pelo triunfo da nação sobre a classe. Os partidos socialistas desistem de adotar a estratégia de greve geral prevista pela Segunda Internacional e adiam para o fim do conflito a retomada da guerra social. Em toda parte, a hora é da unidade nacional. Esta não exclui os sentimentos democráticos. Pelo contrário. Ela os mobiliza a favor da pátria. O trabalhador francês vai combater o imperialismo alemão em nome da República; o trabalhador alemão, o czarismo russo em nome da civilização. Repertório conhecido: mais uma vez, na história da Europa, a nação é que cristaliza os sentimentos e as fidelidades, mesmo quando esses sentimentos e essas fidelidades se alimentam numa fonte que lhes é posterior no tempo, como a democracia.

Aliás, nada é mais enganador do que ver agosto de 1914 sob o prisma da política partidária, por exemplo como uma vitória da direita sobre a esquerda, ou ainda da contra-revolução sobre a revolução. É exato que a guerra adormece o internacionalismo operário, mas não o extingue. Primeiro porque a idéia sobrevive, intacta, como uma promessa adiada; depois, porque a paixão nacional que provisoriamente a afastou é inseparável, em muitas mentes, de uma imagem universal do homem e da História. Desde a Revolução Francesa, os progressos da democracia na Europa não cessaram de ser realizados e vividos sob o duplo modo da revolução e da nação. Dessa dialética inesgotável, a guerra de 1914 não aboliu as coerções. Ela as leva, pelo contrário, a um ponto de intensidade extremo, inscrevendo-as no dia-a-dia de todos, pelos riscos, sofrimentos e privações que impõe a todos. A provação universal desencadeada pela declaração de agosto de 1914 acaba por pôr em questão a idéia de nação, provocando e legitimando a guerra no espírito dos povos. Persistindo, ostentando ao longo dos dias seu preço exorbitante em vidas humanas, o conflito sulca em profundidade o solo da política européia. Ele forçosamente traz de volta o mais simples dos combatentes ao que há de mais elementar em suas idéias sobre o mundo. Da tensão constitutiva da democracia moderna, a nação e a revolução, o particular e o universal, ele refaz a matéria de uma escolha inevitável e urgente.

A guerra de 1914 foi a primeira guerra democrática da História. O adjetivo não remete ao que nela estava em jogo ou às paixões por ela mobilizadas, se é verdade que desde a época da Revolução Francesa, pelo menos, os sentimentos nacionais dos povos e a idéia da pátria foram inseparáveis de todos os conflitos armados. O que distingue o conflito de 1914 dos que o precederam está alhures: ele atinge a universalidade dos cidadãos, em cada um dos países envolvidos, ou seja, na Europa inteira.

Com efeito, a Primeira Guerra Mundial não envolve mais países do que as guerras napoleônicas; nem conflitos de idéias mais agudos do que o interminável confronto da Revolução Francesa com as monarquias européias. Ela, porém, precipita numa desgraça inaudita milhões de homens, durante mais de quatro longos anos, sem nenhuma dessas intermitências sazonais que as campanhas militares da época clássica apresentavam: comparado a Ludendorff ou a Foch, Napoleão fez ainda a guerra de Júlio César. A guerra de 1914 é industrial e democrática. Ela feriu a todos, e isto a tal ponto que existem poucos pais de família que nela não tenham perdido um pai ou um filho. Àqueles que sobreviveram, ela deixou recordações inesquecíveis, destinadas a obcecar suas atividades de cidadãos nos anos seguintes.

Ora, essas recordações não foram fáceis de dominar, tão poderosas e contraditórias eram elas.

A guerra não é moralmente familiar ao cidadão moderno, como o era ao cidadão da Antiguidade ou ao cavaleiro da Idade Média. A corrida ao enriquecimento, o gosto pela liberdade individual, a obsessão da felicidade privada são tão características da sociedade moderna que muitas das melhores cabeças da Europa saudaram o nascimento dessa sociedade, há 150 ou 200 anos, como o prenúncio do fim das guerras. “O objetivo único das nações modernas”, escreve, por exemplo, Benjamin Constant, “é o repouso, junto com ele a abundância, e como fonte da abundância, a indústria. A guerra é a cada dia que passa um meio mais ineficaz de alcançar esse objetivo. Suas oportunidades já não oferecem, nem aos indivíduos nem às nações, lucros que igualem os resultados do trabalho sereno e das trocas regulares... A guerra, portanto, perdeu seu encanto e sua utilidade. O homem não é mais arrastado a se entregar a ela, nem por interesse, nem por paixão”. É o que pensam também os saint-simonianos, Auguste Comte e muitos outros, no início do século XIX, tanto liberais quanto socialistas. E a situação descrita ou imagina-

---

1. Benjamin Constant, *De l'esprit de conquête et de l'usurpation dans leurs rapports avec la civilisation européenne*, 1814, in *De la Liberté Chez les Modernes*, textos selecionados e anotados por Marcel Gauchet, *Collection Pluriel*, Hachette, 1980, pp. 118-119.

da por eles está, efetivamente, próxima daquela por que passa a Europa ocidental de hoje, inteiramente ocupada nos trabalhos da paz e da prosperidade, com a obsessão da economia, do crescimento, do enriquecimento, do emprego, tendo construído a partir do mercado o que ela possui de vontade e de instituições comuns. Os povos ricos de hoje estão tão distantes do espírito militar que, postos pelas circunstâncias diante de um conflito armado, exigem, para nele entrar, que, de sua parte pelo menos, não haja vítimas: o inverno da Guerra do Golfo mostrou isso.

Contudo, a história dos países democráticos só deu razão a Constant — e por quanto tempo? — no final de um século que conheceu duas guerras gigantescas, inéditas tanto por suas dimensões quanto por seus estragos materiais e humanos. O observador de hoje fica impressionado tanto com a verdade da análise de Constant quanto pela falsidade das implicações que dela extrai. O europeu moderno vem sendo animado, efetivamente, de dois séculos para cá, pela obsessão do trabalho, do enriquecimento e do bem-estar. Mas ele é também o homem de 4 de agosto de 1914.

Existe uma maneira muito simples de esclarecer esta espécie de enigma. Consiste em afirmar que, longe de obedecer ou de levar a uma lógica de paz entre os homens e as nações, a sociedade capitalista traz a guerra em seu seio, “como a nuvem traz a tempestade”, conforme a fórmula de Jaurès. Dessa idéia, comum à tradição socialista, Lênin fez o centro de sua teoria de *O imperialismo: fase superior do capitalismo*<sup>1</sup>. A crer nele, o capitalismo europeu, cada vez mais concentrado em grandes monopólios, na busca constante de novos mercados com taxas de lucro altas, completara, no início deste século, a universalização do mundo através da colonização; num universo doravante fechado, a competição tornada feroz entre os grandes Estados capitalistas pela apropriação de territórios e de mercados devia e ia conduzir inexoravelmente à guerra mundial.

Essa ‘teoria’ envelheceu muito com o século. Embora esclareça bem algo das origens da guerra de 1914, as rivalidades coloniais das grandes potências e, principalmente, o antagonismo anglo-alemão, não distinguimos tão bem a sua utilidade para compreender o conflito de 1939 e suas peripécias: a ambição hitleriana de dominação mundial está mais inscrita em *Minha luta* do que nos projetos do capitalismo alemão, e a aventura imperialista em que finalmente soçobra o III Reich mais se assemelha a uma loucura política do que a uma necessidade econômica. Desde então, aliás, aprendemos a distinguir as empresas capitalistas

---

1. V.I. Lênin, *L'imperialisme, stade suprême du capitalisme* (*O imperialismo: fase superior do capitalismo*), Petrogrado, 1917; Paris, 1923. Reed. francesa: *Oeuvres Complètes*, t. XXII, Éditions Sociales e Éditions du Progrès, 1960. O estudo foi escrito em Zurique, na primavera de 1916.



dos Estados que as abrigam; sabemos que o capitalismo internacional é amplamente independente das formas estatais da colonização territorial e que ele até prosperou sobre as ruínas dessa colonização; enfim, fizemos a experiência, em 30 anos, de um duplo fenômeno impensável em termos leninistas: por um lado, o mais rápido desenvolvimento capitalista conhecido na história do Ocidente e, por outro lado, uma cooperação crescente entre as nações desse Ocidente, cujos habitantes nunca estiveram tão próximos uns dos outros. Isto a tal ponto que, se isolarmos a história da Europa do Oeste desde o fim da guerra, estaríamos tentados a inverter a fórmula de Jaurès e a ver no crescimento do capitalismo não um prenúncio da tempestade e sim da paz entre as nações.

Na realidade, nem um nem outro são verdadeiros. A natureza e a marcha da economia só constituem um dos elementos a levar em consideração para interpretar a evolução das relações internacionais, dos costumes, dos sentimentos ou dos espíritos. O *homo oeconomicus* desempenha, sim, um papel central na cena da sociedade moderna, de que é o principal ator. Mas não se segue daí que ele seja o único personagem, nem que não possa ter outras paixões, ou outros cálculos, além dos do interesse. O Capital tem seu lugar marcado nas desgraças do século XX. Ele não deve ser seu bode expiatório.

Como não ver, em agosto de 1914, que, se a guerra tem realmente entre as suas origens a competição entre as grandes potências pelo controle dos mercados e das colônias, ela só é aceita pelos povos, com todas as classes juntas, por razões de uma outra ordem, nacionais ou mesmo nacionalistas, extraídas de um fundo mais antigo? Em toda parte, a idéia dominante dos que partem para a guerra é a de servir à comunidade nacional. Ela assume formas diversas, e intensidades diferentes, conforme as situações e as ancoragens que encontra ou inventa: vinculada à Alsácia-Lorena entre os franceses, ao hábito da preponderância entre os ingleses, ao dinamismo de uma desforra sobre o passado entre os alemães, ou ainda à espera de uma emancipação coletiva entre as pequenas nações sem Estado. Ela, porém, constitui através da Europa inteira um plebiscito dessa invenção européia por excelência que é a nação. Plebiscito tranqüilo, vivido na época não em meio à contradição e sim como uma decisão simples, quase evidente. É o historiador que, *a posteriori*, conhecendo o que aconteceu depois, reintroduz ali a angústia de uma escolha. Na realidade, o trabalhador socialista não tem, em 1914, o sentimento de trair a sua classe respondendo ao apelo da nação, mesmo se, quatro ou cinco anos depois, encarou agosto de 1914 com outros olhos. Mas, justamente, acontecera a guerra. No momento em que ela começa, a pertença nacional permanece sendo o sentimento mais bem partilhado da humanidade européia: sentimento que não é necessariamente belicista, embora possa sê-lo,

mas levando, em todo caso, ao consentimento dado de antemão à guerra, contanto que esta tenha um objetivo inteligível para todos.

Isto, em primeiro lugar, porque a nação, na Europa, é anterior à 'sociedade comercial'; anterior também à democracia. Ela é a obra dos séculos e dos reis. Os séculos fizeram a língua, os costumes, o hábito de viver junto. Os reis pouco a pouco foram constituindo a autoridade pública dando um corpo à nação nascente. Os povos reuniram-se ao redor de um poder que os emancipava do senhor. As aristocracias lentamente se coligaram com seus soberanos e estes acabaram inscrevendo a hierarquia vassálica no interior do que se torna um Estado. Assim, as sociedades aristocráticas do Ocidente medieval se tornaram nações monárquicas, ao custo de um abandono de sua origem feudal: o serviço do rei teve primazia sobre todos os outros deveres. Esses 'antigos regimes', de que França e Inglaterra oferecem duas versões diferentes, mas comparáveis, herdaram dos tempos que lhes precederam o amor da guerra como um real teste de valor. Por sua vez, eles guerrearam muito entre si, mas em guerras diferentes, entre soberanos, entre Estados, desta vez. E reconverteram a virtude cavalheiresca em honra militar.

Ora, não é difícil de ver, na história da França, por exemplo, quanto essa paixão da honra militar sobreviveu à sociedade que a alimentara e a que ponto a democracia a adotou no momento em que acreditava romper as amarras com a sociedade aristocrática. Ela é um dos motores das guerras revolucionárias, antes de ser o segredo de glória dos exércitos napoleônicos. A França burguesa permaneceu militar: o heroísmo do soldado nada perdeu ao se tornar um título para a promoção social. O século XIX, aberto com a derrota inapelável de Waterloo, traz em toda a sua duração a marca indelével dessa humilhação nacional, que afeta todos os ambientes e todos os poderes. É bem verdade que o nacionalismo de compensação atinge mais a esquerda, na primeira metade do século, e mais a direita, depois do Segundo Império. A observação não é falsa por ter-se tornado clássica; mas uma vez que tenha dado a sua parte à divisão canônica da política francesa, o historiador deve compreender também a generalidade, a duração e a força, entre os franceses dessa época, dos sentimentos e das paixões nascidas da derrota de Napoleão. Encontramo-los tanto em Stendhal quanto em Chateaubriand ou, no outro extremo do século, em Clemenceau ou em Barrès. Os ultras da Restauração fazem uma guerra da Espanha para apagar a do imperador; Luís Felipe desacredita seu regime na opinião pública porque quer a paz na Europa; o sobrinho de Bonaparte liquida o seu por ter tentado devolver o brilho às armas francesas na Europa; e a Terceira República só se sente realmente em casa depois de ganhar, em nome da pátria, a guerra de 1914.

Evidentemente, não estou esquecendo-me de que, no caso francês, o culto ou a nostalgia da glória militar se nutrem não só da paixão nacional, mas tam-

bém, para a maioria, da idéia democrática. Os homens da Revolução Francesa viram na nação renovada a vanguarda da humanidade e, em sua interminável guerra contra a Europa dos reis, uma missão emancipadora. Mas essa superposição do particular e do universal não iludiu por muito tempo os povos europeus, como prova o fim das guerras napoleônicas. Se ela transformou as idéias de 1789 em meios universais de renascimento coletivo, todas as nações puderam adotá-las, mas cada uma em proveito próprio, e eventualmente contra a França. A herança da revolução distribui-se prioritariamente no modo nacional. Integrando as massas ao Estado, através da cidadania moderna, essa herança lhes oferece a nação como objeto de amor, antes da democracia e ainda mais do que a democracia. É uma paixão menos abstrata, mais antiga, mais espontânea, podendo ser compartilhada por todos, amigos ou inimigos da democracia. Mesmo os franceses republicanos do final do século XIX, que imaginam seu país como a pátria universal, são, à sua maneira, nacionalistas.

Assim, a opinião pública, em geral, compartilha a idéia de uma eleição particular da nação. Assim, todos os cidadãos permanecem sensíveis à chamada às armas, que foi o grito de seus reis e de suas Repúblicas. A 'salvação pública' atinge tanto os nostálgicos de Luís XIV quanto os admiradores de Robespierre; mobiliza o heroísmo aristocrático e a virtude democrática. Não que os franceses partam todos para a guerra de flor no fuzil, como por muito tempo se pretendeu'. Mas nenhum deles se furta ao dever para com a pátria, mesmo os que haviam jurado jamais lutar contra seus irmãos, os proletários alemães. Na hora da verdade, a nação faz esquecer a classe. E a guerra de 1914 revela sentimentos e paixões que são sobrevivências de todas as épocas.

Que dizer, então, do campo oposto, do outro lado do Reno? O I Reich alemão é também uma 'sociedade comercial', em pleno desenvolvimento capitalista. Mas obedece menos do que qualquer outro país europeu à famosa lógica que deve extinguir em seu seio a paixão pelas armas em proveito da paixão pelas trocas. Pelo contrário, ali o espírito mercantil e o espírito militar reinam juntos e se confortam um ao outro. A Alemanha não é, como a Inglaterra, uma velha pátria em forma de ilha cuja potência recebeu o calmo assentimento dos hábitos; ou como a França, um Estado antigo pouco a pouco construído pela monarquia e um povo cujo assento territorial nem mesmo a grande aventura revolucionária modificou de forma duradoura. Unificada tardiamente, porém, e graças às

---

1. Jean-Jacques Becker, *Comment les français sont entrés dans la guerre. Contribution à l'étude de l'opinion publique (printemps-été 1914)*, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1977.

vitórias da Prússia, a nação alemã é mais vasta do que seu Estado. Tem filhos ao sul e a leste de suas fronteiras. Pátria carnal e ideal ao mesmo tempo, acredita mais nas virtudes particulares de seu povo e de seu Exército do que no equilíbrio dos Estados europeus ou no gênio universal da democracia. Monarquia militar e industrial, chegada tardiamente à potência mundial, ela topa mais ou menos em todo o mundo com os interesses e com a bandeira inglesa. Assim, a Alemanha é, ainda no início deste século, um Estado-Nação incerto sobre seu território e até sobre a sua natureza; ela congrega cidadãos conscientes de sua potência coletiva, mas subjetivamente submetidos à idéia que têm dela e propensos a abusar dela. A pátria européia dos filósofos e dos músicos alimentou uma formidável potência econômica e uma aristocracia de soldados. A idéia da superioridade nacional forma o cimento dessa mistura de gêneros, juntamente com a idéia da chegada, enfim, de uma hora decisiva da História. A mais forte potência militar da Europa é também a mais exposta aos riscos da patologia nacional.

A exaltação literária ou filosófica da particularidade alemã atingiu, no início do século XX, o seu auge. Ela se nutriu, desde o Romantismo, do extraordinário brilho da arte e do pensamento germânicos, testemunho de um povo excepcional, voltado para a busca da verdadeira vida moral, por oposição à autonomia ilusória do indivíduo democrático. O 'espírito alemão' opõe-se ao Ocidente como a profundidade à leviandade, o dever à licença, a comunidade à sociedade, o orgânico ao crítico, o Estado portador do bem comum ao Estado liberal: a *kultur* à *civilisation*. Não tem adversários a leste, pois a Rússia, em seus melhores momentos, sempre foi apenas uma imitadora da Prússia, antes de ser contaminada pelas idéias democráticas. Seu conflito histórico é com o Ocidente. No tempo em que estava esmigalhada, ameaçada, humilhada, a Alemanha concebeu essa idéia de si mesma como o refúgio aristocrático de sua fraqueza. Tendo se tornado una, poderosa e ambiciosa, ela a conservou como o segredo de sua força: sua nacionalidade ilustra uma outra via histórica rumo à modernidade, que não apresenta os vícios da democracia liberal à maneira ocidental. É esse conjunto que Thomas Mann unirá num feixe, durante a guerra, para oferecer em homenagem aos sacrifícios consentidos pelos combatentes: suas *Considérations d'un apolitique* (*Considerações de um apolítico*) contrapõem as 'idéias de 1914' às idéias de 1789'. O milagre de agosto de 1914 é revelar o espírito alemão numa apoteose de sacrifício e de unidade frente ao seu velho adversário, a 'civilização' à francesa: "A diferença entre espírito e política implica a diferença entre espírito e civilização, entre alma e sociedade, entre liberdade e direito de voto, entre arte

---

1. T. Mann, *Betrachtungen eines Unpolitischen*; trad. francesa: *Considérations d'un apolitique*, Grasset, 1975.

e literatura, e a germanidade é a cultura, a alma, a liberdade, a arte, não é a civilização, a sociedade, o direito de voto, a literatura”<sup>1</sup>.

O nacionalismo custou tão caro em vidas humanas e em desastres de todo tipo, ao longo deste século, que nos esquecemos de sua sedução para só retermos seus estragos. No entanto, o que ele teve de tão forte, na época, é visível não só na Alemanha, mas mais ou menos por toda a Europa, por exemplo em Paris ou em Viena: ele mistura as promessas da modernidade aos resseguos da tradição. Pondo seu próprio Estado acima dos outros, o cidadão ainda o transforma numa encarnação privilegiada da potência, da prosperidade e da cultura. Mas subordinando tudo, até sua própria vida, a essa imagem da coletividade de que é membro, ele reencontra emoções que lhe fazem esquecer sua solidão de homem privado. O culto do nacional esconjura o déficit cívico da democracia. Ele culmina, aliás, no momento em que o Estado moderno, nos grandes países da Europa, está em via de integrar em seu seio as massas populares através do sufrágio universal, da solidariedade social e da escola para todos. Nisso, a ideologia nacionalista, embora exalte o particular contra o universal e o torrão natal contra a abstração dos direitos, é também, apesar de tudo, filha da democracia, inseparável dela e ao mesmo tempo seu produto e sua negação. Ela oferece aos indivíduos separados que povoam essas sociedades modernas da Europa um cimento de seu estar-juntos infinitamente mais forte do que sua representação eleita.

Pela inclinação de sua história política e intelectual, a Alemanha da virada do século é o melhor laboratório para se observar o fenômeno, que vai ter tanto peso sobre seu destino e, por ricochete, sobre o da Europa inteira. Ali se desenvolve e ganha raiz em todas as camadas da população esse conjunto inédito de idéias que logo ganha o nome de ‘pangermanismo’; versão quase tribal do nacionalismo e, no entanto, moderna, pela qual o fato de pertencer à nacionalidade alemã se transforma em fanatismo da superioridade germânica sobre todos os povos. O Reich é menos definido por uma soberania jurídica sobre um território do que por uma vocação a abrigar, um dia, todos os alemães e, assim, tornar-se a ponta de lança do germanismo na Europa e em todo o mundo. Os antigos soberanos da Europa recebiam sua coroa de Deus, mas não tinham deveres para com a História. Aqueles dentre eles que sobreviveram à revolução democrática, como o último Hohenzollern de Berlim, recebem juntamente com a Coroa esse encargo quase divino de conduzir um povo eleito: tarefa tão esmagadora que a pobre cabeça de Guilherme II não a suporta bem. A soberania do povo é mais pesada de carregar do que o direito divino. Ela substituiu o julgamento de Deus pelo da História.

---

1. T. Mann, *op. cit.*, p. 35.

O pangermanismo absolutiza o particular. Rejeição radical do universalismo democrático, ele, no entanto, cresceu sobre o mesmo solo: é uma religião da imanência, posta a serviço de um povo. Recebeu uma caução científica do evolucionismo darwiniano, por intermédio da idéia de raça, pensada com base na seleção das espécies mais fortes. Com a raça, o nacionalismo envolve-se na ciência, o maior substituto religioso do século XIX; e dela recebe também uma força de exclusão que a idéia de superioridade, sozinha, não comporta: se os povos estão separados por diferenças raciais e se a raça germânica está destinada a dominar o mundo, só existe um povo vencedor e os outros povos desesperados. Os Estados, e mesmo o Estado alemão, não passam de aparências jurídicas provisórias, que balançam ao acaso do conflito dos povos-raças.

Prova disso são os judeus. Constituem por excelência, aos olhos do anti-semita, esse povo sem Estado, que erra há dois mil anos fora de seu território, e, no entanto, intacto em meio aos gentios, continuando mais do que nunca a ser ele mesmo fora de sua terra. Se são tão solidários, tão hábeis em tecer suas intrigas de lucro e de dominação nas diferentes nações onde se instalam, é porque tiram esse gênio cosmopolita de sua extraordinária coesão étnica ou racial. Daí sua mentira e sua perversidade: pois eles mascaram sob a universalidade abstrata do dinheiro e dos Direitos Humanos a vontade de potência de uma raça que nada pôde quebrantar. Querem impedir que suas vítimas descubram o segredo de sua força, ocultando-se sob a máscara da democracia. Assim, eles são portadores, contra a vontade, da prova viva da idéia de raça, ao mesmo tempo que confirmam a obrigação positiva dos povos por eles enganados de se reapropriarem dessa idéia, à custa deles.

A primeira sedução desse anti-semitismo é tomar o lugar da tradição secular que, em toda a Europa cristã, voltou contra os judeus a idéia judia da eleição. Do povo eleito por Deus, a Igreja católica fez o povo maldito por Deus, invertendo o sentido de sua particularidade. No povo errante emancipado pela democracia, as nações modernas ainda vêem o adversário oculto, mas poderoso, de suas identidades. O judeu conserva sua estranheza maldita no universo cuja História substituiu a divindade. Sua eleição na ordem da infelicidade não cessou com o advento da igualdade cidadã e o confinamento do religioso ao foro íntimo dos indivíduos. Pelo contrário, ela recebe daí uma nova força, como que de um redobro de ódio, em que as nações cristãs da Europa reencontram sentimentos familiares.

Mas o que confere ao anti-semitismo moderno seu verdadeiro caráter continua sendo a sua inserção e seu papel nas paixões novas da democracia. A Cidade moderna, separada de todo o fundamento divino, constrói-se sobre a vontade de seus membros. Só tem legitimidade através do consentimento público. Mas, ao mesmo tempo, ela não se cansa de se interrogar sobre o que

quer e até sobre a possibilidade de extrair uma vontade coletiva de uma multidão de indivíduos separados. Seus cidadãos já só acreditam na ação histórica, no momento mesmo em que estão incertos sobre os meios que lhes restam para agirem juntos, como um só homem. A idéia de nação esconjura essa angústia, sugerindo essa unidade. Idéia antiga, manifestada novamente no contexto moderno: ela deixou de ser simplesmente dada pela tradição, como uma herança do passado. Também ela é tecida de vontades, como exige o credo democrático. Vontades positivas, as de todos os patriotas e logo as do povo inteiro. Mas também vontades negativas, maléficas, estrangeiras, e é aí que aparece o complô judeu.

Por que complô? Porque, se toda ação política é feita de vontade deliberada, aquela que visa a sabotar a unidade da nação deve ser também, por definição, oculta: senão, ela não teria essa capacidade de enganar, pelo menos por algum tempo, uma grande parte da opinião. É seu caráter clandestino que explica sua eficácia e seu poder. A Revolução Francesa ilustrou o poder dessa representação do complô, como antagonista da vontade do povo, sobre as imaginações democráticas. O anti-semitismo moderno oferece uma versão renovada do tema, substituindo os 'aristocratas' pelos judeus. Por que os judeus? Eles formam um contramodelo sob medida para a paixão nacionalista: povo errante, disperso, sem Estado, que, no entanto, permaneceu de pé ao redor de sua religião e de suas tradições, conservando mais ou menos em toda parte, em doses variáveis, algo de uma identidade, oferecendo, portanto, a matéria ideal para a racionalização de um complô em escala mundial. Depois de ter encarnado o inimigo do Deus cristão, o judeu apresenta ao anti-semita dos tempos democráticos a matéria-prima imaginária de uma outra imagem-contraste: o inimigo da nação.

Basta considerá-lo, mesmo livre da religião que o confinou no gueto, mesmo 'emancipado' pela igualdade da cidadania, como tendo permanecido estrangeiro em todas as nações onde vive. Aliás, essa mesma integração, tornando-o menos visível, tornou-o mais suspeito; sua particularidade, mais do que visível nos tempos cristãos, é agora oculta. A única coisa no mundo a que o judeu tem apego é o dinheiro, e sua única identidade é essa equivalência abstrata com todos, de que faz seu disfarce e sua bandeira. Ele é o burguês puro, livre de sua ganga, separado de sua terra, o burguês reduzido à sua essência, que é a sede de ser rico. Depois de perseguido pelas nações cristãs por sua particularidade, é odiado pelos povos modernos como um ser de lugar nenhum. Na verdade, as duas acusações somam seus efeitos, uma vez que, em ambos os casos, ele está fora da coletividade. E a segunda, instalada nos rastros da primeira, pode não ser menos global do que ela, a despeito do pluralismo das opiniões: pois o burguês não é menos detestado à esquerda do que à direita.

Sob este aspecto, não foi por acaso que o anti-semitismo se espalhou por toda a Europa como uma das paixões mais fortes das opiniões públicas no final do século XIX. É o tempo de um desenvolvimento rápido do capitalismo e da entrada dos povos na política democrática através do sufrágio universal. As lutas pelo poder perdem o que tinham conservado de aristocrático na primeira metade do século e até um pouco depois. Doravante, elas têm como árbitro um vasto público. Ora, o judeu, essa encarnação do burguês, essa essência do burguês, esse burguês racial, oferece um bode expiatório ideal para as exclusões nacionalistas e para o ressentimento dos pobres. Sozinho, ele permite que se execute em tom de abominação toda a gama das paixões democráticas, da nostalgia de uma comunidade perdida à antecipação de uma sociedade nova, nacional ou socialista, ou as duas ao mesmo tempo.

Daí vem a extensão do anti-semitismo, na vida política dos grandes países da Europa antes de 1914. O que há de particular em Viena e em Berlim é já estarem apoiadas numa teoria racista dos povos, através da afirmação da superioridade germânica. Mas ele existe também na França, onde sobrevive à vitória da facção pró-Dreyfus, como um sentimento profundo que o vaivém das circunstâncias não atinge. Contudo, a República na França conserva para o patriotismo da maioria a sua vocação democrática, herdada de 1789. Na Áustria-Hungria, o que explica o sucesso do pangermanismo junto às multidões é a estrutura da dupla monarquia — e a efervescência das nacionalidades sem Estado. No Reich de Guilherme II, tudo contribui de maneira diferente, mas igualmente forte: o passado e o presente, o atraso e a potência, e isto a tal ponto que a maioria dos próprios judeus está embriagada por seu casamento germânico. Partindo para a guerra, os soldados alemães de agosto de 1914 não hesitam mais do que os soldados franceses. Na guerra que se inicia, eles investem a mesma coragem, alimentada por sentimentos comparáveis, embora a dosagem das tradições políticas não seja a mesma. Tanto em Berlim como em Paris, é a hora da União Sagrada, que reúne não só todas as classes, como também todas as épocas da nação. Os intelectuais demonstram isso tanto quanto os povos, nem mais nem menos inconscientes sobre o futuro aberto pela guerra. Encontramos entre os belicistas de agosto de 1914, mais ou menos declarados, do lado francês, Barrès, Péguy, Bergson e Durkheim. Do outro lado, Thomas Mann e Stefan George, Freud e Max Weber.



Assim, a guerra de 1914 teve esse primeiro caráter democrático: embora todos a tenham visto chegar, naquele verão, todos a deixaram chegar, tanto os governantes quanto as opiniões públicas. Entre o atentado de Sarajevo e as decisões de ordenar a mobilização geral, naquele mês de julho de 1914 em que a sorte da Europa foi lançada, a todo momento era possível deter a marcha da engrenagem desencadeada pela Áustria-Hungria. Ninguém o quis, nem a Alemanha, nem a Rússia, nem a França, nem a Inglaterra. Seja qual for a dose de responsabilidade considerada como a mais verossímil entre os impérios centrais, por um lado, e a coalizão franco-anglo-russa, por outro, de qualquer forma nenhum dos grandes Estados procurou realmente evitar uma guerra que o ultimato austríaco à Sérvia tornara apenas provável. Mas se o desencadeamento se deveu, em termos técnicos, a um déficit de ação diplomática, ele se explica em profundidade por um consentimento dos povos tido como certo pelos poderes públicos. Tal consentimento não teria bastado, por definição, para desencadear a guerra. Mas bastou para tornar as opiniões públicas dos diferentes países solidárias com seus governos, quando esses governos representavam, um frente ao outro, e quase como pessoas, a grande cena do ponto de honra. Provocada por um atentado nacionalista, a guerra de 1914 começa como uma guerra de nacionalidades, levando ao ponto de incandescência as paixões coletivas que preencheram o século anterior. Os Estados e os povos que nela entram investem não só seu poder e sua glória, mas também o preconceito de sua posição e de sua história. O súbito eclipse do internacionalismo socialista é, à sua maneira, testemunha disso.

Por sua própria natureza, a guerra é uma aposta cujas modalidades e efeitos são particularmente imprevisíveis. Ela rompe um equilíbrio que os dois beligerantes esperam modificar em proveito próprio, sem nenhum deles saber de antemão se terá realmente forças para tanto e até se o caráter ou a duração do conflito não terá modificado, quando da vitória, o que esperava dela. Dessa regra geral, a guerra de 1914 poderia ser a ilustração por excelência. Sua novidade radical derruba, nos dois campos, todos os cálculos dos militares e dos políticos, ao mesmo tempo que os sentimentos dos povos. Nenhuma guerra do passado teve um desenvolvimento e conseqüências tão imprevistas.

Novidade técnica, em primeiro lugar, que cabe em alguns números. Ao passo que franceses e alemães esperavam alcançar sucessos decisivos nas primeiras semanas, com o auxílio de suas reservas de armamentos acumulados, eles esgotaram em dois meses seus estoques de munições e de material, a tal ponto o novo poder de fogo dos dois Exércitos se mostrara incomensurável relativa-

mente às previsões<sup>1</sup>. A Europa de 1914 pagava, assim, o preço dos progressos ocorridos na produção das armas desde o último grande conflito franco-alemão, o de 1871. O que tornava a guerra mais mortífera, mas não teria necessariamente contribuído para prolongá-la, se um dos beligerantes tivesse sido capaz de se avantajá-la. Mas, depois do Marne, o contrário aconteceu: os dois Exércitos formam ao infinito duas linhas de trincheiras frente a frente, se bombardeando mutuamente com seus canhões. Está encerrada a breve fase da arte das estratégias e das combinações científicas. Chegou o tempo dessa interminável frente de batalha, do Soma aos Vosgos, segundo os termos do famoso comunicado do início de setembro de 1914, que anuncia, sem o saber, a indústria do massacre de rotina e das ‘investidas’ inúteis, de trincheira em trincheira. Produzem-se 30 mil mortes para ganhar 200 metros. Nunca, até então, uma guerra tinha enterrado frente a frente milhões de homens mais do que armados, a massa ativa dos dois povos, com a única missão de se matarem uns aos outros, de longe ou de perto, sem a esperança de um golpe decisivo, sem calendário de vitória, mas também sem baixa estação e sem quartel de inverno. Nenhuma diferença de um regime ao outro. A República francesa não é menos pródiga do sangue de seus filhos do que o Império Alemão. O encontro da indústria e do equilíbrio das forças, somado ao número dos combatentes, produziu essa luta horrorosa, cujo símbolo permanecerá sendo a Batalha de Verdun. Os mesmos obuses que matam os soldados também enterram seus corpos. Os mortos na guerra são uns ‘desaparecidos’ do combate. O mais célebre deles, sob o Arco do Triunfo, será mui justamente honrado pelos vencedores como ‘desconhecido’; a escala do massacre e a igualdade democrática diante do sacrifício somaram seus efeitos para envolverem o herói apenas numa bênção anônima.

Democrática, a guerra de 1914 o é também porque é a guerra do número: número de combatentes, de recursos, de mortos. Mas, com isso, ela é também um negócio dos civis, mais do que dos militares; uma provação sofrida por milhões de homens tirados de suas vidas cotidianas, mais do que um combate de soldados profissionais. Um pouco mais de um século antes, as batalhas da Revolução Francesa e do império contra a Europa dos reis tinham inaugurado a época da guerra democrática. Mas jamais mobilizaram o conjunto da população e das forças do país, mesmo do lado francês, onde, aliás, tantos soldados acabaram fazendo de sua partida para o Exército uma profissão e dos acasos com que toparam, galões suplementares. O *grognard* de Napoleão era um soldado, o *poilu* de 1914-1918 ainda é um camponês, um artesão, um lojista, um burguês (menos freqüentemente um

---

1. A melhor análise dessa novidade da guerra de 1914-1918 encontra-se em Raymond Aron, *Les guerres en chaîne*, Gallimard, 1951, cap. 1, “La surprise technique”.

operário, por causa das necessidades da produção de armamentos). A guerra é feita pelas massas de civis alistados, que passaram da autonomia cidadã à obediência militar, por um tempo cuja duração não conhecem, e mergulhados num inferno de fogo onde conta mais 'agüentar firme' do que calcular, ousar ou vencer. Nunca a servidão militar esteve ornamentada de menos nobreza do que aos olhos desses milhões de homens transplantados, recém-saídos do mundo moral da cidadania.

Não há melhor testemunha dessa situação do que Alain, em suas cartas escritas da frente de batalha ao amigo Élie Halévy, entre agosto de 1914 e o início de 1917<sup>1</sup>. Filósofo e moralista do humanismo democrático, Alain não gosta nem da guerra nem de seu cortejo de valores aristocráticos. Se se alistou no dia 3 de agosto de 1914, aos 46 anos, para servir como simples artilheiro, foi para não ficar alheio à história que rodeia sua existência; como ele dirá um pouco mais tarde, "sempre precisei ir à miséria junto com os outros, para ser feliz"<sup>2</sup>. Mas a guerra é, para ele, o estado político mais estranho ao cidadão, e aquela guerra escapa menos do que qualquer outra à regra. O que constitui a sua necessidade pertence à ordem das paixões, sem relação com os interesses que transigem e menos ainda com a razão que aproxima. Ora, o ponto de honra foi resolvido em algumas semanas, e a honra está salva, dos dois lados, desde o Marne. A partir daí, a guerra não é mais do que corrupção dos espíritos e dos costumes: sua verdade pode ser dita invertendo as virtudes democráticas. Ela está na escravidão dos homens, postos sob o poder absoluto de seus chefes<sup>3</sup>; no medo universal, que dá à ação militar um caráter mecânico; na morte dos melhores, como numa seleção às avessas. O Exército em guerra constitui uma ordem social cujo indivíduo não mais existe e cuja própria desumanidade explica a força de inércia quase impossível de quebrar.

Na retaguarda, a situação não é mais brilhante. Pelo contrário. A guerra, feita estoicamente por civis de uniforme, forma também ali um espetáculo dirigido pelos 'patriotas profissionais', que vociferam longe da frente de batalha. Alain detesta o conformismo organizado pela opinião pública, o chauvinismo, a censura. Não tem palavras duras o bastante contra os exageros belicistas dos intelectuais, dos jornalistas e dos políticos. Não acredita na guerra do Direito. É favorável, já no final de 1914, a uma paz de compromisso e, aliás, acompanha de perto, através da *Tribune de Genève* que lhe envia o casal Halévy, tudo o que se parece com um início de negociação, por mais frágil que seja seu rastro. Mas não tem muitas ilusões: precisamente

---

1. Alain, *Correspondance avec Élie et Florence Halévy*, Gallimard, 1957.

2. *Id.*, carta de 31 de janeiro de 1917, p. 251.

3. Cf. esta nota de 17 de outubro de 1917 sobre *Le feu* de Barbusse, que acabara de sair: "*Le feu* parece-me aborrecido. É uma visão de oficial. O mal mais perceptível na guerra é a escravidão" (*id.*, p. 255).

porque é tão horrenda, tão mortífera, tão cega, tão total, a guerra é difícil de terminar. Ela não pertence, ou não pertence mais, a essa categoria dos conflitos armados em que príncipes cínicos podem deter quando julgam que seu custo supera os lucros possíveis e que o jogo já não vale a pena. Ela é dirigida por patriotas, gente de bem eleita pelo povo<sup>1</sup>, encerrados cada vez mais nas conseqüências das decisões de julho de 1914. Os sofrimentos foram tão duros, as mortes tão numerosas, que ninguém ousa agir como se elas não tivessem sido necessárias. E como dar o primeiro passo, sem se designar como traidor? Quanto mais a guerra dura, mais ela vai durar. Ela mata a democracia, de que, porém, recebe o que perpetua seu curso.

Depois da voz de Alain, a voz de Halévy. As respostas às cartas de Alain se perderam. Mas podemos conhecer os pensamentos de Halévy, durante a guerra, a partir da correspondência que trocou com outros amigos, especialmente com o filósofo Xavier Léon<sup>2</sup>. Não é muito difícil, ao ler essa correspondência, compreender o que o aproxima e o que o separa de seu amigo artilheiro.

Ele está menos ligado à tradição especificamente francesa do radicalismo republicano. Nascido numa grande família de burguesia intelectual<sup>3</sup>, de ascendência judia e protestante, é um espírito mais cosmopolita do que Alain. Seu apego à República é matizado por uma paixão pela civilização política inglesa, à qual consagra um trabalho de historiador<sup>4</sup>. Democrata, e não menos liberal, não é pacifista como Alain. Não que ele tenha a menor simpatia pela guerra, mas não vê como evitá-la, no estado em que se encontram as nações e as opiniões públicas européias. Também ele, como seu amigo, tem palavras muito severas contra as gritarias belicistas da retaguarda e a histeria do antigermanismo cultural na França; mas a guerra não deixa de ter, a seu ver, fundamentos nas rivalidades das potências e das paixões nacionais. Ela é menos a conseqüência de intrigas políticas

- 
1. *Id.*, carta de 15 de março de 1915, p. 193. “Infelizmente, somos governados, e num tempo desses, por gente honesta; um soberano cínico logo teria a paz.”
  2. Uma pequena parte dessa correspondência, destinada sobretudo a Xavier Léon, foi editada juntamente com a *Correspondance avec Élie e Florence Halévy*, de Alain, *op. cit.*, p. 322. Pude consultar o resto das cartas de Élie Halévy durante a guerra de 1914-1918 nos papéis de Élie Halévy, graças à gentileza da sra. Guy-Loë. Meus agradecimentos a ela.
  3. Élie Halévy é o filho de Ludovic Halévy, o famoso libretista de ópera, e de Louise Bréguet, filha de uma dinastia de relojoeiros protestantes. É irmão de Daniel. As duas crianças foram educadas na religião de sua mãe, conforme a regra da família.
  4. Élie Halévy dedicou suas duas obras principais à história inglesa: *La Formation du Radicalisme Philosophique*, 3 vols., Paris, F. Alcan, 1901-1904; *Histoire du Peuple Anglais au XIXe Siècle*, 4 vols., Hachette, 1912-1932; reed.: Hachette Littérature, 1973 - 1975, 5 vols. Vide também as Rhodes Memorial Lectures por ele pronunciadas em Oxford, em 1929: *The world crisis of 1914-1918, an interpretation*; Oxford, Clarendon Press, 1930, texto francês em *L'ère des tyrannies*, Gallimard, *Collection Tel*, pp. 171-199.

do que o confronto entre o pangermanismo e o pan-eslavismo no Centro e no Leste da Europa; e as opiniões públicas fizeram o resto. Halévy é um espírito mais político do que Alain. E o hábito dos revezes lhe deu, como a todo grande liberal francês, as virtudes do pessimismo ativo. Previu a guerra com muita antecedência, e ei-la aí presente. É preciso assumi-la lucidamente.

Já velho demais para ser mobilizável, ele se alistou como enfermeiro voluntário, e o locaram em Chambéry, onde vive “no clericalismo de ambulância”. Compreende imediatamente — um dos primeiros, sem dúvida, na Europa — que a guerra assumiu, depois da Batalha do Marne, um caráter inédito e desesperador: “Considero — esta é a origem de meu problema — toda ofensiva como tendo se tornado, tanto de um lado quanto de outro, impossível, nas condições da estratégia moderna... Não vejo como se possa sair daí, por meses e meses. Não vejo como se possa parar. É uma guerra de raças, muito sórdida, sem grande idéia, sem plano de gênio<sup>2</sup>”. Assim, a guerra é interminável menos em consequência de suas metas objetivas do que pelo caráter assumido por ela, pela situação militar criada por ela. Foi seu curso que revelou sua natureza; ele funcionou como uma armadilha. A guerra perdeu todo fim previsível no mesmo momento em que cessou de ser popular entre os combatentes. Ela não é mais do que o terreno sinistro da resignação à fatalidade: os soldados lutam maquinalmente, sem exigirem a paz, já que não vêem mais a possibilidade disso. Halévy junta-se aqui a Alain em seus temores de que essa condição inumana, porém duradoura, destrua a autonomia do cidadão. Numa carta a Xavier Léon, ele faz esta observação profética: “Merece um estudo a influência que a guerra pode ter sobre os destinos do socialismo. Desfavorável provavelmente ao progresso das formas liberais do socialismo (sindicalismo etc.), ela fortalece, pelo contrário, e consideravelmente, o socialismo de Estado<sup>3</sup>”.

O grande enigma político da guerra de 1914 é o da paz, pois as condições da batalha escondem seu horizonte. Halévy não dá nenhum crédito às profissões de fé simplistas da extrema esquerda revolucionária ou dos intelectuais da paz imediata<sup>4</sup>. Não acredita num compromisso entre os beligerantes, cujo boato se espalha de quando em quando. A seu ver, o único caminho da paz passa por uma derrota militar da Alemanha: caminho longo, muito longo, tão opaca é a batalha e tão forte, a A-

---

1. Carta inédita a Xavier Léon, 17 de novembro de 1914.

2. Carta inédita a Xavier Léon, 27 de janeiro de 1915.

3. Carta inédita a Xavier Léon, 3 de julho de 1915. Encontramos a mesma idéia pouco mais de dois anos depois, numa carta de 18 de setembro de 1917, também inédita, dirigida ao mesmo destinatário: “... A Guerra e o Socialismo. O estado de guerra favorece diretamente o socialismo de Estado; e, por reação, o socialismo revolucionário ou anárquico”.

4. Carta inédita a Xavier Léon, 29 de novembro de 1915. “Que alguns proletários queiram a paz a qualquer custo e sem frases, eu entendo essas convicções brutais e incultas. Mas a frivolidade política dos homens da escola de Challaye continua me surpreendendo...”

lemanha. Halévy vê na Alemanha ao mesmo tempo uma ameaça ao equilíbrio da Europa e uma das formas mais poderosas do gênio europeu. Ele alimenta seu pessimismo em duas fontes: todo o caso só pode ter uma saída duradoura com a derrota alemã, que será também uma derrota europeia, depois de um interminável conflito.

“E o futuro? É, a meu ver, uma batalha sem-fim no tempo e no espaço, em que o tempo trabalha a nosso favor <sup>1</sup>...” E um mês mais tarde, a 26 de novembro de 1914, numa carta ao mesmo Xavier Léon, prevê que “temos pela frente 10 ou 15 anos, ou 30 anos de guerra. Portanto, a segunda, a última parte de nossas vidas pouco se parecerá com a primeira<sup>2</sup>.”

Que quer ele dizer? Não que a guerra em curso vá durar 10, 15 ou 30 anos. Mas que ela inaugura uma época nova de instabilidade europeia — instabilidade das relações de potência, das fronteiras nacionais, dos regimes — pelo que o século XX se anuncia sob maus presságios. Devo citar longamente uma carta de 27 de outubro de 1915, sempre a Xavier Léon<sup>3</sup>.

“Eu digo:

“1. que esta guerra só poderá ser considerada encerrada no dia em que houver derrota constatada dos impérios do centro. Não vejo no pormenor em que consistirá essa derrota. Não vejo um despedaçamento da Alemanha; vejo melhor um despedaçamento da Áustria, mas seguido da absorção num só bloco da fração ocidental da Áustria pelo Império de Guilherme II. Não importa. Prossigo;

“2. que o tempo necessário para alcançar esse resultado deve ser avaliado não por semanas ou por meses, mas por anos. Quando falei de 25 anos, não estava tão enganado;

“3. que, quando considere a possibilidade de uma guerra tão prolongada, sempre julguei que ela seria suspensa por falsas pazes, pazes precárias, tréguas;

“4. que, por conseguinte, essas tréguas, que devem acontecer antes da derrota da Alemanha, deverão registrar necessariamente um estado de coisas temporariamente favoráveis à Alemanha e, portanto, constituir, momentaneamente, para a Alemanha, pazes vitoriosas.”

Halévy acrescenta *in fine* que não se esquece de que uma profecia deve sempre se envolver “numa certa obscuridade”: esse sorriso sobre si mesmo, à guisa de advertência ao leitor, nada tira, porém, da extraordinária presciência do drama europeu, de que a guerra de 1914 constitui a abertura. O script exato do roteiro

---

1. Carta inédita a Xavier Léon, 21 de outubro de 1914.

2. Carta a Xavier Léon, 26 de novembro de 1914, *op. cit.*, p. 342.

3. Carta a Xavier Léon, 27 de outubro de 1915, *op. cit.*, p. 355.

escapa à sua predição, como é natural; mas não a matéria da tragédia. O historiador do povo inglês em sua época mais feliz sentiu que desaparecia à sua frente, destruída por seus próprios filhos, a civilização liberal da Europa<sup>1</sup>.

Finalmente, é pelo pessimismo que Alain e Halévy se encontram: ambos vêem na Primeira Guerra Mundial uma catástrofe maior da História, após a qual nada será como antes. Concordam em ver no regime das grandes potências européias em guerra um retorno inesperado do despotismo aos tempos modernos. O controle crescente da economia em função das necessidades da frente de batalha confere aos Estados um poder extraordinário sobre os cidadãos, ao mesmo tempo que sugere um exemplo para tiranos potenciais. O peso exclusivo da idéia nacional sobre os espíritos, o chauvinismo das elites, o conformismo das massas e a censura, enfim, extinguiram toda vida democrática<sup>2</sup>. As populações civis só se ocupam com o correio, que traz as cartas dos sobreviventes ou o nome dos mortos; e dos comunicados do estado-maior, que lhes mentem sob o pretexto de não desmoralizá-las. O soldado poderia ser mais livre do que a retaguarda, sendo ele o ator da tragédia, mas está perdido em meio a essa violência inominável; nada pode ver ou entender além da obediência às ordens: essa guerra é um grande caos em que a inteligência não tem vez. Só conta, como em Verdun, a vontade animal de resistir ao aniquilamento pela artilharia inimiga. Por qual encarniçamento excepcional os combatentes agüentaram firmes? Alain, já antes dos motins franceses da primavera de 1917, compreendera a fragilidade desse heroísmo obrigatório. “Tudo isso será pago, podem acreditar em mim, cada um reencontrará seus verdadeiros inimigos<sup>3</sup>”, escreve ele a 13 de novembro de 1915.

É esse, aliás, o sentido que ele dá, tão logo ela acontece, à Revolução Russa de Fevereiro, a 3 de agosto de 1917: “Não sei que soldados você viu; talvez debilitados pelo sangue derramado; de minha parte, eu só vi revoltados de espírito, que elaboraram sem parar meios de acabar com este massacre e que, sem encontrá-los, meditam vinganças. Não se deve dizer que isso não é nada. A Revolução Russa é alguma coisa<sup>4</sup>”. Com uma frase, Alain indica o sentido universal tomado pelos aconteci-

---

1. Carta inédita a Xavier Léon, 24 de março de 1916: “Volto sempre à minha tese. O dia em que Jaurès foi assassinado e iniciou o incêndio da Europa, abriu-se uma era nova da história do mundo. É uma bobagem acreditar que, em seis meses, isso possa extinguir-se...”

2. Tocqueville, *Démocratie en Amérique* (*Democracia na América*), 2ª parte, livro III, cap. 32: “A guerra nem sempre entrega os povos democráticos ao governo militar; mas não pode deixar de aumentar imensamente, nesses povos, as atribuições do governo civil; ela centraliza quase que forçosamente nas mãos dele a direção de todos os homens e o uso de todas as coisas. Se não leva bruscamente ao despotismo através da violência, ela conduz lentamente para lá, através dos hábitos”.

3. *Id.*, carta de 13 de novembro de 1915, p. 217.

4. *Id.*, carta de 3 de abril de 1917, p. 252.

mentos russos: menos a queda do czarismo do que a revolta dos soldados e do povo contra a guerra. Nicolau II, quem se preocupa com ele? Em compensação, as desgraças da guerra tornaram-se a obsessão da Europa inteira. A experiência militar do filósofo-artilheiro o faz perceber imediatamente os sentimentos de muitos combatentes. Na mesma época, Halévy exprime sobre a Revolução de Fevereiro um ponto de vista completamente diferente<sup>1</sup>. Preocupa-se antes de tudo, como o governo francês, com as conseqüências da mudança de regime sobre a condução da guerra em São Petersburgo, e deseja que Miliukov dê um fim ao caos russo, para o maior bem dos Aliados. Acrescenta a essa esperança uma constatação mais desinteressada e mais melancólica, tirada de seu gênio liberal: “Dito isso tudo, não será um alívio, para todo ocidental digno do nome, não ser mais responsável pelo czar e sua corte?” Todo o mundo “sente isso na Inglaterra, na Itália, por mais conservador que se seja. Será preciso que a França seja sempre um enigma para o observador político? Jamais poderemos dizer se ela é liberal até o anarquismo, ou loucamente reacionária?”

Assim, Alain e Halévy estão muito distantes um do outro na apreciação do que se passa na primavera de 1917, no outro extremo da Europa. Um gosta da idéia dos conselhos operários e de soldados<sup>3</sup> como a expressão de uma revolta contra a guerra. O outro se congratula pela queda de um Antigo Regime e ao mesmo tempo faz votos para que a Revolução Russa não leve a uma paz em separado com a Alemanha. Contudo, a interrogação que eles compartilham sobre o futuro, mesmo imediato, reúne-os numa mesma inquietação: quase três anos depois do famoso verão de 1914, o futuro da Europa está mais opaco do que nunca. A única coisa clara é que os homens perderam na guerra o que tinham de controle sobre a História. Dessa aventura que acreditavam conhecer, não previram nem o curso nem o caráter. Não souberam conduzi-la. Não podem dar-lhe um fim. Os acontecimentos de Fevereiro de 1917 na Rússia, seguidos dos motins do Chemin des Dames, mostram a quem quiser ver com que será paga a incapacidade das classes dirigentes e dos governos de imaginarem uma saída organizada para a guerra das nações européias: muito simplesmente com a revolução, essa velha divindade, mãe da democracia na Europa.

De 1814 a 1914, os cem anos do século XIX, nenhuma das guerras européias veio perturbar duradouramente a ordem internacional; nenhuma pôs em cheque o regime, econômico e social, das nações em guerra. É verdade que o Se-

---

1. Cartas a Xavier Léon, de 17 e de 28 de março de 1917, *op. cit.*, p. 363.

2. Élie Halévy a Xavier Léon, carta de 28 de março de 1917, *op. cit.*, p. 363.

3. *Id.*, carta de 30 de junho de 1917, p. 253.



gundo Império francês morreu pela derrota de Sedan, onde Napoleão III foi feito prisioneiro. Mas sua queda não modificou profundamente os dados da política interna francesa. E se a fundação do Império Alemão em Versalhes modifica as relações entre as potências na Europa, não altera, quanto ao essencial, a economia geral do sistema imaginado pelos liquidadores da aventura napoleônica; um equilíbrio entre as grandes potências, Áustria, Rússia, Prússia, França, realeza diplomática vigiada pela Inglaterra, ciumenta de tudo o que se parecesse com uma tentativa de hegemonia continental. As revoluções de 1848 ameaçaram esse equilíbrio, que, no entanto, reencontrou suas bases alguns anos depois: pois a invenção da Áustria-Hungria, seguida da unidade alemã sob Guilherme II, modificam as suas fronteiras, mas não seu espírito. No interior desse conjunto organizado, as guerras que ocorreram foram limitadas ao mesmo tempo pelos objetivos em causa, pelos recursos empregados e pela dimensão dos Exércitos. Elas só puseram frente a frente soldados voluntários ou profissionais e não povos inteiros. Foram breves. Ainda não inventaram o entrelaçamento da indústria e da democracia à sombra das heranças militares do passado.

A guerra de 1914 muda tudo isso. Seu desencadeamento, porém, ainda está ligado ao século XIX: a aliança anglo-russa prende, tenaz, a potência continental em crescimento, como no tempo de Napoleão. O risco vem agora da Alemanha, e não mais da França. Mas a guerra, uma vez declarada, escapa às suas 'razões' e a seus protagonistas. Logo o poeta poderá falar das guerras que a precederam como dos bons velhos tempos:

*Où sont-ils ces beaux militaires  
Soldats passés Où sont les guerres  
Où sont les guerres d'autrefois.<sup>1</sup>*

Efetivamente, a guerra "total" retirou da guerra o que ela mobilizava de inteligência, de virtude e de previdência. À sua maneira, ela confirmou uma observação de Constant, feita acerca das guerras napoleônicas, e à qual ela oferece, aliás, um melhor campo de aplicação. Na mesma medida em que "a situação dos povos modernos", segundo o nosso autor, "os impede de ser belicosos por cará-

- 
1. Guillaume Apollinaire, "C'est Lou qu'on la nommait" in *Calligrammes*, 1917. [Onde estão aqueles belos militares/ Soldados passados Onde estão as guerras/ Onde estão as guerras de outrora (N. do T.)].
  2. A expressão é extraída do vocabulário político posterior à guerra. Por exemplo, Ernst Jünger, "Die Total Mobilmachung" in *Krieg und Krieger*, 1930; trad. francesa: "La mobilisation totale", in *Recherches*, nº 32-33, setembro de 1978. Reimpresso em *L'Etat universel*, Gallimard, 1990, *Collection Tel*, pp. 97-140.

ter”, a guerra, quando ocorre, muda de natureza: “A nova maneira de combater, a mudança das armas, a artilharia, despojaram a vida militar do que ela possuía de mais atraente. Já não há luta contra o perigo; há apenas fatalidade. A coragem deve ser marcada pela resignação ou se compor de despreocupação. Não se saboreia mais aquele gozo de vontade, de ação, de desenvolvimento das forças físicas e das faculdades morais que fazia os heróis antigos, os cavaleiros da Idade Média amarem os combates corpo a corpo”<sup>1</sup>. Admirável presciência dos grandes espíritos! A guerra de 1914 é descrita antecipadamente por Constant, como o reinado da fatalidade e da resignação. Ela tornou os homens escravos da técnica e da propaganda: duplo aniquilamento dos corpos e das mentes.

Ernst Jünger não dirá outra coisa quando, em 1930, com o recuo do tempo, analisará o caráter único da guerra de 1914 na história da humanidade<sup>2</sup>. Esta já não está submetida aos limites das guerras ‘monárquicas’, cujas Coroas, mobilizando seus fiéis exércitos, mas não todas as forças do reino, lutavam para aumentar seus patrimônios. Os reis podiam ser vencidos no campo de batalha e conservar seus tronos. Com 1914-1918, acabaram as castas guerreiras e os exércitos profissionais, e acabou-se todo o cálculo de custos e benefícios. O conflito estendeu-se das Coroas às nações, dos exércitos aos povos; sem objetivos definíveis, tornou-se ao mesmo tempo um confronto entre capacidades nacionais de trabalho. Toda a atividade de produção se vê subordinada aos imperativos da guerra e toda a ordem civil se vê submetida à ordem militar. É a Alemanha de Hindenburg-Ludendorff, a França de Clemenceau, e depois o comunismo de guerra de Lênin, o plano quinquenal de Stálin; amanhã será Hitler... Às guerras parciais dos aristocratas e dos reis segue-se a ‘mobilização total’ dos Estados e dos ‘trabalhadores’, última palavra do espírito de progresso e do humanismo ‘técnico’; vem daí o caráter inédito, racional e impiedoso do primeiro confronto do século XX. Vem daí também o seu resultado, pois muitas nações européias permaneciam muito estranhas à ‘civilização’ para poderem vencer: a Rússia e a Itália, sem dúvida, atoladas em seu atraso, mas também a Áustria, e até a Alemanha, por razões de ordem intelectual e moral, já que os impérios centrais misturam a tradição absolutista a um espírito ‘liberal’ constantemente refreado. Com isso, Jünger estende o alcance da oposição *kultur-zivilisation* à interpretação de todo o pós-guerra.

Voltemos a essas multidões de homens mergulhados durante anos nessa batalha ‘total’. Eles sacrificaram tudo a essa imensa máquina que é a guerra moder-

---

1. Benjamin Constant, *op. cit. in Oeuvres*, Gallimard, la Pléiade, cap. 2, “Du caractère des nations modernes relativement à la guerre” (citação da p. 961).

2. E. Jünger, *op. cit.*

na: ela ceifou milhões de vidas humanas na flor da idade; deixou povos amputados e nações viúvas. Seu caráter interminável deveu-se ao equilíbrio das forças, somado à potência das armas, ao enterramento dos soldados nas trincheiras, ao caráter ao mesmo tempo mortífero e insignificante dos avanços e dos recuos. Durante a batalha, os soldados acusaram a 'fatalidade': não têm escolha. "As emoções da guerra parecem as emoções do jogo. O homem espera tudo da sorte. (...) Eles (os soldados) partiram para defender a civilização. Mas a frase está começando a se desgastar. A guerra mata-a por si mesma. Ela precisava ter sido rápida, para que as noções do começo persistissem apesar da guerra, para que as reencontrássemos como depois de um acesso de delírio. Reduzidos à vida da tropa, os homens perderam o poder de reflexão. Mais nenhum matiz em suas vidas, nenhum matiz em seus pensamentos. A vontade também morre. Eles se entregam à disciplina que os leva para cá ou para lá, abandonando-se ao acaso, que lhes dá a vida ou a morte. Têm a sensação de estarem entregues à fatalidade. Isso é o contrário da civilização; mesmo se lutassem por esta, a guerra bastaria para lhes tirar o sentimento da civilização<sup>1</sup>." A paz transforma esse embotamento em cólera. Os sobreviventes, quando finalmente se calam os canhões, voltam-se para esses anos de pesadelo para descobrirem seu sentido e avaliarem o papel dos governos. A política retoma seus direitos, carregando o peso da interrogação unânime sobre a violência e a duração desse massacre imóvel.

A guerra teve como origem imediata a questão das nacionalidades nos Bálcãs. Porém, cada uma das potências que nela entraram tinha objetivos mais claros. As duas monarquias germânicas enfrentavam a Rússia na Europa centro-oriental. A Áustria-Hungria lutava por sua sobrevivência; a Rússia, por sua influência eslava; a França, pela Alsácia-Lorena; a Alemanha, por colônias; a Inglaterra, para conservar uma preponderância centenária. Os sentimentos de patriotismo que levaram os soldados à frente de batalha em agosto de 1914 tornaram confusos esses objetivos, em meio à exaltação da nação. A ferocidade da guerra, por seu lado, levou menos os combatentes a se odiarem do que as 'retaguardas' a inflacionarem seus sacrifícios. Os objetivos do conflito cresceram e se perderam em sua imensidão. Como o campo de batalha, eles se tornaram intermináveis.

Daí as tentativas de negociação ou as propostas de compromisso terem sido tão tímidas e tão rapidamente desqualificadas, a despeito do custo dos combates e de sua incapacidade de forçar o destino. No final de 1916, quando nenhuma das potências em guerra tinha obtido uma vitória decisiva nem sofrido derrotas irreparáveis, a idéia de uma paz sem anexação nem indenização, que tramita no

---

1. Léon Werth, *Clavel soldat*, romance, Paris. Viviane Hamy, 1993, pp. 100 e 265.

Parlamento alemão<sup>1</sup>, não constitui sequer o objeto de um intercâmbio secreto de alguma profundidade. A nota dos Aliados, de 10 de janeiro de 1917, propondo a idéia de uma libertação dos tchecos, implica indiretamente o desmembramento da Áustria-Hungria. Aliás, as negociações entabuladas pelos príncipes de Bourbon em nome do imperador Carlos não são levadas adiante<sup>2</sup>.

O ano de 1917 é, provavelmente, aquele em que, na falta de objetivos precisos, a guerra encontra sua base ideológica duradoura. A Revolução de Fevereiro na Rússia livra os Aliados da hipoteca czarista, brandida pelas potências centrais como uma prova da hipocrisia dos franco-ingleses. Em abril, o presidente Wilson arrasta a América para a guerra, afirmando a solidariedade das nações democráticas. Ele saúda a Revolução Russa e coloca a questão dos regimes alemão e austríaco: “O autocratismo prussiano não é e jamais poderá ser nosso amigo... Estamos felizes de lutarmos pela libertação dos povos”. A grande entrada dos Estados Unidos na política européia se dá, em conformidade com o gênio americano, no tom da cruzada democrática. Os dois grandes universalismos democráticos nascidos na mesma época unem suas mensagens ao redor da causa das nacionalidades européias. Essa união não vai durar mais do que a das duas revoluções no final do século XVIII. Mas a escalada do moralismo wilsoniano sobre o jacobinismo clemencista basta para dar à guerra um sentido mais amplo do que a Alsácia-Lorena ou a tonelagem da frota alemã; tão amplo, na verdade, e tão pouco negociável, que a paz daí em diante só pode ser alcançada pela capitulação do adversário. Os objetivos do conflito são, assim, levados à altura da hecatombe que acarretou. Mas são formulados de tal maneira que implicam, no dia da vitória, o desmoroamento dos troncos e dos impérios como preço das Repúblicas novas e das nações humilhadas lado a lado com nações emancipadas.

A Alemanha paga o alto preço da derrota. Desde Bismarck, ela é a maior potência européia e permanecerá nessa posição ao longo de todo o século XX, em estado real ou virtual: duas vezes arruinada, reduzida, ocupada e até dividida, ela por duas vezes reencontrará esse papel dominante na Europa que lhe confere a posição geográfica e as capacidades produtivas de seu povo. O Tratado de Versalhes marca a hora do primeiro rebaixamento. O império não resistiu à capi-

1. A 19 de julho de 1917, o Reichstag vota por 212 votos contra 126 uma moção nesse sentido, adotada pelos socialistas, pelo centro e pelo Partido Progressista, contra os conservadores e os nacionais liberais.
2. No início de 1917, Carlos I da Áustria encarrega o príncipe Sixto de Bourbon-Parma, seu cunhado que serve do lado aliado, de uma missão em prol da paz. Graças a seus contatos com Jules Cambon, o príncipe é recebido por Raymond Poincaré, em fevereiro. Mas a tentativa de abrir negociações choca-se com a dupla oposição da Alemanha e da França, presa a seus compromissos para com seus aliados romenos e sérvios. No início de junho, fracassa uma nova missão do príncipe Sixto.

tulação incondicional. Perde territórios a oeste e a leste, abandonando cada vez mais alemães a Estados não-alemães. Deve pagar enormes indenizações, em dinheiro e em produtos. É declarado o único responsável pelo conflito, condenado a expiar o seu crime: julgamento moral categórico demais para não parecer ditado pela vitória, que exaspera os vencidos sem tranquilizar ou unir os vencedores.

Neste sentido, Raymond Aron não estava errado ao escrever que “o Tratado de Versalhes é, muito mais do que seus críticos admitiram, a consequência lógica da guerra, considerada ao mesmo tempo em suas origens e na significação ideológica que progressivamente foi adquirindo durante as hostilidades”<sup>1</sup>. Os negociadores de Versalhes (e dos tratados anexos) são, efetivamente, os fideicomissos das promessas nascidas durante o conflito. Ei-los cercados pelas querelas das ‘nacionalidades’ e pelas recordações de 1848, fazendo reviver paixões semi-esquecidas, multiplicando os Estados eslavos sobre as ruínas do germanismo vencido, criando mais ou menos em toda parte, de Varsóvia a Praga e de Bucareste a Belgrado, improváveis Repúblicas parlamentares, onde os burgueses radicais franceses crêem transplantar suas tradições, quando exportam seu regime. Mais do que uma paz européia, os tratados de 1919-1920 constituem uma revolução européia. Eles obliteram a história da segunda metade do século XIX em proveito de um recorte abstrato dos pequenos Estados multiétnicos que só reproduzem os defeitos do Império da Áustria-Hungria. Tão divididos no interior de suas fronteiras novas como nas antigas; separados uns dos outros por sentimentos ainda mais hostis do que os que tinham pela dominação germânica ou húngara. Os Aliados miniaturizaram os ódios nacionais em nome do princípio das nacionalidades.

Desses Estados improvisados, pobres e divididos, onde, aliás, grandes bolsões de população alemã subsistem quase em toda parte, eles quiseram fazer o cinturão oriental da preponderância anglo-francesa na Europa. Pois a Revolução de Outubro de 1917 liquidou o papel tradicional da Rússia como elemento do equilíbrio europeu; longe de desempenhar agora o papel de guarda da família eslava e de grande potência do Leste, com a bênção de Londres, a Rússia dos Sovietes tornou-se o pólo da revolução comunista. De sorte que, ainda malnascidas, essas novas pátrias compósitas, recém-recortadas na Europa central e oriental, assumem uma dupla função histórica, pesada demais para elas: montar guarda a Leste, do lado do messianismo soviético, e a Oeste, do lado da Alemanha vencida, desarmada, quebrada, mas sempre temida, e mais central do que nunca no jogo europeu.

---

1. Raymond Aron, *op. cit.*, p. 33.

Enfim, último elemento do quadro, os três grandes vencedores não têm uma concepção comum sobre a nova ordem internacional que estão impondo. Nada a ver com os negociadores de Viena, que tinham, um século antes, feito um equilíbrio europeu destinado a durar; mas compartilham uma mesma filosofia conservadora e, para devolver à Europa pós-napoleônica uma base estável, confiaram nas velhas receitas da Realpolitik<sup>1</sup>. Em Versalhes, os Aliados impõem uma paz cartaginesa sem entrar num acordo nem quanto aos seus fins, nem sequer sobre os seus meios. A entrada dos Estados Unidos no conflito foi decisiva, mas Wilson só tem objetivos de guerra abstratos, quase impossíveis de se traduzirem em termos políticos, e pouco próprios à arbitragem entre rivalidades territoriais, mesmo se os parceiros as tivessem compartilhado. Os franceses só têm olhos para a Alsácia-Lorena e para um desmantelamento da Alemanha, ao passo que a Inglaterra não combateu durante quatro anos para substituir por uma preponderância francesa uma dominação alemã na Europa.

Jacques Bainville<sup>2</sup> foi, no momento, o crítico lúcido dos negociadores de Versalhes, cujos personagens podemos compreender também através de uma divertida página de Keynes<sup>3</sup>. Para ficar com um só dos protagonistas, o culto que os franceses dedicaram a Clemenceau sempre me pareceu um perfeito exemplo das injustiças da memória coletiva. Pois poucos homens terão sido, tanto quanto esse lendário vencedor, incapazes de se elevar até a visão da paz. Em Versalhes, o velho jacobino de Vendaia é ignorante, estreito, chauvinista, cativo de sua personagem de 'pai da Vitória'. A obstinação do chefe de guerra deu lugar à cegueira do vencedor. O esteta da política tornou-se o escrivo da paz. O negociador não sabe abandonar sua ferocidade dos tempos de guerra. Velho sarcástico e apaixonado, exasperado pela teologia política de Wilson, Clemenceau mistura em seu maior papel cinismo e ingenuidade. Que entende ele na paisagem de ruína e de revolução que o final do conflito descobre através de toda a Europa? Não tem nenhuma concepção de conjunto a este respeito. O olho fixo em Estrasburgo, ele ama na vitória a queda dos tronos inimigos: a fuga de Guilherme II e o fim do Império de Viena. Comemora com o mesmo entusiasmo a vitória das nacionalidades e a humilhação

---

1. O argumento é desenvolvido por Henry Kissinger em *Diplomacy*, Nova York, Simon and Schuster, 1994, "The new face of diplomacy: Wilson and the Treaty of Versailles", pp. 218-245.

2. Jacques Bainville, *Les conséquences politiques de la paix*, Librairie A. Fayard, 1920; reed. 1941.

3. John M. Keynes, *Les conséquences économiques de la paix*, Gallimard, 1920, e *Essays in biography*, Nova York, 1951. O primeiro desses ensaios ("Le conseil des quatre") é consagrado a um retrato dos negociadores de Versalhes, onde Keynes foi um dos membros da delegação inglesa. Sobre Clemenceau: "Ele tinha pela França os sentimentos de Péricles por Atenas — só ela era grande, nada mais tinha importância; mas sua concepção de política era a de Bismarck. Ele tinha uma ilusão, a França; e uma desilusão, a humanidade, inclusive os franceses, para não falar de seus três colegas".

da Alemanha. Confere a um instrumento diplomático, que pretende fundador de uma nova ordem, o caráter de um veredito contra um povo culpado.

Assim, a Europa que sai das mãos das potências vitoriosas, em 1919, é ainda mais doidamente concebida que a guerra que lhe deu origem. Das quatro potências que dividiam, no século XIX, o além-Reno — o Império Otomano, a Rússia, a Áustria-Hungria e a Alemanha — só subsiste uma, a Alemanha, vencida, desqualificada pela derrota e, no entanto, fortalecida a longo prazo pelo desaparecimento de seus antigos rivais e pela fraqueza de seus novos vizinhos. A França, que se tornou a principal potência militar do continente, só aparentemente dispõe dos recursos dessa preponderância provisória. Os ingleses, aliás, lhe recusam isso. A América voltou para casa. Tudo condena essa Europa à fragilidade, mesmo do lado das nações vitoriosas. Que dizer, então, das outras?

O conflito mobilizou várias dezenas de milhões de homens; vários milhões nele morreram, vários milhões voltaram mutilados ou inválidos. Esses números não tinham, na época, equivalentes na história das guerras. Esse volume monstruoso de tragédias individuais, relativo aos objetivos e aos resultados, pouco foi abalando as sociedades e os regimes: quanto menos os povos de uniforme viam o fim das provações, com a recompensa de seus sofrimentos, mais eram levados a se interrogar sobre o sentido daquilo tudo. Ao convocar todos os homens válidos, ao exigir de todos o sacrifício supremo, a guerra de 1914 fez de cada um, mesmo o mais humilde, o juiz do contrato social; ela constituiu, à sua maneira, um teste democrático elementar e universal.

O primeiro regime que cedeu é também o que era mais fraco, mais incapaz de suportar o peso material e moral da guerra total: a última monarquia absoluta da história européia, seu último Antigo Regime, a autocracia russa, ameaçada desde 1905. A Guerra Russo-Japonesa de 1904-1906 abriu a crise, e a guerra de 1914 sepulta o czarismo. Nicolau II ainda tentou transformá-lo numa arma para reinventar, contra os burgueses e os operários, uma monarquia carismática e camponesa. Mas, ao se improvisar como comandante supremo de um Exército derrotado muito rapidamente, acelerou a desvalorização de sua autoridade. Seu trono tornou-se frágil demais para receber um *sursis* da união nacional de agosto de 1914. A derrota militar aumentou, pelo contrário, seu isolamento e precipitou sua queda, no início desse terrível ano de 1917, onde a guerra perde o fôlego até no Oeste, antes de recomençar com intensidade ainda maior. As características essenciais da Revolução Russa explicam-se pelo esboroamento nacional e social que forma o seu quadro e que é ele próprio uma consequência da desintegração das Forças Armadas. De Fevereiro a Outubro, nenhum homem, nenhum partido consegue controlar a anarquia; de crise em crise, o poder vai indo

cada vez mais para a esquerda, até os bolcheviques o tomarem nas ruas de São Petersburgo, no outono. Mesmo assim, ainda não o exercem de verdade, no interior, antes do verão de 1918, quando instauram o terror, o comunismo de guerra, o Exército Vermelho e os começos do Partido-Estado.

Vem daí que o que confere tão rapidamente à Revolução Russa de 1917 — Fevereiro e Outubro juntos — um carácter universal seja menos seu carácter próprio ou suas ambições sucessivas, de qualquer modo mal conhecidas, do que seu grito contra a guerra. Que os mujiques se apoderem da terra não é algo capaz de deslumbrar os camponeses-soldados do Oeste, enterrados em suas trincheiras: eles são proprietários há séculos. Que o czar tenha caído e sido substituído por um governo provisório em que tem assento os representantes de diferentes partidos, isso não é inédito para eles: está, pelo contrário, inscrito antecipadamente na história do Ocidente. Mas que o povo russo exija a paz, eis aí algo através do qual ele indica uma saída para o impasse trágico em que os governos do Oeste se deixaram encerrar e continuam teimando. Pois Paris e Londres, apostando em Miliukov e depois em Kerenski, tentam, durante alguns meses, ignorar a paixão central da Revolução de Fevereiro; mas, já em abril, a debandada militar russa é irresistível, e a mensagem que vem do leste para o oeste mostra-se cada dia mais como a mensagem da paz.

É verdade que, se os governos burgueses subestimaram a força dessa mensagem na Rússia, os bolcheviques finalmente vencedores superestimam o seu poder revolucionário na Europa. Antes de se resignarem ao realismo de Lênin, Trótski e a maioria deles esperam o levante dos povos em guerra e em primeiro lugar dos soldados alemães. Essas esperanças utópicas terminam em Brest-Litovsk, em março de 1918, com a cessão à Alemanha de um terço da Rússia europeia. Na outra frente de batalha, a oeste, a crise moral de 1917 no Exército francês foi debelada. O governo Clemenceau, formado no final do ano, elaborou seu programa de guerra total. O 'derrotismo revolucionário' recomendado por Lênin desde 1914 ainda não está na ordem do dia. Aliás, ele nunca terá a sua hora, nem mesmo na Alemanha vencida. O que o ano de 1917 na Rússia mostrou aos povos europeus é de uma ordem um pouco diferente, mas não menos importante. Deu à idéia de revolução menos um conteúdo doutrinal do que o sentido universal da paz reencontrada ou reconquistada. Na falta de uma saída negociada para a guerra, os acontecimentos russos, por mais confusos, caóticos e distantes que pareçam no Ocidente, possuem pelo menos esta clareza: romperam a maldição que acorrentava as vontades a uma matança sem fim.

Quando a guerra termina, um ano depois, não é nem através de uma negociação, nem por uma revolta dos povos, mas sim pela capitulação dos impérios centrais, às vésperas da debandada militar. Até o fim, a pura força das armas terá



tido a última palavra. Mas se o derrotismo revolucionário não venceu a guerra, a paz pela derrota, por sua vez, faz reviver a idéia revolucionária, que fez seu retorno um ano antes no Império dos Czares<sup>1</sup>. A República dos Conselhos assume a figura de revanche sobre uma desastrosa dominação dos generais. O bolchevismo, antes mesmo de existir claramente como filosofia política ou como modelo revolucionário, conta com o exemplo dado pelo fim das hostilidades. Na Alemanha vencida, Kurt Eisner apodera-se do poder em Munique; em Berlim, Liebknecht parece dever desempenhar o papel de Lênin. Na Áustria-Hungria que se desfaz, Béla Kun triunfa em Budapeste<sup>2</sup>.

A paz pôs a revolução na ordem do dia.

- 
1. Cf. Élie Halévy, *Une interprétation de la crise mondiale de 1914-1918* (trata-se das três Rhodes Memorial Lectures pronunciadas em Oxford, em 1929) in *L'ère des tyrannies, op. cit.*, p. 197: "... a questão é saber se uma guerra revolucionária podia terminar de uma forma que não através de um tratado revolucionário".
  2. O imperador Guilherme II abdica a 9 de novembro de 1918. Na noite de 9 para 10, o socialista Friedrich Ebert conclui um pacto secreto com os chefes da Reichswehr contra a ameaça de uma revolução de inspiração bolchevique que parece possível, com o caos permanente (greves, manifestações, conselhos de trabalhadores e de soldados). Os militantes da Liga Spartakus, que fundam o Partido Comunista Alemão nos dias 29 de dezembro de 1918 - 1º de janeiro de 1919, pretendem tomar o poder. Destituindo a 4 de janeiro o chefe de polícia de Berlim, que organizou uma espécie de polícia revolucionária, as autoridades iniciam a prova de força. O general Noske obtém plenos poderes e reprime impiedosamente a insurreição comunista. Rosa Luxemburgo é assassinada ao mesmo tempo que Karl Liebknecht, a 15 de janeiro, por oficiais.

Na Hungria, o governo social-democrata de Mihály Károlyi (formado em outubro de 1918) alia-se em março de 1919 com o Partido Comunista Húngaro, criado em Moscou por Béla Kun. Uma vez nascida a República dos Conselhos, Béla Kun põe em ação um programa calçado no dos bolcheviques: nacionalização das empresas e dos bancos, confisco das grandes propriedades em proveito das cooperativas, criação de uma polícia política. Impopular na Hungria, a experiência sucumbe a 1º de agosto de 1919, sob a intervenção das tropas romenas, depois de 133 dias de existência.

Na Baviera, o socialista Kurt Eisner dirige o governo a partir de 8 de novembro de 1918. É assassinado a 21 de fevereiro de 1919. Em abril, uma República dos Conselhos é proclamada pelos anarquistas e por alguns social-democratas. A 1º de maio, a entrada das tropas enviadas pelo governo de Berlim põe fim a ela.

### III

## O Encanto Universal de Outubro

Assim, a Primeira Guerra Mundial traz de volta a idéia de revolução ao centro da política européia. Pois se trata realmente de uma volta. A democracia, na Europa, tivera seu berço na Revolução Francesa, terremoto cujas ondas de choque os políticos do século XIX tiveram tanta dificuldade para controlar. Ela estava longe, no início do século XX, de ter mostrado todos os seus efeitos, já que seus princípios vitoriosos coexistiam mais ou menos em toda parte com a manutenção das instituições anteriores e suas idéias com idéias mais antigas. Com isso, os europeus de 1914, antes de entrarem na guerra uns contra os outros, formavam realmente uma civilização política mista, no próprio interior de cada nação: o trabalho da idéia democrática, universalmente em ação, tinha se coligado, diversamente, conforme os casos, com as tradições e as resistências. Mas esse caráter misto já não levava os espíritos à revolução. Mesmo os partidos operários, brandindo a luta de classes e o advento do proletariado, tinham entrado, na França e na Alemanha, por exemplo, na arena parlamentar burguesa.

Havia uma exceção a essa situação: a Rússia dos czares, cuja fragilidade o ano de 1905 mostrara claramente. Ora, foi através dela que a revolução voltou, durante a guerra, à história européia, de seu ponto mais distante. Acontecimento excêntrico, portanto, mas não improvável em sua modalidade primeira: pois na queda de Nicolau II e na instauração de um governo provisório, à espera de uma Constituinte, os europeus, com os franceses à frente, reconhecem sua história. E estão ainda mais atentos a isso tudo, apesar da distância, porque a Rússia participa da guerra, aliada de uns, adversária de outros, importante para todos. O improvável não está em Fevereiro de 1917 e sim em Outubro, que se segue de tão perto.

Com Outubro e os bolcheviques, a revolução assume, com efeito, um papel inédito. Ela não mais carrega a bandeira da burguesia e sim a da classe operária. Pelo menos, é sob essas cores que ela avança, como a realização da demonstração de Marx sobre a queda da burguesia e do capitalismo. A dificuldade do caso está no fato de que esse capitalismo mal teve tempo de existir: a revolução proletária estoura no mais atrasado dos países europeus. O paradoxo alimentou antecipadamente uma interminável discussão no interior do movimento socialista russo e, até a tomada do Palácio de Inverno pelos homens de Lênin, não resolve a questão, pois Outubro pode ter sido apenas um *putsch* tornado possível pela ocasião e, por conseguinte, carente de verdadeira dignidade 'histórica': é o que pensará, depois dos mencheviques, o pontífice do marxismo, Karl Kautsky. Assim, o que a Revolução Bolchevique diz de si mesma não é fácil de acreditar. Sua pretensão de inaugurar uma época nova na história da humanidade através do advento dos produtores não tem muita verossimilhança, quer a relacionemos com a história da Rússia, quer às circunstâncias tão excepcionais que envolvem a deriva política da Revolução de Fevereiro.

Mas o poder de Outubro sobre as imaginações vem também do reaparecimento, a mais de um século de distância, da mais forte representação política da democracia moderna: a idéia revolucionária. Esse reaparecimento foi interiorizado há muito tempo pelos bolcheviques, que discutem desde o início do século sobre o precedente jacobino. Lênin e seus amigos são, antes de 1914, apenas um pequeno grupo extremista da Internacional Socialista. Quando são projetados no proscênio da atualidade, no outono de 1917, isso não ocorre apenas porque são vitoriosos. Ocorre porque enfeitam com o encanto irresistível da vitória um modo de ação histórica em que a esquerda europeia reconhece seus ancestrais e a direita, seus inimigos. Encontro que se renovará ao longo de todo o século XX, e graças ao qual nenhum território, nenhum país, por mais distante, mais exótico, mais improvável que seja, não será considerado incapaz de ser o soldado da revolução universal.

O que há de tão fascinante na revolução? É a afirmação da vontade na História, a invenção do homem por si mesmo, figura por excelência da autonomia do indivíduo democrático. Dessa reapropriação de si, depois de tantos séculos de dependência, os franceses do fim do século XVIII haviam sido os heróis; os bolcheviques entram no lugar deles. O caráter estranho dessa sucessão imprevista não reside simplesmente na dignidade nova de uma nação que sempre esteve apenas às margens da civilização europeia. Ele se deve também ao fato de que Lênin faz a Revolução de Outubro em nome de Marx, no grande país da Europa que é menos capitalista. Mas, inversamente, essa contradição entre uma fé na onipotência da ação e a idéia das leis da História pode muito bem ser aquilo que dá a Outubro de

1917 uma parte de seu poder sobre os espíritos: ao culto da vontade, herança jacobina passada pelo filtro do populismo russo, Lênin acrescenta as certezas da ciência, tiradas de *O capital*. A revolução recupera em seu arsenal ideológico esse substituto da religião que tanto lhe faltou, no final do século XVIII, na França. Misturando ao desprezo pela lógica esses dois elixires modernos por excelência, ela faz uma bebida forte o bastante para embriagar gerações de militantes.

Assim, a Revolução Russa não teria sido o que foi na imaginação dos homens dessa época se não se tivesse inscrito no prolongamento do precedente francês e se essa ruptura na ordem do tempo já não tivesse sido revestida de uma dignidade particular na realização da História pela vontade dos homens. Como se a idéia da tábula rasa e do recomeço absoluto recebesse bizarramente uma parte de seu poder do fato de já ter tido seu dia na História. O que torna necessário um olhar sobre essa analogia tão poderosa, antes de interrogar a sedução do acontecimento propriamente dito.

Para compreendermos como o leninismo se articula com a tradição revolucionária francesa, podemos partir do tratamento dado à Revolução Francesa pelos bolcheviques. O essencial é, para eles, escolher as fases dela que devam prefigurar Outubro, sem cessar de criticar suas ilusões universalistas, inseparáveis da natureza 'burguesa' de 1789. O episódio 'jacobino' — no sentido amplo do termo, que abarca a ditadura da salvação pública, em 1793 e 1794 — tem a preferência deles. É o momento mais voluntarista, e também o menos liberal, da revolução. Apresenta, além disso, este caráter particular, único até 1917, de caber inteiro unicamente na ambição revolucionária, como se esta se bastasse a si mesma: de fato, a partir de meados de 1793, a Convenção desistiu de aplicar a nova Constituição que acabara de ser votada. A revolução só tem como fim ela mesma; ela constitui, sozinha, toda a esfera política. Mesmo assim, os convencionais só consentiram com esse poder sem lei a título temporário, e até a paz. Os bolcheviques, por seu lado, fizeram desse governo de exceção uma doutrina; tomaram como regra o poder sem regra<sup>1</sup>.

Pelo menos, eles podem reivindicar como antepassados, ainda que imperfeitos, esses burgueses franceses de 1793, que puseram, embora temporariamente, a revolução acima de tudo. Eles acham consolo até na analogia cronológica: o ano II apagou 1789, assim como Outubro apagou Fevereiro.

---

1. "A ditadura é um poder que se apóia diretamente na força e que não está submetido a nenhuma lei." Lênin, *La révolution prolétarienne et le renégat Kautsky*, Paris, Bibl. Com., 1921, p. 18.

Ora, essa genealogia que junta peças disparatadas de acordo com a circunstância tem raízes na cultura européia, em que encontra rapidamente suas cartas de nobreza. Na França, por exemplo, a Liga dos Direitos do Homem organiza, entre 28 de novembro de 1918 e 15 de março de 1919, uma série de palestras sobre a situação na Rússia<sup>1</sup>. A liga tem seus títulos de nobreza no caso Dreyfus e é, portanto, inatacável à esquerda. Ela reúne uma burguesia intelectual que vai da esquerda republicana ao Partido Socialista, com muitos grandes nomes da Universidade — Paul Langevin, Charles Gide, Lucien Lévy-Bruhl, Victor Basch, Célestin Bouglé, Alphonse Aulard, Charles Seignobos: pois formar um juízo sobre a mais do que jovem Rússia dos Sovietes é coisa para a esquerda — a direita, por seu lado, não precisa de muita informação para detestar Lênin. Como poderia ela ter a menor indulgência por esse esforço derrotista, envolto na pior tradição nacional, a tradição do terror? A esquerda, pelo contrário, acaricia a idéia de revolução como inseparável de seu patrimônio. É bem verdade que, no século XIX, para estabelecer enfim a Terceira República, os republicanos precisaram esconjurar as lembranças da Primeira. Mas uma boa parte deles não cessou de cultivá-las e, em 1917, não vão tão longe os tempos em que Clemenceau proclamou diante da representação nacional que a Revolução Francesa é um “bloco”... Aliás, ao mesmo tempo que uma lembrança, a revolução designa um futuro. Num povo que uma vez fez a sua experiência não esquecida, seu poder é de uma elasticidade duradoura, como a de um tribunal de apelação contra as injustiças do presente. Antes dos bolcheviques, muitas famílias do socialismo francês reivindicaram o precedente jacobino: Buonarroti, Blanqui, Buchez, Louis Blanc, Jules Guesde, para só citar nomes famosos.

A volta dessas lembranças e dessas esperanças é ainda mais viva porque a vida política de antes de 1914 as havia, em geral, adormecido. A revolução, para Jaurès, continua sendo o horizonte da História, a passagem necessária pela emancipação da classe operária, condição prévia à sociedade sem classes. Ela, porém, é pouco mais do que um horizonte. Ela não impede as estratégias abertas de união das esquerdas ou as alianças tácitas. A idéia republicana e a idéia socialista

- 
1. *Bulletin des Droits de l'Homme*, 10<sup>o</sup> ano, n<sup>o</sup> 3, 1<sup>o</sup> de fevereiro 1919, n<sup>o</sup> 5-6, 1<sup>o</sup> a 15 de março de 1919. “Enquête sur la situation en Russie”. Esses debates foram levados ao conhecimento dos historiadores pelo livro de Christian Jelen, *L'aveuglement, les socialistes et la naissance du mythe soviétique*, prefácio de Jean-François Revel, Flammarion, 1984.
  2. “La révolution est un bloc”: a fórmula encontra-se num discurso de Clemenceau, pronunciado a 29 de janeiro de 1891, durante o debate parlamentar que se seguiu à proibição de *Thermidor*, a peça de Victorien Sardou.

não são as mesmas, mas podem caminhar juntas, contanto que se privilegie mais o percurso do que o objetivo. Ora, a vitória de Lênin em outubro assinala o triunfo da convicção inversa, a primazia do objetivo sobre o percurso, a preferência dada à revolução sobre o que a torna útil. Ela é acompanhada de uma rejeição aberta, violenta, raivosa mesmo, de todo reformismo. Ao mesmo tempo que reconduz a esquerda francesa — republicana e socialista — à sua origem, ela a faz envergonhar-se de seu passado. Da exaltação da vontade jacobina, ela extrai uma condenação de seus herdeiros: chantagem poderosa em prol da fidelidade, que não deixou de atenuar, mais tarde, esses herdeiros.

Volto, então, a esses dias do fim do outono de 1918, onde os áugures da esquerda intelectual francesa se debruçam sobre o berço da mais do que jovem revolução soviética, sob os auspícios da Liga dos Direitos do Homem. As testemunhas convocadas conhecem a questão de primeira mão, por terem vivido na Rússia no período crucial. Trata-se de um tal de Patouillet, último diretor do Instituto Francês de Petrogrado; do economista Eugène Petit, próximo dos socialistas-revolucionários, que viveu na Rússia de setembro de 1916 a abril de 1918; do jornalista Charles Dumas, socialista, antigo chefe de gabinete de Jules Guesde, que passou quatro meses na Rússia, entre dezembro de 1917 e março de 1918; do ex-cônsul geral da França em Moscou, em 1917 e 1918, Grenard<sup>1</sup>; de um certo número de cidadãos russos, como Sukhomlin e Slonim, ex-deputados na Assembléia Constituinte natimorta, Delevsky, Avksentiev, membros da Liga Republicana Russa, ou ainda do general Savinkov, ex-ministro da Guerra de Kerenski. Todas essas testemunhas descrevem longamente, perante o areópago republicano da liga, a situação dramática da Rússia, num tom de ‘coisas vistas’. Nenhum deles tem opiniões políticas de direita. Os franceses — com a exceção de Grenard, talvez<sup>2</sup> — são democratas e socialistas; os russos foram atores da Revolução de Fevereiro, vários deles são socialistas-revolucionários e acompanharam os bolcheviques desde Outubro até a dissolução da Assembléia Constituinte. Mas todos eles denunciam as concepções antidemocráticas dos bolcheviques, tendo à frente Lênin e Trótski, a ditadura absoluta de uma pequena minoria de ativistas, a mentira dos Sovietes e do poder operário, o início do terror. Temendo a inclinação reacionária dos generais ‘brancos’, como Koltchak, eles pedem a intervenção dos Aliados, eleições novas, acenando com a idéia wilsoniana, muito nova, da Sociedade das Nações. Nesse concerto angustiado, uma só voz discordante, mas que lá se encontra ‘em missão’: a de Boris Souvarine, que

---

1. Fernand Grenard é o autor de *La Révolution Russe*, Armand Colin, 1933.

2. Em todo caso, é o que se pode deduzir das acusações de anti-sovietismo encarniçado que Pierre Pascal faz contra ele em seu *Journal*, em 1918.

argumenta com a herança do czarismo, se vale do papel nefasto da contra-revolução para justificar a luta de classes, a democracia 'real' dos Sovietes contra a ditadura burguesa, a necessidade do terror. "A revolução proletária russa viu-se, em 1918, na mesma situação da revolução burguesa em 1793. Contra ela, no exterior, uma coalizão mundial, e no interior, a contra-revolução (conspirações, sabotagens, estocagens ilícitas, insurreições), e muitas Vendeias. As mesmas causas produziram os mesmos efeitos. Os inimigos da revolução são responsáveis pelo terror<sup>1</sup>."

Assim, Souvarine já defende o Outubro soviético, um ano mais tarde, menos pelo que os bolcheviques fizeram do que pelo que têm a intenção de fazer; menos por sua capacidade de inventar a nova democracia dos Sovietes do que pela necessidade de combater seus inimigos internos e externos. Como em 1793, a revolução cabe inteiramente na idéia revolucionária. Ela ultrapassa e até desvaloriza o sentido do que deve realizar, no primeiro caso, o advento da burguesia, no segundo, o do proletariado: dois conteúdos contraditórios, que são, porém, envolvidos num gesto comum e numa comparável epopéia da vontade. Entre esses intelectuais franceses de esquerda que acabam de ouvir esses primeiríssimos testemunhos 'anti-soviéticos' da História, o constrangimento vem justamente dessa comparação, que Souvarine lhes lança como uma evidência, mas que era quase óbvia antes mesmo de ele a evocar. Pois eles tornam a encontrar não só o acontecimento da história nacional que lhes é mais familiar, mas a própria maneira como o explicam ou o ensinam. Não têm eles, também, o hábito de rejeitar toda a responsabilidade pelas violências e pelos crimes do Terror de 1793-1794, na França, pelo golpe de Estado antiparlamentar de 3 de maio — 2 de junho<sup>2</sup>, sobre as circunstâncias da época, a guerra exterior, a contra-revolução interior, a Vendeia? Por que recusar essa desculpa absolutória aos bolcheviques, que a reivindicam expressamente?

No 'júri' da Liga dos Direitos do Homem, está o mais famoso especialista da Revolução Francesa: Alphonse Aulard, titular desde 1886 da primeira cátedra universitária dedicada ao assunto, na Sorbonne. Republicano, radical-socialista, maçom, Aulard é precisamente o historiador da Revolução Francesa que fez o mais amplo emprego da absolvição pelas 'circunstâncias'. Em sua obra, o que a ditadura jacobina comporta de terrorista é imputável à contra-revolução; o que ela anuncia do socialismo lhe vem de sua fidelidade à mensagem de igualdade. O militante republicano que ele é não gosta do fanatismo que fareja nos bol-

---

1. *Bulletin des Droits de l'Homme*, *op. cit.*, p. 148.

2. São as mesmas 'jornadas', 31 de maio e 2 de junho, ao longo das quais a Convenção se purifica e a própria de seus elementos 'girondinos', sob a pressão das sessões parisienses.

cheviques. Mas o historiador da Revolução Francesa desconfia de uma condenação rápida demais desses jacobinos russos, que o ligaria à 'reação'.

As audiências prosseguem desde o fim de novembro de 1918. A 28 de março de 1919<sup>1</sup>, na sétima e última reunião do Comitê, sob a presidência de Ferdinand Buisson, a testemunha do dia é Avksentiev, antigo ministro socialista-revolucionário do governo provisório, que dá o quadro da situação no final de 1918: o poder bolchevique, nascido de um *putsch*, é uma ditadura antidemocrática, mas na oposição a essa ditadura, os elementos de direita, reagrupados pelo almirante Koltchak, tendem a dominá-la. A única solução é, a seu ver, a constituição de uma 'Liga das Nações', que faria pressão política e até, se fosse o caso, militarmente, sobre os bolcheviques, para obrigá-los a aceitarem uma Constituinte.

A idéia de uma intervenção desse tipo, mesmo sob essa forma nebulosa, suscita mais do que reservas entre os ouvintes franceses, e é Aulard, calado até então, que descreve melhor a divisão de seu coração. Vale a pena escutá-lo:

"... Meu coração, eu digo a vocês, não é bolchevista, mas eu raciocino. Os bolchevistas, vocês nos dizem, não são democratas, já que não estabelecem o sufrágio universal. Há realmente na Rússia uma porcentagem de analfabetos que chega a 85 por cento? Nada sei sobre isso, vocês mesmos não sabem, ninguém pode saber. O certo é que os analfabetos são em número imenso no seu país. Mas, o que dizem os bolchevistas? Eles dizem — pelo menos, dizem-nos que eles dizem — que não se pode pôr o destino do país nas mãos de uma massa nesse estado, que seria trair o país pôr o seu destino nas mãos deles. Confesso que me interessei por esse raciocínio. A Revolução Francesa também foi feita por uma minoria ditatorial. Ela não consistiu nos gestos dessa Duma em Versalhes, mas foi sob a forma de Sovietes que ela se desenvolveu, e não apenas nos seus primórdios. Os comitês municipais, em 1789, e, mais tarde, os comitês revolucionários, tanto na França como na Rússia, se valeram de procedimentos fazendo com que se dissesse por toda a Europa, e até em todo o mundo, naquela época, que os franceses eram uns bandidos. Nós tivemos sucesso assim. Toda revolução é obra de uma minoria. Quando me dizem que há uma minoria que aterroriza a Rússia, eu, aqui comigo, entendo o seguinte: a Rússia está em revolução.

"Não sei o que se passa: mas fiquei impressionado de ver que, em nossa Revolução Francesa, nós tivemos, como vocês, de repelir uma intervenção armada, nós tivemos nossos emigrados, como vocês. Eu fico pensando, então, se não foi tudo isso que deu à nossa revolução o caráter violento que ela teve. Se, na Europa daquele tempo, a reação não tivesse decidido e praticado a intervenção que vocês sabem, nós não teríamos tido o terror; não teríamos derramado san-

---

1. *Bulletin des Droits de l'Homme*, nº 5-6, 15 de março de 1919, p. 230.



gue, talvez, ou teríamos derramado pouco. Foi porque quiseram impedir a Revolução Francesa de se desenvolver que a Revolução Francesa destruiu tudo. Sou obrigado a constatar que quanto mais se intervém militarmente, mais o bolchevismo parece tornar-se forte. Sei de pessoas que ficam pensando se o bolchevismo, deixado tranqüilo, e se estendendo, não se teria diluído? Não se teria tornado menos perigoso? Aliás, o que é o bolchevismo?...”

Aulard, entusiasmado com suas palavras, foi um pouco longe. Os sobreviventes da democracia russa de Fevereiro, que ele tem à sua frente, não gostam nem um pouco de serem virtualmente identificados aos emigrados. O professor da Sorbonne dá um passo atrás, exprime-lhes sua simpatia, mas o que foi dito foi dito. Ele exprimiu, aliás, idéias ou dúvidas que visivelmente compartilham alguns de seus colegas, e não dos menores, como Ferdinand Buisson ou Victor Basch, a julgarmos por suas rápidas intervenções. Entre os sobreviventes da esquerda de Fevereiro e seus vencedores de Outubro, não é fácil, para eles, tomarem partido.

Por que é tão difícil? Pelas razões expostas por Aulard. Porque eles são os herdeiros de uma tradição revolucionária onipotente em suas mentes e, no entanto, ambígua relativamente à liberdade.

Eles não têm simpatias pelo bolchevismo. É verdade que não sabem grande coisa sobre ele. Como não são socialistas e não pertenceram ao mundo da Segunda Internacional, não têm razão de terem tido conhecimento, antes da guerra, das polêmicas fratricidas conduzidas por Lênin no interior da social-democracia russa. Como foram grandes patriotas em 1914, intelectuais mobilizados contra o militarismo alemão, não têm indulgência pelo ‘derrotismo revolucionário’ leninista; deploraram a defecção russa oficializada em Brest-Litovsk. De uma maneira mais geral, nada os leva à extrema esquerda e menos ainda ao marxismo doutrinário. Eles são os notáveis da esquerda francesa, fortemente enraizados tanto na notabilidade quanto na esquerda. É preciso insistir sobre as duas filiações, tanto mais que elas parecem excluir-se. Nada seria mais inexato do que transformar esses militantes tarimbados dos Direitos Humanos, veteranos combatentes da escola laica e do caso Dreyfus, em políticos oportunistas do centro-esquerda. São “republicanos”, como eram chamados, na França da época, esses herdeiros tardios do Iluminismo, que conjugaram em si a virtude cívica, a religião do progresso pela escola, pela laicidade e pelo regime de Assembléia: conjunto de convicções disparatadas, mas fortes, que os ancora tão fortemente à esquerda que não gostam de ter inimigos desse lado. Mas, ao mesmo tempo, eles também são ‘bem-sucedidos’, instalados nas instituições da República, professores, advogados, funcionários, burgueses à sua maneira, embora não gostem muito da burguesia e do dinheiro. Como poderiam, ou teriam podido, com a

condição de que a tivessem conhecido, sentir-se próximos de uma ideologia como a dos bolcheviques? Eles amam a Revolução Francesa, mas conhecem o preço do tempo. A República deles levou um século para se arraigar na França e ainda tem muitos inimigos.

De fato, a concepção que eles têm do progresso humano não lança qualquer interdição sobre a idéia socialista. Ela a adia, mais do que a exclui. Abram os *opus magnum* de Aulard, exatamente consagrado à ‘história política da Revolução Francesa’. Para o seu historiador, a Revolução de 1789 representa o advento da democracia política. Ela cabe em dois textos fundadores, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, e a Constituição montanhesa de 1793: associando-os, Aulard reata os dois ‘momentos’ da revolução, tão violentamente disjuntos por tantos de seus antecessores, para proclamar a unidade do grande evento. Essas duas cartas põem os princípios do futuro, de que, em seguida, dispõem as circunstâncias. Os homens de 1789 redigem a famosa Declaração, mas conservam a monarquia e instauram o sufrágio censitário. Os de 1793 decretam a República e o sufrágio universal, mas estabelecem seu poder sobre a ditadura e sobre o terror. Foi preciso quase um século para os franceses fundarem finalmente a República democrática, cujos traços seus antepassados haviam imaginado. Ora, a idéia socialista encontra-se também, segundo Aulard, nos princípios de 1789, através da idéia de igualdade: idéia social, e não mais política, tão ‘velada’ por aqueles que a temem que “ainda hoje, só uma minoria de franceses rasgaram esse véu”. A consequência é que “erradamente são contrapostos ao socialismo os princípios de 1789. É sempre o mesmo erro, que consiste em confundir a Declaração dos Direitos de 1789 com a Constituição monárquica e burguesa de 1789. Sim, o socialismo está em violenta contradição com o sistema social estabelecido em 1789, mas ele é a consequência lógica, extrema, perigosa (se quiserem) dos princípios de 1789, reivindicados por Babeuf, o teórico dos iguais<sup>3</sup>”.

Aulard, portanto, não é marxista. Desmente a denúncia dos princípios formais de 1789 em nome da igualdade real dos indivíduos. Vê nos Direitos do Homem a promessa a longo prazo de uma emancipação social, depois da emancipação política, e ao preço de uma igualização das propriedades. Quanto ao calendário, ele não tem pressa, e o ‘se quiserem’ posto entre parênteses diz o suficiente sobre suas hesitações acerca dos eventuais benefícios de uma revolução

---

1. Alphonse Aulard, *Histoire politique de la Révolution Française. Origines et développement de la démocratie et de la République*, Armand Colin, 1901 (reed. 1926).

2. *Id. ibid.*, p. 46.

3. *Id. ibid.*, pp. 47-48.

igualitária. Mas percebeu que o espírito da Declaração de 26 de agosto de 1789 dá ou pode dar um lugar às valorizações da igualdade social e que a idéia socialista é, neste sentido, filha da Revolução Francesa, como mostra o exemplo de Babeuf. Não precisa, pois, nem da dialética nem da luta de classes para conceber o socialismo: trata-se de um prolongamento da igualdade democrática. Sua filosofia da história não vai muito mais adiante, mas, dispondo as sociedades e os regimes ao longo de uma linha inclinada desse gênero, ela diz o suficiente sobre a partitura comum a toda a esquerda intelectual. Aulard é socialista como Jaurès era republicano, em tom menor. Mas esses matizes no acento mais unem os homens do progresso do que os dividem.

Ora, Lênin construiu seu personagem político através de uma luta feroz contra esse ecumenismo. Sob sua direção, o Partido Bolchevique tomou o poder na Rússia em nome de uma ruptura radical com toda a esquerda, mesmo e sobretudo socialista, mesmo e sobretudo menchevique, ou ainda socialista-revolucionária. O socialismo bateu à porta da história européia sob a forma mais propícia a escandalizar os franceses ‘republicanos’, encarnado pela facção mais extremista da ex-Segunda Internacional. Nessa época, exatamente o final da guerra, os pontífices da Liga dos Direitos do Homem ignoram o universo em que se formou o marxismo de Lênin: isto é, pelo menos, o que fica evidente à leitura desses relatórios das sessões. Mas os atos do novo poder surgido em Outubro são de natureza a perturbar suas convicções republicanas e, mais do que tudo, a solução da Assembléia Constituinte e sua dispersão por parte dos guardas vermelhos, em janeiro: abuso de autoridade que deveria evocar, para os franceses de esquerda, mais o 18 Brumário do que a reunião dos estados-gerais, e mais o sepultamento da revolução do que seu começo. De resto, os russos reunidos ao seu redor para esclarecê-los são homens do início da revolução, ou seja, de Fevereiro. Não se cansam de argumentar que não são girondinos vencidos por republicanos mais enérgicos, mais devotados à salvação pública, e sim democratas e socialistas esmagados por um novo poder autocrático. Para saberem que Lênin e Trótski são, no momento, inimigos jurados da democracia, os professores da Liga dos Direitos do Homem não precisam ter lido suas diatribes contra o “cretinismo parlamentar”; basta-lhes escutar esses sobreviventes da Revolução de Fevereiro contarem a obstinação dos bolcheviques em eliminar tudo o que resta da democracia revolucionária.

Por que, então, só ficaram meio convencidos e incertos sobre o julgamento a fazer? A intervenção de Aulard nos mostra: porque acham que o Outubro bolchevique se parece mais com o 31 de maio — 2 de junho do que com o 18 Brumário e acham que Lênin pertence à epopéia revolucionária. Na ignorância de suas idéias em matéria de organização do futuro regime político, ignorância

que nem mesmo a leitura de suas *Obras escolhidas*<sup>1</sup> teria superado, eles o vêem com mais facilidade como líder montanhês do que como novo Bonaparte. Mesmo se manda dissolver a Assembléia Constituinte, ele está na extrema esquerda da Revolução Russa, ou seja, é o mais revolucionário dos revolucionários, travando uma guerra civil que uma intervenção estrangeira ameaça agravar. A analogia com 1793 ganha ainda mais força se pensarmos na maneira como Aulard interpreta a Revolução Francesa, constantemente esartejada entre seus princípios e as circunstâncias em que estes trabalham a matéria histórica. É nesse desvio que se situa, para ele, o curso dos acontecimentos revolucionários, desvio amplamente estranho aos princípios da revolução e formado justamente pela inércia das coisas, mas, em medida ainda maior, pela resistência dos adversários.

Assim, a revolução é totalmente boa no que anuncia, e o que comporta de nefasto se deve ao que não é ela: mecanismo de absolvição que fundamenta a interpretação 'republicana' da ditadura e do Terror do ano II nas 'circunstâncias', mas cujo benefício podemos também estender à Revolução de Outubro, às voltas com as inércias do passado russo (o analfabetismo), com a guerra civil e, logo mais, com a guerra estrangeira. O argumento é, até, ainda mais precioso para Aulard, no que se refere aos bolcheviques, na incerteza em que está sobre o que deve pensar exatamente de suas idéias e de seus objetivos. Na falta desse julgamento, que ele reserva, ele os defende, porém, em nome da analogia de sua situação com a da Revolução Francesa, como se suas intenções contassem menos, afinal, do que os obstáculos erguidos em seu caminho e as ameaças mortais de que estão cercados.

Extraordinária reviravolta, num historiador que celebrou, na Revolução Francesa, o nascimento da democracia política, essa interrogação quase que cúmplice sobre uma revolução que suprimiu a democracia política, em nome de uma suposta analogia das situações e dos meios! Aulard acreditou rever nos republicanos russos de Fevereiro os emigrados franceses chamando a Europa em sua ajuda. Ei-lo reconquistado pela dialética dos dois campos, a revolução e a contra-revolução, e professando a necessidade das ditaduras revolucionárias de minorias. Vemos renascer em sua comparação a idéia da exemplaridade da Revolução Francesa, não mais como conjunto de princípios, mas como modo de ação. O militante da Liga dos Direitos do Homem diz o contrário do que escreve o historiador da Revolução Francesa: as "circunstâncias" levaram a melhor sobre as idéias. O que ele compara, o que ele defende nas duas revoluções, a francesa e a soviética, não é mais que elas sejam filosoficamente comparáveis. É muito sim-

---

1. O primeiro dos grandes textos de Lênin traduzido em francês foi *La maladie infantile du communisme (Esquerdismo infantil comunista)*, às vésperas do Congresso de Tours.

plesmente que elas sejam revoluções. Imediatamente, a longínqua Rússia não é mais o laboratório de uma aventura particular, em nome de princípios perigosos, hostis à democracia republicana à maneira francesa. É a nova pátria de uma experiência de mudança radical, cujo exemplo foi dado pelos franceses e em que Outubro é apenas a continuação quase natural de Fevereiro.

Se o historiador republicano se deixa levar pelo encanto da comparação, que dizer, então, de seu rival socialista! Aulard e Mathiez detestam-se publicamente desde 1908. Eles estão separados por um desses ódios ferozes entre vizinhos que a partilha de um mesmo objeto de estudo nutre, interpretado em ambos os casos 'à esquerda'; um é radical e o outro, socialista. Um esculpiu a estátua de Danton, o outro se dedicou a Robespierre.

Contudo, quando estoura a guerra de 1914, eles estão, em termos políticos, menos afastados um do outro do que acreditavam. Mathiez revela-se, de fato, um francês tão ardoroso quanto seu confrade mais velho. Escreve artigos patrióticos e até nacionalistas, exaltando o grande precedente jacobino. Não se cansa de exortar o Parlamento a ter mais autoridade e a República a ter uma fidelidade mais exata aos jacobinos. A Revolução Russa de Fevereiro mergulha-o no entusiasmo, como Aulard. O psicodrama universitário prossegue, sob os trajes da história universal. Ao passo que seu velho adversário dá à Duma de São Petersburgo o exemplo de Mirabeau e de Danton, Mathiez indigna-se de que se possa oferecer "essas duas vergonhas da Revolução Francesa" e contra-ataca com seu próprio panteão, Robespierre, Saint-Just e Couthon. Outubro recebe seu entusiástico apoio, com a distribuição da terra aos camponeses: eis que a uma fase moderada da Revolução Russa sucede uma fase realmente social, sob a direção dos bolcheviques-jacobinos, contra 'o girondino' Kerenski. Mas o Tratado de Brest-Litovsk, que tira a Rússia da guerra, interrompe bruscamente seu entusiasmo, pois Mathiez, tanto quanto Aulard, não gostou dessa defecção na luta contra o germanismo — prova de que continua sendo um bom socialista jacobino e, de modo algum, um leninista.

Contudo, três anos mais tarde, no final de 1920, ele adere ao Partido Comunista Francês, que está nascendo em Tours. Ele reencontra intocado seu distanciamento político relativamente a Aulard, aderindo à Terceira Internacional. Passou uma borracha sobre Brest-Litovsk, que salvou a revolução social dos bolcheviques e não levou à vitória da Alemanha. Detesta a direita arrogante do pós-guerra francês e a Câmara 'azul horizonte' de novembro de 1919. Reen-

---

1. A controvérsia é analisada por James Friguglietti, em *Albert Mathiez, historien révolutionnaire (1874-1932)*, Société des Études Robespierriistes, 1974 (citação p. 136, nota 58).

controu, com a guerra civil e a intervenção estrangeira, as características de epopéia montanhesa. Ele, de sua parte, ao contrário de Aulard, compartilha os objetivos revolucionários de Outubro, ama a idéia da derrubada violenta da burguesia. Não é mais marxista do que era antes ou será depois, mas seu ódio a Danton e ao burguês lhe serve de consciência 'proletária'. Esquecido, o Lênin derrotista de 1914. O chefe bolchevique tornou-se Robespierre! Porque o mais espantoso nessa evolução é que Mathiez, quando celebra a revolução soviética, não encontra argumentos mais fortes do que compará-la... à Revolução Francesa<sup>1</sup>. Ele não discute apenas as modalidades dos dois acontecimentos. Julga-os comparáveis, porque tudo neles é universal. Ele adora o fato de que a Revolução de Outubro tenha, assim como a de 1789, a ambição de emancipar toda a humanidade. Observação profunda, que toca o fascínio particular de Outubro, comparativamente a Fevereiro, sobre a opinião pública. Pois a derrubada do czar e da autocracia ainda foi apenas um evento russo, trazendo a vetusta Rússia à época européia, ao passo que a Revolução de Outubro teve como objetivo o fim do capitalismo e a libertação do proletariado. Lênin, aparecendo depois de Kerenski, não é apenas a Montanha depois da Gironda, Robespierre, depois de Brissot. É também o chefe político pelo qual a Revolução Russa se torna universal, ao passo que a Revolução Francesa o fora já em 1789.

Há algo de extraordinário e até de um pouco misterioso na facilidade com que pegou, tão rapidamente, essa idéia do universalismo da revolução soviética. Pois se Fevereiro é, no mais das vezes, saudado como inevitável, ele o é como uma maneira de um dia alcançar a Europa civilizada. A queda do czar e o advento de uma República fazem parte dessas coisas já ocorridas na Europa e que o caso tão particular da Rússia mostra novamente. Ora, oito meses mais tarde, é, pelo contrário, a transformação da sociedade universal que a Revolução Russa anuncia,

---

1. Prova disso são os dois artigos publicados por ele no início de 1920, um dedicado a uma comparação entre bolchevismo e jacobinismo, outro a um paralelo entre Lênin e Robespierre. O primeiro, o mais importante, torna a tratar de um tema já abordado por ele em novembro de 1917, num jornal da região de Franche-Comté, e de que vimos que está também no espírito de Aulard. Bolchevismo e jacobinismo são "duas ditaduras, nascidas da guerra civil e da guerra estrangeira, duas ditaduras de classe, agindo com os mesmos meios, o terror, a requisição e as taxas e, propondo-se, em última instância, um alvo semelhante, a transformação da sociedade; e não da sociedade russa ou da sociedade francesa, mas da sociedade universal". Como acontece muitas vezes, as pressões do gênero comparativo levaram o historiador a aproximações. Pois a ditadura bolchevique, efetivamente exercida em nome de uma classe, inscrita há muito tempo no programa de Lênin, provoca a guerra civil e estrangeira mais do que se lhes segue; ao passo que a do ano II, mais circunstancial, pouco a pouco constituída em nome da salvação pública, se instaura no contexto de uma guerra civil e de uma guerra exterior e para fazer frente a elas.

com Outubro; eis que a Rússia passa do papel de lanterninha traseira ao de farol da História; e uma parte da opinião pública européia logo passa a acreditar em tudo o que ela diz. O artigo de Mathiez permite compreender algumas das vias através das quais se realiza essa conversão, que nada tem a ver com o conhecimento dos acontecimentos. Se o historiador francês admira os bolcheviques, é porque estes imitam a Revolução Francesa e especialmente essa parte da Revolução Francesa que ele cerca de um verdadeiro culto. Eles a imitam subjetivamente, tendo escolhido imitá-la e, objetivamente, tendo conseguido imitá-la. Com isso, a Revolução Russa perde algo de sua excentricidade, quaisquer que sejam seus traços particulares, mesmo assinando a infeliz paz em separado de Brest-Litovsk. Ela tem acesso à dignidade sucessorial de irmã mais moça ou de filha da Revolução Francesa, dramática como a mais velha, universal como ela, tornada novamente, por analogia, familiar à imaginação dos intelectuais e dos povos europeus.

Universal, que quer dizer isto exatamente? Se o adjetivo implica um parentesco filosófico com a Revolução Francesa, de que natureza é esse parentesco? Mathiez não é um marxista de verdade e, portanto, não tem em seu arsenal de idéias o conceito hegeliano de 'negação-superação' de 1789 por 1917. Aliás, admira demais a Robespierre para transformá-lo em herói involuntário de uma revolução burguesa; para ele, não existe nada acima do ideal democrático que deduz dos discursos do Incorruptível. Assim, para ele, o universalismo da Revolução Russa tem a mesma natureza que o dos montanheseiros, de que é uma simples réplica, uma manifestação nova, mais de um século depois do fracasso da primeira: é o universalismo democrático das Luzes, tal como o encontramos em *O contrato social*. "Ao remeter aos Soviéticos todas as funções do Estado", escreve Mathiez num artigo de setembro de 1920, "Lênin espera evitar os inconvenientes da burocracia e do parlamentarismo e realizar, na medida do possível, esse governo do povo que é para ele, como para Jean-Jacques e para Robespierre, o próprio da verdadeira democracia<sup>1</sup>."

Rousseau, Robespierre, Lênin: a filiação é duplamente extravagante, tanto pelas filosofias que ela compara, quanto porque mistura, como intercambiáveis, idéias e eventos; ela, porém, mostra como o bolchevismo se instala no mais profundo da tradição democrática. Mesmo seus atos mais ditatoriais — a dissolução de uma Assembléia eleita, a ilegalidade transformada em sistema, o terror como instrumento do poder — podem ser marcados com o sinal contrário e ser atribuídos às suas intenções democráticas, já que têm precedentes na Revolução Francesa. O atraso russo relativamente ao Ocidente fez com que Lênin e seus amigos

---

1. Citado por James Friguglietti, *op. cit.*, p. 165. O artigo saiu em *Le Progrès Civique*, 11 e 18 de setembro de 1920.

só atacassem seu Antigo Regime mais de cem anos depois dos franceses; mas o fazem com a mesma violência, os mesmos métodos e em nome dos mesmos valores que os jacobinos de 1793. A particularidade russa deve-se apenas a esse intervalo no tempo, ou seja, ela é facilmente reduzida pelo discurso da repetição histórica, que confere aos bolcheviques o benefício do universalismo jacobino.

A interpretação de Mathiez esteia-se nas citações de Lênin, que nunca foi avaro na comparação com os revolucionários do ano II. E não teríamos nenhuma dificuldade em mostrar até que ponto o exemplo francês está presente na mente dos atores da Revolução Bolchevique; isto é de fato verdadeiro, sobretudo, a partir do verão de 1918, quando se instala o sistema do Terror vermelho, depois da ruptura final com os socialistas-revolucionários<sup>1</sup>. A analogia oblitera, porém, um traço da Revolução Russa sem equivalente na Revolução Francesa, a saber, a irrupção, no curso dos acontecimentos, de um partido que procede a um confisco absoluto do poder em nome de princípios inversos aos dos primórdios da revolução. A argumentação de Mathiez identifica o 10 de agosto de 1792 ou o 31 de maio — 2 de junho de 1793 franceses (já essa hesitação quanto às datas é significativa) ao 'Outubro' russo. Como se o Clube dos Jacobinos fosse idêntico ao Partido Bolchevique. Como se a regulamentação econômica pelo Estado em nome da salvação pública pudesse ser identificada com a proibição da propriedade privada das fábricas. Como se os esboços de programa social da Convenção fossem comparáveis à expropriação da burguesia em nome da classe operária... A lista dos 'como se' poderia ser interminável!

Na realidade, ela traduz duas coisas. Primeiro, a obsessão, no historiador francês, da tradição revolucionária nacional, absorvendo-o de tal maneira que lhe mostra por refração toda a História. Em seguida e sobretudo, a ignorância em que ele se encontra acerca do leninismo, que é um corpo constituído de doutrina: pois ao mesmo tempo que, não raro, o líder bolchevique reivindicou o precedente jacobino, para dizer que imitaria sua violência e seu radicalismo, ele não se cansou de denunciar a mentira do universalismo democrático, mesmo sob sua forma revolucionária. Ele foi construindo ao longo dos anos, a custo de excomunhões, uma pequena vanguarda de militantes, supostamente portadores das leis da História e, sob sua direção, intérpretes e agentes únicos da ditadura de uma classe social embrionária. Ele inventou o partido ideológico de fidelidade militar, misturando em altas doses a idéia de uma ciência da história, por um lado, à da onipotência da ação, por outro, e assim prometendo aos iniciados o poder absoluto, em troca da obediência cega ao partido. Todos estes são elemen-

---

1. Dmitry Shlapentokh, "The images of the French Revolution in the February and Bolshevik Revolution", *Russian History*, 16, nº 1, 1989.



tos que fazem do momento em que chegam ao poder, mais por acidente do que por necessidade, uma ruptura no curso da Revolução Russa e na história européia. Longe de ser uma repetição, Outubro de 1917 é uma pura novidade. Os traços que o evento tem em comum com a ditadura jacobina (o fato de ter sido criada por uma revolução anterior, o estabelecimento de um poder exercido por uma pequena oligarquia militante sobre um povo aterrorizado, enfim, o emprego de uma violência sem regras contra os adversários) camuflam, sob a comparabilidade das situações, poderes revolucionários que pouco se parecem.

O futuro, aliás, mostrará isso, uma vez que o Partido Bolchevique vai conservar por 74 anos o poder absoluto na antiga Rússia dos czares, ao passo que Robespierre e seus amigos só ‘reinaram’ de verdade sobre a França revolucionária durante quatro meses<sup>1</sup>. A comparação com a Revolução Francesa tornar-se-á, assim, cada vez mais insustentável, à medida que a ditadura do partido de Lênin for se mostrando mais interminável. Contudo, ela não cessará nunca. Vamos vê-la reaparecer, a despeito de seu crescente absurdo, como elemento de interpretação ou de justificação dos acontecimentos soviéticos. A Nova Política Econômica (NEP) evocará Termidor, embora não arranhe em nada a natureza da ditadura, ao passo que o Termidor francês tira tudo, a começar pelo nome, da queda de Robespierre e do fim do terror<sup>2</sup>. Os expurgos dos anos 30, realizados por Stálin no Partido Bolchevique, em nome da luta contra as conspirações contra-revolucionárias, serão comparados à liquidação dos hebertistas e dos dantonistas<sup>3</sup>, como se essas ‘conspirações’ ganhassem maior credibilidade por terem sido encenadas anteriormente pelos robespierristas; o argumento será retomado para justificar os grandes processos dos anos 50 nas ‘democracias populares’ da Europa centro-oriental. Em regra geral, o precedente da Revolução Francesa e, mais especificamente, de seu período jacobino, serviu, desde 1917, de absolvição geral ao arbítrio e ao terror que caracterizaram toda a história soviética, com intensidades variáveis conforme os períodos.

Esse uso interessado do passado, aliás, é acompanhado de uma esquerdização constante, ao longo do século, da história da própria Revolução Francesa, cada vez mais monopolizada por especialistas comunistas ou comunistas: já que o mais importante do acontecimento francês era o que, oculto em seu curso,

---

1. Entre a execução dos dantonistas e a queda de Robespierre, ou seja, entre 3 de abril e 27 de julho de 1794.

2. Tamara Kondratieva, *Bolcheviks et jacobins*, Payot, Bibliothèque Historique Payot, 1989.

3. Vide *infra*, p. 278.

anunciava sua ulterior superação, então seu verdadeiro centro já não era 1789 e sim 1793; não mais os Direitos Humanos e a elaboração de uma Constituição, e sim a situação social e política das classes populares e a ditadura da salvação pública. Mathiez mostrou o caminho, mas não foi até o fim. Ainda manteve a balança equilibrada entre o universalismo jacobino e o universalismo bolchevique. Depois dele, a Revolução Francesa permanece prisioneira de sua condição bolchevique, que lhe permite, no máximo, em seu período mais 'avançado', algumas 'antecipações' do que acontecerá depois. Ela anuncia a emancipação dos homens sem poder realizá-la realmente. Dessa promessa abandonada, Outubro de 1917 é o herdeiro, desta vez para cumpri-la, uma vez que a burguesia vencida já não vem obstar as conquistas do povo. Assim, a ordem sucessiva das duas revoluções revela o trabalho da História, em favor do acontecimento russo. Os jacobinos tiveram antecipações e os bolcheviques, antepassados. Graças a essa transmissão imaginária, a União Soviética de Lênin se instalou no posto de pilotagem do progresso humano, no lugar que lhe conservou imediatamente, desde o final do século XVIII, a França da revolução.

Não creio que tenham existido, antes de nosso século, outros exemplos dessa promoção súbita de uma nação, na imaginação dos homens, da situação de país atrasado ao estatuto de Estado farol. Em compensação, existem muitos deles em nosso século. Quando as revelações de Khrushchov empanarem a imagem da União Soviética, a China de Mao a substituirá durante algum tempo nesse papel, para não falar da Cuba de Fidel Castro. Essa quantidade de modelos distantes não exprime apenas o encolhimento da esperança revolucionária ao longo do século. Sua constância e sua duração, sua sobrevivência aos desmentidos da experiência, revelam também sua profundidade. Carente de Deus, nosso tempo divinizou a História como um advento do homem livre. Dessa História transformada, se não em substituto da salvação, pelo menos no lugar da reconciliação do homem consigo mesmo, a Revolução de Outubro foi o momento mitológico por excelência.

Basta, para se convencer disso, ver com que rapidez Outubro eclipsou Fevereiro e com que lentidão o mito de Outubro cedeu diante da experiência dos fatos. Originalmente, de fato, os acontecimentos de Outubro estão imbricados no que começou com a queda do czar, oito meses antes: Mathiez, por exemplo, o entende assim, ao comparar Kerenski a um 'girondino' e Lênin a Robespierre. Todavia, a República de Fevereiro logo perde sua importância relativa, em favor da tomada do poder pelos bolcheviques, ou melhor, ela é quase absorvida pelo que se lhe seguiu, encurralada entre Nicolau II e Lênin, a ponto de perder toda identidade histórica. Se nos colocarmos, pelo contrário, na outra extremidade da mesma história, nas décadas em que o brilho de Outubro declina antes de desa-

parecer, ou seja, desde Khrushchov, a Revolução dos Bolcheviques sobrevive por muito tempo no imaginário da esquerda ocidental ao ódio de que é objeto entre os povos que sofreram as suas conseqüências. *Sursis* que se nutre de um novo recorte histórico, comparável ao que antes apagou a Revolução de Fevereiro: basta separar Lênin de Stálin para reinventar um Outubro purificado. O método é tão tentador que não somos capazes de jurar que ele não tornará a servir amanhã para a reanimação póstuma de uma mitologia 'soviética'.

Pois a força dessa mitologia é estar apoiada, desde o nascimento, a um precedente e conciliar, assim, os privilégios do absolutamente novo com os hábitos mentais de uma tradição.

Sem a referência francesa, a Revolução de Outubro teria conservado muito de sua estranheza objetiva. Ela, sem dúvida, tem a vantagem de se inscrever num contexto em que muitos dos antigos combatentes de guerra se interrogam, depois do fato consumado, sobre o sentido de tantos sofrimentos consentidos. O derrotismo leninista de agosto de 1914, que esteve na contracorrente durante os anos de guerra, pode atingir consideráveis setores da esquerda européia depois de 1918. De resto, o Partido Bolchevique pensa-se a si mesmo como o pelotão de vanguarda da revolução mundial e nada mais. Lênin e Trótski não imaginavam, na época, que seu poder pudesse sobreviver por muito tempo se a classe operária européia não viesse revezar-se com ele; eles têm os olhos pregados na Alemanha. Contudo, nem a interrogação sobre o sentido da guerra, nem o apelo à revolução universal teriam bastado para enraizar o bolchevismo em amplas camadas da opinião pública, no Oeste.

A Rússia está longe da Europa. A Revolução de Outubro é duplamente excêntrica — geográfica e cronologicamente. Ela sucede à derrubada do czarismo, que exprimiu essa distância: foi derrubada no início de 1917 a última das monarquias absolutas. Como pensar que a um acontecimento — símbolo do atraso russo suceda, justamente alguns meses depois, no mesmo lugar, um outro acontecimento que prefigure o futuro da Europa e do mundo? Os marxistas, com Kautsky à frente, foram os primeiros a denunciar o caráter inverossímil de uma tal ambição para sua concepção da história. Proclamar a velha Rússia, recém-saída da autocracia, pátria da classe operária internacional, é virar o mundo de cabeça para baixo.

Tudo muda, porém, quando consideramos Outubro à luz do curso da Revolução Francesa. Domesticando o desconhecido através do conhecido, reinteegramos primeiro a história russa na matriz ocidental, o que permite esquecer ou esconjurar seus pesadumes. Revolução, contra-revolução, partidos, ditadura, terror, economia dirigida, tudo isso são idéias abstratas que funcionam como equivalências. Outubro depois de Fevereiro é a Montanha depois da Gironda: a dis-

solução da Assembléia Constituinte pelos bolcheviques ganha ares de evidência, se nos reportarmos ao expurgo da Convenção, a 2 de junho de 1793. Trata-se mais de exigências de situação do que de uma demonstração de doutrina. Assim vai o raciocínio analógico, livrando o historiador, e a opinião pública atrás dele ou com ele, do exame do particular, ao mesmo tempo nos eventos e nas intenções dos atores. Dá-lhes ainda um privilégio mais extraordinário, que consiste em abolir o peso do passado na análise de uma e de outra revolução. De fato, se elas são tão comparáveis, que importam os 'antigos regimes' que as precederam?

Constitutiva da idéia revolucionária, a idéia da 'tábula rasa' também ajuda a universalizá-la. Exprime o 'construtivismo' espontâneo da opinião pública na época democrática, sua tendência a imaginar o social como um produto da vontade; ela expressa a recusa da tradição, a obsessão pelo presente, a paixão do futuro. Sua força ultrapassa o que Lênin diz, o que ele quer, o que ele pode. Envolve-o na sedução de uma outra história do grande recomeço, a dos franceses, que fez sonhar toda a Europa do século XIX. Pouco importa que o chefe bolchevique seja um doutrinário da ditadura de um só partido, deteste o sufrágio universal e o regime representativo, creia no comunismo como na sociedade futura deduzida de uma ciência da história; e menos ainda que ele seja tanto um populista quanto um marxista e talvez deva mais a Tchornichovski do que a Marx. Pois a abolição do passado realizada pela revolução o livrou também, ao mesmo tempo, das determinações particulares do passado russo. A esquerda européia vê a Revolução Russa de 1917 menos como russa do que como revolucionária; vem daí, mais do que do marxismo, o que é sentido como a sua universalidade.

Eis porque é Outubro, e não Fevereiro, que consegue gozar desse privilégio. A derrubada do czarismo, em fevereiro, ainda é um fenômeno local, o último episódio dessa tentativa de alcançar o Ocidente que é uma das obsessões russas desde Pedro, o Grande. O grande país semibárbaro, que permaneceu submetido a um soberano de Antigo Regime, põe-se de novo em dia com a Europa. Não inventa uma história nova, mas ergue-se até uma história conhecida<sup>1</sup>. Aliado às

---

1. Nesta ordem de idéias, não podemos deixar de refletir sobre este trecho de *Contrat social* (*O contrato social*) em que Rousseau se interroga sobre o caráter da obra de Pedro, o Grande e sobre a inclinação russa por tomar emprestado e por copiar: "Os russos jamais serão civilizados, porque o foram cedo demais. Pedro tinha o gênio imitativo; não tinha o verdadeiro gênio, o que cria e faz tudo do nada. Algumas das coisas que ele fez eram boas, a maior parte estava fora de lugar. Viu que seu povo era bárbaro, absolutamente não viu que não estava maduro para a civilização; quis civilizá-lo quando era preciso apenas aguerri-lo. Quis primeiro fazer alemães, ingleses, quando precisava começar fazendo russos; impediu seus súditos de tornarem-se alguma vez o que poderiam ser, persuadindo-os de que eram o que não eram" (livro II, cap. 8).

democracias parlamentares do Oeste, em guerra a seu lado contra a Alemanha desde 1914, ele encontra em sua revolução democrática justificações suplementares para a sua política externa. A França e a Inglaterra saúdam, por seu lado, a nova República como a última a chegar a uma estrada por elas balizada. Fevereiro é realmente, ainda, uma revolução russa.

O fato de Outubro ser outra coisa é o que mostram não só o decreto sobre a terra para os camponeses, mas também a vontade dos bolcheviques de terem de sair da guerra, e logo Brest-Litovsk (março de 1918). Por um lado, Lênin fecha a Revolução Russa confiscando o poder em alguns meses; por outro, abre uma nova revolução contra a burguesia, em nome do bolchevismo. Descontinuidade fundamental, que é camuflada aos olhos de Aulard<sup>1</sup> e de Mathiez pela comparação com a Revolução Francesa. Para os dois grandes historiadores franceses, Lênin é menos o inventor de um regime social inédito do que o político mais à esquerda de uma revolução democrática, iniciada oito ou nove meses antes. Encarna menos uma doutrina nova do que a fidelidade ao curso da revolução, logo à própria idéia revolucionária.

Dáí sua universalidade, a mesma de Danton ou de Robespierre. É o homem por excelência desse espírito que habitou a França naqueles anos extraordinários e que reapareceu na Rússia em 1917: desse espírito que, na falta de melhor, chamamos de “a revolução”. Defini-lo com precisão é difícil, quase impossível, porque não tem ponto fixo ou de chegada claro, como na história americana, e se encarna num incompreensível fluxo de acontecimentos. Com efeito, a Revolução Francesa foi sempre apenas uma sucessão de ‘jornadas’ e de batalhas ao redor de uma única idéia: que o poder seja do povo, princípio único e incontestado, mas encarnado em homens e em equipes que se vão apropriando alternadamente de sua legitimidade, sem nunca poderem inscrevê-lo em instituições duradouras. Assim, a sua verdade acaba sendo dita em 1793, sob a ditadura da Montanha, pela fórmula que reza que o governo da revolução é “revolucionário”. Essa tautologia exprime da melhor maneira possível a natureza excepcional desse poder sem regras e, no entanto, mais legítimo do que se fosse legal. Esse é o mistério de fascínio a envolver com uma auréola o poder bolchevique, mais de cem anos depois do poder jacobino.

A revolução, portanto, não é só um modo privilegiado da mudança, um atalho para o futuro. É ao mesmo tempo um estado social e um estado de espírito em que se realiza o desvelamento das abstrações jurídicas a serviço dos pode-

---

1. De 1918 a 1920, pelo menos. Em suas intervenções posteriores a 1920, Aulard reconhecerá essa descontinuidade e oporá a Revolução Bolchevique à Revolução Francesa, em proveito da segunda. Esta instaurou a democracia; a outra, a ditadura.

rosos, através da ditadura do povo real, acima das leis, como origem das leis. Daí ela ter tantos inimigos, e inimigos tão fortes; e nunca acabar de submetê-los. A hora da lei não soa jamais, exceto quando é também a hora da 'reação', como em Termidor. Os bolcheviques, em 1920, estão ainda na fase de Robespierre: se, como acontecimento, a revolução só pode ser um curso, sem jamais ter um fim consentido, como não ver que eles continuam ilustrando o seu espírito, contra seus inimigos internos e externos? Os revolucionários de 1793, na França, também haviam desejado permanecer fiéis às promessas da igualdade democrática, descer do político ao social, instituir uma sociedade onde o indivíduo dos interesses e das paixões egoístas desse lugar ao cidadão regenerado, único ator legítimo do contrato social. Essa intenção fora o seu único título ao poder, mas que título! Eminente, auto-suficiente, superior a qualquer Constituição. Eis que Lênin recolhera a sua herança; e esta o colocava imediatamente às voltas com os mesmos inimigos. Eis que se encontrava, como os franceses de 1793, na situação revolucionária por excelência, inteiramente possuído pela paixão de dar continuidade à interminável emancipação dos homens e ameaçado por aqueles que queriam, pelo contrário, impedi-la, ou simplesmente adiá-la.

Para desenvolver a comparação entre 1793 e 1917, não há necessidade alguma, por conseguinte, de instaurar uma ordem hierárquica entre os dois acontecimentos e acreditar que o posterior seja superior ao anterior. Que a revolução comunista seja realmente universal, emancipadora, ao contrário da revolução burguesa, é o que diz Lênin. Que a primeira 'realize' finalmente as 'antecipações' da segunda, esta será, mais tarde, a tese da historiografia marxista-leninista, mais ou menos em todo o mundo. Mas para Aulard, em 1918, basta a Rússia bolchevique dos anos 1918-1920 'parecer' com a França de 1793; e, para Mathiez, Lênin reencarnar Robespierre. Um não é de forma alguma comunista, mas sim um republicano convicto. O outro se inscreve no jovem Partido Comunista Francês já na sua fundação, mas não permanecerá nele por muito tempo, muito rapidamente alérgico ao centralismo ditatorial da Terceira Internacional. A seu ver, a revolução soviética fracassou, como antes dela a Revolução Francesa. Mas os dois acontecimentos não deixam de ter em comum esse caráter grandioso de terem sido revoluções.

Podemos, portanto, amar 'Outubro' sem sermos comunistas. E até deixar de ser comunistas continuando a amar 'Outubro'. Graças a Lênin, a Revolução Russa foi tirada de sua estranheza russa, reunida ao precedente jacobino, reintegrada na história universal. O ano de 1793 não fizera esquecer 1789, mas Outubro apagou Fevereiro. No primeiro caso, os dois grandes episódios da Revolução Francesa não cessaram de ser lembrados e retratados ao mesmo

tempo como distintos e formadores da trama do mesmo acontecimento. A análise da interdependência entre eles e o julgamento sobre seus alcances respectivos estiveram no centro das interpretações. Nada de semelhante no segundo caso: Outubro relega Fevereiro à sua particularidade russa e toma para si o universalismo revolucionário. O bom êxito desse confisco não se deveu apenas ao objetivo que Lênin se propôs, a construção de uma sociedade nova, e aos apelos multiplicados à solidariedade internacional dos proletariados. Como mostram as reações da esquerda intelectual na França, ele se deve também ao fato de que a Rússia bolchevique de Outubro, por intermédio dos jacobinos, se instala na herança da Revolução Francesa, vaga desde Termidor. Paradoxalmente é no mesmo momento em que Lênin dissolve a Constituinte, liquida toda oposição, insulta seus críticos social-democratas, denuncia o pluralismo político, instaura o arbítrio do terror, que ele assume um lugar na tradição democrática da Europa continental, via 1793. Mas esse paradoxo foi, antes, o de Robespierre.

Sozinha, a idéia leninista não teria penetrado tão profundamente na opinião de esquerda da época: ela é e continuará sendo estreita, fanática, quase primitiva. Mas ao cruzar a idéia jacobina, adquire por fusão a sua força mitológica e ao mesmo tempo, sua credibilidade 'burguesa'. Essa capacidade de síntese é um dos segredos de sua aptidão a sobreviver às catástrofes que provocará ao atravessar o século.

Falta considerar a Revolução de Outubro no que propriamente lhe pertence.

De fato, esse formidável suplemento ao capítulo das revoluções nem sempre entra com facilidade na herança que lhe serve de molde. Ele ganha forma mais de um século depois, num outro país, em outras circunstâncias. Ele se ornamenta com uma bandeira novinha, a bandeira do proletariado vitorioso. O legado da Revolução Francesa era rico, variado, difuso, como a própria democracia: daí as apropriações tão variadas de que foi objeto. A atração da Revolução de Outubro implica uma fidelidade mais estreita: o que torna a sua universalidade mais extraordinária, mas também mais problemática. Os burgueses podem reconhecê-la. Mas os marxistas podem contestá-la.

Mal fez o bolchevismo a sua entrada na História e já transborda por todos os lados as circunstâncias singulares de sua vitória no antigo Império dos Czares. Ontem desconhecido, enche o mundo com sua promessa, desde Outubro de 1917, renovando mais de um século depois o mistério da universalidade de 1789. A mensagem da revolução ainda se detivera por muito tempo

nas fronteiras da Europa. Aquela da Revolução Russa as ultrapassa muito rapidamente, em virtude de um privilégio de extensão a ser conservado ao longo do século. Teoria esotérica antes de 1914, o marxismo de Lênin constitui muito rápido um amplo sistema de crenças, mobilizando paixões extraordinárias nos adeptos e nos adversários: como se a revolução mais excêntrica da Europa possuísse, através de seu corpo de idéias, um poder de sedução tão geral que a tornasse capaz de comover com seu exemplo, para além da Europa e das Américas, humanidades em que nem o cristianismo nem a democracia haviam podido realmente penetrar.

Essa bênção dada pela História a um acontecimento que não merecia tanto se deve em grande parte à conjuntura excepcional de 1917-1918. Outubro de 1917 em Petrogrado coroou o ano em que surgiram as primeiras manifestações coletivas dos soldados contra a guerra. Sinal de emancipação dos povos relativamente à fatalidade do massacre recíproco, a Revolução Russa do outono fez o que os homens de Fevereiro não ousaram fazer: tornada inevitável muito mais por camponeses-soldados do que pela 'classe operária', ela voltou a guerra contra a guerra e os homens de 1918 contra suas recordações de 1914. Assim, ela recebe seu brilho mais forte do próprio brilho da tragédia que a precedeu: o país mais primitivo da Europa indica o caminho para os países mais civilizados da Europa, cuja história não cessou de imitar, sem ter até então conseguido ter uma ocasião de a preceder. Em suma, à idéia revolucionária, inseparável, desde 1789, da democracia, o bolchevismo vitorioso oferece o prestígio suplementar da paz e da fraternidade internacional.

A Revolução Francesa também invocara a caução do gênero humano e da paz universal. Ela, porém, guerrearra, conduzira seus exércitos para além de suas fronteiras; acabara até tendo como chefe um puro conquistador, o mais glorioso dos seus soldados. De resto, seus herdeiros no século XIX, tanto na Europa como na América Latina, amaram seu legado nacional ainda mais do que seu ensinamento de liberdade. E os canhões de agosto de 1914 haviam, mais ou menos por toda a Europa, no sentido próprio e no figurado, enterrado a liberdade em nome da pátria. Os bolcheviques haviam predito isso; não tinham cedido à corrente. Além disso, eles ofereciam uma explicação do conflito, tirada das contradições do capitalismo, essa realidade última, oculta sob suas figuras gêmeas da democracia e da nação. Por isso, o internacionalismo deles não aparecia, depois do fato consumado, como uma mera declaração de princípio, e sim como uma estratégia de ação finalmente vitoriosa: Outubro unira como num feixe a revolução e a paz.

Sem dúvida, a Revolução Russa não auferiu esses lucros de prestígio já em 1917, quando ocorreu. Em fevereiro, as opiniões públicas reagiram mais ou menos como as chancelarias. Do lado aliado, divididas entre a satisfação de ver



cair o último dos ‘antigos regimes’ e o temor de que os exércitos russos desertem; com sentimentos inversos do lado alemão, que agora tem interesse no máximo de anarquia do lado russo e dá sua contribuição ao ‘derrotismo revolucionário’ de Lênin. Em outubro, a tomada do poder pelos bolcheviques reaviva esses temores e esses cálculos. A Rússia entra no desconhecido e logo assina a paz com os alemães em condições incrivelmente duras. Contudo, a pequena seita leninista antecipou-se a um amplo movimento de opinião, perceptível desde 1917, especialmente através dos motins no Exército francês, e que desabrocha no outono de 1918: o fim da guerra aguça nos sobreviventes a consciência retrospectiva de seus sofrimentos e semeia a dúvida sobre o sentido de seus sacrifícios. Ela dá, depois do fato consumado, à estratégia radical de Lênin — tão pouco seguida e até tão pouco entendida, em agosto de 1914 — a repercussão imensa do pacifismo, sentimento mais natural aos povos democráticos do que o entusiasmo guerreiro. Com isso, a paz de Brest-Litovsk, assinada em março de 1918, logo deixa de ser uma deserção bolchevique para aparecer como o primeiro prenúncio do fim do conflito. Porque quis fazer a paz a todo custo, como sua primeira tarefa, a Revolução de Outubro revela e encarna eminentemente o profundo trabalho pelo qual os povos em armas acabaram por interrogar a guerra acerca de suas razões. A Rússia comunista tornou-se, assim, um dos pólos da consciência européia.

Ela está também, mais do que nunca, na história européia. Pois não vê futuro para si mesma além de uma ampliação vitoriosa dos Sovietes de operários e de soldados para além de suas fronteiras, e em primeiro lugar na Alemanha derrotada. Imensa diferença com os revolucionários franceses de 1789: os homens de Outubro de 1917 não imaginam o bom êxito de seu empreendimento sem um substituto vindo de outro lugar. Lênin, Trótski, os homens do Partido Bolchevique não vêem sucesso duradouro sem a passagem para o seu campo do maior país da Europa, que é também a pátria de Karl Marx. A idéia alemã não é, para eles, uma hipótese, um desejo ou apenas uma estratégia; é, ao mesmo tempo, uma certeza e uma necessidade de sobrevivência. Iniciada na Rússia, no ponto mais fraco do sistema imperialista, a revolução proletária está condenada a um fim, se não se estender aos países europeus escapados da guerra imperialista e em primeiro lugar aos derrotados. Lênin não tem dúvidas de que a sorte de Outubro de 1917 se joga fora da Rússia, com o engajamento político total da Rússia comunista. Nada naquela época lhe teria parecido mais estranho, e mais absurdo, do que a idéia de fundamentar uma estratégia duradoura sobre o ‘socialismo num só país’.

A essa disposição transnacional das forças, as potências vitoriosas da guerra trazem, aliás, sua contribuição pelo apoio que oferecem, já no fim de 1918, aos

exércitos contra-revolucionários que se mobilizaram no antigo Império dos Czares'. Guerra dita de 'intervenção', que nunca é conduzida com bastante espírito de continuidade para ser vitoriosa, mas basta para dar consistência à idéia da bipolarização da Europa do pós-guerra trazendo recordações: revolução e contra-revolução enfrentam-se mais uma vez através da Europa inteira, como no tempo da Revolução Francesa. Mas os povos de 1918 detestam a guerra, de que acabam de sair; eles não estão afinados com aqueles franceses de 1792 que partiram para uma cruzada. Daí que a intervenção aliada na Rússia é atingida por um descrédito especial, como que antecipadamente desonrada e conduzida com o maior desconhecimento possível das opiniões públicas. A bandeira da paz sob a qual se fez a Revolução de Outubro continua a proteger até a ação do Exército Vermelho contra as tropas brancas, sejam elas autóctones ou estrangeiras. Com sua ingerência, as potências vitoriosas mostram, mais uma vez, a inclinação que leva o capitalismo à guerra. Oferecem uma verificação suplementar à teoria do imperialismo elaborada por Lênin.

Assim se passam os anos do imediato pós-guerra, entre 1918 e 1921, sob o signo do bolchevismo, que poderia escrever-se assim: da guerra à revolução. Divisa radical, que pode propor um modelo a admirar e imitar e que vai ao encontro, com isso, das expectativas de milhões de soldados sobreviventes. Ela lhes dá um ponto de cristalização. É na Alemanha vencida que podemos observar mais claramente os seus efeitos: nessa Alemanha de Guilherme II, onde, assim como na Rússia de Nicolau II, *mutatis mutandis*, os pródromos da derrota militar levam, no outono de 1918, às revoltas de marinheiros e de soldados, seguidas muito rapidamente pela desagregação do Exército e do Reich imperial. A capitulação de novembro mergulha a nação na anarquia. Ela parece fazer reviver a situação russa do ano anterior e pôr na ordem do dia uma revolução conduzida por grupos da extrema esquerda socialista, em nome de conselhos de operários e de soldados. As coisas não vão nesse sentido por causa da radicalização do campo adversário, que agrupa o estado-maior e o grosso da

- 
1. Num primeiro tempo, a atitude dos Aliados para com os bolcheviques está subordinada aos imperativos de combate contra a Alemanha. Contingentes simbólicos são enviados a Murmansk, Arkhangelsk e Vladivostok para fortalecer o bloqueio. A partir do verão de 1918, eles prestam uma ajuda condicional ao almirante Koltchak na Sibéria e ao general Denikin na Rússia meridional. A capitulação alemã modifica a situação, mas nenhuma política coerente é decidida. Como G. Clemenceau, W. Churchill é partidário de uma intervenção, ao passo que Lloyd George se inclina para a negociação. Um fim súbito e definitivo é dado à intervenção francesa em Odessa e sua região (cerca de 45 mil homens) na época dos motins da frota no Mar Negro (abril de 1919). Em setembro, Arkhangelsk e depois Murmansk são evacuadas, e no verão os britânicos deixam o Cáucaso.

social-democracia. Mas, através desse primeiro surgimento, a revolução alemã revelou-se o horizonte da Revolução Russa. Mais ou menos por toda a Europa, aliás, nascem promessas de subversão, na Hungria de Béla Kun, na Itália dos conselhos de fábrica, e até na França vitoriosa, onde os Sovietes encontraram eco na ultra-esquerda sindicalista e política. O ressentimento contra a guerra, depois de passar pelo filtro de Outubro de 1917, deu um formidável impulso à revolução anticapitalista.

Esse impulso é tão visível, atingindo em doses diversas países vencidos e vencedores, que deve ser inscrito no capítulo das conseqüências gerais da guerra sobre o estado dos espíritos. A obsessão dessa guerra é ainda mais forte quando as armas se calam, conforme a espécie de lei que reza que os povos jamais combatem tanto as catástrofes quanto depois de as terem consentido; uma vez que estas desvelaram seus malefícios, a lembrança de ter participado delas assume a forma do: nunca mais! E é nesse 'nunca mais' que a Revolução de Outubro encontra a sua audiência, somando à força dá uma esperança a obsessão de um remorso. A própria guerra interminável levou os espíritos à revolução, ao mesmo tempo pelo hábito da violência absoluta e pelas coerções da submissão militar. Mas conduziu-os também por um caminho mais secreto: o do exame de sua conduta passada. Milhões de soldados devolvidos à vida civil são tomados pelo remorso coletivo de terem feito ou deixado que fosse feito agosto de 1914.

Isso é de fato verdadeiro, sobretudo, no que diz respeito àqueles que votavam nos socialistas, eleitores ou militantes fiéis a uma Internacional que tinha em seu programa, nos anos anteriores a 1914, impedir a guerra pela ação internacional dos trabalhadores. Ora, a guerra estourara, acompanhada não da greve geral e sim da União Sagrada. Essa adesão de fato, que abria um abismo doutrinário e político no interior da Segunda Internacional, nem Zimmerwald (1915), nem Kienthal (1916)<sup>1</sup> haviam apagado. As duas reuniões congregaram os pequenos núcleos de militantes que haviam permanecido fiéis às decisões da Segunda Internacional, sem conseguirem mobilizar forças ao redor desses compromissos passados, testemunhos de uma outra época. Da União Sagrada, o Outubro de 1917 constitui o desmentido maciço, evidência que os chefes socialistas dificilmente podem refutar: a vitória da revolução proletária foi conquistada numa luta contra a guerra.

---

1. A conferência de Zimmerwald (5 a 8 de setembro de 1915) reúne os socialistas partidários da paz 'sem anexação nem indenizações', na época muito minoritários nos diversos partidos socialistas. Presente, Lênin defende a idéia da criação de uma nova Internacional. A segunda conferência dos 'minoritários' ocorre em Kienthal, nos dias 24 a 30 de abril de 1916. Lênin nela preconiza a retirada dos socialistas de todos os governos e a recusa de créditos militares.

Há realmente nessa constatação algo de falacioso: pois se é verdade que o Antigo Regime russo se mostrou incapaz de conduzir a guerra e se desagregou diante da prova, isso não significa que a partir daí se tenha substituído a ele uma revolução 'proletária': de fato, a Rússia não é a terra de eleição mais provável de um acontecimento desse tipo. Mas o que lhe dá credibilidade, afora a palavra de Lênin, é a seqüência Fevereiro/Outubro, que se assemelha a uma transmissão do poder em dois tempos, da burguesia para o proletariado, e é a ruptura com os Aliados do Ocidente capitalista, a paz de Brest-Litovsk. Na primeira dessas características, a esquerda européia reencontra em miniatura, ou antes em forma acelerada, os períodos da evolução histórica que sua formação doutrinal lhe tornou familiares. Com a segunda, ela volta às decisões solenes de antes de 1914, da Segunda Internacional, portanto à sua palavra jurada. Em ambos os casos, o acontecimento de Outubro constitui um reencontro com a sua tradição. Sua estranheza geográfica e histórica é apagada pela credibilidade que ele devolve ao corpo de idéias socialistas, prejudicado em agosto de 1914. A guerra deu ao maximalismo bolchevique as vantagens inesperadas da ortodoxia e da continuidade.

Assim, é essa familiaridade paradoxal que dispensa a Revolução Russa do ônus da prova. Que ela tenha ocorrido na época em que ocorreu é o bastante para confirmar a sua necessidade, inscrita preto no branco nas velhas decisões da Segunda Internacional. Que importam o lugar e as condições em que se realizou? Se tantos homens se voltam para ela no momento em que a paz lhes devolve a liberdade de corpo e de mente, é menos por sua realidade particular do que porque ela lhes restitui o laço, partido pela guerra, entre sua tradição e sua imaginação do futuro. A revolução proletária era realmente necessária, já que ocorreu; é nessa ingênua constatação, esclarecida por um olhar retrospectivo lançado à traição de 1914 e aos sofrimentos da guerra, que o bolchevismo inscreve não só a sua vitória sobre a social-democracia, mas também seu prestígio na Europa de 1918.

Já nessa época, a magia do fenômeno soviético consiste, portanto, em exercer um forte poder de atração sobre as imaginações, independentemente da realidade do regime. Tendo apaixonado os homens apenas pelo fato de ter ocorrido, e de que a sua duração por si só lhe tenha conferido tão rapidamente um estatuto quase mítico, a Revolução de Outubro escapa à observação e ao estudo, objeto somente de amor e de ódio. Pois Deus sabe que ela também é detestada, atacada, vilipendiada. Mas esses pânticos reacionários trazem consigo seu antídoto: na virulência de seus adversários, os admiradores da Rússia soviética vêem mais uma confirmação de seus sentimentos. A ideologia marxista-leninista engloba e, por conseguinte, refuta antecipadamente o discurso do contraditor. Começa, então, a longa carreira do absurdo argu-

mento, segundo o qual a direita nada pode dizer sobre a experiência soviética que não seja desqualificado por definição.

A esquerda escapa melhor a essa suspeita, cuja propaganda bolchevique procura atingi-la, tão logo mostre maus princípios. Ela dispõe também de um espaço restrito de discussão, em consequência da polarização das paixões que se dá exatamente ao redor da Revolução Russa, não apenas entre a direita e a esquerda, mas também entre a esquerda e a esquerda. Contudo, a briga de família se mostra, e de longe, mais interessante de acompanhar, mais rica em argumentos do que o confronto repetido do repertório antigo entre revolução e contra-revolução. A esquerda européia, socialista ou libertária, que quer resistir ao arrastão comunista se encontra na linha de frente: é a sua sobrevivência que está em jogo a curto prazo, juntamente com sua identidade. Sua casa — a ‘velha casa’ de Léon Blum — está pegando fogo, e ela deve cercar o fogo, traçar nas ruínas uma linha que a separe e a abrigue dos irmãos inimigos. Não lhe basta maldizer, como a direita, que pode contentar-se com isto, brandir a propriedade, a ordem, a religião. Ela precisa combater em nome do corpo de doutrina que lhe é comum com os revolucionários de Outubro, portanto discutir, refutar, argumentar, alargar o mais possível a fronteira do que ainda lhe pertence.

Difícil operação, já que a cada vez, em sua crítica ao Outubro russo, essa esquerda reticente ou hostil ao bolchevismo se expõe à acusação de passar para o lado do inimigo: processo de intenção destinado a proibir qualquer debate sobre o comunismo no interior da esquerda e que também está fadado a um longo futuro. Contudo, o argumento não intimidará nem a Rosa Luxemburgo, nem a Karl Kautsky, nem a Léon Blum. Os exemplos deles mostram que, uma vez superada essa chantagem política e moral, são os líderes da esquerda européia os mais capazes de construir uma crítica racional do bolchevismo. Não que eles tenham muito mais informações do que os outros. Mas conhecem a história do socialismo e são capazes de nela balizar a genealogia de Lênin, ao mesmo tempo que a deles próprios. À familiaridade emotiva de tantos militantes com a revolução, contrapõem um inventário dos textos e a tradição democrática do socialismo.

Rosa Luxemburgo foi a primeira a criticar Outubro em nome do marxismo revolucionário. Quando se inquieta com a Revolução Russa, antes de morrer assassinada pelos homens dos corpos francos, ela é mais do que nunca a militante de indomável independência que teve, na Segunda Internacional, aquela voz tão particular, composta de um misto de veemência libertária e de teoria marxista. Sua vida inteira, para não falar de sua morte, testemunha o verdadeiro culto que

ela dedicava à idéia revolucionária. Mas apavora-se diante de Outubro. Tem medo de um monstro nascente, que privaria sua vida de sentido.

Jovem judia polaca, ela cresceu em Varsóvia. Depois, fez seus anos de universidade em Zurique, estudando história, economia política e *O capital*. Estabeleceu-se, em 1898, em Berlim, como no centro do movimento operário europeu, num socialismo menos fracionário do que o de sua Polônia natal e fadado aos principais papéis da História. Sua juventude, assim, pressagia a violência com que, durante toda a sua vida, ela vai querer esconjurar as paixões nacionais, como uma armadilha armada pelos burgueses contra os trabalhadores: ela não pertence às pátrias, mas inteiramente à revolução.

Em Berlim, passou com brilho as suas provas de militante, imediatamente, com a refutação do 'revisionista' Bernstein, quando ganha a estima de Bebel e de Kautsky. Toda uma parte dela pertence à social-democracia alemã, de que é a filha um pouco boêmia, mas também um dos oradores mais dotados e uma das cabeças mais sérias. Todavia, tem um temperamento 'esquerdista' demais para aquele ambiente. Mulher num mundo de homens, polaca em terra germânica, libertária dentro de uma vasta organização disciplinada, ela não cessará de acampar às margens do socialismo alemão, logo em relações frias com o 'professor' Kautsky, sem, contudo, procurar a fundo um outro meio militante.

Já em 1905, ela entendeu que algo histórico estava acontecendo na Rússia dos czars: algo como um deslocamento de oeste para leste da revolução européia, por onde ela entra na discussão entre mencheviques e bolcheviques, e mais a favor de Lênin. Mas não até o mesmo ponto que ele. Pois se ela, como ele, só vive para a revolução proletária, não está pronta, como ele, a sacrificar um marxismo que aprendeu em Marx e em Kautsky. Muito cedo ela farejou, em seu espírito sectário, a ditadura do partido substituindo o que ela chamou de movimento das massas.

Jovem militante, não hesitou, já em 1904, em expressar seu desacordo, no *Iskra*, com as concepções expressas por Lênin em *Un pas en avant, deux pas en arrière* (*Um passo para a frente e dois para trás*): concepções autoritárias demais, centralistas demais, que aparentam o chefe bolchevique mais a Blanqui do que a Marx. A extrema centralização do partido ameaça colocar o proletariado sob o domínio de uma oligarquia de intelectuais<sup>1</sup>. Rosa Luxemburgo terá outros temas de discórdia com Lênin, especialmente sobre a questão nacional. Mas aquele é o

---

1. Seu artigo de 1904, originalmente intitulado "Problèmes d'organisation dans la social-démocratie russe", foi republicado em inglês com o título "Leninism or marxism", com introdução de B. Wolfe, University of Michigan Press, 1961. Rosa Luxemburgo, *Questions d'organisation de la social-démocratie russe*, Nouveau Prométhée, 1934; reed.: Spartacus, 1946. Trata-se de uma crítica à brochura *Un pas en avant, deux pas en arrière*, que Lênin escreveu em 1904, em resposta às críticas de P. Axelrod.

mais importante, tão premonitório é o que ela diz mais cedo. Ele volta à tona 15 anos depois, mais ou menos nos mesmos termos, durante a revolução. Presa pelo governo alemão em 1917, por sua ação contra a guerra, ela acompanhou os acontecimentos russos como pôde, através das narrativas dos visitantes e de recortes de jornal. Mas sabe o bastante a seu respeito para se inquietar com a liberdade e escrever sobre isso<sup>1</sup>. De resto, mal saiu da prisão, a 10 de novembro de 1918, e nas poucas semanas que antecedem seu assassinato, em meados de janeiro, em plena revolução, ela também já não compartilha nenhuma das ilusões bolcheviques sobre essa revolução alemã. Mais do que uma ruptura ou uma modificação decisiva da relação européia de forças em favor do proletariado, ela vê aí um caos social de onde tudo pode sair, até mesmo uma contra-revolução vitoriosa. Assim, ela desconfia do otimismo exagerado dos bolcheviques e de sua propensão a querer tomar o poder em não importa que condições, pronta para aceitar o risco de isolar e, portanto, de expor a vanguarda do proletariado. Ela prega aos espartaquistas um esforço de organização e de conquista da classe operária alemã, condição prévia da derrubada do governo social-democrata de Ebert.

Em seus temores sobre o aspecto assumido pela Revolução Russa, em suas admoestações aos militantes alemães, está nada menos do que um repúdio da concepção leninista da revolução, segundo a qual o poder deve ser tomado e conservado por todos os meios, quando as circunstâncias da História o oferecem, mesmo a uma vanguarda minúscula, mas bem organizada e convencida de encarnar os interesses das massas. Pois, nesse final de ano de 1918, já faz quase um ano que os bolcheviques dispersaram pela força a Assembléia Constituinte eleita, onde não tinham a maioria. Seguiram-se rapidamente, ao longo do ano, a censura da imprensa, a ditadura do partido único, o terror de massa e até o campo de concentração. Todos eles sinais, segundo Rosa Luxemburgo, do caráter oligárquico da Revolução Russa. Seu pequeno livro, escrito com base numa informação improvisada, mostra o abismo que já a separa de Lênin, no poder já há alguns meses. Em meados de janeiro de 1919, ela morre como havia lucidamente temido, assassinada por um homem dos corpos francos, cedo demais para assumir o papel para onde se encaminha nos seus últimos escritos: o de uma testemunha crítica da Revolução Bolchevique, em nome da liberdade popular. Nisso, ela teria sido incomparável, com seu gênio libertário e um passado ao qual o compromisso ou o remorso não tinham acesso. Mas eu tendo a pensar que mesmo a sua grande voz não teria podi-

---

1. Esse texto de prisão sobre a Revolução Russa será publicado no final de 1921 por Paul Levi, na época da ruptura deste último com Lênin. A primeira tradução francesa, já de 1922, é de Alexandre Bracke-Desrousseaux. "La Révolution Russe" in *Oeuvres II, Petite Collection Maspéro*, 1969.

do fazer-se ouvir contra a corrente, pois mesmo a sua morte, confirmando as suas análises e advertências, não impediu que ela fosse por tanto tempo esquecida. Desde Lênin, o bolchevismo, quando vencedor, impõe silêncio a seus críticos, mesmo quando estão mortos, e sobretudo se participaram de seus combates.

Segundo exemplo: Kautsky. Depois da heroína, o professor. O papa da Segunda Internacional, o amigo e o herdeiro de Engels, o mais célebre teórico marxista de antes da guerra. O homem que foi o principal defensor da ortodoxia contra o 'revisonismo' de Bernstein e que, um pouco mais tarde, se voltou contra os chefes da esquerda ultra-revolucionária da Segunda Internacional. Contra o primeiro, defendeu a necessidade de uma revolução, negando que Marx tenha alguma vez previsto que o capitalismo iria esboroar-se por si próprio<sup>1</sup>. Dos segundos — Rosa Luxemburgo em particular —, criticou a ilusão voluntarista, segundo a qual uma série de greves de massa, tal como houve na Rússia de 1905, pode e deve constituir a ruptura revolucionária rumo ao Estado proletário<sup>2</sup>. Insiste cada vez mais, nos anos que antecedem a guerra, nos fatores objetivos da vida social em geral e das revoluções em particular. O proletariado derrubará a burguesia, esse é realmente o movimento da História; mas é um movimento que deve ser cuidadosamente preparado, já que passa pelas vias democráticas, até que o poder caia, como um fruto maduro, nas mãos do ou dos partidos da classe trabalhadora. A revolução proletária, segundo Kautsky, já não tem muito a ver com essa grande explosão que constituiu, no final do século XVIII, a revolução burguesa de tipo francês: evento que ultrapassa por todos os lados as intenções de seus atores, logo entregue à violência selvagem das improvisações. O melhor a que pode levar um acontecimento dessa ordem — 1905 na Rússia — é, justamente, a instauração de uma ordem burguesa, democrática, sucedendo a um Antigo Regime despótico. A revolução proletária deve, pelo contrário, sua força a uma consciência clara da História, e Kautsky só vê seus signos precursores no Oeste da Europa, e em primeiro lugar na Alemanha.

- 
1. Refiro-me às refutações de Bernstein que Kautsky publica em 1899 na *Neue Zeit*, assim como à sua obra, do mesmo ano, sobre a questão agrária. Cf. Peter Gay, *The dilemma of democratic socialism. Eduard Bernstein's challenge to Marx*, Nova York, Columbia University Press, 1952. Em 1899, Eduard Bernstein, o executor testamentário de Marx, publica *Les pré-supposés du socialisme et les tâches de la social-démocratie*, Le Seuil, 1974, (trad. francesa), livro em que questiona os cânones do marxismo em matéria de evolução do capitalismo, mas também a idéia de ruptura revolucionária como condição prévia à instauração do socialismo. Karl Kautsky responde ao 'revisonismo' de Bernstein publicando *Bernstein und das sozialistische Programm*, 1899, trad. francesa: *Le marxisme et son critique Bernstein*, Stock, 1900. As análises de Bernstein serão rejeitadas pela maior parte dos social-democratas.
  2. Karl Kautsky, *Rosa Luxemburg. Anton Pannekoek. Socialisme, la voie occidentale*, apresentado e anotado por Henri Weber, tradução francesa de Alain Brossat, PUF, 1983.



Mas eis que chega Outubro de 1917; a revolução ressurgiu pela porta onde Kautsky não a esperava, vestida com uma roupa nova por Lênin, em sua teoria do 'imperialismo'. Tendo entrado na ordem do dia de uma história transformada pelo conflito mundial, ela já não é a figura mais civilizada do Ocidente, mas sim a filha de uma Europa que se tornou selvagem, o produto de um massacre sem precedentes, surgido dos conflitos do capitalismo avançado. Longe de tê-lo feito nascer, como esperava Kautsky em 1909<sup>1</sup>, nos países democráticos de proletariado numeroso e organizado, o imperialismo transplantou sua chama para a Rússia, a nação mais atrasada da Europa; é por esse elo mais frágil do sistema imperialista que transita a revolução mundial, única saída para a barbárie sangrenta do capitalismo. Ora, Kautsky não acredita, em 1918, na revolução mundial, talvez porque há muito tempo venha avaliando a força da burguesia e do Exército na Alemanha; que dizer, então, da situação nos países vencedores, França e Inglaterra? Ele diagnosticou na aceitação da guerra pelos povos, em 1914, um recuo do movimento socialista, e não espera de seu curso a transformação de um fracasso num triunfo. Outubro de 1917, para ele como para os mencheviques, é apenas, no fundo, a coroação de 1905, ou o desenlace de Fevereiro: a explosão, por tanto tempo adiada, de uma revolução de tarefas democráticas num país despótico. Mas uma explosão cujo comando foi tomado pelo pequeno Partido Bolchevique, o mais radical da ex-Segunda Internacional, e ele pretende mudar o caráter dessa explosão. É nisso que Kautsky continua não podendo acreditar.

Escreve ele, em 1918 e 1919, dois longos ensaios dedicados à natureza da Revolução Russa: *La dictature du prolétariat* (*A ditadura do proletariado*), já em agosto de 1918, e *Terrorism et communisme* (*Terrorismo e comunismo*)<sup>2</sup>, no ano seguinte. Uma parte de seu esforço é consagrada, como sempre, a pôr Marx do seu lado: pois Kautsky, como Plekhanov, jamais dispensa o recurso aos textos fundadores. No caso, a parte da frase de Marx sobre a ditadura do proletariado, que se encontra na carta sobre a crítica do programa de Gotha<sup>3</sup>, é ambíguo o bastante para se prestar a interpretações contraditórias. Ele não vê ali mais do que uma definição muito

- 
1. Karl Kautsky, *Le chemin du pouvoir* (*O caminho do poder*), Giard et Brière, 1910.
  2. Karl Kautsky, *La dictature du prolétariat*, Viena, 1918 (trad. francesa 1922); reed.: UGE, "10/18", 1972; *Terrorism et communisme. Contributions à l'histoire des révolutions*, 1919; trad. francesa: J. Pololzky et Cie., 1921.
  3. Karl Marx, *Critique du programme de Gotha*, in *Oeuvres: Économie I*, Gallimard, la Pléiade, 1977. A citação encontra-se na p. 1429. "Entre a sociedade capitalista e a sociedade comunista, se situa o período de transformação revolucionária de uma na outra. A esse período corresponde também uma fase de transição política, em que o Estado não poderia ser outra coisa que não a ditadura revolucionária do proletariado."

ampla da hegemonia social do proletariado durante a fase intermediária que se estende do capitalismo ao socialismo e, de modo algum, a recomendação de um governo ditatorial baseado no monopólio político de um partido. Ora, essa é a realidade da Rússia de Lênin, por trás da máscara cada vez mais transparente do poder dos Sovietes: os bolcheviques dissolveram a Assembléia Constituinte, combateram e logo depois puseram na ilegalidade os mencheviques e os socialistas revolucionários, instauraram, já em meados de 1918, o reino do terror. Quanto mais se distanciam das grandes massas da população, mais tratam como inimigos os ex-aliados, quanto mais se isolam, mais propendem a uma ditadura terrorista: dialética infernal, que ameaça agravar-se com a inevitável oposição ao socialismo dos camponeses russos, uma vez seguros da propriedade privada de suas terras.

Em certo sentido, Kautsky reitera a crítica de sua velha adversária de esquerda Rosa Luxemburgo: como ela, nega aos bolcheviques o privilégio de representarem toda uma classe social. Ela, porém, pelo menos compartilha com Lênin a idéia de que uma revolução proletária está desenvolvendo-se na Rússia. Ele, não. Ele pensa, como os mencheviques, que não só Fevereiro de 1917, mas também Outubro não podem escapar à sua determinação histórica: a velha Rússia liquida o Antigo Regime. O que se passa ali não é a primeira revolução socialista e sim a última revolução burguesa. O curto-circuito pelo qual Lênin e Trótski, desde 1905, querem que a Rússia pule toda uma época histórica só pode levar ao despotismo de um partido sobre um povo; ele trará de volta à ordem do dia uma experiência de voluntarismo político absoluto cujo fracasso fatal já o jacobinismo francês ilustrara.

Neste sentido, a crítica de Kautsky se aparenta à análise do Terror de 1793 feita por Benjamin Constant, no final do século XVIII<sup>1</sup>. Sob o Diretório, o jovem escritor suíço propusera, do enigma do governo pela guilhotina no país mais civilizado da Europa, uma interpretação pelo anacronismo: ao passo que a Revolução Francesa tinha como sentido o advento do regime representativo e do indivíduo moderno, Robespierre e seus amigos acreditavam, pelo contrário, trabalhar pelo retorno à democracia direta à maneira antiga, baseada na virtude cívica. Daí sua obstinação em dobrar a História às suas vontades e a tragédia do terror. O Lênin de Kautsky, por sua vez, não olha para o passado; pelo contrário, está tão voltado para o futuro que nem vê o que está fazendo, pelas pressões objetivas que pesam sobre sua ação. Dá um salto, não mais para trás, mas para a frente, anacronismo em sentido inverso, de efeitos provavelmente piores, porque mais duradouros: a reconciliação imaginária com um passado perdido só pode

---

1. Benjamin Constant, *De la force du gouvernement actuel et de la nécessité de s'y rallier*, 1796; *Des effets de la Terreur*, 1797.

ser uma ilusão passageira, ao passo que a busca de um futuro escrito de antemão sustenta a certeza de uma convicção. O Terror jacobino e o Terror bolchevique estão inscritos no mesmo registro da vontade desorientada, mas o segundo apresenta riscos de mais longa duração, uma vez que está mais protegido contra os desmentidos da experiência, e de intensidade mais forte, porque está, por definição, submetido à tentação da ‘fuga para a frente’.

Esse tipo de interpretação supõe, da parte de Kautsky e de Constant, uma visão das etapas e do sentido da História, sem a qual o conceito de anacronismo não tem sustentação. É através disso, também, que ele dá azo a uma refutação lógica: se a História tem um sentido e obedece a uma necessidade, a idéia de uma revolução situada fora de seu movimento, e até contra ele, torna-se difícil de pensar. Ela será ainda mais problemática se considerarmos que o intérprete e o ator compartilham a mesma filosofia da História — é o caso de Kautsky e Lênin, ambos fervorosos marxistas. Só resta a um pensar que o outro está adiantado em relação à revolução que dirige, enquanto o outro censura seu crítico por estar atrasado em relação ao acontecimento que julga. Nunca os dois conceitos de ‘revolução burguesa’ e de ‘revolução proletária’, tão centrais na teoria marxista posterior a Marx, pareceram tão vagos e tão incertos quanto nessa polêmica entre Kautsky e Lênin, onde um acusa o outro de não saber do que está falando. Por sua implausibilidade e por seu caráter ambíguo, a Revolução de Outubro fez voar em pedaços as categorias canônicas da doutrina. Pois o que Kautsky quer exprimir, ao falar de revolução burguesa feita pelos bolcheviques, não é apenas a contradição entre o sentido objetivo da revolução e seu ator. Quer ele dizer também que Lênin não sabe mais do que Robespierre a História que faz; que reencontra, em meio ao mais frenético voluntarismo, a incerteza da ação histórica. A descoberta amarga do professor de marxismo da Segunda Internacional, que resolvera tão bem, na teoria, a passagem do capitalismo para o socialismo, é o fato de as revoluções surgirem onde podem e não onde devem acontecer, e que nem seu curso nem seu sentido estão determinados de antemão.

Neste sentido, Lênin tem razão, na resposta feroz que imediatamente escreve<sup>1</sup>, de acusar Kautsky de recuar como um pequeno-burguês “filisteu” — a injúria suprema entre marxistas — diante da situação revolucionária, cujo advento, porém, as resoluções da Segunda Internacional não se cansaram de prever e de preparar! Ele tomou o acontecimento tal como veio e redige a resposta nos primeiros dias de novembro de 1918, no momento em que estoura a revolta dos marinheiros e soldados alemães: eis aí, portanto, a revolução mundial em marcha... Enquanto

---

1. Lênin, *La révolution prolétarienne et le renégat Kautsky*, *op. cit.*, 1918 (trad. francesa: Bibliothèque Communiste, 1921); reed.: Moscou, Éditions Sociales, 1971.

Kautsky teorizou seus temores, ele dá uma doutrina à sua impaciência; o engraçado é que a mesma filosofia da ação política serve aos dois antagonistas. Lênin vaticina com base na democracia dos Sovietes, mil vezes mais democrática, segundo ele, do que a mais democrática das constituições burguesas, quando ela está, no final de 1918, já extinta. Kautsky faz questão de reivindicar ainda a idéia de revolução, mas para recusar aquela que se passa à sua frente como não conforme ao que devia ser. A contradição que está no coração do marxismo encarnou-se nos dois maiores marxistas da época, que representam as suas duas versões extremas: a do subjetivismo revolucionário e a das leis da História.

A longo prazo, Kautsky faz sobre a experiência soviética um julgamento menos absurdo, ou menos ilusório, do que Lênin; aliás, ele irá afinando os termos ao longo dos anos, sem nada retirar do diagnóstico inicial. Mas a curtíssimo prazo, manifesta uma cegueira quase total frente às paixões que agitam seus contemporâneos. Nada diz sobre a guerra; nem de sua irrupção, em que a Segunda Internacional soçobrou, nem de seu curso, que mudou tudo na situação do mundo. De um acontecimento que sacudiu a Europa, matou milhões de homens e deseraizou os outros, ele tem apenas uma visão abstrata, a mesma que, nos anos anteriores à guerra, o fazia considerá-la como se ela devesse provocar a greve geral dos proletários. Ele não sente, não conhece nem os sentimentos coletivos que levaram os povos a tomar as armas uns contra os outros, nem as paixões que voltaram as massas de soldados contra a guerra, em nome da revolução, nem essa interrogação que se ergue de toda parte sobre o sentido dessas mortes incontáveis. Ele faz com que compreendamos bem o impasse em que se encontra o socialismo europeu, a Segunda Internacional e a social-democracia alemã em particular, no fim da guerra. Guerra que eles aceitaram coletivamente em agosto de 1914, embora um tanto contra a vontade, em todo caso contra sua doutrina e contra suas promessas, e que não ousam nem reivindicar, como os nacionalistas, nem maldizer, como os bolcheviques. Assim, a social-democracia alemã é estrangeira aos dois discursos da nação e da contra-revolução, está suspensa num estado de ausência de gravidade política, condenada a servir a um ou a outro de seus adversários. Nada tem a dizer aos sobreviventes da guerra. Seus chefes são incapazes de se dirigir à nação para lhe falar do que ela acaba de viver, quando ela tanto sofreu e tudo perdeu.

Que lhes resta? Um marxismo que faz parte de sua identidade histórica e é, com freqüência e em si mesmo, de boa qualidade, mas que é desvalorizado pela falência de agosto de 1914. Ao lado desse astro morto, surgiu a estrela nova do leninismo, marxismo que renasce das cinzas, ostentando sua vitória na história 'real'. Com isso, esse marxismo vencido, a recuar mais ou menos em toda parte diante do marxismo vencedor, constitui para o socialismo europeu mais um obstáculo do que uma vantagem. O que ele conserva de comum com seu vencedor o expõe à

chantagem da unidade operária e lhe torna mais difícil do que aos partidos 'burgueses' a participação em coalizões democráticas de governo. O marxismo social-democrata não teria sobrevivido por tanto tempo, no século XX, a seu desmoronamento de agosto de 1914 se não tivesse continuamente tido de se proclamar, frente ao desafio bolchevique, fiel às suas origens.

Tomarei meu terceiro exemplo à França, num debate de natureza diferente: aquele que acompanha a adesão do grosso dos militantes socialistas à Revolução de Outubro e às suas 'condições'. O socialismo francês nunca teve um teórico marxista cuja autoridade houvesse sido, mesmo de longe, comparável à de Kautsky na Segunda Internacional. Ele é mais heterogêneo, doutrinal e socialmente, do que seu equivalente alemão — menos operário, menos marxista, mais pequeno-burguês, mais misturado de republicanismo jacobino. Dentro dele, a batalha de idéias e de poder entre Guesde e Jaurès nunca foi realmente decidida antes de 1914. Ao seu lado, existe uma corrente operária autônoma, o sindicalismo revolucionário, matizado de anarquismo, orgulhoso de sua autonomia: foi ali que nasceram, em 1915, as primeiras oposições à guerra, ou pelo menos as mais ousadas, depois que o Partido Socialista optou maciçamente pela União Sagrada, em agosto de 1914. A essa opção fundamental, ele permanecerá fiel até 1917, quando a crise social e militar daquele ano faz com que a maioria passe para posições wilsonianas, em oposição ao radicalismo nacionalista de Clemenceau. Mas mesmo então, o socialismo francês considera sem prazer particular os acontecimentos russos, já que eles ameaçam enfraquecer os exércitos aliados: o que acontece em Brest-Litovsk.

Nada de tudo isso faz do movimento socialista francês um filho querido dos homens de Outubro de 1917. Além do mais, a França é a grande potência vitoriosa no continente europeu, que se tornou, para eles, o principal guardião dos interesses imperialistas. Seu proletariado é protegido pela vitória até mesmo contra as seduções do derrotismo revolucionário, que acabaram conquistando — *in extremis*, é verdade — o proletariado alemão; ele está, mais do que nunca, como os operários ingleses, corrompido pelo imperialismo. Os políticos que pretendem defender seus interesses permanecem acorrentados às delícias do parlamentarismo burguês. Assim, os bolcheviques têm sua resposta simples para a debilidade do combate socialista francês contra a guerra: consiste em acusar o conjunto do movimento. O que confere interesse ao debate político entre russos e franceses acerca dos princípios da Terceira Internacional, fundada em Moscou em 1919, é justamente a distância extrema de suas posições de partida.

Ao final da guerra, Lênin só pode contar, no movimento socialista francês, com indivíduos e núcleos de militantes vindos essencialmente do sindicalismo revolucionário. Pode dispor de uma simpatia mais ampla na Confederação Geral

do Trabalho (CGT), mas essa simpatia esmorece quando fica claro o papel subordinado reservado aos sindicatos nas concepções bolcheviques. Ora, um pouco mais de dois anos depois, o Congresso de Tours dá uma ampla maioria aos partidários da adesão à Terceira Internacional e às 'condições' impostas por ela<sup>1</sup>, que estão no avesso de todas as tradições do socialismo francês. Sejam quais forem os pensamentos e as segundas intenções que cercam esse voto, ele permanece, com razão, como o símbolo do prestígio da revolução leninista até mesmo no partido que parecia menos apto a aderir a ela.

Não vou entrar nas intrigas dessa história complexa, onde aparecem múltiplos intermediários entre Moscou e Paris. Elas foram minuciosamente descritas e analisadas por Annie Kriegel<sup>2</sup>. O que me interessa aqui é ao mesmo tempo mais limitado e mais vasto: compreender o movimento de opinião que empurrou os militantes franceses para as teses de Moscou.

Encontramos aí o sentimento, tão difundido por toda a esquerda européia da época, do fim iminente do capitalismo, condenado a morrer sob as ruínas de uma guerra provocada por suas contradições. Em seu prefácio a um livro de Boris Souvarine publicado no final de 1919, o capitão Jacques Sadoul<sup>3</sup>, que permaneceu em Moscou para pregar a boa causa a seus compatriotas franceses, dá, assim, o tom aos partidários da Terceira Internacional: "... A sociedade capitalista está definitivamente condenada. A guerra e suas conseqüências, a impossibilidade de resolver com os atuais recursos os novos problemas abriram o caminho para a marcha vitoriosa da Terceira Internacional<sup>4</sup>..." Segue-se uma referência aos 'grandes antepassados' revolucionários dos franceses, de que basta reacender a chama. Referência que encontramos mais ou menos em toda parte nessa literatura militante, e à qual o velho Sorel deu sua bênção um pouco antes, acrescentando à quarta edição de suas famosas *Reflexões sobre a violência* (setembro de 1919), ele que não era um admirador incondicional da Revolução Francesa, um elogio de Lênin onde podemos ler em nota: "Os políticos que afirmam com Clemenceau que a Revolução Francesa forma um bloco estão pouco autorizados a se mostrar severos contra os bolcheviques; o Bloco, admirado por Clemenceau, matou pelo menos dez vezes mais gente do que os bolcheviques denunciados pelos amigos de Clemenceau como bárbaros abomináveis<sup>5</sup>".

1. Boris Souvarine explica, em seu pequeno livro *Autour du Congrès de Tours*, Paris, Champ Libre, 1981, que elas foram adaptadas e modificadas para levar em conta a situação francesa.
2. Annie Kriegel, *Aux Origines du Communisme Français*, 2 vols., Paris-Haia, Mouton et Cie., 1964.
3. Jacques Sadoul, prefácio a Boris Souvarine, *La Troisième Internationale*, Éditions Clarté, 1919.
4. Jean-Louis Panné, *Boris Souvarine, le premier désenchanté du communisme*, Robert Laffont, 1993, p. 136.
5. Georges Sorel, *Réflexions sur la violence (Reflexões sobre a violência)*, prefácio de Jacques Julliard, Le Seuil, 1990, apêndice III, "Pour Lénine", p. 296.

Portanto, é um Lênin-Robespierre que já encontramos nos textos de Mathiez; mas o Lênin de Sorel e de Souvarine consagra-se a uma tarefa mais universal do que Robespierre, uma vez que se trata de abolir o capitalismo e a burguesia. Além disso, a guerra de intervenção das potências aliadas dá à sua ação um redobro de necessidade, já que, nascida para parar a guerra, a Revolução de Outubro se vê uma segunda vez na necessidade de vencê-la. Lênin se encontra, assim, na encruzilhada da revolução e da paz, oferecendo ao socialismo francês a oportunidade de uma redenção relativa a agosto de 1914: a guerra contra a guerra está novamente na ordem do dia em 1919, em condições políticas menos difíceis.

O que está em causa, no fundo, mesmo na França vencedora dos alemães, é o que sacode todos os povos da Europa: a questão do sentido da guerra de 1914. O que incomoda os militantes socialistas, mesmo franceses, é a legitimidade da União Sagrada. A França venceu a Alemanha? Sem dúvida, mas Outubro de 1917 fez reaparecer, por trás da ordem das nações, a luta de classes e as revoluções. Como poderia a esquerda socialista francesa ignorar isso, quando é a direita que capitaliza, no imediato pós-guerra, os lucros políticos da vitória de 11 de novembro? O núcleo do debate sobre as condições de adesão à Terceira Internacional é menos a natureza do regime instaurado na Rússia do que o julgamento do Partido Socialista sobre o seu passado, no processo movido contra ele por Lênin. A força do bolchevismo não vem do que ele é, mas do fato de que, tendo vencido, mostra às imaginações o que poderia ter sido uma história do socialismo europeu fiel, em 1914, às suas resoluções. Ele encarna uma outra história da guerra, que não ocorreu, comparada ao que aconteceu: um cataclismo, mesmo para os povos vencedores. Os homens de Outubro, esses revolucionários conspiradores, sob suspeita de serem blanquistas, podem argumentar com o sucesso e o respeito aos compromissos assumidos. Simbolizam, depois do fato consumado, as virtudes e as missões traídas em agosto de 1914.

Por essa mesma razão, as delegações enviadas à Rússia, em 1920, pela esquerda socialista francesa, e que deviam recolher dados para esclarecimento, correspondem mais a sinais de obrigação de fidelidade do que a uma vontade de saber<sup>1</sup>.

---

1. Em maio de 1920, a comissão administrativa da Seção Francesa da Internacional Operária (SFIO) designa como delegados para irem a Moscou Jean Longuet e Marcel Cachin, ambos Reconstructores (da Segunda Internacional). Longuet é substituído por Louis Frossard. Este último e Cachin partem no dia 31 de maio e chegam a Petrogrado a 10 de junho. Marcel Cachin já estivera na Rússia em abril de 1917 como enviado da comissão das Relações Exteriores da Câmara, com o aval do governo.

No início de abril de 1920, Alfred Rosmer, membro do Comitê da Terceira Internacional, vai à Itália, a Viena e depois a Berlim, de onde parte para a Rússia. No início de julho, Raymond Lefebvre (outro membro do Comitê da Terceira) e os sindicalistas libertários Marcel Vergeat e Jules Lepetit chegam à Rússia no final de julho. Durante a volta, no início de outubro, os três desaparecem no mar.

A principal, a de Cachin e Frossard, tem sobretudo como objetivo selar em Moscou, diante da Internacional, o acordo a que chegaram a esquerda e o centro do partido, o Comitê pela Terceira Internacional e a maioria dos Reconstructores. Assim, o que está em jogo na discussão acerca das '21 condições' é mais amplo do que o julgamento a respeito da Rússia de Lênin: é a adoção ou a rejeição dos princípios bolcheviques na estratégia e na organização do movimento operário internacional. A adesão dos velhos políticos — que já são Cachin e Frossard — às posições de Souvarine não se explica pela viagem daqueles e sim a viagem pela adesão deles. Eles sabem pouco mais do que os militantes sobre as realidades da nova Rússia. Mas entenderam, pelo entusiasmo revolucionário dos militantes, que essa nova Rússia encarna ao mesmo tempo seus remorsos e suas esperanças reencontradas.

É essa associação mental que Léon Blum procura romper em seu famoso discurso de Tours. Seu esforço consiste em dissociar a Rússia bolchevique, experiência revolucionária particular, e a pretensão por ela ostentada de um valor universal. Sobre o primeiro ponto, ele reencontra um tipo de argumentação menchevique, ou ainda kautskysta: ocorrendo na Rússia dos czares, a revolução recebeu do mundo que ela sacudia uma parte de seus traços. Na falta de um forte desenvolvimento capitalista prévio e de uma verdadeira sociedade burguesa, a tomada do poder em nome do proletariado assumiu o caráter de um *putsch* realizado por um minúsculo partido, militarmente organizado, de revolucionários profissionais. Daí os riscos de que uma ditadura do proletariado instaurada dessa maneira seja a máscara da ditadura pura e simples, exercida sobre um povo imenso por uma minoria sem mandato. A essa experiência, cujos riscos condena, sem condenar a sua oportunidade, Léon Blum não opõe uma perspectiva 'democrático-burguesa', legalista, eleitoralista ou reformista. Pelo contrário. Quer livrar a tradição socialista, que defende contra Lênin, da suspeita de abandonar o projeto revolucionário em favor de um revisionismo da reforma. Sabe que deve defender ainda mais a revolução, já que critica aquela que acaba de tomar o poder em Moscou. A revolução? A palavra, quase sagrada, significa ao mesmo tempo os meios e um fim, a tomada violenta do Estado pela insurreição e a instauração de um poder 'operário', liquidando a dominação burguesa. Duas convicções, dois pilares da tradição socialista que Blum saúda quando se declara mais do que nunca partidário da "ditadura do proletariado", outra fórmula central das decisões da Segunda Internacional. Essa fórmula é também utilizada pelos bolcheviques, que dela se servem, como vimos na resposta de Lênin a Kautsky, para sublinhar o seu primeiro termo, contra os nostálgicos do pluralismo político burguês. Léon Blum utiliza-a numa outra acepção, mais jauresiana: a "ditadura do proletariado" é, para ele, uma maneira de dizer que, coroando um longo desenvolvimento social e educativo, a revolução proletária leva ao poder todo um povo esclarecido, que já



quase não tem adversários a liquidar. Com isso, o líder francês, como Jaurès antes dele, quer restituir à fórmula consagrada uma dignidade e quase uma moralidade comprometidas pela aventura de Lênin, que fez da oportunidade uma doutrina.

Contudo, a fraqueza de sua posição vem do fato de que sua reconsideração da revolução proletária — e, portanto, da tradição — nada tem a dizer sobre a ruptura da tradição ocorrida em agosto de 1914; nada tem a dizer sobre a guerra, cuja lembrança domina os espíritos. A força dos partidários da Terceira Internacional está na idéia de que a Segunda traiu, em 1914, a sua missão e seus compromissos; está na experiência das trincheiras e da servidão militar, cujo encanto os bolcheviques souberam quebrar. Diante disso, qual o peso dessa discussão sobre dogmas, camuflada numa ambigüidade semântica? Se a grande maioria dos militantes se decide, em Tours, a favor das teses comunistas, sem, aliás, avaliar bem o alcance delas, é porque foi atingida pelo enorme abalo de toda a vida pública provocado pelos anos de guerra. É o jeito deles de dizerem: “Isso, nunca mais!”

Mas não se deve subestimar o brilho simbólico duradouro que podem ter, no movimento operário, os debates de dogma, inseparáveis das interpretações do marxismo. Aquele debate é um dos que melhor faz entender como o bolchevismo, tirando, na época, o essencial de seu prestígio europeu de uma experiência e de uma conjuntura excepcionais, encontra também o seu enraizamento na repetição de um vocabulário e de uma tradição. Pois o que se inicia com a ortodoxia meticulosa de Léon Blum é uma longa batalha defensiva ao redor de um patrimônio comum. Os socialistas que se recusam a se dobrar às condições de adesão à Terceira Internacional tomaram o cuidado de não deixarem prescrever seus direitos ao tesouro dividido do marxismo: precaução indispensável para não deixar todo o espaço da tradição aos bolcheviques e a seus êmulos mais ou menos em toda parte.

Mas, para conjurarem a acusação de traição, os socialistas apegam-se ainda mais à idéia revolucionária. Se rejeitam a Revolução Bolchevique como um desvio, é para apressarem a derrubada do capitalismo, que ela, porém, realizou. Assim, a fidelidade que eles conservam ao marxismo, por convicção ou por necessidade, torna-os vulneráveis à escalada comunista. É verdade que essa é a situação normal de toda esquerda frente a toda extrema esquerda. Mas no caso deles, além disso, a manutenção intransigente da referência marxista implica dois inconvenientes. Limita o entendimento que têm de um regime difícil de pensar nas categorias de Marx, como o regime soviético. E a auto-afirmação revolucionária isola-os dos partidos do centro, sem oferecer muito espaço à esquerda, onde se instalaram os comunistas. Mesmo ali onde resistiram ao encantamento do bolchevismo, os partidos socialistas pagaram caro por isso em termos de autonomia política ou de liberdade estratégica, condenados a uma atitude estreitamente defensiva ou à aliança inconfessável com os partidos burgueses. Não

raro já seus militantes mais jovens e mais ativos têm um complexo de inferioridade em relação aos ‘irmãos inimigos’: sabem dos perigos que o comunismo comporta para a liberdade, mas admiram também as capacidades de organização e o espírito de sacrifício que ele mobiliza entre seus partidários.

Assim, a Revolução Bolchevique de Outubro de 1917 adquiriu rapidamente, nos anos do imediato pós-guerra, o estatuto de um acontecimento universal. Inscreve-se na descendência da Revolução Francesa, como algo da mesma ordem, inaugurando uma época da história da humanidade. Apesar do caráter inverossímil de seu lugar de nascimento, ela satisfaz a uma expectativa inseparável, desde a Revolução Francesa, da cultura política européia: o advento de uma sociedade soberana sobre ela mesma, pela igualdade enfim conquistada de seus associados. Esta expectativa, alimentada pela escatologia socialista ao longo de todo o século XIX, descobriu uma força renovada na desgraça dos povos durante a Primeira Guerra Mundial. O privilégio de universalidade do bolchevismo provém, ao mesmo tempo, da tradição revolucionária da Europa e da excepcional situação de 1918-1920.

Seria interminável resenhar as declarações que celebram a revolução soviética em seu berço. O século XX inaugura-se sob essa grande luz, onde muitos contemporâneos saúdam uma ruptura decisiva e benéfica com o capitalismo e com a guerra, dando com isso seu assentimento menos a uma experiência real do que ao que dizem sobre si mesmos os heróis de Outubro. Relendo todos esses textos, o leitor de hoje pode ficar estupefato diante de tantos juízos peremptórios proferidos sem uma real informação. Contudo, a explicação é simplíssima. A Rússia de Lênin é um símbolo. Ela canaliza mais ainda paixões do que idéias. Ela representa a história universal. Os esforços dos teóricos social-democratas para lhe contestarem esse privilégio têm apenas uma repercussão pequena. Obtêm resultados conservatórios; mas, entre seu marxismo e o dos vencedores de Outubro, é o segundo que fala à imaginação dos homens da época.

Contudo, já naquela época, a Revolução Russa não é só um símbolo; é também uma história. Podemos até dizer que, em certo sentido — apenas em certo sentido, evidentemente —, essa história se encerra com o inverno de 1920-1921. A guerra de intervenção acabou, a contra-ofensiva bolchevique fracassou diante de Varsóvia, em agosto de 1920, o comunismo de guerra arruinou a economia e provocou a fome; o partido é onipotente, mas está isolado, reinando já pelo terror e pela polícia. Em março de 1921, a insurreição dos marinheiros de Kronstadt,

que reivindicam, como os bolcheviques, a revolução (“todo o poder para os Sovietes, e não para os partidos”) é afogada no sangue. Ainda em março de 1921, Lênin põe fim ao comunismo de guerra e instaura a NEP, obrigado a devolver um pouco de ar a uma produção asfíxiada pelo controle e pelas requisições. Assim, a Revolução Russa entra num ‘Termidor’ econômico, no mesmo momento em que oficializa e fortalece o aparelho ditatorial — seu instrumento de dominação sobre o país. O terror não tem mais a guerra, civil ou estrangeira, como álibi; ele se transforma no próprio regime em seu funcionamento cotidiano. No X Congresso, sempre em março de 1921, Lênin estabelece a ‘Oposição Operária’, que protesta contra a identificação da classe operária com o partido, ao mesmo tempo que ocasiona a votação da proibição das frações no interior do partido<sup>1</sup>. Realizam-se as piores predições de Rosa Luxemburgo. A Revolução de Outubro acabou, pois o povo trabalhador e camponês “voltou para casa”, submetido doravante ao poder absoluto de uma oligarquia. Mas, sob outros aspectos, ela ainda não acabou, se é verdade que essa oligarquia se proclama guardiã do espírito de Outubro e não tem outra definição além de sua fidelidade à ideologia, onde vê o segredo de sua vitória.

Dessa evolução, os intelectuais do Ocidente teriam podido conhecer as linhas essenciais, apesar do mistério de que já está cercada a política do recentíssimo Komintern. A prova é que alguns deles fizeram esse esforço de observação, como Bertrand Russell, que publica no final de 1920 um dos melhores livros sobre o bolchevismo<sup>3</sup>. O lógico de Cambridge, uma das cabeças ilustres da Europa, também se interessa pelas questões sociais. Ele pertence, independentemente, à grande família do socialismo inglês, estrangeira ao marxismo, filosoficamente eclética, dada ao exercício da razão prática. Ficou horrorizado com a guerra, foi até preso por tê-lo dito, e teme seu legado de ‘desencanto e desespero’, que ameaça levar ao que ele chama de uma nova religião, cuja encarnação julga ser o bolchevismo. É por isso que ele decide ir ver. Faz, pois, uma pequena viagem na Rússia, entre 11 de maio e 16 de junho de 1920, ao mesmo tempo que uma delegação do Labour inglês, mas separado dela. Visita Leningrado, Moscou, um pouco do campo na

1. Michel Heller e Aleksandr Nekrich, *L'utopie au pouvoir. L'histoire de l'URSS de 1917 à nos jours*, Calmann-Lévy, 1982, p. 109. Vide também, sobre os primeiros anos da Revolução Russa em geral: Richard Pipes, *The Russian Revolution*, Nova York, Alfred A. Knopf, 1990. Trad. francesa: *La Révolution Russe*, PUF, 1993.
2. Tomo emprestada a expressão de Michelet, no momento em que descreve o estado de espírito dos franceses em 1792. Cf. Jules Michelet, *Histoire de la Révolution Française (História da Revolução Francesa : da queda da Bastilha)*, Robert Laffont, Bouquins, 1989, t. II, livro IX, cap. I, p. 127.
3. Bertrand Russell, *The practice and theory of bolchevism*, Londres, G. Allen & Unwin, 1921. Trad. francesa: *Théorie et pratique du bolchevisme*, Paris, La Sirène, 1921; reed.: Le Mercure de France, 1969.

bacia do Volga. Discute com Kamenev, é recebido por Lênin durante uma hora, vê também o que resta da esquerda, os mencheviques, os socialistas revolucionários. Em suma, uma verdadeira viagem de estudos, feita por um bom observador: exatamente o contrário da visita Cachin — Frossard a Moscou, na mesma época, dedicada inteiramente ao remorso e à adesão.

Os dias do capitalismo estão contados, Russell não duvida disso nem por um minuto. Mas, sobre o que viu na Rússia, volta de Moscou com a convicção de que a via bolchevique para uma nova ordem social não é a certa. Na situação que observou, leva em conta as circunstâncias particulares da Revolução Russa: o peso do passado e do atraso em relação ao Ocidente e, ao mesmo tempo, a guerra de intervenção empreendida pelos Aliados. Mas, feito esse desconto, não vê muita coisa boa no que a experiência revolucionária russa comporta de novo. Na área econômica, o circuito cidades — campo está quase destruído, o abastecimento urbano é difícil, os camponeses estão infelizes e hostis, os operários são passivos. Não há nada de mais sinistro do que a descrição feita por Russell do dia-a-dia na Rússia daqueles anos. No plano político, o veredito é ainda mais severo. O viajante inglês não se deixou enganar sequer um instante pelo mito 'soviético' de uma democracia direta dos trabalhadores. Viu a ditadura do partido por trás da bandeira dos Soviéticos; ao se retirar, a revolução popular só deixou de pé a onipotência de um aparelho. Russell avalia seu isolamento e sua impopularidade, menos de um ano antes de Kronstadt. Observa que o bolchevismo é mais aclamado no estrangeiro do que em seu próprio país. É um regime detestado como uma tirania na Rússia, esperado como uma libertação fora da Rússia. Um fracasso como realidade, duplicado por um sucesso como crença.

O tom do pequeno livro não é polêmico, mas antes factual. Trata-se de uma constatação que reúne relatos e realidades vividas, cheio de senso do concreto e desse bom senso superior que são um dos encantos dos intelectuais ingleses. O autor nem sequer se tornou, depois disso, um adversário aguerrido do bolchevismo, sempre seguro de que o movimento da História leva ao fim do capitalismo. O que ele mais combate no bolchevismo é sua pretensão à universalidade, seu caráter messiânico, que ameaça conduzir o mundo europeu do trabalho a um impasse; esses primitivos do socialismo nada têm a ensinar ao Ocidente. Só trazem uma substância ilusória, uma falsa religião às esperanças dos homens desorientados do pós-guerra. Já que não é marxista — o que explica na segunda parte do livro — Russell não tem, como Kautsky ou Blum, de defender uma outra versão da ditadura do proletariado e de abrir para o século um horizonte revolucionário de outro tipo. A experiência histórica providenciará isso. A tarefa, no momento, é, por um lado, fazer a análise do fracasso russo, para evitá-lo às outras nações; por outro, combater a propensão a um messianismo bolchevique que revela o espírito do tempo.

Russell — que resistirá pior, no fim da vida, às seduções da frente comum com os comunistas<sup>1</sup> — não teve dificuldade, ao final da Primeira Guerra, em romper o encanto do bolchevismo. Sobre o que era a Rússia soviética, ele esteve curioso, ao mesmo tempo como socialista e como pacifista. Foi até lá, julgou com base em provas, ou seja, através da observação, como um homem de ciência. Não há drama da paixão em seu testemunho. Nisso, ele não é típico.

Pois uma história muito mais freqüente, e de tipo diferente, começa então, entre os progressistas e a Rússia soviética: a história da crença e do desencanto. Em seu nascimento, a Revolução Russa reuniu ao seu redor um sem-número de admiradores e de fiéis. Será ela capaz, ao longo dos anos, de corresponder a essas expectativas? De conservar esse fervor? Como sobreviverá a fé de seus partidários ao seu desenrolar?

---

1. Ele o explica assim em sua autobiografia — *The autobiography of Bertrand Russell, 1944-1969*, Nova York, Simon and Schuster, p. 10: “Nessa época [1948], eu era *persona grata* junto ao governo inglês, porque, embora adversário de uma guerra nuclear, era também anticomunista. Mais tarde, fui levado a ser mais favorável ao comunismo, na época da morte de Stálin, em 1953, e do teste atômico em Bikini, em 1954; e vim a atribuir cada vez mais o risco de uma guerra nuclear ao Oeste, aos Estados Unidos da América, e menos à Rússia. Essa evolução foi favorecida por acontecimentos internos à política americana, como o macarthismo e os atentados contra a liberdade dos cidadãos”.

## IV

### Os Crentes e os Desencantados

A Revolução Francesa também deixou um longo rastro de admiradores. Teve seus partidários e seus imitadores em toda a Europa, e até fora dela. Mas, embora os dois eventos estejam envolvidos na magia revolucionária da construção de um mundo novo, o entusiasmo que provocaram não apresenta as mesmas características.

Muito diferente é a situação histórica dos dois países envolvidos. A França do século XVIII é o país mais 'civilizado' da Europa, cuja língua os espíritos cultos falam e para o qual estão acostumados a se voltar: a Revolução de 1789 amplifica esse hábito, não o rompe nem o cria. A Rússia de 1917 permanece, apesar dos rápidos progressos realizados desde o início do século, uma nação recém-entrada na via daquilo que o pensamento europeu chamou de "civilização". Mesmo o Antigo Regime, em sua história, é recente, se é verdade que só tem início com a emancipação dos servos pelo czar Alexandre II, em 1864<sup>1</sup>. Ora, a Revolução de Outubro ostenta a pretensão de se oferecer como exemplo para a humanidade, e em primeiro lugar para a Europa. Pretensão que, tomada em si mesma, não é nova na história russa, mas numa acepção completamente diferente: a do messianismo eslavófilo. O que ela comporta, pelo contrário, de novo sob sua forma leninista é também o que tem de paradoxal: a idéia de que a velha Rússia, mal saída do czarismo, inventa um regime social e político que pode e deve servir de exemplo para a Europa e para o mundo e, ao mesmo tempo, se situa em continuidade com a his-

---

1. Alain Besançon, "La Russie et la Révolution Française" in *The French Revolution and the Creation of Modern Political Culture*, vol. 3 (org. François Furet e Mona Ozouf), Oxford, Pergamon Press, 1989, pp. 575-584.

tória do Ocidente. Depois de ter encarado durante tanto tempo a Rússia camponesa e despótica com comiseração, os trabalhadores da Alemanha e do Ocidente agora fazem manifestações aos gritos de “Os Sovietes em toda parte!” Essa brusca inversão apaga a Rússia dos czares e dá à de Lênin seus galões de universalidade à francesa; mas ela permanece inverossímil e, por exemplo, os chefes social-democratas recusam-se a dar a ela seu assentimento. Ela jamais terá a espécie de evidência Histórica de que gozou, em sentido inverso, o exemplo francês, de oeste para leste, no século XIX. Na falta de generalização dos Sovietes, embora a Rússia continue sendo a única depositária da marca, o modelo nada tem da universalidade múltipla da herança democrática francesa. Quando vier a hora do ‘socialismo num só país’, ele correrá o risco de reencontrar uma parte da estranheza russa na Europa, privando de substância histórica concreta o universalismo cujo benefício exige mais do que nunca, por compensação, conservar, em proveito próprio.

Pois a Revolução Francesa, quando estendia, no século XIX, seus efeitos à Europa e ao mundo, constituía um acontecimento do passado, com um começo e um fim. A particularidade da Revolução Russa, no século XX, é que ela só tem um começo e não cessa de acontecer. Sem dúvida, eu serei o último a pretender que, da Revolução Francesa, a palavra ‘fim’ seja fácil de traçar, já que o próprio conceito de revolução, nascido com ela, não permite dar a ela um sentido claro: ambigüidade que domina a política interior francesa até a Terceira República, pelo menos<sup>1</sup>. Mas, enfim, vistos da Europa ou de ainda mais longe, os acontecimentos que tiveram início em 1789 se encerram, em todo caso, com a queda de Napoleão, quando os reis vencedores e os príncipes que estão de volta refazem uma ordem política e social pós e anti-revolucionária. A partir daí, a Revolução Francesa terminou como acontecimento. O que dela subsiste é de uma ordem diferente: é o que chamamos à época de suas “idéias”, que constituem um patrimônio intelectual e político livremente utilizável por qualquer povo. Patrimônio aparentemente uno, se o opusermos ao mundo do Antigo Regime. Na realidade, muito diverso, se considerarmos a multiplicidade de seus legados: a autonomia dos indivíduos, a igualdade perante a lei, o governo representativo, o direito das nações, a ditadura democrática, o socialismo.

Todas essas heranças têm seus partidários e seus exegetas. Algumas são compatíveis entre si; outras, não. Nenhuma está ligada à magia de um nome, nem sequer o bonapartismo, já que só existe como tal, e isso por razões óbvias, na França: a Revolução Francesa escapou à vontade dos homens que sucessivamente pretenderam dirigi-la. Acontecimento de formidável potência unitária e de

---

1. Vide François Furet, *La Révolution (1770-1780)*, Hachette, 1988.

extraordinária riqueza em contradições, ela permanece assim depois de ter terminado seu curso, tesouro de idéias irreduzível à apropriação exclusiva por parte de um homem ou de um partido, filão constantemente aberto à curiosidade dos modernos, em tom otimista ou inquieto. Ela encheu o século seguinte com suas questões e com suas conquistas.

Completamente diferentes são o caráter e o destino da Revolução de Outubro de 1917. Os que tomam o poder em nome do comunismo o conservam em nome do comunismo e o transmitem em nome do comunismo. Mirabeau ou Robespierre não sabem, em 1787, que vão fazer a revolução. Lênin, por seu lado, sempre o soube, possuído por uma única idéia, que acredita ser científica, e ao redor da qual construiu um partido. Com ele, em outubro de 1917, ao mesmo tempo a ciência da História e o partido se apropriam de um poder sem herdeiros. Outubro não é, como junho-agosto de 1789 na França, a explosão libertária de uma sociedade e sim o confisco do poder de Estado por parte de um partido que não faz mistério disso, já que logo em seguida dissolve a Assembléia Constituinte.

Escrevi mais acima que a Revolução Russa acabou no inverno de 1920-1921, com o fim da guerra de intervenção, a revolta de Kronstadt, o X Congresso e a NEP. O que considero verdade, se entendermos por 'revolução' o período de fundação mais ou menos heróico de um regime, com o emprego de idéias radicais, como o 'comunismo de guerra', um recrutamento mais ou menos consentido dos trabalhadores e um apelo à subversão internacional. Nesse sentido, com o X Congresso e a NEP, a prosa realmente sucede à poesia! Mas, sob um outro aspecto, a revolução soviética prossegue, pois Lênin só realiza um recuo tático, sem modificar o objetivo final nem a ditadura do partido. Nessa aparente concessão aos seus adversários, ele é mais fiel do que nunca ao monopólio político do partido, agravado naquele mesmo ano pela proibição das tendências no interior do dito partido. O sistema instaurado em 1917-1918 não dá lugar à experiência do povo, e menos ainda à escolha feita por este. É um regime sem sanção, cujas políticas empregadas podem mudar, mas com a condição de sempre serem decididas e conduzidas pelo mesmo partido, pelos mesmos homens. Assim se perpetua a Revolução de Outubro, já que o poder permanece nas mãos dos que a fizeram.

Com isso, também aparece a mentira de que o terror revolucionário é apenas uma resposta forçada à violência contra-revolucionária: tal mentira já serviu tanto aos defensores quanto aos fãs da guilhotina francesa. Em 1921, a intervenção estrangeira está terminada, os velhos adversários dos bolcheviques foram para o estrangeiro, a revolta de Kronstadt foi sufocada pelo sangue, a liberdade de produzir e de vender é devolvida aos camponeses. Aparentemente, é no momento em que a ditadura do medo se tornou menos necessária que ela é reafirmada com mais força, no X Congresso do Partido, em 1921.



Os homens da Revolução Francesa não haviam cessado de ter as maiores dificuldades do mundo para domesticarem a idéia de representação política, uma das mais difíceis da democracia moderna. Tinham até flertado durante algum tempo com uma concepção essencialista dessa representação, composta de uma pirâmide de identidades: o povo, a Convenção, o Comitê de Salvação Pública, o Incorrupível. Mas mesmo essa concepção nunca foi objeto de uma verdadeira doutrina. Em todo caso, ela desapareceu no 9 de Termidor, que trouxe de volta a idéia democrática de uma transmissão periódica, e portanto incerta, do poder. Inversamente, os bolcheviques, quando evocam Termidor a respeito da NEP, têm em mente apenas a mudança de política econômica. Cativos de sua própria filosofia da História, raciocinam como se só a economia contasse. Seu interesse confirma sua doutrina. Estão no poder e ali permanecem. Com isso, somam um capítulo inédito à teoria dos regimes revolucionários.

Com efeito, eles se consideram os únicos depositários da sorte e do sentido da Revolução de Outubro, através do partido que os reúne, sob a autoridade de Lênin. O que dá legitimidade a esse partido não é a eleição pelo povo e sim o conhecimento das leis da História, constantemente enriquecido por sua 'práxis': daí o seu caráter único, incomparável, e a justificação de seu monopólio. Daí, também, o encadeamento de tautologias que substitui as incertezas da representação política de estilo democrático 'burguês': a classe operária é a emancipadora do povo, o Partido Comunista está no comando da classe operária, Lênin está no comando do partido. A idéia de ciência da História fundamenta ao mesmo tempo o caráter irreversível da Revolução de Outubro e a necessidade de uma oligarquia política guardiã da dita revolução. Lênin realmente enxerga um pouco, em seu último ano de vida<sup>1</sup>, os riscos de tirania burocrática inseparáveis dessa concepção do poder. Mas foi ele quem elaborou a sua teoria e guiou a sua aplicação, e é tarde demais para se preocupar com o uso que dela farão seus sucessores. Sua famosa 'democracia proletária', tão celebrada contra Kautsky, não é mais, na hora em que os Sovietes se calam, do que o poder absoluto de um partido isolado em meio a um povo extenuado de provas.

Mas, por seu intermédio, a revolução continua, mesmo e sobretudo se seu espírito desapareceu nas massas populares. Ela prossegue, pois, dentro da Rússia, como uma ideologia de Estado, indispensável à manutenção da legitimidade do partido: é preciso realizar o 'recoo estratégico' da NEP, mas para, um dia, alcançar melhor o objetivo final do comunismo, cujo caminho só os bolcheviques podem dominar. Assim progride a idéia de ortodoxia, tanto mais indispensável quanto mais a política seguida se afasta dela. Mesmo dentro do partido, acabaram-se os

---

1. Moshe Lewin, *Le dernier combat de Lénine*, Éditions de Minuit, 1967.

tempos dos debates e dos desacordos declarados: o papel de guardião da revolução é incompatível com as frações e as facções, já que o sentido da revolução não resistiria a isso. Da idéia de uma ciência marxista da História — confirmada por sua vitória de 1917 —, os bolcheviques passam, quando chega a hora do refluxo, à necessidade de um dogma unanimemente aceito: essa é a única maneira de continuar a segurar com mão de ferro o que não podem separar, sua interpretação do passado e sua ditadura sobre o presente.

O exercício é ainda mais difícil porque a Revolução Russa tem, desde a origem, uma vocação universal. O que não quer dizer somente que ela contou, para sobreviver, com o apoio do proletariado internacional, mas principalmente que ela é uma parte de um movimento mais amplo, a vanguarda da humanidade inteira. De premissas idênticas, os revolucionários franceses haviam tirado, em 1792, a justificação de uma guerra com a Europa, que teria significados e conseqüências múltiplas e imprevistas. Os bolcheviques, por seu lado, fizeram a revolução contra a guerra. Sua concepção do internacionalismo proletário incita-os não a exportarem a bandeira vermelha pelas armas e sim a organizarem mais ou menos por toda parte outros partidos comunistas à sua imagem: retomada da tradição da Segunda Internacional, mas contra ela, a criação da Terceira respondeu a esse objetivo. Parte ela do princípio de que a ideologia e o tipo de organização do Partido Bolchevique são universalizáveis. Quer formar o estado-maior de um movimento revolucionário mundial centralizado, de que os homens de Moscou são os estrategistas-chefes, por possuírem os segredos das revoluções vitoriosas. Ela implica, pois, o desdobramento da Revolução Russa e do Partido Bolchevique: uma vertente nacional, uma vertente internacional. Mas, na realidade, esse desdobramento só se realiza através da divisão das administrações e das organizações. No plano político, Lênin e os dirigentes do Partido Bolchevique reinam também sobre a Terceira Internacional, na qual predominam, apresentadas sob um outro ângulo, as questões oriundas da situação na Rússia.

Em suma, a Terceira Internacional é apenas a extensão institucional da Revolução de Outubro na Europa e no mundo. Com isso, ela se depara com o mesmo problema que a guerra revolucionária dos franceses no final do século XVIII: ela revela seu caráter particular no momento em que procura dar uma substância à universalidade de sua missão. Os franceses haviam se entregado à guerra, com o risco de se esquecerem até do sentido que originalmente lhe haviam dado. Os bolcheviques confiam o destino universal de sua aventura à receita que garantiu seu sucesso em seu país: uma mistura de militantismo quase militar, de realismo político radical e de altas doses de ideologia. Imprimem eles à nova Internacional esse caráter conspiratório, inseparável do voluntarismo extremo que assinala sua revolução, recobrando-o com a ciência da História. Com isso, superestimam em

toda a Europa do pós-guerra a probabilidade de novos Outubros, como vemos em sua estratégia alemã ou búlgara de 1923. Mas também implantam por toda parte partidos submissos a uma autoridade comum, através da força de uma ideologia compartilhada, que logo terá um nome: o marxismo-leninismo<sup>1</sup>.

Em seu período inicial, a Revolução Francesa tivera no estrangeiro o apoio de clubes e de círculos de amigos. Em sua fase expansionista, ela criara Repúblicas irmãs, com a ajuda de grupos jacobinos locais: por exemplo, na Itália. Mas a sua bagagem de idéias, composta de sedimentos sucessivos, jamais constituíra uma ideologia homogênea e unificada, menos ainda o cimento de uma organização internacional centralizada. A Revolução de Outubro, pelo contrário, é uma: preparada, decidida, executada, governada por Lênin e seu partido, que dirigem todo o seu curso e dizem a cada momento o seu sentido. A experiência soviética passa constantemente pelo filtro marxista de Lênin, sendo integrada no corpo de idéias que lhe deu origem. É menos universal do que a Revolução Francesa, mas mais fácil de se universalizar. Menos universal, na medida em que deitou raízes num país atrasado e só oferece ao observador um conteúdo relativamente pobre, a ditadura de um partido depois da anarquia de uma nação. Mas mais fácil de se universalizar, já que é, a cada dia, estendida por seus atores no leito de Procusto da ideologia, e munida, assim, de um sentido canônico pré-estabelecido, antes de ser difundida em escala mundial pela Internacional. É por esse canal que o curso catastrófico da revolução soviética ganha ares de realização da história universal.

O inconveniente do sistema é que ele é rígido. Se o Partido Bolchevique é encarregado não só de conduzir a revolução, mas também de dizer, a cada momento, o seu sentido, todo desacordo político em seu seio, ou no interior da Internacional, é também um desacordo em seu fundamento: sua capacidade de dirigir as lutas de classes conforme a ciência da História. O preço da ortodoxia é transformar as dissensões em heresias. Mas, no caso, o dogma é variável conforme as circunstâncias, de sorte que a ortodoxia só tem como ponto de referência o partido, ou seja, seus chefes. Essa fragilidade confere ao mundo comunista, desde que surgiu, o aspecto de uma enorme seita, povoada por milhões de fiéis, mas constantemente sacudida por crises políticas vividas como cismas. Ser comunista, de agora em dian-

---

1. O termo "leninismo" aparece imediatamente após a morte de Lênin (cf. Boris Souvarine, *Staline*, pp. 307-309). No começo de abril de 1924, Joseph Stálin pronuncia uma conferência na Universidade Sverdlov, que ele publica sob o título *Des principes du léninisme*. No decorrer de 1925, Gregori Zinoviev escreve *Le léninisme* (ed. francesa, 1926). Desde a metade dos anos 30, o adjetivo 'marxista-leninista' faz parte do arsenal ideológico do Partido Comunista Francês (PCF). ("Os fatos confirmam a teoria marxista-leninista do partido", Escola elementar do PCF, 5ª lição, 1937.) O uso do substantivo marxismo-leninismo se torna corrente com o poder absoluto de Stálin que o impõe com seu opúsculo *Matérialisme dialectique, matérialisme historique* (1938).

te, significa menos ser marxista do que acreditar no marxismo encarnado pela União Soviética, ou seja, pelo Partido Comunista Bolchevique. Isso garante aos convictos sua salvação no mundo, mas também os expõe às vicissitudes de uma crença dirigida a um objeto de experiência: no caso, além de uma revolução, algo que é de uma ordem por definição efêmera e que deve ser hipostasiado como um bem permanente para fixar alguma coisa como uma fé.

A ilusão de universalidade, consubstancial à crença revolucionária de tipo jacobino ou leninista, rasga-se ao espetáculo do curso da revolução: a história do comunismo não foge à regra. Pelo contrário, ela a põe em evidência com um destaque particular, já que tem, por um lado, um teor ideológico muito alto, e, por outro, é tão cheia de desmentidos trágicos à promessa da felicidade coletiva que ostenta. Muito cedo, na adolescência do movimento, ainda antes da morte de Lênin, a esquerda europeia já tem seus milhares de ex-comunistas, que deixaram suas ilusões e suas esperanças. O comunismo é uma casa onde, ao longo de todo o século, não se cessará de entrar e de sair, a cada geração, ao acaso das circunstâncias. Mas o movimento também saberá reter, ao longo de todas as suas vidas, militantes tão incondicionais que formarão uma espécie de política particular, até bem tarde no século: esses não abandonarão nunca o partido da União Soviética, inseparável, a seu ver, da revolução. Mesmo nos piores momentos, mesmo postos de lado ou injustamente tidos como suspeitos, não poderão conceber um sentido para suas vidas que não seja servir à causa de Outubro de 1917, como se o novo mundo tivesse realmente nascido ali.

Tentarei penetrar nas razões de uns e de outros, a partir de três exemplos: três intelectuais oriundos de universos muito diferentes, mas nascidos para a política revolucionária com a guerra e com Outubro; depois, reunidos e separados por essa mesma experiência. Pascal, Souvarine, Lukács.

Uma das primeiras testemunhas estrangeiras da Revolução Russa é um jovem intelectual francês, Pierre Pascal, que todos os dias ia registrando o que via e pensava<sup>1</sup>, desde 1917 até o ano crucial de 1927, que marca o exílio de Trótski e o triunfo de Stálin. Pierre Pascal pertence a uma geração de jovens franceses que passaram pela École Normale Supérieure justo antes da guerra (turma de 1910). Estudante de letras, interessa-se bem cedo pela Rússia, para onde fez a sua primeira viagem já em 1911. Católico fervoroso, leu Soloviev, que o convenceu da necessidade da “união

---

1. Pierre Pascal, *Mon journal de Russie, 1916-1918*, t. I, prefácio de J. Laloy, “L’âge d’homme”, 1975; *En communisme. Mon journal de Russie, 1919-1921*, t. II, 1977; *Mon état d’âme. Mon journal de Russie, 1922-1926*, t. III, 1982; *Russie 1927. Mon journal de Russie*, t. IV, 1982.

das Igrejas<sup>1)</sup>; fica apaixonado por Kiev e se debruça com muita curiosidade sobre a vida religiosa russa. Naquele ano, prepara, em São Petersburgo, uma tese de estudos superiores sobre Joseph de Maistre e a Rússia, antes de retornar, no ano seguinte, a Moscou. Sua curiosidade, portanto, fixa-se muito cedo nas coisas russas, através de preferências intelectuais e morais cuja orientação seu tema de tese deixa entrever. Esse jovem católico, próximo de seu colega Psichari na École Normale, quer devolver ao espírito católico sua vocação universal e fazê-lo reflorescer sob sua forma comunitária. O que ele mais detesta no mundo moderno é o reino do dinheiro e seu corolário, o individualismo burguês, cujos estragos pouparam a velha Rússia dos camponeses e a Igreja ortodoxa. Às mentiras dos Direitos Humanos ou do regime parlamentar, prefere uma monarquia cristã como a do czar. Pierre Pascal é esta rara liga: um eslavófilo francês. Ama a Rússia como La Mennais amara a Polônia: pelo que conservou de comunitário, logo de cristão. Tem já em mente um trabalho sobre os ‘velhos-crentes’, que terminará muito mais tarde<sup>2)</sup>. Se não esperou 1917 para olhar para o leste, como os pacifistas ou os socialistas, é porque vem de outras paragens e de mais longe. Mas nisso mesmo seu testemunho é capital, pois permite compreender a sedução da Revolução de Outubro sobre uma vasta família de intelectuais ‘católicos’ que não é originalmente nem marxista, nem de esquerda, nem sequer democrata. Pierre Pascal é apenas o primeiro deles; Louis Althusser será o último<sup>3)</sup>.

Gravemente ferido na frente de batalha em setembro de 1914, Pascal combate em seguida nos Dardanelos, antes de ser nomeado, ele, que fala russo, para a missão militar francesa em São Petersburgo, em 1916. É lá que vai encontrá-lo a revolução, fixando-o na Rússia por muito tempo. A crônica cotidiana que ele mantém durante dez anos é um documento sem igual, tanto no plano estritamente documentário quanto pelo que nos diz de seu engajamento, seguido de seu desencanto.

Ele é ‘bolchevique’ antes de Outubro, já em Fevereiro de 1917: de um bolchevismo muito particular, não-marxista, mas russo e cristão, refletindo a espécie de eleição histórica que a Rússia possui, pátria por excelência do cristianismo. Seu papel oficial é, contudo, combater a propaganda derrotista de Lênin e seus amigos, porque tem como função, como seus colegas da missão militar, manter a mais do que jovem República na guerra, ao lado da França. Deve até dedicar parte de sua atividade a exortar nesse sentido os soldados russos. Mas já coloca esse dever

- 
1. Sobre o catolicismo de Pierre Pascal, que está ligado ao mesmo tempo ao Sillon e ao ‘unionismo’ caro ao padre Portal, vide Régis Ladous, *Monsieur Portal et les siens*, prefácio de Émile Poulat, Ed. du Cerf, 1985.
  2. Pierre Pascal, *Avvakum et les débuts du raskol. La crise religieuse au XVIIe siècle en Russie*, Paris, Librairie Honoré Champion, 1938; *La vie de l'archiprêtre Avvakum écrite par lui-même*, trad., introd. e notas de Pierre Pascal, Gallimard, 1960. Sobre o *raskol*, vide Léon Poliakov, *Lépopée des vieux-croyants*, Perrin, 1991.
  3. Yann Moulier Boutang, *Louis Althusser. Une biographie*, Grasset, 1992.

profissional, inteiramente de obediência mecânica, em segundo plano em relação a seu credo de fraternidade universal; em 1918, ele se recusará a voltar à França, para permanecer como testemunha da excepcional aventura. O que ele ama nos bolcheviques, entre fevereiro e outubro, é que querem devolver um sentido à história russa, terminando a guerra, que a privou desse sentido. “O povo russo tem um sentimento agudo do caráter trágico desta guerra, que ele não quer, que é absurda, que a humanidade não deve querer e de que não se pode livrar.” (t. I, p. 127, 19 de maio de 1917.) O camponês russo, soldado da humanidade contra a guerra: visão tolstoiana que empurra o tenente Pascal na direção de Lênin e de seus camaradas, em nome de uma escatologia retomada de Edgar Quinet: “A guerra escapa cada vez mais aos governos. Caminhamos para uma revolução social universal. Haverá uma confederação européia”. (t. I, p. 205, 21 de agosto de 1917.)

Vem Outubro, os bolcheviques tomam o poder. “Eles são os teóricos”, comenta Pascal, “mas o povo russo, que só é socialista e bolchevique de nome, os segue, porque também ele vive no futuro. Ele quer a cessação da injustiça e da infelicidade presentes na terra. Desajeitadamente, tristemente, sofrendo, ele, porém, cria esse futuro. A Revolução Russa, seja qual for a reação que se possa seguir, terá uma repercussão tão enorme quanto a de 1789, e até maior: não é um acidente, é uma época, e Bossuet começaria com ela um capítulo de sua *Histoire universelle (História universal)*”. (T. I, p. 247, 26 de dezembro de 1917.) Assim, o bolchevismo ‘teórico’ é apenas o signo de algo mais profundo. Só superficialmente é anticristão, pois se ignora a si mesmo. O povo russo tomou-o como bandeira, quando tem em mente a realização do cristianismo sobre a terra, etapa muito mais importante da História do que o 1789 francês. Dos diferentes caminhos que a idéia cristã pode tomar para se juntar ao leninismo, Pascal enveredou por aquele no qual, quando chegar o dia, os últimos serão os primeiros: a vitória de Outubro não está inscrita numa ciência da História, é uma desforra dos humilhados, é o dia da grande partilha, em que o povo russo age sob a mão de Deus. O socialismo é uma doutrina justa, mas curta, pois não sabe — ainda — o que é: o instrumento do espírito cristão nos negócios terrestres.

No outono de 1918, portanto, Pierre Pascal decide enfrentar a situação. Contra as ordens recebidas, permanece na Rússia. Com alguns outros, dos quais Jacques Sadoul é o mais conhecido<sup>1</sup>, forma o minúsculo grupo dos comunistas

---

1. Secretário da Federação Socialista de Viena (França) antes de 1914, Jacques Sadoul (1881-1956) torna-se subsecretário de Estado para a artilharia no gabinete Albert Thomas, que o manda para a missão militar francesa na Rússia. Sadoul tenta, então, servir de intermediário entre os Aliados e os bolcheviques, esperando que estes últimos continuassem a guerra contra a Alemanha. Tendo aderido ao bolchevismo, publica, a conselho de Lênin, que não gosta muito dele, suas cartas a Albert Thomas. Condenado à morte em 1919 pelo Conselho de Guerra de Paris, Sadoul retorna à França em 1924; é absolvido num novo processo. Muito ligado aos soviéticos, colabora nos *Izvestia*.

franceses de Moscou, desempenhando um papel de intermediário entre os bolcheviques e a esquerda do movimento operário francês nas negociações de adesão à Terceira Internacional. Vêm, então, os anos militares, que são também os anos terríveis — guerra civil, guerra estrangeira, terror na cidade e no campo — da jovem Rússia soviética, isolada do mundo exterior pelo ‘cordão sanitário’ dos Aliados. Atacado pela imprensa francesa como desertor, angustiado com o que poderiam pensar os seus, Pascal trabalha na redação de boletins de informação no Comissariado do Povo para os Assuntos Estrangeiros, ao mesmo tempo que recolhe a documentação que pode sobre a Rússia, antiga e nova. O segundo volume de seu diário na Rússia, que vai de 1919 a 1921, tem como título *En communisme (Em comunismo)*, como se diz em francês, comenta ele mesmo, “*en religion*”\* (t. II, p. 7). Esse período termina em março de 1921, com a NEP, que coincide com o início do desencanto: a revolução acabou e é preciso viver, porém, com seu cortejo de fracassos e de lembranças.

O *Journal* daqueles anos é menos rico do que o anterior em notações cotidianas sobre a vida em Moscou. Talvez o autor tenha menos tempo para consagrar a seus apontamentos, pois vive, no mínimo, em condições materiais precárias, assaltado pelo frio e pelos problemas de abastecimento. As relações sociais foram quebradas pela revolução e seu mundo é agora quase que exclusivamente político: por um lado, os bolcheviques russos, que pouco vê; por outro, o punhado de bolcheviques franceses que se dilaceram uns aos outros, destino habitual dos pequenos grupos políticos no exílio. Pascal tem dificuldade para combater a acusação de ser católico, com que Sadoul procura abatê-lo junto aos chefes bolcheviques<sup>1</sup>. Deve submeter-se a vários exames de passagem, um dos quais diante de Lênin e de sua amiga Inès Armand! Mas nem essas suspeitas de não-conformismo nem a ditadura indivisa do partido fazem o seu entusiasmo esmorecer o mínimo que seja. Que teria ele a ver, por exemplo, com uma Assembléia Constituinte, ele que tanto detestou, na França, o parlamentarismo burguês? Uma tal Assembléia, se não tivesse sido dissolvida, só teria levado a restabelecer o partido ‘cadete’, órgão de uma burguesia russa ocidentalizada,

---

\* “*En religion*” é voz francesa um tanto em desuso, empregada em expressões como “*entrer en religion*” (entrar para o convento) ou “*mettre sa fille en religion*” (mandar a sua filha para o convento, para se fazer religiosa). “*En communisme*”, portanto, é expressão intraduzível que assimila a participação no comunismo a algo como entrar no convento, participar plenamente da vida religiosa (N. do T.).

1. Jacques Sadoul ambiciona tornar-se o dirigente exclusivo do grupo comunista francês. Para afastar seus rivais, denuncia a Lênin Pierre Pascal como favorável aos mencheviques. Um inquérito é aberto e Pascal deve justificar-se perante a Tcheka. Sadoul denuncia novamente Pascal, desta vez como católico. Vide Pierre Pascal, *Journal de Russie, op. cit.*, t. II, pp. 111-114.

sempre acompanhada pelos mencheviques e pelos socialistas-revolucionários — os primeiros, pusilânimes; os segundos, inconsistentes e sem idéias. Lendo Pascal, reencontramos intacta a velha distinção, tão familiar aos debates do socialismo francês do século XIX, entre revolução social e revolução política. O que interessa ao nosso historiador católico bolchevizado não é tanto o poder, ou a maneira de organizá-lo, tão sujeita a ilusões ou tão propícia às mentiras eruditas, quanto a revolução social, o fim do direito de propriedade e dos ricos. Pouco importa a liberdade política, se os homens encontram na igualdade restabelecida e mantida uma nova moral da fraternidade, anunciada por Cristo e traída pelo mundo do dinheiro.

O bolchevismo de Pascal está mais perto de Buchez<sup>1</sup> do que de Marx. Basta transferir da França para a Rússia a idéia da eleição histórica para reencontrar no neófito do leninismo os acentos messiânicos do profeta neojacobino e neocatólico da monarquia de Julho. Prova disso é este texto extraordinário, que quer descrever a Rússia da revolução e o ilumina com uma luz sombria de apocalipse igualitário: “Espetáculo único e embriagante: a demolição de uma sociedade. É agora que se realizam o quarto salmo de vésperas do domingo e o Magnificat: os poderosos derrubados de seus tronos e o pobre reerguido de sua merda. Os donos de casa são confinados numa peça, e em cada outra peça é instalada uma família. Não há mais ricos: simplesmente pobres e mais pobres. O saber não confere mais nem privilégio, nem respeito. O ex-operário promovido a diretor comanda os engenheiros. Os salários, os de cima e os de baixo, se aproximam. O direito de propriedade é reduzido às roupas pessoais. O juiz não é obrigado a aplicar a lei, quando seu senso da equidade proletária a contradiz. O casamento já não é mais do que uma inscrição no registro civil, e o divórcio pode ser comunicado por cartão postal. As crianças são instruídas para vigiarem os pais. Os sentimentos de generosidade são afastados pelos maus tempos: em família, contam-se os bocados de pão ou os gramas de açúcar. A mansidão é considerada defeito. A piedade foi assassinada pela onipresença da morte. A amizade só subsiste como camaradagem?”

Pascal bem que tem já um pouco de medo da sombra da Tcheka que se esboça sobre a vida cotidiana, do Estado que fustiga essa sociedade espartana, regra única desse mundo sem regras. Mas ele se tranqüiliza ao pensar que é

- 
1. Philippe Joseph Benjamin Buchez (1796-1865), autor, juntamente com Prosper-Charles Roux da monumental *Histoire Parlementaire de la Révolution Française*, em 40 volumes, publicados em fascículos entre 1834 e 1838. Antigo carbonário e ex-saint-simoniano, Buchez é um intérprete ao mesmo tempo católico e socialista da revolução. A esses dois títulos, exalta o messianismo comunitário dos jacobinos, que contrapõe ao individualismo burguês de 1789.
  2. Pierre Pascal, *Journal, op. cit.*, t. II, p. 16.



uma polícia do povo, um Estado proletário, quase um não-Estado, pois está aberto a cada “cozinha”, segundo a predição de Lênin. A prova é que o regime substituiu a palavra ‘cidadão’, que tem a frieza jurídica do individualismo burguês, pela palavra ‘camarada’, que exprime a fraternidade concreta do mundo do trabalho e o triunfo da igualdade real. O Pierre Pascal de 1919-1920 tem algo de Péguy: “A cabeça raspada, um bigodão de cossaco, bons olhos sempre sorridentes, vestido com um casaco de camponês e andando descalço pela cidade” (Victor Serge<sup>1</sup>). Seu personagem mostra bem a que ponto o bolchevismo dessa época reúne a seu favor emoções e tradições que teve de combater para se constituir: o igualitarismo dos pobres, o socialismo utópico, o espírito cristão de comunidade. Ele, o intelectual francês, envolve-os numa linguagem aprendida mais recentemente, a linguagem de Lênin; isso não constitui uma mistura assim tão ruim, já que esses elementos estranhos são também radicalmente revolucionários e até consolidam a ideologia do partido no poder. A aventura intelectual e política do tenente francês é um dos primeiros exemplos do fascínio exercido pelo bolchevismo sobre cabeças vindas de horizontes completamente diferentes e, no entanto, tomadas, no sentido forte do termo, por sua ‘presença’ histórica<sup>2</sup>.

Como se desfaz essa presença? Como se rompe essa crença? Quando, como, por que deixam de ter sua magia? A saída do comunismo, cuja experiência Pierre Pascal inaugura, destinada a se tornar tão freqüente ao longo do século, já comporta nele as características do fim de uma fé: ao entusiasmo do crente segue-se um belo dia o olhar crítico, e os mesmos acontecimentos que iluminavam uma vida perderam o que constituía sua luz. Talvez, no seu caso, seria melhor falar do fim de uma fé recente em proveito de uma fé mais antiga, se é verdade que, não sendo mais comunista, é mais do que nunca católico, o que lhe deixa o consolo de uma religião à sua alma exaltada pela solidão e pelo exílio. O problema é que deixa de escrever seu *Journal* em 1921, precisamente no momento em que se quebra a sua crença comunista: essa ruptura faz com que ele pare de escrever, ao passo que levará tantos outros a escrever. Mas, pelo pouco que diz sobre isso, podemos ver pelo menos os acontecimentos que, se não a provocaram, pelo menos a alimentaram, nos primeiros meses de 1921: é a condenação do grupo da Oposição

---

1. Victor Serge, *Souvenirs d'un révolutionnaire (Memórias de um revolucionário, 1901-1941)*, Le Seuil, 1951, pp. 153-154. Sobre Victor Serge, cf. *infra*, p. 169.

2. Dos materiais de seu *Journal*, que permaneceu por tanto tempo inédito, Pierre Pascal extraiu um pequeno livro de edificação comunista, publicado no fim de 1920, às vésperas do Congresso de Tours, chamado *En Russie rouge. Lettres d'un communiste français*, Petrogrado, Éditions de l'Internationale Communiste, 1920; Paris, Éditions de la Librairie de l'Humanité, 1921.

Operária<sup>1</sup> pelo X Congresso, a proibição das frações dentro do partido, a repressão de Kronstadt. De agora em diante, a Revolução Russa perdeu, para ele, sua pureza quase intemporal de consumação religiosa. Ela é um poder, interessado não mais em se defender, mas em reinar. O terceiro tomo do *Journal* de Pascal, dedicado aos anos de 1922-1926, intitula-se sobriamente *Mon état d'âme* (*Meu estado de alma*).

O autor não é mais comunista. Mas continua amando a Rússia e o povo russo, que o atraíram para tão longe de sua pátria, muito antes dos bolcheviques. Às vezes lhe acontece imaginar “que boa revolução a Rússia crente poderia ter feito, sem a deformação marxista” (t. III, p. 40, 2 de fevereiro de 1922), reencontrando, assim, a mitologia eslavófila sob as ruínas da mitologia comunista. A Revolução Bolchevique está morta e produziu apenas um Estado burocrático que se beneficia de um novo capitalismo, mas o povo russo continua sendo a esperança: pois Pascal não amou a revolução embora ela fosse russa, como os comunistas ocidentais, e mesmo muitos bolcheviques, e sim porque ela era russa e, portanto, cristã. Isso lhe dá forças para permanecer membro da seção francesa do Partido Bolchevique e para trabalhar ao mesmo tempo para o governo soviético e para o Komintern. De qualquer maneira, precisa continuar a ‘escrever comunista’, embora a linguagem militante ainda não tenha alcançado a pureza da linguagem estereotipada de propaganda política.

Sua ruptura com a Rússia soviética, portanto, é ao mesmo tempo radical, mas forçosamente incompleta. Por um lado, palmilhou toda a política bolchevique, estudou até a sua história: numa carta a Alfred Rosmer de 24 de setembro de 1925<sup>2</sup>, faz remontar ao II Congresso (o famoso Congresso de 1903<sup>3</sup>) o

- 
1. Surgida em 1919, a Oposição Operária é dirigida por Alexandre Chliapnikov e Alexandra Kollontai, que defendem, em março de 1921, suas idéias durante o X Congresso do Partido Bolchevique, contemporâneo da insurreição de Kronstadt. A Oposição Operária pretendia-se a emanção da “parte avançada do proletariado, que não rompeu sua ligação viva com as massas trabalhadoras organizadas em sindicatos...” Suas teses sobre o papel dos sindicatos foram rejeitadas pelo congresso, que proibia todo grupo de oposição dentro do partido. Vide Alexandra Kollontai, *L'Opposition Ouvrière (A Oposição Operária, 1920-1921)*, Le Seuil, 1974.
  2. Carta a Rosmer, 24 de setembro de 1925; cf. Pierre Pascal, *Mon journal de Russie*, t. III, *op. cit.*, pp. 114-116. (Essa carta, datada erradamente de 1923, alude explicitamente a fatos ocorridos em 1925.)

Amigo de L. Trótski, Alfred Rosmer (1877-1964) pertence já em 1920 ao Comitê Executivo do Komintern. Membro do Comitê Diretor do PCF em 1923-1924, devia romper ao mesmo tempo que Monatte e participar, em 1925, do lançamento de *La Révolution Proletarienne*. Em seguida, se aproximará da corrente trotskista, rompendo momentaneamente com o exilado em 1930. A. Rosmer é o autor de uma *Histoire du Mouvement Ouvrier pendant la Guerre*, 2 tomos, 1936 e 1959.

3. Pierre Pascal alude ao Congresso de Londres de 1903, em que o Partido Social-Democrata Russo virtualmente se cindiu em duas grandes frações distintas, a dos majoritários (bolcheviques), conduzidos por Lênin, e a dos minoritários (mencheviques), dirigidos por Martov.

caráter do partido, feito de intrigas ferozes, de disputas bizantinas e de gosto pela força pura. Vê muito claramente a fraude do Estado proletário, a nulidade política dos Sovietes e a mentira que envolve, já nessa época, todo o regime: isso o preservará, nas lutas de sucessão que começaram tão logo Lênin foi posto fora de combate pela afasia, de tomar posição a favor de um ou de outro dos clãs que se formam. Ele já se situa, por exemplo, demasiado fora da política comunista para se tornar trotskista: o ex-chefe do Exército Vermelho, o homem que preconizou a militarização dos sindicatos, a seu ver, só é o rival de Zinoviev ou de Stálin por suas ambições, e não por suas idéias.

Mas, por outro lado, para onde ir? Ao optar por morar em Moscou, em vez de voltar para a França, ele cortou sua retirada. De volta ao país, precisaria ou mentir, ou fornecer argumentos a esses burgueses e a esses políticos que detesta e evita. Descobre o impasse daquele que acreditou no comunismo e não crê mais nele: ao se retirar, a crença deixa intacta a paixão de que se nutrira. Que fazer com o ódio ao burguês se se pensa como ele sobre o comunismo? A questão vai mais longe do que uma ferida de amor-próprio, por mais dolorosa que ela já possa ser; ela põe em jogo todo o investimento psicológico moderno sobre a idéia de revolução. Daí que Pascal, afastando-se da Revolução Bolchevique, tome muito cuidado em salvar do naufrágio a convicção que o levara até ela e em contestar a revolução fracassada de Lênin, invocando a revolução futura do povo russo. Longe de inventar um mundo, os bolcheviques estão restaurando o dinheiro e os ricos: essa predição tem a vantagem de reunir a decepção recente ao ódio ao burguês, mais antigo. Ela livra a revolução de uma hipoteca, para abrir novamente seu curso à imaginação.

Por um lado, há o povo russo, igualitário, pobre, religioso, cristão, sempre capaz de um sobressalto. Pascal permanece fiel a esse amor de adolescência. Mas ele testemunha, também, sobre o outro lado do quadro. Descreve cotidianamente, corrigindo a imprensa pelos boatos e pelas conversas, a política do Komintern e as agitações que ela não cessa de criar no jovem Partido Comunista Francês. Corresponde-se com Boris Souvarine, excluído da Internacional em 1924. Recebe de Paris *La Révolution Proletarienne*, cujos fundadores, Pierre Monatte<sup>1</sup> e Rosmer, foram expulsos no ano anterior do Partido Comunista Francês. Gosta da publicação, embora um pouco 'trotskista' demais para o seu gosto. Nela torna a encontrar o espírito libertário, a hostilidade aos partidos, às vezes próxima do anarquismo, dos sindicalistas revolucionários. Propõe seus serviços para reporta-

---

1. Sindicalista-revolucionário e fundador de *La Vie Ouvrière* (1909), Pierre Monatte (1881-1960) é um dos primeiríssimos a defender a Revolução Bolchevique, dirigindo a tendência revolucionária dentro da CGT até a cisão de 1921. Entra em *L'Humanité* em março de 1922, mas só adere ao Partido Comunista em maio de 1923. Só pede demissão no final de 1924, para protestar contra a 'bolchevização', e depois funda uma nova revista, *La Révolution Proletarienne*.

gens de primeira mão sobre a situação russa. Mas não se sente participante na batalha violenta que se trava, naqueles anos (1925-1927), entre as facções e os chefes do partido: fala a respeito delas no tom de um comentador neutro, ou seja, hostil a todos. A vida política soviética tornou-se, a seu ver, tão desprezível quanto o parlamentarismo burguês. Não desempenha mais nenhum papel nela, confinado em trabalhos de tradução de Lênin para o francês no Instituto Marx-Engels. Mas essa disponibilidade do espírito dá às suas notas do último período um frescor que conservou todo o seu encanto. A prosa do desiludido conserva as qualidades da do catecúmeno, continua simples e variada, voltada para o concreto, rica em detalhes cotidianos. E o divórcio ‘soviético’ entre o mito e o real, uma vez balizado, dá um valor suplementar a esse estilo feito de sondagens, que ressuscita a verdadeira vida russa, ao mesmo tempo que já pinta os papéis da mistificação comunista. Por exemplo, o quadro do viajante na terra prometida, esboçado ao vivo a 4 de setembro de 1927: “Nenhum regime foi a tal ponto o regime da mentira. O resultado é brilhante: um jovem francês vem visitar o instituto; é um intelectual entusiasta, que lembra o ‘herói’ Sadoul, Guilbeaux, Pascal! e que me olha com admiração. Vem estudar a educação socialista na Academia Comunista! Está aqui há dois meses. Está mais do que firmemente convencido de que estamos na via socialista; as casas operárias, as fábricas do Estado... Não enxerga nada, nada das realidades. Um comunista da Prombank disse-lhe que nossa acumulação anual ultrapassa a dos Estados Unidos, e isso lhe basta. Garante que existe uma enorme perseguição ao comunismo na França, e acredita nisso. Compara-a com a liberdade de que se goza aqui, e acredita nisso!”.

Pierre Pascal voltará à França em 1933. Reintegrado na função pública em 1936, nela fará, depois desse estranho desvio, uma carreira clássica de professor de história da Rússia, que se encerrará na Sorbonne. De volta ao mundo burguês, ele se exilará mais do que nunca em seu amor à história e ao povo russo. Mas quase não falará mais sobre a revolução soviética<sup>2</sup>.

---

1. Pierre Pascal, *Journal, op. cit.*, t. IV, p. 190, 4 de setembro de 1927.

2. Em 1933, recém-chegado da Rússia soviética, Pierre Pascal se associa a Boris Souvarine para tomar a defesa de Victor Serge, que acabava de ser preso de novo. Em 1936, escreve um prefácio para a brochura de M. Yvon (*Ce qu'est devenue La Révolution Russe*), cujo título, “Ceux qu'il faut croire”, indica muito bem o valor que dá ao testemunho desse trabalhador que viveu 11 anos na URSS. Em março de 1952, publica em *Prewes* “La Révolution Russe et ses causes”, artigo no qual opõe “a mais generosa das revoluções” ao “odioso sistema que trouxe a todas as esperanças de 1917 o mais brutal dos desmentidos”. Em 1967, retoma essa distinção entre revolução e regime em *La Révolution Proletarienne* (“Octobre et Février ne sont qu'une révolution”, abril de 1967) e participa também de um debate organizado pela revista *La Table Ronde* (nº 237-238, outubro-novembro de 1967) juntamente com Jean Bruhat, Stanislas Fumet e Pierre Sorlin, sobre o tema Outubro de 1917, a Revolução Russa e seu Destino.

Boris Souvarine<sup>1</sup> é da mesma geração que Pierre Pascal. Mas não pertence ao mesmo universo social e intelectual. Nasceu em Kiev, numa família de pequenos joalheiros judeus, que emigra e se instala em Paris no final do século passado, quando ele tem dois anos. Breves estudos primários, aprendizado precoce de artesanato, leituras de autodidata, idéias socialistas. Faz sua estréia política em 1917, começando a escrever pequenas resenhas para o *Le Populaire*, que assina com o nome que ele mesmo se daria, Souvarine, em homenagem a *Germinal*. *Le Populaire* não é extremista, nem tampouco derrotista revolucionário. Adota e defende a linha da minoria do Partido Socialista, na busca de uma paz de compromisso, sem vencedores nem vencidos. Quando chega Outubro de 1917, na Rússia, o jovem Souvarine se apaixona pelo que se passa em seu país natal. Defende a vontade de paz dos bolcheviques, teme suas tendências ditatoriais, mas aprova a dissolução da Assembléia Constituinte<sup>2</sup>, onde Charles Rappoport, outro emigrado russo da geração de seus pais, já vê o fracasso da revolução<sup>3</sup>. Mas, finalmente, se convence de que a ditadura dos bolcheviques é realmente o poder do proletariado: e ei-lo um dos primeiros bolcheviques franceses, nos primeiros meses de 1918. Vai ser, então, um dos artesãos essenciais da adesão a Lênin de uma maioria do Partido Socialista.

Baixinho, ativo, inteligente, combativo, Souvarine, naqueles anos, festejará o bolchevismo com a mesma energia que consagrará a combatê-lo durante o resto da vida. Faz parte daquela categoria de espíritos que tira um prazer sarcástico de ter razão contra a maioria: filão que podemos explorar tanto no comunismo quanto no anticomunismo. Depois da Primeira Guerra Mundial, enfrenta o anti-sovietismo geral da opinião pública francesa, assim como, depois da Segunda, combaterá, quase sozinho, um pró-sovietismo não menos geral. É uma inteligência menos romântica, menos imbuída de sentimento do que a de Pascal. Também ama a Rússia dos desfavorecidos, que não é individualista como o Ocidente, mas não porque ela seja cristã: porque faz parte de seu mundo familiar e do que rodeou a sua infância. Sua cultura, adquirida em ampla medida fora da escola, é toda democrática e racionalista, menos vasta do que a de um

---

1. O personagem de Boris Souvarine acaba de ser tema de uma notável biografia, à qual as páginas que se seguem devem muito. Jean-Louis Panné, *op. cit.*

2. *Id. ibid.*, pp. 60-61.

3. Charles Rappoport, *Une vie révolutionnaire, 1883-1940. Les mémoires de Charles Rappoport*, texto estabelecido por H. Goldberg e G. Haupt, apresentação de M. Lagana, Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1991.

profissional do saber e muito mais aberta do que a de um militante: trabalha continuamente, não se cansa de se informar, acredita nos documentos e nos fatos. Essa paixão pela verdade muito cedo lhe bloqueará a carreira política, mas permanecerá fixada no objeto de investimento original: o bolchevismo. Desse modo, Boris Souvarine atravessa o século menos num exílio interior, como Pierre Pascal, do que como uma testemunha desesperada por aquilo mesmo que ajudara a nascer.

Já vimos que ele é um dos que se valem do exemplo da Revolução Francesa para defender a ditadura que nasceu de Outubro de 1917. Participa também das manifestações diversas em favor da Terceira Internacional e contra a intervenção militar francesa na Rússia. Sua febre militante logo o leva à extrema esquerda do Partido Socialista, longe de seus camaradas 'minoritários', que considera tímidos demais em seu apoio aos bolcheviques. Deixa o *Le Populaire* no final de 1919, decidido a levar adiante a batalha não só contra os majoritários, mas também contra os minoritários, até a cisão. Ei-lo transformado num verdadeiro bolchevique, em contato, aliás, com os *missi dominici* enviados à França pela Internacional Comunista<sup>1</sup>. É um de seus homens em Paris. Funda logo mais (março de 1920) a primeiríssima de suas efêmeras revistas, ele que publicará tantas delas, ao longo de toda a sua vida: é o *Bulletin Communiste*, destinado a divulgar no meio socialista francês a política e o pensamento bolcheviques e a servir de retransmissor às cartas de informação do grupo Sadoul-Pascal em Moscou; em suma, uma espécie de nova *Iskra* para denunciar os homens da União Sagrada e romper com seus simpatizantes no centro-esquerda.

Souvarine está de tal forma na ponta da extrema esquerda socialista que é preso em maio de 1920, no momento em que se encerra com um fracasso a grande greve dos ferroviários, sob a acusação de complô e de manobras anarquistas. O governo misturou numa repressão, que pretendia, espetacular, os líderes da greve — Monmousseau, Midol — e os ativistas do 'sovietismo': Monatte e Loriot, juntamente com Souvarine, ou seja, o estado-maior do Comitê pela Terceira Internacional. O amálgama não tem muito mais fundamento do que o artigo de acusação, mas ambos indicam bem um clima de época. À nascente mitologia comunista opõe-se uma mitologia anticomunista que a conforta enquanto a combate. A Terceira Internacional pretende encarnar a revolução mundial do proletariado, e os governos burgueses imediatamente lhe conferem a autenticação dessa pretensão.

---

1. Vide sobre esse ponto Boris Souvarine, *Autour du Congrès de Tours*, *op. cit.*, adendo E: os *missi dominici*.

Assim, é da prisão de La Santé que Souvarine vai acompanhar a preparação e as sessões do Congresso de Tours. Ele contou num pequeno livro<sup>1</sup> como se formou uma corrente de militantes entre a sua célula e o exterior para chegar a um texto comum entre o grupo Cachin — Frossard e o Comitê pela Terceira Internacional, de acordo com os desejos de Lênin, que queria ao mesmo tempo uma renegação espetacular do passado (através do voto de ‘condições’ impostas pela Internacional) e uma adesão da maior parte do antigo partido a Moscou. Assim foi obtida, em Tours, pelo método tradicional de uma longa negociação entre as correntes, a condenação radical dessa tradição. Desse pacto mentiroso nasceu o PCF, de que Boris Souvarine era um dos principais fundadores, embora um dos menos conhecidos.

O fato de um homem como ele ter se tornado um dos chefes do partido, ao lado de velhos parlamentares tarimbados como Marcel Cachin, dá a dimensão do equívoco. Pois ele nada tem do parlamentar de eloquência florida que fez as delícias dos banquetes socialistas. É um mau orador, pouco à vontade nas campanhas eleitorais, um temperamento pouco dado ao que a política comporta de manipulação dos homens e de compromisso em matéria de idéias. A ironia da História vai querer que Cachin — político sem firmeza, encarnação por excelência da União Sagrada, aderido à última hora a Moscou — se torne o símbolo da virada bolchevique do socialismo francês, quando ele, Souvarine, tiver sido esquecido, depois de ter sido vilipendiado por aqueles mesmos que serviu com tanto fervor. Pois seu laço com a Terceira Internacional é de ordem ainda mais intelectual do que política. O que ele ama nos bolcheviques é também o que torna frágil seu engajamento, já que é inteiro, não negociável. A política revolucionária é tanto uma crença quanto uma prática; além disso, nele, essa crença não obnubilou a observação e a análise.

Quando Souvarine sai da prisão, tendo sido declarado inocente, em março de 1921, continua sendo o homem da Internacional: nem Kronstadt, nem a virada da NEP, nem o X Congresso do Partido Bolchevique desencorajaram ou atenuaram seu entusiasmo. Não conhece a vida russa por dentro, como Pierre Pascal, ou a usurpação já absoluta dos bolcheviques sobre o movimento internacional, como a velha militante libertária Angelica Balabanova, que quer, desde o verão de 1920, deixar a Rússia<sup>2</sup>. O que mais impressiona em seu comportamento em Moscou, no III Congresso da Internacional, tal como descreve seu biógrafo, é ainda a devoção a Lênin, mas também o espírito de exame: informa-se,

---

1. Boris Souvarine, *Autour du Congrès de Tour*, *op. cit.*

2. Cf. a carta escrita posteriormente (1929) a Amédée Dunois, citada por Jean-Louis Panné, *op. cit.*, p. 220. Vide também Angelica Balabanova, *My life as a rebel*, Nova York, Harper and Brothers, 1938.

pede o programa da Oposição Operária, discute com Pascal, faz questão de visitar uma prisão, preocupa-se com a repressão contra os anarquistas detidos pela Administração Política do Estado (GPU). Da mesma forma, em 1922, insistirá para que os socialistas-revolucionários que são julgados tenham os defensores que escolherem, sem, porém, indignar-se com a iniquidade do processo.

Essa atitude pouco conformista não o impede de ser eleito para o Praesidium da Internacional, em companhia de bolcheviques ilustres como Zinoviev, Radek, Bukharin ou Béla Kun. Tem 26 anos e ei-lo na cúpula, secretário da Executiva do movimento, responsável pela regularidade dos negócios e particularmente daqueles do mais do que jovem Partido Comunista Francês. Começa, então, o grande período 'político' de sua vida, em que se torna o familiar dos grandes personagens do Gotha comunista, o amigo de Bukharin, o colaborador de Zinoviev, um homem importante, um militante 'internacional', de missões misteriosas, cuja vida é dedicada ao nascimento de um mundo. Quando escreve ou fala a seus camaradas franceses, é mais prosaicamente o homem de Moscou, ou antes um dos homens de Moscou (pois há outros, e de que ele não gosta, como o ex-pastor suíço Jules Humbert-Droz<sup>1</sup>). Vale-se dessa autoridade delegada como um provincial da Companhia de Jesus para com os seus subordinados um pouco distantes, sem prever que o exemplo se voltará contra ele. É o período final da ofensiva revolucionária bolchevique, que materializa o fracasso do Outubro de 1923 alemão. Nada, na época, o distingue abertamente dos militantes profissionais da Internacional. Continua vivendo sob o impulso de sua paixão revolucionária e na sombra dos grandes camaradas russos: mais feliz de estar ao lado deles, sem dúvida, do que nas intrigas medíocres que só têm como objetivo a conquista do jovem Partido Comunista Francês. É mais um homem de influência do que um homem de poder, a exemplo de muitos intelectuais perdidos na política.

A política vai ter sua desforra quando a afasia de Lênin, em março de 1923, abrir a crise de sucessão do regime. Essa crise, que ele comenta com os matizes de um perito em seu *Bulletin Communiste*, Souvarine deplora que ela tenda a separar Trótski do estado-maior bolchevique, sob os esforços convergentes da *troika*: Kamenev, o amigo mais chegado de Lênin, Zinoviev, o presidente da Internacional, e Stálin, eleito secretário-geral do partido no ano anterior. Por um lado, ele defende a unidade bolchevique, recusando-se a admitir que Trótski tenha constituído uma 'fração'. Apela para o espírito de conciliação na 'questão russa', em que os conflitos de idéias e de programas lhe parecem de menor importância. Por outro lado, procura dissociar 'questão russa' e 'questão francesa', para

---

1. Jules Humbert-Droz, *L'oeil de Moscou à Paris, 1922-1924, Collection Archives*, Julliard, 1964.



evitar as conseqüências da primeira sobre a segunda. Ora, as duas posições são de uma ingenuidade surpreendente da parte de um familiar do Komintern, como ele. A obstinação com que os homens da *troika* e seus comparsas atacam Trótski não pressagia a hora de um entendimento entre os herdeiros de Lênin. E como pode ele pensar, ele que, de Moscou, assediou o partido francês com suas recomendações, numa neutralidade do referido partido na batalha que se inicia entre os chefes bolcheviques? Suas esperanças são logo decepcionadas, sua posição logo se deteriora. Na França, perde a batalha contra seu rival Albert Treint<sup>1</sup>, um ex-professor primário apoiado pelos enviados de Zinoviev a Paris. No plano internacional, ei-lo catalogado como um partidário oculto de Trótski e um dos líderes de uma 'direita' de novo estilo, ativa em todas as seções do Komintern. Vitoriosa em Moscou, a *troika* quer receber os lucros dessa vitória em todo o seu território, varrer os adversários de seu império multinacional: novidade temível, que pulveriza as posições frágeis de Souvarine.

Em 1921, o grupo da Oposição Operária fora isolado e derrotado no Partido Bolchevique, mas nem Chliapnikov nem Kollontai foram expulsos. Lênin não inventara uma 'Oposição Operária' em escala internacional; não imaginara amalgamar todos os opositores reais ou supostos para pegá-los na mesma rede. Três anos depois, quando Lênin acaba de morrer (janeiro de 1924), o debate de Moscou entre Trótski e a *troika*, que duplica, em grande medida, o de 1921 sobre a 'democracia operária', comporta dois objetivos de poder infinitamente maiores, dentro de um partido ainda mais isolado. Ele se repercute por todos os escalões da Internacional, o que lhe confere um caráter extraordinariamente abstrato, uma vez que é preciso colar etiquetas idênticas sobre debates diferentes, que refletem mais as lutas pelo poder do que as idéias. Souvarine é direitista, como Brandler na Alemanha, o que também pode ser dito com outros termos mágicos: 'revisonista', 'neo-menchevique', 'social-democrata'. Basta ele dizer que Trótski não lhe parece merecer esses qualificativos — pois isso é tudo o que ele diz — para que eles lhe sejam atribuídos também. A Internacional, ou seja, a *troika*, já possui a prerrogativa irreparável de ser a autoridade que define o crime e designa o criminoso.

Diante desse tribunal fraudulento que é o XIII Congresso do Partido Bolchevique, em maio de 1924, Souvarine, vaiado pela sala, está antecipadamente per-

---

1. Professor primário, Albert Treint (1889-1971) termina a guerra como capitão. Tendo aderido ao bolchevismo, pertence à ala esquerda do Partido Comunista. A partir de 1923, é secretário do Partido Comunista e membro do Praesidium do Komintern. Ligado a Zinoviev, adota a política deste último e se opõe aos outros dirigentes do partido à época da 'bolchevização'. Tornar-se-á, por sua vez, um opositor depois do afastamento de Zinoviev, dirigindo pequenos grupos antes de entrar para a SFIO.

dido: mesmo Trótski, que já recuou, não tem uma palavra a seu favor em sua intervenção. O V Congresso da Internacional, que se segue em junho, instrui o caso, a pedido de seus adversários da delegação francesa, e a Executiva recomenda uma exclusão temporária, imediatamente anunciada, a 19 de julho, por *L'Humanité*. Sem que o interessado ainda o saiba, o período comunista de sua vida está encerrado. Durou um pouco mais de cinco anos. Vai fornecer a seu herói matéria para uma reflexão crítica de mais de 60 anos, que se estenderá até Brejnev.

A exclusão de Souvarine tem um caráter mais oficial do que a ruptura de Pascal com o comunismo. O jovem normalista, que entrou um pouco por acaso na aventura do bolchevismo, por amor aos russos mais do que por convicção doutrinal, nunca desempenhou um papel político de primeiro plano, e aliás nunca o buscou. O político, e até o politiqueiro, do grupo comunista francês de Moscou é Jacques Sadoul. Pascal é mais uma testemunha moral, que se dá conta muito cedo, já ao fim da guerra civil, que o regime não é apenas um sonho não realizado, mas uma mentira organizada. Souvarine, pelo contrário, foi ainda muito jovem um militante socialista. Desempenhou um papel essencial na adesão da maioria do partido francês à Revolução Russa. Esteve no estado-maior da Terceira Internacional. Por tudo isso, sua derrota de 1924 serve antes de tudo de testemunho sobre o sistema político de que foi parte ativa.

Sistema internacional centralizado, no interior do qual o partido russo desempenha o papel dirigente, o comunismo o foi desde a fundação da Internacional, em 1919. A proibição das frações pelo X Congresso do Partido Bolchevique, em 1921, somada à condenação da Oposição Operária, foi um passo decisivo na direção do monolitismo. A novidade de 1924, na situação aberta pela enfermidade seguida da morte de Lênin, está ligada ao fato de que a crise interna do Partido Bolchevique é automaticamente estendida a todas as seções da Internacional, nos termos fixados pelo grupo dirigente: aos 'direitistas' de Moscou correspondem agora os 'direitistas' de Paris ou de Berlim. É o coroamento precoce da linguagem estereotipada de mera propaganda, que não tem mais nenhuma relação com uma realidade comumente percebida, mas constitui o código ao mesmo tempo esotérico e grosseiro em que se exprimem as relações de força e a obrigação de se submeter a elas. Uma vez hipostasiado o partido em divindade da História, sua direção, por sua vez, passa a gozar desse privilégio exorbitante, e reina humilhando ou excluindo. Tendo aceitado o primeiro ponto, os opositores eventuais estão desarmados frente ao segundo: Trótski dá o primeiro exemplo disso, em 1924.

Souvarine terá sido ingênuo ao travar um combate tão desigual, ou então, tendo avaliado o que estava em jogo e as forças, quisera ele, mesmo vencido, marcar um encontro para o futuro? As duas hipóteses não são incompatíveis. A ques-

tão, aliás, se colocará ao longo de toda a história do comunismo internacional, a propósito de cada líder humilhado ou excluído, sem falar dos executados, certamente mais numerosos. O Souvarine de 1923-1924 conhece bem, é óbvio, os costumes políticos da Internacional. Ele próprio comandou demais o PCF desde Moscou para manter ilusões sobre o caráter dos debates e das decisões. O que fez com Frossard, em 1922, por que Treint não faria com ele em 1924? Acreditou escapar às regras? Superestimou sua influência ou sua 'necessidade' junto aos rusos? Tudo isso na hipótese da ingenuidade. Por outro lado, ele pode ter avaliado também o que a primeira derrota de Trótski prenunciava: o fim dos 'chefes históricos' de Outubro, o partido-burocracia substituindo o partido-guia, a glaciação definitiva da revolução, o reinado da mentira associada à polícia. Conhece há muito tempo Pierre Pascal, ao qual o liga um fundo mais antigo do que seu bolchevismo, o anarco-sindicalismo. As prisões de anarquistas pela GPU, a perseguição dos socialistas-revolucionários inquietaram conjuntamente os dois franceses. Tudo isso na hipótese de uma escolha deliberada e consciente.

Seja qual for a dosagem entre esses dois tipos de explicações, somemos a elas as qualidades de espírito particulares de Souvarine. O antigo artesão da arte, que não recebeu nenhuma formação clássica, tem a forma de espírito de um historiador. É apaixonado pelo documento, pela precisão, pela verdade dos pequenos fatos. A paixão revolucionária em refluxo revela sua natureza de intelectual, contrariado em seu emprego anterior. Imagino-o abatido e doloroso, mas também liberado, naquele verão de 1924 em que deixa Moscou para encontrar em Yalta, na Criméia, a pequena Comuna libertária<sup>1</sup> onde reencontra Pierre Pascal e sua companheira, o jovem anarquista belga Nicolas Lazarevitch<sup>2</sup> e dois camaradas italianos. Já nos primeiros anos do regime soviético, aqueles que o serviram e que lhe dizem adeus propõem, para explicar sua ruptura, o argumento pelo qual Soljenitsin quebrará seu império: o pior do comunismo não é a opressão, mas a mentira. É uma constatação que reúne Pascal, o cristão, e Souvarine, o marxista.

- 
1. Boris Souvarine, "Pierre Pascal et le sphinx", compilações de Pierre Pascal, *Revue des Études Slaves*, t. LIV, 1982. Reeditado em Boris Souvarine, *Souvenirs sur Panaït Istrati, Isaac Babel, Pierre Pascal*, Éditions G. Lebovici, 1985.
  2. Nascido na Bélgica, Nicolas Lazarevitch (1895-1975) chega à Rússia em 1919, depois é obrigado a ir para a Romênia no verão de 1919. Em Milão, no período das ocupações de fábricas em 1920, retorna à Rússia, onde trabalha primeiro como operário, depois como tradutor junto ao Komintern. Já nessa época, critica o regime. Detido em 1924 por ter organizado um grupo de operários que militava por sindicatos autênticos, seria expulso em setembro de 1926. Ligado aos anarquistas russos exilados na França, foi expulso para a Bélgica, onde continua a militar ativamente. Em 1931, vai para a Espanha, cujo movimento social acompanhará com atenção. Retorna à França em 1936 e trabalha como revisor. Depois da guerra, sempre amigo de Pierre Pascal e de Souvarine, colabora com Albert Camus.

Contudo, Souvarine não sai de uma vez da órbita soviética, inaugurando com isso o esquema de ruptura destinado a se tornar o mais comum deles. Como a saída do comunismo pode ser comparada a uma espécie de desintoxicação intelectual, é ao mesmo tempo um momento preciso numa vida, definindo um antes e um depois, e uma recuperação do olhar crítico que, estendendo-se pouco a pouco a objetos cada vez mais numerosos, se escalona por um período mais longo, o tempo de se acostumar com sua própria audácia. Souvarine, de volta a Paris em janeiro de 1925, continua obnubilado pelo mundo de que acaba de ser expulso. Acompanha de muito perto a batalha de aparelho no interior da Secretaria Política Russa, e até volta a ter um pouco de esperança durante o ano de 1925, com a explosão da *troika* e a mudança de frente. Na derrota de Zinoviev, seu perseguidor do ano anterior, no XIV Congresso (dezembro de 1925), não consegue deixar de ver a promessa de uma desforra, embora seja também uma nova vitória de Stálin, associada a Bukharin e contra Trótski, que ele defendeu. Mas, ao mesmo tempo, ele eleva seu pensamento a uma crítica geral do sistema soviético tal como degenerou, não depois da morte de Lênin, mas desde Outubro. Embora esteja sob o efeito de uma exclusão temporária, suscetível em breve de apelação, e as circunstâncias possam parecer-lhe favoráveis a uma reintegração, não está nem um pouco arrependido. Não se cansa de escrever, tanto em seu *Bulletin Communiste*, que retomou, quanto na *Révolution Proletarienne*, publicada por seus amigos Monatte e Rosmer, também em má situação com a Internacional e com o PCF. O fato de ter reencontrado o pleno exercício de seu espírito crítico e de seu talento de observação serve para podermos julgá-lo com base nesta análise ‘pré-orwelliana’ da linguagem da Internacional: “Nenhum fato, nenhuma citação, nenhuma idéia, nenhum argumento: afirmações impudentes, com meia dúzia de palavras intercambiáveis, vindas das ‘cúpulas’ (pois até isso é decidido nas altas esferas)... Assim a frase: ‘Pela unidade bolchevique do Partido Leninista’; invertam a ordem dos adjetivos e obterão: ‘Pela unidade leninista do Partido Bolchevique’; invertam, em seguida, a ordem dos substantivos e terão: ‘Pelo Partido Bolchevique na unidade leninista’, e daí por diante. Não é maravilhoso?!...”

O homem que escreve essas linhas já saiu do sistema em que havia encerrado sua vida e seu pensamento. Não tem mais com ele essa cumplicidade fundamental que constitui a fraqueza da posição de um Trótski, de um Bukharin ou de um Zinoviev. A seu ver, mesmo o partido pode enganar-se, já que foi através da ditadura do secretariado-geral no partido que se instalou a ditadura burocrática no país. Quando a exclusão definitiva cai como uma navalha no final de 1926, a Executiva do Komintern golpeia realmente um adversário, batizando-o,

---

1. Jean-Louis Panné, *op. cit.*, p. 166.

em sua linguagem binária, de “contra-revolucionário”: suspeitando que tem mais a temer dele do que de seus inimigos tradicionais e que é preciso desacreditar de antemão suas lembranças e seus pensamentos.

De fato, a originalidade apresentada pela ruptura de Souvarine com o comunismo soviético tende a transformar-se muito rapidamente numa ruptura de combate. Sem dúvida, ainda durante alguns anos, Souvarine fala como comunista ‘não-conformista’, faz de seu *Bulletin* uma tribuna de oposição à política do Komintern, conclama os ‘militantes honestos’ a reagirem, e reivindica o legado da revolução dos Soviéticos. Mas, na realidade, seu pensamento logo segue uma outra inclinação, levando-o a ultrapassar o combate das facções para abarcar toda a história soviética. Podemos ver isto na recusa obstinada que opõe às propostas de defender Trótski, em 1927-1928, antes e logo depois de seu exílio. Não entra aí apenas o orgulho ou a paixão de não ser mais o segundo de ninguém. Mas ainda mais o sentimento de que a sua luta não é a mesma que a de Trótski. O antigo chefe do Exército Vermelho, mesmo exilado, ainda está cativo da superstição do partido, cuja lógica incansavelmente reproduz na oposição ‘de esquerda’, que quer reanimar à escala do movimento internacional. Ora, dessa lógica que faz parte da herança de Lênin, Souvarine não quer ser mais prisioneiro. Está além dela. Uma testemunha mais do que um ator. O historiador da falência do comunismo soviético.

Assim, muito cedo se instalou, na história do comunismo, uma história paralela da ruptura com o comunismo, que é inseparável dela. Ela irá reproduzindo-se até nós, a cada geração.

Esse fenômeno atinge todas as espécies de comunistas, os operários e os intelectuais, os veteranos e os neófitos, os *apparatchiks* e os ativistas da base, os simpatizantes e os militantes. Ele é mais interessante de observar entre os intelectuais, simplesmente porque estes vivem a revolução comunista como uma pura escolha, ou ainda, se se preferir, como uma crença separada de sua experiência social, uma negação de si mesmos destinada à realização de si mesmos, no tom de uma ascese religiosa. É neles que o prazer masoquista de se perder em prol de uma causa encontra sua mais completa expressão. É neles, por conseguinte, que a recuperação de si assume a sua forma mais brutal. E, enfim, eles escrevem, o que dá ao historiador a vantagem de seu testemunho.

Dentre os militantes que deixam a Terceira Internacional durante o período que estou considerando, muitos partem como alguém que se afasta de um caminho que não é o seu ou como se dissipa um mal-entendido. Frossard fora, no Congresso de Tours, um dos homens-chave para fazer aderir à bandeira de Lênin uma maioria do Partido Socialista Francês. Mas nunca se converteu ao bolchevis-

mo. Quis canalizar a paixão revolucionária do pós-guerra para um partido rejuvenescido, livre de seus elementos mais visivelmente comprometidos na União Sagrada. Quando a Internacional o põe para fora, em 1922, por instigação, aliás, de Souvarine, faz mais uma constatação de incompatibilidade de gênios do que vive uma real ruptura. Voltará sem dificuldades à SFIO, retomando seu lugar e sua vida de antes. Ao longo deste século, milhares e milhares de homens vão repetir essa experiência indolor. Mais ou menos próximos do comunismo conforme as épocas e as circunstâncias, dele se afastarão sem crise de monta, porque dele só conhecem o que o torna comparável aos outros movimentos políticos: fica mais à esquerda, eis tudo.

Homens, pelo contrário, como Pascal e Souvarine adotaram o comunismo como uma crença, não ousou dizer como uma fé, já que Pascal era também cristão e Souvarine teria recusado o termo porque não o era. Mas ambos investiram na revolução soviética a esperança de nela verem nascer o 'homem novo', livre, enfim, da desgraça de ser burguês. Ambos pagaram por isso um preço alto. Pascal abandonou sua carreira e seu país, Souvarine foi preso, antes de também se instalar em Moscou como um militante sob as ordens dos heróis de Outubro. Estão no coração da revolução, o único lugar que tem valor para eles; e é exatamente de lá que observam a morte da revolução. Lendo as crônicas e as cartas que eles escrevem de Moscou, ficamos espantados com o que eles já aceitam suportar: a vigilância policial, os exames de conformidade leninista, a retenção dos passaportes, a abertura da correspondência, a extinção de qualquer pensamento livre, em suma, um dispositivo extravagante de tirania anterior à morte de Lênin. Ambos acabam saindo do encantamento; Pascal, primeiro, e Souvarine, depois; cada um à sua maneira, mas cada um radicalmente, e cada um no sofrimento, através da solidão e do ensimesmamento, vacinados contra a tendência de reinvestir imediatamente e no mesmo lugar seu sonho do homem novo.

Sob esse aspecto, podemos compará-los também a Trótski, pelo qual têm ou tiveram simpatia, mas que se recusarão a seguir ou a imitar quando este se ergue contra Zinoviev, depois contra Stálin. Trótski combate Stálin mas submete-se antecipadamente ao partido, depositário de Outubro de 1917. Age para abrir uma outra via, mas a cada ocasião confirma que a Rússia bolchevique que o exila é um "Estado proletário". Expulso da URSS, vai enfrentar Stálin com um ardor que seu rival vitorioso só poderá extinguir com o assassinato. Mas o próprio brilho que seu talento de homem público e sua vida de perseguido conferem a essa batalha perdida camuflam a cegueira em que ele próprio se encontra acerca do que dá sentido ao seu combate. No poder, nunca hesitou em cometer uma medida terrorista. Vencido, deportado, expatriado pela força, ainda compartilha com o inimigo vencedor a idéia de uma absoluta ditadura do

partido, ou de uma necessária liquidação dos *kulaks*. Só combate o bolchevismo stalinista em nome de um bolchevismo de exílio: o que não quer dizer que as duas versões sejam idênticas, mas que ainda são parecidas demais para ele poder vencer uma pela outra. Indomável, incansável e até flamante, ele luta, porém, de joelhos diante de seus carrascos, cujo sistema político compartilha. Sem chances de vitória, prolonga a mitologia dos Sovietes, destinada aos desiludidos com o soviétismo real, oferecendo um ponto de apoio frágil à idealização de Lênin contra Stálin. Souvarine, por seu lado, sai rápido da mitologia. Ele se expõe antecipadamente, com isso, a todos os conformistas que lhe censurarão, ao longo do século, ter renegado sua juventude, sem compreenderem que por isso mesmo ele é interessante e verdadeiro.

Meu terceiro homem ilustra o caso inverso do de Pascal ou do de Souvarine. Georg Lukács vem de outro horizonte e percorre outro itinerário. Nascido húngaro, no Império de Francisco José, pertence à cultura alemã. Bolchevique da primeira hora, como eles, permanecerá, porém, comunista até sua última hora, em 1971. Não que não se tenha dado conta ou avaliado os dramas do movimento comunista ao longo do século; pelo contrário, não cessou de ser ao mesmo tempo sua vítima e seu dialético, mas nada nunca pôde alterar a sua convicção, que reafirma no limiar da morte: “o pior dos regimes comunistas é melhor do que o melhor dos regimes capitalistas”<sup>1</sup>.

Lukács oferece, assim, o exemplo típico de uma crença política que sobrevive durante mais de meio século à observação e até à experiência, sem jamais cessar de se justificar perante o tribunal da razão histórica. O maior filósofo contemporâneo da alienação capitalista passa a vida toda na alienação comunista. Não conheço uma definição melhor de seu caso do que esta frase de Saul Bellow: “Tesouros de inteligência podem ser investidos a serviço da ignorância, quando é profunda a necessidade de ilusão”<sup>2</sup>.

Nasceu em 1885 na aristocracia judia de Budapeste: a família é rica dos dois lados — a mãe, por herança, o pai, por talento<sup>3</sup>. Ela descende de um dos ramos mais velhos do judaísmo da corte alemã; ele, Joseph Löwinger, aprendeu na prática o comércio; tendo entrado no ramo bancário aos 18 anos, tornou-se aos

---

1. Georg Lukács, entrevista publicada na *New Left Review*, julho-agosto de 1971. Apêndice a *Georg Lukács, record of a life*, de Istran Eörsi, Verso Editions, 1983, p. 181.

2. Saul Bellow, *To Jerusalem and back*, Nova York, Avon, 1977, p. 162. Trad. francesa: Flammarion, 1977, p. 167.

3. Arpad Kadarkay, *Georg Lukács. Life, thought and politics*, Basil, Blackwell, 1991.

24 o presidente da sucursal húngara do Banco Anglo-Austríaco e um dos grandes financistas do império; foi logo enobrecido pelo imperador Francisco José; convertido, muda de nome e se torna Joseph von Lukács. Assim, o pequeno Georg já encontrou em seu berço muitas identidades: judeu e protestante, judeu e nobre, Löwinger e Von Lukács. Criança inteligente, precoce, voltada para os livros, logo vai inventar outras identidades para si mesmo, elegendo domicílio na cultura alemã, de onde rompe em espírito com o filisteísmo social de seu meio. Em outros tempos, ele teria sido o filho erudito, o rabino da família. Mas, na época em que nasceu e no ponto a que chegou a sua família, o judaísmo emburguesado já não lhe oferece mais do que um espelho ampliador diante do qual torna a representar a cena clássica do teatro burguês: o ataque dos filhos contra os pais. Neste caso, é a mãe que ele detesta por seu conformismo caricatural; seu pai, homem de negócios liberal e mecenas esclarecido, não constitui tanto um alvo para os seus sarcasmos; mas o que o sucesso dos judeus assimilados pode comportar de imitativo e de obrigado oferece um alvo privilegiado para o seu ódio à burguesia, que conservará por toda a vida. Prova disso, em suas notas de Heidelberg (1910-1913), é esta frase que o jovem Marx poderia ter assinado: "Os judeus são a caricatura do burguês". Lukács adiciona dois ódios de si mesmo: o do judeu e o do burguês. O primeiro é uma herança e o segundo, uma aquisição. Ambos somam seus efeitos.

O refúgio é o universal, mas não o da democracia moderna: o da filosofia, da literatura e da arte. Lukács é um puro intelectual, e como tal permanecerá toda a vida, mesmo quando tiver sido tragado pela História. De resto, ele estende seu desprezo do burguês a tudo o que muito cedo lhe aparece como as mentiras da política burguesa, da soberania do povo até o regime parlamentar. Enfim, a cultura alemã, sua pátria de verdade, o leva mais a arrancar sua alma do conformismo da multidão do que a salvar a humanidade. Ele vive em Kant, Goethe, Hegel, Schopenhauer, Kierkegaard, Nietzsche, ao mesmo tempo que dirige pequenos círculos filosófico-literários de vanguarda, em Budapeste. Apaixonado pelo teatro, presta um culto a Ibsen, a quem visita. Grande leitor de poesia, flerta por um momento com o pequeno grupo dos eleitos de Stefan George. Embebido da grande tradição filosófica greco-alemã, passa anos em Heidelberg, onde faz amizade com Max Weber. Ninguém encarna melhor do que esse jovem judeu húngaro, rico e infeliz, a angústia febril e abstrata que envolve a vida intelectual da Áustria-Hungria bem no início deste século. Na sociedade meio feudal, meio burguesa de Budapeste, ele está no centro de uma pequena boêmia aristocrática que procura a

---

1. Arpad Kadarkay, *op. cit.*, p. 11.



salvação contra a ameaça do moderno, antes mesmo de esse moderno ter realmente aparecido<sup>1</sup>. Mas a denúncia do Ocidente democrático e mercantil é um tema comum nos livros que ama, de Nietzsche a Dostoiévski.

Como passa ele daí, bruscamente, em 1918, ao bolchevismo? Para ele, como para tantos outros, a guerra vai romper a ordem do tempo. Porém, não imediatamente, pois, ao contrário de seus amigos alemães, ele não se sente engajado nem mesmo do lado dos impérios centrais. Consegue ter baixa do Exército graças a uma intervenção paterna e procura ir levando a vida. Nessa época, um primeiro casamento muito infeliz, que vive de maneira quase sacrificial, monopoliza as suas emoções. Mesmo a Revolução de Outubro não o tira de seu desinteresse pela política. Nesse ano de 1917, sua 'nova vida' anuncia-se mais por um acontecimento de ordem privada, que lhe dá uma companheira onde apoiar a angústia de sua vida. Mas ainda permanece hostil ao bolchevismo por razões morais e por uma rejeição kantiana de subordinar a ética à política. É a situação húngara do final de 1918 que o leva ao comunismo, pois é um dos primeiros adeptos do partido húngaro, em dezembro. É como se tivesse sido subitamente posto frente à frente com uma escolha inevitável e urgente, cujos termos e objetivos são o desenlace de sua interminável juventude.

A Revolução Bolchevique, o desastre alemão, toda a Europa central diante da tábula rasa: esse é também o pano de fundo das famosas conferências de Max Weber em janeiro de 1919<sup>2</sup>, nas quais a mais profunda cabeça política alemã adverte seus contemporâneos contra a tentação de investir fins absolutos na História, defendendo uma ética da responsabilidade. De fato, ele, patriota alemão, mergulhado na catástrofe nacional, conserva a cabeça fria. Pesando o perigo do contágio russo, o papel futuro da América<sup>3</sup>, o futuro da Alemanha. Mas seu aluno e amigo húngaro, que em vão tentara, nos anos anteriores, fazer com que fosse eleito professor em Heidelberg, cede à inclinação milenarista favorecida pelas circunstâncias: põe sua salvação nas mãos da História.

Assim, a guerra de 1914-1918 separou dois homens, mas não no mesmo momento, não da mesma maneira e não pelo mesmo espaço de tempo. Quando

- 
1. Sobre o primeiro Lukács, o jovem esteta de Budapeste: György Markus, *The life and the soul: the young Lukács and the problem of culture in Agnès Heller* (org.); *Lukács reappraised*, Columbia University Press, 1983.
  2. Max Weber, *Politik als Beruf*, 1919; *Wissenschaft als Beruf*, 1919 [*La politique comme vocation, la science comme vocation — Ciência e política: duas vocações*], ed. francesa: *Le Savant et le politique*, prefácio de Raymond Aron, Plon, 1959.
  3. Max Weber escreve em novembro de 1918: "Evitamos o pior — o chicote russo... A dominação mundial da América tornou-se tão inevitável quanto à de Roma na Antiguidade, depois das Guerras Púnicas. Espero que ela continue a não ser o objeto de uma partilha com a Rússia... pois o perigo russo foi hoje evitado, mas não para sempre". Citado em Arpad Kadarkay, *op. cit.*, p. 188.

ela estoura, em 1914, Max Weber adota as razões alemãs, sem avaliar os seus riscos, ao passo que Lukács teme de qualquer forma o seu resultado, sem sentir as suas paixões. Quando ela se encerra, em 1918, Max Weber avalia seus estragos na história européia, ao passo que Lukács toma esse crepúsculo por uma aurora.

Pela subitaneidade da passagem, seu caso apresenta o caráter de uma conversão. Pascal estivera apaixonado pela Rússia antes de aderir a Outubro. Souvarine estivera ligado à extrema esquerda revolucionária, antes de reconhecer Lênin como chefe. Lukács, por sua vez, não amou nem a política nem a Rússia. Até então, ele nunca tinha saído de um trabalho interior sobre si mesmo, ascese estetizante pela qual tenta conjurar a derrisão constitutiva do burguês. Quanto à Rússia, ela é apenas, aos seus olhos, assim como aos dos alemães, uma cópia primitiva da história prussiana. Os grandes escritores que sua terra acabou produzindo, como Dostoiévski, não dizem outra coisa, à sua maneira, a não ser a infelicidade moderna. Assim, Lukács, ao aderir ao comunismo leninista, remaneja bruscamente os termos filosóficos em que se coloca o problema de sua vida. É o que aparenta seu gesto a uma iluminação. A preocupação de sua alma não mais se encontra na grandeza moral ou na arte e sim na história e na política. Escolha heróica e irracional, em que o filósofo reconhece o trágico da existência e também investe, sem o saber, a violência masoquista que o possui desde a infância. O bolchevismo será daí em diante seu porto seguro e sua prisão.

Como diz uma testemunha da época: “O comunismo encontrou Lukács, e não o inverso”. Ele constituiu uma saída para a sua miséria filosófica e deu uma forma positiva a seu desespero de existir. A paixão de apelar para a História está no ar do tempo. Outros, para quebrarem o ciclo alemão da bela alma, se orientarão para o fascismo, a partir de uma fusão moral com o Volk redentor. Mas esse judeu húngaro só pertence ao germanismo pela cultura, e o bolchevismo lhe oferece, com Marx, uma caução ao mesmo tempo alemã e universalista, mais apropriada à sua expectativa. Vai a ele como a uma filosofia mediatizada pelo Outubro russo e pela revolução húngara. Os acontecimentos definem a urgência de sua adesão, mas não sua razão, tirada de uma outra ordem. No mesmo momento em que confia seu destino à História, Lukács não vai juntar-se nem ao povo russo, como Pascal, nem à revolução leninista, como Souvarine, mas a dois de seus grandes predecessores, Hegel e Marx.

Aliás, ele permanecerá toda a vida estranho à política, embora não cesse de ser um juguete dela — atravessando toda a história do comunismo, de que é o maior filósofo, sem compreender a sua natureza, que escapa ao seu campo de reflexão. No mais das vezes, os militantes do bolchevismo estão no caso con-

---

1. Arpad Kadarkay, *op. cit.*, p. 203.

trário: medíocres filósofos, a começar por Lênin, aliam a esse simplismo ideológico muito virtuosismo nas manobras de aparelho e na manipulação dos homens. Lukács, por sua vez, conhece e trabalha Marx como seu anjo da guarda em meio às trevas da ação, desesperando-se se essa referência última vem obscurecer-se ao longo do movimento. Esse intelectual fim-de-século se improvisa como a ligação entre Marx e Lênin, o que ainda não é nada em comparação com a etapa seguinte: associar Marx a Stálin.

Dáí que sua existência comunista apresente esse caráter literário que provavelmente o preservou, se não da infelicidade, pelo menos da liquidação. É verdade que ele começou, pelo contrário, com trabalhos práticos, já que, assim que se tornou, aos 33 anos, um catecúmeno da Igreja bolchevique, e antes mesmo de ter lido Lênin, Lukács é comissário do povo adjunto para a Educação na efêmera República húngara dos Conselhos, formada sob o modelo soviético. O filho entrou, finalmente, numa verdadeira guerra contra o pai. Serve até, durante seis semanas, na frente de batalha, contra os Exércitos romeno e tcheco, como comissário político junto à quinta divisão do Exército Vermelho húngaro. Existem fotografias extraordinárias desse Lukács meio civil, meio soldado, discursando para os soldados 'proletários', num longo impermeável abotoado até o colarinho, de onde emerge um fino rosto de intelectual, a meio caminho entre Groucho Marx e Trótski. Rogo ao leitor que não considere desaforada a comparação. Ela exprime o caráter um pouco irreal, de qualquer forma paródico, desse primeiro e último contato entre Lukács e a grande política bolchevique; um papel que ele efetivamente só terá representado uma única vez. A peça, é verdade, não estava à altura de sua conversão moral.

Nascida de um mau acordo de cúpula entre social-democratas e comunistas, seguida de um fracasso socialista, a República húngara dos Conselhos<sup>1</sup> — na obsessão do precedente soviético, dirigida por um aventureiro, Béla Kun — nunca teve nem realidade operária, nem sustentação popular. Sua derrota militar e política foi saudada por um alívio quase unânime da opinião. Superativo e intrépido ao longo de todos esses 130 dias, Lukács sai derrotado, ameaçado de morte, procurado e, além disso, brigado com Kun e já malvisto em Moscou por seus exageros esquerdistas.

Começa então para ele um longuíssimo exílio, já que só voltará a Budapeste em 1945. Vive em Viena, depois na Alemanha e por fim em Moscou, a partir de 1930. Embora os anos vienenses não tenham sido fáceis, os de Moscou serão os piores. Uns e outros serão feitos de batalhas ao mesmo tempo minúsculas e encarniçadas no interior da emigração comunista húngara, de que acaba

---

1. Cf. *supra*, p. 78.

sendo expulso em 1929; mas, em Viena, mesmo perturbado pela polícia e pelas preocupações materiais, Lukács pôde terminar seu grande livro, *História e consciência de classe*<sup>1</sup>, publicado em 1923: em Moscou, ele reencontra a polícia — a dos seus — e a miséria de viver, agravadas pela impossibilidade de publicar e de falar, mesmo em casa. Está isolado, como Pascal antes dele, naquele Instituto Marxista de Riazanov, onde o poder confina os marxistas suspeitos. Tem de repetidas vezes renegar o seu livro. Seu genro logo é mandado para o Gulag. Ele próprio será preso por um momento, em 1941, acusado de ser um agente da polícia secreta húngara. Victor Serge, que o admirava, conheceu-o no início desses anos terríveis; lembra-se de tê-lo encontrado na época, em companhia de sua mulher, numa rua de Moscou: “Ele trabalhava no Instituto Marx-Engels, abafavam seus livros, ele vivia corajosamente no medo; quase um conformista, não ousou cumprimentar-me num lugar público, pois eu estava excluído e era conhecido como opositor<sup>2</sup>”.

“Quase um conformista”, que quer dizer isso? Victor Serge, que muito cedo foi um proscrito do interior, refere-se provavelmente ao conformismo político de Lukács, que nunca deixou de se conformar ao curso dos acontecimentos no interior do Partido Bolchevique. Não teve razões para se inclinar por Zinoviev, de quem Béla Kun era amigo. Não esteve propenso a seguir Trótski, que acusa de anti-sovietismo. Vencedor, Stálin encarna, por isso mesmo, a razão da história mundial, que o filósofo transformou em regra de sua salvação. Daí ele não ser stalinista por cinismo, mas, pelo contrário, por sabedoria; e não por sabedoria de resignação, mas por sabedoria filosófica. Jovem, pensara escapar à fatalidade do mundo burguês pela via do espírito. No meio da vida, conserva a recusa feroz de sua juventude, mas traz a ela uma outra solução: o retorno hegeliano da consciência de si à unidade, pela ação revolucionária do proletariado, sob a insígnia de Marx.

O livro de 1923, que teve de renegar em Moscou, onde todo pensamento livre, *a fortiori* sobre Marx, é proibido, apresentou, porém, a teoria desse fideísmo político. *História e consciência de classe*, com efeito, reencontra o tom do jovem Marx para descrever as desgraças da alienação capitalista, a transformação dos homens em coisas através do dinheiro. Se o proletariado é o único capaz, como classe uni-

---

1. Trad. francesa: Éditions de Minuit, 1960. Trad. inglesa: acrescida de um prefácio de 1967, de Rodney Livingstone, The MIT Press, 1968.

2. Victor Serge, *op. cit.*, p. 198. Serge data esse encontro de 1928 ou 1929. Ele deve ter sido, na realidade, mais tardio, já que Lukács se instala com sua mulher em Moscou em 1930. O próprio Lukács assinalou o erro, em seus elementos de autobiografia redigidos em seus últimos anos de vida. (Cf. “Gelebts Denken notes towards an autobiography” in *Georg Lukács, record of a life*, *op. cit.*, p. 143).

versal, de pôr fim a essa 'reificação', devolvendo ao trabalho seu valor de humanidade, então a consciência de classe desse proletariado forma o meio necessário dessa reapropriação. Esse movimento efetua na realidade o que Hegel concebeu como reunião do sujeito e do objeto, no fim da história do Espírito. Restituindo-a tal como o jovem Marx a pensara, Lukács critica implicitamente a teoria da consciência como 'reflexo' da realidade em Lênin, ou a dialética da natureza em Engels. Mas, com isso, valoriza o papel do agente subjetivo na emancipação humana e dá, assim, ao 'ponto de vista de classe' um poder quase absoluto.

O marxismo de Lukács é hegeliano demais para não expor seu autor às acusações de idealismo, da parte dos cães de guarda do Kremlin; isso é tão verdade que Lukács escreve em segredo, durante esses anos moscovitas, aquele *Jeune Hegel* (*Jovem Hegel*) que só poderá ser publicado em Zurique, em 1948<sup>1</sup>. Contudo, sua interpretação de Marx é 'subjetivista' demais para não acorrentá-lo definitivamente ao Partido Bolchevique, uma vez ele atestado como a consciência do proletariado e identificado como aquilo que realiza a totalidade do movimento histórico. Assim, ele não deixará nunca de ser esse personagem duplo aos olhos do exterior; por um lado, um intelectual culto e sutil<sup>2</sup>, que vê no marxismo o meio de superar a contradição moderna tal como a distinguiram as melhores cabeças da Europa. Por outro, um espírito limitado pela Revolução Bolchevique como desenlace da história universal. Ele próprio não sente nenhuma divisão. Não se cansa de escavar o sentido do marxismo, sem nunca se interrogar sobre o bolchevismo. Obcecado pelo desejo de dar ao leninismo um fundamento filosófico mais autêntico do que o próprio Lênin, é indiferente à história da União Soviética e se sente quase feliz por ser pessoalmente um saco de pancadas dela<sup>3</sup>.

A fórmula de Victor Serge é perfeita: "quase conformista". Por conta do quase, coloquemos as críticas menores (jamais expressas antes de 1956) feitas a Stálin, por ter exagerado na unidade do partido, desprezado demais as mediações necessárias à ação revolucionária, subordinado demais a cultura à propaganda; o que não é nada relativamente à construção do socialismo na URSS e à necessidade da luta antifascista: Lukács é um conformista. Ele atravessou a história comunista como militante derrotado pelo adversário e pelos seus; atravessou a União Soviética não como viajante, mas como testemunha constante. Desde que quis passar do ar rarefeito dos círculos intelectuais para a fraternidade com as massas, quase só conhe-

---

1. Edição francesa, publicada em 1981: *Le Jeune Hegel*, Bibliothèque de Philosophie, Gallimard, 2 vols.

2. Andrew Arato, Paul Breine, *The young Lukács and the origins of western marxism*, Nova York, Seabury Press, 1979.

3. Sobre a sedução do despotismo em Lukács: Lee Congdom, *The young Lukács*, Chapel Hill, University of North Carolina Press, 1983.

ceu o renegamento e a solidão. Todavia, nada o faz renunciar à idéia da superioridade essencial do socialismo stalinista sobre a democracia liberal e, menos ainda, questionar os fundamentos ideológicos do bolchevismo. Sua vida não conta aos olhos de sua idéia do comunismo. Não cessará de afirmar, até a morte, o caráter sincero de suas diferentes autocríticas, e não há razão para não acreditarmos nele. Sua interpretação de Marx não teria sentido, a seu ver, se devesse chocar-se contra o partido que guia a emancipação do proletariado mundial. O que há de mais sutil em Lukács comanda o que há de mais cego. Vem daí também o caráter desigual de sua obra, profunda quando se trata de Hegel ou de Marx, muitas vezes sumária quando se trata de ilustrar o socialismo real à custa da decadência capitalista<sup>1</sup>. É difícil não subscrever o julgamento de Kolakowski, segundo o qual Lukács só criticou o stalinismo no interior do stalinismo<sup>2</sup>.

O fim de sua vida ilustrará aos olhos do mundo esse cativo interior que o fixa a uma idéia da União Soviética poderosa o bastante para esconjurar o que sabe de sua história. Embora tenha participado ativamente da instauração da ditadura stalinista na Hungria depois da guerra, Lukács esteve a ponto de ser preso em 1949-1950; sai-se com uma nova série de autocríticas. Essa é também a época em que publica seu pior livro, *Destruction de la raison* (*Destruição da razão*), 1954. Vêm os dias melhores, depois da morte de Stálin, quando reencontra num partido dividido certa margem de manobra. Mas só toma abertamente partido em outubro de 1956, aceitando ser ministro da Cultura no gabinete Nagy<sup>3</sup>, alguns dias antes da intervenção dos tanques soviéticos. O ministro da Cultura de 1956 será ainda mais meteórico do que o comissário da Educação de 1919, e ainda mais infeliz. Mal foi nomeado, já pede demissão do cargo, hostil ao fim do partido único e à saída da Hungria da órbita soviética. O que não o impede de ser preso pelos homens da KGB, ao mesmo tempo que Nagy, ao sair da embaixada iugoslava, onde também se refugiara no momento da intervenção soviética. Estóico, sarcástico, o velho partilha por algum tempo a sorte de uma revolta popular cuja deriva 'burguesa' desaprovava. Deportado para as cercanias de Bucareste, num dos castelos kafkianos da Nomenklatura romena, recusa-se a ser testemunha de acusação na instrução secreta contra Nagy, embora esteja politicamente mais próximo de Kadár do que de seu efêmero chefe de governo<sup>4</sup>. A

---

1. Tenho em mente a *Destruction de la raison*, 1954; e, em geral, o espírito maniqueísta que dirige a sua estética.

2. Leszek Kolakowski, *Main Currents of Marxism*, vol. III, *The breakdown*, Clarendon Press, 1978, pp. 253-307.

3. Cf. *infra*, pp. 522-526.

4. Cf. Arpad Kadarkay, *op. cit.*, cap. 19, pp. 434-438.

honra está salva, na falta de virtudes mais 'proletárias'. Sobrevivente desse último naufrágio, que fortalece no Ocidente a sua aura revisionista, o filósofo da práxis passa o fim da vida em seu Olimpo, reunindo os elementos de uma 'ontologia do marxismo'. Claude Roy encontrou-o, nessa época, em sua grande residência às margens do Danúbio e pintou numa frase o seu imóvel personagem: "Como havia escapado dos últimos males da Sibéria ou do cadafalso, o velho *rabbi* hegeliano guardava, aos 80 anos, a última palavra".

Seu exemplo ilustra, embora em sentido inverso, o mesmo fenômeno que revelaram as rupturas de Pascal e de Souvarine com o Komintern: no bar das crenças políticas, que ocupam um lugar tão grande na mente dos modernos, o comunismo constitui um licor particularmente forte em teor ideológico. Nem tanto por sua resistência à experiência: esse traço é comum a todas as convicções militantes, amplamente impermeáveis aos fatos. Nem por uma excepcional longevidade: a fé comunista se perde ou se quebra com mais frequência, talvez, do que qualquer outra crença política, a julgar pelos milhões de ex-comunistas produzidos por este século. O que ela tem de particularmente significativo, em grau de investimento psicológico, vem do fato de parecer unir a ciência e a moral: duas ordens de razões tiradas de universos diferentes e miraculosamente reunidas. Quando acredita realizar as leis da História, o militante luta também contra o egoísmo do mundo capitalista, em nome da universalidade dos homens. Ele aconchega sua ação numa boa consciência de novo estilo, exaltada como uma virtude cívica, e comparável, porém, ao filisteísmo burguês, que ele detesta: a angústia de viver não tem mais alcance sobre ele. Mas a ruptura desperta-o, acompanhada de uma solidão duplicada. Independentemente de suas 'razões' e de seus caminhos, todos os comunistas acreditaram ou acreditam viver antecipadamente a reconciliação do homem consigo mesmo. Lukács jamais quis deixar o sofrimento e o prazer dessa segurança quase divina.

---

1. Claude Roy, *Somme toute*, Gallimard, *Folio*, 1976, pp. 139-145.

## V

### O Socialismo num só País

A primeira época do soviétismo encerra-se nesses anos em que a Internacional expulsa Souvarine e em que Souvarine se separa moralmente da Internacional. Usei o personagem como símbolo da primeira diáspora bolchevique, que iria ser seguida de tantas outras. Na tragédia geral que constitui a Revolução Russa, ele dá o sinal da tragédia em surdina que vão ser a batalha, a derrota, o exílio, a liquidação dos bolcheviques de Outubro de 1917. Assim, embora essa primeira época da experiência soviética esteja longe de ser homogênea, comportando ao mesmo tempo o comunismo de guerra e a NEP, ela é, contudo, fácil de distinguir do que vem depois dela, uma vez que é conduzida de ponta a ponta pelo fundador do regime — o homem sem o qual a Revolução de Outubro não teria acontecido — e até, se remontarmos um pouco mais no passado, sem o qual o próprio Partido Bolchevique não teria existido.

Pouco importa, portanto, Lênin ter aplicado políticas contraditórias. Ele confere uma unidade existencial, prática e mitológica, à revolução. Goza desse enorme poder de encarnar um dos grandes papéis da democracia moderna: conduzir seu povo a um futuro exemplar e novo, livre dos pesos do passado. Essa imagem o dispensa do ônus da prova e estende seus benefícios a todo o Partido Bolchevique: quanto ao terror e à fome, a contra-revolução é a única responsável. Para quem quer entender como se formou o mito soviético, o personagem de Lênin é essencial. Aliás, ele foi feito sob medida para isso, mais ainda do que Robespierre. Tudo que ele tem de abstrato contribui para o que tem de universal.

Ora, seu falecimento modifica tudo nessa economia da imaginação revolucionária. Ele traz de volta, naturalmente, o que obsedia toda a crença revolucionária: o fim da revolução.



Um fim já evocado antes, quando Lênin era vivo: logo depois da guerra de intervenção e do fracasso do Exército Vermelho diante de Varsóvia, ou também logo depois de Kronstadt, logo depois da NEP. A retirada militar assinava o final da contra-ofensiva soviética na Europa. A insurreição dos marinheiros de Kronstadt e a repressão que se seguiu marcavam o “crepúsculo sangrento dos Sovietes”, encenado por Lênin e Trótski. A NEP fazia erguer-se o fantasma de Termidor. No próprio interior do Partido Bolchevique, a “Oposição Operária” já denunciara o congelamento burocrático da revolução: a derrota do grupo, seguida da proibição das frações, quebrava o único termômetro que restava sobre o estado da sociedade e da opinião. O próprio Lênin, que lutara durante toda a vida em seu pequeno partido para fazer com que nele prevalecesse a sua linha, impunha a seu partido agora grande e todo-poderoso a submissão ao seu chefe. Que essa evolução fosse conforme a uma certa lógica em sua concepção do partido como vanguarda, Rosa Luxemburgo já o predissera há muito tempo. E já em 1920-1921, a velha militante Angelica Balabanova e o fiel Pierre Pascal se afastavam dessa revolução petrificada.

Mas um pouco mais tarde, em 1923, a doença, seguida da morte de Lênin atingem em profundidade a ilusão de um Outubro universal. Pois a morte do chefe se inscreve no refluxo geral do movimento que ele soubera encarnar.

Ele nunca pensou que a revolução proletária pudesse vencer, ou até sobreviver por algum tempo, apenas na atrasada Rússia. Ele imaginou Outubro de 1917 apenas como a abertura de um vasto evento internacional, tão internacional quanto a guerra que constituía o seu pano de fundo: a Europa ‘civilizada’ iria seguir a Rússia e, nessa Europa, a Alemanha antes de qualquer outro país. Predição que tomara corpo lentamente, pois ele próprio tivera de lutar no Comitê Central para obrigar seus camaradas a assinarem, em março de 1918, a capitulação de Brest-Litovsk<sup>3</sup>, mas à qual o fim da guerra dava, em novembro, certa consistência: pela analogia que as revoltas dos marinheiros e dos soldados alemães apresentavam com a debandada do Exército russo do ano anterior, parecia que uma nova revolução dos Sovietes estava começando no centro da Europa,

---

1. Tomo a expressão de uma brochura de Ida Mett, *La Commune de Kronstadt, crépuscule sanglant des Soviets*, Spartacus, 1948.

2. Cf. *supra*, p. 132.

3. Depois de terem preparado conjuntamente o *putsch* de outubro, Lênin e Trótski se contrapõem durante a negociação com os alemães. Trótski prende-se à seguinte alternativa: “Ou a Revolução Russa determinará um movimento revolucionário na Europa, ou as potências européias esmagarão a Revolução Russa”, ao passo que Lênin convida, de preferência, a agüentar firme, cedendo às exigências alemãs para obter uma trégua. Lênin, minoritário no Comitê Central, ameaça demitir-se para impor suas posições. Quanto a Trótski, adota uma posição mediana: nem guerra nem paz. A retomada da ofensiva alemã, que não encontra nenhuma resistência, faz com que o debate seja resolvido a favor de Lênin.

na pátria do marxismo, onde o proletariado iria resgatar, com sua ação, a traição de seus chefes em 1914. O Exército estava vencido, o cáiser havia sido forçado a emigrar, o poder tornara-se ilegítimo com a derrota. A Alemanha iria ser a grande continuadora da Revolução Russa.

Mas a Alemanha, mais uma vez, teve uma revolução gorada, e gorada várias vezes: no fim de 1918, entre janeiro de 1919 e abril de 1920, finalmente em 1923, na Alemanha central e em Hamburgo. No entanto, a expressão 'revolução gorada', tirada do precedente de 1848, oculta, talvez, um erro de avaliação, na medida em que supõe a hipótese de que a revolução fosse possível. Na guerra civil esporádica que assinala os primeiros anos da República de Weimar, dois partidos extremos se combatem fora das leis e, ao se combaterem, têm em comum a ambição de destruírem a República constitucional. Ora ambos, o comunista e o nacionalista, impressionam o historiador mais por sua fraqueza do que por sua força. Poderão fazer *putschs* efêmeros, mas não conquistar duradouramente o poder. Mesmo assim, o menos fraco dos dois é provavelmente o da extrema direita, que se esteia no ódio à desordem, no medo do comunismo, na tradição militar e na desgraça nacional. No outro extremo, frente aos corpos francos e aos grupos e grupúsculos nacionalistas, a revolução proletária à maneira bolchevique reúne apenas elementos muito minoritários da classe operária e chefes divididos, mesmo (talvez sobretudo) depois do nascimento do Partido Comunista Alemão.

Durante todo o período, com efeito, o movimento sindical e a grande maioria da social-democracia alemã permanecem firmemente hostis à Revolução Bolchevique e praticam uma política inversa à dos bolcheviques na Rússia de 1917: querem conseguir Fevereiro e evitar Outubro. Na boa ortodoxia kautskista, lutam por fundar uma República democrática num país onde a aristocracia militar e a monarquia tiveram uma longa sobrevida. Para eles, o importante é deter a desagregação do I Reich no ponto preciso em que a dissolução do poder possa criar condições favoráveis a um Outubro alemão. Daí eles não hesitarem em se apoiar no que resta do Exército regular, a Reichswehr, e até, de quando em quando, por intermédio dela, nos corpos francos, para esmagarem os embriões dos Sovietes alemães. Mas também acontece o contrário: a tentativa de *putsch* militar de Kapp<sup>1</sup>, em março de 1920, apoiada por uma parte da Reichswehr, é derrotada pela greve geral, convocada pelos sindicatos. As circunstâncias levaram os socialistas a assumirem o comando da resistência a um golpe de Estado de direita.

---

1. Já em 1919, o jornalista nacionalista Wolfgang Kapp trava relações nos meios militares para realizar um *putsch* contra a República de Weimar. Com o apoio do general Von Lüttwitz, comandante das tropas de Berlim, e do corpo franco Erhard, passa à ação a 13 de março de 1920. Sua tentativa fracassa ao cabo de quatro dias. Durante esses acontecimentos, o Partido Comunista Alemão permanece neutro.

Pobre social-democracia alemã, posta entre dois fogos, que a privam um do vocabulário nacional, outro do prestígio revolucionário. Ela deixou que lhe atribuissem a responsabilidade pela derrota e endossou Versalhes. Tem de combater os bolcheviques, que durante muito tempo lutaram sob a mesma bandeira que ela e pelas mesmas idéias. Silenciosa sobre a guerra, que atravessou sem amá-la nem combatê-la e hostil a uma revolução que lhe vem do lado errado da Europa, ela recebeu da História uma missão paradoxal: fundar e defender uma República burguesa. Missão inédita, prosaica, defensiva, que não desperta nenhum eco em sua tradição, nem no espírito do tempo e menos ainda na imaginação política alemã.

Contudo, essa social-democracia, espiritualmente um tanto pobre, cativa de um marxismo emburguesado e posta numa situação tão pouco conforme às suas expectativas, vai ganhar a partida: no final de 1923, o fracasso da insurreição comunista em Hamburgo, seguido da falência do *putsch* Ludendorff-Hitler em Munique, marca para a República o outono da vitória. Mesmo a ocupação do Ruhr pelos franceses não modificou a desigualdade das forças; prova disso é a facilidade com que foram vencidas as revoltas de extrema esquerda e de extrema direita. Se os social-democratas, a despeito de uma situação política tão difícil, puderam permanecer tão fortes, não foi porque, como pretende a interpretação comunista, eles “entraram a serviço” da burguesia: essa interpretação puramente voluntarista do fracasso bolchevique na Alemanha, através da indignidade dos social-democratas, silencia o essencial das razões desse fracasso. Não que fatores subjetivos não tenham tido o seu papel, como, exatamente, a fidelidade republicana dos socialistas à Constituição de Weimar, ou o irrealismo das políticas alemãs do Komintern, ou as divisões dos chefes do Partido Comunista Alemão (PCA). Mas eles, com certeza, foram menos importantes do que os elementos objetivos que tornaram inoperante a idéia de estender o Outubro russo à Alemanha.

Lênin tivera um senso muito agudo do caráter excepcional das circunstâncias que o haviam levado ao poder. Tão excepcional, na verdade, que, antes de seu retorno de Genebra e de suas retumbantes *Teses de abril*, ninguém no estado-maior bolchevique se dera conta da possibilidade dessa segunda Revolução Russa, logo depois de Fevereiro. E até os dias que precederam a tomada do Palácio de Inverno pelos soldados vermelhos, alguns de seus mais próximos camaradas, como Kamenev e Zinoviev, tinham tomado posição contra essa tentativa ariscada. Todavia, Lênin ganhara sua aposta, com esse senso extraordinário da ocasião, esse faro do poder característico de seu gênio de homem de ação. Mas ele conhecia a fragilidade de sua vitória, inseparável das circunstâncias que a haviam permitido: sentimento que o trazia de volta a um marxismo mais ortodoxo do que o das *Teses de abril*, restituindo seu papel às leis do desenvolvimento social. “Foi o fato de sermos um país atrasado que nos permitiu estarmos

adiantados”, diz ele num discurso ao Soviete de Moscou de abril de 1918, “e devemos perecer se não resistirmos até o momento em que nossa revolução receber uma ajuda eficaz dos revoltados de todos os países<sup>1</sup>”. Todo o investimento alemão dos bolcheviques e da Internacional está nessa frase, que vem coroar em novembro do mesmo ano, com a derrota, a desagregação do Reich.

Revolta dos marinheiros e dos soldados, agitação operária, demissão do cáiser, substituído por um governo burguês que deve fazer, ao mesmo tempo, a paz e uma Constituição: essas características, que parecem aparentar novembro de 1918 na Alemanha a Fevereiro de 1917 na Rússia, são, porém, enganosas. A anomia alemã do outono de 1918 não é comparável à anomia russa do inverno de 1917. Provocada por um choque exterior, ela é um produto da derrota, ao passo que o Império Russo desmoronou por e sobre si mesmo, como decomposto desde dentro. Na Alemanha de Guilherme II, toda imbuída da idéia de sua eleição nacional, a capitulação militar traz consigo a matéria de um terremoto moral. Mas não dilacera a sociedade. Não faz tábula rasa das hierarquias e das tradições. Não abole o império dos partidos sobre a opinião. Prova disso é o lugar ocupado no centro do tabuleiro político pelos socialistas majoritários, pelo Centro católico e pelos democratas liberais; mais ainda, talvez, o papel desempenhado pela Reichswehr; mais ainda, enfim, pela remobilização, na extrema esquerda, dos corpos francos, em que o espírito aristocrático e militar ressurgiu da humilhação sofrida pela nação. A Rússia de 1917 derivara para o bolchevismo, sem jamais se deparar com classes sociais, partidos ou vontades firmes o bastante para dominarem a anarquia e devolverem consistência ao poder do Estado. Nada de parecido acontece na Alemanha de depois de novembro de 1918. O breve levante dos Sovietes de operários e de soldados, mais luxemburguista, aliás, do que leninista, é esmagado já em meados de janeiro de 1919. E o que se forma de extrema esquerda leninista nos meses e anos seguintes constituirá mais um argumento de tribuna para os nacionalistas do que uma verdadeira ameaça revolucionária. Para a jovem República alemã, atingida já no nascimento pela lenda da ‘punhalada pelas costas’, o maior perigo continua sendo a extrema direita. O segundo episódio dessa batalha triangular, entre 1930 e 1933, mostrará isso muito bem.

Contudo, Lênin nunca se cansou de apelar por socorro e de preparar a revolução alemã. Este também foi o pensamento supremo da Terceira Internacional, fundada já em 1919 em Moscou, apesar das advertências de Rosa Luxemburgo: o universalismo do modelo de Outubro de 1917 tinha o seu primeiro teste em Berlim. Por um lado, a analogia superficial das situações levava ao otimismo. Por outro, o sucesso de uma segunda revolução proletária no epi-

---

1. Boris Souvarine, *Staline. Aperçu historique du bolchevisme*, Ivrea, 1993, p. 172.

centro da Europa culta iria aliviar o evento russo do que tivera de excepcional, reintegrando-o numa vaga de fundo da História, como o primeiro de uma série. Enfim, a Revolução Russa era fiel a seu próprio espírito, inspirando contra a Revolução de Weimar um combate paralelo ao dos corpos francos. Ela própria dissolvera a Assembléia Constituinte, depois de ter abreviado ao máximo a duração do episódio 'burguês' que a queda do czar inaugurara em fevereiro. E todos os bolcheviques se lembravam de que a tentativa contra-revolucionária do general Kornilov<sup>1</sup>, em setembro, lhes abrira o caminho para o poder.

Independentemente dessas considerações de circunstância, eles obedeciam à lógica revolucionária, que reduz o campo político a duas e apenas duas posições. Quem não está a meu favor está contra mim. Quem não é revolucionário é contra-revolucionário. Terrível simplificação, cujos perigos para a liberdade a Revolução Francesa mostrara, e cujos termos são agravados pela de Outubro de 1917. Com efeito, a propensão da ditadura jacobina a batizar de "aristocrata" o menor burguês ou o mais modesto camponês, quando temem as requisições ou a ida do filho para a guerra, recebeu de Marx e de Lênin uma bênção filosófica que lhe confere a força de um dogma. Como todos os combates políticos podem ser deduzidos da luta de classes e como a hora do pós-guerra é a da revolução proletária, a batalha pelo poder nos grandes países da Europa joga uma contra a outra a burguesia e a classe operária, e passam a existir apenas partidos operários e partidos burgueses — os primeiros, revolucionários, e os segundos, contra-revolucionários. Que os bolcheviques se considerem e se proclamem os únicos verdadeiros representantes da classe operária, a Revolução de Outubro o mostrou: já em meados de 1918, eles foram os únicos que permaneceram em cena, tendo rompido até com os socialistas-revolucionários de esquerda, depois de terem retomado, porém, a política agrária deles<sup>2</sup>. A partir daí, todas as forças políticas que não sejam eles são apenas disfarces contra-revolucionários, dos mencheviques aos guardas brancos. Por que seria diferente na Alemanha, dos social-democratas aos homens dos corpos francos? A revolução leninista tende a unificar tudo o que pensa derrubar.

- 
1. A 9 de setembro de 1917, o general Kornilov, comandante-em-chefe do Exército russo, é destituído por Kerenski. Recusando-se a se submeter, marcha sobre Petrogrado. Para derrotá-lo, o governo provisório apóia-se nos bolcheviques que agiam na clandestinidade desde as Jornadas de julho. Estes últimos retomam, então, uma influência inesperada, ao passo que o general Kornilov é abandonado por suas tropas.
  2. O famoso decreto sobre a terra que se seguiu a Outubro de 1917 não criou uma propriedade social da terra. Ele permitiu que fosse distribuída aos camponeses a grande propriedade fundiária, por intermédio de comitês locais e de Sovietes camponeses regionais. Ele é tirado inteiramente do programa socialista-revolucionário, como uma concessão bolchevique destinada a fortalecer a aliança entre campesinato e classe operária.

Ela, porém, conhece também o imperativo tático de utilizar este ou aquele adversário para seus próprios fins, se ele avançar numa ordem dispersa. A Alemanha constitui, a este respeito, um terreno privilegiado para os estrategistas do Komintern, aos quais ela oferece vários meios de ação: os social-democratas no governo, uma força de extrema direita hostil ao regime republicano, um exército e uma opinião pública ainda mais nacionalistas depois que a França de Poincaré ocupou o Ruhr em janeiro de 1923. De fato, a social-democracia, fragmento 'burguês' do movimento operário, ocupa um terreno que pode ser reconquistado por uma estratégia de frente única. E os elementos mais reacionários do Exército e das forças conservadoras podem ser utilizados para enfraquecerem ao mesmo tempo a República de Weimar e o imperialismo francês. Pois, no contexto de 1923, a convergência de interesses, a aliança eventual entre a Rússia comunista e a Alemanha nacionalista, a grande humilhada de Versalhes, estão constantemente presentes nas preocupações dos líderes do Komintern. Radek, que é durante esse ano crucial o olho de Moscou em Berlim, não deixa de cantar essa ária, que não é exatamente a do internacionalismo operário. Mas, pelo menos, confere ele ao comunismo já a vantagem de não apostar todo o seu futuro alemão na insurreição de Outubro de 1923. Embora a revolução operária tenha sido esmagada nas ruas de Hamburgo, nem por isso o Estado soviético deixará de tentar seduzir os que saíram vencedores.

Em 1923, quando os chefes bolcheviques, divididos acerca de sua estratégia alemã, vêem desaparecer sua última esperança de revolução européia, Lênin já está fora de ação. Atingido em maio de 1922 por um primeiro ataque cerebral, recuperou-se o suficiente para voltar ao trabalho a partir do verão. Redige seu famoso 'testamento' nos primeiros dias do ano, antes de recair, em março de 1923, numa afasia desta vez definitiva. Morre em janeiro de 1924. A Revolução Russa perde seu chefe no momento em que se extingue essa revolução alemã em que se investira a vocação universal de Outubro.

Aqui começa, também, a batalha de sucessão que vai levar Stálin, em cinco anos (1923-1927), ao poder absoluto. Deixo de lado as peripécias dessa batalha ao mesmo tempo capital e bizantina, na qual se fixa por mais de meio século a mentira de uma linguagem de iniciados em que a pequena oligarquia dos herdeiros recobre as suas ferozes rivalidades. O que me interessa é avaliar em que a vitória de Stálin, através da eliminação sucessiva de seus rivais, modifica a relação do bolchevismo com o universal, deslocando o acento do internacional para o nacional. Pois se essa relação é relativamente fácil de compreender, sob Lênin e na situação criada pela Primeira Guerra Mundial, ela fica naturalmente mais ameaça-

da quando se constitui o que poderíamos chamar de “segundo bolchevismo”, o de Stálin: a guerra começa a ser esquecida, o ciclo revolucionário terminou o seu curso, é chegada a hora da estabilização econômica e política do mundo capitalista. Não mais existem as circunstâncias que levaram a chama de Outubro para fora da Rússia, e Lênin está morto, ele que encarnava sozinho essa chama.

Para inventariar se não a transformação, pelo menos o deslocamento por que passa a relação da jovem Rússia com o universalismo revolucionário, podemos partir do simbólico, que não é o pior observatório para se estudar a evolução do mundo soviético naqueles anos. Quando Lênin morre, embalsamam seu corpo e o expõem sob as paredes do Kremlin à adoração dos fiéis, a despeito dos protestos de sua viúva. Às vésperas dos funerais nacionais, Stálin pronuncia no II Congresso dos Sovietes este discurso cerimonial, em forma de pregação religiosa, que se encerra com os seis juramentos solenes de fidelidade ao chefe falecido: “Ao nos deixar, o camarada Lênin ordenou-nos manter alto e conservar puro o grande nome de membro do partido. Nós te juramos, camarada Lênin, executar com honra a tua ordem”. Etc. O ex-seminarista georgiano ergue-se à altura da oportunidade, revestindo o legado leninista com a linguagem litúrgica renascida de sua adolescência. Com isso, ele o torna ao mesmo tempo mais sagrado e mais rígido, sem que o historiador possa dosar a parte que lhe cabe, nessa adaptação, à tradução de uma certeza interior e a parte devida a um cinismo manipulador. No interior dessa estreita aristocracia política que são os militantes do partido, ele fala como um religioso a outro religioso, elevando o orgulho de casta à partilha de uma promessa. Acabaram-se os tempos das controvérsias sobre os textos de Marx, os debates de doutrina sobre a natureza das relações entre o partido e a classe operária. O partido é, de agora em diante, um clero reunido ao redor de uma Igreja, logo unânime como ela. Sob a intimidação de uma linguagem tomada de um mundo anterior ao da política moderna, Stálin quer fazer com que também Trótski, Zinoviev e todos os demais compreendam que a unidade do partido é a regra do jogo e que ele é seu árbitro e guardião.

Lênin dedicara a vida inteira ao partido. Mas não o endeusara. É verdade que devemos a ele a teoria de que o Partido Marxista é a indispensável vanguarda da classe operária, sua consciência histórica, sem a qual o proletariado não poderia superar o nível sindical de organização coletiva. É verdade, também, que no X Congresso do Partido, em 1921, ele mandara votar a proibição das correntes. Mas vivera toda a vida de militante em debates apaixonados de doutrina e de política. Ficara até em minoria, em momentos capitais, como antes de Brest-Litovsk<sup>1</sup>. A autoridade preeminente que adquirira no movimento

---

1. Cf. *supra*, p. 158.

bolchevique vinha do fato de que levara o partido ao poder e não de que tivesse constituído uma estrutura dedicada ao seu culto. Aliás, desde Outubro de 1917, passara uma boa parte do tempo corrigindo o que considerava os múltiplos erros do partido, devidos em grande parte, a seu ver, ao extraordinário atraso cultural da Rússia. Seria interminável enumerar suas denúncias desse atraso e seus questionamentos da barbárie russa, até e talvez sobretudo em seus últimos escritos. O paradoxo de Lênin é ter deliberadamente instaurado a ditadura de seu partido e ter temido as conseqüências disso. Esse dogmático sectário, esse homem de ação explosivo não teve medo de pôr o Estado sob o domínio do partido e de instaurar o reino do terror, mas temeu, antes de morrer, a burocratização do regime que fundara.

Stálin, por sua vez, sente-se à vontade na burocracia do partido e no atraso russo. Desde 1922, é o secretário-geral, cargo sem destaque no começo, de que ele aos poucos foi fazendo um formidável instrumento de clientelismo e de poder. Georgiano, torna-se mais russo do que os russos, como um homem nascido às margens do império e chegado ao seu centro. Fez poucos estudos, leu pouco. Lênin tinha uma boa dose de populismo russo em seu marxismo, mas tinha um pé na cultura européia. Ele conhece Marx através de Lênin, sobrepondo sua ignorância a uma interpretação já simplista. De qualquer forma, tem pouco gosto pelas discussões, menos ainda pelas idéias, mas sabe que elas fazem parte da tradição bolchevique: não há estratégia ou virada política que não deva ser justificada em 'teoria'. Quem quer ser o herdeiro de Lênin deve dominar também essa particularíssima arte. Por isso ele publicou os *Fundamentos do leninismo*<sup>1</sup>, obra composta de uma série de conferências redigidas para a Universidade comunista de Sverdlov, em abril de 1924. Primeira aparição dessa prosa granítica que muitas vezes procede por perguntas e respostas, como nos tratados de devoção, e que se esforça menos por demonstrar do que por enumerar, antepondo-lhes um 'em primeiro lugar', 'em segundo lugar' etc., os diferentes elementos da resposta canônica. É o equivalente, na ordem doutrinal, do mausoléu de Lênin na ordem simbólica. Stálin escreveu o comentário destinado a se tornar sagrado do pensamento de Lênin. Muitas vezes, corta seu texto com longas citações, para melhor se apropriar da substância do pai fundador falecido. De quando em quando, um sarcasmo ridiculariza o erro ou a objeção de um adversário passado ou presente, pois a exposição deve ser lida em dois níveis, como

---

1. Esse texto foi objeto de inúmeras reedições, em russo e em todas as línguas. Geralmente, puseram-no à frente de um livro ampliado com discursos posteriores de Stálin e intitulado *Les Questions du Léninisme*, Éditions Sociales Internationales, 1938-1939, 2 vols., Moscou, Éditions en Langues Étrangères, 1947.



imposição de um dogma político e como acerto de contas mais ou menos explícito. Tudo isso forma um tratado pedagógico compacto e sem graça, mas claro: simplificação do marxismo de Lênin, que era uma simplificação do marxismo de Marx. Mas o autor desse catecismo camponês acrescentou a ele uma contribuição original: teve o cuidado de apimentar seu texto com homenagens ao gênio do proletariado e do campesinato russos que com certeza teriam escandalizado Lênin. O chefe da Revolução de Outubro pretendia-se revolucionário, embora russo. Stálin, o Georgiano, optou por ser russo porque revolucionário.

Os dois homens haviam se enfrentado em setembro de 1922, antes de Lênin ser condenado para sempre ao silêncio pela doença, precisamente a respeito da Geórgia. Lênin acusara Stálin de querer restaurar a dominação grande-russa sobre a pequena República onde nascera: a sovietação do país fora feita ali, em 1921, contra os mencheviques locais, pelas baionetas do Exército Vermelho. Stálin recusara, mas não deixava de pensar naquilo. A nova União das Repúblicas Socialistas Soviéticas que na época estava em estudos, como devendo substituir a República Socialista Federativa Soviética da Rússia, tinha como objetivo garantir a igualdade de direitos das nações associadas. Mas sua concepção própria baseava-se de preferência na 'sovietação' forçada das Repúblicas irmãs, prévia à sua absorção na União, sob o disfarce de uma livre associação. Neste como em outros lugares, a uniformidade da ditadura do Partido Bolchevique esvaziava de antemão de sua substância todo o pluralismo nacional ou constitucional. O chauvinismo grande-russo, tantas vezes vilipendiado por Lênin, encontrava seu inesperado instrumento no partido de Lênin, que se tornou o único senhor a bordo, em nome do proletariado, segundo uma idéia de Lênin. E o artesão não menos inesperado dessa ressurreição-metamorfose nascera em Tiflis.

A mesma evolução se opera, na mesma época, no interior da Terceira Internacional. A instituição foi concebida por Lênin, em 1919, como devendo constituir o novo estado-maior da revolução internacional, já que o anterior trairia sua missão em agosto de 1914. Assim, ela é ao mesmo tempo conforme à tradição do movimento socialista e está em ruptura com ela: trata-se de universalizar o modelo revolucionário de Outubro de 1917, o partido vitorioso em Outubro deve ser generalizado, ao passo que a Segunda Internacional se esforça, pelo contrário, por negar o seu valor exemplar. Daí que, desde a origem, os bolcheviques gozem de um privilégio de fato na Internacional de Moscou, que é filha deles. Para convencer-se disso, basta considerar as condições de adesão impostas por ele aos partidos candidatos, assim como as negociações não raro difíceis que se seguem; ou ainda a divisão das responsabilidades nos diferentes organismos da instituição, cujos principais instrumentos de ação são controlados pelos bolcheviques. Lênin permanece, aliás, sua autoridade suprema, embora

não tenha sido investido de uma função oficial. Mas essa autoridade é mais política do que administrativa.

Ao longo dos anos, ela vai assumindo, pelo contrário, um caráter cada vez mais burocrático, e a evolução começa sob Lênin. Já em 1921-1922, a Internacional Comunista intervém sistematicamente nos negócios dos partidos filiados, como nunca a Segunda Internacional tinha feito. Multiplica não só as diretivas, mas também os procedimentos de controle dos militantes. Envia mais ou menos por toda parte seus agentes clandestinos, seus homens de confiança, várias vezes no mesmo país, munidos quer de missões de informação, quer de recomendações de ação. Em suma, o centralismo bolchevique dissemina seu espírito também em nível internacional.

O que é novo, com a morte de Lênin, é a vontade dos diferentes pretendentes à herança de utilizarem em seu proveito as diferentes 'seções' nacionais do movimento. Nada mostra melhor a subordinação em que caíram os outros partidos em relação ao Politburo do partido russo, e, de resto, nada mais o agrava do que as repercussões da crise sucessória em Moscou. A primeira derrota de Trótski para a *troika*, em 1924, provoca expurgos nos partidos europeus. Vimos que, na França, Souvarine perde a sua função, e até mesmo sua filiação à Internacional, não porque apóie Trótski, mas apenas porque defende a idéia de separação entre os problemas russos e os do movimento internacional, através de suas diferentes seções. O ano seguinte consagra a queda de Zinoviev, que sua função de presidente da Internacional não protege de modo algum de seu fracasso no Politburo. Com isso, seus protegidos alemães, Maslow e Ruth Fisher, que não quiseram trair Zinoviev por Stálin, têm de deixar a direção do Partido Comunista Alemão<sup>1</sup>. A atribuição controlada de nomes aos desvios com que se envolve a batalha entre velhos bolcheviques se estende a toda a oligarquia internacional do movimento: neomenchevismo, trotskismo, zinovievismo, direitismo, esquerdismo, social-democratismo — todos estes, etiquetas arbitrárias a que o grosso do Partido Bolchevique, manipulado por Stálin, atribui uma significação tanto mais universal, quanto mais estreitamente subordinada a estratégia do movimento vai ficando à mera potência do Estado soviético. E o mais triste da situação é ver as oposições sucessivas a Stálin combaterem no interior dos quadros ideológicos e políticos determinados por ele, aceitando a idéia de que existe uma ortodoxia do partido, sendo, assim, vencidas antecipadamente.

---

1. Existem poucos livros tão instrutivos sobre os costumes políticos do Komintern nessa época, apesar de suas opiniões preconcebidas e de seus erros, quanto o de Ruth Fischer, *Stalin and german communism, a study in the origins of the State party*, prefácio de Sidney B. Fay, Harvard University Press, 1948.

No meio dessa batalha fraudada, a palavra-chave acaba, porém, sendo dita no final de 1924: o “socialismo num só país”. A fórmula tem várias utilidades. Ela corresponde, primeiro, a um sentimento de época, depois da falência da revolução alemã: o pós-guerra acabou, e com ele o contágio do soviétismo. Em seguida, ela contém uma polêmica contra Trótski e sua velha teoria da ‘revolução permanente’, segundo a qual a revolução democrático-burguesa russa, uma vez realizada pelo Partido Social-Democrata (estamos em 1905), ultrapassaria seu horizonte burguês, assim que encontrasse a revolução mundial. Lênin, na época, havia discutido essa ‘teoria’, embora muito próxima da sua, antes que Outubro de 1917 fizesse os dois homens entrarem em acordo. Ora, em 1924, Stálin recupera a idéia da ‘revolução permanente’ num contexto completamente diferente, para transformá-la numa doutrina de impotência, segundo a qual seria impossível construir o socialismo na União Soviética, na falta da sustentação indispensável. Mata, assim, dois coelhos com uma só cajadada. À custa de um anacronismo, reconstrói mentirosamente uma oposição escolástica entre ‘leninismo’ e ‘trotskismo’, ao passo que Lênin não se cansou de repetir, desde 1917, que, para vencer, a Revolução Bolchevique tinha absoluta necessidade da revolução em outras partes do mundo. E, com isso, ei-lo recoberto não só pelo manto do chefe morto, mas também pela honra histórica do proletariado e do campesinato russos!

Pois o último sentido do ‘socialismo num só país’, e o mais forte deles, é aquele pelo qual Stálin acena para o chauvinismo russo. Colocando Trótski numa posição de duplo derrotismo, ao mesmo tempo no plano nacional e no plano revolucionário, ele mobiliza de novo essa *hubris* particular ao Partido Bolchevique, que ele já celebrou na época da morte de Lênin. Pois ele se dirige menos ao povo, reduzido há muito tempo ao silêncio, do que ao partido, senhor único do país, senhor isolado no país. Esse partido não é mais o dos velhos bolcheviques, ou antes, os velhos bolcheviques ainda o dirigem, mas é composto, em sua massa, de militantes recentes, que se uniram aos vencedores às dezenas de milhares desde Outubro. Todos são, por definição, os quadros da nova administração do país: a maioria, portanto, é composta de figurões locais, corrompidos pelo poder absoluto, ébrios de uma autoridade sem limites, enfeitizados pelo discurso bolchevique sobre as vantagens da violência ‘proletária’. Além disso,

---

1. Ele contrapusera a ela, na época, sua concepção da ‘ditadura revolucionária do proletariado e do campesinato’. Mas, de fato, desde Outubro de 1917, Trótski e ele estiveram de pleno acordo sobre a idéia de que o bom êxito da revolução proletária na Rússia está subordinado à revolução se não mundial, pelo menos européia.

foram promovidos por Stálin e seus homens, desde que o Georgiano ocupa a cúpula do sistema. Devendo a ele tudo o que têm, próximos a ele pelas idéias e costumes grosseiros e prontos para tudo para sustentá-lo e incensá-lo. O Partido Bolchevique sempre foi palco de discussões violentas, mas, a partir de 1924, Stálin enche antecipadamente as platéias, e seus partidários recorrem mais ao insulto e à violência do que aos argumentos. Foi nesse tipo de militante que Lênin pensou em seu último ano de lucidez, quando se declarou apavorado com a ignorância dos quadros comunistas, suas bazófias (co-bazófias) e suas mentiras (co-mentiras): “Todos os dias, ouvimos — e eu principalmente, por causa de minhas funções — tantas mentiras comunistas adocicadas, tantas co-mentiras, que ficamos enjoados, às vezes de forma atroz<sup>1</sup>”.

Ora, é a esse tipo de homem, ao mesmo tempo servil e todo-poderoso, ignorantíssimo e que acredita saber, que Stálin serve seu drinque ideológico, perto do qual os debates de antes da revolução parecem discussões eruditas, embora tenham aberto o caminho para o concentrado stalinista. Como Marx está longe! Dois sistemas estão frente a frente. O leninismo, teoria científica da ação, verificada pela História, encarnada pelo Partido Bolchevique, mas ameaçada por seus inimigos do exterior e do interior; e, por outro lado, o trotskismo, inimigo jurado do leninismo, no passado e no presente, perigo mortal que pesa sobre a herança de Lênin, discurso de capitulação camuflado numa escalada internacionalista. Essa é a roupa nova do ‘socialismo num só país’. Ele ressalta um elemento capital da psicologia ‘leninista’, a saber, que a vontade pode fazer tudo, quando tem o poder. Acrescenta a isso um ingrediente inédito, oculto sob o apelo ao ativismo, e que Stálin maneja como especialista, para não se expor à acusação de infidelidade a Lênin: é a paixão nacional grande-russa. Exatamente como os jacobinos franceses, os bolcheviques tardios caem na armadilha do país eleito pela História, de que escrevem uma versão nova, embora primitiva. A fórmula de Stálin permite-lhes reinvestir um chauvinismo tradicional de nação dominante em sua filiação a um partido totalitário.

Eles não estão — ainda não? — à frente de um Estado poderoso o bastante para imaginar estender-se para além das fronteiras da União. Mas no interior dessas fronteiras, proibiram toda autonomia às nacionalidades de maneira muito mais eficiente do que os czares: pretendendo associar todos os povos da União à ‘construção do socialismo’, submeteram todos eles, uniformemente, à sua mentira e ao seu poder. Quanto ao exterior, a Internacional Comunista administra agora ilhotas residuais de um espaço que se encolheu com o refluxo da revolução europeia. Sua evolução calca-se sobre a do Partido Bolchevique. Os líderes ou as

---

1. Boris Souvarine, *Staline*, *op. cit.*, p. 269.

facções dos partidos irmãos não passam agora de sinais da álgebra política russa, peões movidos ou manipulados ao acaso das manobras de Stálin, de sorte que toda a aristocracia internacional do comunismo fica integrada, quer queira quer não, ao sistema político de Moscou. Sem autonomia — prisioneiros de palavras de ordem cada vez mais abstratas —, os partidos comunistas tendem a se tornar enclaves políticos russos em suas respectivas sociedades. À sua maneira, eles são Partidos-Estados em miniatura, com a diferença de que o Estado de que recebem sua autoridade não é o deles e sim a Rússia ‘socialista’, senhora, em última instância, de seu destinos. Neles se fala a mesma linguagem esotérica que em Moscou e se vive com medo de ser chamado ali. Aliás, essa obsessão imitativa recebeu um nome no vocabulário dos iniciados: é a “bolchevização”. O que evita dizer: russificação. ‘Bolchevização’ ainda lembra algo da vocação universal dos Sovietes, ao passo que a palavra já remete apenas, na realidade, a um Partido-Estado no poder em Moscou.

Empreguei, depois de muitas outras, a palavra ‘totalitário’ para defini-lo, porque é a menos ruim. O adjetivo designa, com efeito, algo de novo na política moderna, que vai muito além do monolitismo de um partido ou de um grupo. Indica, em primeiro lugar, essa pretensão que tem um partido de ser para si mesmo seu próprio fim, sem os homens que o compõem poderem ter um objetivo na vida que não seja servi-lo *perinde ac cadaver*. Tal pretensão aparenta-o a uma seita religiosa, pois é a vida inteira de seus membros, pública e privada, a sua salvação, de que ele se vê investido, ao passo que a sua atividade prática é de ordem puramente política — tomar e exercer o poder. O laço entre as duas ordens de realidade é fornecido por uma ideologia compartilhada, que o chefe do partido está encarregado de interpretar e de enriquecer em função das circunstâncias. A política deve ser constantemente traduzida nos termos dessa linguagem simultaneamente sagrada e fictícia, separando a cada vez os amigos dos inimigos. Os bolcheviques são como o clero de uma ideocracia, e Stálin se torna o chefe desse clero, destinado como tal a ser acreditado piamente.

Essa análise permite entrar na famosa questão sobre o que liga Lênin a Stálin e o que os separa. Os amigos da Revolução Russa tiveram e terão (pois ainda existirão) naturalmente tendência a separar Stálin de Lênin; se unirão a Stálin para melhor salvarem o inventor e a idéia do regime. Os adversários tiveram e terão a tendência inversa: pôr no mesmo saco as duas figuras sucessivas do regime soviético, o mestre e o discípulo. Mas nada impede considerá-los ao mesmo tempo unidos e separados. A Lênin cabe a ditadura do partido identificada com a ditadura do proletariado: Rosa Luxemburgo criticou-o muito por isso! Também cabe a Lênin a paixão sectária do debate ideológico, a idéia aristocrática do partido, que está na própria origem dos bolcheviques. Enfim, Lênin fabri-

cou, apoiou e promoveu Stálin quase até o final, quando fez pela metade, e tarde demais, uma marcha a ré. Contudo, sob Lênin, discute-se no partido. O partido totalitário — combinação de ideocracia e de Estado terrorista, encarniçado em liquidar sua velha guarda — é Stálin.

Ruth Fischer escreveu<sup>1</sup>, há quase 50 anos, que quem deseja compreender as origens da Alemanha hitleriana não deve considerar apenas a história alemã e sua longa querela com o Oeste. Sem dúvida, somos levados a isso pelo antagonismo entre o nazismo e as democracias ocidentais, mas corremos, então, o risco de esquecermos a contribuição do totalitarismo stalinista ao desenvolvimento do totalitarismo hitleriano. De fato, a vitória de Stálin facilitou duplamente a de Hitler. Ofereceu-lhe, depois de Mussolini, um segundo exemplo, estudado e retido apesar de todas as imprecações públicas: em matéria de brutalidade, de cinismo, de duplicidade, Stálin abre caminho ao homem de *Minha luta*. Melhor ainda: para ganhar, teve de injetar certa dose de nacionalismo russo em seu leninismo, criando, assim, certo parentesco com Hitler, no momento em que confere, pela russificação agressiva do comunismo, um aumento de audiência na direita alemã<sup>2</sup>.

Assim, o primeiro bolchevismo morreu com a vitória de Stálin. O novo chefe ainda não liquidou os veteranos, mas os pôs de joelhos, à sua mercê; expulsou Trótski do país. Sua vitória cristaliza e ratifica os receios formulados por Pierre Pascal já em 1921, ou por Souvarine alguns anos depois. Sobre uma sociedade dilacerada e um país tomado pelo medo, o partido de Outubro de 1917 fez rapidamente reinar uma ditadura terrorista sem nenhum contato com o povo, mas que supostamente governava em nome e no interesse do proletariado. Essa mentira constituiu, já sob Lênin — que finalmente se deu conta dela, mas já a havia criado — a condição de filiação à oligarquia toda-poderosa. Produziu uma linguagem obrigatória e fictícia em que ninguém está autorizado a fazer com que penetre o real e que tende invencivelmente à unidade: o desacordo nela se aparenta à heresia, o debate termina com a autocrítica ou com a expulsão. Essa exigência de unidade, inseparável da ideologia, paralisou as oposições e fabricou um chefe<sup>3</sup>.

---

1. Ruth Fischer, *op. cit.*, p. 641.

2. Cf. *infra*, pp. 237-239.

3. Sobre esse 'primeiro bolchevismo', vide Richard Pipes, *Russia under the bolshevik regime*, Nova York, A. Knopf, 1993.

A revolução morreu. Nenhum texto fez uma constatação mais impiedosa disso do que o tríptico literário publicado em Paris em 1929 pelo escritor romeno de língua francesa Panaït Istrati<sup>1</sup>, tendo os dois outros sido escritos por seus amigos Victor Serge<sup>2</sup> e Boris Souvarine.

A parte redigida pelo próprio Panaït Istrati não é a melhor do grupo. É o relatório piegas de uma decepção: o romancista, convidado como simpatizante ao 10º aniversário da URSS, narra uma longa viagem de 16 meses, entre 1927 e 1929, através de todo o território soviético. O principal interesse da narrativa é mostrar, além da onipresença da ditadura burocrática do partido, o drama afetivo da ruptura com o comunismo no espírito do narrador. O segundo autor tem uma cabeça mais política, já que é Victor Serge, veterano das lutas revolucionárias, cunhado de Pierre Pascal, preocupado como este há muito tempo com a marcha dos acontecimentos, e fiel demais ao ‘nem Deus nem senhor’ dos anarquistas para suportar essa glaciação pós-revolucionária. De fato, sua análise é radical: a democracia dos Soviéticos é uma mentira, a única realidade do regime é a ditadura de um partido corrupto, cheio de arrivistas cínicos, que ficaram no lugar dos militantes da geração de Outubro. Sobre a maneira como se realiza a liquidação do trotskismo, Victor Serge escreve linhas dignas de Custine: “A atmosfera em que se desenrola essa luta não pode ser descrita. Tudo é mistério, trevas, boatos, ansiedades, afirmações contraditórias, desmentidos, surpresas, angústias. Homens desaparecem misteriosamente ao irem para o trabalho ou ao saírem de casa<sup>3</sup>...”

O último capítulo do pequeno livro, comovente de triste lucidez, é dedicado a Gorki, de volta desde o ano anterior a seu país natal, depois de um longo semi-exílio ao sol de Sorrento. Hostil à Revolução de Outubro, o mais célebre escritor russo aderira a meias ao regime durante a guerra civil, embora conservando a sua liberdade de crítica e de intervenção: daí, aliás, sua partida, em 1921, para a Itália.

- 
1. Panaït Istrati, *Vers l'autre flamme I. Après seize mois dans l'URSS*, Rieder, 1929; Victor Serge, *Vers l'autre flamme II. Soviets 1929*; Boris Souvarine, *Vers l'autre flamme III. La Russie nue*. O primeiro volume da trilogia foi reeditado em 1987 (Gallimard, *Folio Essais*).
  2. Filho de populistas russos refugiados na Bélgica, Victor Serge (1890-1947) esteve envolvido no caso do grupo de Bonnot. Depois de cinco anos de prisão, é expulso para a Espanha, onde participa do movimento revolucionário. Tendo conseguido chegar à Rússia, o libertário se une aos bolcheviques e trabalha nos serviços do Komintern. A partir de 1925, afasta-se em razão da evolução do regime e apóia a oposição de esquerda. Preso uma primeira vez em 1928, é mandado para Oranienburg, em 1933, com a mulher e o filho. Uma campanha internacional permite-lhe deixar a URSS em 1936. Publica, em seguida, várias obras sobre o regime soviético. Refugiado em Marselha, em 1940, consegue chegar às Antilhas em 1941 e depois ao México. Em seus últimos escritos, denuncia o ‘novo imperialismo russo’.
  3. Victor Serge, *Soviets 1929*, *op. cit.*, p. 132.

Seu retorno, objeto de uma longa negociação<sup>1</sup>, foi meticulosamente organizado pelo partido: desde a fronteira soviética, cortejos, delegações, bandeiras acompanham e saúdam “o velho de duros maxilares cinzentos”<sup>2</sup> que aceitou inclinar sua glória diante da mentira dos novos tempos. Ei-lo que paga de uma vez, transformado em poucas semanas no propagandista da ditadura. Ele, que se opusera a Lênin, abençoa o bolchevismo de Stálin. Desse naufrágio, Victor Serge imagina uma explicação psicológica: a ingenuidade política de um velho autor pego na armadilha do país natal e da vaidade. É o que ele chama de “a tragédia de Gorki”.

Souvarine, por sua vez, começa sua longa carreira de cronista do desastre soviético. Sua contribuição a esse estranho tríptico, em dois terços anônimo, tira o essencial de sua informação de uma leitura visivelmente minuciosa da imprensa soviética, principalmente do *Pravda*, e do comentário de estatísticas: é o antídoto usado pelo autor contra os contos de fadas de viagem à URSS, gênero que começa a florescer. Como sempre na prosa de Souvarine, nada visa ao efeito literário, e a exposição das matérias é organizada de maneira bastante escolar, do econômico ao político. Mas da acumulação dos dados e dos fatos surge o quadro de uma sociedade miserável na cidade e no campo — que ainda não tornou a alcançar seu nível de 1913: o que não seria nada, se se tratasse simplesmente de uma herança do passado somada à travessia de circunstâncias excepcionalmente difíceis. Mas Souvarine não vê as coisas assim. Pelo contrário, incrimina a responsabilidade do regime numa espécie de involução da sociedade, continuamente mortificada pelo autoritarismo burocrático, pela corrupção, pelo obscurantismo ideológico, pela ditadura de um partido que se confunde com a polícia do Estado.

---

1. Simpatizante dos bolcheviques antes da Revolução de Outubro, Maxime Gorki (1868-1936) não se cansa de denunciar a ação deles em seu diário *Vie nouvelle*, que é definitivamente proibido por Lênin em julho de 1918 (vide *Pensées intempestives*, Pluriel, 1977). Em 1921, exila-se em Berlim e depois na Itália, até maio de 1928. Já em 1924, em *Lénine et le paysan russe*, presta homenagem ao fundador do Estado soviético, primeira etapa para a sua adesão. Em 1928, as autoridades soviéticas organizam-lhe uma volta triunfal, para o seu 60º aniversário. Gorki começa, então, uma nova carreira, a de um escritor oficial que preside a Associação dos Escritores Soviéticos e põe sua pena a serviço do regime, exalta as suas ‘conquistas’ e aprova a sua política repressiva; louva a reabilitação pelo trabalho e publica elogiosas reportagens sobre o campo das ilhas Solovietski (1929) ou sobre a abertura do canal Mar Branco-Báltico, que custa a vida de dezenas de milhares de prisioneiros. Conserva a liberdade de ir ao estrangeiro até 1933, quando todo visto lhe é recusado.

Corrompido pelo sucesso, permanece sob a estreita vigilância dos ‘órgãos’ e desempenha um papel essencial junto aos intelectuais franceses, e a Romain Rolland principalmente, para levá-los a apoiar o poder soviético. Depois do assassinio de Kirov (dezembro de 1934), faz um apelo para ‘exterminar o inimigo, sem mercê nem piedade’, dando, assim, sua caução aos expurgos sangrentos. Sobre os últimos anos de Maxime Gorki, vide o livro de Vitali Chentalinski, *La parole resuscitée. Dans les archives littéraires du KGB*, Robert Laffont, 1993.

2. Victor Serge, *Soviets 1929*, op. cit., cap. 16, p. 196.



Essa *Russie nue* (*Rússia nua*) já nos retrata, pois, o que se chamará um pouco mais tarde uma Rússia “totalitária”. O que Souvarine conserva de seu passado tão próximo o leva a ver nela mais uma contra-revolução, um capitalismo de Estado, que leva a longo prazo ao capitalismo puro e simples: tentando à sua maneira, como Kautsky ou Blum, depois de tê-los combatido, construir uma análise marxista da falência de uma revolução marxista. Mas esse aspecto das coisas interessa-o muito menos do que a própria constatação da falência.

Julgamento radical e lúcido, o desses três ensaios, que na época, porém, só tiveram uma audiência limitada. O público de esquerda, ao qual eles estão destinados, não compartilhou uma condenação tão completa. Farejou o exagero do amor decepcionado: suspeita clássica que, durante todo o século, contará a favor do comunismo soviético, pois a sua história verdadeira será essencialmente escrita por ex-comunistas. Se não podemos acreditar nem nos escritores de direita, comprometidos demais; nem nos social-democratas, irmãos inimigos; nem nos ex-comunistas, desiludidos demais, a União Soviética ganha com essas interdições uma espécie de invulnerabilidade histórica: só resta tomar como dinheiro vivo o que ela diz de si mesma, embora subtraindo em doses variáveis a parte destinada à ‘propaganda’. Quase ninguém pensará que seu discurso é uma mentira só; esse é o seu segredo melhor guardado — triste demais, aliás, para ser cercado com insistência. Além disso, no caso do livro de Istrati, é cedo demais no século. A União Soviética perdeu Lênin. Seu sucessor deve gozar de um *sursis*.

Mas eis que Stálin, depois de ter esmagado a oposição ‘de esquerda’ com o auxílio de Bukharin<sup>1</sup>, se volta logo em seguida, já em 1928, contra Bukharin e a ‘direita’. Bukharin: o último invicto do estado-maior velho bolchevique, e o mais jovem, tendo sido o filho predileto de Lênin. Mas esse aspecto da virada é secundário (aliás, Stálin já domina absolutamente o partido) do ponto de vista dos objetivos implicados em questão. Pois nessa época, no vocabulário leninista, sob as palavras convencionais ‘direita’ e ‘esquerda’, se oculta a sorte do campesinato, já que depende disso a atitude que deve ter a seu respeito a ditadura do proletariado. Velha história, quase tão velha quanto o próprio partido, uma vez que Lênin nunca a perdeu de vista. Segundo a boa doutrina, os interesses das duas

---

1. Em 1925, Nicolas Bukharin (1888-1938) afirma que o desenvolvimento econômico da Rússia soviética deve basear-se na aliança do proletariado com o campesinato. Deseja que seja garantida aos camponeses a possibilidade de aumentar sua produção através da cooperação e do desenvolvimento do mercado. Lança a eles sua palavra de ordem: “Enriqueçam e desenvolvam seus empreendimentos...” Recebe, então, o apoio de Stálin e a aprovação de Nicolas Ustrialov. Vide o livro de Stephen Cohen, *Boukharine and the Bolshevik Revolution: a political biography 1888-1938*, Nova York, A. Knopf, 1973; trad. francesa: *Nicolas Boukharine. La vie d'un bolchevik*, F. Maspero, 1979. Cf. Anna Larina Bukharinã, *Boukharine ma passion*, Gallimard, 1990.

classes se opõem, pois a pequena produção camponesa, uma vez emancipada dos grandes proprietários, não cessa de alimentar os circuitos de uma produção capitalista. Mas a introdução na escolástica leninista da categoria ‘campepinato pobre’, em oposição aos *kulaks*, permitia ao proletariado evitar o impasse de só poder fazer uma revolução burguesa: porque, através da luta de classes no campo, os operários deviam encontrar aliados entre os camponeses pobres, acerca de um programa de transição para o socialismo...

Em 1917, essas abstrações se partiram contra a realidade russa. Quando os bolcheviques tomam o poder, limitam-se a retomar a palavra de ordem dos socialistas-revolucionários já em curso de aplicação: a terra para os camponeses. Nos anos da guerra civil, os chamados anos de “comunismo de guerra”, eles praticam uma política primitiva de extorsão forçada dos produtos agrícolas em proveito das cidades. Essa política terrorista, que já brande como justificativa a sabotagem do *kulak*, aliena do regime todo o campo e arruína a produção: primeira grande fome em 1921, cinco milhões de mortos<sup>1</sup>. Lênin recua, inventa a NEP, que reabre os circuitos bloqueados da economia, devolve um pouco de vida ao campo, sem fazê-lo realmente reflorescer. Mas a NEP, por mais indispensável que seja, permanece suspeita dentro do partido. Mero recuo tático, imposto pela realidade, não tem uma real dignidade ideológica, apesar dos esforços de Bukharin. Trótski, que comete todos os erros, não se cansou de denunciar os ‘defensores dos *kulaks*’, e logo Zinoviev se junta a ele sobre esse tema. No interior do país, adesões ‘burguesas’ ao regime, como a de Ustrialov<sup>2</sup>, comprometem, com seu apoio, a nova política. No exterior, os mencheviques vêem nela sua desforra intelectual e política: a demonstração pelos fatos do caráter inevitável de uma Rússia capitalista e camponesa<sup>3</sup>.

Nessas condições, depois de ter vencido os chefes da oposição, Stálin retoma, a partir de 1928, o programa ‘antikulak’ deles. A vontade de derrotar Bukharin

---

1. Michel Heller e Alexandre Nekrich, *op. cit.*, p. 100.

2. Nicolas Ustrialov é um professor de direito, personalidade do partido cadete durante a Revolução de Fevereiro de 1917, tendo depois combatido a Revolução de Outubro no governo de Koltchak. Depois de ter-se refugiado na China, muda de atitude em 1920-1921 para com a União Soviética, em nome do patriotismo russo. Vai dirigir, fora e dentro da União Soviética, uma corrente ‘nacional-bolchevista’. Elabora, em especial, a idéia de um ‘Termidor’ soviético. Cf. Tamara Kondratieva, *Bolcheviks et Jacobins. Itinéraire des analogies*, Paris, Payot, 1989, pp. 90-109.

3. Vide M. Heller e A. Nekrich, *op. cit.*, p. 168, que citam N. Valentinov. Bolchevique da primeira hora, Nicolas Valentinov (1879-1964) rompe em 1904 com Lênin, que visitava assiduamente durante o exílio comum em Genebra. Em 1953, explicará seus desacordos filosóficos e políticos num livro essencial: *Mes rencontres avec Lénine*, G. Lebovici, 1977. Tendo-se tornado menchevique, trabalha no Conselho Superior da Economia Nacional, antes de emigrar para a França, em 1930. Publicaria inúmeros artigos sobre a questão camponesa na URSS em *Le contrat social* de B. Souvarine.

é, provavelmente, apenas um lucro secundário da operação, inscrita numa perspectiva política muito mais ampla. Pois não basta ter proclamado a hora do 'socialismo num só país': também é preciso dar consistência a essa 'linha geral'. A fórmula indica somente um abandono, se não for acompanhada de uma prescrição. Paradoxalmente, a renúncia à revolução mundial, pelo menos a curto prazo, obriga Stálin a radicalizar o curso do regime bolchevique na Rússia: sem o que, ele se acharia em situação de déficit ideológico nas duas frentes e rapidamente se veria privado dos propulsores essenciais do sistema. A NEP foi uma concessão à sociedade real, mas essa concessão ameaça ao mesmo tempo o poder da ideologia e o de Stálin. Pelo contrário, o 'socialismo num só país' vai levá-los juntos a seu ponto de perfeição.

'Construir o socialismo' na União Soviética: a fórmula revela bem aquilo pelo que Stálin se liga ao mesmo tempo à tradição revolucionária em geral e ao bolchevismo em particular. A idéia de 'construir' uma sociedade nova sobre as ruínas da antiga, herdada do passado, faz, com efeito, parte do legado revolucionário francês. Ela até exprime por excelência a sua novidade, que tanto escandalizou Burke. Os homens de 1789 tiveram essa virtude de exprimirem por sua idéia da revolução, oposta ao Antigo Regime como o dia à noite, o fundo de construtivismo que obsedia a sociedade moderna. Esta é um contrato entre associados iguais em direitos, contrato produzido por suas vontades e, portanto, imediato a elas. A concepção não é incompatível com a ditadura do Estado revolucionário, por menos que este seja concebido ou apresentado como o agente coletivo das vontades cidadãs, voltado contra as potências do passado.

Ora, a versão bolchevique do subjetivismo revolucionário é mais radical ainda do que a dos jacobinos, por duas razões. Em primeiro lugar, porque Lênin elaborou, de fato, embora dizendo o contrário, através da idéia do partido vanguarda da classe, uma teoria da onipotência da vontade política: prova disso é não ter recuado diante da idéia aparentemente absurda, sobretudo num marxista, de fazer da Rússia o berço de uma revolução proletária. Em seguida, porque nele, como em todo marxista, a vontade recebe o apoio inesperado da ciência, ao custo de uma aporia filosófica. O partido é simultaneamente uma oligarquia de cientistas e de organizadores, uma reunião de homens que mudam o mundo por sua vontade, ao mesmo tempo que obedecem às leis da História. Ao longo da batalha de sucessão, Stálin foi pouco a pouco se auto-investindo dessa dupla missão, à medida que ela ia se tornando mais problemática e mais imaginária. 'Construir o socialismo' é a palavra de ordem do novo impulso revolucionário.

Há como um novo encadeamento e uma gradação de absurdos nesses 12 primeiros anos do regime. Lênin instaura a ditadura do proletariado na sociedade mais camponesa da Europa e combina GPU e NEP. Stálin herda um país

aterrorizado e que caiu abaixo de seu nível econômico de 1914; pretende fazê-lo 'construir o socialismo'. Assim, ao lado da ambição ostentada pelo segundo bolchevismo, a política levada adiante pelo primeiro pode quase passar por realista! Na realidade, as duas são condicionadas pela ideologia. Mas a segunda constitui algo além da primeira, pelo que tem de puramente ideológico, isolado de toda relação verdadeira com a realidade econômica e social. E é precisamente esse laço que ela mantém com a promessa revolucionária original que a torna crível: a revolução está provisoriamente morta na França ou na China, mas vai retomar sua marcha na União Soviética. O fantasma de um Termidor russo, que a NEP comportava, será definitivamente esconjurado.

A operação tem dois painéis: agricultura e indústria; coletivização da produção agrícola e plano quinquenal. Trata-se de matar dois coelhos com uma só cajadada: extrair do trabalho dos camponeses a acumulação de capital necessária à industrialização e suprimi-los, no mesmo movimento, como classe de produtores independentes. Retratar seu caráter cataclísmico, sobretudo no campo, não faz parte de meu assunto; aliás, essa história permanece por escrever, tanto ela foi camuflada, tanto ainda é mal conhecida<sup>1</sup>. Ela fez com que a União Soviética entrasse num terror de massa de que não existia, na época, nenhum precedente comparável (exceto, talvez, o massacre dos armênios pelos turcos, mas de uma natureza diferente). Ela fez soar a hora do Estado totalitário acabado, orwelliano. O espantoso é que ela tenha podido aparecer aos intelectuais ocidentais ou à opinião pública internacional como um episódio familiar, quando era extravagante; ou ainda exemplar, quando era atroz.

A supressão do campesinato como classe independente, à custa do assassinio ou da deportação de vários milhões deles: assim enunciado, um tal projeto não encontra partidários. O que lhe confere seu sombrio atrativo é estar envolto nas abstrações da 'revolução' e do 'socialismo'; aparecer, assim, como uma extraordinária prova da vontade, nunca vista até na história das revoluções, e portado-

---

1. O principal estudo escrito na época sobre a fome ucraniana é a de um báltico alemão, Edward Ammende, posto então no comando de uma organização interconfessional de socorro pelo cardeal de Viena: *Muss Russland hungern? Menschen und Völkerschicksale in der Sowjetunion*, Viena, 1935. Existe também: *La famine en Russie. Rapport adressé au gouvernement allemand par le Dr. Otto Schiller*, perito em questões agrícolas junto à embaixada da Alemanha em Moscou, 1933.

Da literatura de testemunhos e recordações: Malcolm Muggeridge, *Winter in Moscow*, Boston, 1934, e *Chronicles of Wasted Times*, t. I, Nova York, 1973. Victor Kravchenko, *J'ai choisi la liberté! La vie publique et privée d'un haut fonctionnaire soviétique*, Self, 1947. Vassil Barka, *Le prince jaune*, Gallimard, 1981. Miron Dolot, *Execution by hunger. The hidden holocaust*, Nova York, W. W. Norton, 1985; trad. francesa: *Les affamés. L'holocauste masqué, Ukraine 1929-1933*, Ramsay, 1986. Dentre os estudos históricos: W. Hryshko, *The ukrainian holocaust of 1933*, Toronto, 1983. Robert Conquest, *Harvest of sorrow: soviet collectivization and the terror famine*, Nova York, Oxford University Press, 1986.

ra de uma sociedade não menos inédita. Mas a revolução também precisa, para ter sua dignidade de evento necessário, de formidáveis inimigos a vencer. O revolucionário precisa de objetos para odiar. A 'grande ruptura' de Stálin, em 1929, não foge à regra. Ela transforma a obsessão do inimigo, do medo de seus malefícios num tema obsessivo de sua propaganda. Em 1793, os jacobinos franceses viram por toda parte a mão do contra-revolucionário e ampliaram absurdamente a categoria de 'aristocrata', mas estavam efetivamente em guerra com a contra-revolução interna e externa. Em 1929, na falta de nobreza, na falta de burguesia, e 12 anos depois de Outubro de 1917, o inimigo da revolução é um novato no gênero: é o *kulak*, o equivalente russo do burguês e o sucessor do grande proprietário. Em 1921, Lênin decidira a NEP. Em 1929, Stálin transforma os seus beneficiários em bodes expiatórios.

Se a categoria nunca foi claramente definida, pouco importa. O *kulak* é o adversário de classe, e isso é o essencial. As qualificações variam conforme o igualitarismo: emprega um ou dois assalariados, tem uma casa grande, tem duas vacas etc. E até, quando o camponês que deve ser deportado é tão pobre quanto os outros, basta declará-lo "kulakizante" para fazer a maldição cair sobre ele. A categoria vale não pelo que engloba, mas pelo que autoriza. Ela é o disfarce de uma guerra contra o campesinato: matam-se ou deportam-se uns, escravizam-se os outros em grandes fazendas sob o controle do partido, *kolkhozes* ou *sovkhazes*. Nunca antes algum regime no mundo se lançara numa operação tão monstruosa, de dimensão tão gigantesca e de tão vastas conseqüências: eliminar milhões de camponeses, destruir a vida rural até a raiz. Quando o historiador relaciona o caráter do evento com a indiferença que ele encontrou, na época, no Ocidente, e mesmo com os elogios que muitas vezes provocou, ele tem a opção entre dois tipos de explicação, que não são incompatíveis: ou o que se passava realmente na União Soviética era ignorado por ser sistematicamente ocultado, ou então a idéia da 'coletivização dos campos' evocava em muitos espíritos o funcionamento de uma utopia positiva, somado a um sucesso sobre a contra-revolução. A capacidade de mitologizar sua própria história constituiu uma das mais extraordinárias façanhas do regime soviético. Mas essa capacidade teria sido menos eficaz se não se tivesse somado a uma tendência à credulidade inscrita na cultura européia da democracia revolucionária.

Mesmo em matéria industrial, Stálin precisa invocar, a serviço de seus objetivos mirabolantes, a luta contra os sabotadores, os inimigos, os imperialistas e seus agentes. O sabotador é o *kulak* da indústria: pois se acontecem atrasos na execução do plano, é porque ainda há inimigos a vencer, escondidos no interior do regime. O voluntarismo bolchevique ignora a resistência das coisas. Essa é a origem

---

1. M. Heller e Alexandre Nekrich, *op. cit.*, p. 193.

dos processos por sabotagem econômica que se multiplicam a partir da década de 30, e onde aparece a confissão pública dos acusados, já sob a direção de Vychinski<sup>1</sup>. Organizado com o maior cuidado, longamente preparado, realizado através da tortura moral e física dos acusados, esse procedimento sinistro ilustra o universo ideológico do stalinismo, feito de um conflito de vontades. Existem os ‘bolcheviques’ e os conspiradores, e até o mundo da economia, por mais chafurdado que esteja no material, obedece a essa dicotomia. O processo, acompanhado da confissão, tem por função dar o máximo de publicidade à atividade maléfica, essencialmente secreta, dos inimigos do ‘socialismo’. Como bem viu Orwell, o totalitarismo é inseparável de uma pedagogia constante da suspeita e do ódio. A economia não passa de uma área de aplicação dessa política-ficção.

O espantoso, com o recuo do tempo, é a oposição, ou o que dela resta, no interior do Partido Bolchevique, não se manifestar. Os historiadores desse período sublinham que ela prolonga a batalha do aparelho e chega mesmo a formar intrigas novas, prevendo o fracasso da política de Stálin<sup>2</sup>. Mas não diz uma palavra sobre a tragédia por que passa o país. Trótski, por exemplo, de seu exílio de Prinkipo, faz protestos e mais protestos contra a perseguição de que são vítimas seus partidários dentro do partido; mas não diz nada sobre a horrenda fome de 1932 na Ucrânia, inteiramente devida ao terror multiforme exercido contra os camponeses. Bukharin, o gentil Bukharin, o mais sensível ao mundo exterior em geral e à sorte do camponês russo em particular, qualifica sobretudo aquilo de que é testemunha de “extermínio maciço de homens indefesos, com suas mulheres e seus filhos<sup>3</sup>”. Mas ele também é pego pela dialética infernal do partido, embora ela o leve à sua perda. Stálin definiu a conjuntura que forma o pano de fundo da discussão política: o fortalecimento da luta de classes em escala internacional e no interior. A oposição critica o que chama ainda de uma “linha”, em termos de escolástica marxista, sem ousar ou poder argumentar com a realidade.

Mas há algo ainda mais espantoso: o fato de essa anestesia do julgamento se estender a tantos espíritos fora da União Soviética. Não que os fatos não possam ser conhecidos, pelo menos no que têm de maciçamente atroz. A história do genocídio dos camponeses ucranianos — cinco a seis milhões de mortos, segundo Robert Conquest —, onde a loucura ideológica não exclui um ódio nacionalista, ainda não é conhecida em detalhe, na falta de acesso aos documentos. Mas não pôde ser completamente escondida. Os diários dos emigrados mencheviques e socialistas-revolu-

---

1. Robert Conquest, *La Grande Terreur. Les purges staliniennes des années trente*, Stock, 1970 (trad. do inglês *The Great Terror*, Londres, McMillan, 1968), apêndice F, p. 508, “Primeiros processos soviéticos”.

2. *Id. ibid.* 1, pp. 38-51.

3. *Ibid.*, pp. 36-37.

cionários falam dela, e Souvarine também<sup>1</sup>. Um dos bons livros sobre a questão é publicado por Kautsky já em 1930<sup>2</sup>: ele denuncia mais uma vez o terror, prenuncia a fome, prevê a generalização do trabalho forçado sob a mão de ferro de um ditador primitivo. Sua análise é ainda mais interessante de reler hoje em dia porque, escrita 50 anos mais tarde, ela teria sido premonitória do esboroamento final a que acabamos de assistir. Pois Kautsky, como bom marxista, não acredita na duração de uma ditadura tão reacionária, que restabelece, agravando-a, a servidão feudal...

Assim, quem queria saber podia saber. A questão é que pouca gente o quis. O segundo bolchevismo, o nacional-bolchevismo, o bolchevismo stalinista, seja qual for o nome que lhe demos, ricocheteou no fracasso do primeiro sem nada perder de seu poder mitológico, a despeito de seu recolhimento nacional. Pelo contrário, sua imagem cresceu na imaginação dos contemporâneos durante seus piores crimes. Assim, o mistério desse fascínio aumentou, em vez de se dissipar.

Nessa época, a União Soviética já saiu há muito tempo do isolamento nacional de seus primórdios. Tornou a ocupar o lugar da Rússia como um dos grandes Estados da Europa e ampliou-o como centro do movimento comunista internacional: essa política de duas faces lhe oferece um duplo espaço de manobra, de que ela se serve com cinismo, sendo distinto o que ela faz como Estado do que ela é como revolução, e ao mesmo tempo submete de fato os partidos da Terceira Internacional a seus interesses de Estado. Como as outras, sua diplomacia está aberta a aproximações circunstanciais com todos os tipos de Estado, conforme os interesses do dia. Mas ela tem de particular o fato de, considerando-os todos como igualmente adversos, como capitalistas, não cessar de denunciá-los como tais, mesmo quando negocia ou desenvolve acordos mútuos; em compensação, sempre lhes pede um reconhecimento de legitimidade como preço de qualquer aproximação<sup>3</sup>. O Estado soviético impõe sua potência renovada para confirmar seu regime; ele junta à mentira de sua propaganda, difundida pela Terceira Internacional, seus comparsas e seus agentes, este outro instrumento de persuasão que é a força bruta.

Em plena tragédia ucraniana, em 1932, Herriot, o velho chefe radical francês, de volta à ativa por seis meses, retoma a política de aproximação com a União Soviética, preconizada desde o início dos anos 20: tal política, em si, nada tem de

---

1. Jean-Louis Panné, *op. cit.*, p. 199.

2. K. Kautsky, *Le bolchevisme dans l'impasse*, trad. francesa de Bracke, Paris, Alcan, 1931; reed.: PUF, 1982, prefácio de Henri Weber.

3. Alain Besançon, *Court traité de soviétologie à l'usage des autorités civiles, militaires et religieuses (Breve tratado de soviétologia)*, Paris, Hachette, 1976, cap. 2, pp. 61-88.

extraordinário, pelo contrário, se inscreve numa tradição do Quai d'Orsay anterior à guerra. Mas o regime do sócio, por sua vez, mudou. Enquanto os republicanos do fim do século XIX não tiveram de abençoar a autocracia czarista para contratar aliança com Nicolau II, Herriot, por seu lado, realiza ao mesmo tempo um acordo diplomático e um reconhecimento ideológico. No entanto, tudo separa sua visão do mundo do que se passa na Rússia, sob o poder absoluto dos comunistas da nova época. Tampouco tem ele em mente, como acontecerá mais tarde na política interna francesa, procurar uma aproximação com o PCF, desdenhável na época, através de uma abertura para o Leste. Ele pôde obter seu pacto de não-agressão com a URSS, assinado em novembro de 1932, sem considerações sobre os acontecimentos que ali se passam. Mas no ano seguinte, quando já não é presidente do Conselho, esse velho cacique do parlamentarismo francês faz uma viagem particular à Ucrânia, em companhia de Geneviève Tabouis, uma jornalista de prestígio na época. Na volta, faz a seguinte declaração: "Atravessei a Ucrânia. Pois bem! Afirmando que vi um jardim em pleno florescimento. Vocês dizem que há quem garanta que aquela região está vivendo agora uma época difícil? Não posso falar sobre o que não vi. Mas fiz com que me levassem a lugares castigados. Ora, só encontrei prosperidade!..."

Não há dúvida de que essa declaração visava a um objetivo político preciso, pois Herriot tem o cuidado de desmentir, através de uma lútotes de velho latinista, que essa "região", a Ucrânia, viva uma "época difícil". Aliás, ele foi a Kiev e a Odessa, não a Moscou. Mas ele não é um mentiroso puro e simples, por razões de circunstância. Foi evidentemente manipulado, como o atesta um testemunho<sup>2</sup>. Os russos são há séculos mestres na arte da "aldeia Potemkin<sup>3</sup>", e mostraram para ele um canto da Ucrânia feito sob medida. Herriot é um burguês francês de esquerda, formado na tradição republicana. Como é partidário da aliança russa, pode ser que essa opção diplomática pese no julgamento dele sobre

---

1. Fred Kupferman, *Au pays des Soviets, le voyage français en Union Soviétique, 1917-1939*, Gallimard-Julliard, 1979, pp. 87-90.

2. Jean-Louis Panné, *op. cit.*, pp. 200-202.

3. O príncipe Grigori Potemkin (1739-1791) anexa a Criméia em 1783. Organiza a viagem de Catarina II até lá em 1787, mandando construir aldeias fictícias, povoadas de figurantes disfarçados de camponeses para fazer com que acreditassem que tinha conquistado uma província fértil e rica. Ao assistir a uma festa dada no Palácio de Inverno de São Petersburgo, escreve o marquês de Custine: "Nos países despóticos, todas as diversões do povo me parecem suspeitas, quando concorrem para os divertimentos do príncipe. Não consigo esquecer-me da viagem na Criméia da imperatriz Catarina e as fachadas de aldeias apresentadas de distância em distância, em tábuas e panos pintados, a um quarto de légua da estrada, para fazer a triunfante soberana acreditar que o deserto se povoara sob o seu reinado". (Custine, *Lettres de Russie*, prefácio de P. Nora, Gallimard, *Folio*, 1975, pp. 142-143.)



a União Soviética: ao longo do século, veremos outros aliados ocasionais de Stálin, como Roosevelt, dar uma caução democrática a seu regime. Mas o que reaparece em Herriot, nessa época, é de preferência comparável ao que analisei em Aulard 12 anos antes, num outro contexto: a idéia, num intelectual da Belle Époque, de que a Revolução Russa pertence à categoria das revoluções, tal como a história da França a repertoriou. Por mais que os comunistas franceses da época façam uma gesticulação esquerdista e ostentem, por ordem da Internacional, a tática 'classe contra classe', o velho político radical, tão representativo da burguesia de tradição democrática, não consegue dissociar a realidade soviética da mensagem original da Revolução Russa. No momento em que Kautsky denuncia em Stálin um ditador nacionalista e contra-revolucionário, ele prefere ver no homem da coletivização um sucessor esclarecido de Lênin.

Essa cegueira tem, aliás, um fundamento mais profundo do que o mero apego a uma tradição: a incapacidade de avaliar e julgar o inédito. O regime da União Soviética sob Stálin, quando aparece, no início da década de 30, não tem precedentes na História. Não se parece com nada do que existiu. Nunca um Estado teve como objetivo matar, deportar ou reduzir à servidão seus camponeses. Nunca um partido substituiu tão completamente o Estado. Nunca ele controlou tão integralmente toda a vida social de um país e a vida de todos os cidadãos. Nunca uma ideologia política moderna desempenhou um papel assim no estabelecimento de uma tirania tão perfeita que os que a temem devem, porém, saudar seus fundamentos. Nunca uma ditadura teve um poder tão grande em nome de uma mentira tão completa e, contudo, tão poderosa sobre as mentes. Nenhuma dessas características do bolchevismo segundo estilo é inteligível a partir dos exemplos do passado, ou dentro de um quadro conceitual familiar.

A mesma coisa se reproduzirá a propósito de Hitler e do nazismo. Os homens do entre-guerras tiveram muita dificuldade para compreender o caráter único — e por isso mesmo monstruoso — cada um em seu gênero, dos regimes de Stálin e de Hitler. Na falta de um precedente comparável na experiência dos povos europeus, foram iludidos por falsas analogias, tiradas do que eles podiam conhecer. De quanto tempo não precisarão, por exemplo, para entender que Hitler não é um político nacionalista um pouco mais 'autoritário' do que a direita alemã clássica e sim um político de outra natureza? Chamberlain ainda não entendeu isso em Munique, em setembro de 1938. No caso de Stálin, a compreensão é ainda mais difícil, pois o acesso a ele é obscurecido por sua posição de herdeiro, que ele trata de afirmar e reafirmar. É discípulo de Lênin, o filho da Revolução de Outubro, ela própria filha do marxismo — e este é o fruto da democracia europeia... O ditador georgiano envolveu seu personagem shakespeariano nessas sucessivas armaduras, que lhe servem de outras tantas fortalezas impenetráveis. No

mesmo momento em que ele lança a velha Rússia dos czares num messianismo nacional renovado, desencadeando sobre ela violências inauditas, Herriot, o deputado dos pequenos proprietários franceses, o normalista de esquerda, o especialista em Madame Récamier, pode imaginar-se da mesma família...

Mas, nessa época, a ilusão soviética encontra seus principais reforços na economia política, mais ainda do que na tradição democrática revolucionária 'à francesa'. A Grande Depressão mergulhou as democracias numa grande angústia coletiva. Coincidindo com a coletivização agrária e o primeiro plano quinquenal soviético, ela contrapõe a anarquia capitalista à organização comunista, como o *laisser-aller* à vontade. Provavelmente, não há uma época na história moderna do Ocidente em que o liberalismo econômico tenha sido objeto de uma condenação tão universal: temos dificuldade de imaginar, hoje, que a idéia de mercado reconquistou até mesmo a ex-União Soviética, a que ponto ela foi, há pouco mais de meio século, quase unanimemente condenada pela opinião pública.

Podemos observá-lo naturalmente na França, onde a crítica do liberalismo econômico está tão arraigada: a Grande Depressão aparece como uma confirmação do pessimismo nacional sobre as capacidades do mercado de formar a base de uma verdadeira sociedade. Mais ou menos de toda parte surgem as denúncias do individualismo egoísta e da anarquia que é o seu produto: a crise oferece uma aula prática sobre isso. Em contrapartida, a idéia de plano, alimentada pelos números de impacto que anuncia a União Soviética, tornou-se um argumento vazio e pretensioso usado por todos os reformadores sociais. Ela recebe, aliás, um reforço com a eleição de Roosevelt à Presidência dos Estados Unidos e com a implantação do New Deal, em 1934; e para todos os que a adotam, ela é inseparável também de uma certa admiração pelo fascismo mussoliniano e seus êxitos, pois pressupõe um renascimento da autoridade política e uma reforma do Estado. Esse é o aspecto dos tempos, na Paris daqueles anos: comum a famílias intelectuais tão diversas quanto os católicos de esquerda que fundam a revista *Esprit* em 1932<sup>1</sup>, ao redor de Emmanuel Mounier; os socialistas dissidentes que acabam formando um novo partido em 1933 ao redor de Marcel Déat<sup>2</sup>; ou ainda ao pequeno grupo que se

1. Michel Winock, *Histoire politique de la revue Esprit*, Le Seuil, 1975.

2. Em 1930, Marcel Déat (1894-1955) publica *Perspectives socialistes*, livro em que preconiza a aliança da classe operária e das classes médias para permitir uma socialização progressiva da economia sob a égide do Estado. Suas teses são rejeitadas pela SFIO e Déat funda, em 1933, o Partido Socialista da França — União Jean Jaurès. Em 1935, publica *Le plan français* pelo comitê do plano que ele criou. Favorável aos acordos de Munique, Déat funda durante a Ocupação o Rassemblement National Populaire, partido colaboracionista que ele pretende transformar em partido único de sustentação à política nazista. Vide a seu respeito Philippe Burrin, *La dérive fasciste. Doriot, Déat, Bergery*, Le Seuil, 1986; e Marcel Déat, *Mémoires politiques*, Denoël, 1989.

intitula *Ordre Nouveau*, ao redor de Robert Aron e Arnaud Dandieu<sup>1</sup>, que publica sua bíblia em 1933: *La révolution nécessaire (A revolução necessária)*.

Existe na mesma época uma literatura muito mais diretamente ligada à experiência soviética da industrialização: a de uma parte do patronato, entusiasmado com as realizações previstas ou proclamadas do plano quinquenal. Testemunha disso é Ernest Mercier<sup>2</sup>, um dos grandes administradores franceses de indústria da época, classicamente de direita e até um pouco mais do que isso, convertido à técnica soviética de administração por uma viagem a Moscou no final de 1935. O que ele admira na URSS, mais ou menos como a direita alemã de cinco ou dez anos antes, não é, evidentemente, a emancipação do proletariado, e sim a energia política, por um lado, e o domínio da técnica, por outro<sup>3</sup>.

O mais espantoso é que esse deslumbramento pela planificação soviética — de que ninguém estudou realmente, nem os funcionamentos nem os desempenhos reais — conquista até as opiniões públicas anglo-saxônicas, tão pouco preparadas devido a sua tradição de gostar do estatismo econômico. Nos Estados Unidos, tão duramente atingidos pela crise, o plano quinquenal introduz a experiência soviética às margens da opinião ‘liberal’. O adjetivo designa, ainda hoje, o apego à tradição democrática e à igualdade social. Os americanos não tiveram de substituí-lo por outro, como na Europa, para designar o lado do progresso, já que a crítica ao capitalismo nunca conseguiu reunir grandes partidos naquele país. Mas nada impede figurar na agenda desse liberalismo, durante a Depressão, um pouco daquilo que faz o sucesso da União Soviética. O New Deal de Roosevelt é correntemente analisado nesses termos, aliás, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, pelo que introduz de intervenção estatal na economia. Os mais liberais dos liberais — ou seja, a esquerda do Partido Democrata — não raro têm um fraco pela imagem de que começa a gozar, em sua minúscula escala, o pequeno Partido Comunista Americano, depois da virada ‘antifascista’: uma América rica, mas que se tornou pobre por incapacidade de controlar sua economia, contraposta a uma União Soviética pobre, mas que organiza o progresso de sua produção através de um esforço da vontade e da razão.

1. Robert Aron e Arnaud Dandieu, *La révolution nécessaire*, Grasset, 1933. Pode-se ler no prefácio (p. XIII): “A revolução que se prepara, e da qual os movimentos russo, italiano e alemão são apenas os preâmbulos incompletos e imperfeitos, será realizada pela França”.
2. Politécnico, administrador do Banco de Paris e dos Países Baixos, presidente da Companhia Francesa do Petróleo e da União de Eletricidade, Ernest Mercier é também, antes de 1935, um dos partidários do coronel De La Rocque e o fundador de um movimento com um nome típico da época, O Reerguimento Francês: *URSS. Réflexions par Ernest Mercier, janvier 1936*, Éditions du Centre Polytechnicien d’Études Économiques, fevereiro de 1936.
3. Charles Beaurepaire, “M. Ernest Mercier fait l’éloge de Staline” in *Masses*, nº 5-6, 25 de fevereiro de 1936.

Compreende-se tudo o que essa visão do soviétismo como conquista planificada da natureza pela técnica pode evocar de fraternal ao caráter nacional americano. Mas, por outro lado, o espírito totalmente coletivista dessa conquista e o confisco das liberdades individuais que ele acarreta impedem esse filosovietismo 'econômico' de penetrar na opinião 'liberal', a não ser sob a forma de uma simpatia prudente pelos objetivos do regime, acompanhada de reservas sobre os meios empregados<sup>1</sup>. O New Deal e o antifascismo ampliarão essa simpatia, sem modificarem seu caráter. Eles fornecerão à esquerda americana a dose de nacionalismo necessária à inflexão de sua tradição. Os intelectuais nova-iorquinos discutem a revolução, Lênin, Trótski, Stálin; mas Roosevelt continua sendo a voz familiar que os liga à tradição de Jefferson e Lincoln.

Que o mundo esteja sendo arrastado para uma economia socialista cujo caminho é mostrado pela URSS, essa é uma convicção muito mais maciça na Europa, onde a idéia possui ao mesmo tempo uma realidade de classe e uma consistência doutrinal antiga, que ultrapassam em ampla medida o âmbito da influência comunista. Podemos entender isso através do exemplo da esquerda inglesa, estranha à tradição revolucionária de tipo francês, um tanto refratária ao marxismo, apegada à defesa dos direitos individuais, portanto menos sensível do que na França à política ou à ideologia bolcheviques; e, no entanto, seduzida pelo plano quinquenal e pelo que imagina ser um sucesso conjunto da razão experimental e da liberdade.

H. G. Wells encarna bastante bem esse equilíbrio instável. É um veterano da Sociedade Fabiana, antes da guerra, e até de um pequeno clube fundado pelos Webbs, 'The Co-Efficients', que mescla a idéia de progresso humano à de reforma social: combinação que o Império Britânico pode ajudar a universalizar, com a condição de ser reorientado. A inevitabilidade do socialismo, para Wells, nunca passou pela luta de classes e pela revolução; o escritor a vincula, depois de se afastar dos fabianos<sup>2</sup>, a uma filosofia da evolução, cujo veículo natural será a educação. Depois da guerra, a estrela do romancista brilha com uma intensidade

- 
1. F. A. Warren, *Liberals and communism. The Red Decade revisited*, Indiana University Press, 1966.
  2. Fundada em 1884, ao redor de Sidney e Beatrice Webb, a Fabian Society faz referência a Fabius Cunctator, dito o Temporizador, que comandou os exércitos romanos durante a Segunda Guerra Púnica. Seus membros opõem-se ao marxismo e almejam um socialismo reformista que deverá instaurar-se progressivamente. A sociedade faz-se conhecer através da publicação, em 1889, dos *Essais fabiens* de George B. Shaw. Os fabianos pretendem influenciar o Labour Party e as Trade-Unions. No início da década de 30, sofrem a atração da Rússia soviética. G.B. Shaw viaja para lá em 1931 e declara na volta que "o sistema que foi implantado na Rússia é um sistema fabiano". Depois de uma estada em 1932, Beatrice e Sidney Webb (que volta sozinho à URSS em 1934) publicam uma descrição elogiosa da URSS, *Soviet Communism: a New Civilization?* Londres, Longmans, Green and Co., 1935, 2 vols.

menor no firmamento da literatura inglesa; mas ergueu-se a do porta-voz da humanidade, profeta do Estado mundial, encarregado de iluminar a única via de salvação para a espécie humana.

Daí sua paixão pela experiência soviética. Em 1934, quando Wells se encontra com Stálin, já é um recidivista da peregrinação soviética. Vem ver Stálin, mas já viu Lênin em 1920. Esse escritor, tão apaixonado pelo universal quanto um francês, não fica indiferente ao esnobismo que empurra certos homens de letras para junto dos chefes de Estado: para a fotografia, que revelará seu prestígio. Ele, além disso, tem conselhos a dar. Em sua primeira viagem, em 1920, encontrara a Rússia num estado pavoroso, mas culpava por isso apenas a herança do capitalismo; até gostara dos bolcheviques — em todo caso, aqueles dentre eles que designa em seu pequeno livro<sup>1</sup> como “liberais”, Lênin, Trótski, Lunatchorski. A Rússia soviética agradou-lhe como um desmentido às predições de Marx; pois, como Pierre Pascal, mas à maneira inglesa, Wells é um admirador antimarxista de Lênin, que festeja como um criador de utopia<sup>2</sup>.

Em 1934, retorna aos lugares onde se elabora o futuro, logo depois de uma estada na América de Roosevelt. Ele tem em mente uma comparação entre o New Deal e o plano quinquenal: a aproximação entre a URSS e os Estados Unidos não é apenas, a seu ver, um fato circunstancial, ligado ao advento de Hitler e à ameaça japonesa; tem sua origem numa evolução mais profunda, a crise mundial do capitalismo e a vontade de reorganizar racionalmente a sociedade. Idéia que o escritor defende diante de Stálin, que lhe dá a honra de uma longa conversa. “Acho que estou um pouco mais à esquerda do que o senhor; acho, senhor Stálin, que o velho sistema está mais próximo de seu fim do que o senhor pensa<sup>3</sup>.” O homem do Kremlin bem que gostaria de acreditar nisso, mas *quid* dos meios para conseguiu-lo? *Quid* dos burgueses, dos capitalistas? *Quid* da revolução proletária? Wells argumenta que a Royal Society, a rainha das Academias, também é a favor da planificação científica da economia, e que a luta de classes, com seu tom insurrecional, pertence a uma época superada. O socialismo está na ordem do dia de todos os homens educados, *educated*: a palavra

---

1. Herbert G. Wells, *Russia in the shadows, 1920*; trad. francesa: *La Russie telle que je viens de la voir*, Éditions du Progrès Civique, 1921.

2. *Id. ibid.*, cap. 6, p 150: “Com Lênin, eu começava a me dar conta de que o comunismo podia, apesar de tudo e a despeito de Marx, assumir um poder construtivo enorme”.

3. “Staline-Wells talk. The verbatim record and a discussion by G. Bernard Shaw, H. G. Wells, J. M. Keynes, Ernst Toller”, *The New Statesman and Nation*, dezembro de 1934, reed.: *The detached sympathizers. Seeds of conflict series 4*, Kraus Reprint, 1975. A entrevista Wells-Stálin de 23 de julho de 1934 é reproduzida em Joseph Stálin, *Oeuvres*, vol. XIV, 1934-1940, Nouveau Bureau d'Éditions, 1977.

inglesa diz melhor do que o francês [*instruir*] o valor conferido aos meios educativos na transformação do homem e da sociedade. Diante disso, Stálin deve ter se divertido interiormente, naquele dia, de ver seu empreendimento comparado ao New Deal! Zombando com frieza, retomou tranqüilamente o á-bê-cê do leninismo, explicou o caráter central do poder político, a luta de classes, os capitalistas e os operários, a necessidade da violência revolucionária. Chegou a dar, à sua maneira, um curso elementar de história da Inglaterra. E a revolução inglesa? Será que Cromwell a fez na obediência das leis? Será que decapitou Carlos I em nome da Constituição? A entrevista encerra-se com gentilezas do escritor dirigidas ao tirano, que declara ser o árbitro, juntamente com o presidente americano, da felicidade social da humanidade.

Wells, contudo, sabe que não existe nenhuma liberdade de expressão na URSS. Foi até lá também para estabelecer uma ponte entre a União dos Escritores Soviéticos e o PEN Club internacional e avaliou a servidão absoluta dos primeiros em relação ao poder<sup>1</sup>. Mas esse mal, provavelmente provisório, é, a seu ver, secundário quando comparado com a ambição que ele atribui a Stálin de forjar uma sociedade racional: curiosa transferência para os bolcheviques, num autor que detesta Marx, da idéia de uma ciência do desenvolvimento do homem. Ela lhe basta para passar a borracha, em nome do fim do capitalismo, sobre o estatuto político da sociedade soviética.

A entrevista com Stálin, uma vez publicada, provoca comentários ácidos de uma outra estrela da literatura inglesa, também ela admiradora do Guia, mas por outras razões, que ilustram a diversidade da filiação 'fabiana'. Ao contrário de seu grande compatriota Burke, irlandês como ele, Bernard Shaw é um adversário constante do parlamentarismo inglês. Adversário à sua maneira, que está longe de lhe conferir a condição de maldito, adorada pelos escritores modernos; pois é cumulado pelo imenso sucesso público de sua obra dramática. Mas conservou intacto seu ódio à hipocrisia vitoriana e seu desprezo pelo sistema político inglês, disfarce civilizado da dominação. Formou contra eles uma parte de seu famoso 'espírito'. Seus paradoxos constantemente os tomaram como alvo. Seu socialismo 'fabiano' nutre-se tanto desse estado de espírito quanto de uma teoria propriamente dita. Conhece Wells há muitíssimo tempo, admira seu gênio literário, caçoa de sua vaidade de reformador universal. Não tem, como ele, preconceitos contra a violência, já que se gaba, pelo contrário, de realismo. O que provocou sua conversão à União Soviética de Stálin em 1931 tem a mesma natureza do que

---

1. Wells declarou num *meeting*, em sua volta, que não existia nenhuma liberdade intelectual na URSS. Esse comentário é criticado pelo comunista alemão Ernst Toller, então emigrado em Londres, na discussão sobre a entrevista com Stálin. "Staline-Wells talk", *op. cit.*, pp. 27-28.

o levou a defender Mussolini e, mais tarde, Hitler: um governo eficaz a serviço da nação. Stálin, a seu ver, rompeu com o absurdo internacionalismo de Lênin. Teve o mérito de derrotar Trótski, o homem da revolução mundial. Ei-lo a ponto de desenvolver, 'à fabiana', com o plano quinquenal e a reforma agrária, uma economia e uma sociedade socialistas.

Bernard Shaw tornou-se um nacional-bolchevique do tipo mais improvável: de matiz reformista. "Stálin é um bom fabiano", diz ele nessa época, "e isso é o que melhor se pode dizer de alguém." Lênin encarna (juntamente com Trótski) os impasses da revolução. Stálin reconstrói gradualmente uma Rússia socialista, pela união de uma ditadura esclarecida e de uma sociedade de produtores / consumidores. Aquilo que o Labour inglês se mostra incapaz de realizar<sup>2</sup>, aquilo cuja necessidade a crise do capitalismo revela foi, portanto, realizado pelo sucessor de Lênin. O que mostra em que estima o autor dramático mais célebre do universo tem o novo recruta do movimento fabiano.

Ele nada perdeu do caráter cômico do intercâmbio entre o grande homem de ação que é Stálin e o caçador de utopias que é Wells. E como também ele fez a sua visita a Stálin em julho de 1931<sup>3</sup> e já tem sua idéia do personagem, ele imagina a diversão escondida do ditador bolchevique ao escutar as aulas do incansável Wells sobre a inutilidade da luta de classes e, mais geralmente, da política: "Nunca encontrei um homem capaz de falar tão bem e, no entanto, com tão pouca pressa de fazê-lo do que Stálin. Wells é um grande palrador, mas também o homem no mundo menos apto a escutar. Felizmente: pois sua visão é tão ampla e tão segura de si que a menor contradição o lança num furor cego de eloquência e vituperação. A um acesso desse tipo, Stálin poderia ser menos indulgente do que os amigos mais íntimos de H.G. na Inglaterra<sup>4</sup>". A continuação do comentário, uma vez postos os personagens desse diálogo de comédia, é dedicada a dar razão ao realismo de Stálin contra a utopia wellsiana: "É evidente que Stálin é um homem que sabe fazer as coisas darem certo, inclusive, se preciso, afastar Trótski e a revolução mundial dos negócios em curso. Com seu Estado mundial sem revolução, Wells sai da ordem do dia do presente<sup>5</sup>".

---

1. Citado em David Dunn, "A good fabian fallen among the stalinists", *Survey*, inverno de 1989, pp. 15-37, p. 28.

2. O governo de MacDonald teve de demitir-se em 1931, revelando a incapacidade dos trabalhistas diante da crise econômica e social.

3. Bernard Shaw passou dez dias na URSS, no final de julho de 1931, em companhia de Lord e Lady Astor, respondendo a um velho convite da União dos Escritores. Recebeu a acolhida suntuosa reservada às grandes celebridades intelectuais do Ocidente.

4. "Staline-Wells talk", *op. cit.*, p. 22.

5. *Ibid.*, p. 26.

Admirável plasticidade do mito soviético. Wells e Shaw amam a União Soviética de Stálin como a pátria de uma ordem econômica anticapitalista, que dá um fim à anarquia do lucro. Mas o primeiro louva sua paz civil; o segundo, a rudeza de sua ditadura. O primeiro radicaliza a tradição ‘gradualista’, o segundo a ignora. Shaw ridiculariza o angelismo antipolítico de Wells, mas seu cinismo não é menos ingênuo ao saudar como um triunfo da razão a deportação, o assassinio ou a fome organizada de vários milhões de *kulaks*.

Cabe a Keynes, uma das inteligências mais brilhantes da época e, ele sim, verdadeiro renovador do capitalismo, não dar razão a nenhum dos dois escritores, “nossos dois velhos grandes professores, Shaw e Wells, os mestres-escolas da maioria de nós, ao longo de toda a nossa vida, o professor de teologia e o professor de ciências naturais. Gostaria só de ter um terceiro mestre tão bom quanto eles para as humanidades”. Eis aqui sua arbitragem: “O comunismo”, diz-lhes ele, “apresentado como um meio de melhorar a situação econômica, é um insulto à nossa inteligência. É como meio de agravá-la que ele encontra o segredo sutil, quase irresistível, de seu encanto<sup>1</sup>”. Por quê? Porque constitui um ideal, num mundo com obsessão de economia. “Quando os estudantes calouros [*undergraduates*] de Cambridge fazem a inevitável viagem à terra santa do bolchevismo, será que ficam decepcionados por a verem horrendamente carente? É claro que não. Eles tinham ido procurar exatamente aquilo<sup>2</sup>.” Se a economia política soviética provoca um tal deslumbramento, não é só porque forma um contraste quase providencial com o espetáculo dado pelo desmoronamento do capitalismo. É porque ela descobre uma idéia moral, um homem regenerado, livre da maldição do lucro.

O mais interessante, talvez, no exemplo inglês é a tranqüilidade com que a tradição reformista do socialismo nacional disfarça a experiência soviética ao mesmo tempo na ciência e na moral, sob a garantia do homem novo. As duas idéias não são compatíveis, e este é, em suma, o argumento de Bernard Shaw: para apoiar a experiência stalinista, é preciso assumir o niilismo moral do marxismo-leninismo, em nome da necessidade. O fim justifica os meios. Wells, pelo contrário, explica a Stálin a verdadeira natureza de sua ação, para trazê-la de volta ao bom caminho da liberdade dos indivíduos — o estado moral de uma humanidade reconciliada. No ano seguinte, os dois ancestrais do socialismo fabiano,

---

1. J. M. Keynes in “Staline-Wells talk”, *op. cit.*, p. 35.

2. *Id.* Note-se que Keynes fez ele próprio, em 1925, a viagem soviética, por ocasião do bicentenário da Academia de Ciências de São Petersburgo (que mudara de nome para Leningrado). Trouxe de lá um breve estudo, muito crítico, publicado por seus amigos do Bloomsbury Group. Cf. John M. Keynes, *A short view of Russia*, The Hogarth Press, 1925.



os próprios Webb<sup>1</sup>, vão ainda mais longe nessa direção, dando sua augusta bênção ao ‘socialismo num só país’, como se o indivíduo econômico da sociedade moderna tivesse, enfim, encontrado os meios científicos de sua vida coletiva na liquidação dos *kulaks* e no plano quinquenal.

Os Webb não estão longe dos 90 anos. Mas também fizeram sua viagem. Otimistas profissionais, coroam uma vida obcecada pelo bem público com essa vasta compilação sobre a URSS, feita de recortes de jornais, de trabalhos acadêmicos, sobretudo americanos, de literatura de viagem, enfim, de documentos oficiais. Parecem nem suspeitar que estes últimos possam estar falsificados; tomam-nos ao pé da letra, quer se trate da Constituição, do aparelho judiciário, das organizações políticas, da coletivização agrária, do plano quinquenal. Escrevem como se o país real pudesse ser descrito e analisado pelo que diz de si mesmo, inaugurando uma tradição universitária que terá vida longa. Não citam nem Russell, nem Souvarine, nem Victor Serge, nem qualquer texto que pareça herético em Moscou. Resulta daí um livro que, graças a certa gentileza de alma e certa credulidade, é um dos mais extravagantes jamais escritos sobre o assunto, rico, porém, neste registro. Não falta nada, nem sequer a justificação do partido único em nome da democracia, já que esse partido só age por persuasão, através de uma pirâmide de assembléias em que a população exprime a sua vontade e Stálin “não tem sequer o amplo poder que o Congresso dos Estados Unidos temporariamente conferiu ao presidente Roosevelt; ele é apenas o secretário-geral do partido”. A URSS é uma democracia de produtores associados, livres do proprietário e do capitalista, e que fabricam juntos, em nome da ciência, uma civilização inédita, um homem novo.

Esses dois extensos volumes que se tornaram ilegíveis constituem, assim, a mais perfeita ilustração das seduções do comunismo stalinista sobre a tradição menos revolucionária do socialismo europeu. Como Shaw, e, aliás, por insistência dele<sup>3</sup>, os Webb só começam a ver na União Soviética um exemplo a partir de 1931: eles são muito radicalmente alheios à tradição jacobina para se interessarem pelo bolchevismo e por Outubro de 1917. Mas, em Stálin, esses teóricos do ‘gradualismo’ e esses entusiastas do socialismo municipal vêem uma desforra dos peritos sobre o marxismo revolucionário; desiludidos com o socialismo inglês, crêem ver seu universo ganhar forma na Rússia. São convencidos por seu amigo Bernard Shaw antes mesmo de irem à Rússia. Mas, relativamente a ele,

---

1. Sidney e Beatrice Webb, *op. cit.* Na segunda edição da obra, publicada em 1937, os autores suprimiram o ponto de interrogação do título.

2. *Ibid.*, último capítulo, “Is the party a dictator?”, p. 431.

3. David Dunn, artigo citado, p. 32.

eles acrescentam à sua conversão um toque a mais de ilusão, que, no fundo, está ligado ao que inconscientemente conservam de otimismo utilitarista em seu socialismo: eles viram na União Soviética o início do declínio de Estado! Miragem comum, afinal, à utopia manchesteriana, à utopia reformista e à utopia bolchevique, e que vale a Stálin a bênção dos fundadores da Sociedade Fabiana.

Na era do 'socialismo num só país', portanto, a idéia soviética nada perdeu de sua capacidade mitológica. Pelo contrário. São os primórdios da era stalinista, assinalados pelo extermínio dos camponeses, pela sujeição absoluta de todos à autoridade de um só e pela gesticulação revolucionária dos partidos do Komintern contra os social-fascistas. Mas, com a ajuda da Depressão, a URSS do primeiro plano quinquenal ainda figura em primeiro lugar no repertório do humanismo utópico.

## VI

### Comunismo e Fascismo

Sob seus dois aspectos de movimentos e de regimes, o comunismo e o fascismo habitaram a mesma época, a nossa. Antes de nosso século, eles são desconhecidos no repertório dos tipos de governo. Ao fim da Primeira Guerra, preenchem com sua novidade toda a política européia. Portadores de ambições imensas, a um tempo comparáveis e inversas, alimentam o anúncio do homem novo, que lhes é comum, de idéias antagonistas que os contrapõem. De movimentos, tornam-se rapidamente regimes, com suas vitórias, e a partir daí imprimem na história da Europa traços absolutamente novos. O investimento político total que exigem e celebram juntos só torna mais formidável o combate que travam como sucessores incompatíveis da humanidade burguesa. O que os une agrava o que os contrapõe.

Dá uma das grandes dificuldades que apresenta a história do século XX. Como esta é composta de regimes inéditos, que não foram inventariados nem por Aristóteles, nem por Montesquieu, nem por Max Weber, e como são exatamente esses regimes que lhe conferem seu caráter único, o historiador se vê diante da tentação de reduzir o desconhecido ao conhecido e de considerar o século XX com as lentes do século XIX: numa versão renovada do combate pró e contra a democracia, sob a forma fascismo/antifascismo. Essa tendência encontrou um amplo eco nas paixões políticas de nossa época e assumiu um caráter quase sacramental a partir do fim da Segunda Guerra Mundial. Ela permanecerá como um exemplo clássico das dificuldades particulares da história totalmente contemporânea, porque mostrou coerções exercidas sobre as mentes ao mesmo tempo pelos acontecimentos e pela opinião pública.

Essas coerções foram tão fortes, que onde elas tiveram seu maior poder — na França e na Itália — a equivalência postulada entre comunismo e antifascismo

bloqueou por muito tempo toda a análise do comunismo. Ela tampouco facilitou a história do fascismo, se é verdade que o conceito, logo desvalorizado como uma moeda multiplicada sem escrúpulos equiparava o regime mussoliniano ao nazismo, para ser em seguida estendido a todos os governos autoritários ou ditatoriais: era realmente preciso que o 'fascismo' sobrevivesse à sua derrota e a seu desaparecimento para o antifascismo poder continuar a irrigar a história do século! Jamais um regime desonrado teve tantos imitadores na imaginação de seus vencedores...

Um dia, será preciso escrever a história da maneira como lentamente foram sendo desfeitas essas representações assim como da parte aí desempenhada respectivamente pelas circunstâncias políticas e pela originalidade de alguns espíritos. Digo "lentamente", pois ainda vivemos nas ruínas que elas acumularam: a vida pública na Europa faz ressurgir a intervalos regulares o espectro do fascismo para unir os antifascistas, na falta de objetivos menos abstratos. Mas o que ainda serve para os políticos perdeu, pelo menos, seu emprego na ordem intelectual. O fim do comunismo transformou-o num objeto histórico oferecido à autópsia, como o fascismo (ou o nazismo). Já se foi a hora dos disfarces recíprocos de que se serviram os grandes monstros do século para combaterem e para iludirem. De qualquer forma, essa hora da verdade foi precedida, preparada por homens e livros lúcidos, cujo inventário podemos traçar hoje. O leitor os reencontrará ao longo de minhas análises. Mas talvez não seja inútil retomar brevemente as suas contribuições, pois eles são também meus esteios.

O primeiro deles consiste na invenção do conceito de totalitarismo para designar essa realidade nova que constitui uma sociedade em parte totalmente sujeita a um Partido-Estado, que reina pela ideologia e pelo terror. A palavra nasceu da coisa, que os termos 'despotismo' ou 'tirania' já não bastavam para conter, e seria apaixonante dispor de uma história sistemática de seu surgimento e de seus empregos<sup>1</sup>. A insuficiência do termo 'despotismo' para qualificar o exercício moderno do poder sem controle e sua extensão sem precedentes é uma velha história. Já Tocqueville, tendo-o retomado de Montesquieu e dos clássicos, tinha dificuldades para fazê-lo exprimir o que ele designava de completamente novo no Estado social democrático<sup>2</sup>. O adjetivo 'totalitário' expande-se na década de 20,

- 
1. Podemos encontrar elementos dessa história em Leonard Schapiro, *Totalitarianism*, Londres, Pall Mall, 1932; Karl Dietrich Bracher, *The disputed concept of totalitarianism, experience and actuality, in totalitarianism reconsidered*, Ernest A. Kenze (org.), Londres, Kennikat Press, 1981; Guy Hermet (org.), *Totalitarismes, Collection Politique Comparée*, Economica, 1984.
  2. O que não transforma Tocqueville num pensador do 'totalitarismo'. Mas existe nele, sim, a intuição de que, nas sociedades modernas caracterizadas pela autonomia e pela igualdade dos indivíduos, a submissão dos homens pelo poder pode assumir formas extremas, nunca antes vistas no mundo.

propagado a partir do fascismo italiano: já em 1925, Mussolini exalta diante de seus partidários “nossa feroz vontade totalitária”. A palavra ainda não adquiriu a dignidade de um ideal tipo, mas já está carregada de uma dupla significação que nenhum outro termo tirado do vocabulário tradicional pode conter. Por um lado, ele exprime o primado da vontade política, o papel-chave da decisão ditatorial. Por outro, designa o ponto extremo a que o fascismo levou a idéia do Estado, elaborada durante quatro séculos pelo pensamento político europeu: com a onipotência da ‘vontade totalitária’, já não se trata apenas do poder absoluto do déspota não submetido às leis e sim de um Estado que controla toda a vida social, pela integração de todos os indivíduos em seu seio.

Ora, o adjetivo adquire muito rapidamente direito de cidade, mais ou menos por toda a Europa, tão logo aparece. É empregado principalmente na Itália e pelos admiradores do fascismo. Existe na Alemanha para caracterizar o nacional-socialismo, embora não seja usado por Hitler, talvez por medo de parecer copiar o exemplo italiano. Mas Goebbels utiliza-o. No registro erudito, Ernst Jünger, como vimos<sup>2</sup>, usa em 1930 as palavras *totale totalität* para caracterizar a mobilização dos povos por seus Estados na guerra de 1914-1918: ao unir o espírito da guerra com o do progresso tecnológico, o gigantesco conflito prefigurou formas inéditas de dominação política. Carl Schmitt, num livro de 1931<sup>3</sup>, discute Jünger, criticando o conceito de ‘Estado totalitário’. A distinção correta, segundo ele, não é entre ‘Estado totalitário’ e Estado não-totalitário, já que todos os Estados são depositários do exercício legal da violência e o Estado fascista deixa subsistir, e até define claramente, uma esfera independente de sua ação, onde reina a propriedade privada. O pensamento do político no interior do qual trabalha Carl Schmitt mais justifica antecipadamente o Estado nazista do que capta a sua novidade. Inversamente, e para não sairmos do âmbito alemão, o qualificativo de totalitário — que acabará dando à luz seu substantivo — tornou-se freqüente já no final da década de 30 entre os intelectuais antinazistas e emigrados, ao mesmo tempo para analisar e denunciar o regime hitleriano: é por intermédio deles, de Franz Neumann a Hannah Arendt, que ele passa para o vocabulário da ciência política americana imediatamente depois da guerra. Voltarei a tratar disso mais adiante neste livro.

Mas o inventário da palavra no entre-guerras não pára por aí. Pois, já nessa época, o adjetivo ‘totalitário’ e o conceito de totalitarismo, no que implicam pelo

---

1. Mussolini, *Opera*, XXI, p. 362. Cf. Leonard Schapiro, *op. cit.*, p. 13.

2. Ernst Jünger, *op. cit.*

3. Carl Schmitt, *Der Hüter der Verfassung*, Tübingen, Mohr, 1931, p. 79. Cf. Ernst Fraenkel, *The dual State. A contribution to the theory of dictatorship*, trad. inglesa, Oxford University Press, 1941, p. 60.

menos de diferente do despotismo ou da tirania, passaram também para o uso erudito, para comparar fascismo e comunismo, e mais exatamente, a Alemanha hitleriana e a União Soviética de Stálin. O adjetivo aparece, por exemplo, no artigo “État”, na edição de 1934 da *Encyclopedia of the Social Sciences*, para caracterizar os Estados de partido único, inclusive a URSS. A comparação tornou-se corrente até na ausência do neologismo. Em sua famosa comunicação à Sociedade Francesa de Filosofia, intitulada *L'ère des tyrannies (A era das tiranias)*, a 28 de novembro de 1936<sup>1</sup>, Élie Halévy não usa a palavra totalitário (que aparece, porém, na discussão<sup>2</sup>). Mas toda a sua argumentação baseia-se na comparação entre as ditaduras soviética, fascista e nacional-socialista, três ‘tiranias’ filhas das bodas nefastas entre a idéia socialista e a guerra de 1914. Basta ler o debate provocado por sua conferência para ver que a comparabilidade entre comunismo, fascismo e nacional-socialismo, se ela procura seu conceito, está no coração das interrogações sobre o primeiro terço do século.

De resto, a idéia encontra-se também na literatura política de esquerda, e até entre os autores marxistas. Já em 1927, quando recebe Tasca em Moscou, Pierre Pascal pensa consigo mesmo, ao ouvi-lo descrever, para amaldiçoar, a vida pública italiana sob Mussolini, que seu hóspede lhe retrata ao mesmo tempo, sem o saber, as características do regime soviético. Em seus textos da década de 30, aos quais já me referi, Kautsky compara sem complexos o comunismo stalinista ao nacional-socialismo. Chega até a negar ao primeiro a vantagem sobre o segundo da boa intenção e do objetivo emancipador: “O alvo fundamental de Stálin, em todos os países, não é a destruição do capitalismo e sim a destruição da democracia e das organizações políticas e econômicas dos trabalhadores<sup>3</sup>”. A partir daí, o comunismo soviético não apenas se tornou comparável ao nacional-socialismo; é quase idêntico a ele. Mesmo um autor mais ‘de esquerda’, como Otto Bauer, que lança à URSS um olhar mais complacente, escreve em 1936 que “a ditadura do proletariado assumiu ali a forma específica da ditadura totalitária monopolística do Partido Comunista<sup>4</sup>”. Assim, a definição proposta pelo fundador da Internacional 2 1/2<sup>5</sup>

1. Publicada em Élie Halévy, *L'ère des tyrannies, Études sur le socialisme et la guerre*, prefácio de C. Bouglé, posfácio de R. Aron, Gallimard, 1938, pp. 213-249.
2. Usada pelo filósofo Maurice Blondel, *op. cit.*, p. 237.
3. Karl Kautsky, *Marxism and bolshevism. Democracy and dictatorship* in J. Shaplen e D. Shub (org.), *Socialism, Fascism, Communism*, Nova York, 1934, p. 213.
4. Citado por Henri Weber, *La théorie du stalinisme dans l'oeuvre de Kautsky* in Évelyne Pisier (org.), *Les interprétations du stalinisme*, PUF, 1983, p. 63.
5. Fundada em Viena em fevereiro de 1921 pelos partidos socialistas que deixaram a Segunda Internacional e são hostis à adesão à Terceira Internacional, a Internacional 2 1/2, essencialmente formada por austríacos, acabará dissolvendo-se e fundindo-se na Internacional Operária Socialista, a Segunda Internacional.

toma emprestados seus termos do vocabulário do fascismo; ela subentende que a especificidade do stalinismo na família comunista está ligada ao que o aparenta às ditaduras 'totalitárias' de partidos monopolísticos, ou seja, a Mussolini e a Hitler.

O conceito de totalitarismo, portanto, não é uma invenção tardia dos propagandistas da Guerra Fria, destinada a desonrar a União Soviética igualando-a à Alemanha nazista, condenada pela humanidade no processo de Nuremberg. Na realidade, o adjetivo 'totalitário' já começou a ser usado entre as duas guerras para designar um tipo de regime até então inédito. É bem verdade que ele ainda não adquiriu a precisão analítica que vão querer dar-lhe, no pós-Segunda Guerra Mundial, Hannah Arendt e os politólogos americanos que se inspiram nela<sup>1</sup>. Ele quer simplesmente dizer que as ditaduras 'totalitárias' têm vocação para exercerem sobre seus súditos uma dominação mais estreita e mais completa do que os despotismos do passado; e, conforme o caso, inclui ou não o regime soviético na categoria. Mas ele não é indispensável à comparação: Élie Halévy conserva o velho termo 'tirania' para caracterizar as ditaduras de Mussolini, de Stálin e de Hitler.

Assim, a comparação entre a União Soviética e os regimes fascistas — use ela ou não o qualificativo 'totalitário' — é um tema corrente já no entre-guerras; e ainda que sejam os liberais que a manejem com maior profundidade, ela está presente em todas as famílias políticas, desde a esquerda até a direita. Aliás, mais ou menos em toda parte, muitos intelectuais hostis à democracia liberal aproximarão tanto os dois regimes que hesitarão durante as décadas de 20 e 30 entre fascismo e comunismo. Se a idéia, combatida depois de 1945, pôde ser apresentada como uma fabricação ideológica oriunda dos imperativos da Guerra Fria, é que ela estava a contrapelo, pelo menos no Ocidente, do sentido da Segunda Guerra Mundial e da vitória de 1945. Esmagados militarmente por uma coalizão que acabara pondo a União Soviética no campo das democracias, o nazismo alemão e, de maneira acessória, o fascismo italiano tiveram de assumir sozinhos o papel de inimigos da liberdade. Se Stálin estava entre os vencedores, é porque também ele era um homem da liberdade: paralogismo conforme à mentira original de sua ditadura, mas que parecia justificar, na experiência dos povos, a grande quantidade de sangue derramado para derrotar a Alemanha de Hitler. A idéia inteiramente negativa de 'antifascismo' supria a impossibilidade de aventar algo de positivo que pudesse unir as democracias liberais ao comunismo stalinista. Ela era ao mesmo tempo vaga o bastante para permitir que Stálin esmagasse a democracia em toda parte em que suas armas a haviam levado e precisa o suficiente para condenar como blasfematória qualquer comparação entre o seu regime e o de Hitler. A intrépida Hannah Arendt teve a audácia de não

---

1. Cf. *infra*, pp. 494-502.

levar isso em conta, como boa herdeira da literatura alemã antinazista desde o advento de Hitler. Mas quase em toda a Europa ocidental vigorou a intimidação compreendida na alternativa fascismo/antifascismo: num país como a Itália, onde a ideologia do antifascismo teve sua irradiação maior, o conceito de totalitarismo nunca teve direito de cidade. A idéia foi ignorada, quase proibida, no lugar de onde viera a palavra.

Esta análise não exclui que a comparação entre o nazismo e o comunismo tenha podido ser utilizada, a partir dos anos de Guerra Fria, para fins de propaganda, para mobilizar as democracias contra a ameaça soviética. Ela o foi, sem dúvida. Mas a idéia é anterior à própria guerra, e sua pertinência, mais duradoura. Se ela recomeça a viver nas mentes depois da guerra, é porque a censura que lhe impõe a vitória de 1945 não tem o poder de apagar completamente a história e a experiência dos povos nos anos seguintes. Sua força depende menos de uma propaganda de cruzada ideológica do que da redescoberta de um regime soviético fiel à sua natureza, que sufocou a liberdade em todos os países europeus em que seu exército fincou suas bandeiras.

Redescoberta lenta, trabalhosa, tanto a herança da guerra contraria o seu progresso: é a história de nosso imediato pós-guerra, no momento em que o comunismo stalinista, tendo vencido os ditadores fascistas, atinge sua mais ampla influência. Mas preciso percorrer, antes, os anos precedentes deste desenlace, entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial. Esses anos em que o comunismo e o fascismo nascentes mantêm relações recíprocas complexas, quer como movimentos ideológicos, quer como regimes políticos: essas relações de engendramento e de rejeição, de empréstimos tomados e de confronto, de paixões compartilhadas e de ódios inexprimíveis, de solidariedade tácita e de beligerância pública, que tecem o mais sombrio quarto de século da história européia, entre as duas guerras. Para quem quiser compreender essa história tão breve, tão deplorável e que permaneceu em tão ampla medida misteriosa, um conceito como o de 'totalitarismo' só é útil se o historiador fizer dele um uso limitado. Ele designa, no melhor dos casos, certo estado alcançado pelos regimes em questão (e não necessariamente por todos) em períodos diferentes de suas evoluções. Mas esse conceito nada diz sobre as relações entre a natureza deles e as circunstâncias de seus desenvolvimentos, nem sobre o que eles puderam comportar de engendramento mútuo e de reciprocidade oculta.

A guerra de 1914 tem para a história do século XX o mesmo caráter matricial que a Revolução Francesa teve para o século XIX. Dela saíram diretamente os acontecimentos e os movimentos que estão na origem das três "tirantias" de que fala, em 1936, Élie Halévy. A cronologia o diz à sua maneira, já que Lênin toma



o poder em 1917, Mussolini, em 1922 e Hitler fracassa em 1923, para ser bem sucedido dez anos mais tarde. Ela deixa supor uma comunidade de época entre as paixões despertadas por esses regimes inéditos, fazendo da mobilização política dos ex-soldados a alavanca da dominação isolada de um único partido.

Com isso se abre para o historiador um outro caminho para a comparação das ditaduras do século XX. Já não se trata de examiná-las à luz de um conceito, mas antes de seguir a sua formação e os seus sucessos, apreendendo o que cada uma tem ao mesmo tempo de específico e de comum com as outras. Resta, enfim, compreender o que a história de cada uma deve às relações de imitação ou de hostilidade que manteve com os regimes de que tomou emprestados certos traços. Imitação e hostilidade, aliás, não são incompatíveis: Mussolini toma emprestado de Lênin, mas para vencer e proibir o comunismo na Itália. Hitler e Stálin oferecerão muitos exemplos de cumplicidade beligerante.

Essa abordagem, que forma um pré-requisito natural ao inventário de um ideal tipo como totalitarismo, tem a vantagem de se encaixar melhor ao movimento dos acontecimentos. Ela apresenta o risco de oferecer uma interpretação simples demais, através de uma causalidade linear, segundo a qual o antes explica o depois. Assim, o fascismo mussoliniano de 1919 pode ser entendido como uma 'reação' à ameaça de um bolchevismo à italiana, também ele surgido da guerra e constituído mais ou menos com base no exemplo russo. Reação no sentido mais amplo da palavra, já que, vindo como Lênin de um socialismo ultrarrevolucionário, Mussolini tem uma facilidade tanto maior de imitá-lo para combatê-lo. Por isso, podemos fazer da vitória do bolchevismo russo em Outubro de 1917 o ponto de partida de uma cadeia de 'reações', através da qual, primeiro, o fascismo italiano e, depois, o nazismo aparecem como respostas à ameaça comunista, feitas ao modo revolucionário e ditatorial do comunismo. Uma interpretação desse tipo pode levar, se não a uma justificação, pelo menos a um perdão parcial do nazismo, como mostrou o recente debate dos historiadores alemães sobre o assunto<sup>1</sup>: mesmo Ernst Nolte, um dos mais profundos especialistas nos movimentos fascistas, nem sempre escapou a essa tentação<sup>2</sup>. Além disso, essa ma-

---

1. *Historikerstreit*, Munique, 1987; trad. francesa: *Devant l'histoire. Les documents de la controverse sur la singularité de l'extermination des juifs par le régime nazi*, Éd. du Cerf, *Collection Passages*, 1988.

2. De 20 anos para cá, mas principalmente desde o debate que envolveu, em 1987, os historiadores alemães acerca da interpretação do nazismo (*Historikerstreit*, *op. cit.*), o pensamento de Ernst Nolte foi objeto, na Alemanha e no Ocidente, de uma condenação tão sumária que ele merece um comentário particular.

Um de seus méritos é ter muito cedo infringido a interdição de estabelecer um paralelo entre o comunismo e o nazismo: interdição mais ou menos geral na Europa ocidental, em especial na França e na Itália, e particularmente absoluta na Alemanha, por razões evidentes, cuja força não se extinguiu. Já em 1963, em seu livro sobre o fascismo (*Der Faschismus in seiner Epoche*,

neira de ver apresenta o inconveniente de atenuar a particularidade de cada um dos regimes fascistas, não mais, desta vez, pelo recurso a um conceito único e sim através do que eles combatem em comum.

---

trad. francesa: *Le Fascisme en son Époque*, 3 vols., Julliard, 1970), Nolte propôs as grandes linhas de sua interpretação histórico-filosófica, ao mesmo tempo neo-hegeliana e heideggeriana, do século XX. O sistema liberal, pelo que oferece de contraditório e de indefinidamente aberto para o futuro, constituiu a matriz das duas grandes ideologias, comunista e fascista. A primeira, para a qual Marx abriu o caminho, leva ao extremo a 'transcendência' da sociedade moderna: o autor entende por isso a abstração do universalismo democrático, que arranca dos limites da natureza e da tradição o pensamento e a ação dos homens. Num sentido inverso, o fascismo quer tranquilizar os homens contra a angústia de estarem livres e sem determinações. Ele vai buscar sua inspiração longínqua em Nietzsche e sua vontade de proteger a 'vida' e a 'cultura' contra a 'transcendência'.

Dáí o fato de não podermos estudar as duas ideologias separadamente: elas desdobram juntas, de maneira radical, as contradições do liberalismo, e a complementaridade-rivalidade entre elas preencheu todo o nosso século. Elas, porém, se inscrevem também numa ordem cronológica: a vitória de Lênin precedeu a de Mussolini, para não falar da de Hitler. A primeira condiciona as duas outras, segundo Nolte, que não cessará de aprofundar essa relação em seus livros posteriores (*Die Faschistischen Bewegungen*, 1966; trad. francesa: *Les mouvements fascistes*, Calmann-Lévy, 1969; *Deutschland und der Kalte Krieg*, 1974; e sobretudo *Der Europäische Bürger Krieg, 1917-1945*, 1987): no plano ideológico, o extremismo universalista do bolchevismo provoca o extremismo do particular no nazismo. No plano prático, o extermínio da burguesia realizado por Lênin em nome da abstração da sociedade sem classes cria um pânico social no ponto da Europa mais vulnerável à ameaça comunista; ele faz triunfar Hitler e o contraterror nazista.

Contudo, o próprio Hitler trava apenas um combate antecipadamente perdido contra seus inimigos: é envolvido ele também pelo movimento universal da 'técnica' e utiliza os mesmos métodos que o adversário. Assim como Stálin, dá ênfase à industrialização. Pretende vencer o judeu-bolchevismo, esse monstro de duas cabeças da 'transcendência' social, mas quer unificar a humanidade sob o domínio da 'raça' germânica. Nada restará, portanto, nessa guerra programada, das razões de ganhá-la. Assim o nazismo trai por sua trajetória a sua lógica original. É ainda nesses termos que, numa de suas últimas obras (*Martin Heidegger, Politik und Geschichte im Leben und Denken*, 1992), Nolte explica e justifica o breve período militante de Heidegger, que, mais tarde, foi seu mestre, a favor do nazismo. O filósofo teria tido razão ao mesmo tempo de ter-se entusiasmado pelo nacional-socialismo e de logo decepcionar-se com ele.

Compreende-se como e por que os livros de Nolte chocaram as gerações do pós-guerra, encerradas na culpabilidade ou no temor de enfraquecer o ódio ao fascismo, procurando compreendê-lo, ou simplesmente por conformismo de época. Pelo menos dos dois primeiros comportamentos, as razões são nobres. O historiador pode e deve respeitá-los. Mas, ao imitá-los, ele se proibiria levar em consideração o Terror soviético como um dos elementos fundamentais da popularidade do fascismo e do nazismo nos anos 20 e 30. Ele teria de ignorar o que o advento de Hitler deve à anterioridade da vitória bolchevique e ao contra-exemplo da violência pura erigida por Lênin como sistema de governo; enfim, à obsessão do Komintern de estender a revolução comunista à Alemanha. Na realidade, o veto apostado a esse tipo de considerações impede que se faça a história do fascismo; ele serve de *pendant*, na ordem histórica, ao antifascismo versão soviética na ordem política. Proibindo a crítica ao comunismo, esse tipo de antifascismo historiográfico bloqueia também a compreensão do fascismo. Entre outros méritos, Nolte teve o de ter quebrado esse tabu.

Nesse sentido, ela até agrava os inconvenientes que podem estar ligados a um uso sem matizes do conceito de 'totalitarismo'. Se os movimentos fascistas constituem apenas reações contra o bolchevismo, eles se vêem programados num modelo que não permite se compreender bem nem sua singularidade, nem sua autonomia, nem as origens e paixões que podem ter em comum com seu inimigo. A inscrição deles num repertório comum da pura negatividade diminui a riqueza da análise de suas características respectivas e das relações que cada um deles mantém com o regime detestado, quer como movimentos, quer, em seguida, como regimes. De preferência a relacionar a princípio todos os fascismos a uma fonte única, para fazê-los descerem juntos o curso tumultuoso do século, acho mais frutuoso fazer o inventário de seus materiais e de suas características diversas. Aliás, esse foi o caminho seguido pela maior parte dos trabalhos históricos sobre a questão.

Pois se o comunismo é indispensável à compreensão do fascismo (mas a recíproca também é verdadeira), é por razões mais amplas do que sugere a cronologia que vai de Lênin a Mussolini, 1917-1922, ou de Lênin ao primeiro Hitler, 1917-1923, segundo uma lógica de ação-reação. Bolchevismo e fascismo se seguem, se geram, se imitam e se combatem, mas antes disso eles nascem do mesmo solo, a guerra; são os filhos da mesma história. O bolchevismo, o primeiro a chegar à cena pública, pôde radicalizar as paixões políticas. Mas o medo que ele desperta à direita e além dela não pode bastar para explicar um fenômeno como o nascimento dos 'feixes' italianos em março de 1919. Afinal, as elites e as

---

O triste é que ele tenha enfraquecido sua interpretação, na discussão dos historiadores alemães sobre o nazismo, por exagerar a sua tese: quis transformar os judeus em adversários organizados de Hitler, como aliados organizados de seus inimigos. Não que ele seja um 'negacionista'. Diversas vezes exprimiu seu horror ao extermínio dos judeus pelos nazistas, e até a singularidade do genocídio judeu como liquidação industrial de uma raça. Ele mantém a idéia de que a supressão dos burgueses como classe pelos bolcheviques mostrou o caminho e que o Gulag é anterior a Auschwitz. Mas o genocídio judeu, se se inscreve numa tendência de época, não é somente, a seu ver, um meio de alcançar a vitória; ele conserva a horrenda particularidade de ser um fim em si, um produto da vitória, cujo maior objetivo foi a Solução Final. De qualquer forma, ao tentar decifrar a paranóia anti-semita de Hitler, Nolte pareceu, num texto recente, encontrar para ele uma espécie de fundamento 'racional' numa declaração de Chaim Weizmann de setembro de 1939, em nome do Congresso Judaico Mundial (*Devant l'histoire, op. cit.*, p. 15), pedindo aos judeus do mundo inteiro para lutarem ao lado da Inglaterra. O argumento é ao mesmo tempo chocante e falso.

Sem dúvida, ele remete a esse fundo de nacionalismo alemão humilhado que seus adversários vêm acusando em Nolte há 20 anos e que constitui um dos motores existenciais de seus livros. Mas, mesmo no que ela tem de verdadeiro, a imputação não poderia desacreditar uma obra e uma interpretação que estão entre as mais profundas que este último meio século produziu.

Cf. Hans Cristof Kraus, "L'historiographie philosophique d'Ernst Nolte" in *La pensée politique*, Hautes Études-Le Seuil-Gallimard, 1994, p. 59-87; Alain Renaut, prefácio a *Ernst Nolte. Les mouvements fascistes, op. cit.*, pp. 6-24.

classes médias da Europa viveram bem antes da guerra de 1914 em meio ao medo do socialismo, chegaram até a afogar no sangue tudo o que podia parecer-se com uma insurreição operária, como a Comuna de Paris, em 1871; mas nada comparável ao fascismo surgiu no século XIX. Reações de rejeição, ou até de pânico, podem explicar o consentimento dado a este ou aquele regime. Elas explicam o que um regime baseado no medo comporta de antiliberal, mas nada mais. Não dizem nada sobre sua natureza, e menos ainda sobre sua novidade.

Filhos da guerra, bolchevismo e fascismo tiram dela o que possuem de elementar. Levam para a política a aprendizagem recebida nas trincheiras: o hábito da violência, a simplicidade das paixões extremas, a submissão do indivíduo ao coletivo, enfim, o amargor dos sacrifícios inúteis ou traídos. Pois é nos países vencidos no campo de batalha ou frustrados pelas negociações de paz que esses sentimentos encontram seu terreno mais eminente. Eles introduzem na ordem política esse poder do número que os liberais do século XIX sempre temeram no sufrágio universal, onde ele não era tão perigoso, e que encontram ali onde não o viram chegar: nesses milhões de cidadãos unidos não mais pelo exercício solitário de um direito e sim pela desgraça compartilhada da servidão militar. Como escreveram muitos autores, o pós-Primeira Guerra Mundial inaugura a era das massas. Mas essa nova época não advém pelo desenvolvimento progressivo e natural da democracia. Ela irrompe na História por uma porta que se poderia acreditar obstruída, uma vez que as sociedades modernas foram descritas por tantas grandes cabeças dos séculos XVIII e XIX como voltadas inteiramente para a produção das riquezas e para os trabalhos da paz.

Assim, a 'era das massas' inaugurada por este século é, de fato, em certo sentido, um sinal dos progressos da democracia: ela faz do grande número, ou seja, do mais modesto dos cidadãos, um sujeito ativo da nação. Em compensação, integra esse cidadão à política, não pela educação, como haviam acreditado os otimistas, e sim pelas recordações de uma guerra cujas proporções — para não falar das consequências — ninguém ou quase ninguém previra, quisera ou controlara. As massas não entram na ação como conjuntos de indivíduos esclarecidos que fizeram um aprendizado progressivo da política moderna. Elas passam brutalmente da guerra à paz. Carregam nas ruínas onde a paz as encontra as paixões simples da guerra. Escutam melhor a linguagem da comunidade fraternal dos combates do que a das lutas civilizadas pelo poder. Discurso aclamado à direita, como uma homenagem à tradição, mas também à esquerda, como uma promessa de futuro. E não será preciso esperar muito tempo depois do fim da guerra para ver a palavra 'socialismo', reinventada pela direita, começar uma carreira nova sob o estandarte do fascismo.

Entre o socialismo e o pensamento antiliberal e antidemocrático, vimos que as cumplicidades são antigas. Desde a Revolução Francesa, a direita reacionária e

a esquerda socialista compartilham a mesma denúncia do individualismo burguês e a mesma convicção de que a sociedade moderna, sem fundamentos reais, cativa da ilusão dos direitos universais, não tem um futuro duradouro. Grande parte do socialismo europeu, no século XIX, desprezou a democracia e exaltou a nação: basta pensar em Buchez, em Lassalle<sup>1</sup>. Inversamente, no período que antecedeu a Primeira Guerra, a crítica comum ao liberalismo chegou a aproximar da idéia socialista a direita mais radical, ou seja, a mais nacionalista: pois podemos muito bem imaginar teoricamente uma economia livre da anarquia dos interesses privados no interior do quadro nacional e assim unir os sentimentos anticapitalistas à paixão nacional. É essa, por exemplo, na França, a inclinação da Action Française, em seus anos 'revolucionários'. Maurras muito cedo percebe que "um sistema socialista puro estaria livre de todo elemento de democratismo"<sup>2</sup>. Ele quer dizer que um tal sistema comporta, a seu ver, uma sociedade orgânica, livre do individualismo, reconstruída como uma unidade de interesses e de vontades: complemento da idéia nacional, mais do que seu antagonista. Evidentemente, o internacionalismo marxista deve permanecer como o inimigo por excelência dos nacionalistas. "Mas um socialismo, liberto do elemento democrático e cosmopolita, pode cair no nacionalismo como uma luva bem feita numa bela mão<sup>3</sup>."

A idéia de um socialismo nacional, portanto, não é nova em 1918 ou 1920. O que é novo, em compensação, no momento em que se calam os canhões, é ela abandonar sua roupagem erudita para aparecer, em versões populares, como um instrumento capaz de galvanizar as massas. Antes da guerra, o coquetel socialismo-nacionalismo é apenas um drinque esotérico para uso dos intelectuais. Depois, ei-lo que se transforma numa bebida de amplo consumo. Sua súbita atração não vem, quanto ao essencial, de uma reação de amor-ódio à Revolução Russa, ou de um cálculo de captação de herança, por onde integrar o socialismo num programa antibolchevique. Concordo que aqui e acolá alguns ideólogos tenham efetivamente pensa-

1. Ferdinand Lassalle (1825-1864). Um dos fundadores do socialismo alemão, personagem brilhante e boêmio, inicialmente ligado a Marx e Engels durante a revolução de 1849 na Renânia, antes de se tornar rival deles. Fiel a uma concepção mais hegeliana que marxista, ele vê no Estado o instrumento de realização da comunidade: a conquista do Estado pela classe operária é a condição da emancipação da humanidade. Lassalle funda em 1863, um ano antes de sua morte prematura (é morto num duelo), a Associação Geral dos Trabalhadores Alemães. Na tática que ele pratica e preconiza, privilegia a luta contra a burguesia liberal, mesmo ao preço de uma aliança dos partidos operários com as forças do conservadorismo pré-liberal ou antiliberal — a aristocracia, o Exército, a monarquia ou a burocracia prussianas. Daí seus famosos encontros com Bismarck.
2. *L'Action Française*, 15 de novembro de 1900, citado em Zeev Sternhell, *La droite révolutionnaire 1885-1914. Les origines françaises du fascisme*, Le Seuil, *Collection L'Univers Historique*, 1978, p. 359.
3. Ch. Maurras, *Dictionnaire Politique et Critique*, t. V, p. 213, citado em Zeev Sternhell, *op. cit.*, p. 359.

do nisso. Mas a idéia nacional-socialista (ou fascista) não é uma idéia tão simplesmente derivada. Na verdade, ela tira sua força da mesma fonte que o bolchevismo vitorioso: a guerra. Como o bolchevismo, ela permite mobilizar as paixões revolucionárias modernas, a fraternidade dos combatentes, o ódio à burguesia e ao dinheiro, a igualdade dos homens, a aspiração a um mundo novo. Ela, porém, lhes traça um caminho diferente da ditadura do proletariado: o do Estado-Comunidade nacional. Ela constitui o outro grande mito político do século. Longe de poder ser reduzida a um uso instrumental de luta contra o bolchevismo — o que também é —, ela vai se assentar tão solidamente na imaginação dos homens dessa época que as elites européias vão mostrar-se incapazes de limitar seus estragos.

Bolchevismo e fascismo, enquanto vastas paixões coletivas, calharam de se encarnar em personagens, desgraçadamente, excepcionais: essa é a outra vertente da história do século XX, e o que ela teve de accidental, que se uniu ao que tinha, antecipadamente, de revolucionário. Pois uma característica aparenta também as três grandes ditaduras da época: seu destino está suspenso à vontade de um só homem. Obsediada por uma história abstrata das classes, nossa época tudo fez para obscurecer essa verdade elementar. Ela quis tanto ver a classe operária por trás de Lênin e os ditadores fascistas como marionetes do Capital! Seria interminável enumerar os autores que assim se valeram, perversa ou candidamente, do que se chama em inglês um *double standard*, aceitando mais ou menos nos bolcheviques a idéia que eles faziam de si mesmos e, pelo contrário, submetendo os fascistas a uma interpretação sem relação alguma com o que disseram. Essa versão erudita do 'antifascismo' apresenta a vantagem de separar o joio do trigo na peneira da luta de classes e, assim, de reencontrar na obscuridade do século o fio providencial da necessidade. O problema é que ela nada explica do papel espetacular de alguns homens nessa trágica aventura. Suprimamos o personagem de Lênin da História, e não há Outubro de 1917. Suprimamos Mussolini, e a Itália do pós-guerra segue um outro curso. Quanto a Hitler, se é bem verdade que — como Mussolini, aliás — ele toma o poder em parte graças ao consentimento resignado da direita alemã, nem por isso ele perde sua desastrosa autonomia: vai aplicar o programa de *Minha luta*, que é só seu.

Na realidade, os três homens conquistaram o poder derrotando regimes fracos pela força superior de suas vontades, inteiramente voltadas, com incrível obstinação, para esse único alvo. E a mesma coisa pode ser dita do quarto, Stálin: sem ele, nada de 'socialismo num só país'! E, por definição, nada de 'stalinismo'! Creio que não há precedente histórico para uma tal concentração de vontades políticas monstruosas num espaço tão exíguo, e na mesma época. Cada uma delas, sem dúvida, se vale de circunstâncias particulares para vencer, mas todas têm em comum derrotarem adversários já vencidos ou meio aquiescentes. Lênin mais

reúne um poder disperso do que o conquista, Mussolini f: camisas negras entrarem numa Roma que se abre para eles, Hitler é chamado ao poder por Hindenburg; quanto a Stálin, os adversários que precisava vencer para reinar já aceitaram de antemão as regras do jogo que os condenam à derrota.

Contudo, uma vez senhores do poder, todos o exercem mais ou menos rapidamente de maneira aristocrática. Só Lênin o tomou de acordo com o esquema revolucionário clássico, mas todos o utilizam para desenvolverem suas concepções do homem novo, mais fiéis a suas idéias loucas do que a seus esteios circunstanciais. Sua vontade de dominação aumenta e se embriaga com os sucessos conquistados. Assim, não tem muito sentido querer relacionar sua ação com interesses, com meios ou com classes sociais. Pelo menos desde Kronstadt, a 'ditadura do proletariado' segundo Lênin já não tem muito a ver com a classe operária, isso sem falar no que se seguirá. E o genocídio judeu tampouco está inscrito no programa do grande Capital alemão.

Não há nada de mais incompatível com uma explicação de tipo marxista — inclusive no que ela comporta, em outros casos, de verdade — do que as ditaduras inéditas do século XX. O mistério desses regimes não pode ser esclarecido pela dependência deles em relação aos interesses sociais, pois está precisamente ligado ao caráter inverso: à sua horrenda independência a esses interesses, sejam eles burgueses ou proletários. Por uma ironia da História, o materialismo histórico alcançou seu maior raio de influência no século em que sua capacidade de explicação era mais reduzida.

A via menos ruim para entrar nesse problema tão complexo das relações entre o comunismo e o fascismo ainda é usar a via clássica do historiador: o inventário das idéias, das vontades e das circunstâncias. A questão pode ser dividida em dois grandes atos, que formam duas épocas: por um lado, Lênin e Mussolini; Stálin e Hitler, por outro.

Lênin e Mussolini vêm da mesma família política<sup>1</sup>: a do socialismo revolucionário. Mussolini foi o Duce da revolução antes de ser o do fascismo: esse título lhe é dado pela primeira vez em 1912, quando sai, juntamente com Pietro Nenni, da prisão por sua oposição à guerra na Tripolitânia<sup>2</sup>. Ele o merece plenamente. Toda a primeira parte de sua vida, aquela que antecede a Primeira Guerra Mundial, está magnetizada pela idéia revolucionária em sua versão mais radical.

---

1. A comparação Mussolini-Lênin é feita pelo próprio Mussolini, numa longa entrevista de 1932.

Cf. Emil Ludwig, *Entretiens avec Mussolini*, Albin Michel, 1932, pp. 164-168.

2. André Brissaud, *Mussolini*, Librairie Académique Perrin, 1975, t. I, p. 85.

De Lênin, ele tem a veemência subversiva, o gosto pela violência, a obsessão da tomada do poder, a subordinação de toda consideração moral a esse fim único, e até a paixão da cisão: isso pode ser visto claramente no momento de sua maior influência no socialismo italiano, entre 1912 e 1914, quando faz com que sejam expulsos do partido os elementos moderados. Seu extremismo político tem outras fontes que não o bolchevismo; ele não se nutre na tradição populista russa; e se for preciso procurar seus antepassados, ou aliados, será de preferência para os lados do Risorgimento<sup>1</sup> republicano e do sindicalismo revolucionário<sup>2</sup>. Mas, na Europa de antes de 1914, Mussolini encarna uma versão neoblanquista do marxismo, que não está muito distante da dos bolcheviques.

Mesmo sua famosa passagem, em Outubro de 1914, de uma posição contrária à guerra a uma “neutralidade ativa e eficaz”<sup>3</sup> em favor dos Aliados, não é uma renegação da revolução. No contexto italiano, ela tem um sentido diferente da adesão dos socialistas franceses, ou alemães, a seus respectivos campos. Pois toda a política italiana desde a unificação foi inspirada pela idéia de que a Áustria-Hungria, o grande vizinho do Norte, é indispensável ao equilíbrio europeu, vanguarda da Europa católica nos Bálcãs. O litígio territorial residual entre Roma e Viena é, comparativamente, secundário. Foi essa concepção conservadora que levou a Itália à Tríplice, ao lado das potências centrais. Mussolini, pelo contrário, brande a herança de Mazzini<sup>4</sup> contra a do conde Balbo<sup>5</sup>: a Itália deve voltar à sua tradição re-

- 
1. O Risorgimento (i.e. Ressurreição) é o movimento literário, filosófico e político que, no meio do século XIX, acompanhou e sustentou a emancipação e a unidade italianas.
  2. Sobre os antecedentes intelectuais, especialmente na França, do fascismo mussoliniano, o livro clássico é o de Zeev Sternhell, *La droite révolutionnaire, 1885-1914. Les origines françaises du fascisme, op. cit.*
  3. São os termos que ele emprega no artigo de 18 de outubro de 1914 do *Avanti*, que assinala a sua nova orientação.
  4. Giuseppe Mazzini (1805-1872), um dos grandes heróis da Europa romântica das nacionalidades, ao mesmo tempo escritor e fundador da Itália moderna. Primeiramente, membro da associação secreta dos Carbonari, que fracassa, em 1831, em sua tentativa de sublevar a Itália, funda em 1834 o movimento Jovem Europa, ao mesmo tempo político e intelectual. Trata-se de emancipar as nacionalidades oprimidas e imprimir nessa ação um espírito de devotamento humanitário análogo a uma religião: Mazzini é da mesma família intelectual que Michelet e Mickiewicz. Refugiado na Suíça, depois em Londres, participa da revolução de 1848 na Itália, alistado temporariamente nas tropas de Garibaldi. Um pouco mais tarde, saúda a unidade nacional, embora lamentando que esta se tenha constituído sob a autoridade de um rei. Os últimos anos de sua vida são ensombrecidos pelos desmentidos da História às suas idéias: o nacionalismo substituiu as ‘nacionalidades’ e o socialismo de Marx e de Bakunin, a sua religião da humanidade.
  5. Em seu livro de 1844, *Le speranze d'Italia*, o conde Balbo expõe a tese conservadora da unidade italiana (nada da perturbação do equilíbrio europeu) contra a tese revolucionária de Mazzini (a unidade italiana como parte de uma revolução européia das nações, que implica a queda dos Habsburgo). Cf. Federico Chabod, *A history of italian fascism*, Weidenfeld, 1963, ed. italiana, Einaudi, 1961, parte I, cap. 1.



volucionária traída por uma burguesia amedrontada e valentemente reconquistar o que a Áustria ainda conserva de terras italianas. Valentemente, ou seja, rompendo com a passividade, essa vergonhosa pusilanimidade indigna de sua história. A originalidade do neonacionalismo mussoliniano está, assim, inscrita na herança mais revolucionária do Risorgimento, para enfim cumprir a sua promessa.

Temperamento com sede de ação, Mussolini não suporta a inação da Itália, no momento em que toda a Europa pega fogo. Mas em seu ativismo belicista, que lhe vale ser excomungado pelo Partido Socialista, está atento a não separar a idéia de revolução da renovação da nação. Trata-se de utilizar a guerra para regenerar o país; não recusando-a, como Lênin, mas dela participando. Há nos dois homens a mesma recusa do pacifismo, o mesmo desprezo pelo burguês, a mesma certeza de que a guerra servirá sua ação. Mas ao passo que Lênin faz reviver a revolução no quadro do marxismo, Mussolini a faz presidir ao casamento subversivo do socialismo com a nação, que substitui o proletariado na redenção do mundo burguês. A Itália intelectual dessa época detesta, como ele, seus políticos demasiado prudentes, essa oligarquia estreita encarnada por Giolitti, mestre incontestado da manipulação parlamentar. Ela vê no intervencionismo o meio de derrotar ao mesmo tempo a Áustria e Giolitti e de reconquistar, enfim, através dessa revolução, Trento e Trieste<sup>1</sup>, a Alsácia-Lorena dos patriotas italianos. Assim o belicismo se inscreve na cultura italiana como uma retomada das audácias de 1848 e do Risorgimento. E a entrada na guerra da Itália, em março de 1915, verdadeira revolução antigiolittiana, assinala também a entrada das massas populares na política da nação. O historiador não pode captar em nenhum outro lugar melhor do que no caso italiano até que ponto a Primeira Guerra pôde seguir, no espírito dos povos, com uma promessa ao mesmo tempo democrática e nacional.

A guerra devia ser curta, ela foi longa. Devia ser vitoriosa, só o foi pela metade, incapaz de fazer esquecer completamente o desastre de Caporetto, em 1916. Quando termina, não traz satisfação a todas as reivindicações territoriais italianas; não expulsou Giolitti e seus iguais do poder ou de suas vizinhanças; mas sulcou tão profundamente a vida nacional, que deixa uma grande latitude às esperanças confusas dos intervencionistas de 1914-1915. O Estado está mais fraco do que nunca: D'Annunzio ocupou Fiume com seus soldados em setembro de 1919 e se recusa a sair de lá. A oligarquia centrista de notáveis que reina sobre o palco italiano perdeu o aprumo: os dois grandes partidos modernos de massa, o Partido Socialista e o novíssimo Partido Popular de Don Sturzo, que reintegra os católicos na política italiana, escapam a seu controle. No entanto, o primeiro deles é ultra-

---

1. Michel Ostenc, *Intellectuels italiens et fascisme. 1915-1929*, Paris, Payot, 1983, pp. 30-92.

passado pelas greves revolucionárias que se multiplicam em 1920, acompanhadas de ocupações de fábricas, inspiradas aqui e ali pelo exemplo confuso dos Sovietes. No campo, um pouco mais tarde, durante o inverno de 1920-1921, a rica planície do Pó é o teatro de violentos confrontos entre jornalheiros e os proprietários de terras. Último toque no quadro, a situação econômica e financeira crítica em que se encontra a Itália; esta deve pagar as contas de uma guerra cara demais. É a partir dessa situação que Mussolini vai impor sua resposta às interrogações de 1914-1915 sobre a necessidade de uma revolução italiana. Enumerar seus elementos constitui, sem dúvida, entre as piores, a melhor definição do fascismo.

O fascismo italiano é filho da guerra mais diretamente do que qualquer um dos outros regimes ditatoriais daqueles anos. O bolchevismo também o é, mas Lênin conquista o poder por ter-se oposto a ela e não por tê-la endossado. O nacional-socialismo também o é, mas Hitler, soldado audacioso da derrota, é primeiro derrotado pela República de Weimar, antes de se tornar vitorioso. Mussolini, por sua vez, vindo da extrema esquerda socialista, começou sua marcha rumo ao poder já em 1914, empurrando a Itália para o conflito, quando ela ainda podia evitá-lo. A guerra é de tal modo inseparável de seu percurso que ela estende seus métodos ao combate político, depois que se encerra. Antes mesmo de ser uma doutrina, o fascismo é um partido paramilitar, contando também com organizações armadas. Os *arditi*, tropas de choque do Exército italiano, formados num espírito de aristocratismos guerreiro, preenchem os primeiros 'feixes' já em sua formação, na primavera de 1919. O que eles têm de melhor para fazer, esses especialistas em riscos insensatos, esses estetas da morte heróica, que estão, ademais, ameaçados de desmobilização? Sua primeira façanha 'civil' é o saque da sede do jornal socialista *Avanti*, em Milão, a 15 de abril de 1919<sup>1</sup>. A política fascista é simples como a guerra. Ela estende ao compatriota a categoria de inimigo.

Com isso, ela diz algo sobre as paixões que mobiliza e sobre o conjunto ideológico que vai amontoar. Não é simplesmente nacionalista. Pois, nesse caso, ela não ofereceria nada mais — e, até, literatura a menos — do que D'Annunzio e seus legionários de Fiume. Constitui ela um movimento mais amplo, manifesta uma cólera mais profunda: a dos burgueses e pequenos-burgueses excluídos da cena política desde a unidade nacional, que reclamam seu lugar<sup>2</sup>. Esses homens

1. Michael A. Ledeen, "Italy: war as a style of life" in Stephen R. Ward (org.), *The war generation*, Kennikat Press, 1975, pp. 104-134.
2. Minhas análises, nas páginas seguintes, devem muito ao maior historiador atual do fascismo italiano, Renzo de Felice, e à sua monumental biografia de Mussolini, assim como a dois outros de seus livros: *Il fascismo. Le interpretazioni dei contemporanei e degli storici*, ed. Laterza, Bari, Roma, 1974; *Fascism. An informal introduction to its theory and practice. An interview with Michael Ledeen (Entrevista sobre o fascismo)*, New Brunswick, Transaction Books, 1976 (1ª ed.: *Intervista sul fascismo*, Laterza, 1975).

foram integrados na vida nacional pela guerra. Pegos pela crise do pós-guerra, não gostam do socialismo e temem ainda mais o efeito contagioso do exemplo soviético. Mas detestam igualmente a oligarquia parlamentar de seu país, que confiscou o poder por tanto tempo e não foi capaz nem de entrar decididamente no conflito europeu, nem de obter para a Itália uma paz digna dos sacrifícios de seus soldados. Envoltos nos valores da guerra, importam para a política os meios da guerra e querem conservar a sua fraternidade e a sua ferocidade.

A fraternidade: um dos grandes temas do intervencionismo de 1914-1915 foi o da descoberta do povo. Os fascistas, que se misturaram nas trincheiras à Itália proletária e camponesa, querem associar as massas à sua conquista do poder. A ferocidade: denunciar a mentira da legalidade burguesa é um lugar-comum do socialismo ou do sindicalismo revolucionário, antes de ser um *leitmotiv* do movimento fascista. A força supera o direito. Mussolini precisa apenas ser fiel a seu passado para se sentir à vontade em seu novo papel. No movimento socialista de antes de 1914, Lênin e Mussolini compartilham o mesmo ódio dos reformistas, esses aliados envergonhados da burguesia. Ambos separam radicalmente a causa proletária da democracia burguesa. Mas 1914 distingue-os: Lênin quis lutar contra a guerra internacional através da guerra das classes; Mussolini quis fazer a guerra no exterior para tirar vantagem de suas conseqüências no interior. Os dois homens tomaram posições contraditórias em 1914, mas nem por isso suas estratégias deixam de receber da guerra uma dupla analogia. A primeira é de ordem técnica; a segunda, de ordem moral. Na ordem técnica, eles ajustam sua ação política ao caráter da época que a guerra inaugurou. Essa ação deve atingir todos os sobreviventes das trincheiras e, para tanto, deve apoiar-se numa propaganda tão simples e tão maciça quanto a que os condicionou nos anos terríveis. Fora, portanto, com as enganações parlamentares e com os argumentos eruditos demais! Tanto na paz quanto na guerra, transformar uma sociedade de indivíduos numa vontade única, fundir essa multiplicidade em emoções compartilhadas, eis o novo segredo da política democrática. Mussolini inspira-se em Le Bon<sup>1</sup>, que leu e releu; imita também Lênin, que admira, embora combata.

Mas essa química tem um preço intelectual e moral. O discurso político tende a perder todo critério que não seja o de seus efeitos imediatos. Ele é pura demagogia, ou seja, está voltado para a utilidade (de quem fala), sem nenhuma relação com a moralidade no que ela tem de mais universalmente elementar ou com a observação dos fatos no que ela comporta de mais comum. Os segredos do 'príncipe'

---

1. Gustave Le Bon, *La psychologie des foules*, Paris, PUF, 1990. Num artigo posterior a seu famoso livro, Gustave Le Bon comentará o parentesco Lênin-Mussolini: "L'évolution de l'Europe vers des formes diverses de dictature" in *Annales politiques et littéraires*, 1924.

estão na praça pública. Ei-los simplificados, no sentido do pior, e até condenados a desaparecer enquanto tais na noite da mentira geral, uma vez que o 'príncipe' cedeu lugar ao ditador moderno, que compartilha os sentimentos e as idéias a que recorre. De maquiavelista, este ainda conserva os meios indispensáveis ao exercício da arte política. Mas essa arte degenerou. No essencial, ela se limita à capacidade de manipular as massas, por uma linguagem e por ações dirigidas às suas paixões dominantes. Uma vez que ela implica uma ampla identificação subjetiva do chefe com seu discurso, traz à luta política uma violência afetiva, uma falta de escrúpulos e uma brutalidade de meios sem precedentes na História.

Realmente, o número irrompeu na cena pública da Europa sob os traços que discutiram antecipadamente muitos pensadores do século anterior: o advento de um tipo de civilização política cujas formas primitivas da participação popular passam por cima dos frágeis mecanismos dos regimes constitucionais, e a identificação com um chefe passa por cima da representação parlamentar. Antes de receber uma parte de seu prestígio do anticomunismo, o fascismo é um produto das mesmas paixões políticas que encontramos em ação no comunismo, sob uma forma não menos extrema: e, em primeiro lugar, o ódio ao parlamentarismo burguês.

É difícil imaginar, hoje em dia, a que ponto o personagem do deputado, naquela época, provoca ódio, como um compacto de todas as mentiras da política burguesa: símbolo da oligarquia, sob a pose do democrata; da dominação, sob a aparência da lei; da corrupção, escondida na afirmação de uma virtude republicana. O deputado é exatamente o contrário do que pretensamente é e do que deveria ser: representante do povo, em princípio, é, na realidade, o homem através do qual o dinheiro, senhor universal do burguês, toma posse também da vontade do povo. O disfarce político da plutocracia. Nessa imagem, comum desde o século XIX à extrema direita e à extrema esquerda, a crítica da idéia de 'representação' do povo, inseparável da democracia moderna, atinge seu ponto extremo. Depois da Primeira Guerra Mundial, ela encontra uma força suplementar no espírito dos soldados que conseguiram escapar da grande prova, que os parlamentares votaram, mas não pela qual não passaram. Mesmo sob sua forma constituinte, embora enobrecida pelo precedente francês, uma Assembléia eleita não é vista com bons olhos, em janeiro de 1918, por Lênin: a ditadura do proletariado, inscrita na necessidade histórica, encarnada pelo Partido Bolchevique, nada tem a ver com as vicissitudes de um escrutínio ou com as incertezas de um parlamento. Para Mussolini, envolto nos valores da guerra e contando com a violência exercida por seus partidários sobre a Itália, bastará dobrar os deputados à sua vontade.

Mas, em ambos os casos, o que morre junto com a abstração política da representação e com a abstração jurídica da lei é nada mais, nada menos do que a

idéia do Estado constitucional. A substituição pelo partido ou por seu chefe do voto dos cidadãos ou de seus representantes eleitos consagra o fim da legitimidade e da legalidade democráticas. Por um lado, o lugar do poder é daí por diante ocupado de maneira constante, em nome de uma identidade essencial com uma classe eleita pela História ou com uma comunidade nacional superior às outras — identidade de ordem ontológica, que já não tem nada a ver com a contingência empírica de um voto e que torna sem sentido uma competição política arbitrada por uma eleição. Por outro, o partido ou o homem, ou os dois juntos, que tomaram o poder, não encontram mais em sua ação a barreira das leis. Eles tendem a substituí-las ou a superpor a elas a arbitrariedade de sua vontade. Para eles, a História não é portadora de um direito constitutivo das relações entre o Estado e os cidadãos: ela é simplesmente constituída pela dinâmica das forças entre as classes e entre os povos. E a revolução é a sua figura mais constante e mais natural.

O desprezo pelo direito como um disfarce formal da dominação burguesa, a apologia da força como parteira da História: esses temas são muito anteriores ao início do século XX no pensamento político do Ocidente, e sua virulência é particularmente grande nas décadas que antecedem a guerra de 1914, ao mesmo tempo à esquerda e à direita. Sob esse aspecto, Georges Sorel continua sendo um dos autores mais interessantes dessa época, simultaneamente pela sua obstinação em detestar e em denunciar a ridícula pusilanimidade do parlamentarismo burguês e pela esperança posta na violência, essa grande verdade oculta do mundo moderno. Autor interessante, mas sempre um tanto suspeito, porque navega entre o sindicalismo revolucionário e a Action Française, porque é anti-semita e admirará ao mesmo tempo Lênin e Mussolini<sup>1</sup> — quando é justamente isso que deveria fazer com que fosse lido com uma curiosidade especial. O que me interessa aqui não é apenas o que seus escritos podem comportar de prenunciador. É também que eles permitem avaliar mais uma vez a distância entre a teoria e a prática. Ou ainda entre os intelectuais e a história real.

A violência em Sorel é inseparável da atividade criadora. Iluminada por uma grande idéia, a greve geral, ela pretende rasgar o véu de mentira que recobre a sociedade e restituir aos indivíduos, juntamente com o senso de sua existência coletiva, a dignidade moral. Ela permite, como em Nietzsche, o reencontro com a grandeza do homem, para além da mesquinhez universal dos tempos democráticos. O burguês vive na hipocrisia; a luta de classes traz de volta a virtude à

---

1. Georges Sorel, *Réflexions sur la violence*, Éd. Marcel Rivière, reed. 1972, prefácio de Claude Polin. Vide *in fine*, pp. 375-389, o texto escrito por Sorel em setembro de 1919 para defender Lênin: "Pour Lénine". Sobre a comparação entre Lênin e Mussolini, vide *Propos de Georges Sorel recueillis par Jean Variot*, Gallimard, pp. 66 e 86.

cena pública, em prol do proletariado. Dá à violência uma finalidade ética e identifica o militante revolucionário ao herói. Se o homem da greve geral admirou Lênin e Mussolini, é como dois prodígios da vontade, que se encarregaram de levar seus povos à realização do homem novo. Pobre Georges Sorel! Ele, o filho de Proudhon, o anarquista individualista, ei-lo cheio de admiração pelos fundadores de regimes perto dos quais o detestado Estado burguês vai parecer uma utopia libertária! Ele só vê neles o que os aparenta às suas paixões e às suas idéias. Lênin é o sucessor dos grandes czares, tão revolucionário quanto Pedro, o Grande, tão russo quanto Nicolau I<sup>o</sup>. Mussolini inscreve-se na tradição traída do Risorgimento republicano. Conjugando o renascimento nacional à idéia socialista devolvida à sua vocação revolucionária, esses dois “condutores de povos” destroem pela força a ordem burguesa em nome de uma idéia mais alta da comunidade.

Na realidade, nem o Terror vermelho exercido por Lênin para se manter no poder, nem o Terror fascista empregado por Mussolini para conquistá-lo têm muita coisa a ver com a idéia filosófica da violência desenvolvida pelo teórico da greve geral. Mais ainda do que de uma idéia, ambos nasceram de um acontecimento: a guerra. Mais ainda do que os produtos de uma convicção inédita, eles fazem parte de um retorno geral aos meios revolucionários da dominação pelo medo.

A guerra espalhou por toda parte o duplo hábito da violência e da passividade. Deu aos povos europeus a pior das educações políticas, no momento em que mobilizava em proveito próprio até o último dos cidadãos. A Revolução Russa, mesmo a de Fevereiro, não é exceção à regra, pelo contrário: mistura de debandada militar, de imperícia governamental e de incapacidade revolucionária, ela não revela nenhuma força em condições de instaurar uma ordem constitucional. É a primeira a mostrar que o pós-guerra pertence ainda às paixões e aos expedientes da guerra. Lênin não toma o poder em outubro por causa de suas idéias filosóficas, mas antes apesar delas: a situação é que oferece essa oportunidade à sua vontade inflexível, no mais improvável dos contextos para um marxista. Mussolini não triunfa em 1922 porque é o homem de uma doutrina, mas porque seus adversários são fracos ou pusilânimes, ou os dois ao mesmo tempo. O mundo político do pós-guerra, tal como se anuncia através deles, que se proclamam contraditoriamente seus faróis, não é, digam eles o que disserem, o da violência soreliana. É o do gangsterismo político, apoiado no acaso da ocasião favorável.

---

1. Georges Sorel, *Réflexions sur la violence*, op. cit., pp. 380-384.

2. *Propos de Georges Sorel*, op. cit., p. 86.

O combate político perdeu esse conjunto de regras inscritas nos costumes e nas instituições que regulavam suas modalidades na Europa do século XIX. Os móveis passionais que o animam nunca foram tão poderosos e tão universais quanto no momento em que se vêem emancipados das coações da civilização. O ódio ao dinheiro, o ressentimento igualitário ou a humilhação nacional encontram um eco tanto mais vasto quanto mais os grandes chefes põem lenha na fogueira, sem perderem uma ocasião de ir mais além. Continuam sendo estrategistas atentos tanto quanto possível, mas também estão em unísono com as paixões liberadas pela guerra, que compartilham e manipulam ao mesmo tempo. Na época em que a política na Europa assume um aspecto mais doutrinal, uma vez que bolchevismo e fascismo são também doutrinas, ela também vai tornando-se cada vez mais elementar; em primeiro lugar, porque transforma idéias em crenças; depois, porque todos os meios são bons para isso, a começar pelo engodo e pelo assassinio transformados em virtudes cívicas. Mata-se um concidadão como na guerra. Basta que ele pertença à classe errada ou ao partido oposto. A denúncia da mentira 'formal' da legalidade desemboca no exercício 'real' do poder arbitrário e do terror. Aquele que tem o poder por isso mesmo se auto-investe do direito de designar o adversário que é preciso exterminar.

Assim, encontramos tanto no bolchevismo russo quanto no fascismo italiano um sistema político de duplo nível, onde coexistem uma filosofia da História e uma prática política — a primeira composta de intenções e de idéias nobres, a segunda de meios expeditivos. A primeira é a sua poesia; a segunda, sua prosa. O fascismo perdeu sua poesia com a Segunda Guerra Mundial, ao passo que o bolchevismo, pelo contrário, nela encontrou a oportunidade de fazer com que esquecessem sua prosa. Mas o historiador que procura compreender a Europa desses anos não pode ignorar que o fascismo mussoliniano foi uma doutrina e uma esperança para milhões de homens. Ele não conta com um grande antepassado intelectual, mas também quer acabar com o burguês em nome do homem novo, e, aliás, reúne sob sua bandeira grande parte da vanguarda intelectual, os futuristas, os nostálgicos do ímpeto do Risorgimento, Marinetti, Ungaretti, Gentile e até Croce durante um breve instante<sup>1</sup>.

A serviço dessa ambição, as paixões provocadas pelo militante fascista não são as mesmas a que recorre o bolchevismo, mas têm a mesma natureza. Em vez da igualdade social, eis que a pátria é reinventada como uma utopia comunitária, foco renovado de grandes emoções coletivas; mas existem muitas 'passagens' entre uma e outra dessas obsessões de agir. Quanto aos meios, os preconizados

---

1. Michel Ostenc, *op. cit.*, pp. 97-207. Sobre Benedetto Croce, vide as páginas 242-249.

ou empregados pelo movimento fascista já estão presentes na panóplia bolchevique: todos são bons, se servirem à causa.

O fascismo, portanto, não é apenas reativo em relação ao bolchevismo. Não pode ser reduzido ao papel funcional de instrumento 'burguês'. À questão comunista: como acabar com o individualismo da sociedade moderna, como construir uma verdadeira comunidade humana, como absorver o homem privado no homem público, ele propõe uma outra resposta, extraída de elementos culturais díspares, sobre um fundo de desespero italiano. A doutrina não tem a beleza sinfônica do marxismo, mas, como seu destino é unir as massas, isso pouco importa. É preciso poder fazer com que ela diga alternadamente coisas incompatíveis. O 'leninismo' abriu o caminho: basta, para convencer-se disso, comparar o pequeno livro sobre *O Estado e a revolução*, escrito por Lênin em 1917, às vésperas de Outubro, com a prática real dos bolcheviques em matéria de governo democrático, alguns meses mais tarde. O fascismo de Mussolini apresenta as mesmas facilidades. Por um lado doutrina, por outro lado propaganda e ação, pretende fazer prevalecerem suas idéias apoderando-se pela força do poder, para instaurar uma nova era da humanidade.

Sua verdadeira novidade não está na mobilização de um anticomunismo de massa, que existia antes dele — por exemplo, na Alemanha, através da social-democracia, na Itália com o partido cristão-democrata —, mas na invenção de uma direita revolucionária. Pois o fascismo dessa época é de pleno direito, como o mostra Renzo de Felice<sup>1</sup>, um movimento revolucionário. Disso ele tem a ambição, a ideologia e a prática. Mesmo depois que Mussolini tiver tomado o poder, à custa de um compromisso tático com as elites tradicionais da Itália, mesmo depois que seu regime tiver traído seu movimento, ele permanecerá um ditador que escapa ao controle das classes dirigentes e das leis. Pois o regime fascista é continuamente obsediado pela ideologia do movimento fascista<sup>2</sup>. De resto, seu destino final, inscrito na aliança fatal de 1938 com a Alemanha nazista, só é decidido por Mussolini e seus comparsas, contra toda prudência 'burguesa' e sem qualquer consulta às elites tradicionais da Itália.

Portanto, não há razão para reduzir o fascismo, em sua forma clássica, ou seja, italiana, a uma mera negação do comunismo, ou ainda a uma contra-revolução. Esse termo consagrado extrai ainda sua força da analogia com a Revolução Francesa; ele concede antecipadamente à Revolução Bolchevique o título de que

---

1. Renzo de Felice, *Mussolini*, t. I, *Mussolini il Rivoluzionario*, 1965. Cf. também, do mesmo autor, *An interview with Michael Ledeen*, op. cit., pp. 43-60.

2. Michel Ledeen, *Universal fascism. The theory and practice of the fascist international. 1928-1936*, Nova York, Howard Fertig, 1972.



ela se apossou de maneira expeditiva, assim como tomou o poder: *putsch* ideológico que não tem muito mais substância do que o mito do governo ‘operário e camponês’, mas que exerce, como vimos, o mesmo poder sobre as imaginações. Na realidade, o fascismo, a um só tempo como movimento e como corpo de idéias, escapa às dificuldades que caracterizaram a definição de uma política e de uma ideologia contra-revolucionárias no final dos séculos XVIII e XIX. A contra-revolução, nascida da revolução, inseparável dela, vira-se então às voltas com a contradição de ter de empregar meios revolucionários para vencer, sem, contudo, poder determinar para si mesma um outro alvo que não a restauração de um antigo regime de onde viera o mal: impasse sublinhado por Benjamin Constant já em 1797, para defender o Diretório, e cuja fatalidade Joseph de Maistre quis em vão exorcizar<sup>1</sup>. Nada de semelhante com o fascismo. Ele não se define por reação a uma revolução, mas pensa-se e pretende-se ele próprio uma revolução. Dirão que ele se opõe aos princípios burgueses de 1789? Sem dúvida, mas nem mais nem menos violentamente do que o bolchevismo. Ou que quer esmagar o bolchevismo? Sim, mas não para voltar a algo de mais antigo do que a Revolução de Outubro. Também ele possui sua magia do futuro.

Existe, efetivamente, no fascismo, assim como no comunismo, uma idéia do futuro, baseada na crítica da modernidade burguesa. A doutrina tem uma árvore genealógica mais eclética do que o bolchevismo. Fabricou seu mel com um sem-número de correntes e de autores vindos de horizontes muito diferentes, que detestam todos a burguesia como o diabo. Ela se proclama pós-marxista e não pré-liberal. Quer restaurar a unidade do povo e da nação contra a desagregação da sociedade pelo dinheiro. Mussolini é o medium no qual se unem todos esses elementos esparsos da cultura européia de antes de 1914. Para que eles deixem de ser excêntricos e contraditórios, foi necessária a guerra, que os encadeou em emoções coletivas. E quem inventou essa música nova foi um filho do socialismo revolucionário italiano. O fascismo não nasceu apenas para vencer o bolchevismo, mas para acabar de uma vez com a divisão do mundo burguês. A mesma ambição, ou a mesma infelicidade de ser, carrega as duas pro-

---

1. Constant escreve, com efeito, em 1797, no capítulo 6 de sua brochura intitulada *Des réactions politiques*, falando de seus colegas demasiado propensos a criticar — mesmo de boa-fé — os excessos da revolução: “Por trás desses escritores, cujas intenções são puras, mas dominados por amargas recordações ou por excessivos escrúpulos, caminha, com vistas mais amplas, meios melhor concertados, projetos mais regulares, um partido montanhês por natureza, mas montanhês a favor da realeza”. (*Écrits et Discours Politiques*, Ed. O. Pozzo di Borgo, t. I, p. 49.) À essa evocação de um Terror contra-revolucionário é que Joseph de Maistre responde, alguns meses depois, pelo capítulo 10 das *Considérations sur la France*, intitulado “Des prétendus dangers d’une contre-révolution” (Éd. Slatkine, 1980, pp. 159-184).

messas e os dois movimentos. Contam com apoios diferentes e até contraditórios, um na classe, outro na nação, mas querem esconjurar a mesma maldição e através dos mesmos meios.

O fascismo não é apenas um espírito ou uma doutrina, mas uma estratégia, e mais ainda do que uma estratégia: uma vontade de poder. Apoderar-se do Estado para fazer um novo povo a partir do Estado é a obsessão de Mussolini, depois de ter sido a de Lênin. Por onde, curiosamente, o fascínio jacobino se estende até um país onde o Estado é fraco, quase inexistente, ao mesmo tempo em sua realidade administrativa e na representação que o povo faz de sua autoridade: esse é um dos sinais mais espetaculares da extensão da política revolucionária 'à francesa' na Europa do pós-guerra.

A originalidade do teatro italiano é apresentar pela primeira vez o espetáculo de uma batalha em três dimensões: uma esquerda revolucionária, um conjunto de partidos 'burgueses', uma direita revolucionária. É sob esse aspecto que o fascismo pode ser estudado como 'reativo' em relação ao comunismo, e que a tese de Ernst Nolte encontra sua verdade. Não que o movimento do Duce desempenhe um papel significativo na derrota do que podemos chamar de primeiro bolchevismo italiano, em 1919-1920. Ele vegeta durante o grande período de agitação operária e permanece, por exemplo, afastado das ocupações de fábricas e do final inglório do 'maximalismo' socialista'. Não participou de forma alguma no fracasso da revolução 'operária', mas esse fracasso abre caminho para a sua revolução 'nacional'. Mussolini, a partir do outono de 1920, desenvolve a dupla estratégia que vai servir de modelo à via fascista para o poder: aterrorizar as forças da esquerda para fazer com que capitulem, por ricochete, a monarquia e a burguesia. Por um, seus bandos armados liquidam as revoltas dos trabalhadores agrícolas da planície do Pó e queimam as bolsas do trabalho da península. Por outro lado, o Duce tece sua teia de intrigas parlamentares, contando com uma reputação de moderado que lhe conferem seus extremistas e utilizando da melhor forma a debilidade dos liberais, encurralados entre duas forças indecisas, o socialismo e os *popolari*.

À vitória dos fascistas, o jovem Partido Comunista Italiano acrescenta sua contribuição capital, por um lado fazendo reviver, com suas palavras de ordem, o fantasma do bolchevismo, por outro privilegiando em seus ataques o odiado Partido Socialista. Eis-nos nos primórdios do 'antifascismo'. Se pretende estar na linha de frente da batalha contra Mussolini, o Partido Comunista Italiano, dócil

---

1. Sobre o assunto, afora os trabalhos de R. de Felice, já citados, existe em francês a obra de Angelo Tasca: *Naissance du fascisme, l'Italie de l'armistice à la marche sur Rome*, Paris, Gallimard, 1938; reed. 1967 (prefácio de Ignazio Silone).

às injunções do Komintern, que acaba de levá-lo às suas fontes batismais, engloba, na realidade, no campo fascista tudo o que está fora dele: assim, a prioridade do combate antifascista é a liquidação do Partido Socialista! Por sua ênfase verbal, os comunistas deixam, de fato, o caminho livre para Mussolini. Se a questão posta é 'fascismo ou comunismo', a alternativa esconde sob uma aparência de radicalismo um consentimento de fato à vitória provisória do fascismo.

A 'marcha sobre Roma' de outubro de 1922 parece dar razão à tese do Komintern, já que aquela comédia militar assina a abdicação do rei e dos partidos liberais diante dos bandos de *squadristi*, como se os dois lados fossem movidos por uma conivência secreta. Aparentemente, Mussolini é levado ao poder pelos partidos burgueses. Contudo, essa aparência esconde uma realidade muito diferente. No que tem de previsível, o sucesso do ditador é conquistado nos anos que antecedem a encenação da marcha sobre Roma. E, no que tem de consentido, ele traduz mais a ignorância e a incapacidade do que a cumplicidade.

Pois o fascismo conquistou o poder antes de tê-lo recebido. Se Mussolini está tão forte no outono de 1922, é porque suas tropas já vêm reinando há meses sobre vastas regiões do país. Se parece tão inevitável aos áugures da política italiana, é porque conseguiu na opinião pública um lugar grande o bastante para encarnar uma renovação do Estado. Seus bandos paramilitares reinam mais, é verdade, pela violência do que pelas idéias. Mas ele conseguiu destacar-se desses grupos para assumir uma figura mais política; e o terror, se permite conservar o poder, nunca basta para tomá-lo. A força de Mussolini só está secundariamente em seus bandos armados, assim como, no outro extremo do movimento, ela só acessoriamente depende de seus talentos políticos. O que a torna tão formidável pertence a uma outra ordem de coisas: é sua capacidade de dar a uma guerra ganha pela metade, logo meio perdida, um prolongamento nacional forte, apoiando-se, para revertê-la, na ascensão revolucionária maximalista de 1919-1920.

Nesse sentido, o fascismo italiano saiu realmente do comunismo. A frustração nacionalista não teria bastado para fazer Mussolini. Foi preciso para tanto o concurso essencial de um anticomunismo capaz de captar em seu próprio proveito a força adversa desviada de seu objetivo. Com isso, o fascismo escapa ao conservadorismo. Oferece à direita, juntamente com a paixão de ir ao povo tendo como base temas renovados, os segredos de propaganda do bolchevismo e

---

1. Angelo Tasca, *op. cit.*, 1967, p. 182: "Praticamente, eles (os comunistas) lutam contra os fascistas, nem mais nem menos do que os outros, mas a posição deles constitui para o fascismo um inestimável reforço. Para eles, tudo é antifascismo: o Estado, a burguesia, a democracia, os socialistas. Enfiar tudo no mesmo saco vai 'simplificar' a luta. Não se terá de medir e dirigir os golpes. Na realidade, os comunistas só travam uma luta séria e empenhada contra os socialistas: é ali que eles conseguem seus triunfos, num jogo cerrado de concorrência e de competição".

a idéia de uma outra revolução, feita desta vez em nome da nação. A energia que recebeu da guerra é dobrada pela que recupera da derrota vermelha, cujas ruínas constituíram seu berço.

Mais tarde no século, quando Mussolini tiver sido vencido e, mais ainda, desonrado pela amizade de Hitler, quando os comunistas vencedores tiverem imposto retrospectivamente sua interpretação dos acontecimentos, ninguém mais poderá compreender que o fascismo foi algo diferente da versão terrorista da dominação burguesa: uma promessa, uma esperança popular. Pois bastará que ele tenha sido anticomunista para aparecer como um brinquedo do grande Capital, como se a paixão anticomunista só pudesse alimentar-se de interesses ou de engodos e só levasse à ditadura. Ou como se os egoísmos burgueses fossem por definição incapazes de aliar-se, na história do século, a causas menos interessadas, como a da democracia. A interpretação comunista do fascismo, que dominou o último meio século, mascarou a natureza do fenômeno e sua independência, quer em suas relações com o mundo burguês, quer em sua cumplicidade conflitual com o bolchevismo.

O exemplo italiano — o primeiro em data — é, contudo, claro. Em outubro de 1922, o *establishment* político italiano tem duas razões para fazer a 'experiência' Mussolini. A primeira é que o movimento fascista mobiliza a opinião pública e ocupa o terreno. A segunda é que o Duce inclinou seu discurso para a direita e pôde, assim, alimentar a esperança de que é recuperável dentro do quadro do sistema existente. O velho sábio da política italiana, o eterno Giolitti, consciente da crescente fraqueza do Estado liberal italiano, pensa em utilizá-lo para se opor aos socialistas e aos *popolari*, que o impedem de governar 'como antes'. Mas nesse episódio que não deixa de ser parecido com a chegada de Hitler ao poder, dez anos mais tarde, quem é enganado é Giolitti e não Mussolini. Pois o chefe fascista não tomou o poder graças a uma mescla de pressão e de astúcia, para consolidar ou salvar o regime, e sim para aniquilá-lo. Longe de ser integrado nos partidos parlamentares, é ele, munido de plenos poderes, que os integra a seu combate: as violências das milícias fascistas contra os comunistas e contra a esquerda socialista passam agora a ser legais. Contando com uma lei sob medida, que concede à lista que chegou em primeiro dois terços das cadeiras na Câmara dos deputados, o Partido Fascista reina também lá em abril de 1924. A crise provocada pelo assassinio de Matteotti em junho só detém por um momento o processo de fascização, que é coroado, em 1928, pela substituição do Parlamento pelo Grande Conselho fascista.

Assim, a entronização de Mussolini iludiu todas as expectativas de Giolitti e dos políticos liberais ou democrata-cristãos<sup>1</sup>. Eles acreditavam domesticar o

---

1. Federico Chabod, *op. cit.*

revolucionário, que parecera prestar-se a esse exercício. Mas ele, mal chega ao poder, dá prosseguimento à sua idéia revolucionária, se aceitarmos aplicar o adjetivo a um projeto de dominação absoluta do Estado, concebido ele próprio como envolvendo o todo da sociedade. Na realidade, o que Giolitti não entendeu é também o que escapa aos comunistas: a novidade da operação, que a torna irreduzível às anteriores, é especialmente misteriosa para os liberais e para os marxistas. Pois tanto os liberais como os marxistas têm como fundamento de suas análises o homem da economia política, ator central da sociedade moderna. Os primeiros têm dificuldade para entender que um político anticomunista, por mais demagogo que seja, não acabe devolvendo seu papel político às classes possuidoras, através de um compromisso com o sistema representativo. Os segundos acreditam cegamente na determinação da infra-estrutura: se Mussolini se instalou no poder graças aos homens da burguesia, é porque se tornou a melhor defesa contra a ameaça revolucionária e só pode ser uma marionete do Capital. Ninguém levou a sério a crítica fascista da economia política, envolta no culto da vontade política: ora, é essa crítica que Mussolini põe em cena a partir de 1922.

Pois o mistério do fascismo italiano, como bem o viu De Felice, não é que o mundo do dinheiro lhe tenha dado uma mão, ou que políticos liberais lhe tenham por um momento aberto o caminho<sup>1</sup>. Nada mais simples de entender do que essa pusilanimidade burguesa. Ela, porém, nada diz sobre as duas grandes causas da ditadura fascista. Em primeiro lugar, o êxito de sua pregação ideológica sobre as massas, que tornou verossímil sua pretensão de governar. Em seguida, e ainda mais, sua autonomia política: a surpresa não está em seu compromisso com a burguesia e sim em sua independência em relação a ela. O espantoso é que, uma vez instalado no poder, com o auxílio dos partidos burgueses, Mussolini permaneça fiel à sua vontade de liquidar os partidos burgueses e de instaurar seu poder absoluto sobre um Estado absoluto, para realizar sua idéia de nação e de sociedade. Nisso, ele só terá um êxito parcial, e o Estado mussoliniano jamais será tão 'totalitário' quanto o de Hitler ou de Stálin, embora a palavra tenha sido inventada na Itália<sup>2</sup>. Mas o fato de a sociedade civil ter podido salvaguardar uma parte de sua liberdade não significa que o poder tenha podido ser minimamente dividido. Mussolini é o seu senhor único (e, aliás, popular) a partir de 1925-1928; na ordem política, o rei, a burguesia, todo o quadro tradicional do reino foram despojados da decisão.

---

1. Renzo de Felice, *Fascism. An informal introduction to its theory and practice. An interview with Michael Ledeen, op. cit.*, p. 63.

2. O contraste é notado, ao vivo, por Karl Löwith, por ocasião de uma estada na Itália em 1934-1936. Cf. Karl Löwith, *Ma vie en Allemagne avant et après 1933*, Hachette, 1986, pp. 108-109.

O anticomunismo não explica muita coisa das circunstâncias particulares do advento de Mussolini, pois o perigo 'comunista' foi afastado há muito tempo quando o ditador se torna chefe de governo. Da mesma forma, ele não permite entender por que as classes dirigentes são afastadas do poder em alguns anos, e por que Mussolini engana tão vitoriosamente em seu próprio proveito as esperanças que eles tinham de um compromisso. Para compreendê-lo, é preciso parar de calcar o fascismo sobre a burguesia e restituir ao movimento sua dimensão inédita de revolução política. Se o bolchevismo constitui de fato o pano de fundo diante do qual surge o fascismo, não é porque ele aproxime políticos burgueses e políticos fascistas, pois essa característica provisória e circunstancial nada diz sobre a duração do fascismo nem sobre a sua popularidade. O que surgiu com o bolchevismo é de ordem diferente da manipulação e da instrumentalidade: é uma nova dignidade do político, um território novo oferecido à imaginação, uma ancoragem mais profunda da paixão revolucionária. O fascismo inscreveu-se nesse espaço como uma realidade simétrica e inversa. Se tivesse sido apenas um meio de conter ou de aniquilar o bolchevismo, não teria deixado no século esse rastro brilhante e lúgubre. Assim como Lênin repusera a revolução no coração da esquerda européia, Mussolini a traz à direita, como presente de reconciliação com o povo. Nasce daí um antagonismo tanto mais formidável quanto mais se nutre de uma crença comum na transformação do mundo pela ação militante. Ele só reserva lugar para os partidários e para os adversários, para os justos e para os canalhas. Os dois campos inimigos se odeiam não só pelo que os separa, mas também pelo que os aproxima.

Não conheço testemunho mais melancólico sobre essa dupla exaltação, ao mesmo tempo fútil e feroz, do que a narrativa de Pierre Pascal, a que já aludi<sup>1</sup>. Em um dia de 1927, em Moscou, por ocasião de uma visita de Angelo Tasca, ele chega de sua Itália natal. Pascal, nessa época, é apenas a testemunha desiludida de uma Revolução Russa que degenerou em despotismo policial. Tasca, por seu lado, militante do Partido Socialista Italiano de antes da guerra, tornou-se um homem da Terceira Internacional e está ainda em seu período de fé: "É um desses italianos cheios de ardor", escreve Pascal, "simpáticos pela sinceridade, mas com pouco espírito crítico. Ele nos conta algumas recordações de Mussolini, de quem foi um dos discípulos e até mesmo um dos cabos eleitorais antes da guerra... Sobre o regime italiano, conta ingenuamente uma quantidade de fatos que me dão uma vontade louca de rolar de rir, de tanto que eles pintam o regime moscovita: os jornais mentem sistematicamente, o público já nem se lembra do

---

1. Cf. *supra*, p. 192.

que seja a verdade, o poder chegou a ser envolvido por sua própria mentira. Nas prisões, os jornais são proibidos, exceto o *Popolo d'Italia*<sup>1</sup>. No Exército, dão uma educação fascista. Mussolini, num discurso recente, divide a população em três: fascistas, filofascistas e 'a-fascistas' ('sem partido')<sup>2</sup>...”

Assim, as promessas da revolução não eram as mesmas em cada campo, mas os dois regimes são comparáveis, quase idênticos, depois de alguns anos de existência... Uns fuzilaram os burgueses, os outros cansaram os trabalhadores com sua agitação, mas ambos inventaram o governo do partido único e a mentira da unidade do povo. Ao descrever o fascismo mussoliniano, Tasca ainda não sabe que também está descrevendo a cena política de Moscou e até seu vocabulário. Pascal, que aprendeu por experiência própria o peso do auto-enceguecimento e o valor do silêncio, não pode dizer-lhe isso. Esse encontro de 1927, em Moscou, contém muito cedo o inconcessível do século.

No entanto, a vitória de Mussolini é apenas um prefácio. Dez anos depois da 'marcha sobre Roma', o drama é representado num teatro mais vasto, ao redor de objetivos mais pesados. No momento em que Stálin assenta definitivamente seu poder, Hitler se apodera da Alemanha. Ao livro das relações entre comunismo e fascismo, os dois grandes monstros do século trazem a matéria principal.

Para compreendê-lo, podemos partir de uma constatação que se tornou clássica: o bolchevismo stalinizado e o nacional-socialismo constituem os dois exemplos de regimes totalitários do século XX. Eles não só são comparáveis como também formam, por assim dizer, só eles dois, uma categoria política que ganhou direito de cidade desde Hannah Arendt. Vejo que sua aceitação não é universal, mas não vejo que tenha sido proposto um conceito mais operatório para definir regimes em que uma sociedade atomizada, composta de indivíduos sistematicamente privados de laços políticos, é submetida ao poder 'total' de um partido ideológico e de seu chefe. Como se trata de um ideal tipo, a idéia não implica que esses regimes sejam idênticos ou mesmo comparáveis sob todos os aspectos; ela tampouco indica que a característica considerada seja igualmente acentuada ao longo de toda a sua história. A Alemanha de Hitler e a Rússia de Stálin são universos diferentes. E a Alemanha nazista é menos totalitária em 1937 do que em 1942, ao passo que o Terror stalinista atinge seu auge antes e depois da guerra, mais ainda do que durante ela. Mas isso não impede que os dois regimes, e só eles, tenham em comum ter realizado a

---

1. O *Popolo d'Italia* é o jornal de Mussolini.

2. Pierre Pascal, *Mon journal de Russie*, op. cit., t. IV, pp. 28-29.

destruição da ordem civil pela submissão absoluta dos indivíduos à ideologia e ao Terror do Partido-Estado. Em ambos os casos, e só nestes dois casos, a mitologia da unidade do povo no e pelo Partido-Estado, sob a condução do Guia infalível, fez milhões de vítimas e presidiu a um desastre tão completo que ela partiu a história das duas nações, a alemã e a russa, a ponto de tornar a sua continuidade quase impensável. Hitler e Stálin subiram tão alto na escada do mal que seu mistério resiste ao pobre repertório causal do historiador. Nenhuma configuração de causas ou de conseqüências se mostra de um peso suficiente para dar conta de catástrofes desta dimensão. Podemos, pelo menos, tentar distinguir o que nelas é inteligível.

É verdade que o parentesco dos dois regimes sob o ângulo 'totalitário' desmente a aparente simplicidade do contraste segundo a ideologia. A Alemanha nazista pertence à família dos regimes fascistas, e a Rússia de Stálin, à tradição bolchevique. Hitler imitou Mussolini, ao passo que Stálin seguiu Lênin. Essa classificação recebe sua força da história das idéias ou da história das intenções, uma vez que distingue duas ambições revolucionárias, uma fundada no particular, a nação ou a raça, outra sobre o universal, se a emancipação do proletariado prefigura a da humanidade inteira. Essa oposição clássica, termo a termo, entre as duas ideologias não impede que uma e outra, tanto uma quanto a outra, constituam sistemas fechados de interpretação imanente da história humana, destinados a oferecer a cada um algo como uma salvação, frente às misérias do egoísmo burguês. Mas se o seu parentesco foi o segredo de sua cumplicidade, o antagonismo entre eles conferiu todo o brilho ao confronto que travaram. A Segunda Guerra Mundial, depois de ter ilustrado a cumplicidade entre eles, foi o palco de seu confronto, de que finalmente recebeu seu sentido.

Contudo, o 'antifascismo' dá apenas uma versão polêmica da história do século. Ele proíbe a comparabilidade entre regimes comunistas e regimes fascistas, do ponto de vista da democracia liberal. Mais precisamente, tende a proibir ao mesmo tempo a comparação entre Hitler e Stálin e a distinção entre Hitler e Mussolini. Pois, por um lado, os dois regimes hitleriano e stalinista são os dois únicos regimes realmente 'orwellianos' do século, e, por outro, o fascismo italiano não pertence, sob esse aspecto, à mesma categoria que o nazismo: não tem a sua capacidade totalitária, não destrói o Estado, mas o dirige; enfim, não fabrica, longe disso, um desastre nacional da mesma ordem<sup>1</sup>. Podemos, de resto,

---

1. Sigo nesse ponto os trabalhos de R. de Felice, já citados. A mesma idéia se encontra em Karl Dietrich Bracher, *La dictature allemande*, trad. francesa de Frank Straschitz, Privat, 1986 (*Die Deutsche Diktatur*, Verlag Kiepenheuer und Witsch Köln, 1969 e 1980), pp. 18-20; e em Hannah Arendt, *L'impérialisme*, pp. 222-225; Ernst Nolte (*Les mouvements fascistes*, *op. cit.*, pp. 93-96), pelo contrário, classifica o fascismo italiano entre os regimes totalitários, na medida em que o Estado foi totalmente investido por Mussolini e seu partido.



perguntar se a diferença não está inscrita também no registro das idéias e das intenções: pois se Mussolini e Hitler podem reivindicar, em parte, pelo menos, as mesmas idéias, de qualquer forma Hitler inscreveu a palavra 'raça' à frente de seu credo, ao passo que Mussolini não é essencialmente racista<sup>1</sup>. Mesmo depois de sua adesão reticente e tardia ao racismo hitleriano, a perseguição anti-semita na Itália não é comparável — nem em escala nem sequer em natureza — com os crimes de Hitler.

Em compensação, no capítulo das idéias, mesmo a oposição fascismo-comunismo não é tão clara quanto muitas vezes se acredita, por pouco que aceitemos entrar na articulação dessas idéias com os regimes particulares que as reivindicam. Com Lênin e Mussolini, o confronto entre classe e nação, que soa como uma duplicação das ideologias políticas fim-de-século, é menos radical do que parece, pois os dois homens vêm da tradição revolucionária socialista, e Mussolini não abdicará da pretensão do fascismo italiano ao universalismo<sup>2</sup>. Só Hitler se instalará com cinismo no culto do particular, em nome da raça superior. Quanto ao bolchevismo, a vitória dos homens do 'socialismo num só país' imprime ao movimento um desvio nacional, para não dizer nacionalista, que se encarna em Stálin e irá afirmando-se ao longo dos anos: a emancipação do proletariado internacional tem como condição prévia a vitória da Rússia. A União Soviética permanece inseparável de uma ambição universalista, mas o instrumento dessa ambição é doravante claramente separado de seu fim. O que, afinal, não é tão diferente do que dizem os idealistas sobre o fascismo italiano.

A todas as razões de reservar um lugar especial à história da relação entre comunismo stalinista e nacional-socialismo alemão, é preciso acrescentar a consideração dos conjuntos, sua vizinhança, sua dimensão e sua potência; e levar em conta, por fim, a prioridade que não cessou de ter a questão alemã na mente dos bolcheviques, assim como o privilégio do desprezo ostentado em *Minha luta* por Hitler com relação à Rússia e aos eslavos em geral. Embora situados nos dois extremos da paisagem ideológica européia, Stálin e Hitler têm em comum certas paixões monstruosas e um mesmo adversário. Não tentarei esboçar aqui seus

1. Sobre esse ponto, podemos consultar, afora as obras já citadas: Meir Michaelis, *Mussolini and the jews*, Oxford, The Clarendon Press, 1978. Mussolini permanece durante muito tempo hostil ao racismo hitleriano, sobre o qual se exprime repetidas vezes em termos muito fortes. Só decide integrar a idéia de raça à doutrina fascista em julho de 1938, como uma consequência de sua diplomacia. Mesmo assim, as leis anti-semitas italianas de 1938-1939 permanecerão pouco aplicadas. A catástrofe do judaísmo italiano (que atinge um quinto dos quarenta mil judeus italianos, e destes seis mil emigram) é posterior à queda de Mussolini em julho de 1943. Ela acontece por causa dos alemães, já senhores da Itália do Norte.
2. Cf. Michael Ledeen, *Universal fascism*, *op. cit.*

retratos, pois esses acabam de ser pintados de corpo inteiro: um grande historiador inglês acaba de escrever suas vidas paralelas<sup>1</sup>, como um Plutarco voltado para a grandeza do mal, tão claro ficou que essas duas biografias entrelaçadas contêm por excelência o horror do século.

Essa história tem uma pré-história, que já teve um mau começo, como vimos: os bolcheviques procuraram continuamente cumplicidades com a Alemanha e só encontraram fracassos. Viram nela a condição e a garantia da revolução proletária na Europa, mas encontraram o desmentido radical de suas previsões e de suas esperanças. Foram iludidos a um só tempo por sua ideologia e por sua experiência. O 'derrotismo revolucionário' preconizado por Lênin, unido à desagregação do exército do czar, levava-os ao poder. Mas a receita não funcionou na Alemanha. A derrota militar realmente perturbou de ponta a ponta o seu regime político, mas levou ainda menos o povo para a revolução comunista, porque o precedente bolchevique mobilizou contra ela os restos do exército e os grandes batalhões da classe operária, que permaneceram fiéis à velha bandeira da social-democracia. O fiasco da 'revolução' de 1919 demonstrou-o: longe de ser, na Alemanha, um elemento de mobilização maciça do povo, a sombra dos Sovietes, pelo contrário, une contra si o que resta do corpo de oficiais e seus inimigos jurados, os social-democratas. Esses velhos adversários conservam, porém, uns para com os outros, e a justo título, todas as suas prevenções: não têm a mesma visão do futuro nacional. Mas, envolvido na polarização política criada pelo espectro de uma revolução à maneira bolchevique, eles se unem para esconjurarem o acaso dessa aventura e permanecerem senhores do futuro.

A Rússia mais se desfizera do que fora propriamente vencida. A Alemanha, pelo contrário, fora vencida, mas não se 'desfizera\*'. E o sentimento público que sobrevivia a essa guerra perdida era mais do que nunca o da nação: tal constatação encerra todo o segredo do fracasso bolchevique na Alemanha. Tanto isso é verdade que, nos anos seguintes a 1919, Lênin e o Komintern reservaram um lugar, em sua estratégia, para a miséria nacional alemã: essa poderia ser canalizada contra o imperialismo francês, que saíra vencedor do conflito. Mas, longe de conseguir bolchevizar o nacionalismo alemão, essa estratégia deu antes um crédito à idéia de um socialismo nacionalista, hostil ao mesmo tempo a Moscou e a Paris. Quando o enviado especial do Komintern na Alemanha, Radek, saúda o heroísmo do jovem nazista Schlageter, fuzilado pelos franceses em maio de 1923

---

1. Alan Bullock, *Hitler and Staline. Parallel Lives*, Nova York, A. Knoff, 1992; trad. francesa: *Hitler et Staline. Vies Parallèles*, Albin Michel-Robert Laffont, 1994, 2 vols.

\* O autor joga com os dois sentidos do verbo *défaire*: derrotar e desfazer (N.do T.).

por 'sabotagem', ele dá mais uma caução suplementar à idéia-mãe do nacionalismo do que faz avançar a causa da revolução proletária.

Pois a Alemanha do pós-guerra é mais ou menos como a Itália, numa versão mais radical e mais trágica. O fim do Estado constitucional e da monarquia meio burguesa, meio aristocrática, foi consumado nos campos de batalha onde se enfrentaram os povos armados. Vitorioso, o Império Alemão do pós-guerra teria tido de reservar um lugar a seus inúmeros soldados sobreviventes de Verdun e do Somme — plebe unificada pela guerra das trincheiras, em busca de uma ordem política que estivesse à altura de seus sacrifícios. Vencido, desaparecendo no desastre militar, já não está em condições de dar conta do sentido da guerra e não deixa um herdeiro legal capaz de responder a essa questão fundamental. Com efeito, o governo dos social-democratas, que sucede ao cáiser pela força das coisas, na tormenta da derrota, representa homens que fizeram a guerra sem amá-la e sem odiá-la: posição mediana que podia ter tido sua lógica, inconsciente ou assumida, em muitos combatentes, mas que desarmava os responsáveis na hora das contas. Estes também não tinham o recurso de invocar a democracia wilsoniana como finalidade do conflito, pois esse era o argumento dos vencedores. Eles, que compunham o governo dos vencidos, eram socialistas: o socialismo tinha, na Alemanha, raízes mais profundas do que a democracia.

Mas a resposta 'socialista' à questão do sentido da guerra viera de outro lugar: da Revolução de Outubro. Para combater sua força revolucionária, para salvar a Alemanha de um impasse bolchevista, não teria bastado aos social-democratas apoiarem-se sobre as ruínas de um exército tradicional. O que venceu o bolchevismo junto com eles, nesses anos, foi menos o estado-maior da tradição do que uma outra força revolucionária, de direita desta vez, saída da guerra: esses grupos militares ou paramilitares nascidos do desastre alemão e indispensáveis à nova República. Eles têm um espírito completamente diferente daquele do antigo exército, forjado na camaradagem das trincheiras e dos combates: igualitário ao passo que o exército era hierárquico, comunitário enquanto ele era 'castificado', independente enquanto ele só sabia obedecer. Desprezam a lei, se é produzida por um Parlamento; detestam a política, se é feita por representantes do povo; sentimentos que teriam podido aproximá-los dos bolcheviques, se não houvessem sido separados deles pelo mais intransponível dos abismos, o do sangue derramado na guerra.

---

1. A 9 de maio de 1923, um tribunal militar condenara à morte o tenente Schlageter, veterano dos corpos francos e chefe de um comando de combate contra a ocupação francesa. A execução de Schlageter, a 26 de maio, provocou uma grande indignação na Alemanha.

De fato, eles compartilham com os bolcheviques a força da convicção revolucionária. Mas levam o benefício disso à idéia nacional, em vez de torná-la um instrumento da derrubada da ordem social. Por isso os bolcheviques aparecem em primeiro lugar na escala de seus ódios: eles, ao contrário dos socialistas, ostentam uma interpretação da guerra, e essa interpretação, tanto mais perigosa por contar com sua energia revolucionária, leva diretamente à negação da Alemanha. É em primeiro lugar contra eles que os homens dos corpos francos e das inúmeras associações nacionalistas têm de martelar que a guerra foi perdida porque a Alemanha foi traída, mas acabará derrotando seus inimigos internos para terminar o que foi interrompido pela traição deles. No momento em que a idéia revolucionária vem em socorro do conservadorismo alemão para trazer-lhe novas paixões, a lenda da punhalada pelas costas fornece-lhe sua representação do inimigo.

No fundo, a guerra radicalizou a idéia da missão particular da Alemanha na História, e a derrota não a extinguiu. Pelo contrário, deu-lhe novo brilho, que lhe vem ao mesmo tempo da desgraça nacional e da ameaça bolchevique. Nesse novo duelo da *kultur* contra a *zivilisation*, os socialistas não têm muito a dizer, e sua fraqueza espiritual e política é um dos grandes dramas da época. Como democratas e principais defensores da República de Weimar, encarnam junto com o Centro católico um destino ocidental da Alemanha, do lado da *zivilisation*; esse destino, constantemente contestado na tradição nacional, coincide, além disso, com a adesão aos vencedores. Como socialistas, são oriundos do mesmo ramo que os bolcheviques russos e, embora expostos continuamente a seu ódio e a seus ataques, só os combatem com má consciência, divididos interiormente. São marxistas demais para o que assumem como burgueses, burgueses demais para o que conservam de marxistas: odiados ou desprezados tanto pelos comunistas quanto pela direita revolucionária. Assim, mesmo suas vitórias políticas de 1919-1923 — sobre o bolchevismo e também sobre os nacionalistas — não darão à República nenhum acréscimo de legitimidade.

Nesse contexto, o corpo de idéias e de representações postos em circulação por Hitler se torna inteligível. Hitler esteve em banho-maria durante todo o período de pós-guerra, nessa abundância de organizações nacionalistas e revolucionárias, em nome do pequeno Partido Trabalhador Alemão Nacional-Socialista de que se tornou chefe. Não tem, como Mussolini, um passado político. Não é, como Stálin, o herdeiro de um partido ou de um sistema. Nada houve em sua vida pregressa que não a assemelhasse às demais: a época, isto é, o período anterior à guerra e a guerra, passou através dele, o que pode ser uma definição do anonimato. Ainda depois da guerra, esse homem da multidão só se distingue dela por um excesso das paixões coletivas: ninguém interiorizou como ele a acusação contra os 'criminosos de novembro' ou os signatários do Tratado de

Versalhes. Assim, o historiador, hesitando em atribuir a um homem tão comum os crimes tão extraordinários que marcarão seu reinado, pode ver-se tentado a atribuir-lhe apenas um papel contingente e secundário: Hitler encarnaria, pelo acaso das circunstâncias, a fatalidade abstrata e formidável de um capitalismo moribundo e, por isso mesmo, mais feroz. Como veremos, existem muitas razões que deram consistência a uma interpretação tão absurda. Mas uma delas está ligada ao fato de ser preciso conjurar o enigma da insignificância de um homem, comparada ao caráter cataclísmico de sua ação.

Mais do que ao capitalismo, Hitler deu uma voz às paixões alemãs que se seguiram à derrota. O que o levou ao poder, antes de tudo — ele que começou de tão baixo; ele, um tão improvável chanceler — foi sua capacidade de encarnar idéias e temores comuns a milhões de homens. Ele amaldiçoou a democracia em termos democráticos. Destruiu-a em nome do povo. Nada menos obscuro ou ignorado do que seu programa de ditadura, uma vez que lhe deu simultaneamente a sua exposição livresca e o transformou na base de sua pregação. *Minha luta* é, assim, dos piores, o melhor meio de entrar no enigma de seu triunfo<sup>1</sup>. Pois, para tentar entender o que fabricou Hitler, o estudo do fascínio exercido sobre as paixões pelas idéias é um guia mais seguro do que a análise dos interesses.

Aliás, ele próprio o disse, ao falar da “popularidade” como o primeiro fundamento da autoridade<sup>2</sup>. Instintivamente, ele ficou conhecendo o maior segredo da política: a pior das tiranias precisa do consentimento dos tiranizados e, se possível, de seu entusiasmo. Segredo tão velho quanto o mundo, ao qual os tempos democráticos conferem uma força especial, uma vez que, neles, a opinião é a condição de tudo: a ideologia é o que permite unir, por sentimentos compartilhados, os cidadãos isolados e fazê-los reconhecer como chefe aquele que sabe traduzir seus imperativos em emoções coletivas. Sob esse aspecto, Hitler é o ideólogo puro, que atribui a seu discurso apenas ambições de manipulação e de poder (nesse sentido, um niilista radical), estando, contudo, presente inteiro no que diz e compartilhando com a multidão de seus partidários a crença no que profetiza. Proclamou antecipadamente o que fez, mesmo o pior — o que acrescenta um elemento de mistério ao seu sucesso. Os bolcheviques, por seu lado, tomaram o poder na Rússia em nome de palavras de ordem que não eram as

- 
1. Pouco importa que o livro tenha sido escrito depois do fracasso de seu *putsch* bávaro, durante sua prisão (1924), no que diz respeito ao primeiro tomo, e ao segundo um pouco depois. Pois ele mais sistematizou o pensamento de Hitler do que lhe imprimiu uma direção nova. Encontraríamos sem grandes dificuldades os mesmos grandes temas nos discursos anteriores a 1924, ou nos posteriores.
  2. Adolf Hitler, *Mein Kampf* (*Minha luta*), Franz Eher, 1925; trad. francesa.: Nouvelles Éditions Latines, 1934; reed.: 1979, vol. II, cap. 9, p. 514.

deles, como “a terra para os camponeses”, prontos para porem em ação em seguida, uma vez no poder, os diferentes pontos de sua ideologia<sup>1</sup>. Ele não cessou de anunciar francamente suas intenções. Poucos exemplos há de uma ação histórica tão programada pela ideologia, do início ao fim.

Não que a ideologia de Hitler não tivesse uma parte de suas origens em idéias científicas, como todas as do século. Esse também é o caso, com efeito, do leninismo, em sua modalidade primitiva ou sob sua forma stalinista. Mas, no caso dos bolcheviques, a ascendência intelectual é única, e tanto Lênin quanto Stálin sempre podem procurar refúgio em Marx, inesgotável apoio econômico, histórico, filosófico. Nada de parecido com Hitler. Ele não tem um grande filósofo designado e não reivindica, aliás, nenhum ancestral. Ele se basta a si mesmo. Instalou-se sozinho no papel que os escritores românticos se atribuíram um século antes: ser o mediador entre o povo e as idéias<sup>2</sup>.

Com isso, ele antecipadamente desvaloriza todas as idéias de que se serve, pela simples razão de servir-se delas. Personagem da multidão, dirigindo-se à multidão, apropria-se como primitivo das riquezas do passado, desarraigando-as a seu bel-prazer, isto é, reinventando-as. É o homem de uma nação que foi arrancada de sua tradição pela guerra perdida: de uma Alemanha da tábula rasa. Pois os alemães tinham apaixonadamente desejado jogar toda a sua história na guerra. A derrota os amputou de si mesmos, sem lhes oferecer um futuro onde se reconhecessem. Ela pôde oferecer-lhes apenas a chegada tardia das ‘idéias de 1789’, consideradas tão estranhas ao espírito nacional. O bolchevismo, produto

- 
1. A melhor introdução geral ao assunto é: Karl Dietrich Bracher, *The age of ideologies. A history of political thought in the XXth century*, trad. inglesa de Ewald Osers, Nova York, St. Martin's Press, 1984 (*Zeit der Ideologien*, Stuttgart, 1982).
  2. A partir daí, os escritores e os filósofos da direita revolucionária alemã mais acompanharão, um pouco mais tarde, as vitórias do nazismo do que nele inserirão suas idéias e sua obra. Prova disso são Carl Schmitt, Spengler, Jünger. Mas o caso mais famoso é o de Heidegger. Pela publicação de *L'être et le temps*, (*Ser e tempo*), o filósofo deu ares de golpe de Estado filosófico à rejeição de toda a tradição — o ódio ao moderno e à *zivilisation* tomou a forma radical de uma negação da metafísica ocidental, somada não a uma nostalgia da sociedade ‘orgânica’ e sim à vontade de fundar uma nova existência heróica, extraída da inautêntica. Em seu Discurso do Reitorado, o próprio Heidegger dá crédito às analogias políticas que seu poema filosófico abria à imaginação dos contemporâneos. Pois, para oferecer a Hitler a bênção do filósofo, só lhe faltava, comenta Karl Löwith, “sair do isolamento ainda semi-religioso e transpor o *Dasein* ‘próprio de cada um’ e seu dever para um *Dasein* propriamente alemão, com seu destino histórico, para introduzir, no movimento geral da vida alemã, a corrida vazia das categorias da existência (‘decidir-se por si mesmo’, ‘ater-se a si mesmo diante do nada’, ‘querer seu destino’ e ‘depositar sua confiança em si mesmo’) para começar a praticar a destruição numa base política”. *Ma vie en Allemagne avant et après 1933*, op. cit., p. 48. Cf. Richard Wolin, *La politique de l'être, la pensée politique de Martin Heidegger*, Kimé, 1992.

russo, é ainda mais estrangeiro, sem dúvida, como filho da Revolução Francesa, apesar da convivência russo-alemã que pode nascer do ódio comum do imperialismo francês. Quanto às 'idéias de 1914', elas sobrevivem nos corpos francos, ao arrepio da História, mas transformadas em caricaturas de si mesmas e em centelhas de guerra civil. A sociedade alemã tornou-se democrática no momento em que perdeu seu centro de gravidade nacional. É essa situação que forma a base da ideologia hitleriana, muito mais do que Wagner ou Nietzsche.

Assim, não tentarei fazer o inventário dos autores ou das idéias que são objeto de uma reutilização no interior dessa ideologia, sem, aliás, que Hitler cite alguém, tamanha é sua confiança na originalidade absoluta de sua anunciação. O que me importa é de outra ordem. É compreender como a reunião de materiais heterogêneos pode dar a ilusão de uma nova fundação da ordem política. Um dos segredos já foi encontrado por Mussolini em 1915: conjugar a nação e a classe operária, arrancando a primeira dos burgueses e a segunda dos marxistas. Um socialismo nacional, no sentido em que Spengler tinha falado de um socialismo prussiano<sup>1</sup>: uma maneira de recuperar ao mesmo tempo a paixão anticapitalista e o anúncio revolucionário, para pô-los a serviço da eleição histórica da Alemanha, traída pelos homens de Weimar. Trata-se de fazer uma bandeira do papel que os social-democratas, tão poderosos na Alemanha de antes de 1914, não foram capazes de desempenhar durante a guerra: ser ao mesmo tempo o partido da revolução e o partido da nação. Depois da guerra, eles abandonaram a ambas, passando para o serviço da República de Weimar, transformados em burgueses. Hitler teve a intuição desse amplo espaço disponível que os comunistas não podiam conquistar em nome da Internacional de Moscou.

Se tivesse ficado por aí, nada o teria distinguido de Mussolini, a não ser a virulência especial da frustração nacional alemã. O fascismo italiano tem o mesmo ódio ao liberalismo burguês, a mesma obsessão da unidade do povo no Estado, a mesma ênfase posta na indispensável refundação do social, a mesma imitação dos métodos bolcheviques etc. Mas Hitler é diferente de um nacionalista alemão, mesmo pangermanista. É diferente de um inimigo da democracia, mesmo fascista. É um profeta do "nihilismo", segundo a expressão de Rauschning<sup>2</sup>. Ao con-

---

1. Oswald Spengler, *Preussentum und Sozialismus*, Munique, C.H. Beck Verlag, 1921; trad. francesa: *Prussianité et socialisme*, Arles, Actes Sud, 1988.

2. Deve-se somar ao Hitler de *Mein Kampf*, obra destinada ao grande público, e ao Hitler dos discursos, o Hitler das 'conversas' mais ou menos privadas: Hermann Rauschning, *Hitler m'a dit. Confidences du Führer sur son plan de conquête du monde*, Coopération, 1939, reed.: Pluriel, Le Livre de Poche, 1979; *La révolution du nihilisme*, Gallimard, 1939, reed. 1980. E *Hitler's table talks: 1941-1944, his private conversations*; introdução de H. Trevor-Roper, Londres, Weidenfeld e Nicholson, 1973. Vide também *The testament of Adolf Hitler: The Hitler-Bormann documents*, fevereiro-abril de 1945, Londres, 1961.

trário de Mussolini, ele combate o cristianismo em nome da seleção natural. Pretende derrubar toda a tradição da Europa para substituí-la pelo reino dos fortes sobre os fracos. Quer destruir a democracia, não em nome da classe, mas da raça. Com isso, a idéia nazista escapa aos limites de um nacionalismo, mesmo extremo, como o dos fascistas italianos. Ela é menos um rebento da patologia nacionalista — de onde extrai, porém, muito de seu poder de opinião — do que uma abstração tirada do social-darwinismo e que se tornou uma promessa de dominação do mundo.

Pois se a pregação de Hitler se vale de muitos lugares-comuns do pangermanismo à moda do início do século, como a conquista das terras eslavas ou o inevitável declínio da França, seu caráter particular é ter como centro uma idéia transnacional (ou ainda a-nacional), a idéia de raça. Não que essa idéia seja nova, uma vez que foi elaborada na segunda metade do século XIX<sup>1</sup>. Reutilizada de maneira sistemática, instalada no centro de um programa político, substituindo a idéia de nação para designar uma força ao mesmo tempo mais elementar e universal, ela muda a natureza da ideologia nacionalista.

O mesmo se pode dizer do anti-semitismo hitleriano. Deus sabe que o ódio aos judeus é uma velha paixão da história da Europa! Sob formas múltiplas, ele não pode ser separado da Idade Média cristã, da idade das monarquias absolutas e até da chamada época da “emancipação”. Ele passou em quase toda parte por um renascimento, no final do século XIX; muito especialmente em Viena, onde Hitler passou a juventude. Do judeu plutocrata, definido unicamente por sua riqueza, estrangeiro à Cidade, parasita do trabalho coletivo, bode expiatório da direita e da esquerda, o autor de *Minha luta* não teve de procurar muito em sua memória para descrever as infâmias. Só teve de acrescentar um papel, novo por definição: agente do bolchevismo. O judeu de antes de 1914 era burguês ou socialista, o de depois da guerra é também comunista. O personagem oferece a vantagem única de encarnar ao mesmo tempo o capitalismo e o comunismo, o liberalismo e sua negação. Sob a forma do dinheiro, ele decompõe sociedades e nações. Sob o disfarce bolchevique, ameaça até a existência delas. O judeu é aquele em que se encarnam os dois inimigos do nacional-socialismo, o burguês e o bolchevique<sup>2</sup>, que são também as duas figuras da *zivilisation*, as duas versões do *homo oeconomicus*,

---

1. Pierre-André Taguieff, *La force du préjugé. Essai sur le racisme et ses doubles*, Gallimard, *Collection Têl*, 1990.

2. A idéia de uma filiação natural do liberalismo ao bolchevismo é um lugar-comum do pensamento alemão da época. Por exemplo, Oswald Spengler, *Années décisives. L'Allemagne et le développement historique du monde*, trad. francesa de R. Hadekel, Mercure de France, 1934, pp. 158-202.



as duas formas do materialismo moderno. Hitler não deixa de lado nenhuma das acusações do vasto repertório do anti-semitismo moderno<sup>1</sup>. Serve-se do judeu em todos os empregos postos à sua disposição pela direita e pela esquerda do início do século.

Mais ainda do que sua capacidade de unir os contrários, porém, o anti-semitismo hitleriano distingue-se por seu caráter absolutamente radical. Ele constitui o centro da profecia política nazista, sem o qual ela perderia seu sentido. Com efeito, nas ideologias nacionalistas fim-de-século, o judeu representa, em graus diversos, o bode expiatório dos diferentes males que atingem ou infernizam a vida da comunidade nacional; mas basta estabelecer limites à sua influência para salvar esta última de uma corrupção ameaçadora. Trata-se de manter ou de defender a integridade, logo a potência, da pátria, num mundo internacional às voltas com uma competição cada vez mais feroz. O alvo continua sendo o engrandecimento da nação e não a aniquilação dos judeus. É verdade que existe, se não na natureza, pelo menos na violência do repertório anti-semita, uma particularidade alemã, que já deu lugar a uma ampla literatura histórica<sup>2</sup>. Mais que os outros países da Europa, os alemães deram muito cedo à sua visão da nação um caráter de especificidade étnica, que pode levar a uma agressividade ou a uma arrogância particulares em relação ao mundo exterior. Na política alemã, as noções de raça superior, de pangermanismo, de 'vocaçào mundial' e de 'espaço vital' apareceram já no final do século XIX e formaram um terreno propício ao anti-semitismo. Mas essa busca da origem não deve fazer esquecer a sinistra novidade do ódio aos judeus em Hitler.

O hitlerismo, no fundo, não é, como o fascismo italiano, um nacionalismo. Ele recobre as paixões nacionalistas, das quais continua a receber muito de sua força, com uma ideologia racista que constitui um sistema do mundo. A raça ariana, portadora da promessa de dominação, graças à sua superioridade intrínseca, choca-se em seu caminho com o judeu, seu principal antagonista, a título de antiprincípio dessa ordem natural. O judeu é a figura pela qual o destino 'ariano' recebe a sua dimensão universal. Pois ele reina sobre o Ocidente através do dinheiro e sobre as massas eslavas através do bolchevismo, empenha-

- 
1. Para Hitler, o judeu está na origem do cristianismo 'democrático', através da ação de São Paulo e, ao mesmo tempo, é responsável pela morte de Jesus. Duplamente culpado, portanto, tanto de ter matado o Messias quanto de ter difundido a sua mensagem. Duplo inimigo, dos cristãos e dos anticristãos. Cf. *Hitler's private conversations*, op. cit., pp. 62-65.
  2. Por exemplo, Fritz Stern, *The politics of cultural despair. A study in the rise of the german ideology*, Berkeley UP, 1974; trad. francesa: *Politique et désespoir: les ressentiments contre la modernité dans l'Allemagne préhitlerienne*, Armand Colin, 1990.

do em toda parte em ameaçar ou em destruir o povo dos senhores. Formando uma raça pura, empenhada em se perpetuar como tal, vivendo como parasita em todas as nações, possuído por um duplo gênio de imitação e de engodo, oculto, enfim, no falso universalismo dos burgueses liberais e do movimento operário, ele também quer, como os arianos, mas sem dispor de seus títulos, governar o universo. Daí o inevitável confronto mundial, de que Hitler se proclama ao mesmo tempo o profeta e o instrumento. Os judeus conseguiram aniquilar a Alemanha em novembro de 1918. Hitler é o homem da contra-ofensiva e da vitória<sup>1</sup>.

Devo confessar que nunca compreendi direito o que estava em jogo na violenta discussão historiográfica que se estabeleceu, na literatura sobre o nazismo, entre os defensores de uma interpretação ‘intencionalista’ e os de uma interpretação ‘funcionalista’. Na busca das causas do genocídio judeu, por exemplo, os primeiros dão ênfase às intenções de Hitler; os segundos, ao funcionamento burocrático do sistema. Ora, não vejo muito bem o que as duas explicações têm de incompatível e em que devem ser opostas uma à outra. É claro que o extermínio dos judeus pela Alemanha nazista tem sua origem primeira, no sentido cronológico, no ódio aos judeus de Hitler, ódio tão patológico que está no princípio de sua visão do mundo. Essa constatação não impede em nada que se atribua um papel, na execução do genocídio, ao que os costumes alemães comportam de obediência incondicional à autoridade, ou ainda ao que Hannah Arendt chamou, num livro famoso, a “banalidade do mal”<sup>2</sup>. Se este segundo tipo de causalidade foi utilizado para apagar o primeiro, talvez seja porque e referindo-se ao tecido social e moral de um país, ele pareceu mais ‘profundo’ numa época com obsessão pela ‘estrutura’, à custa do ‘acontecimento’, e a historiadores preocupados em desmentir o papel desempenhado pelas individualidades e pelas idéias na História: tendência esta que falsificou, a meu ver, uma parte da literatura histórica sobre a Alemanha hitleriana, para não falar dos trabalhos sobre a Rússia stalinista, onde provocou sérios estragos<sup>3</sup>.

Pois assim como Hitler não se teria tornado senhor da Alemanha se não tivesse existido a ideologia hitleriana, assim também Hitler depois de se tornar senhor da Alemanha permaneceu o ideólogo Hitler, em que o extermínio dos judeus encontra sua origem precoce. Um dos traços extraordinários dos dois

---

1. Simplesmente resumo aqui uma parte de *Mein Kampf*, *op. cit.*, especialmente o capítulo 11 do primeiro volume, “Le peuple et la race”, e o capítulo 13 do segundo volume, “La politique allemande des alliances après la guerre”, onde se vê claramente o caráter central da questão judaica na visão planetária de Hitler.

2. Hannah Arendt, *Eichmann à Jérusalem. Rapport sur la banalité du mal*, Gallimard, 1966.

3. Cf. *infra*, pp. 564-565.

grandes ditadores totalitários do século XX é a dependência em que se encontram das ideologias que lhes servem de fundamento. Mesmo Stálin, que reivindica o marxismo, ou seja, uma filosofia doutra e de filiação democrática, transformou essa herança num instrumento de governo absoluto dos espíritos. Em suas mãos, um corpo de idéias 'esclarecidas' (no sentido da *Aufklärung*) degenerou em instrumento de terror. Quanto a Hitler, sua mensagem nunca foi outra coisa. Para os dois ditadores, as ideologias não servem apenas de degraus para a conquista do partido ou do Estado, prontas para, em seguida, serem postas em segundo plano, como ingenuamente acreditaram os políticos burgueses. Elas têm uma natureza diferente daquela dos programas ou das profissões de fé. Constituem a matéria de uma crença, a substância da vontade, o breviário da ação. Assim, o próprio voluntarismo político, tão espetacular nos dois ditadores, está subordinado a elas: a instrução dada à ação política é realizar o que já está dado pela ideologia como algo a ser feito. A construção do socialismo implica a liquidação dos *kulaks* e a organização da Europa nacional-socialista, a dos judeus. Os dois empreendimentos são, cada um em seu registro, loucos, inumanos e criminosos. Mas estão decididos. Mas são levados adiante. Algo de decisivo separa as ideologias totalitárias do século XX do significado do termo em sua acepção banal: é o mistério da coerção estreita que elas exerceram sobre a ação daqueles que as professaram ou seguiram, dos chefes aos militantes, dos militantes aos povos.

Resta a parte da fortuna, ou seja, das circunstâncias, independente por definição das vontades. Ela é considerada o domínio preferido dos políticos oportunistas, hábeis em captar as ocasiões e em se aproveitar das mudanças dos ventos, especialistas do possível e do ajustamento das promessas às realidades. Ora, ela se revela um campo de manobras onde Stálin e Hitler — e, aliás, Mussolini antes deles — superam pela astúcia os mais astuciosos políticos burgueses. Qual o peso de Herriot em comparação a Stálin? Von Papen ou Chamberlain em comparação a Hitler? Independentemente de seus talentos individuais — incontestáveis — para a manobra política, os dois ditadores possuem sobre seus rivais uma superioridade radical: não tem mais o mínimo sentimento moral. Munindo-os de uma crença, a ideologia livrou-os de qualquer escrúpulo acerca dos meios. É verdade que, no momento em que eles aparecem sobre o palco da História, já faz muitos séculos que a arte política se separou da moral, já faz muitos séculos que a razão de Estado vive de suas próprias regras. Mas a rivalidade ou até os conflitos entre as nações são contidos pela pertença a uma mesma civilização européia, e as lutas dos homens pelo poder no interior de cada Estado obedecem igualmente a regras aceitas. A novidade com Hitler e Stálin está no espetáculo do que Meinecke chamou de um

“maquiavelismo de massa”<sup>1</sup>, para exprimir logo depois da guerra seu pasmo diante do niilismo moral de Hitler.

Bolchevismo e nacional-socialismo, compartilham, efetivamente, uma verdadeira religião do poder, professada do modo mais aberto possível. Para conquistá-lo e conservá-lo, todos os meios são bons<sup>2</sup>, não só contra o adversário, mas também contra os amigos. Até o assassinato, prática corrente dos dois partidos, dos dois regimes, dos dois ditadores. Contudo, mesmo esse poder tão precioso está submetido a uma lógica superior: o fim que ele deve realizar e que é o da História, oculto no tumulto dos conflitos, revelado pela ideologia. O terror, não mais apenas como represália, real ou imaginária, contra o inimigo, mas como prática cotidiana de governo, destinada a imprimir um medo universal, é inseparável dessa realização do futuro cujos segredos o Chefe Supremo, seguido pelo partido, possui<sup>3</sup>. Sob esse aspecto, pouco importa que a transparência da História e da razão receba missões contraditórias nos dois regimes; a emancipação do proletariado num, a dominação da raça ariana no outro. Não, é óbvio, que a distinção seja insignificante no plano filosófico; ela, porém, não diminui em nada a comparabilidade da natureza e do motor dos dois sistemas políticos.

Aliás, é amplo o florilégio de palavras ditas aqui e ali, pelas quais Hitler exprime seu respeito, senão sua admiração, pelo comunismo stalinista e por seu chefe. Hitler detesta no bolchevismo a última forma do complô judeu e tornou o combate contra as ambições bolcheviques sobre a Alemanha uma de suas primeiras palavras de ordem. Mas compartilha com os bolcheviques o ódio e o desprezo pela democracia liberal e a certeza revolucionária de que a era da burguesia chegou ao fim<sup>4</sup>. O ponto de partida da conquista judia, suas

- 
1. Friedrich Meinecke, *Die Deutsche Katastrophe. Betrachtung und Erinnerungen*, Wiesbaden, E. Brockhaus, 1947; trad. inglesa: *The German catastrophe*, Harvard University Press, 1950, p. 52. Num sentido talvez mais preciso, poderíamos de preferência escrever que Hitler sai do quadro de pensamento de Maquiavel, pois a razão de Estado para ele, assim como, aliás, para Stálin, se encontra subordinada à realização de uma ideologia.
  2. A tal ponto que, por alguns momentos, Hitler identifica o nacional-socialismo à imitação dos métodos bolcheviques: “O que me interessou e instruiu nos marxistas foram seus métodos... Todo o nacional-socialismo está contido ali... As sociedades operárias de ginástica, as células de empresa, os cortejos maciços, as brochuras de propaganda redigidas especialmente para a compreensão das massas, todos esses novos meios da luta política foram quase que totalmente inventados pelos marxistas. Eu só tive de me apoderar deles e de desenvolvê-los, e com isso consegui o instrumento de que precisávamos”. Cf. H. Rauschnig, *Hitler m'a dit*, op. cit., p. 211.
  3. O leitor há de reconhecer nessas linhas o que devo ao estudo de obras contemporâneas sobre o totalitarismo e à discussão do livro de Hannah Arendt, *The origins of totalitarianism*, op. cit., em 1951. Tenho em mente, em primeiro lugar, Raymond Aron, mas também Claude Lefort e Alain Besançon.
  4. Hermann Rauschnig, *La révolution du nihilisme*, op. cit., parte I, cap. 3.

raízes mais profundas estão ali, no liberalismo moderno, e mais adiante no cristianismo, que os comunistas também querem desarraigar. O confronto entre nacional-socialismo e bolchevismo, portanto, não é o primeiro na ordem ideológica. De resto, Stálin livrou-se da velha guarda, em parte judia, dos companheiros de Lênin: Trótski, Zinoviev, Kamenev, Radek, expulsos e subjugados já em 1927. “Não é a Alemanha que vai tornar-se bolchevique” vaticina Hitler diante de Rauschning na primavera de 1934<sup>1</sup>, “e sim o bolchevismo que se transformará numa espécie de nacional-socialismo. Além disso, existem mais laços que nos unem ao bolchevismo do que elementos que nos separem. Existe, acima de tudo, um verdadeiro sentimento revolucionário, que está vivo em toda a Rússia, exceto onde há judeus marxistas. Eu sempre procurei ser conciliador e sempre ordenei que os antigos comunistas fossem admitidos no partido sem demora. O ‘pequeno-burguês’ socialista e o chefe sindical jamais farão um nacional-socialista, mas o militante comunista, sim”.

Como o mostra a continuação do texto, essa constatação não diminui em nada a vontade de Hitler de um dia atacar a Rússia para conquistar as férteis terras eslavas: a idéia de fundar um império germânico ariano certamente o oporá ainda mais a Stálin, uma vez que a idéia da expansão territorial povoa também a imaginação política de seu rival. Mas a existência de uma vontade comum de esmagar as democracias liberais permite, pelo menos, que o Führer considere a possibilidade de uma aliança provisória com a Rússia de Stálin, que dure pelo menos o tempo necessário para derrotar a França. O prenúncio disso está ali, nessas conversas de 1934.

Antes de ser algo como uma aliança — o que será em agosto de 1939 —, esse parentesco inconfesso já se manifesta na prática como uma cumplicidade conflitual durante todos os anos do pós-guerra. É verdade que, inicialmente, ela está ligada a uma situação geral, já que a Alemanha e a Rússia se encontram no campo dos vencidos e, por conseguinte, dos inimigos do Tratado de Versalhes: o Komintern espera canalizar a hostilidade alemã para o imperialismo francês e uma parte da extrema direita alemã, desejosa de ir mais adiante na via aberta em Rapallo<sup>2</sup>, vê com simpatia a jovem União Soviética. Simpatia que

---

1. Hermann Rauschning, *Hitler m'a dit, op. cit.*, cap. 21, “La Russie, amie ou ennemie?”

2. O Tratado de Rapallo (1922) foi um dos primeiros grandes êxitos da jovem diplomacia soviética, ao estabelecer uma relação privilegiada entre a Rússia dos Sovietes e a Alemanha de Weimar, os dois Estados párias da ordem de Versalhes. O tratado transforma a Alemanha no mais importante parceiro comercial da URSS; ele também está na origem de uma colaboração militar clandestina entre os dois países, pela qual a Alemanha pode começar a contornar as proibições impostas a seu rearmamento pelo Tratado de Versalhes.

pode ser puramente circunstancial, devida à conjuntura do pós-guerra, mas que não raro tem tons mais profundos, tirados da velha proximidade germano-russa frente ao Ocidente.

Escrito no ano de Rapallo, o *Troisième Reich (Terceiro Reich)* de Moeller van den Bruck preconiza, como Spengler, um socialismo 'à prussiana', anti-individualista, corporativista, hierárquico, em suma, 'orgânico'. Mais otimista do que Spengler, o professor nacionalista o considera o instrumento do renascimento da *kultur* contra a *zivilisation*. Mistura num mesmo ódio, como toda a direita alemã, liberalismo e marxismo, hostil à luta de classes, ao internacionalismo 'judaico' e à ditadura do proletariado. Mas é também pró-russo e eleva às nuvens Dostoiévski, outro profeta do ódio ao Ocidente. Por isso pode detestar Marx ao mesmo tempo que tem, intermitentemente, um fraco pelo bolchevismo: basta considerar o regime fundado por Lênin como um socialismo próprio dos russos e conforme ao gênio um tanto primitivo da nação para recuperá-lo no interior do Volkgeist. Como os social-democratas, mas para fins inversos, os conservadores-revolucionários alemães separam marxismo e bolchevismo, para celebrarem o segundo à custa do primeiro<sup>1</sup>. Vimos que aconteceu de os bolcheviques lhes retribuírem a gentileza. Em 1923, no momento da ocupação do Ruhr pelos franceses, comunistas e nacional-socialistas celebraram juntos Schlageter como um herói nacional<sup>2</sup>. Todavia, uns e outros não se esforçam tanto por conquistar a opinião quanto por se apoderarem do poder e se aniquilarem reciprocamente. Superestimaram, porém, suas forças, ou subestimaram o adversário comum, que conta com o apoio do Exército: a insurreição comunista em Hamburgo é esmagada tão facilmente quanto a tentativa de *putsch* de Hitler em Munique.

O conflito triangular retoma sua acuidade no início da década de 30, quando a crise econômica devolve ao Komintern a esperança de uma revolução anticapitalista e a Hitler uma nova oportunidade de tomar o poder. Para a análise das relações entre bolchevismo e nazismo, ele apresenta traços simplificados, relativos ao período de 1918-1923, e constitui um caso de laboratório: por um lado, Stálin

---

1. Louis Dupeux, *National-bolchevisme dans l'Allemagne de Weimar 1919-1933*, Librairie H. Champion, 1979. Sobre Moeller van den Bruck: F. Stern, *op. cit.*, p. 52; a terceira parte do livro lhe é consagrada.

2. Karl Radek fez o elogio de Schlageter durante o III Plenum do Comitê Executivo do Komintern (junho de 1923): "A sorte desse mártir do nacionalismo alemão não deve passar sob silêncio nem ser tratada com desprezo. [...] Esse soldado corajoso da contra-revolução merece ser honrado por nós, soldados da revolução... Tudo faremos para que homens como Schlageter, que estavam prontos para morrerem por uma grande causa, não sejam viajantes no nada e sim viajantes para um futuro melhor da humanidade inteira..." Cf. *Bulletin Communiste*, nº 30, 26 de julho de 1923, pp. 420-421.

venceu na URSS. Depurou ao mesmo tempo o Komintern e a direção dos 'partidos irmãos'. O Partido Comunista Alemão<sup>1</sup>, um dos grandes objetivos da luta pelo poder na URSS entre 1923 e 1925, foi posto na linha sob a fêrula de Thaelmann<sup>2</sup>. A política exterior do Estado soviético domina tudo, agora. Por outro lado, a efervescência nacionalista e antidemocrática alemã do imediato pós-guerra finalmente encontrou seu principal ponto de escoamento no partido de Hitler, que domina incontestemente toda a direita alemã, trazendo-lhe sangue novo.

Começa, então, o período-chave — um pouco mais de dois anos — durante o qual Hitler vai assediar o Estado, através de uma estratégia parecida com a de Mussolini dez anos antes: misturando a violência paramilitar das SA<sup>3</sup>, um esforço de propaganda e de conquista de novos adeptos inédito na política moderna e, por fim, a intriga parlamentar e a manipulação das classes dirigentes. Como Mussolini, Hitler será chamado ao poder pelas autoridades legais da Alemanha — no caso, Hindenburg —, e inicialmente formará um gabinete de coalizão com os conservadores e a Reichswehr, que pensam transformá-lo num refém. Mas acontece o contrário, muito mais rápido ainda do que no caso italiano. “Atingimos nosso

- 
1. Fundado em dezembro de 1919, o Partido Comunista Alemão (PCA) funde-se em dezembro de 1920 com os Socialistas Independentes (USPD) para formar o PCA Unificado (VKPD), que conta com 300 mil adeptos. Depois do afastamento de Paul Lévi, que desaprovava a ação insurreccional de março de 1921, os comunistas são dirigidos por H. Brandler e A. Thalheimer, que, depois do fracasso do Outubro alemão (1923), dão lugar a uma nova direção (R. Fisher/A. Maslow). É a hora da 'bolchevização' do partido, doravante feudo de Moscou. Mas Fisher e Maslow são afastados em 1925 como 'zinovievistas'. Sob a direção de Thaelmann, o PCA aplica a linha 'classe contra classe', que leva os comunistas a porem no mesmo plano o nacional-socialismo e a social-democracia. A partir de 1931, Heinz Neumann, que primeiro defendeu sem segundas intenções essa linha sectária, tenta opor-se a ela, mas é afastado em 1932, depois enviado a Moscou, onde será liquidado alguns anos mais tarde. O PCA continuará sua política mesmo depois da tomada do poder por Hitler.
  2. Chegado à direção do PCA em 1923, Ernst Thaelmann (1886-1944) torna-se membro do Presidium do Komintern em 1924. Deputado, é candidato à Presidência no mesmo ano. Comprometido em 1928 no caso do comunista prevaricador Wittorf e mantido na liderança do partido por Stálin, aplica a linha 'classe contra classe', que aponta os social-democratas como adversários prioritários. Detido em 1933, é preso e será executado a 18 de agosto de 1944.
  3. As Seções de Assalto (SA) são criadas já em 1921 para garantir a proteção dos militantes do Partido Nacional-Socialista Alemão. Dirigida por ex-militares, as SA tornam-se um verdadeiro exército político (300 mil homens no início de 1933) comandado a partir de 1933 por Ernst Röhm. Proibidas em abril de 1932, são de novo permitidas em junho, por Von Papen. Depois da Noite dos Longos Punhais (30 de junho de 1934), as SA serão liquidadas em proveito das SS. Ex-Oficial, Ernst Röhm (1887-1934) participou da aventura dos corpos francos e do *putsch* de Munique (novembro de 1923). Em consequência de um desacordo com Hitler, exila-se em 1925 na Bolívia, depois volta à Alemanha em 1930, chamado por Hitler. Depois de janeiro de 1933, defende uma 'segunda revolução' antiburguesa, para passar da revolução nacional à revolução nacional-socialista.

objetivo. A revolução alemã está começando”, escreve Goebbels a 30 de janeiro de 1933, na versão publicada de seu diário<sup>1</sup>. Ele conhece de antemão o programa: estabelecimento da ditadura totalitária nos meses seguintes. Assim, se é evidente que certo meio conservador — Papan, Schleicher<sup>2</sup> e Hindenburg à frente — deu apoio a Hitler<sup>3</sup>, é absurdo ver aí a prova de que o novo chanceler é um instrumento da ‘burguesia’. O que ele obtém em março, através do voto de ‘plenos poderes’, não é uma delegação, mesmo indireta, de quem quer que seja, mas a liberdade de ação. Em outras palavras, o mistério do triunfo de Hitler não está na onipotência de uma classe e sim no consentimento da nação.

Assunto vasto demais para o âmbito deste estudo. Por isso, só o abordarei sob seu aspecto mais importante para o meu propósito: o das relações entre o PCA e o Partido Nacional-Socialista nos anos que antecedem 1933. O pano de fundo é composto pela crise econômica, que espalha uma dúvida universal sobre a sobrevivência do capitalismo. Que dizer, então, da Alemanha, onde a crítica do universo capitalista-liberal ocupa um lugar tão grande na cultura política nacional: ali, a situação alimenta velhas convicções, à esquerda e à direita, e mais especialmente entre os comunistas e os nazistas — aqueles que por excelência fazem profissão de ódio ao burguês. Os marxistas, sobretudo quando são leninistas, encontram uma crise geral do capitalismo, com que contaram há tanto tempo, e dela esperam a desordem política. À direita, basta-me-á citar Spengler, num livro escrito entre 1932 e 1933: “Vivemos numa das maiores épocas da história humana, e ninguém o vê, porque ninguém o compreende. O que nos

---

1. Joseph Goebbels, *Vom Kaiserhof zur Reichskanzlei*, Munique, 1937.

2. Parlamentar do Centro católico, Franz von Papan (1879-1969) apóia, em 1925, a candidatura do marechal Hindenburg contra o candidato de seu partido. Tornado chanceler em 1º de junho de 1932, reautoriza as SA, procurando incluir os nacional-socialistas em sua maioria. Depois de sua substituição por Von Schleicher, serviu de intermediário entre Hindenburg e Hitler, colocando-se como garante deste último, a fim de convencer o velho marechal a recorrer ao chefe do Partido Nacional-Socialista Alemão dos Trabalhadores (NSDAP).

Em novembro de 1918, Kurt von Schleicher (1882-1934) garante a ligação entre o Exército e o governo. Em seguida, organiza clandestinamente a Reichswehr e negocia com os soviéticos para seu treinamento na URSS. Nomeado chefe da Seção Política do Exército, coloca-se como representante deste, negociando sem sucesso, no verão de 1932, com Hitler, com a intenção de neutralizá-lo. Tornado chanceler a 1º de dezembro de 1932, procura enfraquecer o NSDAP, provocando uma cisão. Privado do apoio dos militares, tem de demitir-se a 29 de janeiro de 1933. É assassinado a 30 de junho de 1934.

3. A questão da sustentação financeira a Hitler por parte dos industriais alemães nos anos antecedentes a 1933 foi objeto de numerosos estudos (especialmente porque está ligada à tese marxista sobre o nazismo, interpretado como ditadura do capital financeiro). O trabalho mais recente e mais elaborado sobre esse problema reduz em poucas as contribuições em dinheiro da alta burguesia industrial aos nazistas. Cf. Henry Asby Turner, *German big business and the rise of Hitler*, Nova York, Oxford University Press, 1985.



acontece é uma erupção vulcânica sem igual. Veio a noite, a terra treme e as correntes de lava se precipitam sobre povos inteiros — e chamam o socorro dos bombeiros!” Para o historiador alemão, o esboroamento do capitalismo simplesmente encerra a época que teve origem no século XVIII: a democracia liberal com seu filho çaçula, o bolchevismo. Os nazistas não pensam diferente.

A questão do poder, portanto, está posta nos dois extremos da cena política, reforçados pelos votos do eleitorado alemão a partir de 1930. Nas eleições de setembro de 1930, o Partido Nazista tornou-se, com 102 deputados, o segundo partido no Reichstag, depois da social-democracia, que recua em relação a 1928, ao passo que os comunistas aumentam em um terço seu capital eleitoral. A crise econômica aumenta o desafeto de que sofre desde a origem a República de Weimar. Ela leva a opinião aos dois pólos revolucionários do tabuleiro político. Ora, nada de eficaz é feito do lado comunista para impedir a ascensão de Hitler ao poder. Pelo contrário. As proclamações ‘antifascistas’ recobrem uma política que mais se parece com um apoio do que com um combate.

Em certas circunstâncias, esta constitui tanto mais um apoio quanto mais se apresenta como combate. Este é um dos segredos mais bem guardados da política comunista no século XX. Com efeito, tomemos o caso exemplar do Partido Comunista Alemão daquele período. Manipulado de Moscou durante uma das fases mais sectárias da política do Komintern, sua única estratégia é lutar sob sua bandeira pela revolução proletária. Com isso, a exemplo do jovem Partido Comunista Italiano, não estabelece diferença nenhuma entre democracia liberal e fascismo, ou nazismo, no caso: são duas formas da ditadura burguesa, uma oculta, outra aberta; ambas detestáveis, ambas condenadas. Pode ser até que a segunda seja o inevitável prefácio à revolução ‘proletária’. Enfim, a luta dos comunistas tem um alvo privilegiado: nem os nazistas nem os democratas, mas a social-democracia, que é chamada, em sua língua de época, de “social-fascismo”. Pouco importa se os socialistas lutam como podem contra os nazistas. A observação não resiste à ideologia: o crime deles é ‘dividirem a classe trabalhadora’, ou seja, serem hostis, em nome da democracia política, à vulgata leninista do marxismo. Os bolcheviques aprenderam com Lênin que a primeira condição para seu sucesso é esmagar os mencheviques. *A fortiori*, precisam liquidar os socialistas alemães, responsáveis por terem defendido vitoriosamente contra eles, graças a acordos feitos com a Reichswehr, a República de novembro de 1918.

Mas, ao atacar a social-democracia como a ‘principal sustentação social do fascismo’, o Partido Comunista Alemão menos fortalece a sua causa do que enfraquece-

---

1. Oswald Spengler, *Années décisives. L'Allemagne et le développement historique du monde*, op. cit., prefácio.

ce a coalizão antifascista. E isso ainda é pouco. De fato, a alternativa comunismo/nazismo por ele proposta ao povo dá como certa a vitória de Hitler, por duas razões. Em primeiro lugar, ela empurra para os braços dos nazistas, juntamente com os socialistas, todos os chamados partidos “burgueses”, quer se trate do Centro católico e do Partido Democrata, que apóiam a República, quer se trate dos dois partidos de direita, que inicialmente não eram favoráveis a Hitler. Em seguida e sobretudo, ela tende a fazer do comunismo, e só do comunismo, o centro e o objetivo da luta antifascista. Ora, isso é exatamente fazer o jogo de Goebbels, que agita o espantinho da Revolução Bolchevique, ao passo que os membros do Partido Comunista Alemão também passeiam a sua bandeira pelas ruas. Pois Goebbels tem mais espaço do que Thaelmann: pode ganhar terreno junto à opinião ‘nacional’, numa República que nasceu da derrota e que não foi capaz de estabelecer raízes profundas. Pelo contrário, Thaelmann continua representando apenas uma revolução já vencida em 1919 e 1923, e que não tem razão de ser mais amada sob Stálin do que sob Lênin: aliás, os social-democratas estão mais vigilantes do que nunca.

Os comunistas adquirem sua capacidade de convencer menos do que são que do que rejeitam: Hitler. A proposição é válida também no sentido inverso: os fascistas — Hitler, nessa época, é apenas um fascista, por assim dizer — valem-se, para conquistar a opinião pública, menos daquilo que querem que daquilo que recusam: Stálin. Ambos os lados se auxiliam mutuamente por uma negação comum de tudo o que existe entre eles. Eles próprios organizam sua beligerância complementar, autoproclamando-se aos brados os únicos combatentes da arena e os únicos depositários das soluções para a crise. Mas nesse jogo, que cancela de antemão a democracia, Hitler é o único que faz render seu capital de recusa: os comunistas não o podem, pois ao lutarem menos contra Hitler, precisamente, do que a favor da Revolução Bolchevique, renunciam antecipadamente ao benefício de encarnarem uma ampla frente antinazista. O papel deles limita-se a oferecer a Hitler, que, por seu lado, a transforma numa arma poderosa, a vantagem de encarnar por excelência um anticomunismo ‘nacional’. Quanto mais afirmam a necessidade e a iminência de um Outubro alemão contra a burguesia, mais abrem o caminho do poder para os nazistas.

Dessa história, existe uma segunda versão que não é incompatível com a primeira: ela constitui, antes, o seu complemento, no registro do puro maquiavelismo. Basta colocar-se do lado de Stálin.

Nesses anos capitais em que Hitler realiza as suas grandes manobras para a conquista do poder, entre 1930 e 1933, Stálin já é o senhor absoluto do Partido Bolchevique, logo da Internacional Comunista e de toda a política soviética. Acaba de pôr de joelhos Bukharin, seu ex-aliado e último rival potencial: a velha

guarda está aniquilada ou subjugada, 'o socialismo num só país' reina absoluto, e o Georgiano cínico acaba de retomar por conta própria a orientação à esquerda preconizada contra ele por Trótski e por Zinoviev, nos anos anteriores. Acabou-se, acabou-se mesmo, a NEP. É a hora da grande batalha contra os *kulaks* e do primeiro plano quinquenal.

O Komintern agora não passa de um dos teclados em que Stálin toca a partitura internacional da URSS. Desde a origem, a revolução comunista, internacional por definição, portanto internacionalista por doutrina, oscila entre o país em que nasceu e aqueles onde procura estender-se. Na época de Lênin, os bolcheviques russos já se apossaram de todo o aparelho do Komintern e comandam através dele os partidos comunistas 'irmãos'. Mas sua ação tem como finalidade provocar uma revolução diferente da deles, e em primeiro lugar na Alemanha: estão convencidos de que essa é a condição da sobrevivência do regime nascido em outubro de 1917. Stálin herdou a onipotência dos bolcheviques russos sobre a Internacional, mas é o homem do recuo sobre a construção do socialismo na URSS. Os partidos irmãos têm como principal dever cerrar fileiras ao redor da fortaleza sitiada. Aliás, a vitória de um deles só poderia constituir uma ameaça ao poder absoluto do secretário-geral, que teria, então, de dividir sua autoridade com um outro partido revolucionário vencedor. Como não temeria ele, de um modo todo especial, uma Alemanha comunista? Como se entenderia com um Partido Comunista Alemão vitorioso no centro da Europa, nessa Alemanha que tantas vezes serviu de exemplo aos czares da Rússia e também foi a grande esperança de Lênin? Quanto a ele, a revolução alemã não está mais em seu calendário.

O que está, em compensação, mais do que nunca nesse calendário é o ódio à social-democracia. Essa paixão, essa política são traços originais do bolchevismo. No início dos anos 30, porém, elas alcançam um ponto extremo, com a virada à esquerda e a estratégia 'classe contra classe'. Democracia parlamentar ou fascismo, não se cansam de martelar os homens do Komintern, constituem uma falsa alternativa. São duas versões, igualmente detestáveis, da ditadura do capital, e a segunda, pela violência clara que ostenta, tem sobre a primeira uma superioridade pedagógica: ela desvela a verdade da dominação burguesa. O combate necessário é o do proletariado pela revolução proletária, e ele passa pela destruição da República de Weimar: razão a mais para atacar a social-democracia, seu principal esteio. O que Hitler quer liquidar como o partido da 'revolução de novembro' de 1918, Stálin transforma em seu alvo privilegiado, como o coração da contra-revolução de 1918, o pilar da República burguesa e o sustentáculo do fascismo. Partido marxista para os nazistas, a social-democracia é social-fascista para os comunistas. Nela, porém, uns e outros odeiam a mesma coisa: uma força política independente e popular, cuja ancoragem está no Ocidente.

Pois os social-democratas alemães, fundadores e salvadores da República de novembro, à qual deram seu primeiro presidente, Friedrich Ebert, são também, em larga medida, aqueles que lhe imprimiram o caráter de compromisso entre as classes sociais, os sindicatos e os partidos políticos. Formaram o seu principal esteio, graças a sua organização do mundo do trabalho e, até 1930, participaram de seus governos. Ao mesmo tempo que um regime de compromisso social e de democracia pluralista, eles encarnam uma política exterior orientada para o Oeste, para aquele capitalismo anglo-saxão cujo apoio é uma condição do reerguimento econômico nacional. Enfim, esses marxistas são partidários intransigentes do pluralismo político. Ao mesmo tempo doutrinários e políticos, ou líderes sindicais, encaram o socialismo apenas como uma coroação da democracia; aliás, seu velho mentor, Karl Kautsky, foi, desde 1917, o crítico mais completo e mais lúcido da experiência bolchevique. A ironia da história de Weimar é que a tradição liberal do Oeste, besta negra da direita alemã e dos comunistas russos — a *zivilisation* para os primeiros, o capitalismo para os segundos —, nela esteja representada por socialistas, cujo inspirador é o herdeiro testamentário de Engels: essa situação se reproduzirá ao longo do século e muitas vezes desviará o socialismo democrático de seu alvo declarado, para transformá-lo no defensor indispensável das liberdades ‘burguesas’. O caso alemão é exemplar pelo fato de que a social-democracia é ali, abertamente, entre 1930 e 1933, o alvo privilegiado da extrema direita e da extrema esquerda. Para Hitler, ela encarna a um só tempo o ‘marxismo’ e a República burguesa: dois coelhos com uma só cajadada. Para Stálin, representa a traição do marxismo, portanto o instrumento por excelência do Capital e de Hitler: prova de que, afora do leninismo, só existe Hitler. Nos dois campos, o que se quer liquidar através dela é a tradição ocidental inteira.

Ora, essa cumplicidade ideológica que Stálin mantém com os nazistas através do ódio preferencial aos social-democratas confirma interesses nacionais mútuos, bem estabelecidos na época e destinados a durar: já faz um bom tempo que a jovem União Soviética mantém estreitas relações com a Alemanha, embora muito secretamente em matéria econômica e militar. Desde Rapallo, em 1922, essas relações não pararam de se multiplicar<sup>1</sup>: a URSS encontra na indústria alemã com o que se equipar, e a Reichswehr se rearma clandestinamente com material produzido na Rússia por empresas alemãs. O Exército Vermelho, por seu lado, reatando com uma antiga tradição, recebe uma parte de sua formação

---

1. Edward H. Carr, *German-soviet relations between the Two World Wars*, Baltimore, The John Hopkins Press, 1951; Gustav Hilger e Alfred G. Meyer, *The incompatible allies: a memoir history of german-soviet relations, 1918-1941*, Nova York, Mac Millan, 1953.

de instrutores alemães. Essa colaboração goza de uma acolhida muito favorável nos círculos dirigentes da Alemanha, quer se trate de oficiais e de industriais, quer se trate de diplomatas, meios estes que a tradição facilmente leva à hostilidade para com o Ocidente: os deputados conservadores alemães no Reichstag uniram-se ao Partido Comunista para votarem contra o Tratado de Locarno e o Plano Dawes. Desprezam os russos, mas temem-nos menos do que nunca em sua versão bolchevique, que serve a seus projetos. Foram os esteios mais constantes de uma política estrangeira pró-russa. E Stálin logo lhes apareceu menos como um chefe revolucionário do que como um ditador nacional.

Com efeito, o advento de Stálin consolidou os sentimentos de simpatia que a direita 'conservadora-revolucionária' alemã nutriu desde 1919, em graus diversos, pela URSS<sup>1</sup>. Porque o Georgiano, apesar de suas origens, aparece como tendo dado um jeito russo à revolução soviética, restituindo-lhe, assim, sua verdade nacional. Expulsou os judeus do poder em Moscou, a começar pelo mais visível deles, Trótski. Lançou o primeiro plano quinquenal e empreendeu a coletivização dos campos, desafios reais ao capitalismo ocidental. Novo czar, conquistou o poder absoluto, que exerce com mão de ferro em prol e em nome da nação russa. A imagem do bolchevismo mudou, e essa estranha direita alemã 'nacional-bolchevique' reconhece nele ainda melhor suas paixões, transpostas para o âmbito da primitiva Rússia submetida à vontade de um homem. O ódio ao Oeste, a onipotência da decisão política, a rejeição do cristianismo, a natureza aristocrática do partido no poder, o culto do trabalho e do trabalhador, o caráter orgânico da sociedade que está nascendo: a Rússia de Stálin constitui a versão primitiva de algo de neoprussiano, um socialismo russo organizado como um campo militar. É um jeito de colocar até a revolução soviética na longa lista dos empréstimos russos tomados à Prússia!

Encontramos, por exemplo, essa mixórdia de idéias em Ernst Niekisch, ex-militante de extrema esquerda, ex-presidente dos Sovietes da Baviera em fevereiro de 1919, depois do assassinio de Eisner, que se tornou nacionalista por hostilidade à política estrangeira pró-ocidental dos governos de Weimar. Niekisch conserva em suas novas convicções a idéia da eleição histórica da classe operária, mas essa eleição transforma agora o trabalhador não mais no emancipador da humanidade, mas na encarnação da nação, no símbolo da Razão de Estado<sup>2</sup>. Outubro

---

1. Louis Dupeux, *op. cit.*, especialmente pp. 388-427.

2. Nessa medida, Niekisch prenuncia *Der Arbeiter*, de Ernst Jünger, Hamburgo, Hanseatische Verlaganstalt, 1932; trad. francesa: *Le travailleur*, C. Bourgois, 1989. O Jünger desses anos pode ser considerado como pertencente à inspiração nacional-bolchevique, embora permaneça também na periferia do nazismo puro e simples. Não permanecerá muito tempo aí depois de 1933.

de 1917 só usou o disfarce marxista para melhor afirmar a nacionalidade russa, a pique de ser cancelada pelo capitalismo ocidental: “O leninismo é simplesmente o que resta do marxismo quando um homem de Estado genial o utiliza para fins de política nacional”. Stálin é o verdadeiro, o único herdeiro de Lênin: “profundamente ligado à essência mesma das coisas russas”, possui o dom político mais precioso, segundo Niekisch, “o fanatismo da Razão de Estado”<sup>1</sup>. Pode-se entender que nosso autor tenha voltado de uma viagem na Rússia, em 1932, entusiasmado com o prodigioso desafio lançado pela vontade à técnica<sup>2</sup> que viu no plano quinquenal, graças à mobilização total do povo inteiro. Afinal, as razões de seu entusiasmo são menos loucas, já que detesta a democracia liberal, do que as de Herriot ou de Pierre Cot, que a amam e querem defendê-la. De qualquer forma, o historiador permanece pasmo diante da estranha capacidade que a experiência soviética possui de gerar ilusões tão contraditórias.

O nacional-bolchevismo não é apenas coisa de escritores ou de intelectuais. Encontra um real eco em inúmeras associações de juventude e até na esquerda do Partido Nazista: Goebbels sempre foi um tanto pró-russo, e até pró-soviético, por ódio ao Ocidente, e Otto Strasser, por radicalismo revolucionário. Vários grupos praticam a unidade de ação com o Partido Comunista Alemão, convencidos de que, afinal de contas, mesmo se o comunismo levar provisoriamente a melhor, ele apenas abrirá caminho para o socialismo *völkisch*. Os comunistas pensam a mesma coisa, em sentido inverso: os trabalhadores ou os pequeno-burgueses perdidos no nazismo constituem sua reserva e, mesmo se os nazistas parecem triunfar por um momento, eles terão objetivamente trabalhado para o sucesso final do comunismo. Esse é o sentido da “Declaração-Programa pela libertação nacional e social do povo alemão”, publicada pelo PCA a 25 de agosto de 1930: o documento, de tom muito anti-Versalhes, e na linha da política Schlageter<sup>3</sup>, procura dissociar os eleitores nazistas dos chefes do movimento, para recuperá-los em favor da revolução comunista. O que a saída de Otto Strasser do partido nazista, ocorrida pouco depois, parece tornar possível. A ilusão vai durar até a derrota.

---

1. Louis Dupeux, *op. cit.*, p. 405.

2. A necessidade de emancipar a ‘técnica’ de sua subordinação ao capitalismo, para transformá-la no instrumento do Estado *völkisch* é um lugar-comum da extrema direita alemã da época. Essa emancipação não pode encontrar sua filosofia no marxismo, enxerto do liberalismo, e é por isso que renuncia a essa herança de que Stálin pode ser, em certa medida, o agente, aos olhos dos nacional-bolcheviques. Mas o Estado nazista é que preencherá as suas condições. Cf. Jeffrey Herf, *Reactionary modernism. Technology, culture and politics in Weimar and the Third Reich (Modernismo reacionário: tecnologia, cultura e política na República de Weimar)*, Cambridge University Press, 1984.

3. Cf. *supra*, pp. 219-220, 230.

Stálin está, evidentemente, por trás da política do PCA, de que seu capacho, Thaelmann, se torna o único patrão a partir de 1932<sup>1</sup>. Não precisa que a direita alemã seja nacional-bolchevique para preferi-la aos burgueses liberais, isso para não falar dos social-democratas. Negocia com ela há tempo suficiente para saber que têm em comum interesses e cálculos, muito mais do que idéias. Os industriais, os grandes proprietários, os oficiais: o pouco que sabe sobre o marxismo basta para convencê-lo de que está diante dos únicos poderes que contam. Como não compartilharia a convicção de que eles próprios têm o poder de, quando chegar o momento, controlar o movimento nazista? Aliás, a seu ver, tudo o que está à direita dos social-democratas é uniformemente burguês: mais vale privilegiar os que são pró-russos. Brandir a bandeira de uma revolução comunista, lutar contra os social-democratas e, finalmente, privilegiar a direita alemã são os três painéis de uma mesma política. Essa é a contribuição de Stálin ao triunfo de Hitler.

Hoje, o historiador chega a ter a tentação de ir mais além nesse inventário das vantagens que o regime nazista pode tirar dos cálculos do ditador georgiano. Afinal, Hitler iria ser, na época — como amigo ou como inimigo — o mais formidável aliado do comunismo stalinista, cuja extensão territorial até o centro da Europa iria permitir, primeiro como associado, depois como adversário. Sem contar que o nazismo logo iria fornecer, por meio século, seu alvo fundamental à propaganda do Komintern e depois do Kominform. Mas é conceder demais à intuição política de Stálin atribuir-lhe essa presciência maquiavélica. Em compensação, é certo que viu imediatamente a capacidade de jogo que trazia à política soviética um mundo 'burguês' dilacerado pelo aparecimento de uma Alemanha governada

---

1. Em 1928, o VI Congresso do Komintern definiu o período vindouro como o de uma revolução potencial que os partidos comunistas devem realizar. A política do Partido Comunista Alemão inscreve-se no quadro dessa política que aponta a social-democracia como o obstáculo principal no caminho da revolução e cúmplice dos nazistas. (E. Thaelmann no XI Plenum do Comitê Executivo do Komintern: "Encontramo-nos atualmente, na Alemanha, numa situação tal que a social-democracia desenvolve a maior atividade para a realização da ditadura fascista".) A política desejada pelo Komintern apóia-se no clã que lhe é completamente submisso, e só será abandonada na primavera de 1934.

Sob o controle restrito de Moscou, a direção do PCA aplicará a "linha"; em agosto de 1931, por exemplo, os comunistas, na ocasião do *referendum* sobre a dissolução do Landtag da Prússia, misturam seus sufrágios aos dos nazistas contra o governo social-democrata.

Em 3 de novembro de 1932, os operários dos transportes de Berlim entram em greve — apesar da oposição da direção sindical — mas sob a direção do PCA, com o apoio dos nazistas. No dia seguinte às eleições ao Reichstag (6 de novembro), os nazistas pedem a retomada do trabalho. Em Berlim, o PCA obtém o melhor score, passando na frente dos nazistas e dos social-democratas. Graças à sua participação na greve aceita pelos comunistas, os nazistas conseguem limitar seu retorno eleitoral.

pela extrema direita e, por conseguinte, decidida a romper a ordem internacional estabelecida pelo Tratado de Versalhes. A Rússia reencontrava aí um inesperado espaço de manobra entre a Alemanha e os países vencedores da guerra, com a França à frente: aliás, ela iria assediá-lo sem demora. Nesse sentido, a longa compli- cidade de Stálin com a direita alemã e o isolamento em que confina o PCA nas horas decisivas constituem um prefácio ao pacto de 1939.

A política dos anos 30, em que se trama a Segunda Guerra Mundial, tem um último painel: a natureza do regime hitleriano. A Europa do pós-guerra viu nascer e crescer, sem o saber, o totalitarismo soviético. Assistiu, até com certa simpatia, à vitória de Mussolini na Itália. Última novidade política, em 1933: a Alemanha hitleriana. É a repetição do roteiro italiano, em ritmo acelerado. A revolução nazista é feita de dentro, depois que seu chefe se tornou chanceler. Mas, em vez de se estender por vários anos, como na Itália de 1922, ela vem como um furacão, com a diferença de que se trata de uma estratégia delibera- da, que visa a liquidar adversários isolados e já derrotados. No final de fevereiro, menos de um mês depois da chegada de Hitler ao governo, milhares de comu- nistas são presos e as garantias constitucionais das liberdades são ab-rogadas depois do incêndio do Reichstag. A 5 de março, em meio a uma propaganda maciça e a uma violência aberta, as eleições dão mais da metade dos votos à coa- lizão nacionalista — 44 por cento aos nazistas; prefácio à liquidação das insti- tuições de Weimar. Antes do fim do mês, o Reichstag cede à intimidação e con- cede plenos poderes a Hitler. Seguem-se o disciplinamento dos Länder, dora- vante sob controle do Estado central, a proibição dos sindicatos e dos partidos, a entrega de todo o poder ao partido nazista. Entre o fim de janeiro e o início de julho de 1933, a primeira vaga da revolução passou por cima de todos os obstáculos. A segunda, no ano seguinte, vai depurar o próprio partido re- volucionário. Hitler, a 30 de junho de 1934, manda assassinar uma centena de seus partidários, na primeira linha dos quais o chefe dos SA, Röhm, um de seus mais velhos companheiros.

O caráter selvagem dessas execuções é o melhor revelador do regime que se instala. Pois sua significação é menos eliminar idéias diferentes das do chefe do que liquidar homens que mostram ou são capazes de mostrar um espírito de independência relativamente ao chefe. Hitler não manda matar Röhm porque este é mais 'de esquerda' do que ele: essas distinções, tiradas de um outro uni- verso político, não têm sentido aqui. O homem que ele assassina, um de seus mais antigos partidários, é um rival potencial, que o conheceu na linha de par- tida e que conta com a fidelidade pessoal de suas tropas. A Noite dos Longos Punhais, representada como um ajuste de contas entre gângsteres, faz com que o



assassínio de Matteotti<sup>1</sup> apareça como uma tragédia menor: o deputado socialista italiano fora morto por esbirros que não receberam apoio, e seu assassinio provocara uma grande indignação pública. Hitler conduziu em pessoa a expedição de seus capangas, e o Exército o aprova, a opinião pública dá-lhe razão<sup>2</sup>!

Parece que, além disso, ele tenha conquistado a admiração de Stálin. O secretário-geral é um perito, e, no entanto, nesta área, será apenas um imitador. Na época, ele ainda não matou ou mandou matar os velhos bolcheviques, que se contenta em exilar ou reduzir à sua mercê. Mas a Noite dos Longos Punhais fornece-lhe um exemplo que ele não tarda a seguir. Menos de seis meses depois da liquidação de Röhm e de seus asseclas, acontece a morte de Kirov, o número dois do partido, em Leningrado. Stálin não agiu como Hitler. Usou do pretexto de um assassinio<sup>3</sup> para lançar uma operação ainda mais ampla e mais duradoura do que a expedição de Hitler de 30 de junho: é o ponto de partida de uma gigantesca e interminável repressão, que toma como alvos privilegiados os membros do Partido Bolchevique.

Assim, os dois regimes revelam, quase ao mesmo tempo, dois traços que os põem à parte da humanidade civilizada: o reinado do partido único sobre o Estado e a dominação absoluta do dito partido por um só homem. Sistemas políticos sem leis fixas, em que nada protege ninguém e a polícia política pode prender e fazer desaparecer absolutamente qualquer um, menos um só. Esse Terror universal fora durante muito tempo um dos pilares do regime soviético, mas fundamentava-se ao mesmo tempo na doutrina e na desculpa das circunstâncias: a guerra, a contra-revolução, a luta de classes, os *kulaks*. A novidade, com a repressão maciça e cega para a qual a morte de Kirov dá o sinal em toda a URSS, 17 anos depois da revolução, está ligada ao fato de que a desculpa pelas circunstâncias ou a explicação ideológica são cada vez mais inacreditáveis, uma vez que a 'ditadura do proletariado' já tem quase uma geração de idade e atinge não mais o inimigo suposto, mas sim seus mais velhos partidários. A partir daí, tanto em Stálin quanto em Hitler, o terror se nutre de si mesmo. Cresce por seu próprio movimento, perpetua-se pela própria irracionalidade de seus golpes, indispensável para que o medo esteja em toda parte, inclusive junto àqueles que o exercem — exceto o Big Brother. Mais nada a ver com a ditadura de classe de

---

1. Cf. *supra*, p. 214.

2. Marlis Steiner (*Hitler*, Fayard, 1991) cita relatórios de polícia da época que demonstram uma ampla aprovação.

3. Alla Kirilina, *L'assassinat de Kirov*, em curso de publicação pelas Éditions du Seuil em 1995. Segundo o autor desse livro, nem o Comissariado do Povo para os Assuntos Internos (NKVD) local nem o NKVD nacional estão implicados no assassinio de Kirov, que foi cometido por um iluminado.

que falava Lênin, ou com o 'Estado total' preconizado por tantos professores alemães' sob Weimar. Aqueles anos mostram o advento de dois monstros inéditos no repertório da política europeia.

Com isso, volto ao ponto de partida deste capítulo: a analogia apresentada por eles não escapou aos bons observadores da época, embora nem todos eles empreguem o vocabulário do 'totalitarismo'. Querem um outro testemunho, talvez ainda mais eloqüente porque não vem de um autor conhecido, como Élie Halévy ou Karl Kautsky? Tomo-o de um autor alemão que permaneceu relativamente obscuro e não é nem liberal, como Halévy, nem socialista, como Kautsky: um professor judeu convertido ao catolicismo, forçado à emigração pelo Terror marrom, Waldemar Gurian. Já em 1935, publica um pequeno livro de tema inesperado, para alguém que foi expulso da Alemanha: *L'avenir du bolchevisme* (*O futuro do bolchevismo*<sup>2</sup>).

O autor não é um admirador antinazista da União Soviética, mas, pelo contrário, um crítico radical do regime russo, que vem, segundo ele, do mesmo molde que o nazismo: de fato, o bolchevismo não pode ser limitado nem, à

1. Jerry Z. Muller, *The other God that failed. Hans Freyer and the deradicalisation of german conservatism*, Princeton University Press, 1987. O melhor testemunho sobre o estado de espírito dos professores alemães, escrito naquele momento em 1940, encontra-se em Karl Löwith, *op. cit.*
2. Waldemar Gurian, *The future of bolshevism*, 1936 (*Bolshevismus als Weltgefahr*, Lucerna, 1935). Waldemar Gurian nasceu em 1902, em São Petersburgo, numa família de burguesia judia. Mas fez seus estudos na Alemanha, onde sua mãe se instalara em 1909, depois de romper o casamento, convertendo ao mesmo tempo seus filhos ao catolicismo. Hannah Arendt escreve, no elogio fúnebre que lhe consagrou em 1955, que ele foi aluno de Max Scheler e de Carl Schmitt. De qualquer forma, seus primeiros escritos, entre 1925 e 1931, demonstram uma curiosidade voltada para o exame da situação da Igreja católica no mundo moderno, através, especialmente, do exemplo francês. Neotomista, esse crítico do liberalismo não é menos hostil a uma concepção instrumental da religião e da Igreja, como a de Maurras. A época oferece-lhe, e justamente em suas duas pátrias, dois regimes agressivamente antiliberais e anticatólicos: o comunismo e o nazismo. Essa é a origem de sua angústia, e a virada de sua obra, cujo primeiro testemunho é o livro sobre *L'avenir du bolchevisme*, publicado já em 1935, em Lucerna. Nessa época, Waldemar Gurian fugiu da Alemanha nazista para refugiar-se na Suíça. Publica a partir de outubro de 1934, em colaboração com Otto Knab, alemão, emigrado e católico ele também, uma pequena folha semanal antinazista, pobremente roneotipada, *Die Deutschen Briefe*. Em 1937, deixa a Europa para trabalhar na universidade católica americana de Notre-Dame, em Indiana. Fará ali uma carreira universitária como especialista em nazismo e comunismo, analisados como signos gêmeos da crise moral da Europa no século XX: o nazismo é a forma alemã da 'bolchevização'. Depois de 1945, a maior parte de seus trabalhos serão dedicados à análise da Rússia comunista (especialmente: *Bolshevism: an introduction to soviet communism*, University of Notre-Dame Press, 1952). Podemos seguir a sua evolução através da revista que fundou em 1938 e que dirigirá até a morte, em 1954, *The Review of Politics*, publicada pela Universidade de Notre-Dame. O número de janeiro de 1955 dessa revista contém diferentes homenagens à sua memória, entre as quais uma de Hannah Arendt, ao mesmo tempo que uma bibliografia selecionada de seus trabalhos.

maneira de Berdiaev, a uma negação do cristianismo; nem, segundo a sabedoria burguesa, a uma destruição da propriedade; nem, à maneira de Spengler, ao retorno da Europa à barbárie. A todos esses títulos, aliás, ele perdeu o poder de encantamento que possuiu no fim da guerra, já que foi vencido e até, aparentemente, exterminado primeiro pelo fascismo italiano e depois pelo nacional-socialismo. Se, porém, existe de maneira tão forte no século, é por uma razão oculta no tumulto dos insultos recíprocos; é porque Hitler é o irmão tardio de Lênin. Existe um modo mais filosófico de exprimir esse parentesco secreto, se extrairmos do bolchevismo um conceito mais vasto que o regime russo, marcado pela marginalidade geográfica e pelo atraso histórico. Pois se a essência do bolchevismo não está nem no marxismo nem na herança russa ou russo-asiática, e sim na prioridade absoluta conferida à ordem política e à modelagem da sociedade, então o regime oriundo de Outubro de 1917 pode ser considerado a primeira aparição do Partido-Estado, investido pela ideologia de uma missão escatológica.

Essa aparição, na Rússia, tomou emprestada sua forma ao marxismo, por razões particulares: o país não dispõe de outro corpo de idéias para entrar na modernidade, e o recurso a Marx permite incendiar as massas ao mesmo tempo pela esperança revolucionária e pelo poder da ciência e da técnica, essa religião do século XIX. No resto da Europa, ocorre o contrário, ou seja, em seu coração, os homens e os partidos que se acreditam encarregados da mesma vocação que o Partido Bolchevique na Rússia não podem agir em nome do século XIX. Também eles são absolutistas da vontade política e da ideologia, mas querem dirigir seu combate contra as idéias do século XIX e, por conseguinte, ao mesmo tempo contra o liberalismo e contra o marxismo, inclusive em sua versão russo-asiática. Essa é a função do nacional-socialismo, esse “bolchevismo marrom”.

A comparação feita por Waldemar Gurian entre nazismo e comunismo parte, no fundo, do mesmo princípio que serviu de base, antes do advento de Hitler, à simpatia de uma parte da extrema direita alemã pela URSS. Pois os dois regimes, a seu ver, nasceram realmente da mesma rejeição apaixonada do liberalismo, de que o marxismo foi apenas, na Rússia, a filosofia circunstancial. Ambos querem libertar a técnica de sua servidão ao Capital. Gurian, filósofo católico, tampouco é um liberal. Os regimes bolchevique e nazista aparecem-lhe

- 
1. Nesse ponto de sua análise, Waldemar Gurian cita Carl Schmitt, que chama de “o principal constitucionalista do Reich nacional-socialista”, e seu livro *Staat, Bewegung, Volk (État, mouvement, peuple)*, Hamburgo, Hanseatische Verlagsanstalt, publicado em 1933. Nele, Schmitt explica que a União Soviética é um tipo de Estado característico da época, em oposição ao século XIX, uma vez que o ‘movimento’, ou seja, o partido único, controla o Estado ao mesmo tempo que guia o povo.

também como produtos da crise da Europa burguesa, morta entre 1914 e 1918 por não ter podido superar-se a si mesma. Mas o que os nacional-bolcheviques apreciam nessa crise, ele o teme. O espírito anti-romano, anticatólico que eles celebravam, ele considera um signo de decadência moral. A filosofia da vida, a selvageria, o culto da força, que eles saudavam como um renascimento, ele considera o recuo e até o suicídio da civilização. O nacionalismo, origem da força deles, ele o teme como um veneno democrático. No fundo, ele retoma em condições novas (já que Hitler está no poder) os termos da análise nacional-bolchevique: mas para amaldiçoar o que ela admirou.

O bolchevismo 'vermelho' é, assim, analisado como um fenômeno prenunciador dos regimes totalitários do século, embora envolto em roupagens de uma outra era. O que ele prefigura é realizado sob sua forma moderna por Hitler. Com efeito, além de a Alemanha não estar atrasada em matéria de tecnologia ou de industrialização, ela até padece de um excesso na área! Waldemar Gurian vê no hiperdesenvolvimento econômico uma das razões da multiplicação dos interesses corporativos e dos grupos de pressão: reencontra, aqui, a objeção clássica de tantos conservadores alemães contra a República de Weimar, acusada de não poder ser mais do que um árbitro entre lobbies. Enquanto os bolcheviques russos tomaram o poder apoiando-se na anarquia, os nazistas alemães o capturaram brandindo o temor da anarquia, em nome de um Estado uno e forte, encarnado por um chefe.

Da trajetória dessa comparação, não se deve, portanto, de modo algum concluir por uma complacência qualquer de nosso autor pelo regime que o expulsou de seu país. Pelo contrário, os dois bolchevismos, o vermelho e o marrom, perentencem, a seu ver, a um movimento de dissolução política da civilização européia. Para convencer-se disso, basta ler o capítulo de seu livro consagrado ao Estado hitleriano. Ao contrário do regime soviético, que age sob um disfarce democrático, este abre o jogo, mas, substancialmente, seu papel e seu funcionamento obedecem às mesmas regras: o partido submeteu a si o Estado e, através dele, controla toda a sociedade e toda a opinião pública, a começar pelas Igrejas. Existe um povo nacional-socialista como existe um povo soviético: quem fica à parte é um indivíduo anti-social. A unidade é constantemente celebrada e reafirmada em público, principalmente nas recitações da ideologia; ele encontra sua forma suprema no culto do chefe. As massas, assim, estão em comunhão obrigatória e permanentemente com o Estado-Partido. Para além disso, só há inimigos do povo, designação à disposição do chefe, ao mesmo tempo elástica e repetitiva; o burguês para Lênin, o judeu para Hitler: pois a eventualidade da conspiração deve permanecer onipresente para o povo permanecer mobilizado e o regime, eterno. Que importam a letra das ideologias utilizadas e as circunstâncias que prepararam os dois regimes, se ambos são, a um só tempo, tão novos e tão comparáveis?

Resta a última questão, diante da qual Gurian não recua: é possível dois regimes tão inimigos um do outro encarnarem um mesmo espírito? Sua resposta destina-se aos conservadores alemães antinazistas que duvidam dessa identificação, sob pretexto de que, a seu ver, o nazismo é menos radicalmente niilista (especialmente em matéria de hostilidade ao cristianismo) que o bolchevismo. Ambas as ideologias, responde ele, não devem ser julgadas como filosofias. São instrumentos de ação, forças históricas, orientadas para o mesmo objetivo, que revela seu sentido: o poder político absoluto do partido reinando sobre um povo unido, o grande segredo das sociedades do século XX. Nessa medida, o nazismo é que “mostra mais claramente o tipo de ideologia bolchevique”, pois é um puro niilismo, sem essa ligação longínqua que, através do marxismo, o bolchevismo conserva com o universalismo da razão. Fala apenas de força vital, tem apenas o poder como fim e a violência como meio, ao passo que a camuflagem constante dos meios pelos fins na linguagem leninista ainda trai suas origens, como uma homenagem oculta do vício à virtude, e conserva como fim declarado uma humanidade reconciliada.

A hostilidade dos nazistas ao bolchevismo russo nutre-se, assim, menos da realidade do regime de Stálin que do que este conservou de marxista. Com efeito, só Hitler e seus partidários mostraram em sua forma desnuda, livre de toda utopia à maneira do século XIX, o culto da força e do poder. A uma sociedade aterrorizada, e com razão, pela ameaça do comunismo, eles ofereceram uma defesa e uma renovação, mas ao preço de meios idênticos, numa versão ideológica que deles suprime radicalmente toda idéia de moralidade. O bolchevismo russo pretendeu ser uma ruptura contra o passado, ao passo que muitos conservadores ou burgueses alemães acreditaram ver no nazismo, com a condição de superpor a idéia de nação à de raça, uma espécie de continuidade com a tradição. Mas enganam-se completamente: o nazismo é um bolchevismo voltado contra o bolchevismo inicial. Sua superioridade sobre seu predecessor vem de sua renúncia à utopia e, mais ainda, das condições técnicas e intelectuais em que exerce sua ação: pois a Alemanha está, nesta área, incomparavelmente mais avançada do que a União Soviética. Hitler cumpre melhor do que Stálin a promessa totalitária de Lênin. E melhor do que Mussolini, que deixou de pé a monarquia, a Igreja, a sociedade civil. É, portanto, na Alemanha nazista que se vê o bolchevismo mais perfeito: o poder político engloba ali, realmente, todas as esferas da existência, da economia à religião, da técnica à alma. A ironia da História, ou sua tragédia, é que os dois regimes totalitários, idênticos quanto às suas pretensões de poder absoluto sobre seres desumanizados, se apresentam cada um como um recurso contra os perigos que o outro apresenta. Tiram o que sua propaganda tem de mais forte da hostilidade ao que os assemelha.

---

1. Waldemar Gurian, *op. cit.*, cap. 5, p. 81.

Será essa Alemanha menos perigosa do que a União Soviética para o futuro do mundo, na medida em que não se entrega a um proselitismo internacionalista? Não, responde Gurian, muito pelo contrário. Ela está condenada à expansão, ao passo que a URSS, ainda primitiva e cheia de riquezas potenciais, tem sua 'fronteira' no interior de seu território. Se é verdade que o bolchevismo sob suas duas formas é um filho do século, produzido pela desagregação-fracasso do mundo burguês, como imaginar que o movimento nazista, o único dos dois realmente moderno, não tenha uma força contagiosa, conquistadora?

Assim, o nazismo possui uma superioridade potencial sobre o bolchevismo russo na ordem do mal. A análise de Gurian priva os contemporâneos dessa espécie de consolo que pode trazer a redução do hitlerismo a uma forma política conhecida no inventário dos regimes: pois, se Hitler é apenas um ditador, as ditaduras passam com as circunstâncias sociais que as tornaram necessárias, e, se é somente uma marionete do grande Capital, pelo menos podemos esperar dele certa docilidade para com seus comanditários, logo um mínimo de cálculo racional. Mas não. Gurian sugere que esse tipo de interpretação oculta, na realidade, o grande enigma do poder do hitlerismo sobre os alemães, que veio depois do dos bolcheviques sobre os russos: ele é, precisamente, exterior a toda força social consciente e organizada e escapou, característica singular, às elites do país, antes e depois de sua vitória. No fundo, as teorias liberal ou marxista do fascismo nada explicam da característica essencial da história européia desde 1918: nela, a política escapou à burguesia, em vários grandes Estados. Mas além de elas nada explicarem sobre isso, elas o mascaram. Ora, no caso da vitória de Hitler na Alemanha, e especificamente neste caso, o fenômeno tem um relevo espetacular; o confisco do poder em nome das 'massas' por um partido de aventureiros deu-se num dos países mais civilizados da Europa, de elites ao mesmo tempo poderosas, numerosas e cultas, e sem que haja ocorrido uma desagregação social comparável à derrocada russa de 1917. Como o mistério está menos nas circunstâncias parlamentares de janeiro de 1933 que na maneira como, em alguns meses, os nazistas reduziram os países, inclusive a burguesia, à obediência absoluta.

Gurian tem entre os intelectuais alemães muitos companheiros de análise. Thomas Mann, que o incêndio do Reichstag surpreende no estrangeiro, não voltará a Munique. Pois os nazistas não esperam para ameaçar até os maiores nomes da cultura alemã. Pois mesmo o homem que alertou seus compatriotas contra 'as idéias de 1789' em nome das 'idéias de 1914' sendo um patriota incondicional, além de um dos mais célebres escritores da Alemanha e da Europa, basta existir como uma testemunha independente para tornar-se suspeito. Anota ele em seu *Journal*, a 27 de março de 1933: "Estava reservado aos alemães organizarem uma revolução de um tipo nunca visto: sem idéia, contra a idéia, contra tudo o que

há de mais elevado, de melhor e de decente, contra a liberdade, a verdade, o direito. Nunca ocorreu nada de análogo na história humana. Ao mesmo tempo, incrível júbilo das massas, que acreditam ter realmente desejado isso, quando simplesmente foram enganadas com uma louca astúcia!...” O que há de ‘nunca visto’ no nazismo é um tal ódio às idéias nobres, e mesmo simplesmente às idéias, num governo: como se a cultura alemã se voltasse contra si mesma. Contudo, o regime de Hitler tem dois precedentes, “as perturbações antidemocráticas na Rússia e na Itália”, pois também tem sua origem na guerra; esses povos foram ‘democratizados’ pela derrota e pela humilhação; não puderam administrar esse encontro explosivo. O nazismo é um bolchevismo alemão<sup>3</sup>. A triste originalidade do regime hitleriano está no que mostra de extremo em matéria de indignidade cultural e moral, como se a Alemanha pagasse sua eleição histórica com um rebaixamento especial: aos olhos do homem que chora sobre as ‘idéias de 1914’, a guerra que os nazistas preparam não passa de uma loucura de aventureiros, em que a nação perecerá.

Alguns anos mais tarde, nas horas sombrias do pacto Hitler — Stálin, Thomas Mann chorará sobre uma Alemanha “separada do Ocidente talvez para sem-

1. Thomas Mann, *Journal 1918-1921, 1933-1939*, versão francesa apresentada e anotada por C. Schwerin, tradução do alemão de R. Simon, Gallimard, 1985, 27 de março de 1933, p. 214.
2. *Ibid.*, 7 de setembro de 1933, p. 285. O trecho merece ser citado por extenso: “Depois das perturbações antidemocráticas na Rússia e na Itália, país insignificante no plano espiritual e intelectual, a Alemanha apenas as segue, na terceira posição, com a sua, que significa a tomada do poder por sua camada da população mais baixa no plano espiritual e intelectual, as massas de pequeno-burgueses caídos na miséria e cheios de ódio. Que tem ela mais do que as outras? Deve o mundo curar-se com a mística desonrada, com a filosofia da vida desfigurada que mistura a seu movimento? Por que as transformações que estão ocorrendo na técnica e no governo político assumem ali a forma de uma religião sanguinária do sangue e da guerra, cujo nível moral e intelectual é o mais desprezível de sua história? O ressentimento e a mania de grandeza nemse para produzirem um perigo para o mundo inteiro, em comparação ao qual o imperialismo de antes da guerra era a própria inocência”.
3. A comparação entre bolchevismo e nazismo é muitas vezes recorrente no *Journal* de Thomas Mann. Por exemplo, 1º de outubro de 1933, pp. 301-302: “As sentinelas da SA diante da Feldherrenhalle, imóveis como estátuas, copiadas direta e desavergonhadamente das sentinelas russas diante do mausoléu de Lênin. É o pretense inimigo mortal no plano ‘filosófico’ que se copia — como no cinema — sem escrúpulos e talvez inconscientemente. A comunidade do estilo do tempo é muito mais forte e decisiva do que a inimizada racional na área filosófica”.

Ou ainda, a propósito do processo Dimitrov, de 24 de novembro de 1933, p. 322: “Eu sou tentado a ver o sentido inconsciente do processo na questão em evidência da proximidade, da afinidade e mesmo da identidade do nacional-socialismo e do comunismo. Seu ‘resultado’ conduzirá o ódio e a estúpida raiva de destruição de um contra o outro *ad absurdum*, questão em que na realidade eles não têm necessidade de serem conduzidos. Os dois fenômenos são expressões paternalmente diferentes de uma só e mesma realidade histórica, do mesmo mundo político, ainda mais inseparáveis do que o capitalismo e o marxismo, e explosões simbólicas como o incêndio do prédio do Reichstag são, como o reconheceremos mesmo sem o termos visto, sua obra comum”.

pre, caída no lado oriental”: em suma, sobre o fim da Alemanha. “Na Alemanha, está acontecendo uma revolução de efeitos profundos; ela *des*nacionalizou totalmente o país, de acordo com todas as concepções tradicionais do caráter alemão, assumindo ares ‘nacionais’. O bolchevismo nazista nada tem a ver com o caráter alemão. A nova barbárie, muito naturalmente, foi entrar em contato com a Rússia, aparentemente oposta”. E é o autor das *Considerações* que deseja que a civilização possa estar intacta o bastante, e poderosa o bastante, para vencer os dois monstros em coalizão: através do que ele reencontra sua desconfiança de outrora para com o Ocidente ‘civilizado’ demais, no momento, porém, em que não lhe resta outro recurso contra o nazismo que venceu a *kultur*...

A esse desespero lúcido de alguns grandes alemães, incertos sobre a própria sobrevivência de sua nação, o melhor contraponto é fornecido, do lado ocidental, pela clarividência de alguns grandes espíritos, na primeira linha dos quais figura, como vimos, Élie Halévy. Na esteira de Gurian ou Mann, o professor da rue Saint-Guillaume batizou a época, em sua famosa conferência de 1936, de a “era das tiranias”. Escolheu a palavra ‘tirania’ como mais adequada à situação do que ‘ditadura’, para indicar o caráter duradouro dos regimes russo, italiano ou alemão. A ditadura define um estádio provisório do estado político rumo à liberdade, ao passo que a tirania dispensa esse horizonte. Basta-se a si mesma e se recusa a considerar outro fim. Nasceu da degenerescência da democracia e das contradições do socialismo; tem a ambição de substituí-lo. A guerra de 1914 foi seu berço. Quanto à forma, Mussolini imitou Lênin, antes de fornecer um exemplo a Hitler. Quanto ao fundamento, a estrutura moderna do Estado ofereceu continuamente aos partidos totalitários meios ilimitados de dominação absoluta sobre a sociedade. Enfim, a história das três ‘tiranias’ do século reduz a distância ideológica entre elas, tornando-se o comunismo cada vez mais nacional e o fascismo, cada vez mais social. Assim, a análise de Élie Halévy tende a atenuar as diferenças entre os dois tipos de ‘tiranias’, em proveito do que as torna semelhantes e que Marcel Mauss descreve numa frase: “O Partido Comunista permanece acampado no meio da Rússia, assim como o Partido Fascista e o Partido Hitleriano acampam, sem artilharia e sem frota, mas com todo o aparelho policial”<sup>3</sup>.

Contudo, exatamente na mesma época, o comunismo tenta redefinir-se pelo combate específico contra o fascismo.

---

1. *Op. cit.*, 11 de setembro de 1939, p. 580.

2. Élie Halévy, *L'ère des tyrannies*, *op. cit.*, reed. Gallimard, *Collection Têl*, 1990.

3. A carta muito favorável de Marcel Mauss a Élie Halévy, contribuição ao debate da Sociedade (“Sua dedução das duas tiranias italiana e alemã a partir do bolchevismo é totalmente exata”) é citada em apêndice no *Bulletin de la Société de Philosophie*, *op. cit.*, pp. 234-235. Marcel Mauss é um antigo e lúcido crítico do bolchevismo. Vide sua “Appréciation sociologique du bolchevisme” in *Revue de Métaphysique et de Morale*, janeiro-março de 1924.



## VII

### Comunismo e Antifascismo

Quinze anos depois de nascer, o comunismo soviético já assumiu muitos rostos. Encarnou a paz, a revolução internacional, o retorno do jacobinismo, a pátria dos trabalhadores, a sociedade livre dos burgueses, o homem desalienado, a derrota da anarquia capitalista, a economia devolvida aos produtores. Todas essas representações partem de um centro comum, mas não se recortam inteiramente. Variaram em intensidade e em poder de persuasão de acordo com a história interna e externa daquilo que, em 1922, se transformou na URSS. Pois a idéia revolucionária refloresceu no território de um povo e, tanto quanto no final do século XVIII, não escapa às vicissitudes da encarnação. Na década de 30, sofreu o desgaste do tempo e dos acontecimentos. Stálin sucedeu a Lênin, Trótski está exilado, os desencantados começam a falar, os partidos comunistas vegetam ou são vencidos: o 'socialismo num só país' mudou a partitura do bolchevismo revolucionário. O que resta dele, como vimos, vem-lhe mais da economia do que da política: o mundo ocidental, às voltas com a mais universal das crises que atingiram o capitalismo, forma um contraste sob medida para a propaganda que rodeia o primeiro plano quinquenal. Mas, se a comparação ajuda a esconder os horrores da 'dekulakização', ela significa também que a revolução comunista agora tira o essencial de sua influência menos de si mesma do que das desgraças desse capitalismo a que ela deu fim.

Mas isso é também o que vai acontecer no domínio político. Após ter recebido boa parte do que conserva de brilho da crise do capitalismo, o comunismo stalinista vai encontrar um novo espaço político no antifascismo.

Antifascista, a Internacional Comunista sempre foi, mesmo antes do reinado de Stálin, já nos primeiros passos de Mussolini. Mas existem dois antifascis-

mos no mundo comunista. De acordo com o primeiro, cujo exemplo nos acaba de ser dado pela estratégia do Partido Comunista Alemão frente a Hitler, o fascismo não é nada mais do que uma das versões da ditadura capitalista burguesa: os únicos reais combates antifascistas são os travados pelos comunistas, pois só eles estão decididos a desarraigat capitalismo e burguesia. Todo o resto são apenas aparências, destinadas a desviar as massas populares da revolução proletária. A social-democracia é o instrumento por excelência dessa diversão, através da influência que ela tem sobre os trabalhadores; por isso ela também é o adversário por excelência, o obstáculo principal no caminho da ditadura do proletariado. Essas concepções estratégicas mostram bem de que poder o voluntarismo leninista reveste seu inimigo: os bolcheviques alimentam seu ódio à burguesia do sentimento de sua formidável potência. Democrata ou fascista, o burguês reina, usando como marionete um partido socialista às suas ordens.

Pensando bem, é possível que seja mais fácil vencê-lo em sua forma fascista: pois os comunistas, propensos a racionalizar tudo o que acontece como inevitável, tendem a considerar, depois do fato consumado, as vitórias do fascismo como outros tantos 'estádios supremos' da dominação burguesa: supremos, ou seja, mais ditatoriais do que nunca, mas também mais frágeis, e os últimos da História, portadores, sem o saber, da revolução proletária. Marx já vira a forma 'última' da ditadura da burguesia no Segundo Império'; os bolcheviques, por sua vez, vêem-na no fascismo. A guerra de 1914 levou-os ao poder, e o hábito que têm dessa dialética da desgraça preparou-os de longa data para as tragédias onde são fabricadas suas vitórias<sup>2</sup>. A essas considerações doutrinárias que formam um início de consentimento ao fascismo, sob a aparência de uma luta de faca, Stálin acrescentou, como vimos, razões circunstanciais, extraídas da política internacional da União Soviética, privilegiando as relações com a direita alemã. De qualquer forma, o grande projeto do bolchevismo em seu berço, o da revolução proletária alemã, sofreu uma freada com Hitler no poder.

- 
1. Karl Marx, *Le 18-Brumaire de Louis Bonaparte*, Éditions Sociales, 1963, pp. 111-112: "A burguesia, manifestamente, não tinha outra escolha senão eleger Bonaparte. Despotismo ou anarquia. Naturalmente, ela se pronunciou pelo despotismo. [...] A burguesia francesa exclamou no dia seguinte ao golpe de Estado: Só o chefe da sociedade de 10 de dezembro ainda pode salvar a sociedade burguesa!"
  2. Mesmo depois da chegada de Hitler ao poder, mesmo depois das medidas que se seguiram ao incêndio do Reichstag, os comunistas teimam em ver na vitória dos nazistas um preâmbulo da revolução proletária. *L'Humanité* de 1º de abril de 1933 cita, por exemplo, este extrato de uma resolução tomada pelo Praesidium do Comitê Executivo da Internacional Comunista no fim do mês de março: "...O estabelecimento da ditadura fascista declarada, dissipando todas as ilusões democráticas das massas e livrando-as da influência da social-democracia, acelera a marcha da Alemanha rumo à revolução proletária".

Ganha corpo, então, nos anos que se seguem, um segundo antifascismo comunista, que não se destina a substituir o primeiro definitivamente, mas antes a ocupar em alternância com ele a estratégia stalinista. Esse antifascismo renuncia a pôr no mesmo saco burguês tudo o que não seja comunista. Concorde em admitir a diferença entre a democracia liberal e o fascismo, aceitando defender a primeira, pelo menos por algum tempo, lado a lado com os partidos burgueses e a social-democracia. Não que vire casaca ou, menos ainda, abdique de sua natureza. Mas mudou de tática; esta deixa de ser simplesmente deduzida de sua doutrina, sem que tal mudança implique a impossibilidade de um retorno a uma interpretação mais rígida, em outras circunstâncias. O admirável da estratégia lenino-stalinista está em sua capacidade de unir estratégias contrárias, por ordem do Grande Intérprete.

Essa virada tem suas razões em duas séries de acontecimentos, dizendo respeito a primeira à situação internacional da URSS e a segunda, à política da Internacional Comunista. Ambas têm importância desigual, uma vez que, em tempos de 'socialismo num só país', o resultado da batalha será decidido primeiro na URSS, o que altera os equilíbrios da luta proletária internacional, sem torná-la menos necessária. Nos negócios do Komintern, Stálin jamais se envolveu publicamente, em nenhuma época. Quis mostrar-se a distância desse fórum cosmopolita, por tanto tempo nas mãos de seus rivais — primeiro Zinoviev, depois Bukharin — antes de nele instalar seus comparsas — Molotov, Manuilski: a partir daí, a posição da Internacional está selada. Faz um bom tempo que as questões internas do Partido Bolchevique e dos partidos irmãos estão imbricadas, como vimos, por exemplo, a propósito de Souvarine em 1924-1925<sup>1</sup>. Na época, porém, ainda se tratava, em toda parte, de definir a estratégia revolucionária do proletariado. Quando a prioridade passou para a construção do socialismo na URSS, os partidos irmãos tenderam a ser apenas defensores do bastião central. E a política externa soviética, a razão última do proletariado mundial. Inscrita na natureza e no funcionamento do Komintern, essa evolução fará dos chefes comunistas do mundo um aparelho internacional dirigido do Kremlin. Ela está praticamente terminada na época em que estamos: Stálin logo passará a manipular os partidos comunistas estrangeiros como Hitler os alemães fora da Alemanha<sup>2</sup>.

Mas a chegada de Hitler ao poder, em Berlim, é um elemento que ameaça modificar a situação européia: o homem que escreveu *Minha luta* reivindicou as terras eslavas em nome do espaço vital alemão e pronunciou tantas arengas incendiárias contra a ordem de Versalhes que não é *a priori* um parceiro tranqüi-

---

1. Cf. *supra*, pp. 139-140.

2. A idéia está em Alan Bullock, *op. cit.*, p. 574.

lizador para ninguém, no Oeste ou no Leste. Contudo, Stálin teve de acreditar, como todos os políticos ‘realistas’ da política europeia, que Hitler, uma vez no poder, poderia modificar as suas idéias e seus projetos. O fato é que ele se cala durante todo o ano de 1933, mesmo depois do incêndio do Reichstag e da colocação fora da lei dos comunistas alemães, mesmo depois da primavera, quando se tornou evidente que o novo chanceler do Reich continuou sendo o homem da revolução nacional-socialista. É bem verdade que Hitler teve o cuidado de ressaltar diante do Reichstag, já em 23 de março, que as relações exteriores da Alemanha não obedecem à mesma lógica que a sua política interna e que desejava conservar relações amistosas com a URSS, com a condição de que a questão do comunismo permanecesse um negócio interno<sup>1</sup>. Linguagem que Stálin não tem nenhuma dificuldade para compreender, pois também é a sua. Cada um sente que o ‘bom tempo estável’ das velhas relações entre a URSS e a direita alemã está em questão. Cada um suspende a respiração.

Primeira reação pública de Stálin em janeiro de 1934, no XVII Congresso do Partido Bolchevique, a ocasião solene por excelência. O que ele cala é tão importante quanto o que diz: nem uma palavra sobre o incêndio do Reichstag, o processo de Leipzig, Dimitrov, que estão no centro de uma gigantesca campanha orquestrada pelo Komintern<sup>2</sup>, mas alguns passos na direção da Sociedade das Nações, que a Alemanha hitleriana abandonou em setembro de 1934. Precaução que não deve ser entendida como uma adesão à Europa de Versalhes, ou como um ato de hostilidade contra alguém: Stálin compreendeu que Hitler ameaça, talvez irremediavelmente, a paz do mundo, mas tem o cuidado de indicar em que limites se exercerá a sua ação. Prova disso é esta advertência, que diz o fundo de seu pensamento: “Na nossa época, os fracos não contam, só os fortes... Não estávamos mais orientados para a Alemanha ontem do que hoje estamos orientados para a Polônia ou para a França. Estávamos orientados ontem e estamos orientados hoje para a URSS, e unicamente para a URSS”.

Para bom entendedor, isso basta. Em matéria internacional, a União Soviética só consultará seus próprios interesses e só contará com sua força. Stálin cala-se, observa e volta sua política para uma aproximação com a França. Os bons tempos da aliança franco-russa não estão tão longe, e a coerção geopolítica reencontra seus direitos no mesmo ritmo que a Alemanha reencontra sua força. Em 2 de maio de 1935, é assinado em Moscou, entre Stálin e Pierre Laval,

---

1. Gustav Hilger e Alfred Meyer, *op. cit.*, p. 262.

Vide também J. Grunewald, “L'évolution des relations germano-soviétiques de 1933 à 1936” in *Les relations germano-soviétiques de 1933 à 1939*, J.-B. Duroselle (org.), Armand Colin, 1954.

2. Cf. *infra*, pp. 258-259.

estranho par, o Tratado de Assistência Mútua Franco-Soviético. Ele estipula que os dois países devem prestar-se uma ajuda recíproca “em caso de ataque não-provocado da parte de um Estado europeu”. O acordo, porém, não é tão claro quanto parece. A França, para tranquilizar a Inglaterra, que se inquieta com um compromisso rígido demais, manda especificar que o ‘ataque’ em questão deverá ser autenticado pelo Conselho da Sociedade das Nações, instância cuja estrela já empalidece: a Guerra da Abissínia lhe dará, nos meses seguintes, o golpe de misericórdia<sup>1</sup>. A União Soviética, por seu lado, não está coberta na hipótese de uma agressão japonesa; quanto ao Oeste, a passagem de suas tropas pelo território polonês, indispensável para eventualmente vir em socorro de uma França atacada, não está definida, já que está em causa a soberania polonesa. Na realidade, nem de um lado nem de outro o tratado realmente se destina a cobrir essa hipótese, ao contrário dos acordos franco-russos de 1891-1892. Laval procura devolver um pouco de iniciativa à diplomacia francesa: ele se voltou para Moscou depois de fazer certas propostas à Itália; dá satisfação ao Partido Radical e se diverte antecipadamente de pegar os comunistas franceses pela retaguarda. Pelo lado soviético, tampouco se encara seriamente a hipótese militar. O tratado tem o interesse de constituir um obstáculo a uma aproximação franco-alemã ou, mais precisamente, de impedir um sinal verde francês a uma agressão nazista contra a URSS<sup>2</sup>. A prova é que as disposições relativas a uma colaboração militar serão discutidas durante os quatro anos seguintes, sem que nenhuma das partes vá realmente em frente, diante da má vontade polonesa.

Mas, embora não tenha implicações militares, o tratado de 1935 tem conseqüências políticas, já que Pierre Laval arranca de ‘Monsieur Staline’, antes de retornar a Paris, o famoso comunicado pelo qual o secretário-geral legitima as despesas de defesa nacional na França: declaração que pega às avessas não só o antimilitarismo do movimento operário, porém, mais em específico, a tradição de que nasceu o PCF. Com isso, chego à outra vertente desta história, em que Stálin já não é o chefe do governo soviético e sim do comunismo mundial. Nesse segundo papel, ele é menos visível, camuflado por trás do Komintern, mas igualmente soberano. É o caráter mesmo do regime ter com freqüência à sua disposição essas duas partituras, pretensamente distintas, das quais, porém, o maestro único extrai uma única música, tocada para os mesmos fins<sup>3</sup>.

Sobre o Komintern, Stálin é tão soberano quanto sobre a política externa da URSS. Dimitrov e Manuilski são seus executantes, assim como Litvinov no

---

1. A agressão italiana na Abissínia acontece no outono de 1935.

2. Sigo, aqui, a interpretação do tratado de 1935 feita por Adam B. Ulam: *Expansion and coexistence. Soviet foreign policy 1917-73*, 2ª edição, Praeger Publishers, cap. 5.

3. Cf. Alain Besançon, *op. cit.*, cap. 2.

Ministério das Relações Exteriores. E essa é a época da subordinação absoluta dos partidos comunistas à Internacional. Cada um deles é objeto de um controle minucioso da parte dos enviados de Moscou, que enviam ao 'centro' relatórios freqüentes e circunstanciados<sup>1</sup>. Trata-se realmente de verdadeiras 'seções' de um movimento muito centralizado<sup>2</sup>: o termo deve ser tomado em sua acepção plena. Por isso é mais interessante observar aí, numa segunda versão, a inflexão da política soviética nessa época crucial.

Para compreendê-lo, é preciso tornar a partir do movimento 'contra o fascismo e a guerra', anterior à chegada de Hitler ao poder, já que o Congresso Internacional de Amsterdã, reunido sob essa dupla palavra de ordem, se abre em 27 de agosto de 1932. O Komintern desempenha aí um papel central, especialmente por intermédio de Willi Münzenberg — o seu grande manipulador. O personagem merece que nos detenhamos um pouco nele, pois por seu intermédio a aventura insípida dos funcionários do Komintern ganha um pouco do brilho trágico de um romance. Não que seja preciso transformá-lo num herói antistalinista, por ter acabado rompendo com Stálin: ameaçado de uma liquidação nos porões da Lubianka, realmente não tinha escolha. Até 1937, ele foi um fiel executante, como qualquer outro militante do vasto organismo jesuítico-burocrático de Moscou. Mas a História lhe conferiu um papel sob medida; foi, na época antifascista, uma espécie de ministro clandestino da propaganda do Komintern no mundo, e em primeiro lugar no Oeste da Europa: função esta que convinha a seu talento totalmente moderno para a publicidade política e para a manipulação das imagens e das palavras. Dentre tantos escritores, tantos artistas,

---

1. A abertura dos arquivos do Komintern permite estabelecer que o PCF era totalmente controlado por Moscou, por intermédio do Komintern e dos órgãos de segurança, e que as decisões a ele referentes eram submetidas, via Komintern, ao próprio Stálin. Vide Guillaume Bourgeois, "Comment Staline dirigeait le PCF", *Le Nouvel Observateur*, 5-11 de agosto de 1993.

Os dois homens-chave do Komintern em Paris eram Fried e Togliatti. Judeu húngaro da Eslováquia, Eugen Fried (1900-1943) torna-se membro da Secretaria de Organização do Komintern na década de 20. Enviado à França no outono de 1930, junto à direção do PCF, controla um 'colégio de direção' encarregado de supervisionar a política seguida e institui os métodos de seleção dos quadros. A partir de 1932, forma com M. Thorez uma espécie de dupla, com Fried protegendo Thorez. Em 1934, apóia-o contra Doriot e inicia a 'virada' para a política da Frente Popular.

Membro do Comitê Central do Partido Comunista Italiano (PCI), Palmiro Togliatti (1893-1964) vai à URSS em 1924 e entra para o Praesidium do Komintern com o pseudônimo de Ercoli. Tendo aderido a Stálin, torna-se secretário do Komintern em 1937 e desempenha um papel considerável na Espanha. Em 1934, está em missão na França para controlar a ação levada adiante por Fried e Thorez. Depois da guerra, será o líder do comunismo italiano.

2. O Partido Comunista Francês é o outro nome da seção francesa da Internacional Comunista.

tantos intelectuais que foram usados ou enganados por ele, nenhum pôde resignar-se a detestar a sua memória. Além disso, teve a sorte de ter tido dois grandes retratistas, nas pessoas de dois de seus colaboradores da época, que se desencantaram com o comunismo, mas não completamente com seu ex-patrão: Arthur Koestler e Manès Sperber fizeram ambos seu retrato<sup>1</sup>. Pois esse filho de um dono de bar da Turíngia, cujo pai era filho ilegítimo de um barão, ia trazer um pouco das maneiras aristocráticas à vida de militante operário.

Já na adolescência, ele ganhou seus galões na aristocracia dos grandes autodatas revolucionários, como chefe das Juventudes, essa reserva do futuro do Partido Socialista Alemão. Antimilitarista radical, passa os anos de guerra em Zurique, onde conhece Lênin. Expulso pelos suíços em 1917, retorna à Alemanha e se junta aos espartaquistas, antes de ser um dos fundadores do Partido Comunista Alemão, em 1919. Mas Lênin o chama a Moscou: aquele não é o lugar ideal para os seus talentos, mas é o único que se encaixa com suas idéias. Bolchevique pela intensidade de sua fé revolucionária, dedica-se mais à agitação e à propaganda do que à teoria. Sem gosto pelos debates e pelas moções onde se digladiam os tenores do partido, afastado também das batalhas de aparelho, diferencia-se dos outros por ser extrovertido, voltado inteiramente para o proselitismo e a propaganda. Americano, teria feito uma carreira como a de Hearst. Alemão, proletário, militante revolucionário, serve a causa bolchevique com o mesmo talento que o teria tornado rico e influente no mundo burguês.

Logo de saída, teve um perfil original. Lênin lhe confiou, em 1921, a responsabilidade pela vasta operação de socorro em prol das populações famintas do Volga. Também fundou o Auxílio Operário Internacional. Em ambos os casos, trata-se de mobilizar energias, sentimentos, recursos em auxílio à Revolução de Outubro. “Willi”, como todos o chamam, é um militante internacional, mas de um tipo particular: muito cedo à frente de uma rede de múltiplas sociedades, visando todas a exaltar a experiência soviética, fazer amizades por toda parte, mas através de diferentes canais: imprensa, cinema, teatro, distribuição de comida aos indigentes, associações humanitárias, grupos de intelectuais, petições de solidariedade. O imenso ‘truste Münzenberg’ acaba administrando, assim, da Europa ocidental ao Japão, um mundo de simpatizantes, dopados ao longo dos anos pela propaganda do patrão, e ele próprio assume ares de independência para com o Komintern. Willi é o grande maestro do ‘simpatizante’, essa figura típica do universo comunista — como, aliás,

---

1. Arthur Koestler, *Hiéroglyphes*, trad. francesa: D. Van Moppès, Calmann-Lévy, 1955, cap. 17, “Colin-maillard”; reed.: Robert Laffont, *Collection Bouquins*, 1994; e Manès Sperber, *Les visages de l’Histoire*, Paris, Éd. Odile Jacob, 1990, pp. 85-97.

na época, do mundo fascista: o homem que não é comunista, mas que passa a ser mais confiável quando combate o anticomunismo. Sua presa por excelência é o intelectual, ao mesmo tempo mais influente e mais vaidoso que o comum dos mortais: “[Münzenberg] levava escritores, filósofos, artistas de todo tipo a testemunharem, com sua assinatura, que se colocavam na linha de frente dos combatentes radicais... [Ele] constituía, assim, caravanas de intelectuais, que só esperavam um sinal dele para se pôr a caminho; ele escolhia também a direção” (Manès Sperber).

De tanto viver na periferia do comunismo e de prodigar seu encanto aos simpatizantes de fora, o rei da agitação-propaganda acaba vivendo mais ou menos no seu próprio mundo, adulado por sua roda de emigrados, consciente da superioridade de seu talento, orgulhoso da dificuldade de sua arte particular in *partibus infidelium*. Vagamente suspeito aos *apparatchiks* de Moscou, detestado principalmente pelo grupo alemão (composto de futuros chefes da Alemanha Oriental), teve apenas alguns bons anos em Paris, no tempo da Frente Popular, entre 1934 e 1936. Convocado a Moscou em 1937, na época sinistra do Grande Terror, hesitou, ficou doente e, finalmente, permaneceu na França, contentando-se com uma carta a Stálin<sup>1</sup>. Em 1939, não tinha mais pátria: tanto a Alemanha quanto a União Soviética queriam a sua cabeça. Os franceses o internaram num campo, como alemão. Quando fugiu, em junho de 1940, para escapar de Hitler, há razões para pensar, embora não existam provas, que um agente da GPU o assassinou<sup>2</sup>.

Voltemos, porém, aos primórdios de sua época feliz, a época de Amsterdã-Pleyel. Podemos considerá-la obra ao mesmo tempo de seu talento e de seu fideísmo. Pois o Congresso Internacional contra o Fascismo e a Guerra reunido em Amsterdã no verão de 1932 — em ampla medida fruto de sua incansável atividade — não se afasta em nada da linha do Komintern. Não se trata de uma reunião ‘antifascista’ como as que serão organizadas um ou dois anos mais tarde contra Hitler. Trata-se ainda da ‘luta pela paz’, tal como figura no primeiro plano da política soviética desde 1929: o ‘fascismo’ é aí entendido no sentido mais

---

1. Essa longa carta de 14 de julho de 1937 foi publicada em *Communisme*, nº 38, 1994, pp. 171-180 (“Les kominterniens I. Dossier Willi Münzenberg”).

2. Preso durante a catástrofe de maio-junho de 1940, Willi Münzenberg foge do campo de aprisionamento de Chambaran, perto de Lyon, com dois outros presos, procurando, provavelmente, chegar à Suíça. Seu corpo, com traços de estrangulamento, é encontrado vários meses depois. Sua companheira Babette Gross devia concluir que ele foi assassinado por agentes de Stálin. Babette Gross, Willi Münzenberg, *Eine politische Biographie*, Stuttgart, 1967; “Willi Münzenberg, 1889-1940, un homme contre”, Colóquio Internacional de Aix-en-Provence. *Actes*, 26-29 de março de 1992; Stephen Koch, *Double lives: spies and writers in the secret Soviet War of ideas against the West*, Nova York, The Free Press, 1994.



amplo<sup>1</sup> e mais vago, como ligado à militarização dos países capitalistas; desses países capitalistas, são considerados os mais ameaçadores primeiro a Inglaterra, depois a França, pois são os imperialismos vencedores de 1918; quanto mais se pretendem pacíficos, mais são perigosos, na realidade. Um dos grandes temas de Amsterdã é a denúncia do ‘pacifismo genebrino’, ou seja, da Sociedade das Nações (SDN). Em suma, estamos diante, sob o nome de defesa da paz, de uma defesa da União Soviética, única potência pacífica, pois a única que se livrou do capitalismo. Defesa tanto mais urgente quanto a guerra anti-soviética é declarada “imminente” pelo Congresso. Desde o início do ano de 1932, com um belo conjunto, todas as publicações do Komintern ressaltam essa iminência da guerra contra a URSS<sup>3</sup>, ligada ao fim do período de estabilização capitalista e manifestada, no ano anterior, pela invasão japonesa da China.

O fato de que, naquele mesmo ano, a União Soviética assine pactos de não-agressão com a Finlândia, com a Letônia, com a Estônia, com a Polônia e, finalmente, com a França de Herriot (em novembro) em nada modifica o ardor do delírio kominterniano sobre os preparativos de uma guerra anti-soviética no Ocidente: prova a mais de que a política comunista é um mundo de dois andares, onde cada um trabalha para a meta comum, a revolução mundial. A política exterior da URSS procura proteger contra toda agressão militar a fortaleza do proletariado internacional. A Internacional Comunista define os objetivos e as palavras de ordem revolucionária de suas seções locais. A luta contra Versalhes, contra o pacifismo burguês e contra o imperialismo encaixa-se muito bem com uma estratégia de ‘classe contra classe’. A 14 de janeiro de 1933, apoiado por Thaelmann, Thorez dirige-se nestes termos aos comunistas berlineses: “Nós, comunistas da França, lutamos pela anulação do Tratado de Versalhes, pela livre disposição do povo da Alsácia-Lorena até e inclusive a separação da França, pelo direito de todos os povos de língua alemã se unirem livremente<sup>4</sup>...”

- 
1. Por exemplo: a Itália mussoliniana, com a qual a União Soviética mantém há anos excelentes relações, não é quase nunca mencionada. Em compensação, a França de Briand é constantemente citada como Estado imperialista em vias de ‘fascização’.
  2. Sobre esse período, uma tese recente, ainda inédita: Yves Santamaria, *Le Parti Communiste Français dans la Lutte pour la Paix (1932-1936)*, 2 vols. Tese defendida em 1989 na Universidade de Paris -X- Nanterre, sob a orientação de Annie Kriegel; do mesmo autor, “Le comité de lutte contre la guerre dit Amsterdam-Pleyel, 1931-1936” in *Communisme* nº 18-19, 1988, pp. 71-98.
  3. Yves Santamaria, *op. cit.*, t. I, pp. 159-184.
  4. *L’Humanité*, 15 de janeiro de 1933.

Quinze dias depois, Hitler é chanceler do Reich. Na estratégia do Komintern, 1933 é o ano que representa uma virada: a chegada de Hitler ao poder modifica o tabuleiro internacional. Não de uma vez nem num só dia: pois foi preciso esperar para ver como iria evoluir a dupla Hitler - Hugenberg<sup>1</sup>. Os comunistas acreditaram tanto na identidade entre Hitler e a direita alemã quanto no caráter provisório do fenômeno nazista. Os acontecimentos logo os fazem cair na realidade e, contudo, Stálin, como chefe da União Soviética, permanece prudente, como vimos: poderia muito bem ser que só a Noite dos Longos Punhais o tenha convencido da onipotência de Hitler sobre a Alemanha. Mas, por intermédio do Komintern, ele reage mais rápido. O incêndio do Reichstag e o terror que se segue fornecem o primeiro terreno para uma ampla campanha antifascista de novo estilo. Já não se trata apenas de atacar o Tratado de Versalhes ou a Sociedade das Nações ou o imperialismo francês ou a social-democracia, alvos habituais de Moscou. Existe um imperialista a mais: Hitler, inimigo da liberdade e nova ameaça para a paz.

Essa novidade se apresenta primeiro como um grande espetáculo, encenado em Paris pelo kominterniano sob medida: Willi Münzenberg, que encontrou no incêndio do Reichstag<sup>2</sup> o negócio de sua vida. Gênio da propaganda, esmaga em campo aberto o Dr. Goebbels, outro especialista, porém; inventa um novo rosto para o stalinismo: o do anticomunismo antifascista. Devo, sobre esse episódio crucial, dar a palavra a Koestler, que chega nessa época a Paris como comunista um tanto desiludido, de volta de uma longa estada na URSS, e ao qual o processo de Leipzig vai dar novo ânimo:

“Cheguei a Paris na época em que o processo do incêndio do Reichstag apaixonava a Europa. No dia seguinte de minha chegada, conheci Willi Münzenberg, chefe da propaganda do Komintern no Ocidente. No mesmo dia, comecei

- 
1. Antigo diretor dos estabelecimentos Krupp, Alfred Hugenberg (1887-1951) funda seu próprio Konzern. Compra ou assume o controle de metade da imprensa alemã, assim como da agência de informação União Telegráfica e da empresa de cinema UFA. Deputado do Partido Nacional Alemão a partir de 1919, tendo-se tornado seu presidente (1928), forma em outubro de 1931, com os nacional-socialistas e os Capacetes de Aço (Stahlhelm) a Frente de Harzburg. Tendo apoiado Hitler, Hugenberg foi ministro da Economia e do Abastecimento de janeiro a junho de 1933.
  2. O incêndio do Reichstag, a 28 de fevereiro de 1933, foi para os nazistas o sinal da caça aos comunistas e de uma legislação de exceção que suspendia todas as garantias constitucionais oferecidas às liberdades individuais. Dentre os trabalhos recentes: Hans Mommsen, *The Reichstag fire and its political consequences*, MacMillan, 1985. Uwe Baches, Karl-Heinz Janssen, Hans Mommsen, Fritz Tobias *et alii*, *Reichstagbrand: Aufklärung einer historischen Legende*, Munique, Piper, 1986. Hoje considera-se que o incêndio foi um ato cometido apenas por Marinus van der Lubbe, o jovem holandês encontrado pela polícia no local, e que a afirmação da culpabilidade dos nazistas se baseia em documentos fabricados.

a trabalhar em seu quartel-general e me tornei, assim, uma espécie de suboficial na grande batalha de propaganda entre Berlim e Moscou. Ela se encerrou com a derrota total dos nazistas — a única derrota que eles sofreram nos sete anos que precederam a guerra.

“O objetivo dos dois adversários era provar que o outro é que tinha posto fogo no Parlamento alemão. O mundo acompanhou o espetáculo com paixão e sem entender mais de seu real sentido do que um menininho que vê um filme de intriga complicada. Pois o mundo ainda não estava acostumado com a encenação, com as enormes mentiras, com os métodos de grande comédia das propagandas totalitárias. E, nesse caso, não havia só um diretor, como mais tarde nos processos de Moscou, mas dois, que contrapunham seus truques, como feiticeiros negros diante da tribo reunida!”

O feiticeiro nazista é conhecido e ele próprio treveja o seu papel: o Dr. Goebbels. O outro manipula a opinião, escondido por trás de um Comitê Internacional de Ajuda às Vítimas de Fascismo Hitleriano, cuja vitrina é formada pelas celebridades democráticas mundiais e que multiplica brochuras e panfletos<sup>2</sup>. O primeiro proclama que Van der Lubbe é um agente comunista, o segundo diz que ele é um provocador nazista. Koestler: “O mundo acreditava estar assistindo a um combate clássico entre a verdade e a mentira, o culpado e o inocente. Na realidade, os dois partidos eram culpados, mas não dos crimes que se acusavam mutuamente. Ambos mentiam e ambos temiam que o outro soubesse mais do que sabia realmente. Por isso, essa batalha era, na verdade, um jogo de cabra-cega entre dois gigantes. Se o mundo soubesse, na época, os estratagemas e os blefes adotados, teria podido poupar-se muito sofrimento. Mas, nem na época nem mais tarde, o Ocidente realmente compreendeu a psicologia totalitária”<sup>3</sup>.

Nesse olhar retrospectivo sobre sua vida, em que considera com uma espécie de compaixão resignada a participação que teve nessa batalha de propaganda, o escritor talvez conceda um pouco demais ao talento do homem do Komintern. A ‘derrota total’ de Goebbels, constatada por ele, também está ligada a dados mais pesados, que Münzenberg explora com muita habilidade, mas sem criá-los. O nazismo é mais fácil de identificar do que o comunismo como inimigo da democracia, pois faz dessa hostilidade seu credo. No Ocidente, a opinião pública constata que o incêndio do Reichstag deu o sinal para a virada rumo ao poder absoluto do

---

1. Arthur Koestler, *op. cit.*, cap. 17, p. 231.

2. A mais célebre das publicações Münzenberg sobre o assunto, produzida pela editora que ele acabava de fundar, as Éditions du Carrefour, foi o famoso e anônimo *Livre brun sur l'incendie du Reichstag et la Terreur hitlérienne*. O *Livre brun*, comenta Koestler, “é, sem dúvida, a obra que exerceu a mais forte influência política, desde *Le sens commun (O senso comum e a crise)* de Thomas Paine”.

3. Arthur Koestler, *op. cit.*, cap. 17, p. 232.

partido nazista: *is fecit cui prodest*. Imediatamente, os comunistas detidos com o infeliz Van der Lubbe aparecem como heróis da democracia contra a ditadura. Durante o tribunal de Leipzig, em setembro, o militante búlgaro Dimitrov assume brilhantemente esse papel diante de Goering. Já está pronto para defender qualquer causa, desde que tenha o apoio de Moscou. Mas isso o põe no palco do mundo em seu melhor ângulo, e ele está à altura da oportunidade. Talvez, aliás, saiba que sua sorte é ou será decidida diretamente entre Hitler e Stálin<sup>1</sup>. O processo vira um triunfo do Komintern, porque seus dois heróis, o ator principal e o diretor, Dimitrov e Münzenberg, vestem trajes de empréstimo fornecidos involuntariamente por Hitler: as idéias democráticas. Frente à revolução nazista que esmagou em alguns meses todos os partidos, o Comitê Internacional fabricado por Münzenberg apela para a indignação e para o auxílio de todos os homens da liberdade.

Do fato de a glorificação 'democrática' de Dimitrov trazer, incontestavelmente, a marca de Münzenberg, não se deve, porém, concluir nem que se trate de uma iniciativa política pessoal, nem que o grande agitador tenha sido encarregado de aplicar, já, algo de novo. Stálin zela por Dimitrov, que fez ser repatriado em Moscou em fevereiro de 1934, algumas semanas após sua libertação, provavelmente graças a uma negociação secreta com Hitler. Mas cuida, como vimos, de não somar sua voz à campanha mundial orquestrada por Münzenberg. Da parte do Komintern, também há prudência nas declarações públicas. Durante esse ano de 1933 e uma parte de 1934, cada um sente realmente, em Moscou, que o céu azul das relações entre a URSS e a direita alemã está em jogo. Poderá continuar o que dura desde Rapallo, em proveito das duas partes? Tal pergunta, transposta da linguagem do Estado soviético para a do movimento comunista internacional, pode ser formulada desdobrando-se em duas: pode-se considerar que, atacada por um Estado imperialista, por exemplo, a Alemanha hitleriana, encontre a União Soviética apoio num outro Estado imperialista, por exemplo, a França? E nessa hipótese, poderia o PCF ser levado a apoiar a 'sua' burguesia, em nome dos interesses superiores da revolução proletária?

A questão só é bizantina para quem se mantém fora do universo do marxismo-leninismo. Vemo-la, pelo contrário, corroer por dentro as estratégias e os debates dos partidos comunistas ocidentais, nascidos da condenação da traição de 1914 e obcecados pelo combate contra suas próprias burguesias, seus próprios imperialismos, seus próprios exércitos. Pois lutar contra a guerra, inseparável do capitalismo, era ainda militar pela revolução, que poria fim a essa maldição; era

---

1. Ruth Fisher afirma que a libertação de Dimitrov foi negociada entre Berlim e Moscou (cf. *op. cit.*, pp. 308-309). Opinião comparável em Margarete Buber-Neumann (cf. "Le conspirateur sans mystère", *Preuves*, n<sup>o</sup> 74, abril de 1957).

ser fiel à luta de classes e redobrar a batalha no plano interno pela solidariedade internacional com a URSS. Nada no conceito de fascismo, tal como era entendido e utilizado pelo Komintern há anos — ou seja, um produto quase normal da democracia burguesa apoiada na social-democracia —, permitia justificar uma real diferença de tratamento entre Estados imperialistas e pensar algo como a guerra da democracia contra o fascismo: *a fortiori* se se tratasse de singularizar a Alemanha como principal adversário, quando ela ainda era a grande vítima do Tratado de Versalhes. O movimento de Amsterdã tivera Versalhes na linha de mira. E a reunião da sala Pleyel, em Paris, em junho de 1933, não modificara essa orientação. A luta ‘contra a guerra e o fascismo’ permanecera antes de tudo uma guerra contra o pacifismo burguês e o antifascismo chauvinista das potências ricas. Assim, o movimento Amsterdã-Pleyel não reunira muita gente ao redor de seu núcleo comunista, mais ou menos habilmente camuflado.

Ainda no final de 1933, na época em que se encerra o processo Dimitrov, a 13ª sessão do Comitê Executivo da Internacional Comunista não anuncia nada de espetacular<sup>1</sup>. O velho bolchevique Kuusinen, que apresenta o relatório, interpreta a crise mundial do capitalismo como o sinal de uma nova época, que promete profundas perturbações: fascismos, guerras, revoluções. Reencontramos em seu texto os tons tradicionalmente apocalípticos do pensamento leninista, acompanhados da redenção final pela revolução proletária. O fascismo e a Guerra Fria fazem parte da lúgubre racionalidade do capitalismo, mas também prenunciam o seu fim. O nacional-socialismo hitleriano não foge à regra: com ele retorna, como nos primeiros anos da Terceira Internacional, a promessa da revolução proletária alemã! A ordem do dia conclama, pois, mais do que nunca, à luta contra os burgueses e os “social-fascistas<sup>2</sup>.”

É preciso esperar até junho de 1934 para ver os ‘internacionais’ de Moscou esboçarem uma nova orientação. Nessa época, Stálin medita um passo na direção do Ocidente, que será, em setembro, a entrada da URSS nessa SDN por tanto tempo vilipendiada. Dimitrov foi designado, um ano depois de sua chegada a Moscou, para o secretariado-geral da Internacional: sinal de que o Chefe Supremo, embora tenha permanecido silencioso no episódio, não desdenha o capital político do processo de Leipzig. De fato, em seu projeto de relatório com vistas ao VII Congresso do Komintern, em julho, Dimitrov propõe abandonar a qualificação de ‘social-fascismo’ e modificar a estratégia e a tática do movimento na direção de uma frente unida, que substitua a palavra de ordem ‘classe contra classe’. Eis-nos já na ‘virada’.

---

1. Edward H. Carr, *The twilight of Comintern 1930-1935*, Londres, MacMillan, 1982.

2. O termo faz parte do vocabulário em vigor no Komintern para designar os partidos social-democratas.

Esta é facilitada pelos acontecimentos. Na Alemanha, em 30 de junho, a Noite dos Longos Punhais<sup>1</sup> não deixa mais nenhuma dúvida, se é que elas ainda existiam, sobre a determinação hitleriana de reinar como senhor absoluto. Na França, um pouco antes, entre 6 e 12 de fevereiro, o Partido Comunista foi levado, contra a vontade, a se aproximar do Partido Socialista<sup>2</sup>: doravante, é na França que se concentram as atenções e o esforço do Komintern. A segunda metade do ano de 1934 é marcada pela decisão firme da virada, sem que uma cronologia mais precisa seja possível no atual estado de nosso saber: a 24 de outubro, Thorez, sob a tutela de Fried, seu padrão direto na Internacional, vai propor ao Partido Radical, reunido num congresso em Nantes, uma Frente Popular antifascista que se estenderia, assim, para além da própria SFIO. Fried inventara a fórmula, destinada a ter um grande futuro<sup>3</sup>. É verdade que Ceretti contou em suas memórias<sup>4</sup> que na própria manhã de 24 de outubro, Thorez recebeu em sua casa, em Ivry, uma delegação do Komintern, composta por Togliatti, Gottwald e ele próprio. Fried também está lá, mas não diz nenhuma palavra. Togliatti teria procurado dissuadir o secretário-geral do PCF de ir a Nantes para lançar sua iniciativa. É possível, portanto, que nessa época duas 'linhas' continuem a coexistir. É preciso esperar os dias 9 e 10 de dezembro para ver oficializada a nova política, pelo Comitê Executivo da Internacional: Thorez é convidado a apresentar um relatório sobre a experiência-modelo do PCF.

O sinal inequívoco da virada é, por fim, oferecido pela assinatura do pacto franco-soviético, em 2 de maio de 1935: menos pelo próprio pacto, instrumento diplomático, do que pelo comunicado obtido por Laval de Stálin, que vale como instrução para o movimento comunista internacional. Os partidos comunistas —

1. A expressão designa o massacre, por ordem de Hitler, de Röhm e dos chefes das Seções de Assalto nazistas, assim como de algumas dezenas de outros 'suspeitos', como o general Von Schleicher, que tivera um papel capital na chegada de Hitler ao poder. O massacre começou na noite de 29 para 30 de junho de 1934 e prosseguiu por 48 horas. Cf. *supra*, pp. 231, 240.
2. Os acontecimentos situam-se no contexto do caso Stavisky. No dia 6, o PCF uniu-se à manifestação das ligas contra o novo presidente do Conselho Daladier, que acaba de demitir o chefe de polícia Chiappe. Mas o faz num cortejo distinto. No dia 9, se manifestará sob suas próprias cores, a um só tempo contra o fascismo e contra o governo. Essa manifestação é duramente reprimida. No dia 12, dia da greve geral decidida pela CGT, as duas manifestações separadas dos comunistas e dos socialistas juntam-se espontaneamente. Mas o PCF conserva ainda por alguns meses sua hostilidade contra a unidade entre os dois partidos. Cf. *infra*, p. 268.
3. Philippe Robrieux, *Histoire intérieure du Parti Communiste Français*, Fayard, 1980, t. I, cap. 7, p. 457.
4. Giulio Ceretti, *Con Togliatti e Thorez. Quarantanni di lotte politiche*, Milão, Feltrinelli, 1973, pp. 168-172; trad. francesa: *À l'ombre des deux T. Avec Palmiro Togliatti et Maurice Thorez*, Julliard, 1973. A edição francesa está sem o capítulo a respeito das relações PCI-PCF.

o PCF em primeiro lugar — vêm abrir-se a frente anti-hitleriana como o centro de sua batalha, ao custo de uma colaboração provisória com suas próprias burguesias. Redirecionamento brutal, tanto mais que é preciso reorientar, ao mesmo tempo, a luta internacional não mais contra os vencedores de Versalhes e sim contra os vencidos, ao custo de uma nova definição do nacional-socialismo hitleriano. A questão é tratada sob todos os seus ângulos por Dimitrov em seu relatório ao VII Congresso Mundial da Internacional Comunista, a 2 de agosto de 1935<sup>1</sup>.

O problema, para o novo secretário-geral da Internacional, é fornecer uma teoria marxista do fascismo que lhe permita não apenas singularizar o gênero ‘fascismo’ no interior da espécie ‘dominação burguesa’, mas também o nacional-socialismo alemão no gênero fascismo. Quebra-cabeça clássico do pensamento marxista, a tipologia dos regimes políticos: podemos encontrá-lo no próprio Marx, acerca do bonapartismo. Todo poder da época burguesa que não assuma a forma clássica, ou melhor dizendo inglesa, do governo representativo permanece difícil de decifrar em termos de dominação de classe. Acerca do primeiro e do segundo bonapartismo francês, Marx oscilava entre vários diagnósticos: o Estado reconciliador das frações hostis no interior da burguesia; o Estado das massas rurais que passam por cima das elites políticas; o Estado hipostasiado, tornado independente da sociedade.

Dimitrov, por seu lado, superpõe ao caráter tirânico do regime fascista a idéia da fração de classe: o fascismo no poder é “a ditadura terrorista declarada dos elementos mais reacionários, mais chauvinistas, mais imperialistas do capital financeiro”. A definição vem em linha reta de *O imperialismo: fase superior do capitalismo*, bíblia do leninismo. Permite, até, distinguir, no interior desse setor, elementos particularmente imperialistas, os verdadeiros manipuladores do regime. Em seguida, vem a especificidade do nacional-socialismo alemão em meio à variedade dos fascismos, sua ferocidade particular em matéria internacional e interna. Ela é mais afirmada do que analisada, através de uma comparação implícita com o caso italiano; mas o importante, comparativamente ao passado, é precisamente afirmá-la. Com o relatório de Dimitrov, o ‘fascismo’ deixa de ser apenas, no pensamento comunista, essa tendência política ativa mais ou menos em toda parte nas democracias burguesas e nos partidos social-democratas; é encarnado como regime político ditatorial distinto em vários países da Europa, a Itália mussoliniana, a Polônia de Pilsudski, a Alemanha nazista. E Hitler é o exemplo típico, como se o nacional-socialismo servisse, enfim, de centro à política da Internacional.

---

1. Georges Dimitrov, *Oeuvres choisies*, prefácio de Maurice Thorez, Paris, Éd. Sociales, 1952, pp. 37-168.

Indiretamente, pelo menos. Pois o real centro é a defesa da União Soviética, bastião do proletariado mundial. Mas Hitler substitui as potências beneficiárias do Tratado de Versalhes como principal adversário da URSS e da paz. Ele é a vanguarda da contra-revolução, o que permite que Dimitrov aponte nele ao mesmo tempo o inimigo dos comunistas em cada país e o homem empenhado em destruir o Estado soviético pela guerra.

Comunismo e fascismo são, assim, postos cara a cara na relação revolução/contra-revolução, familiar à cultura política europeia: o nazismo levou o confronto à sua tensão máxima. Os dois regimes antagonistas estão intimamente ligados, uma vez que o fascismo é, sob muitos aspectos, uma resposta à ameaça da revolução proletária e, afinal de contas, o duelo entre eles baliza as batalhas do século: nesse sentido, o antifascismo não é senão o campo da revolução. Visto, porém, de outro ângulo, ele engloba, pelo menos num primeiro estágio, até os partidários da democracia pluralista, ao lado dos comunistas: não só os operários socialistas, anarquistas, católicos ou não-organizados, mas também os partidos burgueses ou camponeses fiéis à liberdade. Ao redor da frente única da classe operária, coluna vertebral da coalizão, reunir a Frente Popular antifascista, em que os comunistas se transformam nos campeões provisórios da herança democrática burguesa: essa é a nova tática proposta pelo VII Congresso. O objetivo final continua sendo a ditadura do proletariado, a derrubada da burguesia em toda parte. Mas o caminho traçado é diferente. A experiência francesa de 1934-1935, à qual Dimitrov presta homenagem, serve de agora em diante de referência à Internacional. A Frente Popular substituiu a tática 'classe contra classe'.

A força do novo dispositivo está em sua extraordinária elasticidade. Por um lado, o alvo da revolução operária é mais do que nunca mantido, não como um horizonte longínquo da ação comunista e sim como o resultado natural da batalha antifascista levada a seu termo. Pois se o capital financeiro é o motor último dos fascismos, a derrota destes será também a do capitalismo em seu estágio 'supremo', ou seja, último. Dimitrov reencontrou uma dialética clássica na história do marxismo: quanto mais a burguesia precisa da ditadura, mais ela se aproxima de seu fim... Assim, os comunistas são os únicos que conhecem antecipadamente o verdadeiro sentido da ação antifascista. Se se dedicam a ele em suas linhas de frente, não imaginam sequer por um instante que trabalhem simplesmente para a restauração das liberdades burguesas.

Por outro lado, seu combate mudou de nome. O militante comunista vai de agora em diante brandir uma bandeira diferente daquela da República dos Soviéticos: a bandeira do antifascismo democrático. Não que ele tenha, de alguma maneira, se separado do mito original. Muito pelo contrário: a União Soviética con-



tinua mais do que nunca sendo, a seu ver, a pátria de todos os trabalhadores, onde quer que eles estejam. E a defesa incondicional de seu território continua a ser o imperativo por excelência de sua ação. Contudo, essa solidariedade cega com a URSS muda um pouco de natureza quando ela é articulada sobre o combate antifascista. Perde, então, parte de sua estranheza e rudeza. Amplia sua razão de ser e sua moralidade política. O militante do 'terceiro período' tinha fé em Stálin por ódio à burguesia e paixão de apressar a vinda do grande dia. O comunista antifascista une-se ao exército da revolução proletária primeiro para defender e garantir a liberdade contra Hitler. Em ambos os casos, seu combate está envolto numa dignidade filosófica, já que deve a longo prazo emancipar a humanidade inteira da exploração do homem pelo homem. Mas a prioridade conferida à batalha contra Hitler dá a essa abstração objetivos mais imediatos ao mesmo tempo, suaviza o caráter áspero da luta de classes estilo 'terceiro período'.

De fato, o racismo hitleriano parece confirmar *ipso facto* o diploma de universalismo democrático que o marxismo bolchevique não se cansou de reclamar, tanto sob Stálin quanto sob Lênin. De que Stálin seja adversário de Hitler, eis aí uma demonstração mais forte e mais tangível do que qualquer proclamação filosófica. Esta, aliás, faz passar para o segundo plano a questão da natureza do regime soviético. Quer porque a política antifascista da URSS e do Komintern sirva por si só como prova do caráter democrático do dito regime; quer porque o combate contra Hitler introduza nas mentes uma hierarquia das urgências que relativiza ou cala as interrogações sobre o estatuto da liberdade na União Soviética. Levado ao seu ponto extremo, o argumento consiste em incriminar o nazismo pelo que se pode confessar — os processos, em primeiro lugar — do Terror stalinista: como os jacobinos, os bolcheviques só atacam o inimigo, ou seja, os agentes de Hitler na URSS.

Enfim, o antifascismo tira do movimento comunista o que a luta de classes, entendida e praticada de maneira estreita, como no período de 1929-1934, teve de particularmente sectário. De agora em diante, a 'classe operária' abriu perspectivas realmente nacionais. Recuperou em seu favor as tradições e as virtudes do patriotismo. Conseguiu, à direita, muitos aliados, muito além dos socialistas. Em toda a Europa, exceto nos Estados fascistas, os partidos comunistas multiplicaram seus adeptos e seus deputados: a França, pátria da Frente Popular, é o exemplo mais notável disso. Em toda parte, porém, a vontade de barrar o caminho de Hitler deu ao comunismo seu mais alto brilho, e a seus militantes tudo o que a ilusão pode ter também de nobre.

De qualquer forma, a parte ocupada nessa época pelo antifascismo na cultura comunista expõe o conjunto do movimento a certa fragilidade. Se houver uma reviravolta na política externa da URSS, a própria identidade militante

desses catecúmenos do bolchevismo se verá posta em causa: é o que veremos no outono de 1939, quando só os aparelhos comunistas resistirão, na tempestade desencadeada pelo pacto germano-soviético. Pois a mobilização antifascista do meio da década de 30 nada suprimiu da subordinação do comunismo internacional a Stálin. A fraqueza do movimento internacional, reverso de sua força, vem do fato de que ele está preso a um território e a uma história que ameaçam continuamente seu caráter universal. De fato, nesse ano de 1935, o maior terror de Estado que jamais se tenha exercido sobre um povo se abate sobre a União Soviética. Stálin serviu-se do pretexto do assassinato de Kirov<sup>1</sup> em dezembro de 1934 para desencadear uma repressão inédita contra os “inimigos do povo”, presos, mortos ou deportados aos milhões<sup>2</sup>. Na escala do terrorismo de massa, Hitler, na época, é apenas um aprendiz de feiticeiro! Quando comparada à liquidação do Partido Bolchevique entre 1935 e 1938, a Noite dos Longos Punhais não passa de um incidente menor!

Mas o antifascismo desvia os olhares da URSS para voltá-los para a Alemanha nazista, onde os acontecimentos, desde janeiro de 1933, oferecem motivos de indignação até demais para os amigos da liberdade. A observação dos fatos, porém, ocupa menos espaço nessa indignação do que a tradição ideológica: Hitler se ufana de esmagar a democracia e a oferece, por isso mesmo, como bandeira a seus adversários. A habilidade de Stálin consistiu em apoderar-se dela. Por sua negatividade abstrata, carente de conteúdo, o ‘antifascismo’, novo rosto da democracia, permite unir democratas e comunistas. Sob a aparência de uma aliança entre iguais, o comunismo procura estender seu raio de influência, apoiando-se no que Lênin detestou e quis proibir para sempre em Outubro de 1917. Hitler perora contra os princípios de 1789, ao passo que Stálin manda promulgar, com grande estrondo, a nova Constituição soviética de 1936. Pelo antifascismo, os comunistas retomam a carreira de democratas, sem nada abandonar do fundo de suas convicções. Na hora do Grande Terror, o bolchevismo se reinventa como liberdade graças a uma negação. Ao mesmo tempo que ganha forças no que detesta, homenagem do vício

- 
1. Secretário do partido e ‘patrão’ da região de Leningrado, Sergei Kirov (1888-1934) defendia certa moderação para com os opositores. Opôs-se a Stálin no caso da ‘plataforma de Riutin’. No XVII Congresso do Partido Comunista da URSS (PCUS) (26 de janeiro a 10 de fevereiro de 1934), os ex-opositores são reintegrados e o Congresso ovaciona Kirov. Trezentos delegados votam contra Stálin nas eleições para o Comitê Central. Kirov é assassinado a 1º de dezembro de 1934. Stálin utiliza o assassinato para ordenar as primeiras repressões em massa dentro do partido. Cf. *supra*, p. 241, nota 3.
  2. O livro clássico permanece até aqui: Robert Conquest, *La Grande Terreur. Les purges staliniennes des années 30*, Stock, 1970; *The Great Terror*, Londres, MacMillan, 1968. Nova edição inglesa, 1991, *The Great Terror: a reassessment*, Oxford University Press. A obra será reeditada em francês pela editora Robert Laffont, na *Collection Bouquins*.

à virtude, intimida seus adversários, espalhando a suspeita de que o anti-sovietismo é a antecâmara do fascismo. Hitler não serve apenas para recauchutar a idéia de um comunismo democrático, mas também para criminalizar o anticomunismo democrático. Assim, a grande virada kominterniana de 1934-1935 orquestra, em seu registro, a reorientação da política externa da União Soviética.

Depois de 12 ou 18 meses, Stálin já avaliou Hitler como um conhecedor. Não vai perder seu tempo, como os dirigentes ingleses, hesitando sobre a questão de saber o que o ditador nazista 'quer realmente'. Entendeu o que ninguém no Ocidente quer ver: *Minha luta* como um programa de governo. Logo, a URSS está ameaçada. Logo, é preciso evitar que ela fique sozinha diante de Hitler ou que seja a primeira a enfrentar seu assalto. Daí a entrada na SDN, as aberturas para o Ocidente, especialmente na França. O Komintern, por sua vez, toca a mesma música em outro instrumento, onde a ideologia, por definição, amplifica e modifica as razões da Realpolitik. Se nos limitarmos ao tom principal, o comunismo antifascista sucede ao comunismo antiburguês, o comunismo de Frente Popular ao comunismo 'classe contra classe', os ataques contra Hitler aos insultos contra Briand. A Revolução Russa reencontrou, através do nazismo, o meio de enriquecer seu caráter universal, no exato momento em que é mais 'asiática' do que nunca. Stálin, por seu lado, toca nos dois teclados: animando através de Dimitrov a propaganda do comunismo democrático e pesando, com Litvinov, as vontades e os recursos das grandes potências européias.

Com efeito, não há razão para pensar que ele só se interesse pela "grande" política internacional e despreze ou deixe de lado a "insignificância" do Komintern<sup>1</sup>. Por certo, não está presente em pessoa, mas Manuilski reina em seu nome. Embora estejamos começando a conhecer bem a atividade e o funcionamento dessa vasta burocracia revolucionária internacional, ainda não sabemos grande coisa de sua articulação suprema, que subordina Manuilski a Stálin. Assim, conhecemos mal a maneira como são tomadas as decisões de cúpula na União Soviética da época. O certo é que Manuilski, assim como Litvinov no setor diplomático, não dispõe de nenhuma margem de autonomia ao secretário-geral todo-poderoso, cujo culto começa a ser celebrado na União Soviética e nos partidos irmãos.

O que sugere a história da 'virada' de 1934-1935 não é o início de uma passagem do Komintern para o segundo plano, mas exatamente o contrário: uma vigorosa retificação de todo o aparelho internacional, mais indispensável do que nunca. Só os militantes do Komintern podem dar à ditadura sangrenta do

---

1. É a hipótese aventada por E. H. Carr, *The twilight of Comintern, 1930-1935*, op. cit.

Kremlin em sua pior época esse aspecto de antifascismo unitário que vai conquistar-lhe os corações dos democratas.

Não que o próprio Stálin subordine a sua política à batalha contra o fascismo: isso será visto com clareza em 1939. Mas o novo período que se abre em 1934 oferece-lhe um slogan popular e um espaço político, através dos quais implantar em toda a Europa um vasto sistema de subversão revolucionária, inteiramente devotado a ele. Em 1939, em 1940, quando se tornou o aliado de Hitler, ele não deixará cair esses kominternianos 'internacionais' dos anos antifascistas<sup>1</sup>. Muitos deles, depois de terem passado na Rússia as duas épocas da guerra, antes e depois de 20 de junho de 1941, revelarão, depois de 1945, os segredos do antifascismo stalinista, tornando-se, por sua vez, em todo o Leste Europeu, instrumentos a um só tempo servis e todo-poderosos do totalitarismo soviético.

Mas não nos antecipemos. E voltemos a Paris, um pouco antes do meio da década de 30, para tentarmos compreender, em seu tempo, o poder desse antifascismo sobre as imaginações.

Sob todos os aspectos, Paris é, naqueles anos, o melhor observatório que possa ter o historiador do comunismo antifascista.

Desde 1917, a Alemanha fora o grande investimento do comunismo soviético. Depois de ter encarnado sua esperança suprema até 1923, permanecera como sua área de manobras privilegiada e ao mesmo tempo sua mais útil aliada. Presidida por Hindenburg, a partir de 1925, a República de Weimar não enfraquecera os laços que se travaram em Rapallo. Mas, atingida pela crise econômica, ela voltara a ser um regime de futuro incerto, presa possível de uma revolução, 10 ou 12 anos depois do fracasso das tentativas anteriores. Essa longa ilusão é destruída por Hitler em 1933: Berlim deixa de ser a segunda capital do mundo comunista, depois de Moscou.

Os comunistas alemães refugiam-se em Paris, onde tornam a encontrar seus camaradas italianos. Muitos militantes expulsos da Europa central ou danubiana por ditaduras de direita vivem também ali. A França da época está aberta para as vítimas das perseguições políticas, e é em Paris que a Internacional reinstala muitas de suas atividades européias. Vimo-lo com Münzenberg, capaz, já no verão de 1933, de fazer o proletariado parisiense vibrar com as desgraças do comunismo alemão. O trabalho começado com o movimento

---

1. Com a condição, evidentemente, de que permaneçam fiéis na época do pacto de agosto de 1939.

de Amsterdã - Pleyel vai prosseguir em maior escala e, a novas custas, mudou a frente de batalha principal.

Todas as honras ao novo senhor: o anfitrião, em Paris, é o PCF, num período crucial de sua história. A seção francesa da Internacional Comunista vegetara durante muito tempo, depois de seu início triunfal em Tours, em dezembro de 1920. Ela integrara, no começo, no fogo do imediato pós-guerra, tantos elementos completamente estranhos ao espírito do leninismo, que logo se viu reduzida a algumas dezenas de milhares de militantes, mantidos em alerta contínuo por Moscou contra a tradição oportunista do socialismo francês, e constantemente na obsessão das disputas internas sobre o caráter operário ou sobre a 'exatidão' de sua linha revolucionária. As bases eleitorais do movimento permaneceram estreitamente localizadas e, no conjunto, muito restritas; e ainda diminuíram em 1932, comparativamente a 1928. Todavia, o PCF está adquirindo, nessa época, seu perfil histórico.

Em primeiro lugar, no plano interno. Não quero entrar no *dédalo* das intrigas de aparelho, em Paris e em Moscou, que levam, em 1931-1932, à eliminação do 'grupo Barbé - Célor' e à seleção de homens que vão fornecer o núcleo dirigente duradouro do comunismo francês — Thorez, Duclos, Marty, Frachon<sup>1</sup>. Toda a operação é organizada e realizada por Manuilski e seu estadao-maior. Thorez é, aliás, dirigido desde 1931 por Eugen Fried, jovem veterano eslovaco da primeira hora, que escapou da aventura Béla Kun de 1919, entrou no aparelho da Internacional em 1924, membro do Politburo do partido tcheco em 1928, estabelecido agora em Paris com plenos poderes<sup>2</sup>. Ele é, na França, o homem do que Robrieux chama de a "glaciação", no sentido de um controle completo e direto da Internacional sobre o PCF.

Ora, essa glaciação interna, adquirida em 1932-1933, precede exatamente a virada externa, a política de Frente Popular: política comum ao conjunto do mundo comunista, mas que vai ter na França um valor de exemplo, pois a França constitui o terreno por excelência de sua elaboração e de seu sucesso.

Como vimos, a cronologia mostra, de fato, o papel desempenhado pela situação francesa na virada dada pelo Komintern no ano de 1934. Essa virada não é certa no início do ano, ao contrário do que pretendeu uma vulgata thoreziana, para afirmar, contra a evidência, a autonomia política do PCF. Os acontecimentos de 6 de fevereiro de 1934 e dos dias seguintes provam o contrário: os comu-

---

1. Se levarmos em conta a eliminação de Doriot em 1934, a defecção de Vassart e de Gitton em 1939. Sobre esses problemas da história interna do PCF, o melhor guia continua sendo Philippe Robrieux, *op. cit.*, cap. 6, pp. 311-406.

2. Cf. *supra*, nota 4, p. 253.

nistas franceses manifestam-se realmente no dia 6 contra as ligas de extrema direita, mas não em favor da República ou da democracia<sup>1</sup>: o mesmo no dia 9, em que as palavras de ordem continuam sendo “os Sovietes em toda parte” ou ainda o “governo operário e camponês”; enfim, se no dia 12 o PCF finalmente se associa, depois do Partido Socialista, à greve geral antifascista decidida pela CGT, nem por isso deixa de manter seus ataques contra o social-fascismo nos meses seguintes. A política de unidade com a social-democracia contra o fascismo, defendida na época por Doriot e Barbé, é condenada por Thorez como “oportunista” em vários artigos de *L'Humanité* de março e abril de 1934. No fim de maio, Doriot é expulso do partido, depois de ter se recusado a ir a Moscou para uma arbitragem da Internacional. Thorez, por seu lado, obtém ali a cabeça de seu rival. Até então fiel à tática ‘classe contra classe’, ele só dá um passo para a política preconizada por Doriot no final de junho, na Conferência Nacional do PCF em Ivry, com base em recomendações escritas vindas de Moscou<sup>2</sup>.

A partir daí, tudo se encaixa rapidamente. A 15 de julho, grande *meeting* de união socialo-comunista organizado em comum pela direção da região parisiense do PC e pelas duas federações do Sena e do Sena-et-Oise da SFIO. A multidão comparece, e a sala Bullier não é grande o suficiente: duplica-se o *meeting* no ginásio Huyghens. Segue-se um pacto de unidade de ação, assinado a 27 de julho entre os dois partidos, pelo qual eles se comprometem a unir suas forças contra o fascismo e a se abster reciprocamente de críticas durante a ‘ação comum’, que deve ser supervisionada por um comitê de coordenação formado numa base paritária. No começo de outubro, a reunificação sindical CGT-CGTU é iniciada. No dia 9 do mesmo mês, na sala Bullier, Thorez lança a palavra de ordem de uma “Frente popular do trabalho, da liberdade e da paz”. Repete-o em Nantes no dia 24, estendendo o agrupamento antifascista aos radicais. Essa extensão é ainda mais natural porque o Partido Radical vem de longa data trabalhando por uma reaproximação franco-soviética; porque Herriot foi, como vimos, um trabalhador ao mesmo tempo lúcido e cego dessa aproximação; e porque, à sua esquerda, homens como Anatole de Monzie e Pierre Cot são advogados do regime soviético, ambos comprometidos no movimento de

- 
1. Este ponto não é mais contestado na historiografia. Um dos testemunhos mais úteis sobre essa história, vista de dentro do PCF, é o relato que dele fez Cilly Vassart, mulher de um dos dirigentes comunistas franceses dessa época, com base em notas deixadas por seu marido. Albert Vassart é secretário na organização até abril de 1934, data em que se torna o representante do PCF em Moscou (posto deixado vago por Marty em dezembro de 1933); portanto, nas primeiras filas para acompanhar o caso Doriot-Thorez e depois a virada antifascista do PCF. Cf. C. Vassart, *Le Front Populaire en France*, Paris, 1962 (recordações inéditas).
  2. Cf. Philippe Robrieux, *op. cit.*, cap. 6, pp. 456-457; C. Vassart, *op. cit.*, p. 34.

Amsterdã-Pleyel e no Agrupamento Universal pela Paz (RUP), iniciativas manipuladas de Moscou<sup>1</sup>.

Assim, tudo se passou como se o comunismo francês, longe de escapar à lógica obrigatória das estratégias do Komintern, constituísse, pelo contrário, seu ponto de aplicação privilegiado. Como a Alemanha passou de forma duradoura para o domínio de Hitler, a França ganhou uma importância ainda maior, aos olhos de Stálin, do que na época em que só encarnava o imperialismo vencedor em Versalhes. Seu Partido Comunista, em perpétua remodelagem em Moscou, desde a origem, mas muito especialmente desde 1931, finalmente conseguiu um estado-maior duradouro, encarregado de uma missão capital: ser a vanguarda da virada antifascista, depois de ter se tornado realmente um partido stalinista. Mas se o PCF não escapa à lei do Komintern, de qualquer forma ele vai dar a esse papel uma precocidade e um brilho excepcionais. Os enviados especiais que se sucederam na França por todo o ano de 1934 — o próprio Manuilski, Anna Pauker, Gottwald, Togliatti, para não falar de Fried, ali residente. Eles pararam de discutir, de consultar, de argumentar, pois o universo comunista une o gosto pela conversação ‘teórica’ à segurança da servidão voluntária. Mas desta vez, ao contrário do que se passou na Alemanha, eles semearam o bom grão no bom terreno. A Alemanha os rejeitara, a França vai lhes dar ouvidos.

Desde 1918, a França vive à sombra da guerra. Em cada casa, cada família pôs no lugar de honra a foto do pai, do irmão ou do marido desaparecidos; cada aldeia mandou gravar no monumento erguido na praça a longa lista de seus mortos, que ainda espanta o passante de hoje e não cessou completamente de emocionar. Essa formidável vitória militar, ninguém sabe ainda que ela é ao mesmo tempo a primeira e a única do século, mas todos sentem o quanto ela custou e continuam a pagar seu preço na economia de suas recordações. A hecatombe dizimou as jovens gerações. Arruinou tanto o país vencedor, que não era o mais forte, quanto o país vencido, tratado com extremo rigor. Sejam eles de esquerda ou de direita, os franceses não querem nunca mais ter de voltar ao massacre, o que os leva quer a exaltar uma força que os abandonou, quer a fazer guerra à guerra, inclusive contra o seu governo.

Desconfio que haja algo da mesma paixão nas fanfarronadas patrióticas ou nas proclamações antimilitaristas do pós-guerra: algo do “isso nunca mais!” Os franceses da época são o povo para o qual a vitória saiu tão cara que paralisou a sua vontade. O medo retrospectivo do que padeceram leva-os por um caminho

---

1. Yves Santamaria, *op. cit.*, Thierry Wolton, *Le grand recrutement*, Paris, Grasset, 1993.

desconhecido por eles próprios a uma espécie de abdicação coletiva. É isto que dá ao nosso entre-guerras esse caráter um tanto lúgubre e esse fim inglório.

Contudo, na década de 20, o ódio à guerra alimentara na esquerda sentimentos violentos. Ela fora tudo, menos uma paixão fraca. Ela era inseparável da revolução. Basta reler os textos famosos da Segunda Internacional, traídos em 1914; os culpados tinham sido apontados ali antecipadamente: os interesses capitalistas, o sistema imperialista, as burguesias. Seu crime só fizera crescer quatro anos depois, na experiência vivida dos sobreviventes das trincheiras. Assim, a denúncia da guerra imperialista constituíra o anátema preferido do extremismo revolucionário, cujo centro era formado pelo jovem PCF, mas englobava em sua periferia outros núcleos: os restos do sindicalismo revolucionário, os pacifistas ou os antimilitaristas radicais, ou os intelectuais de Clarté<sup>1</sup>, por exemplo.

Mas os pacifistas, já na época, têm também um aspecto moderado. Do lado dos vencedores, a idéia de manter a paz pela superioridade conservada da força militar justificou ainda a ocupação do Ruhr pelo Exército francês em 1923; ela morreu de sua contradição interna e do fato de ainda usar a máscara da guerra na paz que voltou. O desejo que domina a opinião pública na França é o de conservar essa paz tão duramente ganha através da instauração de uma rede defensiva de alianças e de um sistema internacional de obrigações e de sanções. O silêncio definitivo das armas na resolução dos conflitos entre Estados não depende da revolução, mas da aceitação por todos dos procedimentos jurídicos da democracia: A Sociedade das Nações foi concebida como um tribunal de arbitragem. Esse pacifismo é denunciado como um produto do Tratado de Versalhes, um pacifismo de vencedores, um imperialismo disfarçado; mas, democrático e nacional, traduz melhor os sentimentos ambíguos de um número muito maior de cidadãos. Os franceses gostariam de ser os notários de sua vitória.

Existe entre os dois tipos de pacifismo uma oposição de princípios. Para ficarmos apenas com essa fortaleza da esquerda, a Liga dos Direitos do Homem, cuja história foi esboçada por Christian Jelen<sup>2</sup>, podemos ver até que ponto o debate sobre a paz é conflituoso, a partir de um ideal e de um sentimento compartilhados. No início de 1927, por exemplo, abre-se a discussão da lei Paul-Boncour sobre “a organização geral da nação para o tempo de guerra”: texto que prevê, por um lado, uma organização militar estritamente defensiva frente à Alemanha e, por outro, disposições diversas de governo e de mobilização do país nessa eventualidade. A maioria dos membros da liga aprova seu espírito democrático. Mas a própria hipótese da guerra basta para indignar os pacifistas

---

1. Movimento internacional de intelectuais fundado em 1919 por Henri Barbusse.

2. Christian Jelen, *Hitler ou Staline. Le prix de la paix*, Flammarion, 1988.



radicais: “Desde 1914”, brada Michel Alexandre, “sabemos como as leis são contornadas e como toda guerra de aventura pode ser batizada de guerra de defesa”. Alexandre é um filósofo, discípulo de Alain, a quem oferece a cada mês uma tribuna em seu jornal polêmico mensal, *Libres Propos*. Pertence ao pequeno grupo de jovens intelectuais publicamente revoltados contra a guerra já em 1916 e que fizeram dessa revolta o tecido de sua existência. Veementes contra as mentiras da propaganda belicista, hostis a Versalhes, ao imperialismo francês, à SDN, ridicularizando o patriotismo e o Exército, há tempos já perderam as ilusões sobre o Partido Socialista, que ainda pronuncia as palavras do antimilitarismo quando já traiu seu espírito.

Sua inclinação os empurra, em graus diversos, para o comunismo, sobre o qual muitas vezes não sabem grande coisa, a não ser que eliminou o capitalismo e, portanto, os mercadores de canhões. A União Soviética, vítima em 1918-1920 da guerra de intervenção, odiada pelas grandes potências imperialistas, volta um de seus perfis às suas paixões. Mas o outro é menos atraente: esses individualistas, esses libertários, não gostam do aquartelamento comunista. O partido, por seu lado, desconfia dos intelectuais e nada esqueceu das críticas de Lênin sobre o pacifismo pequeno-burguês, mesmo o mais intransigente. Mais do que isso: na imensa gama de posições políticas oferecidas pela paixão da paz, as mais extremas são, para os comunistas, as mais suspeitas. Se reivindicam a revolução, pode muito bem se tratar de uma revolução diferente da deles, portanto perigosa para ela, odiando o Estado em vez de adorá-lo; e se se pretendem hostis a qualquer guerra, sejam quais forem as circunstâncias e os participantes, podem um dia fazer o jogo do adversário de classe. O futuro, aliás, o mostrará.

Pois se a ‘luta pela paz’ está realmente na primeira linha das lutas comunistas, se ela traduz também a condenação do capitalismo, ela tem, neste contexto, um significado muito particular, já que se baseia inteiramente na avaliação da relação entre a URSS e o mundo capitalista. Daí a dramatização imaginária da iminência de uma guerra anti-soviética, constantemente brandida por Stálin como razão de ser da vigilância revolucionária, da unidade do Partido Bolchevique e da disciplina do movimento inteiro. O elemento novo, a partir da crise econômica mundial e dos progressos do nacional-socialismo alemão, consistiu em superpor ao ‘agravamento das contradições’ entre a União Soviética e o imperialismo mundial a probabilidade crescente de guerras interimperialistas<sup>2</sup>: essa hipótese, impecavelmente leninista, abre à União Soviética um espaço diplomático de manobra entre

---

1. Christian Jelen, *op. cit.*, cap. 6, p. 79.

2. Cf. Stéphane Courtois, “Le système communiste international et la lutte pour la paix, 1917-1939” in *Relations Internationales*, n<sup>o</sup> 53, 1988, pp. 5-22.

as potências capitalistas. Ela subjaz ao mesmo tempo à organização do movimento de Amsterdã - Pleyel (e à sua evolução de Amsterdã a Pleyel, entre 1932 e 1933) e à idéia de uma aproximação com a França, que foi aos poucos se tornando um dos objetivos da política externa soviética.

Consumada e oficializada em 1935, a virada antifascista é acompanhada da declaração de Stálin a Pierre Laval, durante a assinatura do pacto franco-soviético<sup>1</sup>; Stálin, no estilo sóbrio que lhe é habitual, aprova ali “a política de defesa nacional da França, para manter sua força armada à altura de sua segurança”. A pequena frase assinala, do lado soviético, uma reorientação da ‘luta pela paz’, provocando um grande tumulto na vida pública francesa, e muito especialmente nas relações do PCF com a esquerda. No que tem de anedótico, o caso tem o encanto teatral das surpresas e das reviravoltas: para falar das coisas militares, *L’Humanité* passa da rubrica “bocas de vaca” a comentários sobre o “exército republicano”. Mas, no que tem de importante, ela constitui um rearranjo fundamental da imagem do comunismo na opinião francesa.

Esse rearranjo divide-se em dois painéis: ruptura com o pacifismo ‘duro’ e desenvolvimento de um pacifismo unitário, até mesmo nacional, através do antifascismo.

A partir desse 15 de maio de 1935, e até 1939, o PCF opõe-se violentamente aos militantes do antimilitarismo e da paz a qualquer preço, inclusive por concessões a Hitler. Os que permanecem antes de tudo na obsessão da luta contra Versalhes, da batalha contra sua própria burguesia e seu próprio exército estão de agora em diante fora de sua órbita e não raro são seus adversários. No pacto, tão vago no entanto, concluído com Stálin, vêem renascer a aliança russa que antecedeu a guerra de 1914; na desistência de combater os orçamentos militares da França, vêem o retorno da União Sagrada.

Contrários à guerra contra Hitler, eles o serão cada vez mais, sem nada cederem de suas posições quando se precisarem as ambições de Hitler e a probabilidade da guerra. Convencidos de que se pode ‘pacificar’ o chanceler alemão através da negociação, quando menos porque ele também luta contra as conseqüências de Versalhes, eles traduzem uma vasta corrente de opinião de esquerda, especialmente entre os professores primários, cujo sindicato dominam. De resto — o que é tristemente revelador da época —, ganham em lucidez acerca de Stálin o que têm de ilusões acerca de Hitler: pois ei-los que se tornam, de amigos do comunismo, seus acusadores. Começam a denunciar a sua tirania. Desconfiam também que a inevitabilidade da guerra com Hitler, recusada tão apaixonadamente por eles, faça parte dos cálculos de Stálin e que o verdadeiro objetivo do secretário-geral seja ori-

---

1. Cf. *supra*, pp. 252-253.

entar a ameaça nazista para o Ocidente. Tanto nas capelas do antimilitarismo como no Sindicato dos Professores Primários, tanto no que resta do sindicalismo revolucionário como entre os discípulos de Alain, as palavras cuidadosamente calculadas de Stálin a Laval são o sinal da marcha rumo à guerra. Todos eles continuam anti-hitlerianos, mas colocam a paz acima de uma cruzada contra o fascismo.

Mas a força do Partido Comunista, frente aos ataques desse tipo, consiste em defender sua nova linha também 'em nome da paz'. Consiste em não dissociar luta antifascista e combate pela paz. Esta já fora a divisa do movimento Amsterdã - Pleyel. Mas, na época, o fascismo não era especificamente alemão; era a tendência de todo imperialismo, a começar pelas potências vitoriosas de 1918. Em 1935, ele encontrou um país: a Alemanha, e um nome próprio: Hitler. Como poderia a opinião francesa, por mais farta que estivesse dos horrores da guerra, ignorar essa germanização evidente do fascismo? Oficializando o rearmamento alemão, aumentando os riscos de um novo conflito, a conquista hitleriana do poder absoluto também tornou mais indispensável a luta pela manutenção da paz. Em 1932, quando a Internacional Comunista falava da iminência de um ataque imperialista contra a URSS<sup>1</sup>, só acreditavam piamente nela os que estavam de antemão convencidos. Não que a situação da época não pudesse alimentar o pessimismo; mas nenhum francês podia imaginar-se às vésperas de uma mobilização armada contra a URSS. Em 1935, pelo contrário, a Alemanha nazista faz renascer uma imagem mais familiar da guerra: as lembranças estão muito próximas. Os franceses estão decididos a esconjurar esse trágico recomeço, tanto mais que não podem deixar de temê-lo, embora Hitler declare que tampouco o quer<sup>2</sup>. Por isso, a nova situação alemã confere à luta pela paz uma credibilidade que jamais lhe pôde dar a denúncia do imperialismo francês. Apoiado na SDN, como a URSS, e cheio de um novo respeito pela ordem internacional e pelos tratados assinados pela França, o PCF faz agora seus exercícios vocais num registro mais burguês.

Seus novos adversários, a que logo se junta Doriot<sup>3</sup>, o excluído de 1934, acusam-no de consentir antecipadamente à guerra, através do tratado franco-soviético. Tal suspeita não é absurda, já que acerta o cálculo de Stálin e a origem mesma

---

1. Yves Santamaria, *op. cit.*, t. I, pp. 159-199. A análise da Internacional tem como pano de fundo a crise econômica internacional, a agressão japonesa na China e a tensão na Europa a propósito das 'reparações' alemãs. Como sempre, ela mescla uma reflexão profunda sobre as contradições cada vez maiores entre as grandes potências a um delírio interpretativo sobre a 'iminência' de um ataque 'imperialista' contra a URSS.

2. Hitler não se cansa de manifestar seu desejo de paz em seus discursos de 1934, 1935 e 1936.

3. Doriot escreve, por exemplo, em "La France ne sera pas un pays d'esclaves" (*Les Oeuvres Françaises*, 1936): "Para Stálin, precisamos servir de pára-raios nesse imenso furacão que Hitler desencadeou em seu país. Temos de atrair esse ciclone para nossas costas. É esse o objetivo de Stálin... a aliança com os Soviéticos é a guerra. Aqueles que não entendem isso não entendem nada da situação".

da virada comunista. Por outro lado, porém, a União Soviética entrou para a SDN; arrumou para si um comportamento internacional e parece convertida à diplomacia de ‘segurança coletiva’ que forma o fundo comum a Herriot e a Blum em matéria de política exterior. O fascismo, enfim, eternamente a rondar nos bastidores do capitalismo, encontrou sua encarnação principal no inimigo hereditário da França, a Alemanha vencida em 1918, mas que voltou a ser a Alemanha de sempre. Outras tantas razões que permitem dar à defesa da paz uma substância não só antifascista, mas também nacional: do adjetivo por tanto tempo proibido e que permanece suspeito ou maldito na extrema esquerda pacifista, os comunistas franceses vão fazer uma arma nova. Bastará ajustá-lo à luta de classes, para não se expor à censura de não ter inimigos internos: imediatamente, estes se tornam, contra a evidência, mas por uma espécie de necessidade ao mesmo tempo retórica e ‘objetiva’, os ‘hitlerianos franceses’.

Invenção comunista, o ‘hitlerismo’ francês é, com efeito, quase impossível de encontrar na vida política francesa de antes de 1939: o que está mais perto dele é o Partido Popular Francês (PPF) de Doriot, em 1938-1939, depois que a maior parte de suas celebridades, Drieu, Pucheu, Jouvenel, o abandonaram. Mesmo a existência de um verdadeiro fascismo francês é, no mais das vezes, posta em dúvida pelos historiadores do período. O que, em compensação, fica claro é a existência de um “campo magnético” da ideologia fascista, especialmente sob sua forma mussoliniana, na política francesa: podemos fazer o seu inventário e medir seus efeitos entre os Cruz de Fogo do coronel De la Rocque, na direita, assim como, à esquerda, entre os neo-socialistas de Déat, entre os ‘frentistas’ de Bergery ou entre os trânsfugas do comunismo como Doriot. A vida intelectual, por seu lado, oferece muitos testemunhos sobre ele, mas num outro plano. Na ordem política, a admiração e a imitação do nacional-socialismo se chocam com as exigências da situação interior e internacional: os franceses, frágeis vencedores do último conflito, não são propensos ao belicismo nacionalista; e Hitler é o inimigo potencial de seu país, numa guerra de desforra cujas paixões seu regime está provocando. Assim, o nacional-socialismo não constitui um verdadeiro exemplo para aqueles que detestam ao mesmo tempo o liberalismo, o parlamentarismo ou o comunismo. O que lhe traz se não amigos, pelos menos espectadores indulgentes, se nutre sobretudo da idéia de pactuar com Hitler: mas isso é também o que o impede de existir como movimento fascista, privando-o da exaltação nacionalista.

- 
1. A expressão é tirada de Philippe Burrin, *La dérive fasciste. Doriot, Déat, Bergery, 1933-1945*, Paris, Le Seuil, 1986. Vide também, sobre o mesmo assunto: Michel Winock, *Nationalisme, antisémitisme et fascisme en France*, Le Seuil, Points-Histoire, 1982, pp. 248-292; Antoine Prost, *Les Anciens Combattants et la Société Française, 1914-1939*, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 3 vols., 1977.

Frente a isso, os comunistas vestiram a camisa nacional. Mas precisam mostrar a senha em matéria de democracia: o que não é, *a priori*, tão fácil, para um partido que é uma seção da Internacional Comunista. Os grandes processos de Moscou, que se abrem em 1936, vão formar uma vitrina do terror. A existência de uma vasta repressão, que atinge personalidades conhecidas, é menos fácil de esconder do que a liquidação do *kulak* ucraniano alguns anos antes.

Uma primeira linha de contra-argumentação consiste em evocar a radicalização do combate: o nazismo não fez distinção entre seus adversários. Hitler liquidou com um mesmo gesto tanto o Partido Comunista quanto a República de Weimar. Pôs no mesmo saco os comunistas e os democratas, todos os partidos juntos. Mais ainda, ele mostrou, ao esmagar primeiro os comunistas, que a perseguição anticomunista abria o caminho para a liquidação da democracia. Ao mesmo tempo que dá essa lúgubre prioridade, em seus primeiros campos de aprisionamento, aos militantes comunistas alemães, ofereceu ao Komintern um trunfo estratégico e ideológico, pela simplificação do combate em dois campos: o fascismo e o antifascismo. A identificação da democracia liberal e do marxismo, tão familiar ao pensamento alemão, tão fundamental na ideologia nazista, recebeu dos acontecimentos de 1933 uma espécie de confirmação, mesmo para aqueles que a julgavam incoerente ou absurda. Hitler acabou impondo-a até a seus inimigos, forçando-os a se reunirem contra ele. Se os marxistas e os democrata-liberais são perseguidos juntos, não será isso um indício de que compartilham algo de mais importante do que seus desacordos? No mínimo, não será sinal de que devem unir-se contra um adversário comum? Em geral, os democratas não se detêm muito no aspecto filosófico da primeira pergunta; preferem, na falta de melhor, ficar com as comodidades da segunda: a urgência das circunstâncias absolve da contradição dos princípios. E os comunistas são políticos de manobras sutis demais para levarem mais adiante do que o necessário a discussão sobre a ordem constitucional ou sobre o pluralismo democrático. É por isso que a reunião de uns e outros contra Hitler e seus supostos seguidores na França se constituiu inicialmente ao redor de uma negação: a causa do antifascismo abriga indistintamente partidos e homens que têm idéias contrárias sobre a democracia.

Contudo, essa negação já efetua uma primeira reintegração do comunismo na ordem democrática, uma vez que postula que ele faz parte dela: para concebê-lo, basta separar liberalismo e democracia, de acordo com uma inclinação familiar ao gênio nacional desde a Revolução Francesa. Assim, o antifascismo pode recobrir também, numa versão mais elaborada do que a mera reação de defesa, um início de resposta à questão filosófica sobre a democracia moderna. Simplificando o universo político em dois campos, ele leva implicitamente à idéia de que um desses campos, o que luta contra Hitler, reúne não aliados ocasionais e divididos sobre

tudo, unidos apenas pelas circunstâncias, mas sim homens que representam duas épocas do mesmo movimento de emancipação: a democracia burguesa e a democracia proletária. A idéia desse encaixe cronológico faz parte do patrimônio socialista. É verdade que Blum e seus amigos, durante o Congresso de Tours, se recusaram a estender seus benefícios aos bolcheviques e preferiram a liberdade à unidade. No entanto, não fecharam o debate sobre as relações entre o regime soviético e a democracia. Mesmo na época em que os comunistas franceses traçaram a mais estrita linha de separação do mundo capitalista, combatendo continuamente a esquerda do mundo burguês, socialistas ou radicais, muitos elementos dessa esquerda continuaram a tratá-los como irmãos separados, mas não perdidos.

Lancemos um olhar retrospectivo sobre o Congresso Nacional de 1927 da Liga dos Direitos do Homem, esse santuário da República e dos republicanos. A ordem do dia convida a um debate sobre “os princípios da democracia”<sup>1</sup>: trata-se de uma maneira de retomar a eterna discussão francesa sobre as relações entre a liberdade e a igualdade, os direitos formais e os direitos reais, ou ainda entre a democracia e a revolução. Pode a legalidade republicana ser “posta de férias”, pergunta um delegado da seção de Courbevoie, em nome dos progressos da igualdade ou em nome do socialismo? A questão faz ressurgir o fantasma da ‘ditadura do proletariado’, à qual a maior parte desses republicanos continua hostil, em nome da liberdade e dos Direitos do Homem. Mas o presidente da liga, o velho partidário de Dreyfus, Victor Basch, não pode conformar-se com uma profissão de fé tão legalista e conclui a discussão abrindo para a República — até para a República — um futuro revolucionário:

“Eu digo que partindo, não de princípios políticos — não nos deixaremos seduzir por este caminho —, mas partindo de princípios de liberdade e igualdade que são nossos, os mesmos de 1789, a insurreição pode se tornar para nós o mais sagrado dos direitos e o mais indispensável dos deveres.

“Ah! camaradas, não tenhamos medo da palavra revolução! E percebamos que toda revolução é necessariamente uma vacância da legalidade. (Aplausos.)

“Nós nascemos, nós, da revolução, nossa República nasceu de uma revolução. Vocês acreditam, então, que a era das revoluções esteja encerrada para sempre?... Será que, porque uma classe adquiriu, graças a essa revolução, o lugar que tinha razão de reivindicar, vocês podem acreditar que as classes que não tiraram proveito da revolução vão contentar-se eternamente com o lugar humilhado que lhes é dado na atual organização social? Não! Não acreditem nisso...”

---

1. *Ligue des Droits de l'Homme. Le Congrès National de 1927*. Relatório estenográfico, 15-17 de julho de 1927, Éd. de la Ligue des Droits de l'Homme.

A revolução. Aí está, provavelmente, a palavra-chave que liga esses democratas da Liga dos Direitos do Homem à experiência soviética, embora conheçam (um pouco) e critiquem seu caráter despótico. De fato, eles compartilham com os bolcheviques russos a memória da origem revolucionária da democracia francesa. Por mais que essa origem esteja distante, ela não cessou de ressurgir do passado, trazida pelas oportunidades de reencarnação que os acontecimentos não deixaram de oferecer à sua lenda. Assim, a política revolucionária à francesa acompanhou toda a história da França e da Europa continental no século XIX, como o mostraram, de modo especial, os acontecimentos de 1848. Ela não faltou ao encontro com o bolchevismo russo, e já vimos até que ponto a esquerda francesa do imediato pós-guerra, por sua vez, se representou a Revolução de Outubro através do prisma da 1793.

Pois a Revolução Francesa apresenta a característica excepcional de ter um desenrolar tão rico e tão complexo que pode ser exibida como um precedente até por aqueles que procuraram obliterar a sua herança. Aos olhos de um marxista, e mais ainda de um marxista-leninista, não há dúvida de que ela assinala o advento da burguesia e de seu séquito de ilusões políticas. Todavia, ela produz também o jacobinismo, momento heróico, ao passo que o burguês só tem olhos para o útil; tensão extrema da vontade, ao passo que o burguês prefere o econômico ao político; aventura igualitária, ao passo que o burguês sonha com a riqueza; democracia sem liberdade, ao passo que o burguês pretende fazer o que bem entende. Um episódio que reabilita a guilhotina em nome da salvação pública e a justifica antecipadamente em nome da igualdade: através dele, a Revolução Francesa consegue os elementos de sua própria superação e pode reinar ainda sobre os séculos que a sucedem.

O bolchevismo russo da década de 20, assim como, aliás, os comunistas franceses, nunca abandonaram a referência ao exemplo jacobino: poderíamos facilmente mostrá-lo com base na frequência dessa referência em *L'Humanité*, mesmo nos períodos mais sectários da história do PCF. Isso nada tem de espantoso, se pensarmos no jacobinismo como um precedente do bolchevismo na ordem da ditadura terrorista exercida em nome do povo: antes de ser condenada como “democracia totalitária” por historiadores da segunda metade deste século<sup>1</sup>, a democracia jacobina foi celebrada quer como ditadura da salvação pública<sup>2</sup>, quer como pre-

---

1. Tenho em mente, antes de tudo, Jacob Leib Talmon, *The origins of totalitarian democracy*, Secker and Warburg, 1952; *Les origines de la démocratie totalitaire*, Calmann-Lévy, 1966; *The myth of the nation and the vision of revolution: the origins of ideological polarisation in the XXth century*, University of California Press, 1981.

2. Esse é o caso mais frequente, na historiografia republicana francesa do século XIX, de Michelet a Aulard, com múltiplos matizes sobre a legitimidade do recurso, mesmo provisório, ao terror.

figuração efêmera do poder do povo reunido contra seus inimigos externos e internos'. Em ambos os casos, sobretudo no segundo, o precedente de 1793 é essencial à legitimação da 'ditadura do proletariado' tal como Lênin, verdadeiro Robespierre do proletariado, a concebe e a põe em prática através do terror, a partir de 1918.

O 1793 russo, porém, não cessa com a guerra civil ou com a guerra estrangeira. A ditadura terrorista do Partido Bolchevique sobrevive à sua vitória e à eliminação de seus inimigos. Ao mesmo tempo que se perpetua como poder absoluto, fundamentado na ideologia e no temor, ela — cada vez mais monolítica e cada vez mais nas mãos de um só — se lança em aventuras sem precedente, como a coletivização dos campos. Já não luta contra seus inimigos. Inventa-os para liquidá-los. Por isso, à medida que o tempo vai passando e o regime soviético vai afirmando sua onipotência, ele tende a perder uma parte de sua legitimidade 'jacobina', com o fim de sua fragilidade. Por mais que Moscou evoque constantemente, entre 1927 e 1932, a 'iminência' de uma guerra anti-soviética, a palavra de ordem tem mais como resultado mobilizar em toda parte a extrema esquerda revolucionária contra cada uma das burguesias imperialistas do que recriar em favor da URSS uma situação de salvação pública.

Mais uma vez, Hitler é que vai dar essa situação de presente a Stálin, pelas ameaças que faz pesar sobre a URSS tão logo chega ao poder. Não que o novo chanceler alemão se lance imediatamente em escaladas agressivas em matéria de política externa, muito pelo contrário. Mas o processo de Leipzig oferece-o como espetáculo ao mundo, como o personagem central das lutas contra o comunismo internacional. Stálin leva em conta o que os dirigentes ingleses e franceses vão por tanto tempo recusar-se a ver: que, desta vez, com Hitler, a guerra vem aí e o destino da URSS será jogado nela, conforme as modalidades do conflito. Daí que ele entre naturalmente num discurso de salvação pública e que no Oeste da Europa, especialmente na França, os adversários de Hitler acreditem reencontrar aí um tom familiar. Se a luta de Hitler e de Stálin é de novo a da revolução e da contra-revolução, como se sentiriam estranhos a ela?

Stálin fala de escalada dos perigos externos, de acentuação da luta de classes no interior, de depuração dos traidores, de mobilização geral para salvar a pátria socialista: esses temas 'jacobinos' escondem o Terror de massa desencadeado por ordem sua a partir de 1935, isso nada tem a ver com a defesa do país frente à Alemanha nazista. Mas como poderiam eles ficar sem efeito sobre os militantes de uma esquerda francesa acostumada a justificar o Terror jacobino pelos complôs da contra-revolução? Tendo entrado num de seus piores períodos, o totalitarismo stalinista encontra uma parte do apoio que recebe ou do entusiasmo que

---

1. Nessa linhagem, julgo que o autor-fonte é Buchez.



suscita nessa 'analogia' histórica. Já em 1918, a desculpa das circunstâncias servira para idealizar o caráter da Revolução Russa. No meio da década de 30, o papel é renovado, num teatro mais amplo, pela ameaça do nazismo. Satanizando o comunismo, designando-o como o inimigo por excelência, Hitler recomenda-o à amizade dos democratas. O ódio que ele lhe dedica lhe passa um certificado de garantia democrática. Assim como tem pacifistas fascizantes, a França terá democratas comunizantes.

O sentido mais profundo da ideologia antifascista elaborada pelos homens do Komintern é, realmente, usar como pretexto a divisão bipolar do mundo político feita pelo nazismo para usá-la contra ele como uma arma decisiva. Hitler empurra a União Soviética para o campo da liberdade. Não basta ela ter se tornado, pela força das coisas, a aliada natural das democracias. A lógica da ideologia exige também que ela seja democrática: não como a França, uma vez que é comunista, mas ainda mais do que ela, uma vez que suprimiu o capitalismo. A esquerda francesa não tem de procurar muito longe em sua tradição para batizar uma nação que procura construir uma nova ordem social e deve defender-se contra potências reacionárias: é uma democracia revolucionária. Se os soviéticos não dispõem de todos os luxos da liberdade, é justamente por causa dessa situação. A uma revolução há muito tetanizada pelo terror burocrático, Hitler devolveu a inocência dos primórdios.

Mesmo os grandes processos de Moscou<sup>1</sup>, um pouco mais tarde, receberão daí a luz que os tornará verossímeis, tirando-os de sua extravagante e misteriosa novidade. Pois também eles têm precedentes na Revolução Francesa. Antes de Stálin, Robespierre teve de desmascarar os inimigos da revolução, ocultos no interior da revolução. Abramov, por exemplo, um pequeno livro publicado em 1937 pelo historiador comunista Jean Bruhat e intitulado *Le châtimeut des espions et des traîtres sous la Révolution Française*<sup>2</sup> (*O castigo dos espões e dos traidores sob a Revolução Francesa*). Ele começa evocando o perigo de guerra que pesa sobre a União Soviética, em razão do cerco capitalista, e citando o próprio Stálin acerca da comparação dos complôs anti-soviéticos com as maquinacões estrangeiras contra a França revolucionária. Em ambos os casos, o mesmo fenômeno: a 'conspiração do

---

1. Ao final do primeiro processo de Moscou (19 a 23 de agosto de 1936), os 16 acusados (entre os quais G. Zinoviev e L. Kamenev) são condenados à morte e executados 24 horas depois. No segundo processo (23 a 30 de janeiro de 1937), 15 dos 17 acusados (entre os quais G. Piatakov e K. Radek) são igualmente condenados e executados imediatamente. No terceiro processo (2 a 13 de março de 1938), outros 'velhos bolcheviques' (Bukharin é o mais célebre deles) são liquidados, assim como Iagoda, o ex-diretor da polícia política que organizou os processos anteriores. Esses três processos apresentam as mesmas características: as acusações fantasistas baseiam-se apenas nas confissões arrancadas dos acusados.

2. Paris, Bureau d'Éditions, 1937.

estrangeiro' compra personalidades revolucionárias para melhor acabar com a revolução. O processo de Danton movido por Robespierre foi exatamente redefendido por Mathiez, que nele vê apenas o castigo de um corrupto e de um traidor pela justiça revolucionária. O protetor do traidor Dumouriez representa o antepassado dos Zinoviev e dos Kamenev, e Saint-Just, um justiceiro como Vychinski. Para mostrar bem o que tem em mente, em seguida Bruhat passa em revista os generais da Revolução Francesa executados por 'traição': dá a Tukhatchovski e suas cumplicidades nazistas é só um passo, logo dado! "Por que o que foi verdade em 1793 se tornaria uma calúnia odiosa em 1937? Será que acreditam que as potências fascistas não têm pela primeira República operária e camponesa um ódio tão violento quanto o dos Estados feudais pela Revolução Francesa?"

Assim, o antifascismo funciona num registro duplo: por um lado, destina-se a agrupar contra Hitler (e, de modo acessório, contra Mussolini) não só a esquerda comunista e socialista, mas também os democratas, e até os patriotas, em suma, essa vasta e vaga nebulosa chamada pelo vocabulário do Komintern de "massas populares"; por outro, ele deve ter como centro a unidade da classe operária e como guias os partidos comunistas. Pois o fascismo é apenas uma forma política tardia do capitalismo: sua extirpação definitiva supõe que seja dado um fim à dominação do capital. A tática do agrupamento antifascista faz, portanto, parte a longo prazo de uma estratégia revolucionária: isso poderá ser visto depois da guerra, nos países da Europa central e oriental, que se tornarão, sob essa bandeira, 'democracias populares'. Mas ela comporta também uma primeira época defensiva, consagrada a derrotar o fascismo com a ajuda de todos os democratas. De sorte que ela pode adotar, numa ambigüidade propícia e conforme o grau de iniciação dos combatentes, todas as variações da gama 'democrática', no sentido em que os marxistas a entendem: da defesa da República, dos Direitos Humanos e das liberdades até a luta pelo modelo soviético, em que essas palavras de ordem supostamente não têm mais substância, pois a luta de classes não existe mais. Nas manifestações de massa, os slogans de defesa antifascista substituem o velho 'os Sovietes em toda parte!' do proletariado parisiense. Mas nem por isso o objetivo final é perdido de vista. A idéia de 'democracia revolucionária', que os comunistas franceses exumam de 1793, cai sob medida para esconder as ambigüidades de um antifascismo ao mesmo tempo liberal e antiliberal, defensivo e conquistador, republicano e comunista.

---

1. J. Bruhat, *op. cit.*, p. 56.

Não faz parte do assunto deste livro fazer a história da Frente Popular na França. O que me importa compreender dela está alhures: a situação e a estratégia que a tornaram possível, e o conjunto das representações políticas que a tornaram o maior momento da esquerda francesa entre as duas guerras. É no exemplo francês que o historiador vê mais claramente se encarnar a virada da política do Komintern em 1934-1935 e apreende em sua complexidade o sentido do antifascismo, ao mesmo tempo como ideologia retransmissora do comunismo e como cimento da reencontrada unidade da esquerda.

Naqueles anos, a vitória do nacional-socialismo na Alemanha somou seus efeitos à crise francesa. Crise econômica, que se desencadeou mais tarde do que na América ou na Alemanha, mas que não acaba mais. Crise política latente e tagarela, ilustrada pelos acontecimentos de fevereiro de 1934 e cujo sintoma mais manifesto é o antiparlamentarismo, tão difundido na esquerda e na direita. Mas talvez ele próprio remeta a um mal ainda mais geral, de ordem nacional. Melindrosamente envolta numa vitória cujos benefícios teme perder, sem querer assumir suas condições, a França é uma nação carente de vontade, frente a uma Alemanha empenhada em recuperar a sua. Esse desnível explica grande parte do fascínio exercido sobre a política francesa pelo fascismo — e, portanto, também pelo antifascismo.

As idéias fascistas — quer, por exemplo, o desprezo pelo regime parlamentar, quer a crítica do individualismo burguês, quer a exaltação da comunidade nacional — estão no ar do tempo. Elas cruzam temas antigos na direita e na esquerda francesas. À direita — por exemplo, nas ligas —, elas se chocam com o sentimento antialemão, à esquerda com o apego à República. Mas realizam dos dois lados um lento trabalho de solapamento, sem garantir a ninguém uma base ideológica estável. Mesmo o antifascismo militante de um Bergery, por exemplo, não resiste, já em 1933-1934, a uma espécie de imitação inconsciente dos métodos de luta e de propaganda fascistas. Tendo partido de um apoio ao movimento de Amsterdã-Pleyel, o político radical passará pouco a pouco da Frente Popular a uma simpatia pelo fascismo italiano e à busca da paz a qualquer preço<sup>1</sup>. Christian Jelen foi o bom cronista das ambigüidades do pacifismo francês dos anos precedentes à guerra, que mistura extrema esquerda e extrema direita<sup>2</sup>! Basta considerar o Partido Socialista de Léon Blum, dilacerado desde 1920 entre a intransigência doutrinal e a participação nos governos burgueses: ele tem de per-

1. Philippe Burrein, *op. cit.*, cap. 7, “As ambigüidades do frentismo”.

2. Christian Jelen, *L'aveuglement, op. cit.*; *Hitler ou Staline, op. cit.*

manecer marxista para não perder terreno demais à esquerda para seu rival comunista, mas com isso se impede de governar com o Partido Radical, tornando impotente a esquerda, por exemplo, depois das eleições de 1924 e de 1932<sup>1</sup>. Já em 1933, passou pela cisão dos ‘néos’, que delinea em seu seio um confronto característico entre um socialismo de agrupamento nacional e o socialismo da tradição operária. Embora governe, em 1936, a França da Frente Popular, não tomou a iniciativa do movimento. Léon Blum encontrou no antifascismo uma razão bastante urgente para enfim governar, ou antes para “exercer” o poder<sup>2</sup>, segundo seus próprios termos. Mas ele se separará dos comunistas acerca da guerra da Espanha. E seu partido permanece fundamentalmente pacifista, e aprovará sem muitos melindres os acordos de Munique.

O Partido Comunista, pelo contrário, fez do antifascismo um duplo de si mesmo. Sua estratégia já não tem outro objetivo, de tal modo este se identifica com a revolução. O fato de estar ligado por uma estreita conivência com a defesa da União Soviética nada tem que possa chocar os militantes, pelo contrário: o antifascismo é o outro nome — internacional — da fidelidade à pátria dos trabalhadores. Assim, os comunistas vivem ao abrigo dos efeitos contagiosos do fascismo e prevenidos contra qualquer fraqueza para com ele. O que há de verdade na crítica fascista do deputado corrupto ou do explorador capitalista, eles o aprenderam no leninismo. Eles estão em casa há muito tempo, imunizados contra essa paixão obscura pela ‘comunidade’ que devastou a Alemanha e talvez ameace a França; pois eles pretendem ser, sozinhos, os únicos manipuladores dessa paixão. Os fascistas constituem seus maiores inimigos, já que vieram desafiá-los em seu campo, mas também seus últimos inimigos, já que abrem os caminhos para a revolução final. “Cavou bem, velha toupeira!” dissera Marx em outras circunstâncias<sup>3</sup>. A toupeira também não tra-

1. Mera aliança eleitoral dos radicais e dos socialistas, o Cartel das esquerdas ganha as eleições em maio de 1924. Édouard Herriot propõe que os socialistas participem de seu governo ou o apoiem com base num programa de dez pontos. Por razões doutrinárias, Léon Blum opta pelo ‘apoio sem participação’. Em 1932, a União das Esquerdas, eleitoralmente vitoriosa, se vê novamente na mesma situação, mas os socialistas estão divididos quanto à questão da participação, ao passo que Herriot busca seus apoios de preferência no centro, enquanto a ala esquerda de seu partido se recusa a romper com os socialistas.
2. A distinção entre a ‘conquista’ e o ‘exercício’ do poder é aventada por Léon Blum para defender a necessidade de um governo socialista depois das eleições de 1936.
3. Cf. Karl Marx, *Le 18-Brumaire*, *op. cit.*, p. 102: “Mas a revolução vai até o fundo das coisas. Ela ainda está atravessando apenas o purgatório. Conduz seus negócios metodicamente. Até 2 de dezembro de 1851, só terminara metade de seus preparativos, e agora [Marx escreve em janeiro/março de 1852] termina a outra metade. Primeiro, ela aperfeiçoa o poder parlamentar, para poder em seguida derrubá-lo. Uma vez atingido esse objetivo, aperfeiçoa o poder executivo, o reduz à sua mais simples expressão, o isola, dirige contra ele todas as censuras para poder concentrar sobre ele todas as suas forças de destruição, e, quando tiver terminado a segunda metade de seu trabalho preparatório, a Europa saltará do seu lugar e se regozijará: ‘Cavou bem, velha toupeira!’”

balhou mal no século XX. Ofereceu ao comunismo stalinista a bandeira do antifascismo. Dessa oportunidade explorada com tanto brilho pelos herdeiros de Lênin, a vitória na França da Frente Popular iria provocar memoráveis recordações.

Desde que existe, o Komintern perdeu quase todas as suas batalhas, quer na Europa, quer no Extremo Oriente<sup>1</sup>. A revolução alemã, que foi durante todo o tempo seu supremo pensamento, fracassou constantemente: em 1918, em 1923, enfim, quando a crise econômica mundial novamente a tornou possível. O caso encerrou-se com Hitler. A primavera francesa de 1936 inverte a corrente. O eleitorado dá uma nítida maioria aos candidatos dos três partidos unidos na Frente Popular. Dentre eles, distingue particularmente os comunistas, aos quais garante os maiores progressos relativos aos números de 1932<sup>2</sup>: o que constitui uma espécie de justiça, pois a Frente Popular é filha deles. Quinze anos depois da cisão de Tours, depois de tantos expurgos interiores e tanto verbalismo revolucionário, o Partido Comunista Francês finalmente encontrou 'as massas'. Suas palavras de ordem encontraram suas aspirações políticas.

Contudo, uma vitória eleitoral constitui, em boa doutrina leninista, um teste burguês demais para ser significativo. Mais do que nos sufrágios, a força do partido pode ser medida por sua influência sobre a classe operária e pela disciplina de seus quadros. Quanto ao segundo ponto, os jogos estão feitos: o aparelho é constituído, controlado, verificado, e quase não mudará mais. Mas quanto ao primeiro, também o ano de 1936 é decisivo. Não as eleições de abril/maio, mas as greves de junho.

Em si mesmos, porém, os acontecimentos não procedem de uma iniciativa comunista. As primeiras paralisações de trabalho, acompanhadas da ocupação das fábricas, ocorreram já antes do meio de maio, no setor metalúrgico, em Toulouse e em Paris: desencadeadas em solidariedade aos operários despedidos por não terem trabalhado em 1º de maio, são rapidamente vitoriosas. O movimento

- 
1. Fundado em 1900 por Sun Yat-sen, dissolvido em 1913, o Guomindang (Partido Nacional do Povo) reconstituiu-se a partir de 1923 com o auxílio dos emissários soviéticos. Os comunistas chineses, muito minoritários, integram-se a ele. A partir de 1926, data da ofensiva do Guomindang rumo à China do Norte, acentua-se a rivalidade entre a fração nacionalista, dirigida por Chiang Kai-shek, e a fração comunista. Em certas regiões, os comunistas instauram seu próprio poder. Em 1927, o Guomindang esmaga os comunistas em Xangai (abril) e depois, de novo, em Wu-Han (novembro). Em dezembro, o levante comunista de Cantão também é rudemente reprimido. Na Rússia, a oposição de esquerda responsabiliza Stálin pelo fracasso do comunismo chinês.
  2. Nas eleições de abril/maio de 1936, o Partido Comunista obteve 72 eleitos, com um crescimento de 62 cadeiras. A SFIO, 146 eleitos, com um crescimento de 62 cadeiras. Os radicais, 115 eleitos, com uma perda de 43 cadeiras. A vantagem relativa do PCF é ainda mais nítida em termos de sufrágios, já que os comunistas quase dobram o número de seus votos, ao passo que os socialistas atingem seu teto e os radicais recuam.

crece nas semanas seguintes, sobretudo a partir de segunda-feira, 25 de maio, dia seguinte de uma grande manifestação diante do muro dos Federados. Se a homenagem tradicional aos fuzilados da Comuna reuniu centenas de milhares de operários parisienses, é porque está envolta na atmosfera excepcional devida à vitória eleitoral dos candidatos da Frente Popular, a 3 de maio. A França de esquerda vive em estado de graça e a classe operária constitui o seu centro: os dois partidos que a reivindicam estão no comando do movimento unitário. O primeiro, o Partido Comunista, porque teve a iniciativa; o segundo, o Partido Socialista, porque fornece o grosso da tropa. É a primeira vez em nossa história que o proletariado operário está tão em alta, levado pelo voto dos franceses à vanguarda da nação: não mais personagem trágico de uma insurreição efêmera, como em junho de 1848 ou na primavera de 1871, mas batedor de uma coalizão chamada pelo sufrágio universal a governar a República. Esse sentimento sutil e poderoso de uma força enfim unida e liberta pesa muito no extraordinário contágio do movimento grevista no fim de maio e início de junho de 1936, exatamente no momento em que Léon Blum forma seu governo. A classe operária, essa grande esquecida da Terceira República, faz uma entrada espetacular na história da França, para a qual traz de volta um pouco do espírito de fevereiro de 1848.

Não existe comentador mais profundo dessa época, vista desse ângulo, do que uma jovem filósofa que deliberadamente quis conhecer de dentro a desgraça da “condição operária”. Formada na École Normale Supérieure, agregada de filosofia, Simone Weil desde muito jovem é devorada por dois dons que a consumirão: a inteligência filosófica e a compaixão. Muito jovem, ela conheceu *La Révolution Proletarienne* de Monatte, e o que resta do sindicalismo revolucionário. É amiga de Souvarine. Professora no Liceu de Puy em 1931, logo se liga ao ambiente local do sindicalismo operário e se fará contratar numa fábrica de ajustagem durante o período de 1934-1935. Seu *Journal d'usine* (*Diário de fábrica*), que escreve quase todos os dias, constitui o melhor testemunho existente sobre a miséria material e moral do trabalho operário na França daqueles anos; acossado pelo contramestre, embrutecido pelos ritmos de trabalho, humilhado pela cadeia de comando, o proletário está imerso na alienação. Prisioneiro do caráter parcelado da produção, nem sequer vê o que faz. Simone Weil descreve ainda, em pleno século XX, a condição do proletário do século XIX, agravada pelo taylorismo. Em termos rousseauianos, lê nela a negação da natureza humana do homem: “Nada paralisa mais o pensamento do que o sentimento de inferioridade necessariamente imposto pelos atentados

---

1. Simone Weil, *La condition ouvrière (A condição operária)*, *Oeuvres Complètes*, t. II, vol. 2, Gallimard, 1991.

diários da pobreza, da subordinação e da dependência. A primeira coisa a fazer por eles [os operários das fábricas modernas] é ajudá-los a reencontrar ou a conservar, conforme o caso, o sentimento de sua dignidade!”.

Não que Simone Weil seja revolucionária: tem um jeito de pensar religioso demais para depositar neste mundo esperanças excessivas. A compaixão jamais obscurece seu pensamento, e essa santa em busca de uma fé não se cansa de argumentar como um lógico. Nada esperará de bom do comunismo, cuja verdadeira natureza adivinha. Contudo, o espírito de classe parece-lhe um meio de progresso, pois livra o trabalhador da submissão consentida e o traz de volta à liberdade. Simone Weil quer apaixonadamente ser útil. Nos seis primeiros meses de 1936, mantém com um diretor de fábrica que tem um pouco de senso social uma extraordinária correspondência, através da qual ela quer convencer seu interlocutor a lhe confiar a educação de seus 800 operários, ao mesmo tempo que a contrata, também, no posto mais humilde, em sua fábrica.

Mas esse projeto de um jornal cultural de fábrica, que seria redigido por ela para dele fazer o instrumento do orgulho operário reencontrado, choca-se em junho de 1936 com a realidade da luta de classes. Alguns dias depois dos ‘acordos Matignon’<sup>2</sup>, Simone Weil escreve a seu interlocutor a alegria sentida por ela em acompanhar o movimento e o sucesso das greves. Não que ela espere daí o que quer que seja no âmbito político: “Quanto ao futuro, ninguém sabe o que ele trará, nem se a vitória operária atual terá constituído, afinal de contas, uma etapa para um regime totalitário comunista ou para um regime totalitário fascista, ou (o que espero, infelizmente sem acreditar que aconteça) para um regime não-totalitário”<sup>3</sup>. Mas esse pessimismo lúcido sobre a época é acompanhado de uma verdadeira alegria moral diante do espetáculo da inversão de forças que as greves provocaram:

“... Se esse movimento grevista provocou em mim uma alegria pura (alegria muito rapidamente substituída, aliás, pela angústia que não me deixa desde a época já distante em que entendi rumo a que catástrofes nós caminhamos), foi não só no interesse dos trabalhadores, mas também no interesse dos patrões. Não tenho em mente aqui o interesse material..., mas o interesse moral, a salvação da alma. Acho que é bom para os oprimidos terem podido, durante alguns dias, afirmar sua existência, erguer a cabeça, impor sua vontade, obter vantagens que não fossem devidas a uma generosidade condescendente. E acho que é igualmente bom para

---

1. *Ibid.*, p. 126.

2. Para pôr fim ao movimento de ocupação das fábricas, o governo de Léon Blum, agindo como árbitro, organiza a negociação entre a CGT e o patronato. Assinados em 8 de junho de 1936, os acordos Matignon prevêm o estabelecimento dos contratos coletivos, o reajuste dos salários e a criação de delegados operários eleitos nas empresas.

3. Simone Weil, *op. cit.*, p. 158.

os chefes — para a salvação de suas almas — terem tido, por sua vez, uma vez na vida, de se curvar diante da força e sofrer uma humilhação. Estou feliz por eles<sup>1</sup>.”

A grande Simone Weil — sem dúvida, a voz mais original dessa época — põe, assim, o dedo no que constitui, indubitavelmente, a mais profunda emoção coletiva ligada à vitória da Frente Popular: a entrada triunfal dos trabalhadores na política nacional. A filósofa reconheceu as origens ao mesmo tempo cristãs e democráticas de sua emoção: os operários reapoderaram-se de sua humanidade através da revolta. A maior parte dos contemporâneos, quando não cedem ao pânico de classe, experimentam ou exprimem os mesmos sentimentos num tom menos elaborado, mas igualmente sincero: ora o da História, ora o da ideologia.

A Terceira República não foi compassiva com os operários. Não nasceu, como a Segunda, de um impulso de fraternidade social, mas, pelo contrário, de um cálculo conservador, no dia seguinte de uma terrível repressão levada a efeito nas ruas de Paris em nome da ordem burguesa. O fuzilador da Comuna foi também o fundador da República. Seus sucessores não deram muita atenção à particularidade da questão operária: os franceses só existem para eles como definidos pela igualdade cidadã e pelo patriotismo de todos. Apesar dos esforços de Jaurès, o movimento operário floresceu na França menos através da aliança com uma esquerda republicana do que sob a forma de um socialismo ou de um sindicalismo de classe, versão guesdista ou anarco-sindicalista. Aliás, Clemenceau, o radical, não lhe é mais favorável do que Jules Ferry, o oportunista: na memória operária, ele é o responsável pelos fuzilamentos de Draveil e Villeneuve-Saint-Georges<sup>2</sup>. Enfim, a União Sagrada de 1914, concluída sobre o túmulo de Jaurès, recém-falecido, foi apenas uma adesão forçada do movimento operário ao belicismo republicano: seu verdadeiro caráter revelou-se ao longo dos anos terríveis, uma vez que o socialismo francês não cessa, a partir de 1917, de derivar para a busca de uma paz de compromisso, ao passo que a política inversa — a vitória a qualquer custo — encontra seu campeão no mais jacobino dos republicanos.

A República venceu a guerra, mas a vitória não prejudicou o exílio operário dentro da nação. Pelo contrário: desde o Congresso de Tours, esse exílio encontrou um intérprete privilegiado no jovem Partido Comunista Francês. Nascido em reação contra a União Sagrada, obcecado pelo desvio ‘direitista’, desconfiado dos intelectuais e muito zeloso de sua composição proletária, o partido não se

---

1. *Ibid.*, pp. 158-159.

2. A 2 de junho de 1908, uma intervenção da polícia num bar onde se reuniam pedreiros em greve provoca oito mortes. A CGT convoca a greve geral para o dia 30 de julho; nesse dia, a manifestação em Villeneuve-Saint-Georges é palco de novos choques (quatro mortos, centenas de feridos). Em 1911, ficou constatado que a polícia infiltrara seus agentes provocadores entre os mais radicais agitadores da CGT.



cansa de ressaltar o que o separa radicalmente dos partidos burgueses e dos socialistas, seus cúmplices. Num país como a França, com uma vasta e antiga cultura democrática, ele afirma a primazia da revolução operária, como absolutamente distinta da democracia burguesa e como inteiramente dependente de sua ação. Nesse sentido, o ensinamento leninista, martelado pelo Komintern, vai mais além numa tradição trabalhista preexistente. Com o marxismo bolchevique, ele lhe deu mais do que um exemplo e uma doutrina: uma cultura e um partido, através dos quais o messianismo operário assumiu o aspecto de uma ciência e de um futuro. Os socialistas também se pretendem um partido proletário e não pretendem entregar o monopólio do adjetivo a seus irmãos inimigos. Mas seus deputados são todos burgueses, sua revolução cada vez mais problemática e sem precedente conhecido: enfim, ninguém os encontra nas fábricas.

Vêmo-lo bem em junho de 1936. Não que os comunistas estejam na origem direta do movimento, amplo demais para ter sido desencadeado por instigação de um partido. Mas eles são os únicos que o acolhem, o organizam e cuidam dele, como se a História viesse, finalmente, ao encontro de sua pregação. As eleições de abril/maio acabam de lhes dar a influência de um grande partido. Mais importante a seus olhos, eis que as greves os confirmam como dirigentes do mundo operário, de que se pretendem, desde Tours, os únicos verdadeiros representantes. Assim, eles são os beneficiários mais visíveis dos dois grandes acontecimentos da Frente Popular na França. Por um lado, entram na política nacional, embora se recusem a participar do governo Blum, como o setor mais ativo da vitoriosa coalizão antifascista. Por outro, eles organizam essas centenas de milhares de grevistas que ocupam suas fábricas na alegria de uma força reencontrada, mas não em nome da ditadura do proletariado.

Pois o paradoxo da situação está no fato de que o comunismo stalinista se enraiza na França através de acontecimentos alheios ao seu repertório: eleições democráticas e greves de reivindicação. No momento em que o antifascismo lhe traz, nos dois turnos do escrutínio, um vasto eleitorado socialista e até burguês, o êxito das greves de junho permite-lhe ampliar a sua vocação operária no âmbito da união antifascista. Assim, ele ganha nos dois tabuleiros, tanto como partido 'democrático', quanto como partido leninista. Nunca lhe faltaram cartas de fiança revolucionária, e não as perde na aventura de 1936, que apaga o seu caráter um tanto conspirativo, sem enfraquecer a sua promessa. Instalado de pleno direito na corrente de recordações, de sentimentos e de paixões inseparáveis das vitórias de 1936, ele deu ao messianismo operário, de que é, mais do que nunca, o guardião, uma nova substância histórica.

Pouco importa que a Frente Popular na França provavelmente não tenha estado, por sua ação, à altura do seu estardalhaço na opinião pública: de fato, nem sua política econômica, nem sua política militar, nem sua política externa foram capazes de satisfazer realmente às necessidades da hora e, aliás, as maiores lembranças que ele deixou são de ordem social. Mas, enfim, a vitória de uma esquerda unida em 1936 e o primeiro governo de nossa história dirigido por um socialista contrastaram com a rotina tão medíocre da política francesa, e também é alguma coisa ter mudado a situação moral e material da classe operária no país. Nisso, 1936 constitui uma data-chave na história mental da esquerda francesa e na do PCF, no interior da esquerda. Esse primeiro cortejo de recordações felizes, inseparável da unidade operária e da concentração popular ao seu redor, vai constituir, por um quarto de século, um capital político que os comunistas franceses não se cansarão de conservar e do qual se servirão abundantemente. As vitórias que eles permitiram na França valem o esquecimento ou a ignorância dos horrores que eles exaltam na URSS. Mais ainda: elas tornam esses horrores quase inimagináveis. Ao recusar a revolução na França em proveito das 40 horas e das férias pagas, o partido devolveu certa suavidade à revolução soviética. A mesma mitologia operária envolve o progresso social e a ditadura totalitária, os acordos da Frente Popular e os assassinios do NKVD.

Na mesma época que a Frente Popular francesa, os acontecimentos da Espanha vão constituir o segundo grande teste da nova liga política do Komintern. Paradoxalmente, a guerra civil provocada pela insurreição militar de julho de 1936 acarretará os primeiros desacordos públicos dentro da Frente Popular francesa, ao mesmo tempo que permitirá que o antifascismo comunista amplie sua repercussão internacional.

O caso espanhol cristaliza uma crise internacional, à qual confere uma substância ideológica aparentemente límpida, extraída do confronto entre os partidos no teatro local. A esquerda espanhola ganhou — de pouco em número de votos, amplamente em número de assentos — as eleições de fevereiro de 1936. Embora esteja fragmentada, e unida apenas pela ocasião eleitoral (com exceção dos anarco-sindicalistas), ela marca o primeiro sucesso de uma Frente Popular na Europa. Daí, por reação, a mobilização da direita, com os falangistas e os militares à frente, apoiando-se nas forças sociais reacionárias, e o desencadeamento do 'pronunciamento' franquista, a 17 de julho de 1936. Nesse quadro simplificado, mas

conforme à marcha dos acontecimentos, há tudo para animar o grande teatro kominterniano do fascismo e do antifascismo.

Hitler e Mussolini, aliás, não deixam de fornecer a prova disso, apoiando publicamente o general Franco e levando-lhe, quase imediatamente, em agosto, uma ajuda militar em homens e em material. Assim, os progressos de Franco estão ligados aos sucessos de Hitler, assim como seus recuos consagrarão uma vitória comum à democracia e ao comunismo, reunidos sob a bandeira do antifascismo. Stálin inscreve sua política no quadro ideológico que é o seu desde 1934: afirma o apoio da URSS à República espanhola, embora espere até o início do outono para enviar conselheiros político-militares e material, enquanto o Komintern toma a iniciativa das Brigadas Internacionais. Mas a Inglaterra e a França decidem, pelo contrário, seguir uma política de não-intervenção, duplicada por um embargo internacional sobre as armas com destino à Espanha.

Essa disparidade de atitudes entre a URSS, por um lado, e as democracias ocidentais, por outro, apresenta em favor da URSS uma vantagem moral. Pois dá à política soviética a aparência de uma perfeita correspondência entre as palavras e os atos. Chega a inscrevê-la num espaço de solidariedade democrática internacional, que lhe confere, junto à esquerda européia, um atestado de bom comportamento: depois de ter denunciado por tanto tempo como uma mentira imperialista a política de ‘segurança coletiva’, a ‘pátria dos trabalhadores’ vai ainda além em suas obrigações! O pobre Léon Blum, pelo contrário, chefe de um governo de Frente Popular, aparece como infiel às suas idéias, quando está prisioneiro ao mesmo tempo do pacifismo da opinião pública francesa e da aliança inglesa. Pela chamada política de “não-intervenção”, ele tem de se conformar em abandonar sem glória a República espanhola e em manter oculto o pouco que deixa ser feito em seu favor. O PCF, à sua esquerda, dá-lhe aulas de democracia internacional! Pode-se avaliar pelo absurdo dessa situação, que o chefe da esquerda francesa sente como uma tortura moral, até que ponto a idéia antifascista, em sua falsa simplicidade, funciona também como uma armadilha.

Pois nem a política internacional nem a situação espanhola cabem inteiras na oposição entre fascismo e antifascismo. Através da Espanha, a Segunda Guerra Mundial estende sua ameaça sobre toda a Europa, e todos têm uma compreensão maior ou menor disso. No entanto, ela avança através de três atores, e não dois: Hitler, Stálin e as democracias. Os dirigentes ingleses, cujas escolhas dominam a política externa francesa, têm suas razões para se recusarem a ajudar a República espanhola: conservadores, não gostam muito da algazarra revolucionária que vem da Espanha, e menos ainda da idéia de serem arrastados prematuramente a um confronto com Hitler. Se, por um lado, Stálin, ao dar o exemplo da ajuda à Espanha, espera criar uma situação que os faça intervir, mesmo indiretamente (le-

vantando o embargo sobre as armas, por exemplo), de maneira a contribuir, na cena internacional, ao que seria um recuo da Alemanha, por outro, eles, que de qualquer modo não têm esperanças de uma República liberal em Madri, não têm nenhuma pressa em intervir ao lado de Stálin contra Hitler.

Para eles, a derrota dos franquistas na Espanha significaria um passo adiante do comunismo na Europa. O governo conservador, evidentemente, não se sente preocupado pela alternativa fascismo-antifascismo: o que lhe possibilita manter ilusões perigosas sobre o novo regime alemão, mas também preservar seus preconceitos realistas sobre o comunismo. A política inglesa de não-intervenção situa-se na encruzilhada desses dois estados de espírito, como uma constatação de impotência consentida, na falta de uma opção claramente conforme ao interesse nacional. Estendida à França, ela se choca, pelo contrário, com as idéias e as promessas que constituíram a base do governo da Frente Popular. Apenas alguns meses depois de sua vitória, pela concordância dada à não-intervenção na Espanha, Léon Blum rompe, segundo os comunistas, a união antifascista que o levou à vitória. E não demoram para lhe comunicar isso.

Desde essa época, não se cansaram de opor a atitude da URSS à das democracias ocidentais no que diz respeito à República espanhola: a primeira, de uma solidariedade aparentemente impecável, tanto da parte do Estado soviético quanto do Komintern, através das Brigadas Internacionais; a segunda, pelo contrário, caracterizada por um covarde abandono da liberdade na Espanha, sob o disfarce de um embargo fictício, abre caminho para uma vitória de Hitler e de Mussolini através do franquismo. Através dessa interpretação, a guerra da Espanha tornou-se o acontecimento-chave por excelência da década de 30, opondo já, num primeiro conflito, as forças internacionais do fascismo às da liberdade. As democracias ocidentais não compareceram ao encontro, ao passo que a União Soviética ocorreu com homens, armas e grandes toques de clarim. O antifascismo comunista forja aí ao mesmo tempo sua história e sua lenda.

Façamos justiça à parte de verdade que há na mitologia. A não-intervenção poderia ter sido uma política não só sábia, como também eficaz, com a condição de ser imposta a todos: sem o quê, ela foi apenas o disfarce da fraqueza de uma semicumplicidade com Franco e seus protetores estrangeiros. Com isso, voltamos à raiz da atitude inglesa, baseada numa paixão anticomunista mais forte do que a desconfiança para com o nazismo alemão. Não que os conservadores ingleses tenham errado absolutamente em serem anticomunistas: a tristeza dessa história, cujo amargor não esgotamos, é que eles são lúcidos sobre Stálin por motivos sem grandeza, ao passo que outros são cegos por motivos generosos. Mas, frente a Hitler, seu erro é deixar esse anticomunismo dominar sua política externa. Os

conservadores ingleses cometem um erro inverso ao dos democratas que são pró-comunistas, porque são antifascistas. Eles se inclinam (em maior ou menor medida) para as potências fascistas porque são anticomunistas. Mais exatamente, pois são pouco propensos aos debates ideológicos, querem manifestar a Stálin que não se deixarão arrastar a um conflito com Hitler, e a Hitler que seu verdadeiro inimigo está no Leste. Sem saberem hierarquizar seus inimigos, gostariam de vê-los aniquilando-se reciprocamente. Sentimento que não é desconhecido em Paris, sobretudo na direita, embora não seja o de Léon Blum: pela não-intervenção na Espanha, o chefe do governo de Frente Popular, ao se alinhar com Londres, apóia-se — sem alegria, mas sem muitas hesitações — no pacifismo de esquerda. De qualquer forma, é certo que essa política ao mesmo tempo hipócrita e arriscada foi um símbolo evidente, durante três longos anos, da fraqueza moral das democracias frente ao fascismo: vem daí boa parte de seu fracasso político e militar.

Mas essa triste constatação não esgota a questão da não-intervenção. Não explica senão as suas piores razões. Existem outras, que são melhores e que dependem ao mesmo tempo da natureza da guerra da Espanha e das ambigüidades do antifascismo comunista.

A Espanha dessa época está já há séculos na periferia política da Europa; encerrada em seu passado, excêntrica, violenta, permaneceu um país católico, aristocrático e pobre, onde o Antigo Regime continua sendo poderoso, provocando contra si as paixões revolucionárias. A monarquia foi desacreditada por uma seqüência de maus reis, o Exército é temido como um instrumento de ditadura e a democracia representativa não conta com um apoio social forte. A própria unidade nacional é problemática, e à diversidade dos partidos nacionais superpõe-se a dos autonomismos catalão ou basco. As eleições de fevereiro de 1936 deram a esse quadro ao mesmo tempo arcaico e diverso a aparência enganosa da simplicidade, pela divisão em dois campos, pró e contra a Frente Popular e pela analogia com a situação francesa da mesma época. A partir de julho, a guerra civil selara essa divisão com os sacrifícios dos combatentes e com o sangue derramado, como se a velha Espanha só voltasse ao centro da história europeia, depois de um tão longo exílio, para ser o símbolo e o campo de batalha das ideologias do século XX. A intervenção das ditaduras fascistas ao lado de Franco servirá de confirmação desse estranho e violento choque das paixões europeias do século XX com a Espanha do século XIX!

Pois a Espanha de 1936 é um dos países da Europa que menos pode ser compreendido através da chave fascismo/antifascismo. A insurreição de julho de

---

1. Utilizo nestas páginas a obra clássica de G. Brenan, *The spanish labyrinth*, Cambridge University Press, 1943. Trad. francesa: Éd. Champ Livre, 1984.

1936 é uma revolta do Exército, apoiado pela Igreja católica, pelos monarquistas, pelos proprietários de terras e por tudo o que a Espanha conta em matéria de forças tradicionalistas. O que ela comporta de propriamente 'fascista' está ligado ao que resta da Falange de Primo de Rivera e de seu programa social<sup>1</sup>: mas essa 'esquerda' do franquismo será rapidamente privada de sua influência, ao mesmo tempo, aliás, que a direita legitimista. A nova Falange, nascida dos progressos da insurreição, muito mais acompanhará a vitória do que constituirá sua ponta de lança. Quanto a Franco, que chefe menos carismático, menos comparável ao Duce ou ao Führer do que esse general nem mais nem menos conhecido do que seus pares, oligarca astucioso, Luís XI da contra-revolução, tão pouco dotado para entusiasmar as multidões? Hitler e Mussolini menos o reconheceram como um dos seus do que se jogaram sobre essa oportunidade de estender sua influência no sul da Europa e de estar por intermédio da Espanha a vontade franco-inglesa. Ele próprio, aliás, alguns anos mais tarde, não sentirá nenhuma obrigação de solidariedade para com eles. Permanecerá fora da guerra mundial: um jeito de relativizar tanto o que o ligou ao fascismo quanto o alcance internacional de sua vitória.

Se passarmos para o outro campo, quantas idéias e partidos contraditórios sob o signo do antifascismo! Para começar, o vasto movimento anarquista espanhol, representado pela Federação Anarquista Ibérica (FAI), tão influente dentro da Confederação Nacional do Trabalho (CNT), rejeitou como conservador o programa da Frente Popular, embora deixando a seus fiéis a liberdade de apoiá-lo com seus votos. Com isso, o governo saído das eleições, e no qual predominam os republicanos de centro e de esquerda, não tem o controle do movimento social que se segue, como na França, ao sucesso eleitoral. Ainda mais do que na França, o povo trabalhador e camponês têm tantas desforras a tomar! A repressão terrível que se seguiu à insurreição operária das Astúrias está tão perto! Mas, ao contrário da França, o poder não está em condições de pôr um termo nas greves operárias e nas ocupações de terras feitas pelos camponeses: revolução social libertária e vagamente milenarista, conforme ao gênio do anarquismo espanhol, e à qual empurra também o potente sindicato dirigido pelos socialistas de esquerda, a União Geral dos Trabalhadores (UGT), hostil à aliança do

---

1. Advogado, José Antonio Primo de Rivera (1903-1936) é filho de Miguel Primo de Rivera, que instaura um regime militar na Espanha, de 1923 a 1925. José Antonio funda a Falange espanhola em março de 1936 e é executado pelos republicanos em novembro. A Falange defendia um 'nacional-sindicalismo' combinando a propriedade individual e familiar com a propriedade sindical, a nacionalização do crédito, uma reforma agrária, bem como a criação de um Estado autoritário, capaz de lutar contra os autonomismos regionais. Em abril de 1937, ela se torna o partido único da Espanha nacionalista.

movimento operário com os republicanos liberais. O modesto Partido Comunista, mal saído de seu período 'classe contra classe', navega da melhor forma que pode entre a revolução e o governo de Frente Popular, sem grande influência no curso dos acontecimentos.

Contudo, a insurreição militar de julho, fiel à inclinação da direita europeia no século, justificou-se pela necessidade de salvar a Espanha do comunismo: no caso espanhol, a ameaça comunista inexistente é o pretexto para uma contra-revolução de tipo clássico. Mas serve também para designar uma verdadeira revolução popular, à qual a revolta do Exército dá novas forças. A Espanha oferece o espetáculo de um conflito mais antigo do que o do fascismo e do antifascismo: em suas terras, enfrentam-se a revolução e a contra-revolução.

Com efeito, o levante militar radicaliza em sentido inverso o movimento social e acentua seu caráter revolucionário, no momento mesmo em que o novo governo republicano, por mais moderado que seja, não tem escolha a não ser apoiar-se nas organizações populares, sindicatos e partidos. Faltam-lhe, efetivamente, todos os recursos, o Exército, a maior parte das forças policiais, grande parte da administração, que passaram para o lado dos rebeldes. Precisa, portanto, deixar agir, em vez e no lugar de um Estado desertado, um pessoal improvisado, definido mais pela vontade de combater Franco e seus acólitos do que pela competência ou pela disciplina. É a hora em que as milícias armadas do anarquismo ou do sindicalismo revolucionário espanhóis fazem reinar a ordem nas grandes cidades que permaneceram legalistas; o tempo em que inúmeros comitês populares aceleram a implantação de uma autogestão camponesa sobre as terras tiradas dos grandes proprietários. A Espanha aristocrática e burguesa esconde-se, quando não simpatiza com os insurretos. A Igreja católica paga quase em toda parte o preço de sua conivência com o Antigo Regime. O governo do professor José Giral passa a ter apenas um poder nominal. Os comitês e as milícias da CNT ou da UGT encarregaram-se da salvação da República em nome da revolução.

Essa revolução, porém, que a revolta do Exército leva à incandescência, tem múltiplas faces. Os anarquistas, filhos de Bakunin e do sindicalismo revolucionário, forte sobretudo na Catalunha e na Andaluzia, querem torná-la o prelúdio violento a uma sociedade de pequenas comunidades autogeridas e autônomas, convocadas a se federar livremente em escala regional ou nacional para trocar seus produtos. As igrejas serão fechadas, como símbolos do obscurantismo. Serão substituídas por um ensinamento universal, destinado a regenerar os homens pela liberdade e pela fraternidade. Essa utopia renascida do século XIX nada tem que possa atrair os socialistas, para não falar dos comunistas. Os primeiros estão, como em outros lugares, atezados entre uma direita que se

volta para o centro e uma esquerda que se volta para o bolchevismo: o velho reformista Largo Caballero imagina-se um Lênin espanhol e as juventudes socialistas entraram na engrenagem da fusão com as juventudes comunistas. O Partido Comunista Espanhol (PCE), ainda com poucos militantes e eleitores, acaba de voltar ao controle dos enviados de Moscou, como todas as seções da Internacional; também ele teve a iniciativa da Frente Popular vencedora em fevereiro. Em meio à efervescência revolucionária, ele ostenta uma política de defesa republicana. A essa diversidade centrífuga das forças políticas, acrescentemos ainda os estatutos de autonomia concedidos a províncias católicas e reacionárias como o País Basco ou Navarra, e a imprevisibilidade do comportamento catalão: pois, na Catalunha, a burguesia média e pequena, urbana e rural, se vê encurralada entre o extremismo anarquista e a centralização madrilenha.

Assim, vendo as coisas a partir dessas semanas de julho de 1936, o tabuleiro político espanhol não parece oferecer outra saída para a revolução espanhola, em caso de vitória republicana, que não seja uma segunda guerra civil, destinada a designar os verdadeiros vencedores da primeira: os anarquistas, os trotskistas, os socialistas, os comunistas ou ainda os autonomistas de obediências diversas? No momento em que se desfaz abertamente a unidade da República, através da revolta do Exército, a crise nacional faz surgir as múltiplas Espanhas nascidas dos conflitos acumulados há gerações. Por trás da aparente simplicidade dos dois campos, o Exército e a Igreja, de um lado, os operários e os camponeses, de outro, é a hora mais ou menos em toda parte do desmembramento e dos poderes improvisados, na ponta dos fuzis, com seu cortejo de violências e de assassinios. A essa multidão de pequenas repúblicas revolucionárias ou contra-revolucionárias, a referência ao fascismo e ao antifascismo dá pelo menos um sentido ideológico unificado.

À contra-revolução espanhola, a bandeira do 'fascismo' traz uma referência moderna e uma promessa de vitória. À revolução espanhola, a bandeira do antifascismo dá tudo o que ela pode ter de unidade. A contra-revolução, contudo, reúne antes de tudo um exército e uma Igreja tradicionalistas. A revolução, forças heterogêneas e até hostis umas às outras, mas quase todas revolucionárias, portanto irremediavelmente divididas por sua ambição comum. No verão, o auxílio italiano e alemão a Franco, seguido da mobilização do Komintern em sentido inverso, encerra a guerra civil nas duas linguagens totalitárias. A partir daí, a Espanha torna-se um objetivo central da política soviética e da ação do Komintern. Não existe melhor observatório para se considerar a natureza da nova estratégia antifascista.

Que quis Stálin? Nessa época, ele está às voltas com a obsessão do isolamento, porque quer antes de tudo evitar que a União Soviética tenha de enfrentar



sozinha uma agressão da Alemanha hitleriana. O tratado assinado com a França, no ano anterior, é apenas um fraco resseguro, já que não comporta cláusulas militares. Manobra de política interna da parte dos franceses, ele é, da parte dos soviéticos, tanto um sinal destinado a Hitler quanto um compromisso ao lado da França. Stálin leu no jogo dos conservadores ingleses e de parte da direita francesa com uma dificuldade tanto menor quanto as intenções deles, mas em sentido inverso: é para o Oeste que ele pretende dirigir a tempestade hitleriana. A Guerra Civil Espanhola oferece-lhe a oportunidade para isso: se ela se internacionalizar, prenderá as potências fascistas no Extremo Ocidente, com boas chances de envolver também a França, onde a esquerda está no poder. Mas é preciso que ela demore e, portanto, que a República receba recursos suplementares para combater. Se finalmente Franco sair vencedor, terá fornecido à batalha entre fascismo e antifascismo um abcesso de fixação distante, sem riscos maiores para a URSS. Se perder, deixará uma República espanhola exangue, tornada satélite da URSS, moeda de troca para todos os fins úteis. Em ambos os casos, a Espanha é, a um custo irrisório, a vitrina antifascista da propaganda soviética, ao mesmo tempo que uma mensagem em código para Hitler.

Por um lado, Stálin adere, no final de agosto, ao pacto de não-intervenção, para não se isolar da comunidade internacional e, principalmente, das potências ocidentais. Mas, por outro lado, ele não tem maior respeito pelos seus termos do que os alemães ou os italianos, cujas primeiras remessas de armas e de aviões, já no início do mês de agosto, foram, sem dúvida, decisivas para os êxitos iniciais da insurreição. Ao mesmo tempo que assina o pacto, argumenta com seu caráter simulado para intervir, enviando, por sua vez, os homens antes das armas, e os políticos em maior número do que os militares. Exatamente no mesmo momento em que ocorre, em Moscou, o primeiro processo dos velhos bolcheviques, onde são condenados à morte Kamenev e Zinoviev, a República espanhola é invadida por uma grande missão soviética, em Barcelona e em Madri.

A partir daí, a intervenção soviética na Espanha corresponde a um duplo objetivo, militar e político. No plano militar, trata-se de deter o avanço do exército insurreto, já senhor da metade noroeste da Espanha e da Andaluzia. A União Soviética forneceu — ou antes, vendeu, em troca do ouro do tesouro espanhol — armas, aviões, tanques, já em operação em outubro. O Komintern formou as Brigadas Internacionais. Em novembro, as colunas franquistas são detidas às portas de Madri. Os combates encarniçados ao redor de Madri, no inverno de 1936-1937, revelam um equilíbrio de forças que promete agora uma guerra longa.

Revela-se, também, o preço exigido por Stálin a título de reconhecimento de dívida: uma espécie de privilégio concedido a seus homens pela Espanha republicana na direção do país. Esse lado do caso espanhol foi durante muito tempo

tabu, e permanece sendo-o ainda, em certa medida, embora tenha sido objeto de muitos testemunhos e de vários estudos, que, porém, em maior ou menor medida, passaram em silêncio<sup>1</sup>: ele empanava a imagem de Épinal do comunismo antifascista. Na realidade, a assistência prestada à Espanha por Stálin e pelo Komintern foi acompanhada de um controle cada vez maior da política do governo espanhol. No local, desde outubro de 1936, o pessoal soviético e assimilado se instalou em toda parte, e sob as formas habituais, meio públicas, meio clandestinas: embaixada, NKVD, conselheiros militares e civis, simpatizantes teleguiados. Ele dirige as Brigadas Internacionais — que estão sob o comando de kominternianos a toda prova — e o Partido Comunista Espanhol, que, de minúsculo, se tornou importante, fortalecido com o apoio dado por Moscou à República. Por insistência sua, em setembro de 1936, o fraco Giral, sacudido por todos os ventos da revolução espanhola, cedeu seu assento de chefe de governo ao velho socialista Largo Caballero, cuja retórica o público espanhol aprecia. Este, porém, embora consiga restabelecer um mínimo de unidade na direção do país, não é suficientemente dócil aos olhos dos comunistas; opõe-se, especialmente, à fusão dos Partidos Socialista e Comunista, técnica kominterniana fadada a um grande futuro, mas que, em seu ensaio, fracassa. Seu destino, a partir daí, está selado.

A estratégia comunista é composta de dois movimentos, aparentemente contraditórios, e de fato complementares. Celebra o agrupamento antifascista e a união mais ampla de todos os republicanos, dos operários revolucionários aos burgueses liberais. Daí os apelos a um governo central forte, senhor do esforço de guerra, e a uma política social moderada, condição da união das classes: o que permite avaliar o espaço que separa os comunistas dos anarquistas — de todos os matizes — e, antes de tudo, dos partidários intransigentes da auto-gestão operária e camponesa ou da entrega dos grandes latifúndios às comunidades de habitantes, para não falar dos incendiários de igrejas. Mas o PCE detesta ainda mais, se isto é possível, o extremismo revolucionário de militantes que passaram pelo comunismo e dele se separaram decepcionados, mas sem nada perder da chama subversiva: caso dos homens do Partido Operário de

---

1. Por exemplo, a obra de Burnett Bolloten, *The grand camouflage: the Spanish Civil War and revolution, 1936-1939*, 1ª ed., Londres, Hollis and Carter, 1961; 2ª ed., acompanhada de uma introdução de H.R. Trevor-Roper, 1968. Trad. francesa: *La révolution espagnole. La gauche et la lutte pour le pouvoir*, Éd. Rudo Iberico, 1977. O último grande livro de Burnett Bolloten é póstumo. Foi publicado em 1991, quatro anos depois da morte do autor: *The Spanish Civil War. Revolution and counter-revolution*, Chapel Hill, University of North Carolina Press. A obra mais clássica sobre o assunto é a de Hugh Thomas: *La guerre d'Espagne, juillet 1936-mars 1939*, Robert Laffont, *Collection Bouquins*, 1985. Vide também o estudo recentíssimo de Pierre Broué: *Staline et la révolution. Le cas espagnol 1936-1939*, Fayard, 1993.

Unificação Marxista (POUM), nascido em setembro de 1935 da fusão de dois grupos dissidentes do comunismo, e onde encontramos até mesmo antigos seguidores de Trótski<sup>1</sup>. Duro encontro, para os enviados de Stálin, na hora do primeiro processo de Moscou.

Pelo menos, eles não têm dificuldade para justificar sua condenação do esquerdismo através da necessidade da união dos republicanos. A urgência da hora parece bastar para lhes dar razão. Na realidade, a sua política comporta um segundo movimento, camuflado na salvação pública: o controle dessa República que vieram defender. É preciso ler os dois livros de Burnett Bolloten para ter uma idéia da penetração comunista na estrutura do Estado republicano espanhol e da crescente subordinação do dito Estado às injunções dos representantes da URSS, a partir do outono de 1936. Existe na Espanha um governo soviético em miniatura, supervisionado pelo homem do NKVD, Orlov<sup>2</sup>. Ele recebe suas ordens diretamente de Ejov e de Stálin e as faz executar por intermédio de uma vasta rede de instituições retransmissoras e de associados ou cúmplices resignados: a não-intervenção franco-inglesa dá a Stálin uma situação de monopólio na chantagem pela ajuda militar. O socorro da Espanha serve-lhe de cobertura para uma satelitização da Espanha.

Nessa operação, tudo traz a sua marca, brutalidade e prudência misturadas. Não assumiu os riscos, como Mussolini, de uma intervenção aberta. Seus serviços secretos é que são encarregados de comprar e de encaminhar armas para a Espanha, em troca de dinheiro (ou ouro) vivo. As Brigadas Internacionais são da

- 
1. O POUM é o produto da fusão, realizada em setembro de 1935, da Esquerda Comunista de Andrés Nin e do Bloco Operário e Camponês de Joaquin Maurin. A maior parte dos militantes vem da expulsão, em 1929, da seção catalã do Partido Comunista Espanhol, no momento da tática de ultra-esquerda imposta pelo Komintern. Joaquin Maurin (cunhado de Souvarine) é seu chefe, mas passará todo o período da guerra civil na prisão. Andrés Nin, por sua vez, foi trotskista, mas rompeu com Trótski cinco anos antes, ao mesmo tempo que um outro líder do POUM, Andrade. O POUM, portanto, nada tem de uma organização 'trotskista', no sentido exato do termo. Mas seus acusadores stalinistas qualificam-no assim, e algo disso ficou. A verdade é que, sem ser trotskista, o POUM é muito hostil ao stalinismo, que denuncia como um regime burocrático "termidoriano".
  2. Bolchevique desde 1917, Alexandre Orlov (1895-1973) entra para os serviços especiais em 1921. Chegando à Espanha em 1931, por conta da GPU, será responsável pelo assassinio de Andrés Nin, em 1937. Chamado de volta a Moscou em julho de 1938, faz defeção e adverte L. Trótski da presença de um agente do NKVD na roda de seu filho, Léon Sedov. Sobre o personagem, vide John Costello e Oleg Tsarev, *Deadly illusions. The KGB Orlov dossier reveals Stalin's master spy*, Nova York, Crown Publishers, 1993. Antes de ser, na Espanha, o grande chefe dos serviços soviéticos, Orlov estivera, em 1934, na Inglaterra, no centro do recrutamento da famosa rede de Cambridge (Philby, MacLean, Burgess, Blunt). Passará para o Ocidente em 1938, temendo ser liquidado por Stálin, como tantos outros 'espanhóis'.

alçada do Komintern. Múltiplos conselheiros russos tomam o caminho da Espanha, mas não serão vistos na frente de batalha; devem permanecer à sombra. Enfim, Stálin impõe suas condições a um parceiro fraco, cercado por seus enviados e seus acólitos locais. É preciso nomear, em novembro, o comandante supremo do Exército republicano? O general Berzin, um dos chefes da missão soviética, propõe o nome do general José Miaja, fraco, vaidoso e pouco propenso à esquerda, embora bastante maneável. É preciso nomear uma junta de defesa de Madri, quando se combate na Cidade Universitária? Koltsov, o correspondente do *Pravda*, é quem trata de tudo, apoiando-se nas juventudes socialo-comunistas. Melhor ainda, a substituição, em maio de 1937, de Caballero por Juan Negrin como chefe do governo é, em larga medida, o produto de uma intriga soviética: os russos preferiram ao velho líder da esquerda socialista, nem sempre dócil, um brilhante universitário vindo da direita socialista, mais manipulável e menos anticomunista do que o líder de seu grupo, Indalecio Prieto, candidato natural a esse posto.

O objetivo de Stálin não é nem salvar a liberdade, nem vir em socorro da revolução na Espanha. Talvez não seja nem vencer a insurreição franquista: provavelmente lhe baste impedi-la de ser vitoriosa, a fim de manter um ponto de fixação da guerra européia que lhe permita garantir-se sem expor-se demais e fixar a atenção dos alemães a Oeste. Sua meta é pôr a Espanha republicana sob influência soviética e tornar essa Espanha um país 'amigo da URSS', deixando a fórmula todo seu espaço para a burguesia, contanto que seja pró-soviética. É a Frente Popular em sua versão kominterniana em padrão internacional. Estratégia que não é nem defensiva nem ofensiva, mas as duas coisas ao mesmo tempo, já que pode, conforme o caso, oferecer uma base de negociações em caso de recuo ou uma oportunidade de avançar para uma 'revolução' à maneira soviética, do tipo das que ocorrerão, logo depois da guerra, em outras circunstâncias, na Europa centro-oriental. Em 1936, a hora é mais da defensiva. De qualquer forma, mesmo tão distante de casa, Stálin marcou seu lugar.

O acontecimento mais característico de seu domínio sobre a República espanhola é a repressão que ele teleguia de Moscou contra a esquerda revolucionária não-comunista na Catalunha, na primavera de 1937, um pouco antes da chegada de Negrin à direção do governo. Aquelas famosas 'jornadas de maio' em Barcelona foram contadas por Orwell em sua *Homage to Catalonia* (*Homenagem à Catalunha*<sup>1</sup>): desencadeadas por uma tentativa dos comunistas de se apossarem da Central Telefônica controlada pelos anarquistas, elas constituem o tûmulo da revolução espanhola. A partir do dia 3, a grande cidade operária levanta barricadas,

---

1. G. Orwell, *Homage to Catalonia*, Londres, Martin Secker e Warburg, 1938; ed. francesa, Gallimard, 1955 (com o título *La Catalogne libre*); reed.: Champ Libre, 1981, trad. de Y. Davet.

enquanto o governo catalão, apoiado pela esquerda republicana e pelos comunistas, resiste mais ou menos bem nos bairros burgueses. A insurreição libertária ultrapassa os limites da CNT e da FAI, que procuram uma saída política para a situação. As juventudes anarquistas, o POUM, os trotskistas, os Amigos de Durruti<sup>1</sup> organizam-na como podem, convocando à dissolução das autoridades legais e a uma Constituinte catalã da qual fica excluído o ministro do Interior, que cobrirá o ataque contra a Central Telefônica, mas cujo teor político não é muito diferente do antigo. Nos dias 6 e 7, a chegada das tropas mandadas a Barcelona pelo governo de Valência põe fim aos combates: a vitória da burguesia republicana e dos comunistas catalães é, assim, paga por um recuo do autonomismo provincial.

A questão pendente desde a vitória da Frente Popular espanhola, em fevereiro de 1936, é, portanto, resolvida em maio de 1937, em Barcelona, pela vitória de Marx sobre Bakunin, e do 'socialismo', no sentido mais amplo da palavra, sobre o anarquismo. A diferença entre fevereiro de 1936 e maio de 1937 é que, nesse meio tempo, esse 'socialismo' foi ganhando cores cada vez mais comunistas. O pequeno PCE tornou-se grande e poderoso, fortalecido com a conjuntura nascida da guerra civil, com a intervenção italiana e alemã, com a passividade ocidental e com a ajuda soviética: daí algumas características particulares da situação criada por sua vitória, nesse início de 1937.

Sua força crescente na opinião pública, especialmente na moderada, vem do fato de que se apresenta como algo que subordina tudo à vitória sobre Franco, ao passo que o antifascismo anarquista, que põe acima de tudo a derrubada da autoridade pública, torna problemáticas tanto a existência quanto a condução da guerra. Contudo, essa argumentação de salvação pública, de que faz tamanho uso, só dá conta da parte oficial de sua ação, e não de seus fios ocultos. Pois, se os comunistas espanhóis gozam, em sua propaganda, da assistência soviética à República, são também os intermediários do cerco do Estado espanhol pelos conselheiros soviéticos. A ajuda russa é proporcional à complacência de que usaram os governos espanhóis na obediência aos 'conselhos' dos enviados de Moscou. Assim, a República espanhola foi progressivamente se tornando um país subordinado a seu grande aliado, ao qual abriu o aparelho militar, diplomático e policial do Estado, com uma garantia de impunidade para as manobras de seus protegidos.

Podemos ler em todas as histórias da guerra da Espanha, de direita ou de esquerda, que estas são realmente as condições da República na primavera de

---

1. Tomando seu nome do famoso militante Buenaventura Durruti (1896-1936), os Amigos de Durruti agrupam dentro da Federação Anarquista Ibérica os militantes mais radicais, para os quais a alternativa política se resume a 'revolução social ou fascismo'. Em Barcelona, em maio de 1937, os Amigos de Durruti participam da insurreição desencadeada em resposta à tentativa comunista de tomada de controle da Generalidade.

1937. O mais extraordinário talvez seja a constituição de um sistema de repressão diretamente dirigido pelos serviços soviéticos, que dispõe de seus próprios métodos, agentes, prisões, independentes do Estado espanhol. Na verdade, tudo, na repressão que liquida o POUM depois das jornadas de maio em Barcelona, traz a marca de origem: as acusações de ‘hitlerro-trotskismo’, o ódio preferencial de que é vítima a extrema esquerda, a fabricação de falsificações, a busca de confissões através da tortura, os assassinatos. Exatamente na mesma hora do processo Tukhatchovski, Orlov procede na Espanha como Ejev na URSS, já que possui ali suas prisões particulares. Prova disso é o assassinio, em junho de 1937, de Andrés Nin, antigo bolchevique, depois secretário de Trótski, em seguida fundador da Esquerda Comunista na Espanha e, finalmente, um dos líderes do POUM: tantas cartas de nobreza o designaram prioritariamente para os torturadores e para os assassinos de Stálin. No capítulo das atrocidades da Guerra Civil Espanhola, o que distingue a contribuição soviética é a vontade deliberada de inscrever suas vítimas na mesma coluna que os dos processos de Moscou: o POUM é batizado de trotskista, portanto hitleriano, portanto franquista.

Sob muitos aspectos, a experiência espanhola é, para Stálin, mais política do que militar. Muito se escreveu que a guerra de Espanha constituiu o primeiro laboratório do conflito mundial que se iria seguir: ali se experimentaram e se compararam, de uma parte e de outra, armas, tanques e aviões. É verdade. Contudo, a invenção militar decisiva de Hitler, o *blitzkrieg*, só aparece em setembro de 1939, com a avalanche das *panzerdivisionen* pela planície polonesa. O que, em compensação, está à prova, já na Espanha, é a técnica política da “democracia popular”, tal como estará na moda na Europa centro-oriental depois de 1945<sup>1</sup>. Até já está pronta a sua teoria, segundo a qual a República democrática espanhola, que os comunistas professam defender em nome do antifascismo, é, na realidade, uma República “de tipo novo”, de conteúdo social inédito, ainda não totalmente proletário, mas onde as raízes da ordem burguesa já estão destruídas ou em vias de sê-lo<sup>2</sup>. Teoria bizantina, pois

1. Tomo emprestada a idéia do testemunho de um dos antigos chefes do POUM, Julien Gorkin, *Spain: first test of a people's democracy in* Jeane J. Kirkpatrick (org.), *The Strategy of Deception*, Farrar, Strauss and Co., 1963. Cf. também do mesmo: *Les communistes contre la révolution espagnole*, Belfond, 1978.
2. Cf. a declaração do secretário-geral do PCE, José Diaz, em março de 1937: “Combatemos pela República democrática, por uma República democrática e parlamentar de um novo tipo e de um conteúdo social profundo. O combate em curso na Espanha não tem como objetivo o estabelecimento de uma República democrática como a da França ou de qualquer outro país capitalista. Não. A República democrática pela qual lutamos é diferente. Lutamos para destruir os fundamentos materiais da reação e do fascismo; pois, sem sua destruição, nenhuma verdadeira democracia política pode existir...” (Citado em B. Bolloten, *op. cit.*, parte III, cap. 23, p. 232.)

diz duas coisas contraditórias: que o comunismo antifascista defende a democracia burguesa e que tende a suprimi-la. Mas como acontece muitas vezes com a linguagem comunista, ela tem o interesse de dizer o que, por outro lado, esconde: que o antifascismo ‘conseqüente’ deve trazer o predomínio político dos comunistas. Nesse sentido, não creio ser exato escrever, como Hugh Thomas<sup>1</sup>, que a partir da derrota anarquista de maio de 1937 e da formação do governo Negrin, duas “contra-revoluções” estão frente a frente, a de Franco e a dirigida pelo Partido Comunista Espanhol, à sombra do novo primeiro-ministro. A definição convém a Franco, mas não a outro campo. É bem verdade que os comunistas esmagaram uma revolução em Barcelona, mas isso para substituí-la pela sua própria.

Eles não têm o apoio decisivo de que seus homólogos romenos, poloneses, húngaros ou tchecos gozarão nos anos de pós-guerra: a presença do Exército Vermelho. Mais uma razão para infiltrar a polícia, encher de gente os serviços de segurança militar, assumir o controle do Ministério da Guerra e da maior parte dos comandos militares em campo. Não é falso que eles estivessem na linha de frente do combate ‘antifascista’. Mas por isso mesmo eles o dividem e o enfraquecem, superpondo-lhe um objetivo que lhes é particular, constantemente perseguido através da desqualificação política ou da eliminação física de seus adversários em seu próprio campo. Quando estão no auge de sua influência, na primavera de 1938, durante a formação do segundo gabinete Negrin, a situação militar ainda não é tão ruim, já que os exércitos republicanos defenderam vitoriosamente Valência e vão passar à ofensiva no Ebro. Mas a pressão comunista, eficiente, talvez, para unificar a organização militar, acabou quebrando o ímpeto político do antifascismo espanhol. Quando conseguem expulsar seu velho adversário Prieto do Ministério da Defesa, os comunistas dominam apenas um teatro político repleto de fantasmas: mataram a revolução popular, acabaram com o POUM, subjugararam o autonomismo catalão, arregimentaram o anarquismo, distanciaram a esquerda e a direita do Partido Socialista, Caballero e Prieto, obrigaram Azaña<sup>2</sup> e Negrin a segui-los; a República espanhola perdeu então a sua chama. A autoridade que finalmente ela pôde constituir para vencer Franco é menos republicana do que pró-totalitária. “Venho dizendo há muito tempo”, escreve então à sua filha o líder socialista Luis Araquistain, “que, tanto em caso de derrota quanto em caso de vitória da

---

1. Hugh Thomas, *op. cit.*, p. 517, livro 4: *La guerre de deux contre-révolutions*. Encontramos a mesma idéia no livro do ex-dirigente do PCE, Fernando Claudin, *La crise du mouvement communiste*, Maspero, 1970: muito antes de as tropas fascistas tomarem Barcelona e Madri, a contra-revolução triunfara silenciosamente na Espanha republicana.

2. Azaña é presidente da República, Negrin é chefe do governo.

República, os socialistas independentes serão obrigados a se exilar. No primeiro caso, seremos assassinados por Franco, e no segundo, pelos comunistas”.

Essa constatação em nada diminui o erro que foi, da parte da Inglaterra e da França, a chamada política de “não-intervenção”, que, na realidade, foi de pura passividade. Pelo contrário: fechando os olhos para o apoio italiano e alemão, e deixando a Espanha republicana quase sozinha com Stálin, em matéria de ajuda militar, as democracias ocidentais agravaram as condições da chantagem soviética sobre Caballero e Negrin. Não acho que seja preciso suavizar em nada os juízos severos que foram feitos sobre a passividade anglo-francesa diante de Hitler, ainda que a parte que cabe ao peso das opiniões públicas me pareça geralmente subestimado. A ‘não-intervenção’ na Espanha, tal como foi praticada por Londres e Paris, sucede à covarde resignação de 7 de março de 1936 e prefigura o espírito de Munique.

Mas nem por isso podemos deduzir dessa condenação da política anglo-francesa a idéia de que esta, em vez de consentir ou de sugerir a Hitler alguns ganhos territoriais a Leste (o que, para a França, era particularmente delicado, dado seu sistema de alianças), deveria ter entrado na lógica antifascista proposta por Moscou. Uma coisa era saber hierarquizar os perigos, outra era sucumbir às miragens da ideologia. Os gabinetes de Londres e de Paris são culpados de terem assumido o risco de manipular Hitler contra Stálin, mas não de ter desconfiado de Stálin: pois o Georgiano joga, como eles, um jogo duplo. Poderemos discutir ao infinito o que ele mais detesta, em seu foro íntimo, o nacional-socialismo ou as democracias ocidentais. O certo é que ele não se deixa enganar pelo palavreiro pacifista. Sabe cada vez mais que a guerra vem aí. Tem a obsessão do isolamento da URSS. Ora, a hipótese de uma guerra entre potências imperialistas figura desde sempre no á-bê-cê do comunismo.

Em Moscou, dirigem o olhar também para Berlim. Em suas memórias<sup>2</sup>, o agente soviético Krivitsky, que bandeou para o Ocidente em 1937, depois de ter sido ‘representante’ do NKVD na Holanda, com um olho voltado para a Europa ocidental, afirma que Stálin, desde 1934, busca, na realidade, um acordo com Hitler: sua aproximação da França e, depois, dos Estados da Europa oriental teria sido apenas um desvio para melhor atingir esse objetivo. De fato, um enviado soviético a Berlim sondou o terreno em fevereiro de 1937, mas voltou de mãos vazias<sup>3</sup>. Em suma, o mínimo que se pode dizer é que Stálin mantém dois obje-

---

1. Citado em B. Bolloten, *op. cit.*, livro IX, p. 630.

2. Sobre o valor das memórias de W. B. Krivitsky (*In Stalin's secret-service*, Nova York, Harper and Brothers, 1939), remeto à discussão que dele faz B. Bolloten, *op. cit.*, livro I, pp. 105-106, assim como às notas 43 a 53, pp. 780-782.

3. B. Bolloten, *op. cit.*, livro I, p. 106.



tivos em vista; aliás, ele o dá a entender desde 1934 e o dirá claramente depois de Munique. Ele, por seu lado, sabe muito bem que a vida internacional da Europa comporta três pólos, e não dois, como o implica a lógica do antifascismo. O problema é que esses três pólos formam, dois a dois, três pares antagônicos, e que toda verdadeira aliança se vê, assim, impossibilitada.

A guerra da Espanha não foge a essa regra. A Inglaterra, seguida pela França, não quis pôr o dedo nessa engrenagem revolucionária, e menos ainda transformá-la num risco de guerra com Hitler. Mas Stálin, por seu lado, teve muito cuidado em não ser arrastado a um conflito de maiores proporções com o ditador alemão. Se dermos crédito a Krivitsky, ele quer sobretudo dar a entender a Hitler que é o interlocutor certo. Numa outra hipótese, deseja atrair a Inglaterra e a França para um campo de batalha que, por uma guerra longa, pode 'fixar' a um custo controlável para a URSS, e longe de suas fronteiras, o que a situação internacional tem de explosivo. Hugh Thomas escreve-o em três frases: "... Ele [Stálin] não deixaria a República ser vencida, ainda que não a ajudasse necessariamente a vencer. O prosseguimento da guerra dar-lhe-ia liberdade de agir num ou noutro sentido. Nem sequer era impossível que ela provocasse uma guerra mundial, na qual a França, a Grã-Bretanha, a Alemanha e a Itália se destruiriam umas às outras, e a Rússia, que permaneceria fora, desempenharia o papel de árbitro". Assim, em todas as hipóteses, o controle político da Espanha é uma garantia nas mãos soviéticas.

No entanto, a História se passa de outra maneira; relega mais rápido do que previsto a Guerra Civil Espanhola ao segundo plano da situação internacional. Em 1938, a crise europeia se deslocou da Espanha para a Áustria, e depois, no verão, para os Sudetos. Hitler tem em mente manobras mais importantes do que a ajuda militar a Franco; pretende repatriar a Legião Condor (o que acabará não fazendo). Os ingleses conversam com os italianos. Os franceses também, já que a aliança italiana, prejudicada pela intervenção maciça de Mussolini na Espanha, é uma velha idéia do Quai d'Orsay. Stálin tem os olhos voltados para as ameaças de Hitler na Europa central e pretende reduzir seu compromisso espanhol. O próprio Negrin, *in loco*, fez propostas a Franco — que permaneceram sem efeito

---

1. Hugh Thomas, *op. cit.*, livro II, cap. 20, p. 266.

Encontramos a mesma idéia em Jesus Hernandez, o ex-ministro comunista de Negrin, que escreve em suas memórias: "Para o homem da maior mentira socialista, o problema espanhol colocava-se claramente: sacrificando o povo espanhol, empurro Hitler para o Ocidente, longe de minhas fronteiras. E o medo dos governos francês e inglês os obriga a se mostrarem dóceis para com a URSS. Por outro lado, quando a tensão aumentar entre o grupo franco-inglês e as potências nazi-fascistas, eu os levarei à guerra, que transformaria a URSS em árbitro da situação". (Jesus Hernandez, *Yo fui un ministro de Stalin*, México, 1952; trad. francesa: *La grande trahison*, Fasquelle, 1953.)

— com vistas a uma paz de compromisso; em vez disso, o Exército republicano trava a terrível Batalha do Ebro, que se desenvolve com extrema violência, ao mesmo tempo que a crise dos Sudetos, em setembro de 1938. A capitulação franco-inglesa em Munique empurra Stálin para o acordo com Hitler, que jamais excluía de seu jogo: mais uma razão para uma redução da participação na guerra espanhola, simbolizada pela retirada das Brigadas Internacionais, no outono.

A partir daí, a Espanha passa a ser apenas um teatro secundário da tragédia europeia, fadado a uma liquidação próxima. Sem o impulso revolucionário, incapaz de ter uma linguagem própria, esgotada pelas violências cometidas por ela e por seus inimigos, a República de Azaña e de Negrin só imagina para si mesma uma guerra mundial em que se veria novamente ao lado da Inglaterra e da França. Não chegará nem mesmo a isso<sup>1</sup>. Mas essa República derrotada é também uma república lendária.

Sua memória permanece sendo o tesouro daqueles que perderam tudo, menos a honra de um justo combate: pois, se a República espanhola encarnou desde julho de 1936 os valores da democracia, a insurreição franquista nunca foi capaz de equilibrar o jogo no plano simbólico. No campo republicano, como vimos, encontramos, atrasado no tempo, todo o repertório do romantismo revolucionário europeu, Bakunin e Marx, Sorel e Lênin: algo vindo do reencontro tardio com a imaginação social de 1848 serve de auréola à retórica da esquerda espanhola. A esse universo brilhante, mas dividido pela emulação das idéias e pela rivalidade dos homens, Franco traz, com seu golpe de Estado, uma aparência de unidade: pois ele lhe abandona todo o espaço da democracia, colocado sob a ameaça de uma ditadura militar.

O general nacionalista nada tem do que, na época, faz o charme do fascismo, e só apresenta da ditadura uma versão oligárquica e passadista. José Primo de Rivera fora um chefe carismático, e a Falange em sua primeira versão, uma milícia ideológica<sup>2</sup>. Ele é um militar de tradição, e a segunda Falange, um partido da ordem. A ditadura que sai vitoriosa da guerra civil aparenta-se mais a uma autocracia reacionária baseada na Igreja e nos proprietários do que a um poder totalitário conquistado em nome das massas populares, sob a bandeira de um nacionalismo social. Assim, sendo pré-democrática tanto quanto antidemocrática, oferece um vasto alvo para seus adversários.

---

1. A 26 de janeiro de 1939, os nacionalistas tomam Barcelona; o governo Negrin, ainda sustentado pelos comunistas, refugia-se em Valência. Em 5 de março de 1939, o general Miaja o deruba e rompe a resistência comunista. A junta militar prepara-se para negociar a rendição de Madri, que é ocupada sem combate em 28 de março. É o fim da guerra civil. O governo do general Franco foi reconhecido já em fevereiro pela França e pela Inglaterra.

2. Cf. *supra*, p. 292.

Oferece-lhes um repertório mais do que conhecido para que possamos acreditar no que diz, a saber, só procura abater o comunismo. Fazendo ressurgir a direita contra-revolucionária, hostil ao mundo moderno, não pode deixar de ameaçar todos os liberais, sem ter a capacidade de atrair para o seu campo, como os movimentos fascistas, os desiludidos com a igualdade democrática ou com o socialismo. O franquismo deve a natureza particular de sua ferocidade ao fato de ser mais uma ordem moral do que uma promessa de comunidade. Sem dúvida, em nenhum campo se deu trégua, e os anarquistas ou os comunistas, por seu lado, derramaram muito sangue inútil ou 'inocente'. Mas as tropas franquistas bombardeiam ou assassinam em nome de Deus; elas inscreveram em suas bandeiras, com a Espanha eterna, a religião e a propriedade. E trazem de volta ao século XX uma Idade Média católica, associada ao pânico social dos burgueses do século XIX. Com isso, seus massacres muitas vezes fazem reviver sentimentos de hostilidade mais antigos do que o antifascismo: as opiniões públicas de tradição protestante, Inglaterra e Estados Unidos à frente, reencontram aí o fantasma da Inquisição. Na França, uma parte da *intelligentsia* católica — cujas figuras de proa são Mauriac e Bernanos — considera com horror esse recrutamento de sua fé a serviço do franquismo.

Resta atribuir a parte do Komintern, na orquestração ideológica que acompanha a Guerra Civil Espanhola: parte capital, se se tiver em mente que Münzenberg está, nesta época, no auge de sua arte<sup>1</sup> e que o evento lhe oferece uma matéria quase que providencial. Onde poderia ele demonstrar melhor do que na Espanha a equivalência entre antifascismo e democracia? Mussolini e Hitler acorreram em socorro de Franco para substituírem a República pela ditadura: a intervenção soviética se vê com isso enobrecida por uma sacração democrática quase óbvia. A cidadezinha de Guernica, centro imemorial das liberdades bascas, é destruída pelos aviões alemães da Legião Condor no dia 26 de abril de 1937: que melhor exemplo do caráter do conflito? Essa grande estréia do bombardeio aéreo moderno ilustra a barbárie de uma Internacional fascista e, por conseguinte, a necessidade de uma solidariedade internacional antifascista. Através da guerra da Espanha, a União Soviética pareceu dar uma verdadeira substância universal ao internacionalismo.

Na realidade, como vimos, ela não interveio na Espanha nem como uma potência fraternal, nem sequer em nome apenas de seus interesses ou de seus cálculos, mas antes de tudo segundo sua inclinação de Partido-Estado totalitário: menos para ajudar a República do que para assumir o seu controle militar e

---

1. No auge de sua arte, mas não de sua influência, pois suas dificuldades com Moscou começaram, assinaladas especialmente pela detenção de seu protetor e amigo Radek, em setembro de 1936.

político. Vendeu aviões e armas à Espanha, mas também liquidou o POUM, assassinou Nin e encheu de policiais a seu serviço o campo republicano. Assim, o antifascismo comunista tem duas faces, nenhuma das quais é, neste caso, democrática. Pois a primeira, a da solidariedade, que enobreceu tantos combatentes, não cessou de ser a máscara sob a qual se realizavam a conquista do poder e o confisco da liberdade.

Daí que a lenda da guerra da Espanha, tal como se transmitiu às gerações, comporta em partes iguais verdade e mentira. O antifascismo foi a bandeira da revolução espanhola, em julho de 1936, antes de ser, menos de um ano depois, sua mortalha. Feixe de paixões democráticas e libertárias, ele se murchoou em dogma de duplo fundamento e em práticas policiais. Assim, ele matou a energia republicana sob o pretexto de organizá-la, assim como comprometeu a causa republicana sob pretexto de defendê-la. Nada, porém, desta história é confessável, pois seria preciso determinar as responsabilidades, com o risco de enfraquecer também o combate. Recém-chegado de volta à Inglaterra, depois de ter combatido nas tropas do POUM, Orwell escreve num semanário inglês que a guerra da Espanha produziu “a mais rica colheita de mentiras desde a Grande Guerra de 1914-1918”. Orwell sabe do que está falando. É um dos raríssimos intelectuais engajados do século que seja capaz de ver e que dê preferência à realidade sobre a abstração<sup>2</sup>. Só se alistou nas milícias do POUM por recomendação do pequeno partido libertário de que é membro na Inglaterra, o Independent Labour Party; teria podido igualmente, e até na época teria preferido isso, alistar-se numa unidade comunista. O que lhe abre os olhos, antes de ser ferido na frente de batalha de Aragão, é ser testemunho do Terror comunista contra os anarquistas e os militantes do POUM em Barcelona, na primavera de 1937. Ele próprio terá de se esconder, depois de sair do hospital, até que possa chegar à França. Sozinho ou quase sozinho entre os combatentes estrangeiros, e em meio ao silêncio geral da imprensa de esquerda, resolve dizer o que viu. Seis meses depois de seu artigo de julho de 1937, ele explica: “Um bom número de pessoas me disseram, com maior ou menor franqueza, que não se deve dizer a verdade sobre o que se passa na Espanha e sobre o papel desempenhado pelo Partido Comunista, com o pretexto de que isso suscitaria na opinião pública um preconceito contra o governo espanhol, ajudando, assim, a Franco<sup>3</sup>”.

- 
1. *New English Weekly*, 29 de julho de 1937: “Spilling the spanish beans”, citado por H. Thomas, *op. cit.*, p. 885, nota 46.
  2. Lionel Trilling, “George Orwell and the politics of truth” in Lionel Trilling, *The opposing self*, Nova York, Harcourt Brace Jovanovich, 1978, pp. 132-151.
  3. Carta ao redator-chefe de *Time and Tide*, 5 de fevereiro de 1938. Citado em H. Thomas, *op. cit.*, livro IV, cap. 45, pp. 626-627.

Já naquela época, baixara o manto de silêncio e de mentira que recobrirá, ao longo de todo o século, a história da guerra da Espanha.

Isso não quer dizer que o antifascismo, mesmo sob sua forma comunista e mesmo entre militantes comunistas do aparelho, não tenha mobilizado uma paixão pela liberdade. Evidentemente, o contrário é que é verdade, e as Brigadas Internacionais, estreitamente controladas por Moscou, não usaram de palavras de ordem de servidão, ou os combatentes, em suas cabeças, de sentimentos de duplicidade. Para quem quiser ver até que ponto houve um entusiasmo espanhol até no aparelho do Komintern, basta ler as memórias escritas pelos combatentes, depois que se emanciparam do comunismo<sup>1</sup>. O escritor alemão Gustav Regler, por exemplo, que fugiu, através das Brigadas Internacionais, do Moscou da Lubianka e do processo Kamenev<sup>2</sup>. “Enquanto houver fascistas”, proclama ele, “seremos todos espanhóis”.

O entusiasmo ‘espanhol’ dos militantes em nada diminui a realidade da política comunista, cuja natureza a guerra da Espanha não muda. Mas a guerra ofereceu um novo espaço à ilusão, e o campo de batalha internacional ao antifascismo. Mesmo aos decepcionados com o comunismo, restará a glória do justo combate contra Franco. De sorte que muitos deles, contentes de ter pelo menos a metade de uma boa causa, não vão querer olhar muito de perto a outra metade. Assim, o tabu da guerra espanhola, deliberadamente mantido pela historiografia stalinista, pôde encontrar certa cumplicidade nas recordações dos combatentes. Quanto àqueles que decidirão romper esse silêncio, quer se trate de anarquistas, quer de velhos dissidentes do bolchevismo, quer de vítimas da repressão de 1937-1938, quer de kominternianos cujos olhos se abriram na Espanha, não só assumem o risco, dizendo a verdade sobre a ação de Moscou, de empanar sua própria história. Eles fortalecem a tese do inimigo. O antifascismo comunista beneficia-se da lógica da guerra, que soma seu peso de sangue ao da luta de classes.

Malraux, como sempre, exprimiu conjuntamente a verdade e a mitologia do caso espanhol, sem procurar fazer uma triagem. Percebeu já no primeiro tiro de fuzil que peso a História jogava nesse conflito local, situado na periferia do mundo europeu. Quase 20 anos depois dos Sovietes russos, nascidos no extremo oriente da Europa, o movimento operário espanhol reacendeu a chama da revolução em seu extremo ocidente. Bastara, porém, aos bolcheviques saltarem da guerra para a ditadura comunista para apagarem o atraso russo da imaginação dos povos: para a República espanhola, não é suficiente reencarnar a revolução,

---

1. Pois os outros, por definição, não tiveram a liberdade intelectual de escrever a verdade.

2. Gustav Regler, *Le glaive et le fourreau*, Plon, 1960. Cf. cap. 11 e 12, pp. 261-330.

pois a sua imagem não é conforme ao modelo soviético. Ora, essa República está aí, às voltas com a agressão de um general reacionário, apoiado por Mussolini e por Hitler: fixando o fascismo na contra-revolução, ela se torna universal, ao menos pelo que combate.

Com isso, ela se inscreve — ao menos provisoriamente — no centro dos negócios do mundo. A guerra de julho de 1936 concentra e simplifica as paixões políticas do século. Ela as torna heróicas pela ação armada, ela os magnifica pelo antifascismo à escala da Europa e do universo. Enfim, ela reduz a sua complexidade em dois campos, os fascistas e os antifascistas. Malraux bem que suspeita um pouco do caráter interessado da dicotomia, tão cara aos soviéticos, mas justifica-a, em nome dos imperativos da guerra. Na época em que participa do início da guerra da Espanha, à frente de uma esquadrilha de voluntários, ele continua em seu período comunista; mas seu temperamento profundo leva-o a exaltar a vontade humana que se ergue contra a tragédia da História. Desse equilíbrio provisório, ele vai tirar um dos livros característicos da época: *L'Espoir* (*A esperança*), romance do antifascismo, escrito em tom pessimista.

O encanto do livro está ligado ao fato de que ele reúne à servidão das armas a liberdade da democracia. A ação situa-se no início da guerra, entre 19 de julho e a defesa vitoriosa de Madri no final do ano: tempos memoráveis por excelência, pois neles se encontra a efervescência revolucionária, que se seguiu à notícia do levante militar, a desordem heróica dos inícios, a formação de exércitos cidadãos e até a bênção efêmera da vitória. A Revolução Francesa só entrara em guerra contra a Europa dos reis três anos depois de ter surgido. A revolução espanhola nasce quase junto com a guerra, uma vez que os meses que separam o sucesso eleitoral da insurreição franquista constituem apenas o seu curto prólogo, entre fevereiro e julho. Ela vai, portanto, viver como um exército, ao passo que o espírito que a anima detesta a autoridade. Ela é o grande personagem dilacerado de *A esperança*, encarnado por essa esquadrilha cosmopolita ou por esses batalhões improvisados que combatem entre Toledo e Madri.

O principal valor da revolução espanhola à solidariedade dos povos não é ser revolucionária: demasiados pensamentos contraditórios se agitam sob seu capacete! A esses futuros que se combatem antecipadamente no interior da guerra antifascista, Malraux empresta sua agilidade de espírito, através de uma galéria de combatentes argumentadores que ouve como se fossem alto-falantes de seu talento: o século do messianismo político encontrou através dele os seus heróis. Todavia, é mais antiga a única sabedoria que o romancista faz surgir em seus diálogos: é a sabedoria, inteiramente prática, da ação. “Os comunistas”, diz Garcia a Hernandez diante do Alcazar cercado, “querem fazer alguma coisa. Vocês e os anarquistas, por motivos diferentes, querem ser alguma coisa... Este é o drama

de toda revolução como esta. Os mitos sobre os quais vivemos são contraditórios: pacifismo e necessidade de defesa, organização e mitos cristãos, eficiência e justiça, e assim por diante. Temos de ordená-los, transformar nosso Apocalipse em exército ou morrer. Isto é tudo”’. Ou ainda, um pouco mais adiante: “A ação só se pensa em termos de ação”’.

No entanto, Malraux sabe muito bem que, no século XX, essa receita maquiavélica não é nada, se não for acompanhada de um nome na ordem das idéias e de uma causa no registro das emoções. Mera negação, será o antifascismo essa idéia, essa causa? Essa pergunta confere ao romance seu vibrato pessimista, que não é apenas um efeito literário. Pois Malraux não lhe dá nenhuma resposta filosófica ou política. Para ele, basta que a guerra dos republicanos comporte essa obrigação de fraternidade entre os combatentes. Basta que ela os eleve acima de si mesmos, no exercício das paixões nobres e de uma coragem gratuita. Malraux inventa heróis que falam num tom um tanto ‘elevado’, mas dá o melhor de si no que podemos chamar de “reportagem psicológica”: quando descreve tantos homens simples, espanhóis ou voluntários estrangeiros, reencontrando na guerra civil certos sentimentos esquecidos ou prescritos. A uma esquerda europeia que permanece tão profundamente ferida pelas lembranças de 1914-1918, a Espanha republicana de *A esperança* restitui uma guerra moral e um heroísmo democrático.

O antifascismo não é, em Malraux, uma filosofia revolucionária. É a bandeira da reconciliação dos povos com a guerra, essa divindade do século. Nas Brigadas Internacionais, que ele imortaliza como um pintor de guerra, Malraux optou pela milícia do Komintern; celebra a vanguarda de um exército fraternal, que está apagando das memórias o massacre fratricida de 1914:

“Magnin foi até a janela: ainda à paisana, mas calçando botas militares, com os rostos cabeçudos de comunistas ou com seus cabelos de intelectuais, velhos poloneses de bigodes nietzschianos e jovens com caras de filme soviético, alemães de cabeça raspada, argelinos, italianos que tinham jeito de espanhóis perdidos entre os internacionais, ingleses mais pitorescos do que todos os outros, franceses parecidos com Maurice Thorez ou com Maurice Chevalier, todos eretos, não por causa da aplicação dos adolescentes de Madri e sim pela lembrança do exército ou da guerra que haviam feito uns contra os outros, os homens das brigadas martelavam a rua estreita, sonora como um corredor. Estavam aproximando-se das casernas e começaram a cantar: e, pela primeira vez no mundo, os homens de todas as nações misturadas em formação de combate cantavam *A Internacional*”’.

---

1. André Malraux, *L'espoir*, Gallimard, 1937; reed.: *Collection Folio*, pp. 249-250.

2. *Ibid.*, parte II, cap. 2, p. 325.

Assim, Malraux dá uma voz à paixão espanhola da esquerda, no momento em que Orwell denuncia a sua mentira<sup>1</sup>. Quem quiser entender as ambigüidades da guerra antifascista, deve lê-los juntos, como dois profetas daquilo de que a Espanha ainda só ofereceu a miniatura. De resto, o fim da Segunda Guerra Mundial vai encontrá-los em seus postos, em papéis renovados, mas comparáveis. Um verá seu antifascismo de 1936 arruinado pelo pacto germano-soviético de 1939; reinventará uma versão menos frágil para ele num gaullismo tardio. O outro, sentinela melancólico da verdade mesmo à custa da ação, permanecerá como o denunciador solitário das mentiras da guerra, escondidas desta vez sob as flores da vitória.

---

1. Orwell escreve *Hommage à la Catalogne*, *op. cit.*, na segunda metade de 1937, o ano em que *L'espoir*, *op. cit.*, é publicado.



## VIII

### A Cultura Antifascista

O advento de Hitler na Alemanha e a virada antifascista do Komintern modificaram, assim, profundamente, na Europa, a disposição das forças políticas. A violência dos nazistas e a estratégia da Frente Popular decidida em Moscou polarizaram a relação direita/esquerda ao redor do fascismo e do comunismo: período capital, na história política contemporânea, pois cristaliza por um longo tempo os sentimentos e as idéias. A França ainda é o seu melhor observatório, por razões ligadas ao mesmo tempo à sua tradição e à sua fraqueza. No século XIX, ela foi o laboratório da política democrática, e assim permanece no século XX: cativa de suas recordações, que os bolcheviques reativaram, ela não perde essa oportunidade tardia de reviver sua história através dos corpos de doutrina que ainda se definem em relação a 1789 ou 1793. Ela não é mais, porém, o mais poderoso Estado da Europa, embora tenha tido essa ilusão em 1918, com a vitória de seus exércitos. Abriga um povo cansado, uma burguesia pusilânime, uma vida política estreita, uma diplomacia dependente. Daí, sem dúvida, o fato de podermos observar nela, com uma clareza especial, essa tendência à internacionalização da política interna característica desse tempo. Não que ela tenha caído baixo o bastante para ser o terreno de confrontos entre comunistas e fascistas: a esquerda está longe de ser majoritariamente comunista, e a direita só comporta um minúsculo número de fascistas de verdade. Mas, enfim, a esquerda é reunida na Frente Popular, de iniciativa comunista, e a direita tem em seu conjunto certa simpatia, se não pelo fascismo, ao menos pelo anticomunismo dos regimes fascistas. A luta democrática dos partidos pelo poder, assim, se aproximou de duas fontes de inspiração antidemocráticas, fortalecidas por sua oposição recíproca.

Esse desvio pela situação francesa é acompanhado em minha mente por uma outra escolha deliberada: o privilégio dado aos aspectos intelectuais dos debates políticos. Não que este livro seja especialmente consagrado à influência do comunismo sobre aqueles cuja profissão é pensar ou escrever<sup>1</sup>. Seu objetivo é mais amplo, uma vez que consiste em contar a mitologia da URSS e do comunismo na opinião pública em geral. Contudo, nesse ponto da História a que chegamos, quando o bolchevismo reencontra uma segunda juventude, ao mesmo tempo que obtém seus primeiros grandes êxitos políticos no exterior, a consideração particular dos intelectuais apresenta certas vantagens. Só ela permite analisar pormenorizadamente de que bricolagem das representações e das idéias se nutre a nova disposição das forças políticas. Ela não implica que os intelectuais, na medida em que formam um grupo social distinto, escapem à cegueira e vejam o futuro melhor do que seus contemporâneos: a história do século XX tenderia, até, a provar o contrário, tanto eles se engajaram, numerosos e entusiastas, em causas deploráveis. Mas pelo menos eles têm a obrigação de desenvolver suas razões e de ter, por conseguinte, de expor, em maior ou menor medida, as suas origens e a sua formação, os seus encadeamentos e as suas rupturas, a sua lógica e as suas contradições.

Em outras épocas, particularmente naquelas antecedentes à democracia moderna, essa vantagem não existia. A política está nas mãos de um número reduzido de homens e não é objeto dos investimentos apaixonados que a religião provoca. Acontece o contrário em nosso século, em que, mesmo quando estão reduzidos à servidão por um partido todo-poderoso, os povos têm de ser constantemente empanturrados de palavras de ordem pelas quais o Big Brother renova a cada minuto, em cada cidadão, seus títulos à dominação absoluta. Quando, em compensação, eles permanecem livres para escolher seus chefes e estão protegidos dos abusos do poder pela lei, eles ainda têm de conservar essa liberdade e de definir, ao mesmo tempo, seus meios e seus limites. Esse sobreinvestimento da política pela ideologia atinge um primeiro apogeu no meio dos anos 30. Por isso o interesse de considerar aí, através do prisma dos intelectuais, a imbricação das idéias, das expectativas e das paixões.

---

1. A questão já foi objeto de vários trabalhos, por exemplo: W. Drabovitch, *Les intellectuels français et le bolchévisme. La Ligue des Droits de l'Homme. Le néo-marxisme universitaire*, Paris, Les Libertés Françaises, 1937; David Caute, *Le communisme et les intellectuels français, 1914-1966*, Gallimard, 1967 (título original: *Communism and the french intellectuals*, 1964); do mesmo autor, *Les compagnons de route 1917-1968*, Robert Laffont, 1979.

Os caminhos selvagens onde convido o leitor a entrar — a política francesa, os intelectuais franceses — entrecruzam-se sem cessar: pois a França é, desde o século XVIII, a nação européia em que os escritores, os filósofos e os artistas desempenham o maior papel político. Este é mais do que nunca o caso entre as duas guerras, por razões que se superpõem ao peso da tradição. O aparecimento do comunismo e do fascismo, a crítica da democracia parlamentar que eles brandem juntos, o confronto espetacular que os põe frente a frente para se apropriarem de seus despojos oferecem um teatro novo a esses especialistas do universal que são os intelectuais franceses. Teatro enorme, onde é representada a peça decisiva: não se trata de nada menos do que mudar a condição do homem. Cento e vinte e oito anos depois da Revolução Francesa, os bolcheviques retomaram seu projeto libertador para levá-lo mais adiante: libertos das limitações burguesas em que estavam encerrados sem o saber os homens de 1789, eles assumiram um compromisso com a emancipação do proletariado, portanto da humanidade.

A linha ao mesmo tempo contínua e quebrada que une os dois eventos possui sobre a esquerda francesa uma magia particularmente poderosa. Singularizando Outubro de 1917 em relação a 1789, ela também une as duas datas numa visão do progresso histórico através do qual uma versão pobre do marxismo substitui a Filosofia das Luzes. Ela fixa a União Soviética num caminho aberto pela França; confere-lhe o estatuto de uma segunda nação de vanguarda, um bom século depois da primeira: para muitos franceses, basta transferir para a pátria do proletariado um pouco do orgulho que sentem pela universalidade de sua história revolucionária para comungarem com esse novo batedor da humanidade, surgido sobre as suas pegadas. E, de quebra, isso é um consolo para as misérias de seu presente.

A todos esses motivos que a esquerda tem de manter, por intermédio do comunismo russo, um contato com seus grandes dias, o fascismo acrescentou sua contribuição; fez renascer em todo o seu brilho ameaçador a idéia de contra-revolução. Os bolcheviques, na verdade, não esperaram para se compararem com os jacobinos, e vimos que, já em 1918, a guerra de intervenção anti-soviética bastou para lembrar aos franceses os momentos heróicos de 1793. Mas o fascismo, ou antes, no caso, o nacional-socialismo, representa um inimigo com uma outra energia, muito maior do que aquela coalizão disparatada de exércitos fracos reunida ou financiada pelos vencedores da Primeira Guerra Mundial. Hitler dá ao anti-sovietismo o brilho de uma ideologia e o fascínio da força. Cai sob medida para preencher o emprego de formidável adversário de que o espírito revolucionário precisa, para dar de si no que está fazendo. Na ausência dessa ameaça iminente, Stálin a inventara, justificando sua diplomacia do 'terceiro período'

pela existência de uma vasta conspiração imperialista, pronta para atacar a URSS. A partir de 1933, o perigo hitleriano, que é bastante real, fornece-lhe uma razão a mais para envolver o desencadeamento do terror na tradição jacobina, e Deus sabe que ele não deixou de se servir dela. Do lado francês, a referência a esse grande precedente da Primeira República pode ser acolhido com uma familiaridade ainda maior porque o inimigo a derrotar não é só a contra-revolução e sim a Alemanha, a eterna Alemanha, que mal foi vencida e já se mostra ameaçadora.

Assim, tudo conspira para fazer do teatro político-intelectual francês o palco privilegiado de onde se observa como funciona nas mentes o antifascismo comunista. Nação de tradição revolucionária, ou seja, democrática e antiliberal, ao contrário da Alemanha, que não é nem democrática nem liberal, ou da Inglaterra, mais liberal do que democrática, a França tem ou antes acredita ter — o que, para meus propósitos, é a mesma coisa — relacionamentos particulares com o regime nascido em Outubro de 1917.

Se levássemos essa análise muito adiante, arriscaríamos, porém, ignorar um traço característico do comunismo desse período, que é, justamente, a universalidade excepcional de seu prestígio. Esse prestígio é visível em toda parte, mesmo nos países como a Inglaterra, onde não existe a herança democrática revolucionária à francesa. É verdade que lá ele não atinge profundamente, como na França, as classes populares, embora o pequeno Partido Comunista Inglês se esforce igualmente por obedecer às mesmas diretivas que seu homólogo francês. Mas os intelectuais, por seu lado, talvez menos submissos ao peso das solidariedades, mais indignados, também, contra seu próprio governo, mais sensíveis, com certeza, às ameaças que o nazismo faz pesar sobre a cultura e às seduções do universal, dão uma boa acolhida ao antifascismo comunista. Vimos que, já antes da virada de 1934-1935, a experiência soviética gozava da simpatia de vários grandes nomes das letras inglesas. Mas a um autor como Bernard Shaw não pode ser atribuído um filosovietismo ‘antifascista’, já que admira Mussolini e Hitler tanto quanto Stálin, ao mesmo tempo por fidelidade ao anticapitalismo marxista e depois fabiano de sua juventude e por gosto de ‘desconcertar o burguês’. A geração seguinte, pelo contrário, não cresceu em meio aos combates da esquerda socialista. Seu despertar para a política está ligado à hostilidade ao nazismo vitorioso, que os *tories* contemplam e tratam com indulgência<sup>1</sup>.

Muitos desses jovens intelectuais antifascistas vêm de boas famílias, e alguns fizeram seu aprendizado em meio ao ar rarefeito do Bloomsbury Group, ao redor de Virginia Woolf. A melhor testemunha deles talvez seja Stephen Spender, que escreveu suas memórias<sup>2</sup>: jovem inglês inteligente e sensível, poeta dotado, pouco

---

1. Neal Wood, *Communism and british intellectuals*, Nova York, Columbia University Press, 1959.

2. Stephen Spender, *World within world*, Londres, Harold Matson Co., 1951.

inclinado a participar das paixões políticas do século e, aliás, indiferente à sua influência, até Hitler. Sua curva intelectual lembra um pouco, 10 ou 15 anos depois, a de um Lukács, na medida em que o faz passar de um esteticismo de torre de marfim a um investimento apaixonado numa aurora da História. Do fundo do desespero de época, surgiu sua consumação temporal, com Hitler, mas talvez a luz frágil de uma promessa: como o fascismo, o comunismo se nutre, em sentido inverso, do sentimento da tábula rasa e do fim do mundo burguês. Todavia, no caso de Spender, a conversão comunista recobre também a continuidade de uma tradição: “Sou um comunista porque sou um liberal”, escreve ele na época de seu engajamento, reivindicando o que poderíamos chamar ainda melhor de “radicalismo” inglês, de Thomas Paine ao último Mill, passando por Godwin e Bentham.

Com efeito, é preciso entender ‘liberal’ no sentido político que a palavra inglesa assumiu, e até em sua acepção mais libertária: liberal, ou seja, apaixonado pela liberdade, partidário da liberdade máxima de cada indivíduo, no sentido civil e no sentido político, indistintamente. O comunismo tem uma natureza tal que foi capaz de fixar, provisoriamente pelo menos, tanto as paixões liberais quanto as paixões antiliberais; os adversários do Estado e os amantes do Estado. Esse é o milagre de sua dupla natureza, conforme o consideremos como realidade histórica — o regime soviético — ou como profecia filosófica: o homem desalienado. Pois ele teve o cuidado de permanecer sendo uma utopia ao mesmo tempo que se tornava um Estado. Daí a obrigação em que se encontra de esconder sua realidade, para permanecer uma ‘idéia’; e daí o papel desempenhado pela ideologia em seu funcionamento e em sua propaganda. Hitler acrescenta de fora uma verossimilhança a mais à ilusão, unindo numa mesma maldição democracia burguesa e comunismo: a Spender, basta apenas voltar contra o ditador nazista a dupla condenação, tradicional na cultura alemã; ao louvar conjuntamente o que Hitler amaldiçoou conjuntamente, fabrica uma vitrina “liberal” para a URSS<sup>2</sup>.

O filosovietismo ocidental atinge, até, seu ponto máximo na Inglaterra, com o recrutamento do famoso “grupo de Cambridge<sup>3</sup>”: Philby, Burgess, MacLean,

- 
1. Stephen Spender, *Forward from liberalism*, Londres, Victor Gollancz, 1937, p. 202: “I am a communist because I am a liberal”.
  2. O próprio Stephen Spender explicou, num texto posterior, como seus olhos se abriram, logo depois de sua adesão ao Partido Comunista Inglês, à realidade do comunismo internacional; e como, da identificação entre ‘liberalismo’ e comunismo, retornou à idéia da incompatibilidade entre eles. Suas observações sobre a guerra da Espanha desempenharam um papel importante nesse retorno. Cf. a contribuição de S. Spender em *Le Dieu des ténèbres*, Calmann-Lévy, 1950, pp. 247-286.
  3. Youri I. Modine, *Mes camarades de Cambridge*, Robert Laffont, 1994; Philip Knightley Philby, *The life and views of the KGB masterspy*, André Deutsch, 1988; Hugh Trevor-Roper, *The Philby affair*, William Kimber, 1968.

Blunt', e talvez alguns outros cujos nomes ainda ignoramos, já não são simplesmente admiradores da União Soviética nem tampouco militantes do Partido Comunista Inglês. Trabalham no sistema de informação soviético, indo de uma só vez, tão jovens, ao engajamento mais incondicional e mais irreversível. O caso deles ilustra, ao mesmo tempo, a natureza conspirativa do movimento comunista internacional e a força de devoção que é capaz de inspirar. O primeiro ponto está fora de meu assunto, já que faz parte de uma história do comunismo. O segundo, porém, pertence a ele, na medida em que oferece o exemplo mais radical da paixão comunista entre intelectuais ocidentais.

Na Inglaterra, a Revolução Russa teve mais sucesso nas universidades do que nas fábricas. A história do 'grupo de Cambridge' constitui uma aula prática sobre o isolamento social em que se encontram esses jovens estudantes revolucionários ingleses no início da década de 30 e sobre a natureza particularmente abstrata de seu engajamento. O que os torna comparáveis a todos os que, na mesma época, querem estar na linha de frente da luta contra o fascismo está ligado à convicção de que só o movimento comunista lhes oferece a estratégia e os meios para tanto, enquanto 'guia' da classe operária. Mas eles escolhem ou aceitam, para associarem suas vidas ao proletariado, uma via extremamente simplificada, e ao mesmo tempo muito aristocrática, já que a mais alta: servir diretamente a pátria do dito proletariado. No imbricamento de abstrações que constituem o fundo intelectual da crença comunista, eles se situam deliberadamente no nível mais geral: a identidade entre o Estado soviético e a revolução operária internacional. Da atividade militante, eles saltaram os estágios intermediários, suprimiram as mediações. Estão no mesmo nível em relação à história universal.

Suas motivações escapam, portanto, ao que constitui o fundo dos negócios de espionagem, quando se trata de agentes que trabalham para um país estrangeiro: a corrupção, a chantagem, o dinheiro. De resto, nenhum dos jovens recrutados tem, no momento, algo de substancial a revelar aos serviços soviéticos. Da parte do NKVD, trata-se de um investimento e, da parte deles, de uma paixão política: o que não diminui em nada a sua cegueira, mas obriga a considerar suas razões. O caso deles é interessante pelo que tem de deliberadamente extremo.

Os muitos retratos que foram feitos deles desenharam o esboço de um ambiente. São moços de família bem-nascidos, mais do que ricos, que estudaram nas boas escolas antes de se reencontrarem em Cambridge, entre as veneráveis paredes de Trinity College, na época em que a grande depressão atinge a Inglaterra. Ali eles aprendem a história e a economia, cujos segredos o homem que elegeram como mestre, Maurice Dobb, lhes revela, à luz do *Capital*. Ao con-

---

1. O quinto homem, John Cairncross, não pertence ao mesmo meio.

trário da de hoje em dia, a vida estudantil da época favorece as pequenas aristocracias eletivas, e em Cambridge elas não faltam. Aquela se forma ao redor da convicção comunista, misturada ao grande estilo excêntrico das altas classes inglesas. Pois essas crianças perdidas da Inglaterra imperial nada têm, na aparência, de militantes kominternianos. Destes, não têm nem a regularidade de costumes nem a paixão democrática do anonimato. Também são crentes, mas crentes vindos de outras partes, trazendo à sociedade onde querem entrar as maneiras daquele que querem derrubar. Sem dúvida, essa é uma das razões pelas quais entraram não no modesto Partido Comunista Inglês e sim, lá no alto do sistema, na própria União Soviética: maneira aristocrática de servir o proletariado, pela qual a vida boêmia, o esnobismo, a homossexualidade, o uísque e a infelicidade de viver reencontram na conspiração um pouco do sentido de uma cavalaria. Uma das máximas preferidas de Burgess não é aquela que é melhor trair seu país do que seus amigos<sup>1</sup>?

Sentimos esses jovens ingleses órfãos de uma Inglaterra que está desaparecendo à sua frente, a Inglaterra que seus pais amaram e serviram. Constituem, sem dúvida, a primeira geração, desde séculos, a sentir tão fortemente o fim de uma tradição. A guerra de 1914 arrancou a Europa de suas amarras. Exatamente como os intelectuais de Weimar, mas um pouco mais tarde, esses estudantes de Cambridge perderam os rastros de sua história. A Grande Depressão arruinou a economia britânica, que antes reinava no mundo inteiro. Hitler conquista o poder em Berlim. Em Londres, o Partido Trabalhista soçobrou de forma inglória em 1931, e os *tories* no poder logo passam a cortejar o novo senhor da Alemanha. A União Soviética de Stálin, depois do fracasso alemão, volta seus esforços para Paris e para Londres; encontra ali, entre os intelectuais, um prestígio que a de Lênin não teve. Através do plano quinquenal, ela forma um grande contraste com o mundo capitalista decrépito. Através do antifascismo, causa vergonha aos conservadores ingleses, por sua fraqueza diante de Hitler. Substituindo na imaginação o que foi, no século passado, a grandeza inglesa, ela parece inaugurar uma nova época da história. A Roma do proletariado, depois da Roma da City.

Assim, esses jovens estudantes encontram nesse revezamento prometido pela História algo com que contrabalançar a repulsa que lhes inspira sua classe e algo de que alimentar sua certeza sobre a agonia capitalista. Seu ódio ao burguês é uma característica da época, comum aos intelectuais da Europa. Mas, ao contrário de seus êmulos franceses, para não falar dos alemães, esses jovens ingleses não sentiram a tentação fascista. Se a tradição liberal inglesa não os protege da

---

1. Andrew Boyle, *The fourth man. The definitive account of Kim Philby, Guy Burgess and Donald MacLean and who recruited them to spy for Russia*, The Dial Press, 1979, cap. 9, p. 283.

ilusão stalinista, ela os imuniza contra a mitologia nacional-socialista. Sua revolução mundial não é a reconstituição de uma comunidade e sim a etapa superior da emancipação dos indivíduos: assim, ela cai como uma luva na versão antifascista do comunismo daqueles anos.

Quanto ao caráter particular de seu engajamento, que tão cedo os condena a uma vida dupla, ele não é tão excepcional a ponto de não poder ser explicado pela natureza internacional do movimento, centralizado a partir de Moscou desde 1917. Sempre houve uma maneira secreta de servir a revolução proletária, ao lado de uma maneira pública. Os moços de Cambridge são recrutados como militantes, numa idade em que não têm acesso a nenhum segredo de Estado: o que provocou sua celebridade mundial na história da espionagem no século XX está ligado a seu êxito, e este está ligado a certos casos, como o amadorismo dos serviços de informação ingleses em circunstâncias tão capitais quanto a guerra e o pós-guerra. Menos eficientes, eles teriam sido menos lembrados como espões e mais como militantes. Pois o seu engajamento, por mais extraordinário que ainda pareça, aureolado do que eles iriam tornar-se, traduz, no fundo, idéias e paixões idênticas às de tantos intelectuais europeus condenados à prosa da vida militante ou à condição de simpatizantes. Como eles, Philby, MacLean, Burgess ou Blunt acreditam na inevitável vitória da União Soviética e do comunismo. E pretendem ter a sua parte nisso. Fortalecida pela guerra, essa certeza sobreviverá à derrota de Hitler; ela se alimentará ainda, depois da queda de Hitler, do seu ódio à América. O fato de que uma das primeiras universidades da Europa, onde germinaram tantas idéias, tenha fornecido à URSS seus agentes mais incondicionais e mais eficientes ficará como um símbolo do lugar ocupado no século pela idéia comunista.

Se fosse necessária mais uma prova, a encontraríamos finalmente na sedução que essa idéia possui, na mesma época, nos Estados Unidos, onde as liberdades e os direitos individuais gozam de um respeito quase sagrado, pois a pertença nacional tem a democracia como terreno de origem. Também ali existe, na falta de uma tradição socialista dominante na classe operária, um pequeno Partido Comunista burocratizado, e este já tem a atormentada história de todas as filiais do Komintern. No final da década de 20, ele expulsou uma oposição de direita e uma oposição de esquerda, à qual a referência trotskista confere um relevo intelectual inexistente na Europa. O radicalismo 'classe contra classe' defendido em Moscou durante o 'terceiro período' não lhe permite mobilizar a angústia particularmente aguda dos assalariados americanos frente à crise econômica: os militantes do partido retiram daí uma maior violência em sua pedagogia anticapitalista, além de alguns sucessos na infiltração dos sindicatos. Mas sobretudo, a estratégia da Frente Popular vai oferecer-lhes, em 1935, um clima mais conforme ao espírito público americano. Acabaram-se os tempos em que não só o presi-



dente Roosevelt, mas também o candidato socialista de 1932 à Casa Branca, Norman Thomas, eram chamados de “social-fascistas”. Doravante, os comunistas se colocam à esquerda do New Deal, onde gozam de uma audiência cada vez maior até 1939.

Esses bons tempos do comunismo americano são acompanhados, exatamente como na França, talvez ainda mais do que na França — na medida em que a influência popular ou eleitoral do Partido Comunista Americano permanece incomparavelmente mais fraca do que a do PCF —, de um papel considerável em certas universidades, como em Nova York, e entre os pensadores e os escritores. A história disso já é rica demais até para eu tentar entrar nela; de resto, ela já foi contada por testemunhas ilustres ou por historiadores posteriores<sup>1</sup>. O que ela tem de mais significativo para meu propósito é ilustrar mais uma vez a força do laço subjetivo que o ódio ao fascismo leva tantos intelectuais a estabelecerem entre o comunismo e a liberdade. Os Estados Unidos dessa época apresentam, talvez, a ilusão comunista sob sua forma mais paradoxal. Ei-la como a nação mais democrática do universo, cujas instituições políticas estão cercadas, ao contrário do que ocorre na França, de uma espécie de culto nacional; ela elegeu e reelegeu um governo de reforma e de progresso, cujo chefe é popular; contudo, muitos de seus intelectuais depositam suas esperanças na URSS, quando se trata de defender a liberdade contra o fascismo, como se o antifascismo fosse inseparável de uma inclinação inevitável para o comunismo.

Parte dessa secreta atração se deve, como em toda parte, à simplicidade da mensagem, somada às excepcionais capacidades de organização dos comunistas; a multiplicação das ligas e das associações por eles manipuladas permite-lhes exercer o máximo de influência sem diluir sua propaganda, cujo artigo quase único é o pró-sovietismo. Mas o conteúdo real desse pró-sovietismo é independente da natureza do regime em questão. Sua sedução compõe-se de dois elementos totalmente exteriores, a hostilidade ao fascismo e a crítica do capitalismo. Não se trata de modo algum de instaurar o comunismo nos Estados Unidos e sim de defender a democracia no mundo: papel americano por excelência, ao qual a desgraça dos judeus alemães confere uma moralidade enorme e um caráter de urgência que se sente mais em Nova York do que em Paris ou em Londres. A partir do momento que Stálin está contra Hitler, como e por que se deveria combater também o seu regime? O inventário americano do mal na política está

---

1. Eugene Lyons, *The red decade*, Nova York, Arlington House, 1970; Daniel Aaron, *Writers on the left: episodes in american literary communism*, 1961; Sidney Hook, *Out of step. An unquiet life in the XXth century*, Nova York, Carroll and Graf Publishers, 1988; Stephen Koch, *op. cit.*; Theodore Draper, *American communism revisited, in a present of things past*, Hill and Wang, 1990, pp. 117-153, e *American communism and soviet Russia*, Nova York, 1960.

baseado na lei moral. Não é complexo o bastante para conceber duas tiranias antagonistas. De resto, a União Soviética destruiu o capitalismo, que Roosevelt se contenta em corrigir: mais uma razão para pôr o comunismo à esquerda do New Deal, em vez de transformá-lo num inimigo a mais da democracia. Os próprios comunistas deram o exemplo, com sua espetacular adesão à união antifascista. E a guerra da Espanha logo exhibe aos olhos do mundo o espetáculo dos dois campos em confronto, a democracia e a ditadura. Mais de três mil americanos, comunistas e 'liberais' juntos, na maioria jovens professores, irão combater Franco no batalhão Abraham Lincoln das Brigadas Internacionais.

Assim, a esquerda intelectual americana terá, nesses anos, com relação ao comunismo, um comportamento comparável ao de seu homólogo da Europa ocidental: não gostará da idéia de examinar de perto a situação interna da URSS, ou de pesar a veracidade das confissões feitas pelos acusados nos grandes processos de Moscou. Ela terá seus marxistas dissidentes, seus comunistas expulsos, seus trotskistas (talvez mais decididos e mais empreendedores do que em qualquer outro lugar do mundo<sup>1</sup>). Lendo os textos da época, por exemplo as memórias escritas por Sidney Hook<sup>2</sup>, um dos personagens mais lúcidos daquele ambiente, embora às vezes fique feliz demais por ter tido razão, um historiador francês identifica facilmente todos os personagens do pequeno teatro intelectual nova-iorquino, o militante incansável e fanático, o simpatizante que às vezes tem uma linha direta com Moscou, o marxista desconfiado do Kominintern, o trotskista infeliz por ser anti-sovético, o liberal deslumbrado por encontrar 'a classe operária', o pacifista incerto sobre as relações entre o antifascismo e a guerra etc. Como não reconhecer todos esses papéis, já que são os mesmos na história de seu país?

Com isso, volto ao caso francês, certo de sua generalidade.

Eis-nos, então, na época em que se fixa à esquerda uma cultura antifascista de massa, que apresenta o duplo caráter de ser independente e, porém, inseparável do comunismo. Sua novidade está ligada a essa ambigüidade proposital. Pois o antifascismo de esquerda é, evidentemente, anterior a 1934 ou 1935, e podemos vê-lo florescer já depois da guerra contra Mussolini e outros, sob sua

---

1. Tenho em mente Jay Lovestone, Sidney Hook, Irving Howe, Edmund Wilson, James Burnham, Dwight MacDonald etc., e também o contraproceto de Moscou que essa modesta esquerda americana conseguiu levar a efeito em 1938, com a ajuda do prestigioso John Dewey. Nada de equivalente à *Partisan Review* da década de 30 existe na Europa ocidental.

2. Sidney Hook, *op. cit.*

forma comunista, socialista ou liberal, combatendo cada um, na maioria das vezes, sob sua própria bandeira. Era uma especialidade do Komintern do 'terceiro período' utilizar a acusação de fascismo contra todos os seus adversários, de direita ou de esquerda. A novidade, a partir de 1934, é que os comunistas desistem de estender a inculpação de fascismo a tudo o que não seja eles — aos socialistas, por exemplo, ou aos liberais — com a condição de que esses socialistas e esses liberais se aliem a eles para combaterem a sua ameaça. Aceitam ceder parte de seu monopólio do antifascismo em troca do abandono, por parte de seus novos aliados, de qualquer anticomunismo. Negócio vantajoso, pois eles se separaram de uma pretensão sem substância para adquirirem um privilégio que não tem preço. Doravante, o antifascismo é incompatível com o anticomunismo, e o ódio a Hitler é um disfarce se for acompanhado de uma hostilidade a Stálin. Nos belos dias do 'terceiro período', os homens do Komintern não aceitavam que existisse alguma coisa entre a revolução proletária e o fascismo, pois até os socialistas estavam do lado do fascismo. A partir de 1935, eles aparentemente devolveram um pouco de autonomia a todas essas forças intermediárias, não só aos socialistas, mas também aos democratas, aos liberais, aos 'republicanos'; mas trata-se de uma liberdade vigiada, uma vez que controlam o espaço do antifascismo e concedem os certificados de filiação. O universo político continua tendo, mais do que nunca, duas dimensões.

Com isso, a União Soviética adquire um novo estatuto: não apenas de pátria dos proletários, mas também de fortaleza dos antifascistas. O internacionalismo operário deve ampliar-se, tornando-se a Internacional da democracia! Aposta difícil, se pensarmos no que se passa em Moscou e na imensidão russa, onde o terror está no auge. Aposta ganha, porém: os bolcheviques tornaram-se mestres na organização de viagens destinadas a fazer hóspedes selecionados aderirem à sua causa'. Em 1933, obrigaram Herriot, de volta da Ucrânia, a testemunhar que nada de anormal estava acontecendo por lá. Depois de Herriot, Pierre Cot. Em 1935, é a vez de Romain Rolland.

O autor de *Au-dessus de la mêlée* (*Acima da confusão*) não é, como Barbusse, um amigo incondicional da URSS, embora tenha sido um dos primeiros escritores a saudar Outubro de 1917. Depois da guerra, nos primeiros anos do regime soviético, permaneceu como um dos grandes nomes da esquerda intelectual européia, pacifista, internacionalista, devotado às grandes causas, porém mais inclinado à não-violência de Gandhi do que ao leninismo. Do regime soviético, gosta do projeto, mas detesta os meios. Escreve, por exemplo, em junho de 1927 a um de seus leitores: "Sobre o bolchevismo, eu não mudei. Portador de altas

---

1. Fred Kupferman, 1917-1939, *op. cit.*

idéias (ou melhor, pois o pensamento nunca foi o seu forte, representante de uma grande causa), o bolchevismo a (e as) arruinou por seu sectarismo estreito, sua intransigência inepta e seu culto da violência. Ele gerou o fascismo, que é um bolchevismo às avessas<sup>1</sup>”. Contudo, naquele mesmo ano, ele aceitou, por insistência de Barbusse, assinar um apelo contra ‘a onda de barbárie do fascismo’, desistindo de sua exigência anterior de acrescentar a ele uma condenação de todos os Terrores<sup>2</sup>. No ano seguinte, reata com seu amigo Gorki, exatamente quando este se deixou convencer a voltar por Bukharin e Stálin, que o utilizará sem piedade. Informa-se, lê, a URSS volta ao seu horizonte. Em 1929, desaconselha Panaït Istrati a publicar seu livro<sup>3</sup>, para não fornecer armas à reação: sintoma de um passo decisivo dado na direção do bolchevismo<sup>4</sup>.

Ei-lo rapidamente transformado em simpatizante, proposto pelo partido, maciçamente editado na URSS, o mais ilustre — com Barbusse, depois Gide e finalmente Malraux — dessa plêiade de intelectuais que vai povoar, a partir de 1932-1933, a Associação dos Escritores e Artistas Revolucionários, a revista *Commune*, o antifascismo Amsterdã - Pleyel e o conjunto das oficinas Müntzenberg. Apesar da idade, ele é muito representativo disso. Esses escritores, tão diferentes pela idade e pela inspiração — Gide, Guéhenno, Jean-Richard Bloch, Vildrac, Malraux, Aragon, Nizan — não foram, como Souvarine, ou como Silone antes deles, militantes do movimento comunista. A crise do Partido Bolchevique é coisa do passado, Trótski está no exílio e eles têm outros problemas a resolver: o mundo ocidental está em ruínas, Hitler ganha terreno na Alemanha e chega ao poder. Frente a isso se ergue a União Soviética do plano quinquenal, vasto canteiro de obras do homem novo. A crise do capitalismo ressalta a idéia da construção do socialismo, e este, por sua vez, faz com que se esqueça a imensa deportação camponesa. O Terror nazista, em 1933, atingiu em primeiro lugar aos comunistas; como acreditar que as primeiras vítimas do nazismo possam pertencer em outro lugar, como seus carrascos na Alemanha, a um sistema de terror e de polícia? De resto, os nazistas pertencem ao antigo mundo, que procuram salvar; os comunistas pertencem ao novo, que estão construindo. A imagem do velho e do novo serve para distinguir radicalmente as duas vontades em ação, ou ainda para condenar a violência aqui para

---

1. Romain Rolland, *Voyage à Moscou. Juin-juillet 1935*. Introdução e notas de Bernard Duchatelet, A. Michel, p. 48.

2. *Id.*, pp. 45-46.

3. Panaït Istrati, *op. cit.*, p. 169.

4. A pequena história diz que essa foi a época (verão de 1929) em que ele encontrou a ‘princesa’ Maria Kudachova, depois de uma longa troca de correspondência. Maria Kudachova, que aderiu à causa bolchevique no início da década de 20, tornar-se-á sua esposa.

justificá-la acolá<sup>1</sup>. Assim, o combate contra o fascismo é inseparável de uma exaltação da URSS: um jeito de exprimir a idéia, tão difundida na época, de que o fascismo tinha vocação para absorver todo o mundo burguês e que só existia frente a ele, como adversário irreductível, o país da revolução proletária.

A viagem de Romain Rolland a Moscou, por muito tempo adiada por motivos de saúde, finalmente ocorreu em julho de 1935. Período magnífico para as relações franco-soviéticas, uma vez que o pacto Laval — Stálin acaba de ser assinado, o que é terrível para os cidadãos da URSS, pois teve início o processo de liquidação de dezenas de milhares de velhos quadros bolcheviques. Estada régia para o escritor, cumulado de gentilezas, assaltado por delegações de pessoas que vêm saudá-lo, entupido de elogios fabricados, que tocam, porém, sua vaidade. O ponto culminante da visita é uma entrevista de duas horas com Stálin, que tampouco economiza os elogios, pois acolhe seu visitante com estas palavras: “Estou feliz de conversar com o maior escritor do mundo”. Contudo, a conversa é interessante justamente pelo que põe em cena e porque reúne duas imagens de Épinal do panteão antifascista, o intelectual humanista e o ditador segundo a razão.

Cada um desempenha o seu papel. Romain Rolland assume-o com naturalidade, já que é o seu na vida. Combateu por Dreyfus, contra a guerra de 1914, e dá naquele dia um passo a mais: é a testemunha do comunismo no tribunal da História, o homem universal por intermédio do qual o evento de Outubro de 1917 recebe, uma geração depois de seu nascimento, uma renovação de contrato. Barbusse tinha sido amigo demais do regime soviético desde o começo para poder ser útil nesse emprego. Gide não era, até então, célebre por seu amor às grandes causas. Stálin não se enganou de homem. O historiador pergunta-se, nessa ocasião e em muitas outras, onde o rústico Georgiano foi encontrar essa penetração psicológica que lhe permite antecipar as reações e os sentimentos de uma *star* da literatura européia. Stálin só recebeu uma pobre educação, nunca saiu da Rússia, não sabe nenhuma língua estrangeira, passou a vida em meio às intrigas do Partido Bolchevique; contudo, dir-se-ia que conhece o Ocidente, seus literatos, seus políticos, seu verso e reverso. Poucos homens há no século XX em que o gênio político — é verdade que em sua pior versão — seja um dom tão evidente.

1. Gide explica-se claramente sobre esse ponto numa alocução de abertura a uma manifestação contra o fascismo organizada pela AEAR, em 21 de março de 1933: “Por que e como cheguei a aprovar aqui o que lá eu reprovoo: é que, no terrorismo alemão, vejo uma repetição, uma retomada do mais deplorável, do mais detestável passado. No estabelecimento da sociedade soviética, vejo uma ilimitada promessa de futuro”. (A. Gide, *Littérature engagée*, Gallimard, 1950, p. 24.) Romain Rolland pensa exatamente nesses termos.
2. O texto oficial da entrevista de Stálin com Romain Rolland, revista pelos dois autores, encontra-se em anexo a *Voyage à Moscou*, *op. cit.*, pp. 237-247.

Romain Rolland tem o cuidado de cravejar o diálogo de perguntas críticas destinadas a dar maior peso a seu personagem, manifestando sua independência: a questão Victor Serge<sup>1</sup> (que está tendo muita repercussão em Paris), a questão da pena de morte para as crianças de menos de 12 anos, recentemente instaurada depois do assassinato de Kirov, ou ainda a da aliança da URSS com a França burguesa. Todas elas são interrogações sobre os meios que diferenciam o simpatizante do militante. Stálin resolve-as com um pesado bom senso, em nome da luta de classes, aguçada pelo fascismo. Ele se dá até ao luxo de se atribuir um papel de moderado, frente à opinião soviética que lhe pede a cabeça de Zinoviev e de Kamenev, responsáveis, segundo ele, pela morte de Kirov. Os dois homens se despedem com uma profissão de fé humanista. O escritor reconhece a vida nova.

Apesar de tudo, sua *Voyage à Moscou (Viagem a Moscou)* continua sendo uma das melhores narrativas desse gênero um tanto monótono, sim, de um modo bastante estranho, atravessado por clarões de lucidez. O velho homem, um tanto vaidoso que respira o incenso soviético, sente também que chegou a um pequeno mundo perturbado por uma profunda crise política, às voltas com o medo e sob vigilância policial. Não entende o filme que está passando à sua frente, mas suspeita que haja um filme. Passou a metade de sua estada na *datcha* de Gorki e registra que seu grande amigo soviético, que foi 'reconquistado' pelo poder em 1928<sup>2</sup>, não tem nenhuma autonomia: foi envelhecendo lentamente numa prisão dourada; seu secretário dispõe de todas as suas comunicações com o mundo exterior<sup>3</sup>.

Se o viajante salva com muita facilidade sua fé dessas perigosas observações, é porque já entrou num início de culto a Stálin, nova característica de época na história do comunismo. Nenhuma dúvida o perturba sobre os erros de Trótski ou sobre os crimes de Zinoviev, ou sobre os crimes dos fascistas, enfim, sobre a sabedoria do chefe. Não um chefe de tipo carismático, arrasando as multidões pela magia das emoções coletivas, como no caso dos fascistas; mas um *primus inter pares*, sábio e sólido, senhor de suas paixões, em suma, uma figura da razão. Romain Rolland cerca Stálin da auréola de um poder racional: figura tradicional do pensamento europeu, ambígua por definição, já que pode ocultar o amor da razão, mas também o fascínio do poder. Em todo caso, ela sempre esteve presente, desde então, entre os pertences pessoais dos amantes da URSS. O próprio Romain Rolland, alguns anos depois, quando

---

1. Victor Serge, cf. *supra*, p. 169. O caso Victor Serge alimentava uma campanha de imprensa na França, e Romain Rolland se encarregara de defender sua causa junto a Iagoda e Stálin. Serge será expulso da União Soviética em abril de 1936.

2. Cf. *supra*, p. 170.

3. Romain Rolland, *op. cit.*, pp. 229-232.

tiver interiormente caído em si de suas ilusões e seu amigo Bukharin tiver sido julgado e condenado, não ousará enfrentar com uma declaração pública a pura força do regime de Stálin.

A viagem de 1935 dá, assim, à União Soviética, por seu intermédio, a bênção do universalismo democrático. Através dele, a pátria do comunismo deixa de ser aquele país distante e violento onde intelectuais revolucionários travam, em termos obscuros, batalhas encarniçadas pelo poder. É um vasto país onde, sob a direção de um guia esclarecido, um regime retomou a chama da Revolução Francesa: regenerar o homem. Ou seja, uma ordem pós-revolucionária que permaneceu fiel ao projeto revolucionário, acúmulo providencial cuja receita os franceses do final do século XVIII não haviam encontrado: ele permite multiplicar os fiéis, reunindo as tradições da esquerda européia ao redor de um mínimo compartilhado, a democracia sem o capitalismo.

A imagem nutre-se, por contraste, da intenção proclamada pelos fascistas de pôr fim aos princípios de 1789. Mussolini e depois Hitler nunca esconderam sua hostilidade pela Revolução Francesa e pela pretensão de reconstruir a sociedade sobre os direitos dos indivíduos. Misturaram a crítica de direita e a crítica de esquerda ao individualismo burguês, oculto sob o disfarce dos direitos: confusão muito natural, já que essa crítica é a mesma, em seu fundo, de Burke a Marx, opondo a realidade social à abstração igualitária. Mas Burke só propõe o contramodelo da sociedade tradicional, ao passo que Marx inventa uma sociedade pós-individualista; ele vai além na condenação do mundo burguês, mas através do que supostamente deve seguir-se a ele. Nega-o, mas legitima-o também como um indispensável prefácio, duplicando em nome da História a rejeição radical do que o precedeu. Da mesma forma, fascistas e comunistas podem detestar juntos os burgueses. Mas essa paixão compartilhada em nada muda suas idéias contraditórias sobre os objetivos da ação política. A ‘comunidade’ fascista, que se esteia numa negação de 1789, não pode deixar de evocar, de qualquer forma, a idéia contra-revolucionária. O comunismo, pelo contrário, apresenta-se numa continuidade dialética (a famosa ‘negação-superação’) com a Declaração dos Direitos do Homem e a democracia burguesa. Quer finalmente realizar a sua promessa. Rolland e Gide não dizem outra coisa quando exaltam a União Soviética como o canteiro de obras do futuro.

Essa visão linear da história contemporânea — atezada entre forças reacionárias, de que os fascistas formam o pelotão de choque, e um campo democrático, cuja figura de proa é a URSS — nutre-se, aliás, menos do marxismo do que de um sentimento do progresso humano, cuja articulação principal é formada pela Revolução Francesa. O marxismo propriamente dito, no sentido em que constitui uma filosofia, só será realmente influente nas universidades

européias por exemplo, depois da Segunda Guerra Mundial<sup>1</sup>. A política soviética e os partidos comunistas na sua esteira apresentam-se como seu rudimento, mas cuja própria rusticidade permite anexar em seu proveito qualquer concepção otimista da História, ou seja, toda a tradição democrática. De sorte que, mesmo nas nações onde a democracia teve origens e desenvolvimento independentes da Revolução Francesa, como a Inglaterra ou os Estados Unidos, o prestígio de uma União Soviética antifascista pode propagar-se, precisamente em nome de um otimismo histórico: quem luta contra Hitler luta, por isso mesmo, pelos direitos e pelas liberdades, no sentido da emancipação dos homens.

Nesse sentido, o antifascismo tira do comunismo soviético uma boa dose da agressividade antiburguesa de que Lênin cercara suas origens, para separar o bolchevismo da social-democracia. Devolve-lhe uma fachada menos repulsiva para o Ocidente: Lênin dissolvera a Constituinte recém-eleita, Stálin promulga em 1936 uma Constituição aparentemente conforme aos bons princípios. Quanto mais asiático é o seu poder, mais assume ares ocidentais. A União Soviética reduz sua estranheza às democracias para isolar a de Hitler. Transforma o que lhe resta de singular numa distância de avanço no caminho da liberdade: com isso, ela explica a hostilidade especial que lhe dedica o ditador alemão. Como um judoca, Stálin voltou em proveito próprio o ódio dos nazistas à democracia.

Enfim, inscrevendo a União Soviética na linha de frente das nações democráticas em luta contra as potências fascistas, Stálin ganha um trunfo capital: um inimigo feroz, despojado das amenidades liberais, identificável, porém onipresente. Desde Outubro, a revolução proletária encontra à sua frente a burguesia internacional, monstro abstrato que ela oferece à abominação de todos os trabalhadores do mundo. Ele tem de ser abstrato, em certo sentido: pois a revolução precisa de um adversário que seja tão geral quanto ela, sempre pronto para o combate, dando sua grandeza e sua dignidade à batalha entre o passado e o futuro. Os franceses do final do século XVIII haviam qualificado de “aristocrático” tudo o que parecera ou fora hostil à sua revolução, do antigo senhor emigrado ao camponês da Vendaia, passando pelo lojista “especulador”. Haviam vivido sob a obsessão do ‘complô aristocrático’. Os bolcheviques russos, por seu lado, levantaram o espantalho burguês, mais indeterminado ainda: pois a burguesia está em toda parte onde um homem se enriquece. Sob sua forma internacional, ela é universal como o capitalismo: tão abstrata, que suas ameaças contra-revolucionárias perdem a realidade. Os franceses de 1793 esta-

---

1. Deve-se colocar à parte Cambridge, como vimos. Mas, na França, por exemplo, o marxismo só penetrará maciçamente nas universidades depois de 1945. Entre as duas guerras, ele tem maior difusão entre os escritores do que entre os professores.



vam em guerra contra a Europa aristocrática. A Revolução Russa posterior à NEP não se cansa de proclamar a agressão iminente do “imperialismo”: mas esse imperialismo não tem nome, já que tem vários, entre os quais a propaganda não fixa a sua escolha em nenhum. O movimento comunista luta contra uma ameaça sem rosto.

Tudo muda com a chegada de Hitler ao poder: a ameaça ganhou um rosto. Não que o nazismo contenha todo o imperialismo. Mas ele devolve uma atualidade à idéia da guerra interimperialista e permite que Stálin o singularize como o inimigo principal. Até a sua vitória, o fascismo era apenas uma versão antiliberal da dominação burguesa no século XX; presente em toda parte, esta não singularizava nenhum país. Bem que havia Mussolini, mas a Itália fascista não ameaçava a paz do mundo e, aliás, a União Soviética mantinha com ela relações razoavelmente boas. Hitler, pelo contrário, pôs a guerra em seu programa, visto que Stálin é o primeiro a compreendê-lo, pois essa é a razão da virada de 1934. Mas isso não é tudo. A operação comporta benefícios anexos. Instaurando o terror na Alemanha, Hitler oferece à revolução soviética um inimigo enfim sob medida. A ditadura da burguesia encontra nele seus traços verdadeiros e concretos. Na Alemanha, ela já não pode ocultar-se sob disfarces liberais, como a democracia americana, o parlamentarismo inglês ou a República francesa. Ei-la revelada pelos nazistas pelo que ela é, ou seja, incapaz de agora em diante de assumir sua própria legalidade e recorrendo à violência pura.

Um pouco antes de Stálin desencadear na União Soviética um terror de magnitude bem mais vasta, o Terror hitleriano adquire primeiro uma utilidade profilática: fixando a indignação do mundo democrático sobre Berlim, ele a desvia tanto melhor, antecipadamente, do que se passará em Moscou dois anos mais tarde. Esse é um dos sentidos da agitação por Dimitrov e do contraproceto do Reichstag em 1933. De membro funcionário do Komintern, Dimitrov passa a herói do antifascismo. Através dele, o comunismo muda de face. Já não se define pelo que é, mas pelo que o contrapõe a Hitler e, com isto, aos fascistas em geral<sup>1</sup>.

Vem daí, a partir dessa época, o emprego a torto e a direito, na língua sagrada, do termo ‘fascista’. É preciso que os fascistas estejam em toda parte, pois em toda parte é preciso definir os comunistas. O temor geopolítico que Stálin teve diante de Hitler é transposto para a ideologia neo-revolucionária do bolchevismo novo estilo: a revolução proletária que se torna a vanguarda da democracia contra o fascismo. O inimigo é terrível, ao mesmo tempo concreto e oculto; encarnado por Hitler e, contudo, onipresente nos países burgueses, e até na

---

1. Esse ponto é muito bem analisado por David Caute, *Le communisme et les intellectuels français, 1914-1966*, *op. cit.*, parte II, cap. 2, p. 127.

União Soviética; conspirando continuamente para dobrar o país do socialismo, seu mais temível adversário. Essa bipolarização do mundo político, típica do credo revolucionário, explica que já não existam adversários da URSS stalinista que não sejam 'fascistas'; a começar por Trótski e seus partidários, que têm o lugar de honra na distribuição dos papéis contra-revolucionários: o 'hitlero-trotskista' aparece em primeiro lugar na lista dos inimigos do povo e dos criminosos do anti-sovietismo.

Para ser compreendida, a denominação deve ser separada do que tem de absurdo e interpretada através de sua função no antifascismo stalinista; ela significa que todo adversário ou todo crítico da URSS é levado a servir a causa de Hitler. Os mais nocivos desses adversários ou desses críticos são os que lutam no interior ou que, do exílio, ainda se dirigem a seus antigos partidários permanecidos no país. O indomável Trótski é o mais ilustre deles, tendo, além disso, permanecido fiel ao bolchevismo primeiro estilo e brandindo contra Stálin a bandeira de Lênin. Em matéria de política, e mais ainda na política revolucionária, cuja legitimidade ideológica desempenha um papel tão importante, o inimigo mais odiado é o adversário mais próximo: uma das funções dos processos de Moscou, entre 1936 e 1938, será estabelecer para o mundo todo a cumplicidade de Trótski com a Alemanha e o Japão, numa vasta conspiração com vista a destruir a União Soviética.

A extraordinária credulidade da opinião pública mundial perante essa fábula não se deve simplesmente às confissões públicas dos acusados. Estes, como sabemos hoje, repetiam um papel aprendido sob ameaça e sob tortura. Era possível duvidar de suas auto-acusações, demonstrando que elas incluíam fatos ou encontros que não podiam ter acontecido: essa foi a refutação feita por Trótski no contraproceto que a esquerda americana organizou, sob a égide de John Dewey<sup>1</sup>. Mas essa refutação empírica, a mais incontestável de todas, também abria caminho para interrogações mais amplas. Pois se os fatos confessados eram falsos e, por conseguinte, as confissões não tinham valor, que se deveria pensar de um regime que as transformava em seus instrumentos de propaganda e em suas justificações de combate? Se Trótski era inocente, a moral cessava de estar à esquerda. Assim, considerar como dinheiro vivo essas avalanchas de confissões correspondia menos a uma convicção razoável, baseada no exame de seu conteúdo, do que a uma vontade mais ou menos consciente de não questionar a revolução soviética. Ou ainda: custava menos, em termos psicológicos, acreditar nas confissões, apesar de sua inverossimilhança, do que duvidar delas, apesar do espetáculo dado pelos acusados. No primeiro caso, era preciso fechar os

---

1. Cf. nota 1, p. 328.

olhos diante de ‘pormenores’ para salvar a arquitetura geral. No segundo, as pessoas se rendiam à evidência dos pequenos fatos demonstráveis, mas já sem poderem aderir ao conjunto. A fraqueza, somada à paixão, levou muitas mentes à primeira solução: uns porque já eram comunistas ou comunizantes; outros, sem dúvida os mais numerosos, porque precisavam de uma ‘boa’ imagem da União Soviética para que a luta antifascista conservasse um sentido; outros ainda, com certeza, por medo de cair num anti-sovietismo reacionário; outros, enfim, simplesmente porque a URSS de Stálin se tornou uma grande potência, e além disso aliada à França; a verdade é que ela já possui um grande poder de intimidação, e se serve dele.

O drama, nesse caso, não é que a coalizão antifascista — de que a esquerda faz, em todo o mundo, sua razão de ser — inclua um grande Estado totalitário. Afinal, podemos muito bem imaginar uma coalizão desse tipo que só tivesse como cimento a hostilidade à Alemanha nazista, pois o temor de Hitler pode ser uma razão suficiente de se unir. Mas não foi esse o caso. Antes de ser geopolítico, o antifascismo é ideológico; ele inscreveu a democracia em seus estandartes. Que democracia? O Estado soviético, que supostamente encarna o proletariado no poder, como figura de vanguarda; sucessor das revoluções burguesas, ele leva mais adiante a mensagem de liberdade e de igualdade. A prova disso é que Stálin também envolve sua política interna no antifascismo democrático: Zinoviev, Kamenev, Radek ou Bukharin não são simplesmente culpados de enfraquecer a coesão política do povo frente a Hitler, mas de conspirarem secretamente com a Gestapo. A partir daí, os que duvidam de seus crimes confessados não são mais antifascistas e sim aliados de Hitler, também. A terrível lógica da guerra — que, sob sua forma patriótica, tanto indignara a extrema esquerda européia em 1914-1918 — funciona de novo, sob sua forma ideológica, mas desta vez em favor do bolchevismo e em tempo de paz. Quem critica Stálin está a favor de Hitler. O gênio do Georgiano foi ter pegado tantos homens razoáveis nessa armadilha ao mesmo tempo simplista e temível.

O acaso faz com que exatamente no momento em que Romain Rolland se decide, finalmente, a realizar a peregrinação a Moscou, em junho de 1935, Souvarine publique em Paris seu extenso volume sobre Stálin, com o seguinte subtítulo: “Resumo histórico do bolchevismo”. Esse resultado de um longo trabalho, iniciado em 1930, enfrentou diversos problemas. O contrato assinado na época com um grande editor americano é logo em seguida anulado, sob o pretexto dos atrasos de Souvarine, que trabalha ao mesmo tempo na compilação de

sua documentação e na direção de redação da *Critique Sociale*<sup>1</sup>. Terminado em meados de maio de 1934, esse manuscrito de mais de mil páginas cai como uma pedra nas águas do tempo. A aproximação diplomática franco-soviética está em curso, orquestrada pelos testemunhos entusiásticos dos ‘amigos da URSS’, eloqüentes sobretudo entre os radicais. A união antifascista ganha vulto no plano interno a partir do meio do ano. Souvarine tem dificuldades para encontrar um editor francês. Recusado por Gallimard, apesar do apoio de Alain (ele próprio mobilizado por Simone Weil), encontra finalmente a aprovação da editora Plon, apesar da oposição de Gabriel Marcel<sup>2</sup>. O livro é publicado, portanto, em junho de 1935, no mesmo mês em que se realiza em Paris o Congresso dos Escritores pela Defesa da Cultura, grande manifestação antifascista dirigida por Münzenberg. Outra coincidência simbólica.

O *Staline (Stálin)* de Souvarine constitui a primeira história da União Soviética, inclusive a Revolução de Outubro. Permanecerá por muito tempo sendo a única. O autor já era, em 1930, um espírito excepcionalmente livre. Veterano do movimento comunista, tinha a vantagem insubstituível de conhecer de dentro a realidade soviética. Como os excluídos e os trãnsfugas, adquirira no dilaceramento da ilusão esse olhar desencantado que é uma das condições da análise. Mais do que a maioria deles, fizera do estudo o centro de sua vida: o que caracteriza seus pequenos empreendimentos militantes desde a grande ruptura, juntamente com a modéstia das ambições, é a paixão pela verdade, na qual reinvestiu a chama de sua juventude. Conversão radical de um gênero a outro, mas que continua mobilizando a mesma energia, a mesma agressividade — ontem contra os burgueses, e agora contra os mistificadores do comunismo. Ao escrever sua obra, Souvarine encontrou sua vocação.

Lendo-o, compreendemos melhor o que o separou, imediatamente, da dissidência trotskista<sup>3</sup>. Embora bolchevique tardio, o ex-chefe do Exército Vermelho encarna, com Lênin, o bolchevismo vencedor em Outubro. Mesmo derrotado, mesmo exilado, ele brande essa herança como o sentido de sua própria vida. Da Turquia, da Noruega ou do México, ele continua sendo, para si mesmo, responsável pela União Soviética, pois, ele é, sozinho, o companheiro de Lênin. A revolução proletária seguiu-o em seu exílio. Daí sua grandeza, seu heroísmo, o poder que ele exerce sobre as imaginações. Daí também suas cegueiras: empenhado em denunciar o que separa Stálin de Lênin, não pode entender o que os une. Incapaz de criticar os fundamentos do Estado soviético, jamais ofereceu

---

1. J.-L. Panné, *op. cit.*, cap. 16, pp. 222-226.

2. *Ibid.*, p. 224.

3. Cf. *supra*, p. 143.

algo de diferente contra Stálin, a não ser uma polêmica leninista, capaz apenas, como devido, de dividir o pequeno número de seus partidários<sup>1</sup>.

Ao lado desse profeta abandonado, Souvarine encarna a razão analítica. Dá ao século um diagnóstico mais definitivamente pessimista: a esperança revolucionária de sua juventude não só morreu, como também o país onde ela se encarnou se tornou a pátria por excelência da mentira de Estado. Por isso, o trabalho que se impõe é menos o de realizar, sob nova forma, uma nova revolução do que o de compreender o que se passou na Rússia. Souvarine ainda era ‘comunista’, à sua maneira, entre 1925 e 1930; pelo menos, isso é o que ele pretendia, como um consolo à solidão e um último laço com o passado. Mas seu livro, escrito entre 1930 e 1934, nada mais tem de um manifesto político. Fruto de pacientes pesquisas e de uma vasta documentação, poderia ser um trabalho quase universitário, se a coragem mobilizada para tratar de um tal assunto não fosse excepcional. Pois Souvarine não é um mestre do *understatement*. Indo de um fato a outro, encadeando as causas e as razões, os motivos e as justificativas, escreve uma história política bastante clássica, que atribui sua parte às pressões de situação, mas também às decisões e às responsabilidades dos homens. O que põe à parte o seu talento é a exatidão e a intrepidez do juízo e o exercício sem reticências de um magistério moral do historiador. O jovem veterano do bolchevismo reencontrou a tradição clássica.

Não quero ir mais adiante na discussão desse livro mais célebre do que realmente lido, a julgar por sua fortuna editorial<sup>2</sup>. Para meu argumento, basta que ele fixe por muito tempo os quadros da história política do bolchevismo e que coloque as suas grandes questões: a relação do comunismo de Lênin com a tradição russa, o verdadeiro caráter de Outubro, a degenerescência terrorista e burocrática da revolução já sob Lênin, a natureza e as causas da vitória de Stálin na guerra de sucessão, os mistérios de seu caráter e de suas paixões, o custo extravagante de todo o empreendimento do ponto de vista econômico e moral.

- 
1. A parte mais lúcida dos escritos de Trótski no exílio é aquela consagrada à crítica da política alemã do Komintern entre 1930 e 1933. Trótski vê claramente o desastre a que leva a denúncia dos social-democratas como ‘social-fascistas’, assim como as concessões táticas feitas aos nazistas. Cf. Léon Trótski, *Comment vaincre le fascisme. Écrits sur l’Allemagne, 1930-1933*, trad. francesa do russo, Éditions de la Passion, 1993.
  2. Boris Souvarine, *Staline. Aperçu historique du bolchevisme*, Plon, 1935; reed.: 1937 e 1940 (acrescida de um cap.: “La contre-révolution” e de um *post-scriptum*). *Ibid.*, *Stalin. A Critical Survey of Bolshevism* (trad. inglesa de C. R. L. James), Londres, Seker and Warburg, 1939; Amsterdã, Querido, 1940. Reedição da edição de 1940, Champ Libre, 1977 e 1985 (acrescida de um prefácio e de um posfácio); reed.: Ivrea, 1993.

Em abril de 1937 as vendas haviam atingido os 6,8 mil exemplares. A edição de 1940 traz a menção “8<sup>e</sup> mille” (oitavo milhar). Não se sabe as vendas da edição em língua inglesa. Cf. Jean-Louis Panné, *Boris Souvarine, o p. cit.*, p. 225.

O enigma da publicação do livro em 1935 não está ligado ao seu conteúdo e sim à sua débil repercussão. Ainda jovem, Souvarine pertence, porém, por sua vida, a uma época do comunismo que a virada antifascista mais ou menos apagou das memórias. Conheceu Lênin, as 21 condições, o nascimento do Komintern e do PCF e os inícios da batalha sucessória, na qual não pôde ou soube ter um peso: tudo isso são velhas histórias, uma vez que Stálin ganhou e voltou contra Hitler a atividade do Komintern. Gide é mais velho do que Souvarine, mas, tendo chegado tarde ao comunismo, constitui um personagem totalmente novo — e, aliás, totalmente provisório — nos tablados antifascistas. Souvarine, por sua vez, arrastou sua solidão rebelde pelos grupúsculos marginais, fracos demais para lhe oferecerem uma proteção, visíveis demais para não expô-lo. Velho alvo dos insultos do partido francês, que com razão fareja nele um adversário irreduzível, esgotou seu crédito junto à opinião pública. A direita desconfia dele porque foi comunista; a esquerda, porque não o é mais. No momento da União Sagrada contra Hitler, o anticomunismo não deve ser tolerado: os comunistas fizeram tudo para denunciar o primeiro grande livro escrito sobre a sua história como o sórdido ajuste de contas de um renegado.

Assim, tudo o que diz respeito à União Soviética se torna cada vez mais tabu para a opinião pública democrática. Vimos que a tendência é antiga, inscrita num privilégio e num escrúpulo: por um lado, a URSS é depositária do selo de garantia revolucionário e, por outro, ela está continuamente às voltas com as calúnias da reação. Dupla razão para reter as críticas, mesmo as amistosas, *a fortiori* as hostis. A situação política de 1934-1936 transformou essa espécie de impedimento íntimo em regra moral, cujos guardiães são os comunistas. Quem quiser ter uma idéia de época pode transportar-se pela imaginação ao grande Congresso dos Escritores pela Defesa da Cultura, a que já me referi mais acima. É o final de junho de 1935, e a fina flor da *intelligentsia* antifascista francesa e europeia foi mobilizada para celebrar, contra Hitler mas juntamente com os comunistas, os valores da cultura encarnados pelo humanismo soviético. Pelo lado francês, lá estão Alain, Rolland, Barbusse, Aragon, Malraux, Gide, Guilloux e Vildrac; os alemães Heinrich Mann, Bertolt Brecht e Johannes Becher; os russos Ehrenburg e Alexis Tolstoi, assim como Aldous Huxley e E. M. Forster, pela Inglaterra.

Como em todos os congressos, há o tablado e os corredores. Do lado tablado, os oradores do dia, os tapinhas nas costas, os grandes discursos humanistas. Do lado corredores, à socapa, um só assunto, mas um grande embaraço: o problema Victor Serge. Filho de exilados russos estabelecidos na Bélgica<sup>1</sup>, o jovem

---

1. Cf. J.-L. Panné, "L'affaire Victor Serge", *Communisme*, nº 5, PUF, 1984, pp. 89-104; Victor Serge, *Mémoires d'un révolutionnaire, 1901-1941*, op. cit.

Victor Serge militara antes de 1914 no movimento anarquista; envolvido no caso do 'bando de Bonnot', pegara cinco anos de cadeia na França antes de aderir, em 1919, à revolução soviética e ao Komintern. Expulso do partido por 'trotskismo' em 1928 e logo em seguida preso, rapidamente é libertado, sem, porém, mudar suas idéias. Passa a escrever por conta própria, residindo em Leningrado, autor de um dos três livros da série Istrati<sup>1</sup>, depois de cair em si de todas as suas ilusões sobre o universo stalinista. É novamente preso em março de 1933 e deportado para Orenburg, no Ural. A família de sua mulher, os Russakov (Serge, como Pierre Pascal, casara com uma moça da família Russakov), é expulsa de Leningrado. Sua mulher, Anita, também é presa.

Victor Serge é um personagem na pequena esquerda francesa, que se apres- sa em ajudá-lo. Quem pode, melhor do que Rosmer, Pascal ou Souvarine, com- preender o que acontece com ele? O primeiro apelo por sua libertação é publi- cado no número 8 da revista *Critique Sociale*, já em abril de 1933, quando a imprensa de obediência comunista se cala ou tenta desqualificar Victor Serge. Silêncio de Barbusse, em *Monde*; de Aragon, em *Commune*. Constrangimento de Romain Rolland e de Gide, que tentam intervir discretamente por cima, sem desafiar abertamente a União Soviética. O caso Serge é exemplar, na medi- da em que é uma das primeiras ilustrações da manipulação coletiva dos in- telectuais antifascistas através da chantagem do anticomunismo. No Congresso da Mutualidade de junho de 1935, os organizadores tiveram de aceitar de antemão que se pudesse falar da tribuna sobre Victor Serge, mas fizeram tudo, na distribuição dos papéis e dos discursos, para que essas intervenções fossem reduzidas ao mínimo. Contudo, um pequeno grupo — onde se encontram André Breton, Magdeleine Paz, Charles Plisnier, Henri Poulaille — consegue levar até a tribuna o grande professor italiano exilado por Mussolini, Gaetano Salvemini: "Eu não me sentiria no direito de protestar contra a Gestapo e con- tra o OVRA fascista se me esforçasse por esquecer que existe uma polícia políti- ca soviética. Na Alemanha, existem campos de concentração; na Itália, há ilhas penitenciárias; e na Rússia soviética, há a Sibéria... É na Rússia que Victor Serge é prisioneiro<sup>2</sup>". Esse tema é retomado no dia seguinte por outros conju- rados, mas não recebe uma melhor acolhida: o Congresso não foi organizado para criticar a URSS, mas para exaltá-la! Finalmente, Serge será autorizado, um pouco menos de um ano depois, a deixar o território soviético, indo para a Bélgica, gesto excepcional de Stálin, sem dúvida destinado menos a refutar seus

---

1. Cf. *supra*, pp. 170-171.

2. A declaração de Gaetano Salvemini é reproduzida no 7º caderno (julho de 1935) da revista *Les Humbles* (pp. 5-9), sob o título: "Pour la liberté de l'esprit".

adversários do que a agradecer os amigos, principalmente Romain Rolland, fornecendo-lhes um último logro.

Dentre os congressistas da Mutualidade que permaneceram calados acerca do caso Victor Serge, o mais célebre é André Gide, no auge da glória literária. Não disse grande coisa, mas escutou. Não é comunista, mas ilustra bastante bem, desde o início da década de 30, a figura do simpatizante. Em primeiro lugar, porque só o seu nome já contribui para a causa. Depois, pela maneira como entrou na cena pública: maneira mais estética do que filosófica e mais sentimental do que política. Gide é, por excelência, o autor burguês antiburguês. Sua arte trabalhou com tanta constância essa chaga ou esse filão que, de uma condição geral de escritor moderno, tirou uma literatura burguesamente subversiva. Nascido numa família protestante, Gide tem vergonha desse privilégio. Homossexual, detestou a hipocrisia moral das convenções. Viajante filósofo, novo Montaigne, denunciou as violências da colonização francesa na África. Embora tenha tomado emprestado de Nietzsche certas tonalidades literárias, o fundo de seu espírito é formado pelos Evangelhos e por uma fé crística, mistura instável de revolta e de culpabilidade, caminho clássico para as utopias revolucionárias. A esse individualista, a esse esteta, a esse patricio, o comunismo trará não só uma verdadeira caução antiburguesa, como o inestimável benefício das pazes feitas com a comunidade. Enfim, se levarmos em conta essa ponta de credulidade que tantas vezes encontramos nos escritores, mesmo nos maiores, ele estenderá sua glória até as dimensões da humanidade. Quando não é um militante oculto, um 'espião', o verdadeiro simpatizante freqüentemente está separado do que acredita servir por um mal-entendido radical: por isso a associação é tão instável. Os homens do Komintern, aliás, que têm uma concepção estritamente instrumental sobre eles, não se iludem a este respeito.

Restam as circunstâncias. Gide, como tantos de seus contemporâneos, considerou o primeiro plano quinquenal a antítese perfeita da desordem capitalista: a irrupção da razão na História. Forjou para si mesmo, aos poucos, a partir daí, uma imagem da URSS como pátria do desenvolvimento, da instrução e da cultura. Vê Vaillant-Couturier, o decano dos intelectuais comunistas franceses; tem amizade com Jef Last e Eugène Dabit, ambos comunistas. Recusa-se, ainda em 1932, a se inscrever na Associação dos Escritores e Artistas Revolucionários; mas em 1933 aceita aparecer no Comitê de Patrocínio de *Commune*, a revista da associação. A chegada de Hitler ao poder em Berlim o leva à cena pública. Está presente em todos os *meetings* em favor de Dimitrov, em todos os comitês de intelectuais antifascistas e, mais tarde, nas tribunas da Frente Popular, tentando falar



a língua política da esquerda unida: contudo, nunca é difícil achar o artista por trás do catecúmeno<sup>1</sup>.

Os comunistas acreditam-no mais atrelado ao seu carro do que realmente está. Não desconfiam o suficiente de seu espírito de independência. A menos que não contem demais com sua vaidade e com sua fraqueza. De qualquer forma, fazem de tudo para convencê-lo a passar um tempo na União Soviética. A peregrinação a Moscou está na moda, e os soviéticos adquiriram uma arte quase perfeita na recepção dos hóspedes importantes. No verão de 1934, Malraux, Aragon e Jean-Richard Bloch foram assistir ao Congresso dos Escritores Soviéticos, e Malraux esbanjou as declarações de solidariedade com a URSS<sup>2</sup>. A viagem de Romain Rolland foi um triunfo, tanto por seu desenrolar quanto por seus resultados de propaganda. A idéia é recomençar a operação com a segunda grande estrela literária do movimento comunista francês. Assediado, solicitado, bajulado por todos os lados, Gide cede: o governo soviético anuncia que manda imprimir 300 mil cartões-postais com seu retrato<sup>3</sup>! Chega o escritor em Moscou, com seu companheiro Pierre Herbart, exatamente um ano depois de Romain Rolland, no finalzinho de junho de 1936, e reencontra em Leningrado 4 de seus amigos mais íntimos, que também farão parte da viagem: Jef Last e Eugène Dabit, mas também Louis Guilloux e o editor Schiffrin.

Acolhida régia, muito luxo, atenções a todo instante: nada é deixado ao acaso no estranho encontro entre o esteta francês e a rude realidade da União Soviética. Gide e seus amigos prestam-se ao cerimonial e representam o papel que lhes cabe. Quando chegam, Gorki acaba de morrer e Gide pronuncia uma oração fúnebre totalmente ortodoxa, que, aliás, recebeu alguns retoques de Aragon. Mas logo se sente sob vigilância, e o que Romain Rolland aceitara como inevitável choca-o como uma escravidão. Bukharin, o patético Bukharin, que

- 
1. Em 1932, André Gide publica suas *Pages de journal (1929-1932)* na NRF. Ali, revela (na data de 27 de julho de 1931) sua simpatia pela União Soviética. Seu entusiasmo é, por vezes, moderado pelas informações que lhe comunica Pierre Naville, mas, com o correr dos anos, sua adesão ao comunismo — por rejeição do mundo capitalista — vai aprofundando-se. Mantém-se, porém, afastado das organizações comunistas como a AEAR, até a tomada do poder por Hitler. Em seguida, se engaja ostensivamente ao lado do PC, publicando *Les caves du Vatican* em folhetim em *L'Humanité* e participando das campanhas pela libertação de G. Dimitrov e de E. Thaelmann. Seu antifascismo é um componente essencial de sua adesão ao comunismo, que culmina durante o Congresso dos Escritores pela Defesa da Cultura (Paris, 21 a 25 de junho de 1935), onde assume a defesa da União Soviética contra as acusações de uniformização e de negação dos direitos dos indivíduos.
  2. F. Kupferman, *op. cit.*, cap. 3, p. 103. Jean Lacouture, *André Malraux. Une vie dans le siècle*, Le Seuil, 1973, cap. 21, pp. 170-174.
  3. P. Daix, "Les voyages à Moscou. Un demi-siècle d'illusions" in *Le Figaro*, segunda-feira, 15 de junho de 1992.

Rolland ainda pudera ver um ano antes (mas ele já não podia falar) não consegue furar o bloqueio de polícia secreta que o isola do mundo exterior. Ao lermos o relato que Pierre Herbart, por seu lado, fez da viagem<sup>1</sup>, fica claro que Gide reage à acolhida que lhe é dispensada com uma espécie de desconfiança instintiva e que, sob a festa aparente que preenche a ordem dos dias e das visitas, a desilusão se apoderou desses turistas desconfiados.

Entendemo-lo ainda melhor lendo esse *Retour de l'URSS (Retorno da URSS)* que Gide publica pelas edições Gallimard já no final de outubro, como se tivesse pressa de se libertar de uma impostura de que tivesse participado. Não que a obra seja escrita num tom deliberadamente hostil à União Soviética; não que ele possa, de alguma forma, ser comparado à literatura reacionária sobre o assunto. Pelo contrário. Tratando uma questão candente, Gide nada perdeu de sua delicadeza de abordagem. Sob certos aspectos, até, sua reportagem conserva vestígios de ingenuidade, por exemplo, em sua descrição dos estabelecimentos-modelo aonde o levaram. É bem verdade que também registra igualmente a triste monotonia da vida social, a feiúra dos objetos produzidos, a desigualdade restaurada, a nulidade da arte. Mas o fundo de sua decepção não é de ordem econômica, social ou estética. Ele está ligado ao desaparecimento da liberdade.

Nas saudações dos stakhanovistas, nos salamaleques dos acadêmicos e nos cumprimentos dos 'pioneiros', Gide sentiu em toda parte a lavagem cerebral, a tirania e o medo. Partira ao encontro de uma sociedade revolucionária e encontrou em toda parte escravos reduzidos a adorar Stálin. O brilho de seu pequeno livro, meio camuflado pela fina urbanidade do estilo, está ligado à constatação de que, como a URSS não é, ou não é mais, o que pretende ser, um poder absoluto obriga todos os cidadãos a repetirem e até a acreditarem no contrário: que ela é o que pretende ser. "O que pedem hoje é a aceitação, o conformismo. O que querem e exigem é uma aprovação de tudo o que se faz na URSS; o que procuram obter é que essa aprovação não seja resignada, mas sincera, entusiasta até. O mais espantoso é que conseguem. Por outro lado, o menor protesto, a menor crítica é passível das piores penas e, aliás, é logo abafada."

---

1. Pierre Herbart, *En URSS 1936*, Gallimard, 1937. Ao voltar de sua viagem à China e à Indochina como repórter do jornal de Barbusse, *Monde*, Pierre Herbart (1904-1974) adere ao Partido Comunista. Entra em *L'Humanité* e depois, em novembro de 1935, parte para Moscou, para dirigir a edição francesa da revista *Littérature Internationale*. A descoberta da sociedade soviética, a viagem de Gide, que ele acompanha, levam-no a reconsiderar seu engajamento político, mas a guerra da Espanha o faz abster-se de tomar publicamente posição contra o comunismo soviético. Em 1958, volta a tratar de sua estada em Moscou em *La ligne de force* (Gallimard, *Folio*, 1980), testemunho particularmente forte.

A esse respeito vem a frase mais terrível do livro: “E duvido que em qualquer outro país, hoje, mesmo na Alemanha de Hitler, o espírito seja menos livre, mais curvado, mais temeroso (aterrorizado), mais avassalado!”.

Tendo partido como simpatizante, Gide retorna com a comparação Stálin-Hitler e com um diagnóstico que prefigura o de Ciliga<sup>2</sup>, dois anos depois dele, ou, mais perto de nós, de Orwell ou de Soljenitsin: a União Soviética, país da mentira generalizada e obrigatória. Previu o autor o escândalo que seu livro iria provocar na esquerda? Com certeza. Gente demais lhe desaconselhou a publicação para que tenha alimentado ilusões a esse respeito. De fato, os comunistas comparecem ao encontro, com seus amigos e sua mais pesada artilharia. Aliás, eles não têm escolha, tamanho é o sucesso desse *Retorno da URSS*, que tem vendas vertiginosas<sup>3</sup>, menos por causa do assunto do que pelo nome do autor e da curiosidade provocada por sua reviravolta. O *Retorno da URSS* é o tipo de acontecimento político-literário que os franceses adoram, e antes de tudo os parisienses. Eis que um dos maiores nomes da literatura francesa, um dos maiores intelectuais da Frente Popular, ataca o comunismo, quando a euforia da primavera ainda persiste.

Se fosse preciso mais uma prova de que a atitude para com a União Soviética é tida como a pedra de toque da união das forças de esquerda, os comunistas franceses fornecem-na, assim, a propósito do livro de Gide, como os comunistas espanhóis a administrarão *manu militari* em Barcelona um pouco mais tarde. A Espanha, justamente: sua guerra civil constitui uma circunstância agravante para o escritor, que não hesitou em dividir o campo democrático frente ao inimigo.

---

1. A. Gide, *Retour de l'URSS*, Gallimard, 1936, p. 67.

2. Ante Ciliga, *Au pays du grand mensonge*, Gallimard, 1938; reed.: Champ Libre, 1977. Nascido na Ístria, Ante Ciliga (1898-1992) milita no movimento nacionalista croata. Adere ao comunismo depois da guerra, participa da criação do partido iugoslavo e depois prossegue seus estudos em Praga, Viena e Zagreb. Em 1922, torna-se secretário do partido para a Croácia. Promovido a membro da Seção Política, é detido e expulso. Em Viena, trabalha na seção balcânica do Komintern e é enviado a Moscou no outono de 1926. Morando três anos em Moscou, um ano em Leningrado, começa a criticar o regime. Preso por três anos em Verkné-Uralsk, depois exilado dois anos na Sibéria, Ciliga consegue deixar a URSS em dezembro de 1935, alegando sua nacionalidade italiana. Estabelecido em Paris, escreve e publica seu principal livro: *Au pays du grand mensonge*. A partir de 1941, realiza uma viagem pela Europa, é detido pelos *ustachis* e permanece preso por seis meses no campo de Jasenovac. Libertado, vai a Berlim e assiste ao desmoronamento do III Reich. Depois da guerra, estabelece-se na França e depois na Itália, onde dirige uma revista consagrada aos problemas da Iugoslávia.

3. Segundo Fred Kupferman, *op. cit.*, p. 182, *Retour de l'URSS* é objeto de nove tiragens entre 30 de outubro de 1936 e 9 de setembro de 1937, ou seja, 146 300 exemplares. *Les retouches à mon retour de l'URSS*, publicados em junho de 1937, só terão duas tiragens, ou seja, 48 500 exemplares. Os dois títulos logo cessarão de vender.

Mas o PCF leva a causa até o fundo, em todos os terrenos, ao mesmo tempo pelos simpatizantes e pelos militantes. Georges Friedmann invoca o peso do passado russo e censura a Gide sua leviandade; Fernand Grenier, o patrão dos Amigos da União Soviética, suspeita de influências trotskistas; alguns operários incriminam as opiniões burguesas do autor, enquanto alguns burgueses, que fizeram a mesma viagem que ele, tratados com menos luxo, mas com a mesma atenção, prestam testemunho de uma outra URSS.

Por isso, Gide decide escrever um *post-scriptum* a seu *Retorno*, que publicará em junho de 1937: *Les retouches à mon retour de l'URSS (Retoques a meu retorno da URSS)*. Quer responder a seus adversários e à sua correspondência. Nesse entretempo, leu a literatura crítica à URSS que desdenhara em seu período de fé, como o livro de Sir Walter Citrine<sup>1</sup>. Encontrou-se com os heréticos, atraídos por seu não-conformismo: Victor Serge, evidentemente, mas também o operário Yvon, ex-comunista, que viveu 11 anos na URSS e do qual *La Révolution Proletarienne* publicou uma brochura muito hostil à pátria dos trabalhadores sob Stálin<sup>2</sup>; o sindicalista Legay, que foi pessoalmente até lá junto com uma delegação dos Amigos e, contudo, voltou indignado com as condições de vida oferecidas aos mineiros soviéticos<sup>3</sup>. Com isso, os *Retoques* acentuam a ruptura com o progressismo filocomunista. Gide persiste e assina o que diz. E, de quebra, acrescenta ao quadro os processos de Moscou e os milhares de deportados: “Essas vítimas, eu as vejo, eu as ouço, eu as sinto ao meu redor. Os seus gritos sufocados acordaram-me esta noite; hoje, seu silêncio me dita estas linhas... Em favor deles, ninguém intervém. Os jornais de direita no máximo se servem deles para desafiar um regime que execram; aqueles que dão muita importância à idéia de justiça e de liberdade, aqueles que combatem por Thaelmann, os Barbusses, os Romain Rollands, se calam<sup>4</sup>, se calam; e ao redor deles, a imensa multidão proletária, cegada<sup>5</sup>”. Algumas semanas depois, sob a data de agosto de 1937, o autor dos *Retoques* pergunta-se em seu *Journal* quando e como o espírito comunista cessou de se diferenciar do espírito fascista<sup>6</sup>.

---

1. Sir Walter Citrine, *I search for truth in URSS*; trad. francesa: *A la recherche de la vérité en Russie*, Berger-Levrault, 1937.

2. M. Yvon, *op. cit.*, 1937, Cannes, brochuras de *La Révolution Proletarienne*. Yvon publicará no ano seguinte, para as edições Gallimard, com um prefácio de André Gide, *L'URSS telle qu'elle est*.

3. Kléber Legay, *Un mineur français chez les russes*, prefácio de Georges Dumoulin, 1938, Pierre Tisné. Os extratos do livro foram publicados em primeira mão por *Le Populaire* de 1937: sinal de que Blum, prisioneiro da unidade de ação, nutre menos do que nunca ilusões acerca da URSS.

4. Barbusse morreu em Moscou, em 30 de agosto de 1935.

5. A. Gide, *Retouches à mon Retour de l'URSS*, Gallimard, 1937, p. 66.

6. A. Gide, *Journal III, 1889-1939*, la Pléiade, Gallimard, 1939, p. 1268. Citado em D. Caute, *op. cit.*, p. 292.

O interesse do caso Gide é ilustrar com o exemplo francês o que conserva de frágil, a despeito dos espetaculares sucessos de opinião, o comunismo antifascista. Por um lado, a vontade de combater o Terror hitleriano, somada à virada política do Komintern, admiravelmente executada por Thorez e seus camaradas, aproximou dos comunistas muitos democratas e liberais. Por outro lado, há a União Soviética de Stálin, aliada potencial contra Hitler, e presente ao lado dos republicanos espanhóis, mas também um universo isolado do mundo civilizado, um regime inédito e misterioso, objeto de testemunhos contraditórios e apaixonados. Dualidade que poderia ser suportável para todos os adversários do fascismo, se sua opinião sobre a União Soviética não fosse um pré-requisito a seu engajamento. Ora, ela o é por várias razões, e em primeiro lugar por causa dos comunistas. A estratégia das frentes populares antifascistas foi inventada por eles, e não pretendem largar a sua direção. Tanto não fazem questão de ter uma responsabilidade governamental (recusaram-na na França), quanto não são livres de passar a União Soviética por baixo do pano: ao mesmo tempo porque o movimento está centralizado em Moscou, porque recebe seu impulso central da exaltação de uma pátria dos trabalhadores livre da exploração capitalista e porque se trata, afinal de contas, principalmente de proteger essa pátria de um ataque de Hitler. Mas, por outro lado, essa URSS que eles celebram é acusada por seus críticos, os mais penetrantes dos quais vêm de suas fileiras, de não ser menos totalitária do que a Alemanha nazista e, por conseguinte, de tirar todo sentido do combate anti-hitleriano, se ele deve absolutamente ser acompanhado de piedade ou de ingenuidade pró-soviética. Assim, a virada antifascista do Komintern de forma alguma resolveu em seu fundo, mas apenas deslocou a contradição que pesa sobre a história do comunismo desde suas origens: a de uma idéia que é também um território.

Os anos de implantação do regime soviético haviam assistido ao nascimento de uma primeira geração de desencantados: Angelica Balabanova, Pascal, Souvarine, Monatte, Rosmer, aos quais vieram juntar-se, um pouco mais tarde, na época da guinada à esquerda da 'terceira época', Silone, Tasca, Maurin, Marion. Gide, por seu lado, pertence ao grupo dos desencantados mais tardios do comunismo antifascista. Sua desilusão vem menos de uma experiência das lutas internas de grupos (embora este seja ainda o caso de Doriot) do que do face a face com a realidade da União Soviética sob Stálin. Eles são menos homens da estrutura ligados a batalhas de tendência — não há mais tendências — do que militantes ou simpatizantes cada vez menos certos de que se possa lutar pela democracia sob a mesma bandeira que Stálin: Gide abre um caminho por onde enveredarão, abertamente ou na ponta dos pés, entre a Frente Popular e o pacto germano-soviético, Manès Sperber,

Louis Fischer, Koestler, Malraux, Friedmann, Nizan e muitos outros. A obrigação de filosovietismo imposta pelos comunistas aos antifascistas encontra, através deles, seus limites.

Estaríamos errados, portanto, se considerássemos o debate sobre a natureza do regime soviético como o único grande tema sobre o qual se confrontam os adversários do fascismo. Pois existe um outro, igualmente apaixonado, e que, aliás, não deixa de estar relacionado com a União Soviética: é o da paz e da guerra.

O pacto franco-soviético de maio de 1935, seguido da aprovação pública dada por Stálin às despesas francesas com a defesa nacional, perturbou a disposição dos espíritos e das forças de esquerda na França. Os comunistas jamais haviam sido pacifistas na França, mas haviam se entendido com eles, tão numerosos, tão poderosos depois do fim da guerra: afinal, o anticapitalismo e o antimilitarismo eram paixões comuns a todos os que lutavam contra a guerra. E a obsessão de um ataque conjugado contra a URSS por parte das potências imperialistas, que marcara a propaganda comunista do 'terceiro período', trouxera de volta os espíritos à época da união contra a guerra de intervenção, em 1918 e 1919. Mas eis que em maio de 1935 os comunistas franceses aplaudem, como sempre, Stálin, dispostos a apagar de um dia para o outro suas proclamações antimilitaristas e antipatrióticas. A luta contra Hitler vai separar-se da luta contra a guerra? Vai deixar de lado o combate pela revolução e pela paz?

Os comunistas negam-no apaixonadamente. Contudo, assinalando o caráter particular de seu pacifismo, a virada que deram provoca um amplo debate sobre o antifascismo, importante demais para não nos determos um pouco nele. Tomarei meu primeiro exemplo da história do Comitê de Vigilância dos Intelectuais Antifascistas<sup>1</sup>, fundado em Paris no dia seguinte ao motim de 6 de fevereiro de 1934. Fenômeno muito francês: trata-se de reunir, fora dos partidos, esses famosos 'intelectuais' que desempenham na história nacional um papel tão especial, a um só tempo militantes e porta-vozes das grandes causas. Aquela causa, o antifascismo, reata com todas as lutas travadas em nome da democracia, que Hitler destruiu na Alemanha e que as ligas anti-republicanas ameaçam na França. Ela fizera renascer o caso Dreyfus, com força ainda maior, porque os judeus alemães são perseguidos e o anti-semitismo é poderoso na direita francesa.

---

1. O primeiro nome do comitê foi 'Comitê de Ação Antifascista e de Vigilância', antes de se tornar 'Comitê de Vigilância dos Intelectuais Antifascistas'. Cf. Nicole Furlaud-Racine, "Le Comité de Vigilance des Intellectuels Antifascistes" in *La France sous le gouvernement Daladier d'avril 1938 à septembre 1939*, Colóquio da Fundação Nacional de Ciências Políticas, 4-6 de dezembro de 1975.

Assim, esse comitê se forma no mesmo elã coletivo que vai produzir a Frente Popular, e como uma antecipação da aliança dos partidos.

Três nomes lhe servem de emblema, na encruzilhada das ciências e das letras, da universidade e da vida intelectual: Alain, Paul Rivet e Paul Langevin. Alain<sup>1</sup>, nosso artilheiro antimilitarista da guerra de 1914, que se tornou um monumento nacional graças a seu ensinamento e a seus livros, ensina filosofia, nas classes preparatórias do Colégio Henri-IV, a gerações de futuros alunos da École Normale Supérieure. Permaneceu radicalmente hostil ao Exército e à guerra, mas também, na mesma linha de pensamento, muito individualista, desconfiado da mobilização militante, mesmo para as boas causas. De fato, ele se fará representar no comitê por seu amigo e quase seu duplo, seu colega no Colégio Henri-IV, o filósofo Michel Alexandre, velho pacifista judeu de extrema esquerda, partidário do desarmamento unilateral, que ganhou experiência combatendo a guerra de 1914, depois a ordem internacional dos vencedores e a SDN; disposto a desculpar certas ambições territoriais de Hitler pelas injustiças de Versalhes.

Paul Rivet, por seu lado, é socialista. Vindo do Museu de História Natural para a etnografia, que recebe na época seus títulos universitários de nobreza, é o animador do Museu do Trocadéro, que, em 1936, vai tornar-se o Museu do Homem, à frente de uma equipe que, com Griaule, Leiris e Métraux, abre a área das ciências humanas para as sociedades não-européias. Relativamente marginal, se o compararmos a Alain, por sua especialidade, e muito menos conhecido, é também mais sensível do que ele aos perigos particulares inscritos na ideologia nazista. De fato, ele se situa no centro de gravidade político do comitê, já que o último membro do triunvirato é um simpatizante comunista, o físico Paul Langevin. Este se sobressaiu durante muito tempo nas campanhas pacifistas do pós-guerra, apoiando com sua autoridade científica a denúncia do caráter exterminador e ilimitado da guerra moderna. Por intermédio da Frente Comum contra o Fascismo de Bergery, participou do movimento Amsterdã-Pleyel e dali passou a posições próximas das dos comunistas. E permanecerá por aí.

A composição do comitê é conforme ao triângulo formado por seus padrinhos: alguns milhares de intelectuais formam ali um quadro completo das famílias de esquerda. Ali encontramos uma forte minoria comunista ou comunicante: Aragon, Nizan, Wurmser no primeiro caso; Langevin, Joliot-Curie, Romain Rolland, Jean-Richard Bloch no segundo. Ao lado deles, socialistas de todos os matizes (André Philip, Colette Audry, André Delmas, Victor Basch...),

---

1. Alain publica seu livro sobre a guerra, *Mars ou la guerre jugée*, em 1935. Entre 1921 e 1935, faz com que suas "Livres palavras" sejam publicadas quase sem interrupção por seus amigos Michel e Jeanne Alexandre. A partir de 1935, suas "palavras" aparecem nas *Feuilles Libres de la Quinzaine*.

radicais (Albert Bayet), independentes, professores, escritores, artistas (André Breton, Guéhenno, Giono, Ramon Fernandez, Lucien Febvre, Marcel Bataillon)... Estes nomes recobrem, assim, uma superfície maior do que a pertencente unicamente aos partidos; aliás, certos militantes têm um prestígio mais amplo do que o de seu partido. Victor Basch é presidente da Liga dos Direitos do Homem, Albert Bayet possui uma influência incomparável nos meios ligados ao ensino público, ao passo que Albert Delmas é o secretário-geral do poderoso Sindicato Nacional dos Professores Primários. Assim, toda essa esquerda intelectual precedeu em alguns meses o pacto de união antifascista entre os partidos. Instruída pelos acontecimentos de 1933 na Alemanha, ela se ergueu pela defesa das liberdades, logo em seguida a fevereiro de 1934, na França. De resto, ela oferece seu exemplo às organizações operárias, ordenando-se antecipadamente sob sua bandeira comum: o que ela fará em 1935.

Todavia, esse exemplo vai rapidamente revelar-se ambíguo. Depois de ter sido a primeira a mostrar as virtudes da união, a esquerda intelectual será a primeira a revelar a fatalidade da desunião. O pomo da discórdia não é a definição ou a avaliação do perigo fascista e sim o laço entre a ação antifascista e a luta pela paz. Sobre os primeiros pontos, com efeito, todos concordam em ver no fascismo, com base no exemplo alemão, um produto da crise do capitalismo, ao mesmo tempo que o fim da democracia. Todos temem que ele contagie a França, e até superestimam os riscos: o 6 de fevereiro provocou um choque na opinião republicana e levou muitos espíritos a verem a sombra de Hitler por trás da silhueta do coronel De la Rocque. É a época em que o termo 'fascista' assume, através do antifascismo, uma extensão cada vez mais vasta.

Resta saber quais devem ser as conseqüências do combate contra o fascismo sobre a ação contra a guerra. Originalmente, os membros do Comitê de Vigilância estão todos de acordo em pensar que o antifascismo não deve ser o pretexto, ou a justificação, de guerra alguma. No início de 1934, com efeito, os comunistas ainda são fiéis às palavras de ordem do 'terceiro período' e centram sua propaganda e sua atividade 'contra o fascismo e a guerra'. Já que o fascismo é um mal que corrói todos os países capitalistas e que sua forma triunfante por excelência é a guerra imperialista, não há nenhuma diferença de natureza entre as duas catástrofes: quem esconjura uma, evita a outra. O antifascista é um pacifista, e reciprocamente. Muitos dos membros mais influentes do Comitê de Vigilância se conheceram no movimento Amsterdã-Pleyel, onde tiveram a oportunidade de afiar esse repertório comum, ao preço de um equívoco.

A virada da política comunista em 1934-1935 baseia-se, com efeito, na hipótese nova de uma guerra que não fosse nem a coalizão das nações imperialistas contra a URSS, nem um mero conflito interimperialista, e sim um con-



fronto em que a URSS poderia alinhar-se contra a Alemanha nazista, do lado das democracias, e que, por isso, já não poderia ser qualificado como imperialista. Por essa razão, o dever dos antifascistas não está necessariamente em evitar a guerra pela luta de cada um contra seu próprio imperialismo, ou pela negociação com o adversário eventual; tampouco obriga, chegada a guerra, a tentar deter o seu braço. Se o perigo fascista passa, de agora em diante, a ser encarnado pelos nazistas, o antifascismo, mesmo na França, passa prioritariamente pela resistência às ações de Hitler, portanto vem antes das exigências clássicas do pacifismo. Esse é o fundo da confusão provocada na esquerda francesa pela declaração de Stálin de 15 de maio de 1935.

No momento em que a URSS se decide a juntar-se à SDN, os pacifistas continuam a considerar a mecânica de Genebra apenas um instrumento nas mãos dos vencedores de 1918. Quando Hitler brada contra o sistema de Versalhes, dão-lhe meia razão, pois também eles condenaram e continuam a combater Versalhes, que, a seu ver, produziu Hitler. Quando os comunistas franceses se tornam patriotas, acusam-nos de abandonar o combate contra sua própria burguesia, para retornarem ao velho chauvinismo antigermânico. Consentir de antemão à guerra contra Hitler, dizem eles, é não só retornar aos velhos caminhos batidos da aliança franco-russa, como também ajudar o fascismo em nome do antifascismo, pois a guerra realiza ao máximo as condições de um poder fascista. Assim, a experiência de 1914-1918 subjaz ainda a todas as paixões do pacifismo radical.

Os primeiros debates do comitê sobre os problemas internacionais trouxeram à tona a tradicional concordância sobre a revisão necessária dos Tratados de Versalhes e semelhantes, assim como sobre o desarmamento. Quando da invasão da Abissínia pelas tropas italianas, em outubro de 1935, ainda existe unanimidade sobre agir contra Mussolini através de sanções econômicas. Mas a divisão instaura-se já no final do ano, entre os partidários de uma negociação com Hitler sobre as cláusulas de Versalhes e aqueles que se opõem a isso. Alain escreve a Rivet e Langevin, numa carta aberta de 5 de janeiro de 1936: "... Acerca da guerra e da paz, não vejo que os homens livres tenham uma doutrina comum. Uns propendem, e nem sempre se dão conta disso, para a guerra preventiva, que abolirá as ditaduras militares. Outros procuram obstinadamente os meios de evitar qualquer guerra, e até mesmo a guerra do direito". É o problema da revisão de Versalhes que o filósofo coloca, ao passo que a diplomacia soviética já não fala mais nisso, imitada em toda parte pelos comunistas. Posição reafirmada em março, durante a reocupação da Renânia pelas tropas de Hitler: prova, ao ver dos pacifistas, que é preciso refazer uma ordem internacional justa, para subtrair a Hitler o papel vantajoso de reparador das injustiças cometidas contra o povo alemão.

A força da argumentação pacifista está no que ela não diz: na exatidão da suspeita sobre as verdadeiras razões da mudança de posição comunista, subordinada à virada diplomática de Stálin. Sua fraqueza vem do fato de que trata Hitler como um vulgar Mussolini, um ditador nacionalista depois do outro, sem ver a verdadeira natureza do nazismo. Os comunistas, pelo contrário, conseguem um papel vantajoso com sua submissão a Moscou. Do que até então constituiu sua fraqueza, recebem sua força, já que a União Soviética parece orientar-se para um entendimento com a França: o patriotismo revolucionário é um sentimento mais natural do que o derrotismo revolucionário. Mas a tensão entre as duas concepções do antifascismo é irreduzível. E ela ganha inevitavelmente uma inclinação agressiva, e logo uns e outros passam a se acusar mutuamente de servidores de Moscou ou de pró-fascistas camuflados. A ruptura é consagrada já em junho de 1936, durante o Congresso dos Comitês de Vigilância, em pleno triunfo eleitoral da Frente Popular.

Como acontece muitas vezes, ela se dá com base num voto ritual, que esconde o desacordo político. Vencidos, Paul Langevin e seus amigos deixam a direção do comitê, sendo substituídos por homens e mulheres mais próximos dos pacifistas que dos comunistas, como Marc Delaisi, Jules Isaac, Magdeleine Paz, Jean Guéhenno, Maurice Lacroix, Marcel Bataillon, sem que nem por isso sejam tão extremos quanto Alain ou Alexandre. Pois a maior parte deles defende, antes de tudo, a revisão negociada de Versalhes, para evitar alimentar a propaganda nazista. Paul Rivet não conseguiu evitar a cisão e pede demissão da Presidência para voltar à condição de simples participante — provisoriamente, pois retomará essa função em janeiro de 1937.

Afastados os comunistas, os problemas continuam. A guerra da Espanha renova-os, fazendo ressurgir a divisão entre os que pedem a suspensão do embargo de armas, depois da enganação da não-intervenção, e os pacifistas radicais, firmes na recusa de toda corrida armamentista. Os primeiros fazem a distinção entre sua recusa de uma cruzada militar antifascista e a situação espanhola, cuja ausência de ajuda, mesmo indireta, significa o abandono da República ao fascismo. Mas a preocupação de salvar a unidade da Frente Popular pesa a favor dos segundos. A influência do pacifismo sobre a esquerda não-comunista da época é uma coisa que ficou um tanto esquecida depois do fim da guerra: a recusa apaixonada da guerra é majoritária no Partido Socialista, sob o báculo de Paul Faure. O pacifismo conta com grande apoio na CGT e domina o Sindicato Nacional dos Professores Primários, tão influente na formação do espírito público. Depois da saída dos intelectuais comunistas, o Comitê de Vigilância se vê inevitavelmente deslocado para esse pólo político, em sua forma mais intransigente: de sorte que, fundado para lutar contra o fascismo, ele acaba lutando pela

negociação com o fascismo. No verão de 1938, ele será um dos centros do ativismo militante a favor dos acordos de Munique. Nessa época, Paul Rivet o deixa, junto com seus amigos, e ele passa a ser constituído apenas por ‘pacifistas integrais’, que perderão seu último combate — o do verão de 1939.

Para a história que tento narrar, o interessante é que essa extrema esquerda pacifista, que se engana sobre Hitler, vê claro sobre Stálin, como se a cena política da época estivesse cheia de hemiplégicos. Os simpatizantes do Partido Comunista são lúcidos sobre Hitler, cegos sobre Stálin; os extremistas da paz são cegos sobre Hitler, lúcidos sobre Stálin. Consideram o ditador nazista um novo Guilherme II, que poderia ser apaziguado com a restituição de alguns pedaços de seu ex-império colonial<sup>1</sup>. Os cálculos de Stálin, porém, eles já descobriram em 1935, na época do pacto com Laval: se a guerra se tornou inevitável, melhor fazê-la nascer primeiro a Oeste. A Frente Popular misturou essas duas esquerdas — talvez devamos escrever ‘essas duas extremas esquerdas’ — no mesmo combate, e na mesma vitória, das forças do progresso social sobre as da reação. No momento em que reuniu essas forças, em 1934-1935, a Frente Popular não fez da concordância explícita entre essas forças sobre a política internacional a condição da união: aliás, na época, como o atesta a história do Comitê de Vigilância, o confronto é apenas virtual, já que as conseqüências da mudança de posição comunista só aparecem depois da aprovação conferida por Stálin às despesas militares francesas. Essas conseqüências são desigualmente perceptíveis: a reocupação da Renânia por Hitler, em 7 de março de 1936, não provoca no PCF uma reação que possa ser comparada à campanha que ele lançará em julho pela Espanha republicana. A União Soviética está envolvida no segundo caso, mas não no primeiro.

Se a Frente Popular foi capaz de ser o memorável instrumento de uma emancipação das classes populares do país, ela ficou imediatamente muito dividida para poder preparar a nação à prova que a aguardava. Nem tudo nesse fracasso lhe é imputável, como vimos: tanto a diplomacia inglesa quanto a opinião francesa e a pouca confiabilidade de Stálin constituíam obstáculos para uma política coerente de firmeza com Hitler. O que pertence propriamente à Frente Popular é esse dilaceramento interno à coalizão, recoberto pelas belas palavras sobre a arbitragem internacional. Dilaceramento que Léon Blum sente dentro de si mesmo, como uma fatalidade induzida por tudo o que o levou à ação política. Pacifista de coração e de razão, socialista ligado à Sociedade das Nações, anglófilo por tradição, antibolchevique da primeira hora, antinazista insuspeito, o chefe do governo da

---

1. De fato, houve um debate no Comitê de Vigilância, em 1937, sobre o efeito que poderia ter uma tal restituição sobre a situação alemã, como fator de apaziguamento da agressividade dos nazistas.

Frente Popular só possui convicções fortes; mas cada uma contradiz a outra. Não está contente nem com um consentimento dado antecipadamente à guerra, nem com uma política de evitar o conflito a qualquer preço. Nem com a intervenção na Espanha nem com a não-intervenção. Nem com o rearmamento acelerado nem com Munique. É a testemunha mais inteligente do impasse em que aos poucos se foi encerrando a França vitoriosa de 1918.

É preciso, portanto, deixar de lado a imagem de Épinal segundo a qual, naqueles anos, um campo antifascista conseqüente, cuja vanguarda era formada pelos comunistas, se chocou contra uma direita mais ou menos pró-hitleriana, decidida de antemão ao desastre nacional por paixão anticomunista e que se valia de argumentos recebidos de uma *intelligentsia* pacifista fadada à 'colaboração'. A realidade da época foi, em todos os pontos, mais complexa. Primeiro, porque não há ideologia 'hitleriana' influente, salvo se se definir como tal a atração muito genérica exercida pelo fascismo na França, desde Mussolini. Em seguida, porque a questão fundamental é a da manutenção da paz, que é preciso distinguir da opção 'fascizante'. É bem verdade que o pacifismo extremo poderá levar certo número de intelectuais para o lado da Alemanha: Ramon Fernandez, um dos membros fundadores do Comitê de Vigilância dos Intelectuais Antifascistas, acabará, durante a guerra, como 'colaborador'. Mas não é o caso geral, e isto foi mais tarde. Até a guerra, o pacifismo francês, até mesmo o favorável a Munique, permanece amplamente ancorado à esquerda.

Resta, enfim, a questão comunista/anticomunista. Ela comporta muitos aspectos. O mais clássico está nas reações de ódio ou de desconfiança que suscita à direita, e na opinião burguesa em geral, a política comunista, seja qual for sua orientação. Para os anticomunistas, a virada de 1934-1935 agravou sua ameaça sobre a ordem social, estendendo a influência do PCF sobre uma esquerda vitoriosa e sobre o próprio governo. E por mais que o partido multiplique as promessas 'republicanas', lance o opróbrio a todas as espécies de esquerdismo, estenda a mão aos católicos e aos patriotas, ele continua suspeito de só ter modificado seus meios, não seu fim. O tom brusco, até, com que aderiu a uma política de defesa nacional, por uma simples frase de Stálin, mostrou a inexistência de sua autonomia. Os mesmos militantes que insultavam a pátria em nome da luta contra Versalhes passam a celebrar, de um dia para o outro, a mobilização de todos os bons franceses contra Hitler. Seu espírito de sacrifício não está em causa, mas antes sua versatilidade, portanto sua independência de julgamento, portanto a duração de sua nova estratégia.

Assim, a força e a fraqueza do comunismo residem mais do que nunca em sua realidade última, a União Soviética. Sua força: a Revolução Bolchevique apóia-se num imenso país organizado em princípios novos, que oferece uma base ideoló-

gica, política e militar aos antifascistas contra as idéias e as ações de Hitler. Mas, dando um papel tão grande à URSS, a economia geral do antifascismo comunista revela seus pontos fracos. Pois a aceitação antecipada de uma guerra com a Alemanha nazista ao lado da URSS comporta o risco de entregar os pequenos países da Europa do Leste, e em primeiro lugar a Polônia, ao Exército Vermelho; ela constitui, no mínimo, uma aposta arriscada na solidez de uma aliança entre as democracias capitalistas e a União Soviética de Stálin; em todo caso, ela proíbe a muitos diplomatas do Ocidente seu cálculo preferido: orientar Hitler para o leste, com o risco de lhe sacrificar os países que o separam da URSS.

Enfim, existe a natureza do regime soviético, do qual, afinal de contas, para muitos intelectuais, tudo depende. Se a União Soviética pode ser definida pelo antifascismo, e até mesmo por um antifascismo radical (por ser socialista), como hesitar em apoiar-se nela? Mas *quid* se ela é 'totalitária' ou apenas ditatorial, hostil, como Hitler, à liberdade? A direita francesa ou inglesa não precisa interrogar-se por muito tempo sobre o regime soviético para detestá-lo: basta que obedeça à sua própria inclinação. Mas toda uma parte da opinião reage de maneira menos simplista, especialmente na esquerda e no centro: se a União Soviética postula o papel de vanguarda na luta contra o fascismo e se é preciso ser, como querem os comunistas, pró-soviético para ser antifascista, então não basta considerar a aliança com a URSS em termos diplomáticos, como algo de utilidade circunstancial; é preciso também verificar os títulos do país candidato a encarnar a idéia antifascista. Esse exame terá sido a honra da esquerda, enquanto a direita se contentava, na maioria das vezes, com o anátema.

Ora, nos anos a que chegamos, a URSS está num dos piores períodos de sua história: o Grande Terror. Gide sentiu apenas a sua superfície. Desde seu célebre *Retorno*, os grandes processos públicos de Moscou revelaram a dimensão da depuração em curso, entre 1936 e 1939, ao mesmo tempo que o método inédito de confissões, pelos quais os acusados demonstram ao mesmo tempo sua culpabilidade e a clarividência do poder que os mata. Eles têm especialmente como função pôr em cena a bipolarização radical da política, contida inteiramente na luta entre fascismo e antifascismo: Trótski não é mais um bolchevique dissidente ou derrotado e sim um cúmplice dos nazistas. A inverossimilhança do que é dito diante desses tribunais fraudulentos, onde comparecem homens aniquilados, não dissuade os crentes. Mas, na algazarra sobre o 'homem novo' e a felicidade kolkhoziana, ela introduz uma dissonância delicada e aguda, que nenhuma justificação reduzirá, sejam quais forem os esforços realizados para eliminá-la. A maioria das celebridades do mundo intelectual não querem ouvi-la. Mas, para os descendentes de Pascal, de Souvarine, de Rosmer ou de Silone, os processos de

Moscou lançam uma luz lúgubre no país que amaram. Victor Serge, finalmente expulso, de novo na ativa, multiplica análises e advertências. É um dos primeiros a falar de um sistema do universo das prisões e dos campos: “Nem as estatísticas otimistas nem os relatos de turistas que percorrem a Eurásia em vagão-leito não poderiam, para nós, encobrir o terrível murmúrio que se eleva das prisões e dos pardieiros”<sup>1</sup>. Outro militante que conseguiu escapar dos campos de trabalhos forçados soviéticos, o croata Ante Ciliga, que publica em 1938, pela editora Gallimard, *Au pays du grand mensonge (No país da grande mentira)*<sup>2</sup>: vasta reportagem sobre o mundo concentracionário soviético, oculto na língua da utopia. O livro não faz nenhum sucesso, mas já demarca o terreno onde se ilustrarão Kravchonko, depois da guerra, e os grandes dissidentes das décadas de 60 e 70. A partir dos processos e dos campos, se dá o novo ‘desencanto’ comunista de 1937-1939, cuja história é coroada pelo pacto germano-soviético<sup>3</sup>.

Assim, a realidade soviética volta aqui e acolá a assombrar, como um retorno do reprimido, a cena do antifascismo comunista, cuja coerência tende a destruir: se a União Soviética esconde, sob o disfarce do poder proletário, uma ditadura policial tão universal e tão feroz que só autoriza publicamente a aprovação solene das vítimas, como transformá-la na bandeira da batalha contra o fascismo? Indestrutível, em contínuo renascimento, a questão ronda como uma ameaça ao redor da certeza abstrata de que Stálin, encarnação do socialismo, está nos antípodas de Hitler, produto do capitalismo. Voltemo-nos, mais uma vez, para captarmos sua profundidade, para a Liga dos Direitos do Homem, o melhor fórum que existe da França antifascista<sup>4</sup>.

A liga tem origem na luta contra um erro judiciário. É filha do caso Dreyfus. Agrupa uma burguesia intelectual de professores e de advogados, especialmente sensível, por tradição e por profissão, à defesa dos Direitos Humanos no mundo: mais próxima de 1789 do que de 1917 e da ideologia maçônica do que do marxismo-leninismo. O primeiro processo de Moscou, no verão de 1936, cai sobre esse areópago do antifascismo francês como um raio, no momento em que as mentes estão voltadas para a Espanha. Execuções em nome da salvação pública, precedidas de um processo judiciário secreto, teriam, sem dúvida, desconcertado menos esses democratas do que esse tribunal soviético que condena os companheiros de Lênin dentro das formas públicas da justiça, mas com base em confissões inverossímeis. O presidente da liga, Victor Basch, teve espontaneamente

---

1. Victor Serge, *Seize fusillés à Moscou*, Paris, Spartacus, 1936; reed.: 1972, p. 93.

2. Ante Ciliga, *op. cit.*, p. 336.

3. Cf. *infra*, pp. 338-339.

4. Cf. Christian Jelen, *Hitler ou Staline. Le prix de la paix*, *op. cit.*

a idéia de erguer um protesto<sup>1</sup>, mas tratando-se da URSS: a solução escolhida foi a de uma comissão de inquérito.

As primeiras conclusões dessa comissão<sup>2</sup> são apresentadas já em 18 de outubro de 1936 por seu relator, sr. Rosenmark, o conselheiro jurídico da liga. O advogado entrega-se inicialmente, à guisa de prefácio, às irregularidades do processo de Moscou do ponto de vista do direito francês: civis julgados por um tribunal militar, uma instrução secreta, ausência de defensores e de testemunhas, os desvios de linguagem do procurador Vychinski. Mas quase todo o relatório gira ao redor da questão central das confissões, tratada como um problema de direito. O que torna, efetivamente, admissíveis essas confissões, logo acreditáveis, a despeito de seu caráter extraordinário, é que nunca foram desditas, ao longo de toda a instrução e de todo o processo, e foram feitas por todos os acusados, 16 em 16: “É contrário a todos os dados da história da justiça criminal supor que, através de torturas ou de ameaça de torturas, se faça inocentes confessarem na proporção de 16 em 16<sup>3</sup>”. Contudo, o relatório conclui pela necessidade de uma maior informação, na medida em que esse processo de Moscou revelou a existência de um complô nazista estendido a vários outros países; a URSS seria apenas a sua vítima privilegiada, como o fora, na sua época, da parte dos conspiradores, a França da revolução: “Isso é renegar a Revolução Francesa, que, segundo uma frase famosa, é um ‘bloco’, recusar a um povo o direito de reprimir os fautores de guerra civil, contra conspiradores em ligação com o estrangeiro<sup>4</sup>”.

A comissão continua, portanto, seu trabalho. A seus três membros iniciais, o próprio Victor Basch, Mirkine-Guetzevitch, presidente da Liga Russa dos Direitos do Homem, e Rosenmark, ela acrescenta o historiador radical-socialista Albert Bayet e o advogado Maurice Paz. Ela se prepara para examinar as peças do segundo processo de Moscou, aquele que se abre em janeiro de 1937 contra uma nova leva de velhos bolcheviques, na primeira fileira dos quais aparecem Radek e Piatakov. E um vasto público comparece à liga em seu congresso de julho do mesmo ano, imediatamente depois do terceiro grande processo de Moscou, onde foram condenados — desta vez a portas fechadas — os grandes chefes do Exército Vermelho, culpados também de terem participado da intriga hitlero-trotskista.

---

1. Cf. Congresso Nacional da Liga dos Direitos do Homem, 17-19 de julho de 1937, “Les procès de Moscou”, intervenção de Victor Basch, p. 169.

2. *Les Cahiers des Droits de l'Homme*, n<sup>o</sup> 31, 15 de novembro de 1936, “Le procès de Moscou”, relatório apresentado em nome da comissão pelo sr. Raymond Rosenmark, pp. 743-750.

3. *Les Cahiers des Droits de l'Homme*, p. 748.

4. *Ibid.*, p. 750.

A ofensiva contra o relatório Rosenmark é conduzida pelo pacifista Félicien Challaye, que em 1935 se tornou muito hostil à URSS, depois de ter sido comunista ou simpatizante desde 1920. Denuncia as confissões extorquidas pelo terror, a extravagância das acusações e a indulgência da liga pelos carrascos contra as vítimas, sob pretexto de imparcialidade. Os *Cahiers* da liga chegaram até a se recusar a publicar uma refutação do relatório Rosenmark escrita por Magdeleine Paz! Do lado literário, Challaye recebeu o apoio de Alain, André Breton, Jean Giono e Georges Bataille e, também, o apoio, durante a seção, de Georges Pioch, outra figura da esquerda anticomunista, depois de ter sido um dos líderes do mais do que jovem PCF no início da década de 20. Ele alerta seus amigos 'liguistas' contra os dois mecanismos mentais que ameaçam cegar seu julgamento sobre os processos soviéticos: a analogia com a Revolução Francesa e a chantagem da união antifascista. Ocorre, então, o contra-ataque de Rosenmark, que defende novamente tanto a liberdade das confissões dos acusados, com base nos testemunhos da imprensa, quanto a validade delas, com base na jurisprudência francesa e inglesa!

Cabe ao presidente concluir esse debate difícil, inteiramente entrecortado de interrupções mais ou menos amigáveis. Victor Basch<sup>1</sup> dispõe de uma grande autoridade moral sobre seu público. Não que os membros da liga sejam fáceis de dirigir, e menos ainda de unir: impacientes contra toda disciplina imposta, a maior parte deles está, além disso, dividida interiormente, atravessada pelas contradições de um antifascismo ao mesmo tempo vencedor, mas frágil. Seu presidente vem de muito antes dos tempos ambíguos em que se encontram. Nascido em Bratislava, numa família judia húngara, à época de Francisco José, meio século antes da Primeira Guerra Mundial, foi feito cidadão francês pela escola da República e pelo caso Dreyfus. Agregado de alemão, professor na Sorbonne em 1906, militou à sombra de Jaurès pelo socialismo e pela paz, membro desde 1907 do Comitê Central da Liga dos Direitos do Homem. Sem objeções de consciência em 1914, pois vê o direito na causa francesa, tampouco será um extremista da guerra. Sua verdadeira pátria moral e política não deixou de ser a universalidade republicana à maneira francesa, tal como Jaurès soubera integrá-la ao futuro socialista, entendido como o redobramento pacífico, por parte do proletariado, dos ideais da Revolução Francesa. Esse espírito de síntese designa-o naturalmente para a presidência da liga, em 1926, e daí, sobretudo a partir de 1933, à linha de frente do combate antifascista. Ele, que tanto lutou, depois de 1918, pela reconciliação com a Alemanha, se vê novamente capturado pela História, numa

---

1. Sobre Victor Basch, vide Françoise Basch, *Victor Basch. De l'affaire Dreyfus au crime de la milice*, Plon, 1994.



cruzada da democracia contra o país cujos grandes autores ensina há tanto tempo. A partir daí, fez de Hitler o inimigo principal, e combate na primeira linha pela formação da Frente Popular, na primeira fileira pela ajuda à Espanha, dispondo de maioria no interior da liga, onde agora se defronta com os pacifistas.

O debate de 1937 exprime muito bem tanto a sua convicção quanto seu dilema. Não simpatiza com o comunismo e com a intolerância do credo bolchevique. Mas nada, também, em sua experiência e em sua visão da política, lhe fornece os elementos para compreendê-lo: assim, tende a ver esse universo distante através das idéias que o tornam familiar a ele e a desculpar o que mostra de mais contraditório aos Direitos do Homem, como o erro provisório de uma revolução ameaçada. Aliás, os que denunciam com maior veemência os processos de Moscou não foram os mais ardorosos partidários de Lênin? Victor Basch, que outrora protestou contra o terror exercido por Lênin e por Trótski, faz disso um argumento de prudência sobre os processos de Moscou: como se uma prioridade na crítica do regime soviético justificasse uma maior circunspecção quando se trata de julgar o Terror stalinista. No caso, trata-se, de preferência, do método clássico — retomado, aliás, pelos comunistas — que visa a eliminar do debate sobre o comunismo, por excesso de parcialidade, os que o combatem depois de tê-lo servido.

Na realidade, os homens da esquerda francesa que se defrontam, em julho de 1937, acerca dos processos de Moscou discutem ao mesmo tempo sobre a situação do antifascismo na França. Como será a regra durante todo o século, e em toda a Europa, os desacordos de opinião sobre o regime soviético abrangem e revelam os confrontos políticos mais concretos da política interna. Na França de 1937, em que a coalizão antifascista vitoriosa de 1936 já está profundamente rachada, a questão do terror na URSS ameaça todo o espírito da Frente Popular. Félicien Challaye, o veterano do pacifismo incondicional, é impelido a levantar essa questão, tanto mais por detestar o ar de cruzada militar que os comunistas querem dar ao antifascismo. Victor Basch reage em sentido contrário, subordinando o que teme saber sobre Stálin à luta contra Hitler<sup>1</sup>. Por nascimento e por profissão, pertence àquelas dezenas de milhares de homens que imediatamente

---

1. O mesmo tipo de reação, por exemplo, em Julien Benda. Num texto não muito conhecido, que se encontra numa efêmera publicação antifascista e contrária aos acordos de Munique, *Les Volontaires* (nº 1, dezembro de 1938), Benda aceita o qualificativo de “totalitário” para caracterizar o comunismo em contraposição à democracia, mas isso para lhe dar um sentido favorável, em oposição ao fascismo. Fascismo e comunismo são, a seu ver, dois tipos diferentes de totalitarismo: comparáveis por subordinarem totalmente o indivíduo ao Estado e por suprimirem as liberdades, são diferentes pelos objetivos de transformação social, que só pertencem aos comunistas. Há, portanto, um bom e um mau totalitarismo. Cf. *Les Volontaires*, nº 5, abril de 1939, número especial, *Le fascisme contre l'esprit*, Julien Benda, “Démocratie et communisme”.

compreenderam tudo sobre a ação hitleriana: os judeus de proveniência germânica estão na primeira linha desde 1933. Filho adotivo da democracia francesa, de que se tornou uma das figuras morais, ele pode falar alto e forte, ao contrário de tantos desses refugiados expulsos da Alemanha e, depois, da Áustria por Hitler, condenados a se calarem numa França que não gosta dos profetas de desgraças, e menos ainda quando são judeus.

Por isso Victor Basch reluta em quebrar a unidade da Frente Popular, à qual dedicou tantas atenções. Embora tenha, como disse a todos, muitas dúvidas sobre os processos de Moscou, não gostaria que esse debate prejudicasse a união contra Hitler. Tampouco pode impedi-lo: o relatório Rosenmark, a que dá sua bênção, é o produto dessa meia-cegueira voluntária, que traduz bem o espírito majoritário na liga<sup>1</sup>. Alguns meses depois dessa vitória, ele se tranqüiliza a si mesmo com o auxílio de sua referência preferida: “Nossa revolução também fez correr o sangue de milhares de inocentes, mas, se nos propusessem a nós outros, democratas, a seguinte pergunta: que prefeririam vocês se pudessem escolher, a revolução com seus crimes ou nenhum crime sem revolução, quem de nós optaria pela segunda solução?”

Nesse entretempo, os chefes da minoria deixaram a liga: Challaye, Pioch, Bergery, Michel Alexandre, Magdeleine Paz e outros. A maior parte deles, lúcidos sobre os processos de Moscou, querem ignorar o belicismo de Hitler<sup>3</sup>. Victor Basch e sua maioria, lúcidos sobre Hitler, não gostam da idéia de condenar o regime stalinista.

Restaria a examinar, para fechar esse inventário ideológico-político, uma última família de espíritos, hoje quase apagada de nossa memória e, contudo, numerosa na época, entre os intelectuais franceses: aquela que, em graus diversos, considera com interesse ou simpatia ao mesmo tempo o comunismo e o fascismo. Ela só entra em meus propósitos pela porta lateral, pois não se sente à vontade na coalizão antifascista, embora não goste da burguesia conservadora. Contudo, nem esquerda nem direita, ela ajuda a esclarecer meu assunto, oferecendo um ângulo novo sobre as ambigüidades do comunismo soviético no juízo do Ocidente.

Se a definirmos com base no que diz de si mesma, a URSS é o paraíso da liberdade ‘real’ enfim conquistada. Se a considerarmos com base no que fez, ela

- 
1. O relatório de Rosenmark consegue 1 088 votos, contra 258 para a moção de Challaye.
  2. V. Basch, “Mise au point” in *Les Cahiers des Droits de l’Homme*, nº 21, 1º de novembro de 1937.
  3. No verão de 1938, em plena crise dos Sudetos, Félicien Challaye fará à Alemanha hitleriana, a convite da Frente Alemã do Trabalho, uma viagem organizada à maneira das viagens na URSS. Trará de lá juízos tão complacentes sobre o regime nazista quanto os dos simpatizantes comunistas sobre o regime soviético. O antigo partidário de Dreyfus, o ex-colaborador dos *Cahiers de la Quinzaine*, o velho jauresista, o ex-simpatizante do PCF, encontra ao final de sua viagem a conclusão que tinha ao sair: a Alemanha de Hitler não quer a guerra.

oferece a imagem de uma sociedade em que o indivíduo está inteiramente submetido ao Estado. Mas essa constatação elementar e, aliás, relativamente neutra pode ela própria ser entendida negativa ou positivamente: em ambos os casos, ela tende a aproximar comunismo e fascismo, quer para detestá-los, quer, pelo contrário, para transformá-los em exemplos diversos do mesmo fenômeno, a superação do individualismo moderno. Nas 'tirânias' contemporâneas, sob sua dupla face — para tomar emprestado o vocabulário de Élie Halévy —, os liberais detestam a onipotência do partido, o fim das liberdades, a confusão dos poderes, o culto do chefe. Mas os inimigos do liberalismo podem amar igualmente nos dois tipos de regimes totalitários o fim da anarquia individualista, a restauração de um poder forte, a reunião do povo ao redor de um grande objetivo coletivo: nos anos 30, essa família espiritual é mais numerosa, mais poderosa, mais escrevinhadora do que a anterior. Embora ela continue entre nós, tornou-se quase impossível, para nós, imaginá-la sob a forma que teve na época: desde 1945 o fascismo foi banido da humanidade por seus crimes. A História, porém, obriga a conceber que antes de ser vencido como uma maldição, ele foi para muitos intelectuais europeus uma esperança, da mesma forma que o comunismo.

A ambigüidade do fascismo está ligada ao fato de que ele nasceu como um irmão inimigo do comunismo, através de uma série de empréstimos destinados a melhor neutralizar seu rival. Na hora de Stálin, o comunismo oferece características inéditas que nutrem a tentação da analogia: um tom nacional, a construção de uma ordem nova, o culto do chefe. Vimos o fascínio exercido por isso sobre uma parte da direita alemã, no caso do 'nacional-bolchevismo'. Mas a França não fica para trás neste capítulo, tão universal é nela a crítica da sociedade burguesa, tanto na direita quanto na esquerda da vida intelectual. A Action Française é a sua primeira casa fornecedora política, e é responsável pela educação da maior parte dos escritores do entre-guerras. Um de seus filhos, Georges Valois, maurrasiano com matizes de 'sorelismo', admirador de Mussolini e, provavelmente, o primeiro fascista francês em data, define assim, já em 1925, a fraternidade entre fascismo e comunismo: "Seja qual for que ganhar e absorver o outro, o comunismo na Rússia e o fascismo na Itália terão resultados idênticos. Nada de Parlamento, nada de democracia, uma ditadura, uma nação que se forma a si mesma. Quando a burguesia tiver sido expelida, a aliança entre o Estado e o povo obrigará cada qual a aceitar a disciplina nacional... O fascismo tomou da Action Française e do socialismo tudo o que eles tinham de melhor. Na Europa, ele está tornando-se a síntese de todos os movimentos antidemocráticos positivos!"

---

1. *Popolo d'Italia*, 18 de outubro de 1926. Citado em Alastair Hamilton, *L'illusion fasciste, les intellectuels et le fascisme 1919-1945*, Gallimard, 1971.

Texto premonitório: pois não seria nada difícil constituir um florilégio de escritos franceses posteriores a ele, que pregam o casamento da revolução com a nação. Esses nunca desembocam na construção de uma força política autônoma, e menos ainda nesses anos de 1934-1936, em que os comunistas conseguiram tomar a iniciativa das frentes populares antifascistas. O interesse que eles têm, no contexto francês, é mostrar que, mesmo nesse período de confronto direita/esquerda ao redor do fascismo, sobrevive um espaço político antiliberal no interior do qual a experiência soviética continua sendo uma referência positiva, mesmo aos olhos dos homens tentados pelo fascismo. Testemunha disso é Drieu La Rochelle, sacudido pelo século, incapaz de encontrar nele um apoio para a ação e, porém, possuído pela paixão de decifrar o seu sentido e de nele desempenhar um papel.

Embora menos dotado, não está tão distante de Malraux, de que é, aliás, amigo. Como ele, ama o tumulto da História, os homens de ação, as fidelidades contraditórias, as idéias vagas. Mas Malraux sente as grandes ocasiões do século e tira proveito disso para transformá-las em seu personagem e nos seus livros. Drieu não as vê chegar, perde-as e se mortifica com isso. O que o perdeu foi ter, sob seu dandismo literário, paixões fascistas, como o ódio aos judeus, aos maçons ou aos deputados. Um talento mais brilhante do que o seu — ou uma natureza mais forte — teria sobrevivido melhor à cor de época de seus sentimentos: sem o que, Drieu permanece, ao menos no país, como uma das melhores testemunhas do estado de espírito ideológico que procuro retratar.

Tendo entrado na idade adulta pela guerra de 1914, atravessou a Action Française e flertou também com o surrealismo. Jovem ex-combatente, ao mesmo tempo patriota e pacifista, foi amigo de Raymond Lefebvre, um dos fundadores do comunismo francês<sup>1</sup>. Seus escritos políticos da década de 20 defendem uma Europa federal, única capaz de salvar as mais velhas nações do mundo, encurraladas entre a URSS e os Estados Unidos, da guerra ou da decadência. Todos eles estão marcados pela hostilidade ao capitalismo e pela anarquia liberal. No início da década de 30, Drieu ainda está um tanto à esquerda, próximo de Bergery e de sua Frente Comum antifascista, mas pertence mais do que nunca a todo esse movimento da opinião intelectual incerta sobre o que separa a esquerda da direita e que estabelece um vaivém contínuo de opiniões e de homens: antiburguês, antiliberal, exigindo em altos brados a planificação e o renascimento nacional, mas atezado entre os dois pólos comunista e fascista. No momento em que se forma a Frente Popular, Drieu pende para o segundo, mas em nome do ideal do

---

1. Pierre Andreu e Frédéric J. Grover, *Pierre Drieu La Rochelle*, 1979, reed. La Table Ronde, 1989. Frédéric J. Grover, *Drieu La Rochelle (1893-1945)*, Gallimard, 1979, *Collection Idées*.

primeiro: “Tenho a convicção de que o fascismo é uma etapa necessária da destruição do capitalismo. Pois o fascismo não ajuda o capitalismo: ao contrário do que crêem os antifascistas, ao contrário do que crê a maioria das pessoas que aderem ao fascismo... O fascismo cria uma civilização de transição, na qual o capitalismo tal como existiu em seu período de grande prosperidade é conduzido a uma morte rápida<sup>1</sup>”.

No mesmo ano de 1934, com aquele infalível senso do contratempo que nunca o abandona, Drieu publica um pequeno livro intitulado *Socialisme fasciste* (*Socialismo fascista*<sup>2</sup>). É um novo ‘ensaio sobre as revoluções’, como modalidades necessárias da mudança. A Europa só assumiu sua figura histórica através de uma primeira onda de revoluções ‘democráticas e parlamentares’, cujo sinal foi dado pela Inglaterra do século XVII. Outubro de 1917 inaugurou uma segunda série de revoluções, na qual se inscrevem também Mussolini e Hitler: pois a marcha sobre Roma e a tomada do poder pelos nazistas são, em relação ao bolchevismo, menos contracorrentes do que derivações. Assim como Outubro não foi ‘proletário’, mas sim autoritário; não marxista, mas sim leninista; instaurando não a ditadura de uma classe, mas sim a de um partido, assim também as revoluções fascistas — tornadas necessárias pela crise da economia capitalista e da democracia parlamentar — são ‘socializantes e autoritárias’, destinadas a levar ao poder uma aristocracia política agrupada ao redor de um chefe. Stálin, Mussolini e Hitler, o mesmo combate, ao mesmo tempo revolucionário e nacional: “Os interesses da nação e da revolução confundem-se aos olhos da juventude russa, assim como aos da juventude italiana ou alemã<sup>3</sup>”.

Drieu traduz assim, à sua maneira, a onipotência da idéia revolucionária sobre os espíritos. Às revoluções, ele confere, como a esquerda, a honra de serem acontecimentos necessários, revestidos de uma dignidade histórica especial. Mas, para as necessidades de sua comparação, ele é obrigado a deslocar o seu ponto de aplicação da classe para o partido, essa nova divindade da época. Bolchevismo e fascismo não são separados, a seu ver, pelas categorias marxistas do proletariado e da burguesia. Pelo contrário, eles são reunidos pela busca comum de uma solução à ‘governabilidade’ das nações modernas. A burguesia é apenas uma classe econômica, incapaz por definição de formar uma elite política. O mesmo acontece com a classe operária; não existem nem classes governantes nem classes revolucionárias. As revoluções do século XX procuram substituir esse vazio pelo partido único, constituído por escolha deliberada, viveiro de chefes ao redor do

---

1. *La Grande Revue*, março de 1934, citado em A. Hamilton, *op. cit.*, pp. 235-236.

2. Pierre Drieu La Rochelle, *Socialisme fasciste*, Gallimard, 1934.

3. *Id. ibid.*, p. 149.

grande chefe. Drieu, o preguiçoso; Drieu, o abúlico, não se cansa de interrogar o enigma da vontade política, que é também a obsessão de sua época<sup>1</sup>.

Todavia, o parentesco entre os regimes antidemocráticos nascidos desde 1917 não os impedirá de se guerrearem. Pelo contrário, já que superpuseram às querelas de ontem as ambições de idéias de que as revoluções são inseparáveis: “... A Alemanha (hitleriana ou não) é ainda para a Rússia o grande vizinho cuja superioridade técnica não foi abolida. E depois, existe entre o semi-socialismo dos fascistas alemães e o semifascismo dos comunistas russos o mesmo ódio surdo de família que entre o imperialismo dos Romanov e o dos Hohenzollern e dos Habsburgo. Dos dois lados, a mesma base fortemente nacional e, por cima, a mesma tendência à evangelização mundial. O que leva à luta”. Assim, nada mais está escrito no futuro próximo além da decadência ou da ruína das democracias capitalistas do Ocidente. A sucessão delas passará para a Europa de Hitler ou de Stálin.

Drieu, quando escreve isso, ainda não é fascista, mesmo se já podemos, lendo as entrelinhas, adivinhar o homem vencido que registrará dez anos mais tarde, em seu *Journal*: “O olhar voltado para Moscou. No desmoronamento do fascismo, ele vincula meus últimos pensamentos ao comunismo”. Mas o interesse do testemunho do Drieu de 1934 não está nessa predição demasiado fácil — e, aliás, a trajetória do escritor rumo a um engajamento nacional-socialista é singular demais para ser típica. O que, porém, é assim, por volta de 1934-1936, é a existência do duplo fascínio exercido sobre muitos intelectuais tanto pelo fascismo quanto pelo comunismo<sup>3</sup>, em que investem o ódio à sociedade burguesa em que vivem.

Ao contrário de Drieu, a maior parte desses intelectuais se sentirá ainda menos inclinada ou obrigada ao engajamento partidário em favor do fascismo, porquanto o curso do período anterior à guerra, e, em seguida, a guerra, fará da França um adversário e depois uma vítima da Alemanha hitleriana. E após a guerra, nenhum deles se lembrará mais de ter considerado o nacional-socialismo uma experiência social ou política digna de interesse! Todos virão retrospectivamente se colocar num espaço bipolar doravante sacralizado por tanto sangue derramado e, evidentemente, do lado bom. O outro passará a só existir como crime. Na realidade, as coisas passaram-se de outro jeito, e basta percorrer a literatura política da época, direita e esquerda juntas, para ver até que ponto a ditadura mussoliniana e o nacional-socialismo alemão nela ocupam um lugar importante. Se essa literatura não é, no mais das vezes, de um interesse muito

---

1. O sucesso do livro de Malaparte, *Technique du coup d'État*, cuja tradução francesa é publicada por Grasset em 1931, é um bom testemunho dessa obsessão.

2. Pierre Drieu La Rochelle, *op. cit.*, p. 163.

3. Pierre Drieu La Rochelle, *Journal 1939-1945, Collection Témoins*, Gallimard, 1992, p. 386.

grande, não é porque seja polêmica; é porque visa mais a criticar o parlamentarismo francês do que a analisar esses regimes estrangeiros. Em vez de dar a palavra aos judeus alemães que afluem, os franceses discutem — como Drieu, neste ponto — os defeitos ou as vantagens do liberalismo. O debate sobre o fascismo não é melhor informado do que o sobre o comunismo — e pelas mesmas razões: a observação dos fatos nele desempenha apenas um pequeno papel.

É a essa luz, a meu ver, que deve ser considerada a interminável polêmica que se vem arrastando há 15 ou 20 anos, na França, acerca das posições políticas dos intelectuais católicos de esquerda e de sua revista, *Esprit*, naqueles anos. A corrente de opinião é antiga e mergulha suas raízes pelo menos até o *Sillon* de Marc Sangnier, bem no início do século. Ela ataca de frente o caráter radicalmente antimoderno das posições filosóficas e políticas da Igreja católica, como já o haviam feito os católicos liberais do meio do século XIX. Ela, porém, vai mais longe do que eles. Tenta estabelecer um debate com a esquerda marxista, inclusive os comunistas.

Como bem viu Daniel Lindenberg<sup>1</sup>, o conceito por intermédio do qual essa esquerda católica estende sua curiosidade até Marx é o de ‘comunidade’. Veiculado pela tradição cristã, o termo remete a um universo social em que as atividades dos indivíduos são organizadas em função de um bem comum, tirado da vontade divina e do sacrifício de Cristo. No século XIX, ele cruza a crítica romântica da sociedade moderna: constituída de indivíduos separados uns dos outros, cada um deles perseguindo seu próprio interesse, essa sociedade é o contrário de uma comunidade. Essa crítica romântica está voltada para o passado, nostálgica de uma Idade Média orgânica, mas não é diferente, no fundo, da crítica socialista, orientada para o futuro: pois ambas consideram a moderna sociedade de mercado como demasiado subvertida pelo individualismo burguês para ser algum dia fundadora de uma verdadeira ordem social. A ambição dos pensadores socialistas apenas transpõe a solução do problema para o futuro. Ela pretende recompor, sobre as ruínas desse individualismo, um mundo fraternal de homens associados ao redor de um projeto comum. Aliás, já na primeira metade do século XIX, certa interpretação messiânica da promessa evangélica cruzou na França e na Europa a fé revolucionária na regeneração do homem: hostil aos burgueses de 1789, o neocatólico Buchez viu na revolução jacobina de 1793 a prefiguração francesa da reconciliação da humanidade com a comunidade<sup>2</sup>.

---

1. Daniel Lindenberg, *Les années souterraines, 1937-1947*, La Découverte, 1991, cap. 5, pp. 165-245, “L’homme communautaire”.

2. Cf. *supra*, p. 131.

Um século depois, o que mais interessa Mounier no marxismo é a vontade de refazer uma comunidade. Contudo, o diretor de *Esprit* não está inclinado, como Buchez, a misturar o espiritual e o temporal. Tampouco deseja, como Le Play, refazer uma sociedade de estatutos, com base no modelo da família, da empresa e da profissão. Sua comunidade não é nem o produto de uma história providencial nem a ressurreição de uma ordem pré-capitalista desaparecida. Ela corresponde à necessidade mais fundamental da pessoa humana, criatura de Deus, abertura para o Outro, constante busca da superação de si. À sociedade capitalista, agregado mecânico de indivíduos isolados, Mounier contrapõe a comunidade viva e livre dos associados, espiritualmente ativa, atraída através de uma emulação criadora para o bem comum de todos. Nova figura ‘personalista’ no inesgotável inventário das utopias associativas antiburguesas, a Cidade de Mounier e de seus companheiros pende para a esquerda. Incompatível com o comunismo na ordem filosófica, ela compartilha com os comunistas a hostilidade ao capitalismo e o espírito militante: o que alimenta o diálogo e pode permitir a ação comum.

Mas nem por isso *Esprit* é uniformemente ‘antifascista’. Pois também o fascismo faz parte do que Mounier chama de “a imensa vaga comunitária que arrebenta sobre a Europa”. Também o fascismo tem como base a denúncia do individualismo burguês e como meio a exaltação da vontade coletiva. Longe de constituir um retorno às velhas sociedades mortas da Europa aristocrática, ele é, pelo contrário, uma remodelagem comunitária das democracias exauridas pela dominação dos interesses privados. A espécie de subnietzschismo a circular na época lhe atribui o mesmo privilégio que ao comunismo: o que se vincula às aventuras gratuitas da vontade contra as fatalidades da economia.

Esse olhar — se não sempre favorável, pelo menos freqüentemente benevolente, voltado, na época, para as experiências fascistas, italiana e alemã — não pode, pois, ser considerado como uma conversão ao hitlerismo. Ele está disseminado por quase todas as famílias políticas — exceto os comunistas — hostis ao liberalismo econômico ou à democracia parlamentar. Ele está ligado a regimes que estão em sua fase de sucesso: Mussolini está no auge da popularidade na Itália e de sua reputação internacional; a economia alemã sob Hitler renasce rapidamente e contrasta com a estagnação francesa. Assim, elementos circunstanciais vêm somar seu peso às razões e às paixões mobilizadas pela ideologia. As ditaduras italiana e alemã aparecem como os motores da política européia. A tristeza desses tempos é que, se os anti-semítas podem ter em toda parte um fraco por Hitler, não é preciso ser anti-semita para sentir a tentação de ir buscar receitas no

---

1. Citado por Daniel Lindenberg, *op. cit.*, cap. 5, p. 209.



fascismo. Basta ser ao mesmo tempo não-comunista e antiliberal; o que define uma vasta área da opinião intelectual, da direita à esquerda. Pois escrevo de propósito “não-comunista”, e não “anticomunista”: a paixão antiliberal, a recusa da mentira burguesa, somadas ao niilismo que dá cor à época, podem ser fortes o bastante para se bastarem a si mesmas e misturar em muitas mentes a atração do fascismo ao fraco pelo comunismo.

Para esclarecer o fenômeno em sua complexidade, seria preciso dispor de uma história paralela de Marx e de Nietzsche no contexto francês no século XX. Essa história permitiria entender a França intelectual e moral do século XX com maior profundidade do que através da contraposição do fascismo e do antifascismo. Ela, porém, não foi escrita. O que vemos dela na *intelligentsia* francesa dos anos da Frente Popular basta para mostrar a que ponto as coalizões do antifascismo político escondem mais do que manifestam a realidade da época. Esse é o grande segredo de sua fragilidade.

Se quiser captar em seu nível profundo o que um autor recente chamou de “a perplexidade francesa em 1938”, o leitor deve voltar-se mais para a crítica literária ou filosófica do que para a política. Ali, a verdadeira explosão do positivismo republicano que se seguiu à Primeira Guerra Mundial melhor se revela, ao mesmo tempo que os fragmentos heterogêneos de um niilismo estético com que cobriu o espaço cultural. O mais belo desses fragmentos, o surrealismo, desintegrou-se por dentro sob o efeito de seu próprio ecletismo, e de fora pela concorrência do comunismo. Ele legou Aragon às campanhas do Komintern e logo fez de Breton um profeta sem profecia, um “revolucionário sem revolução”, uma grande voz que bem cedo já não tem muito a dizer. Signo deste século, o escritor francês cujo tipo de intelecto era o mais apto a exercer essa magistratura moral que a tradição nacional confia à literatura, esse escritor deve calar-se, ou quase, aos 35 anos. Recusa mentir que o honra, mas também revela a estreiteza, a fragilidade de sua filosofia: apaga-se a chama revolucionária no Leste da Europa e ele já se intimida porque a História lhe foi ingrata. Se quer ele próprio reavivar aquela chama, que fraqueza! e que solidão! André Breton permanecerá uma extraordinária testemunha do século, engrandecido ainda mais com seu retiro e com o prematuro consentimento ao esquecimento. A época muito cedo o condenou a estoicamente avaliar o fracasso de sua magistratura de idéias: mais realista, neste sentido, que seu amigo Trótski, outro exilado, outro indomável, mas obstinado, por seu lado, em desmentir os desmentidos da História.

---

1. Vincent Descombes, *Philosophie par gros temps*, Paris, Éd. de Minuit, 1985.

2. Tomo emprestada a expressão do belo livro de André Thirion, *Révolutionnaires sans révolution*, Paris, Robert Laffont, 1972.

O movimento surrealista morreu prematuramente por não ter mais nada a dizer sobre a revolução, que transformara em sua palavra de ordem. Aniquilou-o a chantagem comunista. A História, confiscando-lhe seu amuleto, devolveu seus comparsas à liberdade aristocrática natural aos escritores e aos artistas. Liberdade de que Aragon abdicou, optando por uma servidão muito mais rigorosa do que a da condição burguesa; pelo menos, reencontra ali ao mesmo tempo os papéis políticos e os grandes gêneros literários. Quanto a Breton, rei sem reino, Trótski da literatura, tornou-se um gênio sem emprego. O que sobrevive do surrealismo já não obedece à sua férula e, aliás, nada conservou da majestade clássica de seu estilo. É o anátema antiburguês, mais violento do que nunca, mas livre de qualquer uso político e também emancipado das formas canônicas. Algo que vem mais de Nietzsche e de Freud do que de Marx, envolto numa literatura de estilhaços.

Em Bataille, como em tantos outros, o ódio ao burguês constitui a paixão-mãe, fonte de escritos peremptórios e breves, que denunciam a miséria psicológica desse homem do útil e do homogêneo, perdido no prosaísmo universal do cálculo econômico. O burguês retirou da troca o que ela teve de orgáco, de festivo, de portador de um sentido sagrado, nas sociedades descritas pelo *Essai sur le don* (*Ensaio sobre o dom*<sup>1</sup>). Ele passa a só consentir 'gastar' para si mesmo, portanto às escondidas, forçado à hipocrisia por sua condição. Sua abjeção é a vergonha do homem. A sociedade moderna, sobre a qual ele reina, tornou-se tragicamente homogênea, feita de indivíduos submetidos, todos, à medida do dinheiro e doravante fora do campo da diferença, portanto das paixões e em primeiro lugar da primeira delas, a paixão sexual. Todos eles, temas familiares, têm sua origem em Hegel, cujo intérprete é, na época, Kojève, em Paris, e ganham uma radicalidade nova através de Nietzsche e de Freud. É a aurora de uma nova obsessão alemã no pensamento francês, sobre as ruínas ainda majestosas do positivismo universitário. Dos grandes autores de além-Reno, Bataille não oferece a exploração mais coerente<sup>2</sup>, mas toma emprestado deles o alimento para um niilismo do desespero.

Pois o que ele tem em sua linha de mira não é senão a tradição do Iluminismo, prolongada pelo otimismo revolucionário do século XIX, Condorcet e Marx conjuntamente. Quer substituir a 'concepção geométrica do futuro' pela força dinâmica do desespero: "O futuro não repousa sobre os esforços minúsculos de alguns concentradores de um otimismo incorrigível; ele depende

---

1. Da obra de Marcel Mauss, *Essai sur le don*, 1926, reeditada em *Sociologie et anthropologie*, PUF, 1983, *Collection Quadriège*, Bataille tira a idéia de uma troca não ligada à utilidade econômica e de um laço social baseado na 'despesa' pura.

2. Vincent Descombes, *op. cit.*, cap. 4, "La crise française des Lumières", pp. 69-95.

inteiramente da desorientação geral<sup>1</sup>”. A época, a seu ver, está mergulhada na infelicidade: infelicidade irremediável das democracias burguesas, mergulhadas na incapacidade de existir, infelicidade também das revoltas dirigidas contra elas em nome da vida contra o inerte: “Toda força viva assumiu hoje a forma do Estado totalitário... Stálin, a sombra, o frio projetados por seu simples nome sobre toda esperança revolucionária, tal é, associada ao horror das polícias alemã e italiana, a imagem de uma humanidade em que os gritos de revolta se tornaram politicamente desdenháveis, em que esses gritos não são mais do que dilaceramento e infelicidade<sup>2</sup>”. Escritas em setembro de 1933, depois do advento de Hitler, essas linhas indicam suficientemente que doravante só há esperança no absoluto do desespero.

Assim, tudo separa Bataille do antifascismo, que considera vão e carente de substância histórica, ligado a uma filosofia oca do progresso. Os antifascistas são “feiticeiros que lutam contra as tempestades”, quando só as “tempestades<sup>3</sup>” podem fazer tremer o pedestal morto da sociedade burguesa. O fascismo e o comunismo são tempestades malsucedidas, uma vez que constituem, afinal, sociedades servis, que é preciso combater em nome do ódio ao Estado. Mas seu surgimento, o que as fez nascer, e até seu total fracasso mostram ainda a miséria patética do homem no século XX. O comunismo foi, na origem, a revolta do proletariado, única classe heterogênea da sociedade, enquanto não burguesa. Quanto ao fascismo, ao qual Bataille consagra um estudo especial no mesmo ano<sup>4</sup>, ele encarna, por oposição ao Estado burguês, agente da sociedade de massa

---

1. “Le problème de l’État” in *La Critique Sociale*, setembro de 1933, nº 9. *La Critique Sociale* é uma revista bimestral fundada por Boris Souvarine em março de 1931 e que agrupa ao seu redor, e de sua companhia na época, Colette Peignot, os membros ou os simpatizantes do Círculo Comunista Democrático. A inspiração é a de uma crítica marxista não-dogmática da atualidade política e literária. Simone Weil participa de maneira intermitente do círculo e da revista a partir de 1932. O mesmo acontece com Georges Bataille, ainda mais heterodoxo (ou menos marxista). Ele publica em 1933, na revista de Souvarine, três artigos que me parecem os mais interessantes que escreveu em matéria de pensamento político: “A noção de despesa”, em janeiro, “O problema do Estado”, em setembro, e “A estrutura psicológica do fascismo”, em novembro. *La Critique Sociale* soçobrará na falência da editora Marcel Rivière, em 1934. Seus números sucessivos foram republicados pelas edições de *La Différence*, em 1983.

Cf. J.-L. Panné, *op. cit.*, cap. 15, “Un cercle sans quadrature”, p. 196-219.

Cf. C. Ronsac, *Trois noms pour une vie*, Robert Laffont, 1988.

2. Georges Bataille, “Le problème de l’État” in *La Critique Sociale*, nº 9, setembro de 1933, reed., p. 105.

3. *Id.*, “La structure psychologique du fascisme” in *La Critique Sociale*, nº 10, novembro de 1933, pp. 159-165, e nº 11, março de 1934, pp. 205-211.

4. “La structure psychologique du fascisme” in *La Critique Sociale*, nº 10, novembro de 1933, pp. 159-165, e nº 11, março de 1934, pp. 205-211.

e submisso a ela, a heterogeneidade do poder, o retorno de seu elemento sacral. Da 'sociedade régia', a sociedade fascista restaura, com efeito, a autoridade inseparavelmente religiosa e política, instância psicológica coletiva indispensável à heterogeneidade dos indivíduos. Mas essa restauração é também uma negação da sociedade burguesa, oferecendo uma solução diferente da revolução proletária às classes dissociadas da sociedade homogênea e, com isso, uma base popular ao fascismo. "Dessa dualidade possível da efervescência resulta uma situação sem precedentes. Uma mesma sociedade vê formarem-se, concorrentemente, num mesmo período, duas revoluções ao mesmo tempo hostis uma à outra e hostis à ordem estabelecida'." A grande convulsão moderna compõe-se de dois movimentos adversários e cúmplices de separação violenta da condição burguesa. Alimentam-se um pelo outro, um do outro, mobilizando forças afetivas que se conjugam e se neutralizam ao mesmo tempo: testemunhas e atores da interminável subversão que tece a história da emancipação humana, sem jamais concluí-la.

Antes da guerra, Bataille nunca se explicará melhor do que nesses textos de 1933 sobre as grandes questões políticas da época. Depois de uma breve aproximação de Breton em 1935, que durou o tempo de um apelo à revolução mundial<sup>2</sup>, ele se encerra em pequenos grupos de ultra-esquerda<sup>3</sup>, minúsculas comunidades de eleitos fadados a caçar os segredos da existência social. O último deles, o Colégio de Sociologia, freqüentado em 1938-1939, conforme os dias, por Benda e Drieu, Benjamin ou Adorno, escolheu como objeto "o estudo da existência social, em todas as suas manifestações em que se mostre a presença ativa do sagrado"<sup>4</sup>. De maneira bastante estranha, Bataille reivindica Durkheim para transformar a sua descoberta do 'social' como sede do religioso no campo de investigação de um niilismo pós-nietzschiano.

Mas seus escritos valem menos pelo rigor, inexistente, ou pelo talento, medíocre, do que por essa fria violência de morte que os anima, e por esse fim

- 
1. "La structure psychologique du fascisme" in *La Critique Sociale*, nº 11, março de 1934, p. 211.
  2. Breton e Bataille escrevem juntos, no outono de 1935, o texto declarativo do 'grupo Contra-Ataque', que não terá um ano de existência. Esse manifesto procura dar uma definição nova da revolução, que não se limite à socialização dos meios de produção e que escape ao âmbito nacional. Contém implícita uma tripla crítica do modelo soviético, pela reivindicação de uma 'intratável ditadura do povo armado', pela exigência de uma revolução universal e, sobretudo, pela ênfase dada à necessária subversão das 'superestruturas'; onde se reconhece o pensamento de Bataille. Cf. A. Thirion, *op. cit.*, pp. 430-431. O texto do apelo constitutivo do grupo Contra-Ataque é reproduzido em *Tracts surréalistes et déclarations collectives (1922-1939)*, E. Losfeld ed., 1980, pp. 281-284.
  3. *Acé phale*, depois *Le collège de sociologie*.
  4. Denis Hollier, *Le collège de sociologie*, Gallimard, *Collection Idées*, 1979, p. 24.

do universo do Iluminismo que declaram. O antifascismo republicano tem como divindades Jean-Jacques Rousseau e Victor Hugo, os pais e os filhos de 1789. Abriga o comunismo soviético nessa filiação tranqüilizadora: a identidade revolucionária impede que se pense a diferença entre democracia e totalitarismo. Ora, Bataille põe abaixo esse castelo de cartas. Nem o Iluminismo nem a Revolução Francesa permitem mais pensar as convulsões do século XX.

Essa falha aberta no patrimônio democrático da França e da Europa, um jovem filósofo sentiu-a e analisou-a muito cedo, sem de forma alguma adotar essa espécie de absolvição desesperada dos regimes totalitários que encontramos aqui e acolá em Bataille e seus amigos. Trata-se de Raymond Aron, que inicia sua longa carreira solitária na *intelligentsia* francesa. Jovem estudante da École Normale, ele foi inicialmente socialista de matiz pacifista<sup>1</sup>. Em seguida, apenas iniciado na vida profissional e enviado à Alemanha no início dos anos 30, traz de sua longa estada uma visão lúcida da aventura hitleriana, por um lado, e a crítica da razão histórica, por outro<sup>2</sup>. Duas coisas que pertencem a ordens de realidade diferentes, mas que muito cedo formam, em sua mente, um questionário inédito na École Normale Supérieure, de onde ele vem. Como lutar contra Hitler? Como interpretar a História e qual é a relação dessa interpretação com a verdade? O quanto essa segunda pergunta é pouco acadêmica, a despeito de seu caráter abstrato, podemos avaliá-lo na defesa de tese de Aron na Sorbonne de 1938. O candidato não só pertence a uma geração diferente da dos examinadores; vem de um outro mundo filosófico e moral: nutrido de Max Weber e de Dilthey, examinando o estatuto incerto de nosso conhecimento do passado, no momento em que é tomado pela tragédia da História, que foi o primeiro a compreender. Nele, sua banca teme o espectro da inquietação niilista surgida em meio às certezas do direito e do progresso<sup>3</sup>.

Contudo, esse homem dividido, esse filósofo crítico, traz à primeira interrogação trazida de Berlim, e a mais urgente, uma resposta categórica: a luta contra Hitler é a prioridade absoluta do momento. Mas não entende essa luta à maneira 'antifascista' da esquerda da época. Vivendo na roda profissional de Bouglé, admirador de Élie Halévy, não tem ilusões sobre a União Soviética e critica também a Frente Popular<sup>4</sup>. Além disso, o antifascismo, ambíguo em suas alianças e

---

1. Jean-François Sirinelli, *Génération intellectuelle. Khâgneux et normaliens dans l'entre-deux-guerres*, PUF, *Collection Quadrige*, 1994, cap. 13, "Les élèves d'Alain", pp. 484-494.

2. Nicolas Baverez, *Raymond Aron*, Flammarion, 1993.

Raymond Aron, *Mémoires (Memórias)*, Julliard, 1983, cap. 3: "Découverte de l'Allemagne", pp. 50-80.

3. *Id. ibid.*, cap. 5, pp. 105-106.

4. *Ibid.*, pp. 143-145, e "Raymond Aron 1905-1983. Histoire et politique", *Commentaire*, fevereiro de 1985, pp. 311-326.

em seus objetivos, reivindica, a seu ver, uma tradição morta: a do otimismo histórico da Revolução Francesa e do século XIX, prolongado pelo positivismo universitário. O texto mais interessante do jovem Raymond Aron a esse respeito é uma comunicação à Sociedade Francesa de Filosofia, de 17 de junho de 1939, às vésperas do último verão de paz na Europa<sup>1</sup>.

O orador escolheu como tema: Estados Democráticos e Estados Totalitários e, pelo segundo adjetivo, designa nessa exposição apenas a Alemanha de Hitler e a Itália de Mussolini. Mas é claro que nem por isso coloca a URSS na primeira categoria, em que uma das teses que desenvolve é a seguinte: *Os regimes totalitários opõem-se primeiramente às democracias e não ao comunismo*. Com efeito, os fascismos pretendem destruir, para além, até, da herança política do século XIX, o que constitui o espírito da tradição ocidental. Nesse sentido, são ‘autenticamente revolucionários’, e nada é mais ‘estranho’ do que o favor de que gozaram na opinião conservadora inglesa e francesa. Frente a eles, as democracias encontram-se em posição defensiva, conservadora: o risco é vê-las crispar-se sobre um patrimônio morto, incapaz de lhes devolver a vida. “Hoje, não se trata de salvar as ilusões burguesas, humanitárias ou pacifistas. Os excessos do irracionalismo não desqualificam, muito pelo contrário, o esforço necessário para questionar o progressismo, o moralismo abstrato ou as idéias de 1789. O conservadorismo democrático, assim como o racionalismo, só pode ser salvo renovando-se<sup>2</sup>.” Essa é a única maneira, para Aron, de evitar a alternativa catastrófica fascismo-comunismo.

Entre as pessoas que escutam o jovem filósofo falar, naquele dia, está Victor Basch, com quem já nos deparamos<sup>3</sup>. O presidente da Liga dos Direitos do Homem encarna bastante bem o que o orador critica — progressismo, pacifismo, tradição revolucionária à francesa: nasce daí um cortês diálogo de surdos. Victor Basch indigna-se que se possa honrar Hitler ou Mussolini com o título de revolucionários e falar das democracias como de regimes conservadores: nada mais coerente, pois a seu ver a democracia é de essência revolucionária. No entanto, o que mais o ofusca, nas palavras do conferencista, é o questionamento dos princípios de 1789, considerados ‘abstratos’ e incapazes de renovar um ímpeto democrático: o velho confederado refaz a profissão de fé republicana que guiou toda a sua existência.

---

1. O texto só será publicado no *Bulletin de la Société Française de Philosophie*, na primavera de 1946. Cf. *Bulletin de la SFP*, 40<sup>o</sup> ano, n<sup>o</sup> 2, abril-maio de 1946, pp. 41-92. Raymond Aron, “États démocratiques et États totalitaires”, republicado em *Machiavel et les tyrannies modernes*, Éditions de Fallois, 1993, pp. 165-183.

2. Raymond Aron, *Machiavel et les tyrannies modernes*, *op. cit.*, p. 166.

3. Cf. *supra*, pp. 341-350.

Aron não pretendia atacar as idéias de 1789 como idéias; quis criticar a possibilidade oferecida pelo universalismo revolucionário francês de se pensar o mundo do século XX e de agir sobre ele. Não só esse universalismo não permite entender as revoluções contemporâneas, sejam elas fascistas ou comunistas, como também as camufla, em vez de esclarecê-las. No plano prático, ele desarma os homens das democracias, em vez de prepará-los para o combate. Leva-os à retórica e ao moralismo, afasta-os das realidades econômicas e militares, impede a reforma das instituições, conduz ao pacifismo: é esse, em filigrana, o balanço negativo da Frente Popular e do 'antifascismo'. Já em seu primeiro debate com a esquerda intelectual francesa, que foi seu ambiente de origem, Raymond Aron indicou com precisão a extensão de seu desacordo, ao mesmo tempo que a originalidade de sua posição crítica: na ordem intelectual, atento à novidade radical das revoluções do século XX e portador de uma 'compreensão' da História que deve mais a Weber do que à vulgata democrática revolucionária francesa; na ordem política, mais democrata do que republicano, reformador em demasia para a direita, hostil demais ao discurso antifascista para a esquerda e, para ambas, demasiado lúcido sobre a guerra que se aproxima.

## IX

# A Segunda Guerra Mundial

Das ambigüidades do antifascismo comunista, a Segunda Guerra Mundial constitui uma experiência de laboratório, pois se compõe de dois períodos ao mesmo tempo encadeados e contraditórios. De setembro de 1939 a junho de 1941, Stálin é o principal aliado de Hitler. De junho de 1941 a maio de 1945, seu inimigo mais encarniçado. Na maioria das vezes, a memória seletiva dos povos reteve do interminável conflito apenas o segundo período, autenticado pela vitória. Mas a História também deve explicar o primeiro, sob pena de ser apenas uma versão do passado oferecida pelos vencedores.

É preciso, assim, voltar ao pacto assinado por Ribbentrop e Molotov em 23 de agosto de 1939; ele inaugura o tempo da aliança entre a URSS e a Alemanha nazista. Aliança, e não apenas convenção de não-agressão, conforme a primeira apresentação que dele é feita no momento, em plena crise polonesa. Pois a parte pública do pacto é acompanhada de um protocolo secreto<sup>1</sup>, cuja existência será por longo tempo negada pelos soviéticos, porque o texto revela precisamente a amplitude do acordo territorial entre os dois parceiros, às vésperas da passagem das tropas alemãs pela fronteira polonesa. Hitler reservou-se antecipadamente a Lituânia e a Polônia ocidental, mas concedeu, como pertencendo à esfera de influência soviética, a Estônia, a Letônia, a parte da Finlândia a leste dos rios Narew, Vístula e San, a Bessarábia. A importância desses consentimentos antecipados a um crescimento da URSS indica o interesse que o ditador nazista teve pela mudança de lado de Stálin: ei-lo de mãos livres não só na Polônia, mas principalmente no Oeste.

---

1. Por isso seria melhor falar *dos* pactos germano-soviéticos, no plural, como sugere Stéphane Courtois.



De fato, ele entra na Polônia a 1º de setembro e se vê em guerra com a Inglaterra e a França no dia 3. Ainda durante duas semanas, o tempo de um avanço rápido dos blindados alemães pela planície polonesa, a idéia de uma continuação da política antifascista por outros meios é defensável e, aliás, defendida, especialmente pelo PCF<sup>1</sup>: o acordo germano-russo de 23 de agosto, o único público, é analisado como uma resposta de Stálin às tentativas dos dirigentes anglo-franceses de isolá-lo, um meio de ganhar tempo permanecendo afastado do conflito. Mesmo a entrada das tropas soviéticas na Polônia, em 17 de setembro, pode, a rigor, ser interpretada como uma mera tomada de garantias. A opinião pública não sabe que, a leste do país, os homens do NKVD, atrás do Exército Vermelho, fazem mais ou menos a mesma coisa que as seções do Esquadrão de Proteção (SS) atrás da Wehrmacht: liquidam ou deportam as elites polonesas e tudo o que pode parecer-se com adversários potenciais. Em oito dias, Stálin apoderou-se da Bielo-Rússia ocidental e das terras polono-ucranianas.

A 28 de setembro, Ribbentrop vai novamente a Moscou. Já não cabe qualquer dúvida sobre a política soviética, mesmo na ignorância dos protocolos secretos sobre as linhas de partilha da Polônia e sobre a redistribuição das populações segundo sua filiação étnica<sup>2</sup>. Pois o ministro nazista assina com Molotov um verdadeiro tratado de cooperação e de amizade, coroado pelo famoso comunicado: “O governo do Reich e o governo da União Soviética, tendo resolvido, pelo acordo hoje assinado, definitivamente, as questões que decorrem da dissolução do Estado polonês e tendo, assim, criado as bases para uma paz duradoura na Europa oriental, exprimem em comum a opinião de que corresponde aos reais interesses de todas as nações pôr fim ao estado de guerra que existe entre a Alemanha, por um lado, a França e a Inglaterra, por outro. Os dois governos

- 
1. Depois da assinatura do pacto Ribbentrop — Molotov (23 de agosto de 1939), os comunistas franceses votam, no dia 25, uma resolução de ressonâncias patrióticas (“Se Hitler, apesar de tudo, desencadear a guerra, então saiba ele que encontrará pela frente o povo da França, com os comunistas na primeira linha de combate...”) depois, em 2 de setembro, votam os créditos de guerra e respondem à ordem de mobilização. Em 19 de setembro, numa carta a Léon Blum, Marcel Cachin, em nome dos parlamentares, confirma essa orientação. Mas, simultaneamente, outros comunistas propõem uma linha política diferente, tornando as democracias responsáveis pela agressão hitleriana contra a Polônia. Finalmente, torna-se preponderante a denúncia dos “fautores de guerra imperialistas” anglo-franceses, a partir de 1º de outubro (o PC foi dissolvido no dia 26 de setembro) quando os deputados A. Ramette e F. Bonte enviam uma carta a Édouard Herriot, advertindo-o das próximas propostas de paz da parte da URSS, que invadiu a Polônia no dia 17. As únicas ‘propostas’ que são feitas são as de Hitler, em 6 de outubro; ele propõe que as democracias deponham as armas.
  2. Estava previsto que os alemães ou polono-alemães que viviam em territórios doravante soviéticos retornariam à Polônia alemã, com os ucranianos e bielo-russos da zona alemã fazendo o movimento inverso.

envidarão, portanto, esforços comuns, se for o caso, de acordo com outras potências amigas, para alcançarem o mais rápido possível esse objetivo. Se, porém, os esforços dos dois governos permanecerem sem sucesso, será então constatado o fato de que a Inglaterra e a França são responsáveis pela continuação da guerra!'. É claro, a partir daí, que Hitler fará a guerra no Oeste, com a neutralidade benevolente da União Soviética.

Aliás, a evolução da política soviética não deixa a menor dúvida. Stálin torna satélites da URSS, num piscar de olhos, os três pequenos Estados bálticos, com a bênção da Alemanha, antes de anexá-los no ano seguinte. Ainda no verão de 1939, ele quer submeter a Finlândia e inaugura um método de que se valerá constantemente daí em diante: o dia em que o Exército Vermelho ataca sem aviso prévio a fronteira finlandesa, a Rádio Moscou anuncia a criação, na pequena porção invadida do território, de um 'governo democrático' da Finlândia, dirigido por Otto Kuusinen, veterano do Komintern. A guerra não terá um desenrolar tão bom para ele quanto a de Hitler na Polônia. Mas torna totalmente evidente, e até espetacular, a vontade de Stálin em ter a sua parte nas primeiras presas de uma guerra mundial que previu há tanto tempo e que começa sob tão bons auspícios.

Esse ativismo prudente, mas deliberado, invalida a justificação que foi durante tanto tempo dada ao pacto germano-soviético de 23 de agosto: a mudança de lado de Stálin teria sido apenas a palavra final, e uma maneira de driblar as intrigas ocidentais que pretendiam empurrar Hitler para a Ucrânia, para afastá-lo do Meuse e do Reno. Não que essas intrigas não tenham existido ou que não tenham pesado na política da Inglaterra e da França. Elas tiveram sua vitória, em certo sentido, com os acordos de Munique, em setembro de 1938, embora não sejam, longe disso, a única causa deles: o pacifismo das opiniões públicas do Ocidente não cessou de pesar contra os tchecos, e na mente dos dirigentes ingleses e franceses a cegueira teve, sem dúvida, um papel maior do que o cálculo. Mas podemos compreender que, tendo ficado à parte da reunião, a despeito dos compromissos soviéticos com a Tcheco-Eslováquia, Stálin tenha considerado Munique como o esboço de uma conspiração pan-imperialista contra a URSS. A idéia ocupa um lugar eminente, desde Outubro de 1917, no repertório bolchevique. De qualquer forma, o discurso de Stálin diante do XVIII Congresso do Partido Bolchevique, a 10 de março de 1939, constituiu uma advertência às democracias ocidentais, ao mesmo tempo que uma abertura para a Alemanha. Trata-se da primeira abertura? Vimos que não<sup>2</sup>. Mas, é claro, a política das 'duas

---

1. Stéphane Courtois, *Le PCF dans la guerre*, Ramsay, 1980, cap. 2, p. 50.

2. Cf. *supra*, pp. 302-303.

questões', que com certeza nunca deixou de estar presente na mente de Stálin desde 1934, recebeu depois de Munique uma forte inflexão na direção da Alemanha. Logo Molotov vai substituir Litvinov, o homem da 'segurança coletiva', no Ministério das Relações Exteriores. A ironia da situação faz com que essa escolha pareça ser feita justamente no momento em que os conservadores ingleses perderam finalmente suas ilusões sobre Hitler, depois da invasão da Tcheco-Eslóvquia em 15 de março de 1939: a guerra entre a Alemanha e as democracias mostra-se praticamente inevitável, mesmo para eles. A posição soviética recebe daí um acréscimo de força.

Stálin teve a opção, na primavera de 1939, entre a reafirmação da política antifascista de segurança coletiva e a reviravolta das alianças. Explorou as duas vias ao mesmo tempo. Sobre a primeira, as desconfianças se acumularam. A proposta russa de um acordo militar tripartite (URSS, Inglaterra, França) abrangendo todos os países limítrofes da URSS, dos países bálticos à Romênia, passando pela Polônia, choca-se com a recusa polonesa e romena de aceitar a eventual passagem do Exército Vermelho por seus territórios, devido ao medo de ele não os evacuar nunca mais. A continuação da História deveria mostrar a legitimidade de seus temores. De fato, Stálin vai mais pela outra via, como indica a nomeação de Molotov, a 4 de maio. A negociação é ali mais fácil, na medida em que Hitler compreende com facilidade as ambições da outra parte, pois são os complementos das suas; não tem nenhuma dificuldade, por seu lado, de riscar a Estônia ou a Polônia do mapa da Europa, se esse for o preço a pagar pelo crescimento da Alemanha a Leste e para ter as mãos livres a Oeste. A questão polonesa, que dividia o campo "antifascista", une, porém, os nazistas aos comunistas.

Assim, embora seja evidente que a política de 'apaziguamento' frente a Hitler conduzida pelos conservadores ingleses e, na esteira deles, pelos dirigentes franceses, tenha desempenhado um papel na reviravolta diplomática da URSS a favor de Hitler em 1939, não é exato transformá-la na explicação essencial dessa 'reviravolta'. Em primeiro lugar, porque o próprio emprego desse termo tende a dar a entender que, entre 1934 e 1939, a política externa soviética tenha sido

- 
1. Durante as negociações entabuladas pela França e pela Inglaterra com a URSS, a partir de maio de 1939, os soviéticos subordinam a assinatura de um acordo político à de um acordo militar. Já no início das negociações (12 de agosto), os soviéticos querem que os anglo-franceses obtenham da Polônia (e da Romênia) a autorização para as tropas soviéticas atravessarem seu território. O marechal Vorochilov transforma isso num pré-requisito, que os anglo-franceses, respeitadores da soberania dos Estados, tentam contornar, propondo o prosseguimento das negociações, na espera das respostas dos governos em questão. No dia 17, os soviéticos e os alemães assinam um acordo econômico que prefigura o pacto de 23 de agosto. No mesmo dia, os poloneses recusam-se a subscrever as exigências soviéticas.

uniformemente centrada no antifascismo ideológico, o que não foi o caso. Em seguida, porque o problema polonês, principal obstáculo a um acordo militar franco-anglo-russo, não foi inventado por ocidentais maníacos pelo anti-sovietismo. A Polônia tem todas as razões para se sentir ameaçada tanto por Stálin quanto por Hitler, e a França, por exemplo, que está ligada a ela por um tratado, não está em condições de proteger sua independência, na hipótese de que tropas russas estacionem em seu território. Deviam os dirigentes anglo-franceses, para protegê-la contra Hitler, aceitar que ela fosse ocupada por Stálin? A questão merece, pelo menos, ser colocada. A política externa antifascista de segurança coletiva chocou-se com contradições ainda mais graves do que a política interna levada adiante em nome do antifascismo, como na França: esta última unia superficialmente partidos opostos sobre o essencial; aquela fingia tomar adversários como parceiros. Essa observação não diminui o valor da crítica à política de 'apaziguamento', que somou a tolice à covardia. Mas relativiza o seu alcance, na medida em que mostra os impasses da política inversa. Stálin não era homem de associar a União Soviética a uma frente antinazista por paixão ideológica, por gosto pela liberdade ou mesmo por preocupação com o equilíbrio europeu. Precisava, em primeiro lugar, proteger-se de um ataque alemão e, se possível, lavar seu país da lembrança de Brest-Litovsk. Ora, Hitler, quando chegou a hora, tinha mais a lhe oferecer sobre estes dois pontos do que Chamberlain ou Daladier.

A partilha da Polônia inscreve-se numa velha tradição germano-russa de dominação dividida na Europa oriental. Nos séculos XVIII e XIX, a parte alemã incluía ao mesmo tempo a Prússia e a Áustria, ou o Império Alemão e a Áustria-Hungria. No século XX, Hitler ocupa sozinho o papel, frente a Stálin, sucessor dos czares. O que os dois ditadores refazem juntos está ligado, também, à sua origem comum, mais recente do que as partilhas polonesas. Pois ambos têm em suas respectivas heranças a vontade de destruir a Europa de Versalhes, que fora concebida para garantir a dominação do imperialismo francês sobre o cinturão de pequenos Estados situado entre a Alemanha vencida e a Rússia de Outubro de 1917.

Estendendo a mão a Hitler, Stálin reata — se é que alguma vez a abandonou completamente — com a política externa bolchevique de antes de 1933: aliança com a extrema direita alemã, em nome da luta contra o sistema de Versalhes. A situação lhe é favorável, tanto mais que, tornando a pôr seus pés sobre essas pegadas que não são tão velhas, dá sinal verde à guerra antiimperialista entre a Alemanha, de um lado, e a Inglaterra e a França, de outro. Guerra que tudo, na época, anuncia como devendo ser longa, esgotante para os beligerantes, portanto favorável, em todos os casos, à consolidação da potência soviética e à sua expansão territorial. Já é alguma coisa apagar Brest-Litovsk com o auxílio dessa mesma Alemanha que ditara a Lênin as suas condições humilhantes!

A questão de saber se Stálin preferia Hitler às democracias ocidentais, ou inversamente, não tem, portanto, muito interesse no caso. O mais provável é que pusesse os dois tipos de regime no mesmo saco, o do Capital; sua escolha de agosto-setembro de 1939 foi-lhe sugerida por considerações circunstanciais, e não doutrinárias. Para ele, que vencera a tudo no interior da URSS, aos homens e às coisas, a situação oferecia um novo papel, graças inesperadamente ao ditador nazista: o de criador de império, com uma parte da Polônia como prêmio de incentivo. Nesse sentido, o pacto germano-soviético assinala em sua biografia a passagem a uma ambição mais vasta do que a União Soviética; ela vai preencher o resto de sua vida. Embora, no entretempo, ele tenha trocado de aliados, não existe diferença entre o Stálin de 1939, que ocupa a parte oriental da Polônia, e o Stálin de 1944, que 'liberta' a sua parte ocidental. O ano de 1944 prolonga 1939: à partilha com os nazistas se segue a dominação não-partilhada de Moscou sobre uma nação deslocada para o oeste com suas populações. O outono de 1939 revela à opinião pública que Stálin concebe a expansão do comunismo na Europa sob a forma de exportação armada do regime soviético sob o controle de seus agentes.

Se fosse necessária, aliás, mais uma prova do verdadeiro caráter do pacto germano-soviético, a encontraríamos na maneira como ele foi apresentado e justificado na terminologia marxista-leninista. É uma verdadeira bênção para o historiador a natureza ideológica do universo comunista, que o obriga a tudo explicar nesse idioma universalista estranho onde se fabrica a infalibilidade do partido e de seu chefe. Pois, com a condição de decifrar o código, dispomos a cada momento de um inestimável instrumento de interpretação, pois o ator principal, individual e coletivo, ali consignou as suas razões. Fonte capital, mas repetitiva e monótona quando o tempo é de céu azul, o jargão marxista-leninista torna-se especialmente precioso nas horas de tempestade; dir-se-ia quase que ele se anima e ganha cor nas grandes ocasiões, quando precisa voltar-se sobre si mesmo e modificar a economia interna de seus diferentes elementos. Este é o caso, eminentemente, desse outono de 1939, depois de seis anos de martelamento ideológico 'antifascista'.

O pacto germano-soviético é, de fato, em primeiríssimo lugar, o acontecimento político mais difícil de fazer enquadrar numa racionalização leninista. Ele não foi, como Brest-Litovsk, ditado por um perigo extremo; ou, como a virada de 1934-1935, imposto por um acontecimento novo (a ditadura de Hitler). Ele deve tudo às circunstâncias: a necessidade que tem Hitler de neutralizar Stálin antes de desencadear a guerra, a vantagem que encontrou Stálin numa primeira partilha da Europa oriental. E, se for preciso acrescentar às circunstâncias algumas razões mais substanciais, todo o caso de agosto-setembro de 1939 entre a Alemanha e a URSS pode ser escrito em termos de razão de Estado. Os dois

grandes ditadores ideocráticos do século finalmente se entenderam fora de suas ideologias. Hitler tem pouco a explicar, na medida em que a invocação do nacionalismo, unida ao cinismo do vencedor, basta à sua pregação. Mas Stálin não pode encobrir-se na razão de Estado sem pôr em questão a vocação mundial do comunismo. Não pode justificar seu acordo com Hitler sem atacar por trás tudo o que fizeram e pensaram os militantes comunistas através do mundo, desde o processo de Leipzig. E, no entanto, ele tem de fazer isso, uma vez que continua sendo o seu chefe, dotado de uma dupla natureza, nacional e universal. É desse exercício forçado que o historiador acaba tirando proveito.

A acolhida dada ao pacto de 23 de agosto pelos partidos comunistas tendeu inicialmente a reduzir a novidade brutal do acontecimento: reação que era mais do que natural, análoga à de qualquer pessoa que fique sabendo de uma má notícia. Os dirigentes comunistas no estrangeiro não haviam sido inteirados do que se preparava em Moscou. Eles registraram e repercutiram a advertência feita a Londres e a Paris em 10 de março por Stálin, mas nem por isso modificaram o eixo antifascista de sua propaganda e de sua ação, considerado intangível. Nos dias que se seguem a notícia do pacto, eles aprovam Stálin como o artesão de uma última manobra para evitar a guerra (o que já é acrobático), mas permanecem decididos a figurar na primeira linha dos soldados contra Hitler, se ela estourar<sup>1</sup>. Esse tipo de declaração não acalma a indignação popular contra a União Soviética que o pacto de 23 de agosto provocou; ela apresenta, pelo menos, a vantagem de tranqüilizar os militantes, garantindo um mínimo de continuidade na linha política dos partidos do Komintern. De resto, naqueles mesmos dias, os homens da Internacional, em Moscou, não pensam diferente. A 27 de agosto, numa carta cuja existência acaba de ser revelada<sup>2</sup>, os dois mais altos responsáveis, Dimitrov e Manuilski, escrevem a Stálin para lhe pedir instruções sobre a situação do PCF em Paris:

“Achamos que a posição do partido deve continuar a mesma: resistir à agressão da Alemanha fascista. Ele deve apoiar os esforços que visam ao fortalecimento do potencial defensivo da França, mas exigir que, em compensação, o partido tenha a possibilidade de exprimir abertamente sua opinião e possa desenvolver suas atividades”. Carta sem resposta imediata: naqueles últimos dias de agosto, Stálin ainda hesita sobre o sentido público que é preciso dar ao que acaba de fazer. A 31 de agosto, na quarta sessão do Soviete Supremo, Molotov ainda

- 
1. Sobre as reações do PCF ao pacto germano-soviético e a confirmação reiterada da união nacional contra Hitler durante a última semana de agosto e a primeira metade de setembro, vide S. Courtois, *op. cit.*, cap. 2.
  2. Mikhaïl Narinski, “Le Komintern et le Parti Communiste Français, 1939-1942”, *Communisme*, nº 32-34, 1993, p. 12.

fornece uma interpretação minimalista do ‘pacto’: tornado necessário pela política muniquense dos ocidentais, ele não é uma reviravolta das alianças; assinala, simplesmente, o fim da hostilidade entre a Alemanha e a URSS, no interesse dos dois países, ao mesmo tempo que sublinha o papel internacional decisivo do segundo, especialmente no que concerne à Europa oriental. Com esse inciso, Molotov pretende, sem dúvida, preparar a opinião pública para o que constava, preto no branco, do protocolo secreto.

No dia seguinte, tem início a invasão da Polônia, e a rapidez do avanço alemão, que aproxima o prazo da intervenção soviética, obriga Stálin a intervir. A 7 de setembro, recebe Dimitrov, na presença de Molotov e de Jdanov: esta é, que eu saiba, a primeira vez que ele extrai para o movimento comunista as implicações filosófico-políticas do pacto. O relatório de suas palavras, que acaba de sair dos arquivos do Komintern, é tão interessante que tenho de citá-lo longamente: “Nessa entrevista, Stálin declara que a guerra se desenvolve entre dois grupos de países capitalistas — pobres e ricos do ponto de vista das colônias, das matérias-primas etc. — pela partilha do mundo, pela dominação. Nada temos a dizer contra o fato de que lutam entre si como é devido e que se enfraqueçam mutuamente, diz Stálin. Não haveria nenhum mal em que a situação dos países capitalistas mais ricos (sobretudo da Inglaterra) fosse abalada por intermédio da Alemanha. Hitler, por seu lado, sem compreendê-lo e sem desejá-lo, enfraquece e solapa o sistema capitalista”.

Stálin declara ainda que, antes da guerra, a distinção entre fascismo e regime democrático era correta. “Durante a guerra entre potências capitalistas, ela se torna errônea. A divisão dos países capitalistas em países fascistas e países democráticos perdeu seu sentido.” Em seguida, adota uma posição claramente hostil à Polônia, tendo-a caracterizado como um Estado fascista que oprimia os ucranianos, os bielorrussos etc.

“Nas atuais condições, a supressão desse Estado significaria que passaria a haver um Estado fascista a menos. Não seria mal que a Polônia sofresse uma derrota e que, com isso, pudéssemos englobar no sistema socialista novos territórios e novas populações.

“... Quanto ao movimento comunista, Stálin propõe-se renunciar ao slogan da frente popular unificada. Os comunistas dos países capitalistas devem erguer-se energicamente contra seu próprio governo, contra a guerra...”

Quase tudo é dito, nessas instruções orais, sobre o que será a nova política comunista. Stálin revela-se aí, aliás, o patrão do Komintern, como o é da União Soviética: o senhor absoluto. Dissociar os dois papéis equivaleria a desconhecer a

---

1. Mikhaïl Narinski, artigo citado, p. 13.

natureza do universo leninista. No momento mesmo em que afirma o primado dos interesses do Estado soviético sobre todo o resto, o secretário-geral não abandona em nada as suas prerrogativas de comandar esse resto em nome do marxismo-leninismo. E o preço dessa pedagogia é alto; trata-se nada menos do que dizer e fazer o contrário do que se veio dizendo e fazendo desde 1934.

Desde 1934 ou 1935, conforme o ponto de referência escolhido, a guerra imperialista, tornada inevitável pelas rivalidades entre as potências capitalistas, não era mais inteiramente 'imperialista', como em 1914 ou como na denúncia que dela fazia o Komintern do 'terceiro período'. Pelo contrário, ela iria lançar um contra o outro um grupo de Estados fascistas, cuja ponta de lança era formada pela Alemanha de Hitler, e uma aliança de Estados democráticos, com a Inglaterra e a França à frente, que, embora capitalistas, se achavam numa posição defensiva, por conseguinte, menos agressiva. Um desses Estados, a França, concluíra, em 1935, um tratado de aliança com a URSS: o estatuto de sua política externa se via dignificado com isso. Essa fora a base filosófica da estratégia antifascista. Ora, em 7 de setembro de 1939, Stálin recusa-se a privilegiar algum dos beligerantes, igualmente imperialistas: não há mais distinção a fazer entre eles. Não se trata inteiramente de voltar à situação do 'terceiro período', pois, naquela época, as potências imperialistas ameaçavam conjuntamente a União Soviética. Em setembro de 1939, elas lutam entre si, como em 1914, com o risco de se enfraquecerem mutuamente em proveito da URSS: o que explica a boa nota dada a Hitler, que solapa o imperialismo mais rico, ou seja, a Inglaterra. Assim, reaparece nas palavras de Stálin do outono de 1939 esta idéia nunca muito longe, mesmo quando é recalçada, nas análises comunistas da Alemanha fascista em todas as épocas: que, afinal de contas, o nazismo é um aliado objetivo da revolução soviética.

Essa análise apresenta incoerências lógicas: Stálin não explica por que o campo imperialista prefere enfraquecer-se a si mesmo a combater o inimigo comum, que é também o inimigo mortal. Mas seu objetivo não é ser coerente. Ele pretende montar, com os elementos da tradição leninista, uma nova interpretação universal da situação criada pelos acordos, públicos e secretos, de 23 de agosto. O mais urgente é pôr fim à estratégia antifascista, que se tornou a marca do movimento comunista internacional, e seu princípio de prestígio: pois os partidos comunistas através do mundo continuam a reivindicá-la, ao mesmo tempo que aprovam o pacto. A curto prazo, essa situação não é sustentável, já que, vendo a rapidez do avanço alemão rumo a Varsóvia, Stálin sabe que deverá dentro em pouco dar ordem ao Exército Vermelho para percorrer a outra metade do caminho na Polônia, ao encontro pacífico dos nazistas. Como seria possível que os comunistas



franceses conclassem seus compatriotas a tomar armas contra Hitler às margens do Reno, quando seus grandes irmãos soviéticos se entendem com ele a leste do Vístula? A resposta passa pela reativação da idéia de 'guerra imperialista', que, por sua vez, faz renascer a palavra de ordem de luta contra a guerra: ao invés de combater Hitler e o fascismo, os militantes das nações 'democráticas' devem doravante tomar como alvo único sua própria burguesia, seu próprio governo.

Retorno à estratégia leninista de 1914? Aparentemente, sim, e em eco. Mas a palavra de ordem de Lênin, na época, fora transformar a guerra imperialista em guerra civil, para transformá-la em alavanca da revolução proletária. Stálin não vai e não irá até lá. Pois, agora, essa revolução tem uma pátria e, em vez de dispersar os esforços dos partidos comunistas na luta pela derrubada de suas respectivas burguesias, segundo a perspectiva de Lênin durante a Primeira Guerra Mundial, é preciso, pelo contrário, uni-los na defesa dessa pátria comum dos trabalhadores. Trata-se, pois, menos de 'derrotismo revolucionário' — a fórmula leninista não é pronunciada em 1939-1940, no contexto da virada política — do que de luta por uma paz imediata: paradoxalmente, a nova estratégia comunista volta à palavra de ordem pacifista que combatera tão violentamente nos anos anteriores e que a leva a entrar em uníssono com seus adversários de ontem<sup>1</sup>. Mas as razões profundas dessa palavra de ordem, no movimento comunista do outono de 1939, nada têm de pacifistas. Elas estão ligadas à solidariedade incondicional de todos os partidos com a União Soviética. Elas não exprimem uma revolta e sim uma submissão.

A última idéia-força que contém essa entrevista capital de Dimitrov com Stálin, a 7 de setembro, é, com efeito, a da prioridade absoluta da União Soviética no dispositivo comunista internacional. Essa idéia não é nova, uma vez que a vemos esboçar-se juntamente com o Komintern, porém, mais sob a forma de uma dominação política russa sobre o movimento do que através de uma concepção da revolução internacional. Ela ganha uma realidade suplementar com o advento de Stálin, sob a bandeira do 'socialismo num só país' e pela submissão do Komintern à vontade de um só; mas a virada antifascista de 1934-1935 camuflou, com sua universalidade, essa inclinação antifascista da ditadura stalinista. Em setembro de 1939, cai a máscara juntamente com o antifascismo, quando Stálin se vê às vésperas de absorver primeiro um terço oriental da Polônia, depois os países bálticos. Daí uma nova racionalização dos progressos do socialismo, identificados à expansão da URSS.

---

1. S. Courtois, *Le PCF dans la guerre. De Gaulle, la résistance, Staline, op. cit.*, cap. 3, pp. 100-101, notas 8 e 9.

Assim é explicitada bastante cedo, duas semanas depois do pacto de 23 de agosto, apenas alguns dias depois do início da Segunda Guerra Mundial, a nova linha política do movimento comunista. Não é apenas um mero ajuste circunstancial da luta antifascista, devido à duplicidade das democracias capitalistas, como gostariam de acreditar, mais ou menos em todo o mundo, militantes e até dirigentes dos partidos. É uma reviravolta completa da estratégia, cuja amplidão Stálin indica: a característica mais espetacular é a renúncia ao antifascismo e, mais particularmente, à prioridade concedida a combater Hitler. Com isso, Stálin reencontra certos elementos da política bolchevique anterior a 1934: a identificação da democracia burguesa com o fascismo, a denúncia da social-democracia como social-fascismo, a luta encarniçada contra a guerra imperialista. Mas a situação do outono de 1939 é inédita, pelo fato de que a guerra imperialista já não é um perigo a conjurar. Ela começou e foi a ocasião, para o Estado soviético, de se apoderar de um primeiro brinde, com a liquidação do Estado polonês feita de acordo com a Alemanha: de sorte que a palavra de ordem de luta contra a guerra imperialista, se visa preferencialmente, como no terceiro período, aos ingleses e aos franceses, leva menos à gesticulação revolucionária<sup>1</sup> dos partidos comunistas do que a um teste fundamental de sua subordinação à pátria internacional do proletariado. No isolamento ou até, como na França, na ilegalidade, esses partidos são instados a confirmar que a revolução proletária internacional tem doravante como eixo a expansão da URSS.

O conteúdo pró-alemão dessa bricolagem ideológica vai, aliás, ser confessado mais claramente na segunda metade de setembro, quando Stálin tiver verificado até que ponto Hitler respeitou seus compromissos literalmente. O caso polonês foi resolvido sem maiores incidentes e permitiu o comunicado conjunto germano-soviético de 28 de setembro. Entre o fim de setembro e meados de outubro, os três Estados bálticos são obrigados a se submeter à nova superpotência da Europa oriental, já que a Alemanha, sua 'protetora' tradicional, consentiu antecipadamente essa situação. A 31 de outubro, Molotov traça com certo triunfalismo as características e a evolução da política externa soviética, em que a nova amizade com a Alemanha ocupa um lugar de destaque, com a necessidade de trazer de volta a paz: "Se falarmos hoje das grandes potências européias, a Alemanha encontra-se na situação de um Estado que aspira a ver a cessação mais rápida da guerra à paz, ao passo que a Inglaterra e a França, que, ontem ainda,

---

1. Contudo, aqui e acolá, a adoção da nova linha definida por Stálin a 7 de setembro provocou palavras de ordem 'derrotistas revolucionárias': por exemplo, no PCF, e redigidas por André Marty, um ourives na matéria. Cf. Philippe Buton, "Le parti, la guerre et la révolution, 1939-1940" in *Communisme*, nº 32-34, 1993, p. 44.

se afirmavam contra a agressão, são favoráveis à continuação da guerra e contra a conclusão da paz. Os papéis mudam, como vocês podem ver...” E a continuação, de um cinismo inigualável: “Não poderia tratar-se, como todos compreendem, de restabelecer a antiga Polônia. Assim, é insensato continuar a guerra atual sob o pretexto de restabelecer o antigo Estado polonês”. Molotov, como sempre, repete Stálin sem disfarces. O pacto de não-agressão de 23 de agosto foi realmente o início de uma aliança.

Contudo, nada dá melhor a idéia da extraordinária disciplina, realmente única na história da humanidade, de um movimento político tão multinacional quanto o comunismo, do que a maneira como, em algumas semanas, o que Stálin dissera a Dimitrov a 7 de setembro se tornou o breviário universal do movimento. Há alguma coisa que enche a imaginação do duplo sentimento de grandeza e de pavor nessa submissão súbita de um tão amplo exército militante a uma política contrária à de ontem. Em todo o mundo, os partidos comunistas registram a diretriz do Komintern de 9 de setembro contra a guerra imperialista e a aplicam. Os comunistas americanos dedicam-se, daí em diante, a impedir que os Estados Unidos se juntem às democracias ocidentais. Os comunistas sérios e libaneses, que haviam aceitado o mandato francês desde a Frente Popular, voltam-se contra o imperialismo francês. Os comunistas malaios voltam a ser antiingleses. Os comunistas belgas defendem novamente a neutralidade de seu país. Os comunistas ingleses, energicamente belicistas no início de setembro, fazem a sua autocrítica antes do fim do mês, assim como os americanos, os belgas, os franceses etc.

Foi na Europa que esse acontecimento tão singular foi mais fortemente marcado, pois foi ali que ele encontrou as paixões mais violentas. Fora da Europa, em tantas nações colonizadas, Hitler e Stálin podiam ser vistos, sem grandes dificuldades, como ditadores associados no ódio às grandes democracias coloniais do Ocidente. A Europa, porém, era o berço do comunismo e do fascismo, o teatro de suas histórias e de suas manobras, o lugar do universo em que os dois regimes exerciam concorrentemente seu poder de fascínio. Ela acabava de viver alguns anos durante os quais eles haviam preenchido a vida política das nações democráticas com sua rivalidade e com seus insultos recíprocos, às vezes até com seu confronto sangrento, como na Espanha. O antifascismo dera um verniz ocidental ao comunismo, e o anticomunismo, um certificado de civilização ao

---

1. Citado por S. Courtois, *op. cit.*, cap. 3, p. 88. O texto integral desse discurso foi publicado em francês pelos *Cahiers du bolchevisme*, clandestinos, de janeiro de 1940. Cf. *Les cahiers du bolchevisme pendant la campagne 1939-1940, Molotov — Dimitrov — Thorez — Marty*; introdução de A. Rossi, Paris, Éd. Dominique Wapler, 1951.

nazismo. Os dois regimes monstruosos do século haviam domado a opinião democrática através de seu antagonismo. A própria guerra recebera antecipadamente a distribuição de seus papéis.

Mas eis que essa guerra começou virando de ponta-cabeça essa distribuição. Estupefatos, os povos europeus vêem a União Soviética e a Alemanha partilharem entre si a Polônia e exigirem conjuntamente da Inglaterra e da França o fim de sua 'agressão'. O anticomunismo não pode mais servir de razão aos simpatizantes fascistas, que de agora em diante só têm como desculpa o retorno incondicional à paz. Mas o antifascismo também cessa de oferecer sua garantia democrática ao comunismo. Desses dois movimentos de deslegitimação, o segundo é mais radical do que o primeiro. Pois, antes e depois dos acordos germano-soviéticos de agosto-setembro de 1939, Hitler ainda conserva em seu arsenal de propaganda a possibilidade de uma paz branca a Oeste, idéia tão cara aos pacifistas do Oeste. Ele sempre foi, desde 1933, o inimigo potencial, de sorte que, tornando-se, em 3 de setembro, o inimigo real, mas passivo, continua não desqualificando completamente os partidários de uma nova Munique.

Stálin, por seu lado, passou do papel de aliado potencial ao de inimigo declarado, embora não esteja em guerra nem com a Inglaterra nem com a França. Sua mudança de lado provoca a indignação de todas as famílias políticas da democracia ocidental. Todos os anticomunistas, evidentemente, que só precisam escutar seu coração. A direita patriótica, pois Stálin ajuda Hitler. Os pacifistas, porque ele abriu o caminho para a guerra. A esquerda antifascista, amargurada por ter sido enganada e despojada de suas convicções unitárias e de suas recordações. Não é preciso levantar aqui a hipótese de uma conjuração do Capital para explicar o descrédito em que caiu o comunismo, como idéia e como Estado, nos dias e nas semanas posteriores ao 23 de agosto de 1939; basta ler os textos do Komintern e os discursos de Molotov! Nada na história do movimento pode ser comparado a essa liquidação de influência. Deus sabe, porém, até que ponto essa história passou por períodos difíceis, a aridez sectária do 'terceiro período', o fracasso do Partido Comunista Alemão, os processos de Moscou: mas nada nunca atingiu sua legitimidade na opinião pública européia como o acordo de Stálin com Hitler.

Também nesse caso, o melhor observatório do fenômeno é, provavelmente, a França, cujas paixões políticas se nutriram no entre-guerras nos pontos de encontro e de conflito entre a democracia, o comunismo e o fascismo. Existe no país, antes de agosto-setembro de 1939, um Partido Comunista forte, orgulhoso de ter sido o 'inventor' da Frente Popular, antes de ser o seu principal beneficiário em termos de votos e de influência. A Assembléia que resultou da vitória eleitoral da esquerda em 1936 continua na ativa, embora a união dos partidos de esquerda tenha se desfeito. Ela tem dificuldades para reencontrar uma fórmula

estável de governo de centro, sob o comando dos radicais. Se a mediocridade da vida pública contrasta com o relevo das paixões ideológicas, é porque estas últimas se nutrem menos de dentro do que de fora, vestindo com roupas demasiado grandes as brigas domésticas; como se a vida nacional, sem energia interna, tivesse de ir buscar forças além das fronteiras. Através do antifascismo, o comunismo constitui a referência forte da esquerda; através do anticomunismo, o fascismo forma o “campo magnético” das ideologias de direita; enquanto isso, a manutenção da paz é o pensamento comum do país.

As paixões políticas francesas de antes da guerra, intensas como o exige a tradição nacional, têm por isso um caráter emprestado. Elas vivem por procuração da situação internacional e dos monstros que a animam. Daí que o pacto germano-soviético as esvazie de sua substância, atacando-as por trás. O antifascismo já não está em Moscou. O anticomunismo já não está em Berlim. Stálin e Hitler são conjuntamente responsáveis pela guerra. O encadeamento das três proposições mostra a sua origem: a reviravolta de Stálin. Se a guerra que começou é uma guerra imperialista, como a de 1914, então “Mourir pour Dantzig?” (“Morrer por Dantzig?”) não é apenas uma pergunta levantada por Marcel Déat<sup>2</sup> e sim uma recusa de combate do proletariado internacional, pronunciada por seus representantes qualificados. A proclamação da mentira do antifascismo feita pelo Komintern tira de muitos franceses, antes particularmente ativos contra o nazismo, suas razões de lutar contra Hitler. E, por seu lado, a França de Munique proíbe o Partido Comunista em nome de uma guerra que ela também fez tudo para evitar, abandonando até mesmo os seus compromissos internacionais. Ela age como se setembro de 1939 recomeçasse agosto de 1914: mas, de uma guerra simplesmente nacional, de uma guerra como a anterior, ela recusou de antemão os sacrifícios, para os quais, aliás, já não dispõe dos recursos, nem materiais nem morais. E, de uma guerra antifascista, não resta mais sequer a idéia, desde que Stálin deu a mão a Hitler.

No caso francês vemos com maior clareza até que ponto o comunismo dessa época, na Europa, em todas as suas variantes, do militante ao simpatizante, se arraigara no antifascismo. O Partido Comunista Francês entrara na vida política francesa, em 1920, com a promessa feita a Lênin de acabar com os erros ‘oportunistas’ de seus antecessores socialistas, qualquer que fosse a família a que tivessem pertencido: era esse o sentido das condições impostas pela Internacional à entrada dos impetrantes. Condições impostas a todos, já que todos ou quase todos eram culpados pelo esboroamento de 1914, mas cuja aplicação Lênin conside-

---

1. Cf. *supra*, p. 275.

2. Título de um célebre artigo de Marcel Déat em seu jornal, *L'Oeuvre*, de 4 de maio de 1939.

rava especialmente necessária na França: o comunismo devia romper absolutamente com a tradição democrática burguesa, com a retórica republicana, com o parlamentarismo; prever um setor de atividades clandestinas; abandonar seus chefes pequeno-burgueses, advogados e professores, em troca de operários animados pelo ódio de classe; sublinhar tudo o que doravante os separasse de todos os outros partidos, inclusive socialistas, sobretudo socialistas. Assim, o jovem Partido Comunista passara seu tempo na cultura trabalhista e no extremismo revolucionário, cujo apogeu fora o 'terceiro período'.

O antifascismo pôs um fim nessa estreiteza, sem suprimir suas conquistas: deu um maior espaço à pedagogia comunista, sem nada deixar prescrever dos privilégios que adquirira em terra operária. Isso porque ele constitui, como vimos, uma estratégia e uma pregação de fundo duplo. Sob seu aspecto mais evidente, ele associa o comunismo à democracia, num combate contra seu inimigo comum, Hitler. Revalorizando a filiação democrática do comunismo através da Revolução Francesa, ele lhe devolve ao mesmo tempo um conteúdo universal e nacional. Hitler quer a um só tempo destruir os valores de 1789 e pôr a França de joelhos. Depois da Frente Popular, os comunistas propuseram uma frente dos franceses<sup>1</sup>. Mas o antifascismo deles não implica uma renúncia à vocação revolucionária do 'partido da classe operária'. Pelo contrário, ele os estabelece na linha de frente de uma batalha onde encontraram aliados, mas de que contam ser, por fim, os únicos beneficiários: a liquidação do fascismo só tem como verdadeiro fim, a seu ver, o fim do capitalismo, ou seja, a vitória do proletariado. Assim, essa perspectiva dá uma dignidade a mais a todos os seus esforços para acabar com o exílio operário dentro do país. Na linha de frente do antifascismo, o proletariado revolucionário transformou seu combate de classe na oportunidade da liberdade e na salvaguarda do interesse nacional.

Recordações militantes de ontem, gloriosas como batalhas vencidas, permitem que o historiador avalie melhor ainda o acontecimento brutal e imprevisto.

---

1. Em janeiro de 1936, M. Thorez lança a palavra de ordem de "União da nação francesa", estendendo a mão aos católicos e aos militantes Cruz de Fogo. A 25 de agosto de 1936, durante um *meeting* no velódromo Buffalo, preconiza uma Frente Francesa em favor do respeito às leis sociais, a luta antifascista no plano interno pela união dos trabalhadores e dos republicanos ao redor da Frente Popular, uma verdadeira política de paz que inclua a ajuda à Espanha republicana. Depois, em outubro de 1937, o PCF defende a palavra de ordem de "A França para os franceses". (Cf. Philippe Robrieux, *Maurice Thorez. Vie secrète et vie publique*, Fayard, 1975, p. 216.) Após a assinatura dos acordos de Munique (29-30 de setembro de 1938), Thorez, perante o Comitê Central reunido em 21 de novembro, reitera a palavra de ordem de "União da nação francesa" e, simultaneamente, convida à formação de uma "Frente dos franceses", sempre entendida como uma ampliação da Frente Popular, aliás moribunda. Mas, durante a votação sobre os acordos de Munique, o PC é o único partido que vota contra a sua ratificação.

Este foi para a opinião democrática a reviravolta soviética de agosto, agravada pela interpretação imposta aos partidos do Komintern em setembro. De fato, o PCF é acuado em algumas semanas a uma política antinacional, que o deixa sem defensores diante das medidas repressivas do governo<sup>1</sup>. Perde todo apoio de opinião, o essencial de seus militantes, muitos de seus eleitos: os próprios sucessos obtidos no período anterior, em nome do antifascismo, agravam sua queda e facilitam a sua quase-liquidação, pois ninguém o reconhece mais numa identidade que se tornou contrária à anterior. A situação apresenta-se como uma espécie de agosto de 1914 invertido. Em agosto de 1914, o Partido Socialista renegara seus compromissos pacifistas para juntar-se ao governo do país em guerra. Em setembro de 1939, o Partido Comunista renega sua ação patriótica para ser posto no índice da nação em guerra.

Só compreendem suas razões aqueles que conhecem a verdadeira natureza do movimento, o primado do internacional sobre o nacional e, no internacional, o princípio primeiro da solidariedade incondicional à União Soviética. Daí que se a opinião pública rejeita a ‘traição’ comunista, se os militantes abandonam os partidos do Komintern, a estrutura do movimento, por seu lado, agüenta firme, como podemos ver na França e em outros países. Não que ele tenha sido prevenido ou mantido a par do que se tramava; ele só dispunha da literatura de Moscou para se preparar para isso, o que não era o bastante. Quando chega a hora, seus quadros ficam ao mesmo tempo estupefatos e obedientes, avaliando o que a situação traz de trágico às suas vidas e ao mundo, sem, porém, recuarem diante do preço a pagar, pois, para eles, aquele é o preço da revolução. Inicialmente, eles justificaram o pacto de 23 de agosto; e depois vêm o fim do antifascismo, a partilha da Polônia, a aliança aberta Stálin — Hitler, os discurs-

---

1. Sabe-se que o Partido Comunista Francês justificou, numa primeira fase, o pacto germano-soviético de 23 de agosto, embora reiterando suas profissões de fé anti-hitlerianas. A 2 de setembro, os deputados comunistas votaram os créditos militares. No dia 6, os mobilizáveis reuniram-se às suas unidades, com Maurice Thorez à frente. Posto a par, em meados de setembro, das novas diretrizes do Komintern sobre o caráter ‘imperialista’ da guerra em curso, o partido realiza a reviravolta que lhe é imposta no final de setembro, quando é proibido pelo governo (26 de setembro). Essa reviravolta será o objeto de inúmeros textos entre outubro e dezembro, e de uma autocrítica da direção em janeiro de 1940. Esse período da história do PCF foi objeto de muitos trabalhos; eis aqui os que me foram mais úteis: A. Rossi, *Les communistes français pendant la drôle de guerre 1939-1940*, Paris, 1951, reed. Albatros, 1972, e *Les cahiers du bolchevisme pendant la campagne 1939-1940*, introdução de A. Rossi, Paris, Ed. Dominique Wapler, 1951; S. Courtois, *Le PCF dans la guerre, op. cit.*; J.-P. Azema, A. Prost, J.-P. Rioux (orgs.) *Le Parti Communiste Français des années sombres (1938-1941)*, Paris, Le Seuil, 1986, e *Les communistes français de Munich à Châteaubriant (1938-1941)*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1987; Ph. Buton, “Le parti, la guerre et la révolution, 1939-1940” in *Communisme*, n<sup>o</sup> 32-34, 1993.

sos de Molotov; tudo isso coroado por sua autocrítica, uma vez que não haviam imediatamente entendido tudo, já em agosto!

Tudo se passou no outono de 1939 como se o aparelho do Komintern tivesse estado à altura das regras estabelecidas por Lênin para todo movimento revolucionário. O desmoronamento de sua influência política, a destruição de muitas de suas organizações, a confusão dos militantes não abalaram a fé e a disciplina dos quadros. Nesse nível de responsabilidade, os dissidentes foram pouco numerosos, logo marginalizados ou rapidamente liquidados, sem jamais disporem de uma massa, de um espaço ou de uma liberdade suficientes para lançarem as bases de uma organização rival. Essa prova revela que Stálin foi, nessa área, bom discípulo de Lênin: seu Komintern, tanto em Moscou quanto nos 'países de missão', constitui realmente esse núcleo duro de militantes incondicionalmente fiéis, aos quais pode tudo pedir, inclusive que se reneguem, em nome da revolução mundial. É um grupo pequeno — uma aristocracia, se preferirem —, porém mais numeroso, mais internacional e, contudo, mais homogêneo e mais submisso ainda do que no tempo de Lênin: resultado do terror ou consequência do tempo? Os dois fatores pesam na mesma direção. Eles fornecem ao segundo bolchevismo, juntos, os contrafortes duradouros da paixão revolucionária, que são a segurança de uma crença e a atração da força.

De cúmplice involuntário do comunismo, a guerra mundial tornou-se, assim, antes do meio do século, a arma deliberada de seu desenvolvimento. A Primeira levava-o ao poder. A Segunda, mal começada, cancela o preço com que a Rússia pagara seu nascimento; ela traz de volta à União Soviética populações e territórios que havia sido obrigada a abandonar em Brest-Litovsk, acrescentando-lhes, até, uma parte da Polônia. Lênin já esboçara, em 1920, durante a ofensiva do Exército Vermelho rumo a Varsóvia, a concepção militar dos progressos do socialismo. Stálin a retoma em 1939-1940, em seu estilo próprio, ainda mais elementar. Enquanto a Gestapo instala seu regime policial no oeste da Polônia, ele realiza a depuração política de sua zona. Hitler agrupa e manda assassinar não só as vastas minorias judias, como também dezenas de milhares de poloneses, em nome do racismo anti-semita e antieslavo; ele, por seu lado, deporta e mata em nome do socialismo.

O massacre de Katyn, que data dessa época, é típico do método. Já em setembro de 1939, comandos do NKVD seqüestraram, com um cuidado particular, na Polônia oriental, tudo o que o setor podia ter em matéria de quadros presentes ou futuros da resistência nacional: os oficiais da ativa e da reserva, ou



seja, cerca de 15 mil homens, metade sob o uniforme, outra metade composta por professores, jornalistas, advogados, médicos e padres. Eles foram divididos em três campos de concentração soviéticos, Ostachkov, Kozielsk e Starobielsk. Todos os de Kozielsk — um pouco menos de cinco mil homens — foram assassinados em abril de 1940, na floresta de Katyn, com uma bala na nuca<sup>1</sup>. Ninguém nunca soube nada dos dez mil outros infelizes, cujas ossadas jazem, sem dúvida, em algum lugar na terra russa ou bielo-russa. A sorte de um polonês, se pertencesse mais ou menos à elite de seu país, foi, na época, ser deportado ao acaso do Gulag, na Sibéria ou na Ásia central: centenas de milhares deles reapareceram em 1941, a pedido do governo polonês, quando Stálin foi obrigado a mudar de lado.

No entanto, o ano que vai de setembro de 1939 ao verão de 1940 é dedicado por ele a agregar novos territórios à União Soviética; a liquidar esse cinturão

1. As autoridades nazistas na Polônia ocupada revelaram o massacre de Katyn no início de abril de 1943, tão logo os corpos foram descobertos; o horrendo acontecimento tornou-se um motivo central da propaganda anti-soviética até o final da guerra. Três comissões de inquérito, uma internacional (organizada por iniciativa do Dr. Conti, chefe do serviço de saúde alemão), uma polonesa (convocada pelas autoridades nazistas na Polônia, mas que, sob a cobertura da Cruz Vermelha polonesa, informava a resistência) e, por fim, uma especificamente alemã, examinaram separadamente o local do massacre na primavera e chegaram às mesmas conclusões: as vítimas haviam sido mortas três anos antes, em abril ou maio de 1940, data que excluía a culpabilidade nazista. Um inquérito soviético organizado pelo NKVD, em janeiro de 1944, chegou à conclusão inversa.

Previamente à descoberta do massacre e a essas conclusões, o governo polonês de Londres, no momento em que procura reconstituir um Exército, em julho de 1941, com os cidadãos poloneses que se encontram na URSS, constatou que não tem notícias de 15 mil oficiais que não respondem à chamada. Entre 1941 e 1943, os soviéticos dão respostas evasivas às interrogações polonesas. Stálin sugere, a 14 de novembro de 1941, diante do embaixador polonês, que os oficiais sumidos “com certeza fugiram para o estrangeiro”. A revelação do massacre de Katyn em abril de 1943 põe fim de maneira sinistra às incertezas polonesas, pelo menos no que se refere a 5 mil desses oficiais. Ela agrava o litígio entre a Polônia e a União Soviética.

No processo de Nuremberg, o procurador soviético Rudenko procurou inscrever Katyn na lista dos crimes alemães, sem conseguir, apesar do cuidado que teve o tribunal de afastar as testemunhas polonesas sobreviventes do Exército de Anders, de Berling ou da resistência interna. A acusação sobre Katyn foi retirada do veredito dado a 30 de setembro de 1946.

Em 1948, foi publicado, com um prefácio do general Anders, um Livro Branco polonês sobre o massacre de Katyn, retomando todas as peças da acusação contra a URSS. Esse livro pode ser encontrado em inglês: *The crime of Katyn. Facts and documents*, Londres, Polish Cultural Foundation, 1965.

No dia 14 de outubro de 1992, o presidente Iéltsin tornou público o texto da decisão da Secretaria Política do Partido Comunista Soviético, assinado por Stálin em 5 de março de 1940, que ordenava o fuzilamento de cerca de 26 mil poloneses internados na URSS depois da agressão soviética contra a Polônia, em setembro de 1939. Cf. *Le Monde*, 16 de outubro de 1992.

Sobre todo o caso de Katyn: Alexandra Kwiatkowska-Viatteau, *Katyn, l'armée polonaise assassinée*, Éd. Complexe, *Collection La Mémoire du Siècle*, 1982.

de Estados pró-ocidentais que os vencedores de Versalhes quiseram estabelecer como garantia de segurança no Leste da Alemanha e no Oeste da URSS e que se tornam, pelo contrário, zonas de influência alemã ou russa. Depois de seu meio fracasso finlandês do inverno de 1939-1940<sup>1</sup>, Stálin se apressa, na primavera, em aplicar as outras disposições do protocolo secreto de agosto de 1939, tanto mais que os nazistas aumentam sua força e seu prestígio pela ocupação da Dinamarca, pela invasão da Noruega e, sobretudo, pelo esmagamento da França, em junho. No mesmo mês, sob pretexto de uma 'atividade anti-soviética' nos países bálticos, já subjugados desde o outono anterior, manda suas tropas entrarem ali e os anexa em julho-agosto, sob a forma de três novas Repúblicas Soviéticas<sup>2</sup>. Ao mesmo tempo, faz com que lhe devolvam a Bessarábia, de que a Romênia se havia apoderado em 1918; e que lhe dêem de brinde a Bukovina do Norte, que jamais pertencera ao Império Russo e não constava do protocolo secreto do ano anterior, o que provoca irritação nos alemães, muito atentos a tudo o que se passa tão perto de suas fontes de abastecimento de petróleo.

Até então, as relações entre os dois Estados totalitários foram marcadas por uma grande cordialidade aparente, inseparável de um cinismo compartilhado. Stálin chegou até ao ponto de mandar de volta à Alemanha nazista várias cente-

1. Diante da resistência dos finlandeses a seu *ultimatum*, Stálin teve de atacar a Finlândia no final de novembro de 1939. Seu plano, que trai a formação de um governo fantoche, comportava a formação de uma República carelo-fínica, onde a Finlândia seria unida à Carélia soviética. A guerra foi difícil e mortífera para o Exército Vermelho, em razão da resistência dura e hábil do Exército finlandês sobre a linha Mannerheim. A Finlândia obteve, em março de 1940, uma paz que limitava as perdas com cessões de territórios, mas salvando sua independência. A agressão de Stálin contra a Finlândia provocou um fortíssimo anti-sovietismo no Ocidente. A URSS foi expulsa da SDN em dezembro de 1939 — última salvação da 'segurança coletiva' numa época já finda.
2. Jean Cathala, diretor do Instituto Francês de Tallin (Estônia) desde 1929, narrou a entrada das tropas soviéticas em Tallin, em junho de 1940, e a integração daqueles países à URSS, no verão, depois de eleições fraudadas em julho. Ele se refere a uma batida gigantesca em junho (cerca de um milhão de prisões) feita pelo NKVD nos três países bálticos. Cf. Jean Cathala, *Sans fleur ni fusil*, Albin Michel, 1981. Sobre a tomada de controle por parte da URSS, escreve o autor: "A sovietação constitui... um fenômeno de que se deve voltar bastante na História para encontrar um equivalente. Pois não se trata apenas de mudança ou de perda de soberania. É uma incorporação a um outro universo: a um mundo de instituições, de práticas e de maneiras de pensar que deve ser aceito em bloco, porque o espiritual e o temporal, a doutrina e o Estado, o regime e os métodos de governo, a pátria e o partido no poder nele se confundem". (pp. 79-80.) Um pouco mais adiante: "Não estou mais tão seguro, hoje, de que a comparação com os SS seja exata: eles não teriam tido tanto êxito. O que faltou ao fascismo foi o espaço geográfico que exige um sistema concentracionário em grande escala, um poder estruturado em que sociedade civil, regime político, economia e repressão se recobrem totalmente, e sobretudo a ancoragem num estado dos espíritos e dos costumes vindo do fundo dos tempos. O nacional-socialismo só pôde preencher esse hiato através da atrocidade". (p. 97.)

nas de antifascistas alemães e austríacos, muitos dos quais, antigos comunistas, ou já eram suspeitos aos seus olhos, ou já estavam cativos no arquipélago do Gulag. Margarete Buber-Neumann, viúva do antigo dirigente do Partido Comunista Alemão, contou depois da guerra essa odisséia lúgubre, de um campo a outro, e a passagem da ponte da estrada de ferro de Brest-Litovsk, fronteira dos dois impérios, onde ela foi entregue por um oficial do NKVD a um oficial SS<sup>1</sup>. Na área econômica e comercial, as relações são excelentes, objetos de vários acordos. Os dois países ajudam-se mutuamente em matéria de indústria militar. No plano político, seus interesses são convergentes. Uma vez resolvida a questão polonesa, Hitler quer ficar com as mãos livres a Oeste, e Stálin quer permanecer fora do conflito, enquanto aumenta os territórios do 'socialismo num só país'. Os dois ditadores tornaram-se vizinhos a Leste, numa extensão bastante longa, sem mudarem as razões que os decidiram a se aliar.

Mas a derrota esmagadora da França modifica o equilíbrio da Europa. Stálin, como muitos de seus contemporâneos, inclinara-se a prever a duração da Segunda Guerra imperialista com base na da Primeira. Seu interesse o leva a isso: quanto mais longa for a guerra, mais favorável será a sua posição, já que os beligerantes se esgotarão enquanto a URSS se empenhará em ficar cada vez mais forte, quer para intervir diretamente, quer para dissuadir os burgueses europeus de se oporem à revolução comunista. Uma Alemanha poderosa demais, e que domine a Europa, não convém a seus cálculos. Em todo caso, ela obriga seu parceiro de agosto de 1939 a jogar cada vez mais fechado. Por seu lado, Hitler pôs a França de joelhos, mas não a Inglaterra, que se recusa a ceder. Ora, ele sempre pensou, desde *Minha luta*, que devia terminar a Oeste antes de atacar a Rússia. Daí suas hesitações do verão de 1940. Já em julho, ele pensa ao mesmo tempo no desembarque na Inglaterra e na invasão da Rússia, como Napoleão em 1805<sup>2</sup>. Mas Keitel o dissuade de lançar-se na segunda ação já no outono, por falta de tempo necessário para prepará-la; e, quanto à primeira, ela fracassa em meados de setembro, quando a aviação alemã se mostra incapaz de conquistar o controle do céu inglês. Hitler permanece, pois, encrencado com seus dois projetos. O desembarque inglês é logo abandonado, na falta de meios técnicos. Mas a invasão da Rússia é apenas adiada. As ações soviéticas do verão na Romênia tornam-na ainda mais provável. Sem poder derrotar a URSS na Inglaterra, Hitler derrotará a Inglaterra na URSS. Matará dois coelhos com uma cajadada: sub-

- 
1. Margarete Buber-Neumann, *Under two dictators*, trad. de Fitzgerald (org.), Nova York; *Déportée en Sibérie*, Le Seuil, 1949 (reed. 1986); *Déportée à Ravenbrück*, *id.*, 1988. A cena da ponte de Brest-Litovsk encontra-se em *Déportée en Sibérie*, p. 213.
  2. Analogia registrada por Alan Bullock, *Hitler, a study in tyranny*, Penguin Books, 1990 (1ª ed., Odhams, 1952), p. 597, nota 1.

meter os eslavos à vontade nazista e privar a Inglaterra de seu último aliado potencial na Europa<sup>1</sup>. Familiarizado com a história européia, ele comete, no entanto, o mesmo erro que Napoleão em 1812, abrindo ele próprio as portas para a catástrofe final.

A decisão de atacar a URSS em 1941 já é quase certa no verão, pois o estado-maior trabalha no projeto. Ela é formalmente tomada no dia 18 de dezembro de 1940. A operação 'Barbarossa' é programada para o mês de maio. Ela constitui a lógica secreta da política alemã de oito a dez meses antes de ocorrer. Mas, se a decisão de Hitler mostra-se sem mistério, tirando suas razões do programa de *Minha luta* e da dinâmica de potência coroada pela vitória na França, o que Stálin acreditou ou quis fazer é muito mais obscuro. Sob as boas maneiras que os dois aliados se prodigam, ele sabe que está numa situação difícil: já se foram os tempos em que lhe bastava pegar os territórios deixados às costas do exército nazista, inteiramente voltado para o Oeste, e vender sua aliança em troca dessas gordas gorjetas ganhas sem esforço. Hitler é o senhor de um imenso espaço europeu; reencontrou sua liberdade a Leste. Oferece sua garantia à Romênia, serve de árbitro entre a Hungria e a Romênia sobre a Transilvânia, manifesta-se junto aos finlandeses. Stálin joga fechado, sem sair do quadro dos acordos de 1939. Envia a Berlim, em 12 de novembro, seu melhor notário, Molotov, para defender o respeito aos textos, ou seja, às zonas de influência. A idéia de Ribbentrop, promotor do encontro, é incitar a URSS a se juntar aos sócios do pacto tripartite (Alemanha, Itália, Japão) recentemente assinado, para interessá-lo num desmonte do Império Inglês na Ásia. Mas, frente a frente com o próprio Hitler, Molotov mostra já os recursos de teimosia cínica que o tornarão famoso. As longas falas spenglerianas do Führer sobre a política mundial não abalam suas evocações do que foi acertado — no caso, os acordos secretos germano-russos sobre a Europa oriental. Stálin exprimirá claramente, alguns dias mais tarde, seu interesse pela idéia de uma partilha do mundo em quatro (com um privilégio soviético no Irã do Norte, Iraque e Turquia oriental); mas nada pôde ser acertado acerca do desentendimento sobre a Finlândia ou sobre os Bálcãs.

No momento em que Hitler fixa a data de Barbarossa, Stálin tem, portanto, razões de estar desconfiado, e o comportamento de Molotov em Berlim mostra que efetivamente ele o está, já em novembro de 1940. Será que deixou, porém, de jogar uma cartada? Terá recommençado, depois de ter embolsado os lucros de uma política, a esboçar o seu contrário? Os textos do Komintern da época são, como sempre, os documentos mais reveladores da política comunista. Ora, as diretrizes dadas por

---

1. Hitler julga também que a destruição da URSS fortalecerá o poder do Japão no Extremo Oriente, o que terá como efeito fixar naquela região do mundo a apreensão americana e afastar os EUA de uma solidariedade com a Inglaterra na Europa. Cf. *General Halder's diary*, na data de 31 de julho de 1940, citado por A. Bullock, *Hitler and Staline*, op. cit., p. 682.

Moscou ao Partido Comunista Francês atestam uma inflexão já no verão de 1940. Na França abatida, ocupada pelos nazistas, os comunistas inicialmente entabularam negociações com as autoridades alemãs para fazerem reaparecer sua imprensa e organizar as massas contra Vichy e a burguesia, sob a tolerância do ocupante: estratégia conforme à linha de setembro de 1939, mas cujo risco é mostra-se, nas circunstâncias novas do triunfo alemão, favorável demais aos nazistas. Daí uma correção, pedida pela Internacional, no sentido de uma menor complacência para com os ocupantes. O texto de Moscou, a que foram dados os últimos retoques em 5 de agosto, não é ferozmente antinazista, mas proíbe qualquer manifestação de colaboração<sup>1</sup>. Condena sem citá-las as diligências efetuadas junto a Abetz para fazer o jornal *L'Humanité* ser republicado, e recomenda que a atividade indispensável do partido, legal — pois a hipótese é considerada — e ilegal, se desenvolva independentemente dos alemães, sem chegar a preconizar uma resistência ativa contra eles. Prioridade ao combate social, denúncia da política burguesa de Vichy, desconfiança hostil frente aos ocupantes. Todo o inverno de 1940-1941 transcorrerá nessa ambigüidade, de que o próprio Stálin participou, uma vez que foi consultado sobre o documento de 5 de agosto. No fundo, o tom quase não terá mudado no final do ano, quando dirá a Dimitrov, depois da visita de Molotov a Berlim: “Nossas relações com os alemães são externamente polidas, mas existem sérios atritos entre nós”<sup>2</sup>.

Se era esse o caso no final de 1940, torna-se difícil entender por que Stálin não previu a reviravolta de Hitler contra ele em junho de 1941, por que não deu crédito a todos os que lhe anunciavam e por que o ataque alemão de 22 de junho de 1941 caiu como um raio sobre um Exército Vermelho tão mal preparado para enfrentá-lo. Deus sabe que não faltaram as advertências da parte dos acontecimentos e dos homens. O avanço de Hitler nos Bálcãs foi coroado pela subjugação da Bulgária, pela conquista da Iugoslávia e da Grécia em abril. Sobre a própria fronteira germano-russa, em 1941, multiplicaram-se os vôos sobre o território soviético feitos por aviões alemães. As concentrações de blindados não escaparam à observação dos serviços soviéticos. De Tóquio, no início do ano, o agente de informações Sorge anunciou a Stálin a decisão de Hitler de atacar a URSS; Churchill, na busca desesperada de um aliado, faz com que a mesma informação seja transmitida por seu embaixador em Moscou, em abril; o governo

---

1. Sobre esse episódio e o texto do documento destinado ao PCF, ratificado pelo Secretariado do Comitê Executivo do Komintern em 5 de agosto, vide M. Narinski, artigo citado em *Communism*, nº 32-34, 1993, p. 22.

Ver também, no mesmo número, artigo de S. Courtois: “Um été 1940. Les négociations entre le PCF et l’occupant allemand à la lumière des archives de l’Internationale Communiste”, p. 85-110.

2. M. Narinski, artigo citado, p. 25.

americano fez a mesma coisa em março. Ora, Stálin desdenhou todos esses elementos. Não acredita em nenhuma dessas advertências. Nos meses antecedentes ao 22 de junho de 1941, ele parece, pelo contrário, ter um cuidado extremo em não levá-los em conta, como se tivesse medo de despertar a hostilidade alemã. As entregas de matéria-prima e de bens alimentares soviéticos à Alemanha intensificaram-se desde janeiro<sup>1</sup>, e Hitler faz questão da reciprocidade, para enganar seu pessoal. Quando, a 13 de abril, o ministro japonês das Relações Exteriores, Matsuoka, deixa Moscou depois de ter assinado um tratado de não-agressão, Stálin faz uma aparição inesperada na estação para cumprimentá-lo. Pede para apertar a mão do embaixador alemão, a quem declara: “Nós devemos permanecer amigos e o senhor deve fazer tudo para isso”. A frase soa um pouco como a conjuração de um destino, dez semanas antes de Barbarossa! Mas pode também ser um disfarce... Pouco depois, no início de maio, o secretário-geral do partido substitui Molotov como chefe do governo soviético: novo problema de interpretação, já que essa ‘promoção’ deliberada, embora provavelmente respondida à previsão dos grandes acontecimentos e prenuncie um face a face com Hitler, não indica a natureza desse face a face, pacífico ou belicoso...

A melhor prova, e, na verdade, a única, de que Stálin não acreditou na iminência de uma ataque alemão, a despeito das informações e das advertências, é o despreparo do Exército Vermelho diante do assalto de 22 de junho de 1941, a lentidão da reação militar soviética e o comportamento estranho do próprio Stálin: quem anuncia a invasão pelo rádio é Molotov, ao meio-dia de 22 de junho, enquanto ele se refugia, prostrado, em sua *datcha* de Kuntsevo e só torna a aparecer em 3 de julho, para falar ao país. Todos esses são fatos que, contados por Khrushchov em seu famoso relatório do XX Congresso do PCUS, em 1956, são então interpretados à luz da imperícia de seu antecessor e do isolamento patológico em que se trancou. Menos severos sobre as capacidades de Stálin, os historiadores, de um modo mais geral, incriminaram sua desconfiança para com tudo e todos: segundo a maior parte deles, o secretário-geral acreditou numa campanha de intoxicação organizada para fazê-lo desentender-se com Hitler e, portanto, desdenhou até o fim avisos em que farejava provocações. Mas esse tipo de explicação não se encaixa bem com a degradação (relativa) das relações russo-alemãs desde o verão de 1940; ele não permite compreender porque Stálin confiava mais, em 1941, na palavra de Hitler do que na de Churchill.

Um livro recente, escrito por um oficial da Diretoria de Inteligência do Exército (GRU) que bandeou para o Ocidente, Victor Suvorov<sup>2</sup>, propôs uma

---

1. Um novo tratado de comércio germano-russo foi assinado em janeiro de 1941.

2. Victor Suvorov, *Le brise-glace*, Olivier Orban, 1989, trad. do russo de Madeleine e Wladimir Berelovitch.

nova chave para o mistério. Com base em fontes soviéticas, principalmente militares, o autor procura demonstrar que Stálin, no momento em que se desencadeia o ataque alemão, está justamente preparando a operação inversa: a invasão dos territórios alemães pelo Exército Vermelho<sup>1</sup>. Sua tese esteia-se principalmente num estudo dos preparativos militares soviéticos consecutivos à ocupação da Polônia oriental, em setembro de 1939: Suvorov descreve um Stálin obstinado em destruir o dispositivo defensivo construído por volta de 1930 ao longo das antigas fronteiras orientais da URSS, substituindo-as por uma estratégia do 'todo ofensivo', com base em estradas carroçáveis e em tanques leves e numerosos. O pacto de 23 de agosto de 1939 teria sido apenas uma etapa dessa política, visando a utilizar Hitler como um quebra-gelos que abre caminho para a revolução mundial: unificando a Europa sob a bota do fascismo, para melhor oferecê-la como presa ao Exército Vermelho. Assim, o ditador nazista teria frustrado o ditador vermelho, antecipando-se a ele em algumas semanas ou alguns meses; ter-se-ia, com isso, beneficiado da inexistência de um sistema de defesa soviético. Nem tudo é absurdo nessa tese<sup>2</sup>, cujo autor reencontra a velha obsessão comunista do fascismo como 'estágio supremo' do capitalismo, ou seja, instrumento de sua liquidação. Contudo, não é fácil imaginar um Stálin suficientemente realista para querer atacar Hitler no auge da potência, quer seja em 1941 ou 1942. A idéia de que, com o pacto de 1939, tivesse ganho não só territórios e poder, mas também tempo, era-lhe, sem dúvida, mais natural.

Nesse caso, é verdade, não existe até hoje uma explicação convincente de sua espécie de confiança na persistência da aliança com Hitler e de seu pânico nos dias que se seguiram ao 22 de junho de 1941. Talvez a descubramos um dia, nos papéis soviéticos. Mas uma coisa, pelo menos, é certa: a grande ruptura ocorrida a 22 de junho de 1941 no curso da Segunda Guerra Mundial, e que acabaria conferindo-lhe seu sentido na opinião pública, deve tudo a Hitler e nada a Stálin. Vistas do lado alemão, com efeito, suas razões são tão claras quanto são obscuras ou ambíguas as do lado soviético. Embora seja um erro político capital, a invasão da URSS foi deliberadamente desejada e organizada na execução de um programa exposto cerca de 20 anos antes em *Minha luta*. A ocupação do território entre o Vístula e o Ural em nome do espaço vital alemão constitui um dos objetivos originais e fundamentais do nazismo. A única surpresa que comporta a agressão de junho de 1941 é ser realizada antes que Hitler tivesse podido fazer

---

1. Essa é, aliás, uma das 'justificativas' que Hitler proporá para legitimar o calendário da operação Barbarossa.

2. *Communisme*, nº 35-37, 1994, correspondência de René L'Hermitte à revista, pp. 287-290.

a Inglaterra capitular; o resto é apenas a aplicação de uma ideologia, somada à subestimação das forças do adversário. De sorte que, marchando para o Ural sob o signo do fascismo, a Wehrmacht também conferirá seu sentido universal à guerra: o antifascismo. Com isso, o comunismo recupera a bandeira que havia traído, sem nem mesmo precisar querê-lo. Hitler cuidou de tudo.

Em certo sentido, a guerra contra o fascismo começou não em 22 de junho de 1941 e sim a 3 de setembro de 1939, quando a Inglaterra e a França declararam guerra à Alemanha de Hitler, que invadiu a Polônia dois dias antes. Pois o conflito tem já nessa época um caráter ideológico. O ódio às plutocracias ocidentais, o rebaixamento de uma França decadente, uma nova partilha, pelo menos parcial, do Império Inglês, são temas de destaque de *Minha luta*, assim como o espaço vital alemão por conquistar aos eslavos. A guerra inscreve-se, evidentemente, no programa e no calendário nazistas, como o confronto entre as democracias e seu inimigo, a que se somará a Itália mussoliniana.

Contudo, muitos outros elementos entram na maneira como ela é percebida. A guerra de 1914, presente ainda em todas as memórias, estende seu véu de lembranças até 1939, dando ao recomeço do conflito franco-alemão o caráter de uma interminável querela entre nações, mais do que o sentido novo de uma batalha de idéias. De resto, os governos ocidentais que declaram guerra à Alemanha a 3 de setembro são dirigidos pelos mesmos homens que assinaram, no ano anterior, os acordos de Munique. Eles fazem pela Polônia o que não fizeram pela Tcheco-Eslováquia, mas a *drôle de guerre*\* mostra que nem todos eles perderam a esperança de um novo compromisso com Hitler, uma vez derrotada a Polônia<sup>1</sup>. Para além mesmo de seus cálculos, a opinião pública, especialmente na França, aceitou a guerra mais como uma fatalidade nacional do que como uma missão ideológica: vimos até que ponto mesmo a esquerda antifascista francesa recusava, antes de 1939, a idéia de uma cruzada antifascista<sup>2</sup>. Na época, só os comunistas a pregavam; mas a reviravolta de 23 de agosto de 1939 transformou também a eles — sobretudo a eles — em combatentes da paz de compromisso, contra a ‘guerra imperialista’: o termo ‘antifascista’, ou ‘antnazista’, desaparece com-

---

\* *Drôle de guerre* é o nome pelo qual ficou conhecido na França o período que separa a declaração de guerra, em setembro de 1939, e o início da invasão alemã (maio de 1940). A expressão poderia ser traduzida por ‘estranha guerra’, no sentido de uma estranheza um pouco ridícula, tendendo a indicar que aquela não teria sido uma guerra de verdade (N. do T.).

1. Sobre essa permanência do pacifismo francês depois do 3 de setembro de 1939 e a inclinação anti-soviética desse pacifismo durante a *drôle de guerre*, vide a obra recente de Jean-Louis Crémieux-Brilhac, *Les Français de l'An 40*, 2 vols., Gallimard, 1990. Cf. t. 1, *La guerre oui ou non?* cap. 2.
2. Cf. *supra*, p. 265.



pletamente de sua literatura<sup>1</sup>. Assim, todos os soldados das democracias, direita ou esquerda conjuntamente, que partiram para combater os exércitos de Hitler em setembro, puseram a mochila nas costas mais para defenderem a nação do que para derrotarem o fascismo.

De fato, a vitória de Hitler contra a França nada tem de especificamente fascista: nem em seu curso, nem sequer em seus objetivos. Seu curso só tem de novo, afora a rapidez, o emprego privilegiado dos blindados e da aviação: os combates foram conformes às leis da guerra. Quanto aos objetivos, Hitler se viu em luta contra a França por causa da Polônia; mantém frente ao 'inimigo hereditário' queixas mais tradicionais do que ideológicas: quer ser o vingador de Rethondes, retomar a Alsácia-Lorena, submeter o velho país demasiado 'civilizado' ao Reich renascente. Além disso, o desejo de que a Inglaterra venha a Canossa impede-o de tudo negar à França vencida: pois condições de armistício muito duras poderiam levar os franceses a continuar a guerra de Casablanca ou de Argel, reforçando, assim, a determinação inglesa. Apesar de Mussolini, a África do Norte e a frota continuarão, assim, nas mãos do governo de Vichy. A França conserva um Estado em dois quintos de seu território; nos três quintos ocupados pelo vencedor, os soldados alemães recebem a ordem de ter um comportamento digno.

Até 1941, a guerra elegeu um só país da Europa como vítima do Terror nazista, entregue a uma operação sistemática de destruição: a Polônia, em sua parte ocidental. Mas ninguém ou quase ninguém o soube ou quis saber; ninguém o disse ou o disse alto o bastante para revelar o caráter quase selvagem do que estava começando ali. Aliás, os bolcheviques agiam de maneira comparável na parte oriental, o que não ajudava a singularizar o comportamento nazista. Pelo contrário, a invasão da Rússia por Hitler reúne todas as condições de uma pregação antifascista renovada: ela traz de volta o regime de Stálin ao campo da democracia, ao lado da Inglaterra e, amanhã, dos Estados Unidos, ao mesmo tempo que transforma o território soviético no teatro privilegiado da barbárie nazista.

Que contraste, com efeito, oferecem as diretrizes de Hitler à Wehrmacht sobre a conduta a adotar na Rússia conquistada, em comparação com as instruções dadas em 1940 no que diz respeito ao Oeste da Europa! Isso porque, na França, Hitler não tem a intenção de instalar o grande Reich milenar, que estará, pelo contrário, em casa nas vastas planícies a leste do Vístula. Basta ler suas 'conversas à mesa'<sup>2</sup> (as

- 
1. Mesmo a partir do verão de 1940, quando essa literatura se torna se não francamente antialemã, pelo menos voltada para a reconquista da independência nacional, só se trata de unir-se contra o estrangeiro ou o ocupante. Antes de junho de 1941, não se fala de nazismo, de fascismo ou, inversamente, de democracia. Cf. M. Narinski, artigo citado em *Communisme*, n° 32-34, 1993, p. 26.
  2. *Hitler's table talk, 1941-1944, op. cit.*

primeiras datam, justamente, do verão de 1941) para compreender até que ponto a futura colonização agrícola germânica no que ele chama de “deserto russo” ocupa sua imaginação: utopia produtivista que tem sua origem no desprezo absoluto pelos eslavos, de um racismo tão radical que legitima qualquer violência, mortandade ou fome, contra esses novos “peles vermelhas”. De fato, as diretrizes que ele dá às suas tropas de invasão — por exemplo, matar todos os comissários políticos que caíam prisioneiros — exorbitam de tal forma o direito comum de guerra que ele não ousa confiar toda a sua execução aos oficiais da Wehrmacht. Algumas delas — as mais criminosas — são confiadas a Himmler e aos SS, sob o controle direto do Führer. Em sua ‘diretriz especial’ de 13 de março, Hitler justifica ao mesmo tempo o caráter total da guerra contra a URSS e essa atribuição especial às tropas SS de ‘certas tarefas’ pela oposição radical dos dois sistemas políticos<sup>2</sup>. Assim, ele próprio confere à ferocidade da batalha uma razão e um alcance ideológicos. Em 30 de março, perante 250 oficiais, ele faz do assassinio do inimigo um dever militar, nacional e político: “Lutar contra o veneno da desintegração. Os chefes devem ter consciência do que está em jogo. Nessa luta, eles devem ser os guias... Os comissários e o pessoal da GPU são todos criminosos e devem ser tratados como tais... Os combates serão muito diferentes do que foram no Oeste. A Leste, a dureza será uma garantia de magnanimidade no futuro. Os chefes devem ser fortes o suficiente para controlarem seus escrúpulos<sup>3</sup>”.

Por trás dessas exortações a reduzir os eslavos à servidão e a liquidar os quadros comunistas, existe uma terceira categoria de inimigos do Reich de que Hitler fala menos abertamente, nesse período, embora sempre os tenha considerado seus piores adversários: os judeus. Sem dúvida, eles são implicitamente designados sob a expressão “veneno da desagregação”; sem dúvida, eles abundam, segundo Hitler, entre os comissários políticos<sup>4</sup> a serem liquidados. Quanto ao fato de que o Führer, falando a seus soldados, não os coloque na primeira linha do inimigo, vejo

- 
1. *Hitler's table talk, op. cit.*, pp. 68-69, 17 de outubro de 1941.
  2. Alan Bullock, *Hitler et Staline. Vies parallèles, op. cit.* (livro III, cap. 11, p. 641 — diretriz especial de 13 de março de 1941 acerca da guerra contra a URSS).
  3. Relatório do general Halder, chefe do estado-maior geral do Exército, citado por Joachim Fest, *Hitler*, t. II, Paris, Gallimard, 1973, livro VII, cap. 2, pp. 329-330 (ed. alemã, Verlag Ullstein GmbH, 1973).
  4. Embora Hitler, em outros momentos, tenha podido dar crédito a Stálin de ter liquidado o domínio judeu sobre o bolchevismo. Cf. Hermann Rauschning, *La révolution du nihilisme*, Gallimard, 1980, p. 328: “Na primavera de 1937, antes da execução de certos chefes do Exército russo, vários jornais alemães de província consagraram artigos aos acontecimentos da Rússia. Segundo eles, o Estado bolchevista tendia para um novo nacionalismo. Insistia-se sobre a depuração que afastava do governo os judeus e os doutrinários da revolução. Analisava-se extensamente o anti-semitismo de Stálin e ressaltava-se a idéia autoritária de um novo czarismo e a teoria de um novo nacionalismo”.

várias razões para essa nova reserva. Os judeus não têm nem território nacional nem exército: esses milhões de homens sem defesa e dispersos pelas cidades do Leste nada têm que os constitua como inimigos, conforme a tradição militar. Sua perseguição, no sentido etimológico do termo, não constitui, para a honra do soldado, um objetivo glorioso como uma vitória sobre o Exército Vermelho ou a liquidação da URSS. Aliás, essa perseguição já vai alta desde setembro de 1939, na ex-Polônia ocupada pelas tropas alemãs. Levada adiante pelos SS e pela Gestapo — pois o exército regular mostra pouca inclinação a participar —, ela leva a uma grande deportação para o leste e a uma ‘reguetização’ forçada das comunidades judias<sup>1</sup>: única solução encontrada para a necessidade de expulsar os judeus não só da Alemanha, da Áustria e da Boêmia, mas dos territórios poloneses diretamente incorporados ao Reich. Daí uma trágica concentração judaica na zona do Governo Geral<sup>2</sup>, onde também se encontram dezenas de milhares de poloneses expulsos da parte ocidental de sua pátria, agora alemã. O governador-geral Frank não se cansa de protestar contra essa superpopulação de indesejáveis que precisa administrar, uma vez que ele não passa de uma roda administrativa na engrenagem de violência que os empurra para o seu ingrato principado, em companhia dos infelizes ciganos. Mas essa é ainda a época — 1940 — em que os chefes nazistas planejam uma expulsão definitiva dos judeus europeus para fora da Europa — para Madagascar, por exemplo. A formação de guetos e o registro burocrático da população judia — de um milhão e meio a dois milhões de indivíduos, já — podem, amanhã, facilitar a sua emigração forçada.

A idéia do refúgio africano está morta quando Hitler medita sua campanha da Rússia e prepara seus oficiais para o que espera deles, no final do inverno e no início da primavera de 1941. Não pode, pois, ignorar que, ao marchar para o leste, seu exército vai reencontrar, multiplicada por três ou quatro, a questão dos judeus. Os judeus ucranianos, os judeus bielo-russos, os judeus russos, as maiores concentrações demográficas do judaísmo europeu, juntamente com os judeus poloneses. E se a política do gueto não é mais o prefácio a uma expulsão geral da Europa, aonde pode ela levar, a não ser a desacelerar o avanço dos soldados, condenados a essa tarefa suplementar de agrupamento e controle? É por isso que o massacre dos judeus está incluído entre essas ‘tarefas especiais’ que Hitler confia a tropas não menos especiais, encarregadas de limpar dos inimigos jurados do Reich o terreno conquistado pelo Exército. Já em 3 de março, depois de uma reunião

---

1. Cf. Raul Hilberg, *La destruction des juifs d'Europe*, Fayard, 1988 (*The destruction of the european jews*. Nova York, Holmes and Meier, 1985), cap. 6, pp. 138-235.

2. O Governo Geral, no leste dos territórios poloneses ‘incorporados’, formava um triângulo cujo vértice se situava ao redor de Varsóvia e cuja base ia do sul de Cracóvia ao sul de Lvov.

de trabalho entre Hitler e o general Jodl, a missão especial dessa segunda onda de invasores, que acontece nos calcanhares das tropas de primeira linha e é formada por uma elite criminoso, por inversão das virtudes militares, essa missão foi definida nos seguintes termos: “Extirpar a *intelligentsia* judeu-bolchevique, de preferência no próprio teatro de operações!”<sup>1</sup>. Lítotes abstrata, destinada a atenuar o horror do que prescreve e que diz muito bem, no entanto, o que quer dizer. Está terminada a perspectiva da emigração. Acabaram-se os tempos do controle e dos agrupamentos; começaram os tempos das matanças. A constituição dos quatro *einsatzgruppen* (forças operacionais de intervenção), unidades especiais encarregadas da liquidação dos judeus nas retaguardas imediatas da linha de combate, anuncia as execuções em massa do verão e do outono de 1941.

Limitando-nos, assim, apenas à área das intenções alemãs, o 22 de junho de 1941 assinala uma ruptura no caráter da guerra, que assume um aspecto exterminador, em nome de uma ideologia racial. Sem dúvida, essa característica já estava presente, em 1939-1940, na deportação para o Leste, por parte dos nazistas, dos poloneses e dos judeus poloneses. Mas, por um lado, a perseguição, por mais atroz que já tivesse sido, não tinha o massacre como finalidade confessa; por outro, o essencial da guerra se passara no Oeste da Europa, onde a vitória de Hitler assumira um aspecto mais tradicional. A guerra nazista, no sentido pleno do termo, só revela sua verdadeira natureza com as instruções de Hitler na primavera de 1941. Ela não é mais essa espécie de fatalidade que leva periodicamente as nações a se combaterem e que submete seus cidadãos soldados a intermináveis sofrimentos, mas também lhes oferece um teatro glorioso onde ilustrar seu patriotismo. Inscrita numa ideologia mais vasta do que a nação, produzida por uma ambição deliberada de dominação universal, combatendo um adversário mais genérico do que o soldado ou o país em frente, perseguindo a vitória com uma ferocidade tanto maior quanto mais abstrato é seu conteúdo, a guerra nazista, presente na vontade de Hitler antes mesmo de ter ocorrido, será tragicamente fiel às intenções de seu promotor, uma vez que o povo alemão agirá como se as tornasse suas. Crime coletivo tão vasto e perpetrado com tanta minúcia, por tantos indivíduos, que conservou para o espírito uma parte de seu mistério.

A União Soviética vai ser o primeiro teatro dessa guerra nazista, seu alvo mais visível e seu adversário mais heróico. O país de Stálin foi detestado na

---

1. J. Fest, *Hitler*, *op. cit.*, t. VII, cap. 2, p. 329. Vide também R. Hilbert, *op. cit.*, cap. VII, p. 243. G. Fleming, *Hitler et la Solution Finale*, prefácio de A. Grosser, posfácio de S. Friedlander, Paris, Julliard, 1988, cap. 3, p. 65 (ed. alemã, *Hitler und die Endlösung*, 1982; ed. inglesa, *Hitler and the Final Solution*, 1985).

Ver também Christopher R. Browning, *Ordinary men*, Harper Collins, 1992 (*Des hommes ordinaires*, prefácio de Pierre Vidal-Naquet, Les Belles Lettres, 1994).

Europa, a partir de agosto de 1939, por mais ou menos todo o mundo: tanto por seus velhos inimigos quanto por seus velhos amigos, os primeiros confirmados em seus sentimentos, os segundos traídos em suas esperanças. Ele teve sua parte nas atrocidades antipolonesas e não precisou de nenhum cúmplice, na segunda metade de 1940, para subjugar os países bálticos, através de execuções e de deportações maciças. Mas eis que a invasão de 22 de junho de 1941 transforma o carrasco em vítima. De um dia para o outro, a União Soviética se encontra no campo da Inglaterra, portanto do lado das democracias, e logo receberia favores dos Estados Unidos. Ao cabo de alguns meses, a dimensão dos recursos empregados por Hitler, a selvageria da ofensiva nazista, o encarniçamento da resistência russa fazem da União Soviética o mártir e a chance da liberdade na Europa.

Basta ver a atitude de Churchill. O velho líder, durante tanto tempo isolado entre os conservadores ingleses por sua desconfiança para com Hitler, é também um veterano do anti-sovietismo. Sua hostilidade ao comunismo é tão antiga quanto o regime soviético. Na primavera de 1941, porém, sofreu derrota atrás de derrota: no Oriente Próximo, na Grécia, em Creta. Está numa situação difícil demais para ser meticuloso na escolha do aliado, quando se apresenta algum. Advertido por seus serviços dos preparativos alemães no Leste, previne Stálin, que não acredita nele. Mas, já no anúncio do ataque, em 22 de junho, proclama sua solidariedade ao governo que detesta, já que se tornou o inimigo dos nazistas. Seus conselheiros militares tendem a pensar, como Hitler, que a União Soviética cairá de joelhos depois de algumas semanas; seu gênio, porém, logo percebeu a virada decisiva de uma guerra em que a Inglaterra já está só há quase dois anos. Em 12 de julho, em pleno desastre do Exército Vermelho, o governo inglês assina em Moscou, com o governo soviético, um acordo que os une até o fim da guerra: ninguém aceitará assinar uma paz em separado com a Alemanha. A 2 de agosto, os Estados Unidos se comprometem a ajudar a URSS militar e economicamente. Em outubro, acordo tripartite anglo-americano-soviético no mesmo sentido. A União Soviética tornou-se a aliada ou a amiga das duas maiores democracias liberais do universo, antes mesmo que a mais poderosa delas entre em guerra. Quando o contra-ataque do Exército Vermelho diante de Moscou, a 6 de dezembro, assinala a primeira freada militar imposta ao poderio nazista, como poderiam as opiniões públicas deixar de esquecer-se do Stálin aliado de Hitler?

Contudo, aquilo foi ontem. Essa mesma fronteira que os blindados alemães atravessaram no dia 22 de junho de 1941 para se lançarem em massa rumo ao leste, Stálin a conquistara em setembro de 1939, com a cumplicidade de Hitler, sobre o cadáver da Polônia. E agora tem como aliado, pela força das coisas, o governo polonês emigrado, que se refugiara em Londres! É que as guerras em geral e, mais do que todas, essa guerra, a mais universal da História, simplificam

ao extremo as opções. Elas também submetem o passado ao presente. Só conhecem dois lados, sob as bandeiras dos quais vêm pôr-se em ordem de combate não só os combatentes e as paixões, mas também as idéias e até as recordações. No caso da guerra germano-russa de 1941, o caráter gigantesco do confronto — os milhões de homens, a mobilização da força mecânica, o rigor do clima — leva esse efeito a um grau extremo. E a entrada em guerra dos Estados Unidos e do Japão, a 8 de dezembro, no momento crucial do primeiro contra-ataque russo, dá o último toque à batalha de Moscou, cujos objetivos ela universaliza.

Stálin não é o último a compreender o alcance da guerra sobre a política soviética e sobre a sua ditadura em particular. Quando ela estoura sem que ele tivesse desejado acreditar nos que a haviam anunciado, ele já é, à sua maneira despótica e cruel, o homem do poderio russo. Ele fez a doutrina do 'socialismo num só país', os planos quinquenais, a industrialização forçada, a modernização do armamento. Embora tenha matado mais russos do que qualquer um dos inimigos da Rússia e liquidado, em especial, boa parte dos quadros do Exército Vermelho durante o Grande Terror, ele foi em 1939-1940 o homem da expansão territorial e seguiu os passos dos czares, em nome do 'socialismo'. Quando se dirige, no dia 3 de julho de 1941, a seus 'irmãos e irmãs' para traçar um primeiro programa de resistência ao inimigo, seu discurso está repleto de apelos ao patriotismo: ele sabe melhor do que ninguém que o povo, contanto que tenha a força de se erguer, marchará contra o invasor, para defender o chão da pátria e não os *kolkhozes* ou o Politburo.

Hitler traz a sua contribuição a esse ímpeto nacional. Ali mesmo onde, como em muitos *kolkhozes* ucranianos, suas tropas são acolhidas com flores, pois os camponeses contam com o fim da coletivização dos campos, o comportamento dos soldados, obedecendo às instruções, logo desencoraja essa confraternização sem objetivo: as metas de guerra nazistas são realmente destruir o Estado soviético em todos os territórios conquistados, mas com a única intenção de transformar as populações locais em mão-de-obra gratuita a serviço da Alemanha. Quando se forma, a 30 de junho de 1941, uma organização nacionalista ucraniana desejosa de fundar em Lvov um Estado separado de Moscou, a Wehrmacht prende seus iniciadores e seus partidários<sup>1</sup>. Ela nunca tentará apoiar seriamente, da parte das Repúblicas Soviéticas, uma política de secessão, que não teria, de qualquer forma, nenhum futuro, pelas concepções racistas de que a invasão é apenas a aplicação. Guerra ideológica, a guerra nazista na Rússia paga o preço da ideologia.

Com isso, o período é também o único, em toda a história da União Soviética, em que o poder totalitário encontra uma espécie de assentimento profundo,

---

1. M. Heller, A. Nekrich, *op. cit.*, cap. 8, p. 335.

embora limitado, no patriotismo do povo. Embora seja inteiramente responsável pela bagunça militar e pelas sucessivas derrotas que marcam os primeiros meses da invasão, esse poder também destruiu antecipadamente todos os recursos em que a população em desgraça poderia ter pensado. Homens, instituições, igrejas, tradições, nada mais existe que lhe possa ser contraposto. Quanto mais visível é a sua imprevidência, mais ele é todo-poderoso, pois é do fundo da derrota que ele tira o que tem de nacional. Se faz algumas concessões no que se refere à Igreja, para transformá-la num instrumento melhor da pregação patriótica, nada tira das prerrogativas do NKVD. Robert Conquest<sup>1</sup> conta que, durante o recuo dos exércitos soviéticos, Stálin não consegue fazer seus milhares de prisioneiros evacuarem rápido o suficiente e decide mandar fuzilá-los, de preferência a deixá-los como testemunhas de acusação nas mãos dos alemães.

A leste da linha de combate, nas profundezas do país, a indústria de massa do trabalho forçado recebe da guerra um acréscimo de necessidade. O Gulag vai crescer nos anos vindouros, graças a populações inteiras deportadas, sob a suspeita doentia de traição, como os alemães do Volga ou os *kalmuks* ou os tchetchenos. É bem verdade que Stálin dele retira, também, alguns oficiais de que precisa, como o general Rokossowski, e que forma com deportados um certo número de regimentos de *zeks*. Nada revela melhor o caráter sinistro desse patriotismo da servidão e o estranho sentimento de alívio coletivo criado por uma guerra atroz do que estas linhas postas por Pasternak na boca de seus heróis: “Aqueles que entravam como voluntários nos regimentos penitenciários eram soltos, se sobrevivessem a esses combates intermináveis. Depois disso, ataques que não acabavam mais, quilômetros de arames farpados eletrificados, minas, morteiros, meses e meses numa tempestade de fogo. Não é por nada que nos chamavam de condenados à morte — a morte nos esperitava a todos. Como é que sobrevivi? Como consegui sobreviver? No entanto, é preciso lembrar que todo esse inferno de sangue era um paraíso comparado com os horrores do campo de concentração. A dureza das condições não conta. Não, é outra coisa... Os forçados como você não foram os únicos a respirarem livremente, a plenos pulmões, de repente. Todos, sem exceção, na retaguarda como na linha de frente, sentiram uma real felicidade ao se jogarem doidamente no cadinho da luta terrível, mortal e salutar...” Fazer a guerra aos invasores nazistas, nas condições particularmente horrendas a que se submeteram os regimentos penitenciários, eis aí o privilégio disputado por inúmeros *zeks*, através do Gulag. Pois a guerra pelo menos confere um sentido ao presente; e com isso, quem sabe, restabeleça talvez um futuro.

---

1. R. Conquest, *op. cit.*, epílogo, p. 458.

2. Boris Pasternak, *Le Docteur Jivago (O Doutor Jivago)*, Gallimard, 1958, p. 602.

A opinião democrática internacional, por seu lado, não tem a prudência desse 'talvez', tão tragicamente adquirida pelos cidadãos soviéticos. Por definição, ela não tem a experiência da vida na URSS. O mundo comunista permanece-lhe mais estrangeiro do que nunca. Mas a comunidade de combate reveste-o de uma fraternidade nova, que nunca foi tão geral. Fraternidade menos abstrata do que a da ideologia e, no entanto, longínqua, na medida em que os povos do Oeste, conquistados ou combatentes, não concebem a horrorosa novidade da guerra no Leste. Tendem a imaginá-la nos moldes do precedente de 1914, terrível o bastante, a seu ver, para não poder ser superada no registro do horror. Não se dão conta do caráter absolutamente inumano que o nazismo, pela primeira vez, confere à guerra da época democrática. Contudo, seus cidadãos começam a desenrolar em suas cozinhas geladas os mapas da imensa URSS, para neles traçarem as linhas da frente de combate e acompanharem a resistência e os progressos do Exército Vermelho.

Indiferentes ao extermínio dos judeus, eles o são por muitas razões, em que entram em doses variáveis o anti-semitismo, a ignorância do que se passa, a incapacidade de imaginar o espírito sistemático e o gênio do mal associados numa operação tão diabólica. E além disso, os judeus são milhões de infelizes, dispersos pela superfície da Europa, cuja sorte não pesa no resultado da guerra. Por trás da União Soviética, em compensação, os povos do Oeste vêem um outro povo, os russos, que combate heroicamente o invasor em seu território e, com isso, enfraquece a Alemanha nazista através da Europa. Sobre os mapas, que vão ganhando, à medida que os comunicados se sucedem, um estranho ar de familiaridade, nomes de cidade que eles desconheciam ontem, Stalingrado, Kursk, Orel, Vitebsk, Minsk, tornam-se símbolos de um país que luta pela liberdade. A batalha contra a Alemanha nazista reinscreve a pátria de Outubro de 1917 na vanguarda da humanidade.

Essa reinscrição realiza-se, em primeiro lugar, através da nação em armas contra Hitler; mas vale, também, como uma confirmação do universalismo revolucionário. Com o pacto de agosto de 1939, a União Soviética parecera trair sua missão. No entanto, a guerra de junho de 1941 transforma esse aparente abandono num parêntese tático — interpretação retrospectiva facilitada pelo caráter secreto das partilhas territoriais previstas entre Stálin e Hitler. Os sacrifícios inauditos consentidos pelo Exército Vermelho na batalha contra a Alemanha tornam inconcebível uma aliança, ainda que breve, entre nazismo e comunismo. Aliás, para esquecer ontem basta lembrar anteontem. A guerra reata com a grande época, tão recente, em que os comunistas estavam na primeira linha do combate contra Hitler: ei-los mais do que nunca ali, de armas na mão, como na Espanha, mas em outra escala. O antifascismo europeu reencontra seu esteio político através da censura do que se passou entre a queda de Madri e a invasão



alemã da Rússia. Graças a esse arranjo, ele ganha nova força na situação, uma vez que se engrandece até as dimensões do patriotismo e da luta contra o ocupante. Um dos efeitos desse recalçamento coletivo é o de dar crédito ao mito de um Stálin e de um Komintern capazes de decifrar o movimento da História.

Na realidade, Stálin tira proveito de seu maior erro. Ele acreditou enganar a todos com o pacto de 1939 e deixar os beligerantes se exaurirem em proveito da URSS. Foi enganado por Hitler e esteve a dois passos de sua perda. Mas, antes mesmo de ser salvo pelo apego do povo à sua terra, ele reconstrói a linguagem de sua ditadura sob o modelo do antifascismo, posto de lado em 1939. O termo, desaparecido da linguagem soviética depois do 23 de agosto de 1939, faz sua volta triunfal depois de junho de 1941, associado ao de patriotismo. Todos os partidos comunistas europeus reapoderam-se dele como um só homem, contentes de obedecer, desta vez, a uma reviravolta que os rejuvenesce, devolvendo-lhes os meios de fazer uma política democrática e nacional. Pouco importa que essa reviravolta tenha sido, afinal de contas, tornada inevitável por Hitler e não livremente decidida por Stálin: velha conhecida dos marxistas, essa astúcia da razão, que se serve de Hitler em proveito do que ele combate.

Existem, porém, nessa segunda versão do antifascismo comunista, se o considerarmos do ponto de vista de Moscou, contradições tão profundas que a política soviética poderá calá-las, esconjurá-las, proibi-las, encarcerá-las, mas nunca resolvê-las. Todas remetem à mesma causa. A guerra finalmente transformou a URSS, ao lado das democracias anglo-saxônicas, no recurso da liberdade: a dos indivíduos e a das nações. Ela, porém, se mostra incapaz de mudar a natureza do regime. Tudo se passa, pelo contrário, como se o novo papel e a nova imagem da URSS constituíssem apenas meios suplementares postos a serviço de um déspota e de um regime inalterados.

A guerra moderna é um tudo ou nada. Tende a conferir um poder total aos governos que a fazem, a menos que eles sejam desonrados pela derrota. Stálin escapa a essa regra tantas vezes enunciada desde 1918, uma vez que conquistou um domínio absoluto sobre a URSS, sem ter precisado envolver seu país num conflito externo. Bastou-lhe evocar continuamente a iminência da guerra, as conspirações imperialistas, as intrigas 'hitlerro-trotskistas'. Mas eis que em junho de 1941 essas advertências repetidas parecem receber uma confirmação; e a História oferece a Stálin, além disso, a boa sorte de atravessar uma real situação de salvação pública, seguida de um reerguimento militar diante de Moscou e, no inverno seguinte, de uma formidável vitória na cidade que traz seu nome. A partir daí, a guerra é a aliada mais preciosa de seu poder absoluto. Aliás, ela convém melhor do que a paz à organização estatal da economia. Ela permite gozar de uma ajuda americana maciça. Legitima as relações primitivas de autoridade

e dá um quadro racional à submissão incondicional do povo e à idolatria do chefe. Semideus já antes da guerra, Stálin ganhou a outra metade de sua divindade em Stalingrado.

Assim, o ímpeto de patriotismo que empurrou tantos soldados do Exército Vermelho contra o invasor não achou a liberdade no lugar de encontro do combate contra Hitler. Ele salvou o território nacional, mas forjando-lhe novas cores. Destruíu o Führer nazista, mas deificou o Guia de Moscou. “Dos dois fezozes inimigos”, escreve Soljenitsin, “nosso povo escolheu aquele que falava a sua língua”. A frase implica demasiadamente a possibilidade mesma de uma escolha, se levamos em conta o desprezo e as violências de que os povos russo e ucraniano se viram cumulados pelos invasores. Ela é, porém, interessante por mostrar o que está escondido no equívoco nacional que envolve a guerra da União Soviética contra a Alemanha. Com ela, Stálin consegue um novo contrato de dominação totalitária, pois a vitória dá ao comunismo um mínimo de assentimento do sentimento nacional. Pelo contrário, os melhores dentre os que combateram tão corajosamente contra Hitler viram na imensa batalha uma oportunidade de renascimento civil, uma oportunidade e uma esperança de liberdade. Vencedores da guerra, serão por isso mesmo os seus maiores derrotados, eternizando em seu próprio país o tipo de poder que destruíram em Berlim.

Assim, a guerra germano-russa, ao mesmo tempo que constitui uma ruptura na linha política do Kremlin, oculta a continuidade de um regime totalitário, melhor do que nunca camuflado pelo antifascismo. Podemos verificá-lo igualmente no caso da política externa soviética, fiel a si mesma antes e depois do 22 de junho de 1941. Aparentemente, tudo mudou. Em 1939-1940, a União Soviética anexou, graças à cumplicidade alemã, um pedaço da Bielo-Rússia, os três países bálticos, um terço da Polônia, a borda oriental da Finlândia, a Bessarábia, a Bulkovina do Norte. Pouco importa, aqui, que alguns desses territórios sejam recuperações de antigas possessões do Império Russo. Pois essas anexações se realizaram à moda hitleriana, ou seja, em termos de superioridade das grandes potências sobre as pequenas. Depois do 22 de junho de 1941, pelo contrário, a União Soviética se torna naturalmente, uma vez que está em guerra contra Hitler, a campeã das pequenas nações contra os abusos das grandes. A Alemanha nazista pretende ocupar e explorar em proveito próprio toda a Europa eslava, em nome da superioridade ariana. A URSS, em compensação, transforma-se na campeã da igualdade e da independência de todas as nações, consequência natural do antifascismo. Pela geografia e pela história, ela tem uma vocação especial para

---

1. Alexandre Soljenitsin, *L'erreux de l'Occident*, Grasset, 1980, trad. francesa do russo de Nikita Struve, Geneviève e José Johannet, p. 84.

aplicar esse programa na Europa eslava, justamente ali onde Hitler esmagou a idéia nacional em proveito da idéia racista.

A independência nacional reconquistada é, portanto, inseparável da guerra antifascista. A palavra de ordem mobiliza não só os exércitos que combatem contra a Wehrmacht, mas também os combatentes clandestinos dos movimentos de resistência na Europa ocupada. Stálin inscreveu-a nos seus objetivos de guerra e nos textos do movimento comunista internacional. Para chamar mais atenção sobre ele, chegará a dissolver o Komintern, a 15 de maio de 1943: existe prova mais espetacular de que, de agora em diante, mesmo os diferentes partidos comunistas nacionais estão emancipados da tutela de Moscou? Como sempre, ele não demorou para captar as conseqüências políticas da nova situação. A época já não é propícia, como em 1939-1940, à captura brutal dos territórios. Assim como calçara o seu estilo no de Hitler, Stálin agora fala a linguagem de seus novos aliados: a linguagem da liberdade.

Mas não tem a mínima intenção de aplicar os seus princípios. Sua tática e sua linguagem mudaram, não seus métodos nem suas ambições. Continua mais do que nunca, graças à guerra, o homem do Império Soviético, decidido a fincar a bandeira do comunismo tão longe quanto possível no Oeste. Mas nem a extensão territorial que ele considera (e que aos poucos seus exércitos vão desenhando) nem a lógica de uma guerra anti-hitleriana permitem agora a anexação pura e simples de novas unidades nacionais à União Soviética. Aliás, a agressão de 22 de junho mostrou os inconvenientes de uma fronteira comunista com a Alemanha, e a idéia de um cinturão de repúblicas não mais integradas, mas satélites, permite uma maior segurança da República russa. Com isso, Stálin tem mais do que nunca necessidade de partidos comunistas locais à sua mercê, e a dissolução do Komintern é uma fraude destinada aos seus aliados do Oeste. De qualquer forma, ele conserva no território da URSS os antigos e futuros estados-maiores de todos os partidos comunistas europeus: do que fazer diretórios políticos em profusão, romeno, polonês, húngaro, búlgaro, tcheco, alemão e até italiano ou francês. Wolfgang Leonhard contou em suas memórias como sua triste vida de jovem comunista alemão refugiado na URSS com sua mãe mudou depois do 22 de junho de 1941; como foi arregimentado, nos confins da república de Bachkíria, numa escola de preparação de quadros comunistas estrangeiros para o dia decisivo; e como se viu, em 30 de abril de 1945, na companhia de Grotewohl, de Ulbricht e de alguns outros, no primeiro avião civil que pousou na Prússia oriental, nos rastos do Exército Vermelho, para ali formar a nova administração alemã<sup>1</sup>.

---

1. Wolfgang Leonhard, *Child of the revolution* (trad. de C. M. Woodhouse), Chicago, 1958 (ed. alemã, 1955). Trad. francesa: *Un enfant perdu de la révolution*, Éditions France-Empire, 1983.

O caso polonês é mais tristemente simbólico, pois se trata do país que foi a origem da Segunda Guerra Mundial, antes de ser uma de suas grandes vítimas. Causa do conflito em setembro de 1939, e primeiro palco de operações militares, a Polônia esteve continuamente no epicentro do terremoto europeu, primeiro dividida, pilhada, ferida pela Alemanha e pela URSS, em seguida objeto de desacordo entre a URSS e as democracias anglo-saxônicas, perdendo definitivamente a independência ao final de uma guerra que começou para garanti-la. Ela ilustra de maneira eminente o que a vontade de Stálin teve de inalterado, antes e depois do 22 de junho de 1941, através de uma série de alianças contraditórias. Em 1939 e 1940, o secretário-geral obtivera através de negociações com Hitler um vasto conjunto de territórios na Europa oriental. Queria também o que Molotov foi pedir em Berlim em novembro de 1940: uma espécie de protetorado sobre a Romênia, a Bulgária, a Finlândia e a Turquia, o controle dos Bálcãs e o estatuto de superpotência mundial ao lado da Alemanha nazista. Nada disso mudou realmente com a nova disposição das alianças. Com duas diferenças, porém: Stálin ainda foi expandindo suas ambições para o Oeste, com o progresso de seu exército. E agora precisa negociá-las não mais com Hitler e sim com Churchill e Roosevelt.

O caso polonês mostra que ele já não encontra muito mais dificuldades com os chefes das democracias do que com o ditador nazista. Embora tenha reconhecido muito rapidamente, depois do 22 de junho, o governo polonês de Londres, prelúdio à formação de um exército polonês em território soviético, recusa-se a incluir no acordo qualquer menção à fronteira polono-soviética. E indica claramente aos ingleses, já no outono de 1941, sua vontade de conservar os territórios que recebeu, porém, dos alemães. Churchill e Roosevelt procuram ganhar tempo, adiando para a paz o traçado das fronteiras. Mas, sem poderem abrir rapidamente uma segunda frente de combate européia, exigida insistentemente por Stálin, precisam dar algo a seu aliado, de que temem — com base no precedente de 1939 — uma paz em separado com Hitler. As democracias pagam com abandonos prematuros à vontade de expansão soviética o estado de despreparo militar em que a guerra os surpreendeu. Também é preciso dar sua parte às ilusões: Churchill quase não as tem, mas Roosevelt, sim. Sobre a União Soviética e seu chefe, o presidente americano é ao mesmo tempo ignorante e ingênuo. Tem sobre Stálin idéias tão estranhamente otimistas que temos dificuldade em imaginá-las num estadista tão brilhante no plano doméstico. A época, é verdade, presta-se a isso. A recordação do pacto germano-soviético vai apagando-se com os anos, e o Exército Vermelho pagou com seus sacrifícios o alto preço da redenção. Stalingrado apagou as trocas

de gentilezas entre Ribbentrop e Molotov. A guerra impõe sua lógica maniqueísta, que vai aos poucos se tornando opinião obrigatória.

Em 1943, a descoberta feita pelos nazistas dos cadáveres de Katyn complica o *imbroglio* polonês, provocando, por um lado, a ruptura entre a URSS e o governo polonês de Londres e, por outro lado, a formação, em Moscou, de uma outra equipe polonesa, esboço do futuro poder comunista. A sorte já está lançada do lado soviético, no mesmo momento (fim de 1943) em que a restauração da independência das nações e a livre escolha por parte de cada uma delas de seu próprio governo são proclamadas como os objetivos de guerra da URSS. Na mesma época, a 'linha Curzon' é aceita por Churchill e Roosevelt, em Teerã, como fronteira oriental da Polônia. Disposição inseparável de um vasto deslocamento para o oeste do território polonês, em detrimento de milhões de alemães que será preciso expulsar — o que implica a estreita dependência da futura Polônia em relação à URSS.

A partir daí, o resto da História já está praticamente escrito. O avanço militar soviético no Oeste torna inevitável também a sua parte que não foi consentida antecipadamente. A querela insolúvel que opõe a Stálin o governo Mikolajczyk<sup>2</sup> é resolvida *in loco*, em agosto de 1944. Ao final de um rápido avanço, o Exército Vermelho chega até Praga, subúrbio de Varsóvia, na margem direita do Vístula. Ao mesmo tempo, o governo polonês de Londres decide afirmar seu direito: através de suas unidades militares clandestinas, desencadeia a insurreição em Varsóvia. Mas seu drama é que, para vencer as tropas alemãs, ele precisa de uma ajuda do Exército soviético, que está acampado do outro lado do rio. Este não se mexe. Assiste de longe, em 2 de outubro, à capitulação do Exército Nacional polonês e

---

1. O problema das fronteiras polonesas foi um quebra-cabeça dos Aliados vitoriosos da Primeira Guerra Mundial, desejosos de restaurar a independência da Polônia, mas incertos sobre os territórios que convinha nela incluir — dado o povoamento misturado de alemães, no oeste, de ucranianos e bielo-russos, no leste. A chamada "linha Curzon" — do nome do ministro inglês das Relações Exteriores da época — foi traçada com o apoio dos franceses e dos americanos em 1919, em Versalhes, sem qualquer consulta à Rússia. Ela situa a fronteira oriental da nova Polônia ao longo do rio Bug. Mas torna-se caduca quase imediatamente, em razão da guerra polono-soviética de 1920. A vitória final de Pilsudski, depois do desastre do Exército Vermelho no Vístula, permitiu que os poloneses estendessem sua fronteira mais para leste, incorporando populações rurais ucranianas e bielo-russas.

Mas a 'linha Curzon' reaparece em agosto-setembro de 1939, com poucas modificações, no acordo secreto entre Hitler e Stálin e na partilha que se seguiu a ele. Durante a guerra, a partir de 1941, ela estará no centro do litígio entre o governo polonês de Londres e a União Soviética. Stálin recusará obstinadamente qualquer outro traçado da fronteira polono-soviética que não o de setembro de 1939. Em Yalta, frente a Churchill e Roosevelt que defendem a proposta de que a cidade de Lvov e certos campos petrolíferos situados a leste da linha Curzon sejam, porém, incluídos em território polonês, ele dará esta resposta significativa: "Querem que sejamos menos russos do que Curzon e Clemenceau!"

2. Do nome do chefe do governo polonês no exílio em Londres.

à destruição da cidade. Em dezembro, o Comitê de Libertação Nacional da Polônia, formado em Lublin por iniciativa dos russos, transforma-se em governo provisório do país, imediatamente reconhecido por Moscou. Em Yalta, em fevereiro de 1945, Churchill e Roosevelt só conseguem obter de Stálin a participação dos poloneses de Londres nesse governo provisório: 'união nacional' artificial, que não resistirá por muito tempo à situação local.

Mas ninguém, na época, se preocupa com esse triunfo da força sobre o direito, a coroar uma guerra que se fizera em nome do direito contra a força. Pois a idéia comunista está, então, em seu apogeu neste século: triunfante ao mesmo tempo nos fatos e nos espíritos.

Num dos belos romances deste século<sup>1</sup>, o autor, Vassili Grossman, escritor soviético, introduz o personagem de Stálin na época de Stalingrado. Fim de novembro de 1942, o secretário-geral acaba de ser informado do cerco do VI e IV exércitos alemães por suas tropas. De olhos fechados, é o primeiro a saborear esse momento. E Grossman lê seus pensamentos: "Era a hora de seu triunfo. Não só vencera seu inimigo presente, mas também seu passado. A erva se fará mais espessa sobre os túmulos de 1930, nas aldeias. As neves e os gelos para além do círculo polar permanecerão silenciosos. Ele sabia mais do que ninguém no mundo que os vencedores não são julgados".

Na primavera de 1945, a vitória pertence ao encontro de Stalingrado. Ela mistura as duas divindades que fazem as épocas da História: a força e as idéias. Na ordem da força, é uma vitória absoluta, conforme ao compromisso logo assumido pelos Aliados de não fazerem pazes em separado e de não abandonarem o campo de batalha antes da rendição incondicional do inimigo. No registro das idéias, o triunfo não é menor, marcado pelo banimento do fascismo por parte da humanidade. A idéia de exigir do inimigo uma capitulação incondicional pudera parecer discutível na Primeira Guerra Mundial — e, sem dúvida, o era. Mas não era esse o caso da Segunda: defensável com Guilherme II, a idéia de uma paz de compromisso não o era com Hitler<sup>2</sup>.

Talvez nunca na História a força das armas tenha parecido tão legítima quanto a da coalizão antinazista no momento da vitória, envolta no triunfo da liberdade. Mal era permitido, na época, lembrar que essa legitimidade parecera muito

---

1. V. Grossmann, *Vie et destin*, Julliard-L'Âge d'Homme, 1983, p. 618.

2. George Kennan, *La Russie soviétique et l'Occident. Quarante années d'Histoire*, trad. francesa de C.E. Romain, Calmann-Lévy, 1962, pp. 333-334 (*Russia and the West under Lenin and Stalin*, Boston, Little Brown and Co., 1960).

mais incerta aos povos europeus, com exceção dos ingleses, quatro ou cinco anos antes, no momento dos triunfos alemães na Europa, quando a força provisoriamente decidira em sentido contrário. Pela vitória, o conflito militar e o confronto de idéias perderam o caráter problemático que haviam tido nos espíritos. Para falar a linguagem da época, a História havia decidido. Seu veredito trazia a anulação das incertezas que o haviam precedido.

A esse triunfo sem precedentes da democracia, a União Soviética pagara mais do que a sua parte. Tardiamente, é verdade, pois a pátria do comunismo só entrara em guerra em meados de 1941, e forçada, depois da agressão nazista. Entre o verão de 1939 e o verão de 1941, Stálin caminhara, pelo contrário, ao lado de Hitler e nada indica claramente que não teria gostado de continuar uma política que lhe permitira anexar sucessivamente a Polônia oriental, os Estados bálticos e a Bessarábia romena. Mas, enfim, uma vez soldada ao campo democrático pela invasão alemã, a União Soviética trouxera à vitória de 1945 a mais pesada contribuição em sofrimentos consentidos e em sangue derramado. Ela dera provas de seu poderio militar, de sua coesão social, do patriotismo de seus povos. O Exército Vermelho fora o primeiro a entrar em Berlim; ocupava Varsóvia, Bucareste, Praga e Budapeste. Oferecia a Stálin uma posição inexpugnável para negociar o pós-guerra.

Mas a vantagem inesperada era igualmente política e ideológica: o comunismo é que ganhara a guerra, oferecendo-se, assim, um novo contrato com a História. Não que estivesse ameaçado internamente no período que precedeu a guerra: o Grande Terror da década de 30, na URSS, mostrara suficientemente a extensão do poder absoluto de Stálin sobre o PC da URSS e sobre a própria União. Mas a fidelidade dos partidos irmãos e, em todo caso, seu prestígio, foram postos à prova pelo abandono da linha antifascista entre 1939 e 1941. A vitória de 1945 apagava esse episódio da memória dos povos, assim como expulsava as más recordações dos militantes; e quanto ao que pudesse subsistir dele na mente de uns e de outros, os partidos comunistas iriam ter um cuidado metucioso de exorcizá-lo através do argumento de autoridade.

Assim, a imagem da União Soviética nunca exerceu sedução mais forte do que nessa época em que se enfeita com todos os prestígios da força e da idéia. Nos anos que se seguiram a Outubro de 1917, a Revolução Russa dera nova vida a uma das mais fortes representações políticas da cultura européia; mas a idéia revolucionária que ela ressuscitava em sua pureza primeira, ainda não embaçada por uma história, só tivera uma atração um pouco duradoura para as elites operárias e círculos intelectuais. A partir dos anos 30, a União Soviética estendera seu prestígio, apesar das calamidades de sua história interna, ao mesmo tempo como sistema econômico invulnerável à crise e, logo em seguida, como potência aliada às democracias contra Hitler. Mas o pacto germano-soviético de agosto de

1939 reconduzira o regime de Outubro de 1917 a um isolamento moral e político na Europa: Stálin ganhava com ele muitos territórios, mas o comunismo perdia seus atrativos. A guerra e a vitória devolviam-lhe, pelo contrário, em 1945, um brilho que ele nunca tivera antes (e que, aliás, não voltaria a ter nunca mais). O Exército Vermelho vinha juntar as suas bandeiras, às margens do Elba, às das tropas americanas, depois de ter libertado toda a Europa central e oriental da opressão nazista. Não só ela era a força, como também encarnava a liberdade.

Com isso, eram apagados, não só pela vitória, mas por essa vitória sobre Hitler, os crimes do regime contra os povos e os cidadãos da União Soviética. A guerra, porém, não suavizara muito a sua arbitrariedade ou sua violência. Se Stálin tivera de formar regimentos com *zeks*, não cessara de realimentar, com a outra mão, o Gulag, deportando em massa, por exemplo, minorias alógenas ou habitantes dos territórios anexados. Não estavam longe os tempos em que iria enviar-lhe, para liquidá-los, as centenas de milhares de cidadãos soviéticos feitos prisioneiros pelos alemães ou que fugiram da URSS durante a guerra. Como seus antepassados de 1812, seus soldados lutaram com aquele patriotismo que nem a servidão abala; de resto, combatendo as tropas nazistas, descobriam uma figura da Europa pior ainda do que seu próprio regime. De sorte que Stálin se beneficiava ao mesmo tempo dos patriotismos da servidão e da resistência. Vitoriosos sobre os nazistas, seu exército e seu povo passavam ou repassavam a chave em suas correntes, sob a bandeira abstrata da liberdade.

Bandeira que é também de um inestimável valor quando brandida nas nações da Europa centro-oriental 'libertadas' das tropas de Hitler à medida que vai se desenvolvendo o avanço russo. 'Libertadas' é realmente o que elas são, em certo sentido. Mas a que preço e com que intenção? O Exército Vermelho multiplicou as pilhagens e as violações à sua passagem, sem fazer muita diferença entre os países considerados aliados, como a Polônia, ou inimigos, como a Hungria: a esse respeito, as polonesas de Gdańsk ou de Budapeste têm recordações comparáveis. Mesmo assim, essas violências podem ser atribuídas aos sofrimentos acumulados e à exasperação dos combates. Mas se se forem apenas os primeiros sinais de uma ocupação duradoura? Os povos do Leste Europeu, em graus diversos, e mesmo quando não foram os aliados de Hitler — veja-se o caso polonês — têm muitas razões para temerem que Stálin queira continuar em 1945 o que começou em 1939-1940: a constituição de uma zona de proteção, composta de nações absorvidas ou 'satelizadas', o mais distante possível para Oeste, nas pegadas do Exército Vermelho. A diferença é que, em 1939-1940, Stálin avançara para além de suas fronteiras graças à cumplicidade de Hitler. Em 1945, ele expulsa Hitler dessas nações eslavas<sup>1</sup>,

---

1. E da Hungria.



libertador antes de ser ocupante: a História ofereceu às suas ambições territoriais uma legitimidade democrática. Se seu exército acampa na Polônia ou na Tcheco-Eslováquia, é em nome da independência polonesa ou tcheca.

Hitler, assim, terá sido o autor involuntário da enorme expansão da potência material e da força imaginária do comunismo. Primeiro, legando ao mundo do pós-guerra uma Europa comunista absurdamente estendida para o Oeste, muito além mesmo do que lhe permitiam de forma duradoura seus recursos, e mais poderosa na aparência do que na realidade: mais propensa à intimidação do que à real prova de força, como o mostrará a diplomacia do pós-guerra. Mas Hitler fez muito mais por Stálin. Depois de tê-lo desonrado pelo pacto de 1939, arrastando-o à sua intriga de dominação, deu-lhe a oportunidade de se redimir, pela invasão do 22 de junho de 1941, simultaneamente um pretexto para a reconciliação com o patriotismo russo e, sobretudo, um meio de repintar o comunismo com as cores da democracia.

A guerra, pelas emoções que provoca e pelo sangue que derrama, une as opiniões públicas às recordações no mais profundo dos corações. Que a União Soviética tenha saído do último conflito mundial como uma grande potência democrática nada tem a ver com a natureza de seu regime, mas tudo com a conjuntura histórica. Aliada das grandes democracias-mães, a Inglaterra e a América, e perdendo, por seu lado, de 12 a 15 milhões de seus filhos na batalha contra os nazistas, ela pagara caro seu novo lema nacional, o antifascismo.

O antifascismo: com essa palavra, tudo já está dito sobre o que vai constituir o prestígio do comunismo no pós-guerra. Os comunistas, aliás, não se enganaram sobre isso, ao não cessarem de militar sob essa bandeira, de preferência a qualquer outra. Nunca mais quiseram um território político para sua ação que não fosse esse espaço de duas dimensões, ou antes, de dois pólos, um dos quais é representado pelos 'fascistas' e o outro, por eles próprios. Ao redor de uns e de outros se agrupam, de maneira mais ou menos esparsa, outras forças — ou melhor, outras fraquezas. As vantagens políticas do dispositivo são tais que bastariam por si mesmas para explicar a obstinação comunista em fazer o fascismo sobreviver, através de múltiplos imitadores, depois que foram esmagados os regimes que o encarnaram. Com isso, pode-se perpetuar a identificação do comunismo com a democracia, ao mesmo tempo que a suspeita lançada sobre todos os governos 'burgueses' de abrirem caminho aos êmulos de Mussolini ou de Hitler. Desde o fim do fascismo, já não há mais política comunista sem 'perigo fascista'. Profilaxia póstuma de que não deveríamos queixar-nos se não se destinasse a camuflar a natureza do regime soviético e a inventar 'fascistas' improváveis, como Adenauer, De Gaulle ou Eisenhower.

Se a idéia antifascista teve uma tão ampla ressonância da Europa do pós-guerra, depois de ter perdido seu ponto de aplicação, é que ela prolonga a expe-

riência terrível da Segunda Guerra Mundial, conferindo um sentido e um nome à desgraça dos povos. Ela teve a força de uma recordação universal e talvez também a de um remorso coletivo, compartilhado em doses variadas, mas presente mais ou menos em toda parte: o de não ter combatido a tempo Mussolini, Hitler e suas idéias. Viu-se reforçada a tendência natural que os homens têm de travar depois do fato consumado os combates de ontem. Mas, sobretudo, a Segunda Guerra Mundial não se encerrou, como a Primeira, numa incerteza quanto aos culpados por ela. Ao vencerem Hitler, os Aliados revelaram os crimes extraordinários que sua derrota, precisamente, permitiu conhecer.

Tido como criminoso, aliás, o regime nazista o é pela opinião pública e o será diante de um tribunal internacional solenemente reunido em Nuremberg para julgar e condenar seus responsáveis; de novembro de 1945 a outubro de 1946, será preciso quase um ano para examinar caso por caso a sinistra enumeração do ato de acusação<sup>1</sup>. A União Soviética preparou cuidadosamente esse processo inédito, de rito anglo-saxão, em que a humanidade inteira é parte civil. Ela atribui grande importância a possuir o ato juridicamente certificado dos crimes de Hitler, tanto mais que espera daí, por contraste, a demonstração dos méritos democráticos de sua principal vítima, que é também seu principal vencedor. O fato de ter procurado acrescentar Katyn à lista dos horrores cometidos pelos nazistas<sup>2</sup> indica muito bem o que ela esperou do veredito de Nuremberg. Vencida naquele ponto, ela recebeu do julgamento final, porém, a confirmação solene do sentido democrático de sua vitória. Nesse sentido, a justiça de Nuremberg foi realmente, tal como acusaram seus adversários, uma justiça de vencedores. Mas a frase exprime apenas uma parte da verdade. Ela não significa que os vencedores não tenham feito justiça.

Pois a enormidade dos crimes nazistas ficou patente, e ela é inseparável da guerra deliberadamente desejada por Hitler. Ela podia ser prevista já antes de 1939, mas na época esses crimes estavam restritos ao território alemão, muito longe, aliás, de alcançarem a escala da repressão soviética contra os povos ucraniano e russo nos mesmos anos. Os massacres nazistas, embora pudessem ser

---

1. Em janeiro de 1941, os Aliados fazem uma primeira declaração sobre os crimes de guerra. Em outubro de 1942, os anglo-americanos propõem aos soviéticos a formação de uma Comissão de Inquérito Internacional sobre os crimes de guerra. Em 30 de outubro de 1943, reúne-se em Moscou uma conferência durante a qual é assinado o ato que cria o tribunal. Num primeiro momento, Stálin quisera limitar-se a uma repressão semelhante à que utilizara nos anos de 1936-1938. A idéia do processo foi relançada durante a conferência de Potsdam (julho/agosto de 1945) pelo presidente H. Truman e pelo juiz Robert Jackson: o tribunal internacional destinava-se a julgar os crimes contra a paz, os crimes de guerra, os crimes contra a humanidade. O processo de Nuremberg abriu-se em 20 de novembro seguinte e se encerrou em 1º de outubro de 1946. Vide Telford Taylor, *The anatomy of the Nuremberg trials, a personal memoir*, Little Brown, 1992.

2. Cf. *supra*, pp. 381-382.

conhecidos, pelo menos em parte, pelos Aliados durante a guerra<sup>1</sup>, só são conhecidos pela opinião pública depois do desmoraonamento militar e da descoberta dos campos de extermínio, quando retornam os sobreviventes, na primavera de 1945. Mesmo assim, o Ocidente não toma consciência, nessa época, do que há de mais horrendamente singular nos crimes nazistas: o extermínio dos judeus<sup>2</sup>. Estes, quando não voltam, são contados entre os mortos das nações de que eram membros. Quando voltam, têm grandes dificuldades para divulgar a tragédia particular de seu povo, tanto mais que os Estados da Europa não gostam de lhes reservar um lugar à parte na lista das vítimas do nazismo. E, em primeiríssimo lugar, a União Soviética, que chegará a proibir qualquer menção aos massacres de judeus russos, bielo-russos ou ucranianos nos monumentos comemorativos dos crimes nazistas cometidos em seu território. No momento em que se esforça por responsabilizar Hitler por todos os crimes da guerra, inclusive os que ela própria cometeu, ela se priva do único argumento que permita singularizar Hitler relativamente a Stálin na ordem do massacre deliberado: o genocídio racial. Assim, os judeus perderam tudo, até a sua desgraça. Sinal de que os maus dias ainda não terminaram.

O antifascismo estilo 1945 recebe sua força menos de uma análise da guerra do que do sentido que lhe dá. No fim do primeiro conflito mundial, as nações européias alimentaram suas lutas, internas e externas, do enigma de sua significação. Depois do segundo, a interpretação da vitória não é contestada por ninguém, nem mesmo pelos vencidos. A Alemanha foi posta no índice das nações. As atrocidades das tropas soviéticas em seu território, o êxodo forçado de 12 a 15 milhões<sup>3</sup> de alemães para o oeste, a morte de bom número deles não são sequer comentados pela imprensa. Mal são percebidos pela opinião pública. Os crimes nazistas, publicamente punidos, formam a vitrina desse acordo universal. Assim, este se vê investido de uma significação infinitamente mais vasta do que o tradicional 'ai dos vencidos!'; ele exprime mais do que a má consciência de ter demorado demais para combater Hitler; ele confere a uma condenação política a intransigência do sentimento moral, que relega o fascismo à condição de mal absoluto. O antifascismo é, portanto, menos uma opinião política, embora seja também isso, do que o sentimento geral dos povos sobreviventes à Segunda Guerra Mundial e o juízo moral que dela tiraram.

---

1. Cf. *infra*, p. 420.

2. Annette Wieviorka, *Déportation et génocide. Entre la mémoire et l'oubli*, Plon, 1992.

3. Seis a sete milhões expulsos da Silésia, Pomerânia, Prússia oriental, dois a três milhões da Tcheco-Eslóvaquia, cerca de dois milhões da Polónia e da URSS, entre dois e três milhões da Hungria, Iugoslávia e Romênia.

Tal sentimento e juízo encontram, então, a ideologia antifascista propriamente dita: a que os combates da esquerda européia haviam pouco a pouco forjado contra Mussolini e contra Hitler, e que encontrara seu terreno predileto na defesa da República espanhola entre 1936 e 1939. Com efeito, a Guerra Civil Espanhola cristalizara as paixões políticas em escala européia. Apesar da derrota final, a despeito das sangrentas batalhas internas, a defesa da República espanhola constituíra, no antifascismo de antes da guerra, um tesouro de recordações e uma tradição política: recordações e tradição que, mais ou menos embelezadas ou arrumadas, iam servir de títulos de propriedade aos beneficiários interessados do antifascismo do pós-guerra.

Assim, a guerra acabou confirmando amplamente a profecia antifascista em sua versão comunista. Não que ela se encerre com a extinção da democracia, uma vez que os americanos e os ingleses estão na primeira linha dos vencedores e que uma parte da Europa — a libertada por eles dos nazistas — reencontrou, com a liberdade, as instituições democráticas. Mas a outra parte da Europa está nas mãos do Exército Vermelho, e este logo vai ali impor regimes e protetorados soviéticos até Budapeste e Praga. Isso ainda não seria nada, na medida em que essa expansão territorial, apesar de sua extensão excepcional, pertence à ordem da potência pura: a idéia de um império constituído a partir de Moscou não é nova para as chancelarias ou para a opinião pública européia, já tem pelo menos dois séculos. O que é completamente novo, pelo contrário, em 1945, são as formas e a ideologia em que se envolve essa ofensiva imperial: ela exporta e instala sociedades de tipo soviético em nome do antifascismo.

Poderíamos verificar isso pela maneira como, pouco a pouco, entre 1945 e 1948, nos países da Europa central e oriental, governos de coalizão cedem lugar a uma dominação absoluta dos partidos comunistas locais, sob a bandeira da luta contra o fascismo. Mas a natureza do fenômeno requer uma análise de outra ordem, para quem se interessa menos pela utilização instrumental do antifascismo como justificação da tomada do poder do que pelo extraordinário prestígio social da idéia, tanto a Oeste como a Leste da Europa, a serviço do comunismo.

Para tanto, é preciso voltar ainda e sempre à guerra.

Essa guerra não tem equivalente na História quanto ao caráter do conflito e às forças envolvido por ela. Os dois elementos fortalecem-se um ao outro. Pelo fato de o confronto assumir um caráter cada vez mais ideológico, ele mobilizou, até a rendição incondicional da Alemanha nazista e do Japão imperial, todas as forças das grandes potências econômicas do mundo. Ele começara, em 1939, como uma guerra européia entre Hitler e as democracias ocidentais, mas a América permanecia fora do conflito, e o pacto de não-agressão germano-russo, seguido da

partilha da Polônia e da revelação, pelos fatos, de uma aliança secreta, envolvia os acontecimentos numa certa ambigüidade política. A partir de junho de 1941, essa ambigüidade é abolida pela invasão alemã na Rússia, pela qual o comunismo volta a ser antifascista, logo democrático. O ataque dos japoneses a Pearl Harbor e a entrada na guerra dos americanos completam o dispositivo. Uma vez constituído esse dispositivo, a opinião pública se esquece do que ele deve às circunstâncias, ou seja, a duas agressões cuja iminência, e menos ainda a inevitabilidade, as vítimas não haviam previsto. A guerra, tornada mundial, assumiu um aspecto de necessidade. O que teve de ambíguo nos seus inícios apenas sublinha ainda mais o trabalho de uma razão histórica que finalmente distribuiu as forças e os papéis: a liberdade contra a ditadura, a democracia contra o fascismo.

Assim, a guerra assumiu para os povos a forma de um tribunal da História. Ela gravou nas mentes a cena ideológica. Privilegiou os seus elementos mais extremos, pelas mesmas razões: porque essa é a lógica do recurso à força nua. Com isso, ela conferiu uma espécie de evidência a essas duas filosofias da violência histórica que se confrontavam através dela, o nazismo e o marxismo-leninismo. Entre elas, nessas circunstâncias, a democracia não oferece o mesmo esteio a certezas simples, exceto nos Estados Unidos, onde ela é uma crença nacional. O fato é que através da Europa, onde sua causa está misturada com a do aliado comunista, o adjetivo 'democrático' passou em ampla medida para o lado do leninismo quando se encerram os combates.

De fato, naquela Europa, a democracia nunca foi objeto de um culto sem reticências e sem temores. Ela o era menos do que nunca nos anos antecedentes à guerra. Ponhamos ainda de lado a Inglaterra, a única das grandes democracias européias a figurar realmente entre os vencedores e também a única em que uma sociedade e um governo modernos, fundados na liberdade dos indivíduos, se tenham inscrito, ao longo dos séculos, como conquistas imprescritíveis da tradição: segura de sua história, a Inglaterra teria podido oferecer à Europa, que ela já salvara em 1940, a atração de uma idéia comum. Ela, porém, já estava na segunda linha dos vencedores e, aliás, sua bandeira ostentava mais, como sempre, seu gênio particular do que seu valor exemplar. Na Europa continental, os anos antecedentes à guerra foram os anos do fascismo e do antifascismo, e o final da guerra assinalava mais a vitória do antifascismo do que a da democracia.

Podemos compreender as vantagens dessa fórmula política com base no exemplo da França, pátria tumultuosa da idéia democrática em sua versão revolucionária. A França de antes da guerra superpôs várias famílias de inimigos da democracia, que não devem ser confundidas, mas podem, também, unir suas forças se for o caso. A primeira é formada pelos adversários tradicionais dos princípios de 1789, continuamente à espreita de uma oportunidade para acabar com a

República. Mas eles, agora, quase só formam pequenos batalhões, mais fortes — graças a Maurras — na batalha de idéias do que na cena pública. A outra família é muito mais vasta, mais moderna, mais vaga também, mesclando em doses diversas antiparlamentarismo, nacionalismo ou ainda revolução fascizante, por imitação da Itália ou da Alemanha. Ela participa da cultura antidemocrática de direita, na medida em que não gosta da Revolução Francesa, sem odiá-la tanto quanto os monarquistas. Ela, contudo, compartilha também com a esquerda o ódio ao capitalismo; exatamente como os socialistas ou os comunistas, detesta o burguês; sonha como eles com uma verdadeira comunidade dos homens, para além dos interesses individuais. Pois a esquerda na França entre as duas guerras é mais do que nunca constituída por essa paixão, favorecida pela disputa entre os dois Partidos Socialista e Comunista e por seu desacordo sobre a natureza da URSS. Por isso, também, ela faz questão, tão apaixonadamente contra a evidência dos fatos, de fazer do adversário fascista uma marionete do capitalismo.

Essa mentira tem um preço. Ocultando o que secretamente une os sentimentos políticos da direita antiparlamentar e da esquerda revolucionária, ela debilita a cultura democrática sob sua forma institucional e jurídica, em proveito da idéia revolucionária, que faz um retorno triunfal, tanto mais que se alimenta das grandes recordações da história nacional. Mas substituindo a democracia pelo antifascismo como tema de união das forças de esquerda e de centro, ela apresenta também uma utilidade extraordinária: preserva para a esquerda todas as oportunidades de uma subversão ulterior da democracia, uma vez vencido o fascismo. Os socialistas participam dessa estratégia por fraqueza, porque não ousam renunciar à idéia da derrubada revolucionária da democracia burguesa. Os comunistas inventaram-na por cálculo, porque contam com essa derrubada.

O fim da Segunda Guerra Mundial inaugura, enfim, para o antifascismo, sua recuperação política, depois de um período de baixa, livrando-o para sempre de seu inimigo fascista. Doravante, o antifascismo não tem mais rival na crítica à democracia burguesa: todo o espaço lhe pertence. Neste sentido, o fim da Segunda Guerra Mundial é uma vitória política da idéia comunista, mais ainda que da idéia democrática.

Devemos ir mais longe, até. A vitória de 1945 teve como resultado político essencial dar ao antifascismo o monopólio de uma paixão dominante na cena política européia do período anterior à guerra: o ódio ao dinheiro e ao capitalismo. Paixão compartilhada, entre as duas guerras, pela esquerda e pela direita revolucionárias, pelo movimento socialista ou comunista e pelo movimento fascista, o primeiro em nome da igualdade, o segundo sob o signo da nação, ostentando ambos em suas bandeiras a comunidade dos homens reencontrada.

Depois de 1945, não há mais compartilhamento: a paixão está intacta; ela é inseparável, na Europa, tanto da condição democrática quanto do século, mas se investe inteiramente na esquerda. A outra via lhe está interdita.

‘Interditada’ não será uma expressão fraca demais? Poucos exemplos há na História, desde as guerras de religião, de uma idéia política derrotada pelas armas que tenha sido, tanto quanto a idéia fascista, objeto de uma interdição radical. Ela tivera seu berço e seus triunfos, contudo, em dois dos países mais civilizados da Europa, a Itália e a Alemanha. Antes de cair em maldição, ela fora uma esperança para muitos dos mais distintos intelectuais. Ora, ao final da guerra, ela passa a existir apenas sob a forma satanizada que lhe vale, por certo, uma longa sobrevivência, condenada, porém, a eternizar seus vencedores.

Nem a derrota nem o caráter ideológico da guerra bastam para explicar esse destino: as guerras nem sempre destroem as idéias que elas vencem, e acontece até que elas exacerbem a sua força. Se o fascismo transformou-se nessa ideologia sem outros intérpretes que não os que o amaldiçoam, é por razões mais complexas, e estas são, aliás, de ordem diferente. Algumas estão ligadas à natureza da doutrina, que celebra o nacional e o racial e, assim, ataca por trás, através da exaltação do particular, o universalismo democrático — transformado pelos modernos num sentimento tão forte. Houve, com certeza, no exclusivismo racial dos nazistas, algo de tão contraditório com esse sentimento, que basta a sua expressão para chocar a convicção mais geral dos homens deste século. Que dizer, então, dos crimes cometidos em seu nome, entre 1941 e 1945? Eles confirmam pelo horror a suspeita que a idéia de superioridade racial provoca. Conhecidos pouco a pouco pelos povos nos anos seguintes ao desmoronamento do III Reich, eles constituem *a contrario* a sanção moral da vitória militar. A idéia fascista é desonrada não só pela derrota — nesse caso, ela se teria reerguido —, mas também pelos últimos anos do nazismo, que doravante a definem.

Pouco importa que ela não tenha, na Itália, por exemplo, servido de justificação a crimes comparáveis. Pouco importa, até, que, se a acompanharmos na Alemanha apenas até 1941, as prisões e os assassinios de que foi o pretexto sejam incomparavelmente menos numerosos do que os que foram perpetrados em nome da revolução proletária na União Soviética. Os quatro últimos anos do nazismo contêm doravante a verdade do fascismo. Eles provocam tanto horror que absorvem toda a indignação do mundo civilizado; quanto ao que não o é, como a URSS, ele aparece ao mesmo tempo na primeira fila das vítimas e na primeira fila dos vencedores, o que é o suficiente para fazer esquecer a sua natureza. A Alemanha paga por todo o mundo, e por todos os crimes do século.

Mas nada de tudo isso é suficiente para explicar por que a idéia comunista é a grande beneficiária do apocalipse nazista: afinal, o contramodelo americano também estava disponível, e iria, progressiva mas lentamente, no meio século seguinte, recuperar o terreno perdido. A questão, portanto, é saber por que ele está intelectualmente tão fraco em 1945 em relação ao marxismo-leninismo, na maior parte das *intelligentsias* da Europa, mesmo ocidental, com exceção, sem dúvida, da Alemanha, que apresenta, como é natural, um caso particular.

Um dos elementos da resposta foi esboçado mais acima: na Europa continental, onde a cultura política de direita e de esquerda foi sempre inseparável de uma crítica do capitalismo, o marxismo-leninismo versão 1945 apresenta a vantagem essencial de recuperar todo o espaço do anticapitalismo, no momento mesmo em que a estratégia e a idéia antifascistas, de que foi o instigador interessado, embora intermitente, lhe devolvem, pela vitória, toda a sua dignidade democrática. Assim, a idéia comunista se depara com essa conjuntura providencial, através da qual ela se apropriou do monopólio da crítica ao capitalismo, ao mesmo tempo em que, ao preço do sangue derramado, cinco anos apenas depois do pacto germano-soviético, se junta novamente à primeira fila do combate democrático contra o fascismo. A um olhar distraído, o fim da guerra parece confirmar a definição marxista do antifascismo, segundo a qual a vitória definitiva sobre Hitler e seus êmulos eventuais só será conquistada pela extirpação da economia capitalista. Tese absurda, como o tempo demonstrou, e como se podia compreender na época. No entanto, ela tira, na época, seu poder sobre a opinião pública — esse poder que ela conservará por tanto tempo, especialmente entre os intelectuais — de duas ordens diferentes de realidade. Por um lado, os comunistas apareceram desde 1941 como os combatentes antifascistas mais radicais, pelos sacrifícios consentidos e por sua arte da propaganda. Assim, eles reataram, para além do período de 1939-1941, com a estratégia de meados da década de 30, o que facilita, no que lhes diz respeito, a ilusão da continuidade anti-hitleriana: essa ilusão tão forte é finalmente partilhada, em 1945, pela maior parte daqueles mesmos que haviam denunciado como uma traição o pacto de agosto de 1939. Existe na época uma espécie de prêmio de antifascismo reencontrado de que gozam a União Soviética e os partidos comunistas, prêmio vultoso, tanto mais que a enormidade dos crimes hitlerianos desde 1941 confere uma veracidade retrospectiva às denúncias dos anos antecedentes à guerra.

Por outro lado, o desmoronamento do nazismo não acabou com as religiões seculares do século XX. Pelo contrário. Também nesse caso, seu desaparecimento radical deixa o marxismo-leninismo como único senhor, único beneficiário do investimento religioso nas lutas da cidade. Longe de ter reduzido o teológico-político, a guerra ampliou seu domínio sobre os povos europeus. Longe de as-



sinalar uma ruptura com os messianismos laicizados de antes da guerra, ela se encerra com o domínio da filosofia marxista-leninista da História, sob uma multiplicidade de formas mais ou menos degradadas. Houve, sim, simplificação da paisagem, mas não transformação de sua natureza: o horizonte de uma consunção revolucionária do homem social agora só existe a partir de uma única origem, mas é mais obsessivo do que nunca. A democracia liberal nada tem a oferecer de tão simples e de tão poderoso, em matéria de interpretação da guerra, quanto à seqüência de identidades capitalismo-fascismo, por um lado, anti-fascismo-comunismo, por outro, inscrita nas bandeiras do Komintern e, em seguida, do Kominform. Frente ao cataclismo que acaba de ocorrer, e cuja dimensão desmente o otimismo de tantos de seus pensadores, como ousaria ela pensar este século de horrores? A 'mão invisível' de Adam Smith já deixara os homens do século sem recursos diante da catástrofe econômica de 1929. Ela parece ainda mais vã logo após o apocalipse sangrento que foi a guerra. Pelo contrário, o marxismo, e o leninismo ainda mais, conferem um lugar régio à tragédia, pois esse lugar é o do capitalismo agonizante, com Hitler no papel principal. A enxurrada de abstrações, constituindo o sentido da História no marxismo-leninismo, encontrou encarnações que lhe conferem a aparência da verdade.

Assim se explica a extraordinária plasticidade do discurso comunista sobre a guerra, capaz de agradar a todos os públicos. A satanização do inimigo não é realmente compatível com o marxismo e a idéia de que os homens obedecem às leis da História. Mas corresponde, no caso, aos sofrimentos inauditos provocados pela guerra e à indignação universal provocada pelos crimes hitlerianos. Os mortos, os deportados, os torturados, os que simplesmente sentiram fome e frio, em suma, toda a Europa em ruínas, designa o responsável por suas desgraças numa linguagem adaptada ao seu estado moral: ou seja, por um discurso sobre o mal e sobre a responsabilidade do mal, mas doravante oculto numa teologia da História. Num outro nível, essa teologia agrada aos intelectuais como uma confirmação da predição leninista sobre as crueldades inseparáveis do 'estágio supremo' do capitalismo. Ela lhes oferece um campo infinito de especulações filosóficas sobre a dialética da história e da liberdade, onde a segunda só tem como escolha final, mas complexa, a obediência à primeira.

Nesse sentido, a guerra de 1939 termina o que iniciou a de 1914: o domínio das grandes religiões políticas sobre a opinião pública européia. Porém, dessas religiões, ela aniquila uma e coroa a outra; portanto, decuplica a sua força. Vitorioso, o antifascismo não subverte o terreno moral e político sobre o qual cresceu. Ele aprofunda a crise da idéia democrática, sob a aparência de tê-la resolvido. Essa é a grande ilusão da época. Acabamos justamente de sair dela, e mais pela força das coisas do que pelas virtudes do intelecto.

## X

# O Stalinismo, Estádio Supremo do Comunismo

O fim da Segunda Guerra Mundial inaugura, portanto, o curto período — uma dezena de anos — durante o qual o comunismo soviético vai exercer seu máximo de fascínio sobre a imaginação política dos homens do século XX. Sua lenda, como vimos, vem de longe. Enfraquecida, ela sobreviverá à morte de Stálin, como um eco aos grandes anos. Contudo, nada se compara, em sua história, à extensão que ela assumiu depois da guerra, nos últimos anos do ditador. A denúncia do ‘culto da personalidade’ feita por Khrushchov, em 1956, não teria tido esse caráter inesperado e extraordinário se esse culto tivesse sido apenas a característica particular de um regime. Se ela foi e continua sendo uma data essencial de nosso pós-guerra, é porque quebrou mais do que a continuidade da ditadura soviética; ela destruiu o passado de uma utopia universalista.

Nesse sentido, o prestígio da URSS depois de 1945 pode ser comparado ao do comunismo antifascista dos anos 1935-1939, de que é a ampliação. Tal constatação provoca, aliás, a mesma amargura retrospectiva, pois as duas épocas são assinaladas por uma feroz repressão no interior da URSS. Mas se os anos do pós-guerra constituem para a idéia comunista safras excepcionais, isso se deve, em primeiro lugar, ao fato de estarem acompanhados pela mais poderosa divindade da História: a vitória. Assim como a Primeira Guerra Mundial fora o berço da revolução soviética, a Segunda levou as suas bandeiras até o coração da Europa. E o bom êxito das armas envolve a União Soviética numa bênção mais conforme à sua filosofia do que o pacifismo. O antifascismo comunista de 1935 era principalmente defensivo, o de 1945 é triunfante.

Esse triunfo possui, além disso, uma extraordinária visibilidade para todos os povos europeus, e até para os do universo inteiro: pois subverte o mapa da

Europa, mudando o equilíbrio político do mundo no que ele tem de mais universalmente perceptível. Esse equilíbrio acaba de ser modificado, é verdade, no verão de 1945, pelo bombardeio atômico de Hiroshima e de Nagasaki, que introduziu entre os vencedores um capital desnível de potência. Mas esse desnível não foi percebido pela opinião pública, no momento, tal como ele era. Na hora em que ele aparece, os vencedores já decidiram as grandes questões do pós-guerra. Aliás, mesmo depois do início da Guerra Fria, durante alguns anos em que detém o seu monopólio, a América de Truman recuará diante da brutalidade da chantagem atômica. Na realidade, a capitulação das potências do Eixo, depois de uma tão terrível guerra conduzida em nome dos valores democráticos, não inspira à opinião pública a suspeita de que as potências vitoriosas estão às vésperas de brigar uma com a outra; ela lhe oferece, de preferência, em doses variáveis, o espetáculo de um final feliz e de uma libertação cujo preço mais alto foi pago pelo Exército Vermelho, que também embolsa os lucros mais espetaculares.

O esboroamento alemão, ao criar um vazio no centro da Europa, ressalta mais que qualquer outra coisa o formidável aumento do poderio russo. É o resultado da batalha militar que levou o exército de Stálin para além de Berlim e até Praga. Mas é, também, o produto da fisionomia moral e política que a guerra deu à Europa. A França foi eliminada do concerto das grandes potências por sua derrota de 1940, e só retornou pela porta dos fundos, tendo reencontrado mais as aparências de sua 'alta condição' do que a realidade de sua influência: o general De Gaulle sentiu-o até demais durante os anos de guerra. A Inglaterra, por seu lado, figura de pleno direito entre as nações vitoriosas, mas a vitória revela seu declínio, que Roosevelt nada fez para desacelerar. Único grande país que esteve em guerra com a Alemanha nazista desde setembro de 1939, única potência que combateu Hitler entre meados de 1940 e meados de 1941, a Inglaterra sai do conflito gloriosa, mas enfraquecida, heróica, mas exangue, cada vez menos segura de seu controle sobre o Commonwealth e tendo perdido a tradicional capacidade de arbitragem na Europa. No momento em que o centro da Europa forma um espaço em gestação, o ocidente da Europa não tem mais nem os meios nem o impulso moral de falar alto naquela região.

Resta seu Extremo Ocidente: a América. Ela é a outra grande potência vitoriosa, juntamente com a URSS, e a primeira, de muito longe, no aspecto econômico. Ela organizou e levou a bom termo, nas praias da Normandia, uma das mais espetaculares operações militares da História. Depois de ter ocupado a Itália, ela libertou a França, a Bélgica e os Países Baixos da opressão nazista, e conquistou a Alemanha até o Elba, onde se encontraram os exércitos dos dois grandes vencedores. Mas, filha da Europa, a América está longe da Europa, e sua tradição se recusa a prender seus soldados nas tragédias européias mais do que o rigoro-

samente necessário. De resto, Roosevelt acredita de boa-fé que a tragédia terminou com o esmagamento de Hitler. Até a morte, na primavera de 1945, nos últimos dias da guerra, ele manteve relações um tanto boas com Stálin, que revelam suas ilusões sobre a possibilidade de uma evolução democrática da URSS depois da vitória. A partilha das zonas de influência na Europa, que aos poucos vai ganhando forma, apesar de sua hostilidade, entre Teerã e Yalta, é menos, da parte dele, um cálculo do que um consentimento ao inevitável, suavizado por uma aposta otimista na existência de um mínimo de idéias comuns entre potências 'antifascistas'. Assim, mesmo os Estados Unidos, que iriam tornar-se, um pouco mais tarde, os adversários determinados do comunismo soviético, começaram sendo os cúmplices de sua irradiação, para além, até, do que as circunstâncias tornavam necessário.

A Segunda Guerra Mundial consagrou o que a Primeira anunciara: o declínio da Europa. A crise da qual ela se originou é tão profunda que nenhuma camuflagem montada à sombra do velho 'equilíbrio europeu' é mais possível: o espírito do Tratado de Versalhes desapareceu para sempre na falência da Europa de Versalhes. O que o substitui não é, como Hitler o quisera, o reverso da dominação anglo-francesa, ou seja, a dominação alemã; e sim o condomínio precário sobre a Europa de duas potências que estão ao mesmo tempo próximas e distantes.

A mais distante no espaço é também a mais próxima pelo gênio político, perfeitamente sintonizada com o espírito da Segunda Guerra Mundial: para lutar contra Hitler, a democracia americana não precisou de outra bandeira além da fidelidade à sua filiação inglesa e a fé nas idéias liberais e democráticas do Iluminismo. Uma vez vencida a sua resistência à própria idéia da guerra, as razões da guerra se lhe mostraram como uma espécie de evidência. Sua opinião pública, aliás, não compreende outro tipo de razão. O que quer dizer, em compensação, que, uma vez derrotado Hitler e vitoriosa a liberdade, seus soldados poderão voltar ao país e retomar os trabalhos da paz. Se, pelo contrário, a Rússia se encontra geograficamente na Europa, ela lhe é tão estrangeira pelos costumes e pelas tradições políticas que transformou essa filiação européia no maior ponto de interrogação de sua história moderna. Mas a idéia comunista esconjurou, depois de 1917, essa angústia da excentricidade. Ela reuniu o sentimento de uma missão particular da Rússia e o da filiação européia. Ela possibilitou que os novos senhores do país se apropriassem da herança despótica de sua história, ao mesmo tempo que apresentavam seu regime como a forma mais avançada da democracia.

Sob esse aspecto, o estilo de que Churchill e, de forma ainda mais acentuada, Roosevelt se valeram com Stálin na grande aliança de guerra e a garantia democrática que eles deram a seu aliado desempenharam um papel importante. Era necessário esse entusiasmo na celebração das idéias compartilhadas para ga-

nhar a guerra? Tecnicamente, não: podemos imaginar uma aliança militar estrita, e a mesma ajuda em recursos materiais dos Estados Unidos à URSS, sem aquele dilúvio de proclamações sobre os 'objetivos comuns' das três potências aliadas, uma vez que esses objetivos comuns nunca existiram. Já no final de 1941, Stálin pediu que lhe fossem reconhecidas antecipadamente as fronteiras de junho de 1941, que incluem o leste da antiga Polônia e os países bálticos, como se, ao mudar de aliado, fosse óbvio ele conservar os lucros obtidos com a ajuda do parceiro anterior. Era indispensável para a opinião pública a idéia de uma comunidade de objetivos? Não é certo. Afinal, os franceses e os ingleses de 1914 sempre souberam que seus países não combatiam pela mesma causa que a Rússia czarista. No caso da Segunda Guerra Mundial, iniciada com uma demonstração espetacular do cinismo da política soviética, a opinião pública, mesmo nos Estados Unidos, teria talvez aceitado uma definição mais distinta das causas defendidas e dos objetivos perseguidos: pelo menos, é o que podemos pensar, com base nas sondagens feitas no outono de 1941, que rejeitam igualmente, num descrédito comum, a Alemanha nazista e a Rússia soviética, então em guerra desde junho<sup>1</sup>.

Inversamente, podemos ficar em dúvida sobre a questão de saber se uma distinção nítida dos objetivos de guerra teria podido sobreviver ao espetáculo das vitórias soviéticas, à admiração que elas provocavam e à pressão que elas exerciam sobre as opiniões públicas. A Segunda Guerra Mundial possui um caráter ideológico sem precedentes na História (exceto na das guerras civis), porque é travada contra Hitler, que quer destruir ao mesmo tempo a democracia e o comunismo e porque constitui um acontecimento demasiado gigantesco e universal para não ter um sentido simples, e também universal. Essa é a força do antifascismo patriótico brandido por Stálin a partir de junho de 1941. Mas Roosevelt, por seu lado, precisou invocar a democracia para convencer os americanos a entrarem na guerra contra Hitler; Churchill, já em junho de 1941, acolheu de braços abertos o novo aliado soviético que as circunstâncias lhe traziam. Sozinhos na guerra desde a capitulação da França, os ingleses não vão economizar as palavras gentis endereçadas ao Kremlin. O presidente americano, por sua vez, provavelmente mais do que o primeiro-ministro inglês, acreditou ou quis acreditar numa possível comunidade de objetivos com Stálin. Político genial em matéria de política interna, possui um tipo de caráter patricio o bastante para esperar entender-se com Stálin, dentro do Clube dos Três, sobre os negócios do mundo; e uma inclinação de espírito democrática o bastante para acariciar a esperança de um regime

---

1. L. K. Adler e T. G. Paterson, "Red fascism: the merger of nazi Germany and soviet Russia in the image of totalitarianism, 1930's-1950's" in *American Historical Review*, vol. LXXV, 4, abril de 1970.

comunista suavizado pela vitória, novamente conforme à idéia que dele tinha a esquerda liberal do New Deal<sup>1</sup>.

Assim, o passaporte democrático da URSS — tão cedo e tantas vezes estampilhado, e sob tão múltiplas formas, pelas autoridades do Ocidente — nunca esteve tão garantido, e mesmo tão celebrado, quanto a partir de 1941; e ele nunca foi tão precioso quanto nesses anos de 1944 e 1945, em que se decide o futuro da paisagem européia. Pois ele permite que a URSS vista sua expansão territorial com os trapos da idéia democrática. Admirável plasticidade do arsenal ideológico soviético: Stálin fez a guerra canalizando em proveito de sua ditadura a paixão nacional dos russos. Faz a paz reinventando, para uso de suas tropas vitoriosas, uma vocação internacionalista: o Exército Vermelho é apenas o missionário desinteressado do antifascismo através dos países que ocupa. A paz é apenas a continuação da guerra num novo contexto. O segredo da estratégia stalinista do pós-guerra consistiu em apoiar-se nas idéias, nas paixões e nas forças liberadas pela guerra, para transformar a vitória militar no trampolim de novos sucessos, não apenas territoriais como também políticos.

Na hora mais trágica de sua história, no mais difícil da guerra, a Europa precisou da América, pela segunda vez no século; e a América, mais uma vez, fez valentemente todo o seu dever de soldado da democracia. Mas se, no momento da vitória, a Europa precisa mais do que nunca da América, ela conserva seu velho hábito de não levar em consideração o regime dos Estados Unidos. Os his-

---

1. R. Dallek (org.), *The Roosevelt diplomacy and World War II*, Nova York, Holt, Rinehard and Winston, 1970. A melhor crítica da ignorância americana em matéria de relações com a URSS encontra-se no primeiro volume das *Mémoires* de George Kennan, publicado em 1967. G. Kennan estava a serviço, pela segunda vez, em Moscou, entre 1944 e 1946, como ministro conselheiro na Embaixada dos Estados Unidos. Ali, ele se tornará o advogado da política do *containment*. Ele acrescentou a esse volume de *Mémoires* um certo número de seus relatórios da época, especialmente a famosa 'dissertação telegráfica', que constitui o longuíssimo telegrama de 22 de fevereiro de 1946 sobre a natureza da política externa soviética. Cf. G. Kennan, *Memoirs, 1925-1950*, Boston, Little Brown and Co., 1967. No que diz respeito à atitude de Roosevelt para com Stálin durante a guerra, Henry Kissinger, em seu último livro, decompõe muito bem seus diferentes elementos. O presidente americano teve dificuldades para arrastar o seu país à guerra contra a Alemanha em nome da democracia, o que não lhe deixa, em seguida, a liberdade de propor uma definição mais matizada da coalizão antinazista. Por outro lado, como seu predecessor Wilson, ele compartilha com seus concidadãos o desejo de repatriar os *boys* tão logo acabe a guerra, assim como a recusa da visão tradicional da diplomacia européia, baseada no equilíbrio de forças. A seu ver, a guerra deve levar a uma paz garantida por um diretório formado pelas quatro potências vitoriosas, Estados Unidos, URSS, Grã-Bretanha e China. Por fim, Roosevelt superestima o poderio inglês, que ajudou a enfraquecer, e quer confinar a França num papel menor. Assim, sua concepção, mistura de idealismo wilsoniano e de realismo churchiliano, dependia em ampla medida, para ser aplicada, da cooperação soviética. Cf. Henry Kissinger, *op. cit.*, cap. 16, "Three approaches to peace", pp. 394-397.

toriadores do futuro sem dúvida ficarão espantados com o fato de que o período do pós-guerra tenha sido tão pobre em reflexões e em trabalhos sobre a democracia americana; como se se perpetuasse, no momento em que a potência dos Estados Unidos resplandece em todo o mundo, o desconhecimento de que sofreu na Europa a sua experiência histórica, quando ainda eram apenas um país distante. Mesmo a guerra de 1914-1918 não abalou a condescendência da velha Europa para com eles. Em 1945, ei-los brilhantes vencedores, trazendo a Constituição americana à coroa de flores da liberdade. Contudo, o que está na ordem do dia da vitória é a questão do comunismo, mais do que a da democracia.

O que pode ser explicado de diversas maneiras. De um modo geral, de dois séculos para cá, os europeus estão acostumados a pensar sua história em termos de descontinuidade. Estão inclinados a interpretar a sucessão de seus regimes através de grandes acontecimentos, cujo mais famoso modelo foi fornecido pela Revolução Francesa. A democracia americana é um estado social, ao passo que a democracia na Europa é uma força de subversão incessantemente em ação no tecido da História. A Segunda Guerra Mundial, ao modificar a vida do mais humilde dos cidadãos, ilustrou poderosamente a historicidade particular das sociedades européias. Ainda mais do que a Primeira, ela alimentou a fé na onipotência da vontade e da força. As nações sobreviventes tendem a avaliar suas esperanças com base na tragédia por que passaram. Estão mais ávidas de programas revolucionários do que de receitas constitucionais.

O ano de 1945 reproduz a situação de 1918, num outro contexto e a uma escala mais grandiosa. O fascismo (seria preferível escrever: o nazismo) foi um caso europeu, não só porque a Alemanha foi seu berço e seu lar, mas porque conquistou a Europa e obrigou todos os seus cidadãos a se definirem diante de sua ação de dominação. Nesse sentido, ele constituiu uma experiência mais geral — pelo menos com relação à Europa — do que o comunismo, uma vez que este só existiu como regime a leste do Elba e assim pôde conservar no oeste, ou conservar por mais tempo, um rosto menos desgastado por sua realidade. O fascismo, por seu lado, não teve esse destino ou essa sorte. No momento da derrota, o sangue derramado por ele em nome da pura força provoca em todos os povos que foram suas vítimas uma reação de contraviolência análoga à violência sofrida: exercício para o qual o comunismo tem mais disposições naturais do que a democracia. Como a de 1918, a Alemanha vencida de 1945 concentra sobre si as paixões de desforra provocadas pela arrogância do país. Mas a Alemanha de Hitler deve pagar muito mais do que esse preço tradicional da derrota. Ela deve expiar a idéia da superioridade racial, que encarnou com uma barbárie sem precedentes.

O horror do nazismo cresceu durante a guerra. Ele explode no momento em que o regime nazista é vencido, não só porque está vencido, mas também porque

a derrota, enfim, o exhibe ao conhecimento de todos. Os dois elementos estão ligados: a 'descoberta' dos campos de concentração pelo grande público é inseparável tanto da entrada dos exércitos aliados na Alemanha quanto da reencontrada liberdade de imprensa. E não sou otimista o bastante sobre a natureza humana para ignorar que o fator derrota desempenhou um papel mais decisivo ainda do que o fator 'conhecimento'. A prova disso é que a informação estava disponível durante a guerra e não foi utilizada, nem sequer difundida sistematicamente pelos Aliados. De resto, ainda em 1945, a dimensão especificamente judia dos massacres nazistas é em grande medida ignorada ou silenciada.

Contudo, lembro-me da surpresa horrorizada que tomou conta da opinião pública ocidental no início dessa última primavera de guerra, quando foram publicadas as primeiras reportagens sobre os campos e as primeiras fotografias dessas massas de sobreviventes esqueléticos de pijama listrado, ao lado de enormes fossas cheias de cadáveres. Foi na última quinzena de abril de 1945 que o nazismo se tornou esse empreendimento criminoso que os juízes de Nuremberg deviam condenar como tal no ano seguinte, através de seus chefes. Antes de 1939, o fascismo fora um regime cujas violências, mas também méritos, haviam sido objeto de debates apaixonados. Ele tivera no Ocidente adversários e admiradores incondicionais, mas também testemunhas e observadores incertos sobre seu próprio julgamento, que pesavam os prós e os contras, os erros e os sucessos. Durante a guerra, a força lhe permitira encobrir os rastros de seus crimes. No momento da derrota, ei-lo banido da humanidade: objeto de uma reprovação pública sem precedentes na História e sem a desculpa tirada das circunstâncias militares. À sua barbárie, a sorte das armas forneceu apenas a oportunidade.

Assim, os povos europeus tendem naturalmente a reimaginar seu passado a partir do que a guerra revelou: o antifascismo tornou-se seu patrimônio obrigatório. Mais do que a vontade de construir ou de reconstruir Estados democráticos, é essa negação que unifica o Leste e o Oeste, pois só ela confere à guerra seu sentido mais geral e, ao mesmo tempo, prolonga na mente dos homens as provações particulares da guerra. Ela é simultaneamente a tradução mais abstrata e a expressão mais concreta da horrenda experiência que acaba de ocorrer e da vitória total que acaba de encerrá-la. As atrocidades cometidas pelos nazistas, embora sejam, em toda parte, de natureza comparável, estão longe de ter tido, no Oeste e no Leste da Europa, uma amplitude idêntica. Mas a guerra, a ocupação pelo Exército alemão, a humilhação nacional, a deportação dos patriotas, a perseguição dos judeus formaram o quadro de uma desgraça compartilhada, cujo denominador comum, o culpado, único é o nazismo. O preço da paz não consiste mais, como em Versalhes, no rebaixamento da Alemanha e sim na extirpação do nazismo. Os alemães de 1918, condenados como nação, reagiram como nação.



Os de 1945, reprovados como nazistas, são objeto de um opróbrio muito mais radical e mais duradouro, pois devem eles próprios subscrevê-lo: o único futuro que lhes é deixado é o de tornarem-se antinazistas. A forma ideológica que Hitler deu a suas paixões nacionalistas destruiu a sua substância; ela lhes veda qualquer outra saída da guerra que não a expiação ideológica.

Ora, é precisamente nesse espaço político reocupado inteiramente pelo antifascismo que o comunismo reencontra e amplia seus meios de influência e até de fascínio. Pois a vitória do Exército Vermelho e a ocupação por ele de grande parte da Europa não teriam bastado para tanto, se elas não tivessem sido envolvidas nessa reconciliação com a idéia comunista tal como ela seduzira o Ocidente antes da mudança de lado do verão de 1939. Uma reviravolta semântica basta para ilustrá-lo: em 1939, a União Soviética 'invadirá' a Polônia; em 1944, ela a 'liberta'. Embora, nos dois casos, ela a 'ocupe' — e, no segundo, mais completamente do que no primeiro —, o vocabulário mostra suficientemente o abismo que separa, na opinião pública, os dois episódios.

No antifascismo, a URSS sente-se em casa, como o comunismo também. É um velho conhecido, que já prestou um grande serviço nos anos antecedentes à guerra. Sua maior vantagem é só existir por uma negação e, assim, esconder, sob o pretexto da urgência, a questão da democracia política. Em 1945, essa urgência não existe mais, já que o fascismo está por terra. No entanto, ela sobrevive às circunstâncias que a tornavam tão premente, carregada pela vitória, exacerbando as paixões da guerra no momento em que as torna menos necessárias. A União Soviética cessara de ser antifascista em agosto de 1939, no momento da maior urgência. Mas na hora da vitória, ela faz com que seja esquecido esse abandono de posto, graças a um redobro de propaganda e de proclamações, a tal ponto que o perigo fascista nunca parece tão iminente quanto quando já passou.

O antifascismo é uma bandeira preciosa, tanto mais que confere seu maior prestígio à idéia revolucionária. Assim como a Primeira Guerra Mundial, a Segunda pôs a revolução na ordem do dia. Mas a Primeira fora feita em nome da nação; quando terminou, no extremo cansaço dos combatentes, os revolucionários tiveram, para dar consistência ao seu projeto, de ir contra as paixões nacionais; nisso, eles quebraram a cara, mesmo na Alemanha vencida. A Segunda Guerra Mundial, pelo contrário, envolveu o confronto das nações num combate de idéias; ela teve explicitamente como objetivo a liquidação do fascismo; os povos que delam saem não têm um longo caminho a percorrer para irem dali à revolução.

Com efeito, se a guerra foi um produto do fascismo, o próprio fascismo é um produto do capitalismo e da burguesia. A velha convicção do movimento socialista de que o capitalismo traz a guerra consigo encontra, através desse encadeamento de razões, uma razão a mais. Já em meados da década de 30, o

Komintern definira o fascismo como a forma mais reacionária do capitalismo de monopólio, dominado pelo capital financeiro<sup>1</sup>: um jeito de situá-lo, na classificação dos regimes, no extremo oposto do ‘socialismo’ soviético e como seu adversário mais violento. Em 1945, essa interpretação simplista parece ter recebido uma confirmação dos acontecimentos. Embora não explique propriamente coisa alguma, ela parece refletir, em sua abstração, a disposição das forças militares e políticas no momento da vitória; e apresenta a vantagem de transformar essa vitória numa etapa rumo à revolução, isto é, rumo à abolição completa do capitalismo. A história da guerra doravante passa a receber seu sentido, em toda a esquerda européia, da famosa frase de Horkheimer: “Quem nada tem a dizer sobre o capitalismo deve também calar-se sobre o fascismo”. Os marxistas da Escola de Frankfurt não se cansaram de repetir essa falsa idéia, que, porém, nutriu uma tão grande parte do pensamento político do pós-guerra europeu<sup>2</sup>.

É preciso, portanto, tentar compreender o seu extraordinário ascendente, e não só entre os pensadores, que neste caso mais seguem a opinião comum do que a esclarecem. Sua força vem, antes de tudo, do encontro, acontecido nessa época, entre a experiência histórica maciça que acaba de ocorrer e a cultura política revolucionária. É uma velha convicção da esquerda socialista que a guerra seja inseparável da dominação burguesa e deva ser-lhe imputada. Ora, a guerra foi desencadeada por um ditador que chegou ao poder com a cumplicidade dos partidos burgueses alemães: não é preciso mais, no contexto de 1945, para fazer o horror suscitado pelo nazismo recair sobre a ‘burguesia’, não apenas alemã, mas européia. Pois se os políticos alemães são acusados de terem criado Hitler, os ingleses e os franceses assinaram os acordos de Munique. Assim se constituiu uma racionalização ‘marxista’ da Segunda Guerra Mundial, infinitamente mais poderosa do que a da Primeira, em 1917-1918, pois tira sua força do fato de possuir uma encarnação monstruosa do burguês. O que tem de simplista em nada diminui o que tem de convincente, pelo contrário. Pouco importa que, na realidade, Hitler tenha em ampla medida destruído a ordem tradicional da sociedade alemã, que tenha sido o adversário mais feroz do Ocidente e, durante certo tempo, o aliado de Stálin, se sua derrota ainda pode servir para desonrar o que ele combateu em vão: a democracia burguesa.

---

1. Cf. *supra*, pp. 262-263.

2. Por exemplo, Herbert Marcuse, ainda em 1967: “A transformação do Estado liberal em Estado ‘autoritário total’ acontece com base numa ordem social inalterada. Relativamente a essa base econômica inalterada, podemos dizer que o liberalismo produz o Estado autoritário total, como seu acabamento num estágio mais desenvolvido de seu desenvolvimento. O Estado autoritário total traz consigo a organização e a teoria da sociedade correspondente à época monopolista do capitalismo”. (*Kultur und Gesellschaft*, Frankfurt, 1967, vol. I, p. 37.)

O paradoxo do pós-guerra é, assim, que o antifascismo vitorioso se nutre de representações e de paixões que lhe são comuns com o inimigo detestado e vencido. Por um lado, ele é totalmente democrático, definido pelo combate contra Hitler, seus soldados e suas idéias. Por outro, porém, é antiburguês e anticapitalista, orientado para uma democracia de tipo novo. Essa qualificação não transforma o regime soviético necessariamente num modelo, mas tende a lhe conferir certa preferência sobre o Ocidente. Em todo caso, ela faz com que se esqueça do que tantas vezes fez com que ele fosse comparado ao nazismo, antes da guerra. Aliás, o movimento comunista joga brilhantemente nos dois tabuleiros. Assim como a URSS é aliada da Inglaterra e dos Estados Unidos, os partidos do Komintern reanimaram, em cada país, a partir de 1941, as políticas de unidade antifascista, no interior das 'frentes nacionais'. Mas nunca se esquecem de ressaltar que só eles são detentores de um antifascismo radical, ou seja, anticapitalista: essa lóides negativa basta para privilegiar a União Soviética entre as potências aliadas contra Hitler.

Assim, a guerra dá com exclusividade à pátria do socialismo o maior papel do repertório democrático: a crítica à democracia em nome da democracia. Os ingleses e os americanos, valorosos soldados antinazistas, permaneceram encerrados no horizonte capitalista. O antifascismo comunista beneficia-se ao mesmo tempo do fato de ser o aliado da América e de pretender abrir caminho para uma democracia livre do poder do dinheiro. O que basta para fazer com que se esqueça, em proveito de Stálin, que os dois mais constantes antifascistas europeus foram, não comunistas, nem sequer homens de esquerda, mas sim conservadores: Churchill e De Gaulle<sup>1</sup>.

No final da Primeira Guerra, a União Soviética iniciara sua carreira na política da Europa como o ícone da idéia revolucionária dirigida contra a guerra imperialista. Mas, na época, ela só dispunha de uma força de opinião, incapaz de inspirar de forma duradoura sequer as nações humilhadas. Em 1945, grande Estado vitorioso, ela soma a força material ao messianismo do homem novo. A Primeira Guerra fizera-o nascer. A Segunda instala-o na primeira linha da História, graças simultaneamente ao poderio militar e ao retorno da idéia revolucionária. A União Soviética de Stálin, se aceitarmos considerá-la como a russificação avançada do modelo leninista-soviético (ele próprio já enxertado na autocracia czarista) nunca foi tão 'russa' quanto em 1945 e, à escala europeia, mais 'eslava'. Mas essa também é a época em que ela possui o mais alto prestígio universalista. Esse foi o presente dado pela História a Stálin, que tira proveito da oportunidade.

---

1. É um novo signo de sua comunidade de destino e de sua relativa solidão, o fato de ambos deverem, quase juntos, renunciar a dirigir seus países tão logo o fascismo é vencido.

A sorte que lhe sorri estende-se, aliás, para além da Europa e, para avaliarmos a sua real medida, precisaríamos considerar as suas conseqüências no mundo todo. Pois a idéia soviética, assim como põe as paixões democráticas a serviço da tirania, possui também a capacidade de mobilizar uma tradição europeia contra a Europa. No meio do século XX, já faz muito tempo que a universalização do mundo progride através da conquista europeia dos mercados e dos territórios. Os impérios edificados pelo Ocidente disseminaram, assim, pela força, as idéias democráticas modernas, que sua política de dominação colonial desmente: por isso os povos colonizados retiveram mais a sua mensagem revolucionária do que sua promessa liberal. Ora, a guerra oferece possibilidades novas para a emancipação desses povos, uma vez que enfraquece, pelo menos relativamente, a Europa do Oeste e reafirma contra Hitler os valores universais da democracia. De resto, Roosevelt e Stálin não fizeram mistério de seu anticolonialismo. Mas o presidente dos Estados Unidos dirige a maior potência capitalista do mundo, que tudo designa a suceder o Ocidente europeu. Stálin, por seu lado, brande contra o Capital o estandarte do marxismo-leninismo.

A doutrina tem tudo para agradar. Tem a respeitabilidade de uma grande filiação filosófica, o carimbo democrático, a dignidade da 'ciência'. Através do bom êxito de Outubro de 1917, já mostrou suas capacidades às margens da Europa: a URSS deu o exemplo de um curto-circuito histórico que promete ao mundo não-europeu poder rapidamente alcançar um desenvolvimento equivalente. O marxismo-leninismo pode seduzir as inteligências sofisticadas, que insistem no primeiro termo, mas também as mentes rústicas, que ressaltam o segundo. Para uns e outros, fornece um corpo de idéias ocidentais capaz de unificar as paixões antiburguesas na Europa e fora da Europa. Nos diferentes nacionalismos do mundo colonizado, o nazismo alemão tivera muitas vezes uma boa imagem, antes e depois da guerra, na medida em que combatia os Impérios Francês e Inglês. No final da guerra, porém, a União Soviética já não tem um concorrente antiocidental na Europa. Existe canal melhor para o ressentimento das elites dos países pobres, colonizados ou dependentes do planeta? Ele oferece, ao mesmo tempo, a filosofia e a estratégia da emancipação, antes de propor os seus meios. Nenhum corpo de doutrina europeu foi, em tempo algum, tão avidamente adotado fora da Europa quanto, em nosso século, o marxismo-leninismo, essa filosofia pós-hegeliana arranjada como ideologia totalitária.

Esse sucesso espetacular no bazar das idéias está, com efeito, ligado ao fato de ele oferecer a justificação universalista do poder absoluto. Seguro do precedente soviético, o tirano da segunda metade do século XX extrai sua legitimidade inédita de uma ambição emancipadora: leva seu país ao socialismo através de uma nova versão da democracia moderna, livre da hipoteca capitalista. A fór-

mula é vasta o bastante para abranger todo tipo de estados sociais, desde o Vietnã ou o Yêmen até a Polônia ou a Tcheco-Eslováquia. No entanto, ela comporta, em todos os casos, a concentração de todo o poder num único partido, mesmo se nominalmente existem outros, e na pequena oligarquia que dirige esse partido, em nome das leis da História, a começar pelo secretário-geral. Assim, a mentira sobre a qual se constrói o regime soviético tende a se universalizar sob a bandeira da revolução. O fenômeno pode assumir o aspecto de uma mera extensão territorial da URSS, como no caso dos países bálticos; ou da criação de Repúblicas irmãs, sob o domínio de partidos comunistas locais, submetidos a Moscou, como o Leste da Europa. Mas o sistema ideológico-político possui uma dinâmica que vai além de uma organização das conquistas militares ou dos efeitos de vizinhança. Ele é exportável também para um círculo maior, e mesmo para o mundo todo, a julgar pela atração que exerce ao mesmo tempo na Europa rica e no mundo pobre. E a admiração que ele provoca entre os povos de além-mar serve de confirmação, na Europa, de seu caráter universal.

Pois a Europa permanece e permanecerá a parte do globo onde se decide o destino do comunismo. Filho da cultura européia, o regime marxista-leninista poderá, depois da guerra, na época de sua mais próspera fortuna, estender-se a outros continentes, como a África e a Ásia, e até a imensas nações, como a China. Esses sucessos demonstrarão, por um lado, a universalidade de sua linguagem e, por outro, a eficácia de suas receitas em matéria de poder absoluto; e, sem dúvida, a sua capacidade de unir as duas vantagens e de apresentar o que é necessário ao partido único como aquilo de que a História necessita. Contudo, é na Europa que o tipo de regime instaurado por Lênin, continuado por Stálin, em nome do marxismo-leninismo, será julgado pela opinião pública: antes de tudo no lugar de seu nascimento, mas também ali onde se estendeu e, por fim, ali onde, sem jamais reinar, encontrou o assentimento de tantos eleitores e de tantos espíritos esclarecidos. A parte de atração universal que as revoluções comunistas do pós-guerra tiveram veio-lhes do exemplo soviético, quer quando o imitam, quer quando o 'rejuvenescem'. Mesmo sob essa segunda forma, porém, maóismo e castrismo não sobreviveram por muito tempo à crise do modelo, como mitos de substituição.

Na realidade, é nos anos do imediato pós-guerra, e na Europa, berço do regime soviético e palco de suas façanhas, que se decide o porvir do comunismo. O momento de sua maior força é também sua prova de verdade: como governo, como potência, como idéia.

A história interna da URSS depois da guerra só participa indiretamente do âmbito deste ensaio; para meu propósito, basta registrar que a guerra não mudou a sua natureza, pelo contrário: a vitória agravou seu caráter, pelo acréscimo de prestígio e pela aura de infalibilidade que confere a Stálin. O secretário-geral já cumulava a dupla bênção, internacional e russa, inseparável do 'socialismo num só país'. O marechal somou a ela a do soldado vitorioso. Resignados à ditadura, os combatentes da terrível guerra forjaram uma justificação nova para sua escravidão coletiva. Estamos acostumados a atribuir sua formidável resistência, seu espírito de sacrifício, seu heroísmo ao sentimento patriótico, comparando-os a seus antepassados de 1812, também eles vencedores de um invasor estrangeiro que veio estabelecer-se em suas terras. Essa comparação diz, à sua maneira, que os soldados do Exército Vermelho defenderam sua pátria, não seu regime. No entanto, se esse regime sai triunfante da batalha, não é apenas porque soube captar o patriotismo russo, frente à crueldade dos nazistas; mas também porque fez a guerra e organizou a vitória conforme o seu espírito. A servidão em que os povos da URSS são mantidos superpôs os seus efeitos às exigências da obediência militar: de sorte que, mesmo patriótica, mesmo 'antifascista', a guerra foi também, em sua história, o prosseguimento da experiência totalitária, antes de constituir seu agravamento.

A paz reencontrada não é, portanto, na URSS de Stálin, senão a continuação da guerra através de outros meios. Nada o mostra melhor do que as condições em que se efetua a 'repatriação' dos cidadãos soviéticos que se encontram no estrangeiro na época em que as armas se calam. Não se trata de um punhado de homens. São cerca de cinco milhões, arrancados de sua desgraçada condição de antes da guerra pela desgraça ainda maior da guerra; uns formam a imensa coorte dos soldados feitos prisioneiros pela Wehrmacht, especialmente em 1941-1942, e sofrem condições de cativo muito duras; outros foram requisitados pelo inimigo para trabalharem na Alemanha; outros ainda, sob coerção ou por sua própria vontade, colaboraram com os alemães, ou até serviram no 'exército de Vlassov'. Enfim, há aqueles que fugiram da URSS graças às circunstâncias, para se refugiarem no Oeste.

---

1. A questão da 'colaboração' militar soviética com os nazistas é mal conhecida. Ela foi, por excelência, um assunto tabu da historiografia do regime. A idéia nunca recebeu do lado alemão algo mais do que um apoio intermitente e frágil, da parte dos elementos antinazistas da Wehrmacht ou, entre os nazistas, dos partidários de uma política de fragmentação territorial da URSS, como Rosenberg, ou ainda de políticos realistas que procuravam enfraquecer o adversário, como Goebbels. De qualquer forma, as atrocidades cometidas em território soviético pelos exércitos nazistas em nome do racismo antieslavo não ofereceram muito espaço de desenvolvimento para essa política.

As primeiras formações militares soviéticas que serviram sob uniforme alemão foram recrutadas, já no verão de 1941, entre as centenas de milhares de homens feitos prisioneiros nos

Os acordos de Yalta previram a repatriação de todos os cidadãos soviéticos que manifestem o desejo de fazê-lo, e o retorno forçado de todos os que vestiram o uniforme alemão ou colaboraram com o inimigo. Mas a questão ultrapassa, para Stálin, a da punição dos traidores. A proibição de sair da URSS constituiu, desde a origem do Estado, um dogma da política interna soviética, e a autorização de sair do país, um dos privilégios mais exorbitantes. A ignorância absoluta do que se passa no estrangeiro é essencial ao 'socialismo num só país'. Ora, eis que a imensa e sangrenta bagunça da guerra faz aparecerem, no momento da vitória, milhões de cidadãos soviéticos fora da triunfante União: situação

---

primeiros meses da guerra. Elas foram crescendo aos poucos, provavelmente por razões múltiplas, que iam da hostilidade ao regime de Stálin até o mero desejo de sobreviver: pois as condições de vida dos prisioneiros do Exército Vermelho nos campos alemães foram não raro horrosas. Estas formações, utilizadas primeiro *in loco*, no combate aos aliados soviéticos atrás da linha de combate, foram também, um pouco mais tarde, reagrupadas por nacionalidades para servirem no Oeste, especialmente na França, contra a resistência interna.

O esforço mais sério para unificar as forças militares 'soviéticas' a serviço da Alemanha foi tentado em setembro de 1942 pelo general Vlassov, feito prisioneiro em julho do mesmo ano e fundador, em dezembro, em Smolensk, do Comitê Nacional Russo. Mas, durante muito tempo, Vlassov quase que só conseguiu supervisionar com uma autoridade ilusória, em nome de um programa nacional russo desmentido por sua situação de dependência e, de qualquer forma, pouco capaz de seduzir as minorias nacionais da URSS, os diferentes batalhões militares de origem soviética formados por nacionalidades. Nunca conseguiu trazê-los de volta à frente oriental. Estreitamente submetidos às unidades da Wehrmacht, eles permaneceram essencialmente vinculados a tarefas de repressão no Oeste.

A missão de Vlassov só assumiu um pouco mais de importância na política nazista no outono de 1944, quando se delineia a catástrofe final. Himmler aceita fazer algumas concessões ao general russo, que funda em Praga, a 14 de novembro, o Comitê pela Libertação dos Povos da Rússia: o longo Manifesto que coroa essa jornada apresenta a estranha característica de constituir um programa antibolchevique liberal, sob o patrocínio dos nazistas! De qualquer forma, Vlassov é então capaz, valendo-se do grande refluxo de populações expulsas para o oeste devido ao avanço do Exército Vermelho, de constituir dois exércitos, reunindo nos dois cerca de 50 mil homens. Um deles se ilustrará nos primeiros dias de maio de 1945, ao mudar de lado e libertar Praga contra os regimentos SS.

No final da guerra, num total de cerca de 5 milhões de 'pessoas deslocadas' de origem soviética, podemos avaliar em 500 mil ou pouco mais o número de cidadãos soviéticos de diversas nacionalidades que servem na Wehrmacht, número ao qual é preciso somar os dois exércitos Vlassov do final de 1944. O resto é composto de prisioneiros de guerra, de deportados do trabalho, de deportados sem mais, enfim, daqueles que fugiram para o Oeste, por uma ou outra razão, na época do retorno ofensivo dos exércitos soviéticos. Desses 5 milhões de homens, metade dos quais se encontra em território ocupado pelo Exército Vermelho, 3,2 milhões serão repatriados no verão de 1945. As potências aliadas vão encarregar-se dos outros, ou seja, cerca de 2 milhões, e quase todos serão levados de volta à URSS, entre 1945 e 1947, por vontade própria ou forçados. Cf. George Fischer, *Soviet opposition to Stalin. A case study in World War II*, Harvard University Press, 1952. Cf. Nicolas Bethell, *Le dernier secret, 1945: comment les Alliés livrèrent deux millions de russes à Staline*, Le Seuil, 1975.

intolerável, tanto mais que grande parte deles ameaça renovar as tropas da emigração russa no Ocidente e prejudicar as vantagens espetaculares que a guerra antifascista ofereceu à propaganda soviética. Isso é tão verdadeiro que, para Stálin, todo cidadão soviético fora das fronteiras, *a fortiori* no Ocidente, é um suspeito, na maioria das vezes um 'fascista', mesmo se foi apenas levado preso para a Alemanha no acaso dos combates. Pobres prisioneiros de guerra soviéticos, tão cruelmente tratados já nos campos alemães, e que reencontram outros campos, desta vez soviéticos, quando voltam ao país natal: pois Stálin não faz muita diferença entre o cativo nas mãos do inimigo, a deportação, a emigração voluntária e a traição. Pretende recuperar a todos, para liquidar a todos, até os emigrados 'brancos' do pós-Primeira Guerra Mundial, que nunca haviam sido, por definição, súditos 'soviéticos'.

O drama é que os ingleses, seguidos pelos americanos e pelos franceses, antecipam-se a esses pedidos, isto é, vão muito além dos acordos de Yalta. Em meio às multidões de homens e de mulheres que eles devolvem, não raro pela força, aos agentes do NKVD que vêm organizar seu retorno, muitos não serviram a Alemanha. E mesmo os que a serviram, não se passarão cinco anos antes que os americanos os vejam com outros olhos: não que tenham mudado de opinião sobre o hitlerismo, como os acusará a propaganda soviética, mas sim porque descobriram que os soldados perdidos do exército Vlassov haviam podido ter circunstâncias atenuantes em sua dupla condição de súditos de Stálin e de prisioneiros de Hitler. Soljenitsin, que adora beirar os precipícios, o dirá à sua maneira delicada e potente, num capítulo de *Arquipélago Gulag*<sup>1</sup>.

Nicolas Tolstoi<sup>2</sup> descreveu as cenas dilacerantes a que deu lugar, especialmente na Inglaterra, essa repatriação forçada. Ou ainda Heller e Nekrich, quando evocam o feliz retorno dos soldados soviéticos desmobilizados e acrescentam: "Mas havia também outros trens, de vagões fechados, de janelas com grades, que também traziam de volta soldados soviéticos; desses vagões para animais não escapava nenhuma música ou canção. Ninguém vinha recebê-los nas estações. Dia e noite eles rodavam, atracavam a cais desertos e militares soviéticos, sob forte escolta, pisavam o solo natal: eram os antigos prisioneiros dos campos de concentração nazistas, aqueles que, voluntariamente ou não, haviam ajudado, servido os alemães; aqueles, enfim, que, sem terem vivido na Rússia pós-revolucionária, haviam sido contados como cidadãos soviéticos pelos aliados americanos, britânicos e franceses, e entregues às autoridades soviéticas, ou seja, à arbitra-

---

1. A. Soljenitsin, *L'Archipel du Goulag, 1918-1956, Essai d'investigation Littéraire*, 3 vols., Le Seuil, 1974-1976. Cf. quinta parte, cap. 1 (vol. 3, pp. 27-31).

2. N. Tolstoi, *Victims of Yalta*, Londres, Hodder and Stoughton, 1977; trad. francesa: *Les victimes de Yalta*, France-Empire, 1980.



riedade, não à justiça<sup>1</sup>". De fato, esses dois milhões de prisioneiros, quase todos acusados de traição e sumariamente julgados por grupos inteiros, vão povoar os campos do Gulag, quando não forem condenados à morte e executados.

Essa liquidação coletiva, portanto, não é de forma alguma comparável com os processos de depuração que ocorreram no Ocidente por fatos de colaboração com o inimigo. Ela engloba indistintamente cidadãos culpados de terem servido nos batalhões Vlassov e outros, prisioneiros de guerra, trabalhadores recrutados à força, fujões ocasionais ou deliberados, emigrados. Nenhuma justiça é feita a ninguém, culpado ou inocente. O episódio mostra que a derrota do hitlerismo deixou não só intacto, mas todo-poderoso o outro totalitarismo vencedor. Todo-poderoso, no duplo sentido de que nada perdeu, muito pelo contrário, de sua violência arbitrária contra seus próprios cidadãos, e de que conseguiu transformar alguns Estados democráticos em cúmplices dessa violência. O fato de que a Inglaterra, a América e a França tenham abertamente renegado o tradicional direito de asilo em favor de Stálin ilustra melhor do que qualquer outro acontecimento o formidável poder de opinião ganho pela União Soviética depois de 1941, e coroado pela vitória de suas armas. A Segunda Guerra Mundial não produziu, como a Primeira, Estados totalitários; pelo contrário, ela os encontrou em seu berço. Mas, ao destruir um, ela fortaleceu o outro. Ao liquidar Hitler e Mussolini, ela levou Stálin ao pináculo. Este último, sem dúvida, nunca precisou da bênção dos governos ocidentais para povoar o seu Gulag. Mas é um extraordinário acréscimo de legitimidade oferecido à ditadura vitoriosa que eles publicamente a auxiliem nessa sinistra tarefa. Pois o Ocidente não se limita a dar corpo à mitologia do regime; ele favorece diretamente seus crimes.

Todavia, o que dá à URSS, na época, esse extraordinário poder sobre a opinião pública não é a própria idéia democrática. É o sentido que ela confere à vitória sobre a Alemanha hitleriana. O fato de que a URSS tenha pagado o maior preço nessa vitória, em aliança com a Inglaterra e os Estados Unidos, as nações mães das liberdades, faz com que os povos se esqueçam dos processos de Moscou e dos brindes trocados em 1940 entre Molotov e Hitler. Os sofistas e os simples podem, em conjunto, até mesmo envolver retrospectivamente esses episódios tenebrosos na luz do triunfo final: a partir daí, a execução de Tukhatchovski e a partilha da Polônia não são mais do que recursos deploráveis, mas necessários, da vitória sobre Hitler. Mas mesmo essa fábula trai a fonte de que se alimenta o prestígio da URSS: o julgamento da 'História', mais do que o amor da democracia e das liberdades.

---

1. M. Heller e A. Nekrich, *op. cit.*, cap. 9, p. 375.

Sob esse aspecto, o adjetivo ‘antifascista’ ainda serve, como na década de 30, para camuflar a natureza do comunismo soviético. Ele apenas define um inimigo e não um regime. Em 1945, as simplificações políticas inseparáveis da guerra parecem ter-lhe dado um sentido unívoco, quando na verdade nunca dissiparam a sua ambigüidade. Elas, porém, lhe fizeram um cortejo de sangue. De qualquer forma, muitas vezes, a derrota do nazismo é, sem dúvida, a derrota da Alemanha. Essa Alemanha vencida foi a de Hitler, mas a Alemanha não aguardou Hitler para ser invasora na Europa do século XX; seja quando os povos lhe fossem um tanto favoráveis, como os húngaros, seja quando lhes fossem firmemente hostis, como os poloneses. A ideologia nazista não alterou nas mentes esses dados mais antigos: o domínio de Hitler sobre a Europa, em 1941-1942, foi visto como o domínio da Alemanha. Da mesma forma, em 1945, a derrota do nazismo significa, na experiência dos povos, a derrota da Alemanha. A vitória da União Soviética, por mais antifascista que seja, canaliza as paixões nacionais antialemãs, tanto no Leste como no Oeste da Europa.

Os soviéticos entendem isso perfeitamente. Em todas as discussões aliadas sobre o pós-guerra, desde 1943, eles foram os mais obstinados em querer destruir para sempre o mecanismo do poderio alemão, retomando por conta própria a causa defendida por Clemenceau em 1918-1919. Eles tomaram garantias territoriais muito maiores do que os franceses da época. Não só ocupam todo o leste da Alemanha, Pomerânia, Prússia, Brandemburgo, Saxe, Silésia, Turíngia, como também estão resolvidos a impor uma ampla translação para o oeste das fronteiras da Polônia, para conservarem suas conquistas de 1919 e compensarem os poloneses com territórios alemães. Seus pedidos, em termos de reparações materiais, são tão exorbitantes que o próprio Churchill os considerou insensatos<sup>1</sup>. Nas decisões de Yalta e de Potsdam acerca de pôr a Alemanha sob tutela e de, simultaneamente, fragmentá-la, a União Soviética desempenhou sempre um papel de ponta, ao qual lhe dão direito seus milhões de mortos e seu território devastado. Além disso, ela capitaliza a vantagem que possui sobre os anglo-saxões de oferecer aos povos que escaparam da tragédia uma interpretação sistemática dos crimes alemães no século XX. Pois a derrota de Hitler leva a opinião pública a acusar também o que antecedeu a Hitler e só considerá-lo como a pré-história de Hitler.

---

1. J. P. Nettl, *The eastern zone and soviet policy in Germany, 1940-1950*, Oxford University Press, 1951, cap. 2, pp. 43-45. Dennis L. Bark e David R. Gress, *Histoire de l'Allemagne depuis 1945*, Robert Laffont, *Collection Bouquins*, 1992 (ed. inglesa: Basil Blackwell, 1989), I, primeira parte, pp. 3-87.

O militarismo alemão, já culpado pela Primeira Guerra Mundial, pilhou toda a Europa sob o uniforme nazista, um quarto de século depois. Esta proposição, que resume bem o sentimento das nações, não é especificamente marxista. Todavia, ela comporta, em sua segunda parte, uma definição do nazismo que, por seu lado, pode sê-lo e, com isso, aumenta a força do antinazismo soviético. Com efeito, se Hitler foi apenas a encarnação mais feroz do militarismo alemão, é porque 'representou' as mesmas forças econômicas e sociais que dominam a história nacional desde Bismarck: a aliança dos *junkers* prussianos e da grande indústria renana<sup>1</sup>. Assim, para extinguir para sempre esse foco de incêndio, é preciso destruir para sempre essas forças ao mesmo tempo nacionais e sociais: com isso, o fascismo desemboca naturalmente na exportação da revolução, como que inscrita na missão do Exército Vermelho.

O comunismo soviético permanece muito fiel, em certo sentido, à velha condenação socialista da guerra, fatalidade do capitalismo, massacre desejado pelos comerciantes de canhões. Desta vez, porém, ao contrário da situação de 1914-1918, ele também pôs suas forças na balança e figura entre os vencedores. Com isso, a responsabilidade da Segunda Guerra Mundial deixou, a partir de 1941, de ser dividida entre as potências imperialistas, para recair inteiramente sobre a Alemanha de Hitler, filha do capitalismo germânico. Essa nova versão do combate contra a guerra através da guerra tem uma imensa superioridade sobre a antiga. Ela confere um sentido aos sacrifícios consentidos pelos soldados, ao passo que o derrotismo revolucionário os levava até a recalcar suas recordações de heroísmo. Ela dá um lugar de honra aos sentimentos patrióticos dos povos, ao passo que a abstração internacionalista de ontem tendia a desacreditá-los. Um dos grandes segredos da ideologia soviética na Europa de 1945 é associar as paixões nacionais ao universalismo revolucionário, desta vez através da vitória sobre o militarismo alemão. Desde que se tornou, sob Bismarck, a principal potência da Europa, a Alemanha acumulou ressentimentos e ódios de que Stálin acaba sendo o vingador.

Esse segredo de influência só pode ser utilizado em doses variáveis, conforme os países e as circunstâncias. Muito poderoso sobre a opinião russa, é inócuo, por enquanto, sobre os alemães derrotados, submetidos a uma dura ocupação e a enormes tributos em equipamentos e matérias-primas. A mesma coisa, em menor grau, na Hungria, que foi aliada de Hitler. Mas na maior parte da Europa central e centro-oriental, a União Soviética, mesmo quando é temida como grande potência, aparece também como o grande irmão eslavo, no momento do grande acerto

---

1. Na realidade, o papel político dessas forças econômicas e sociais foi destruído por Hitler. Sobre a 'democratização' da sociedade alemã pelo nazismo, vide David Scoenbaum, *La révolution brune, la société allemande sous le Troisième Reich*, Robert Laffont, 1979.

de contas com o opressor germânico: assim, os sentimentos de desforra que animaram os russos podem ser compartilhados, por exemplo, pelos búlgaros, pelos tchecos ou pelos sérvios. Embora tenha sido um antigo satélite da Alemanha, a Bulgária conserva um fundo de russofilia. A Tcheco-Eslováquia lembra-se de ter sido abandonada em Munique pelo Ocidente, e seu Partido Comunista tira grande parte de sua força, na hora da vitória, do fato de misturar de forma natural o patriotismo e o apego à URSS. Quanto aos povos da Iugoslávia, que se confrontam tragicamente durante a guerra, Tito, apoiado por Churchill, conseguiu uni-los num exército de partidários que liberta Belgrado de mãos dadas com o general soviético Jdanov. Existe ilustração melhor da osmose quase providencial que a época realiza entre o regime soviético e a libertação das nações subjogadas?

O caso mais interessante, sob esse aspecto, é o da Polônia, porque o mais complexo. A guerra começou ali, em setembro de 1939, e os poloneses imediatamente encontraram na tragédia a oportunidade de alimentar suas duas paixões patrióticas: o ódio à Alemanha e o ódio à Rússia, eternos despedaçadores de seu território. A partilha de 1939 despertou ao mesmo tempo as más recordações e o sentimento da excepcionalidade nacional: a Polônia foi realmente a única nação do universo que sofreu, ao mesmo tempo, a Gestapo e o NKVD, cada perseguidor agindo em sua própria parte de uma conquista combinada de antemão. O extremo fervor do patriotismo polonês é alimentado pelo sentimento da fragilidade da pátria, quando não cultiva a fé melancólica numa eleição especial do país, ainda que pelo sofrimento. Os outros povos europeus poderão 'esquecer-se' dos anos de 1939-1940 em proveito de 1944-1945, mas não os poloneses, que ali perderam, mais uma vez e por muito tempo, sua pátria. A história de sua tragédia, em que figuram ao mesmo tempo os massacres nazistas e as deportações soviéticas, é para eles mais obsessiva do que os erros cometidos por seu governo antes da guerra. Pois ela confirma de maneira inesquecível seu ódio às duas nações vizinhas. O ódio aos nazistas não precisa de explicações. E o temor da Rússia sobrevive à invasão da Rússia perpetrada por Hitler.

Os poloneses não precisaram esperar os alemães proclamarem aos quatro ventos o massacre de Katyn para saberem que dezenas de milhares deles, cuja maior parte era composta pela elite do país, desapareceram entre o outono de 1939 e a primavera de 1940 nas profundezas da Rússia. Hostis por tradição ao Império Russo, encontraram no comunismo soviético uma razão a mais para temê-lo. Até o pequeno Partido Comunista Polonês, filho burocratizado de Rosa Luxemburgo, que permaneceu como um dos raros lugares de uma simbiose judeu-polonesa, teve seu conflito com Moscou e em Moscou: foi dissolvido em 1938 pelo Komintern, depois que a maioria dos membros de seu Comitê Cen-

tral no exílio foi fuzilada<sup>1</sup>. De qualquer forma, eles teriam sido excluídos no ano seguinte do consenso nacional ao redor do governo polonês no exílio.

1. A história do comunismo polonês é tumultuosa e triste. A de suas relações com o Komintern é, além disso, trágica. Formado já em 1918, o partido é inicialmente, segundo a ortodoxia luxemburguista, hostil à independência da Polônia, porque partidário de sua vinculação à jovem República soviética: essa posição atinge o paroxismo em 1920, quando ele apóia a ofensiva do Exército Vermelho rumo a Varsóvia. Prisioneiro de um exagero antinacionalista, às voltas com brigas internas, dirigido por militantes judeus internacionalistas, tem um eco muito pequeno na Polônia e provoca já em 1924 o ódio de Stálin, por causa de suas inclinações trotskistas: a primeira limpeza de sua direção em Moscou data daquele ano. Isso não impede que uma outra equipe, dois anos depois, receba uma nova admoestação de Stálin, por ter apoiado o golpe de Estado militar de Pilsudski contra o regime parlamentar: esse passo em falso tático iria alimentar contra o partido polonês, durante 30 anos, em Moscou, a acusação de ser um partido infiltrado por agentes 'fascistas'.

Em seguida, porém, e até o advento de Hitler, este é apenas, para o Komintern, um instrumento acessório a serviço da política alemã; por exemplo, ele é levado a defender contra o interesse nacional a idéia de uma revisão das fronteiras de Versalhes, na alta Silésia e em Dantzig. Ele continua sendo o objeto de um controle cerrado e de uma caça aos trotskistas (dentre os quais Isaac Deutscher, expulso em 1932) dirigida periodicamente de Moscou.

Nem mesmo a virada de 1934-1935 lhe devolve um espaço interior de manobra ou um mínimo de consideração da parte de Moscou. Embora cesse sua absurda propaganda em favor do revisionismo alemão, o partido polonês é marcado demais pela espetacular subordinação ao Komintern, e muito fraco, também (entre cinco e dez mil membros), para vencer o Partido Socialista ou o Bund da sinceridade de seu novo patriotismo ou da necessidade de seu apoio. Aliás, Stálin mais teme a eferescência de suas facções do que conta com sua utilidade: prova disso é que começa a liquidar, já em 1934, vários dirigentes poloneses presentes em Moscou. Em 1937-1938, é o grande expurgo: todos os comunistas poloneses presentes na Rússia são deportados ou mortos, a começar pelos membros do Comitê Central do partido. O próprio partido é dissolvido pelo Komintern em 1938, numa data que não se conhece exatamente. Os raros sobreviventes do comunismo polonês deveram sua salvação apenas aos acasos de uma prisão anterior em seu país e ao abrigo oferecido pelas prisões de Pilsudski.

As razões dessa liquidação, do lado soviético, não foram completamente elucidadas. O Partido Comunista Polonês sempre foi suspeito a Moscou, simultaneamente porque era demasiado judeu e inclinado ao trotskismo e à dissidência ideológica e, muito simplesmente também, polonês demais: esta última característica favorecida pela linha antifascista de meados da década de 30. Em todo caso, a proximidade geográfica entre a Polônia e a URSS faz com que Stálin, em caso de necessidade, deva confiar mais no Exército Vermelho do que num pequeno partido sem influência, capaz de ser levado por sentimentos nacionalistas. Enfim, é possível que em 1938 ele estivesse preparando sua virada a favor de Hitler. Nesse caso, o partido polonês teria sido a primeira vítima do pacto germano-soviético.

Sobre essa questão, vide: N. Bethell, *Le communisme polonais 1918-1971. Gomulka et sa succession*. Prefácio e posfácio de G. Mond, trad. francesa do inglês de A. Mond, Le Seuil, 1969; M. K. Dzierzanowski, *The Communist Party of Poland, an outline of History*, Harvard University Press, 1976; Jan B. de Weydenthal, *The communists of Poland, an historical outline*, Hoover Institution Press, 1978. Enfim, sobre a infelicidade da relação entre os intelectuais poloneses e o comunismo existe a admirável autobiografia de Alexandre Wat: *Mon siècle, confession d'un intellectuel européen*, prefácio de Czeslaw Milosz, Éd. de Fallois — L'Âge d'Homme, 1989.

Pois a invasão dos alemães e, depois, dos russos não rompeu a continuidade do Estado. A originalidade do caso polonês está ligada ao fato de que o país tem um governo legal que se formou na França depois do 30 de setembro de 1939, ao redor dos grandes partidos da ex-oposição, uma vez que o chamado regime “dos coronéis<sup>1</sup>” desmoronou. Esse governo possui um Exército, que lutou primeiro ao lado da França e depois da Inglaterra; ele dirigiu, de Londres, a resistência interna polonesa, precoce, poderosa pelo número, extraordinária pela coragem e pela eficiência. Ao expulsar os alemães da sua frente, em 1944, o Exército Vermelho, portanto, encontrou às suas portas uma Polônia nacional, e até nacionalista, com quem tratar. O abandono da insurreição de Varsóvia foi seu primeiro golpe de advertência.

A questão polonesa forma a matéria do maior desacordo entre os Aliados sobre o pós-guerra. Extraordinariamente simbólica, ela ilustra a história contraditória da guerra, ao mesmo tempo que a impossibilidade de uma paz duradoura na Europa. A nova fronteira oriental da Polônia é aquela desenhada pelo pacto germano-soviético de agosto de 1939 e consagrada pela invasão russa de meados de setembro: como poderia o governo polonês no exílio concordar com isso, ele que nasceu para se opor ao desmembramento da pátria? A URSS, por seu lado, não pode conceber que, como prêmio do sacrifício de seus soldados desde 1941, deva aceitar o abandono de seus ganhos territoriais de 1939 e o renascimento de uma Polônia nacionalista; de resto, a fronteira de 1939 reproduz com algumas diferenças a linha Curzon<sup>2</sup>, o que lhe confere uma espécie de legitimidade histórica. Em todo caso, como vimos, a situação militar resolveu a questão. Mas essa constatação não esgota o sentido do fracasso sofrido pelo governo Mikolajczyk; pois esse fracasso é tão político quanto militar. Stálin esteia-se na força de seu exército, mas não apenas nessa força. A opinião pública dos povos democráticos, que o detestou em 1939-1940, passou para o seu lado assim que ele trocou o seu. Aconteceu o contrário com os poloneses de Londres: heróico em 1939, o governo no exílio passa a ser apenas quimérico em 1944. Pois ele concentrou duas guerras numa só e continua lutando na primeira quando se encerra a segunda. Continua sendo ao mesmo tempo antinazista e anti-soviético, quando a reencontrada força de opinião da União Soviética lhe vem do fato de ter desarmado o anti-sovietismo através do antinazismo.

Por isso a história polono-russa não se reduz a uma mera capitulação do governo polonês de Londres diante do Comitê de Lublin, que chegou nos furgões

---

1. A partir da década de 30, a Polônia é governada, sob a autoridade do marechal Pilsudski (morto a 12 de maio de 1935) por coronéis que ocupam os postos-chave do Estado, como Josef Beck nas Relações Exteriores.

2. Cf. *supra*, pp. 400-401.

russos. Pois mesmo o anti-sovietismo polonês, provavelmente o mais violento da Europa, juntamente com o dos países bálticos, cede uma parte de seu vigor ao espírito do tempo, tão grande é o ódio provocado pela Alemanha nazista. A Polônia foi sistematicamente explorada. Perdeu três milhões de homens — fora os judeus; a nação passou por uma provação espantosa, comparável apenas à da Ucrânia ou da Rússia. Enquanto se imagina o posto avançado do Ocidente no leste, para Hitler ela foi apenas o Ocidente dos eslavos: devastada e assassinada tanto pelo que pretende ser quanto pelo que é. Só os judeus, povo universal, se acham acima dela na escala nazista do desprezo e do ódio. Mas se o espetáculo de seu extermínio não basta para extinguir o anti-semitismo polonês, pelo menos a partilha da desgraça por que passaram as nações eslavas e as evoluções vitoriosas do Exército Vermelho levam a opinião pública, mesmo na Polônia, a fazer com que o ódio à Alemanha supere o temor da Rússia. Quando as tropas soviéticas fazem a Wehrmacht recuar no território polonês, na segunda metade de 1944, sem dúvida elas são recebidas com sentimentos mistos e com suspeitas que sua inação calculada diante da insurreição nacional de Varsóvia reforça<sup>1</sup>. De qualquer forma, elas libertam realmente a Polônia da opressão nazista e encerram uma das piores épocas da história do país.

A guerra, tal como finalmente se desenrolou, proíbe, assim, que se ponha em pé de igualdade os dois inimigos tradicionais da independência polonesa. A observação, evidente em 1944, ainda vale nos anos seguintes, embora o comportamento soviético confirme as advertências pessimistas dos membros do governo de Londres ou dos nacionalistas do Exército do interior. Pois não é suficiente que a URSS tenha obtido de seus Aliados o reconhecimento da linha Curzon e a preponderância de seus comparsas do Comitê de Lublin sobre os poloneses de Londres. Já em outubro de 1944, logo depois da derrota dos rebeldes em Varsóvia, ela realizou uma chamada à ordem geral do país ao mesmo tempo libertado e conquistado. Enquanto Stálin manifesta com uma recepção espetacular em Moscou o apoio que dá ao Comitê Polonês de Libertação Nacional, este, com o auxílio dos homens do NKVD, inicia imediatamente a luta contra os destacamentos do exército clandestino, que permanecem fiéis a Londres. A política do fato consumado está em marcha e irá até o fim<sup>2</sup>. Churchill e Roosevelt acreditaram que Stálin poderia contentar-se com a linha Curzon a margear uma Polônia amiga, mas livre. Enganaram-se. Essa Polônia amiga, o 'tio Joe' só a pode conceber dirigida de Moscou, por intermédio de seus homens de confiança, nutridos no serralho.

- 
1. Extraio essa observação de numerosas conversas que tive sobre o assunto com amigos poloneses que foram testemunhas ou atores desse período de sua história.
  2. Krystyna Kersten, *The establishment of communist rule in Poland, 1943-1948*, tradução americana, University of California Press, 1991.

Todavia, esse novo confisco da independência polonesa obtém do que o antecedeu algumas circunstâncias favoráveis, que pesaram no mesmo sentido que as relações de força. No exterior, a opinião pública internacional, impressionada com o caráter e a magnitude dos crimes nazistas, tende a inscrever a política soviética na Polônia no capítulo das precauções contra o eventual renascimento do militarismo alemão. Na própria Polônia, o argumento tem uma pertinência particular, em razão das novas fronteiras do país. Em troca do que teve de abandonar à URSS a leste, o país obteve<sup>1</sup> compensações a oeste, incorporando cem mil quilômetros quadrados de territórios alemães. Essa translação do conjunto polonês para o oeste, que acarreta a expulsão forçada de milhões de alemães, implica, no futuro, um litígio germano-polonês que dá à URSS, garante das novas fronteiras, a posição de indispensável aliado da Polônia. Assim, os comunistas locais, muito minoritários em seu próprio país por causa de sua dependência de Moscou, podem, pelo menos, em compensação, apoiar-se na propensão antialemã do nacionalismo polonês.

Aniquilando progressivamente os numerosos bolsões de resistência militar a seu regime — essa guerra de maqui durará até 1947 —, eles podem ainda reivindicar a resistência antinazista, onde só desempenharam um papel pequeno e cujos últimos batalhões são liquidados por eles. Prosseguindo o combate clandestino nas vastas florestas polonesas depois da derrota da Alemanha, o que resta do exército secreto pode ser denunciado como só obedecendo, de agora em diante, a motivos partidários ou, o que é pior, a injunções vindas de Londres ou de Washington. A vasta parte da opinião pública que simpatiza, em doses variáveis, com o combate contra o controle soviético do país se vê submetida a essa poderosa chantagem: já no início de 1946, Mikolajczyk, polonês de Londres no governo dominado pelos homens de Lublin, é acusado por Gomulka de ser um agente do Ocidente<sup>2</sup>, porque se opõe à unificação de seu partido com o bloco socialo-comunista. Sob essa forma, a apropriação do tema nacional realizada pelos comunistas só mostra seu aspecto instrumental e mentiroso. No entanto, ela comporta também uma parte de realidade, se aceitarmos considerar menos as lutas pelo poder do que a época em geral.

A Alemanha foi derrotada. Mas os povos vivem sua história conforme um ritmo diferido relativamente aos acontecimentos. Derrotada, ocupada, desonrada, a Alemanha é ainda mais detestada do que nos dias de sua dominação. As recordações das atrocidades cometidas por seu exército estão vivas, e o temor provocado por sua força desapareceu; a capitulação alemã conferiu toda a sua ressonância ao tema do perigo alemão: formidável reforço oferecido à imagem da

---

1. A título provisório, na Conferência de Potsdam. Sabe-se que esse tratado provisório nunca será oficializado por um tratado de paz definitivo entre os Aliados.

2. K. Kersten, *op. cit.*, cap. 6, p. 245.



União Soviética na Europa, e cuja melhor ilustração é oferecida pelo exemplo polonês. Pois no mesmo momento em que o ex-‘exército do interior’ muda de adversários, os comunistas poloneses voltam contra ele o sentido de seu combate anterior. Ela lutou contra a opressão nazista. Eles continuam a mesma luta contra o perigo alemão<sup>1</sup>.

Prova disso é o fato de que estendem as fronteiras da pátria, expulsando de seus lares milhões de alemães, até essas terras da Pomerânia e da Prússia oriental que precisamente constituíram a terra natal dos *junkers* e do militarismo germânico. O risco de uma possível desforra aparece inscrito nessa vasta expropriação, dando à nova Polônia um papel de posto avançado da paz mundial. Razão a mais para livrar a pátria desses maus pastores tradicionais, toda essa pequena nobreza, líderes ‘camponeses’ e católicos de uma outra época, que não foram capazes de proteger o país contra a Alemanha e se recusam a reconstruí-lo em entendimento com a Rússia. Apesar de Katyn — mesmo assim, a culpabilidade soviética é duvidosa, na época, para muitas pessoas —, a argumentação comunista de 1945 na Polônia está, assim, longe de ser sem substância, e seria um erro desconhecer sua força, retrospectivamente: seria desconhecer também o que fez o prestígio da URSS naquela época, mesmo para o povo da Europa menos favoravelmente disposto para com ela. Aliás, considerando a continuação da História, a dominação soviética sobre a Polônia, embora muito mais duradoura, nunca atingirá o caráter feroz que teve a opressão nazista. Ao contrário do nazismo, que martirizou de preferência os povos europeus de fora da Alemanha, a vítima do bolchevismo mais digna de pena foi o povo russo, seu berço.

Fora de suas fronteiras, o movimento comunista demonstra, no momento da vitória, uma extraordinária capacidade de adaptação à nova situação hegemônica da URSS na Europa central e oriental. Por um lado, ele possui em seu patrimônio ideológico com que apresentar uma interpretação universalista dessa hegemonia: basta-lhe imputar o nazismo ao grande Capital alemão e a seus caciques para transformar cada regime que se instala sob sua égide, nos países ‘libertados’ pelo Exército Vermelho, num sucesso da democracia e da paz. A doutrina esboçada pelo Komintern já nos anos 30<sup>2</sup> chega à sua forma acabada em 1945: a vitória das forças do progresso — e, amanhã, do socialismo — passa pela expansão do mundo soviético.

---

1. Não há nada mais interessante, sobre as ambigüidades da relação sovieto-polonesa depois da guerra e as condições da servidão polonesa do que os dois livros de Czeslaw Milosz: *La prise du pouvoir (A tomada do poder)*, trad. francesa, Gallimard, 1953, e *La pensée captive*, trad. francesa, Gallimard, 1953.

2. Cf. *supra*, pp. 298-299.

Por outro lado, a vitória militar permite que a URSS modifique em proveito próprio a idéia nacional, ultrajada em toda parte pela ocupação nazista, mesmo entre os povos que foram aliados da Alemanha, como a Romênia ou a Hungria. No momento em que Stálin pode aplicar com sucesso, em grande escala, a política de satelitização de Estados estrangeiros esboçada por ele antes da guerra, na Espanha, ele também encontra no estado de espírito dos povos que escaparam da guerra sentimentos antialemães suficientes para produzir a ilusão de uma verdadeira restauração nacional. Ter dado aos partidos comunistas, em tantos países da Europa, o papel de campeões da independência reencontrada é o legado póstumo do hitlerismo.

Apoderando-se, assim, da idéia nacional, o movimento reunifica em seu próprio proveito as duas grandes paixões políticas da democracia no século XX, a nação e a revolução. Depois da Primeira Guerra Mundial, a paixão nacional fora mobilizada pelo fascismo e dirigida contra a paixão revolucionária, encarnada pelo bolchevismo. No final da Segunda, a derrota da Alemanha nazista liberta os sentimentos nacionais dos povos europeus em proveito dos comunistas: quer se estes, como na Iugoslávia, tenham consolidado sua hegemonia na resistência armada ao ocupante; quer se, como na Polônia, sejam os representantes obrigatórios do novo contrato do país com a História. Entre esses dois extremos, toda uma série de casos intermediários. Mas em toda parte, em doses variáveis, o descrédito das antigas elites, o ódio à Alemanha finalmente garantem à Rússia soviética o concurso de uma esperança nacional nos países que ela está subjugando<sup>1</sup>. O dispositivo de Versalhes esborou-se de maneira inglória, e o Ocidente perdeu ali seu crédito. A dominação alemã que se seguiu mesclou a arrogância à ferocidade. É chegada a hora dos russos, envoltos na idéia revolucionária. Ninguém ainda imagina que, depois deles, só restarão as saudades da Áustria-Hungria.

Nessa ressurreição — mesmo efêmera, dos povos subjugados, oprimidos ou martirizados pela Alemanha nazista —, há um grande ausente: o povo judeu, numeroso naquelas terras há séculos, ainda ontem espalhados por esse incerto mosaico de nacionalidades e, a partir de 1941, alvo da maior tentativa de extermínio ocorrida na História. Contudo, sua desgraça ainda não tem nome. Seria dar provas de parcialidade acusar por isso apenas a União Soviética, uma vez que Churchill e Roosevelt, que, desde 1943, podem avaliar a extensão da tragédia, tampouco falaram a seu respeito e nada fizeram de especial para acabar com

---

1. Eu não esqueço que a Hungria foi aliada da Alemanha, e da Romênia também, até o golpe de Estado do rei Miguel em 23 de agosto de 1944. No entanto, mesmo nesses países, a idéia de um renascimento nacional — conduzido ou sustentado pelos partidos comunistas locais — não é simplesmente o produto da ocupação pelo Exército Vermelho. (Cf. François Fejtő; *Histoire des démocraties populaires*, Lee Seuil, *Collection Points*, 1972, primeira parte, cap. 5: "Le sort des trois satellites de l'Allemagne".)

ela<sup>1</sup>. De qualquer forma, desde o início do hitlerismo, Stálin jamais manifestou a mínima compaixão pelos judeus. Tem, até, um fundo de opinião hostil aos judeus. Antes da guerra, fechou deliberadamente o território soviético às vítimas alemãs da perseguição anti-semita.

Depois da guerra, ele sempre manteve sob suspeita as centenas de milhares de judeus poloneses que fugiram de Hitler para a URSS, primeiro no outono de 1939, depois nos meses seguintes ao ataque de junho de 1941: neles temendo o duplo caráter estrangeiro, judeu e polonês. Várias dezenas de milhares desses infelizes terminaram seu êxodo no Gulag<sup>2</sup>. Um pouco mais tarde, em 1944-1945, o Exército Vermelho liberta classes e nações. Não tem uma palavra, em seu vocabulário, para a tragédia judaica. Quando entra em Auschwitz, em janeiro de 1945, nada transpira, no Ocidente, do que ali encontrou. É preciso esperar maio, e um pedido inglês, para obter um relatório oficial, cuja versão transmitida pelo rádio não inclui a palavra “judeu”<sup>3</sup>.

Nas nações do Leste Europeu libertadas e ocupadas por seu exército, Stálin encontra uma razão a mais para nada conceder aos judeus na vitória sobre o nazismo. Pois essas nações muitas vezes conservam preconceitos anti-semitas, que sobreviveram ao massacre organizado dos judeus<sup>4</sup>. Seu sentimento nacional é inseparável deles. Já basta contrariá-lo pela grande proporção de judeus sobreviventes na Nomenklatura dos pequenos partidos comunistas locais: por uma espécie de reforço de compensação, será preciso que esses dirigentes façam esquecer duas vezes suas origens, tornando-se os mais patriotas dos patriotas em seus respectivos países, e os mais fiéis a Moscou dos fiéis a Moscou, no movimento comunista internacional. Assim, o martírio judeu virá perder-se no das nações, e seu peso de desgraças se inscreverá no saldo credor do Exército Vermelho em cada uma delas. Após Auschwitz e Treblinka, os judeus sobreviventes ainda pagam o alto preço de não terem pátria.

- 
1. M. Marrus, *The holocaust in History*, University Press of New England, 1987. Cf. também: B. Wasserstein, *Britain and the jews of Europe, 1939-1945*, Oxford University Press, 1979; W. Laqueur, *The terrible secret: an investigation into the suppression of information about Hitler's 'Final Solution'* (O terrível segredo), Weidenfeld P. Nicholson, 1980. Trad. francesa: *Le terrifiant secret. La "Solution Finale" et l'information étouffée*, Gallimard, *Collection Témoins*, 1981; D. S. Wyman, *The abandonment of the jews: America and the holocaust, 1941-1945*, Pantheon Books, 1984; trad. francesa: *L'abandon des juifs. Les américains et la Solution Fnale*, Flammarion, 1987.
  2. M. Marrus, *op. cit.*, cap. 8, pp. 172-176. Cf. do mesmo autor: *The unwanted: euro pean refugees in the XXth century*, Oxford University Press, 1985, pp. 194-200, 241-252.
  3. M. Marrus, *op. cit.*, cap. 8, pp. 175-176.
  4. Pogroms anti-semitas ainda ocorrem na Polônia do pós-guerra. Por exemplo, em Cracóvia, em agosto de 1945, em Kielce, em julho de 1946. Cf. K. Kersten, *op. cit.*, segunda parte, cap. 5, pp. 214-220.

No Oeste, os povos foram libertados dos alemães pelo Exército americano. Só conhecem o Exército Vermelho pelo rádio, através da narrativa de suas façanhas, de Stalingrado a Berlim. Ignoram não só as violências cometidas pelos soldados, mesmo nos países amigos, mas também o clima político de intimidação que ela traz em seus furgões. Estão propensos a celebrá-lo, tanto mais que reencontram em seus sucessos uma União Soviética adornada com muitas de suas recordações e de suas esperanças.

Os Estados Unidos, filhos emancipados da Europa, voltaram à Europa pela segunda vez no século, em socorro do Ocidente. Mas já faz muito tempo que eles não fazem mais parte de suas lembranças. Inventaram uma sociedade tão original e tão poderosa que constitui por si só toda uma espécie da democracia moderna, diferente por definição e por vontade de tudo o que existe na Europa, e que permaneceu, aliás, deliberadamente à parte, o máximo que pôde, da política do Velho Continente. Os americanos não deixaram de ser fiéis à decisão que os definiu como nação: deixaram o litoral europeu para fundarem um novo contrato social do outro lado do oceano. Tomada por milhões de homens ao longo dos últimos séculos, essa decisão também comporta uma renúncia ao papel de modelo revolucionário na Europa: as virtualidades utópicas que a civilização americana possui pressupõem que os europeus saiam da Europa. Na realidade, aliás, ela está ao mesmo tempo demasiado imbuída de fé cristã e confiante demais no espírito de livre empresa para seduzir todos os que só podem pensar o futuro da democracia separado tanto do cristianismo quanto do capitalismo: os inúmeros filhos da Revolução Francesa.

A URSS, pelo contrário, se reinstalou nessa filiação. Tornou-se mais do que nunca a depositária dessa herança. Para reencontrá-la nesse papel, a esquerda europeia não precisa vasculhar muito a memória. Basta-lhe pensar nos grandes anos do antifascismo. A aliança da União Soviética com as democracias anglo-saxônicas confirmou, no plano internacional, a estratégia das frentes populares, e ao mesmo tempo, a dupla natureza do comunismo, que une a defesa da democracia ao combate pela revolução. A guerra contribuiu com seu peso de sangue para a demonstração, à qual oferece também a sanção da força. Ela desonrou o pacifismo, tão influente na opinião francesa e inglesa de antes de 1939: ele se revelou, na melhor das hipóteses, impotente e, na pior, cúmplice de Hitler. Descrédito que atinge ao mesmo tempo a esquerda não-comunista e a direita em geral, culpadas conjuntamente da política de *appeasement* com a Alemanha nazista, entre 1936 e 1938. Pois o paradoxo da situação moral do pós-guerra está no fato de que a opinião pública do Oeste parece ter-se esquecido do pacto germano-soviético, para só se lembrar dos acordos de Munique que o precederam.

Sem poder mais acusar uma URSS mártir e vitoriosa, ela volta contra si mesma, ou antes contra seus chefes da época, a acusação de terem querido escapar a uma guerra inevitável e justa. A vitória soviética estende *a posteriori* sua malha de significações sobre tudo o que se passou antes dela. Graças a ela, a União Soviética não mais encarna o sentido da História simplesmente em virtude de uma ideologia e sim pelo sacrifício de seus soldados e pelo triunfo de suas armas. Fortalecida com a experiência universal que foi a guerra contra Hitler, sua imagem é forte o bastante para reordenar não só as idéias, mas também as recordações.

Sob esse aspecto, o Oeste e o Leste da Europa estão, a partir de 1945, em situações diferentes. O nazismo foi uma tragédia européia, pois subjugara quase toda a Europa, dos dois lados da Alemanha; todos os povos conquistados sofreram a sua opressão, sem dúvida de forma desigual, mas todos eles se lembram dela como de um desastre por que passaram. O comunismo vencedor, porém, só vai estabelecer-se nos países libertados pelo Exército Vermelho. Só será uma experiência real na Europa de Varsóvia a Praga. No Oeste, prossegue sua carreira imaginária, magnificada pela conjuntura de 1945, independente da realidade histórica. Na Europa central e oriental, a derrota de Hitler revela a verdade do comunismo. Na Europa ocidental, fortalece a sua ilusão. A universalidade aparente do movimento encontra-se, de fato, na origem de uma falha na consciência européia, que não terminou de manifestar seus efeitos.

Na época, no Ocidente, o comunismo já não tem inimigos abertos. Eles se escondem ou se calam. O jargão estereotipado 'antifascista' invadiu toda a cena política, arrastando consigo suas mentiras, seus eufemismos e seus não-ditos. Toda crítica à União Soviética fica, por definição, banida: enveredar por esse caminho constituiria uma concessão ao fascismo, senão um passo na direção de sua reabilitação. Mais uma vez, não conheço testemunha mais verídica desse estado provisório de embotamento da opinião pública do que George Orwell, o escritor mais rebelde à inclinação totalitária do século. Logo após a guerra, acerca de uma reunião do Pen Club destinada a comemorar o tricentenário de *Areopagitica*, o panfleto de Milton<sup>1</sup>, Orwell indigna-se que haja menos liberdade intelectual em sua época do que na de Milton. Por quê? Para tal estado de coisas, existem razões extraídas menos da perseguição do que da evolução das sociedades modernas: o poder do dinheiro, do Estado, a passividade cada vez maior do público e, finalmente, a guerra, instrumento por excelência da cretinização do público. Ao lado desses adversários ocultos, a liberdade tem seus inimigos declarados, os poderes totalitários, cujo espírito está longe de ter-se extinguido: pelo contrário, ele está mais forte do que nunca, car-

---

1. G. Orwell, "The prevention of literature", *Shooting an elephant and other essays*, Nova York, Harcourt, Brace and Company, 1950; trad. francesa: "Où meurt la littérature", *Essais choisis*, Gallimard, 1950, p. 207. Cito de acordo com minha própria tradução.

regado pelo comunismo triunfante. O escritor, que ainda não escreveu seu *1984*<sup>1</sup>, conhece desde a guerra da Espanha o peso da mentira na representação soviética. Sente-a mais do que nunca. A despeito da fraqueza do pequeno Partido Comunista, a ‘mitologia soviética’ está, efetivamente, onipresente na vida pública inglesa; tendo se tornado completamente independente de seu apoio na extrema esquerda, ela explica o fato de que a Inglaterra tenha repatriado para a URSS, contra a vontade e sem que ninguém dissesse nada na imprensa, tantos prisioneiros de guerra e de ‘pessoas deslocadas’ de nacionalidade soviética. “A névoa de mentiras e de falsas informações”, escreve ainda Orwell, “que recobre assuntos como a fome ucraniana, a guerra da Espanha, a política russa na Polônia etc., não se deve inteiramente a uma desonestidade consciente; mas todo escritor ou jornalista que é um simpatizante da URSS — simpatizante no sentido em que os próprios russos querem que sejamos — deve participar da falsificação deliberada de questões essenciais”.

Essa mentira não é um fenômeno transitório, como acreditam ou dizem os comunistas pretensamente mais sutis do que os outros, desejosos de reencontrar, mas só mais tarde, a preocupação burguesa com a verdade. Pois, para esse tipo de poder, “a História é algo que deve ser mais criado do que aprendido. Um Estado totalitário é, de fato, uma teocracia, e sua casta dirigente, que deseja permanecer, deve ser considerada infalível”<sup>2</sup>. Daí que a ortodoxia por ele disseminada, mesmo para além de suas fronteiras, através da tirania consentida da autocensura, apresente um perigo ainda maior do que o poder do dinheiro ou da burocracia. Ela corrompe a vida da arte e das idéias em seu nascedouro, desonrando-a como disfarces da experiência. Ela torna impossível a literatura: a humanidade perde aí, voluntariamente, a sua liberdade.

Orwell retrata a situação ideológica do pós-guerra vista de Londres. Que dizer, então, de Paris!

O destino dos franceses, no século XX, é viverem mal tanto a vitória quanto a derrota. Vitoriosa em 1918, a França não teve nem o impulso moral, nem a visão histórica, nem o talento diplomático, nem o crescimento demográfico, nem a força militar que a teriam permitido gerir de forma duradoura uma situação de preponderância na Europa continental. Derrotada em 1940, não evitou nem a autoflagelação, nem a desforra da direita contra a esquerda sob as vistas do inimigo, nem a

---

1. George Orwell imagina *1984* já em fevereiro de 1943, mas consagra-se primeiro à *La Ferme des animaux* (*A revolução dos bichos*), que é publicada em 17 de agosto de 1945. A morte de sua mulher Eileen e outros trabalhos fazem com que o livro só seja terminado em outubro de 1948 e publicado no início de junho de 1949. Orwell morre a 21 de janeiro de 1950.

2. G. Orwell, “Où meurt la littérature”, *op. cit.*, p. 207.

3. *Ibid.*, p. 209.

iniciativa pouco gloriosa, mas precoce e deliberada, de medidas contra os judeus. Em 1945, está numa situação inédita: nem vitoriosa nem derrotada, ou antes, tanto vitoriosa quanto derrotada. Graças a De Gaulle, aos exércitos que ele conseguiu reunir, à resistência interna, ela pôde obter — penosamente e *in extremis* — um banquinho na mesa dos vencedores, no dia da capitulação. Não está presente, porém, nem em Yalta nem em Potsdam. Ninguém se esquece realmente de que ela capitulou em junho de 1940 e só teve uma contribuição marginal na vitória final.

Os franceses sabem disso melhor do que ninguém. Que povo está mais acostumado do que ele à fragilidade da grandeza nacional e, aliás, que povo é mais sensível a isso? Um déficit de glória militar pesou desde 1815 sobre sua história: Sedan agravou essa frustração, mas Joffre e Foch vingaram Sedan. A derrota da primavera de 1940 traz de volta o sentimento de humilhação nacional, levando-o a um ponto extremo, tão rápida e total ela foi. O regime de Vichy consagra esse sentimento, sob o pretexto de aliviá-lo. Pois a existência de um governo francês sob protetorado alemão mais ou menos disfarçado, e amplamente apoiado, pelo menos em seus primórdios, pela opinião pública, limita o alcance do apelo de 18 de junho, ao mesmo tempo no imediato e para a História. De Gaulle quis esconjurar a derrota provisória pela participação dos franceses na vitória final. Mas essa derrota, oficializada por Vichy, quem finalmente a apagou, mais do que os exércitos franceses, foram os americanos e os ingleses, para não falar dos russos, do outro lado da Europa. A opinião pública nacional é gaullista em 1944, depois de ter sido a favor de Vichy em 1940: sinal de que ela mais acompanhou a guerra do que a ganhou. O desmoronamento de 1940 não é expulso de sua memória pela vitória de 1944-1945, como Sedan fora vingado pelo Marne. De Gaulle permite que não se pense mais a respeito, mas não que aquilo seja esquecido e menos ainda apagado. Pois a necessidade de esquecer, exatamente, impede o esquecimento. Os franceses festejaram sua libertação, em agosto de 1944, mas a vitória, em 8 de maio de 1945, não faz ninguém sair às ruas<sup>1</sup>. A França ainda sai da guerra como uma nação ferida, conduzida pelo responsável por sua cura.

---

1. Vide, por exemplo, o contraste, descrito por Raymond Aron, entre o 11 de novembro de 1918 e o 8 de maio de 1945: “Novembro de 1918... O que era Paris no dia do armistício, no dia seguinte ao armistício, ninguém pode imaginar, é preciso ter visto. As pessoas se abraçavam na rua. Todos: os burgueses, os operários, os funcionários, os jovens, os velhos; era uma loucura popular, mas uma loucura alegre... No mês de maio de 1945, porém, Paris esteve mortalmente triste. Tal como a vivi. Lembro-me de uma conversa com Jules Roy, naquele dia. Ele estava, como eu, impressionado com aquela tristeza, com a falta de esperança. Era mais a vitória dos Aliados do que da França. Nada de comparável aos arroubos de entusiasmo dos dias de novembro de 1918”. (Raymond Aron, *Le spectateur engagé (O espectador engajado)*, Julliard, 1981, p. 110.)

A respeito de uma espécie de tristeza fanfarrona que marcou Paris daquela época, na França, vide as recordações do escritor inglês Malcolm Muggeridge, *Chronicles of Wasted Time*, Londres, Collins, 1973, t. II, *The infernal grove*, cap. 4, “The Victor’s camp”.

É verdade que existe um outro recurso, se formos de esquerda. O seu núcleo duro, cercado de uma constelação de satélites, é o Partido Comunista. Ele desempenhou um papel importante na resistência, de que foi o principal pólo dentro da esquerda, primeiro no isolamento, depois através de uma aliança com as outras forças, sob a autoridade mais nominal do que real do general De Gaulle. Muitos dos que o abandonaram em 1939 voltaram a ele a partir de 1941. Muitos mais ainda, ao longo dos anos de guerra, vão admirar sua ação contra o ocupante, a coragem de seus militantes. O senso da organização, o talento da manipulação, pontos fortes do repertório bolchevique, fazem o resto: durante a libertação do território, o PCF se mostra tão poderoso e tão 'nacional' que durante algumas semanas, no fim do verão de 1944, sua autoridade parece ameaçar a das autoridades nomeadas por De Gaulle<sup>1</sup>.

Também no Ocidente, o comunismo sai da guerra coberto pelas cores nacionais. Relativamente ao Leste, a ausência do Exército Vermelho é uma desvantagem em termos de poder, mas serve a sua propaganda; ela conserva para tudo o que é soviético um poder puramente imaginário, impossível de relacionar com a realidade. Referência ao mesmo tempo poderosa e distante, a URSS é libertadora sem estar presente: situação ideal para a imagem patriótica do comunismo francês.

Essa imagem é também de uma aparência enganosa, uma vez que o partido de 1944-1945 continua sendo o mesmo de 1939-1940 em suas concepções estratégicas, em sua dependência de Moscou e no essencial de sua organização. Tendo mudado de lado em 1941, não mudou mais de natureza do que o regime interno da URSS ou a política internacional de Stálin. Se os franceses não conseguem esquecer-se de 1940, o Partido Comunista, por seu lado, não consegue apagá-lo, mas por razões diferentes: esse episódio de sua história põe em causa ao mesmo tempo sua tradição antifascista e a continuidade de sua política nacional contra a Alemanha. Por isso ele permanece como o segredo mais escondido e o mais ferozmente guardado da época: basta mencioná-lo para atrair a fúria de um partido que se tornou muito nacionalista para a obediência que mostrou, quatro anos antes, à aproximação germano-soviética, mas mais do que nunca fiel ao anátema contra seus adversários. Do longo capítulo das lembranças reprimidas que o ano de 1940 legou aos franceses, a política comunista dessa época só constitui um elemento secundário, comparado à dimensão da crise nacional que o desmoroamento do país inaugurou. Mas o episódio assume em 1944 um relevo oculto mais significativo, uma vez que o Partido Comunista pre-

---

1. Philippe Buton, *Les lendemains qui déchantent. Le Parti Communiste Français à la libération*, Presses de la Fondation des Sciences Politiques, 1993.



tende encarnar eminentemente a continuidade nacional, frente a Vichy, sem dúvida, mas também, de forma mais sutil, em relação a De Gaulle.

O exemplo francês permite, melhor do que qualquer outro, talvez, compreender a força e a fraqueza da linha patriótica, de ressonâncias quase chauvinistas, que se tornou a do movimento comunista internacional. Numa Europa que está saindo da opressão nazista, a exaltação das independências nacionais e dos sentimentos inseparavelmente antialemães e antinazistas permite capitalizar o sentido da guerra e da vitória em favor da União Soviética e dos partidos comunistas locais. A idéia é lucrativa, tanto mais que as espetaculares vitórias da Alemanha, entre 1939 e 1941, privaram os países conquistados de seu esteio político e moral; separados do passado, incertos do futuro, infelizes no presente, eles tiveram muitas razões de odiar seus dirigentes de antes da guerra, antes que o fim da guerra os leve a detestar aqueles que simpatizaram ou pactuaram com os alemães. Essa espécie de vazio abre um espaço para os partidos comunistas que ostentam programas de renascimento nacional. A tradição jacobina fornece-lhes algo com que unir o universalismo antinazista a um chauvinismo antialemão. Mas, por outro lado, o defeito dessas clarinadas patrióticas reside no fato de que eles se fazem ouvir através de dois tipos conflitantes de recordações: as da resistência e as de 1939-1940. As mais recentes recobriram as mais antigas, embora nenhuma seja realmente antiga; mas as boas lembranças expulsam as ruins. E a tentativa de coexistência pacífica com o ocupante, esboçada no verão de 1940 pelo PCF conta com o recalque coletivo que envolve tudo o que diz respeito àquele ano maldito. A intimidação faz o resto.

Num país como a França, porém, o comunismo tem raízes diversas e profundas demais para limitar-se a um casamento frágil da idéia nacional e da realidade internacional do movimento. Possui ali, como na Itália e ao contrário da Inglaterra, uma poderosa base social na classe operária, constituída ao longo dos anos por uma ação militante sistemática, em nome da tradição revolucionária. Já antes de 1936, o PCF conquistou, especialmente nos subúrbios de Paris, redutos operários onde começou a construir o que Annie Kriegel chamou de sua “contra-sociedade”. Em 1936, são antes de tudo seus militantes que organizam o amplo movimento de greve. Não participa do governo, mas constitui, mesmo assim, um poder paragovernamental, por sua própria força e através da influência que exerce indiretamente. De qualquer forma, já conquistou o privilégio extraordinário, numa República que jamais manifestou uma atenção especial por seu proletariado, de encarnar a classe operária no país: ele devolveu a esse proletariado a sua dignidade histórica e, ao mesmo tempo, transformou-o na figura

---

1. Annie Kriegel, *Les communistes français dans leur premier demi-siècle, 1920-1970*, Le Seuil, 1985.

do futuro. A originalidade da França na história do comunismo é ter, já nessa época, ornado seu Partido Comunista com uma espécie de respeitabilidade revolucionária, uma vez que o papel dirigente do partido na classe operária, da classe operária na Frente Popular, da Frente Popular nos progressos do socialismo são hipostasiados como uma série de engates necessários. Numa conjuntura social e política, a esquerda leu a marcha da História, em conformidade com a inclinação universalista do gênio nacional.

De fato, se aceitarmos considerá-la de cima, a situação de 1936 torna a aparecer em 1945, numa escala maior e amplificada por uma vitória total: a Europa está coberta de partidos comunistas, de frentes populares, de proclamações anticapitalistas e de compromissos revolucionários. A imagem da URSS está em seu zênite. A esquerda francesa reencontrou suas insígnias. O antifascismo triunfante serve mais do que nunca para definir o que une os comunistas a seus aliados. Efetivamente, ele apresenta uma dupla vantagem, tática e estratégica. A primeira é lançar a suspeita de não ser antifascista, ou antifascista o bastante, sobre quem não se postou no interior da aliança. A segunda diz respeito às metas da ação: se o fascismo morreu, ainda é preciso que o antifascismo destrua suas raízes, que o exemplo alemão parece mostrar encontrar-se no próprio capitalismo.

O fascismo, assim, sobrevive a si mesmo como uma ameaça latente, até o dia da revolução socialista, a única coisa capaz de destruir as suas condições de possibilidade. A união antifascista de 1945 consegue com isso, sobre a Frente Popular de 1936, a superioridade de abrir o caminho a uma democracia anticapitalista, entendida como uma etapa no caminho do socialismo. Essa construção ideológica, que vai provocar tantas discussões bizantinas, tem precisamente como objetivo produzi-las, a fim de escapar à triste análise da realidade. Dando à ação política um objeto negativo — antifascismo, anticapitalismo —, ela evita ao mesmo tempo um debate sobre a democracia e um debate sobre o socialismo. Ela faz de conta que o antifascismo conduz necessariamente à apropriação coletiva dos meios de produção; faz de conta que o anticapitalismo é necessariamente democrático. Ela pretende camuflar tanto a idéia revolucionária quanto a idéia democrática.

Nunca a obsessão 'revolucionária' foi tão visível na política francesa quanto na Libertação. Ela é onipresente, não mais vinculada, como em 1918, a uma reação contra a guerra e sim, pelo contrário, à vontade de realizar o sentido dela no âmbito civil. As guerras do século XX inscreveram-na nas idéias e nas emoções. A primeira fez crescer contra ela a paixão revolucionária nos dois campos inimigos, na extrema direita e na extrema esquerda. A segunda mobiliza-a aparentemente em todos, como uma conseqüência de seu curso. Pouco importa, no caso,

que os franceses a tenham mais sofrido do que conduzido. As desgraças de sua história desde 1940 tornam ainda mais necessária a ruptura com o passado e a idéia de um novo começo, destinada a esconjurar o governo de Vichy.

Ao lermos os textos da época, ficamos impressionados com o caráter universal da invocação revolucionária. Ao estender-se, ela nada perdeu de sua violência retórica: o vocabulário do ano II, o ‘castigo dos traidores’, os apelos à energia nacional, os gritos contra o egoísmo dos interesses estão na ordem do dia. As circunstâncias ressaltam, em sua versão de esquerda, a vontade de ruptura com a Terceira República que o governo de Pétain utilizara, na versão de direita, em 1940. Na verdade, essa vontade tem origens mais antigas: vimo-la manifestar-se entre as duas guerras mais ou menos em todas as famílias políticas, especialmente na década de 30; mas como ninguém foi capaz de lhe dar uma forma, ela só pôde vacilar no interior de um repertório tomado emprestado do fascismo e do comunismo, às vezes dos dois ao mesmo tempo. Em 1940, essa vontade está mais incerta do que nunca, embora recubra um real sentimento popular de hostilidade ao regime derrubado: mas essa chamada revolução “nacional” é o contrário de uma vontade, pois é o prolongamento da vitória alemã e da ocupação duradoura de dois terços do país. Contudo, mesmo a perseguição de que foi alvo à época de Vichy não aproxima a Terceira República da resistência francesa, quaisquer que sejam os seus matizes. Também esta última, no momento da libertação do país, quer a revolução. A independência recuperada já não lhe basta, assim como a participação da França na vitória final. Ela quer romper com um passado mais antigo do que apenas o regime de Vichy e reinventar não só uma República sobre as ruínas que a última deixou, mas também uma sociedade livre da tirania do dinheiro. O problema é que, para fazer isso, ela só dispõe das idéias do antifascismo comunista ou comunizante<sup>1</sup>. E, com isso, ela se vincula mais ao passado do que ao futuro.

De fato, mal termina a guerra, a Quarta República volta a seguir as pegadas da Terceira. Das forças políticas inéditas que saíram da resistência, De Gaulle despediu-se sem ter podido fazer prevalecer as suas idéias constitucionais; os democrata-cristãos, recém-chegados que logo se emburguezam nos palácios governamentais, nada trouxeram de realmente novo ao repertório republicano,

---

1. A leitura do programa do Conselho Nacional da Resistência, adotado a 15 de março de 1944, mostra bem, retrospectivamente, até que ponto a retórica revolucionária da resistência interna toma emprestado quase todo o seu estoque de idéias do repertório comunista. Nesse texto, só encontramos, no artigo dois, que estabelece a lista das medidas a serem tomadas durante a libertação do território, as abstrações clássicas do antifascismo, acompanhadas de uma vontade de estatização do econômico e do social. Nada é dito sobre a nova organização dos poderes públicos, que suscitara tantos projetos no início da década de 30 e que iria ser o tema da ruptura com De Gaulle.

cujo horizonte social tinham, porém, sonhado renovar. Quanto à esquerda, o Partido Socialista há muito tempo já não sabe mais o que entende por revolução, e os comunistas o sabem até demais. Daí o medíocre compromisso de 1946 sobre as instituições. A reivindicação 'revolucionária', apontada com tanta paixão pela resistência como inseparável da libertação nacional, fracassou como a da década de 30, embora parecesse gozar, em sua segunda versão, de um vasto apoio da opinião pública. Por esse fracasso, o general De Gaulle acusa os partidos, os partidos acusam o general De Gaulle, o Partido Comunista acusa os partidos burgueses, o Partido Socialista acusa o Partido Comunista e daí por diante. Mas essas acusações contraditórias revelam, à sua maneira, um fenômeno mais geral: é que, apesar de seu brilho aparente, a idéia revolucionária não sai mais rica da guerra do que quando entrou. Antes da guerra, ela é envolvida pelas ambigüidades da relação entre fascismo e comunismo. Depois da derrocada do nazismo, ela se limita a um bolchevismo tardio, composto mais de um consentimento passivo do que de um esforço da vontade ou da imaginação.

Os franceses da época são libertados dos alemães, mas não da fatalidade da História. Pelo contrário, eles conservam mais do que nunca o sentimento e a idéia dessa fatalidade, alimentados principalmente pelo marxismo elementar da época. A vitória dos Aliados sobre Hitler assumiu o caráter de um destino. Os dois lados se combateram ferozmente, cada um em nome de uma religião do futuro. A força dos vencedores é, assim, de aparecer como necessária. Das duas crenças que tornam fascinante a idéia revolucionária, a necessidade e a vontade, a primeira quase absorveu a segunda. Daí o caráter não raro niilista, carente, em todo caso, de consistência moral, de tantos discursos da época sobre a revolução; caráter que escandalizou ainda mais o seu último historiador, Tony Judt, por tê-lo encontrado mais ou menos em toda parte entre os intelectuais franceses, até mesmo entre os escritores católicos<sup>1</sup>. Isso porque as origens disso estão na história vivida, no espírito do tempo, mais fortes, provisoriamente, do que a razão e até que a religião<sup>2</sup>.

Pois uma vez constituído o inventário, falta analisar suas circunstâncias e razões. Com isso, voltamos à história do comunismo na França, mais do que nunca depositário da idéia revolucionária: responsável pelo que a torna ao mesmo tempo tão poderosa e tão débil.

Que resta, de fato, das famílias da esquerda francesa em 1946? A guerra finalmente desonrou o pacifismo, tão poderoso em 1939, e reduziu a influência

---

1. Tony Judt, *Past imperfect. French intellectuals 1944-1956*, University of California Press, 1992, pp. 39-41. Trad. francesa: *Le passé imparfait. Les intellectuels de France 1944-1956*, Fayard, 1992.

2. O melhor comentador desse deserto político francês é Albert Camus, em seus artigos de *Combat*, entre 1944 e 1947, republicados em *Actuelles, chroniques 1944-1948*, Gallimard, 1950.

do Partido Socialista, também ele culpado pelos acordos de Munique. Quanto ao Partido Radical e ao velho fundo republicano de que tem a guarda, eles não escaparam ao descrédito geral em que caiu a Terceira República depois da derrota. Aliás, nem os socialistas nem os radicais desempenharam, como partidos, um papel espetacular na resistência. Quando o território é libertado, no verão de 1944, a opinião pública francesa pende mais 'para a esquerda' do que em qualquer outro momento da História, e só dispõe de um único grande ponto de convergência: o Partido Comunista.

Esse saiu fortalecido com as vitórias do Exército Vermelho e com sua ação na resistência. Compartilha com o povo as lembranças felizes de 1936. Não foi favorável aos acordos de Munique. As circunstâncias põem-no em condições de encarnar a esquerda francesa em sua versão ecumênica, misturando em doses variáveis a paixão democrática e a paixão revolucionária, o espírito republicano e o 'jacobinismo' bolchevique, o gosto pela liberdade e o culto do Estado. No mesmo momento em que retira uma parte de sua força do antigermanismo tradicional, o antifascismo vencedor permite, também, dar certa aparência de unidade e um máximo de prestígio a todos esses sentimentos políticos juntos. Os franceses adoram essa mistura de gêneros, pela qual prestam homenagem à sua tradição com a mesma palavra que pretende subvertê-la: o que confere à pregação revolucionária seu esteio histórico.

A União Soviética não é mais suspeita, pois é, por excelência, a grande potência vitoriosa sobre os nazistas. Os demasiadamente famosos processos de Moscou não são mais do que a prova de uma vigilância premonitória contra a quinta coluna de Hitler. Aliás, a vitória permitirá que o regime de Stálin suavize o que comportou de coerção e de ditadura, a exemplo do Terror revolucionário de 1793: como não acreditar nisso, já que o próprio Roosevelt, o outro grande vencedor, pensou ou, pelo menos, teve esperanças de que isso acontecesse? A imagem da União Soviética recebe da guerra um redobro de universalidade, e a Revolução de Outubro, um novo batismo democrático. A extrema esquerda pode ainda admirar, através das batalhas vencidas pelo Exército Vermelho, a sua violência revolucionária em marcha e a promessa de uma sociedade radicalmente nova. Mas as vitórias soviéticas trazem também a restauração da democracia e até mesmo o prenúncio de uma ordem social mais democrática. As polêmicas de antes da guerra sobre a natureza do regime soviético não estão mais na moda, e menos ainda as comparações com as ditaduras fascistas, tal foi a elasticidade que a conjuntura deu a seu espaço de ilusão.

---

1. Cf. *supra*, pp. 417-419.

O comunismo francês ao mesmo tempo mostra a sua dupla natureza e reencontra, em grande escala, o encanto da época da Frente Popular: o de ser a um só tempo governamental e revolucionário, respeitável e subversivo, nacional e stalinista. Esse prazer não é reservado só aos intelectuais, tão felizes com a identificação reencontrada entre nação, democracia e revolução. Ele recompensa antecipadamente, sem aguardar a tomada de poder, os esforços dos militantes. Entre os dirigentes, ele paga de uma vez sua servidão oculta. Quanto aos franceses, se são de esquerda, apreciam justamente o que a imagem do comunismo tem de revolucionário, sem deixar de gostar do que ela tem de tranqüilizador. Desde a Revolução Francesa, eles estão acostumados a misturar sua paixão pelo recomeço à preocupação com a continuidade do Estado. Basta ver a lista de idéias constitucionais que o Partido Comunista defende em 1945-1946 para compreender que seus eleitores já se sentem em casa novamente: o espírito das constituições continua sendo o da Terceira República, rejuvenescido por um retorno ao modelo original, o da Convenção.

Contudo, essa referência democrática burguesa é apenas uma decoração. Esse teatro das recordações é apenas uma transição. Pois não perderam de vista o objetivo: uma das características da história do comunismo é essa fixidez em meio de circunstâncias cambiantes. O Komintern não existe mais, e a independência nacional está na linha de frente dos programas dos partidos comunistas. Mas o movimento nada perdeu nem de seu caráter ultracentralizado nem da natureza de seus objetivos revolucionários. Stálin, pelo contrário, tornou-se infalível permanecendo fiel a si mesmo, e o culto de que é objeto no universo comunista simboliza suficientemente os limites estreitos em que se mantém a autonomia dos partidos membros do ex-Komintern. Quase todos os chefes desses partidos prontos para agirem em seus respectivos países em 1944-1945 passaram os anos de guerra na URSS, e são os *missi dominici* do Guia Supremo. A França não foge à regra.

Todavia, objetivamente, a esperança revolucionária parece receber sua significação concreta das condições em que se deu a libertação da Europa do jugo nazista: ou seja, dos progressos do Exército Vermelho. Não que esse exército imponha a ditadura do proletariado nos países de que expulsa as tropas nazistas. Mas pelo menos impõe a amizade com a URSS como condição primeira de seus regimes internos, ao mesmo tempo que garante um papel privilegiado para os partidos comunistas locais, cuja influência depende de sua procuração. Nada de semelhante acontece no Oeste da Europa. As circunstâncias de agosto/setembro de 1944 mostraram ao partido francês os limites de sua ação, não só por causa de De Gaulle, mas também porque a França foi libertada pelos americanos. Embora o comunismo — deixando de lado a Iugoslávia — tenha seus mais fortes redutos na França e na Itália, ele é incapaz de conduzir nesses países uma

ação revolucionária. Assim, ele é fraco onde é forte, e forte onde é fraco: pois, em ambos os casos, a 'revolução proletária' segue mais os passos do Exército Vermelho do que as forças do proletariado. Em outros lugares, ela se depara com algo mais do que a burguesia: a América.

Essa é a consequência paradoxal, embora lógica, do 'socialismo num só país'. Quando chega a hora, a vitória militar transforma esse país eleito no instrumento e no beneficiário do 'socialismo' em seus vizinhos, para os quais exporta até o pessoal de organização política e policial. Mas com isso mesmo, ele se choca com os limites de seu poder, que termina ali onde toca o outro grande vencedor da guerra. Apenas a presença das tropas americanas no Oeste da Europa, onde a sociedade burguesa tinha sua base histórica, não basta para explicar o fato de que os Partidos Comunistas Francês ou Italiano não tenham tomado o poder durante a libertação. Pelo menos, ela constituiu a garantia mínima de que o Exército Vermelho não imporá a seus clientes, antes de encarnar, um pouco mais tarde, a garantia suprema da fidelidade do Ocidente à democracia liberal. Assim, a idéia de revolução perdeu seu vínculo direto com as relações de classe no interior das nações. A partir daí, ela possui uma acepção que já não tem nada a ver com o internacionalismo operário original. Não traduz mais a solidariedade dos proletariados em seu combate. Adota a geografia internacional da potência militar. A sorte final da classe operária não está mais ligada, como nos anos posteriores a Outubro, ao revezamento do bolchevismo por revoluções proletárias nos grandes países capitalistas europeus, a começar pela Alemanha. Ela depende do fato de o Exército Vermelho estar acampado em Praga. O que pode ser entendido ao mesmo tempo como um grande avanço e como um equilíbrio provisório.

Assim, nunca a paixão revolucionária foi, no Ocidente, mais confusa do que na época em que ela parece reinar sobre a cena pública: isso pode ser visto claramente na França e na Itália. Ela possui ali a extensão universal do antinazismo vitorioso, que inscreve a pregação comunista no mesmo sentido da democracia. A Itália foi fascista, aliada da Alemanha; a França vencida produziu o governo de Vichy. A guerra, mesmo antinazista, não é uma experiência propícia a reconciliar os dois povos com a democracia burguesa; como ela só deixou de pé uma única crítica ao liberalismo, tendo liquidado a outra, faz as duas opiniões públicas inclinarem-se para a idéia de uma democracia nova, em que o poder dos burgueses e do dinheiro seria reduzido em nome do povo.

Tal esperança não é, em si, necessariamente revolucionária, pelo menos nos meios considerados para realizá-la. O que lhe confere, na época, um caráter de aurora é extrair sua força da força retroativa da guerra, dando-lhe um sentido: como não pensar que um acontecimento tão gigantesco inaugura uma época? No esboroamento wagneriano de Hitler, como não ler o prenúncio invertido de

uma ordem nova? Mas que ordem? A dose incerta entre democracia e revolução, já caracterizando o antifascismo em 1936, constitui mais ainda, em 1946, uma mistura instável e um programa ambíguo, leninista demais para o pluralismo que conserva, e pluralista demais para o leninismo que anuncia. É a hora das 'vias nacionais' para o socialismo<sup>1</sup>; mas a fórmula, aliás totalmente provisória, é mais um sortilégio do que uma descoberta. Aliás, a nova ordem do mundo, trazida pelos exércitos vitoriosos, desmente, por sua própria existência, a confusão entre o democrático e o revolucionário, privando-a de realidade.

Esse é o triste reverso da época da Libertação, no Oeste da Europa continental. A volta da liberdade, devida acima de tudo às façanhas de exércitos estrangeiros, é festejada por um concerto de pensamentos inconsistentes e de programas falsos. Os primeiros conformam-se ao culto da História, sem analisar as duas figuras da ordem social que esta levou para o centro do palco, a revolução soviética em seu estádio stalinista e a democracia à americana. Prisioneiros das ambições do antifascismo, os segundos tendem, enfim — sem o dizer, e no mais das vezes sem o saber — a se conformarem à ordem da potência no mundo. Feito de Londres, o diagnóstico de Orwell julga todo o ocidente da Europa.

O antinazismo da época impede de se pensar até mesmo o nazismo. O exemplo do genocídio judeu pode ser revisto desse ângulo. Vimos a que ponto, nos países do Leste Europeu libertados pelo Exército Vermelho, o maior crime nazista foi obliterado pelos partidos comunistas, em nome do renascimento nacional. Os judeus poloneses exterminados eram poloneses judeus. Os judeus ucranianos, massacrados em Babi Yar, eram cidadãos soviéticos. Na França, as coisas não chegaram a essa obliteração oficial. Todavia, a liberdade leva a resultados bastante parecidos, em escala menor, aos obtidos pela ortodoxia ideológica. Os judeus também são, ali, os grandes esquecidos da vitória<sup>2</sup>. O antifascismo, quando predominantemente comunista, não tem lugar reservado para o massacre dos judeus: os comunistas não estão dispostos a ceder o primeiro lugar no ódio de Hitler. Eles o conquistaram na luta. Aliás, têm em suas fileiras muitos militantes judeus. Quanto ao antifascismo definido pelo seu mínimo denomi-

---

1. Segundo Philippe Buton (*Les lendemains qui chantent, op. cit.*, pp. 251-256), a declaração de Maurice Thorez de 1946 ("Os progressos da democracia em todo o mundo... permitem encarar outros caminhos para a marcha do socialismo que não o percorrido pelos comunistas russos... Nós sempre pensamos... que o Povo da França... encontraria por si mesmo seu caminho para uma maior democracia, um maior progresso e uma maior justiça social...") em nada modifica o objetivo estratégico dos comunistas, a saber, o estabelecimento de uma 'democracia popular'. Ela deve ser relacionada com as políticas elaboradas já em meados dos anos 30, durante a guerra da Espanha, e aplicadas nos países bálticos a partir de 1939.

2. Annette Wieworka, *op. cit.* Annie Kriegel, "Les intermittences de la mémoire: de l'histoire immédiate à l'Histoire", *Pardès*, nº 9-10, 1989.



nador comum, o sentimento democrático, ele acentua por reação o universalismo abstrato da tradição francesa, cega à existência dos judeus como coletividade particular, no momento em que essa particularidade recebeu o estilhaço de uma perseguição sem exemplo. Essa tradição tornou os franceses especialmente indiferentes à sorte dos judeus estrangeiros em seu território, e não ficam muito mais interessados quando se revela a dimensão da hecatombe judia nos campos<sup>1</sup>. De um modo mais geral, ela lhes serve de pretexto para esquecer as leis anti-semitas decretadas já no outono de 1940 pelo governo de Pétain e para circunscrever a responsabilidade das deportações de judeus a partir da França aos crimes da ‘colaboração’. Assim, a transformação imaginária da nação em povo de resistentes antinazistas contribui para obscurecer o que estava em jogo, filosófica e moralmente, na guerra.

---

1. Os judeus estrangeiros refugiados na França constituíram a maioria dos judeus deportados a partir da França e mortos nos campos nazistas.

## XI

### O Comunismo de Guerra Fria

A idéia comunista não conserva por muito tempo intacta essa tão grande aura de consideração ou de admiração que lhe valeu a vitória do Exército Vermelho sobre as tropas de Hitler e de que ela se reveste no imediato pós-guerra. Sua hora de respeitabilidade confusa, tão estranha à sua natureza, foi apenas um capital efêmero, cujos rendimentos não são certos. Muito rapidamente, sua história entrou numa nova fase.

Desta vez, ela entrou para a ordem da potência mundial. Mesmo na Europa, Stálin ainda só se depara com a potência americana. Contando com o antifascismo universal, ele assediou politicamente, por intermédio das 'frentes nacionais' e dos partidos comunistas locais, todos os países em que seu exército tem a última palavra. A recusa geral e forçada que eles opõem ao plano Marshall em julho de 1947<sup>1</sup>, a obediência forçada da Polônia<sup>2</sup> e o golpe de Estado tcheco de

- 
1. A 5 de junho de 1947, o general George Marshall, secretário de Estado americano, propõe aos Estados europeus — inclusive a URSS — o benefício de um plano de reconstrução e de restauração da Europa. Depois da conferência de Paris, a URSS rejeita, a 12 de julho, a oferta americana, temendo a introdução de um controle sobre a economia das nações que ela domina e que poria em causa, novamente, a sua estratégia nos países da Europa central e oriental. Enquanto a Tcheco-Eslováquia e a Polônia estavam prontas para aceitarem o plano Marshall, a URSS obriga-as a rejeitá-lo.
  2. Na conferência de Yalta (fevereiro de 1945), a URSS aceitou o princípio de eleições 'livres e sem entraves', ao mesmo tempo que prendia 16 líderes da resistência polonesa. A 19 de janeiro de 1947, as eleições fraudulentas dão a maioria à coalizão dominada pelos comunistas.

fevereiro de 1948<sup>1</sup> coroam a formação de um império territorial vizinho de um Ocidente arrasado, onde as tropas americanas montam guarda numa Alemanha culpada.

A história dessa formação concerne menos ao assunto de meu livro do que a maneira como ela reproduz, numa superfície mais vasta, o sistema de duplo comando, tão típico do soviétismo. Por um lado, a URSS, seu exército, sua diplomacia, seus 'serviços', e que seria como qualquer Estado policial, se não estivesse revestida do privilégio ideológico de encarnar o socialismo. Por outro lado, os partidos comunistas, de que todos os dirigentes são filhos do Komintern dissolvido, mas substituído em 1947 pelo Kominform, em princípio mais maleável, de fato também todo-poderoso sobre os "partidos irmãos". O movimento conserva seu caráter de Igreja ultracentralizada e, ao mesmo tempo, mantém, mais do que nunca, a ficção da autonomia de seus elementos. Uma só mão dirige ao mesmo tempo o Estado soviético e os partidos comunistas, em nome de uma ortodoxia ideológica. Ao mesmo tempo que organiza a dominação do primeiro sobre as pequenas nações em que o Exército Vermelho está estacionado, ela deixa aos segundos, com a condição de que estejam nas mãos de homens que passaram a guerra em Moscou, a aparência do poder político local, sob a bandeira da independência nacional e do antifascismo. Por isso pouco importa que eles tenham sido fortes, como na Tcheco-Eslováquia, ou quase inexistentes, como na Romênia: o princípio de sua preponderância está fora deles próprios. Eles possuem o seu signo: a linguagem da ideologia. Assim, a União Soviética cons-

- 
1. Na Tcheco-Eslováquia, os comunistas que controlam os sindicatos e infiltraram seus agentes nos partidos não-comunistas começam, no início de 1947, a infiltração sistemática da polícia. A 13 de fevereiro de 1948, a nomeação, em Praga, para altos cargos policiais de 8 comunistas, provoca uma crise entre moderados e comunistas dentro do governo de coalizão. Depois da demissão dos ministros liberais, minoritários, os comunistas organizam grandes manifestações em todo o país, exigindo a depuração. A 22 de fevereiro, o partido eslovaco toma o poder em Bratislava. A 23 de fevereiro, a providencial descoberta de uma conspiração pretensamente fomentada pelos socialistas nacionais permite-lhes assumir o controle total da Frente Nacional. No dia seguinte, os jornais e as sedes dos partidos liberais são ocupados. A 25 de fevereiro, o presidente Benes, aceitando a demissão dos ministros liberais, submete-se às exigências dos comunistas, já donos incontestes do poder.
  2. Nem por isso a dissolução do Komintern, em maio de 1943, significou a interrupção das relações entre os partidos comunistas e o poder soviético. Considerando necessário reorganizar seu dispositivo na Europa, os soviéticos decidem criar um Departamento de Informação e de Ligação, ou Kominform, o que se dá durante a conferência internacional que reunia os partidos comunistas europeus na Polônia (22 a 27 de setembro de 1947). A constituição do Kominform é anunciada a 5 de outubro de 1947.

tituiu um Império Europeu inédito por sua dimensão e por sua natureza. Nunca na História o avanço da Rússia para o oeste fora tão profundo. Nunca ele assumira a forma de uma idéia social nascida no Ocidente e voltada contra o Ocidente. Nunca tantas e tão diversas nações haviam sido subjugadas através da uniformidade tirânica de uma ideologia. Elas vão, até, formar um 'campo': o do 'socialismo e da paz'.

A idéia comunista, portanto, encontrou a potência imperial sem nada abandonar de si mesma. Conjugada desde a origem ao culto da força, encerrada, em seguida, no serviço exclusivo de um país, ela encontra naturalmente uma base ampliada nas circunstâncias do pós-guerra. Só tem de efetuar um ajuste de escala. Ei-la senhora não apenas de um território mais vasto, mas, melhor ainda, de uma parte da Europa, onde conta antecipadamente com seus militantes, formados de longa data. Já na primavera de 1947, uma longa fronteira que vai de Lübeck a Trieste, passando por Praga, separou do mundo capitalista essa Europa que dá um aspecto comum à revolução internacional. Realidade que tem um peso histórico, e este, sem dúvida, só pode ser avaliado por aqueles que, na época, sentiram ou sofreram isso.

Seu poder sobre as imaginações lhe vem também de uma outra fonte: o pensamento da guerra, que reapareceu tão rápido e tão forte. Os homens dessa época cresceram em meio às recordações ou às histórias de 1914 e saem do segundo conflito mundial, que dividiu suas vidas. O fim da Primeira Guerra pelo menos alimentara a esperança de uma paz duradoura, durante uma década. Mal terminou a Segunda, eis que já se levanta a ameaça da Terceira: Não uma ameaça vaga ou distante, mas sim, pelo contrário, um confronto quase inevitável, já que é proclamado e sentido como tal, com grande estrépito, dos dois lados<sup>1</sup>. A atmosfera geral da Europa não é otimista. Já não revela nada do que fora o idealismo pacifista do primeiro pós-guerra, morto e enterrado em 1939. Saturada de violência e de tragédias, ao mesmo tempo cínica e sentimental, a opinião pública adquiriu um certo costume da desgraça. De resto, a Europa é mais um objetivo central do que um ator principal. O que ela tem de essencial na relação mundial de forças só serve para ressaltar ainda mais a fraqueza de sua vontade política. O consentimento à História tornou-se a sua moral.

---

1. A título de ponto de referência, o famoso discurso de Churchill em Fulton, que denunciava a 'cortina de ferro' que descera sobre a Europa, data de 5 de março de 1946. A fundação do Kominform e a definição dos dois campos, o do imperialismo e o do socialismo, data de setembro de 1947.

Não vou pesar aqui as causas ou as responsabilidades da Guerra Fria<sup>1</sup>, que se encontra fora de meu propósito. O que me interessa é, de preferência, a rapidez do consentimento dado a esse novo conflito, mais ou menos em toda parte e mais ou menos para todos, logo em seguida ao final do outro. Podemos ver os prolegômenos disso antes da queda de Hitler, nas discussões e nos desacordos, entre Aliados, sobre a Polônia, especialmente em Yalta<sup>2</sup>. Embora Roosevelt tenha acreditado ou desejado evitá-lo, o combate declarado pelas zonas de influência na Europa começou nos últimos meses da guerra, ilustrado, por exemplo, pela intervenção armada dos ingleses na Grécia ou pela vontade de Stálin, quaisquer que fossem seus motivos, de ‘retrancar’ a área ocupada por seu exército. Ele confere à capitulação nazista esse caráter estranho tanto de inaugurar uma época de angústia quanto de encerrar um tempo de desgraças.

Poucos conflitos houve que tenham sido acompanhados na História por tal sentimento de fatalidade quanto o que foi chamado de Guerra Fria. Dos dois lados, os dirigentes não só o aceitam como fazem a sua filosofia. Stálin não precisa procurar muito em seu estoque de idéias para condenar o imperialismo, cuja figura de proa passou a ser os Estados Unidos. Quanto a Truman, ele dá uma “doutrina” à luta contra o comunismo: sinal de que mesmo seu talento político, totalmente voltado à execução, se adapta às exigências da situação e ao espíri-

- 
1. Essa questão foi objeto de um amplo debate na historiografia americana, quando, a partir de meados da década de 60 e no contexto da Guerra do Vietnã, uma escola de historiadores ditos “revisionistas” ressaltou o papel dos Estados Unidos no desencadeamento da Guerra Fria: papel ao mesmo tempo objetivo, deduzido de uma análise econômica, e da fatalidade expansionista de um capitalismo cujo sistema produtivo se vê com poucos mercados de escoamento; e subjetivo, na medida em que a morte de Roosevelt deixa incontestavelmente seu lugar a equipes menos dispostas ao compromisso para prolongar a aliança de guerra. Por exemplo, a decisão de lançar a bomba atômica sobre Hiroshima pode ser objeto de duas interpretações: será sobretudo um meio de terminar rapidamente a guerra com o Japão, ou sobretudo uma advertência a Stálin? Mas a fraqueza dessa historiografia, em sua paixão revisionista, é ser unilateral e se esquecer, por exemplo — nada menos — que da natureza particular do regime soviético e o caráter único de sua diplomacia. Para um resumo matizado dos dois pontos de vista: B. J. Bernstein, “American foreign policy and the origins of the Cold War”; A. Schlesinger Jr., “Origins of the Cold War” in B. J. Bernstein e A. J. Matuson, *Twentieth Century America, recent interpretations*, Nova York, Harcourt Brace Jovanovich, 1972, pp. 344-394, e pp. 409-435. Vide também: J. L. Gassis, “The tragedy of Cold War history, reflections on revisionism” in *Foreign Affairs*, janeiro/fevereiro de 1994.
  2. Cf. *supra*, pp. 432-437.
  3. Num discurso ao Congresso americano de 12 de março de 1947, destinado a obter o financiamento dos empréstimos militares à Grécia e à Turquia, o presidente americano definiu uma ‘doutrina’ de ajuda aos governos e aos povos que lutam para manter ‘suas livres instituições’ contra o comunismo. Essa doutrina tem duas faces, uma externa, voltada sobretudo para a Europa, e a outra interna, que diz respeito aos Estados Unidos.

to do tempo. Os povos europeus, que saem de uma longa guerra ideológica, não têm dificuldades para entrar nas justificações de uma nova guerra ideológica, que se inscreve nas pegadas da anterior, de que cada lado se pretende o fiel herdeiro. Stálin brande a ameaça de um novo fascismo, filho do imperialismo americano; volta contra seu aliado de ontem o grande repertório da batalha contra Hitler. Truman denuncia, pelo contrário, na União Soviética a potência que tomou o lugar da Alemanha nazista. Contra ela é preciso não recomeçar os erros da política de Munique. Acabou-se o tempo das ilusões rooseveltianas sobre uma 'boa' evolução do comunismo: chegou a hora do combate. Assim, a Terceira Guerra Mundial se estabelece no rastro da Segunda, através de uma bricolagem de analogias contraditórias e de uma reutilização de recordações opostas. É esse o preço da ambigüidade da grande aliança anti-hitleriana. Sem dúvida, é esse também um dos segredos da resignação dos povos, cansados da ferocidade das ideologias, mas incapazes de se livrar delas, correndo o risco de perder o senso de sua história. A guerra antifascista divide depois de ter unido.

Nada ilustra melhor essa ambigüidade do que o tratamento dado à questão alemã pelos soviéticos. Derrotada, esmagada, criminosa, a Alemanha de 1945 já não existe como corpo político: mesmo o desmoronamento militar não ergueu, como em outubro/novembro de 1918, uma parte do povo contra seus maus pastores. De qualquer forma, ela é cada vez mais um objetivo de poder entre seus vencedores, tão enorme que a Comissão Militar Quadripartite<sup>1</sup>, encarregada de administrá-la, só conseguiu trabalhar alguns meses de maneira coletiva. De todos os vencedores, a União Soviética é a mais interessada em ser paga em produtos: entre 1946 e 1948, ela procede a um verdadeiro transporte da infra-estrutura industrial alemã em sua zona, desmontando os edifícios, as máquinas-ferramentas e até os trilhos das ferrovias. Mas essa obstinação pode ser entendida simplesmente como uma compensação circunstancial pelas imensas destruições cometidas pela Wehrmacht na Rússia e na Ucrânia. A idéia antifascista, porém, tal como é manejada pela autoridade militar soviética, imediatamente dá traços particulares a essa zona oriental da Alemanha.

Não que a 'desnazificação' prevista pelos acordos de Potsdam seja levada menos a sério do que no Oeste, onde reinam os exércitos americano, inglês ou francês. Pelo contrário, ela está em todas as bocas. Mas é entendida e praticada menos como uma longa série de investigações sobre a atividade pretérita dos indivíduos do que como a conjuração coletiva de um crime nacional. O político precede o jurídico: final-

---

1. A França obteve uma zona de ocupação alemã em Potsdam. A administração militar francesa se singularizará em relação aos americanos e aos ingleses por sua reticência em favorecer o retorno à ação de autoridades políticas alemãs.

mente é chegado o dia do Partido Comunista Alemão, sagrado como a quintessência do antifascismo, cujos chefes chegaram de Moscou nos calcanhares do Exército Vermelho<sup>1</sup>. Pouco importa que as diferentes tentativas feitas dentro do país para derubar Hitler não tenham sido exatamente feitas por ele. Ele se beneficia menos de ter sido o primeiro atingido pela perseguição de Hitler, em março de 1933, que do fato de ser eleito pelo vencedor soviético como o símbolo da resistência da classe operária alemã à ditadura nazista desejada pela burguesia; ele é uma imagem da ortodoxia e, ao mesmo tempo, um instrumento do poder. Se dermos ouvidos às suas palavras, será difícil imaginar que houve prisioneiros nos campos de concentração de Hitler além dos militantes comunistas e dos operários! Eis que os judeus são novamente exilados de sua própria desgraça pela ideologia<sup>2</sup>.

A um só tempo resistentes exemplares e principais vítimas, os comunistas alemães são ainda mais vítimas do que resistentes. Apareceram no palco político do país não como revolucionários vencedores, que realizam o grande desígnio dos anos 20, mas como militantes libertados ou trazidos de volta pelo Exército Vermelho, único senhor dessa zona oriental, onde têm como única força serem as grandes testemunhas do antifascismo. As grandes testemunhas, mas não as únicas, pois essa 'vitimização' engloba os outros partidos autorizados<sup>3</sup>, a começar

---

1. Cf. *supra*, p. 450.

2. Muito significativo do 'esquecimento' do genocídio judeu por parte dos comunistas da Alemanha Oriental é o destino reservado um pouco mais tarde, em 1951, a um dos dirigentes do partido, Paul Merker. Merker é um velho militante kominterniano, que passou pelo exílio na França e no campo do Vernet para finalmente chegar ao México, em 1942. Em Berlim, em 1946, é um dos dois grandes líderes comunistas da Alemanha Oriental (o outro é Franz Dahlen) que não viveram a guerra na URSS. Não-judeu, ele também é o único que ressalta o caráter central do anti-semitismo no nazismo (heresia ideológica relativa à luta de classes), assim como o horror especial do massacre dos judeus, ao passo que o discurso oficial coloca a 'classe operária' no primeiro lugar das vítimas do nazismo. Em 1948, escreve um ensaio saudando a criação de Israel. É expulso do Comitê Central do SED, em agosto de 1950, suspeito de ter tido contatos com o 'agente americano', Noël Field: acusação que constituirá também uma das bases do processo Slánsky, em Praga, em novembro de 1952. De fato, Merker é preso logo em seguida, como cúmplice do imperialismo americano e do sionismo internacional. Será julgado secretamente e condenado a oito anos de prisão. Solto em janeiro de 1956, jamais conseguirá a reabilitação que pede em vão, até a morte, em 1969. Cf. Jeffrey Herf, "East german communists and the jewish question" in *Journal of Contemporary History*, vol. 29, nº 4, outubro de 1994. Vide também, sobre a questão judaica na Polônia: Jean-Charles Szurek, "Le camp-musée d'Auschwitz", *A l'Est la mémoire retrouvée*, La Découverte, 1990.

3. No final de 1945, quatro partidos receberam das autoridades militares aliadas a autorização de exercer suas atividades nas quatro zonas: os comunistas e os socialistas, mais dois partidos 'burgueses', a União Cristã Democrática e o Partido Democrático-Liberal. Estes últimos são particularmente fracos na zona soviética, onde dominam, pelo contrário, os partidos 'operários'. Cf. J. P. Nertel, *The eastern zone and soviet policy in Germany 1945-1950*, *op. cit.*

pelos socialistas: o importante é que ele constitui o único horizonte do debate público, para encerrar os atores numa interpretação única. De resto, os dois partidos 'operários' se fundiram em abril de 1946, com a bênção da administração russa. A desnazificação à soviética consiste menos em punir e em excluir os culpados do que em inscrever a política alemã, cujo controle detém, no círculo estreito do soviétismo: nada existe entre o nazismo e o comunismo. Quem não é aliado dos comunistas é, por isso mesmo, suspeito de nostalgia ou de complacência para com o nazismo. Mesmo assim, não se trata de comunistas quaisquer e sim, prioritariamente, daqueles que encontraram refúgio em Moscou desde e durante Hitler: só eles gozam da confiança soviética.

A diáspora comunista alemã que escolheu ou sofreu o exílio no Ocidente (na França, na Inglaterra, nos Estados Unidos, no México) permanecerá subordinada à da URSS; e sua história permanecerá quase tão ignorada quanto a da resistência burguesa ou aristocrática contra Hitler e do complô de 20 de julho de 1944. O único 'antifascismo' é o que cresceu à sombra de Stálin: aliás, ei-lo que rapidamente se reconverte contra o imperialismo americano e seu satélite alemão do Oeste. A República de Adenauer vai ser denunciada como neonazista no momento em que faz a história alemã entrar no constitucionalismo ocidental. A de Ulbricht vai estabelecer-se no antifascismo ideológico, no momento em que instaura a ditadura do partido único sob protetorado soviético.

Essa ditadura cria a situação política mais extravagante possível, pois dá aos alemães somente outra escolha, a de adorar não só o vencedor, mas também o regime que ele traz em seus furgões. Já a primeira exigência é algo como a quadratura do círculo: o Exército Vermelho multiplicou as atrocidades na Prússia oriental e na Pomerânia, empurrando à sua frente centenas de milhares de fugitivos aterrorizados. Todo o ano seguinte, o traçado das novas fronteiras germanopolonesas soma à derrota um ar de enorme êxodo. A esse povo desenraizado, cuja única preocupação é sobreviver, o vencedor impõe um catecismo político de penitência que constitui a matéria ideológica do regime vindouro. Os comunistas alemães, os únicos que conhecem bem a linguagem e que estão preparados há muito tempo para o papel, se instalam, assim, à frente de um fragmento de seu país, como uma pequena aristocracia inocente do crime nacional, já que é composta de suas vítimas; mas que reina como um poder derivado, uma vez que é imposta pela União Soviética. Esses herdeiros de uma grande tradição operária constituem-na na aventura estrangeira de um antifascismo póstumo, logo transformado em ideologia de um poder policial.

A revolução pela qual morreram assassinados Liebknecht e Rosa Luxemburgo realiza-se pela força de um exército de ocupação, no silêncio e na culpabilidade do povo. A nacionalização da indústria e a própria reforma agrária, fes-



tejas como vitórias das massas populares, recebem uma tonalidade punitiva e burocrática. Como se o espírito do comunismo alemão, depois de ter sido esmagado pelo nazismo, não sobrevivesse muito melhor ao esmagamento do nazismo. O milagre é que, com os anos, ele chegará a fazer vegetar uma cultura marxista endógena em meio a uma sociedade soviética. Mesmo o regime mais meticulosamente policial do movimento soviético conseguirá desacreditar o marxismo-leninismo no país onde Marx nasceu e Liebknecht morreu.

Antes de se tornarem dois Estados distintos, as duas Alemanhas estão, pois, separadas por duas interpretações e duas práticas do antifascismo. No Oeste, o renascimento da vida política revela a preponderância maciça dos partidos anti-comunistas, inclusive social-democratas, uma vez que permaneceram eles mesmos. Podemos, aliás, avaliar, entre 1946 e 1948, para não falar do período seguinte<sup>1</sup>, a impopularidade do comunismo na opinião pública, a considerar a destinação final dos milhões de alemães 'deslocados'. No Leste, o novo Partido Socialista Unificado, cercado de uma rede de associações 'antifascistas', encerra os dois partidos 'burgueses' no Bloco Democrático. Ele não passa de uma organização retransmissora da administração soviética, encarregada de celebrar a nova fronteira polonesa, abençoar a pilhagem econômica do território pelos russos e justificar prisões na maioria das vezes feitas pela própria polícia soviética. Ele é, já na origem, o que continuará sendo até o fim, o partido mais estreitamente dependente de Moscou, pois é também, em nome do antinazismo, o posto avançado e quase sacrificial do bolchevismo vencedor em meio ao povo vencido.

A crise de Berlim — constituindo o primeiro grande alerta da Guerra Fria — cristaliza essas contradições. A ex-capital alemã, imbricada na zona soviética, recebeu um estatuto particular que a coloca sob administração militar quadripartite. Ela conservou um partido socialista independente, o mesmo que no Oeste, e majoritário no Conselho Municipal desde as eleições de outubro de 1946. No momento em que a cortina de ferro cai sobre a Europa, menos de um ano depois, ela forma, assim, um enclave ocidental em território soviético: ao mesmo tempo uma vitrina do Oeste, portanto um convite constante à comparação ou à fuga, e um fator de isolamento a mais para o comunismo alemão, que alcança recordes de impopularidade<sup>2</sup>. O bloqueio de Berlim pelos soviéticos, no inverno de 1948-1949, tenta reduzir esse abcesso como um prefácio à fundação de um Estado alemão em zona oriental. Talvez seja também uma primeira tentativa, bem à maneira de Stálin, de procurar conhecer a resolução do adver-

---

1. Cf. Albert O. Hirschman, "Exit, voice and the fate of the German Democratic Republic: an essay in conceptual history", in *World politics*, vol. XLV, janeiro de 1993.

2. Cf. J. P. Nettl, *op. cit.*, cap. 4, p. 107.

sário. A resposta, pelo menos, não é duvidosa, em termos de desempenho técnico: a aviação americana garante uma ponte aérea para Berlim. Extraordinária reviravolta de situação e de forças, ressaltada pela identidade dos lugares. Os homens da época não precisam de uma boa memória para se lembrarem de que Berlim constituía o alvo dos aviões americanos, antes de se tornar o objeto de seu socorro. Ela fora a capital de um império totalitário, antes de representar o símbolo da liberdade. Os berlinenses mudaram de papel ao mesmo tempo que os soviéticos: sinal de que uma Terceira Guerra Mundial ameaça acontecer exatamente ali onde terminara a Segunda, e relacionada com ela, uma vez que os antigos Aliados disputam o seu sentido.

Esse desvio alemão permite, assim, penetrar mais fundo na natureza da idéia comunista do pós-guerra e da transformação que ela sofreu entre 1946 e 1948. Em 1946, ela já está acompanhada do formidável aumento de potência da União Soviética, mas permanece ligada a políticas de união democrática antifascista do tipo da que a guerra ilustrou no plano internacional. Em 1948, ela está de novo no caminho da guerra e da revolução, endurecendo em toda parte suas posições frente ao imperialismo, construindo mais fortalezas do que passagens. Nesse sentido, ela reconduz o observador a uma oscilação permanente de sua história: sucedendo ao comunismo de guerra, a NEP foi substituída pela política sectária do 'terceiro período'; em seguida, a estratégia das frentes populares cedeu lugar à virada do pacto germano-soviético; e eis que, dois anos depois do final da guerra contra Hitler, travada em comum com as democracias, a União Soviética volta a se preparar para enfrentar o imperialismo... Acabaram-se os idílios confusos dos tempos da guerra contra Hitler. Acabou-se a época das 'vias nacionais para o socialismo'. O mundo comunista é um bloco, ou ainda um 'campo'.

O sinal foi dado pela criação do Kominform, em setembro de 1947. O relatório de Jdanov, lugar-tenente de Stálin, alinhou todo o 'campo socialista' à esquerda, sob a direção mais do que nunca absoluta da União Soviética, ameaçada por uma agressão imperialista<sup>2</sup>. Não basta os partidos comunistas participarem dos governos para estes poderem ser considerados realmente 'democráticos'. É preciso ainda que, por intermédio deles, a 'classe operária', aliada às 'mas-

---

1. Cf. *supra*, capítulo 5, pp. 155-188.

2. Secretário do Comitê Central, Andrei Jdanov (1896-1948) sucede a S. Kirov em Leningrado. Promovido a turiferário do realismo socialista, defende no Congresso Literário Pansoviético (agosto de 1934) a idéia da mobilização das artes e das letras em favor do regime. Stalinista de choque, entra no Politburo em 1939. Durante a guerra, dirige a defesa de Leningrado. Promovido a terceiro-secretário do partido em março de 1946, promove uma grande campanha pela retificação da 'linha ideológica' do partido em matéria de artes e de letras, envolvendo-se contra B. Pasternak, Anna Akhmatova e D. Chostakovitch, prelúdio a uma nova onda de depurações. Em setembro de 1947, Stálin o envia à Polônia para dirigir a fundação do Kominform.

sas trabalhadoras', nele exerça uma ação dirigente: em outras palavras, a única diferença com o regime soviético 'puro' está na manutenção dos partidos satélites, dentro de coalizões cujas chaves só os comunistas detêm. Para que tudo fique bem claro tanto no Oeste quanto no Leste, a delegação iugoslava foi encarregada de processar os partidos francês e italiano, acusados de terem colaborado por um tempo longo demais com governos burgueses, a ponto de terem sido enganados por eles. É o partido mais duro do 'campo' socialista que passa o sermão em Thorez e Togliatti, chafurdados no oportunismo. Nem um nem outro estão lá, tendo tido, talvez, a premonição de um momento desagradável. Do lado francês, é Jacques Duclos que recebe a bronca iugoslava — e agradece, prometendo não fazer mais aquilo, segundo o ritual do movimento. Sobre a reunião de Szklarska Porba, cidadezinha polonesa próxima a Wrocław, existe um relato quase estenográfico de Eugenio Reale<sup>1</sup> que mereceria tornar-se um clássico da história do comunismo, por revelar tão bem as relações de violência e de servilismo que dominam o conclave dos partidos irmãos.

Será um retorno ao 'terceiro período'? Em certo sentido, sim. O texto de Jdanov tem um ar de *déjà-vu*. É dominado pela ameaça do imperialismo e pelo perigo iminente de uma guerra contra a União Soviética. Não é hora, portanto, para as sutilezas da teoria sobre os conflitos interimperialistas e sobre a margem de manobra que estes deixam à pátria do socialismo: distinção que servira de base à estratégia das frentes populares e que fora declarada caduca em setembro de 1939, para readquirir toda a sua força depois de junho de 1941. Ei-la de novo fora de uso, já que os dois grandes vencedores de 1945 se enfrentam em todo o mundo; agora só há um imperialismo, dominado pelo poder econômico e militar americano, cujo império se reduz a cada dia, na Europa e fora dela. Daí a sua agressividade e sua vontade de destruir a URSS, vanguarda dos povos. Como no período de 1927-1932, a luta pela paz está, portanto, na ordem do dia, pois se confunde com a defesa da URSS. E como naquela época, o fascismo não se limita a um ou vários países particularmente agressivos. Ele ronda ali onde se prepara a guerra anti-soviética, ou seja, mais ou menos em todo o mundo capitalista, e em primeiro lugar nos Estados Unidos, mas também na Europa ocidental, especialmente nessa Alemanha Ocidental onde ainda existem nazistas impunes... O dever dos partidos do Kominform é, portanto, assumir o comando desse com-

---

1. Eugenio Reale, *Avec Jacques Duclos au banc des accusés, à la réunion constitutive du Kominform à Szklarska Porba (22-27 septembre 1947)*, trad. francesa do italiano de Pierre Bonuzzi, Plon, 1958. Eugenio Reale era um dos dois dirigentes do Partido Comunista Italiano presentes à reunião fundadora do Kominform. No ano seguinte, em 1948, ele deixava a direção do PCI; em 1952, pediu demissão do Comitê Central; hostil a Togliatti e à subordinação do partido à URSS, foi expulso a 31 de dezembro de 1956.

bate maniqueísta, em que a fidelidade absoluta à URSS deve ser proclamada *urbi et orbi*. Os social-democratas, quando permanecem hostis aos comunistas, voltam a ser os grandes suspeitos de aliança com o imperialismo.

Esse recentramento da luta internacional, porém, se dá num quadro diferente daquele do 'terceiro período'. A guerra mais mortífera da História mal terminou quando Jdanov evoca o espectro de um terceiro conflito mundial, obediado pela última imagem do segundo: o cogumelo atômico sobre Hiroshima aniquilada. A antecipação do horror de amanhã ultrapassa as piores recordações de ontem, e a imaginação corre mais rápido do que a memória, sem deixar de nela se alimentar. Ainda mais que depois do grande massacre de 1914-1918, o temor da guerra esteia-se num fundo universal de emoções, comum às populações civis e aos ex-combatentes: a Segunda Guerra atingiu a todos e a Terceira não fará distinções entre as vítimas. Triunfo tecnológico absoluto, ela nem sequer oferecerá oportunidade ao exercício da coragem ou do patriotismo. Com isso, a luta pela paz suscita vocações menos veementes, mas sentimentos mais doces e mais universais. Ela não ataca de frente, como na Europa posterior a Versalhes, as paixões nacionais ou as virtudes militares. Oferece um vasto abrigo a opções políticas, as mais diversas, da solidariedade incondicional à União Soviética até o que o pacifismo pode comportar de inocência, passando por todos os matizes de hostilidade aos Estados Unidos. Ela envolve o ativismo revolucionário nos bons sentimentos.

Com relação ao 'terceiro período', a União Soviética está forte; com relação à América, está fraca. Dessa ambigüidade, a idéia comunista tira muitas vantagens de persuasão. O país onde se encarnou, que se tornou a maior potência européia e a segunda do mundo, goza da influência política dada pela força, reforçada pela autoridade moral tirada da guerra contra Hitler. Mas ele pagou caríssimo a sua vitória, em homens e em danos materiais. Tem de reconstruir toda a sua economia. Não tem a bomba atômica. Assim, mesmo aqueles que não acreditam na iminência de uma guerra desejada pelos Estados Unidos podem compreender que Stálin se tenha convencido dela e está inclinado, em todo caso, a equilibrar com uma assinatura ou um voto essa desigualdade de forças, considerada perigosa para a paz. Ama-se o comunismo ao mesmo tempo porque é forte e porque é fraco. Essa acumulação de imagens e essa confusão de sentimentos, tão visíveis nas elites dos países colonizados, não são estranhos às opiniões públicas da Europa ocidental. Na política democrática, o temor e a compaixão dão-se melhor do que se acredita.

Assim, as condições em que se realiza a virada de 1947 impedem que este seja um mero retorno ao comunismo dos primórdios da época stalinista. Trata-

se, antes, de uma reafirmação do espírito do 'bolchevismo num só país', estendido ao bolchevismo em vários países: caráter a um só tempo internacional e ultracentralizado do movimento, construído mais do que nunca ao redor do reduto soviético, e dependência estreita dos novos países de 'democracia popular'; enrijecimento da luta de classes nos planos interno e externo, apelo à vigilância revolucionária frente aos 'complôs' do imperialismo, e prioridade à luta contra a guerra anti-soviética. Todas essas palavras de ordem, que, em 1930, tinham um ar de fortaleza sitiada, traduzem, em 1947, um otimismo conquistador, como se tivessem perdido seu caráter extremista para se inscreverem no sentido da democracia. Por esse signo, reconhece-se que o bolchevismo atingiu, parafraseando Lênin, seu estágio supremo. O que não significa o último, pois haverá outros. O adjetivo quer dizer que o sistema soviético atingiu o que poderíamos chamar de sua "maturidade totalitária": tendo sobre os cidadãos da URSS um controle de uma perfeição sem precedentes na história humana; estendido a vários países da Europa, e amanhã à China; encarnado por um chefe único, adulado como soldado, como filósofo e como estadista; e contando em quase todo o mundo com um prestígio ideológico comparável à autoridade de uma religião. Desse universo sinistro e, porém, objeto de admiração e de inveja, o relatório Jdanov de 1947 constitui a apoteose, reunindo num buquê final todas as grandes árias do repertório.

Mas o que ele acredita inaugurar entra em crise já no ano seguinte, com a secessão iugoslava.

A importância da ruptura iugoslava com a URSS, em 1948, vem menos do fato de modificar a relação mundial de forças do que do que ela exprime simbolicamente. Tomada em si mesma, essa ruptura não tem conseqüências militares: a Iugoslávia, mosaico de pequenas nações, forma apenas um pequeno Estado. Mas, separando-se da ordem stalinista, Tito inaugura um novo gênero na história do comunismo: o cisma do comunismo nacional. Deus sabe que, até então, o movimento teve seus heréticos, e até mesmo os multiplicou, geração após geração: isso se conforma ao papel que nele desempenha a ideologia. Mas, com Tito, a heresia se espalhou não só por um partido inteiro, mas por um Estado. Um partido teria podido ser reduzido pelo extermínio de seus quadros, como o partido polonês em 1938. Para reduzir um Estado, seria preciso uma guerra. É esse o preço pago pela URSS à ambição de ser um império.

Stálin enganou-se sobre a capacidade do partido iugoslavo de resistir à sua pressão. O conflito travou-se ao redor de suas tentativas de infiltrar não só o par-

tido, mas também o Exército, a administração, os serviços de segurança. Velha técnica adotada por ele mais ou menos em todos os países satelitizados e coroada pelo estabelecimento *in loco* de conselheiros soviéticos. Tito protestou, recusou-se a ceder, assumiu os riscos de uma ruptura pública, que recebe sua forma ideológica na longa 'Resolução' do Kominform de junho de 1948.

Acontece que o homem condenado por 'desvio nacionalista' — antes de, logo em seguida, ser tratado de agente imperialista ou de criminoso fascista — é o chefe comunista mais famoso da Europa depois de Stálin. Comandou a guerrilha antialemã à frente de um verdadeiro exército. Velho kominterniano que se tornou uma das grandes figuras da Segunda Guerra Mundial, mostrou-se também o mais feroz lugar-tenente de Stálin, na vanguarda da presença soviética na Europa. A União Soviética apoiou e defendeu de modo obstinado suas reivindicações sobre a Caríntia e sobre Trieste. Talvez justamente esse acúmulo de títulos de celebridade tenha irritado Stálin. Talvez, em sentido inverso, tenha encorajado a audácia de seu beneficiário. De qualquer forma, a encíclica do Kominform dá a Tito um brilho a mais na cena internacional. Famoso como dirigente comunista, o chefe militar e depois civil da nova Iugoslávia soma à sua glória passada a de um comunismo independente, que recebe ainda parte de sua força daquilo com que rompeu.

Começa agora uma nova fase da história do comunismo. O Império Soviético, mal constituído, atravessa sua primeira cisão, cisão muito limitada no espaço, mas fundamental no âmbito político, uma vez que é acompanhada, inevitavelmente, de um confronto ideológico. Excomungado, Tito tem, ao mesmo tempo, de refutar os termos da excomunhão e voltar a acusação de heresia contra seus acusadores. Ele amplia à dimensão de um Estado o esquema de ruptura com o comunismo que tantos militantes vinham ilustrando há mais de um quarto de século, em escala individual: passando dos exageros de fidelidade a uma hostilidade cada vez mais categórica à Igreja-mãe, mas na *lingua communis*. A violência quase histórica de seus acusadores o força a isso, ao mesmo tempo que a pressão difusa de seus novos admiradores, para não falar da necessidade de encontrar novos aliados. Forma-se, assim, um novo pólo territorial do comunismo, mais pela força das coisas do que pela invenção dos homens: próximo o bastante do antigo pelo discurso e pelas idéias para servir-lhe de substituto, e distante o bastante para atrair todos os desafetos da revolução comunista.

Tito terá muitos imitadores, de tal forma que o discurso anti-soviético em linguagem soviética vai constituir, depois dele, todo um gênero no repertório da paixão revolucionária: Mao Tse-tung será o mais célebre deles, mas não o único, e até a minúscula Albânia de Enver Hodja se erguerá contra Moscou, nos anos

seguintes, como um pólo do marxismo-leninismo europeu. Assim, a idéia comunista cessa de ter, a partir de 1948, uma pátria única. Ela se territorializa fora da União Soviética. Ali onde a História a fixa, e em primeiro lugar na Iugoslávia, ela está condenada de antemão ao mesmo destino que atinge as promessas messiânicas encarnadas num território ou num regime; sua dureza é até, necessariamente, mais efêmera que a da mitologia soviética de onde procede, pois não possui nem seus títulos de antiguidade, nem sua irradiação de potência, nem seus recursos de propaganda.

No entanto, ela tem, em compensação, por um tempo bastante curto, a vantagem da novidade. A Iugoslávia de Tito não arrasta atrás de si o cortejo dramático de recordações que rodeia a história da União Soviética até 1941. Ela tem origem na guerra antifascista, nasceu da resistência heróica à Wehrmacht de um exército de guerrilheiros, filho do casamento da idéia nacional com a idéia de revolução: perfeito símbolo de um comunismo regenerado pelo antinazismo, o que lhe permite gozar da tradição sem ter de carregar o seu peso. O cisma iugoslavo oferece, assim, um ponto de apoio à paixão revolucionária do refugio do stalinismo. Os nostálgicos de Lênin, muitos dos ex-partidários de Trótski, os desiludidos com a União Soviética reencontram ali um território que lhes faltava, de tal forma a época pertence à encarnação da idéia revolucionária. Esse território reencontra o exotismo indispensável ao trabalho da imaginação: depois da Rússia de Outubro, eis que os infelizes Balcãs são rebatizados como vanguarda da sociedade européia.

Contudo, o cisma encontra seus limites mais ainda no que pretende substituir do que na fragilidade de sua substância. Pois a Igreja-mãe ameaçada se defende com unhas e dentes. É difícil imaginar, hoje, a violência extrema com a qual os partidos do Kominform combateram esse algo que, com isso mesmo, contribuíram para construir: o 'titismo'. Contra Tito, o Kominform e os partidos comunistas reencontram as acusações loucas com que o Komintern brindara Trótski, antes que Stálin mandasse assassinar seu velho rival no México, em 1940. Como Tito, Trótski desafiara menos o regime soviético do que seu chefe, atingindo, então, mais do que o regime soviético: sua legitimidade mesma na História e no mundo, na pessoa de seu único intérprete autorizado. Com isso, ele fora denunciado como contra-revolucionário, cúmplice dos nazistas, um eterno conspirador contra a URSS. Tito não tem nenhum de seus talentos intelectuais, embora goze, como ele, de uma grande reputação militar. Mas ele leva consigo um Estado, o que dá a seu desafio uma ressonância bem maior. O grande exilado do bolchevismo só fora capaz de reagrupar pequenas facções dispersas pelo universo. O marechal croata oferece à sua briga recursos e tribunas maiores.

É um sinal dos tempos que ele não consiga nem abalar a unidade do mundo comunista e de seu império, nem ameaçar seriamente a legitimidade ideológica

de Stálin. Por mais que reforce sua fidelidade ao marxismo-leninismo-stalinismo, acelere o ritmo da coletivização agrária no interior, se mantenha afastado de qualquer aproximação com o Oeste<sup>1</sup>, a URSS e as nações satélites o tratam como um pestilento, a tal ponto que seu personagem logo passa a servir como centro aos processos abertos contra os ‘traidores’ infiltrados nos partidos comunistas do Leste Europeu, da mesma forma como o de Trótski fora o alvo dos processos de Moscou antes da guerra. Menos de um ano depois da condenação do Kominform, o processo Rajk em Budapeste constitui apenas, como escreveu François Fejtö, “um *ersatz* do processo de Belgrado, que não pudera acontecer. Mais do que acusado, Rajk era uma testemunha, a principal testemunha de acusação contra Tito”. Eis que o cismático de Belgrado se tornou criminoso, certificado como tal por seus ‘cúmplices’ nos países vizinhos.

De qualquer forma, se não pode vencer Stálin em matéria de marxismo-leninismo, onde luta no campo do adversário, numa época em que esse adversário parece todo-poderoso, Tito lhe propõe uma questão impossível de encerrar pela repressão ou pelo terror: a da revolta dos Estados-Nações no interior do Império Soviético. No final da guerra, a URSS mostrou-se como a amiga das pequenas nações que libertava da opressão. A imagem nunca foi tão impressionante quanto em Belgrado, no coração dessa Sérvia tradicionalmente voltada para o grande irmão russo e nessa capital devolvida à liberdade pelos exércitos conjuntos de Tito e do general soviético Jdanov. Ora, é lá que, menos de quatro anos depois, estoura a primeira briga entre os sócios de ontem; é lá que o novo chefe da Iugoslávia, velho militante stalinista, fundador de um regime particularmente repressivo, assume o risco da ruptura com Moscou em nome da independência nacional. Pouco importa que, no seu caso, a razão de Estado defendida por ele contra os russos seja a de um Estado federal, que reúne várias pequenas nações. Pois a idéia que transpira em sua ação inédita não é a de dar fim ao comunismo em proveito de uma maior democracia plurinacional e sim a de afirmar, tem relação à União Soviética, a autonomia do Estado iugoslavo tal como ele é.

A questão levantada por Tito já em 1948, portanto, só por um lado está ligada a uma reivindicação de independência nacional. Ela abrange sobretudo uma exigência de autonomia política com relação a Moscou da parte dos novos Estados comunistas da Europa do Leste, formados nos anos do imediato pós-

---

1. Refiro-me aqui aos dois ou três anos que se seguiram à condenação.

2. F. Fejtö, *Histoire des démocraties populaires*, t. I, p. 265.

Ministro das Relações Exteriores da Hungria, depois de ter sido, até o outono de 1948, ministro do Interior, Rajk foi preso em maio de 1949, julgado em setembro, condenado à morte e executado. Cf. F. Fejtö, “L’affaire Rajk quarante ans plus tard” in *Vingtième Siècle*, janeiro/março de 1990; Roger Stéphane, *Rue Laszlo-Rajk: une tragédie hongroise*, Odile Jacob, 1991.



guerra. O fato de essa exigência de autonomia ser acompanhada de um aceno ao sentimento nacional é quase óbvio: ve-lo-emos melhor ainda alguns anos mais tarde, na Polônia ou na Hungria, nações unitárias, do que na Iugoslávia, construção federal. Mas a briga de Tito com Moscou mostra que o fundo do desacordo incide menos sobre a liberdade das nações do que sobre a razão de Estado no interior de cada uma delas, ou seja, sobre o poder dos partidos comunistas locais em relação ao grande partido irmão da URSS. Nesse sentido, o cisma iugoslavo confirma *a contrario* a natureza internacional do sistema comunista, estreitamente centralizado a partir de Moscou. Mas ele não acarreta nenhuma modificação na natureza da ditadura comunista na Iugoslávia: Tito, à sua maneira, faz um 'socialismo num só país', mais do que nunca encerrado no marxismo-leninismo. O Império Soviético teve apenas uma curta duração em sua dimensão de 1946-1948; mas, ao se separar dele, seus filhos infiéis ainda continuam a falar sua linguagem. Tamanha é a coerção da ideologia, que os elementos centrífugos reivindicam a unidade.

Daí os processos, destinados a dirimir a ambigüidade. Mais uma vez, o objetivo deles é menos encenar os complôs do imperialismo americano do que desmascarar os comunistas que participaram deles. Estendida a nações de fora do espaço russo, cercada de Repúblicas vassalas, transformada em império, a Revolução de Outubro ainda obedece à lei que governou seu desenvolvimento: ela devora seus próprios filhos. É verdade que ela ultrapassa amplamente esse quadro e que, ao exportar seu espírito e seus métodos expeditivos para as nações vizinhas, ela começou atingindo os 'inimigos de classe'. Essas nações ainda são, pretensamente, apenas democracias libertadas do fascismo, quando já têm de expropriar, intimidar ou aprisionar os partidários do antigo regime social ou político, que permaneceram fora das 'frentes nacionais'. O processo e a execução do líder camponês Nikolai Petkov (setembro de 1947) foram o ponto culminante das perseguições. Mas, uma vez passadas para o controle direto e visível dos partidos comunistas locais, em 1947-1948, essas 'democracias populares' apresentam ainda mais perigos potenciais para o gênio desconfiado de Stálin: o exemplo iugoslavo convida-as à independência. Como o assassinio de Kirov no final de 1934, ele desencadeia o terrorismo organizado da 'vigilância revolucionária'.

Na verdade, Stálin não precisa desse pretexto para continuar a governar a União Soviética com mão de ferro: segundo os dados mais recentes de que podemos dispor<sup>1</sup>, a população do Gulag, depois de ter diminuído entre 1941 e

---

1. J. Arceh Getty, Gabor T. Rittersporn e Victor N. Zemskov: "Les victimes de la répression pénale dans l'URSS d'avant-guerre", *Revue d'Études Slaves*, t. 65, fascículo 4, pp. 631-670. Nicolas Werth, "Goulag: les chiffres?", *L'Histoire*, setembro de 1993.

1946, recomeça a crescer depois da guerra, para atingir em 1952-1953 níveis superiores aos de 1939-1940. Mas se a repressão continua cada vez mais forte, ela não tem mais esse aspecto teatral que lhe deram antes da guerra os processos de Moscou: agora ela só existe por seu aspecto horrendamente cotidiano, meticulosamente escondida dos estrangeiros e emparedada num silêncio sepulcral. O teatro do terror, pelo contrário, foi mais para oeste, como se a pedagogia fosse indispensável aos enxertos ainda frágeis do soviétismo no coração da Europa: é o objetivo do processo Rajk, exatamente calcado, quase até com as mesmas réplicas, nos precedentes de Moscou. A diferença com o período que antecedeu a guerra está ligada à renovação dos papéis. O da Gestapo agora é da CIA; o de Trótski, de Tito; o dos velhos bolcheviques, de Rajk e seus 'cúmplices'.

Denúncia contra o chefe iugoslavo, o processo assinala com não menos brilho a soviétização das nações satélites. Ao expurgar os partidos comunistas, depois de ter aniquilado as oposições 'burguesas', Stálin procede ao que é chamado desde a época do Komintern a "bolchevização" desses partidos, ou seja, sua submissão completa à sua vontade. Doravante, não há mais nenhum líder que não se sinta ameaçado, nenhum que possa permitir-se acariciar, mesmo em doses mínimas, o sentimento nacional de seu povo. Oriunda da resistência às pressões soviéticas, a ruptura assumida por Tito é saldada por uma aceleração da soviétização do 'campo socialista'. Stálin não trata do problema proposto por ela; basta-lhe afogá-lo na ortodoxia 'bolchevique'.

Com isso, ele se condena a agravá-lo. A União Soviética, que foi tantas vezes celebrada por ter resolvido o problema nacional dentro de suas fronteiras, choca-se com ele no exterior. Ela conseguiu sem grandes dificuldades pôr todo o antigo Império dos Czares sob o domínio do totalitarismo comunista. Na Europa centro-oriental, ela se depara com outras sociedades, orgulhosas de pertencerem à Europa e que não têm como herança a submissão aos funcionários de Moscou: em Budapeste ou em Varsóvia, a Rússia não é exatamente a encarnação da civilização! Para essas nações tantas vezes infelizes, libertadas depois submetidas de novo, que se tornaram ainda mais nostálgicas de seu passado, ela nada mais tem a oferecer, para mantê-las sob o seu jugo, do que a idéia comunista. Essa idéia, envolta na juventude que a guerra lhe devolvera e na incerteza que o futuro lhe conservava, podia ter tido um ar sedutor, na hora da liberdade reencontrada: mais uma vez, ela tirava o essencial de seu efêmero poder do fato de aparecer como negação do fascismo. Mas depois de alguns anos, ela se inscreve na lógica lúgubre da soviétização: sufocamento policial da sociedade civil e subordinação do país a Moscou.

É o primeiro encontro, fora da Rússia, do comunismo e do poder, o primeiro teste para valer desde Outubro de 1917, a primeira prova da universalidade do soviétismo. Ora, este só se mostra capaz de reproduzir suas características opressivas

até em suas manifestações espetaculares, como se só tivesse a universalidade da força, oculta na ideologia. Os países da Europa do Leste sempre souberam que a Rússia foi a última a entrar na história da 'civilização': agora fazem a experiência do fato de que o comunismo soviético, longe de estar mais avançado nesse caminho, como proclama, só tem a lhe oferecer uma submissão uniforme, ornada de mentiras obrigatórias. Só sabe produzir um império policial, na falta de uma sociedade plurinacional. No Oeste, pode-se muito bem continuar a viver no culto ou na esperança de um comunismo democrático, ou ainda na incerteza do que se realiza em seu nome. Mas a leste de Praga, a idéia morre por ter sido submetida à experiência dos povos.

Por nunca ter podido associar-se à liberdade, ela só teve oportunidade de durar por um tempo maior por ter mantido um bom relacionamento com o sentimento nacional. Mas, a partir de 1948-1950, esgotou-se o crédito que tirou de um ódio comum à Alemanha. Por mais que a propaganda soviética denuncie, de todas as formas, os revanchistas que supostamente pululam na Alemanha Ocidental, passou rápido o tempo em que o antigermanismo pôde fazer com que o Exército soviético fosse aceito ou amado no território das pátrias libertadas. Por um lado, a evocação de uma Alemanha neonazista empurrada à guerra antisoviética pelo Pentágono não possui uma verossimilhança extraordinária. Sobretudo, ficou claro que o Exército Vermelho se estabeleceu menos para proteger os pequenos países do Leste Europeu do que para constituir um escudo de Estados comunistas estreitamente submetidos à URSS. Não é suficiente que esses Estados sejam 'amigos da União Soviética'. Não basta nem mesmo que obedçam a ela. É preciso, ainda, que tenham o mesmo regime que ela, as mesmas instituições e as mesmas palavras para disfarçar a mesma natureza. O 'comunismo num só país' só é capaz de exportar a si mesmo para o estrangeiro. Tendo fincado suas bandeiras no mosaico de nações européias que o separam do Oeste, pouco lhe importa a diversidade de suas tradições. Ele as obriga a se organizarem uniformemente, mas uma por uma<sup>1</sup>, conforme o seu exemplo, somando à

---

1. As tomadas do poder realizadas pelos comunistas na Europa central e oriental aconteceram mais ou menos de acordo com o mesmo processo: contando com o apoio do Exército Vermelho, os comunistas dirigem uma coalizão da qual vão afastando seus adversários um após o outro. Em outubro de 1944, o Exército Vermelho chega à Iugoslávia; a 11 de novembro de 1945, a Frente Nacional toma o poder, a República é proclamada no dia 29 de novembro seguinte. Na Bulgária, o governo de coalizão é substituído pelo da Frente da Pátria, presidido pelo kominterniano Georges Dimitrov; a República Popular é instituída em 15 de setembro de 1946. Na Romênia, a 27 de fevereiro de 1945, Andrei Vychinski impõe um governo formado pelos partidos da Frente Nacional Democrática, que vence as eleições de 19 de novembro de 1946; o rei Miguel abdica a 30 de dezembro de 1947. Na Hungria, a União das Forças de Esquerda vence as eleições de agosto de 1947 (60 por cento dos votos) e depois as de 1949 (95,6 por cento!). A 20 de agosto de 1949, é proclamada a República Popular.

opressão nacional a obrigação de adorar o opressor como modelo. A situação reproduz o fenômeno colonial, mas invertendo-o, uma vez que se circunscreve à Europa: o poder 'oriental' de Moscou vem submeter até as velhas terras do venerável Império Austro-Húngaro. Pode-se avaliar por essa reviravolta tudo o que a nova partilha da Europa destruiu.

Assim, o movimento comunista reencontra, sob nova forma, depois de tantas peripécias, seu mais velho adversário no espírito dos povos: o sentimento nacional. O confronto entre a paixão revolucionária e a fidelidade nacional abriu o século e por muito tempo constituiu, depois da Primeira Guerra, a bebida mais forte dos combates políticos na Europa. No entanto, o stalinismo e o nazismo corromperam a substância dele. O primeiro submeteu o internacionalismo operário à defesa incondicional do regime soviético. O segundo desonrou a paixão nacional, misturando-a com a supremacia racial. A Segunda Guerra Mundial pareceu florescer, em seus primórdios, sobre esses escombros, antes de encontrar na síntese antifascista a sua razão de ser. Mas, uma vez vitorioso, esse casamento circunstancial de idéias contraditórias revelou a sua mentira: a união do stalinismo e da independência das nações não sobreviveu ao advento da União Soviética à condição de superpotência mundial. Ela trata os países que caem em sua órbita militar como o Komintern tratava os partidos postos sob sua obediência. Mesmo assim, estes últimos só se prestavam a isso por uma servidão voluntária. A Polônia ou a Romênia do pós-guerra não tiveram a escolha de seu destino nacional.

Esse é o pano de fundo em frente ao qual se perfilam todos os "casos", políticos ou judiciários, envolvendo, secreta ou publicamente, os governos das democracias populares e seu 'protetor' soviético. A melancolia que esses casos comportam está ligada ao fato de mostrarem adversários desiguais, já que um está quase derrotado antecipadamente: Tito é a exceção que confirma a regra<sup>2</sup>. Em todos os outros casos, a regra de ouro da solidariedade incondicional à URSS é aplicada, como antes, a militantes que se tornaram chefes de governo e cuja maioria passou os anos de guerra em Moscou. Dizer que ela 'é aplicada' não é o bastante. Ela é tão fundamental e tão interiorizada que serve de critério universalmente aceito para todas as depurações, bem como de acusação principal em todos os processos. É nessa época que podemos avaliar até que ponto os homens

- 
1. Tenho em mente, por exemplo, a exclusão de Gomulka do Partido Comunista Polonês e a sua prisão em 1949-1950; ou a de Clementis, o ministro tcheco-eslovaco das Relações Exteriores, naqueles mesmos anos; ou o processo Slánsky em Praga, em novembro de 1952; ou ainda a evicção de Anna Pauker na Romênia, na mesma época.
  2. É preciso colocar à parte também o caso de Kostov, velho militante búlgaro do Komintern; julgado por 'traição' em Sófia, em dezembro de 1949, ele se retratou de suas confissões e se ergueu contra o ato de acusação.

do sistema formados pelo Komintern se revelam indispensáveis, dez ou vinte anos depois, à política do Kominform. As circunstâncias exatas que presidiram a essas crises internas ainda são em ampla medida desconhecidas; mas, pelo menos, é certo que todas elas estão ligadas, de uma ou de outra maneira, à razão de Estado soviética, ou seja, à política externa da URSS. Recorreu-se até ao anti-semitismo a seu serviço, quando do processo Slánsky, nos últimos anos de Stálin<sup>1</sup>, sob a forma de acusações que visam a um complô sionista internacional: como se o ditador não temesse entoar em escala menor, antes de morrer, a ária da maior tragédia do século.

Contudo, nem as violências, nem as tomadas de garantias, nem os expurgos, nem os processos apagam o caso Tito. Ampliando-se a países, o movimento comunista veio chocar-se contra as ilusões que alimenta sobre a sua universalidade. Ele deu espelhos à sua mentira. Não basta a ideologia servir e esconder a dominação de um novo imperialismo russo; essa mesma dominação só traz, sobre as ruínas dos antigos regimes, uma servidão mais completa. O internacionalismo é a máscara da força; a democracia 'popular', a do totalitarismo. A fragilidade do sistema pode ser expressa nessas duas constatações distintas e, no entanto, complementares; a primeira leva à segunda.

Tendo se erguido contra Stálin, Tito logo é levado a imaginar um comunismo à sua maneira. Pois a lógica da revolta nacional é tal que, quando é coisa de velhos kominternianos, assume necessariamente uma forma ideológica e se torna 'revisionista'. Ela tende a conferir um peso particular ao que até então constituía apenas, na história do comunismo, rupturas individuais. Souvarine ou Ruth Fisher foram apenas militantes de seus respectivos partidos, condenados e expulsos pelo Komintern. Em certo sentido, Tito é vítima do mesmo destino: afinal, tanto antes como depois da guerra, os militantes estrangeiros romperam com Moscou, menos, aliás, por causa da liberdade do que por sua margem de independência na estratégia ou na tática a ser aplicada em seus próprios países. Em suas pessoas, porém, o movimento comunista encontrara apenas débeis opositores, comprometidos, divididos, fáceis de vencer ou pelo menos de isolar. Tito

---

1. O processo Slánsky ocorreu em Praga, de 20 a 27 de novembro de 1952. Rudolf Slánsky, ex-secretário-geral do Partido Comunista Tcheco, detido no ano anterior, é julgado como cabeça de uma conspiração contra o Estado. Dos 14 réus, 11 são judeus, e designados como tais no ato de acusação, que menciona uma conspiração em que o 'sionismo internacional' desempenha um papel central. Slánsky é condenado à morte e enforcado com 10 dos co-acusados. Os outros 3 são condenados à prisão perpétua. Dois deles escreveram a história do processo: Arthur London, *L'aveu. Dans l'engrenage du procès de Prague*, Gallimard, *Collection Témoins*, 1968; Eugen Loebel, *Stalinism in Prague. The Loebel story*, Nova York, Grove Presse, 1969; e *Le procès de l'aveu. Prague 1952*, Paris, Éditions France-Empire, 1977.

nada diz de diferente deles, mas, através da idéia nacional, torna manifesta a mentira do universal revolucionário. Mal irreparável, cujo alcance não será atenuado pela reconciliação posterior; pelo contrário, ela o irá ampliando.

No momento em que Tito rasga o véu da universalidade comunista, o confronto entre os dois ex-aliados modifica a herança ideológica da guerra. Uma vez esmagados e desaparecidos da cena Hitler e Mussolini, eis que a paz descortina uma Europa dividida em dois campos. Jdanov o disse, depois de Churchill e Truman.

O desaparecimento do fascismo teve como efeito quase mecânico simplificar o teatro político. Logo só subsiste o par antagonista capitalismo e socialismo, democracia liberal e democracia 'popular', em suas encarnações vivas, os Estados Unidos da América e a União Soviética. Porque as ideologias políticas modernas, religiões da imanência, têm seus territórios prediletos. Estes correspondem estritamente, doravante, à divisão do poder que se superpõe à das idéias.

É verdade que o antifascismo sobrevive à morte de Hitler e ao fim da Alemanha nazista. A URSS — e o Kominform atrás dela — transformou-o no centro de sua propaganda e na continuação da guerra através de outros meios. Mas a evocação constante desse perigo depois que ele desapareceu não constitui nada comparável ao verdadeiro salvo-conduto democrático que haviam sido os sacrifícios e as vitórias do Exército Vermelho. O próprio termo 'antifascismo' desvaloriza-se ao ser submetido a tantos empregos. Sua força é o fato de referir-se a lembranças muito recentes; ele tem ainda muitos laços com sua referência de origem para ser estendido longe demais dela, conservando suas chances de convencer. A satanização do inimigo é menos fácil. Os nazistas e seus colaboradores foram fuzilados ou presos. A idéia comunista, em maior ou menor medida despojada de sua argumentação tradicional, agora tem de, antes de tudo, defender a sua causa: não só o próprio regime soviético, que saiu fortalecido da guerra por sua vitória, mas também a história das nações européias do Leste posterior a essa vitória. A União Soviética estendeu-se para o Oeste e se rodeou de um cinturão de países 'protegidos' que põe as sociedades comunistas em contato com as sociedades ocidentais da Europa. Ela é mais poderosa, mais visível, mais próxima. Mas também, por isso mesmo, mais vulnerável.

Não entendo esse termo no sentido em que define uma relação de forças que lhe fosse desfavorável: ligado, por exemplo, ao fato de que, antes de 1951, ela não possuía a bomba atômica. Pois deixo deliberadamente de lado a história dos inícios da Guerra Fria, para privilegiar a de suas repercussões sobre a idéia comunista, mais do que nunca brandida pela URSS como uma bandeira. Nada para

mostrar melhor do que essa época a pura potência e a visibilidade dessa potência como um dos grandes trunfos da idéia. Que, em compensação, a idéia sofra, mais ou menos rápido, mas sempre, os contragolpes dessa associação, é também o preço inevitável pago a seu caráter estreitamente instrumental. Universalizada pela força das armas, como conservaria sua universalidade de idéia? O cisma de Tito ilustrou, no interior do 'campo socialista', a pertinência dessa interrogação. Mas e fora dele, isto é, no Ocidente?

Ali, a idéia não passou pela experiência do soviétismo. Excetuemos desse julgamento a Alemanha Ocidental, que se tornou, em 1949, uma República federal: terra de asilo dos milhões de alemães que fugiram do avanço soviético ou que foram, em seguida, expulsos de suas terras pelos poloneses, pelos tchecos e pelos húngaros, **ela nada** tem a aprender nem sobre a ferocidade do Exército Vermelho nem sobre a germanofobia extrema que dá o tom nos novos Estados de 'democracia popular'. Nação derrotada, nação desenraizada, nação culpada, agora ela só pode manifestar sua hostilidade ao comunismo eslavo através dos votos periódicos e no silêncio do isolamento. Mas o espetáculo oferecido pela ditadura policial que se estabeleceu na ex-zona soviética basta para confortar seus sentimentos no dia-a-dia.

No resto da Europa ocidental, pelo contrário, o Exército Vermelho só é celebrado pela fama de suas distantes vitórias. O mundo comunista tornou-se próximo pela distância, mas permanece o objeto de um conhecimento indireto, influenciado pelos sentimentos favoráveis que a vitória sobre Hitler deixou na opinião pública. Na realidade, Churchill e De Gaulle muito cedo entraram em luta contra ele, cada um à sua maneira, em função da situação. Já no outono de 1944, Churchill compreendeu, com o caso polonês, tanto a sua incapacidade de influir na solução quanto a vontade de Stálin de acorrentar o Leste Europeu'. Ele sabe que a Terceira Guerra começou, antes que a Segunda se acabasse. De Gaulle, na mesma época e em escala francesa, teve de submeter o PCF para reinstaurar um regime democrático; os comunistas terão sua desforra em janeiro de 1946, afastando-o do poder, mas a hora deles já passou. Nos anos seguintes, os dois maiores antifascistas da Europa estarão também na linha de frente da luta contra a ameaça soviética do pós-guerra.

Aquilo que desencadeiam vai constituir a substância da política da Europa do Oeste por cerca de meio século: não se trata, portanto, de uma virada ocasional e sim de uma reação profunda, quase orgânica, das sociedades ocidentais,

---

1. O momento em que Churchill se sentiu ludibriado por Stálin no caso polonês pode ser situado entre as entrevistas que teve com o marechal soviético em Moscou, no início de outubro de 1944, e as discussões de Yalta de fevereiro de 1945. Cf. R. Douglas, *From war to Cold War*, Nova York, St. Martin's Press, 1981, cap. 4-7, pp. 37-82.

a fim de preservarem sua independência e seu modo de vida num mundo político internacional em duas dimensões. Reação que não deixa de ser amarga, uma vez que é acompanhada, também, de uma constatação de dependência aos Estados Unidos da América, mas se vê também facilitada, pois comporta apenas uma contribuição financeira ou militar limitada. A Inglaterra saiu enfraquecida de uma guerra de que fora o combatente mais antigo; a França e a Itália do pós-guerra não têm exércitos capazes de se medir com os da URSS. É a presença das tropas americanas na Alemanha que continua sendo a garantia do equilíbrio das forças de ambos os lados das fronteiras de Potsdam.

De qualquer forma, se a Europa ocidental se encontra no 'campo americano' por sua situação objetiva, ela pertence a ele, antes de tudo, por opção. Mesmo nos países como a França e a Itália, onde existem partidos comunistas poderosos, as eleições nunca deixaram a menor dúvida a este respeito. Os partidos conservadores recebem a ajuda dos socialistas, ou inversamente, para constituírem maiorias maciças em matéria de 'atlantismo'. Attlee substituiu Churchill em Potsdam' como herdeiro fiel de sua hostilidade à URSS. E é nessa mesma época que Léon Blum inventa, acerca do Partido Comunista Francês, a expressão "partido nacionalista estrangeiro"<sup>2</sup>. As velhas democracias do Ocidente continuam vivas, ainda que uma parte da tristeza da época lhe venha do sentimento de seu declínio. A presença americana na Europa, sucedendo à libertação da Itália e da França pelos exércitos americanos, teve, aliás, como resultado dar um caráter inédito à batalha ideológica da época: ao passo que, antes da guerra, a denúncia do mundo capitalista pelos comunistas tinha como alvo quer as democracias parlamentares de Paris ou de Londres, quer os Estados fascistas, agora ela tem como centro os Estados Unidos da América. A Europa burguesa teve sua condição rebaixada também para seus adversários.

Para quem quer entender o caráter particular que assumiu o debate na época, o melhor campo de observação é fornecido pela França. No Ocidente, é lá que, 10 ou 15 anos antes, o comunismo apareceu pela primeira vez numa versão vitoriosa, instigador e maior beneficiado da Frente Popular. Também foi ali que ele fez esquecer os terríveis 20 meses do pacto germano-soviético por sua participação na resistência interna, a tal ponto que ele pode colocar-se, durante algumas semanas, no momento da libertação, como rival de De Gaulle, antes de ser obrigado a se tornar, durante alguns meses, seu aliado. Em suma, o Partido Comunista Francês, partido totalmente stalinizado, não possui apenas uma forte

---

1. Os resultados da eleição legislativa inglesa de 5 de julho de 1945 só são conhecidos três semanas mais tarde, quando Churchill já se encontra na conferência de Potsdam.

2. Léon Blum, *À échelle humaine*, Gallimard, 1945 (citação p. 105); reed. na *Collection Idées*.



realidade de classe. Tem uma história aparentemente feliz ao lado da liberdade e combateu pela nação. Os anos de 1936 e 1945-1946 constituem as suas referências, ao mesmo tempo, seus grandes anos eleitorais.

Mas ei-lo, depois de 1947, numa nova situação. Afastado do governo<sup>1</sup> pelos socialistas, instado pelo Kominform, alguns meses depois, a endurecer a sua oposição, é envolvido pela lógica da Guerra Fria e obrigado a evocar novamente a sua vocação revolucionária, no momento preciso em que a situação condena de antemão toda 'revolução', no sentido soviético do termo. Stálin digere — dificilmente — suas conquistas, e a Europa ocidental é amarrada à América. De resto, na própria França, a situação é a inversa da de 1936: os radicais e os socialistas, menos numerosos, é verdade, do que na época, apóiam o centro e até o centro-direita, em nome de uma política externa de defesa da liberdade. Unido a toda a esquerda na Frente Popular, o PCF tinha ao mesmo tempo esconjurado a ameaça do fascismo e aberto o caminho para uma coalizão de progresso social. A partir de 1947, isolado na cena política, ele passa a combater apenas os governos democráticos, formados essencialmente por antigos resistentes, acusados de preparar, em combinação com um De Gaulle transformado em 'neofascista', a guerra americana. Não propõe nenhuma idéia alternativa e contenta-se em bloquear, simplesmente com sua presença protestatória, o funcionamento normal da alternância esquerda-direita no poder. É o retorno de um comunismo anterior ao 'antifascismo', mas fortalecido por sua vitória sobre o fascismo: grande força inútil, que teríamos podido acreditar emburguesada demais por seu sucesso para retomar o caminho da gesticulação revolucionária, mas que, pelo contrário, se vê novamente fiel às suas origens, conduzida, aliás, pelos mesmos homens formados no 'terceiro período'; demonstrando mais uma vez o caráter extraordinário de um movimento cujos diferentes partidos continuam obedecendo tão brilhantemente a uma estratégia internacional, quando se tornaram tão grandes.

Pois embora seja uma longa batalha de retirada a que se inicia, para os partidos comunistas do Ocidente, isolados entre os adversários por pertencerem ao outro lado, ela os encontra no ponto mais alto de sua trajetória. No plano político, eles já não têm aliados poderosos o bastante para figurarem apenas como comparsas, sem poderem modificar as linhas de partilha da Guerra Fria. Mas conservam uma força de opinião, mantida com o maior cuidado. Por intermédio dos intelectuais, a idéia comunista vai emitir suas mais brilhantes luzes no

---

1. Em seguida a uma greve declarada nas fábricas Renault por militantes trotskistas, os ministros comunistas decidem pedir o fim do congelamento dos salários e dos preços. A 2 de maio de 1947, Paul Ramadier levanta a questão de confiança na Assembléia. No dia 4, ela adota a ordem do dia favorável ao governo, com os comunistas votando contra. Para evitar a demissão coletiva do governo, Ramadier demite naquela mesma noite os ministros comunistas.

Oeste da Europa, no momento em que se extingue no Leste, aproveitando-se, aqui, de seu fracasso e, lá, vítima de sua vitória. A História oferece, mais uma vez, a demonstração de sua natureza polimorfa.

O fenômeno é geral em toda a Europa ocidental. Ele é particularmente nítido na França e na Itália, onde dois possantes partidos operários podem dar ao filocomunismo intelectual a sensação concreta de estar do lado do povo: sensação de que os referidos partidos usam e abusam sem vergonha e sem limites, porque ela gratifica ao mesmo tempo a vaidade e a inquietação específica dos profissionais das coisas do espírito. A vaidade é satisfeita no reconhecimento de uma multidão imaginária, devidamente carimbada como tribunal da História pelos representantes da 'classe operária', e a inquietação encontra uma saída no desejo de servir. O professor comunista de Oxford ou de Cambridge aderiu ao mesmo movimento histórico que seu homólogo francês ou italiano, mas, na falta de um grande partido 'revolucionário', não recebe por isso o mesmo consolo psicológico. De resto, ele precisa menos disso, pois é filho de uma guerra mais gloriosa, que não teve nem Mussolini nem a dobradinha 40-Vichy. Aos intelectuais italianos e franceses, os partidos comunistas oferecem, juntamente com um povo de esquerda, a imagem de uma desforra sobre as tragédias de ontem.

Melhor do que isso. Através da guerra e da resistência, a idéia comunista, sob a forma do antifascismo, se introduziu na tradição democrática nacional para representar o seu ponto mais alto. Com efeito, se imaginarmos a história nacional como algo em jogo disputado pelos defensores dessa tradição e seus adversários, as cartas de nobreza do antifascismo estão na Revolução Francesa e no Risorgimento; mesmo assim, é preciso atentar em considerar os dois acontecimentos como estando eles próprios atravessados pelo conflito e já reveladores da pusilanimidade de uma burguesia liberal tão rapidamente disposta a renegar o sentido de seu combate. Na França do fim do século XVIII, essa burguesia teve de aceitar a aliança das classes populares, mas para quase imediatamente depois romper essa aliança, guilhotinando Robespierre e abrindo caminho para a corrupção termidoriana e, depois, para o despotismo napoleonista. Na Itália do meio do século XIX, ela preferiu à luta revolucionária pela emancipação do povo e da nação um compromisso com a aristocracia fundiária de Sul e com a monarquia piemontesa. Classe sem energia, sempre pronta a trair a liberdade pela ordem, ela se demite também no século XX para dar lugar ao fascismo. Apóia Mussolini na Itália, Pétain na França. De agora em diante, só a 'classe operária' pode assumir o futuro do país. Esse encadeamento de abstrações que substituem os atores da História confere ao mesmo tempo sua nobreza e sua necessidade ao antifascismo 'proletário'. Ele esconjura o lado popular e revolu-

cionário do fascismo, reduzindo-o ao que ele detestou, o universo burguês. E, com isso, recupera em proveito exclusivo da esquerda ‘antifascista’ a crítica à mentira liberal que esta compartilhava com seu adversário, 15 ou 20 anos antes. A História decidiu a pendência entre os pretendentes à reconstrução de uma ordem social pós-individualista. Com isso, os únicos partidários de Mussolini ou de Pétain passaram a ser os burgueses. E ninguém pode ser um bom democrata, um verdadeiro antifascista, se for hostil aos comunistas. Fraca, a União Soviética fora amada como uma causa ameaçada. Poderosa, ela é festejada como um destino inevitável.

A crença que fundamenta essas racionalizações amnésicas e esses julgamentos conformistas, vimos deparando-nos com ela ao longo de todo este livro. Ela vive na época seus melhores dias, como se a guerra tivesse constituído o seu teatro e o seu veredito por excelência, aceito de antemão pelos beligerantes. Pois o marxismo a constituiu como doutrina particular, mas ela existe mais ou menos em todos os espíritos, sob uma ou outra forma. A convicção mais difundida, talvez, pretende que, na época moderna, a moralidade se limite inteiramente à política, única depositária, em última instância, do bem e do mal, para só conservar da primeira a boa consciência necessária ao fanatismo ideológico. A força interior do militante comunista vem-lhe do sentimento de realizar a História como um soberano bem, de se valer dos meios da força a serviço de um fim bom. Longe de aparecer como um disfarce do cinismo, essa mistura de gêneros é vista como um imperativo categórico contra o ‘idealismo’. E ele funciona para muitos intelectuais — e para além deles, para o público — como uma justificação das violências e dos crimes do bolchevismo stalinista, absolvidos ou mesmo celebrados em nome do fim de que supostamente são os meios. Lembro-me de ter lido apaixonadamente, por volta de 1947, *O zero e o infinito* de Koestler, sem que aquela leitura me dissuadisse de aderir ao Partido Comunista um pouco mais tarde: eu admirava o fato de que o juiz e o acusado pudessem concordar em servir a mesma causa, o primeiro como carrasco, o segundo como vítima. Nessa versão filosófica dos processos de Moscou, eu admirava a marcha da razão histórica, cujo culto bárbaro, porém, Koestler quisera denunciar.

Se esse espírito de consentimento cego ao fato consumado como ‘racional’ tira uma parte de suas origens do formidável dilúvio de violência que foi a guerra, ele se nutre também do sentimento de que essa guerra nada terminou; que ela continua; que a força não exauriu sua virtude. A Guerra Fria não é a guerra, mas conserva o seu espírito, com uma boa parte de maniqueísmo ideológico, em que Moscou não tem rival. Sem dúvida, essa é a razão pela qual a grande virada comunista de 1947, constituindo uma data-chave da vida política das democracias ocidentais, não tem, de modo algum, a mesma importância em sua história

intelectual. Os partidos comunistas já não estão a caminho do poder, mas seu movimento intelectual e mundano não mudou muito. Ele continua muito amplo, especialmente na França e na Itália, ainda mais amplo na Itália, onde o Partido Comunista ocupa todo o espaço da esquerda, com a cumplicidade involuntária de um Pietro Nenni vassalizado. A Guerra Fria recompôs os governos cuja regra é a aliança atlântica. Mas, ao afastar os comunistas do poder, ela lhes deixa pelo menos os privilégios da oposição e a gestão das grandes recordações.

O comunismo ocidental já não é vulnerável, como antes, às grandes reviravoltas da Internacional: ele encarna uma revolução que se tornou tradição. Tornado novamente um movimento de guerra de classe na retaguarda do inimigo, ele nada deixa perder-se de seu Capital democrático e nacional. Nascido da guerra de 1914-1918, ele cresceu contra ela. A Segunda Guerra Mundial, pelo contrário, lhe serve de apoio até o período que dividiu seus vencedores: pois ele vive mais de seu patrimônio que de perspectivas de futuro. A 'revolução proletária' — a sua razão de ser — se vê adiada *sine die* pela situação internacional, ou ainda vinculada, de novo, à guerra. As revoluções que supostamente aconteceram no Leste da Europa indicam suficientemente que a probabilidade das revoluções depende apenas da geografia; tudo o que resta ao Ocidente comunista é embelezar seu recitativo, homenageando sua história. Estranha época, na verdade, esses anos em que a propaganda do novo 'antifascismo' reinventa Hitler sob os traços de Adenauer, denuncia a democracia americana em nome da liberdade e envolve o Império Soviético nas recordações das revoluções de 1848.

Nesse exercício, o filocomunismo dos intelectuais franceses recebeu da crítica a palma de ouro, da qual, infelizmente, não é indigno. Como ele já foi assunto de vários livros<sup>1</sup>, não retomarei seu inventário. Seu fundo é constituído pela velha paixão antiliberal que já domina a cena parisiense na década de 30, sob múltiplas formas, e dentro de tradições as mais diversas. Ao liquidar o fascismo, a guerra entregou ao comunismo o monopólio desse mercado de idéias. A vitória total galvaniza os decididos, faz aderir a maioria, intimida os incertos e, aliás, pune os culpados. Em conformidade com o papel desempenhado pela URSS, é mais a vitória do antifascismo que a da democracia; assim, ela pode ser

---

1. Jeannine Verdès-Leroux, *Au service du parti. Le Parti Communiste, les intellectuels et la culture (1944-1956)*, Fayard-Minuit, 1983; David Caute, *The fellow-travellers*, Londres, Weidenfeld & Nicolson, 1973; trad. francesa: *Les compagnons de route, 1917-1968*, Robert Laffont, 1979; Pierre Rigoulot, *Les paupières lourdes. Les français face au Goulag: aveuglement et indignations*, prefácio de Jean-François Revel, Éditions Universitaires, 1991; Tony Judt, *op. cit.*, Natacha Dioujeva e François George, *Staline à Paris*, Ramsay, 1982.

O livro de Raymond Aron, *L'opium des intellectuels (O ópio dos intelectuais)*, Calmann-Lévy, 1955, continua sendo, sobre o assunto, o mais fundamental.

festejada sem se renegar a pouca inclinação que se tem pelo exercício da democracia e, com isso, conservar, mesmo se se mudou de lado junto com a História, um fundo contínuo de sentimentos. Daí a ruptura de 1947 entre os antigos Aliados não ter grandes repercussões sobre a vida intelectual, uma vez que o conflito de idéias que ela leva ao primeiro plano da política não consta do repertório do antifascismo.

A esse quadro, alguns traços peculiares à tradição francesa somaram seu peso, por exemplo, o hábito nacional de pensar a política em termos universais, como o lugar natural da emancipação do homem. Ao longo de toda a história da Revolução Russa, a Revolução Francesa não deixou de ser o precedente que garantia a sua legitimidade: ela confirmava, por um lado, a inevitabilidade das revoluções, uma vez que a burguesia também recorrera a ela, e comportava, por outro, um período curto mas exemplar que servira de modelo a Lênin. O fato de essa filiação ter constituído por tanto tempo, na França, um dogma historiográfico, a despeito da pequena comparabilidade dos dois eventos, é uma boa prova da extraordinária abstração que cerca o fato bolchevique na *intelligentsia*. O ano de 1917 redobrou o universalismo de 1789: e o milagre é que a idéia ainda exista, mais forte do que nunca, 30 anos mais tarde, como se houvesse sido feita uma quitação antecipada a toda a história soviética. A exemplo da Revolução Francesa, o que a Revolução Russa teve de repressivo se devia unicamente à necessidade de se defender; assim, a algo de exterior à sua essência, boa por definição. Essa visão, tão típica da herança revolucionária francesa, dispensa a URSS do ônus da prova. Ela explica, sem dúvida, parte do zelo pró-soviético parisiense da época.

Acrescentemos ainda que, por esse encaixe ontológico das duas revoluções, os intelectuais reinventam para si mesmos um papel coletivo que a história real recusou à nação depois de junho de 1940. Parte deles simpatizou com o regime de Vichy, e até, em alguns casos espetaculares, com os nazistas: uns vindos da direita, outros do pacifismo. Para aqueles que foram contra Hitler, cada vez mais numerosos à medida que ia delineando-se o resultado da guerra, o gaullismo não raro foi suspeito. O papel nele desempenhado por seu fundador evoca o homem providencial, tão estranho à tradição republicana: os generais, e mesmo aquele específico, não passam facilmente por homens da democracia e do progresso social. Até Raymond Aron, em Londres desde junho de 1940, compartilha, em parte, essas reticências<sup>1</sup>. E Malraux só se torna gaullista depois da

---

1. Raymond Aron, *Mémoires, op. cit.*, pp. 182-188. Em 1943, R. Aron publica em *La France Libre* um artigo intitulado “L'ombre des Bonaparte”, no qual alerta contra o ressurgimento de um ‘cesarismo popular’ que poderia ter tentado o general De Gaulle. Raymond Aron comentou o sentido desse artigo em suas *Mémoires* (pp. 184-186). Cf. também “Raymond Aron, 1905-1983, histoire et politique”, *Commentaire*, Julliard, 1985, pp. 359-368.

guerra<sup>1</sup>. O antifascismo, pelo contrário, permite que os intelectuais festejem sua reconciliação com a tradição revolucionária nacional, indissolivelmente democrática e patriótica; com isso, eles se vêem novamente instalados nas cadeiras de orquestra da História, como seus ancestrais de 1789 e de 1793, e no papel de profetas da sociedade, papel que ocupam desde o século XVIII. O marxismo-leninismo fornece, aliás, a quem o desejar, a doutrina dessas reconciliações imaginárias, com a idéia de uma ciência da História cujos segredos só uma vanguarda possui.

Assim, o direito de co-propriedade sobre a referência revolucionária permite ao mesmo tempo obliterar o declínio nacional e recuperar uma missão. A meu ver, essa é uma das grandes razões do poder de encantamento que o Partido Comunista possui sobre uma enorme parte dos intelectuais franceses. Não que não existam outras razões, e até mesmo mais mecânicas, por assim dizer: na França como em outros lugares, o comunismo recorre, nos indivíduos, ao mesmo tempo que ao idealismo e à ignorância, a um gosto escondido pelo poder, que pode estar unido a uma paixão masoquista pela força. Aragon é, na cultura francesa, a um só tempo sua vítima mais ilustre e seu manipulador mais consumado. Mas o poder de bajulação ou de intimidação do partido baseia-se ele próprio numa realidade de outra espécie. O que o torna, na época, tão eficiente é também o que progressivamente o irá esvaziando de seu conteúdo, a partir das décadas seguintes. O partido é proprietário da marca 'Revolução de Outubro, e esta comanda, por sua vez, a universalidade da tradição revolucionária. E seria pouco dizer que ele zela por seu tesouro.

O caso francês mostra por que todos os grandes debates de idéias do pós-guerra giram ao redor de uma questão única: a natureza do regime soviético, defendida com unhas e dentes pelos intelectuais comunistas e progressistas conforme à essência da revolução socialista. A interrogação é tão velha quanto a URSS; o que é novo é a sua centralidade. Nos anos da Frente Popular, até o pleno triunfo da esquerda, ela não cessara de rondar a cena pública, mas numa posição secundária à luta contra Hitler e à questão da guerra ou da paz. Depois da vitória, a URSS é mais antifascista do que nunca, mas o inimigo fascista foi vencido. Está mais forte do que nunca, mas também mais nua, frente aos Estados Unidos e a Europa ocidental. Mesmo na época da histeria anticomunista dirigida pelo senador McCarthy (1950-1954), a América de Truman e de Eisenhower não oferece uma imagem realmente crível de neonazismo; seus sol-

---

1. Jean Lacouture, *op. cit.*, cap. 38, pp. 320-326. Em agosto de 1945, Malraux se encontra com o general De Gaulle e adere ao chefe da França Livre. Em 1947, torna-se o encarregado da propaganda do Rassemblement Populaire Français.

dados, que vêm de tão longe, venceram Hitler na França. Quanto à Europa do Oeste, ela refaz sua riqueza, sem glória, mas democraticamente, com abrigo dos Estados Unidos e com sua ajuda inicial. A Alemanha Ocidental entrou na ordem constitucional. Assim, sem o fascismo para realçá-lo por contraste, o próprio regime soviético se vê na linha de fogo, obrigado a defender mais o que ele é do que o que protege.

É verdade que nos primeiros anos da Guerra Fria, antes de 1951-1952, quando a União Soviética não tem a arma nuclear, ela envolve sua relativa inferioridade militar numa ampla campanha mundial pela paz, que lhe oferece ao mesmo tempo um abrigo e um alibi: reunidos ao redor do 'apelo de Estocolmo' contra a bomba atômica, os 'partidários da paz' sucedem aos 'antifascistas consequentes'. Mas mesmo o novo movimento, tão diferente daquele do entre-guerras, remete as mentes à questão soviética. Depois de 1918, e até 1935, o pacifismo só fora pró-soviético mais ou menos por acidente, porque a União Soviética era fraca e tinha sido posta de castigo pelas potências de Versalhes. Depois de 1945, mudança radical: pois se ele encontra alimento na crítica aos vastos programas militares a que se lançou a América, parece dar sua caução à outra superpotência, cuja política externa não está acima de qualquer suspeita na tensão internacional. Pois embora Stálin não seja Hitler, embora ele se norteie acima de tudo, em suas relações com o mundo capitalista, pela desconfiança e pela paciência, de qualquer forma a Rússia trancou a Europa central e oriental. E o ataque da Coreia do Sul perpetrado pela Coreia do Norte em junho de 1950 parece desmentir até as interpretações puramente conjecturais da vontade de paz soviética.

A Guerra Fria — transformada, naqueles anos, em guerra pura e simples — envolve dois sistemas políticos e sociais. Ela leva a seu ponto extremo o caráter ideológico do século, simplificando o mundo em dois campos e recobrando a idéia nacional, por importante que ela continue sendo, com a idéia de império ou de bloco. Forçosamente, a idéia comunista recebe com isso um enorme prestígio, no entanto, mais pelo que ela é e pelo que se construiu em seu nome do que pelo que combate: ei-la poderosa no mundo, vitoriosa na China, visível na Europa até Praga, parecendo trazer o futuro consigo, enquanto as velhas nações ocidentais estão em declínio. É quando ela atinge, ao mesmo tempo, seu mais alto nível de influência e um grau inédito de vulnerabilidade: sua existência contra sua essência. Os intelectuais franceses apegam-se mais do que nunca à essência. Mas, com isso, eles têm de prestar juramento de obediência e fidelidade à "ideologia fria", segundo o termo de Kostas Papaioannou; declarar culpados Rajk e Slánsky, negar a existência de campos de concentração

---

1. K. Papaioannou, *L'idéologie froide*, J. - J. Pauvert éd., *Collection Libertés*, 1967.

na URSS<sup>1</sup>, jurar que nela está nascendo uma ‘ciência proletária’, celebrar Stálin como um gênio universal etc. O prazer da servidão voluntária esgota-se nesses exercícios sucessivos, cujas ocasiões a História, pela boca do partido, não se cansa de renovar.

Aqui começa finalmente, entre o ocidente e o oriente da Europa, um mal-entendido profundo de que ainda não nos desvencilhamos<sup>2</sup>. A idéia comunista está no seu auge, em Roma e em Paris, no momento em que ela tende a não ser mais, em Varsóvia ou em Budapeste, do que o disfarce da opressão russa. Nascida de uma filosofia ocidental, o comunismo reinou em Moscou. Vencedor da guerra, ele se estendeu até Leipzig e Praga. No Leste e no Centro da Europa, sua ‘idéia’ não sobrevive por muito tempo a seu governo, ao passo que, no Oeste, porém, ela resplandece pela parte que teve na guerra contra Hitler, sem padecer do despotismo que se instala no Leste, em seu nome. Assim, imposta pela força dos homens e das coisas, a cortina de ferro entre as duas Europas existe também nas mentes, mas não segundo as linhas de confronto dos dois campos, separando os comunistas a Leste e os anticomunistas a Oeste. Pois, entre as nações da Europa centro-oriental, o crédito aberto aos comunistas pelas *intelligentsias* já se está esgotando no início da década de 50; ao passo que, no Ocidente, a maior parte dos intelectuais, seguida por uma vasta porção da opinião pública, continua a cercar o comunismo do pós-guerra do respeito devido às idéias que ele supostamente encarna. Vista de Paris, de Roma ou de Oxford, a validade universal da causa é independente do que se passa em Varsóvia, Praga ou Budapeste. De resto, a *intelligentsia* ocidental sempre se gabou de pertencer, por opção particular, a uma história ‘mais universal’ do que a dos poloneses, dos tchecos ou dos húngaros: assim, sem o saber, ela investe também na abstração comunista um velho complexo de superioridade. Já basta que ela tenha tido de aceitar compartilhar seu privilégio de universalidade com a excêntrica Rússia. Por que teria de dar marcha a ré diante dos poloneses nacionalistas ou dos húngaros reacionários?

Abandonadas em 1938 aos alemães pelos acordos de Munique, deixadas como partilha à URSS em 1945 pelos acordos de Yalta e de Potsdam, as nações da Europa central e oriental são, enfim, esquecidas em espírito pela Europa do Oeste, a ponto de perderem seus nomes nas designações coletivas extraídas do

- 
1. Refiro-me, evidentemente, ao célebre processo vencido por Victor Kravchonko contra a revista *Lettres Françaises*, que ocorreu de 24 de janeiro a 4 de abril de 1949. Vide Guillaume Malaurie, *L'affaire Kravchenko, Paris, 1949, le Goulag en correctionnelle*, Robert Laffont, 1982.
  2. Tony Judt, “The past is another country: myth and memory in post-war Europe” in *Daedalus*, vol. CXXI, nº 4, outono de 1992.



repertório soviético: as ‘democracias populares’, o ‘campo socialista’ ou ainda ‘o Leste Europeu’. Esse terceiro abandono não é mais imposto pela força, como os dois primeiros, mas obtido pelo ópio da ideologia, que pura e simplesmente suprime o seu objeto. Daladier soubera que ele entregava a Tcheco-Eslováquia e Churchill, a Polônia. Os intelectuais do Oeste não têm de se colocar essa questão, pois esses Estados e seus vizinhos não são mais do que pontos de referência na estrada do socialismo soviético. Sob sua forma extrema, essa cegueira durará pouco; mas demorará para morrer.

Ao instalar-se no centro da política mundial, a Guerra Fria, portanto, só modificou um pouco — lentamente, em todo caso — as grandes heranças de idéias da política européia. Magnificada pela guerra e pela vitória, a imagem da União Soviética não perdeu, ornando-os de uma potência nova, os atrativos revolucionários de uma sociedade socialista. O fantasma de Hitler oferece-lhe ainda uma caução democrática. E Stálin, como marechal, todo um cortejo de boas recordações.

Nos Estados Unidos, em compensação, a reviravolta anti-soviética da opinião pública depois da guerra é tão maciça que logo acarreta uma dessas crises de intolerância e de suspeita cujo segredo o populismo americano detém. Esse lado transatlântico da história da idéia comunista não pertence ao meu tema; mas, como ele não deixa de ter repercussões sobre a situação européia, merece alguns comentários.

O comunismo nunca foi forte nos Estados Unidos, onde o público confunde naturalmente a livre empresa e a liberdade, como um de seus elementos constitutivos. Contudo, ele estabelecera algumas raízes nos anos 30, sob uma forma bastante tímida, é verdade, mais ou menos como um ingrediente necessário à *Weltanschauung* de um bom ‘liberal’, no melhor dos casos um ‘radical’, ou seja, em termos europeus, um militante de esquerda<sup>1</sup>. A Grande Depressão pusera na moda a idéia de uma intervenção do Estado na economia, e o advento de Hitler, em 1933, chamara a atenção mais uma vez para as tragédias da Europa, sob a forma do antifascismo: temas que fizeram a fortuna de Roosevelt, primeiro como inventor do New Deal, em seguida como vencedor de Hitler, mas que também permitiram, à esquerda do ‘rooseveltismo’, o desenvolvimento relativo de um Partido Comunista de algumas dezenas de milhares de membros, polarizando a atenção dos intelectuais nova-iorquinos. É por isso que reencontramos nos Estados Unidos dos anos anteriores à guerra, em miniatura, os traços

---

1. Cf. *supra*, p. 318.

particulares da política comunista: um partido stalinista e unitário, conspirativo e antifascista, composto de *apparatchiks* e de idealistas, pois os dois caracteres nem sempre são incompatíveis. O aspecto de miniatura vem do fato de que ele só tem influência ao redor de Nova York e de que, afora um punhado de quadros sindicais, ele só atinge uma classe média de imigração recente, não raro composta de judeus da Europa central e oriental, estudantes, professores, advogados, profissionais do show business que transplantaram o legendário bolchevique em seu novo país, onde ele não tem raízes.

O período do pacto germano-soviético mergulhou o Partido Comunista Americano num isolamento total, tanto mais que ele reagiu como bom soldado do Komintern, passando de um dia para o outro do antifascismo à 'guerra imperialista'. Mas o ataque de Hitler de junho de 1941 contra a URSS o traz de volta ao sentido da política rooseveltiana, defendendo agora a entrada na guerra dos Estados Unidos e depois, em altos brados, uma vez obtida essa entrada, a abertura de uma 'segunda frente' na Europa. São os melhores anos de um mau casamento do pequeno partido americano com os Estados Unidos, porque retira sua força do que não é, esforçando-se por representar a esquerda do Partido Democrata e pregando mais forte do que todos a união nacional. Não que a opinião pública se tenha tornado, mesmo durante a guerra, pró-soviética, e menos ainda pró-comunista. O Partido Republicano — a direita americana em geral — continua muito anticomunista: argumento que muitas vezes lhe serve para atacar a política do New Deal, a aliança dos liberais e dos sindicatos com os 'vermelhos'. A eleição presidencial de 1944 foi a ocasião de violentos ataques contra o presidente que está por deixar esse tema. Contudo, enquanto a guerra durou, a analogia entre Hitler e Stálin, lugar-comum da imprensa americana nos anos 30<sup>1</sup>, foi posta um pouco de lado em proveito de um julgamento mais otimista sobre a URSS, pelo menos quanto ao futuro. É a lógica da guerra, cujo exemplo é dado pelo próprio Roosevelt, quando pensa que a vitória levará Stálin a liberalizar a sua ditadura: como imaginaria ele que todo esse sangue derramado contra os exércitos de Hitler não tivesse servido à liberdade?

Contudo o conflito com a URSS começa já antes do fim da guerra, acerca das novas fronteiras européias. Já nos últimos meses de Roosevelt, e ainda mais a partir dos primeiros de Truman, a alta hierarquia diplomática e militar americana inquieta-se com o que se anuncia, e vemos reaparecer a comparação Hitler-Stálin<sup>2</sup>, que faz sucesso nos anos seguintes. O conhecimento do regime soviético

---

1. L. K. Adler e T. G. Paterson, "Red fascism: the merger of nazi Germany and soviet Russia in the american image of totalitarianism, 1930's-1950's" in *American Historical Review*, art. cit., pp. 1046-1049.

2. *Ibid.*, pp. 1051-1061.

é, na época, nos Estados Unidos, bastante elementar, e essa analogia sumária lhe serve mais ou menos de substituto: o que não deixa de ser perigoso, pois ela tende a fazer da União Soviética, em 1946 ou 1947, um agressor tão iminente quanto pudera sê-lo Hitler em 1938 ou 1939, e, assim, contribui, sob o pretexto de não reeditar Munique, para uma psicose de guerra inevitável.

Assim, é no momento em que o Partido Comunista Americano atinge seu zênite — um zênite modesto, de 40 mil membros —, logo depois da guerra, que lhe falta a terra nutriz. Fracassou completamente em popularizar a idéia comunista na sociedade americana, mas deu um acompanhamento local à aliança americano-soviética. A ruptura rebarbativa da aliança isola-o até da esquerda do Partido Democrata. Pior ainda: Stálin pede-lhe que renegue seus bons tempos. Já na primavera de 1945, por intermédio de Jacques Duclos<sup>1</sup>, ele condena a sua política oportunista para com o rooseveltismo e seu esquecimento da luta de classes: política que vai até se tornar, no repertório dos desvios, o *browderism*, do nome do ex-secretário-geral Earl Browder, expulso do partido em fevereiro de 1946 por social-imperialista.

Por que Stálin escolheu o pequeno partido americano para anunciar a retomada da 'luta de classes', mais de dois anos antes da criação do Kominform e da grande volta às armas da Guerra Fria? O comunismo americano não é poderoso, como o francês ou o italiano, nem candidato ao poder; não há risco de enfraquecê-lo, já que é fraco. Ele recebe seu interesse estratégico sobretudo do fato de se encontrar no coração do imperialismo, na situação nova<sup>2</sup>. No que lhe diz respeito, a virada 'à esquerda' realizada já em seguida a Yalta e que o alinhamento geral de 1947 acentuará, só visa estritamente a objetivos de política internacional. O partido não praticará nem mais nem menos do que antes a luta de classes. Mas seu grande objetivo será apresentar à eleição presidencial de 1948, em nome de um Progressive Party manipulado por ele, um político pró-soviético, Henry Wallace, antigo vice-presidente dos Estados Unidos sob Roosevelt, entre 1940 e 1944.

Mas o candidato só consegue em novembro de 1948 — em plena crise de Berlim — um pouco mais de um milhão de votos, e o novo partido constitui pouco mais, nos anos seguintes, do que uma fachada legal para os comunistas

---

1. A carta de J. Duclos é publicada na revista mensal do PCF, os *Cahiers du Communisme*, em abril de 1945.

2. Retomo aqui a argumentação de I. Howe e L. Coser, *The American Communist Party. A critical history*, Nova York, Frederick A. Praeger, 1962, p. 442. Interpretação comparável da adaptação precoce do Partido Comunista Americano sobre posições de Guerra Fria in Arthur Schlesinger Jr., *Origins of the Cold War*, art. cit., pp. 426-427.

perseguidos. Pois ele não conseguiu penetrar seriamente nem no movimento sindical nem no grosso da opinião democrata. Embora seu escore de 1948 mar- que — relativamente — o ponto culminante de sua influência, ele permanece estreitamente 'stalinóide', ou ainda 'liberal-totalitário', segundo os adjetivos que tomo emprestado de um dos mais inteligentes observadores da época, prisioneiro de um amor infeliz com a extrema esquerda americana, Dwight MacDonald<sup>1</sup>. O interesse que ele conserva para o historiador é o de mostrar que, numa escala extraordinariamente reduzida, o fascínio exercido pelo comunismo, tão poderoso na época em Paris e em Roma, existe também em Nova York, expresso nos mesmos termos. Wallace admira a URSS como uma grande oficina do futuro<sup>2</sup> e como o grande aliado de ontem. Acusa Truman de ter traído essa aliança para seguir os passos dos nazistas, utilizando contra os comunistas textos e disposições dos tempos de guerra, destinados a lutar contra a 'quinta coluna'. O progressismo americano é envolvido também nas tenazes do século, que abolem o espaço entre comunismo e fascismo.

No entanto, ele vai ser esmagado sob o peso de uma outra simplificação: aquela que já teve os seus bons tempos entre 1939 e 1941 e segundo a qual o fascismo e o comunismo assinalam apenas duas épocas da mesma ameaça contra a democracia e a nação americana. Hitler foi vencido, mas Stálin está mais forte do que nunca; e mais diretamente temível do que jamais fora Hitler antes da guerra, uma vez que seu império só tem a América à sua frente. O 'fascismo vermelho', para retomar uma expressão da época, superpõe à monstruosidade revelada pelo nazismo vencido uma presença que este não teve. No plano interno, mesmo, mais ainda que o nazismo, ele tem a sua 'quinta coluna', ao mesmo tempo pública e clandestina. Fraco demais para dirigir uma política, o pequeno Partido Comunista Americano é forte o bastante para desencadear uma 'caça aos vermelhos'.

---

1. Dwight MacDonald, *Memories of a revolutionist. Essays in political criticism*, Nova York, Farrar, Straus and Cudaly, 1957, p. 202: "What is totalitarian liberalism?" (trata-se da republicação de um artigo de agosto de 1945 em *Politics*, a revista de D. MacDonald).

2. Ele é o autor do célebre comentário seguinte, às vésperas de uma viagem à Ásia soviética, como vice-presidente, na primavera de 1944: "É com um grande sentimento de esperança que vou ao encontro da experiência siberiana... Mais de 40 milhões de pessoas substituíram os 7 milhões — em sua maioria prisioneiros — que ali viviam miseravelmente sob o regime do czar. Assim, os detratores da Rússia devem calar-se diante da Ásia soviética de hoje... Visitarei as cidades. Sentirei a grandeza inseparável do trabalho inteligente do homem sobre a natureza". D. MacDonald, *Henry Wallace. The man and the myth*, Nova York, The Vanguard Press, 1948, p. 103.

O fenômeno político tipicamente americano que será, entre 1950 e 1954, o “macarthismo”, do nome do senador americano que será o seu grande inquisidor, tem, assim, a sua pré-história nos dois últimos anos do primeiro mandato Truman, e recebe seu impulso da adesão do Partido Democrata — a maioria da opinião liberal, as ‘minorias’, os sindicatos — a um anticomunismo de combate, externo e interno. Embora os dois textos não tenham uma relação explícita, a formulação da ‘doutrina Truman’ e o decreto que prevê a verificação da ‘lealdade’ dos funcionários federais datam ambos de março de 1947. O segundo inaugura uma dinâmica pela qual as liberdades constitucionais dos cidadãos americanos serão ameaçadas em nome da defesa da Constituição: como se o medo do comunismo nutrisse de novo, desta vez na democracia liberal mais unânime do mundo, paixões ideológicas inversas e comparáveis às do adversário detestado.

O macarthismo está ligado, em primeiro lugar, a uma descoberta patológica da potência. A guerra acaba de chegar ao seu fim. As nações da Europa central e oriental, onde tantos americanos têm suas raízes e até recordações, são rapidamente acorrentadas à órbita soviética, ao passo que a liberdade da Polônia foi defendida em vão por Churchill. A América descobre que só ela contrabalança — na Europa e fora dela — a União Soviética, que se tornou um sistema internacional. A opinião pública americana não está acostumada a um envolvimento tão imperativo nos negócios do mundo. Ela reage a essa situação nova com ambivalência e com excesso, pelo receio e pela arrogância: receio da subversão, arrogância da força.

O primeiro sentimento traduz curiosamente uma intuição verdadeira da natureza do inimigo, mesclada a um sentimento falso de sua potência. A obsessão de uma conspiração contra a soberania do povo aparece em todas as crises da democracia moderna. Na América da época, ela encontra uma presa que não é inteiramente imaginária, uma vez que a conspiração é uma das faces do comunismo<sup>2</sup>. Mas para torná-lo tão ameaçador quanto ela acredita, e temível o suficiente para justificar uma mobilização interna de salvação pública, ainda é preciso revesti-lo da força espetacular do movimento no mundo. Representantes do adversário, os comunistas americanos, há tanto tempo denunciados pelos republicanos, tornam-

- 
1. D. Caute, *The great fear: the anti-communist purge under Truman and Eisenhower*, Nova York, Simon and Schuster, 1978; R. M. Fried, *Nightmare in red. The MacCarthy era in perspective*, Oxford University Press, 1990.
  2. Deixo deliberadamente de lado esse aspecto da história do comunismo americano, que conta com inúmeros casos e com uma vasta literatura. Já ninguém duvida hoje em dia que os rápidos prazos em que foi desenvolvida a bomba atômica soviética deveram-se a cumplicidades no Ocidente. Estranhamente, o senador MacCarthy, demagogo perverso, teve uma intuição do adversário parcialmente exata.

se, já em 1949, mais do que espões ativos ou em potencial: tornam-se inimigos públicos, contando com apoios abertos ou clandestinos obtidos ao longo dos anos. Conforme a lógica do gênero, agravada pelo caráter maciço do conformismo de opinião nos Estados Unidos, a acusação transborda deles para todos aqueles que, uma ou outra vez, desde os anos 30, os seguiram ou escutaram ou encontraram. A inquisição e a denúncia atravessam a América como exercícios de virtude.

Pois a cruzada anticomunista é também uma cruzada do Bem. Os Estados Unidos da América não são uma nação como as outras, onde uma história compartilhada constitui o fundamento do corpo político. É uma coletividade de imigrantes europeus, cuja identidade nacional se baseia na idéia da liberdade e da democracia. Eis que o século XX faz dessa idéia não mais apenas a árvore da vida à sombra da qual os americanos vivem como um povo feliz e sim um tesouro ameaçado de que só eles podem ser os salvadores. A América nasceu como uma terra abençoada por Deus. Ela encarnou, no século XIX, o paraíso dos pobres. O messianismo democrático faz parte de seu patrimônio, em sua versão religiosa e sob sua forma degradada. Ele confere à sua mobilização contra o comunismo um caráter de apelo do destino. A formidável potência dos americanos nos negócios do mundo veio-lhes um pouco por acaso, mais como um produto de seus desempenhos técnicos do que por sua vontade explícita de dominação; quando a descobrem, eles a enfeitam com uma missão em que envolvem a *pax americana* da segunda metade do século XX, e reencontram aumentados à escala do mundo os segredos do *american way of life*: a religião, a democracia, a livre empresa, frente ao comunismo ateu, despótico e coletivista.

O macarthismo renova, assim, essa violência antiliberal que caracterizou na história americana muitos movimentos populistas. Portador dos valores da nação, o 'povo', com a obsessão da traição das elites, entrega-se aos demagogos. Redescobre a tradição 'nativista', xenófobo, obstinado em perseguir tudo o que não seja 'americano' na América, tudo o que se assemelhe ao cosmopolitismo e de que os intelectuais são os cúmplices quase naturais: a realidade social do comunismo e do 'progressismo' nos Estados Unidos oferece um alvo privilegiado à paixão antiintelectualista que faz parte do patrimônio político nacional<sup>2</sup>. O caráter paradoxal desse 'medo dos vermelhos' está no fato de que, ao transformar um adversário externo em inimigo interno, ele mobiliza a serviço de uma política externa intervencionista a tradição isolacionista da opinião pública americana.

- 
1. Um dos mais célebres episódios do *nativism* americano é o vasto movimento de opinião animado pelas sociedades 'evangélicas' e hostil à emigração católica, desenvolvido nos anos 1820-1830, ao redor da idéia de uma conspiração papista com o objetivo de conquistar os Estados Unidos por infiltração.
  2. Richard Hofstadter, *Anti-intellectualism in american life*, Knopf, 1963.

Química das paixões políticas que a tradição revolucionária já exibiu, que a direita americana professa detestar: a Revolução Francesa justificou o terror, pelo menos em parte, pelo perigo nas fronteiras. A Revolução Soviética teve a obsessão da conspiração e da agressão “imperialistas”<sup>1</sup>: 20 anos depois de Outubro, com os processos de Moscou, Stálin ainda encena o grande teatro da conspiração, que reabre as suas portas em Budapeste e em Praga, depois da guerra. O senador McCarthy serve-se do mesmo expediente, mas num contexto democrático: fabrica apenas uma tirania provisória. Manipula verdadeiras paixões populares, que se nutrem das más notícias do estrangeiro: o bloqueio de Berlim em 1948, a “perda da China”<sup>2</sup> em 1949, a Guerra da Coreia em 1950. Entre os cidadãos americanos que acusam a traição, muitos são nacionalistas do interior, muitos foram hostis ou reticentes à entrada na guerra dos Estados Unidos, nos anos 1940-1941. Mas o contexto internacional, impondo sua lógica, faz com que eles entrem a serviço da América potência mundial; ali eles encontram liberais mais esclarecidos, mais modernos, mais bem informados; tão indignados quanto eles com a maneira como Stálin se apoderou da Europa central e oriental, tão preocupados com a guerra no Extremo Oriente, eles avaliaram as novas exigências ligadas à situação de superpotência e assumem mais o anticomunismo da Guerra Fria do que o da Comissão das Atividades Antiamericanas<sup>3</sup>. É nessa dialética que se forma a nova idéia da missão americana no mundo e, ao mesmo tempo, o acordo sobre uma política estrangeira bipartidária. Eleito em 1952 para suceder a Truman, Eisenhower constituirá o seu símbolo eminente, general-chefe da Segunda Guerra Mundial chamado a conduzir como chefe político o que ameaça ser a Terceira Guerra; reconciliador do antifascismo e do anticomunismo; assumindo, em nome do Partido Republicano, a herança internacional de Roosevelt, já administrada por Truman. A essa salada russa sintética dos eleitores, o demagogo do Wisconsin não resistirá por muito tempo<sup>4</sup>, incapaz de fazer durar a histeria da suspeita e, aliás, vitorioso em sua batalha contra o comunismo interno.

- 
1. Introduzo essa reserva na medida em que essa racionalização do terror se encontra mais entre os historiadores da revolução do que entre os próprios revolucionários. Cf. M. Ozouf, “Guerre et terreur dans le discours révolutionnaire, 1892-1894” in *L'école de la France, essais sur la révolution, l'utopie, l'enseignement*, Gallimard, 1984.
  2. A pergunta *Who lost China?* constituiu um dos itens de acusação da campanha do senador McCarthy contra os ‘traidores’ internos.
  3. Comissão Especial da Câmara dos Representantes (‘House Committee on Unamerican Activities’), cuja existência data de 1938, mas particularmente ativa nos anos do macarthismo.
  4. O poder de McCarthy sobre os meios políticos americanos, e mesmo sobre o Partido Republicano, decresce a partir do início de 1954. Os métodos de intimidação do senador do Wisconsin são objeto de um voto de censura do Senado a 2 de dezembro de 1954.

O episódio inteiro mostra mais uma vez a que ponto a democracia americana, formada das mesmas idéias políticas que a Europa ocidental, as envolve e desenvolve à sua maneira. E o desnível de potência existente, agora, entre as nações européias e os Estados Unidos aumenta a diferença das situações e a desigualdade das vontades. Na bipolarização do universo, as opiniões públicas da Europa do Oeste não estão muito à vontade. Esta sublinha seu declínio e sua pouca propensão por pagar o preço humano e material de um amplo programa militar: a proteção americana preserva-as disso e camufla a vontade que elas têm de reatar com o pacifismo fraco da década de 30. Sobretudo, a idéia democrática não é ali facilmente concebida sob a forma de uma cruzada anticomunista: não só porque a guerra está muito próxima, mas também porque a América de Truman parece ter refeito a demonstração de que o imperialismo, estádio supremo do capitalismo, é inseparável da ditadura fascista.

A História não dará ao Kominform o presente de uma América fascista: aliás, foi preciso muita ignorância sobre a história dos Estados Unidos para pensar o macarthismo sob essa rubrica. Mas a democracia americana continua capitalista demais, aos olhos dos europeus, para não ser eternamente suspeita de ocultar o reinado do dinheiro sob as palavras da liberdade. O advento do *leadership* americano, fato circunstancial que se inscreveu numa vontade, isolou a idéia democrática de toda filiação comunista. Mas ei-la, com isso, liberdade pura, afirmação quase religiosa do indivíduo, portanto separada do social e tornada vulnerável à crítica dos direitos formais pelos direitos reais. A cruzada ideológica dos Estados Unidos põe claramente face a face, pela primeira vez no século, comunismo e democracia, mas isso à custa de uma depuração da idéia democrática em que a Europa não mais reencontra a sua tradição. Na época em que a *intelligentsia* americana converteu-se maciçamente ao anticomunismo, a maior parte dos intelectuais europeus tem dificuldades para compreender suas 'razões'. Se precisarem pagar a defesa da liberdade contra Stálin com uma bênção dada ao culto americano da livre empresa, como aceitarão eles facilmente a alternativa? Para eles, é mais fácil ser antiamericanos do que anti-soviéticos — ou ainda, conservar o conforto intelectual de uma dupla crítica que não privilegia nenhum dos dois adversários. Mesmo assim, essa dupla rejeição só aparentemente é imparcial: pois o que há de mau na URSS não é atribuído ao sistema e sim às circunstâncias, ao passo que, com os Estados Unidos, acontece o contrário. O filocomunismo da Guerra Fria está cada vez menos protegido pelo antifascismo. Mas conserva mais do que nunca o álibi do anticapitalismo, sob a forma quase ideal que lhe oferece a superpotência americana.



Podemos avaliar isso, por exemplo, pelo pequeno prestígio político — somado a um sucesso cultural ulterior — que teve uma iniciativa como a do ‘Congresso pela Liberdade da Cultura’<sup>1</sup> em países como a França ou a Itália e, em menor grau, a Inglaterra. A idéia vem dos Estados Unidos, onde se associaram, na primavera de 1949, para se oporem a uma manifestação ‘pela paz’ organizada em Nova York pelos comunistas, sob a égide de nomes de prestígio<sup>2</sup>, certo número de intelectuais americanos anticomunistas<sup>3</sup>. Quase todos são ‘liberais’ ou ‘radicais’, indignados com o fato de o Kominform renovar contra a América uma campanha ‘antinazista’. Quase todos detestam o macarthismo como uma desnaturalização da democracia americana.

Para essa iniciativa nova-iorquina alcançar um nível internacional, foi preciso ocorrer o encontro entre o gênio da organização e a nostalgia da propaganda-agitação, Irving Brown e Koestler: algo como um Münzenberg póstumo, voltado contra o comunismo. Trata-se de travar, num grande teatro, a batalha de idéias contra Moscou, da mesma maneira como o homem do Komintern, antes da guerra, orquestrara suas grandes manifestações pela ‘defesa da cultura’<sup>4</sup>: as palavras são quase as mesmas. Aliás, os comunistas não perderam o jeito para a coisa e, desde o início da Guerra Fria, multiplicam as iniciativas desse tipo<sup>5</sup>.

Koestler serviu à época de Münzenberg. Ele é devorado pela paixão de refazer o percurso no sentido contrário, a serviço da verdade. Seu personagem boêmio e flamante, que esconde um escritor de primeira classe, é literário demais para desempenhar um papel profético; contudo, é ele que dá o tom à primeira reunião do ‘congresso’ em Berlim, enclave ocidental no universo comunista, em junho de 1950, nos primeiros dias da Guerra da Coreia. Alguns

- 
1. Reúne-se em Berlim, em junho de 1950, o Kongress für Kulturelle Freiheit, que inagura na Europa o agrupamento dos intelectuais opostos ao totalitarismo soviético. Em março de 1951, é lançada a revista *Preuves*.
  2. Albert Einstein, Charlie Chaplin, Paul Robeson, Leonard Bernstein, por exemplo.
  3. P. Coleman, *The liberal conspiracy. The Congress for Cultural Freedom and the struggle for the mind of post-war Europe*, Nova York, The Free Press, 1989; E. Shils, “Remembering the Congress for Cultural Freedom” in *Encounter*, setembro de 1990; S. Hook, *Out of step*, Nova York, Harper and Row, 1987, caps. 26 e 27.
  4. A mais célebre dessas manifestações fora a reunião em Paris, em 1935, do primeiro Congresso Internacional dos Escritores pela Defesa da Cultura, com ilustres participantes: Gide, Malraux, Benda, Huxley, Heinrich Mann, Brecht, Dreiser, Pasternak, Babel, Ehrenburg. Cf. *supra*, pp. 331-333.
  5. Em setembro de 1948, reunira-se um grande Congresso da Paz em Wroclaw, a antiga Breslau, na Silésia polonesa; seguido de um segundo, em Paris, em abril de 1949. Nesse meio tempo, houve a manifestação de Nova York em março.

daqueles que o rodeiam, nascidos como ele no início do século, são, como ele, antigos comunistas que escaparam de sua grande ilusão e decidiram combatê-la, em estilos diferentes: Silone<sup>1</sup> é mais uma testemunha, Borkenau<sup>2</sup> é mais um combatente. Ninguém pretende renegar o antifascismo, mas sim, pelo contrário, prolongar o seu espírito na luta contra o outro inimigo da liberdade. Aliás, a assembléia reunida em Berlim é impecável desse ponto de vista, a começar por seus maiores nomes: Dewey, Keynes, Russell, Maritain, Croce, Jaspers, célebres já antes da guerra. Quanto aos outros, eles também estão mais à esquerda do que à direita, liberais, como Aron ou Trevor-Roper, ou social-democratas, como Carlo Schmidt ou André Philip. O que é ainda mais verdade no caso dos participantes americanos, na medida em que a esquerda americana pode definir-se, sem complexos, ao mesmo tempo como anticomunista e hostil ao macarthismo. Raros são aqueles que têm, como James Burnham, certa queda pelo senador do Wisconsin. Alguns deles flertaram, como ele, com a extrema esquerda trotskista ou libertária, de onde vem, por exemplo, o sindicalista americano Irving Brown, entusiasta representante na Europa da American Federation of Labour<sup>3</sup>. Em suma, a reunião de Berlim reúne todos os que detestam preferencialmente os comunistas, numa associação de combate que traz a assinatura dos Estados Unidos<sup>4</sup>.

1. Secondo Tranquillo (1900-1978), dito Ignazio Silone, foi secretário dos trabalhadores agrícolas dos Abruzzi e oponente à guerra. Em Roma, torna-se secretário da Juventude Socialista (1919) e depois participa da Fundação do Partido Comunista Italiano (1921). Expulso em 1931, refugiado na Suíça, escreve seu primeiro romance, *Fontamara*, que tem sucesso. Em 1938, publica *L'école des dictateurs*. Em 1940, retorna ao Partido Socialista Italiano. Internado na Suíça em 1942, retorna à Itália em 1944 e é um dos dirigentes do PSI. Colabora em muitas revistas: *Prewes*, *Témoins* e funda, em 1955, *Temps Presente*, publicando também ensaios inspirados por sua experiência política, como *Sortie de secours, le fascisme*.
2. Comunista até 1929, Franz Borkenau (1900-1957) trabalha em seguida no Institut für Sozialforschung (Instituto de Pesquisas Sociais) de Frankfurt. Refugia-se em Londres e em seguida, depois de uma estada no Panamá, vai à Espanha no início da Guerra Civil. Em 1937, publica *The spanish cockpit* (Faber & Faber). Várias de suas obras referem-se ao comunismo: *European communism* (Faber & Faber, 1953) e *World communism, a history of the communist international*, com prefácio de R. Aron (Ann Arbor, The University Michigan Press, 1962).
3. Irving Brown é um amigo de Jay Lovestone, que foi uma das grandes figuras do primeiro comunismo americano na década de 20 e, em seguida, chefe de um grupo dissidente, antes de se tornar um anti-stalinista de choque.
4. O financiamento do Congresso pela Liberdade da Cultura pela CIA, através de fundações que apenas repassavam o dinheiro, foi revelado por uma série de artigos do *New York Times*, em abril de 1966. Esse *scoop* tardio, que confirmava uma acusação comunista tão velha quanto a associação, provocou uma crise interna, levando à dissolução do 'congresso' em setembro de 1967. Ele foi substituído por uma Associação Internacional pela Liberdade da Cultura que viveu até 1979, sem nunca realmente recuperar o crédito perdido. Cf. P. Coleman, *op. cit.*, caps. 14 e 15.

O Congresso pela Liberdade da Cultura encontrará ao longo dos anos um esteio nos meios intelectuais da Europa ocidental: prova disso é, por exemplo, o sucesso internacional de suas notáveis iniciativas editoriais, *Der Monat*, a revista alemã, *Encounter*, inglesa, e *Preuves*, publicada em Paris. Mas o fervor militante que quiseram dar-lhe seus primeiros ativistas durou pouco mais do que o *meeting* berlinês. Nem os liberais, nem os socialistas foram feitos para as cruzadas; e os convidados de Irving Brown conservaram durante todo o tempo uma liberdade que os de Münzenberg não tinham. Muitos deles, com Trevor-Roper e Russell à frente, mas Silone também, desconfiam do maniqueísmo koestleriano. O mínimo que se pode dizer é que o clima intelectual da Europa do Oeste não é propício: na França e na Itália o anticomunismo cai mais do que nunca sob a suspeita de ser fascizante. A América macarthista mostra sua face má. O 'congresso', que estabelece sua sede em Paris e ali organiza um brilhante festival musical e artístico em 1952, cai num ambiente hostil. No imediato, ele mais ampliou do que diminuiu o abismo que separa Paris e Nova York.

Na realidade, naqueles anos, a principal contribuição intelectual à análise do comunismo virá realmente dos Estados Unidos, mas indiretamente. Ela se inscreverá no prolongamento da corrente de pensamento antitotalitário alemão dos anos 30, da qual constitui a retomada ampliada, no contexto do pós-guerra: Hannah Arendt publica seu extenso livro sobre o 'totalitarismo' em 1951. Judia alemã, expulsa da Alemanha em 1933, depois refugiada da França nos Estados Unidos em 1941, ela se tornará cidadã americana. Mas essa filiação final significa antes de tudo que a América lhe ofereceu o quadro político onde ela podia viver como cidadã, livre e desenraizada. Deliberadamente 'moderna', separada da tradição, ela não é mais nem alemã nem judia, e apaixonadamente as duas coisas<sup>1</sup>. Nela, não há nada de mais profundo do que suas relações ternas e apaixonadas com a *kultur*, que datam de seu anos de estudante, quando aprende filosofia com Heidegger e Jaspers<sup>2</sup>. Ela conservará por toda a vida o desprezo, ensinado por seus professores, do 'homem de letras' francês, brilhante, talentoso, cheio de idéias, mas sem alma, indiferente à verdade. No entanto, ela também se interessa pelo sionismo, por ódio à psicologia do judeu assimilado, tão desejoso de ser integrado a uma sociedade anti-semita. Hitler condenou-a ao destino

- 
1. É assim que ela caracteriza Walter Benjamin no retrato que dele faz em *Men in dark times*, Harcourt, Brace and World, 1968, pp. 193-206. Mas essas características pertencem igualmente a ela própria.
  2. E. Young-Bruehl, Hannah Arendt, *For love of the world*, New Haven e Londres, Yale University Press, 1982. Cf. cap. 2, "The shadows".

judeu: novo rico ou pária. Ela detesta a primeira versão e se inscreve na segunda, que conduz sua existência na boêmia dos emigrados alemães em Paris e em Nova York. Ali ela encontra o homem de sua vida, Heinrich Blücher, outro pária, mas vindo do bolchevismo, uma vez que é o ex-alter ego de Brandler, o grande vencido do Outubro alemão de 1923.

Em meio à indiferença da época à desgraça judia, ela se sobressai, pelo contrário, pela paixão com que procura compartilhá-la, combatê-la e compreendê-la. Ela não será nunca, em nada, moderada. Os judeus alemães, ninguém lhes dá ouvidos em Paris antes da guerra, com medo de arrastarem a França à guerra. Hannah Arendt trabalha ali para organizações sionistas. Mas volta de uma primeira viagem à Palestina, em 1935, incerta sobre o sentido geral do movimento, admirando a energia dos colonos, apavorada com o conformismo social que reina no *kibbutz* e englobando até o nacionalismo judaico no ódio que sente pelos Estados-Nações. No início da guerra, em Nova York, ela luta para ser criado contra Hitler um exército judaico, com esse senso das idéias impraticáveis que nunca a abandonará: ela queria que esse exército fosse independente dos partidos e dos notáveis do sionismo, ao passo que os judeus americanos não podem endossar um projeto desses sem passarem por maus americanos, para não falar da hostilidade que uma iniciativa desse tipo provocaria entre os ingleses. Pelo menos, ela é uma das primeiras vozes, já no início de 1943, a alertar a opinião sobre a tragédia dos judeus europeus. Melhor do que ninguém, ela compreende a dimensão apavorante, inédita, do que se passa nessa Alemanha cuja língua e cuja poesia ela ainda habita em espírito: como se um apocalipse dos judeus massacrados por um povo a que parte dela própria pertence tão fortemente a designasse para ser o seu profeta. Ela acreditou deixar a Alemanha para sempre. Ela permanece a sua testemunha, depois de ter sido a sua filha<sup>1</sup>. Esse centro de gravidade existencial forma o pano de fundo de suas relações tumultuosas com o sionismo.

A idéia do livro que se tornará *Les origines du totalitarisme (As origens do totalitarismo)* nasce precisamente em 1943, como um projeto para tentar pensar a inutilidade dos massacres de judeus. Inicialmente incrédula diante das horrendas notícias da Europa, Arendt se rende à evidência no início de 1943. Por que ficou incrédula? Porque, enquanto as guerras normalmente envolvem inimigos, “isso [os massacres de judeus] era de uma outra ordem. Era como se um abismo

---

1. Nada o faz compreender melhor do que a sua longa correspondência com K. Jaspers depois da guerra. H. Arendt e K. Jaspers: *Correspondance 1926-1969*, Nova York, Harvest Book, 1993.

tivesse sido aberto<sup>19</sup>. O talento de Arendt situa-se na confluência da atualidade e da filosofia; é formado por uma capacidade de interrogar o acontecimento com maior profundidade do que o jornalista. A questão colocada pela ditadura de Hitler, por trás do horror do regime, é a de sua novidade. O mistério do nazismo está ligado ao fato de não ter precedentes, quer na própria História, quer nas tipologias políticas dos grandes autores. Como pensá-lo<sup>20</sup>?

Nenhuma das 'causas' que podemos imaginar atribuir-lhe pode, por definição, contê-lo, pois o reduziria ao que o antecedeu. É preciso, de preferência, descobrir suas 'origens' e o terreno sobre o qual seus diferentes elementos se desenvolveram. Arendt tem um primeiro grande culpado: o Estado nacional, tal como a história européia o revelou e como obcecou os espíritos desde o século XVI. Seu apogeu coincide com os inícios de sua patologia, na segunda metade do século XIX. Aquilo de que ela gosta na história americana é que o Estado federal esteja separado da idéia de nacionalidade: pelo menos, essa é a idéia um tanto simples que ela tem dele, permitindo, na ausência de um verdadeiro Estado nacional, e de uma tradição da mesma espécie, o exercício republicano da liberdade. Pelo contrário, a Europa do final do século XIX mostra os Estados-Nações às voltas com problemas que não podem resolver: o anti-semitismo, reação chauvinista à 'questão judaica' que a assimilação não resolveu; o imperialismo, forma nacionalista da universalização do mundo. O Estado nazista foi

---

1. Entrevista de H. Arendt por Günter Gaus, 28 de outubro de 1963. Citada por E. Young-Buehl, *op. cit.*, cap. 5, pp. 184-185.

2. A questão é colocada, como vimos (cf. *supra*, cap. 6, pp. 189-196), na reflexão política européia, especialmente na Alemanha e na França, já na década de 30. Mas também o é na ciência política americana, antes da guerra. Não quero como prova mais do que um colóquio universitário, ocorrido em 1940, sob os auspícios da American Philosophical Society, sobre o tema do Estado Totalitário. A maior parte das contribuições a esse colóquio é de excelente qualidade e antecipa idéias que, no mais das vezes, são atribuídas quer a Franz Neumann, quer a Hannah Arendt, embora os nomes de seus autores não tenham passado para a posteridade. A última comunicação desse colóquio, apresentada por um professor de Columbia, J. H. Carlton Hayes, intitula-se: *A novidade do totalitarismo na história do Ocidente*. Ela engloba a Alemanha de Hitler e a URSS de Stálin. Não encontrei em nenhum dos livros de Arendt uma referência a essa publicação, que não sabemos se ela leu. Cf. *Proceedings of the American Philosophical Society*, vol. LXXXII, Filadélfia, 1940, pp. 1 a 103, "Symposium on the totalitarian State".

Na mesma ordem de idéias, vide também a obra de Franz Borkenau: *The totalitarian enemy*, Londres, Faber & Faber, 1940. O prefácio do livro, datado de 1º de dezembro de 1939, indica que a comparação entre o nazismo e o comunismo se tornou indispensável pelo pacto germano-soviético. Certos elementos da análise de Borkenau (o niilismo moral dos dois sistemas, o papel da dissolução das classes sociais, por exemplo) são reencontrados em Arendt. Cf. Robert A. Skotheim, *Totalitarianism and american social thought*, Holt, Rinehart and Winston, 1971.

uma resposta ao mesmo tempo criminoso e louca a esses desafios surgidos por volta de 1880 do século passado.

Daí surgiram os diferentes planos que Hannah Arendt dá à sua ação entre 1944 e 1946, e que obedecem à seguinte seqüência: desagregação do Estado nacional, anti-semitismo, imperialismo, imperialismo racista (nazismo). Ela se inspira, mas nem sempre o diz, em autores, emigrados alemães como ela, que foram os primeiros historiadores do Estado nazista: Frank Borkenau<sup>1</sup> e, ainda em maior medida, Franz Neumann, cujo *Behemoth*<sup>2</sup> foi publicado em 1942. O termo “imperialismo racista” (*race-imperialism*), para designar o nazismo, é dele; e seu livro constitui, até hoje, o estudo documentário clássico das estruturas do Estado nazista. A novidade na elaboração do livro de Arendt provém do aparecimento da palavra ‘totalitarismo’, na última versão do plano, no início de 1947: anti-semitismo — imperialismo — totalitarismo. Juntamente com a palavra, aparece, ou melhor, reaparece a comparação dos anos 30, que se tornou quase tabu depois de 1945: o relacionamento dos dois totalitarismos do século, a Alemanha nazista e a União Soviética.

Daí o caráter desconjuntado do livro publicado em 1951<sup>3</sup>. As duas primeiras partes dizem respeito ao anti-semitismo e ao imperialismo. Elas foram escritas — e parcialmente publicadas, sob forma de artigos — entre 1944 e 1946, na época em que a autora só tinha em mente contar as origens do nazismo. Não que elas se refiram unicamente à história da Alemanha: trata-se, antes, da Europa em geral e das correntes subterrâneas, mas maciças, que levaram ao declínio do Estado-Nação, pano de fundo da catástrofe alemã. Por exemplo, o anti-semitismo moderno, inseparável em Arendt da assimilação prévia dos judeus no âmbito do dito Estado-Nação, manifesta-se antes de tudo na Alemanha e na França do século XIX. O imperialismo, ligado à vontade de expansão selvagem da burguesia e conduzindo à dominação pura do homem sobre o homem, na ausência de qualquer corpo político definido, é antes de tudo um fenômeno europeu. A aliança política “da população (*mob*) e do Capital” que ele produz, cimentada por uma ideologia racial, Arendt a registra na França, com o caso

---

1. Cf. *supra*, p. 493.

2. F. Neumann, *Behemoth. The structure and practice of national socialism, 1933-1944*, Oxford University Press, 1942, reed. 1994. Trad. francesa: *Behemoth. Structure et pratique du national-socialisme, 1933-1944*, Payot, 1987, *Collection Critique de la Politique*.

3. Hannah Arendt, *The origins of totalitarianism*, Nova York, Harcourt, Brace, 1951. Essa edição será seguida de muitas outras, 1956, 1966, 1968, 1973, geralmente com prefácios novos. A obra será publicada na França tardiamente e por fragmentos: *Le système totalitaire*, Le Seuil, 1972; *Sur l'antisémitisme*, Calman-Lévy, *Collection Diaspora*, 1973; *L'impérialisme*, Payot, Bibliothèque Philosophique, 1990.

Dreyfus, na Inglaterra vitoriana, com a idéia da superioridade racial dos colonizadores, difundida através do Império Britânico; enfim, sob sua forma continental, nos movimentos pangermanista e pan-eslavista. Neste último caso, a crise do Estado-Nação atinge seu ponto extremo, pois seus partidos tradicionais, e até sua legitimidade, são postos em causa em nome de uma idéia racial mais ampla do que ele, e que ele é acusado de trair. De qualquer forma, se é fácil, e até mesmo necessário, relacionar pangermanismo e nazismo, a ligação implícita sugerida pela autora entre pan-eslavismo e comunismo soviético parece pelo menos arbitrária.

Na realidade, há dois livros dentro do livro. O primeiro diz respeito às origens do 'totalitarismo', mas ele quase só tem em vista o nazismo, uma vez que só examina o aparecimento do anti-semitismo moderno e das ideologias de superioridade racial. O segundo — composto pela terceira parte, escrita mais tarde, em 1948-1949<sup>1</sup> — reata, porém, com a tradição inaugurada já em 1934 por Waldemar Gurian, que é, aliás, seu amigo<sup>2</sup>: ela faz uma comparação sistemática entre regime hitleriano e regime stalinista. Não só o assunto, mas a estrutura conceitual é diferente. Nas duas primeiras partes, Arendt utiliza muito a tradição marxista social-democrata, de Hilferding a Neumann: daí a inscrição do racismo na universalização do mundo pelo Capital. Na terceira parte, pelo contrário, a polêmica antiliberal e antiburguesa dá lugar a uma denúncia analítica dos sistemas e das ideologias 'totalitárias' de direita e de esquerda. Desaparece o papel do Capital. A 'populaça' desenraizada e desumanizada, representando em Arendt o contrário da cidadania livre, povoa tanto a Rússia stalinista quanto a Alemanha nacional-socialista, embora o dinheiro não tenha sido a origem de sua dissolução. A comparação é feita de um outro ângulo<sup>3</sup>.

A época dos campos de concentração não terminou: essa é a intuição central que serve de base à comparação dos dois totalitarismos. Por essa porta dolorosa, a autora européia que mais cedo se viu atingida pelo martírio dos judeus é também aquela capaz de penetrar na tragédia de outros povos, a começar pela dos russos. A indiferença à desgraça russa é tão universal, no século XX, que esta exceção ganha ainda maior relevo. Na época, a literatura sobre os campos — dos dois lados — está em sua infância. Arendt leu os livros

---

1. É o que se pode concluir da correspondência entre Hannah Arendt e Karl Jaspers, na qual ela fala repetidas vezes do seu trabalho sobre o manuscrito.

2. Cf. *supra*, pp. 242-246.

3. Cf. André Enegren, *La pensée politique de Hannah Arendt*, PUF, 1984, ou ainda "Hannah Arendt, 1906-1975, les origines du totalitarisme, 1951" in *Dictionnaire des oeuvres politiques*, Éd. François Châtelet, Olivier Duhamel, Évelyne Pisier, PUF, 1986.

de David Rousset<sup>1</sup>, *Der SS Staat* de Eugen Kogon<sup>2</sup>; além disso, uma memória anônima sobre os campos russos, *The dark side of the moon*<sup>3</sup> e, sem dúvida, os debates do processo Kravchonko, em Paris<sup>4</sup>. A seu ver, a existência de uma vasta população desarraigada, carente de direitos, submetida à arbitrariedade absoluta do poder e tratada como um objeto de experimentação social constitui o traço distintivo das sociedades totalitárias, porque nunca antes visto na História. Deus sabe que surgiram na História, em todas as épocas, despotismos, tiranias e ditaduras. Mas o horror totalitário é novo, na medida em que, realizado pelo homem, sai, porém, da ordem humana por constituir-se na sua negação absoluta. Sem nada que possa ser balizado, na panóplia das paixões, que possa ser relacionado com o seu aparecimento, ele não recebeu nenhum nome na tradição filosófica ou política.

Seu berço é a democracia moderna, ou melhor, essa forma degradada da democracia em que a sociedade passa a ser apenas um agregado de indivíduos isolados uns dos outros, carentes não só do laço cívico, mas até mesmo das solidariedades de classe, e tendo apenas para uni-los a pura força do número, ao redor de emoções elementares, transferidas sobre um demagogo. É o termo patológico do individualismo burguês, transformado em violência antiburguesa. Ali, a política passa a existir apenas sob a forma primitiva de uma necessidade de unidade; pátria do cidadão, lugar natural da liberdade, ela se tornou o instrumento de uma subjugação sem igual, não só consentida, como também exigida em altos brados. Uma vez instaurada pelas massas, a ditadura totalitária consolida o terreno sobre o qual se erigiu, retirando da sociedade todos os meios de autonomia que lhe poderiam sobrar. Hitler destruiu os Lander, os partidos, a aristocracia, as associações independentes; ao que não destruiu, superpos o sistema do partido nico. Stálin, por seu lado, herdeiro de um regime em que  proscrita a propriedade privada, pôde liquidar até o campesinato, para não falar das classes, dos partidos e do mais: o Partido Bolchevique reina soberano sobre uma plebe universal de indivíduos atomizados. Mas os dois regimes gozam até o fim de seu apoio ao mesmo tempo enfeitado e aterrorizado.

- 
1. D. Rousset, *L'univers concentrationnaire*, Le Pavois, 1946; reed.: UGE, 1971. *Les jours de notre mort*, Le Pavois, 1947, *Collection Le Chemin de la Vie*; reed.: UGE, 1974.
  2. E. Kogon, *Der SS Staat, Das System der deutschen Konzentrationlager*, Frankfurt, 1946. Trad. americana de Farrar Strauss, Nova York, 1950: *The theory and practice of hell: the german concentration camps and the system behind them*; trad. francesa: *L'enfer organisé*, La Jeune Parque, 1947; reed.: *L'tat SS*, Le Seuil, 1970.
  3. *The dark side of the moon*, prefácio de T. S. Eliot, Nova York, 1947.
  4. Cf. *supra*, p. 483.



O porquê de o homem da democracia de massa abdicar de seu destino para pô-lo nas mãos do Guia é dado pela ideologia<sup>1</sup>. O termo não designa, em Arendt, um conjunto de idéias e de representações compartilhadas por uma determinada sociedade, ou por uma determinada época, e sim um sistema fechado de interpretação da História que nega todo sentido à ação criadora do homem. Na sociedade totalitária, a ordem já não é organizada por convenções que regulem as relações sociais ou políticas, em função de uma lei natural ou de princípios filosóficos de que elas sejam derivadas. A lei dessa sociedade é a mesma lei da História, abolindo qualquer desvio de seu fundamento e tendo como único objeto abraçar, a cada momento, o sentido do movimento histórico, cujos intérpretes são o partido e, dentro do partido, o Guia. Por isso, o terror é seu instrumento natural. Ele não é circunstancial, como na tirania, mas essencial, total, recobrando todo o domínio das leis políticas e das leis civis, que a História, em sua marcha rumo ao homem novo, não distingue. Ele se destina menos a destruir as oposições, rapidamente inexistentes, do que a inventá-las, para transformá-las na ilustração de seu curso. Obstinado em esconjurar a divisão do corpo social e em abolir até mesmo o espaço mais privado que separe os indivíduos, ele é exercido em nome de todos, por todos, sobre todos, única força da Lei neste mundo sem leis. Os campos de concentração desvelam a essência do totalitarismo<sup>2</sup>.

Assim vai esse livro importante, e no entanto escrito meio de qualquer jeito, composto de peças e de pedaços, esticado por anos demasiados, mal composto; que começou para analisar o nazismo e acabou numa teoria política ajustada melhor ao comunismo; que afirma a novidade radical do fenômeno totalitário e, ao

1. Embora a idéia já se encontre na edição de 1951 das *Origins*, a análise mais precisa de Arendt sobre o caráter 'ideológico' dos regimes totalitários é publicada dois anos depois, no número de julho de 1953 da *Review of Politics*, sob o título: "Ideology and terror. A novel form of government". O texto, apresentado primeiramente sob forma de conferência na universidade de Notre-Dame, constituirá o 13º e último capítulo da reedição de 1958 das *Origins*. Cf. Young-Bruehl, *op. cit.*, cap. 6, p. 251.
2. A primeira discussão aprofundada, na Europa, do livro de Hannah Arendt é conduzida por Raymond Aron: "L'essence du totalitarisme", *Critique*, 1954 (estudo retomado, quanto ao essencial, em "Raymond Aron. Histoire et politique", *Commentaire*, pp. 416-425). Raymond Aron voltaria a tratar da questão em cursos ministrados na Sorbonne, publicados sob o título de *Démocratie et totalitarisme*, Gallimard, 1965. Ele admite as semelhanças de fato dos dois regimes, hitleriano e stalinista, sem aceitar transformá-los em duas versões de um mesmo gênero, já que diferem no plano da intencionalidade ética.

Sobre o que separa Hannah Arendt de Raymond Aron em matéria de epistemologia do conhecimento histórico: Luc Ferry, "Stalinisme et historicisme. La critique du totalitarisme stalinien chez Hannah Arendt et Raymond Aron" in *Les interprétations du stalinisme*, Éd. Évelyne Pisier-Kouchner, PUF, 1983, pp. 226-255.

Sobre a acolhida feita no Oriente ao conceito de 'totalitarismo', cf. Pierre Hassner, "Le totalitarisme vu de l'Quest" in *Totalitarismes*, Éd. Guy Hermet, Economica, 1984.

mesmo tempo, consagra mais da metade da obra a uma pesquisa das origens, limitada, aliás, ao lado alemão; que mistura, como Neumann, a velha crítica da democracia de massa à genealogia capitalista do fascismo e, ao mesmo tempo, reata com a inspiração de Gurian sobre a desumanidade fundamental dos regimes 'ideológicos' sem lhes contrapor, como ele, a transcendência divina<sup>1</sup>. Confuso, peremptório, contraditório, o livro faz perdoar, porém, a sua extensão e as suas voltas pela sombria violência que o atravessa inteiramente e pelo brilho de sua terceira parte. Nele se ouve a sombria cantilena do pós-guerra, os crimes alemães, o genocídio judeu, as catástrofes da liberdade, os campos soviéticos que sobrevivem aos campos nazistas, e a guerra à guerra. Antinazista, antiburguesa, anti-soviética e até anti-sionista, Arendt assume com uma violência provocadora a figura do pária. E a época dá uma última ajuda a seu personagem, confiscando, pelo menos provisoriamente, a 'sua' República americana, intimidada por um demagogo e caída, também ela, sob o domínio da 'população'.

Desenraizada de tudo, Hannah Arendt não é nem uma escritora política da Guerra Fria nem uma autora de 'direita' ou de 'esquerda'. Ela aprova a política exterior americana, embora detestando o macarthismo; não foi a Berlim em junho de 1950; pretende-se 'radical', no sentido americano do termo, ao mesmo tempo que bane da humanidade o comunismo soviético. Isso porque ela tem uma ambição de outra ordem — pensar a experiência política do século XX. Nos Estados Unidos, a discussão sobre o regime soviético encaixa-se na discussão do regime nazista, que já tem suas cartas de nobreza. Ela se apóia sobre um florescimento da história russa e soviética nas grandes universidades<sup>2</sup>. Já em março de 1953, dois anos depois da publicação do livro de Arendt, reúne-se em Boston um colóquio universitário consagrado ao 'totalitarismo', que será seguido de muitos outros. Posto sob a presidência de Carl Friedrich<sup>3</sup>, ele não reúne a direita intelectual americana, mas de preferência a esquerda, e se situa deliberadamente fora do anticomunismo histórico do momento. Aliás, Hannah Arendt

- 
1. Para Gurian, assim como para Eric Voegelin, outro filósofo alemão emigrado, o totalitarismo é o produto do ateísmo moderno, mais do que de um processo sócio-político. Cf. a discussão Arendt-Voegelin, na revista de Gurian, *The Review of Politics*, 1952, XV. Quanto a Gurian, vide a sua contribuição ao colóquio sobre o totalitarismo, organizado em março de 1953 em Boston, "Totalitarianism as political religion" in C. J. Friedrich (org.), *Totalitarianism*, Harvard University Press, 1954, pp. 119-129.
  2. Especialmente em Harvard.
  3. C. J. Friedrich (org.), *Totalitarianism. Proceedings of a conference held at the American Academy of Arts and Sciences*, março de 1953, Harvard University Press, 1954. Carl J. Friedrich (1901-1984), nascido na Alemanha, emigrou para os Estados Unidos em 1922, onde se naturalizou em 1938. Professor de ciência política em Harvard, foi, depois da guerra, um dos animadores da pesquisa sobre a Alemanha nazista e sobre o totalitarismo.

assiste a ele e nele intervém, sem, todavia, apresentar alguma comunicação. Mas a terceira parte de seu livro é citada e discutida muitas vezes. Pois, se todos os participantes estão de acordo em aceitar a extensão do conceito de ‘totalitarismo’ à União Soviética, eles se limitam à análise dos regimes uma vez constituídos, sem entrar na questão de suas ‘origens’. Como o diz Friedrich, numa frase feliz, justificando e limitando, ao mesmo tempo, a comparação Hitler-Stálin: “As sociedades totalitárias são fundamentalmente comparáveis, e cada uma delas é historicamente única; por que são o que são, não o sabemos”<sup>1</sup>. Seus ‘antecedentes’ particulares, que nada têm do caráter inevitável de uma causalidade, finalmente conduziram, através dos acasos da História, a sociedades assemelhadas entre si. Tal mistério torna a idéia totalitária indispensável e difícil de pensar.

A esquerda intelectual européia, se a tomarmos como um todo, nem sequer o tenta<sup>2</sup>. Ela é antifascista, não é antitotalitária. A frase de Orwell é mais justa do que nunca no momento em que o velho esquerdista rebelde publica o seu *1984*, em 1949<sup>3</sup>. A própria História dará à questão de Hannah Arendt um brilho inevitável, com a morte de Stálin e a abertura de sua sucessão.

---

1. C. J. Friedrich, *op. cit.*, p. 60.

2. A mais clara exceção a esse conformismo tão difundido é, evidentemente, Raymond Aron. O filósofo dos limites da compreensão histórica é também o escritor político que possuiu a mais vasta capacidade analítica na inteligência da época. Cf. Nicolas Baverez, *Raymond Aron, op. cit.*

3. George Orwell, *1984*, Londres, Secker e Warburg, 1949.

## XII

### O Começo do Fim

Raymond Abellio fez da morte de Stálin um acontecimento de ordem astral. “A morte de Stálin”, escreve ele em *La fosse de Babel*, “aconteceu em março de 1953, sob a conjunção de Saturno e de Netuno. Com essa morte, a Rússia perdia bem mais do que um chefe hierático, ela abandonava o sacerdócio oculto exercido até então sobre as massas em marcha. E assim como outrora, nas Índias, as viúvas e os servidores do rei eram jogados em holocausto na fogueira fúnebre, os cadáveres dos operários de Berlim-Leste, despedaçados a 17 de junho seguinte pelos tanques russos, acompanhavam o féretro do último ditador da Europa, para assinalar o fim do reinado e a cisão dos tempos<sup>1</sup>”.

A cisão dos tempos, não exageremos: a União Soviética sobreviverá a Stálin. Mas é o fim de uma época, com certeza. A morte do Guia mostra, uma vez mais, o paradoxo de um sistema pretensamente inscrito nas leis do desenvolvimento social e no qual tudo depende de tal maneira de um único homem, e, uma vez desaparecido esse homem, o sistema perdeu algo que lhe era essencial. Na espécie de pânico coletivo que acompanha seus funerais em Moscou, e que provoca várias centenas de mortes, podemos adivinhar essa dupla angústia sobre o passado e sobre o futuro. Pois a morte de Stálin não é a morte de Hitler. O ditador alemão — que se inventou a si mesmo e, ao mesmo tempo, ao seu regime — suicidou-se uma vez vencido, deixando atrás de si apenas ruínas. Stálin, porém, era um herdeiro, um vencedor, um fundador de império; morreu mais poderoso do que jamais fora, alguns anos depois de ser festejado, em seu 70<sup>o</sup> aniversário, como um gênio universal.

---

1. Raymond Abellio, *La fosse de Babel*, Gallimard, 1962, p. 15, reed. *Collection L'Imaginaire*.

Sucessor de Lênin, estava envolto na glória do famoso predecessor. Não fora o único pretendente a essa filiação, mas, depois de conquistá-la pela astúcia e pela força, transformara-a num título quase inconteste, eclipsando seus rivais com seu formidável poder, antes de reduzi-los pelo assassinio e pelo exílio, ou os dois juntos, como no caso de Trótski. Aliás, seu direito à sucessão tem bases sólidas. O partido único, a ideologia bolchevique, o terror e a política política são heranças leninistas. Ele as uniu num sistema de governo 'asiático', que coroa com o extermínio do campesinato como 'burguês': assim, ele pode tanto quanto qualquer outro reivindicar a idéia original. Tanto e talvez melhor: pois seu trunfo principal é simplesmente ter feito durar esse regime tão pouco propício a durar; ter prolongado, e até mesmo relançado, a ilusão revolucionária, ao mesmo tempo em que a constituía como uma cadeia de autoridade primitiva, mas obedecida. Trótski, letrado demais para o que tinha de terrorista, quase certamente teria naufragado. O gentil Bukharin teria dilapidado o tesouro familiar num retorno bem temperado ao capitalismo. Ele fez frutificar a herança, superpondo-lhe seu gênio político próprio, domando um com o outro.

Em seguida, ganhou a guerra, transformou a União Soviética num império e numa superpotência, e conferiu à idéia comunista um prestígio sem precedentes. Seu governo encontrou aí a respeitabilidade que a vitória e a força oferecem; seu personagem é objeto de uma reverência universal, temido em toda parte, mesmo entre aqueles que o idolatram. O Estado soviético encontrou uma base mais regular. Não que ele seja menos arbitrário ou menos despótico, não que a repressão de massa tenha cessado, já que, pelo contrário, ela recomeçou: mas a tribuna do Kremlin mostra os mesmos dirigentes a cada aniversário de Outubro, e a máquina burocrática possui um verniz 'moderno' que um partido todo-poderoso e, contudo, submetido a uma dizimação sistemática conduzida por um grupo variável de comparsas ao redor de um chefe de bando imprevisível, não tinha antes da guerra.

Assim, tudo podia levar a crer que, no dia da morte de Stálin, a transmissão do poder soviético se passaria de maneira menos dramática e menos conflituosa do que após a morte de Lênin. De resto, a situação exterior da URSS obrigava seus sucessores a isso. Stálin, contudo, não se preocupa com o fato. Em nenhum momento aparece nos últimos anos de seu reinado a menor preocupação em organizar a sua sucessão. Sua única obsessão é conservar o poder e, em primeiro lugar, a vida, desbaratando as conspirações que sua desconfiança paranóica não se cansa de apresentar à sua imaginação. Na velhice do potentado, ele conservou os hábitos do conspirador e do aventureiro, reforçados

pelos do poder absoluto: vivendo rodeado de guardas e de soldados, já quase não falando em público<sup>1</sup>, mudando de residências e de itinerários, fazendo seus pratos, que vêm de sua própria cozinha, serem antes provados por outros. Mesmo seu ambiente mais próximo, e mais antigo, seja ele político ou familiar, não escapa às suas suspeitas<sup>2</sup>. O fiel dentre os fiéis, Molotov, cuja mulher já está presa, aparece como a próxima vítima. A denúncia da conspiração dos médicos judeus<sup>3</sup>, em janeiro de 1953, ilustra a permanência dos motores do regime: a ideologia e o terror.

É pouco, portanto, escrever que Stálin não pensou em organizar sua sucessão. Ele deliberadamente agiu como se essa sucessão não devesse abrir-se, transportando para a vida pública uma paixão comum à velhice; ou ainda, como se sua morte, inevitável, devesse necessariamente encerrar uma época. Por não serem imortais, os grandes monstros da História devem contentar-se em não terem continuadores. Com sua morte, Stálin deixava necessariamente no mundo um vazio imenso: ele ganhara a guerra contra Hitler e era o chefe universal do comunismo. Mas ainda precisava ter certeza de que ninguém herdaria seu papel e sua potência, pois, por definição, ninguém era digno disso. Desconfio que, se ele não fez, como Lênin, um ‘testamento’, é não só porque conhecia de primeira mão a inutilidade desse tipo de disposição em matéria política, mas, sobretudo, porque imaginava que só ele mesmo, sozinho, ‘faria época’. O que, aliás, mostra bem o que diferencia os dois chefes sucessivos e os dois períodos do bolchevismo.

De fato, a morte de Stálin criou, no momento ocorrido, uma emoção universal, em que se misturam as lembranças da guerra e os temores sobre o futuro: curiosamente, no público não-comunista, não se presta só homenagem ao marechal vencedor, mas também à prudência e à moderação de sua política

- 
1. Faz apenas uma breve intervenção no XIX Congresso do PCUS — o primeiro desde 1939 — em outubro de 1952.
  2. Svetlana Alliluyeva, *Twenty letters to a friend*, Londres, 1967; trad. francesa: *Vingt lettres à un ami*, Le Seuil-Paris-Match, 1967.
  3. Jean-Jacques Marie, *Les derniers complots de Staline. L'affaire des blouses blanches*, Bruxelas, Complexe, 1993. A chamada “conspiração dos aventais brancos” foi montado pelo Ministério da Segurança de Estado, e o caso foi acompanhado de perto por Stálin. Nove eminentes médicos soviéticos — seis dos quais judeus —, encarregados de cuidar dos mais altos dirigentes do Estado, foram detidos sob a acusação de conspiração, tendo como objetivo assassinar aqueles a que davam cuidados médicos. Torturados, confessaram tudo, inclusive o assassinio de Jdanov em 1948. A ‘conspiração’ foi revelada ao público a 13 de janeiro de 1953 e provocou uma agitação anti-semita à qual é provável que Stálin, se tivesse sobrevivido, teria desejado dar um grande alcance. Os médicos foram soltos e reabilitados um mês depois de sua morte.

externa<sup>1</sup>. Tal é a ansiedade pela paz do mundo criada por seu falecimento, no momento em que se eterniza a Guerra da Coréia: preço da substituição do conhecido pelo desconhecido, numa URSS onde o poder não tem limites. Mas a verdade — um começo de verdade — sobre a ‘época’ de Stálin virá, não do Ocidente, mas sim de lá onde ela foi vivida: do mundo comunista em geral e do Partido Comunista da União Soviética em particular. Da dialética interna de uma impossível ‘sucessão’, nascerá a primeira definição do período stalinista. Os pormenores dessa batalha são inúteis a meu propósito e, aliás, a sua história ainda não foi realmente escrita; ela pertence a trabalhos futuros. O que me importa é o que ela revelou, em alguns anos, do comunismo soviético: a tal ponto, que ela conseguiu convencer milhões de homens cuja fé os trabalhos críticos mais sólidos não haviam abalado. A batalha pela sucessão de Stálin tem como primeira vítima a mitologia soviética.

Isso, em primeiro lugar, muito simplesmente, porque ela existe. Pois uma das seduções do totalitarismo é a de uma ordem perfeita. O regime stalinista era uma delas, formado de uma pirâmide de equivalências: uma economia planificada de acordo com a razão social, uma sociedade sem antagonismos de classe, um partido único que a guia e a representa ao mesmo tempo, um presidente desse partido, um secretário-geral. A condição política do homem extinguiu-se na mentira onipresente da ideologia. Ora, mal esfriou o corpo de Stálin, a política renasce num círculo muito estreito, sob sua forma mais primitiva: a minúscula oligarquia dos herdeiros não esperou um minuto para entrar numa luta precoce pelo poder. Reedição do que tivera início com a primeira paralisia de Lênin, em 1922, e se encerrou com o triunfo de Stálin sobre seus rivais, entre 1927 e 1929. Mas, na época, o sistema soviético ainda se achava em sua infância, próximo da imensa anarquia que formara seu berço; o futuro da revolução, isto é, da sociedade nova, oferecia um quadro natural aos desacordos políticos dos companheiros de Lênin. Em 1953, uma geração depois, o mundo soviético encontrou sua base de sustentação social e seu governo, proclamados *urbi et orbi*, como as duas faces de uma mesma razão histórica. A partir daí, sobre o que podem enfrentar-se os companheiros de Stálin?

- 
1. À morte de Stálin, as autoridades dos países democráticos elogiam o ditador, lembrando a vitória soviética sobre o nazismo. Por exemplo, Édouard Herriot declara na tribuna da Assembléia Nacional: “Existe uma recordação de que não nos podemos livrar: a do papel desempenhado por Stálin no fim da guerra e na preparação da vitória. Vemo-lo nas ruínas de Stalingrado ou estudando essa batalha de Moscou [na verdade dirigida pelo general Jukov (FF)] em que o gênio militar de Stálin brilha de maneira evidente”. O Quai d’Orsay faz uma declaração que atribui a Stálin uma surpreendente moderação em matéria de política exterior: “Embora o governo soviético houvesse assumido a responsabilidade de certo número de ações perigosas para a paz, não podíamos perder de vista que Stálin parecera desejoso de limitar o alcance dessas ações quando elas ameaçavam criar o irreparável”.

Os textos públicos mostram-no imediatamente: sobre a política econômica e, mais ainda, sobre o terror. Ou seja, duas questões sobre as quais eles simplesmente questionam o homem que acaba de morrer e a quem serviram, adulando-o. Os herdeiros de Lênin lutaram entre si para suceder a ele, mas todos abrigados na sombra do pai fundador, e todos, aliás, inclusive Stálin, em nome de uma interpretação defensável do que ele teria feito se estivesse vivo. Os herdeiros de Stálin, pelo contrário, enfrentam-se ao redor de uma sucessão sob benefício de inventário, em nome de uma crítica ao homem que os antecedeu. Essa crítica é, inicialmente, mais oblíqua do que aberta, por óbvias razões. O personagem de Stálin ocupou um tal lugar na encarnação do comunismo, dentro e fora da URSS, que o desmonte de sua estátua comporta graves riscos; e os Malenkovs, os Berias, os Khrushchovs e os demais não são os melhores situados para realizá-lo, uma vez que foram os grandes executores da política stalinista. Contudo, uma certa reprovação do antigo chefe todo-poderoso se faz ouvir logo em seguida, proferida em jargão estereotipado, mas muito claramente para quem sabe ouvir. A ênfase dada já em meados de março por Malenkov à satisfação 'máxima' das necessidades do povo constitui como um primeiro reconhecimento da pobreza geral, sobretudo no campo. A palavra de ordem de 'direção coletiva', acompanhada de uma primeira divisão das funções<sup>1</sup>, soa como uma ruptura em relação à política anterior. E em seguida vem a trovoada de 4 de abril: um comunicado do Ministério do Interior anuncia sem comentários que a 'conspiração' dos médicos revelada em janeiro fora apenas uma provocação armada pelo ex-Ministério da Segurança de Estado.

Data fundamental, a meu ver, esse comunicado lacônico, não só porque é, por suas implicações, abertamente anti-stalinista, mas sobretudo porque indica o debate fundamental em curso entre os sucessores de Stálin. Uns são sobreviventes da velha guarda, já ameaçados desde 1949-1950, como Molotov ou Vorochilov. Os outros — Malenkov, Khrushchov — fizeram suas provas durante o Grande Terror da segunda metade da década de 30, e foram cooptados por Stálin no círculo estreito do poder absoluto, sobre as ruínas do Partido Bolchevique anterior. Ora, eles temeram, depois da guerra, na atmosfera de Guerra Fria, um recomeço do Grande Expurgo, cujos sinais eles lêem na pesada atmosfera de suspeita e de repressão que banha os últimos anos de Stálin<sup>2</sup>. O melhor testemunho sobre isso será dado pelo próprio Khrushchov, um pouco mais tarde,

---

1. Malenkov abandona, a 14 de março, as suas funções no Secretariado do Comitê Central do Partido para dedicar-se à presidência do Conselho de Ministros; Khrushchov passa a dominar o Secretariado do Comitê Central e se torna, em setembro, primeiro-secretário titular.

2. Cf. M. Heller e A. Nekrich, *op. cit.*, cap. 9, pp. 375-426, "Le crépuscule de l'ère stalinienne".



em seu famoso discurso no XX Congresso do PCUS. Nesse clima, onde muitos deles esperam ser presos de um dia para o outro, o caso dos médicos apareceu como o sinal do que temiam. Daí a pressa em pronunciar a sua anulação, como um sinal de que não querem mais ter medo. Mas, ao fazerem isso, eles abrem necessariamente o caminho não só às esperanças, mas também às revisões do passado: se os doutores do Kremlin são inocentes, *quid* dos milhões de condenados políticos que os precederam?

*Mutatis mutandis*, os herdeiros de Stálin vêm-se numa situação 'termidoriana'. Não tiveram, como seus predecessores franceses a força ou a vontade de matar o tirano — incomparavelmente mais velho, mais poderoso, mais sangrento, mais legítimo, mais nacional do que o infeliz Robespierre. Tampouco gozam de independência ideológica em relação a ele, mesmo depois de sua morte. Mas duas coisas os aproximam da situação francesa do verão de 1794: querem abolir o terror pelo menos entre eles, como meio de arbitrar suas brigas; e pretendem conservar o poder. Ambos os objetivos não são fáceis de harmonizar, uma vez que, proscrevendo o terror das lutas pelo poder, é impossível, por um lado, impedir a condenação retrospectiva em detrimento da ideologia, e por outro, é difícil conservar essa vantagem contra a sociedade, e em proveito de um só partido. Assim, o que está em jogo principalmente nesse tipo de situação é a amplitude e os ritmos a serem dados à ruptura com o que a antecedeu.

Os revolucionários franceses de 1794 haviam aceitado, em alguns meses, a lógica do 9 Termidor, sob pressão da opinião pública<sup>1</sup>: eles haviam desmantelado a legislação terrorista, restaurado a liberdade, sacrificado aqueles dos seus que estavam mais comprometidos com o robespierrismo — e dispostos a manter o poder fraudando as eleições. Mas os sucessores de Stálin são bolcheviques; bolcheviques de segunda geração, em sua maioria, mas, enfim, bolcheviques, que mamaram com o leite materno o ódio a Termidor. O precedente francês de 1794 foi o pesadelo de Outubro de 1917: pois a revolução soviética sempre quis esconjur a idéia de que ela poderia, um dia, acabar — a não ser junto com a própria História. O espectro de Termidor acompanhou durante toda a sua história, no momento de Kronstadt, no início da NEP, nas batalhas de aparelho inauguradas pela paralisia e pela morte de Lênin. Stálin ainda venceu seu último rival, Bukharin, em nome dessa causa sempre nova, pois ela é consubstancial ao próprio projeto revolucionário: a coletivização dos campos e a industrialização em marcha acelerada vêm renovar sua matéria. Depois dele, seus sucessores, que acabam de sentir um grande medo por suas vidas, devem rejeitar a sua tirania, embora continuando seu regime. A ênfase dada à 'direção coletiva' traduz um compromisso

---

1. Bronislaw Baczko, *Comment sortir de la Terreur: Thermidor et la Révolution*, Flammarion, 1989.

sobre a delicada dosagem entre os dois aspectos dessa gestão sucessoral. Ela exprime também o acordo provisório de uma oligarquia sobre o caráter anônimo dessa gestão: pois importa a cada um que nenhum deles possa prevalecer-se do 'fim' do terror, o que lhe daria uma vantagem provavelmente decisiva na luta pelo poder. A 'conspiração' contra Robespierre, em julho de 1794, também obedecera, mesmo depois da vitória, e pelas mesmas razões, a essa exigência de anonimato.

Eis aqui, porém, uma aparente exceção à regra: a liquidação de Beria. Na realidade, esse último assassinio dentro do grupo dirigente sela a decisão de pôr fim aos assassinios mútuos. As razões dele são obscuras, na ausência de testemunhos e de documentos, pelo menos até hoje. Beria era o grande patrão do NKVD desde 1939: isso ao mesmo tempo fazia com que fosse temido por seus colegas e ameaçava, também, torná-lo mais popular do que eles, pois sua função parecia transformá-lo no inspirador natural do decreto que inocentava os médicos do Kremlin e do abrandamento do terror, de que essa decisão aparecia como o símbolo. De fato, essa decisão fora precedida da anistia de um milhão de prisioneiros, preparada por ele, e foi seguida de uma virada visando dar mais espaço aos direitos dos não-russos nas Repúblicas alógenas, medidas estas que também traziam a sua marca. Enfim, a acreditar em pesquisas recentes<sup>1</sup>, as intenções 'liberais' de Beria estendiam-se à política externa: ele teria sido o primeiro a propor um encontro secreto com Tito e teria redigido um documento, não menos secreto, que tendia a restabelecer a empresa privada na República Democrática Alemã, para preparar as condições de uma negociação sobre a reunificação da Alemanha. Detido já em junho de 1953, foi liquidado em condições desconhecidas, desaparecendo não só da direção do partido, como também da história soviética, conforme o rito consagrado.

Assim, o último assassinio político tipicamente stalinista atingiu, sem dúvida, o mais ativo dos desestalinizadores. Como ele fora também um dos mais bajuladores dos sicofantas do Guia, e o mais feroz dos seus executantes, a operação pôde passar sem muita dificuldade como a liquidação do último stalinista. Em todo caso, ela devolvia os órgãos de segurança ao controle do partido, o que tranquilizava os conjurados provisórios da direção coletiva. No entanto, ela tem sobretudo o interesse de ilustrar a estreiteza do canal onde Malenkov, Khrushchov e alguns outros procuram fazer avançar a barca que contém a herança do bolchevismo: os membros dessa direção coletiva só são obrigados a se tolerarem por sua fraqueza individual respectiva e pela lembrança dos crimes compartilhados, que o sangue de Beria não pode exorcizar. Todos são ainda os filhos de Stálin no momen-

---

1. Amy Knight, *Beria, Staline's first lieutenant*, Princeton University Press, 1993; trad. francesa: *Beria, premier lieutenant de Staline*, Aubier, 1994.

to em que se afastam dele com prudências eclesiásticas, incapazes de imaginar um universo político realmente diferente do seu, e condenados a caminhar juntos, sob pena de perderem tudo, quando cada um sonha em ganhar tudo.

Contudo, a lógica da desestalinização, somada à da sucessão, vai empurrá-los para a frente. É a única linha de partilha entre eles. Para defini-la, têm todos eles o maior cuidado em celebrar os fundamentos do regime: legitimismo inscrito, de qualquer maneira, em sua natureza e em seu funcionamento, e ainda mais indispensável porque eles se preparam para criticar as suas modalidades. A segunda passagem do poder bolchevique — depois da que levava de Lênin a Stálin — realiza-se, portanto, como a primeira, na veneração de Lênin, mas, ao contrário da primeira, sob o signo de um retorno ao pai fundador. Ela implica a suspeita de que o partido, sob seu segundo chefe histórico, pode ter-se enganado, pode ter desconhecido as leis da História. Em que medida? Como? Por quê? Essas questões não vêm mais de Trótski ou de Tito. Ei-las que surgem do santo dos santos, são debatidas dentro das muralhas do Kremlin, inevitáveis, porém vertiginosas.

Uma vez abertas, elas se infiltram mais ou menos em toda parte, como fissuras no universo totalitário: é o preço do papel que aí desempenha a ideologia. Como a crítica de Stálin, implícita já nas medidas de março/abril, não seria retomada como uma interrogação ansiosa pelas centenas de milhares de prisioneiros libertados do Gulag no verão? Como a reabilitação dos 'aventais brancos' não acarretaria a dessa multidão de ex-inimigos do povo arbitrariamente condenados ou sumariamente executados? Como os milhões de *zeks* que permaneceram nos campos aceitariam ficar ali passivamente, depois de terem entrevisto a liberdade? A dessacralização de Stálin morto, que sucede tão rapidamente à adulação de Stálin vivo, dá à operação de abrandamento do regime o caráter de uma falha de terreno. Ela leva seus artesãos, contra a vontade deles, à alternativa desconfortável da volta atrás ou da fuga para a frente.

O mesmo ocorre no plano externo. Ao contrário do que acreditaram tantos áugures do mundo ocidental, nos dias posteriores à morte de Stálin, seu desaparecimento encerra o período mais agudo da Guerra Fria, revelando com isso o papel essencial que ele nela desempenhara. Mas se a URSS do período pós-Stálin pode assinar rapidamente um armistício na Coreia — pois detinha desde o começo as chaves do conflito — o abalo dado a seu regime interno pelas primeiras

---

1. O episódio mais importante da revolta do Gulag é o do campo que dependia das minas de cobre do Kinguir, na primavera de 1954. Ele foi contado por Soljenitsin, *L'Archipel du Goulag*, *op. cit.*, vol. III, cap. 12: "Les quarante jours de Kinguir", pp. 234-269.

Cf. M. Heller e A. Nekrich, *op. cit.*, cap. 10, p. 433.

Cf. Nicolas Werth e Gaël Moullec, *Rapports secrets soviétiques 1921-1991*, Gallimard, 1994, pp. 417-424.

medidas da primavera de 1953 atinge todo o comunismo internacional, começando pelos satélites do império, na Europa central e oriental.

Os acontecimentos desse ano de 1953 no interior do mundo comunista prefiguram bastante bem, em menor escala, o roteiro do desmoronamento do comunismo, 36 anos depois. No centro do sistema, em Moscou, o estado-maior político tenta reformar o regime construído por Stálin, eliminar o terror dentro do partido e reduzir as coerções militares em proveito do consumo. Programa difícil e quase impossível de executar se for objeto de uma escalada. Pelo menos tudo ou quase tudo se passa na cúpula, no interior do aparelho, conforme o espírito do regime. Nos países satélites, pelo contrário, as oligarquias comunistas são de estabelecimento muito recente, e sua dominação tem só cinco ou seis anos de idade; colocadas sob o controle apertado de Moscou, e nas mãos dos veteranos do Komintern, elas são, porém, velhas o bastante para receberem diretamente a crítica ao stalinismo que lhes vem do Leste e que as expõe, a elas, à revolta das populações. Fora as grandes palavras de ordem de industrialização acelerada e de coletivização rural a qualquer custo! Chegou a hora de esquecer esse plágio stalinista para entrar na escola de Malenkov-Khrushchov: diminuir o ritmo, conceder mais ao consumo, reduzir o medo, libertar ou reabilitar as vítimas do terror. Na Europa central e oriental, nem as oligarquias stalinistas nem a própria idéia comunista sobrevivem facilmente a essas mudanças de rumo.

Os primeiros sinais da crise manifestam-se na Tcheco-Eslováquia, já em junho. Eles já revelam essa mistura instável de sentimentos populares anticomunistas que doravante irá dominar as opiniões públicas dos países dessa parte da Europa: greves operárias contra o baixo nível dos salários, frustrações nacionais provocadas pela dominação-ocupação russa, reivindicações liberais e democráticas contra o sistema do partido único. Ainda em junho, exatamente nos dias 16 e 17, estoura a primeira grande revolta popular contra o comunismo desde Kronstadt: a de todo Berlim-Leste operário, que protesta contra o aumento das normas de produção, pede eleições livres e vaia o trio Ulbricht-Pieck-Grotewohl. No dia 18, a intervenção dos tanques soviéticos acaba com a insurreição; no dia 19, dezenove 'agitadores' são condenados à morte por tribunais militares soviéticos e imediatamente executados. O aspecto paradoxal de todo o caso é que os sucessores de Stálin em Moscou — cada um dos quais muito ocupado em se apropriar da crítica a Stálin — fortalecem sem querer, em Berlim, o homem de Stálin, Ulbricht. Liquidando Beria, eles suprimem o personagem com que contavam os oponentes ao secretário-geral no interior do SED; fazendo os tanques atirarem contra os manifestantes, devolvem todo o poder ao mais stalinista do Diretório Político. Em 1933, o comunismo do 'terceiro período' terminara em

Berlim. Vinte anos depois, é ainda em Berlim que os homens da nova situação sofrem seu primeiro fracasso. Isso mostra os limites estreitos em que se inscreve sua vontade reformadora.

Contudo, o caráter ultracentralizado do sistema, somado à função todopoderosa que nele desempenha a ideologia, não pode impedir que os primeiros sinais de uma 'desestalinização' em Moscou ponham em perigo toda a ordem comunista; e em primeiro lugar nas Repúblicas satélites, onde ele é recente e cujas sociedades, apesar do Terror dos anos 1948-1952, não foram suficientemente 'sovietizadas' para simplesmente aceitarem as mudanças vindas de cima. De acordo com a tradição, os dirigentes de Moscou querem estabelecer seus homens em toda parte. Destituem Rákosi, em Budapeste, substituindo-o por Imre Nagy; tiram Gomulka da prisão, na Polônia, um pouco mais tarde. Mas, com isso, expõem-se a um duplo perigo. Comprometem antecipadamente a virada que preconizam, dando-lhe a forma de uma ordem de Moscou. E, abrindo as portas à denúncia dos 'erros' do passado, debilitam a um só tempo a ditadura dos partidos irmãos em seus países e a autoridade absoluta que têm sobre eles.

O fim do terror abala, portanto, todo o sistema comunista internacional. Não que ele seja ameaçado de fora: pelo contrário, o Oeste não procura em momento algum tirar partido das circunstâncias. É do comprometimento de suas duas paixões-mães que o comunismo sofre: o temor e a fé. O enfraquecimento da primeira leva a criticar os fundamentos da segunda, ao mesmo tempo porque liberta a reflexão e porque obriga a repensar a necessidade do terror. Contudo, é sobre esse terreno perigoso que Khrushchov decidiu avançar para ter a oportunidade de eliminar seus rivais, antes de enfrentar a hora decisiva. Obtém em fevereiro de 1955 a substituição do 'liberal' Malenkov por Bulganin no cargo de presidente do Conselho dos ministros; por outro lado, humilha Molotov — e a velha guarda de Stálin — indo em maio apresentar suas desculpas públicas a Tito pela ruptura de 1948. Mas isso não é suficiente. Sua real tomada do poder se dá no XX Congresso do PC da URSS, em fevereiro de 1956.

O discurso 'secreto' de Khrushchov no XX Congresso constitui provavelmente, para o historiador da idéia comunista, o texto mais importante escrito neste século. Sobre o assunto, ele está longe, porém, de ser o mais profundo, o mais completo ou o mais novo: apesar do formidável segredo que rodeou o regime soviético depois de 1917 e da alta barricada de mentiras erguida para proteger a sua mitologia, a história da URSS foi objeto de certo número de excelentes livros. Os melhores, como o *Stálin* de Souvarine, foram escritos pelos dis-

sidentes, por motivos de fácil compreensão: só os ex-comunistas possuem tanto a experiência interna do sistema quanto a possibilidade de analisá-lo do exterior. Esse 'exterior' deve ser entendido tanto no sentido material quanto no espiritual, pois a capacidade de conhecimento só foi adquirida graças à ruptura, e a capacidade de publicar está subordinada a uma vida fora da URSS. Mas esses ex-comunistas, que se tornaram testemunhas de acusação da causa que haviam servido, pagaram o alto preço de sua reviravolta: como acreditar neles, uma vez que, pouco tempo atrás, defenderam o contrário do que escrevem agora? Como deixar de pensar que estão errados nos dois casos e que seu julgamento se deixou desorientar pela paixão tanto na ida quanto na volta? A essa suspeita intelectual soma-se a acusação moral de ter mudado de lado e de amigos: acusação capital, num século cujas paixões políticas tantas vezes tiveram um caráter de guerra civil. Assim, a literatura dos ex-comunistas sobre a União Soviética jamais teve grande credibilidade. Quanto à outra, que se escreve na universidade, ela mal está começando na década de 50, e em primeiro lugar nos Estados Unidos, trazida pela situação internacional do pós-guerra<sup>1</sup>.

Ora, eis que o 'relatório secreto' de fevereiro de 1956 subverte de uma vez, tão logo é conhecido, o estatuto da idéia comunista no universo. A voz que denuncia os crimes de Stálin já não vem do Ocidente e sim de Moscou, e do santo dos santos em Moscou, o Kremlin. Já não é a voz de um comunista banido que volta ilegalmente ao seu país e sim do primeiro dos comunistas do mundo, do patrão do Partido da União Soviética. Em vez, portanto, de ser atingida pela suspeita que marca o discurso dos ex-comunistas, ela se reveste da autoridade suprema que o sistema conferiu ao seu chefe. Ela tira daí uma força universal, tanto entre os comunistas quanto entre os não-comunistas. Os primeiros têm um longo costume de acreditar em tudo o que seus dirigentes dizem e, aliás, a crítica a Stálin vem sendo-lhes ministrada em pequenas doses, desde março de 1953. Os segundos não têm nenhuma razão para duvidarem das 'revelações' do primeiro-secretário do Comitê Central. Se são hostis ao comunismo, encontram ali a confirmação de sua opinião ou do que já sabem. Se desconfiam do anticomunismo, como recusariam, porém, o testemunho de um homem que atravessou toda a época ao lado de Stálin e escolheu livremente sujar a causa que serve? O extraordinário poder do 'relatório secreto' sobre as mentes vem do fato de que

---

1. Por exemplo: Richard Pipes, *The formation of the soviet Russia*, Cambridge, Harvard University Press, 1954. Merle Fainsod, *How Russia is ruled*, Cambridge, Harvard University Press, 1953; edições revistas e completadas em 1963 e 1979; trad. francesa: *Comment l'URSS est gouvernée*, Éditions de Paris, 1957. *Smolensk under Soviet Rule*, Cambridge, Harvard University Press, 1958; trad. francesa: *Smolensk à l'heure de Staline*, Fayard, 1967. Leonard Schapiro, *The origins of the communist autocracy*, Harvard University Press, 1954.

ele não tem contraditores. O debate, durante algumas semanas, refere-se à sua autenticidade, tão surpreendente e constrangedora é a notícia<sup>1</sup>. Mas uma vez não contestada a notícia, o conteúdo do texto passa a pertencer, para todos, à história do comunismo, reunindo ao redor do que revela, pela primeira vez desde 1917, adversários e partidários do regime soviético.

Por que provocou Khrushchov essa unanimidade perigosa ao redor da crítica a Stálin? Por que assumiu o risco de enfraquecer o universo comunista como um todo? Como não considerou mais atentamente os estragos inevitáveis de uma denúncia dos crimes de Stálin sobre um movimento cuja razão de ser é a ideologia e cuja religião unitária é o culto de Stálin? Mais tarde, em seus *Souvenirs* (*Recordações*<sup>2</sup>), ele deu suas próprias respostas a essas perguntas, e elas não são inverossímeis. A atmosfera política no Praesidium do partido, tal como ele a descreve, é realmente a de um pós-Termidor. A liquidação de Beria não foi suficiente para exorcizar o fantasma de Stálin, que ainda obsedia seus sucessores: Tito caçou um pouco deles em 1955, quando pretenderam jogar toda a responsabilidade da ruptura russo-iugoslava, em 1948, no antigo chefe de polícia. Disseram demais, ou um pouco demais, a este respeito. Ele, Khrushchov, quer ir mais adiante, apesar das resistências dos veteranos, Vorochilov, Molotov, Kaganovitch, e das reticências de Malenkov<sup>3</sup>. Mikoian não é contra. Finalmente, eles decidem formar uma comissão de inquérito, dirigida por Pospelov, um dos 'teóricos' do partido, diretor do Instituto Marx-Engels-Lênin nos anos de 1949-1952. Mas uma vez constituídos os autos do processo contra o tirano morto, que fazer com ele? Como utilizá-lo? E, até, será que ele deve ser utilizado?

Essa é a verdadeira questão do XX Congresso; no entanto, ela é debatida nos bastidores. Aparentemente, um ritual clássico: relatório interminável, direção coletiva, delegados unânimes. Mas Khrushchov quer ir mais adiante e dar aos camaradas a substância do processo constituído pela comissão Pospelov. Influem, com

---

1. Na noite de 24 para 25 de fevereiro de 1956, Nikita Khrushchov faz a leitura de seu relatório sobre os crimes de Stálin. O documento é comunicado aos secretários das delegações estrangeiras que assistem ao XX Congresso. A 16 de março, o *New York Times* dá uma primeira informação a seu respeito. A 4 de junho, o Departamento de Estado americano o publica. Ele lhe veio da Polônia, onde os comunistas o difundiram em larga medida. A 6 de junho, o Partido Comunista Americano admite a autenticidade do relatório. Em compensação, Togliatti qualifica-o (em particular) de "diz-que-diz-que sem importância"; Thorez e o Partido Comunista Francês limitam-se à fórmula 'relatório atribuído ao camarada Khrushchov', e defendem a 'obra' de Stálin. Esse relatório é, porém, autenticado indiretamente pelo próprio relatório do XX Congresso, que se refere à sessão secreta da famosa noite de fevereiro. Nos Estados comunistas, os comunistas poloneses são os primeiros que têm a audácia de publicá-lo integralmente (*Polityka*, 27 de julho de 1988). Vide Branko Lazitch, *Le rapport Khrouchtchev et son histoire*, Le Seuil, 1976.

2. N. Khrushchov, *Souvenirs*. Introd., comentários e notas de E. Crakshaw, Robert Laffont, 1970.

3. Sigo aqui os *Souvenirs* de Khrushchov, cap. 9, pp. 327-331.

certeza, nessa vontade elementos políticos, ligados à luta pelo poder: afirmando-se diante do partido — uma das grandes vítimas dos expurgos de 1936-1939 — como na vanguarda da ‘desestalinização’, o primeiro-secretário julga consolidar a sua posição, ao mesmo tempo contra a velha guarda e contra seu principal rival, já em recuo, Malenkov. Propõe um excelente argumento, impossível de refutar: que, de qualquer forma, os crimes de Stálin não poderão permanecer ocultos, pois centenas de milhares de prisioneiros libertados do Gulag vão retornar e contar o que viveram. Apesar dos protestos de Molotov, Voróchilov e Kaganovitch, o Praesidium cede à lógica do que começou em 1953. Libertar os prisioneiros não é nada; é preciso ainda preparar-se para ouvi-los e para responder-lhes.

Khrushchov encontra-se na passagem do poder soviético, entre duas gerações de dirigentes<sup>1</sup>. Jovem demais para ter servido junto a Stálin durante a guerra civil, como Kaganovitch ou Molotov, velho demais para ser um puro produto do stalinismo, como Brejnev. Além disso, ele fez o essencial de sua carreira não em Moscou, no coração da estrutura do partido, como seu contemporâneo Malenkov, mas em campo, na Ucrânia. Esses traços de sua existência não bastam para torná-lo acreditável, quando o pretende, em suas *Recordações*, amplamente ignorante dos massacres cometidos sob Stálin. Mas eles podem explicar que ele se tenha sentido menos culpado do que Molotov ou Malenkov e que tenha sido menos cínico do que Brejnev. Adepto do Partido Bolchevique alguns meses depois de Outubro de 1917, mero soldado da guerra civil, ele nasceu para a política com os tempos heróicos do bolchevismo e como um filho de Lênin. Trinta e cinco anos depois, parece que esse fogo ainda arde dentro dele, apesar de todas as catástrofes que provocou, e que a ‘volta a Lênin’, palavra de ordem quase obrigatória, seja algo mais, em sua mente, do que um recuo tático de homem político: a expressão de uma real esperança. A paixão dominante do bolchevismo stalinista na Rússia foi o temor. Mas, mesmo nessa época tardia, este não tirou da ideologia o reforço da fé. Khrushchov acredita no que diz. Isso lhe permite ser o primeiro a encarnar com tanta força a figura que vai passar a dominar as representações imaginárias do comunismo, a de uma reparação geral do edifício. E isso também confere ao seu personagem esse lado atraente que ele conservou para além do fracasso.

Que diz ele nesse famoso discurso? Que aconteceu naquela noite de 24 para 25 de fevereiro de 1956, na sala do Grande Palácio do Kremlin? Quando o primeiro-secretário sobe à tribuna, é impossível que não tivesse no bolso o seu discurso escrito: os chefes bolcheviques não costumam improvisar, e a matéria é tão delicada que o permite menos ainda. Khrushchov contou em suas *Recordações*

---

1. Tomo emprestada essa observação do livro de Martin Malia, *The soviet tragedy*, The Free Press, 1994, cap. 9, pp. 319-320.



que Pospelov foi encarregado de remanejar seu relatório para dar-lhe a forma de um discurso<sup>1</sup>, mas o texto teve de ser objeto de uma revisão final, num círculo pequeno de pessoas, sem até hoje se poder saber a parte pessoal do orador, que imagino importante. Toda a dificuldade do problema consiste em descobrir a parte de verdade que deve ser dita, sem envolver nem os sucessores de Stálin, nem o partido, nem o regime. Romper, porém continuar; revelar, porém ocultar, o segredo do 'relatório secreto' está em sua dosagem sutil, na boca de um orador dado, porém, aos efeitos.

Stálin é o alvo do discurso<sup>2</sup>. Malenkov é citado uma ou duas vezes, mas como executante, e de passagem. O conjunto dos membros do Praesidium é coletivamente mantido fora do caso, já que foram todos impossibilitados de pesar sobre as decisões. Beria pagou por eles todos e aparece de novo, na roda de Stálin, o único malvado da distribuição, qualificado, aliás, de 'agente de um serviço de espionagem estrangeiro': sinal de que os hábitos do terrorismo sobrevivem na própria voz que os denuncia. De fato, o processo póstumo de Stálin é conduzido de maneira muito seletiva. Esteia-se no famoso testamento de Lênin, enfim reintegrado no patrimônio bolchevique, mas legitima a eliminação de Trótski e de Bukharin. Acusa o antigo secretário-geral de inúmeras liquidações arbitrárias, mas nada diz sobre as atrocidades que acompanharam a coletivização da agricultura. Duas preocupações o explicam. A primeira é que o retorno a Lênin não condene a construção do 'socialismo num só país', de que todos os dirigentes do XX Congresso são filhos. Trata-se, de preferência, de um retorno ao espírito de Lênin no interior do regime edificado por Stálin: a ambigüidade dessa fórmula traduz bastante bem a da operação. A segunda preocupação se deduz da primeira: através dos delegados no congresso, Khrushchov dirige-se ao partido, e não à sociedade. É difícil acreditar que ele tenha podido pensar que seu discurso permaneceria secreto; aliás, ele muito rapidamente manda comunicar seu conteúdo, ou seu texto, a diferentes instâncias diplomáticas soviéticas e aos partidos irmãos. Mas concebeu-o como um documento interno ao movimento comunista. Stálin é ali acusado não de ter martirizado povos da URSS e sim de ter aterrorizado, torturado e assassinado seus camaradas, a partir do assassinato de Kirov, em 1934.

Contudo, na segunda metade de seu discurso, depois de ter dito tantas coisas horríveis, diante de uma sala petrificada, Khrushchov ultrapassa esse quadro, quando empreende a crítica de Stálin durante a guerra. Não contente de ter arriado a estátua do secretário-geral, ele ataca o marechal: atinge seu título de legitimidade não mais na oligarquia do partido, mas na ordem nacional. Recusa-

---

1. N. Khrushchov, *op. cit.*, cap. 9, p. 333.

2. N. Khrushchov, Relatório *in* A. Rossi, *Autopsie du stalinisme*, posfácio de Denis de Rougemont, Éd. P. Horay, 1957, p. 128.

se a lhe deixar a página mais gloriosa escrita pelo regime na história da Rússia. Covardia, incompetência, bazófia: são essas as “virtudes”, segundo seu sucessor, do famoso chefe de guerra, que tanto se autoglorificou, afastando, no momento da vitória, todos os que teriam podido fazer-lhe sombra. Pior ainda: Stálin usou a conjuntura de guerra para agravar sua tirania. Mandou deportar em massa pequenas nações, fora de qualquer justificação tirada da situação militar. Khrushchov nada dissera dos massacres dos camponeses ucranianos nos anos da coletivização. Mas fala da deportação, em 1943-1944, dos *kalmuks*, dos tchechenos e dos *balkars*; os ucranianos, acrescenta ele, meio brincando, meio trágico, escaparam desse destino por causa de seu número. Ele é o último homem a poder falar de um poder totalitário. Mas evoca ali o seu espectro, como que para arrancar de Stálin o período mais memorável de seu reinado: até mesmo a grande guerra patriótica, o tirano transformava em oportunidade de forjar novas cadeias para os povos da União Soviética.

O interesse capital do relatório secreto encontra-se precisamente nessa ampliação de seu objeto inicial. Como os termidorianos franceses, Khrushchov quis sacrificar algo para conservar o resto, para tornar solene a renúncia ao terror pelo que dele é admitido. Mas esse algo sacrificado tornou-se tão grande que Khrushchov não pode fechar as questões que abriu: os termidorianos tampouco o puderam. Um dia, talvez a História diga se o intérprete permaneceu fiel ao libreto original ou se alterou a nota. De qualquer forma, no dia em que o relatório secreto se torna público, o mundo comunista mais se descaracterizou do que entrou numa nova era.

Khrushchov batizou o mal que denunciou: o ‘culto à personalidade’. Mas a fórmula, puramente descritiva, nada explica do surgimento desse mal inédito num pequeno partido cujos militantes devem ser os servidores de uma causa que os envolve e que os ultrapassa. O movimento da História pode ter seus artesãos ou seus adversários, mas não seus usurpadores. À sua maneira um pouco primitiva, o primeiro secretário pôs o dedo na principal contradição do bolchevismo, já clara sob Lênin, evidente sob Stálin: o lugar que nele é reservado à vontade política não se ajusta ao papel devido às leis do desenvolvimento social; esse lugar constitui muito bem, em compensação, o berço do ‘culto da personalidade’. Mas, sem poder apresentar a questão em termos que não os do marxismo-leninismo, Khrushchov abandona-a aos militantes em seu estado bruto e em seu mistério intacto: como pensar ao mesmo tempo uma sociedade ‘socialista’ e o poder absoluto de um só, baseado na polícia e no terror.

A contradição seria tolerável, sem dúvida, se permanecesse oculta. Mas o relatório secreto deu-lhe o brilho de uma negação radical. Pois o que ele denunciou com tanta violência é exatamente o que era celebrado *urbi et orbi*. O homem de

que enumera os assassínios, a arbitrariedade e a incompetência foi festejado como um gênio incomparável por aqueles que hoje o arrasam: os próprios fatos mudaram de sentido. E eis que eles agora devem ser apresentados em sua nova significação, sem terem recebido uma explicação de verdade, pelos especialistas, de sua significação anterior. A manipulação da História, velha técnica stalinista, encontra seus limites ao se exercer em sentido inverso, como um remédio de rejuvenescimento: se se voltar atrás na corrente das mentiras, onde se vai parar? Se se transformar num paranóico criminoso o homem que se celebrou como um gênio universal, como ser acreditado? Stálin ocupou um lugar central demais no movimento comunista para poder ser objeto de uma mera operação de deslastre, mesmo pública. Seus herdeiros, companheiros ou filhos infieis não podem matá-lo sem se ferirem.

O XX Congresso do PC da URSS e o relatório secreto confirmaram, portanto, sensacionalmente o que se delineia desde 1953: a questão da “desestalinização”, segundo a expressão da época, está no coração das lutas de sucessão em Moscou. A palavra comporta uma renúncia, pelo menos parcial, ao terror, e os herdeiros juraram sobre o cadáver de Beria não se matarem uns aos outros, ao mesmo tempo que começavam a devolver a liberdade a centenas de milhares de *zeks*. Mas ela significa também um ‘novo curso’ econômico, mais favorável aos bens de consumo. Enfim e sobretudo, ela implica a revisão de um vastíssimo período da história da União Soviética e do movimento comunista internacional. Num quarto de século, Stálin não só inventara uma sociedade e um regime, mas também estabelecera a sua genealogia e a sua doutrina canônicas. Carente de legalidade, o que ele é por definição, o comunismo conservara através da personagem histórica de seu chefe um extraordinário grau de legitimidade: no fundo, o principal mistério da Rússia stalinista é ter prolongado, em favor de um território e de um Estado, encarnando-o num homem, o encanto poderoso mas fugaz da idéia revolucionária.

Atacando retrospectivamente esse homem, como não ferir esse encanto? A questão é tanto mais inquietante quanto mais extenso e diverso é o movimento. Este sempre foi internacional; mas, antes da guerra, fora da URSS, ele só comportava partidos, cujos quadros eram cuidadosamente selecionados em função de sua fidelidade incondicional ao ‘centro’, fossem quais fossem as viradas da política e da ideologia. Depois de 1945, ele engloba também governos estrangeiros, por intermédio dos comunistas. Como vimos na cisão titista de 1948, estes podem ser tentados pela independência nacional. E, além deles mesmos,

eles têm de levar em conta suas opiniões públicas, que ainda se lembram de sua breve reconciliação com a nação e a liberdade, no final da guerra. Os povos da URSS, acostumados ao jugo russo e sem tradição liberal, são velhos intoxicados do despotismo, e o stalinismo ali teve uma longa vida. Os poloneses, os tchecos e os húngaros, herdeiros de uma história menos oriental, só tiveram cinco ou seis anos de servidão quando morre Stálin.

A margem de manobra dos homens do Kremlin, portanto, reduziu-se, enquanto sua potência aumentou. Pois a desestalinização, inscrita nas necessidades da sucessão, atinge ao mesmo tempo a legitimidade deles e do sistema comunista como um todo. Levando-a longe demais, e com muita força, é grande o risco de pôr em perigo a unidade do movimento, ainda organizado como um exército ideológico, e, para além dele, a unidade do Império Soviético. A ruptura com Tito foi atribuída, em 1955, às suspeitas doentias de Stálin; mas foi tão unânime e tão veemente o coro dos denunciadores de Tito, depois de 1948, que a reconciliação pode criar mais tensão do que restaurar a unidade. Da mesma forma, a exportação brutal, à moda antiga, da nova linha política do Kremlin para os partidos comunistas cria inevitáveis dissensões internas, particularmente perigosas quando eles estão no poder.

O aparelho internacional está acostumado às reviravoltas e já viu outras antes. Mas esta é de um tipo particular, pois envolve não a tática ou a estratégia do movimento e sim sua mentira constitutiva; pois reencontra o tom de Trótski ou de Souvarine e é coisa de uma direção nova, sobre a qual os especialistas não têm dificuldade para adivinhar que ela está dividida. De preferência a terem de assumir sua parte no Terror stalinista, estes podem ser tentados a manter-se na defensiva, na espera da vinda de dias menos difíceis para sua identidade política. Contar com Molotov para resistir a Malenkov; com Vorochilov para opor-se a Khrushchov. De qualquer foma, o relatório secreto, proferido pela mais alta autoridade comunista da União Soviética, convida os nostálgicos de Stálin mais à retirada em boa ordem do que ao desmentido e à contra-ofensiva.

Por outro lado, nos países da Europa central e oriental, onde os partidos comunistas são senhores do poder desde 1947-1948, a liberalização prometida em Moscou já na primavera de 1953 provoca nas opiniões públicas expectativas que vão além do que ela permite esperar. Vimo-lo imediatamente na Alemanha Oriental, onde os operários fizeram manifestações contra as normas de produção do plano, mas também contra Ulbricht e a favor de eleições livres. Mais ou menos em toda parte, nos anos que separam a morte de Stálin do XX Congresso, o 'novo curso' encontrou seus símbolos na superposição de novos dirigentes aos antigos; mas ele também provocou movimentos de opinião que questionam não mais as modalidades do regime comunista, mas sim seus funda-

mentos: camponeses contra as cooperativas, operários contra os baixos salários, intelectuais contra a censura.

Essa conjuntura de incerteza e de instabilidade pode ter sido uma das razões que levaram Khrushchov a agir energeticamente em fevereiro de 1956: depois do relatório secreto, ninguém mais poderá reivindicar Stálin. Contudo, não se vê que o primeiro-secretário tenha podido temer na época um contra-ataque poderoso dos fiéis do ditador morto; a menos que tenha pensado que a destituição de Malenkov, substituído no ano anterior por Bulganin, tornasse necessário um contragolpe. Talvez, simplesmente, ele tenha tido em vista antes de tudo a situação soviética, como afirma em suas *Recordações*. Os sobreviventes dos campos vão voltar para casa e contar os fatos. Arrancar o culto de Stálin da história russa pode aparecer como uma operação mais difícil do que criticar seu papel no interior do comunismo internacional. Para tanto, são necessários recursos mais radicais. Mas é nos países onde Stálin só reinou indiretamente, e apenas por alguns anos, que a denúncia de seus crimes dentro da URSS vai provocar os efeitos mais imediatos.

Ali — da Polônia à Hungria —, os povos acabam de conhecer, numa escala bem menor, a arbitrariedade e o terror inseparáveis do ‘culto da personalidade’. Também eles viram o retrato de Stálin pendurado em toda parte. Mas suas sociedades ainda não foram ‘sovietizadas’, e a condição política do homem não foi, por falta de tempo, completamente extinguida. O campesinato continua existindo, apesar dos progressos forçados da coletivização. Os operários não se esqueceram da tradição da ação coletiva. As antigas classes dirigentes escondem-se ou se adaptam, não foram exterminadas como na Rússia de Lênin. O antigo mundo está próximo, e o de antes da guerra foi embelezado pelo pós-guerra. Os poloneses permanecem orgulhosos de terem guardado a fronteira católica da Europa, frente aos russos. Os húngaros, de terem sido os velhos parceiros dos austríacos e dos alemães contra os eslavos. Os tchecos conheceram o tempo de seu esplendor na Europa de Versalhes. Todos recordam-se de terem sido independentes e de terem por muito tempo lutado por sê-lo. A opressão russa unifica provisoriamente contra ela seus sentimentos coletivos.

Por isso a ‘desestalinização’ assume nessas fronteiras recentes do Império Soviético um caráter mais dramático do que na URSS. Muito rapidamente, ela ultrapassa os objetivos internos do movimento comunista. Levanta a questão do regime e da nação. Khrushchov não teve muita dificuldade, diante dos delegados do XX Congresso, de fazer a distinção entre a construção da sociedade socialista e o terror, ou seja, entre a ação benéfica e a ação nefasta de Stálin. Mas e em Varsóvia? E em Budapeste? O que o velho *apparatchik* ucraniano não vê tem a

mesma natureza que o que seu sucessor distante Gorbatchov ignorará, após um pouco mais de 30 anos: a força da opinião pública. Ambos servidores de um regime em que o fenômeno não tem existência autônoma, eles não avaliam a sua força alhures, *a fortiori* se esse alhures está na esfera de seu poder. Em 1956 como em 1989, tudo se passa como se os dois grandes, e os dois únicos reformadores da história soviética, tão logo saiam vencedores em seu país de uma batalha interna do partido, descobrissem em suas fronteiras, mas ainda dentro de seu império, uma outra paisagem: o que realizaram em Moscou em meio à calma produz em Varsóvia, em Berlim ou em Praga efeitos subversivos, se se deixa que a sua lógica se realize. O regime soviético é tanto mais impossível de reformar quanto mais recente e mais europeu for. A estrutura imperial do sistema compromete em sua periferia ocidental as suas capacidades de evolução.

Khrushchov, em todo caso, tomara antecipadamente certas garantias sobre a herança territorial: em maio de 1955 o chamado Pacto de Varsóvia selara a unidade política e militar do bloco soviético, a ponto de tornar possível, em caso de necessidade, uma ajuda mútua 'fraternal'. Mas seu relatório secreto age no sentido inverso. O partido iugoslavo, que lhe dá uma calorosa acolhida, interpreta-o num sentido tão descentralizador que Khrushchov, ao mesmo tempo que procede à dissolução do Kominform, em abril de 1956, deve reafirmar pouco depois o papel dirigente do PC da URSS<sup>1</sup>. Depois dessas delicadezas de aparelho, como aperitivo, vem o grande teste do khrushchovismo, em duas ondas: o caso polonês e a revolução húngara. São ainda confrontos de aparelho, mas aos quais os povos conferem o que constituiu a sua importância histórica.

Na origem, efetivamente, encontramos uma crise interna dos partidos comunistas, inaugurada já em 1953 pelo questionamento, em Moscou, das prisões arbitrárias, pela libertação maciça de prisioneiros e pelo início das reabilitações. Cada República satélite conheceu em miniatura, e por um curto período, o Terror político, sob uma forma pública ou secreta. Cada uma deve, portanto, a exemplo da URSS, explicar-se a esse respeito, reabilitar os mortos constrangedores e soltar os que prendeu por erro — alguns dos quais se tornam excelentes candidatos ao poder. Na Polônia, não houve grandes processos públicos, à maneira de Rajk ou de Slánsky. Mas o secretário-geral do partido, Gomulka, foi afastado em 1948, expulso do partido em 1949 e em seguida preso, em 1951,

---

1. Em resposta à entrevista de Togliatti publicada em 20 de junho de 1956 pela revista italiana *Nuovi Argomenti*, que propunha a idéia de 'policentrismo' no movimento comunista, uma declaração do Comitê Central do PC da URSS, publicada em 30 de junho no *Pravda*, conclama, pelo contrário, ao fortalecimento da unidade ideológica do comunismo internacional. É essa mesma declaração que reprova a Togliatti por ter falado da "degenerescência da sociedade soviética" como de uma causa do "culto da personalidade".

por desvio nacionalista de direita: acusação que, no dia de sua libertação, torna-se inevitável, em 1954, o transforma no símbolo de um comunismo ao mesmo tempo liberal e nacional. Na falta de um sistema político pluralista, é no interior do Partido Comunista que passa a pressão da sociedade. Já nessa época, o 'novo curso' traz à tona as questões reprimidas ou proibidas, do extermínio dos chefes do partido polonês em 1938<sup>1</sup> até as torturas praticadas pelos órgãos da Segurança de Estado sobre os presos políticos. *Mutatis mutandis*, as coisas não se passam diferentemente na Hungria, onde, a partir de junho de 1953, Rákosi, o executor de Stálin, o grande roteirista do processo Rajk, teve de dividir o poder com seu rival Imre Nagy, hostil à sua política econômica de industrialização a todo transe. O compromisso foi imposto em Moscou: Rákosi conseguiu permanecer como chefe do partido, ao passo que Nagy se tornou chefe do governo. Assim, o partido húngaro é sede de duas políticas. A diferença com relação à Polônia é que Rákosi consegue readquirir todos os poderes em 1955 e recuar os prazos no momento em que as coisas vão precipitar-se.

Ao considerar o breve período que vai da morte de Stálin ao discurso secreto de Khrushchov — menos de três anos —, o historiador se vê tomado por dois sentimentos. Por um lado, tudo continua como antes, no sentido de que tudo tem sua origem em Moscou, tanto as decisões políticas quanto a escolha dos homens. Mas como, por outro lado, Moscou não é mais Moscou, o conjunto do mundo comunista vai à deriva, incerto do futuro. Com sua morte, Stálin fez a mesma demonstração que com sua vida: desaparecida a sua vontade, o universo que criou perdeu algo de fundamental. Só ele podia carregar, pela mistura de medo e de adoração que inspirava, o grande peso de mentira e de terror que legou a seus sucessores. Estes o herdaram, sem quererem suportar seu peso e seus riscos, e sem poderem livrar-se dele completamente e menos ainda dividi-lo entre si. Daí que a questão dos processos, dos expurgos e do terror esteja no coração desses anos em que treme a identidade comunista. Ela já não é levantada pelo inimigo, tornando-a inofensiva, e sim do interior, e pelos companheiros de Stálin, conferindo-lhe uma força incomparável: pois as vítimas da paranóia stalinista também eram comunistas.

No XX Congresso, o mais corajoso e o mais inteligente dos sucessores de Stálin abriu o abcesso. Quis transigir, traçar a linha que separa a herança assumida da herança condenada. Tal exercício, tentado em pequenas doses a partir de 1953, não tivera grande êxito, e, realizado desta vez como uma grande pintura histórica, não tem um efeito estabilizador muito maior.

---

1. Eles serão 'reabilitados' por um comunicado de 19 de fevereiro de 1956, publicado ao mesmo tempo em Moscou e em Varsóvia.

O relatório secreto não é um grande texto de análise política: isso lhe será censurado de muitos lados, especialmente da parte dos marxistas. Mas ele tem algo que um tom mais filosófico lhe teria tirado: uma qualidade de indignação e uma clareza de linguagem, fazendo dele um documento único em toda a literatura comunista. Estranho ao jargão político estereotipado e escapado por milagre desse planeta da mentira, ele tira desse contraste um efeito universal a se estender muito além das circunstâncias em que foi escrito; as circunstâncias em que foi recebido mostram-no quase imediatamente.

A segunda parte do ano de 1956 pertence, na história do comunismo, aos poloneses e aos húngaros. Antes de tudo, a experiência desses dois povos põe um ponto final, mais ou menos em toda a Europa, na grande época mitológica do soviétismo. Não retomarei no detalhe a sua narrativa, que foi objeto de bons livros<sup>1</sup>. O que essas duas histórias paralelas têm de novo é mostrar a intervenção das opiniões públicas e dos povos na política nacional, embora esta continue sendo um monopólio do partido. Em ambos os países, é visível a frustração logo depois da morte de Stálin, e a agitação é latente. Em 1955, os intelectuais — jornalistas, escritores, professores, estudantes — formam núcleos organizados de oposição, dispendo na maioria das vezes das instituições oficiais do regime, destinadas a arregimentá-los, uniões de escritores, revistas literárias, jornais, escolas, associações de estudantes. Logo nasce um sem número de clubes que fazem reviver as grandes horas de 1848. Em Budapeste, o Círculo Petöfi<sup>2</sup> declara guerra a Rákosi. Em Varsóvia, a juventude de oposição se reúne ao redor do semanário *Po Prostu*, antes de conseguir constituir, em abril de 1956, uma federação nacional de clubes.

Nessa multidão crescente de jovens manifestando-se em nome da liberdade, muitos, pelo menos dos mais ativos, foram ontem partidários da ditadura do

- 
1. Sobre os acontecimentos da Polônia e da Hungria em 1956, podemos consultar *1956, Varsovie-Budapest. La deuxième révolution d'Octobre* (sob a direção de Pierre Kende e Krzysztof Pomian), Le Seuil, 1978; Pierre Broué, Jean-Jacques Marie, Bela Nagy, *Pologne-Hongrie 1956*, EDI, 1966; reed. 1980. Sobre a Hungria: François Fejtö, 1956, *Budapest, l'insurrection*, Bruxelas, Complexe, 1981; Miklos Molnar, *Victoire d'une défaite, Budapest 1956*, Fayard, 1968; *La révolte de la Hongrie d'après les émissions des radios hongroises octobre-novembre 1956*, P. Horay, 1957; *La révolution hongroise. Histoire du soulèvement d'Octobre* (precedido de "Une révolution antitotalitaire" de R. Aron), Plon, 1957. "La révolte de Hongrie", *Les Temps Modernes*, janeiro de 1957. Sobre a Polônia: André Babeau, *Les conseils ouvriers en Pologne*, Armand Colin, 1960; "Le socialisme polonais", *Les Temps Modernes*, fevereiro/março de 1957. Krzysztof Pomian, *Pologne: défi à l'impossible? Éditions Ouvrières*, 1982; Teresa Toranska, *Oni. Des staliniens polonais s'expliquent (Eles: stalinistas poloneses se explicam)*, Flammarion, 1986.
  2. O Círculo Petöfi (do nome de Sandor Petöfi [1823-1849] — poeta que sublevoou a juventude húngara em 1848 para a independência) reunia os escritores e os jornalistas. Nas semanas precedentes ao levante de 23 de outubro, o círculo desempenha um papel considerável em Budapeste, sob a influência dos acontecimentos poloneses.



proletariado. Reivindicam a democratização do regime, depois de terem condenado a democracia como uma ilusão burguesa. No bolchevismo vencedor, haviam visto, no final da guerra, uma esperança nacional e uma emancipação social; mas no bolchevismo reinante, alguns anos mais tarde, vêem suas pátrias subjugadas pelo Exército Vermelho e suas sociedades vigiadas pelo NKVD. A desestalinização em marcha em Moscou oferece uma segunda oportunidade a seus países e à sua fé, contanto que também eles saibam denunciar e descartar os homens e as instituições colaboradores dos agentes de Stálin. Aliás, a revolução não ocorrera em 1945, ou em 1947: ei-la que se resgata em 1956, enfeitada com as cores brilhantes da nação.

Ela ilustra a ressurreição — e a plasticidade — de certo otimismo revolucionário, uma vez rompido o fascínio ou a força que a transformara no subproduto do marxismo-leninismo. As revoltas do verão de 1956 cresceram nessa mentira obrigatória ou consentida. Seu desaparecimento liberta ainda mais aqueles que se haviam convencido dela do que os que se haviam submetido a ela, e o hábito militante faz o resto, dando a todo o episódio a alegria da reconciliação com o discurso verdadeiro. Erguendo-se contra a opressão soviética em nome das esperanças enganadas ou de suas liberdades ultrajadas, esses jovens não pretendem voltar ao passado e restaurar o que quer que seja. Eles querem salvar a idéia socialista do naufrágio para onde a arrastou a história da URSS e renovar o espírito de Outubro contra a tirania nascida de Outubro. Para estigmatizá-los, os burocratas no poder tiraram de suas gavetas uma velha palavra extraída do vocabulário de excomunhão do socialismo marxista: eles são 'revisionistas'.

Revisionistas. O adjetivo foi forjado entre a virada dos séculos XIX e XX, na polêmica entre Bernstein e Kautsky<sup>1</sup>, para condenar as teses de Bernstein como contrárias ao marxismo. Trata-se de algo mais gentil do que 'renegado', que será o termo utilizado um pouco mais tarde por Lênin contra Kautsky<sup>2</sup>: nesse meio tempo, a terminologia do desacordo virou insulto. Mas, mesmo sob sua primeira forma, ela implica a idéia de uma interpretação ao mesmo tempo nova e falsa da doutrina de Marx. O 'revisionista' é um herético surgido no seio da crença ortodoxa, de que propõe uma versão inédita, diferente da dos intérpretes autorizados. Contudo, a palavra perdeu em 1956 esse sentido claro, tirado da analogia com a religião. Ela designa um conjunto de idéias políticas que têm em comum o caráter de pertencerem em maior ou menor medida à tradição socialista, mas ao qual seria difícil atribuir um autor único ou até mesmo um espírito idêntico. O tom libertário da revolta constitui uma desforra póstuma de Rosa

---

1. Cf. *supra*, pg. 41.

2. Cf. *supra*, pg. 42.

Luxemburgo sobre Lênin, mas o apelo ao sentimento nacional não pertence nem a um nem a outro. O processo do stalinismo leva todos os espíritos a rejeitarem a 'ditadura do proletariado', que está grávida da ditadura do partido; mas ele redescobre os dilemas do pluralismo democrático, que Lênin mais ocultara do que resolvera. Devemos tratá-los à maneira reformista, como os social-democratas do Ocidente, ou à moda revolucionária, reinventando o futuro?

Reaparece aqui a idéia dos 'conselhos'. Morta depois de Kronstadt, ela ressurgiu nos escombros do bolchevismo polonês e húngaro para apavorar os descendentes do bolchevismo russo. Os dois movimentos não a extraem apenas da tradição revolucionária; ela surgiu de algumas fábricas, primeiro em Varsóvia, na primavera, e depois foi retomada em Budapeste, no outono. Ela é menos surpreendente do que parece, pois, afinal, fala às duas únicas classes urbanas que o regime deixou se não de pé, pelo menos um pouco conscientes de existir: os operários e os intelectuais. O engraçado da situação é que os setores mais ativos do comunismo — ou supostamente tais — se tornaram os setores mais ativos do movimento contra a ditadura comunista, retomando do regime que querem destruir sua palavra de ordem fundadora. De fato, esses 'conselhos operários' em novo estilo, de 1956, se parecem muito pouco com os Sovietes de Petersburgo de 1917. Como seus antecessores, eles lutam pelo pão e pela justiça; mas também, na Polônia, pela liberdade da Igreja católica e, em ambos os países, pela liberdade da nação. Os hinos patrióticos são mais frequentes do que *A Internacional*. Os professores e os estudantes festejam o povo das fábricas não como a vanguarda da luta de classes e sim como o soldado da liberdade e do renascimento nacional.

Em ambos os países, a União Soviética extingue a revolta quase na mesma época, fim de outubro e início de novembro, mas por meios diferentes. Na Polônia, o Partido Comunista, dividido, sem seu líder stalinista morto providencialmente em Moscou logo depois do XX Congresso, não perdeu todo contato, através de seus elementos liberais, com a agitação democrática e nacional. Ele tem na reserva Gomulka, que se revela o homem da situação no ponto culminante da crise: nas famosas jornadas de 19 e de 20 de outubro de 1956, em que Khrushchov, Mikoïan, Molotov e Kaganovitch, acompanhados do marechal Koniev e de uma plêiade de generais, aceitam finalmente como um mal menor, e contra garantias em matéria diplomática e militar, confiar-lhe a tarefa de canalizar o movimento revolucionário. O que se revela, já no ano seguinte, um risco bem calculado.

Em Budapeste, os russos não evitam a intervenção armada. O partido, sob Rákosi, o mais detestado dos chefes stalinistas, estava totalmente isolado da opinião pública. O país não tinha as mesmas razões históricas que a Polônia para aceitar um compromisso com a Rússia por medo da Alemanha. Em julho, a direção soviética só encontra para substituir Rákosi um de seus semelhantes, Ernő Gerő. Mudança suficiente apenas para dar ímpeto à agitação. A situação torna-se incontrolável já no início de outubro, quando toda Budapeste faz obséquias nacionais a Rajk. Ela se agrava na segunda quinzena do mês, quando os conselhos operários, os estudantes, os clubes e toda espécie de organizações nascidas de uma hora para outra dominam a rua, onde a multidão destrói o monumento de Stálin, ocupa a Rádio, massacra agentes da polícia política. É tarde demais até para Imre Nagy, o Gomulka polonês, pego na escalada das revoluções: da reivindicação de um comunismo nacional e democratizado, a insurreição passa em alguns dias à partida das tropas russas, ao fim do partido único e ao restabelecimento do pluralismo democrático, ao passo que Nagy, sem qualquer força material, negocia penosamente com os soviéticos para ampliar os limites do que pode fazer. Sem controle sobre os insurretos, não tem peso junto aos russos. Finalmente, os tanques do Exército Vermelho esmagam a revolução popular, a partir de 4 de novembro, a pedido do secretário-geral do partido, Kadár, que substituiu Gerő a 24 de outubro. Kadár inicialmente caminhou ao lado de Nagy, para dar meia-volta nessa manhã de 4 de novembro, pouco antes de partir secretamente para a URSS, para formar ali um novo governo 'operário e camponês'. O apólogo da História poderia ter sido criado por Stálin: quando a 'ordem' voltou à Hungria, à custa de uma repressão metódica<sup>1</sup>, Nagy é atraído para uma cilada pelas tropas soviéticas; preso, levado para o Leste, será julgado em segredo e morto junto com três de seus companheiros, em junho de 1958<sup>2</sup>.

- 
1. Desencadeada a 2 de outubro de 1956, a revolução húngara atinge o seu paroxismo a 22 de outubro, quando os manifestantes exigem um governo dirigido por Imre Nagy, que é instituído no dia seguinte. Já no dia 25, há choques entre as tropas soviéticas e os Combatentes da Liberdade, guarda nacional formada espontaneamente. No dia 28, um cessar-fogo é ordenado pelo governo, e os soviéticos se retiram para as cercanias de Budapeste. No dia 30, o Praesidium do PCUS adota uma resolução que decide o esmagamento militar da revolta. A 1<sup>o</sup> de novembro, 3 mil tanques soviéticos invadem a Hungria. Nagy tenta negociar, mas, no dia 3, o comandante das forças húngaras, o general Maleter, é raptado. No dia 4, Budapeste é bombardeada pela artilharia. A resistência capitula ao cabo de 3 dias, mas continua até 14 de novembro no interior. A repressão faz milhares de vítimas e é seguida de milhares de prisões; 200 mil húngaros emigram.
  2. Refugiado na Embaixada iugoslava no dia 4 de novembro, com alguns companheiros, entre os quais Lukács, Nagy aceitara deixar seu abrigo em troca de uma promessa de impunidade dada por Kadár. Seu ônibus foi interceptado por oficiais soviéticos.

Assim, a revolução húngara esmagada parece trazer de volta os mais sombrios dias do stalinismo. Para a impressão ser completa, a operação é envolvida na mais pura linguagem orwelliana: ajuda fraterna à classe operária húngara para que ela possa derrotar a contra-revolução. Contudo, é enganoso o contraste opondo aparentemente a solução 'liberal' da crise polonesa e o resultado catastrófico da insurreição húngara. Não só porque se trata, nos dois casos, de um êxito da geopolítica soviética: as fronteiras do 'campo socialista' estão intactas. Mas sobretudo porque ambos os regimes comunistas que saem dos acontecimentos de outubro de 1956 vão muito rapidamente tornar-se mais comparáveis entre si do que seria de esperar das condições de seu nascimento: Gomulka mostra-se menos liberal, e Kadár, menos stalinista do que os que respectivamente os levaram ao poder. Um e outro são velhos militantes formados na dura escola da fidelidade incondicional à URSS; presos ambos (e Kadár foi até torturado) pelo poder totalitário que haviam contribuído a estabelecer em seus respectivos países, saem da prova, depois da morte de Stálin, inalterados em suas convicções essenciais, mas praticantes de uma 'ditadura do proletariado' menos feroz para seus filhos. Encarnarão seu novo gênero, autoritário, policial, sinistro, mas suportável, com a condição de que se tome a palavra em seu sentido mais elementar: a sociedade recupera um modesto espaço de autonomia frente ao Estado. Contanto que ela não manifeste nenhuma hostilidade pública ao partido, ela não é mais obrigada a acreditar no que ele diz ou a aplaudir o que ele faz. Depois de ter desencadeado a maior crise da história do comunismo, a desestalinização revela através de seus prosaicos vencedores os limites de suas ambições, ajustadas às suas possibilidades.

As questões levantadas por ela, aliás, foram mais pelas implicações do texto do que por seu conteúdo literal, puramente descritivo e histórico. Ao acrescentar o 'culto da personalidade' ao vocabulário do movimento comunista, Khrushchov introduziu uma etiqueta a mais no repertório de seus desvios; ao dar um nome a este, que maculou a ação de Stálin, ele ao mesmo tempo o esconjurou, conforme a boa regra. Mas, no caso, esse nominalismo não pôde bastar para conter a história revelada pelo primeiro-secretário. Seu 'relatório' viu-se esquartejado entre o que contava e o que explicava: Stálin desempenhou um papel muito central na história do comunismo e foi celebrado demais como encarnação da história universal para acabar simplesmente na memória revolucionária, sob os traços pelos quais o haviam pintado, durante sua vida, seus piores inimigos.

Pois o culto da personalidade segundo Khrushchov só remete à paranóia particular daquele que a transformara num meio de dominação arbitrária. Ele con-

centra num só homem, e em sua psicologia, tudo o que um regime teve de inumano. Denúncia do stalinismo em termos stalinistas, ele faz a dupla economia da dificuldade da análise e da dor de confessar. Claude Lefort disse-o muito bem, na época: "... A nova direção, ao estigmatizar vigorosamente o culto da personalidade, nem sequer se pergunta como foi possível que ele se desenvolvesse; normalmente um culto é obra dos que o praticam, mas o culto stalinista é apresentado como obra do próprio Stálin... Com toda evidência, os dirigentes atuais, com esse tipo de explicação, não se livraram do famoso culto, mas apenas passaram, por assim dizer, do rito positivo ao rito negativo'..." Procedimento que não só dispensa de todo esforço de interpretação, mas também proíbe, muito particularmente, uma análise marxista. O relatório de Khrushchov, ao mesmo tempo que revela como verdadeiro, na palavra da mais alta autoridade comunista, um sem-número de ações e de episódios atrozes até então secretos ou negados, nada disse que permitisse pensar sob um novo ângulo o passado do movimento e seu futuro. Sobre o passado, o que ele confirmou ou revelou basta para desqualificar todos os militantes ou admiradores do comunismo no mundo, sem oferecer-lhes nenhum elemento explicativo: como se a URSS, pátria suposta da classe operária e terra predileta de uma ciência da História, pudesse cair como que por acaso sob a autoridade mortífera de um tirano. Quanto ao futuro, o retorno a Lênin, ou mesmo aos princípios de Lênin, é uma fórmula carente de sentido e meramente encantatória; ela fez parte, aliás, do repertório de Stálin. Não define nenhuma política.

Na realidade, a sorte do XX Congresso e do relatório secreto não é jogada em relação à herança de Lênin e sim em relação à gestão do universo legado por Stálin. Nenhum texto de Lênin, evidentemente, pode servir de guia sobre a maneira de dirigir o Império Soviético. Pois, apesar das aparências, esse mesmo império, criado por Stálin, obedeceu a uma lógica posterior e estranha ao leni-

- 
1. C. Lefort, "Le totalitarisme sans Staline" in *Socialisme ou Barbarie*, nº 14, julho/setembro de 1956. Artigo republicado em *Éléments d'une critique de la bureaucratie*, Gallimard, *Collection Tel*, 1979, pp. 155-235. A citação encontra-se na p. 168. Note-se, em contraste com essas linhas de Lefort, a prudência quase clerical de Sartre, que comenta assim o relatório Khrushchov, no dia seguinte do desastre húngaro: "Sim, era preciso saber o que se queria, até onde se queria ir, realizar reformas sem primeiro alardeá-las, mas progressivamente. Desse ponto de vista, o erro maior foi provavelmente o relatório Khrushchov, pois, a meu ver, a denúncia pública e solene, a exposição pormenorizada de todos os crimes de um personagem sagrado que durante tanto tempo representou o regime é uma loucura, quando uma tal franqueza não é tornada possível por uma elevação prévia, e considerável, do nível de vida da população [...] Mas o resultado foi descobrir a verdade para massas que não estavam preparadas para recebê-la. Quando vemos até que ponto, aqui, na França, o relatório sacudiu os intelectuais e os operários comunistas, percebemos o quanto os húngaros, por exemplo, estavam pouco preparados para compreender essa pavorosa narrativa de crimes e de erros, dada sem explicações, sem análise histórica, sem prudência..." *L'Express*, 9 de novembro de 1956 (citado por Branko Lazitch, *op. cit.*).

nismo, a do 'socialismo num só país'. Com efeito, ele foi concebido e organizado inteiramente como uma vasta muralha ao redor da União Soviética, formada pelos países dotados de regimes idênticos ao seu e submetidos estreitamente à sua autoridade, mesmo em matéria de política interna. Nunca a extrema centralização do movimento comunista foi mais implacável do que nesses anos do pós-guerra em que o 'socialismo' se estendeu a vários países, mas em toda parte como um decalque do sistema soviético e como um prolongamento de sua preponderância militar. A URSS aparece aí ao mesmo tempo como a fortaleza sitiada e a superpotência mundial, jogando mais do que nunca nos dois tabuleiros da fraqueza e da força.

A espetacular autocrítica de Khrushchov em Belgrado, em maio de 1955, seguida do relatório secreto (em que Tito é novamente 'reabilitado'), da dissolução do Kominform e da declaração sovieto-iugoslava de junho de 1956<sup>1</sup>, revela a vontade de renunciar às relações de dependência dos países e dos partidos comunistas relativos a Moscou. A tal ponto que Togliatti, como vimos<sup>2</sup>, já fala em 'policentrismo', numa entrevista publicada no mesmo dia que o texto assinado em Moscou por Tito e Khrushchov. Uma semana depois, porém, sem dúvida sob a pressão das notícias inquietantes da Polônia<sup>3</sup>, é dada uma marcha a ré: Togliatti é criticado pelo *Pravda*, que torna a falar do 'papel dirigente' da URSS no movimento comunista.

O episódio é significativo das ambigüidades ou das incertezas da desestalinização em matéria de organização do sistema comunista internacional. Ele ilustra o poder de desmembramento, mais do que de remodelagem, que possuiu também ali a intervenção de Khrushchov no XX Congresso. Por um lado, Togliatti escora-se na reconciliação com Tito para tentar constituir um pólo relativamente independente de Moscou. Por outro, os partidos mais reticentes frente ao relatório secreto temem mais um enfraquecimento ou um estilhaçamento do mundo comunista: com Thorez e Ulbricht à frente, eles fazem pressão sobre Khrushchov para este não abandonar em demasia as prerrogativas internacionais de Stálin. Paradoxalmente, a desestalinização, de que não gostam, dá mais força do que antigamente a suas opiniões. Pois, ao afrouxar a centralização do universo comunista internacional, ela também permitiu que os partidos mais ou menos nostál-

---

1. A declaração, assinada em comum por Khrushchov e por Tito no dia 20 de junho de 1956, por ocasião da viagem do chefe de Estado iugoslavo a Moscou, fala da autonomia, em cada país socialista, de suas vias de desenvolvimento, assim como da indispensável igualdade no intercâmbio de idéias entre eles.

2. Cf. *supra*, p. 521.

3. Ocorre no dia 28 de junho a grande rebelião operária de Poznan que o Exército polonês consegue esmagar, mas que, a partir de reivindicações de salários, chegou a palavras de ordem anti-soviéticas.

gicos da grande época pesassem mais nos conclaves ou nas consultas internas. No mesmo momento em que estes sentem saudade da disciplina do Komintern ou do Kominform, eles passam a gozar de uma maior influência, que adquiriram com seu afrouxamento.

O partido chinês, enfim, ganhou com os acontecimentos do XX Congresso um lugar essencial no dispositivo comunista internacional. Esse lugar lhe prometia ao mesmo tempo o peso da China no mundo, a autonomia da vitória revolucionária de 1949 e o brilho da personalidade de Mao Tse-tung. Mas Stálin, na época, monopoliza a glória de estar no comando do movimento. Contudo, o partido chinês não fica muito contente com a condenação do culto da personalidade no XX Congresso. Pois Mao, sob Stálin, teve seu culto 'secundário', como todos os chefes nacionais; e, depois de Stálin, ele pode esperar o primeiro papel do repertório. Quem poderia disputá-lo com o chefe da Longa Marcha? O fim da Guerra da Coreia, em 1954, diminuiu a dependência da China com relação à União Soviética. E os chefes do partido chinês, com Mao e Chu En-lai à frente, influem com uma autoridade maior nas decisões do movimento. Khrushchov foi vê-los já no outono de 1954. Eles encorajaram a autonomia polonesa, apoiaram Gomulka no outono, mas encorajaram a intervenção dos tanques soviéticos em Budapeste (ao mesmo tempo, aliás, que os partidos tcheco, romeno, búlgaro e alemão oriental). No fim do ano, mandam publicar no *Quotidien du Peuple* de 29 de dezembro, sob um título que revela a ambição 'teórica' do texto, as "Novas considerações sobre a experiência histórica da ditadura do proletariado". Trata-se de responder a um discurso de Tito, pronunciado a 11 de novembro, no qual o chefe iugoslavo, embora concedendo a triste necessidade da intervenção soviética na Hungria, lamentava que Kádár não tivesse sabido apoiar-se nos conselhos operários. Ao que o jornal chinês responde que o 'imperialismo' foi a causa fundamental da insurreição húngara, antes de reduzir a crítica a Stálin a proporções controláveis. Se realmente houve, de sua parte, tendência ao 'chauvinismo de grande potência', portanto à dominação do vizinho e até do irmão, de qualquer forma, "se fizermos questão de falar em stalinismo, podemos dizer que o stalinismo é antes de tudo o comunismo, é o marxismo-leninismo<sup>1</sup>".

A invasão soviética da Hungria, portanto, foi acompanhada por comentários que chegam a questionar, mais ou menos de forma explícita, o que disse Khrushchov no XX Congresso. Não há nenhuma surpresa nisso, pois a insurreição húngara finalmente colocara a todo o movimento comunista, stalinista e anti-stalinista, uma questão de vida ou de morte. Ela transbordara de seu leito,

---

1. F. Fejtő, *op. cit.*, t. II, cap. 6, p. 143.

ou melhor, do leito que lhe reservara antecipadamente o XX Congresso: o do comunismo regenerado. Pois esse comunismo devia ainda permanecer ligado ao conjunto do campo, ao passo que Nagy acabara evocando um estatuto de neutralidade. E ele ainda devia conservar o poder apenas nas mãos do Partido Comunista ou de seus associados, ao passo que Nagy acabara fazendo ressurgir o pluralismo político. Pela primeira vez desde 1917, aparecera em Budapeste o espectro da reversibilidade do comunismo<sup>1</sup> em capitalismo. Tito, em 1948, mesmo excluído, mesmo separado do campo, jamais renunciara ao monopólio do partido; ora, Nagy ilustrara esse precedente ainda mais temível do que um comunismo nacional: um comunismo suicida.

A demonstração feita pelos acontecimentos de 1956 reside, portanto, na incapacidade em que se viram Khrushchov e seus amigos de redefinir uma outra política em seu próprio campo, a partir das revelações feitas no XX Congresso. A ‘desestalinização’ não é nem uma filosofia, nem uma estratégia, nem uma idéia, nem um programa. A palavra só tem e só teve uma força de dissolução, um potencial de desordem. Entendido como um reexame do passado, ele pôs em xeque os dois motores do regime soviético, a ideologia e o terror. O sistema expôs às iras da opinião — do que dela resta — seus atores principais, formados numa dura e longa escola, no momento em que uma certa liberdade é devolvida a suas vítimas. Situação muito mais delicada do que a de um regime autoritário que procura liberalizar-se, já que aquele regime faz algo muito diferente: renega o que adorou e dá a palavra aos que feriu, com a condição de estes fazerem um novo contrato exclusivo com o partido de que foram vítimas. Essa cláusula, implicando a manutenção de um mínimo de terror, impede que a crítica a Stálin renove o repertório do movimento comunista. A insurreição de Budapeste mostrou o impasse, encurtou o caminho. Mao Tse-tung encerra a cerimônia.

O balanço desse ano capital da história do comunismo é duplo: início da desagregação do bloco e fim do mito unificado de que é portador.

Khrushchov desejara uma ampliação. Como prêmio de sua reconciliação com Tito, ele pretendia estabelecer entre os partidos comunistas relações mais iguais e intercâmbios mais verdadeiros; e até mesmo agregar ao ‘campo da paz e do socialismo’, para além de uma Iugoslávia que voltou a ser amiga, mas permanece intransigente sobre a originalidade de seu regime, uma nebulosa de Estados do Terceiro Mundo, de um socialismo de ortodoxia mais do que duvidosa. Como a desestalinização devia reforçar a autoridade moral da União Soviética, a coexistência pacífica a tornaria o centro da dinâmica de progresso destinada a reduzir

---

1. A idéia é discutida por F. Fejtö, *Histoire des démocraties populaires*, op. cit., t. 2, cap. 5, p. 127.



como uma pelica\* a parte do mundo que permanece sob o jugo do imperialismo. Hipótese duplamente ilusória, pois a denúncia de Stálin estende a suspeita do acusado aos acusadores e o recuo da ameaça de guerra tende a fazer desaparecer uma das maiores razões de ser da centralização, sem lhe oferecer outras novas.

No final de 1956, essas lógicas associadas deram os seus frutos. O mundo comunista viu-se dividido entre os ultras e os adversários da desestalinização. Os primeiros acabaram por questionar, na Hungria, os próprios fundamentos do regime comunista. Os segundos, por sua resistência ao novo curso de Moscou, comprometeram essa tradição de extrema centralização, de cujo inspirador e de cuja época sentem secretas saudades. Os dois lados fizeram juntos o trabalho do 'policentrismo'.

Sobre esse enfraquecimento geral da autoridade de Moscou, veio enxertar-se o prestígio crescente da China revolucionária e do personagem de Mao — o único comunista, juntamente com Tito, que, desde Lênin, conquistou o poder por si mesmo. As outras Repúblicas satélites o receberam do Exército Vermelho. Tito o tomara sozinho, já antes do desmoronamento nazista, e apesar de Stálin<sup>1</sup>. Mao, durante toda a sua ação, orientara a estratégia do Partido Comunista Chinês independentemente de Moscou: a dimensão da China dava a essa independência um formidável poder de desunião potencial. Os sucessores de Stálin compreenderam isso, mas não poderão esconjuram a sua ameaça por muito tempo, sem renunciar à sua prerrogativa no movimento comunista internacional. Mao apoiou-os no caso húngaro, mas não sem algumas ressalvas de doutrina, que deram a esse apoio um caráter implicitamente condicional. A China é, de qualquer forma, imensa, povoada e central em demasia para ser uma parceira submissa da política mundial da URSS. A desestalinização à maneira de Khrushchov lhe fornecerá o espaço ideológico de sua independência como Estado.

---

\* *Peau de chagrin*, no original. Trata-se de uma expressão que tem origem num romance de Balzac, *La peau de chagrin*, cujo protagonista é possuidor de uma peça de pelica mágica que vai encolhendo à medida que vai realizando os desejos de seu dono (N. do T.).

1. Dirigente do Comitê Antifascista de Libertação Nacional, Tito e seus partidários escapam à aniquilação graças à capitulação dos italianos em setembro de 1943. No outono, ele recebe o apoio dos britânicos, que abandonam o monarquista Mihailovic e seus *tchetniks*, que pouparam os alemães e os italianos. Em cada comuna libertada, estabelece-se um comitê popular encarregado da administração, e cada região é dirigida por um conselho antifascista controlado pelos comunistas. Essa estrutura é duplicada pela dos comissários políticos que fazem a ligação entre o Exército de Libertação e as autoridades civis. Tito torna-se o senhor do país com a chegada do Exército Vermelho, que ajuda os partidários a tomar Belgrado a 20 de outubro de 1944. A guerra prossegue até maio de 1945, com o exército popular entregando-se a massacres na Eslovênia, onde se refugiaram croatas e *ustachis*.

É, portanto, o fim do 'socialismo num só país'. O sistema sobrevivera, apesar do cisma iugoslavo, à absorção dos Estados-Nações da Europa central e oriental no interior de um império quase tão centralizado quanto a própria União Soviética. Mas a morte de Stálin, seguida da 'desestalinização', deu espaço às forças centrífugas, pelo duplo efeito do afrouxamento do terror e de certa margem de manobra no interior da ideologia. Esse movimento começa, muito naturalmente, na periferia européia do império e encontra bastante rápido os seus limites, mas não seu fim: as revoltas de 1953-1956 deixaram nessa parte do mundo comunista, inclusive dentro dos partidos comunistas, recordações inesquecíveis. Os sentimentos nacionais, a reivindicação de democracia, o desejo de viver melhor alimentarão mais ou menos em toda parte, em doses variáveis, forças centrífugas que a URSS poderá conter mas não extinguir, tolerando melhor, aliás, os comunismos 'nacionais' de tipo Ceausescu do que comunismos 'liberais' de tipo Dubcek. Enfim, a dissidência aberta da China, encarnada até na Europa pela minúscula Albânia, já em 1960, mostra que até a hostilidade comum ao 'imperialismo' não bastou para manter a unidade de um bloco que reivindica não só a mesma doutrina como a mesma interpretação leninista dessa doutrina.

Assim, com a nova situação, se dissocia o mito soviético, atacado dos dois lados do marxismo-leninismo, pelos chineses e pelos iugoslavos, pelos albaneses e pelos italianos; assim recua a idéia comunista, ameaçada pela pluralidade. Trótski jamais conseguira dar uma vida política a um anti-stalinismo de esquerda. Depois dos poloneses e dos húngaros, Tito e Mao, associados, ao menos, pelo objeto de suas críticas, dão corpo — uma vez morto Stálin — a um comunismo anti-soviético. A idéia comunista continua forte no mundo, mas sua encarnação territorial é contestada. Roma não está mais em Roma.

É a hora do 'revisonismo': essa é a palavra que melhor exprime esse tremor da estátua em sua base. Ela evoca, para o mito soviético, o começo do fim, sem, porém, designar uma figura que o substitua: ao contrário de seu emprego primeiro, que visava rejeitar um dissidente para fora da ortodoxia, ela está agora à disposição de quase todo o mundo, dentro de uma corrente de acusações recíprocas, como se houvesse se perdido até a idéia de um modelo. Khrushchov bem que evitou usar o termo, preferindo à idéia perigosa de uma 'revisão' a afirmação tranquilizadora de um retorno ao leninismo, como se a revolução tivesse apenas a tradição como guia. A incoerência desse propósito é que ele é, contra a vontade, mais sucessor do que restaurador. Ele é legatário de uma herança gigantesca, que comporta a ruína agrícola, a industrialização burocrática, uma sociedade nova, o Império Soviético estendido até Praga, a corrida armamentista, o movimento comunista enregelado pela servidão. Ele tem tão pouca possibilidade de voltar a Lênin quanto Luís XVIII

tinha, em 1814, de restaurar o Antigo Regime. Ao atacar Stálin, na realidade ele abriu o caminho para a revisão, sem o saber e, mais ainda, sem o querer.

Os iugoslavos foram os primeiros a tentarem isso, em 1948, e a viagem de reconciliação de 1955 reconheceu-lhes o direito para tanto. Direito de que eles se valeram, aliás, com moderação, pois Djilas<sup>1</sup> e, depois dele, Kardelj<sup>2</sup> são condenados por Tito por terem criticado o monopólio político do partido. No ano seguinte, os acontecimentos poloneses e, mais ainda, húngaros mostraram a inconsistência de uma mera 'correção' dos erros passados. Para além do terror, eles questionaram a miséria dos operários, a ausência de democracia política, a servidão nacional. Na Hungria, a 'revisão' chegou a ameaçar o próprio regime. Nos dois casos, sua amplidão chocou-se apenas com os imperativos da geopolítica e da razão de Estado soviética. Com isso, a idéia de um socialismo reconciliado com a democracia e com a nação sobrevive a seu fracasso com grande força, tanto mais que recebeu o apoio espetacular dos intelectuais e dos operários. Ela não cessará mais de agir nas sociedades da Europa central e oriental, até mesmo por dentro de seus partidos comunistas.

Em sentido inverso, nos anos seguintes, Mao e os comunistas chineses teimam em esconjurar essa ameaça doravante constante à ideologia do movimento: primeiramente, ajudando os soviéticos a tapar o buraco, em 1956-1957, e depois reivindicando para si mesmos o privilégio da ortodoxia. A unidade já não é comprometida sobretudo pelos transbordamentos para além dos diques traçados pelo XX Congresso. Ela é violentamente atacada pela crítica dos homens do XX Congresso. Eis que o próprio Khrushchov se tornou o 'revisionista' por excelência, no sentido mais clássico do termo: coveiro do comunismo. O lançamento do Sputnik não apagará esse começo de desagregação ideológica, ao qual não falta sequer o lado cômico, pela constituição da Albânia como pólo europeu do marxismo-leninismo 'ortodoxo'. A idéia comunista não sobreviveu por muito tempo intacta ao Império Comunista e à morte de seu fundador.

O efeito de dissociação provocado pelo relatório secreto pôde, enfim, ser observado também no comunismo ocidental, com base no exemplo de seus dois maiores partidos, o italiano e o francês. Eles nunca tiveram realmente muita simpatia recíproca; mas, tiveram, grosso modo, depois do final da guerra, vidas para-

---

1. Milovan Djilas sublinhou, já em 1953, a contradição entre a idéia de uma autonomia de gestão das empresas e das administrações e a existência de um partido único de disciplina leninista. Cf. *Anatomy of a moral*, Nova York, 1959.

2. Edouard Kardely, vice-presidente do Estado iugoslavo, ressaltou a importância dos 'conselhos operários', revelados pela revolução húngara como os melhores instrumentos políticos de uma sociedade socialista.

lelas e políticas comparáveis, uma vez que umas e outras obedecem ao mesmo centro, partidos irmãos mais pela força do que por amor, travando a mesma batalha na retaguarda do adversário.

Mas a morte de Stálin criou uma situação nova<sup>1</sup>. Thorez e Togliatti, além disso, são veteranos do Komintern, chefes de prestígio não somente em seus países, mas também em Moscou. Discípulos incondicionais de Stálin, não têm as mesmas razões de inclinar seu passado diante de Malenkov ou de Khrushchov. Conhecem o jargão político o bastante para compreenderem o que está sendo preparado em Moscou desde 1953, por trás dos slogans da 'direção coletiva' e da ênfase dada à coexistência pacífica. O relatório secreto de fevereiro de 1956 aponta o vencedor, pelo menos provisório, da batalha de sucessão, e o preço a pagar para estar do seu lado: a denúncia do culto a Stálin. O movimento comunista descentralizou-se *de facto* no momento em que oferece a seus grandes barões a opção mais difícil de suas vidas, já que se trata de suas próprias identidades.

Thorez e Togliatti logo tiveram conhecimento do relatório secreto, em Moscou. Eles estão no comando de partidos muito poderosos, demasiado implantados em seus países para que uma revisão, mesmo dessa dimensão, ameace a sua existência, como no caso do que resta do comunismo americano<sup>2</sup>. Mas como manobrar para minimizar o estrago, ao mesmo tempo que se dissocia o cargo e a pessoa deles desse 'culto da personalidade' de que foram a um só tempo os instrumentos, os imitadores e os beneficiários? Como o mostrou Marc Lazar, os dois líderes adotam, durante dois meses, na primavera de 1956, uma tática comparável, fazendo antecipadamente a parte do fogo, pois o texto completo do relatório secreto ainda não é conhecido, mas lembrando também os méritos de Stálin na construção e na vitória do socialismo soviético. Eles compartilham um mesmo desprezo pelo amadorismo de Khrushchov, que os expõe, a eles e a todo o movimento, a riscos tão inconsiderados; porém, eles tomam caminhos diferentes já em junho, quando as 'revelações' do primeiro-secretário, agora publicadas *in extenso*, chegam ao público. Togliatti dá, então, a sua famosa entrevista a *Nuovi Argumenti*, que o situa na ala 'revisionista' do comunismo, ao lado de Tito; esboça uma interpretação do 'culto da personalidade' menos estreita do que a de Khrushchov, questionando uma degenerescência burocrática do regime soviético; ele defende a idéia de um 'policentrismo' do movimento<sup>3</sup>. Thorez, por

---

1. Marc Lazar, *Maisons rouges. Les Partis Communistes Français et Italien de la libération à nos jours*, Aubier, 1992.

2. David A. Shannon, *The decline of american communism. A history of the CP of the United States since 1945*, Harcourt, Brace, 1959.

3. A idéia é inicialmente soviética, proposta pelo XX Congresso. Mas é abandonada por Khrushchov entre fevereiro e junho de 1956.

seu lado, continua a falar do relatório 'atribuído ao camarada Khrushchov' e procura tornar a fechar, mal aberto, o processo de Stálin. Apóia-se na reação negativa da direção soviética à entrevista de Togliatti. Uma delegação do partido francês enviada em busca de notícias a Moscou volta trazendo a resolução soviética de 30 de junho', já menos avançada no que diz respeito ao relatório secreto quanto aos 'erros' de Stálin, e sublinhando, contra Togliatti, o papel dirigente da URSS no comunismo internacional.

Os dois partidos, o italiano e o francês, aprovarão ambos, em novembro, a intervenção dos tanques russos em Budapeste: o primeiro com resignação, o segundo com alívio. Na insurreição húngara, o segundo viu apenas um complô do imperialismo, e o primeiro incrimina também os erros dos comunistas húngaros. Ambos conhecem o espírito crítico de seus intelectuais; o primeiro dá maior importância ao debate público, o segundo ao argumento de autoridade nos ritos de exclusão. Quanto ao conteúdo, as respectivas posições não são muito diferentes, pois Togliatti rejeita com tanta firmeza quanto Thorez a idéia das liberdades 'burguesas' e celebra com a mesma intransigência o 'centralismo democrático' dentro do partido. Mas num sistema de ortodoxia, os menores matizes assumem um caráter de sinal. Bastou que, no VIII Congresso do Partido Italiano, em dezembro, Togliatti fizesse sair do fundo do baú a velha ladainha da 'via italiana para o socialismo' para que os camaradas franceses denunciassem ali, por intermédio de Roger Garaudy, um risco de desvio oportunista<sup>2</sup>. Menos de um ano depois do relatório secreto, tudo se passa, portanto, também no Oeste, como se o efeito mais claro da desestalinização tivesse sido não uma visão mais verdadeira do passado e sim uma nova disposição das forças. Depois da morte de Stálin, o comunismo está menos emancipado de suas mentiras do que da mão de ferro que mantinha unidos os seus diferentes ramos.

Com isso, ele revela uma característica que será muito mais visível trinta e poucos anos depois, com Gorbachov: sua incapacidade para a reforma. Ele permite misturas no interior da ideologia, o que possibilita concessões à diversidade nacional do movimento. Mas o papel que a ortodoxia 'doutrinal' continua a desempenhar em seu seio restringe o alcance real dessas misturas e, ao mesmo tempo, torna absurdamente significativo o menor de seus matizes: assim, o universo comunista tornou-se mais dividido, sem deixar de estar fundamentado numa mentira universal. Existem, agora, um comunismo russo e um comunismo chinês, um comunismo alemão oriental e um comunismo

---

1. Cf. *supra*, p. 521, nota 1.

2. Marc Lazar, *op. cit.*, cap. 3, p. 101.

iugoslavo, um comunismo italiano e um comunismo francês etc. Filhos mais ou menos próximos de uma mesma família, mas que reivindicam todos o patrimônio, e unidos pelo que os separa: morto Stálin, os 'revisionistas' estão mais ou menos em toda parte, ou seja, mais ou menos em lugar nenhum. Eles oferecem *sursis* e até oportunidades de proliferação ao enfraquecimento do mito central.

Quando começa essa interminável recauchutagem, que vai ocupar a esquerda ocidental até o desaparecimento dos regimes comunistas, um escritor soviético fez, por sua vez, em seu país, o trabalho do luto. Já o citei. Trata-se de Vassili Grossman. Na época, ninguém o conhece no Ocidente, onde seus livros não foram traduzidos. Ninguém saberá também, naquele momento, mesmo na União Soviética, a profundidade da crise moral que vai separá-lo do comunismo e até da Rússia, entre 1952 e 1960. Pois o livro que ele escreve nesses anos<sup>1</sup>, e que assinala esse drama interior, só será publicado tardiamente, e no Ocidente, em 1980. Grossman, portanto, não exerceu nenhuma influência, intelectual ou política, sobre seus contemporâneos, russos ou ocidentais. O que, a meu ver, o torna importante está menos ligado ao reconhecimento póstumo de seu talento do que à transformação aparentemente tão rápida de um escritor soviético em escritor anti-soviético: o primeiro do pós-guerra, se pensarmos em Soljenitsin, que o segue de perto, mas com brilho.

Vassili Grossman é um judeu russo, nascido em Berditchev, no coração judeu do Império Russo, em 1905. Depois dos estudos técnicos em Kiev e depois em Moscou, trabalha alguns anos como engenheiro, antes de ceder à sua vocação literária, encorajado por Gorki. Entra na profissão em 1935, com uma primeira coletânea de narrativas, uma das quais intitulada *Dans la ville de Berditchev* (*Na cidade de Berditchev*<sup>2</sup>), publicada separadamente no ano anterior. O título anuncia uma história judia, mas é o contrário: numa das velhas capitais do hassidismo, Grossman põe em cena, para esconjurar o gênio do lugar, uma militante bolchevique, Vavilova, comissária política no Exército Vermelho, no momento em que a contra-ofensiva polonesa de 1920 ameaça a Ucrânia ocidental. Ela está grávida e dá à luz, entre dois combates, um Aliocha, dilacerada desde então entre o amor materno e sua paixão por retomar o combate. Os judeus dão à sua história apenas a cor local: as gritarias das mulheres, a hesitação

---

1. Vassili Grossman, *Vie et destin*, Lausanne, Julliard-L'Âge d'Homme, 1980.

2. Vassili Grossman, *La route. Nouvelles*, Julliard-L'Âge d'Homme, 1987, pp. 11-26.

dos homens em tomarem partido, a estreiteza familiar do *shtetl*. A inspiração da novela é conforme ao espírito do regime, ao mesmo tempo que às suas diretrizes: Grossman não é um escritor judeu-russo, mas um escritor soviético.

Situação bastante confortável, uma vez feito o sacrifício da independência. É uma 'situação' exatamente assim: para todo membro da União dos Escritores, a vida material é relativamente fácil. Grossman, aliás, nada tem de cínico; profissional dos temas do partido, apóstolo da boa causa, quer ainda enobrecer esses assuntos obrigatórios com um verdadeiro trabalho literário, inspirado na tradição tolstoiana. A guerra civil, a guerra de intervenção, a guerra russo-polonesa, a produção, os *kolkhozes*, a revolução, o heroísmo militar e civil dos bolcheviques: conteúdo e forma, Grossman é um bom operário do realismo socialista<sup>1</sup>. Ao contrário de Soljenitsin, ele não entra na literatura pela revolta. Nela se estabelece como numa profissão protegida que o espírito de revolta vai pouco a pouco investindo.

A guerra deveria ter selado a filiação soviética dessa criança judia das fronteiras entre a Polônia e a Ucrânia. De fato, a guerra começa a questionar essa filiação. Grossman acompanha o Exército Vermelho durante quatro anos, na qualidade de correspondente do principal jornal do exército, a *Krasnaia Zvezda*. É um dos homens que melhor conheceu esse lugar apocalíptico que foi a frente germano-russa, a terrível retirada do Exército Vermelho, Stalingrado e os violentos e sucessivos ataques da contra-ofensiva que, em dois anos, levará os pavilhões soviéticos até Berlim. Ao mesmo tempo que o patriotismo russo, ele pôde avaliar os crimes nazistas ao longo de todo o território reconquistado. Uma de suas crônicas de guerra tenta retratar o 'inferno de Treblinka'<sup>2</sup>. O escritor chegou aos lugares dos campos nazistas junto com o Exército soviético, no início de setembro de 1944, um pouco menos de um ano depois que os alemães o 'fecharam', tentando apagar os seus vestígios. Mas ele olha, desconfia, informa-se nas

- 
1. Seu grande romance anterior à guerra, *Stepan Koltchouguine*, trilogia de que só escreveu os dois primeiros volumes, conta a história de um jovem órfão, operário desde muito cedo, que se torna militante bolchevique clandestino e é deportado na Sibéria na Rússia dos czares. Ele devia tornar-se, no volume não redigido, um dos chefes do Komintern. Cf. Simon Markish, *Le cas Grossman*, Paris, Julliard-L'Âge d'Homme, 1983, pp. 46-47.
  2. Uma coletânea de crônicas de guerra de Grossman, consagradas à Batalha de Stalingrado, foi publicada em francês já em 1945, primeiro nas edições France: *Stalingrad, choses vues*. Paralelamente, na mesma época, foi publicado em brochura seu longo artigo sobre Treblinka, *L'enfer de Treblinka*, B. Arthaud, 1945. Bem recentemente, uma nova coletânea mais substancial foi posta à disposição do público francês, com o título de *Années de guerre*, Ed. Autrement, 1993, com posfácio de Alexis Berelowitch. Foram expurgados do conjunto trechos hoje considerados 'stalinistas' demais, o que é uma pena. Esse tratamento póstumo é ainda menos justificado quando se sabe que Grossman acalentou na guerra antinazista certas esperanças de liberalização do regime soviético. (Cf. Simon Markish, *op. cit.*, pp. 54-56.)

redondezas e adivinha a dimensão industrial do crime. Seu artigo, publicado em novembro em *Znamia*, constitui um dos primeiros grandes textos sobre os campos de extermínio do Leste polonês, Treblinka, Sobibor, Belzec, Birkenau<sup>1</sup>. Nenhum jornalista autorizado disse melhor do que Grossman o caráter dos objetivos da guerra antinazista. Nenhum escritor soviético teve, como ele, a imaginação da desgraça judaica e a coragem de falar sobre ela.

Um outro texto, um pouco anterior, mostra bem isso. Publicada em 1943, a narrativa<sup>2</sup> passa-se em junho de 1942, numa aldeia da Ucrânia como a que o viu nascer, no momento em que os alemães chegam e fazem reinar a ordem do ocupante. Ele conta a história da liquidação dos judeus da localidade, levados e executados em massa um pouco mais tarde, à beira de um barranco; o velho professor, herói da novela, estóico e sábio como um rabino, explica a seus compatriotas que vão morrer ‘o que se passa no mundo’: “Os fascistas criaram um grande campo de trabalho forçado universal, pan-europeu, e para se fazerem obedecer pelos presos, construíram uma imensa escada de opressão. Os holandeses vivem pior que os dinamarqueses, os franceses vivem pior do que os holandeses, os tchecos, pior do que os franceses; pior é a sorte dos gregos, dos sérvios e dos poloneses, pior ainda a dos ucranianos e dos russos. São esses os degraus da escada do trabalho forçado. Quanto mais se desce, mais sangue, escravidão e suor há. E bem lá em baixo dessa imensa prisão de vários andares, se encontra um abismo a que os fascistas condenaram os judeus. O destino deles deve aterrorizar toda a prisão européia, para que cada destino — por mais terrível que seja — pareça uma delícia comparado à sorte dos judeus. E acho que os sofrimentos dos russos e dos ucranianos atingiram agora um tal grau que chegou a hora de lhes mostrar que existe um destino ainda mais terrível, ainda mais atroz. Eles dirão: ‘Não se queixem, fiquem contentes, felizes por não serem judeus!’”

O argumento do velho professor vale o que vale. Mostra pelo menos que Grossman é um dos primeiros escritores, no mundo da época, a se interrogar sobre o genocídio judeu: sobre a ferocidade dos carrascos, mas também sobre a angústia das vítimas. “Que fazer?” diz Mandel, o limpador de chaminés. “É o destino. Uma vizinha disse para o meu filho: ‘Iachka, você não tem nenhuma

- 
1. Grossman mais ‘adivinha’ o inferno de Treblinka do que o observa, pois o campo foi destruído pelos alemães depois da insurreição, a 2 de agosto de 1943, dos membros dos Kommandos que trabalham no funcionamento da máquina de morte. Seu artigo é extraordinário, menos pela precisão documentária do que pela intuição horrorizada do que se passou nesses lugares que voltaram a ser ‘naturais’.
  2. A novela intitula-se “Le vieux professeur”, in *La route*, *op. cit.*, pp. 169-198; e “Le vieil instituteur”, in *Années de guerre*, *op. cit.*, pp. 29-66.
  3. *Op. cit.*, p. 183.



cara de judeu, foge para a aldeia'. O meu Ichka respondeu: 'Eu quero ter cara de judeu; eu vou para onde levarem meu pai!'" Grossman é como esse menino. Quer 'ter cara de judeu', apesar da ortodoxia soviética<sup>2</sup>.

Contudo, ele não se tornou judeu-russo, como Babel. Ele gostaria de ser um escritor russo, como Tchekhov, como Tolstoi, seus modelos. E a questão de sua vida continua sendo a grandeza do povo russo, em meio a uma das maiores provações de sua história. Grossman acompanhou o Exército Vermelho em Stalingrado, onde nasceu a obra que iria ocupar o resto de seus dias. É um livro concebido sob o modelo de *Guerra e Paz*, uma saga de cem personagens e de intrigas entrecruzadas, construído, porém, ao redor de uma família central, que apresenta o povo em guerra. A batalha de Stalingrado é a sua prova de fogo, e a cidade mártir devia dar seu nome à obra, que foi mudado por intervenção do poder para *Pour une juste cause* (*Por uma justa causa*). Título ao mesmo tempo mais inosso e mais 'soviético', pelo qual, depois da guerra, as autoridades chamam à ordem um autor que se tornou suspeito. O extenso manuscrito atravessa, efetivamente, um período difícil com a censura, entre 1945 e 1952: primeiramente publicado sob forma de excertos quando ainda está inacabado, é, em seguida, bloqueado por um longo tempo, porque não fala o bastante de Stálin e demasiado dos judeus<sup>3</sup>. Finalmente, ele é publicado, mas por trechos escalonados, em 1952, bem recebido pelo público, mas também objeto de um violento ataque da imprensa, teleguiada de cima, à moda soviética. O caso é contado em detalhes nos dois livros dedicados a Grossman sobre os quais baseio meu relato<sup>4</sup>.

O escritor é salvo pela morte de Stálin, que acontece logo em seguida? Sim e não. Sim, se pensarmos que ela lhe permite, sem dúvida, evitar o Gulag. Não, se quisermos dizer com isso que ele se vê, pela publicação de seu livro em 1954, reintegrado na literatura soviética. Pois ele faz a opção inversa. Isolado, ele mergulha na

---

1. *Op. cit.*, p. 193.

2. Alguns meses depois da publicação do "Vieux professeur", Grossman voltará a tratar dos massacres dos judeus na Ucrânia, com um ensaio de 12 de outubro de 1943, intitulado "Ukraine" e publicado em *Kranit Zvezda* (*A Estrela Vermelha*). Nessa época, o escritor já não fala através de fontes indiretas. No território reconquistado pela ofensiva do Exército soviético no arco Ural-Kursk, ele pôde ver os massacres dos judeus cometidos pelos nazistas na margem esquerda do Dniepr, especialmente em Babi Yar, perto de Kiev. Mas fala a respeito só de passagem, para não se expor à censura: pois a linha oficial é não reservar uma sorte especial aos crimes cometidos contra os judeus, sob o pretexto de não alimentar na URSS a idéia de uma guerra feita para defender os judeus. Informações sistemáticas sobre o genocídio judeu serão, porém, publicadas no jornal *Einikeit* (*Unidade*), órgão do Comitê Judeu Antifascista, publicado em iídiche e divulgado na Inglaterra e nos Estados Unidos. Grossman publicará aí, em novembro/dezembro de 1943, um ensaio, *L'Ukraine sans juifs*.

3. Sémion Lipkine, *Le destin de Vassili Grossman*, L'Âge d'Homme, Lausanne, 1989, p. 28.

4. Simon Markish, *op. cit.*, pp. 90-94. Sémion Lipkine, *op. cit.*, pp. 32-35.

solidão. Quando finalmente é publicado *Por uma justa causa*, na época da ‘direção coletiva’, ele começou a retomar a obra. Sob o pretexto de escrever o seu segundo volume, consagrado à própria batalha de Stalingrado<sup>1</sup>, ele faz uma segunda versão do livro: mesmo assunto, mesmos personagens, mesma ambição, mas, desta vez, livre das prudências e das concessões, com um título realmente tolstoiano, *Vie et destin (Vida e Destino)*. “Como nos ensina a tradição russa, diz Grossman a um amigo, os dois substantivos devem estar unidos pela conjunção e<sup>2</sup>.”

Que aconteceu que separa o Grossman de *Por uma justa causa* do Grossman de *Vida e destino*? O Grossman do pós-guerra, autor já suspeito, mas ainda autor soviético, que dá um giro pelas revistas autorizadas a fim de fazer publicar seu livro e tem compromissos com a censura; e o Grossman posterior a Stálin, que, aparentemente, ganhou a partida, mas entra, então, num exílio interior, reescreve um outro livro, tornado novamente um escritor russo? *Por uma justa causa* foi, enfim, publicado, em fascículos sucessivos, sob Stálin. O manuscrito de *Vida e destino* é apreendido pela KGB sob khruschov, em fevereiro de 1961<sup>3</sup>. Contraste paradoxal, que diz tudo tanto sobre o trabalho da liberdade em Grossman quanto sobre as contradições do khruschovismo.

Na realidade, o assunto do livro indica suficientemente onde teve a sua origem o desencanto do escritor: na guerra, e seu cortejo de sacrifícios e de esperanças. Mobilizando a coragem primitiva e estoica do povo russo a serviço da pátria, a guerra o pôs também a serviço da liberdade, pois o inimigo a ser vencido é a Alemanha de Hitler<sup>4</sup>. Ao mesmo tempo que uma cruzada antinazista, ela apareceu, assim, como um resgate democrático do regime, esconjurando as más recordações em nome de amanhã mais livres. A esperança de Pasternak ou de Grossman não

---

1. A narrativa de *Por une juste cause* situa-se entre junho e setembro de 1942.

2. Sémion Lipkine, *op. cit.*, pp. 44-45.

3. Grossman confiou seu manuscrito a várias revistas. Dali, ele chegou às mãos de Suslov que, recebendo o autor algumas semanas depois da batida da KGB, garante-lhe que ele deve ‘esquecer’ seu romance, e acrescenta: “talvez ele seja editado daqui a 200 ou 300 anos”.

4. Esse sentimento foi expresso de maneira sutilíssima, invertendo a relação tradicional Rússia — Alemanha, por Pasternak numa reportagem realizada na frente de batalha, em setembro de 1943, junto ao Terceiro Exército soviético, que acaba de libertar Orel. Essa reportagem foi expurgada pela censura, antes de ser publicada no jornal dos sindicatos, *Troud*, em novembro de 1943. A citação é extraída de um trecho censurado: “O que é impressionante no hitlerismo é a perda da superioridade política da Alemanha. A dignidade da nação foi sacrificada, para passar a desempenhar apenas um papel secundário. O país foi reduzido pela força a nada mais do que um comentário reacionário à história russa. Se a Rússia revolucionária precisou alguma vez de um espelho deformante que transformasse seus traços numa careta de ódio ou de ignorância, aí está ele; a Alemanha estava destinada a produzi-lo”. Cf. Boris Pasternak, *A journey to the army*, trad. de Halina Willens, in *Novy Mir, a selection 1925-1967*, Londres, Éditions Michael Glenn, 1972, p. 247.

é diferente da ilusão de Roosevelt sobre Stálin: todos eles pensaram que a guerra contra Hitler tinha uma lógica inexorável. Mas as coisas se passam de maneira diferente e o regime de Stálin sai inalterado de sua vitória. Mas isso ainda é pouco: ele acrescenta os judeus à sua panóplia de ódio e de perseguição, ou pelo menos aqueles que saíram vivos do genocídio hitleriano. O anti-semitismo soviético é mais forte depois da guerra e mais encorajado pelo poder do que em nenhum outro período da história da URSS, e vai culminar na grande campanha 'anti-sionista' entre 1949 e 1953; como Grossman, esse judeu russo testemunha proposital da desgraça judaica, estaria autorizado a apropriar-se de Stalingrado, esse monumento à glória do regime stalinista?

Assim, a guerra agravou a sorte da nação. Vencida graças a extraordinárias virtudes por um povo ingênuo que confiou em Stálin, ela leva ao fortalecimento de um poder totalitário, comparável ao do vencido. Os russos, e os judeus-russos entre eles, erraram em desistir de odiar seus chefes! A guerra foi um sacrifício inútil. Esse é o espírito desesperado de *Vida e destino*, um dos livros mais tristes do século.

Com efeito, a guerra é julgada pela escravidão que permitiu vencer, mas também pela escravidão que consolidou: guerra admirável pelo heroísmo simples mostrado pelo povo russo e, no entanto, sem saída, já que só pode ter vencedores deploráveis, Hitler ou Stálin. O dilema Grossman é mais insolúvel do que o dilema Stauffenberg<sup>1</sup>. No caso do jovem aristocrata alemão, a escolha se encontra entre a derrota da pátria, que porém a libertará, e a sua vitória, que a tornará definitivamente prisioneira, junto com toda a Europa, do aventureiro nazista: escolha dramática, mas escolha possível. O caminho da liberdade e do bem passa por um calvário nacional, mas existe. Para o autor de *Vida e destino*, o cativo do povo russo é garantido nas duas hipóteses, sob Hitler ou sob Stálin. E então, que fazer? Ajudar Hitler, nem pensar. Grossman compreende o que fez Vlassov agir, mas não o aprova. As atrocidades cometidas pelas tropas nazistas na Rússia e na Ucrânia tornam ainda mais imperioso o dever natural de combater pela pátria. Mas ao defender a sua terra russa, o povo aperta o nó que o asfixia; ele entrega todas as suas forças à ditadura e ameaça exportá-la para toda a Europa... Não há, portanto, uma opção boa, mas apenas uma menos má, e também ruim, apesar da coragem que a acompanha. Existe um povo infeliz, eleito pela desgraça da época, condenado a pagar suas penas até por suas virtudes.

Essa desgraça constitui o pano de fundo do romance e o murmúrio constante dos personagens, soldados e civis. Todos vêm de tão longe, nessa ordem, que a guerra confere pelo menos um mérito a seus sofrimentos. Prova disso é essa

---

1. Principal ator da conspiração de 20 de julho contra Hitler.

velha camponesa ucraniana, Krysta Tchuniak, que um dia recolhe em seu providencial isbá o chofer Semionov, evacuado moribundo de um trem de prisioneiros feitos pelos alemães em Stalingrado. O inimigo não o alimentou. Ela se lembra de que também os seus não lhe deram de comer. Ela perdeu o marido 12 anos antes: “A aldeia estava cheia de gemidos mansos e queixosos; pequenos esqueletos, as crianças rastejavam pelo chão, nos isbás, gemendo. Os homens, com os pés inchados de água, erravam pelos quintais, incapazes do menor esforço. As mulheres procuravam alguma coisa para cozinhar, mas tudo fora cozinhado, tudo fora comido: urtigas, bolotas, folhas de tília, cascos, ossos velhos, chifres que eram guardados nos quintais, peles de carneiro... E os moços vindos da cidade iam de casa em casa, passando diante dos mortos e dos agonizantes, abriam os porões, cavavam buracos nos celeiros, sondavam o chão com bastões de ferro: procuravam e confiscavam ‘o grão que os *kulaks* escondiam’. Num dia de calor escaldante, Vassili Tchuniak parou de respirar. Justo naquele momento, os rapazes da cidade tinham entrado de novo em sua casa, e um garoto de olhos azuis, enrolando os ‘erres’ à russa, como Semionov, disse olhando o morto: ‘Eles resistem, esses *kulaks*, até morrerem!’”.

O outro ano negro, cúmulo do terror dos tempos anteriores à guerra, é 1937, em que aconteceram tantas prisões, e tão imprevisíveis, no Partido Bolchevique: depuração de todos os quadros do país. Por uma justa causa dera um amplo espaço aos bolcheviques, mas não à sua parte maldita. Reencontramos em *Vida e destino* os mesmos personagens, com suas tragédias a mais. O mais complexo é Krymov, o secretário do Comitê Regional de Stalingrado, veterano do Komintern e da língua estereotipada da política comunista, que, no entanto, quase foi preso em 1937-1938. Solitário, abandonado pela mulher, ele reencontra um papel em Stalingrado, onde, porém, está desajustado porque o povo renasce: “As relações entre as pessoas eram belas em Stalingrado. A igualdade e a liberdade viviam naquelas margens de lodo regado a sangue”. Internacionalista abstrato, ele perdeu o uso da linguagem do país. Finalmente, ele não escapa à prisão em plena guerra: sinal de que o reinado da denúncia permanece em vigor no partido e de que a burocracia de Stálin nada perdeu de seu poder absoluto. Sinal de que ela vai ganhar a guerra, envolta no nacionalismo, em lugar dos reais vencedores.

Daí que o anti-semitismo, objeto em toda parte, depois da guerra, de uma interdição moral, sobrevive e até mesmo prospera, encorajado pelo Estado, na União Soviética de Stálin. Patriota russo, Grossman tem a obsessão do massacre

---

1. *Vie et Destin*, *op. cit.*, p. 530.

2. *Ibid.*, p. 213.

dos judeus pelos nazistas: personagem raro e até excepcional num país onde a língua oficial só conhece as vítimas do nazismo em geral e onde o que existe de oposição 'russa' ao soviétismo tende a censurar os judeus por sua participação no movimento comunista. Ele considera o genocídio anti-semita o acontecimento distintivo da primeira metade do século, "período do extermínio total de enormes massas da população judia, extermínio que se baseou em teorias sociais ou raciais", e acrescenta: "O mundo atual cala-o com uma discrição muito compreensível". Observação verdadeira mais ou menos em toda parte, mas de modo eminente na URSS, onde o anti-semitismo está no auge depois da guerra, sob a mesma forma estatal que teve na Alemanha: "Nos Estados totalitários, em que a sociedade civil não existe, o anti-semitismo só pode ser estatal. O anti-semitismo estatal é o sinal de que o Estado procura apoiar-se nos idiotas, nos reacionários, nos fracassados, na burrice das superstições, na vingança dos esfomeados. Em seu primeiro estágio, esse anti-semitismo é discriminatório... Depois, o anti-semitismo estatal passa à etapa do extermínio"<sup>2</sup>.

Assim, o livro de Grossman é organizado inteiramente ao redor da comparação dos dois totalitarismos em guerra um contra o outro, privando, assim, da vitória o povo russo, pois seu confronto não tem um lado da liberdade. Combatendo o comunismo, Hitler promete uma servidão comparável, talvez pior. Combatendo o nazismo, Stálin procura estender seu poder absoluto. Ambos querem destruir o que há de mais nobre no homem, o instinto de liberdade. Condenam-no a um *destino* de escravo, ao passo que a *vida* humana consiste em ser livre; livre como os soldados que defendem Stalingrado.

Daí a importância do tema dos campos de concentração, a instituição comum aos dois regimes, através do qual Grossman retrata de modo romanesco o tema de Hannah Arendt (que ele parece não ter lido). Sua narrativa não se cansa de passar e repassar dos campos de concentração alemães aos campos soviéticos e vice-versa: do mundo dos *zeks* na taiga siberiana ao dos prisioneiros, russos e não-russos, enquadrados pelas torres de vigia nazistas. Uma noite de 1943, por trás de uma dessas torres, no bloco especial onde estão confinados velhos bolcheviques que são objeto de um interesse especial da parte da Gestapo, um deles, um comandante soviético feito prisioneiro em Stalingrado, só encontra para definir o sentido da guerra o ódio que o fascismo tem pelo comunismo. Ele retoma para uso dos companheiros o argumento de Stálin: "Ele tem razão, o nosso pai, o ódio dos fascistas deve nos alegrar. Nós os odiamos e eles

---

1. *Vie et destin*, p. 197.

2. *Ibid.*, p. 459.

nos odeiam. Você entende? E agora, pense no que representa encontrar-se num campo mantido pelos seus. Prisioneiro dos seus camaradas. Isso é uma desgraça. Enquanto aqui, não é nada. Nós somos homens fortes, e ainda vamos mostrar isso aos alemães!”

Um pouco mais adiante no livro, no mesmo campo, Grossman põe em cena a mesma idéia sob uma forma diferente, pois a comparação entre Hitler e Stálin é tecida, desta vez, por um oficial nazista. O comandante do campo, Liss, um SS convicto, mandou chamar em seu escritório um velho militante bolchevique, Mostovskoi, preso sob o czarismo, pilar do Komintern, incondicionalmente fiel e, contudo, afastado, antes da guerra, por ter gostado de Bukharin. Ele lhe fala do caráter intercambiável de seus papéis: “Vinte horas de vôo e você está em casa, na União Soviética, em Magadan, instalado na poltrona de um comandante de campo. Aqui, em nossa casa, você está em casa, mas simplesmente não teve sorte... Quando nos olhamos, não olhamos apenas um rosto odiado, olhamos um espelho. É possível que vocês não se reconheçam em nós? Que não reencontrem a sua vontade em nós? O mundo não é, para vocês, como para nós, vontade? Existe alguma coisa que os possa fazer hesitar ou deter?” Assim, a guerra travada pelos nazistas não tem nenhum sentido intelectual ou moral, a despeito do sobreinvestimento ideológico de que é objeto. Ela só se nutre dos ódios nacionais, dos dois lados, ao passo que envolve ‘formas diferentes de uma mesma essência: o Estado-Partido’. Se a Alemanha de Hitler for vitoriosa, ela permanecerá sozinha diante dos povos, sem parceiro para dividir o peso desse ódio. Se for vencida, o nazismo continuará a viver escondido no triunfo do comunismo: mesmo o ódio aos judeus poderá ser retomado por Stálin.

Mostovskoi, desconcertado pela situação, é por um instante tomado pela vertigem para onde o arrasta o inimigo. Entrevê que, para refutar o discurso do oficial SS, precisaria reabilitar as idéias e os homens que também ele aprendeu a detestar, devolver uma dignidade filosófica à moralidade ou à religião, dar razão aos cristãos ou aos tolstoianos, e até aos mencheviques, em suma, renegar Lênin e Stálin. Mas essa desorientação fugaz cede seu lugar à realidade da situação, que o leva de volta à sua fé política, condição de sua estabilidade psicológica e moral. Mostovskoi pensa na História, que está do seu lado. Mas encontra o refúgio mais seguro na relação amigo/inimigo, pela qual pode reencontrar intacto o seu ódio ao adversário.

---

1. *Vie et Destin*, p. 40.

2. *Ibid.*, p. 371.

Não creio que seja preciso interpretar essa cena de *Vida e destino* como uma maneira de ilustrar a equivalência no mal dos dois regimes cujos exércitos se enfrentam em Stalingrado. O discurso da identidade é posto pelo autor na boca do oficial SS, que o pronuncia por espírito de provocação e para sondar o moral do adversário<sup>1</sup>: o que é uma primeira maneira de relativizar o seu alcance. Por outro lado e, sobretudo, para Grossman, a batalha de Stalingrado não envolve dois inimigos igualmente detestáveis; pelo contrário, os soldados russos lutam para defender sua terra, vir em socorro da pátria, salvar a liberdade: mesmo os comunistas, já que governam o país, são envolvidos nessa justa causa, ainda que temporariamente. O heroísmo do Exército Vermelho serve a moral e a justiça, salvando os bolcheviques das conseqüências de sua própria doutrina. Assim se explica o aparente paradoxo, segundo o qual o escritor russo que foi mais obediado pelo massacre dos judeus europeus entre 1941 e 1945 seja também aquele que retrabalhe constantemente o paralelo entre nazismo e comunismo. Se o martírio judeu é onipresente em *Vida e destino*, da reconstituição dos guetos à câmara de gás, é porque ele define o crime nazista como inaudito; e, com isso, ele confere seu sentido mais claro ao combate do povo russo. Mas o que o massacre dos judeus tem de particular não suprime o que conservam de comparável tanto as filosofias do poder quanto a negação da liberdade em ambos os regimes. A justa guerra do povo russo em nada diminui o niilismo bolchevique, que se dissimula melhor do que nunca sob o ódio ao nazismo. E a vitória do povo russo marcará, também, a hora de um cativeiro sem saída. Os vaticínios de Liss são também profecias *post factum* do autor<sup>2</sup>.

Há algo de Soljenitsin em Grossman. O mesmo amor do povo russo, a mesma compaixão por sua desgraça injusta e por sua bondade traída, a mesma condenação radical do regime soviético e da ideologia bolchevique, o mesmo senso do religioso, laico em um, cristão no outro. E Soljenitsin é preso enquanto servia o Exército, alguns meses antes do fim da guerra, como se encarnasse antecipadamente por sua vida o pessimismo absoluto de *Vida e destino*. Melhor ainda: em sua chegada ao Gulag, ele é recebido, com os que vão presos junto com ele, pelo grito “Aí estão os fascistas!” Grito de alegria, pois significa a liberdade para os delinqüentes de direito comum, anistiados por Stálin em come-

- 
1. *Vie et destin*, p. 444: “Liss só queria verificar algumas hipóteses, na esperança de escrever um trabalho sobre ‘a ideologia do adversário e seus líderes’”.
  2. O argumento é desenvolvido por Simon Markish, *op. cit.*, pp. 111-112.
  3. Alexandre Soljenitsin, *L'Archipel du Goulag, 1918-1956, Essai d'Investigation Littéraire*, Paris, Le Seuil, 1974, t. II, p. 143, terceira parte, cap. 6, “V’là les fascistes”.

moração ao fim da guerra. “Os de direito comum, que sempre nos odiaram ou desprezaram, agora nos olhavam com amor, pois éramos os que iriam substituí-los. E esses mesmos prisioneiros de guerra que haviam aprendido no cativeiro entre os alemães que não há nesta terra nação mais desprezada, mais abandonada, mais estrangeira e mais inútil do que a russa, agora, saltando de seus vagões vermelhos e de seus caminhões sobre a terra russa, descobriam que, no seio mesmo desse povo de reprovados, eles eram a tribo mais desgraçada, mais miserável!” Assim, Soljenitsin escreve a continuação de *Vida e destino*. Os heróis de Grossman, transformados nos *zeks* do Arquipélago, são marcados como infames pelo poder que salvaram; e estigmatizados através da ideologia do inimigo que venceram. Prova de que Stálin precisa mais do que nunca, contra a evidência, do fascismo depois do fascismo, tão indispensável se tornou o antifascismo à mentira do seu poder. Um dos móveis mais profundos de *Vida e destino* é esse desvelamento sutil da conivência secreta que liga o nazismo ao comunismo, mesmo pela guerra.

Grossman não sobreviveu muito tempo ao confisco de seu manuscrito. Morreu em 1964, pobre e desesperado, pensando em seu livro perdido<sup>2</sup>. Das seis categorias de enterro a que podiam pretender os escritores soviéticos, ele obtém com dificuldades a quinta, graças à intervenção de seu amigo Semion Lipkin<sup>3</sup> e em consideração ao que havia sido antes de *Vida e destino*. Privilégio ínfimo e contudo excessivo, já que Grossman já não era um autor soviético. O mundo descobrirá nele, 20 anos mais tarde, um grande escritor russo de origem judia, que é também uma das mais profundas testemunhas do século. No período inaugurado pelo XX Congresso, o romance russo reinventou, com ele, a sua tradição.

---

1. Alexandre Soljenitsin, *L'Archipel du Goulag, 1918-1956, Essai d'Investigation Littéraire*, Paris, Le Seuil, 1974, t. II, p. 142.

2. Teve, porém, o tempo de escrever *La paix soit avec vous*, resultado de uma viagem à Armênia, que ele terminou em 1963, e uma narrativa admirável, *Tout passe*, também terminada às vésperas de sua morte e publicada já em 1970 no Ocidente (Em Frankfurt-Main). Edições francesas: *La paix soit avec vous, notes de voyage en Arménie*, prefácio de Simon Markish, Paris, Éd. de Fallois-L'Âge d'Homme, 1989. *Tout passe*, Paris, Julliard-L'Âge d'Homme, 1984.

Quanto a *Vie et destin*, um exemplar do romance, batido à máquina, que escapara à busca da KGB, chegou ao Ocidente em 1974, graças a Andreï Sakharov, que fizera microfílm dele e os passara, “ao Oeste”, a Efim Erkind. O texto completo só foi publicado, em russo e em francês, em 1980.

3. Sémion Lipkine, *op. cit.*, pp. 123-126.



## Epílogo

Há algo de acidental na denúncia de Stálin por seu sucessor. Khrushchov inflama-se tanto que sentimos haver no 'relatório secreto' ao XX Congresso mais do que um cálculo político: a voz de um homem que quebra um tabu e que, levada pelo escândalo do que diz, perde o sentido de seu próprio efeito. Naquela data, por uma noite, Khrushchov aboliu as leis da língua estereotipada da política soviética.

Contudo, seu discurso inscreveu-se também numa lógica da necessidade, ou, se preferirmos, da sucessão. Não existem, na História, regimes muito identificados com a existência de um homem que tenham sobrevivido intacto à morte do único detentor da autoridade. O caso de Stálin não foge à regra. A passagem de um poder tão exorbitante quanto o seu para uma só pessoa não é aceitável para nenhum dos herdeiros presuntivos. Daí a declará-lo ilegítimo, a distância é fácil de percorrer, uma vez que a palavra de ordem de uma 'direção coletiva' soa melhor nos anais do marxismo do que as proclamações de devoção a um Guia. Se a doutrina não é muito utilizável para interpretar o que se passou, ela continua indispensável para apropriar-se do presente e do futuro.

Em larga medida, a partitura da era pós-Stálin estava, pois, escrita antecipadamente, sobre uma música clássica: mudança e continuidade. A contribuição de Khrushchov é o talento mais improvável num *apparatchik* formado na escola do silêncio e do medo: o senso da dramatização e o gosto pelo risco. Mas, com isso, ele dá a essa primeira crise de sucessão o antegosto de um fim. Denuncia o terror, de que foi um dos braços. Rebaixa Stálin, que celebrou. Trata muito brutalmente o passado do regime, para não atingir sua lenda. Ele precisa da desestalinização para realizar em proveito próprio a transmissão do poder soviético.

Mas, ao escolher assumir essa sucessão de modo descontínuo, ele põe em questão o seu fundamento ideológico. Pela autoridade suprema do movimento, os comunistas na URSS e no mundo foram desapaosados de uma parte essencial de seu passado, de que permanecem, porém, os filhos. Nada será como antes.

Não que o sistema tenha tremido em suas bases dentro da União Soviética. As rivalidades entre chefes não abalaram minimamente a ditadura do partido sobre o país. A execução às escondidas de Beria não provocou mais reações do que as de Zinoviev ou de Bukharin, na grande época dos processos; o afastamento de Molotov, de Malenkov e de Kaganovitch do Comitê Central, em junho de 1957, ou o do marechal Jukov, em outubro, tampouco tocaram uma 'opinião pública' nascente. E, já em março de 1958, Khrushchov acumula, como Stálin, os dois postos-chave de primeiro-ministro e de primeiro-secretário do partido. Ei-lo senhor, por sua vez, do poder absoluto, através do controle do partido, e logo festejado como um homem de Estado de uma sabedoria incomparável, seja qual for o caráter de suas iniciativas ou de suas fantasias.

A novidade de seu reinado não se encontra, pois, numa mudança das instituições políticas do regime: o Partido Comunista continua sendo o senhor único e todo-poderoso, a KGB não tolera nenhuma oposição. Ela tampouco está nas reformas econômicas: a socialização de toda a produção e das trocas nas mãos do poder e a gestão burocrática da economia continuam sendo as pedras angulares da sociedade, como demonstra o fracasso dos vastos projetos agrícolas do primeiro-secretário. Enfim, sua política estrangeira descende em linha reta da de Stálin: fortalecer o campo socialista e, se possível, estendê-lo, à custa do imperialismo, através de um formidável esforço técnico em matéria militar. Ou, na falta disso, de uma verdadeira ferocidade política: o muro de Berlim, essa invenção tão extravagante que até parece saída de uma outra era da humanidade, data de 1961. Khrushchov proclama mais ou menos em todo o mundo que está mais fiel do que nunca à ambição de todo o bolchevique: enterrar o capitalismo.

O que, então, deu esse estilo iconoclasta à sua ação e ao seu personagem a sua reputação duradoura? Simplesmente o fato de que ele encarnou o fim dos assassinatos políticos e do Terror de massa. Ele venceu os seus rivais, mas não os liquidou e, aliás, eles se desfarrarão dele, em 1964, devolvendo-lhe na mesma moeda. Nada fez para reduzir a arbitrariedade da polícia de Estado, e até instituiu, em 1957, a caça aos 'parasitas', oferecendo, assim, um alvo às denúncias e um pretexto à KGB. Mas o país não será mais submetido a repressões comparáveis ao martírio do campesinato ucraniano, ao Terror dos anos 1936-1938 ou à deportação em massa de pequenos povos. Aliás, não foi isso o que disse o relatório secreto? Khrushchov não fez ali uma profissão de fé liberal; não apresen-

tou uma idéia política nova; não imaginou um novo socialismo; em Stálin, não atacou o sistema, nem sequer todos os métodos, mas simplesmente o que o terror teve ao mesmo tempo de horrível, de universal e de quase louco.

A União Soviética, sob seu reinado, passa do estádio totalitário ao estádio policial. Emprego os dois adjetivos menos para definir com uma precisão ilusória dois estados de uma sociedade política que para assinalar sua evolução, fixando-lhe termos. É claro que sob Khrushchov, e também após ele, a URSS conserva características totalitárias: por exemplo, a vontade do poder de controlar o pensamento através da linguagem e de ter um povo que só possa falar através do vocabulário e das palavras de ordem impostas de cima. Mas se essa vontade continua a ser inseparável da ditadura do partido, já que esta se exerce, hoje como ontem, em nome do marxismo-leninismo, ela não é mais universalmente obedecida. Ela deixa passar, mesmo em público, vozes estranhas, que se acreditavam perdidas para sempre. Ela perdeu o poder quase perfeito que teve sobre esse vasto rumor de autocelebração que escapa da URSS há mais de um quarto de século. Outros cidadãos soviéticos começam a se fazer ouvir, para contar uma outra história.

Para transformar a URSS num espaço absolutamente estanque, de que nada pudesse sair e onde nada pudesse entrar que não fosse conhecido de antemão por sua polícia, Stálin usara de uma atenção especial para subjugar ou liquidar a *intelligentsia*: recrutara Gorki e mandara assassinar Mandelstam<sup>1</sup>. Khrushchov, pelo contrário, precisa de seu apoio. Deixa-a, não renascer, mas voltar à tona, com a desestalinização. Reserva-lhe um pequeno espaço público. Gorbatchov fará a mesma coisa, em outras circunstâncias, 30 anos mais tarde, movido, sem dúvida, por intenções comparáveis e por um mesmo diagnóstico sobre os meios. Nenhum dos dois teve o embaraço da escolha, numa sociedade cujas molas estavam quebradas. Aliás, muitos dos interlocutores de Gorbatchov ainda serão, com Sakharov à frente, aqueles que se iniciaram na oposição sob Khrushchov. Através deles, a sociedade russa reencontrou um fio de voz e mostra o caminho de um renascimento moral e político.

Não que eles tenham uma real liberdade de linguagem, e menos ainda de publicação. Quando de suas primeiras tentativas para alertar Khrushchov sua crescente oposição às experiências com a bomba de hidrogênio, no final da década de 50, Sakharov é repreendido asperamente e inicia o percurso do suspeito. Na mesma época, estoura o 'escândalo' Pasternak. Terminado em 1955, *O Doutor*

---

1. Nadejda Mandelstam, *Contre tout Espoir*, Paris, Gallimard, 3 vols., 1972-1975; Vitali Chentalinski, *La parole ressuscitée. Dans les archives littéraires du KGB*, op. cit.

*Jivago* é publicado em novembro de 1957, mas na Itália<sup>1</sup>. A União dos Escritores, fiel intérprete das vontades do poder, opôs-se à sua publicação em Moscou. Menos de um ano depois, é o Prêmio Nobel. A consagração do livro no Ocidente provoca na URSS um dilúvio de insultos ao escritor, acusado de trair seu país no momento em que escreve a sua história: campanha orquestrada pela imprensa e pelas organizações do partido, tão poderosa que o infeliz Pasternak teve de voltar atrás de sua aceitação do prêmio e exprimir sua submissão no *Pravda*<sup>2</sup>.

Mas o que o caso Pasternak revela de sinistro sobre o mundo soviético não deve ocultar o que anuncia de novo. Em primeiro lugar, Pasternak está vivo, ao passo que, 20 anos antes, ele seria preso, deportado e finalmente morto; em segundo lugar, seu livro é publicado, ao passo que o manuscrito teria sido apreendido e destruído; enfim, seu caso é levado à praça pública, quando antes teria sido enterrado. O rio de lama que o partido canaliza contra ele é feito de paixões baixas, mas fortes: o igualitarismo, o nacionalismo. Ele suscita, frente às tomadas de posição corajosas e dos devotamentos pela liberdade, o esboço de um minúsculo movimento liberal, em que não raro aparecem sobreviventes do Gulag recentemente libertados. Assim, embora o caso Pasternak termine melancolicamente, com a solidão do escritor em seu país<sup>3</sup>, ele, porém, inaugura um novo período nas relações entre o regime e a sociedade. A perseguição, quando não mata mais, torna visível o que persegue. Quando ela não destrói a literatura de oposição, ela a faz ser lida. Além disso, Khruschov precisa dessa literatura, em certa medida: o que confere um estatuto político até aos romances ou à poesia. A denúncia do culto da personalidade colocou a *intelligentsia* no papel-chave da testemunha privilegiada, que ela não abandonará mais.

Daí uma modificação capital, embora progressiva, nas relações que mantêm com a imagem da URSS os intelectuais do Ocidente. Até então, estes só tomaram conhecimento, em matéria de literatura na União Soviética, dos escritores favoráveis ao regime, e no mais das vezes em missão junto a eles. Gide manteve uma correspondência com Gorki antes de ir visitá-lo<sup>4</sup>. Malraux, na época em que é um dos grandes personagens do antifascismo kominterniano,

---

1. Nas Edições Feltrinelli. Sobre todo o caso, vide *Le dossier de l'affaire Pasternak. Archives du Comité Central et du Politburo*, trad. francesa do russo de Sophie Benech, prefácio de Jacqueline de Proyart, Gallimard, 1994.

2. Nos dias 1<sup>a</sup> e 6 de novembro de 1958. Sobre a natureza desses dois textos, que misturam às inevitáveis concessões (o escritor teme ser expulso da URSS) a reafirmação de sua integridade intelectual, cf. Lazar Fleishman, *Boris Pasternak, the man and his politics*, Cambridge, Harvard University Press, 1990, cap. 12, pp. 296-300.

3. Pasternak, aliás, morrerá pouco depois, a 30 de maio de 1960.

4. Cf. *supra*, pp. 333-335.

entre 1934 e 1939, é objeto de todas as atenções de Koltsov e de Ehrenburg<sup>1</sup>. É pouco dizer que a idéia de um intelectual soviético que seja anti-soviético é ignorada; ela mal é pensável. O caso de Victor Serge, uma vez resolvido, não levou a maiores inquietações. A dizimação da *intelligentsia* soviética nos anos 30 passou quase despercebida no Oeste da Europa. A direita não falou a seu respeito, por falta de interesse. E a esquerda, por falta de lucidez.

Essa situação muda com Pasternak, Sakharov, Soljenitsin e todos os que vão acompanhá-los ou segui-los. O intelectual soviético não é mais uma testemunha do socialismo; é um escritor dissidente. Nessa reviravolta, é preciso fazer a parte da nova situação, criada pela morte de Stálin, o fim de seu mito, o enfraquecimento da ditadura e o reaparecimento de vozes individuais. De acordo com a triste lei do gênero, é no momento em que os intelectuais soviéticos não são mais exterminados que eles recuperam a possibilidade de ser lastimados. Mas, a partir daí, sua qualidade reencontrada de pensadores e de escritores lhes devolve o privilégio de influência que o terror lhes havia tirado para dar aos celebradores do regime. Ei-los que substituem esses celebradores pela imagem do escritor ou do cientista perseguidos por suas idéias, combatentes da liberdade e da democracia: figuras familiares ao Ocidente, que o início de desagregação da mitologia soviética liberta e pelas quais essa desagregação se acelera e se amplia. Pois, por seu intermédio, ela estende a crítica do regime de Moscou à opinião pública inteira, até a esquerda. Kravchonko era apenas um funcionário que abandonara seu país. Pasternak é um escritor atingido pela censura e impedido por seu governo de ir receber um Prêmio Nobel. Proibido em Moscou, *O Doutor Jivago* foi publicado na Itália, e depois em toda a Europa, por uma editora de extrema esquerda. A direita anticomunista não precisa mais travar uma batalha ao redor do livro. A própria esquerda de obediência comunista tomou essa iniciativa.

Sem dúvida, não devemos carregar nas tintas. Trata-se, no caso do comunismo italiano, o mais disposto ao 'policentrismo' e, aliás, de uma iniciativa editorial que o partido não teve de decidir. Embora saudado mais ou menos em toda parte como uma ressurreição da grande literatura russa, a saga de Pasternak faz também os comunistas rangerem os dentes, eles que estão acostumados a textos soviéticos mais tonificantes e que não estão muito inclinados a admirar a independência do autor, pois ela é festejada pelo adversário de classe. É verdade que o escritor não escondeu seu pouco gosto pelo desmoronamento de Outu-

---

1. C.f. *supra*, p. 332.

Jean Lacouture, *André Malraux, op cit.*, p.181-182, 197-198, 231-233.

bro de 1917. Contudo, todo o caso constitui ainda mais uma virada na visão da URSS que o Ocidente tem, porque ele vem como uma confirmação imprevisível do relatório secreto. O surpreendente da situação está no fato de que a opinião pública ocidental tende agora a ver a sorte de Pasternak através dos termos pelos quais Khrushchov inculpou o despotismo stalinista. O que tornou possível o retorno do poeta à cena literária é também o que torna escandaloso o retorno de sua perseguição. O pouco de liberdade reencontrada basta para fazer perceber o que o totalitarismo permitia esconder: a distância que separa o regime soviético da liberdade. Em vez de reduzir a suspeita, a denúncia de Stálin tornou-a universal: ela privou a URSS de sua mentira imunológica e ressuscitou as testemunhas. Se Stálin cometeu tantos crimes, como acreditar em seus herdeiros, que foram seus servidores? Nos tempos do ditador, o desaparecimento de um certo número de escritores — Pilniak, Babel, Mandelstam — não causara perturbação nenhuma na opinião pública ocidental. Sob seus sucessores, a proibição de um romance — coroado em Estocolmo, é verdade — tornou-se um escândalo universal.

A nova visibilidade da perseguição impressiona ainda mais porque Khrushchov pareceu prometer o seu fim, em seu discurso do XX Congresso, e precisa de um mínimo de apoio na sociedade para contrabalançar a hostilidade de seus rivais da velha guarda bolchevique. Assim, durante alguns anos, a lógica que levou à denúncia frontal de Stálin continua a produzir seus efeitos em favor dos intelectuais, simultaneamente beneficiários, testemunhas e atores dessa liberalização: se o homem do relatório secreto deixar de avançar nesta direção, dará garantias a seus rivais. Teve de acompanhá-los no caso Pasternak, mas nem por isso pretende pôr fim à ‘desestalinização’, que se tornou seu título para governar o partido e o país e através da qual desponta um renascimento moral e literário da opinião pública. Daí essa política em ziguezague, que alterna concessões e repressões, conforme o humor do novo senhor e sua situação política. Os anos antecedentes e seguintes ao XXII Congresso (1961) vêm nascer o *samizdat*, a literatura ‘concentracionária’, a poesia contestatária, a luta pelos direitos cívicos, a reflexão livre sobre a experiência soviética — Vassili Grossman, Varlam Chalamov, Evguenia Guinsburg, Vladimir Bukovski, Alexandre Soljenitsin, Andreï Sakharov. Eles comportam também seu lote de prisões, de internamentos em hospitais psiquiátricos e de condenações exorbitantes. A luta permanece, a curto prazo, extraordinariamente desigual entre uns poucos punhados de homens e o regime soviético. Mas, pela denúncia de Stálin, esse mesmo regime pôs em questão a legitimidade das prisões feitas em seu nome. Assim, sem o seu fundamento ideológico, a repressão se enfraquece, embora lhe permaneça indispensável.

Não há melhor testemunho sobre esses anos do que o de Soljenitsin; o escritor contou, num livro de memórias<sup>1</sup>, como ele encontrou e não deixou escapar a oportunidade de sua vida. Ele tem 40 anos em 1958 e é velho o bastante para ter escapado do Gulag. Foi notado e detido já em fevereiro de 1945: a guerra ainda não acabou, ele está servindo o Exército; ‘pega’ oito anos de campo de concentração por atitude negativa. O NKVD oferece-lhe a experiência capital de sua vida: soma à sua paixão de escrever o sentido de uma missão providencial. Libertado em 1953, autorizado a voltar para casa em 1956<sup>2</sup>, reabilitado em 1957, os acasos da desestalinização vêm ao encontro de seu gênio. Escreveu em segredo seus primeiros livros e já se sente o novo Tolstoi do Gulag quando os sobreviventes retornam e sua desgraça deixa de ser tabu.

Assim pode ele entrar na glória literária pela porta oficial, o que vai dar um brilho inesperado à sua pregação anti-soviética. Grande escritor, combatente incansável, personalidade profética, ele, de qualquer modo, logo seria conhecido como tal. Mas o fato de que sua grande voz encontre uma tribuna provisória, graças a um mal-entendido gigantesco, numa publicação do regime é um presente das circunstâncias. No momento em que Soljenitsin submete *Um dia na vida de Ivan Denissovitch*\* à revista *Novy Mir*, Khrushchov, às voltas com as intrigas hostis de seus rivais, dá um novo aspecto anti-stalinista ao XXII Congresso, no outono de 1961. Alguns anos antes, ele havia posto sob sua autoridade a perseguição a Pasternak, menos, sem dúvida, por causa da substância da obra do que em razão da publicação de *O Doutor Jivago* no Ocidente, seguida da intrusão de um Prêmio Nobel no sistema estreitamente vigiado da literatura soviética. Desta vez, porém, ei-lo que intervém pessoalmente junto a *Novy Mir* para dar direito de cidade ao personagem de um deportado na dita literatura!

Sem dúvida, ele quis evitar a renovação de um ‘caso’ Pasternak, no momento em que precisa mais do que nunca do apoio da *intelligentsia*. Mas enganou-se de homem e de obra. Um dos últimos escritores sobreviventes dos bons velhos tempos, o poeta retomara com *O Doutor Jivago* a chama da tradição romanesca; não mostrara muita consideração pela Revolução de Outubro, mas, enfim, tomara o cuidado de não abordar em seu romance os tempos mais trágicos da história nacional. Esse filho do Antigo Regime ainda tinha as graças do *understatement*,

---

1. Alexandre Soljenitsin, *Le chène et le veau. Esquisse de la vie littéraire (O carvalho e o bezerro)*, Paris, Le Seuil, 1975.

2. Soljenitsin teve de expiar, depois de seus oito anos de deportação, três anos suplementares de exílio no sul do Casaquistão.

\* Livro publicado pela Editora Siciliano em 1995 (N. do T.).

que lhe constituía uma espécie de prudência. Soljenitsin, por seu lado, nada conheceu da vida social além da ‘construção do socialismo’. Ele alimentou um temperamento de revoltado, cuja violência não foi aplacada pela reconciliação com uma forte fé cristã. Procurando um aliado, o primeiro-secretário deu com o mais implacável anti-soviético do universo. Querendo pôr a literatura do seu lado, fez de repente do deportado o personagem central e o quase único ‘herói positivo’ das letras na URSS. Sem querer, ele substituiu o ‘homem novo’ de pés de barro que festejavam nos anos 30 e 40 os congressos de escritores ‘antifascistas’ por um herói de verdade, tão velho quanto o mundo, mas cuja condição a história do século renovou: o perseguido, o prisioneiro, o deportado, em suma, o *zek*. O público russo dá uma acolhida triunfal a *Um dia na vida de Ivan Deníssovitch*. Soljenitsin fica subitamente célebre na Rússia, antes de sê-lo no Ocidente: prioridade espetacular o bastante para dar à sua glória um caráter incontestável, pois não é suspeita de ter sido o produto de uma intriga anti-soviética. O livro do antigo *zek* goza do mesmo privilégio que o relatório secreto do primeiro-secretário, alguns anos antes: a testemunha não pode ser recusada no Ocidente, se é escutada e aclamada em Moscou. E ainda Khrushchov, ao denunciar Stálin, tomou o cuidado de limitar os estragos e de separar o princípio de seu poder dos crimes de seu antecessor. Soljenitsin, por seu lado, entrou em guerra contra o princípio.

Mas o regime não tem menos o que temer de um de seus filhos privilegiados. Sakharov é seu físico mais brilhante, mimado desde muito jovem por sua utilidade, membro da Academia de Ciências aos 32 anos, em 1953, e um dos artífices da bomba de hidrogênio soviética. Ora, eis que também ele se envolve, à sua maneira, na desestalinização, a partir de 1957: exatamente como seus colegas ocidentais e americanos 10 ou 15 anos antes, ele se angustia com os perigos que a humanidade corre com os testes nucleares e com o risco de uma guerra dessa natureza. A partir daí se encadeia a série de notas confidenciais e de afrontas que leva Sakharov a uma oposição cada vez mais aberta. “A questão atômica”, explicou ele mais tarde, “sempre foi meio científica, meio política. Ela naturalmente abriu caminho a questões políticas. O importante era ter abandonado o conformismo, sobre um problema ou sobre outro. Depois dessa primeira ruptura, tudo veio naturalmente”. O próprio poder contribui para essa evolução, associando aos poucos o físico, graças à perseguição, aos pequenos círculos da oposição intelectual. Vai dar-lhe, ao lado de Soljenitsin, uma figura moral de outro tipo, mas não menos prestigiosa e não menos familiar ao mundo civilizado do que a do escritor-profeta maldito: a do cientista que luta pela paz e pela liberdade, em nome da ciência e do progresso.

---

1. Andreï D. Sakharov, “How I came to dissent”, *New York Review of Books*, 21 de março de 1974, pp. 11-17; e *Mémoires (Memórias)*, Le Seuil, 1990.



Quando Khrushchov é afastado do governo, no outono de 1964, por tê-lo exercido de maneira imprudente demais, nenhum de seus sucessores tem o poder de voltar à época em que a União Soviética formou um território hermeticamente fechado, de onde só saía a voz do poder, berrada em eco por dezenas de milhões de subordinados. Ela agora é um Estado que nenhuma palavra, em nenhuma língua, pode qualificar e que podemos, na falta de melhor, definir em termos cronológicos como ‘pós-totalitória’: repressiva o bastante para encher as prisões e os hospitais psiquiátricos com os subversivos, mas doravante incapaz de inspirar o medo universal que é a condição do silêncio universal. A reencontrada fidelidade ao despotismo stalinista choca-se com o que ele deve conservar da denúncia de Stálin. O que ele tem de terrorista não tem mais o apoio desse deus misterioso que se chama o “espírito do tempo”. Os assassinos não têm mais a fé; ei-los que se tornam cínicos. As vítimas não têm mais medo; ei-las que protestam.

A época de Brejnev, a partir de meados da década de 60, foi, sem dúvida, em termos materiais, a menos infeliz da história soviética da Rússia. É, no entanto, também a menos legítima. A União Soviética invade a Tcheco-Eslováquia e ocupa o Afeganistão. Exila, prende, deporta seus dissidentes. Está nas mãos de uma burocracia de velhos corruptos. As bodas da idéia revolucionária com seu território chegam ao seu fim. Duraram meio século.

Começa então, no Ocidente, o enterro da idéia comunista, que vai durar 30 anos. Ele será rodeado de uma multidão imensa e acompanhado de lágrimas. Mesmo as jovens gerações participarão do cortejo, tentando insuflar-lhe, aqui e acolá, ares de renascimento. Eu teria gostado de acompanhá-lo passo a passo, se este livro não ganhasse com isso uma dimensão pouco razoável. Contentar-me-ei em assinalar as suas etapas.

No momento em que a União Soviética cessa de constituir um exemplo reverenciado, a tal ponto que seus dissidentes começam a ser ouvidos até mesmo na esquerda européia — ouvidos, não aprovados —, a idéia comunista explora diversos territórios de substituição. Encontra, como vimos, vitrinas alternativas no interior do velho império ideocrático stalinista, nos Estados emancipados menos pela morte do déspota do que pela denúncia de seus crimes: quer porque se livrem da tutela de Moscou por uma defesa de Stálin, como a China de Mao, quer porque ganhem um pouco de independência por uma escalada de khrushchovismo,

como o primeiro Gomulka ou o segundo Kadár. O relatório secreto de 1956 abriu inevitavelmente as duas vias, que vão se multiplicar: em matéria de heresia ideológica, só o primeiro passo é difícil, e ele foi dado por Khrushchov. Depois, aliás, através dos dissidentes, a própria URSS emite várias vozes discordantes, das quais mais de uma reivindica ainda um outro comunismo.

A idéia comunista ganhou em extensão o que perdeu em unidade. Ela avançou para além, até, do que constituía a herança de Stálin, através dos movimentos de independência do Terceiro Mundo. A extrema esquerda intelectual francesa acreditou reconhecê-la, por um momento, na Frente de Libertação Nacional (FLN) argelina como parceiro reencontrado de uma política de 'derrotismo revolucionário': um modo de aplicar o esquema leninista de 1914 à situação criada pela luta do nacionalismo argelino contra a 'burguesia' francesa. De um modo mais geral, os combates e as guerras ligadas à emancipação dos povos colonizados vão dar uma nova juventude às teses do 'imperialismo, estádio supremo do capitalismo', abrindo-lhes espaços novos, ainda mais distantes do que a Rússia o era em 1917 com relação à Europa. Na época, essa distância era apagada graças ao efeito de familiaridade produzido pelas circunstâncias da guerra e pela idéia de revolução socialista. Meio século mais tarde, outros fatores, de espécies muito diferentes, contribuem para reduzi-la: a rápida universalização do mundo pelo progresso técnico e a tribuna das Nações Unidas, o sentimento de culpabilidade do homem branco, a simplificação bipolar do tabuleiro político mundial. A teoria do imperialismo vem sob medida para designar o elo principal do sistema capitalista, o inimigo onipresente da emancipação dos povos: os Estados Unidos. Povo nascido de uma revolta colonial, mas também povo filho da civilização européia, é nesse segundo papel que os americanos oferecem a esse leninismo tardio uma imagem unificada do adversário.

O ódio aos Estados Unidos dá uma forma universal para o ódio ao Capital. Mas ele não tem mais um ponto de aplicação privilegiado na adoração ou na imitação da URSS. Ele alimenta movimentos ou regimes diversos, mais ou menos bem canalizados pela diplomacia soviética, às vezes infiltrados, não raro ajudados materialmente, mas não mais submetidos à obrigação de calcar seu governo ou sua linguagem sobre Moscou. Khrushchov tentou redesenhar o 'campo socialista' em bases ampliadas, ao custo de um embotamento da ideologia, que ele pagou antecipadamente no XX Congresso. A União Soviética ganhou com isso um espaço político suplementar no Terceiro Mundo, mas também assumiu o risco de abandonar a escalada revolucionária nas mãos de seus rivais. A China é o primeiro deles, como vimos. Khrushchov mais ou menos reintegrou Tito na família, mas perdeu Mao Tse-tung.

Com isso, o presidente chinês é naturalmente levado a captar em proveito próprio o mesmo fascínio que Stálin exerceu. As circunstâncias mudaram, e o líder chinês não é mais levado pela grande onda do antifascismo. A história da China, mesmo recente, mesmo no que ela compartilhou com o Ocidente durante a Segunda Guerra Mundial, permanece um mistério para as opiniões públicas das democracias: assim, elas nunca se apaixonam pelo que se passa tão longe do que podem apreender. Aliás, os partidos comunistas tomam suas precauções. Ao contrário do stalinismo, o maoísmo permanecerá limitado a pequenos grupos de estudantes e de intelectuais, incapazes até de formar partidos. Ele só remobiliza em pequena escala a paixão ideológica abandonada desde o XX Congresso soviético.

A China de Mao, como vimos, rapidamente se separou da 'desestalinização'. Ela revestiu seu conflito de poder com a União Soviética na antiga linguagem universal substituída por Khrushchov: o marxismo-leninismo, cujo magistério está vacante. Os órfãos do stalinismo vão tornar a falá-lo em sua versão chinesa. Contra os 'revisonistas' do Kremlin, Mao reencarna a fidelidade à tradição; Trótski acusara Stálin de ter traído Lênin, ele acusa Khrushchov de ter traído Stálin. De resto, não lhe faltam títulos para a sucessão. Quis ele, como Stálin, fazer uma revolução na revolução: seu grande 'salto para a frente' pode ser comparado à marcha acelerada dos primeiros planos quinquenais e sua 'revolução cultural' ao 'socialismo num só país'. Ambos quiseram destruir o partido de que permanecem chefes, Stálin através da polícia e Mao graças às suas 'jovens guardas'. Ambos foram os grandes senhores sucessivos de um catecismo marxista-leninista, apresentado em frases simples e sacramentais: *Fundamentos do leninismo*, *Le petit livre rouge* (*O pequeno livro vermelho*) — dois grandes best-sellers mundiais.

Esse deslocamento da paixão revolucionária de Stálin a Mao Tse-tung é camuflado pelo confronto entre a URSS e a China Popular, que preenche com seu tumulto as décadas de 60 e 70: a violenta hostilidade à URSS do Partido Comunista Chinês oculta o que o aparenta ao adversário detestado, que lhe forneceu sua linguagem, suas paixões e suas práticas de dominação terrorista. O maoísmo é essa coisa curiosa, um stalinismo anti-soviético, a que Khrushchov ofereceu a oportunidade, não a substância. Mao combate a União Soviética na linguagem que ela inventou e que ele desacredita, pretendendo falá-la melhor: pois se o 'imperialismo' tem agora como vetor principal o 'revisonismo' de Moscou, que sentido podem ainda conservar as palavras da ideologia? É um sinal do extraordinário poder conservado sobre as imaginações o fato de que essas palavras possam ressuscitar no Ocidente, em círculos de estudantes, o fanatismo dos grandes dias, a serviço, desta vez, de Mao. Mas esse fanatismo tem mais a exasperação de

uma heresia milenarista do que as características de uma religião da História. Ele delinea o crepúsculo do marxismo-leninismo, e não seu renascimento. Vai além do stalinismo, mas como uma ilusão superando uma ilusão. Criança chegada tarde demais ao bazar das ideologias do século, como um decalque anti-soviético do soviétismo, ele não nasceu para ter longa vida.

O 'castrismo' constitui, na mesma época, a outra encarnação da idéia revolucionária no Ocidente. Ele tem em comum com a China de Mao a presença de um chefe carismático, figura do intelectual eleito pela História, que conduz um exército popular à vitória. Castro também tem sua 'longa marcha', menos longa, porém mais recente; ele só conquistou o poder, no comando de seus guerrilheiros, no final de 1958. É muito jovem, exótico e, em seus primórdios, novo demais para se envolver no litígio que desune o universo comunista; não tem, como Mao, de suportar os raios de Khrushov, nem, como Khrushov, os de Mao. E seu marxismo tem o encanto dos trópicos, em vez da austeridade das duras planícies eurasiáticas. A peregrinação ideológica a Cuba quase pode ser incluída nos programas das agências de viagem<sup>1</sup>.

A imagem de Fidel Castro, duplicada pela de Che Guevara, vem, portanto, somar seus traços particulares ao caleidoscópio revolucionário que sucede ao monolitismo stalinista. Como para Mao, a esquerda européia elabora um culto menor do ditador barbudo, numa versão menos hierática, melhor ajustada à dimensão do teatro cubano e à suavidade da vida no Ocidente. Pois se o culto de Mao foi uma das últimas explosões do messianismo comunista puro e duro, o de Castro também permite investimentos menos puritanos e menos autoritários. A China maoísta encarna, em Paris, para os discípulos de Althusser, a utopia de um universo pobre, austero e justo. Cuba sob Castro representa para os estudantes californianos o paraíso latino do calor comunitário. Como estamos longe dos anos 30 e do entusiasmo provocado pelos planos quinquenais soviéticos! A idéia do crescimento econômico não é mais nada, se comparada à de igualdade ou à de comunidade. O Ocidente é rico, cada vez mais rico, levado pelo progresso econômico e pela sociedade de consumo. Contrariamente aos prognósticos unânimes do entre-guerras, o capitalismo ocidental, longe de estar morto, vive seus mais belos dias. A utopia comunista encolheu-se na imaginação da pobreza; mas esta, agora, só comove os filhos dos ricos.

Esse deslocamento social é uma das características da época. Podemos observá-lo sob sua forma mais visível nos países do Ocidente onde os partidos

---

1. Jeannine Verdès-Leroux, *La lune et le caudillo. Le rêve des intellectuels et le régime cubain (1959-1971)*, Gallimard, 1989, *Collection L'Arpenteur*; Paul Hollander, *Political pilgrims, travels of Western intellectuals to the Soviet Union, China and Cuba*, Nova York, Harper Colophon Books, 1981.

comunistas conservam seu domínio sobre uma parte dos operários — na França, na Itália —, e onde eles se encontram sem grande influência sobre os movimentos estudantis, que vão procurar sua inspiração fora da URSS. Estes, com efeito, quando são estranhos à tradição política marxista, não têm razão para excluir a União Soviética de sua crítica à opressão burocrática moderna. E quando reutilizam o marxismo para incriminar com maior precisão o capitalismo, procuram para ele um traje novo, fora do guarda-roupa moscovita. Até o marxismo ocidental se emancipa. Ei-lo devolvido a uma função menos arriscada do que a de uma filosofia de Estado, se agora só serve para denunciar a sociedade burguesa e se reivindica Marcuse ou Gramsci, mais do que Jdanov ou Casanova<sup>1</sup>. A crise do marxismo-leninismo permite ao marxismo puro e simples readquirir a aparência de um rejuvenescimento, ao preço de uma interpretação eclética, conforme conduza à retomada de um radicalismo revolucionário ou à reivindicação mais frequente de um individualismo antiburguês. A agitação estudantil do final da década de 60 mostra todos esses marxismos juntos, numa fotografia de família de onde desapareceu a unidade de uma fidelidade comum a uma pátria eletiva. É que o movimento tem como origem e como centro algo de muito mais difuso do que o sentimento de classe ou uma estratégia internacional: ele assinala uma nova época política, em que a classe operária perde seu papel messiânico ao mesmo tempo que a União Soviética vai pouco a pouco sendo desapossada de seu mito. A hora é de uma boêmia intelectual dividida entre o ódio e o culto de si mesma, reunida mais pela inculpação da sociedade presente do que pela invocação de uma sociedade-modelo. A tentativa episódica de um encontro com os batalhões operários das fábricas já traduz apenas a sobrevivência do passado no presente: os estudantes encontram porta fechada. Na realidade, a crítica ao capitalismo e à democracia burguesa mudou de atores, de referência e de registro.

Assim, tudo conspira, no Ocidente, para enfraquecer o mito da União Soviética. As sociedades européias entraram numa época de transformação rápida, empurradas para a frente por essa mesma economia capitalista que haviam declarado condenada à morte, um quarto de século antes. Elas integram seus operários melhor do que seus estudantes; debilitam as solidariedades de classe e, ao mesmo tempo, aguçam as expectativas e as frustrações. Da época que elas encerram, mantêm a idéia comunista no repertório de suas representações políticas, mas extinguiram a sua magia. Quer quando esta sobrevive a si mesma nos velhos partidos do Komintern, formações geológicas de outras eras. Quer quan-

---

1. Laurent Casanova foi, durante os anos do imediato pós-guerra, o encarregado dos intelectuais na direção do Partido Comunista Francês.

do ela passeia ao acaso dos pequenos grupos, a exemplo do que foi sob sua forma trotskista; mas tanto a pluralidade dos modelos que ela reivindica quanto as políticas contraditórias que ela abrange exprimem igualmente o esgotamento da encarnação soviética. A URSS é, mais do que nunca, uma superpotência militar no mundo', quando já perdeu muito de sua função utópica.

Nenhuma dessas imagens vicárias realmente a substituirá na ordem imaginária em que ela teve um lugar tão fundamental desde Outubro de 1917. O ativismo maoísta só animará grupúsculos terroristas, sem um verdadeiro espaço de opinião. Castro envelhecerá muito mais rapidamente do que Outubro de 1917, jovem herói revolucionário que se tornou, em alguns anos, um tirano stalinóide. A atração que o comunismo conserva na Europa ainda está ligado, por um lado, ao brilho dos grandes anos filosoviéticos que consegue manter: herança administrada pelos partidos do ex-Kominform com certo talento de ajustamento às circunstâncias. Já não se trata de celebrar a URSS com tons triunfalistas e sim de proteger a sua imagem, ao custo de concessões inevitáveis. A pátria do socialismo já não é esse regime ideal onde florescem juntos o progresso material e moral, a liberdade e a igualdade. É um país que conheceu o 'culto da personalidade', de que nem todas as conseqüências foram superadas. Essa lítotes permite estender a Brejnev a bênção geral em que a Revolução de Outubro deve permanecer envolvida, mesmo quando seus herdeiros cometem erros. Ele é abstrato o suficiente para dar aos partidos comunistas uma liberdade mínima de negação, indispensável à manutenção da tese principal, segundo a qual a União Soviética encarna o sentido da História, ou seja, a superioridade essencial do socialismo sobre o capitalismo.

Essa margem de manobra permite salvar o essencial e, ao mesmo tempo, dá um pouco de espaço à idéia de um comunismo menos autoritário, que poderia somar a uma maior agilidade na gestão da economia, uma maior liberdade no debate político e na transmissão do poder. Assim se delineia uma espécie de utopia degradada, tirada de sua forma pura e destinada a deter o seu declínio: algo que seria ainda um derivado do 'gênero' soviético, sem apresentar o seu

- 
1. A URSS parece ter alcançado e talvez ultrapassado os Estados Unidos em matéria de armamento nuclear no final da década de 60. A política de *détente* permite-lhe, além disso, gozar de empréstimos consideráveis da parte dos estabelecimentos financeiros ocidentais, embora mantendo-se fiel à interpretação bolchevique do termo *détente*: ele não é mais do que um outro meio de ampliar as conquistas do socialismo, à custa do capitalismo. O que, aliás, acontece ao longo da década de 70, no Vietnã, no Laos, no Camboja, em Angola e, por fim, no Afeganistão. No momento (1972) em que Brejnev e Nixon selam com um tratado a sua nova 'cooperação', a União Soviética e seus satélites estão no centro da logística terrorista no mundo.

déficit em matéria de liberdades individuais<sup>1</sup>. Essa quadratura do círculo filosófico — reconciliar o marxismo com a idéia dos Direitos Humanos — é igualmente insolúvel na ordem histórica, já que a ditadura do partido único constitui o instrumento comum de todos os regimes comunistas existentes. Contudo, ela forma o fundo das esperanças investidas na moderação relativa do governo Kadár na Hungria, antes de explicar o entusiasmo do Ocidente pela ‘primavera de Praga’. A opinião pública admira aí menos a independência readquirida frente a Moscou do que o surgimento tardio de imagens ‘liberais’ do comunismo: um dos segredos da popularidade de Dubcek na esquerda européia, em 1968, é o fato de encarnar o ressurgimento da liberdade no interior do partido único, sem deixar, assim, lugar a novos partidos ‘burgueses’. O episódio tcheco ilustra bem os limites em que continua movendo-se mesmo o ‘revisionismo’ mais liberal. A intervenção militar soviética não muda, aliás, a sua natureza, pois a breve tentativa do ‘eurocomunismo’, nos anos 70, continua baseada no projeto de uma modalidade branda do comunismo soviético. Suave, pacífica, ocidental em suma, e, contudo, pertencente à mesma família, filha também do ramo de Outubro.

Tal é o traje com o qual a idéia comunista declina no horizonte da História; talhado na dupla preocupação de fazê-la reviver diferentemente, mas conservando-a fiel às suas origens. Livre do leito de Procusto stalinista, ela perdeu em força e ganhou em agilidade. Fez na medida exata a transigência, de maneira a ainda reunir os que suas recordações apegam à antiga imagem e os que querem dar-lhe uma nova juventude. Uns e outros compartilham pelo menos a mesma hostilidade aos homens que querem desonrar esse passado ou impedir esse renascimento. Assim, se o comunismo se tornou aqui e acolá uma fé menos fanática, em compensação o anticomunismo continua sendo mais do que nunca uma heresia condenável.

Essa velha interdição é, desde a origem, a mais fiel aliada da idéia comunista, pois proíbe que se faça a sua crítica. Ela desempenha mais ou menos o mesmo papel que o antifascismo em sua versão kominterniana, garantindo à

---

1. A *détente*, cujo símbolo ilusório foram os acordos de Helsinki, favoreceu a imagem de uma URSS a caminho da liberdade. A ata final da Conferência sobre a Segurança e a Cooperação na Europa, assinada a 1º de agosto de 1975 por 33 países europeus, os Estados Unidos e o Canadá, consagra, ao mesmo tempo que o *statu quo* territorial e o desenvolvimento das relações econômicas, a livre circulação das idéias e das pessoas. Ela deu uma arma aos dissidentes soviéticos em sua luta pelos Direitos Humanos, mas nada mudou na repressão implacável que os atingia. O grande número de internamentos nos asilos psiquiátricos data desses anos em que a opinião pública ocidental acreditava ver, pelo contrário, uma liberalização do regime. Cf. Vladimir Bukovski, “Plaidoyer pour une autre détente”, *Politique Internationale*, outono de 1985.

experiência soviética uma proteção ainda mais estanque, porque suas razões são estranhas ao seu curso e, portanto, independentes da observação. A imunidade assim garantida à URSS encontrou um de seus pontos de apoio no combate contra Hitler. Ela tivera, porém, um fundamento mais antigo, independente das circunstâncias, e de ordem primordial: toda crítica à Revolução de Outubro está sujeita, desde 1917, à acusação de combater a emancipação operária, assim como o sentido da História. E não basta dizer que essa acusação foi um recurso constante da agitação-propaganda comunista; ela foi, de Lênin a Brejnev, martelada com uma violência de excomunhão. É difícil imaginar, hoje que ela desapareceu, como e por que ela tanto intimidou as mentes e as coragens. Mas para ter uma idéia dela basta repensar o encantamento que exerceu sobre as mentes, em nosso século, a divindade História. Ora, os comunistas conseguiram captar seu encanto em proveito próprio, em nome da 'classe operária'. Daí seu poder de interdição.

O curioso é que ela sobrevive ao enfraquecimento deles e chega até a encontrar forças e razões suplementares. Khrushchov destruiu o mito de Stálin, mas acredita piamente no sentido da História. Ele feriu a imagem da União Soviética, mas estendeu a do socialismo. A sociedade que deve suceder ao capitalismo nada perdeu de sua necessidade por possuir, agora, modelos diversos, alguns dos quais ainda devem ser inventados. Os estudantes de Paris, Berlim ou Roma, que criticam em 1968 a burocracia soviética, têm em mente outras versões do socialismo. Até esses filhos do capitalismo da abundância jogam o capitalismo nas latas de lixo da História, exatamente como o fizera, 35 anos antes, a geração da Grande Depressão. Os pais tinham tirado da crise mundial sentimentos de admiração pela União Soviética, e os filhos já não têm esse recurso na prosperidade. Mas como conservam, por razões inversas, o mesmo ódio à economia de mercado, a idéia do socialismo, mesmo estragada pela União Soviética, ainda serve para sua revolta, pois está livre de seus maus pregadores. Em todas as suas modalidades, chinesa, cubana, albanesa, italiana, tcheca, soviética, cambojiana, sandinista, o comunismo conserva seu privilégio histórico de coveiro do capitalismo<sup>1</sup>.

Por isso o sinal vermelho colocado diante do anticomunismo nada perdeu, nessa época, de seu caráter obrigatório. Ele dá forma a essa ortodoxia mínima que une pensamentos vagos e políticas sonhadas ao redor de uma recusa compartilhada. Os partidos comunistas naturalmente zelam por isso como que ao redor de uma tradição operária: diminuídos, envelhecidos, mas de pé, fiéis a seu

---

1. A última manifestação de entusiasmo de uma parte da esquerda ocidental por um terror de inspiração neo-stalinista (ou neomaóista) ocorreu a propósito da revolução do Khmer Vermelho, entre 1975 e 1977.



navio que soçobra e extraindo ainda consideráveis dividendos de seu Capital mitológico<sup>1</sup>. Eles continuam fortes o bastante para pensarem em recuperar, com o tempo, os heréticos marginais do maoísmo ou do castrismo, e se tornaram fracos o bastante para não mais discutirem sobre vírgulas.

Mais do que fãs incondicionais da revolução, a agitação estudantil produz, por seu lado, em alguns anos, uma vasta classe média de esquerda, filha da democratização universitária e das idéias de 1968. O legado mais maciço dos 'acontecimentos' ocorridos na Sorbonne, na Universidade Livre de Berlim, na École Normale Supérieure ou em Oxford não é nem o maoísmo nem o castro-guevarismo, estrelas efêmeras, e sim um novo progressismo burguês, mais amplo do que o antigo e de espírito diferente. Os antigos *soixante-huitards*\* logo fizeram as pazes com o mercado, com a publicidade, com a sociedade de consumo, onde não raro nadam como peixes na água, como se só tivessem denunciado as suas taras para melhor se adaptarem a elas. Mas fazem questão de conservar os lucros intelectuais da idéia de revolução, em meio a seu estabelecimento social. Entre os autores de que gostam, Marcuse, Foucault, Althusser, o totalitarismo ainda é apenas o da ordem burguesa. Procuraríamos em vão, neles, uma análise crítica do 'socialismo real' no século XX.

É verdade que, na França, os 'novos filósofos' dão um fim a essa imunidade, concedendo finalmente direito de cidade ao conceito de totalitarismo aplicado à história da União Soviética<sup>2</sup>. Mas, por um lado, o caso francês é único no Ocidente, ligado à excepcional acolhida dada a *O Arquipélago Gulag*<sup>3</sup>. Por outro

---

1. Para quem quiser ter uma idéia da idealização do passado e do presente da União Soviética, basta consultar os manuais escolares de história e de geografia do secundário e do superior sobre o assunto, particularmente na França, durante todo o período do pós-guerra e até um período recente. Cf. Diana Pinto, "L'Amérique dans les manuels d'histoire et de géographie" in *Historiens et Géographes*, fevereiro de 1985, nº 303.

Note-se, o que não é espantoso, que o entusiasmo dos autores de manuais a favor da União Soviética está atrasado em relação aos acontecimentos e à evolução da vida intelectual. Ele é particularmente forte nas décadas posteriores à morte de Stálin. Cf. a comunicação apresentada por Jacques Dupâquier a um colóquio que ocorreu em 1987 no Senado sobre 'a percepção da URSS através dos manuais franceses'. Citado em Jean-François Revel, *La connaissance inutile (O conhecimento inútil)*, Pluriel, 1989, pp. 437-438.

\* Expressão francesa de uso comum, referente aos acontecimentos de maio de 1968; pessoa que conservou este espírito (N. do T).

2. André Glucksman, *La cuisinière et le mangeur d'hommes. Essai sur l'État, le marxisme, les camps de concentration (A cozinheira e o canibal)*, Le Seuil, 1975. Bernard-Henri Lévy, *La barbarie à visage humain*, Grasset, 1977. Cf. Pierre Rigoulot, *Les paupières lourdes*, *o.p. cit.*, cap. 15, pp. 131-150.

3. O livro teve uma tiragem de cerca de um milhão de exemplares, pelas Éditions du Seuil.

lado, o anti-stalinismo tardio não impede ali o florescimento de um 'revisionismo' compensatório, destinado a fazer reviver uma tradição marxista-leninista depurada. Naqueles mesmos anos em que Soljenitsin faz um grande sucesso na edição francesa, a esquerda socialista assume como meio de seu renascimento a união com o mais velho partido stalinista do Ocidente, ao redor de uma ambição comum de 'ruptura com o capitalismo'. Casamento anacrônico mas fecundo, uma vez que leva à presidência François Mitterrand, imobilizado durante algum tempo no último programa neobolchevique da história universal. O mito soviético morreu na opinião intelectual, mas sobrevive no público, sob uma forma degradada, através da idéia revisionista<sup>1</sup>, e negativamente, pela condenação do anticomunismo.

Não há lugar onde esse último fenômeno seja mais visível, na mesma época, do que nas universidades americanas, que formam um laboratório privilegiado para o observador desse tabu, tão típico das gerações posteriores à década de 60. Nos Estados Unidos, o anticomunismo é, desde os anos do pós-guerra, um sentimento amplamente partilhado pelos meios intelectuais, em uníssono com o país. A revolta estudantil dos anos 60, mais longa e mais vasta do que na Europa, rompe esse consenso de Guerra Fria. Os jovens misturam a seu mal-estar na sociedade de consumo a denúncia da Guerra do Vietnã. De agora em diante, eles têm como alvo, pelo menos provisório, seu próprio país, numa versão em lados invertidos do derrotismo leninista; os filhos privilegiados das universidades se vêem do lado da revolução, e os sindicatos operários, do lado da ordem. As idéias e as paixões que os primeiros manifestam são muito mais complexas do que o ódio de classes em que o fundador do bolchevismo acreditara ver, depois de Marx, o motor da ação revolucionária, e não tentarei sequer esboçar um inventário seu. O que importa para meu propósito é que daí emerge, trazido por uma compaixão teatral para com o Vietnã, um renascer de ilusionismo sobre o mundo comunista. Um renascer? Seria melhor escrever uma nova onda, diferente da antiga e com uma superfície de opinião muito mais ampla.

Com o XX Congresso soçobrava o que restava do Partido Comunista Americano depois da perseguição macarthista. O que renasce de um ativismo revolucionário com a revolta estudantil já não está sob obediência soviética. Como

---

1. O melhor documento em que avaliar esse espaço de bolchevização abstrata do Partido Socialista Francês nessa época é o comunicado comum assinado em maio de 1976 por uma delegação do partido francês, liderada por Mitterrand, e pela direção do Partido Socialista Operário Húngaro. O espantoso não está na troca de gentilezas, que é conforme à lei do gênero, e sim na linguagem que as reveste: "A delegação do Partido Socialista Francês ficou favoravelmente impressionada com os êxitos obtidos na construção do socialismo pelo povo húngaro, sob a direção da classe operária e de seu partido".

em Paris, Roma ou Berlim, as referências mudaram: Mao, Ho Chi Minh, Castro, Guevara e até o mais tardio Ortega, o homem da Nicarágua 'sandinista'. Mas esses ressurgimentos de fanatismo exótico só atingem pequenas minorias e, aliás, passam rápido. A parte duradoura, porém, do movimento estudantil é ter reinventado uma cultura política 'radical', perante cujo tribunal a América é menos democrática do que pretende, e a União Soviética, mais democrática do que dizem seus adversários. Os filisteus de Washington quiseram ver nos dois campos dois tipos de sociedade, distintos como a liberdade da servidão e o bem do mal. Em resposta, os 'radicais', uma vez chegada sua vez de subir às cátedras universitárias, ensinarão às gerações que os seguem a responsabilidade dos Estados Unidos na Guerra Fria<sup>1</sup> e as circunstâncias atenuantes de que pode valer-se a União Soviética, se examinarmos a questão novamente.

É a hora das ciências sociais: elas permitem dar a essa tentativa um ar de objetividade, ratificando de antemão a ambição do *social scientist* de encontrar as causas reais do funcionamento social, ocultas sob o interminável comentário que cada sociedade faz de si mesma. Nesse jogo, o caráter ideológico da sociedade soviética perde sua importância, pois não lhe é particular. A União Soviética é uma sociedade 'pluralista', como todas as sociedades complexas. O adjetivo 'totalitário', que se tornou clássico depois de Hannah Arendt, perde sua pertinência e seu emprego, com relação não só à URSS de Brejnev, mas também à de Stálin. Ele tem ainda menos sentido porque se trata agora mais de estudar os atores sociais do que o Estado. Pois as ciências sociais acrescentam às suas qualidades 'científicas' a virtude democrática; elas unem a abordagem pela 'infra-estrutura' à preferência concedida ao *little man*; elas trabalham a matéria social de baixo para cima. A URSS, por seu intermédio, volta a participar do direito comum das sociedades.

O leitor deve ter reconhecido nessas linhas as características de uma soviologia de novo estilo, que ocupa, nos Estados Unidos e na Europa do Oeste, o primeiro plano do palco universitário, durante os 20 últimos anos do regime soviético. Como todas as escolas historiográficas, aquela tem coisas boas e más, ao acaso dos assuntos e dos autores<sup>2</sup>. Minha ambição aqui não é estabelecer uma bibliografia crítica dela e sim descobrir o seu espírito comum, não raro afirma-

---

1. Cf. *supra*, p. 457.

2. O livro mais característico — não o melhor — dessa 'escola', se o termo não for excessivo, é o de J. Hough, *The Soviet Union and social science theory*, Harvard University Press, 1977. Provêm da mesma inspiração, por exemplo: Moshe Lewin, *The making of the soviet system*, Nova York, Pantheon Books, 1985 (trad. francesa: *La formation au système soviétique*, Paris, Gallimard, 1987); Leon Haimson, *The politics of rural Russia (1905-1914)*, Bloomington, 1979. Stephen Cohen, *Rethinking the soviet experience*, Oxford University Press, 1985.

do como uma solidariedade de geração, sobretudo nos Estados Unidos, onde a crise social e moral dos anos 60 foi mais profunda. Os mais velhos — Fainsod, Schapiro, Pipes, Ulam, Malia, Besançon, Conquest<sup>1</sup> — são suspeitos de terem escrito uma soviétologia de Guerra Fria. Os mais jovens, mais dados a incriminar seu próprio país, envolvem-se numa rejeição inversa do anticomunismo. Trata-se de demonstrar que o stalinismo é um período não só distinto, mas diferente da história do bolchevismo, a jusante e a montante; houve realmente horrendos momentos na História inaugurada pela Revolução de Outubro, mas esses não condenam o conjunto dessa História, pois não são uma consequência necessária dela. Versão erudita da idéia, tão forte na época, de que o comunismo, inclusive o de Brejnev, deve ser salvo dos crimes cometidos por Stálin; ou ainda, sob uma forma mais geral, de que o regime fundado em outubro de 1917 é bom, apesar dos desastres que se seguiram ao seu nascimento, ao passo que o capitalismo é mau, apesar das riquezas que gerou.

Por uma curiosa reviravolta da situação, os professores americanos detestam o conceito de totalitarismo, depois de tê-lo elaborado, no momento em que os intelectuais franceses o estudam, depois de tê-lo ignorado. Mas são as universidades americanas que exprimem o espírito mais geral do tempo, visível também na Itália, na Inglaterra ou na Alemanha: nas duas últimas décadas de sua existência, a União Soviética, embora tenha perdido para sempre o privilégio extravagante de modelo universal, continua protegida pelo que subsiste, um pouco em toda parte, de sua promessa de origem. A falência da ambição de Outubro, reconhecida por todos, não extinguiu inteiramente a idéia comunista. Essa encontrou outras pátrias provisórias. Na própria União Soviética, sua herança permanece ao abrigo do brilho que ela conserva: sua parte de trágico está mais ligada às circunstâncias de sua história do que a Lênin ou a Stálin. Aliás, a

---

1. Dentre os livros que deram o tom a essa soviétologia: Merle Fainsod, *How Russia is ruled*, Cambridge, Harvard University Press, 1953; *Smolensk under soviet rule* (*id.*, 1958), trad. francesa: *Smolensk à l'heure de Staline*, Fayard; Karl Friedrich e Zbigniew Brzezinski, *Totalitarian dictatorship and autocracy*, Harvard University Press, 1956; Leonard Schapiro, *The origins of the communist autocracy*, Harvard University Press, 1954; *De Lénine à Staline: histoire du Parti Communiste de l'Union Soviétique*, Gallimard, 1967; A. Ulam, *Les bolcheviks*, Fayard, 1973; Robert Conquest, *The Great Terror*, MacMillan, 1968, trad. francesa: *La Grande Terreur: les purges staliniennes des années 1930*, *op. cit.*, Paris, Stock, 1970; Alain Besançon, *Les origines intellectuelles du léninisme*, Calmann-Lévy, 1977.

Depois de estar na linha de frente do 'gorbatchovismo', que parecia validar a tese de uma União Soviética 'pluralista' a caminho da reforma, a escola revisionista foi posta na defensiva pela imposição do regime. Cf. "The strange death of soviet communism" in *The National Interest*, nº 31, primavera de 1993, segunda parte: "Sins of the scholars", de Richard Pipes, Martin Malia, Robert Conquest, William Odom, Peter Rutland.

sociedade moderna, que se edificou em seu nome, pode ser redimida, reencontrar, saída da pobreza, a estrela que iluminou seu berço. Também a pátria do marxismo-leninismo se vê sob a proteção paradoxal da idéia 'revisionista'.

Nesse período, a imagem do comunismo no Ocidente passa, assim, por uma evolução contraditória: ao declínio da mitologia soviética em sua versão dura corresponde uma extensão de sua versão branda. Os tempos do pós-guerra já se foram, e a URSS perdeu para sempre esse caráter de país-modelo que os partidos comunistas celebravam pelo mundo. Seus partidários tornaram-se menos exigentes e se contentam com um balanço 'globalmente positivo', recheado de certa esperança de amanhã brilhantes. Assim, não sendo mais do que a matriz imperfeita de uma ordem social melhor, o regime soviético se torna um alvo pior para seus adversários, suspeitos de pertencerem a uma era passada das paixões políticas. Por mais esgotado que esteja, ele pode, mais do que nunca, servir de suporte às paixões anticapitalistas ou antiimperialistas. Se ninguém é obrigado, nem mesmo os comunistas, a justificar ou abençoar a menor de suas ações, a idéia que lhe serve de bandeira se vê, com isso, mais universalmente disponível. Livre de sua obrigação de infalibilidade, a Revolução de Outubro recupera alguns traços insípidos, mas também rejuvenescidos.

Esse retorno à promessa original realiza-se ainda mais facilmente porque bate com as inclinações políticas das jovens gerações estudantis, tão influentes na formação do espírito público. Essas gerações trouxeram de volta os Direitos Humanos ao primeiro plano da cena pública, no lugar da luta de classes. Com isso, elas antecipam o fim da URSS, pois pretendem submeter o regime nascido de Outubro ao tribunal dos princípios que Marx e Lênin haviam denunciado como mentiras burguesas. Elas, porém, não o sabem. O que elas querem fazer é completamente diferente: procuram rejuvenescer o confronto das ideologias do universal e do particular, através de uma escalada de abstração democrática. Nesse jogo, os comunistas não estão bem situados, pois estão na contracorrente de sua doutrina e seu balanço, em matéria de direitos, mesmo tarde no século, continua apavorante. Mas, no mundo das finalidades morais formado pelo universalismo dos Direitos Humanos, eles ainda podem defender suas intenções, e encontram um abrigo contra sua história no parentesco ideal que os vincula, quanto aos fins, à utopia liberal e democrática. Até o fim, a União Soviética terá abrigado a sua imagem no que quis destruir. Às vésperas da implosão do regime fundado por Lênin, o anticomunismo é, sem dúvida, mais universalmente condenado no Ocidente do que nos bons tempos do antifascismo vitorioso.

O fato de que o comunismo reformado, o socialismo 'de rosto humano', seja a forma mais universal do investimento político cuja história tentei fazer, isso é o último episódio da história soviética que fornece a última demonstração. Gorbatchov fecha o cortejo dos chefes comunistas aclamados pelo Ocidente.

A maneira como se decompôs a União Soviética e, por conseguinte, seu império, permanece misteriosa. A parte que tiveram as vontades é a mais difícil de circunscrever. A parte dos fatores objetivos é mais fácil de estabelecer. O preço cada vez maior da potência mundial e especialmente da corrida armamentista acabaram extenuando a economia soviética, que era preciso tonificar. Talvez os historiadores venham a dizer, um dia, que a política de Reagan foi, sob esse aspecto, mais eficaz do que geralmente se reconhece na imprensa internacional. De qualquer forma, a deterioração interna da União Soviética atingira, no final dos anos Brejnev, um grau tal que não só a potência do país, mas também sua saúde física e moral, seu abastecimento, seu hábitat, seus hospitais, em suma, a capacidade das autoridades públicas de satisfazerem às necessidades sociais elementares estava comprometida. Isso a tal ponto que um dos observadores que previram, depois de Amalrik<sup>1</sup>, a crise geral do regime acabou sendo um jovem demógrafo, Emmanuel Todd<sup>2</sup>, que descobrira, na década de 70, a alta dos índices soviéticos de mortalidade infantil.

Os indivíduos podem muito bem viver um pouco melhor do que no passado, o que não diz muito, o regime está nas últimas, o partido está gangrenado pela corrupção, pelo cinismo, pelo alcoolismo, pela preguiça em toda parte. Essa degringolada geral induzida pela do partido constitui a vulnerabilidade particular de um sistema de partido único, todo-poderoso sobre a sociedade. Contudo, esse bolchevismo crepuscular teria podido, sem dúvida, sobreviver mais algum tempo, talvez chegar até o final do século. Se não tinha mais uma verdadeira crença, tinha ainda uma vasta polícia, que zelava para que cada um falasse a linguagem morta da ideologia. Sakharov estava bem guardado em Gorki. Os hospitais psiquiátricos cuidavam dos dissidentes.

- 
1. Andreï Amalrik, *L'Union Soviétique survivra-t-elle en 1984?* Paris, Fayard, 1970, reed. em Le Livre de Poche, Pluriel.
  2. Emmanuel Todd, *La chute finale. Essai sur la décomposition de la sphère soviétique (Queda final: decomposição da esfera soviética)*, Robert Laffont, 1976. O argumento encontra-se também nas duas comunicações feitas pelo demógrafo americano Murray Feshback, em abril de 1978 (*Population and manpower trends in the USSR*) e em julho de 1983 (*Soviet population, labor force and health*). Essas comunicações são citadas e comentadas em Seymour Martin Lipset e Bence Gyorgy: *Anticipations of the failure of communism*, contribuição apresentada no Congresso da Associação Americana de Sociologia, em Pittsburgh, em agosto de 1992.

Mas os sucessores de Brejnev — sobretudo Andropov, antes de Gorbatchov<sup>1</sup> — têm de se diferenciar de Brejnev: lógica cujos riscos já Khrushchov ilustrou, e ponto fraco da ditadura do partido desde a morte de Lênin. Não sabemos até que ponto se mistura aí, desta vez, um plano acertado de reforma, formando um contrato tácito entre Andropov, e depois Gorbatchov, e uma maioria do Comitê Central. Essa história ainda precisa ser escrita e, muito simplesmente, ser conhecida, pois, mesmo às vésperas de se desfazer, a União Soviética continua envolta em segredo. O que é certo, pelo menos, é que começou como uma clássica crise de sucessão, pelo exercício obrigatório de cada novo patrão do partido: assumir o controle do sistema. Andropov ou Tchornenko não haviam permanecido no cargo o tempo suficiente para oferecerem alvos a seus sucessores; ainda eram os homens de Brejnev que era preciso subjugar ou eliminar para ser o senhor. Gorbatchov, portanto, fez como Khrushchov depois de Stálin, como Brejnev depois de Khrushchov: acumulou em suas mãos o máximo de poder.

Mas o fez de maneira inédita. Antes dele, o partido constituía o único meio da potência. O secretário-geral podia, conforme o caso, voltar-se contra ele, destruir a sua ossatura para refazê-la, como Stálin na década de 30; mas ninguém era o senhor da União Soviética sem ter a autoridade absoluta sobre o aparelho comunista. Quando Khrushchov perdeu essa autoridade, em 1964, ele caiu. Ora, Gorbatchov, para se impor, tomou um outro caminho. Não lhe bastou remodelar as altas esferas do partido como os meios de seu reinado. Ele se apoiou em elementos externos ao partido. A libertação de Sakharov, em 1986, indica que ele mudou as regras do regime.

Tática que, no fundo, não estava tão distante da de Mao Tse-tung ao lançar os jovens contra a estrutura do partido: tratava-se ao mesmo tempo de reinventar um entusiasmo comunista e de enfraquecer os dirigentes comunistas, seus rivais declarados ou potenciais no Diretório Político. Mas o caso se passa de maneira diferente. Os comandos não respondem mais. A modesta abertura para a sociedade e a relativa suspensão do Terror policial mostram não uma escalada do comunismo e sim uma vaga aspiração à democracia, na qual Gorbatchov foi pouco a pouco se apoiando, ao mesmo tempo por opção e pela força das circunstâncias. Khrushchov jamais questionara o monopólio político do partido. Seu distante sucessor viola essa regra fundamental<sup>2</sup>; ameaçado, como ele, de ficar em minoria no Comitê

---

1. Morto a 10 de novembro de 1982, Brejnev foi substituído no Secretariado-Geral do Partido por Andropov, o homem da KGB, envolto numa reputação de 'modernizador'. Mas Andropov morre a 9 de fevereiro de 1984, e quem lhe sucede é um velho *apparatchik* de tipo brejneviano, Tchornenko. O qual morre, por sua vez, a 10 de março de 1985.

2. A libertação de Sakharov, em 1986, constitui o primeiro passo dado nessa direção; o voto pelo Comitê Central, em fevereiro de 1990, do fim do monopólio político do partido, o último.

Central, ele reanimou o Parlamento e teve de se apoiar em fragmentos da opinião pública, como a *intelligentsia*. Mas com isso, ao enfraquecer seus adversários, ele também se enfraquece, destruindo a fonte de sua legitimidade, oferecendo um terreno novo a rivais imprevistos e suprimindo, junto com o medo de falar, o princípio da obediência. Até mesmo a desordem crescente da economia tem aí uma de suas fontes, na medida em que ela é inseparável da anarquia no Estado: “Ao suprimir o terror”, disse-me na época um membro do Parlamento soviético, “Gorbatchov suprimiu também a confiança”. Frase terrível, mas profunda, que circunscreve bem o caráter frágil e ambíguo do primeiro e do último ‘presidente da União Soviética’, comunista demais para a liberdade que inaugurou.

Sem dúvida, é muito cedo para saber exatamente o que ele queria fazer. A única resposta segura para essa pergunta é que ele não quis fazer o que fez. Pois não há nenhuma razão para supor que Gorbatchov tenha sido um anticomunista camuflado, ou mesmo um mau comunista, antes e depois de sua ascensão ao poder. Tudo leva a crer no que diz esse homem educado no mundo fechado do soviétismo quando não se cansa, durante todos esses anos, de pregar o renascimento do comunismo pela reforma. Se ele abriu caminho para a liquidação dos regimes comunistas do Leste Europeu, no outono de 1989, foi pela recusa de derramar sangue e não por vontade deliberada. Na pátria do bolchevismo, ele permanece fiel à idéia original, que quer rejuvenescer e renovar, e não trair. Mesmo o abandono do monopólio político do partido inscreve-se, sem dúvida, a seu ver, numa estratégia: reagrupar ao seu redor, com a maioria dos comunistas, um grande partido do presidente, que teria aos seus flancos uma direita e uma esquerda marginalizadas. Algo como o Partido Revolucionário Institucional Mexicano, guardião fiel de uma legitimidade revolucionária perdida na noite dos tempos. O fato de o projeto ter muito cedo parecido sem substância não prova que não tenha sido sustentado.

O mais notável da História não é, aliás, que Gorbatchov tenha desejado dar novo fôlego à idéia comunista; é que o Ocidente tenha acreditado piamente nele e se tenha entusiasmado por ele. Na popularidade do último líder soviético no Ocidente, é preciso, sem dúvida, descontar a parte da prudência dos governos: nenhum poder estabelecido gosta das rupturas bruscas nas situações e nos hábitos, e a URSS faz há tanto tempo parte do mobiliário internacional que ninguém deseja o seu desaparecimento, mesmo entre seus adversários mais constantes<sup>1</sup>.

---

1. Jacek Kuron, um dos grandes dissidentes poloneses, ao se tornar ministro, dirá um pouco mais tarde: “Percebo em alguns deles (os políticos ocidentais) uma nostalgia da antiga ordem mundial e da União Soviética. Alguns estariam, até, prontos para reconstruir esta última, para poderem de novo ter comandos governamentais”, em *Polityka*, 26 de março de 1993. Tradução francesa em *Nowelle Alternative*, nº 34, junho de 1994.



Gorbatchov, além disso, força à distensão e à redução dos armamentos: o auxílio financeiro do Ocidente, que jamais faltou à URSS, torna-se maciço quando se trata não mais de lhe permitir equilibrar o orçamento e sim de impedir o fim<sup>1</sup>.

Mas se a vontade de ajudar é tão forte da parte dos Estados capitalistas, que dizer da opinião pública ocidental! Ela festeja nas palavras vagas, mas promissoras, de *glasnost* e de *perestroika* a promessa de uma União Soviética finalmente conforme à obsessão final de século dos Direitos Humanos: uma sociedade que fosse menos o paraíso dos trabalhadores, como nos anos do entre-guerras (pois o messianismo operário quase não existe), do que um mundo de indivíduos ao mesmo tempo protegidos contra a desigualdade e livres. A União Soviética de Gorbatchov continua conservando do Outubro original a bênção de ter rompido com o capitalismo, e ela acrescenta a isso a redescoberta dos Direitos. O que fora chamado em Praga, na primavera de 1968, “o socialismo de rosto humano” é agora encarnado pela nação-mãe do comunismo, que finalmente aderiu a uma ambição que o Exército Vermelho destruíra *ab ovo* 20 anos antes.

Assim vão os últimos tempos da mitologia soviética, envoltos nessa síntese fictícia entre os princípios do bolchevismo e os do pluralismo liberal-democrático. Pois o bolchevismo é compatível com o nacionalismo, como mostrou Stálin durante todo o tempo, e mesmo com uma parte de autonomia devolvida ao mercado, como imaginara Lênin — a título de expediente provisório, é verdade — com a NEP. Mas ele não tem nenhuma agilidade em matéria de ideologia e de liberdade política; só pode reinar pela mentira e pelo medo. Até Khrushchov teve de matar Nagy. Brejnev tolerou Ceausescu e Kadár, mas não Dubcek. Ora, Gorbatchov retoma a partitura de Kadár e a de Dubcek, num teatro mais amplo, no centro do império: a reforma-renascimento do bolchevismo mesclada aos princípios que o bolchevismo quisera destruir em Outubro de 1917. Pretende renovar o regime comunista e toma todas as suas idéias emprestadas da tradição ocidental; seus recursos são os que mendiga junto às grandes democracias capitalistas. O que faz contradiz o que diz querer fazer. Quando a referência ao Ocidente vai aos poucos tornando-se um pensamento que compartilha com Sakharov, que une Nomenklatura e oposição intelectual, nada resta da idéia comunista, a não ser o que ela destruiu. Uma sociedade foi esfacelada até e inclusive em seus recursos de reconstrução à maneira ocidental, quando não tem outros à sua disposição.

Os povos das nações centro-orientais da Europa compreenderam-no imediatamente, rompendo seu acorrentamento a Moscou para reencontrarem o mais

---

1. A melhor descrição do ‘gorbatchovismo’ incondicional dos governos e das opiniões públicas no Ocidente encontra-se em Jean-François Revel, *Le regain démocratique*, Fayard, 1992, segunda parte.

rápido possível as fontes de sua história. Na própria Rússia, Gorbatchov ainda é odiado como líder comunista quando começa a sê-lo como político vendido ao Ocidente. Ele age como se ainda governasse o seu país, mas só a opinião pública ocidental acredita nisso, fiel à sua credulidade constante sobre a União Soviética. Os russos sentiram que ele preside a uma desagregação geral, sem futuro previsível, para desmentir ainda uma última idéia do marxismo, segundo a qual as sociedades só morrem no momento em que estão prontos os elementos da substituição, formados no interior do antigo mundo. Aqui, nada de semelhante. O comunismo soviético morre de uma decomposição interna, de que Gorbatchov foi apenas o acelerador, antes que seu rival Iéltsin torne-se o seu liquidador. Nascido de uma revolução, ele desaparece numa involução. Mas seu último chefe, detestado na Rússia, continua até o final adorado pelo Ocidente, que se resigna mal à sua queda, pois ela acarreta também forçosamente o fim de uma ilusão que preencheu o século. A União Soviética deixa o palco da História antes de ter esgotado a paciência de seus partidários fora de suas fronteiras. Ela deixa muitos órfãos pelo mundo.

A falência do regime nascido de Outubro de 1917 e talvez ainda mais o caráter radical que ela assumiu privam, com efeito, a idéia comunista não só de seu território de eleição, mas também de qualquer recurso: o que morreu à nossa frente, com a União Soviética de Gorbatchov, engloba todas as versões do comunismo, dos princípios revolucionários de Outubro até as suas histórias, e até a ambição de humanizar o seu curso em condições mais favoráveis. Como se acabasse de se fechar a maior via jamais oferecida à imaginação do homem moderno em matéria de felicidade social. O comunismo jamais concebeu outro tribunal além da História e ei-lo condenado por ela a desaparecer completamente. Ele poderia ter perdido a Guerra Fria e sobreviver como regime. Ou dar origem a Estados rivais, sem morrer como princípio. Ou presidir ao desenvolvimento de sociedades diversas, que o tivessem, porém, conservado como referência original. Podemos imaginar-lhe outros destinos, em que se teria desgastado sem soçobrar como corpo de idéias. Mas o destino que ele teve não deixa nada disso. Os regimes comunistas tiveram de ceder o lugar, em alguns meses, às idéias que a Revolução de Outubro acreditara destruir e substituir: a propriedade privada, o mercado, os Direitos Humanos, o constitucionalismo 'formal', a separação dos poderes — toda a parafernália da democracia liberal. Nesse sentido, o fracasso é absoluto, uma vez que apaga a ambição original.

Mas ele não atinge apenas os comunistas e os comunizantes. Para além deles, ele obriga a repensar convicções tão velhas quanto a esquerda ocidental, e até a democracia. A começar pelo famoso 'sentido da História', pelo qual o marxismo-leninismo pretendia dar ao otimismo democrático a garantia da

ciência. Se o capitalismo se tornou o futuro do socialismo, se é o mundo burguês que sucede ao da 'revolução proletária', que dizer dessa confiança no tempo? A inversão das prioridades canônicas desfaz o encaixe das épocas na estrada do progresso. A História volta a ser esse túnel onde o homem entra na escuridão, sem saber aonde levarão as suas ações, incerto de seu destino, sem a ilusória segurança de uma ciência do que faz. Carente de Deus, o indivíduo democrático vê tremer em suas bases, neste final de século, a divindade História: angústia que vai precisar esconjurar.

A essa ameaça de incerteza soma-se em seu espírito o escândalo de um futuro fechado. Ele está acostumado a ter uma esperança ilimitada na sociedade, porque esta lhe promete que ele é livre como todos e igual a todos. Mas é preciso, para essas qualidades assumirem a plenitude de seu sentido, que ele possa um dia ultrapassar o horizonte do capitalismo, ir além do universo onde existem ricos e pobres. Ora, o fim do comunismo, pelo contrário, o traz de volta ao interior da antinomia essencial da democracia burguesa. Esse fim redescobre, como se fossem de ontem, os termos complementares e contraditórios da equação liberal, os Direitos Humanos e o mercado; com isso, ele compromete o próprio fundo do que constituiu o messianismo revolucionário dos últimos dois séculos. A idéia de uma outra sociedade tornou-se quase impossível de pensar, e, aliás, ninguém propõe sobre esse assunto, no mundo de hoje, nem sequer o esboço de um conceito novo. Eis-nos condenados a viver no mundo em que vivemos.

Essa é uma condição demasiado austera e contrária ao espírito das sociedades modernas para que possa durar. A democracia fabrica, por sua mera existência, a necessidade de um mundo posterior à burguesia e ao Capital, onde possa desabrochar uma real comunidade humana. Como vimos ao longo de todo este livro, com base no exemplo da União Soviética: a idéia do comunismo não cessou de proteger, em todas as suas épocas, a história do comunismo, até esse momento último em que essa história, pelo fim puro e simples de seu curso, arrastou a idéia em seu desaparecimento, pois por tanto tempo a encarnara. Mas o fim do mundo soviético em nada muda a exigência democrática de uma outra sociedade e, por essa mesma razão, pode-se apostar que essa grande falência continuará a gozar na opinião pública do mundo de circunstâncias atenuantes e talvez venha a conhecer uma admiração renovada. Não que, sob a forma em que morreu, a idéia comunista possa renascer: a revolução proletária, a ciência marxista-leninista, a eleição ideológica de um partido, de um território e de um império sem dúvida encerraram sua carreira com a União Soviética. Mas o desaparecimento dessas figuras familiares ao nosso século mais encerra uma época do que fecha o repertório da democracia.

## Índice dos nomes citados

- Abellio, Raymond: 515.  
Abetz, Otto: 396.  
Adenauer, Conrad: 416, 471, 491.  
Adorno, Theodor: 370.  
Akhmatova, Anna: \*473.  
Alain: 63, 64, 65, 67, 68, 279, 281, 338, 340, 349, 352.  
Alexandre, Jeanne: \*349.  
Alexandre, Michel: 279, 349, 352, 360.  
Alexandre II: 123.  
Alliluyeva, Svetlana: \*517.  
Althusser, Louis: 130, 572, 577.  
Amalrik, Andrei: 582.  
Anders, Wladislaw: \*392.  
Andrade, Juan: \*305.  
Andropov, Iuri: 583.  
Aragon, Louis: 17, 330, 340, 341, 343, 349, 367, 493.  
Araquistain, Luis: 309.  
Arendt, Hannah: 44, 195, 197, 221, 232.  
Aristóteles: 193.  
Armand, Inès: 132.  
Aron, Raymond: 73, 371-373, \*454, 492, 505, \*512, \*514.  
Aron, Robert: 184.  
Attlee, Clement: 487.  
Audry, Colette: 349.  
Aulard, Alphonse: 82, 84-91, 98, 99, 182.  
Avksentiev, N.: 83, 85.  
Azaná, Manuel: 309, 312.  
Babel, Isaak: \*504, 552, 566.  
Babeuf, Gracchus: 87, 88.  
Bainville, Jacques: 75.  
Bakunin, Mikhaïl: 301, 307, 312.  
Balabanova, Angelica: 140, 158, 347.  
Balbo, Italo: 206.  
Balzac, Honoré de: 27.  
Barbé, Henri: 275-276.  
Barbusse, Henri: 329-331, 340, 346.  
Barrès, Maurice: 54, 60.  
Basch, Victor: 82, 85, 86, 284, 349, 350, 356-360, 372.

---

\* O asterisco remete às notas da página indicada.

- Bataille, Georges: 358, 368-371.  
 Bataillon, Marcel: 350, 352.  
 Bauer, Otto: 196.  
 Baverez, Nicolas: \*514.  
 Bayet, Albert: 350, 357.  
 Bebel, August: 106.  
 Becher, Johannes: 340.  
 Beck, Josef: \*445.  
 Bellow, Saul: 148.  
 Benda, Julien: \*359, 370, \*504.  
 Benes, Edvard: \*466.  
 Benjamin, Walter: 370, \*506.  
 Bentham, Jeremy: 323.  
 Berdiaev, Nicolas: 249.  
 Bergery, Gaston: 282, 289, 349, 360,  
 362.  
 Bergson, Henri: 62.  
 Beria, Lavrenti: 519-521, 523, 526,  
 528, 530, 562.  
 Berling, Zygmunt: \*392.  
 Bernanos, Georges: 313.  
 Bernstein, Eduard: 107, 109, 536.  
 Bernstein, Leonard: \*504.  
 Berzin (general): 306.  
 Besançon, Alain: 580.  
 Bismarck, Otto von: 30, 72, \*74, 442.  
 Blanc, Louis: 26, 82.  
 Blanqui, Auguste: 82, 107.  
 Bloch, Jean-Richard: 330, 343, 349.  
 Blücher, Basile: 507.  
 Blum, Léon: 40, 106, 117, 118, 121,  
 174, 282, 284, 289, 290, 292, 295,  
 297, 353, \*376, 487.  
 Blunt, Anthony: \*305, 323, 326.  
 Bolloten, Burnett: \*304, 305.  
 Bonald, Louis de: 22, 24, 38.  
 Bonaparte, Napoleão: 27, 54.  
 Bonte, Florimond: \*376.  
 Borkenau, Franz: 505, \*508, 509.  
 Bossuet, Jacques-Benigne: 131.  
 Bouglé, Célestin: 82, 371.  
 Bourbon-Parma (Sixto de): \*72.  
 Brandler, Heinrich: 142, \*237, 507.  
 Brecht, Bertolt: 340, \*504.  
 Brejnev, Leonid: 143, 527, 569, \*574,  
 576, 579, 580, 582, 583, 585.  
 Breton, André: 341, 350, 358, 367,  
 368, \*370.  
 Briand, Aristide: 273.  
 Brissot, Jean-Pierre: 91.  
 Browder, Earl: 498.  
 Brown, Irving: 504, 505, 506.  
 Bruhat, Jean: \*137, 287, 288.  
 Buber-Neumann, Margarete: 394.  
 Buchez, Philippe: 24, 82, 133, 202, 366.  
 Buisson, Ferdinand: 85, 86.  
 Bukharin, Nicolas: 141, 145, 174, 175,  
 179, 240, 257, \*287, 330, 333, 337,  
 343, 516, 520, 528, 557, 562.  
 Bukovski, Vladimir: 566, 575.  
 Bulganin, Nikolai: 524, 532.  
 Bullock, Alan: \*401.  
 Buonarroti, Filippo: 82.  
 Burgess, Guy: \*305, 323, \*325, 326.  
 Burke, Edmund: 176, 187, 333.  
 Burnham, James: \*328, 505.  
 Caballero, Largo: 302, 304, 306, 309,  
 310.  
 Cachin, Marcel: 117, 121, 140, \*376.  
 Cairncross, John: \*324.  
 Cambon, Jules: \*72.  
 Camus, Albert: \*144, \*459.  
 Carlos da Áustria: 72.  
 Carlos I da Inglaterra: 187.  
 Carlton Hayes, J.H.: \*508.  
 Casanova, Laurent: 573.  
 Castro, Fidel: 95, 572, 574, 579.  
 Cathala, Jean: \*393.

Cavour, Camillo: 30.  
 Ceausescu, Nicolas: 545, 585.  
 Céline, Louis-Ferdinand: 17.  
 Célor, Pierre: 275.  
 Ceretti, Giulio: 268.  
 Chalamov, Varlam: 566.  
 Challaye, Félicien: 358, 359, 360.  
 Chamberlain, Neville: 48, 182, 233, 379.  
 Chaplin, Charlie: \*504.  
 Chateaubriand, Alphonse de: 22, 30, 54.  
 Chiappe, Jean: \*268.  
 Chliapnikov, Alexandre: \*135, 142.  
 Chostakovitch, Dimitri: \*473.  
 Chu En-lai: 542.  
 Churchill, Winston: \*103, 396, 397,  
 404, 411, 412, 413, 427, 428, 434,  
 441, 443, 446, 449, \*467, 485, 486,  
 487, 496, 500.  
 Ciliga, Ante: 345, 356.  
 Citrine, Walter: 346.  
 Claudin, Fernando: \*309.  
 Clemenceau, Georges: 34, 54, 70, 74,  
 76, 82, \*103, 114, 115, 294, \*412.  
 Clementis, Vladimir: \*483.  
 Comte, Auguste: 49, 51.  
 Condorcet, Marie Jean: 368.  
 Conquest, Robert: 179, 406, 580.  
 Constant, Benjamin: 49, 51, 52, 69,  
 70, 111, 112, 215.  
 Conti, Dr.: \*392.  
 Cot, Pierre: 244, 276, 329.  
 Couthon, Georges: 90.  
 Croce, Benedetto: 213, 505.  
 Cromwell, Oliver: 187.  
 Curzon, Lord: 412.  
 Dabit, Eugène: 342, 343.  
 Dahlen, Franz: \*470.  
 Daladier, Édouard: \*268, 379, 496.  
 Dandieu, Arnaud: 184.  
 D'Annunzio, Gabriele: 35, 207, 208.  
 Danton, Georges: 90, 91, 98, 288.  
 Dawes, Charles: 243.  
 Déat, Marcel: 183, 282, 388.  
 De Felice, Renzo: \*208, 214, 219.  
 Delaisi, Francis: 352.  
 Delevsky, Jacob: 83.  
 Delmas, André: 349, 350.  
 Denikin, Anton: \*103.  
 Deutscher, Isaac: \*444.  
 Dewey, John: \*328, 336, 505.  
 Diaz, José: \*308.  
 Dilthey, Wilhelm: 371.  
 Dimitrov, Georges: 258, 259, 266, 267,  
 269, 270, 273, 335, 342, \*343, 381,  
 382, 384, 386, 396, \*482.  
 Djilas, Milovan: 546.  
 Dobb, Maurice: 324.  
 Doriot, Jacques: \*275, 276, 281, 282,  
 347.  
 Dostoievski, Féodor: 150, 151, 236.  
 Dreiser, Theodore: \*504.  
 Dreyfus, Alfred: 60, 82, 86, 284, 331,  
 510.  
 Drieu La Rochelle, Pierre: 17, 282,  
 362, 363, 364, 365, 370.  
 Dubcek, Alexandre: 11, 545, 575, 585.  
 Duclos, Jacques: 275, 474, 498.  
 Dumas, Charles: 83.  
 Dumouriez, Charles: 288.  
 Durkheim, Émile: 60, 370.  
 Durruti, Buenaventura: 307.  
 Ebert, Friedrich: \*77, 108, 242.  
 Ehrenburg, Ilya: 340, \*504, 565.  
 Einstein, Albert: \*504.  
 Eisenhower, Dwight: 416, 493, 502.  
 Eisner, Kurt: 77, 243.  
 Ejoy, Nicolas: 305, 308.  
 Engels, Friedrich: 12, 109, 137, 154, 242.

Etkind, Efim: \*559.  
 Fainsod, Merle: 580.  
 Faure, Paul: 352.  
 Febvre, Lucien: 350.  
 Fejtö, François: 479.  
 Ferdinando de Áustria: 47.  
 Fernandez, Ramon: 350, 354.  
 Ferry, Jules: 294.  
 Field, Noël: \*470.  
 Fischer, Louis: 348.  
 Fischer, Ruth: 167, 171, \*237, 484.  
 Flaubert, Gustave: 26.  
 Foch, Ferdinand: 51, 454.  
 Forster, Edward Morgan: 340.  
 Foucault, Michel: 577.  
 Frachon, Benoît: 275.  
 Francisco José: 148, 149, 358.  
 Franco, Francisco: 297, 298, 299, 300,  
 301, 302, 307, 309, 310, 311, 312,  
 313, 314, 315, 328.  
 Frank, Hans: 402.  
 Freud, Sigmund: 60, 368.  
 Fried, Eugen: \*260, 268, 275, 277.  
 Friedmann, Georges: 346, 348.  
 Friedrich, Carl: 513, 514.  
 Frossard, Louis: \*116, 117, 121, 140,  
 144, 146.  
 Fumet, Stanislas: \*137.  
 Garaudy, Roger: 548.  
 Gaulle, Charles de: 416, 426, 434,  
 454, 455, 456, 458, 459, 461, 486-  
 488, \*492.  
 Gentile, Giovanni: 213.  
 George, Stepan: 60, \*103, 149.  
 Gerö, Ernő: 538.  
 Gide, André: 17, 330, 331, 333, 340-  
 347, 355, \*504, 564.  
 Gide, Charles: 82.  
 Giolitti, Giovanni: 35, 207, 218, 219.  
 Giono, Jean: 350, 358.  
 Giral, José: 301, 304.  
 Gitton, Marcel: \*275.  
 Godwin, William: 323.  
 Goebbels, Joseph: 195, 238, 240, 244,  
 264, 265, \*437.  
 Goering, Hermann: 266.  
 Goethe, Johann Wolfgang von: 149.  
 Gomulka, Wladislaw: 447, \*483, 524,  
 533, 537, 538, 539, 542, 570.  
 Gorbatchov, Mikhaïl: 11, 12, 533, 548,  
 563, 582, 582-586.  
 Gorki, Maxime: 172, 330, 332, 343,  
 549, 563, 564.  
 Gorkin, Julian: \*308.  
 Gottwald, Klement: 268, 277.  
 Gramsci, Antonio: 573.  
 Grenard, Fernand: 83.  
 Grenier, Fernand: 346.  
 Griaule, Marcel: 349.  
 Gross, Babette: \*262.  
 Grossman, Vassili: 413, 549, 550, 551,  
 \*552, 553-559, 566.  
 Grotewohl, Otto: 410, 523.  
 Guéhenno, Jean: 330, 350, 352.  
 Guesde, Jules: 82, 83, 114.  
 Guevara, Ernesto: 572, 579.  
 Guilbeaux, Henri: 137.  
 Guilherme II: 57, 60, 66, 69, 74, \*77,  
 103, 161, 353, 413.  
 Guilloux, Louis: 340, 343.  
 Guinsburg, Evguenia: 566.  
 Guizot, François: 22.  
 Gurian, Waldemar: 248, 249, 250, 251,  
 252, 254, 510, \*513.  
 Habsburgo (monarquia): 364.  
 Halder, general: \*401.  
 Halévy, Élie: 63-68, 196-198, 248,  
 254, 361, 371.

Havel, Vaclav: 11.  
 Hegel, Georg-Friedrich: 21, 149, 151, 154, 155, 368.  
 Heidegger, Martin: 17, 506.  
 Heine, Heinrich: 26.  
 Heller, Michel: 439.  
 Herbart, Pierre: 343, 344.  
 Hernandez, Jesus: \*311.  
 Herriot, Édouard: 180, 181, 182, 183, 233, 244, 263, 276, 282, \*290, 329, \*376, \*518.  
 Hilferding, Rudolf: 510.  
 Himmler, Heinrich: \*438.  
 Hindenburg, Paul von: 70, 205, 238, 274.  
 Hitler, Adolf: 16, 17, 18, 31, 33, 36-38, 42, 44, 47, 48, 70, 160, 171, 182, 185, 188, 195-199, \*200, 201, 204, 205, 208, 218, 219-223, 226-235, 237-242, 245-247, 249-258, 260, 262, 264, 266, 268, 270-274, 277, 280-283, 286-288, 291, 297-299, 300, 303, 308, 310-313, 316, 319, 321-323, 325, 326, 327, 329, 330, 333, 334-337, 340, 342, 345, 347-351, 353-356, 359-360, 363, 364, 366, 369, 371-372, 375, \*376, 377-389, 394-405, 407-419, 423, 424, 426-428, 430, 432, 433-435, 439-443, \*444, 446, 450, 451, 452, 459, 460, 462, 463, 465, 468-471, 485, 486, 491-497, 498, 499, 506, 507, \*508, 511, 514, 515, 517, 553, 554, 556, 557, 576.  
 Ho Chi Minh: 579.  
 Hodja, Enver: 477.  
 Hohenzollern (monarquia): 57, 364.  
 Hölderlin, Friedrich: 26.  
 Hook, Sidney: 328, \*328.  
 Horkheimer, Max: 433.  
 Howe, Irving: \*328.  
 Hugenberg, Alfred: 264.  
 Hugo, Victor: 371.  
 Humbert-Droz, Jules: 141.  
 Huxley, Aldous: 340, \*504.  
 Iagoda, Heinrich: \*287, \*332.  
 Ibsen, Henrik: 149.  
 Iéltsin, Borís: 11, \*392, 586.  
 Isaac, Jules: 352.  
 Istrati, Panaít: 172, 174, 330.  
 Jackson, Robert: \*417.  
 Jaspers, Karl: 505, 506.  
 Jaurès, Jean: 32, 52, 53, 114, 118, 294, 358.  
 Jdanov, Andrei: 382, 443, 473-476, 479, 485, \*517, 573.  
 Jefferson, Thomas: 185.  
 Jelen, Christian: 278, 289.  
 Jodl, Alfred: 403.  
 Joffre, Joseph: 454.  
 Joliot-Curie, Frédéric: 349.  
 Jouhandeau, Marcel: 17.  
 Jouvenel, Bertrand de: 282.  
 Judt, Tony: 459.  
 Jukov (general): \*518, 562.  
 Jünger, Ernst: 70, 195.  
 Kadár, Jan: 155, 538, 539, 542, 570, 575, 585.  
 Kaganovitch, Lazar: 526, 537, 562.  
 Kai-chek, Chiang: \*291.  
 Kamenev, Léon: 121, 141, 235, \*287, 288, 303, 315, 332, 337.  
 Kant, Emmanuel: 149.  
 Kapp, Wolfgang: 159.  
 Kardelj, Édouard: 546.  
 Károlyi, Mihály: \*77.  
 Kautsky, Karl: 12, 32, 40, 80, 96, 106-112, 113, 114, 117, 121, 126, 174, 180, 182, 196, 242, 248, 536.



- Keitel (general): 394.  
 Kennan, George: \*429.  
 Kerenski, Alexandre: 76, 83, 90, 91, 95.  
 Kersten, Krystina: \*446.  
 Keynes, John M.: 74, 189, 505.  
 Khrushchov, Nikita: 11, 12, 95, 96, 397,  
 425, 519, 521, 523, 524, \*526, 526-  
 529, 531-534, 537, 539-548, 553,  
 561-572, 576, 583, 585.  
 Kienthal (Conferência): 104.  
 Kierkegaard, Soren: 149.  
 Kirov, Sergei: \*173, 247, 272, \*272,  
 332, \*473, 480, 528.  
 Kissinger, Henry: \*74, \*429.  
 Knab, Otto: \*248.  
 Koestler, Arthur: 261, 264, 265, 348,  
 490, 504.  
 Kogon, Eugen: 511.  
 Kojève, Alexandre: 368.  
 Kolakowski, Leszek: 155.  
 Kollontai, Alexandra: \*135, 142.  
 Koltchak (almirante): 83, 85, \*103, \*175.  
 Koltsov, Mikhaïl: 306, 565.  
 Koniev (marechal): 537.  
 Kornilov (general): 162.  
 Kostov: \*483.  
 Kravchonko, Victor: 356, \*495, 511,  
 565.  
 Kriegel, Annie: 115, 456.  
 Krivitsky, Walter: 310, 311.  
 Kudacheva, Maria: \*330.  
 Kun, Béla: 77, 104, 141, 152, 153, 275.  
 Kuron, Jacek: \*584.  
 Kuusinen, Otto: 267, 377.  
 Lacroix, Maurice: 352.  
 Lamartine, Alphonse de: 26.  
 La Mennais, Félicité-Robert: 24, 130.  
 Langevin, Paul: 82, 349, 351, 352.  
 La Rocque (coronel de): 282, 350.  
 Lassalle, Ferdinand: 203.  
 Last, Jef: 343.  
 Laval, Pierre: 258, 259, 268, 280, 281,  
 353.  
 Lazar, Marc: 547.  
 Lazarevitch, Nicolas: 144.  
 Le Bon, Gustave: 209.  
 Lefebvre, Raymond: \*116, 362.  
 Lefort, Claude: 540.  
 Legay, Kléber: 346.  
 Leiris, Michel: 349.  
 Lénin, Vladimir Ilitch: 9, 10, 12, 16,  
 17, 18, 32, 34, 35, 38-41, 52, 70,  
 76, 77, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 88,  
 91, 92, 93, 94-103, 105, 106-113,  
 114-118, 119, 120, 121, 124-137,  
 138, 140, 141, 142, 143-148, 151,  
 152, 154, 157, 158, 160-173, 174,  
 176, 178, 182, 185, 186, 188, 198,  
 199, 200, 201, 204-214, 216, 220,  
 222-224, 228, 235, 236, 239, 240,  
 241, 244, 248, 249-251, 254, 255,  
 261, 271, 272, 279, 286, 291, 312,  
 334, 336, 338, 339, 340, 356, 359,  
 379, 384, 388, 391, 436, 476, 478,  
 492, 516, 517-519, 520-522, 527-  
 529, 532, 536, 537, 540, 544, 545,  
 557, 571, 576, 580, 581, 583, 585.  
 Léon, Xavier: 64, 65, \*66, \*67.  
 Leonhard, Wolfgang: 410.  
 Lepetit, Jules: \*116.  
 Le Play, Frédéric: 366.  
 Lévy-Bruhl, Lucien: 82.  
 L'Hermite, René: \*398.  
 Liebknecht, Karl: 77, 471.  
 Lincoln, Abraham: 185, 328.  
 Lindenberg, Daniel: 365.  
 Lipkin, Semion: 559.  
 Litvinov, Maxim: 259, 273, 378.

Longuet, Jean: \*116.  
 Lorient, Fernand: 137.  
 Lovestone, Jay: \*328, \*505.  
 Löwinger, Joseph: 148.  
 Ludendorff (general): 51, 70, 160.  
 Luís XIV: 55.  
 Luís XVIII: 545.  
 Luís Filipe: 54.  
 Lukács, Georg: 129, 148, 149, 151-156,  
 323, \*538.  
 Lunatchorski, Anatole: 186.  
 Luxemburgo, Rosa: \*77, 106-111, 120,  
 158, 161, 170, 443, 471, 536.  
 Lyons, Eugene: \*327.  
 MacDonald, Dwight: \*328, 499.  
 MacLean, David: \*305, 323, 326.  
 Maistre, Joseph de: 130, 215.  
 Malenkov, Georges: 519, 521, 523,  
 524, 526, 527, 528, 532, 547, 562.  
 Maleter, Pal: \*538.  
 Malia, Martin: 580.  
 Malraux, André: 17, 315-317, 330,  
 340, 343, 348, 362, 492, \*504,  
 564.  
 Mandelstam, Nadejda: \*563.  
 Mandelstam, Ossip: 563, 566.  
 Mann, Heinrich: 340, \*504.  
 Mann, Thomas: 56, 60, 252-254.  
 Manuilski, Dimitri: 257, 259, 273, 275,  
 277, 381.  
 Marcel, Gabriel: 338.  
 Marcuse, Herbert: \*433, 573, 577.  
 Marie, Jean-Jacques: \*517.  
 Marinetti, Emilio: 213.  
 Marion, Paul: 347.  
 Maritain, Jacques: 505.  
 Marshall, George: 465.  
 Marty, André: 275, \*276, \*385.  
 Marx, Groucho: 152.  
 Marx, Karl: 12, 22, 24, 25, 27, 29, 31,  
 38-40, 80, 97, 102, 107, 109, 110,  
 112, 118, 133, 151-155, 162, 164,  
 165, 166, 169, 187, \*200, 228, 236,  
 249, 269, 290, 307, 312, 333, 367,  
 368, 472, 536, 578, 581.  
 Maslow, Arkadi: 167, \*237.  
 Mathiez, Albert: 90, 91, 92, 93, 95,  
 98, 99, 116, 288.  
 Matsuoka, Yosuke: 397.  
 Matteotti, Giacomo: 218, 247.  
 Mauriac, François: 313.  
 Maurin, Joaquin: \*305, 347.  
 Maurras, Charles: 203, \*248, 421.  
 Mauss, Marcel: 254.  
 Mazzini, Giuseppe: 206.  
 McCarthy, Joseph: 493, 500, 502, \*502.  
 Meinecke, Friedrich: 233.  
 Mercier, Ernest: 184.  
 Merker, Paul: \*470.  
 Métraux, Alfred: 349.  
 Miaja, José: 306, \*312.  
 Midol, Lucien: 139.  
 Miguel de Romênia: \*449, \*482.  
 Mihailovic, Draha: \*544.  
 Mikořan, Anastase: 526, 537.  
 Mikolajczyk, Stanislaw: 412, 445, 447.  
 Miliukov, Paul: 68, 76.  
 Mill, John Stuart: 323.  
 Milton, John: 452.  
 Mirabeau (conde de): 90, 125.  
 Mirkine-Guetzevitch, Boris: 357.  
 Mitterrand, François: 578.  
 Molotov, Vlatcheslav: 257, 375, 376,  
 378, 381, 382, 385, 386, 387, 391,  
 395, 396, 397, 411, 412, 440, 517,  
 519, 524, 526, 527, 531, 537, 562.  
 Monatte, Pierre: 136, 139, 145, 292,  
 347.

- Monmousseau, Gaston: 139.  
 Montesquieu, Charles Louis de: 193, 194.  
 Monzie, Anatole de: 276.  
 Mounier, Emmanuel: 183, 366.  
 Münzenberg, Willi: 260, 261, \*262, 264, 265, 266, 274, 313, 330, 338, 504, 506.  
 Mussolini, Benito: 31, 33, 35-38, 171, 188, 195, 196-199, 201, 204-223, 226, 229, 230, 233, 237, 246, 251, 254, 255, 288, 297, 298, 300, 305, 311, 313, 316, 322, 328, 333, 335, 341, 351, 352, 354, 361, 363, 366, 372, 400, 416, 417, 419, 440, 485, 489, 490.  
 Nagy, Imre: 155, 524, 534, 538, \*538, 543, 585.  
 Napoleão I (vide também Bonaparte): 10, 30, 51, 54, 62, 69, 124, 395.  
 Napoleão III: 69.  
 Naville, Pierre: \*343.  
 Negrin, Juan: 306, 309, 310, 311, 312.  
 Nekrich, Aleksandr: 439.  
 Nenni, Pietro: 205, 491.  
 Neumann, Franz: 195, \*508, 509, 510, 513.  
 Neumann, Heinz: \*237.  
 Nicolau I: 212.  
 Nicolau II: 68, 75, 79, 95, 103, 181.  
 Niekisch, Ernst: 243, 244.  
 Nietzsche, Friedrich: 43, 149, 150, \*200, 211, 229, 342, 367, 368.  
 Nin, Andreu: \*305, 308, 314.  
 Nixon, Richard: \*574.  
 Nizan, Paul: 330, 348, 349.  
 Nolte, Ernst: 199, \*200, 216.  
 Noske, Gustav: \*77.  
 Orlov, Alexandre: 305, 308.  
 Ortega (comandante): 579.  
 Ortega y Gasset, José: 45.  
 Orwell, Georg: 179, 306, 314, 318, 345, 452, 453, 463, 502, \*502.  
 Paine: \*265, 323.  
 Panné, Jean-Louis: \*138, \*340.  
 Papaioannou, Kostas: 494.  
 Papen, Franz von: 233, \*238.  
 Pascal, Pierre: 129-138, 139, 140, 143-144, 147, 148, 151-153, 156, 158, 171, 172, 186, 196, 220, 221, 341, 347, 355.  
 Pasternak, Boris: 406, \*473, \*504, 553, 563, 564, 565, 566, 567.  
 Patouillet, Marius: 83.  
 Pauker, Anna: 277.  
 Paul-Boncour, Joseph: 278, \*483.  
 Paz, Magdeleine: 341, 352, 358, 360.  
 Pedro, o Grande: 97, 212.  
 Péguy, Charles: 60, 134.  
 Peignot, Colette: 369.  
 Pétain, Philippe: 458, 464, 489, 490.  
 Petit, Eugène: 83.  
 Petkov, Nikolai: 480.  
 Petöfi, Sandor: 535.  
 Philby, Kim: \*305, 323, 326.  
 Philip, André: 349, 505.  
 Piatakov, Iuri: \*287, 357.  
 Pieck, Wilhelm: 523.  
 Pilniak, Boris: 566.  
 Pilsudski, Josef: 269, \*412, \*444, \*445.  
 Pioch, Georges: 358, 360.  
 Pipes, Richard: 580.  
 Plekhanov, Georges: 110.  
 Plisnier, Charles: 341.  
 Poincaré, Raymond: \*72, 163.  
 Pospelov, Poulaille, Henri: 526, 528.  
 Poulaille, Henri: 341.  
 Prieto, Indelacio: 306, 309.

- Primo de Rivera, José Antonio: 330, 312.  
 Primo de Rivera, Miguel: \*300.  
 Proudhon, Pierre-Joseph: 212.  
 Psichari, Ernest: 130.  
 Pucheu, Pierre: 282.  
 Quinet, Edgar: 131.  
 Radek, Karl: 141, 163, 224, 235, \*287,  
 \*313, 337, 357.  
 Rajk, László: 479, 481, 494, 534, 538.  
 Rákosi, Mathias: 524, 534, 535, 538.  
 Ramadier, Paul: \*488.  
 Ramette, Arthur: \*376.  
 Rappoport, Charles: 138.  
 Rauschnig, Hermann: 229, 235.  
 Reagan, Ronald: 582.  
 Reale, Eugenio: 474.  
 Regler, Gustav: 315.  
 Ribbentrop, Joachim: 375, 376, 395,  
 412.  
 Rivet, Paul: 349, 351, 352, 353.  
 Robenson, Paul: \*504.  
 Robespierre, Maximilien: 16, 27, 55,  
 90-94, 95, 98-100, 111, 112, 116,  
 125, 157, 286, 287, 288, 489, 520.  
 Robrieux, Philippe: 275.  
 Röhm, Ernst: 246, \*268.  
 Rokossowski, Konstantine: 406.  
 Rolland, Romain: 329, 331, 332, 333,  
 337, 340, 341, 342, 343, 344, 346,  
 349.  
 Romanov (monarquia): 364.  
 Roosevelt, Franklin: 182, 183-186, 327,  
 328, 411-413, 426-428, \*429, 435,  
 446, 449, 460, \*468, 496, 497, 498,  
 502, 554.  
 Rosenberg, Alfred: \*437.  
 Rosenmark, Raymond: 357-360.  
 Rosmer, Alfred: 135, 136, 145, 341,  
 347, 355.  
 Rousseau, Jean-Jacques: 19, 24, 28,  
 30, 92, 371.  
 Rousset, David: 511.  
 Roy, Jules: \*454.  
 Rudenko (procurador): \*392.  
 Russakov (família): 341.  
 Russell, Bertrand: 120, 121, 122, 190,  
 505, 506.  
 Sadoul, Jacques: 115, 131, 132, 137,  
 139, 143.  
 Saint-Just, Louis Antoine Léon: 90, 288.  
 Sakharov, Andreï: 11, \*559, 563, 565,  
 566, 568, 582, 583, 585.  
 Salvemini, Gaetano: 341.  
 Sangnier, Marc: 365.  
 Sartre, Jean-Paul: \*540.  
 Savinkov, Boris: 83.  
 Schapiro, Leonard: 580.  
 Scheler, Max: \*248.  
 Schiffrin, Jacques: 334.  
 Schlageter, Leo: 224, 236, 244.  
 Schleicher, Kurt von: 238, \*268.  
 Schmidt, Carlo: 505.  
 Schmitt, Carl: 195, \*248.  
 Schopenhauer, Arthur: 149.  
 Sedov, Léon: 305.  
 Seignobos, Charles: 82.  
 Serge, Victor: 134, 153, 154, 172-173,  
 190, 332, 340, 341, 342, 346, 356,  
 565.  
 Shaw, George Bernard: 187-190, 322.  
 Silone, Ignazio: 330, 347, 355, 505, 506.  
 Slánský, Rudolf: \*470, \*483, 484, 494,  
 533.  
 Slonim, Marc: 83.  
 Smith, Adam: 424.  
 Soljenitsin, Alexandre: 144, 345, 409,  
 439, \*522, 549, 550, 558, 559, 565-  
 568, 578.

- Soloviev, Vladimir: 129.
- Sorel, Georges: 115, 116, 211, 212, 312.
- Sorge, Richard: 396.
- Sorlin, Pierre: \*137.
- Souvarine, Boris: 83, 84, 115, \*115, 116, 117, 129, 136-148, 151, 157, 167, 171, 172, 173, 174, 180, 190, 257, 292, 330, 337, 338, 340, 341, 347, 355, \*369, 484, 524, 531.
- Spender, Stephen: 322, 323.
- Spengler, Oswald: 229, 236, 238, 249.
- Sperber, Manès: 261, 262, 347.
- Stálin, Joseph: 9, 10, 13, 40, 42, 48, 70, 94, 96, 129, 136, 141, 145, 147, 152-155, 163-171, 173-182, 185-190, 196-197, 199, \*200, 205, 219-223, 226, 228, 233-235, 236, 240-247, 251, 253, 255, 256-258, 260, 262, 264, 266, 267, 268, 271-273, 277, 279-281, 286, 287, 297-299, 303-306, \*305, 308, 310-311, 321, 325, 327, 329, 330, 331-339, 341, 344, 345-348, 351, 353-356, 359, 361, 363, 364, 369, 375, 376-388, 390-398, 400, \*401, 403-405, 406, 407-416, \*417, 418, 425-428, \*429, 433-440, 442, \*444, 446, 449, 450, 455, 461, 465, 468, 468\*, 469, 471, 473, \*473, 475, 476, 477, 478, 480, 481, 484, 486, 488, 494, 496-499, 502, 503, \*508, 511, 514-535, 538-545, 546, 547-549, 552-559, 561-563, 565, 566, 568-571, 576, \*577, 579-580, 583, 585.
- Stauffenberg, Claus Schenk von: 554.
- Stavisky, Serge: \*268.
- Stendhal, Henri: 25, 26, 28, 54.
- Strasser, Otton: 244.
- Sturzo, Don: 207.
- Sukhomlin, Vassili: 83.
- Suslov, Mikhail: \*553.
- Suvorov, Victor: 397.
- Tabouis, Geneviève: 181.
- Tasca, Angelo: 196, 220, 221, 347.
- Tchekhov, Anton: 552.
- Tchornenko, Konstantin: \*583.
- Tchornichovski, Nikolai: 97.
- Thaelmann, Ernst: 237, 240, 245, 263, \*343, 346.
- Thalheimer, August: \*237.
- Thomas, Albert: \*131, 309, 311, 327.
- Thorez, Maurice: \*260, 263, 268, 275, 276, 317, 347, \*389, \*390, \*463, 474, \*526, 541, 547, 548.
- Tito, Josip: 443, 476, 477, 478, 479, 480, 481, 483, 484, 485, 486, 521, 522, 524, 526, 531, \*541, 542, 543, 544, 545, 546, 547, 570.
- Tocqueville, Alexis de: 19, 21, 23, 43, 194.
- Todd, Emmanuel: 583.
- Togliatti, Palmiro: \*260, 268, 277, 474, \*526, \*533, 541, 547, 548.
- Tolstoi, Alexis: 340, 552, 567.
- Treint, Albert: 142, 144.
- Trevor-Roper: 505, 506.
- Trótski, Léon: 76, 83, 88, 96, 102, 111, 129, 141-147, 152, 153, 158, 164, 167, 168, 171, 175, 179, 185, 186, 188, 235, 241, 243, 255, 305, \*305, 308, 330, 332, 336, \*339, 355, 359, 367, 478, 479, 481, 516, 522, 528, 531, 545, 571.
- Truman, Harry: \*417, 426, 468, 469, 485, 493, 497-500, 502.
- Tse-tung, Mao: 95, 477, 542, 543-546, 569-572, 579, 583.
- Tukhatchovski, Mikhail: 288, 308, 440.
- Ulam, Adam: 580.

Ulbricht, Walter: 410, 471, 541.  
 Ungaretti, Giuseppe: 213.  
 Ustrialov, Nicolas: \*174, 175.  
 Vaillant-Couturier, Paul: 342.  
 Valois, Georges: 361.  
 Van dem Bruck, Möller: 236.  
 Van der Lubbe, Marius: \*264, 266.  
 Vassart, Albert: \*275, \*276.  
 Vassart, Cilly: \*276.  
 Vergeat, Marcel: \*116.  
 Vildrac, Charles: 330, 340.  
 Vlassov, Andreï: 437, 439, 440, 554.  
 Voegelin, Eric: \*513.  
 Vorochilov, Kliment: \*378, 519, 526,  
 527, 531.  
 Vychinski, Andreï: 179, 288, 357, \*482.  
 Wagner, Richard: 229.  
 Wallace, Henry: 498.  
 Webb, Sidney e Beatrice: 185, 190.  
 Weber, Max: 60, 149, 150, 151, 193,  
 371, 373.  
 Weil, Simone: 292, 293, 294, 338, \*369.  
 Weizmann, Chaim: \*201.  
 Wells, Herbert George: 185-189.  
 Wilson, Woochow: 72, 74, \*429.  
 Wittorf, Karl: \*237.  
 Woolf, Virginia: 322.  
 Wurmser, André: 349.  
 Yat-sen, Sun: \*291.  
 Young-Bruehl, E.: \*506, \*512.  
 Yvon: 346.  
 Zimmerwald (conferência): 104.  
 Zinoviev, Gregori: 40, 136, 141, 142,  
 145, 147, 153, 160, 164, 167, 175,  
 235, 241, 257, \*287, 288, 303, 332,  
 337, 562.

**PARMA**

*Impresso nas oficinas da*  
EDITORA PARMA LTDA.  
Telefone: (011) 942-7822  
Av. Antonio Bardella, 280  
Guarulhos - São Paulo - Brasil  
Com filmes fornecidos pelo editor